

HISTÓRIA DO Mundo Feudal



Mário Curtis Giordani

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)

G421h Giordani, Mário Curtis.
História do mundo feudal: acontecimentos políticos. Petrópolis, Vozes, 1974.

696p. ilust. 23,5cm.

Bibliografia.

1. Feudalismo — Aspectos políticos. 2. Europa — História — 476-1492. 3. Idade Média — História. I. Título.

CDD — 940.14
321.3
CDU — 94"04/14"
321.3

74-0125

HISTÓRIA DO MUNDO FEUDAL

Acontecimentos Políticos

por

MÁRIO CURTIS GIORDANI

Titular de História da Filosofia
do Instituto de Ciências Humanas
e Filosofia da Universidade Federal Fluminense
Titular de Direito Romano da Faculdade
de Direito Cândido Mendes do Estado da Guanabara
Professor de História do Colégio Estadual
Liceu Nilo Peçanha, de Niterói.



PETRÓPOLIS
EDITORA VOZES LTDA.
1974

Índice

Apresentação 5

PARTE I — AS NOVAS INVASÕES

Introdução 9

CAPÍTULO I: *Os Normandos* 14

Fontes 14
O nome 18
A Escandinávia antiga 20
Estrutura político-social 22
Poderio militar 23
Economia 23
Literatura e artes 24
Religião 28
Causas da expansão normanda 30
A expansão — generalidades 35
Os Vikings no Império Franco 37
Os Vikings nas Ilhas Britânicas 42
Os Vikings na Península Ibérica e no Mediterrâneo 47
Os Vikings no Leste 48
Conseqüências das invasões normandas 53
Notas 56

CAPÍTULO II: *Os Eslavos* 60
Introdução 60

Os eslavos e os autores antigos e medievais 61
O nome 65
Hipóteses sobre as origens e o habitat primitivo 66
Estrutura político-social 68
Economia 70
Armamento 72

Religião 72
Expansão eslava 74
Expansão dos eslavos do sul 75
Expansão dos eslavos do oeste 77
Expansão dos eslavos do leste 81
Conseqüências da expansão eslava 84
Notas 86

CAPÍTULO III: *Os Húngaros* 88
Introdução 88

Fontes 89
Habitat primitivo 90
Raça e língua 90
Organização político-social 92
Exército e métodos de combate 93
Economia 93
Descrições 94
Migração 95
Conseqüências das invasões magiares 100
Notas 101

CAPÍTULO IV: *Os Mongóis* 102
Introdução 102

Expansão 103
Missionários 107
Notas 109

CAPÍTULO V: *O desmembramento do Império Carolíngio* 110
Introdução 110

1. Causas do desmembramento do Império Carolíngio 110
2. Reinado de Luís, o Piedoso, e de seus sucessores até o Tratado de Meersen 114

Notas 123

PARTE II — RESUMO DA HISTÓRIA POLÍTICA DOS PRINCIPAIS ESTADOS DA EUROPA

Introdução 127

CAPÍTULO I: *A França* 128
Introdução 128

1. Os últimos Carolíngios 131
2. Capetíngios diretos 138
3. Os Valois 167

Notas 178

CAPÍTULO II: *A Inglaterra* 180
Introdução 180

1. A casa de Wessex 182
2. Os reis dinamarqueses 192
3. Eduardo, o Confessor 194
4. A conquista normanda 196
5. Os Plantagenetas 209

Notas 238

CAPÍTULO III: *A Alemanha* 241
Introdução 241

1. Últimos carolíngios e hesitações dinásticas 244
2. Os saxônicos 247
3. Os francônios 268
4. Os Hohenstaufen 285
5. O grande interregno 303
6. O início da casa de Habsburgo 305
7. A casa de Luxemburgo 309
8. Consolidação dos Habsburgos 320

Notas 320

CAITULO IV: *A Itália* 324
Introdução 324

1. *As cidades da Itália Bizantina* 328
   1) Nápoles 329
   2) Amalfi 336
   3) Veneza 338
2. *As cidades do Reino da Itália* 350
   1) Pisa 351
   2) Gênova 357
   3) Florença 362
   4) Milão 376
3. *O Reino da Sicília* 390

Notas 397

CAPÍTULO V: *A Península Ibérica* 400
Introdução 400

1. Visão geral sobre a Reconquista 405
2. O Reino das Astúrias 406
3. O Reino de Leão 408
4. Castela e Leão 410
5. Navarra 425
6. Aragão 427
7. Portugal 441
Notas 460

CAPÍTULO VI: *Os Estados Eslavos* 464
Introdução 464

1. A Rússia 464
2. A Lituânia 478
3. A Polônia 479
4. A Boêmia 488
5. A Bulgária 493
6. A Sérvia 496
Notas 498

CAPÍTULO VII: *Hungria e Romênia* 500
Introdução 500

1. Hungria 500
2. Romênia 505
Notas 508

CAPÍTULO VIII: *Os Estados Escandinavos* 509
Introdução 509

1. Dinamarca 510
2. Noruega 517
3. Suécia 521
4. A união sueco-norueguesa 524
5. A união de Kalmar 525
Notas 526

PARTE III — OS GRANDES CONFLITOS MEDIEVAIS

CAPÍTULO I: *As Cruzadas* 529
Introdução 529

1. Que se entende por *cruzada?* 529
2. As fontes 530
3. Antecedentes históricos 531
4. Causas das Cruzadas 536
5. A cruzada popular 549
6. A Primeira Cruzada 553
7. A Segunda Cruzada 571
8. A Terceira Cruzada 578
9. A Quarta Cruzada 588
10. A Quinta Cruzada 597
11. A Sexta Cruzada 600
12. A Sétima Cruzada 602
13. A Oitava Cruzada 605
14. Conseqüências das cruzadas 608
Notas 614

CAPÍTULO II: *A Guerra dos Cem Anos* 618
Introdução 618

Traços característicos da Guerra dos Cem Anos 619
Causas da Guerra dos Cem Anos 623
A derrota da França 628
A crise francesa 633
O soerguimento da França sob Carlos V 637
Nova crise francesa 642
Joana D'Arc 648
A vitória de Carlos VII 656
Conseqüências da Guerra dos Cem Anos 658
Notas 660
Bibliografia 663

A meus irmãos

Dione
Solon
Antônio

A meus amigos

Hermes da Matta Barcelos
Joadélio de Paula Codeço

© 1974, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25.600 Petrópolis, RJ
Brasil

Apresentação

1. A *História do Mundo Feudal* é continuação da *História dos Reinos Bárbaros*, já publicada em dois volumes. Tentamos sintetizar na presente obra os principais acontecimentos políticos que constituem a História da Europa entre a morte de Carlos Magno e o término da Guerra dos Cem Anos.

Dentro deste vasto período o fenômeno político-social mais importante é o Feudalismo. Esse fenômeno, convém acentuar, não possui certidão de nascimento, nem certidão de óbito; não existiu em toda a parte da Europa, nem apresentou as mesmas características nas regiões em que prevaleceu. Não há dúvidas, entretanto, de que a estrutura político-social feudal desenvolveu-se, atingiu o apogeu e entrou em decadência dentro dos limites temporais estabelecidos para a presente exposição histórica. Esse fato explica o título escolhido sem maiores pretensões de estabelecer uma periodização da História Medieval: *História do Mundo Feudal*.

2. Como o leitor notará, desde logo, o fio condutor de nossa exposição foram as dinastias reinantes nos diversos países europeus. Imperadores, reis, alianças políticas, enlaces matrimoniais, batalhas cruentas, duelos espirituais, constituem, muitas vezes, peças essenciais da contextura histórica. Compreende-se, assim, que, como já fizemos em relação à História dos Reinos Bárbaros, tenhamos reservado uma boa parte da História do Mundo Feudal aos eventos em que aparece em primeiro plano o próprio ser humano, agente por excelência da História.

O leitor encontrará, nas páginas seguintes, algumas figuras marcantes que imprimiram indelevelmente o selo de sua forte personalidade à época em que viveram. Foram inquestionavelmente os homens que com sua atuação lançaram as bases da Europa Moderna. Foram os construtores da Europa.

3. Em outro volume da *História do Mundo Feudal* serão objeto de estudo os demais aspectos da Civilização Feudal, como v. g., a estrutura político-social, a literatura, a educação, a Igreja, etc...

4. A redação da presente obra exigiu naturalmente uma cuidadosa consulta a inúmeras obras especializadas cuja relação com os respec-

tivos autores se encontra no final do volume. Chamamos a atenção do leitor para a importância das referências bibliográficas contidas no final de cada capítulo. Como, não raro, existem acentuadas divergências entre os historiadores a respeito de determinados acontecimentos, julgamos conveniente transcrever *ipsis verbis* as opiniões, por vezes contraditórias, dos autores consultados e sempre devidamente citados.

5. Não poderíamos encerrar essas linhas de apresentação da *História do Mundo Feudal* sem deixar aqui expressa nossa gratidão ao Colégio Estadual «Liceu Nilo Peçanha», de Niterói, na pessoa de seu digno diretor, Prof. Joadélio de Paula Codeço, que sempre nos estimulou em nosso árduo trabalho de pesquisa, proporcionando-nos todos os meios a seu alcance para que pudéssemos levar a bom termo a redação da presente obra.

O Autor.

Parte I

AS NOVAS INVASÕES

INTRODUÇÃO

APÓS A MORTE de Carlos Magno, vai-se abater sobre a Europa uma nova onda invasora de povos que se diferenciam entre si pela raça, pela cultura e pelas origens, mas que apresentam como denominador comum a cobiça desenfreada, a audácia levada ao extremo e o espírito destruidor de rapinagem. Essa onda de terror, confusão, miséria e insegurança iria perdurar através do século IX e da maior parte do século X. Perroy assim assinala o término dessa conturbada era: «Em 926, pela última vez, um exército dinamarquês ameaçou seriamente as regiões francas; em 955, a vitória alcançada pelo rei da Germânia no Lech punha termo ao perigo húngaro; em 972, após a perda de seu ponto de apoio provençal, os sarracenos foram expulsos dos Alpes. Encerrava-se a era das invasões; apenas a Inglaterra deveria ainda, até meados do século XI, sofrer a pressão dos nórdicos; mas a Europa Continental, e isto era um importante privilégio, não mais conheceria incursões estrangeiras».[1] *Normandos*, *sarracenos*, *eslavos* e *húngaros* figuram entre os principais protagonistas dos lances trágico-dramáticos que caracterizam os dois primeiros séculos da História do Mundo Feudal.

Antes de abordarmos em capítulos especiais e separadamente o papel de cada um dos povos das Novas Invasões, estudando-lhe sumariamente as origens, os traços culturais e os feitos guerreiros, pretendemos, a título de *Introdução*, dizer algumas palavras sobre as fontes de que dispomos para o estudo dessas invasões, sobre as causas determinantes das mesmas, sobre algumas de suas principais características e, finalmente, sobre as conseqüências das novas invasões. Convém ainda advertir o leitor de que no presente volume só nos ocuparemos acidentalmente dos ataques dos sarracenos. E' que essas incursões se integram numa perspectiva histórica que envolve a expansão muçulmana medieval e que será objeto de um estudo mais minucioso em volume especial com que pretendemos encerrar nossa modesta exposição sobre a Idade Média.

Fontes — Ao focalizarmos cada um dos povos invasores enumeraremos os meios disponíveis para um estudo sobre a origem e a história dos mesmos. Limitar-nos-emos aqui apenas a registrar a precariedade de nossas fontes quanto às invasões propriamente ditas. Com efeito, as «nossas invasões» são-nos bem menos conhecidas que as grandes invasões

do século V. Hagiografia, sagas, arqueologia, numismática, lingüística fornecem evidentemente uma maior ou menor contribuição para o estudo das migrações em tela. Falta-nos, entretanto, uma obra que nos proporcione uma História Literária das Novas Invasões à semelhança da coletânea feita por Courcelle em relação às invasões do Baixo-Império e citada freqüentemente no primeiro volume de nossa História dos Reinos Bárbaros. Musset observa, a propósito, que «os historiadores da literatura latina deverão, para isso, vencer sua aversão por uma época tão tardia. Que o *viking* se tenha tornado no Ocidente um tema literário, não é possível duvidar; mas esse tema não foi estudado». [2]

Causas — Estudaremos, aqui, apenas as causas internas das novas invasões, isto é, os fatores existentes especialmente no interior do Império Carolíngio que propiciaram e motivaram as incursões bárbaras. Ao focalizarmos, mais adiante, cada um dos povos invasores, voltaremos ao problema das causas encarado então do ponto de vista das condições dos próprios invasores.

Em primeiro plano devemos apontar como causa interna das novas invasões a desunião que caracterizava as nações do Ocidente. A Grã-Bretanha, embora unificada pela conversão ao cristianismo, «nem nas suas partes célticas, nem nas suas partes germânicas dispunha de estruturas políticas sólidas ou de meios respeitáveis de defesa». [3] A península itálica sofria ainda as profundas conseqüências da destruição do reino ostrogótico e das invasões lombardas: «não havia reencontrado sua unidade espiritual ou política, nem mesmo quando os francos tomaram energicamente nas mãos os destinos do antigo reino lombardo». [4] Na Espanha dominava «um particularismo nascido da geografia e reforçado pela nostalgia do reino gótico de Toledo». [5] A imponente aparência do Império Carolíngio encobria um enfraquecimento interno que o impediria de fazer face aos invasores. Esse enfraquecimento revestia, entre outros, dois aspectos: um político e outro militar. Sob o ponto de vista político o fracionamento do Império motivado pelas discórdias que separaram os descendentes de Carlos Magno, constituiu um convite à atuação do inimigo externo. Sob o ponto de vista militar a armadura imperial não estava adaptada para enfrentar os processos bélicos utilizados pelos invasores. «Mas a cristandade latina não se achava organizada para uma guerra defensiva: até então seus chefes haviam conduzido, eles próprios, incursões periféricas, e o exército franco, pesado, de lenta concentração, adaptava-se especialmente a estas excursões militares, dirigidas contra um inimigo escolhido previamente e cujo momento de realização podia ser determinado com grande antecedência. Apoiado num sistema de fortalezas guarnecidas por pequenos grupos permanentes, este exército podia também, como na Catalunha e nas bocas do Elba, defender uma fronteira contra agressores cujos métodos de combate se assemelhassem aos seus. Revelou-se, porém, incapaz de resistir a incursões súbitas, imprevistas e desencadeadas

contra os lindes marítimos que, considerados fora de perigo, não foram organizados em marcas defensivas. Além disso, a surpresa, o malogro das primeiras tentativas de resistência, desenvolveram entre os combatentes um tenaz sentimento de impotência que intensificou, ainda mais, sua inferioridade. Eis por que, durante mais de um século, a Europa constituiu uma presa vulnerável e sofreu sérios prejuízos, particularmente graves nas regiões ocidentais, onde a frente marítima era mais extensa, nas ilhas britânicas e no reino dos francos do oeste». [6]

Essas considerações levam-nos naturalmente a estabelecer uma comparação entre a situação do Antigo Império Romano do Ocidente e a do Império Carolíngio em face da mesma ameaça bárbara. Aquele levava evidentemente uma nítida vantagem militar que se traduzia em uma multissecular experiência das legiões romanas e de seus dirigentes no trato com bárbaros. Essa experiência, essa ciência do inimigo acumulada, em Roma, por gerações de veteranos não existia ou era limitada entre a aristocracia franca. [7] Seignobos acentua a fragilidade militar do Ocidente: «Se bandos relativamente pouco numerosos de combatentes conseguiram penetrar em todos os países e devastá-los durante mais de um século, isto só foi possível porque os povos da Europa não estavam mais organizados para defender-se. Os homens de guerra não conseguiam reunir-se em tropa capaz de deter qualquer daqueles bandos. Os campos estavam abertos, sem fortificações; as cidades, todas pequenas, tinham muros frágeis e mal defendidos. O efeito imediato das invasões foi enfraquecer ainda mais a Europa, destruir os conventos, arruinar as cidades, arrebatar o ouro e a prata, diminuir a população». [8]

Às causas político-militares podemos acrescentar as de ordem econômica. As riquezas acumuladas no Ocidente constituíam um forte atrativo para os bárbaros invasores. Estes tinham por alvo preferido de suas pilhagens os mosteiros em que a piedade cristã havia concentrado através dos tempos preciosas e tentadoras obras de ourivesaria. De um modo geral, podemos afirmar que sarracenos, húngaros e normandos quando se lançavam sobre o Ocidente, mais que em ocupar o solo e colonizá-lo, pensavam em saquear-lhe as riquezas. Claro está que essa afirmação comporta exceções e não é válida para todo o tempo em que se processaram as novas invasões. Assim, por exemplo, o ataque muçulmano que prossegue nos anos seguintes à data de 711 objetiva realizar ideais político-religiosos. Mas inegavelmente a pirataria sarracena que mais tarde se instala no Mediterrâneo visa antes de tudo senão exclusivamente aos ricos produtos da pilhagem. Os itens seguintes proporcionarão ao leitor melhores esclarecimentos sobre os desígnios das incursões normandas, eslavas e húngaras.

Características — Entre outras características (que se patentearão mais adiante no estudo de cada invasor em particular) podemos apontar duas que marcam de modo especial as novas invasões. A primeira é a *multiplicidade* e *simultaneidade* dos ataques que se abatem sobre a

Europa Ocidental a ponto de dificultarem e desorganizarem as defesas. A segunda, relacionada com a primeira, é a *convergência* dos assaltos. Encontraremos aqui uma diferença entre as novas invasões e as que se desencadearam sobre o Baixo-Império. Com efeito, enquanto estas «haviam sido grosseiramente paralelas, provindo quase sempre do mesmo setor do horizonte — o que durante muito tempo favoreceu a defesa — aquelas de que nos vamos ocupar são convergentes. Elas desabam de toda a parte sobre uma Europa aturdida, que não sabe de que lado se vai defender. Na Gália esse aspecto aparece de modo mais sensível: no decurso de uma mesma geração, a dos anos 870-900, ela viu chegarem os *vikings*, sobretudo do noroeste e do oeste, às vezes também do norte ou do sul, os húngaros entrando quer pelo leste, através do Reno, quer pelo sudeste forçando os Alpes, e os sarracenos sobre o litoral mediterrâneo. Essa superposição e essa convergência explicam como, apesar da mediocridade dos efetivos engajados e o caráter muitas vezes rápido dos reides, o abalo tenha sido prodigioso». [9]

Conseqüências das novas invasões — Nos capítulos seguintes estudaremos, em particular, as conseqüências das invasões respectivamente dos normandos, dos eslavos e dos húngaros. Limitar-nos-emos, aqui, apenas a dar ao leitor uma rápida visão de conjunto dessas conseqüências.

1) Antes de mais nada sublinhemos os terríveis danos materiais infligidos à civilização. Algumas cidades (como v.g. Quentovic e Duurstede) desapareceram; outras foram reduzidas a ruínas. Muitos campos cultivados foram abandonados com sérios prejuízos para a economia. «Os saques despojaram a Europa de importante parcela de sua provisão de metal precioso; e, se a dispersão dos tesouros de ourivesaria acumulados nos mosteiros não repercutiu diretamente na circulação monetária, e no movimento comercial, o mesmo não aconteceu com os resgates regulares, impostos aos reinos, que absorveram grandes quantidades de numerário em moeda. As zonas rurais sofreram particularmente, pois as aglomerações urbanas, protegidas pelas muralhas, estavam melhor defendidas contra os golpes de surpresa». [10]

2) Intimamente vinculadas aos danos materiais encontram-se as conseqüências sociais. O índice demográfico de algumas zonas (como v.g. o norte da Gália) sofreu uma queda brusca motivada pelas chacinas, pela escassez de alimentos e pela fuga em massa da população. A falta de braços para o trabalho agravou-se com a inquietação da classe servil. Os pequenos proprietários vendem suas terras aos grandes senhores a fim de gozarem da proteção dos mesmos.

3) Os danos culturais são avultados. As duras provas por que passam os mosteiros irradiadores de cultura acarretam a cessação dos estudos, a dispersão das bibliotecas e um decréscimo geral do nível

cultural. «Quebrou-se, assim, o impulso do renascimento carolíngio, que a princípio prosseguira sem esmorecimento durante a decadência do poder real. E a penetração progressiva de elementos selvagens e pagãos, a inquietude que a miséria e a permanente presença do perigo lançaram nos espíritos, provocaram de maneira geral, sensível baixa da civilização». [11]

4) No *terreno político* as novas invasões vão ter uma repercussão de capital importância. Causam o desprestígio das instituições monárquicas que se revelam impotentes ante as incursões bárbaras. O poder descentraliza-se. A resistência local é organizada em torno do *senior:* o feudalismo está em plena formação.

Eis, em poucas palavras, as linhas principais da História das conseqüências das novas invasões.

Em outros capítulos voltaremos ao mesmo problema, chamando a atenção do leitor para detalhes de maior relevância.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] Perroy, *História*, p. 152. Note-se que, no século XIII, a Europa Oriental sofre as invasões mongólicas.
[2] Musset, *Les Invasions*, II, p. 185.
[3] Idem, ibidem, p. 45.
[4] Idem, ibidem.
[5] Idem, ibidem.
[6] Perroy, *História*, p. 151.
[7] Musset, *Les Invasions*, II, p. 46. Ver também nota 1, ao pé da página, sobre a experiência carolíngia em face dos muçulmanos da Espanha e dos eslavos.
[8] Seignobos, *História Comparada*, p. 105.
[9] Musset, *Les Invasions*, II, p. 44.
[10] Perroy, *A Idade Média*, 1, p. 151.
[11] Idem, ibidem, p. 152.

CAPÍTULO I

Os Normandos

Fontes

VAMOS INICIAR esse estudo sobre os normandos dizendo algumas palavras com relação às fontes de que dispomos. Impõe-se, antes de mais nada, uma observação: os documentos escritos que aludem às invasões normandas provêm, até mais ou menos as últimas décadas do primeiro milênio de nossa era, das próprias vítimas desses acontecimentos muitas vezes mal informadas sobre o que, na realidade, estava sucedendo à Europa. Pelo século XI temos alguns testemunhos escandinavos: «inscrições rúnicas, sobretudo suecas, que retraçam em termos lacônicos aventuras individuais, e poemas escáldicos, conservados pela tradição oral, de uma obscuridade muitas vezes desconcertante. Mais tarde, pelo fim do XII e sobretudo no XIII século, virão os admiráveis contos em prosa, as *sagas*, claras, diretas e convincentes, mas demasiado tardias para oferecer dos acontecimentos mais que uma visão literária».[1] A arqueologia e a lingüística contribuem para ordenar, completar e interpretar as fontes supracitadas.

Depois dessa visão geral, passemos a um estudo um pouco mais detalhado.

Convém lembrar preliminarmente o que os autores antigos registraram sobre a Escandinávia.

E' bem provável que a ilha de Tule de que nos dá notícia Píteas, navegante marselhês do fim do século IV aC, seja realmente a Noruega. A designação de ilha não infirma essa suposição, pois o explorador reconhece expressamente que as informações sobre Tule são de segunda mão.[2] No ano 5 de nossa era uma frota romana explora o norte. «Nesta data a Escandinávia é ainda considerada como uma ilha, pois se imagina que o golfo de Bótnia comunica com o Oceano Ártico. A região mesma e seu nome aparecem pelo ano 43 de nossa era no «*De situ orbis* do geógrafo Pompônio Mela: *Scandinavia*, e este nome está em relação com a Scania e o cabo Skagen».[3]

Plínio, o Antigo *(Hist. Nat.* IV, 965), menciona igualmente a ilha de Escandinávia onde vivem os *hilleviones* em quinhentas aldeias.[4] Na geografia de Ptolomeu (século II) encontramos citados vários povos que podemos identificar, «assim os *Harudes* são os charudes de Ario-

visto, os Hordhar noruegueses...»[5] E' provável que Tácito se refira aos suecos quando fala dos *suiones* do Oceano que possuem uma frota e que obedecem a um rei cujo poder é absoluto.[6]

Procópio, no século VI, menciona entre outros povos os *Svears*, isto é, os suecos. Jordanes (séc. VI), cuja obra contém, apesar de imprecisões, importantes subsídios para uma História primitiva do Norte, menciona pela primeira vez os dinamarqueses *(Dani)*. O mesmo autor celebra os suecos «por sua estatura esbelta, seu tráfico de peles e seus cavalos...»[7] Gregório de Tours menciona *(Historia Francorum* t. III) uma incursão de dinamarqueses chefiados pelo rei Chochilaicus sob o reinado de Thierry em 528. O chefe invasor foi derrotado e morto pelos francos. «O episódio tornou-se célebre nos fastos da epopéia germânica. A derrota e morte de *Hygelac* (Chochilaicus) são narrados no belo poema anglo-saxônico do Beowulf (por volta de 1202 e seguintes). Esse poema permite retificar um erro de Gregório de Tours. O chefe dos escandinavos não é um rei dinamarquês (da Scania), mas um rei dos godos da Suécia ou Geatas. E' o único desembarque na Gália de piratas procedentes da Suécia».[8]

Fortunato louva (cerca de 574), em um poema, o duque de Lupus, o mais importante personagem da Austrásia, por haver vencido o dinamarquês e o saxão sobre o rio *Bordaae*. «Esse curso d'água atravessaria o Wetteran (Hesse e Nassau). Não sabemos o que teriam vindo fazer os dinamarqueses nessa região».[9]

Sobre a expansão escandinava na época das novas invasões podemos citar as seguintes fontes literárias:[10]

a) A *Crônica anglo-saxônica* (compilação de numerosos anais locais sobre que falaremos no capítulo referente à Literatura, em outro volume da História do Mundo Feudal). Seus autores nem sempre fazem justiça aos invasores escandinavos.

b) A *História Universal* de Orósio (cuja tradução foi atribuída ao rei Alfredo) possui o mérito de mostrar que as relações entre a Inglaterra e o mundo escandinavo não se limitavam a ações bélicas: havia também transações comerciais.

c) Textos célticos constituem fontes para o estudo das ações guerreiras dos vikings e refletem a indignação patriótica e religiosa das vítimas das incursões nórdicas. Tais textos são, por exemplo, os *Annales do Ulster*, o *Chronicon Scotorum*, etc.

d) Entre as fontes relacionadas com a Normandia, podemos lembrar a obra de Dudon de Saint-Quentin: *De moribus et actis primorum Normanniae ducum* (Sobre os costumes e feitos dos primeiros duques da Normandia).

e) Das fontes provenientes do Império Franco vale lembrar os *Annales Bertiniani* — Anais de S. Bertin — redigidos por Prudêncio, capelão da Imperatriz Judite e, em continuação, por Hincmar, arcebispo de Reims. Esses *Anais* permitem «entrever o sentido político do acontecimento *viking* de um modo mais objetivo» (Durand, *obra citada*, p.8).

f) Para completar essa breve relação de fontes literárias lembremos, ainda, somente a título de exemplo: *A vida de Ansgar* de autoria de Rimbert, que nos informa sobre a sociedade sueca pagã e suas relações comerciais no Báltico; a *História dos Pontífices da Igreja Hamburguense* redigida por volta de 1075 pelo clérigo alemão Adão de Bremen, que nos descreve as regiões nórdicas. «Adão se dedica a uma descrição dos países nórdicos e em seu tratado *Das ilhas do Setentrião* é o primeiro a levar em consideração a colonização da Groenlândia e as expedições em direção à América» (Durand, *obra citada*, p.9); as notícias dadas por documentos russos do século XII e de época anterior, sobre a dinastia sueca de Oleg e sobre a primeira incursão dos varegues sob as ordens de Rurik e de seus dois irmãos (Durand, *obra citada*, p.9); as *Gesta Danorum* redigida pelo fim do século XII por *Saxo Grammaticus* (monge dinamarquês); breves relações feitas por viajantes árabes baseadas em seus eventuais contactos comerciais ou diplomáticos com o mundo nórdico. A todas essas fontes até aqui enumeradas devemos acrescentar as inscrições rúnicas, os Eddas e as sagas. Nas primeiras temos documentos contemporâneos da época viking. «Por muito tempo o valor de seu conteúdo histórico foi desconhecido; hoje a runologia permite discernir a parte de verdade que encerram as cerca de mil mensagens lacônicas gravadas nas pedras da Dinamarca, da Noruega e sobretudo da Suécia. Graças a elas os vikings saem de seu anonimato, adquirem um nome, uma vida familiar, uma condição social; muitas vezes torna-se possível situar no tempo os empreendimentos vikings sucessivos bem como apreciar a respectiva importância. E sobretudo seus ensinamentos necessariamente parcelados autorizam frutuosas reconstituições com as sagas e os poemas escáldicos da Islândia Medieval».[11] Convém, entretanto, chamar a atenção do leitor para o fato de que as inscrições rúnicas dizem respeito principalmente ao ambiente sueco. Os poemas escáldicos e as sagas informam-nos sobre o ambiente norueguês. Quanto à Dinamarca deve-se observar que sua literatura latina iniciou-se mui tardiamente, o que a impossibilitou de recolher muitas tradições autênticas da época dos vikings.[12]

Que são os «Eddas»? Kohnen responde-nos sucintamente: «Quase toda a mitologia de origem germânica, no sentido próprio da palavra, só foi conhecida após a descoberta de um manuscrito, na segunda metade do século XVII, contendo 29 cantos dedicados aos deuses e heróis nórdicos. A descoberta se deu no ano de 1643 pelo bispo islandês Brynjolf Sveinsson. Ele atribui erroneamente a composição ou redação

desses cantos ao mais célebre de todos os escritores da Islândia Medieval, Saemund (1056-1133), que lhes deu o título de «Saemunder Edda hins Frodha» ou «Edda Saemundi multiscii». O título ou a palavra «Edda» deriva provavelmente de *odhr* — canto-poema — arte poética; a «Edda» foi composta entre 1222 e 1231 pelo poeta e estadista islandês Snorri Sturlason (1178-1241).

Existem duas edições da «Edda»: a de Snorri, escrita em prosa, contendo fragmentos idênticos aos da segunda, é também chamada *Edda in prosa*, *Snorra Edda*, *Edda Recentior*. A segunda edição não conservou o nome Saemundar, mas foi intitulada *Edda Poetica*, *Edda Antiqua*, e contém ainda algumas lendas islandesas. Os cantos Eddas foram compostos entre 800-1250 (em língua islandesa e norueguesa; apenas dois cantos são escritos em groenlandês)».[13]

Caracterizados sumariamente os «Eddas», resta saber qual seu valor como fonte histórica.

Sobre o «Edda» poético anota Musset: «A forma lingüística e métrica desses textos mostra que um bom número dentre os mesmos foram compostos em uma época mais antiga e foram, primeiramente, transmitidos via oral da Noruega para a Islândia. Mas pode-se realmente remontar até por volta do século VIII? Talvez para uma minoria de poemas; outros, ao contrário, entre os mais importantes, foram compostos ou, pelo menos, transformados na época dos vikings, sob influência de contactos com os meios célticos e com o cristianismo. O mais prudente é, pois, ater-se aos fatos que a arqueologia e a onomástica permitem datar com certeza».[14]

Anwander considera, contudo, os cantos do Edda, ao lado das sagas, como «tesouros preciosos, mesmo sob o ponto de vista da História das Religiões».[15]

Ainda sobre a *Edda Poética* (Edda Antiqua) anota Kohnen: «embora remonte à época mais afastada, observamos que não pode ser considerada uma obra nascida do paganismo ainda vivo. Não autoriza semelhante suposição a maneira como os deuses aí são apresentados».[16]

Quanto à *Edda Recentior* (de Snorri) comenta Anwander: «é um código de arte escáldica; oferece uma mitologia exata, prova de que os mitos haviam desaparecido da consciência viva» *(Obra citada*, p.65).

Que se deve entender por *saga?* «A *saga*, produto especificamente islandês, apareceu por volta de 1112 e floresceu até o fim do século XIV, aproximadamente. Evolvendo no decurso de dois séculos, apresenta aspectos assaz diversos: as sagas históricas, freqüentemente constituídas por elementos lendários e romanescos, revelam às vezes um senso crítico e uma autenticidade admiráveis como acontece com o Islendingabok de Are Frode, considerado o pai da História escandinava, ou Landnamabok, iniciado por Are Frode, continuado por Sturla Thordsson, que contém nada menos de 3.000 nomes de pessoas e 1.400 nomes de lugares. As sagas genealógicas islandesas relatam quase todos os episódios que dizem respeito à colonização da Islândia, até cerca de 1030,

tais como a Saga de Egil, a Laxdoela Saga e uma série de narrativas referentes a diversas regiões de Islândia. O exemplo de Are Frode frutificou, e na segunda metade do século XII aparecem as sagas reais norueguesas, consagradas a Olaf Tryggvesson, Olaf, o Santo, Sverre, etc., que chegaram até nós em muitas versões diferentes: a obra-prima no gênero é o Heimskringla de Snorre Sturlasson, dedicada à dinastia dos Ynglingar, descendente dos deuses, e à história da Noruega até 1177. Parte das sagas históricas refere-se a outros países, às ilhas Faeroe, às Orkneys, à Groenlândia e à Vinlândia (América do Norte), descobertas em fins do século X, à Dinamarca, à Suécia e à Rússia (saga de Edmund).[17]

Falando sobre as fontes escandinavas Durand anota: «De resto algumas dessas longas narrativas em prosa que são as *sagas* não contêm estrofes escáldicas textualmente reproduzidas que remontam inegavelmente ao século IX? A *Saga de Egil*, a *Saga de Nial*, a *Saga de Kormak* e muitas outras, os *Austrfararvisur* e os *Vikingavisur de Sighvatr*, a *Heimskringla de Snorri* — a obra mais monumental de toda Idade Média — nos introduzem na intimidade dos vikings, de sua mentalidade, de sua vida cotidiana, bem como no conhecimento de suas expedições. Temos aí uma mina de informações infinitamente mais ricas que todos os textos do Ocidente».[18]

Encerremos esse estudo das Fontes da História dos vikings, com algumas linhas sobre a Arqueologia.

«À arqueologia deve-se uma parte considerável nessa tarefa de pôr em dia um passado já milenar. Da Terra Nova à Ucrânia, centenas de escavações exumam barcos, armas, jóias, praças fortes, acampamentos, portos e cidades inteiras. As disciplinas as mais diversas, estratigrafia, numismática, oceanografia, climatologia, etc... conjugam seus esforços para reconstituir o aspecto cotidiano da sociedade e a soma de mil pesquisas fragmentárias leva hoje a uma visão coerente de um universo buliçoso de uma vida múltipla, espantosamente concreta».[19]

Os ritos funerários dos vikings facilitaram sobremaneira a tarefa dos arqueólogos, pois os chefes gostavam de ser enterrados em navios ocultos sob um monte de terra. Assim é que as escavações permitem-nos imaginar com precisão como era construída uma frota normanda.

O Nome

Os normandos têm sido designados por vocábulos variados.

Os cronistas franceses usam a expressão *normandos (normannus)*. A rigor, essa designação deveria ser aplicada somente aos noruegueses. Com efeito, a partir das últimas décadas do século IX a parte ocidental da península escandinava toma o nome de *Noregr* (caminho do Norte) e seu habitante passa a chamar-se *Nordhmadhr* (homem do norte) em oposição ao *Sudhermann* (homem do sul).[20] Bloch assim

explica a difusão do vocábulo «normando»: «Nada parecendo mais característico do estrangeiro, ser misterioso por natureza, que o ponto do horizonte donde ele parece surgir, os germanos do lado de cá do Elba adquiriram o hábito de dizer simplesmente: «homens do Norte», *Nordman*. Coisa curiosa: essa palavra, não obstante sua forma exótica, foi adotada tal qual pelas populações romanas da Gália ou porque, antes de aprender a conhecer, diretamente, «a selvagem nação dos normandos», sua existência lhe teria sido revelada por notícias provindas das províncias limítrofes, ou porque, mais provavelmente, o vulgo tivesse ouvido, no início, a designação dada por seus chefes que, funcionários reais cuja maior parte no início do século IX havia saído de famílias autrasianas, falavam ordinariamente o frâncico. Em todo o caso o emprego desse termo permaneceu estritamente continental».[21]

Os cronistas saxônicos usam o vocábulo *ascomanni*. «Os autores anglo-saxões não conhecem senão os *Dani*, mas os Celtas empregam as palavras *gall* (o estrangeiro) e *lochlannach* (o homem do Norte). Nos textos bizantinos e árabes os vikings são denominados *Rhos* ou *Rús*, isto é, gente da província sueca do Roslag, ou ainda *varegues* da palavra norueguesa *voeringjar* que parece ter significado alternativamente comerciantes e mercenários.

O cronista russo Nestor emprega o termo *Svei*, mostrando, assim, que, para ele, os vikings vinham do Svealand, província donde a atual Suécia tira seu nome.[22]

Passemos, agora, a algumas considerações sobre o termo *viking* tão difundido atualmente. Como o leitor verá, os autores não estão acordes em explicar o sentido desse vocábulo.

Assim, por exemplo, Durand ensina: «Quanto aos próprios escandinavos, não variaram desde o século IX sobre a designação hoje universalmente admitida: *víking* e *víkingr*. O primeiro, substantivo do gênero feminino, significa a expedição guerreira levada por mar; o segundo, do gênero masculino, designa o homem que toma parte nessa expedição. As mais diversas etimologias foram aventadas para essa palavra que se encontra em frisão, em anglo-saxão — desde o século VIII em Widsith — e mais tarde em Adão de Bremen. Uns pensaram na palavra *vik* (o golfo, a angra), sendo o viking, então, o homem que procura abrigo nas chanfraduras do litoral ou, até mesmo, que habitaria o vik, o grande fiorde de Oslo».[23] Ainda Durand, depois de citar outras explicações para o vocábulo viking, acrescenta: «Em virtude de pertinentes razões filológicas essas hipóteses tiveram que ser rejeitadas; foi necessário mesmo renunciar a fazer remontar o *viking* ao substantivo neutro *vig* (combate) e atualmente inclina-se a ver na palavra latina *vicus* um parente distante do termo escandinavo, fato esse que tem por efeito inesperado dar como primeiro sentido ao viking o de burguês!»

Musset assim explica a palavra viking: «atestada sob formas vizinhas em escandinavo, em frisão e em velho inglês, parece, a despeito de teorias aventurosas, derivar do tema *vik*, «baía».

Semanticamente pode-se explicar que o homem das baías se tenha transformado em pirata, tal é, em todo o caso, o sentido usual do vocábulo em nórdico, muitas vezes com uma nuança pejorativa. Foi assaz arbitrariamente que os historiadores modernos o aplicaram a todos os escandinavos em expedição distante; convém mal aos empreendimentos oficiais ou colonizadores. Para as expedições orientais, mais continentais ou fluviais que marítimas, é necessário preferir o termo varegue (v. escandinavo *vaeringi*, donde o russo varjag), que designa etimologicamente negociantes mas que foi, desde logo, aplicada a soldados aventureiros».[24]

Lemos em Will Durant a seguinte explicação: «Viking vem do velho escandinavo vik, enseada ou fiorde; vik aparece nesse sentido em Narvik, Schleswig, Reykjavik, Berwick, Wicklow, etc... *Vikingr* significava aquele que assaltava o campo adjacente aos fiordes».[25]

A Escandinávia Antiga

O estudo da pré-história revela-nos que no norte europeu as manifestações culturais pertencem a uma época mais recente que as do centro e do sul do continente. Esse fato encontra sua explicação na prolongada duração do período glaciário na terra escandinava. Por volta do quinto milênio antes de nossa era percebe-se no litoral dinamarquês o desenvolvimento de uma civilização caracterizada pela atividade pesqueira.

Na mesma época as minas de sílex do norte da Jutlândia exportam essa matéria-prima para a Suécia e Noruega.[26]

Na idade do bronze o mundo nórdico «pela primeira vez revela todas as suas capacidades artísticas e técnicas» (Musset, *Le Monde Scandinave)* que se manifestam em armas, ornamentos e até em instrumentos musicais.

Representações artísticas como, por exemplo, as gravuras rupestres da Suécia do Sul, prestam-nos informações sobre aspectos da vida cotidiana da época mostrando-nos atividades guerreiras, agrícolas, cinegéticas e marítimas.

A descoberta de túmulos de chefes permite-nos igualmente desvendar alguns segredos desse «fenômeno misterioso» (a expressão é de Pittard, *Les Races et L'Histoire*, p.257) que é a riqueza excepcional da idade do bronze escandinavo.

O costume de incinerar os mortos introduzidos na idade do ferro priva-nos da excelente fonte de informação constituída pelo mobiliário funerário. O norte perde nessa época sua autonomia artística e «sofre profundamente a influência dos celtas, então senhores das regiões ocidentais e centrais do continente».[27]

Um aspecto curioso da História escandinava é o problema das relações com o Império Romano.

Segundo a famosa inscrição de Ancira (Ancara), uma flotilha romana, no ano 5 de nossa era, «partindo da embocadura do Reno navegou através do Oceano em direção dos países do sol-poente e até os confins dos cimbros; nem por terra, nem por mar, nenhum romano, antes dessa época, havia chegado até aí».[28]

Essa expedição ultrapassou o limite atingido pela já mencionada aventura do marselhês Píteas e os termos com que foi registrada na citada inscrição «marcam a verdadeira entrada do mundo nórdico na história».[29]

Embora a Escandinávia tenha permanecido «fora do horizonte da ciência e da literatura greco-romanas» (Musset, *Le Monde Scandinave*, p.1074), não se manteve, contudo, fora do alcance das transações comerciais.

Com efeito, soldados e negociantes das zonas fronteiriças do Império estabeleceram um intercâmbio freqüente com os povos nórdicos. Assim é que, do segundo ao quarto século de nossa era, todo aquele que, no norte, houvesse atingido um certo nível social, deveria aceitar certos luxos romanos: «Os vasos de bronze e de vidro, a baixela, a ourivesaria, as armas, até mesmo os petrechos do perfeito bebedor de vinho, de procedência italiana ou provincial, invadem os túmulos dinamarqueses. Tomam-se de empréstimo até mesmo certos costumes típicos, como por exemplo, o óbolo a Caronte depositado na boca dos mortos:

As moedas romanas afluem ao norte, sobretudo a Gotland».[30]

As influências romanas fazem-se sentir também no vocabulário referente a pesos e medidas e na própria escrita. Falaremos, mais adiante, da origem das famosas runas. E' bem provável que os escandinavos tenham servido ao Império como auxiliares do exército, fato esse que, naturalmente, explicaria também as influências culturais romanas.

Para encerrar essas linhas sobre a Escandinávia Antiga, vamos dizer algumas palavras a respeito dos povos que aí habitaram.

Pittard em seu interessante estudo sobre as raças e a história não aceita a teoria das superposições étnicas segundo a qual diferentes raças humanas se teriam sucedido na Escandinávia.

A fisionomia antropológica teria sido essencialmente a mesma na idade da pedra e nas fases sucessivas: «Os artistas da idade do bronze escandinavo eram descendentes dos incomparáveis talhadores de sílex que os haviam precedido, e seus descendentes aceitarão, sucessivamente, de geração em geração, a civilização da idade do ferro e as que seguirem».[31]

Depois de levar em consideração o inventário de formas cranianas pertencentes a diferentes épocas (idade da pedra, idade do bronze), Pittard acentua a predominância dos tipos dolicocefálicos e conclui:

«A fisionomia étnica da Escandinávia não mudou durante esses longos períodos pré-históricos a não ser em que parece ter sido, em cada etapa, um pouco mais tingida de dolicocefalia. Convém lembrar que essa fisionomia não é muito diferente daquela que nos é revelada, nos mesmos períodos, por outras regiões européias. Constatamos, por exemplo, na França, a presença simultânea, na idade da pedra, de braquicéfelos e de dolicocéfalos. Mas, enquanto que, à medida que os acontecimentos se desenrolam, as maiorias braquicefálicas se impõem em certos lugares da Europa Central e Ocidental, não parece que na Escandinávia tenha havido transformações étnicas profundas, suscetíveis de explicar quer modificações sociais, quer reviravoltas políticas».[32]

Estaríamos, assim, em face de uma pureza relativa da raça nórdica escandinava, e a península escandinava aparece «como a cidadela da raça germânica».[33]

Estrutura político-social[34]

A estrutura político-social dos normandos esteve evidentemente sujeita a uma evolução motivada pela própria expansão demográfica e geográfica e os conseqüentes contactos externos.

Nobres, camponeses e escravos constituíam as três classes da sociedade primitiva. Não estamos, aqui, entretanto, em face de uma estrutura rígida, pois, na realidade, constata-se, com o correr do tempo, uma verdadeira interpenetração dessas classes.

Quanto aos escravos, convém lembrar que os celtas, em certos períodos, devem ter constituído um importante contingente dos não-livres, especialmente nas regiões colonizadas pelos vikings onde era carente a mão-de-obra.

O camponês livre, proprietário de terras (o *bondi*), desempenhava papel relevante na sociedade normanda o qual se traduzia principalmente pelo exercício de dois privilégios: portar armas e participar da *thing* (assembléia regional). O *bondi* votava (batendo a espada contra o escudo) e designava aquele que deveria exercer o poder governamental.

No cimo da pirâmide social encontramos os nobres designados por diversos nomes (entre os quais *jarls* = condes) cujo significado exato é difícil precisar. Originariamente os dirigentes da sociedade normanda devem ter sido chefes de equipe livremente aceitos como tais pela maioria. No decurso do tempo estabeleceu-se uma centralização governamental em que os nobres tiveram de submeter-se a personalidades fortes que não hesitaram em impor e firmar permanentemente sua própria autoridade. Assim é que o capitão de um grupo de homens livres (o *konungr*) transforma-se em soberano poderoso.

Um fator que criaria novas categorias sociais entre os normandos foi o aparecimento e desenvolvimento das cidades. O artesanato e o

comércio produzem uma importante e ativa classe de cidadãos engajados em profissões definidas.

Encerremos essas breves considerações sobre a estrutura político-social lembrando o papel importante desempenhado pela mulher na família e na sociedade.

O elemento feminino, com efeito, se encontrava praticamente em pé de igualdade com o homem. As mulheres usavam armas, dedicavam-se à poesia e até exerciam comandos.

Poderio militar

Falaremos, mais adiante, do navio e do papel que teve nas incursões normandas. Limitar-nos-emos, agora, apenas a uma sucinta enumeração do equipamento militar dos guerreiros. Convém recordar preliminarmente os grandes acampamentos militares que as escavações tornaram conhecidos e que constituíam verdadeiras bases de apoio (fortificações, guarnições e depósito de material) para as expedições guerreiras. Um dos mais famosos desses acampamentos construídos com técnica especial era o de Jomsborg situado na embocadura do Ôder.

O armamento individual dos vikings abrangia:[35]

1) A *espada* de dois gumes cujo botão do punho cuidadosamente trabalhado era um índice exterior da riqueza do proprietário.

A França e a Renânia exportavam as lâminas dessas espadas. Podemos avaliar a importância desse comércio pela proibição formulada por Carlos Magno e, depois, por Carlos, o Calvo, de exportação de armas para a Escandinávia.

Os transgressores estavam sujeitos à pena capital.

2) O machado era a arma caracteristicamente nórdica. Com seu amplo e côncavo gume preso a um longo cabo, o machado constituía nas mãos vigorosas do viking uma arma de excepcional eficácia.

3) *Dardos* com pontas metálicas e *arcos* (mencionados nas sagas), que lançavam flechas de grande poder de penetração, figuravam entre as armas ofensivas.

4) *Escudo* (de madeira, e circulares), capacete e cota de malha completavam o equipamento militar. Note-se que cotas de malha e também armaduras só eram usadas provavelmente por um número diminuto de guerreiros.

Economia

Caça, pesca, indústria e agricultura eram atividades básicas que ocupavam a vida cotidiana dos normandos. Mas são sobretudo as atividades

comerciais que chamam a atenção do estudioso da história da época dos vikings. Estes são conhecidos principalmente por seus feitos guerreiros. Mas, na realidade, podemos afirmar que sua audácia, sua coragem, seu espírito empreendedor e aventureiro levaram-nos igualmente a um gigantesco empreendimento comercial.

A exumação de grande quantidade de peças de prata (entre as quais se encontram moedas das mais diversas e distantes procedências) atesta sobejamente que a Escandinávia se tornou, na chamada época viking, um gigantesco entreposto de exportação e importação ligando os quatro cantos do mundo civilizado. Note-se que o intercâmbio comercial já existia intenso desde a idade do bronze. Realizava-se, então, por vias terrestres, seguindo a direção norte-sul. Na época que focalizamos, as transações comerciais se fazem sobretudo por via marítima e, geralmente, seguem o eixo leste-oeste. «As praças de comércio em que os vikings estavam presentes não se contam: de Praga ao mar de Aral, de Bizâncio a York, em toda a parte eles mantêm frutuosas relações com os árabes, os judeus, os húngaros, os eslavos, os francos ou os ingleses, brutais ou insinuantes segundo o vigor do parceiro».[36]

Na Escandinávia os maiores centros comerciais eram *Skiringsal* (atual Kaupang) na Noruega, *Birka* na Suécia e *Hedeby* na Dinamarca.

Gente de toda a parte vinha a Birka: anglo-saxões, frisões, alemães, baltos, eslavos, gregos e orientais. As trocas abrangiam uma série enorme de mercadorias: seda oriental, brocados bizantinos, prataria árabe, vidros renanos, panos frisões, armas francas. Entre os produtos do norte figuravam: âmbar, mel e, sobretudo, peles de diferentes animais.[37] «As transações com peles asseguravam a Birka um papel econômico de primeiro plano nessa Alta Idade Média em que as peles possuíam importância primordial para o vestuário. E' possível que os mercados *(Distingen)* que se realizaram durante toda a Idade Média nas proximidades de Upsala tenham sido prolongamento das famosas feiras de Birka.[38] Por Bizâncio, as mercadorias vikings atingiram os demais mercados gregos e por intermédio de Bulgar, no Volga, chegaram até os árabes e o Oriente. Um geógrafo persa do fim do século X anota entre outras as seguintes mercadorias oferecidas pelos vikings: cavalos, peles, flechas, falcões e escravos. Estes últimos parecem ter sido sobretudo eslavos.[39]

Literatura e Artes

Os grandes poemas épicos e mitológicos que encontramos nos Eddas têm sua gênese no esforço de várias gerações que transmitiram oralmente com espantosa fidelidade as obras poéticas anônimas produzidas em diferentes regiões e enriqueceram-nas com novas contribuições tornando-as um patrimônio comum. Quanto ao conteúdo, os Eddas podem ser divididos, de acordo com a tradição, em poemas dos heróis (a parte mais antiga) e poemas dos deuses. Os primeiros inspiraram-se no fundo épico que é comum a todos os povos germânicos. Os segundos «possuem a nossos olhos o mérito de serem sensivelmente contemporâneos aos tempos vikings».[40] «Toda a cosmogonia da religião pagã encontra-se aí desenvolvida em um poderoso panorama; lições de sabedoria são aí ministradas e as aventuras terrestres dos deuses relatados com uma irreverente truculência».[41]

Foi uma agradável surpresa para os runólogos descobrir que numerosas inscrições rúnicas escondiam em seu sentido um precioso conteúdo poético. Na realidade essas inscrições constituem os espécimes originais da velha poesia nórdica atestados literalmente.

Antes de abordarmos o problema da origem das runas, vamos dizer algumas palavras sobre os escaldos. Encontramos sua origem nos poetas populares que em virtude de seu talento e inspiração passaram a fazer da literatura uma verdadeira profissão oferecendo seus serviços aos nobres e aos ricos. Na sociedade viking o escaldo passa a desfrutar, então, de notável prestígio. Admitido, mediante prova de sua capacidade, na comitiva que cerca o príncipe, o escaldo é alvo de honrarias e presentes. Reflexo desse prestígio é o fato de as sagas haverem escolhido muitas vezes como um de seus heróis um dos mais célebres escaldos do século X.[42] Com o correr do tempo a grande missão do escaldo cortesão foi escrever a chamada *drapa*, isto é, um grande poema épico em homenagem a seu soberano.

Diferentes têm sido as teorias que pretendem explicar as origens das runas. Antes de enumerar essas teorias vamos apresentar ao leitor uma breve noção sobre o que se deve entender por *runas*.[43] Chamam-se assim os caracteres usados pelas tribos germânicas antes de sua conversão ao cristianismo. As runas formam um verdadeiro sistema alfabético e foram grafadas em diferentes objetos, sobretudo em pedras. As inscrições rúnicas são, em geral, bastante curtas. A mais longa inscrição, até o presente encontrada, é a de Eggjum, na Noruega, e contém cerca de 200 sinais. Note-se, de passagem, que existem diversos sistemas de runas, uns originando-se dos outros e todos apresentando características comuns. Convém lembrar, ainda, que a madeira servia muito bem como suporte para a escrita rúnica, especialmente na correspondência. E' o que se depreende, por exemplo, desse curioso texto de Saxo Grammaticus: *Profisciscuntur cum eo bini Fengonis satellites, litteras ligno insculptas, nam id celebre quondam genus chartarum erat, secum gestantes.* — Partem com eles os dois guardas de Fengon, levando consigo uma mensagem gravada na madeira, pois essa maneira de escrever era muito empregada outrora.[44] E' curioso lembrar um texto de Venâncio Fortunato (séc. VI), anterior em muitos séculos ao de Saxo Grammaticus (séc. XII), em que é igualmente atestado o uso das runas sobre madeira. O bispo de Poitiers, com efeito, pede a um amigo que lhe envie notícias por qualquer meio: «*Barbara fraxineis pingatur runa tabellis, quodque papyrus agit, virgula plana valet*». «Que a runa

bárbara seja pintada sobre tabuinhas de freixo; aquilo que o papiro realiza, uma vara lisa é suficiente». Note-se que a madeira era usada como suporte da escrita quer em forma de vara, quer em forma de tabuinhas. O autor fala em sinais pintados e não em sinais gravados. E' possível que a pintura tenha sido acrescentada aos sinais já entalhados.[45] O vocábulo germânico *runa* (velho islandês rùnar = secreto; velho saxão runa = cochicho) tem correspondente em céltico: *rún* (irlandês), rhin (secreto, mistério — em galês). Esses significados sugerem que o emprego das runas estava relacionado com algo de misterioso, reservado. Com efeito, «os germanos utilizavam para a adivinhação bastõezinhos sobre os quais estavam gravados certos sinais simbolizando idéias muito gerais. Quando entraram em contacto com alfabetos meridionais, acolheram o princípio e, até mesmo, a forma material dos caracteres, mas conservaram, ao menos no início, o hábito de escrever em madeira, de ligar a cada sinal uma idéia e o de agrupar esses sinais em grandes categorias».[46] O contacto com alfabetos meridionais teve pois como conseqüência transformar a antiga runa divinatória em runa alfabética. Surge aqui o curioso problema: de que alfabeto meridional procederiam as novas runas? Os antigos escandinavos atribuíam a invenção de suas runas e a criação da magia rúnica ao deus Odin. Os estudiosos do assunto têm formulado diversas hipóteses sobre a gênese do alfabeto rúnico das quais podemos anotar as seguintes:

1) Empréstimo direto aos fenícios; 2) Empréstimo ao alfabeto grego; 3) Empréstimo ao alfabeto latino; 4) Empréstimo às escritas norte-etruscas ou alpinas.

Façamos sobre cada uma dessas hipóteses um breve comentário.

Quanto à primeira, parece que hoje não mais deva ser sustentada, pois carece de argumentos válidos.

De acordo com a segunda, os godos que, nos primeiros séculos de nossa era, se encontravam no litoral do Mar Negro entraram em contacto com antigas colônias gregas e, então, adotaram o alfabeto deformando-o.

Dos godos o sistema alfabético teria passado para a região do Mar Báltico, difundindo-se por outras regiões e evoluindo de maneira independente.

Entre os que defendem o empréstimo ao alfabeto latino figura Pedersen que após exaustiva argumentação «procurou reduzir a um protótipo latino todas as runas, quase sem exceção, e chegou à conclusão de que, das vinte e quatro letras do alfabeto latino, vinte e duas encontraram lugar na escritura rúnica, excetuando-se somente o K e o Q».[47]

A quarta hipótese parece ser, atualmente, a mais provável. As chamadas escritas norte-etruscas ou alpinas foram utilizadas nos vales dos grandes lagos situados ao norte da península itálica. Essas regiões estavam em comunicação com a Alemanha Ocidental através da bacia

do Reno anterior. Essa teria sido, então, a via de transmissão da escrita alfabética aos germanos, ainda antes de nossa era. Por intermédio dos marcomanos, que habitavam ao sul do Meno, é que os demais germanos teriam adotado o emprêgo das letras etruscas. Um fato parece confirmar esta hipótese. Quando as runas se constituíram, tanto os gregos como os romanos já haviam adotado o costume de escrever exclusivamente da esquerda para a direita «enquanto as escritas alpinas, seguindo a tradição etrusca, permaneciam orientadas da direita para a esquerda. Ora, um bom número de antigas inscrições rúnicas encontram-se nesse caso: Kovel, Einang, Möjebro, etc.».[48]

As Artes[49] — As atividades artísticas dos vikings constituem um tema bastante rico e complexo. Mereceria, portanto, um espaço bem maior do que lhe podemos consagrar no presente estudo. Limitar-nos-emos, aqui, apenas a apresentar algumas considerações sobre a gênese, as características e os principais campos dessa produção artística.

Na gênese da arte «viking» podemos anotar os seguintes elementos:

1) Sobrevivências nórdicas da arte do bronze.

2) Contribuições da arte das estepes.

3) Influências da arte anglo-céltica, especialmente entre o V e o VIII séculos.

4) Inspiração pagã, intensa sobretudo nos séculos VII e VIII.

Relacionadas com os supracitados elementos, encontramos as seguintes características da atividade artística dos «vikings»:

1) Como acontece na literatura, a principal fonte de inspiração na arte viking encontra-se na mitologia e na cosmogonia pagãs.

2) Os empréstimos feitos às artes de outros povos são também um traço característico da arte viking (Oriente, Irlanda, Inglaterra, Arte Carolíngia, etc.).

3) Os entrelaces constituem, a partir da metade do século VII, um traço característico, específico da arte nórdica na Escandinávia.

4) Na segunda metade do século VIII aparece uma modificação na ornamentação. Esta se torna mais plástica e se manifesta em animais com traços bastante realistas. Os pássaros ou outros animais com cabeça de pássaro são numerosos. E' possível que esse novo estilo se origine ou da arte das estepes cuja influência se faz sentir, então, graças à reabertura da rota do âmbar, ou do velho folclore nórdico ou, ainda, de contribuições anglo-irlandesas facilitadas pelas grandes invasões dinamarquesas. Qualquer que seja a origem, certo é que esses motivos animalescos, «bestiário monstruoso mas harmonioso», se fixaram perfeitamente na arte escandinava.

5) A extrema riqueza da arte dos vikings permite aos estudiosos distinguir-lhe na evolução diferentes escolas. Assim, por exemplo, temos a escola de Gotland com seu cortejo de animais estilizados, a escola de Gokstad com suas cabeças de cavalo de orelhas pontudas encontradas no famoso navio descoberto em Gokstad, na Noruega, a escola de Jellinge cujo nome provém da famosa pedra rúnica com seus motivos geométricos em intermináveis estrelaces.

6) No século XI a arte dos vikings se caracteriza por um ecletismo que se alimenta em contribuições provenientes de uma vastíssima região cujo extremos se situam, grosso modo, em Kiev e na Inglaterra. Tal ecletismo é uma conseqüência natual da vigorosa expansão econômica e guerreira dos normandos.

Expostos alguns dos principais traços com que podemos tentar caracterizar a arte em tela, passemos a enumerar sucintamente os principais campos em que a mesma se manifestou.

Lembremos preliminarmente a arte do tecido e do bordado da qual apenas podemos fazer uma idéia graças a alguns fragmentos encontrados no navio de Oseberg, na Noruega. «As Tapeçarias de Baldishol e de Hölunda datam do século XII, mas constituem um prolongamento fiel da técnica e do estilo próprios da época «viking»... [50]

A atividade artística em pedra nos é bem melhor conhecida. Quer se trate da gravação de uma inscrição rúnica, quer se trate da representação de um episódio, percebe-se o dedo do artista. A mais simples inscrição rúnica é repartida sobre a superfície da pedra com um certo senso de ritmo. Entre as pedras figurativas convém lembrar o monumento de Lärbro em Gotland onde se narram em alto-relevo as proezas do herói Hild.

O ferro, o cobre, o ouro e a prata constituíram material com que o artista viking fabricou desde os punhos de espadas ricamente ornados até os mais delicados objetos de adorno como fivelas, broches, colares e pulseiras.

Nos trabalhos em madeira podemos perceber a virtuosidade técnica e estética do artista «viking». Com efeito encontramos nesse campo verdadeiras obras-primas (como v.g., as cabeças de homens e de animais da chamada escola do Vestfold).

Trabalhando a madeiras, os vikings rivalizaram em delicadeza com a filigrana e igualaram a exuberância das iluminuras. [51]

Religião

Depois das *Artes*, convém dizer algumas palavras sobre a vida religiosa dos vikings. Estamos aqui em face de uma complexidade de crenças que evoluíram a partir do antigo substrato religioso germânico. A religião viking «resulta de uma milenar sedimentação de crenças que

lentamente se degradam para não deixar senão um elemento residual que acaba por ser assimilado no estádio seguinte da evolução. Dessa maneira as divindades se sobrepõem, as mais recentes herdando atributos e funções das mais antigas. Da sociedade da idade de bronze subsistirá, até a cristianização e mesmo além, o duplo culto da fecundidade e do raio». [52]

Entre os principais traços característicos dessa religião, podemos acentuar:

1) O politeísmo dos vikings apresenta um aspecto que se relaciona com a mentalidade aberta às influências externas que caracteriza esse povo de aventureiros e negociantes: é um politeísmo tolerante que deixa a cada um a liberdade de escolher a divindade que melhor lhe agrade. Esse fato possui, evidentemente, como conseqüência a fragmentação da religião em verdadeira multidão de seitas.

2) E' curioso notar que ao lado desse politeísmo encontramos um certo indiferentismo religioso que, às vezes, reveste até o caráter de verdadeiro ateísmo. Assim, por exemplo, as sagas mencionam personagens de relevo que «não crêem senão em si mesmos». Compreende-se facilmente que «o ateísmo de alguns e a indiferença de grande número contribuam para esvaziar, durante a época viking, a religião pagã de sua substância espiritual: dela não restarão em breve senão os ritos próprios das estações mais ou menos misturados com magias, e os costumes funerários». [53]

Note-se que os ritos agrícolas revelam uma persistente continuidade que se prolonga desde os tempos pré-históricos até a época viking propriamente dita.

3) Somente a título de exemplo vamos citar três das principais divindades da mitologia nórdica:

Freyr (Frey ou ainda Fricco) era o deus dispensador da fertilidade, da chuva e do sol. Seu ídolo recebia culto no templo de Upsala. «Em cada primavera, sua esposa — uma espécie de vestal ligada a seu culto — levava-o em um carro através dos campos a fim de fecundá-los». [54]

Odin «era o *Alfadur*, o soberano do céu e da terra, o deus da agricultura (a última espiga do campo ceifado era-lhe consagrada) e o deus da guerra (os mortos no campo de batalha pertenciam-lhe e sacrificavam-lhes os prisioneiros de guerra). Residia em seu palácio Hlidskalf, em Asgard (o céu nórdico); mas, como guerreiro, seu trono levantava-se no *Walhalla*, onde todos os bravos mortos em combate tomavam parte em suas orgias intermináveis. Era o arquimago, o inventor da escrita rúnica e inspirador dos poetas». [55] Note-se que o culto de Odin era de origem mais recente que o de Freyr. «Aristocrático, misterioso, inquietante, cruel e cínico, Odin pertence à classe governante». [56]

Thor é o deus da força, detentor do martelo do raio, protege o mundo dos homens contra os gigantes, o frio, o fogo, e outras ameaças.

4) Os deuses mais antigos contentavam-se com sacrifícios celebrados em pleno ar livre, nos campos, na orla dos bosques, no cimo das colinas. Freyr, Odin e Thor porém exigiam «as pompas dispendiosas de um culto monumental. Quer fosse erigido no *tún*, adro de um palácio, quer no seio do *lund*, bosque sagrado, o *hof*, ou templo, possuía proporções imponentes».[57]

As cerimônias compreendiam cortejos, sacrifícios, etc. Vale lembrar o *sejor*, êxtase coletivo, provocado por cantos ritmados e pela ingestão de certas bebidas estupefacientes. Quanto aos sacrifícios humanos, nota Durand, parecem ter sido raros: «constituíam a sobrevivência de um costume bem anterior à época dos vikings o qual queria que o rei se sacrificasse para conjurar as más colheitas. Com o tempo, os reis julgaram mais prático fazer-se substituir por um prisioneiro nessa ocasião e a prática tombou pouco a pouco em desuso. O sacrifício dos animais ou *blot* apresentava também a vantagem de fornecer a matéria para pantagruélicos ágapes com que terminavam tradicionalmente as cerimônias».[58]

5) Menção especial merecem os costumes funerários dos vikings. Tais costumes encontram-se, evidentemente, vinculados à crença na vida de além-túmulo quer na glória do Walhalla quer na anônima obscuridade do *Helheimr*.

A arqueologia revela a existência de objetos familiares depositados nas sepulturas, o que sugere a crença de que tais objetos seriam úteis ao defunto no outro mundo.

Para muitos a última morada era constituída por uma embarcação. «Mas é bem evidente que muitas vezes os parentes do defunto deviam hesitar em sacrificar um barco em bom estado. Assim é que navios já gastos eram utilizados e freqüentemente recorria-se a monumento de pedras simbolizando o *skoeio*, a nave viking por excelência» (Durand, p.123). A cremação dos cadáveres praticava-se muitas vezes especialmente quando o morto era sepultado a bordo de seu navio. Note-se contudo que foram encontradas embarcações funerárias cujos cadáveres não haviam sido queimados, o que mostra não ter sido essa prática habitual em todas as regiões.

Causas da expansão normanda

Antes do estudo das causas da expansão normanda no séc. IX, impõe-se uma observação: havia muito que os habitantes da Escandinávia estavam habituados a cruzar suas fronteiras em busca de outras terras. «As próprias modalidades desses primeiros empreendimentos além das fronteiras escandinavas não diferem essencialmente daquelas dos vikings. Conquistas, à ponta de espada e de flechas, efetuadas por via marítima, construções de fortalezas em lugares estratégicos, tributos percebidos das populações locais e, muitas vezes, colonização».[59]

As descobertas arqueológicas atestam a presença de dinamarqueses e de suecos nas margens meridionais do Báltico desde o século VII. Navios-túmulos encontrados em Uppland provam relações antigas entre a Escandinávia e a Inglaterra, pois continham objetos que traziam a marca inegável de influências anglo-célticas.

Ainda mais: em Helgo, nas proximidades de Estocolmo foi encontrada grande quantidade de objetos importados da Europa Ocidental a partir do século V.

A expansão escandinava possuía, portanto, raízes bem antigas, mas nos fins do século VIII e início do século IX essa expansão sofre um processo de aceleração adquirindo novas dimensões e até mesmo revestindo o aspecto de uma verdadeira explosão que vai sacudir os quadros políticos, sociais e econômicos da Europa carolíngia. Passemos, agora, à enumeração das causas que contribuíram para esse magno evento.

Do comentário que abaixo faremos o leitor poderá facilmente perceber a complexidade do problema em tela.

Entre as causas apontadas por diferentes autores para a explicação da expansão normanda, figuram:

1) Clima; 2) Superpovoamento; 3) Problemas de direito de sucessão; 4) Problemas de direito criminal; 5) Aspirações à liberdade; 6) Espírito de aventura e de cobiça; 7) Problemas religiosos; 8) Expansão franca; 9) Progresso da técnica naval.

Examinemos, a seguir, cada uma dessas causas separadamente.

Clima — Alguns autores pretenderam ver numa eventual piora das condições climáticas, com sérias conseqüências para as colheitas, uma explicação para a expansão viking. Na realidade parece que essa causa deve ser afastada. Com efeito, segundo as primeiras informações dos colonos da Islândia e da Groenlândia a Ártica atravessava no período que vai do século IX ao século XI uma fase de reaquecimento.[60]

Superpovoamento — O historiador medieval Dudon de Saint-Quentin explica a expansão viking pelo superpovoamento motivado pela prática da poligamia. Previté-Orton comenta sobre a expansão:

«A tradição escandinava atribui-a ao superpovoamento, e é muito provável que essa fosse a verdadeira causa, pois nada tinha de tentadora a vida entre os bosques e as montanhas da Escandinávia. Além disso, a poligamia florescia entre os chefes e produzia muitos filhos dispostos a irem buscar a fortuna onde esta se encontrasse».[61]

A natalidade por demais elevada em virtude da poligamia explicaria, segundo alguns, a prática da exposição dos recém-nascidos ao frio e às feras a fim de limitar o número de bocas a serem nutridas. Note-se todavia que outros autores observam sobre a poligamia: 1) que os verdadeiros haréns eram privilégios apenas dos chefes; 2) que a poligamia não acarreta necessariamente o aumento demográfico.[62]

À tese do superpovoamento pode-se opor, talvez, o fato inegável de que na *primeira fase* da ofensiva viking, muitos escandinavos, após seus reides devastadores procuraram regressar à pátria com os tesouros conquistados. Essa volta sugeriria não existir nem problema demográfico e nem, conseqüentemente, falta de território. Note-se, contudo, que essa falta explica, por exemplo, a colonização das ilhas Órcades, Hébridas, Shetland, etc., pelos noruegueses e a ocupação do nordeste da Inglaterra pelos dinamarqueses.

Motivos de ordem jurídica — Duas razões de ordem jurídica podem ser apontadas para explicar, em parte, a expansão viking: uma relacionada com o direito das sucessões, outra vinculada ao Direito Criminal. «A legislação em matéria de herança beneficiando um dos descendentes com exclusão de todos os outros levou inegavelmente bom número dos que se encontravam assim frustrados a expatriar-se: as sagas abundam em exemplos de filhos de reis, de príncipes ou mesmo de camponeses que, após haverem perdido seu processo de herança diante da assembléia local, partiram em expedição viking.[63] No que tange ao Direito Criminal note-se que os crimes mais graves eram punidos com o exílio. Os que se encontravam fora da lei buscavam novas oportunidades em terras distantes.

Espírito de Independência — Muitos vikings teriam abandonado sua terra para conservarem sua independência em face de um crescente e autoritário poder real. Essa causa da expansão não explicaria as expedições suecas (pois os reis de Upsala estavam longe de possuir grande soma de poderes) nem a maior parte das incursões dinamarquesas (estas revestiam muitas vezes um caráter oficial). Explicaria, contudo, por que os chefes da Noruega Ocidental, avessos a toda submissão, teriam partido com sua clientela no último quartel do século IX.[64]

O Espírito de aventura e cobiça — A paixão da aventura, da glória aliada ao desejo de enriquecer constituíram, sem dúvida, um forte estímulo para as excursões vikings. Ouvir o entrechocar-se das espadas e dos escudos, morrer lutando como um herói eram ideais que animavam o espírito belicoso dos vikings, conforme nos atestam não só os poemas e narrativas de época posterior mas sobretudo as inscrições rúnicas contemporâneas.

Mas ao lado da glória figurava inegavelmente o desejo de enriquecer. Note-se que muitas vezes, em face da fraqueza do adversário, os vikings acharam que as lutas e os saques lhes proporcionavam maiores dividendos que as transações pacíficas.

Ao desejo de glória e à simples cobiça de riquezas conquistadas à ponta da espada convém acrescentar algo mais prosaico mas nem por isso menos estimulante: a necessidade de buscar novos mercados para o exercício do comércio. A geografia auxiliará, aqui, o leitor a

compreender quão imperativa se tornava essa necessidade. Com efeito, um rápido olhar ao mapa da Escandinávia mostra:

1) que os dinamarqueses separados do noroeste europeu pela península da Jutlândia (cujo litoral oeste estava desprovido de portos naturais) e barrados ao sul pelo avanço dos eslavos, tinham que buscar novos mercados nas grandes correntes comerciais do continente através da região do Schleswig-Holstein; 2) que os suecos estavam condenados pela barreira dos Alpes escandinavos a dirigir-se para o sudeste; 3) que os noruegueses, tendo diante de si a porta escancarada do Atlântico Norte, iriam naturalmente aportar na Escócia e daí atingir a Europa Ocidental ou rumar para o poente até a própria América. Esse esquema embora superficial pode sugerir ao leitor como a situação geográfica ao mesmo tempo impunha e, às vezes, facilitava, e indicava o caminho para a busca de novos mercados.

Motivos religiosos — Tanto no paganismo nórdico como no cristianismo podem ser encontrados motivos impulsionadores da expansão viking. Grimberg, com efeito, observa: «Tal como para os invasores árabes, a religião era para os Viquingues um incentivo poderoso. A crença nos Ases constituía uma fé combativa e as alegrias que esperavam os viquingues no seu paraíso, o Walhalla, eram para estes nórdicos fortíssimos, apaixonados pelos prazeres da mesa e pelos combates, tão atrativas como as que o «profeta» Maomé prometia aos seus guerreiros, filhos do deserto».[65] A influência do cristianismo na expansão viking teria sido no sentido de despertar nos pagãos o ódio a tudo que lembrasse o nome de Cristo. Ver, contudo, opinião oposta em Arbman (obra citada, p.56).

A expansão franca — A expansão franca ameaçava econômica e politicamente os dinamarqueses. Compreende-se, pois, que essa expansão possa ser incluída entre as causas das invasões normandas. Lembremos apenas alguns episódios decisivos. Convém recordar preliminarmente que o domínio sarraceno no Mediterrâneo vai emprestar importância especial à articulação do eixo comercial Mar Báltico-Mar do Norte com o baixo vale do Reno que permite a penetração no interior do Continente.[66] Temos, então, uma zona de notável relevância econômica inscrita em um triângulo formado por uma linha quebrada que se estende do sudoeste da Inglaterra até a base da Jutlândia e desta até a região de Aix-la-Chapelle.[67] Francos, frisões, dinamarqueses e eslavos verão seus interesses em choque nessa zona nevrálgica.

Em 734 Carlos Martelo destrói o Estado dos frisões submetendo centros comerciais importantes. E' interessante notar que essa conquista facilitará a expansão dinamarquesa no sentido oeste, pois torna vacante a primazia comercial sobre o Mar do Norte. Mas os francos, sob Carlos Magno, conquistam a Saxônia, cruzam o Elba e começam a impor

seu domínio na região da Nordalbingie (atual Holstein). «Desde 808 o rei Godfred esboça uma resposta atacando os eslavos abodritas, aliados de Carlos Magno e barrando o istmo jutlandês em sua raiz por meio de um baluarte protetor, o Danevirke. Em 810 são desencadeados ataques navais diretos contra o litoral do Império franco; revelaram-se frutuosos e foram em breve imitados. Existe aqui um encadeamento bastante lógico. Mas nem a Noruega, nem a Suécia tiveram o menor motivo para imiscuir-se nisso».[68]

Técnica naval — Chegamos aqui à grande causa da expansão viking: o navio. Com efeito, não fora o progresso da arte náutica que culminou com o navio que estudaremos logo a seguir e que constituiu o meio por excelência das expedições, os vikings não teriam merecido o capítulo importante que lhes cabe no início da História do Mundo Feudal.

O navio pode ser considerado o produto mais original da civilização dos vikings e aparece ao estudioso da civilização dos homens do norte como o objeto mais familiar, pois que não só se encontra representado graficamente em pedras e tecidos mas também é descrito na literatura nórdica. Ainda mais: graças ao já mencionado hábito de escolher navio como sepultura (do século VII ao XI uma parte da classe dirigente foi enterrada em navios) podemos hoje estudar meticulosamente e até reproduzir as notáveis embarcações normandas em suas diferentes modalidades. Dentre as mais famosas descobertas arqueológicas lembremos os navios-sepulcros dos reis noruegueses do Vestfold encontrados respectivamente em Tune no ano de 1867 (um navio do fim do século IX bastante deteriorado), em Gokstad no ano de 1880 (um navio intacto datando aproximadamente do ano 900) e em Oseberg no ano de 1903 (um navio intacto que serviu de túmulo à rainha Åsa, avó de Haroldo dos Belos Cabelos, por volta de 850). Lembremos ainda o navio de Ladby descoberto perto de Kerteminde na Dinamarca. Eis uma breve descrição do navio de Gokstad: «O navio de Gokstad constitui um exemplar perfeito de navio viquingue de alto mar. Tanto na largura como no comprimento tem alguns metros mais do que o navio de Ladby; ao longo de cada bordo colocaram-se dezesseis remadores. O mastro era provido de uma vela redonda e os buracos dos remos podiam tapar-se quando o navio estava no mar alto. O barco continha ainda uma série interessante de objetos, entre os quais vemos passadiços, barrotes, barricas, cântaros, etc.».[69]

O barco aperfeiçoado do viking representa o coroamento de uma multissecular evolução. E' curioso lembrar que Tácito nos deixou uma descrição detalhada de embarcações empregadas em sua época pelos Suiones. Essa descrição do historiador romano se amolda perfeitamente ao barco encontrado em Nydam no Schleswig e que parece datar do ano 300. Uma gravura rupestre encontrada em Gotland e datando do século V atesta um grande progresso na construção naval. Gravuras rupestres do século VI já revelam o emprego da grande vela retangular. Dois barcos descobertos em Kvalsund na Noruega e construídos no século VII anunciam já o futuro navio viking».[70]

Após essa evolução gradativa encontramos, por volta do ano 800, o barco típico dos vikings: «A carcaça era de carvalho e o mastro único feito com pinho de boa qualidade. O casco fino era extraordinariamente forte e flexível. Cada extremidade do navio podia resistir a uma vaga, abaixar ou virar várias polegadas sem romper. As junções das tábuas eram calafetadas com pêlo de animal ou fios de lã, embebidos em alcatrão. Quase todas as peças do navio eram curvas. Buscando formas que lhes permitissem cortar as águas eficazmente, e navegar bem em alto mar, os vikings produziram navios tão perfeitos quanto seria possível imaginar com os conhecimentos de sua época.

Com um comprimento médio de 25 metros e uma largura de 5 metros, assemelhavam-se a uma grande canoa sem coberta superior, com as duas extremidades afiladas. Os vikings costumavam colocar na proa uma figura de madeira para afastar os maus espíritos escondidos nas ondas. Representavam as figuras uma coruja, a serpente marinha («soeorm») ou um dragão marinho (draken). Este último era tão comum que seu nome acabou servindo para designar esse tipo de embarcação. Chegando a um porto a cabeça do animal era retirada do navio e colocada em terra sobre um poste pintado com listas amarelas e pretas. Era o símbolo do senhor do mar».[71]

Vamos encerrar essas considerações em torno da arte náutica dos vikings lembrando que os mesmos dispunham de notáveis conhecimentos sobre a maneira de orientar-se no mar. Tais conhecimentos haviam sido transmitidos e enriquecidos através de várias geraçoes de navegantes. Para calcularem a latitude, os vikings usavam um curioso instrumento mencionado nas sagas, o *solarsteinn* (pedra solar), que era uma espécie de astrolábio.

A expansão — Generalidades

Os historiadores costumam estabelecer como início da «era viking» o ataque normando efetuado em 8 de junho de 793 contra o mosteiro de Lindsfarne na Nortúmbria. Note-se que a Crônica da Saxônia Ocidental menciona uma primeira incursão efetuada no ano de 787, mas o valor dessa informação tem sido posto em dúvida por alguns autores. Em 794 os normandos atacaram o mosteiro de Jarrow mas desta vez não foram bem sucedidos: um chefe foi morto e uma tempestade provocou a perda de algumas embarcações. «Este insucesso talvez explique a razão por que, nos anos seguintes mais próximos, a atividade viking se concentrou sobre a costa ocidental da Grã-Bretanha e sobre o Mar da Irlanda».[72]

Sentimos o reflexo do espanto e do alarme causados nas populações da Inglaterra ante esses primeiros ataques normandos, e através das seguintes palavras de Alcuíno: «Nós e os nossos antepassados vivemos aqui há 350 anos e nunca presenciamos na Grã-Bretanha tão grandes terrores como os pagãos nos infligem. Ninguém ousaria supor que fosse possível tamanha devastação». [73]

Antes de estudarmos separadamente o assalto viking às diferentes regiões da Europa (não abordaremos aqui o problema das excursões normandas à América), vamos tecer algumas considerações quanto à cronologia das invasões e à nacionalidade dos invasores.

O movimento viking, observa Musset: «Não deve ser considerado como um desenvolvimento contínuo». [74] Com efeito, as incursões normandas podem ser distribuídas em duas grandes vagas com um longo intervalo de meio século (entre 930-980). Na década de 980-990 inicia-se a segunda vaga, bem mais breve que a primeira, pois, segundo Musset, ela não ultrapassa o ano de 1030. Essa data ou os anos 1014-1016 assinalariam o término dos grandes empreendimentos de invasão e pilhagem, pois a atividade de bandos isolados continuam ainda por longo tempo. [75]

Quanto à nacionalidade dos invasores, costuma-se distinguir entre noruegueses, dinamarqueses e suecos. Cada um desses povos escandinavos teve, de um modo geral, suas direções favoritas e suas formas preferidas de expansão. Convém aqui, contudo, evitar dois exageros. No que tange às nacionalidades deve-se sublinhar que a predominância de um grupo nacional não excluía a participação, nas expedições, de outros grupos. Assim é que Musset anota: «Todas as expedições compreendem homens de mais de uma nacionalidade. Esse cosmopolitismo, mais acentuado no Ocidente que no Oriente, é um dos traços mais originais do mundo dos vikings». [76]

As expedições norueguesas caracterizam-se pela pilhagem pura e simples (nas regiões meridionais de seu setor de expansão) e pela busca de terras de colonização que possibilitem aos emigrantes levar a vida agropastoril de sua terra natal. [77]

A rota principal seguida pelos noruegueses partia de Bergen, dirigia-se em linha reta para o oeste em direção às Shetland onde se dividia em duas. Uma corrente percorria o litoral oriental da Escócia e da Inglaterra, outra corrente (a mais importante) orientava-se, através das Órcades e das Hébridas, para as águas irlandesas e daí para o oeste da Gália, a Espanha e o estreito de Gibraltar. No século IX surge uma nova corrente que parte das Shetland em direção noroeste, atinge as ilhas Faeroe, a Islândia, chega à Groenlândia e à América (séc. X). [78]

As expedições dinamarquesas apresentam-se mais bem organizadas que as norueguesas e são muitas vezes comandadas por pessoas de linhagem real. Os dinamarqueses, em suas conquistas do oeste, «comportam-se antes como senhores que como camponeses». [79] A rota principal dos dinamarqueses partia do istmo do Schleswig ou do Limfjord, percorria o litoral sul do Mar do Norte, dirigindo-se, então, quer para Inglaterra Oriental, quer para a Mancha, quer para o litoral atlântico da Gália. [80] E' curioso observar que essa rota coincide em parte com o itinerário dos comerciantes frisões.

Na expansão dinamarquesa podem ser assinaladas, de um modo bem geral, três fases distintas. A primeira apresenta um aspecto nitidamente negativo: devastações e pilhagens são suas características. Os vikings atingem o litoral, penetram fundo no interior através dos rios e, quando o inverno os colhe nessas incursões distantes, hibernam em campos fortificados ou até mesmo em cidades desertadas por seus habitantes espavoridos. Na segunda fase os vikings procuram obter seus fins através de intimidações. Entram em acordo com as populações e recebem o *danegeld* (imposto dinamarquês). «Os ataques parece terem sido cada vez mais bem pagos. O *danegeld* é bem conhecido na Inglaterra, mas vamos encontrá-lo primeiramente na França, donde foi levado. As incursões vikings na França, ao contrário do que sucedeu com a sua primeira fixação na Inglaterra, teriam sido operações relativamente rápidas, com o fim de extorquir o danegeld às populações locais». [81]

A terceira fase apresenta um aspecto construtivo. Os vikings estabelecem-se e criam Estados: «em 826 em Rüstringen no Baixo-Weser, em 841 em torno de Walcheren e de Dorestad, em 876 em York, em 877 nos cinco burgos da Inglaterra Oriental (Lincoln, Stamford, Leicester, Nottingham e Derby), em 877 na Estânglia, em 911 em Ruão, em 919 em Nantes. Todos nasceram de uma concessão legal do soberano indígena (os quatro estados do território franco) ou de uma regularização posterior (os três do território inglês)». [82]

Os *suecos* interessam-se, sobretudo, por dinheiro e, para consegui-lo, entregam-se ao comércio, servem como mercenários ou, simplesmente, dão-se ao saque. Sua rota leva-os às margens orientais do Báltico, do Vístula ao golfo da Finlândia. Daí penetram no continente através dos rios. «Seus primeiros itinerários passam pelo norte e pelo este: do Dvina e do Volkhov ganham a bacia do Volga, que eles exploram até o Mar Cáspio inclusive; depois, no meio do século IX, as rotas ocidentais, do Volkhov, do Dvina ou do Vístula ao Dnieper e ao Mar Negro, recebem sua preferência; em 860, ao mais tardar, atingem o Bósforo». [83]

Após essas generalidades sobre a expansão viking vamos estudar separadamente como se efetuou ela no Continente Europeu e nas Ilhas Britânicas.

Os vikings no Império Franco

Antes de anotarmos os principais episódios da invasão normanda no Império Franco, vamos tecer breves considerações em torno das causas e condições que possibilitaram a vitória dos invasores. O que se vai

dizer aqui complementa o que já foi dito na Introdução à primeira parte.[84] Convém, desde logo, chamar a atenção do leitor para a fraqueza numérica dos normandos. Na maioria das vezes, no decurso do século IX, os exércitos invasores compreendiam entre quatro a seis mil combatentes, o que, afinal, não representava muito em face do colosso aparente do Império Franco. Mas a aristocracia franca, havia muito, perdera o hábito das grandes campanhas. Seus instintos belicosos tradicionais satisfaziam-se com as lutas fratricidas que caracterizam a desintegração da obra carolíngia. Predomina então um particularismo egoísta que não inspira naturalmente entusiasmo por uma resistência ao inimigo que ameaça a todos. Como observa Lot (*obra citada*, pp.134-135), só os clérigos e uma minoria leiga conservam «um ideal de solidariedade, senão nacional, pelo menos cristã. A maioria da população não cuida disso de modo algum. Cada um sonha apenas com seu canto de terra e não se preocupa nem com o Estado nem com o vizinho».

Lot fala de uma verdadeira «desmoralização dos francos» *(obra citada*, p.132) e ilustra essa afirmação com exemplos de fraqueza demonstrada pelos guerreiros outrora tão altivos. Em face desse estado de depressão encontramos a altivez, a coragem e a audácia dos vikings. «Fisicamente são enormes e fortíssimos, vantagens quase decisivas até a invenção das armas de fogo. O ferro da Escandinávia, que é excelente, fornece-lhes armas incomparáveis. Ao vigor físico e ao armamento juntam-se qualidades morais: bravura, tenacidade e também prudência».[85]

Saliente-se sobretudo a tenacidade normanda. Nada abate o moral desses guerreiros que não desanimam em face de uma derrota, voltando sempre ao ataque com mais denodo e decisão. Convém ainda lembrar um aspecto psicológico: as tremendas crueldades praticadas pelos invasores (costumavam aplicar a certos prisioneiros o suplício chamado «águia de sangue» que consistia em abrir as costas da vítima a machado para extrair, por trás, os pulmões) provocaram verdadeiro pânico na população. A lenda se apodera dos fatos e empresta-lhes cores fantásticas.

O leitor fará uma idéia do estado de espírito reinante através do seguinte trecho contemporâneo que narra a conquista de uma cidade:

«Começaram a escravizar e massacrar a população de ambos os sexos, a devastar os mosteiros, a saquear e incendiar as igrejas e localidades que puderam atingir; a apoderar-se do gado. Desencadearam seu furor sobre aquele que havia sido o povo de Deus, por causa da enormidade de seus pecados».[86]

Um fato que chama a atenção do estudioso das invasões normandas no Império Franco é o desconhecimento inicial que os francos revelam em relação ao perigo que os ameaça. Os primeiros ataques, com efeito, revestem as aparências de simples atos de pirataria que, entretanto, não podem ser devidamente punidos em virtude da ausência de uma força

naval adequada. E' só na segunda metade do século IX que o rei da França Ocidental toma sérias providências defensivas procurando barrar a via fluvial, caminho predileto de penetração dos invasores. Segue-se a construção de fortificações nas cidades. Em toda a parte reparam-se as velhas muralhas ou constroem-se novas. Os próprios mosteiros, alvos preferidos dos vikings, cercam-se de muros protetores. O governo central se vê forçado a delegar poderes excepcionais aos potentados regionais que se vão tornar pequenos soberanos. E' o regime feudal que começa a desenvolver-se.

Passemos, agora, aos principais episódios da invasão. Durante o reinado de Luís, o Pio, o litoral do Império é atacado várias vezes mas os normandos ainda não se arriscam a penetrar no interior, pois o imperador mantém as defesas atentas. Mesmo assim em 834, 835 e 836 a cidade de Dorstadt, principal porto do Baixo Reno, é devastada.

A morte do imperador e a discórdia entre seus herdeiros proporcionaram a oportunidade para a invasão. Ruão em 841, Quentovic em 842, Nantes em 843 foram os alvos dos ataques. «Depois da morte de Luís, o Pio, seus filhos envolveram-se numa luta encarniçada pela posse do Império e os dinamarqueses, aproveitando-se das circunstâncias, enviaram uma esquadra, sob o comando de Asgeirr, que penetrou no Sena, e incendiou Ruão, pilhando pelo rio acima, até Saint-Denis, tudo quanto pôde. Tempos depois, a mesma esquadra saqueou Quentovic, importante porto de comércio inglês».[87]

Foi-nos conservada a narração dramática da tomada de Nantes pelos vikings no dia 24 de junho de 843, festa de S. João Batista. A solenidade religiosa havia atraído à cidade grande número de habitantes do campo. «À notícia de que os piratas haviam penetrado escalando as muralhas e quebrando as portas, a população correu a buscar asilo na catedral. Mas os normandos arrombaram as portas e as janelas: o bispo Gohard foi degolado no altar assim como todos os fiéis que se haviam amontoado na igreja. Foi posto fogo ao edifício, a cidade foi saqueada e uma multidão de cativos foi levada à ilha de Heri (Noirmoutier) que os piratas transformaram em covil».[88] No sábado santo de 845 (março) os normandos acampados em Argenteuil devastam os arrabaldes de Paris. Os mosteiros de Saint-Denis e de Saint-Germain-des-Prés são postos a saque. Os invasores haviam penetrado no Sena com uma esquadra de cento e vinte navios e o exército franco não ousou enfrentá-los. Carlos, o Calvo, teve que comprar a retirada do inimigo a peso de ouro.

Eis uma breve relação de outros ataques normandos:

847 — ataque à Bretanha. Tomada da cidade de Bordéus.

848 — Nova tomada de Bordéus.

849 — Tomada de Périgueux.

852 — Dois soberanos francos, Carlos e Lotário, sitiam em vão o chefe normando Godofredo. Os normandos retiram-se mas, em no-

vembro, atacam e incendeiam o mosteiro de S. Martinho de Tours que continha o santuário mais venerado da Gália.

«De 856 a 862 eles se instalam no curso médio e inferior do Sena. Seu refúgio é a ilha de Jeufosse (Seine-et-Oise). Daí sobem o rio até Paris e Melun. A catedral de Paris, Saint-Germain-des-Prés, Sainte Geneviève são incendiados; Saint-Denis é resgatado a peso de prata. Os normandos devastam toda a bacia do Sena: os bispos de Chartres, Bayeux, Beauvais; Noyon são suas vítimas».[89]

Ermentarius de Noirmoutier pinta-nos, por volta de 860, um quadro bem dramático da situação.[90] O número de navios cresceu: a torrente interminável de vikings jamais cessa de aumentar. Por toda parte os cristãos são vítimas de massacres, incêndios e espoliações. Os vikings, no seu caminho, tomam tudo e ninguém lhes resiste: apoderam-se de Bordéus, Périgueux, Limoges, Angoulême e Tolosa. Angers, Tours e Orleães são aniquiladas e uma esquadra numerosa sobe o Sena e o perigo cresce em toda aquela região. Ruão perde-se, saqueada. Paris, Beauvais e Meaux são tomadas, a resistente fortaleza de Melun é arrasada, Chartres ocupada, Evreux e Bayeux são saqueadas e todas as cidades sitiadas. Raras são as cidades e os mosteiros que escapam: toda a gente foge e raros ousam dizer — ficai e lutai pelas nossas terras, pelas nossas crianças, pelos nossos lares! Na sua inconsciência, preocupados com rivalidades, resgatam com tributos o que deveriam defender com a espada, e fazem perigar o reino dos cristãos.

Em novembro de 885 os normandos apresentam-se diante de Paris com setecentos navios e milhares de guerreiros sob o comando de Siegfried.

A defesa da cidade está a cargo de Eudes, conde de Paris, e de Josselin, bispo da cidade. Os parisienses resistem ao cerco impiedoso. Em abril de 886 Josselin morre mas é substituído por Ebles, abade de Saint-Germain-des-Prés. Eudes consegue sair da cidade a fim de pedir o auxílio do imperador Carlos, o Gordo. Este dirige-se lenta e temerosamente para Paris sitiada a cuja vista chega em setembro de 886. Com receio de enfrentar os sitiantes o imperador resgata a cidade por setecentas libras de prata e permite aos normandos que marchem para pilhar a Borgonha.

O cerco de Paris foi celebrado em um poema latino de autoria de Abbon, monge de Saint-Germain-des-Prés. Eis um trecho em que se descreve um feroz assalto a uma torre:

«Assim no momento em que se extinguia a aurora, a batalha começou. Todos, saltando de seus barcos, se precipitam com entusiasmo para a torre; atingem-na com golpes de pedra e crivam-na de flechas. A cidade se enche de ruídos, os habitantes se alarmam, as pontes vacilam. Correm todos para defender a torre».[91]

Até aqui temos aludido a ataques normandos à França Ocidental. Mas também a Lotaríngia e a Germânia sofreram as conseqüências das invasões dos vikings. Lotário I e Lotário II revelam-se impotentes em face dos bárbaros. «No fim do século as coisas se agravam. Em 882 os normandos incendeiam Liège, Cambraia, Colônia, o palácio de Aix-la-Chapelle, Prun, Treves. Depois eles se dirigem sobre Metz. Encontram-se com os lotaríngios. Resultado: Wala, bispo, e Adalard, conde de Metz, perecem; Bertulfo, arcebispo de Treves, é posto em fuga».[92]

Os francos orientais (Germânia) sob o reinado de Luís, o Germânico, não se encontram tão ameaçados como os habitantes da Gália, fato esse que se explica por três razões: primeiro, porque a Germânia não representava uma presa tão atraente, pois não possuía as riquezas da Gália; segundo, porque os habitantes da fronteira eram extremamente aguerridos e não temiam enfrentar os vikings. Em 845 os normandos, ao penetrarem através do Elba com grande número de navios, foram batidos pelos saxões. Uma terceira razão encontramos nas dissidências internas existentes entre os chefes dinamarqueses.

Note-se, contudo, que sob o reinado de Luís II os francos do leste sofrem uma grave derrota em face dos dinamarqueses perecendo vários condes saxões e dois bispos (fevereiro de 880).

Arbman, estudando as invasões vikings no continente, observa: «As incursões vikings atingiram o seu auge no período de 879 a 892; a ele pertence a célebre frase *A furore Normannorum libera nos.* A pausa verificada a partir do ano 892 foi causada pela fome que impeliu os piratas para a Inglaterra até o ano de 896» (*obra citada*, p. 90).

Seria fastidioso enumerar aqui todas as batalhas e devastações causadas pelos invasores. Um fato, entretanto, deve ser sublinhado: a tendência que os normandos vão manifestar no sentido de estabelecer-se permanentemente nos territórios ocupados. Já citamos, acima, alguns exemplos dessa fase construtiva das invasões vikings. Vamos lembrar agora um episódio de conseqüências relevantes para a História da França: a constituição do ducado da Normandia no início do século X.

Eis como Lot narra o episódio:[93] «Rolão, tornado prudente em virtude de sua derrota sob os muros de Chartres, teve uma entrevista com Carlos III e sua corte em Saint-Clair-sur-Epte, na segunda metade de 911.

Ele concordou em ser o súdito do rei e em receber o batismo. E' possível, provável, que o arcebispo de Ruão, Guy, e o arcebispo de Reims, Hervé, ardendo em um piedoso zelo, tenham conduzido as negociações. O rei cedeu a Rolão e a seus companheiros o vale inferior do Sena, a região de Ruão, de Caux, de Evreux,...».

— Sobre o estabelecimento dos normandos na Normandia deve-se notar:

1) Segundo alguns, a concessão feita pelo rei a Rolão revestia um caráter militar visando à proteção do reino *(tutela regni)*. Só por volta de 940 é que o engajamento dos normandos teria tomado o caráter vassálico.

2) Os vikings que se estabeleceram na Normandia eram em grande maioria dinamarqueses, muitos dos quais haviam estado, antes, na região nordeste da Inglaterra, fato esse comprovado pela lingüística.

3) O número de mulheres normandas foi pequeno, fato esse de importante conseqüência para a integração dos normandos, pois os guerreiros desde logo contraíram núpcias com mulheres francas.

4) Apesar de as fontes latinas e dinamarquesas considerarem Rolão como originário da Dinamarca parece que, na realidade, o chefe normando pertencia a uma família da região ocidental da Noruega.[94]

5) Vassalos dos reis da França, os duques da Normandia ficaram-lhes fiéis: Rolão escolheu como sucessor seu filho Guilherme que prestou homenagem a Carlos III, a Raul e a Luís IV. «A seguir, o duque da Normandia presta sua homenagem ao duque dos francos que se torna rei em 987».[95]

Concluamos sobre os normandos no Império Franco, lembrando que o estabelecimento dos vikings na Normandia não teve como conseqüência um período imediato de paz para a região, pois no decurso do século X os novos senhores não cessaram de inquietar e pilhar os vizinhos.

Os vikings nas Ilhas Britânicas

Antes de enumerarmos os principais episódios da invasão viking nas Ilhas Britânicas, convém chamar a atenção para alguns traços característicos dessa invasão:

1) Enquanto no continente as velhas muralhas de algumas cidades contribuíram para preservá-las ou, pelo menos, dificultar o ataque normando, na Inglaterra os refúgios urbanos pouco significaram como defesa contra a primeira vaga invasora, pois, desde a invasão saxônica, haviam sido descuidadas as fortificações das cidades.

2) Ao que parece, o paganismo nórdico na Inglaterra revestiu um certo fanatismo anticristão. A toponímia conservou vestígios do culto a Tor e a Odin. Certos reis de York revelaram-se pagãos decididos.[96]

3) Como aconteceu no continente, os soberanos anglo-saxões estavam desprovidos de meios eficazes para o combate aos invasores. Maurois comenta, a propósito da ameaça viking: «Que podia opor-lhe um rei saxão? Convocava o *fyrd*, isto é, a milícia dos homens livres. Era uma massa de camponeses armados de chuços, às vezes até (quando o Rei chamava a tropa auxiliar) de forcados, vagarosos em reunir-se, difíceis de alimentar e que não podiam, por causa dos trabalhos agrícolas, permanecer muito tempo em armas. Adversários indignos dos guerreiros do norte que, otimamente armados, protegidos por uma cota de malha e por um capacete de aço, manejavam admiravelmente a acha de armas. Os únicos ingleses capazes de combatê-los eram os companheiros do rei *(comitati, gesiths)*, mas estes eram pouco numerosos e, além de tudo, os dinamarqueses aperfeiçoavam sem cessar a sua tática. Dentro de pouco tempo souberam, desde o desembarque, agarrar os cavalos do país, equipar uma infantaria montada, depois construir rapidamente um fortim. Os saxões, homens dos campos e das florestas, que jamais haviam edificado cidades fortificadas, que tinham perdido a sua tradição marítima, e que, demais a mais, eram desunidos, deixaram o invasor conquistar quase todo o país».[97]

4) «As Ilhas Britânicas sofreram ainda mais com os vikings do que o continente. As costas do reino dos francos eram assaltadas sobretudo pelos dinamarqueses; os celtas e anglo-saxões sofreram simultaneamente assaltos de dinamarqueses e noruegueses. Estes últimos dirigiram-se às ilhas Shetland, Orkney e Hébridas e aí se fixaram. Partindo desses ninhos de piratas, empreendiam expedições em direção à Escócia e à Irlanda, enquanto os dinamarqueses devastavam sobretudo a Inglaterra e a Irlanda».[98]

Já mencionamos os ataques vikings aos mosteiros de Lindsfarne e de Jarrow no final do século VIII. Note-se, entretanto, que entre esse prelúdio ameaçador e as grandes e devastadoras invasões medeiam, na Inglaterra, cerca de quatro dezenas de anos. Nesse intervalo os normandos estão entregues a ocupar ilhas do Atlântico e atacar outras regiões: «As incursões normandas se multiplicam na Irlanda e no Norte da Grã-Bretanha, bem como na Frísia e na Aquitânia. Essas regiões parecem absorver a atividade dos vikings de tal modo que a Inglaterra permanece indene durante cerca de quarenta anos».[99]

Por volta de 834 os normandos atacam a ilha de Sheppey na foz do Tâmisa e dois anos depois desembarcam em Dorset, nas proximidades de Charmouth, derrotando o poderoso rei Egberto. Começara para a Inglaterra uma época de insegurança e de calamitosas invasões. Vamos, nas linhas abaixo, anotar em seqüência cronológica alguns acontecimentos mais relevantes.

838 — Egberto consegue derrotar os normandos em Hengesdeune (Hingston-Down) perto de Plymouth.

840 — A partir dessa data desencadeia-se na Inglaterra uma série de ataques. A própria cidade de Londres é conquistada em 842.

851 — Partindo da ilha de Sheppey os normandos se apoderam de Cantuária, metrópole religiosa da Inglaterra, e incendeiam Londres. Sob o reinado de Etelberto (morto em 866), a capital do Wessex, Winchester, cai sob o poder dos invasores. Eis como Lot resume os acontecimentos subseqüentes: «A partir de 866 os normandos, dinamarqueses, empreendem deliberadamente a conquista da Inglaterra sob a direção de três renomados reis vikings. Começam pelo norte e pelo

leste, apoderam-se de York, a capital do Norte (867), depois submetem o Northumberland. O sul dessa região, Deira, torna-se um reino para um dos chefes, talvez Halfdan. Na Mércia, os dinamarqueses se instalam em Nottingham. Em 870 entram na Est-Anglia. O rei Edmundo, vencido e feito prisioneiro, é torturado: os pagãos prendem-no à uma árvore e matam-no a golpes de flechas. Mais tarde, o último rei de Est-Anglia será considerado como um mártir e uma abadia será fundada em sua honra: *St-Edmond's bury.*

Ao norte e ao centro as igrejas e os mosteiros são reduzidos a cinzas. A Est-Anglia se torna um reino dinamarquês sob a autoridade de Guthorn ou Gorm, enquanto que um outro viking, Ivar, se dirige para o noroeste, toma Dunbarton aos bretões do Clyde e vai terminar seus dias na Irlanda.

Restava, no sul, o duplo reino de Wessex e de Kent. Os normandos atacaram-no à força sob o comando de dois reis dinamarqueses e de numerosos pequenos chefes ou jarls (871). Foram repelidos em Aescedun (Ashdown), ao sul de Oxford, após uma luta renhida em que se distinguiu o mais jovem dos filhos de Aethelwulf, Alfredo. Contudo os invasores não aceitaram a derrota. Levaram vantagem em ulteriores encontros e Alfredo, que acabava de ser reconhecido rei, teve que comprar a retirada dos dinamarqueses. Os normandos abandonaram o Wessex, mas instalaram-se no Centro e no Norte. Halfdan foi rei da Bernícia (norte do Northumberland) e submeteu os pictos do Galloway e os bretões do Strathclyde (Vale do Clyde). Entretanto Gorm, não satisfeito com a Est-Anglia, empreendeu a submissão de toda a Inglaterra do sul (875-878). Por um instante Alfredo teve que se esconder nos pântanos do Somerset, mas um sucesso dos ingleses em Ethandune (Eddington), no sudeste de Bath, obrigou o inimigo a retirar-se para Chippenham» (Lot, *Les Invasions Barbares*, I, pp.165-166).

878 — Neste ano conclui-se a paz de Chippenham (conhecida também como paz de Wedmore) renovada em 886. Alfredo aproveita a oportunidade para reconstituir seu reino, inclusive reconstruindo Londres que se tornara um montão de cinzas. Note-se que o limite entre o reino de Alfredo e os reinos normandos era constituído «por uma linha oblíqua que ia da embocadura do Tâmisa à embocadura do Dee, no Mar da Irlanda. Seguia aproximadamente a direção da antiga via romana de Londres a Chester, chamada Watling-Street pelos anglo-saxões».[100]

Falaremos, em outro capítulo, sobre a personalidade de Alfredo, o Grande. Durante o reinado de seus sucessores processou-se uma verdadeira luta de reconquista em que o Centro e o Norte da Inglaterra são retomados aos invasores.

980 — Um ataque normando preludia novas invasões: esquadras escandinavas atacam Southampton, Thanet e Cheshire.

991 — Trava-se a batalha de Maldon (no Mar do Norte, ao norte da embocadura do Tâmisa) cujo resultado desfavorável para os ingleses acarretou-lhes a paga do *danegeld* no valor de 10.000 libras. «Esta soma subiu para 16.000 libras em 994, 24.000 libras em 1002, 36.000 libras em 1007 e 48.000 em 1012. Em 1013 com a chegada a Humber do rei Svein, são novamente os propósitos de conquista, mais que as pilhagens, que interessam aos vikings».[101]

Em 994 Londres é atacada por vikings comandados pelo rei da Noruega, Olav Tryggvason e pelo rei da Dinamarca, Svein Tjugeskjieg. (Svend Tveskägg). Os assaltantes não conseguiram tomar a cidade.

A partir de 997 os ataques normandos se intensificam. Como muitos dinamarqueses já estivessem estabelecidos na Inglaterra, o rei Etelredo II julgou que conjuraria a ameaça normanda por meio da matança geral dos compatriotas dos invasores. O massacre efetuou-se aos 13 de novembro de 1002. «Sven Tveskägg vingou este crime de maneira terrível, vindo todos os anos devastar o país e exigindo de cada vez enormes resgates. Acompanhava-o Olaf Haraldson, mais tarde rei da Noruega e canonizado com o nome de Santo Olaf. Etelredo acabou por ter de fugir do seu país e Sven Tveskägg tornou-se rei da Inglaterra. O seu filho Canuto, o Grande, subiu ao trono em 1016 e submeteu toda a Inglaterra». Canuto desposou Ema, viúva de Etelredo (morto em 1016), facilitando assim o exercício de sua autoridade sobre os súditos ingleses. O rei dinamarquês governou sabiamente a Inglaterra, a Dinamarca e a Noruega até 1035.[102]

Vamos anotar, a seguir, alguns acontecimentos que assinalam a presença dos normandos na Escócia.

794 — Piratas vikings aparecem na ilha de Hy (Iona) onde havia um célebre mosteiro fundado por S. Colomba, apóstolo dos pictos.

823 — A região picta de Galloway é devastada.

870 — Os invasores tomam Dumbarton, capital dos bretões de Strathclyde.

As regiões setentrionais da Escócia, o Galloway e o Cumberland, são povoados por noruegueses.

Cabe aqui uma observação. O êxito obtido pelos normandos na Escócia e a duração de sua estadia nessa região explica-se pela heterogeneidade da população na época da chegada dos invasores. Com efeito, encontramos, então, na Escócia os seguintes grupos étnicos:

1) *Caledônios*, chamados pictos desde o século IV, estão fixados ao norte do Firth of Forth e do Forth of Clyde bem como no Galloway.

2) *Escotos* (que se chamam a si mesmos *goidels*, donde a forma atual *gaélico*), procedentes da Irlanda nos séculos VI e VII, ocupam a parte noroeste (Alban).

3) Os *anglos* de Northumberland ocupam, pelos séculos VII e VIII, o Lothian, a nordeste.

Os noruegueses (Finn Gall — pagãos brancos, como os chamavam os irlandeses) apareceram no litoral irlandês pelo ano de 795, apoderando-se da ilha de Rachra (= Lambay) situada um pouco ao norte da baía de Dublin.

Os primeiros reides normandos na Irlanda foram simples atos de pirataria atraídos principalmente pelas riquezas concentradas nos mosteiros. O fanatismo parece ter influído também nesses ataques ferozes, pois, como observa Lot, «as igrejas episcopais e monásticas excitavam particularmente sua raiva, pois eram pagãos fanáticos».[103] Note-se que essas devastações teriam uma importante conseqüência para a cultura da Gália: muitos eruditos irlandeses iriam buscar refúgio no continente e contribuiriam aí para reanimar as atividades intelectuais. Entre esses eruditos figurou o famoso João Escoto Eriúgena que, por volta de 840, encontramos na corte de Carlos, o Calvo.

Em 812 os normandos sofreram uma grande derrota no lago de Killarney. Os ecos dessa derrota chegam à corte de Carlos Magno. Os invasores, entretanto, não desanimam e, após 823, devastaram o país durante anos seguidos estabelecendo-se em portos como Dublin, Waterford, Wexford, Cork, etc... que lhes serviram de ponto de apoio. Entre os chefes vikings dessa época figura *Thurgesius* (Thorgils, Thorgestr) que conseguiu impor sua autoridade aos régulos irlandeses divididos entre si pela discórdia. Parece que Thurgesius pretendeu, em vão, exterminar o cristianismo da ilha impondo o culto de Thor. Em 845 o chefe viking foi preso e executado por afogamento, por ordem do rei irlandês de Mide (Meath), Malachi (Maelseschlainn). A morte de *Thurgesius* «foi seguida de um levantamento contra os vikings, que na derrota sofreram, segundo as crônicas irlandesas, umas 12.000 baixas».[104] Mas a grande desunião reinante entre os irlandeses impediu a libertação definitiva.

Por volta de 850 ou 852 uma nova onda invasora assola a ilha. Desta vez são os dinamarqueses (chamados pagãos negros = Dubh-Gall) que derrotam os noruegueses apoderando-se de seus portos. «Segundo as crônicas, a batalha de Carlingford, entre dinamarqueses e noruegueses, matou 5.000 noruegueses de escol».[105]

Os irlandeses opõem aos dinamarqueses uma vigorosa resistência, mas novas levas de invasores reacendem a luta. Os autores não estão de acordo no relato dos acontecimentos que marcam esses tempos confusos. Lot assinala que em 919 uma nova frota dinamarquesa chega à baía de Dublin e o rei Niall Glunduff ataca os normandos e sucumbe em companhia de doze outros príncipes irlandeses.[106]

Arbman assim expõe o acontecimentos: «Os vikings voltaram em 913, recuperando toda a Irlanda, numa campanha de quatro anos, e o seu ímpeto não mais abrandou até o ano 980. Os seus dois grandes reis deste período foram Gudrod (rex crudelissimus Normannorum até 934) e o célebre Olavo Kvaran (possivelmente Havelok, o dinamarquês). Este era do reino de Nortúmbria, filho de Sigtrygg Gali, que se tornou seu governante em 921 e combateu em Brunanburh em 937. De 941 a 944 e de 949 a 952 Olavo também governou Iorque. Casou com uma filha do rei de Leinster e estava aparentado, através de uma prima, com Maelseschlainn, rei de Meath. A sua queda foi originada pelo fato de se ter metido na contenda entre estes dois reis. Em 980 foi derrotado em Tara e morto o seu filho Ragnavaldo. Três dias depois, Dublin estava em chamas. Olavo recolheu-se ao mosteiro de Iona, fazendo-se monge, tendo morrido um ano mais tarde. A sua queda não libertou a Irlanda do jugo dos vikings e, nove anos depois, o filho de Olavo, Sigtrygg Silkybeard, tornou-se rei em Dublin e tomou parte (do lado oposto ao que seu pai defendera) na luta entre Meath e Leinster. Foi derrotado por Brian Born, rei de Munster, no ano 1.000 e, pela primeira vez, em 1002, toda a Irlanda ficou unida sob o poder de um rei irlandês, Brian».[107]

Brian, o mais célebre dos reis irlandeses, morreu na batalha de Clontarf travada na sexta-feira santa do ano 1014 sob os muros de Dublin e que representou uma grande vitória irlandesa, embora não tenha significado o término das invasões escandinavas, pois os normandos continuaram com a posse de Dublin e de outros portos. Mas na realidade o poderio escandinavo já em declínio sofreu um forte abalo.

Os vikings na península ibérica e no Mediterrâneo

Antes de estudarmos a expansão nórdica para leste, convém dizer algumas palavras a respeito das incursões vikings na Espanha e através do Mediterrâneo.

As riquezas da Espanha muçulmana constituíam evidentemente uma forte motivação para os ataques dos audaciosos piratas nórdicos. «São poucas as fontes árabes da época que se referem ao assunto e por isso estamos dependentes de informações posteriores, que muitas vezes parece transcreverem passos de fontes perdidas. Estes autores posteriores à época dos vikings empregam a designação *al-Majus* (adorador do fogo, feiticeiro, pagão) para se referirem a eles, exatamente porque os viam de um ponto de vista religioso diferente, da mesma maneira que os anglo-saxões os designavam por «pagãos». Mas não há certeza, embora seja possível, que *al-Majus* tenha tido desde o início essa significação».[108]

844 — Quanto podemos saber, a primeira incursão viking na Espanha muçulmana situa-se em 844.

Os invasores tentam desembarcar em Lisboa e, depois, em Cádiz, mas o grosso da frota, oitenta barcos, remonta o Guadalquivir até Sevilha. As muralhas da cidade foram destruídas, a mesquita incendiada, e numerosas atrocidades foram cometidas. A resistência foi organizada pelo emir Abd-er-Rahman II que conseguiu derrotar os invasores destruindo-lhes trinta barcos e forçando-os à retirada. Desde então foram

tomadas sérias medidas defensivas na Espanha muçulmana: organizou-se um arsenal em Sevilha e construiu-se uma frota fortemente armada e tripulada com marinheiros originários do litoral andaluzo.

858-859 — Uma expedição viking, menos importante que a anterior, chega à foz do Guadalquivir mas não ousa subir o rio em virtude das medidas de segurança adotadas.

Os piratas dirigiram-se, então, para Algeciras antes de passar à África.

«E' significativo que os 62 barcos da famosa expedição de Björn e Hasteinn, em 859, tenham partido tão depressa de Espanha, depois do saque de Algeciras, e tenham preferido ir saquear em mais larga escala a costa africana, antes de escolher o sul da França para as suas bases de inverno, onde ninguém iria perturbá-los. Estabeleceram então a sua base fortificada na Camarga, no delta do Ródano, a partir da qual assaltaram tudo pelo rio acima, até ao Norte, alcançando Nimes, Arles e Valence. Sofrendo eventualmente um ou outro revés quando navegavam ao longo da costa italiana, assaltaram Pisa e possivelmente prosseguiram para o leste do Mediterrâneo.

O seu regresso através do estreito de Gibraltar, em 861, teve a oposição da esquadra sarracena, e da sua esquadra, originariamente composta por 62 navios vikings, apenas vinte e dois destes regressaram ao Loire, donde tinham partido. Como só do resgate do príncipe de Navarra os vikings receberam 90.000 *dinari*, é provável que, apesar de tudo, tenham considerado rendosa esta expedição». [109]

Após essa aventura viking a penínula permanece isenta de ataques normandos organizados, por cerca de um século. Só em 966 é que uma flotilha de vinte e oito navios ataca Lisboa, mas parece ter sido derrotada num encontro com a esquadra muçulmana de Sevilha.

Em 970 correram rumores na Espanha muçulmana sobre um próximo ataque viking. «Esses rumores não eram inteiramente infundados, porquanto o reino cristão das Astúrias, no Norte de Espanha, tinha naqueles anos sofrido ataques vikings, e dezoito das suas cidades caíram nas mãos dos nórdicos, entre elas a de Santiago de Compostela. E' possível que parte da esquadra viking que realizou esses ataques tenha sido avistada pelos vigias mouriscos». [110]

Os vikings no leste

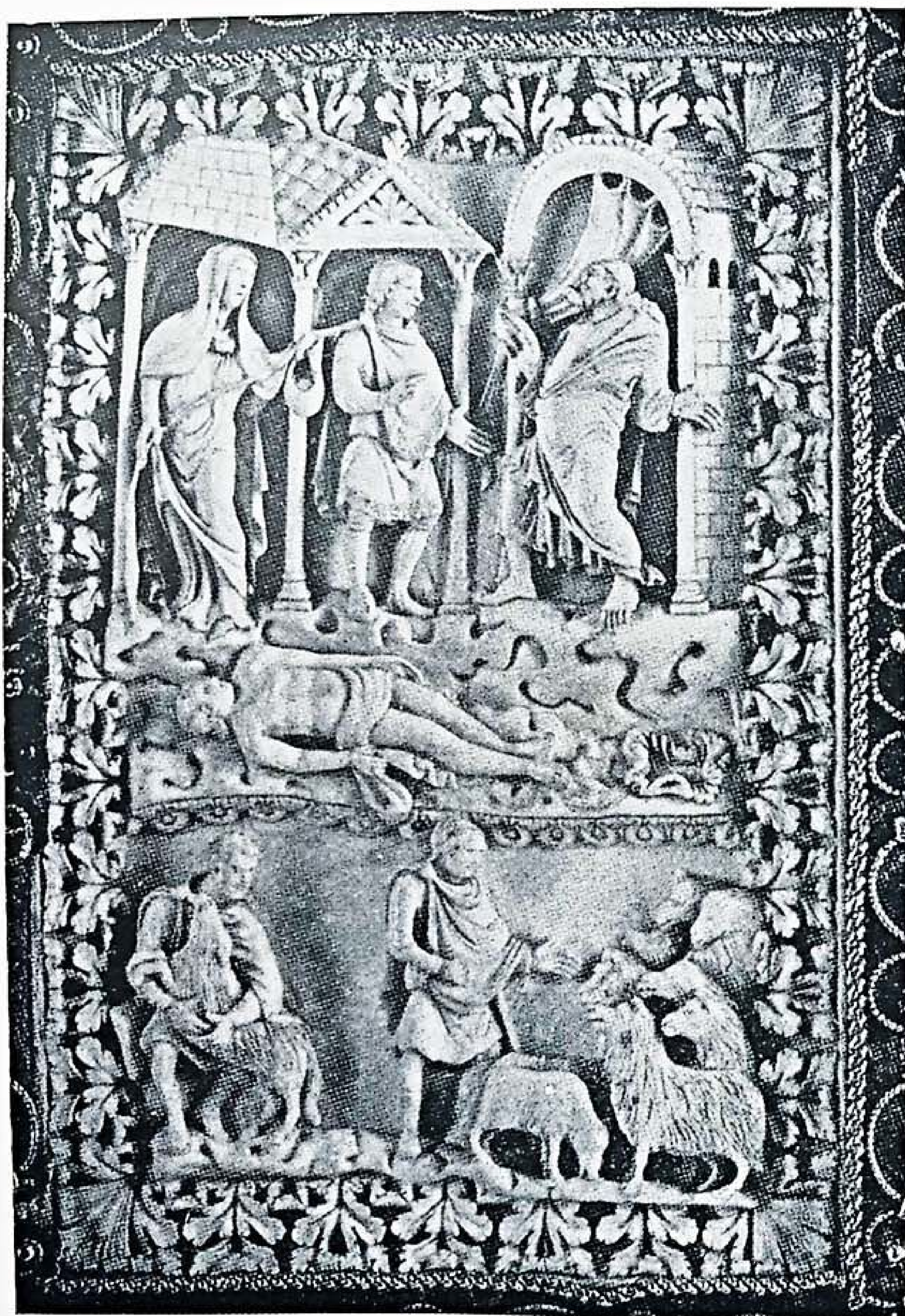
Os *Annales Bertiniani*, na parte redigida por Prudêncio, bispo de Troyes, narram-nos que de uma embaixada enviada pelo basileu Teófilo e recebida (839) por Luís, o Piedoso, em Ingelheim, participavam estrangeiros que se chamavam a si mesmos Rhos (Rus). Estes haviam ido a Constantinopla e, devido a revoltas de tribos indígenas do Dnieper, não tinham podido regressar a sua terra através do mesmo itinerário.



Escultura no mausoléu de Rudolf de Habsburg, em Espira.



Henrique II, Bamberga.



Saltério de Carlos, o Calvo, Bib. Nac. de Paris.



Cristo e a Igreja, Magdeburgo.



Monumento em bronze de Henrique, o Leão (Brunswick, 1166)



Cavaleiro (estátua em Magdeburgo).



Cavaleiro de Bamberga.



Imperatriz Adelaide, Meissen.



Imperador Otão I, Meissen.



Vitral representando Santo Henrique (Henrique II) (Estrasburgo).

Por sugestão do basileu juntaram-se, então, aos emissários bizantinos a fim de tentarem o regresso através do Império Franco. Esse relato de Prudêncio põe-nos, segundo Arbman (*obra citada*, p.99), pela primeira vez, em contacto com a designação de *Rhos*. Esses estrangeiros eram evidentemente suecos que já haviam penetrado na Rússia e, ao que parece, criado aí um estado suficientemente forte para manter relações diplomáticas com Bizâncio.[111]

O estudo das incursões vikings através do solo russo apresenta pontos controvertidos que têm provocado debates prolongados principalmente no que tange às origens da Rússia. Nesse terreno se defrontam historiadores «eslavizantes» e «normandistas». Voltaremos ao assunto no capítulo sobre os Estados eslavos, na segunda parte do presente volume.

Claro está que não cabe, dentro dos estreitos limites de nossa obra, aprofundar esse curioso problema. Limitar-nos-emos neste capítulo a indicar brevemente os principais temas controvertidos e, em seguida, mencionar alguns fatos principais que configuram a História da expansão viking para o leste. Antes, porém, vamos chamar a atenção do leitor para a influência dos fatores geográficos nas incursões varegues em território russo.

Tompkins assinala, a propósito:[112]

«Nenhum país, entretanto, estava tão franqueado à sua penetração como a Rússia setentrional. Aí, o golfo de Riga e o da Finlândia ofereciam abrigo contra as tormentas que varriam o Mar Báltico. Desde os seus recessos mais remotos há rios que levam ao interior distante; de Riga, o Dvina atravessa a terra dos lituanos e dos semgali até à pantanosa linha divisória das águas que dá acesso ao Dnieper e ao Volga; do Golfo da Finlândia, o Neva conduz ao Lago Ládoga; daí ascendendo o Volkhov, o viajor alcança o Lago Ilmen; subindo o Lovat, um transporte fácil leva-o ao Dvina; um tributário deste aproxima-o da grande curva do Dnieper; este, por sua vez, carrega-o sem esforço até se ouvir o rouco ribombar das cataratas, hoje silenciadas pela grande represa de Dnieprostroi. Arrastando o barco em redor dessas obstruções, pode lançá-lo novamente às águas, agora altas, do Dnieper e ancorar, em poucos dias, no Euxino. Caso prefira pode seguir outro caminho ao Mar Cáspio pelo Sia, o Chadoga, o Mologa e o Volga».

Passemos aos principais pontos debatidos.

O *primeiro* concerne ao nome «russos». Já vimos acima que esse termo aparece pela primeira vez em 839. De acordo com o resultado das pesquisas feitas por especialistas, parece que podemos aceitar o seguinte a propósito do sentido e da etimologia desse vocábulo:[113]

Não há nenhuma prova de que tenha sido empregado primeiramente para designar povos eslavos. Os escandinavos da Alta Idade Média também não o conheciam, pois designavam a Rússia pelo vocábulo Gardharîki (país das cidades).

Ao que tudo indica, o vocábulo em foco foi empregado primeiramente para designar os varegues instalados na Europa Oriental e não os eslavos. E' o que se depreende, por exemplo, de um famoso texto de Constantino Porfirogêneto, concernente às cataratas do Dnieper cujos nomes «eslavos» e «russos» são explicitamente distinguidos. Os últimos são evidentemente nomes suecos.

E' curioso notar que ainda hoje os suecos são designados em finlandês por *Ruotsi* e em estoniano por *Rootsi*. Já observamos, no item referente ao nome dos vikings, que *Rhos* ou *Rús* derivaria da província sueca de Roslag.

Acrescentemos, a propósito, a observação de Musset sobre a etimologia de *Ruotsi:*

Sua etimologia mais provável é escandinava: seria um derivado de *rodhr.*

Teríamos aqui ou uma derivação direta (o sentido seria: ***expedição de navios a remo, subdivisão de exército naval)*** ou indireta por intermédio do nome de uma região costeira do Uppland, na Suécia média, o Roden ou Roslagen, que fornecia esse exército.

Arbman *(obra citada*, p.99) anota sobre o vocábulo Rhos: «O nome *Rhos* tornou-se a designação comum dos escandinavos de Kiev, e o nome Rússia derivou dele. A sua etimologia deu origem a várias teorias, sendo a mais aceita, por mais plausível, a que deriva de *rodr* (The rowing road, a estrada de remo), que deu a palavra finlandesa que significa sueco, «ruoti». A forma *Rús* era apenas empregada pelos suecos da Rússia fora do seu país natal».

Depois da controvérsia sobre a designação, o debate entre os especialistas versa sobre a real importância dos achados arqueológicos na Rússia que se relacionam com as incursões escandinavas. Assim, por exemplo, centenas de túmulos descobertos e estudados em uma época em que não se aplicavam métodos científicos rigorosos e que, por isso, foram considerados como pertencentes a suecos, devem ser atribuídos, ao que parece, a eslavos. Sobre 700 túmulos de Gnezdovo mais recentemente explorados, os arqueólogos russos só atribuem dois a escandinavos.[114]

Um terceiro tema de discussão tem sido o papel real que os elementos nórdicos desempenharam nas cidades russas. Assim, por exemplo, com relação a *Staraya Ládoga* e *Novgorod, a Grande*, parece que «o quadro material aí era eslavo ou finês e de modo algum escandinavo: casas e ruas em pranchas empilhadas, cerâmica local, objetos de importação nórdica bastante excepcionais. Desde o início do século X, em Gnezdovo, em todo o caso no século XI, em Novgorod, a língua escrita usual era o eslavo em caracteres cirílicos; entretanto Staraya Ládoga deu-nos um texto rúnico do século IX e um certo número de fibulas escandinavas dos séculos IX e X. Em conclusão: os varegues não teriam sido os fundadores dessas cidades. O fato de haverem chamado a Rússia «país das cidades» sugere que eles, desde sua chegada,

ficaram impressionados com a amplitude do fenômeno urbano. Mas desempenharam aí um papel econômico indubitável nos séculos IX e X, comparável ao dos mercados estrangeiros em Moscou nos séculos XVI e XVII.

E' necessário, assim, admitir, o que não deve causar espanto, que os varegues, negociantes e mercenários de profissão, não se dedicaram, na Rússia, a nenhuma colonização em massa em centro urbano. Quanto a atribuir-lhes uma colonização agrícola, é hipótese totalmente gratuita».[115]

Depois dessas observações e sem perdê-las de vista, vamos estudar alguns aspectos das incursões vikings no leste[116]

1) Preliminarmente convém acentuar ainda uma vez que as expedições dirigidas para o Leste foram essencialmente obra dos suecos. Compreende-se, assim, que os cronistas russos só mencionem os *Rús*, os *Voeringjar* e os *Svei*, todos procedentes da Suécia.

Os vocábulos escandinavos integrados na língua russa bem como certos nomes próprios como Igor (Ingvar), Oleg (Helge) ou Vladimir (de Valdemar) são todos de origem sueca.

A preponderância sueca na expansão oriental é atestada também pelo fato de os autores islandeses medievais chamarem a Rússia «a grande Suécia».

2) O elemento mercantil dá, sobretudo, o tom às incursões vikings. O árabe Ibn Rustah, referindo-se aos Rús, anota no meio do século X: «Eles vivem exclusivamente de seu comércio com as regiões dos eslavos».

Staraya Ládoga, Novgorod e Kiev, segundo Durand, «foram certamente verdadeiras capitais em que, por várias gerações, reinaram dinastias suecas».[117]

Mas essas três cidades eram essencialmente centros comerciais «fortificados e implantados em pontos nevrálgicos da circulação fluvial cuja imensa rede se ramificava até o Cáspio».[118]

Os suecos apresentam uma admirável capacidade de adaptação aos costumes dos povos com que mantêm relações comerciais. Chegam mesmo a aprender a língua de seus parceiros. Os obstáculos são vencidos com perseverança quer construindo-se acampamentos que são ao mesmo tempo entrepostos e fortalezas, quer dominando-se politicamente nações eslavas que lhes forneciam ao mesmo tempo pontos de apoio e tributos.

«Assim se elabora no espaço de dois séculos uma rede comercial de tal eficácia que, quando os primeiros hanseáticos resolvem no século XIII penetrar nos países do Leste, eles retomam naturalmente os caminhos traçados pelos vikings».[119]

3) Na primeira metade do século IX teria existido ao norte da Rússia um império *(Khaganate)* sueco independente a que pertenciam os já mencionados escandinavos que participaram da embaixada enviada a Luís, o Piedoso.

A Crônica de Nestor[120] narra que, após serem expulsos, os escandinavos foram chamados pelos eslavos incapazes de viver em harmonia entre si: «Nossa terra é grande e fértil; porém não há ordem entre nós; queremos que venhais e nos governeis». Foram escolhidos três irmãos com suas famílias que levaram com eles todos os russos; primeiro foram aos eslavos, construíram a cidade de Ládoga e Rurik, o (irmão) mais velho, fixou-se em Ládoga; o segundo, Sineus, instalou-se às margens do Lago Branco (Bielo ozero), e o terceiro, Truvor, em Izborsk (no Dvina). E' por causa desses varegues que o povo de Novgorod foi chamado russo e hoje pertence à raça varegue, embora primeiro ele fosse eslavo» (Tompkins, *obra citada*, p.34).

Após a morte de seus irmãos, Rurik tornou-se o único senhor do *Khaganate*, fundou na região de Volkhov, ao norte do lago Ilmen, a cidade de Holmegaror (atual Novgorod) e estendeu os limites de seus domínios até a região de Smolensk-Gnezdovo.[121]

Desde os inícios do século X, Kiev tornou-se a sede de um segundo império (Khaganate) sueco.[122] Note-se que na já citada Crônica de Nestor o décimo oitavo capítulo intitula-se «Kiev torna-se a capital dos Varângios» e atribui a esse acontecimento a data de 882. «A narração é um conto fantástico, baseado na astúcia do rei Oleg (descendente de Rurik) contra dois irmãos, Askold e Dir, mas é seguido por um capítulo lacônico, desenvolvendo outros assuntos. No ano 883, Oleg conquistou os drevlianos e lançou-lhes o imposto de uma pele de marta preta por cabeça. Em 884 dominou os sverianos, exigindo-lhes um tributo leve, mas proibindo-os de pagar tributo aos khazars porque dizia: «Eu sou inimigo deles», e em 885 enviou emissários aos radimichianos, perguntando-lhes: «A quem pagais vós tributo?» Eles responderam-lhe: «Aos khazars». «Vós não pagareis mais tributo aos khazars, mas a mim». E então passaram a pagar um shilling por cabeça a Oleg, a mesma quantia que pagavam aos khazars».[123]

Segundo Durand, desde o início do século X os vikings teriam entrado em choque com Bizâncio.[124]

Note-se que a Crônica de Nestor menciona um ataque dos vikings de Kiev a Constantinopla já no ano 860. Arbman observa, entretanto, que esse ataque poderia ter sido efetuado por uma esquadra viking através do Mediterrâneo Oriental e não de Kiev.

Certo é que os vikings entraram em contacto com Bizâncio, estabelecendo relações cordiais sancionadas por tratados.

A lealdade e a coragem dos escandinavos fez com que os mesmos fossem até escolhidos para constituir uma guarda pessoal do basileu.

Os domínios dos vikings no leste europeu tendem a enfraquecer-se pelas seguintes razões: O esgotamento das minas de prata do Oriente Próximo, a diluição da raça nórdica no meio eslavo, a grande distância entre os estabelecimentos vikings e a mãe-pátria, as rivalidades fratricidas entre os chefes escandinavos e, finalmente, a própria conversão ao cristianismo.

Concluamos esse esboço das atividades dos vikings no leste, lembrando a figura de Vladimir, filho de Sviattoslav, o chefe viking descrito pelo historiador bizantino Leão Diácono.[125]

Vladimir, após a morte de seu pai, assumiu o poder depois de haver-se livrado de seus irmãos e instalou-se em Kiev que se tornou a capital de um império, cujos limites se estendiam das margens do Ládoga ao litoral do Mar Negro (980). Alguns anos mais tarde Vladimir se convertia ao Cristianismo. O Império de Kiev tornar-se-ia um estado estranho aos interesses escandinavos.

O leitor terá notado que nos encontramos, agora, em plena história da Rússia. A ela voltaremos mais adiante.

Conseqüências das invasões normandas

A data em que começaram as invasões, o povo nórdico predominante nas diferentes expedições e o *substratum* demográfico e cultural existente nas regiões invadidas condicionaram evidentemente as conseqüências que adviriam da presença viking no cenário geográfico-histórico da Europa Medieval. O estudo dessas conseqüências em toda a sua profundidade mereceria, por si só, um volume especial. Aqui vamos limitar-nos a breves indicações sobre a marca deixada pelos vikings respectivamente na França e nas Ilhas Britânicas.

O leitor deve ter presente o que escrevemos na Introdução do presente volume a respeito das relações entre as «novas invasões» e o desenvolvimento do feudalismo.

Convém preliminarmente sublinhar que a tríplice corrente expansionista viking acarretou profundas conseqüências para a própria pátria dos invasores nórdicos. Essas conseqüências se fizeram sentir sobretudo no terreno econômico.[126]

Com efeito, a expansão escandinava criou um espaço econômico homogêneo que se estendia do Atlântico ao Volga e no qual «os homens e os bens circularam intensamente».[127]

As atividades comerciais despertaram uma intensa vida urbana em certas localidades como, v.g., Hedeby no litoral báltico (séculos IX-X) e Birka a oeste de Estocolmo (séculos IX-X). Nesta última as descobertas arqueológicas efetuadas em túmulos atestam um intercâmbio comercial que se estende a quase todo o mundo conhecido.

— Vejamos, agora, resumidamente, algumas conseqüências das invasões normandas no *Império Franco*.

1) Destruição de igrejas e mosteiros com prejuízos irreparáveis para as atividades artísticas e intelectuais. Lembremos apenas a perda de preciosos manuscritos que formavam as bibliotecas dos mosteiros depredados e incendiados.

Note-se que essas devastações provocariam mais tarde uma atividade renovadora que, no terreno artístico, resultaria na origem da arte românica.

2) No terreno *político-jurídico* percebe-se um recuo. Esboroam-se os esforços de tentativas de unificação do Direito que começava a produzir seus frutos na metade do século IX, graças à influência das capitulares e, na *Francia Occidentalis*, cria-se um verdadeiro vácuo com a diluição da idéia do Império Cristão dos Francos.[128]

O leitor compreenderá melhor esse problema depois da leitura do capítulo referente ao Desmembramento do Império Carolíngio. «Todo o edifício que começava a ser construído em torno das noções de Estado e de autoridade pública foi abandonado».[129]

3) No *terreno lingüístico* os normandos deixaram sua marca acentuada:[130]

a) no *vocabulário marítimo* (como, v.g., *bâbord*, bombordo, de bakbordhi; *tribord*, estibordo, antigamente *stribord*, de *srjôrn-bordhi; quille*, quilha, de *kjoll;* e muitos outros).

b) na *onomástica* (como, v.g., *Anger* de *Ansgeirr, Hamon* de *Hamondr, Ingoulf* de *Ingulf*, etc., etc...).

c) na *toponímia*. Assim, por exemplo, na Normandia os nomes de lugares terminados pelo vocábulo *ville* possuem como primeiro termo da composição um nome escandinavo. «Os Angot, Anger, Ansketil, Asborn (Osborn), Asalf (Auzouf, Osouf), Asmund (Omont) etc... deram seu nome aos Angouville, Ancresteville, Omonville, etc... Os devotos do deus Thor a Trouville (Thuroldivilla), a Tourgeville, a Toutainville».[131]

Cabem aqui duas curiosas observações. Primeira: a presença do segundo termo nessas composições atesta a permanência de elementos étnicos indígenas. *Segunda:* quando o segundo termo *(ville)* é substituído pelo vocábulo escandinavo equivalente (Tot), a presunção é de que o elemento populacional predominante nas localidades assim designadas (v.g.: Bennetot, Quettetot, Sassetot) seria de origem escandinava.

Encerremos essas observações sobre a influência no terreno lingüístico lembrando que o escandinavo deixou de ser falado na Normandia já por volta do século X. Quando o segundo duque, Guilherme, quis que seu filho aprendesse o normando teve que enviá-lo a Bayeux pois em Ruão não havia oportunidade para esse estudo.[132]

4) No *terreno étnico*, o fato dominante é a rápida fusão entre normandos e francos. Essa mistura racial é favorecida pela conversão à religião cristã, pois, como anota Lot, se a sinceridade do cristianismo de Rolão é bastante duvidosa, «seus sucessores foram príncipes devotos, grandes construtores de igrejas».[133]

Passemos, agora, a alguns exemplos de conseqüências das invasões normandas nas Ilhas Britânicas.

1) No *terreno econômico* as invasões normandas viriam provocar na Inglaterra, a par das inevitáveis devastações, um desenvolvimento comercial que aparece na intensificação da vida urbana e na cunhagem de moedas. A Inglaterra antes do ano 800 não possuía praticamente cidades dignas desse nome a não ser alguns centros do sudeste como, por exemplo, Londres e Winchester. «Após a passagem dos vikings, ela recuperou seu atraso sobre o Continente em matéria de urbanização. Uma densa rede de cidades cobre todo o país, umas diretamente fundadas ou reanimadas pelos invasores, outras construídas pelos ingleses para servirem como pontos de apoio para a resistência (os *burhs* fundados por Alfredo, o Grande, e pela rainha da Mércia Etelfleda)».[134]

Quanto à cunhagem de moedas, citemos o exemplo do que fizeram os reis dinamarqueses em York que, durante o século X, emitiram um numerário abundante e de elevada qualidade.

2) No *terreno étnico* cabem as seguintes observações:

a) As grandes perdas pessoais da aristocracia anglo-saxônica, em virtude das lutas incessantes dos séculos IX e X, foram compensadas com uma infusão maciça de sangue nórdico. Um forte sintoma dessa interpenetração racial é o fato de encontrarmos acentuada influência escandinava na onomástica dos grandes senhores.

b) Na Escócia a fusão entre a população indígena e os invasores teria influído decisivamente na própria constituição física dos indivíduos. Lot observa que «com os noruegueses, os escoceses são o povo da Europa cuja altura é a mais elevada».[135]

Na Irlanda as alianças familiares entre príncipes invasores e indígenas começou, pelo menos, desde a segunda metade do século IX. E note-se que a contribuição étnica escandinava deve ter influído no sentido de acentuar o aspecto setentrional que o irlandês apresenta, o que, entretanto, não impediu que esse povo continuasse sendo psicologicamente «o mais celta dos povos da Europa».[136]

3) No *terreno lingüístico* convém observar:

a) Em certas regiões o dinamarquês foi falado durante longo tempo (até o início do século XII).

b) Não obstante essa permanência, a língua inglesa acabou dominando, fato esse perfeitamente explicável pela incontestável superioridade numérica da população anglo-saxônica.

c) O inglês, todavia, principalmente em sua variedade setentrional aceitou em massa contribuições nórdicas. «Esse vocabulário cobre todos os domínios da linguagem. Encontram-se aí não somente coisas ou instituições trazidas pelos vikings (*outlaw*, fora da lei; *wapentake*, espécie de subdivisão territorial; *thrall*, escravo), mas ainda quantidade de noções indispensáveis à vida corrente (to *die*, morrer, to *call*, chamar, to *take*, tomar; *fellow*, camarada; *husband*. marido; *window*. janela; *knife*, faca».[137]

Musset (*obra citada*, p.172) explica a influência no terreno lingüístico por um extenso bilingüismo, «uma espécie de simbiose lingüística».

Acrescentemos que a influência nórdica, aqui, deve ter sido facilitada, pelo fato de ser o inglês, dentre todas as línguas germânicas, a que mais se aproxima da língua dos vikings.[138]

d) No gaélico da Escócia são encontrados inúmeros vocábulos de origem escandinava relacionados principalmente com pesca e marinha.

e) A toponímia inglesa, especialmente na região de Danelaw, conserva grande número de localidades com denominações escandinavas: assim, por exemplo, os nomes terminados em *by* (escandinavo *boe*, aldeia): Grimsby, Whitby, Derby.

4) No *terreno jurídico* é curioso lembrar a importante contribuição dos vikings especialmente nos arquipélagos escoceses: «os noruegueses levaram para lá quase todo seu sistema jurídico e notadamente seu direito imobiliário (direito d'ôdhal, uma propriedade de família inalienável) e suas assembléias populares (things)».[139]

[1] Musset, *Les Invasions*, II, p. 114.
[2] Sobre a viagem de Píteas consultar Cary, *Les Explorateurs...*, p. 51ss.
[3] Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 119.
[4] Cary, *Les Explorateurs...*, p. 56 e Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 119).
[5] Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 120.
[6] Idem, ibidem. Notar, contudo, a observação de Weiss (*História*, vol. IV, p. 951, nota 3: "Suiones en Tácito, es el nombre de todos los escandinavos germánicos; en gótico sweans, en anglosajón, sweon, allí mismo svithiod, pueblo de los swios".
[7] Segundo Weiss, *História*, 4, p. 951.
[8] Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 122.
[9] Idem, ibidem, p. 123.
[10] Nossa fonte principal aqui é Durand, *Les Vikings*, p. 7ss.
[11] Idem, ibidem, p. 10.
[12] Musset, *Les Invasions*, II, p. 114, nota 1.
[13] Kohnen, *História da Literatura Germânica*, I, p. 31.
Observe-se que a designação de "Edda" se aplica propriamente ao manual de mitologia redigido em prosa por Snorri na Islândia (talvez em 1215) e usado pelos escaldos. Essa designação foi, por extensão, dada também à coleção poética da qual o manual é de certo modo um comentário. — Segundo a opinião de alguns estudiosos, a maioria dos poemas dos Eddas datariam dos séculos VII e VIII. Alguns filólogos chegam a propor o século VI para os poemas mais arcaicos. Sobre o vocábulo "Edda" Will Durant (*História da Civ., a Idade da Fé*, I-2, p. 304) anota: "O termo ocorre, pela primeira vez, num fragmento do século X, com o significado de bisavó; por alguma travessura do tempo, veio a significar normas técnicas da prosódia norueguesa e, nesse sentido, foi empregado por Snorri Sturluson, quando (1222) escreveu sob esse título um tratado sobre a mitologia e arte poética escandinava; conhecemos esta como a Prosa ou Edda Moderno".
[14] Musset, *Les Invasions*, II, p. 113.
[15] Anwander, *Les Religions*, p. 65.
[16] Kohnen, *História da Literatura Germânica*, v. 1, p. 31.
[17] Maury, Lucien — *Literatura dos países escandinavos* em Enciclópédia Delta — Larousse, p. 3744 — tradução de Heitor Fróes.
[18] Durand, *Les Vikings*, p. 10.
[19] Idem, ibidem, p. 7.
[20] Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 121.
[21] Bloch, *La Société*, p. 40.
[22] Durand, *Les Vikings*, p. 11.
[23] Idem, ibidem, pp. 11-12.
[24] Musset, *Les Invasions*, II, p. 113.
[25] Durant (*História*, 4ª parte, t. 2, p. 299).
[26] Musset, *Le Monde Scandinave*, p. 1071. Notar a observação de Pittard (*Les Races et l'Histoire*): "On avait l'habitude, jusqu'à ces derniers temps, de faire dater les premières pages de l'histoire des peuples scandinaves à l'époque des Kjökkenmöddings (âge de la pierre polie). Depuis quelques années on s'est aperçu, à la suite de découvertes précises, qu'il faut remonter un peu plus loin vers le passé". (p. 253).

[27] Musset, *Le Monde Scandinave*, p. 1074.
[28] Idem, ibidem, 1074. Ver tb. Cary e Warmington, *Les Explorateurs...*, pp. 67 e 301.
[29] Musset, *Le Monde Scandinave*, p. 1074.
[30] Idem, ibidem, p. 1075.
[31] Pittard, *Les Races et l'Histoire*, p. 259.
[32] Idem, ibidem, pp. 261-262.
[33] Lot, *Les Invasions* (arabes, etc.), p. 117.
[34] Durand, *Les Vikings*, p. 93ss.
[35] Idem, ibidem, p. 76ss.
[36] Idem, ibidem, p. 81.
[37] Idem, ibidem, p. 85.
[38] Idem, ibidem.
[39] Idem, ibidem, p. 87s.
[40] Idem, ibidem, p. 106.
[41] Idem, ibidem.
[42] Idem, ibidem, p. 105.
[43] Todos esses esclarecimentos foram extraídos da excelente obra de Février, *Histoire de L'Écriture*, p. 504ss.
[44] Apud Février, *Histoire*, p. 505.
[45] Idem, ibidem.
[46] Idem, ibidem, p. 513.
[47] Idem, ibidem, p. 516.
[48] Idem, ibidem, p. 517.
[49] Sobre as artes consultar Demougeot, *Art des Grandes Invasions*, p. 329ss; Durand, *Les Vikings*, p. 109ss; Arbman, *Os Vikings*, p. 129.
[50] Durand, *Les Vikings*, p. 111.
[51] Idem, ibidem, p. 115.
[52] Idem, ibidem, p. 119.
[53] Idem, ibidem.
[54] Idem, ibidem, p. 120.
[55] Pike, *Dictionnaire*, p. 234.
[56] Durand, *Les Vikings*, p. 120.
Ainda sobre Odin, ver o que escrevemos em nossa *História dos Reinos Bárbaros* (primeiro volume), capítulo sobre os Germanos.
Note o leitor que em matéria de mitologia nórdica nem sempre os autores estão acordes. Assim é que tivemos o cuidado de transcrever entre aspas as diferentes opiniões. Um assunto a pesquisar e discutir é por exemplo a popularidade do culto de Odin entre os nórdicos.
[57] Durand, *Les Vikings*, p. 121.
[58] Idem, ibidem, p. 122.
[59] Durand, *Les Vikings*, p. 15.
[60] Sobre o clima, ver Durand, *Les Vikings*, p. 19 e Musset, *Les Invasions*, II, p. 208.
[61] Previté-Orton, *História*, I, p. 500.
[62] Bloch, *La Société*, p. 68 e tb. Musset, *Les Invasions*, II, p. 206.
[63] Durand, *Les Vikings*, p. 17.
[64] Musset, *Les Invasions*, II, p. 207.
[65] Grimberg, *História Universal*, 6, p. 175s.
[66] Durand, *Les Vikings*, pp. 13-14.
[67] Idem, ibidem, p. 14.
[68] Musset, *Les Invasions*, II, pp. 207-208.
[69] Grimberg, *História Universal*, 6, p. 197.
A propósito do barco viking, consultar Arbman, *Os Vikings*, p. 15ss. Mencionando os barcos encontrados em Tune, Gokstad e Oseberg, Arbman observa: "Modelos e cópias de maior ou menor rigor têm espalhado a imagem destes barcos como a galé guerreira típica dos Vikings. Contudo, não eram estes barcos que os transportavam às costas estrangeiras".
— Ver uma descrição de navio viking contida na Saga de Grettir — tradução francesa em Gothier, *Recueils*, p. 75.
[70] Todas essas informações foram extraídas de Durand, *Les Vikings*, pp. 58-59.
[71] Andrade, *Vikings*, p. 25.
[72] Arbman, *Os Vikings*, p. 55.
[73] Apud Arbman, ibidem.
[74] Musset, *Les Invasions*, II, p. 215.
[75] O último reide viking teria sido o ataque dirigido contra a Grã-Bretanha em 1153 por um pretendente ao trono da Noruega. As sagas norueguesas mencionam ainda vikings "privados" em 1195 e 1209 (Musset, ibidem, p. 217).
[76] Musset, *Les Invasions*, II, p. 217.
[77] Idem, ibidem, p. 115.
[78] Idem, ibidem, p. 117s.
[79] Idem, ibidem, p. 118.
[80] Idem, ibidem.
[81] Arbman, *Os Vikings*, p. 88.
[82] Musset, *Les Invasions*, p. 129.
[83] Idem, ibidem, p. 118.
[84] Nossa fonte aqui será principalmente Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 132ss.
[85] Idem, ibidem, p. 137.
[86] Eis o texto original que traduzimos quase ao pé da letra: "Coeperunt utriusque sexus populum captivare ac trucidare, monasteria devastare, ecclesias seu villas quas attingere poterant, depopulari sive concremare, pecora depraedari, et cum omni credulitate in populo quondam Dei debacchari, suamque in eum ob enormitatem peccatorum exercere libidinem..." (Translatio sancti Germani Parisiensis — apud Calmette, *Textes*, p. 15).
[87] Arbman, *Os Vikings*, p. 83.
[88] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 126.
[89] Idem, ibidem, p. 127.
[90] Apud Arbman, *Os Vikings*, p. 87.
[91] Apud Calmette, *Textes*, p. 17.

Eis o texto latino que traduzimos livremente: "Sic caput aurora rapuit perdente duellum. Nempe ruunt omnes ratibus turri properantes. Quam feriunt fundis acriter complentque sagittis. Urbs ressonat, cives trepidant, pontesque vacillant; Concurrunt omnes turrique juvamen adaugent".

[92] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 129.

[93] Idem, ibidem, p. 146 — Ver também um texto de Dudon de Saint-Quentin sobre Rolão (Rollo) *(De moribus et actis primorum Normanniae ducum*, II, 28) em Calmette, *Textes*, p. 18s.

"Franci vero intuentes Rollonem, totius Franciae invasorem, dixerunt ad invicem: "Magnae potentiae est iste dux magnaeque virtutis atque magni consilii et prudentiae, quin etiam laboris, qui tanta praelia exercuit contra comites istius regni". Statim Francorum coactus verbis, manus suas misit inter manus regis, quod nunquam pater ejus, et avus, atque proavus cuiquam fecit". — Os francos vendo Rolão, o invasor de toda a França, comentaram: "Esse duque é de grande poder, de grande coragem e de grande conselho e prudência, ele que tanto afligiu, que tantas batalhas travou contra os condes deste reino". Logo, levado pelas palavras dos francos, colocou suas mãos entre as mãos do rei, o que nem seu pai, nem seu avô, nem seu bisavô nunca haviam feito com ninguém.

[94] Ver, a propósito, Musset, *Les Invasions*, II, p. 257.

[95] Lot, *Les Invasions Barbares*, pp. 148-149.

[96] Musset, *Les Invasions*, II, p. 245.

[97] Maurois, *História*, p. 44.

[98] Grimberg, *História*, p. 180.

[99] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 163s.

[100] Idem, ibidem, p. 166.

[101] Arbman, *Os Vikings*, p. 71.

[102] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 172.

[103] Idem, ibidem, p. 176.

[104] Arbman, *Os Vikings*, p. 75.

[105] Idem, ibidem, p. 76.

[106] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 177.

[107] Arbman, *Os Vikings*, p. 78.

[108] Arbman, *Os Vikings*, p. 94.

[109] Idem, ibidem, p. 95.

Nessa expedição teria havido a conquista de Luna narrada por Dudon de S. Quentin. Os normandos teriam confundido Luna com Roma.

— O rei de Navarra, Garcia, teria sido aprisionado em uma expedição que, pelo Ebro, alcançara Pamplona.

[110] Arbman, *Os Vikings*, p. 96.

[111] Os *Annales Bertiniani* constituem a melhor fonte para o estudo da França na época de Carlos, o Calvo. Esse texto possui mais de um autor. A parte referente ao período de 835 a 861 é de autoria de Prudêncio, bispo de Troyes e de origem espanhola.

[112] Tompkins, *A Rússia*, p. 31.

[113] Seguimos, aqui, Musset, *Les Invasions*, p. 261ss.

[114] Idem, ibidem, p. 263.

[115] Idem, ibidem, p. 263s.

[116] Seguiremos, aqui, a tantas vezes citada obra de Durand, p. 45ss. Note-se que esta é quatro anos posterior em data à obra congênere de Arbman que, aliás, se encontra na bibliografia sumária de Durand.

[117] Durand, *Les Vikings*, p. 46.

[118] Idem, ibidem.

[119] Idem, ibidem, p. 47.

[120] Chama-se crônica de Nestor a crônica iniciada em fins do século XI e princípios do século XII no mosteiro de Petchersky de Kiev, e prosseguida por vários continuadores até ao fim da Idade Média (Tompkins, obra citada, p. 27). Nestor, o Beda russo, foi um monge de Kiev. Ver, contudo, o que escrevemos sobre os Anais Russos na segunda parte do presente volume: "Estados Eslavos".

[121] Durand, *Les Vikings*, p. 48. Ver tb. Arbman, *Os Vikings*, p. 106.

[122] Durand, *Les Vikings*, p. 50.

[123] Arbman, *Os Vikings*, p. 108. O mesmo autor, contudo, adverte: "Não existem em Kiev testemunhos arqueológicos da fixação escandinava anteriores ao século X" (p. 110).

[124] Durand, *Les Vikings*, p. 50; Arbman, *Os Vikings*, p. 111.

[125] Eis a descrição de Sviatoslav: "Estatura média, ombros largos, nariz largo e pouco saliente e os olhos azuis sob uns sobrolhos espessos. Tinha um farto bigode e a cabeça raspada com um tufo de cabelos de um lado, sinal de nobreza" (Apud Arbman, p. 113).

[126] Sobre a conversão dos escandinavos ao Cristianismo falaremos no capítulo referente à Igreja, em outro volume da *História do Mundo Feudal*.

[127] Musset, *Les Invasions*, II, p. 133.

[128] Idem, ibidem, II, p. 169.

[129] Idem, ibidem, II, p. 170.

[130] O leitor encontrará copiosos exemplos da influência normanda no terreno lingüístico apud Lot, *Les Invasions Barbares* (I), p. 149ss.

[131] Idem, ibidem, p. 150.

[132] "quoniam quidem Rothomagensis romana potius quam dacisca utitur eloquentia et Bajocacensis fruitur frequentius dacisca lingua quam romana" (Dudon, p. 221, apud Lot, obra citada, p. 157. Ver também Musset, *Les Invasions*, II, p. 259).

[133] Lot, *Les Invasions Barbares* (I), p. 157.

[134] Musset, *Les Invasions*, II, p. 247.

[135] Lot, *Les Invasions Barbares* (I), p. 184.

[136] Idem, ibidem, p. 190.

[137] Musset, *Les Invasions*, II, p. 172.

[138] A observação é de Lot, *Les Invasions Barbares* (II), p. 182.

[139] Musset, *Les Invasions*, II, p. 173.

CAPÍTULO II

Os Eslavos

Introdução

SE LEVARMOS em consideração que os povos eslavos ocupam uma porção enorme do território europeu e constituem, no continente, sob o ponto de vista numérico, o maior grupo lingüístico, poderemos avaliar a importância decisiva de sua História para um conhecimento mais completo e profundo da formação da Europa.

Assim é que reveste capital interesse o estudo das origens desses povos e de sua expansão através da Idade Média. Musset[1] observa a propósito: «A progressão dos eslavos para o norte, o oeste e o sul, na Alta Idade Média, é um fato histórico de primeira importância, tão pleno de conseqüências para o futuro da Europa como as invasões germânicas. Em dois ou três séculos, um grupo de tribos até então acantonado na Ucrânia Ocidental e na Rússia Branca atual, submerge a metade do continente, atingindo pontos tão afastados de suas bases de partida como Kiel, Bamberg, Linz ou Corinto».

Apesar do papel decisivo dos eslavos na formação histórica da Europa, deve-se observar que existem sérias dificuldades para o estudo das origens e da expansão desses povos. E' que, como observa Cross, «estabelecidos na parte oriental do continente europeu, os eslavos permaneceram estranhos à civilização que se desenvolveu sobre as margens setentrionais do Mediterrâneo, o que retardou o momento em que puderam desempenhar um papel político ativo».[2]

A expansão eslava efetuou-se, anota Musset, «quase inteiramente fora da zona iluminada pelos textos latinos ou gregos.

Malgrado os progressos recentes e muito consideráveis, a arqueologia por si só não pode suprir esse silêncio. Só as últimas etapas da marcha em frente são aproximadamente conhecidas: aquelas que levaram os eslavos em contacto imediato com os povos germânicos, românicos e do mundo bizantino».[3]

Convém notar que a lingüística desempenha um papel decisivo no estudo das origens eslavas. Musset (*obra citada*, p.75) afirma, a propósito, que «a única certeza sobre as origens dos eslavos é a que oferece a lingüística: o eslavo pertence ao grupo oriental das línguas indo-européias».

No presente capítulo vamos focalizar o problema das origens e da expansão dos eslavos, bem como outros aspectos relacionados com a civilização desses povos. Nessa exposição nem sempre pisaremos terreno seguro, em virtude da deficiência das fontes e das diferentes interpretações que os especialistas nos oferecem. As dificuldades de uma exposição de conjunto residem, sobretudo, na diversidade cultural e até racial que caracteriza os eslavos. Essa diversidade explica-se, em parte, pelas seguintes razões:

1) O efetivo numérico importante e a dispersão dessa população por uma vasta área proporcionaram o recebimento de influências de diferentes civilizações estrangeiras (como, v.g., culturas asiáticas).

2) A «ausência de toda a tradição de cultura original impediu, por várias vezes, o desenvolvimento de uma consciência étnica ou nacional».[4]

3) Os eslavos não apresentam a homogeneidade racial que caracteriza, por exemplo, os escandinavos. Com efeito eslavos orientais (russos e ucranianos), ocidentais (poloneses, tchecos e eslovacos) e meridionais (sérvios, croatas, etc.) apresentam notáveis divergências físicas. Assim, por exemplo, os poloneses são braquicéfalos, e possuem uma altura menor que a dos eslavos orientais.[5]

A diversidade racial encontra sua explicação na mistura com outros povos. Assim, por exemplo, Cross observa que os eslavos, pelo fato de haverem constituído um baluarte contra os invasores nômades vindos da Ásia, tiveram contacto com os mesmos e se expuseram, «à contribuição de um sangue estrangeiro e às influências culturais asiáticas».[6]

Pelo que ficou dito até aqui, o leitor terá compreendido a dificuldade da síntese que pretendemos apresentar. Essa dificuldade aparece bem nítida na seguinte advertência de Musset:

«Repetimos, ainda, que não existe direito eslavo comum, que não há quase nada de instituições eslavas comuns, e quase nenhuma fácies arqueológica que seja característica dos eslavos, de um limite a outro de seu imenso domínio. Não há estilo artístico eslavo nitidamente individualizado».[7]

O leitor concluirá, desde logo, que o que se vai escrever adiante não valerá sempre para o conjunto dos povos eslavos.

1) Os eslavos e os autores antigos e medievais

São bem parcas as informações que as fontes literárias nos fornecem sobre os primórdios da expansão eslava.

Alguns textos de autores antigos são duvidosos e têm sido interpretados de maneira diversa pelos especialistas. Vejamos, a seguir, alguns exemplos.

1. *Heródoto.* «Houve quem visse nos Neuri e Budini, mencionados no Livro IV de Heródoto, um povo eslavo submetido ao domínio cita. A descrição vaga e bastante fantástica dos Budini (e dos Geloni, com quem são confundidos), assim como dos Neuri, parece sugerir certa crença, predominante entre os gregos, de que todos estes três povos destoavam, de algum modo, do tipo nômade dominante. Os Budini construíam com madeira suas casas e os muros de suas cidades e os Geloni habitavam as florestas e cultivavam a terra. Embora designados nômadas, os Neuri pareciam estreitamente ligados aos Budini».[8]

Talvez os «citas lavradores» de que fala o pai da História (Livro IV) sejam os eslavos, mas, anota Lot, «o historiador grego, para dizer a verdade, nada sabe disso: Ele não vê nesse povo senão citas, isto é, iranianos».[9]

Heródoto «menciona também os *enetoi illyrion* que habitavam nas margens do Adriático. E' a primeira vez que os vênetos foram mencionados. Antes da nossa era encontramo-los ainda mencionados por Políbio mais ou menos em 150 aC. Esse povo, segundo ele, assemelhava-se aos celtas pelos costumes, pelos enfeitos que usava, mas falava uma outra língua; que língua era essa não sabemos, mas existem indicações de que era parecida com a atual língua albanesa: a única sobrevivente das línguas dos povos ilíricos».

Bennigsen em suas considerações sobre a origem dos eslavos acrescenta às supracitadas observações: «Citamos esses autores da Antiguidade porque agora os cientistas eslavos são de opinião de que todos os povos compreendidos pelas denominações de vênetos, vendos, etc... eram povos eslavos. Objetou-se, todavia, que povoações de vênetos foram encontradas em regiões muito afastadas das regiões eslavas como a Armórica (Bretanha) e a Galácia (Ásia Menor). A isso o professor russo Miliukov retrucou que talvez os celtas tivessem levado consigo grupos de vênetos nas suas migrações e indica que na Armórica foram encontrados vestígios da cultura de Unetitze (Aunitzer Kultur, em alemão), às vezes reconhecida como eslava. Também Lehr-Splavinski considera que o nome da província francesa da Vendéia (Vendée) provém dos vênetos transferidos para lá pelos seus conquistadores celtas».[10]

2. *Pompônio Mela*, por volta de 48 aC, fala-nos do *lacus venetus* «que é o atual lago de Constança».[11]

3. *Plínio, o Antigo*, fala dos vênetos e os situa vagamente nas vizinhanças do Vístula *(ad Vistulam usque fluvium)*.

4. *Tácito.* «Pisamos terreno algo mais seguro quando chegamos a Tácito que, falando dos germanos em 98 dC, descreve casualmente a Europa Oriental e seu povo. Depois de enumerar vários povos germânicos, estuda as tribos que ali vivem: os estos *(aestii)*, os suecos *(Suiones)*, os *Peucini*, os *Veneti* e os *Fenni*. E' geralmente aceito que os *Veneti* eram chamados assim pelos alemães e que o termo é o *Wend* (adj. wendisch) germânico com que designavam os eslavos. Os *Fenni* são os fineses. Os *Peucini* são uma subdivisão dos Basternae conforme o próprio Tácito logo acrescenta. Temos, assim, a prova concludente de que por esse tempo, isto é, pelo ano 100 dC, dois povos da Rússia moderna podem ser definitivamente identificados e localizados numa parte da grande planura russa».[12]

Bennigsen, comentando textos de Tácito, escreve: «Quanto aos vênetos do Báltico, Tácito os qualifica de povo germânico. Tácito fala ainda de *plures civitates* que habitam atrás de montanhas que provavelmente são os Cárpatos. Entre eles distingue o povo mais conhecido por liguios, que povoou numerosas regiões. Estrabão fala também dos luios que são um grande povo e Ptolomeu declara que eles moravam nas nascentes do Vístula e do Óder ao norte dos montes Corcontes (Sudetos, que até hoje são chamados na Tchecoslováquia de Krkopoches). Estas denominações de *luguios* ou *luios* levam-nos ao território da Lausutza (Lugitze em eslavo e Lausitz em alemão) na atual Saxônia, habitado até hoje pelos eslavos: os sérvios de Lugitze».[13]

5. As chamadas *Tábuas de Peutinger* (trata-se de indicadores de rotas postais romanas encontrados em Peutinger e escritos entre 271 e 280 pC) falam dos vênetos como de um povo que habitava a região do Danúbio. «Os sármatas subjugaram no Danúbio os povos que aí encontraram e que segundo as Tábuas de Peutinger eram vênedos ou vênetos. Mais tarde, no ano 334, durante a guerra de Constantino, o Grande, contra os sármatas, os escravos destes *(servi sarmatorum,* ou *duloi)* revoltaram-se contra os seus dominadores, os *sarmatae liberi* e os expulsaram para a região ao sul do Danúbio, onde Constantino lhes deu terras para se estabelecerem. Nos nossos dias acha-se que esses «servos» eram vênetos e eslavos. Desta opinião é, entre outros, o grande eslavista tcheco Niederle».[14]

6. *Ptolomeu* (séc. II) «afirma que a Sarmácia é povoada por povos muito importantes (ethne megista) e entre eles pelos vênedos, ao longo do golfo Venédico que é, sem dúvida, o Mar Báltico».[15]

7. *Procópio*, na sua *História da Guerra Gótica*, «menciona os Sclaveni e seu país juntamente com a grande migração dos Heruli da Panônia para o litoral do Mar do Norte. Entre os reforços de Belisário para a defesa de Roma havia um contingente de *Huni* e *Sclaveni* e *Antae, que residiam acima do rio Ister, não longe das margens deste.* Daí em diante aparecem nas crônicas contemporâneas sob este nome ou variantes deles — Slovenes, Sclavi, Sclavini, Slovaks. Podemos deduzir deste súbito aparecimento que, de então em diante, começaram a figurar no cenário da História?»[16]

8. *Jordanes* dá-nos o primeiro texto preciso sobre os eslavos: «A Dácia é defendida por Alpes elevados em forma de coroa. Sobre o flanco esquerdo que se dirige para o Norte, desde as cabeceiras do Vístula, se encontra estabelecida por uma extensão imensa, a raça numerosa dos Wendes. Embora seus nomes mudem hoje segundo as tribos e os lugares, são chamados principalmente esclavenos e antes. Os primeiros habitam a partir da cidade de Novіotuno e o lago Mursiano até o Dniester, e ao norte, o Vístula: pântanos e florestas substituem as cidades. Os antes, os mais poderosos de todos, estendem-se do Dniester ao Dnieper...» (Gética § 34).

Sobre Jordanes, Bennigsen comenta: «Quando se deu a divisão dos eslavos em três grupos, Lehr-Splawinski salienta que o primeiro que escreveu com maior precisão a respeito dos eslavos foi Jordanes, em sua *História dos Godos*, que não conhecia em 511 os eslavos ocidentais e anotou somente dois ramos dos vênetos: os eslavos do sul ou *Sclaveni*, que habitavam desde Noviotuno (agora Isaktchi) no estuário do Danúbio até a desembocadura neste do Sava, e os *antes* habitando entre o Dniester e Dnieper, no sul, até o Vístula, no norte».[17]

9. *O Cosmógrafo de Ravena*, «autor de uma obra geográfica anônima que não é posterior ao século VII, menciona os Sclaveni como vivendo na Cítia, termo genérico para a Europa do Nordeste...»[18]

10. O *Anonymus Bavarus*, «texto latino do século IX cujo título completo é «Descrição das cidades e das regiões da margem norte do Danúbio», fala dos Zerviani (nome que se relaciona evidentemente com o termo moderno de Serb e Sorb) como de um tão grande reino que de lá saíram e tiram sua origem as tribos eslavas, como suas tradições atestam».[19]

11. *Teofilacto* (Theophylacti Simocatiae, *Historiae* III, 4,7), escritor bizantino do século VIII identifica os getas com os eslavos.[20]

12. «As três denominações de sérvios, eslavos, vênetos encontramos ligadas na crônica de Fredegário, escrita no fim do século VII, que fala dos *surbi gens ex genere sclavinorum* e *sclavi cognomento vinadi.* Fredegário fala também da primeira tentativa de formação de um estado eslavo na Morávia, que foi chefiado por Samo. Esse estado eslavo não teve, porém, longa existência, mas depois de sua destruição, os *vinidos*, que habitavam a leste da Turíngia, derrotaram o exército de *Dagoberto*, rei da Austrásia (626-639), mas foram eles mesmos derrotados mais tarde pelos lombardos e alamanos».[21]

13. *Constantino Porfirogêneto* em sua obra *De administrando Império* (séc. X) fornece-nos «indicações preciosas mas incompletas, sobre a primeira expansão dos eslavos...»[22]

14. A famosa *Crônica de Nestor* presta-nos as seguintes informações sobre a expansão eslava: «Depois de muitos anos fixaram-se os eslavos às margens do Danúbio onde vivem hoje os húngaros e os búlgaros. Foi esse o centro de onde os eslavos se espalharam sobre a terra e fixaram-se em vários países e vieram a ser chamados por diferentes nomes.

Alguns emigraram para o rio chamado Morava e foram designados moravianos, e outros chamavam-se tchecos.

«Os croatas brancos, os sérvios, os Khoroutani são também eslavos. Os vlakhs, depois de alcançarem os eslavos do Danúbio, se fixarem entre eles e os oprimirem, mudaram-se para o Vístula, sendo chamado lekhs; alguns desses lekhs levam o nome de poliani, outros loutichi, outros mazovianos, outros pomory (pomeranianos). E os eslavos fixados ao longo do Dnieper chamavam-se também poliani, outros drevliani, porque moravam no meio das florestas; outros fixaram-se entre o Pripet e o Dvina e chamaram-se dregovitchi; outros se estabeleceram sobre o Dvina e foram denominados polotchani, do nome do rio Polota que deságua no Dvina. Os eslavos que se fixaram em torno do lago Ilmen conservaram seu nome, construíram uma cidade e chamaram-na Novgorod; e outros fixaram-se no Desna, Sem e Soula, chamando-se severianos; foi assim que se expandiu a raça eslava e sua maneira de escrever é chamada eslava».[23]

2) O Nome

Do que se escreveu acima, o leitor terá já notado que, no decurso de sua história, os eslavos foram designados por diferentes vocábulos. Somente a título de curiosidade, vamos tecer algumas breves considerações a propósito da palavra *eslavo*. Segundo Fichelle, a denominação *eslavo* «aparece pela primeira vez na Crônica do godo Jordanes em 550 para substituir a antiga denominação de vênedos dos autores da Antiguidade».[24]

«A forma *slavo* é em si mesma *slovenin*, plural *slovene*, e corresponde, exceção feita para o *K* e o *t* inseridos, ao grego e ao latim Σκλαυηνοί, Στλαυηνοί, Sclaveni, Stlaveni. Sugeriu-se que as formas mais curtas Σκλάβοι, Σθλάβοι, Sclavi, Stlavi são imitações de numerosos nomes próprios, bem característicos, terminando em *slav* (Vladislav, Iaroslav, Sviatoslav, etc...)».[25]

Entre os eslavos a etimologia popular criou uma derivação inteiramente legendária de «slava», a «glória». Alguns autores do século passado pretenderam derivar eslavo de *slovo*, a palavra, «dando assim a *slovene* a significação de «os que falam a mesma língua». Esses mesmos autores admitiram essa derivação argumentando que os eslavos chamavam os germanos de «mudos» *(nemtsy)* porque sua linguagem era incompreensível. «Segundo um raciocínio assaz análogo, sugeriu-se

mesmo que esse vocábulo devia ser relacionado com a palavra gótica *slawan* (ser silencioso) e a palavra inglesa *slow*, de sorte que *slav* seria um apelido como *nemets* o era, dado pelos próprios eslavos aos alemães. Infelizmente não existe nenhuma prova de que haja correspondência entre «slavan» e «slow».[26]

Ainda sobre a palavra «eslavo» convém repetir Musset:[27] «O próprio nome de *eslavos* nos instrui pouco: ele se liga, sem dúvida, à palavra *slovo*, «palavra», e designa «a gente que fala uma linguagem compreensível» por oposição aos estrangeiros; esse vocábulo só aparece no século VI».

3) Hipóteses sobre as origens e o habitat primitivo

Os eslavos não constituem, a rigor, uma unidade étnica, conforme já observamos linhas atrás. Convém acrescentar, aqui, a observação de Fichelle: «Por muito tempo se acreditou que existia uma raça eslava; ora, as pesquisas arqueológicas, entre outras, provaram que, sobre um substrato étnico pouco conhecido se sobrepuseram, no decurso do tempo, outras contribuições que transformaram em uma certa medida os caracteres raciais originais. Seria, pois, difícil crer que os eslavos formam uma comunidade étnica no pleno sentido do termo; mas é incontestável que eles formam uma comunidade lingüística bem clara, o que não exclui, aliás, uma variedade de falares fortemente aparentados entre si. Enfim, parece que existe entre todos os eslavos ou eslavizados uma espécie de comportamento particular que os diferencia dos outros povos da Europa».[28]

Unidade lingüística e uma certa unidade psíquica ao lado de alguns traços físicos (que não permitem, contudo, que se fale em unidade étnica num sentido mais estrito), eis algumas características fundamentais dos eslavos que chamam a atenção do historiador que procura iniciar-se no intricado problema das origens e do *habitat* primitivo dos eslavos. Dessas características, entretanto, é a unidade lingüística que nos fornece uma pista segura para estabelecermos a origem eslava. «À falta de textos históricos, anota Lot, a lingüística pode instruir-nos sobre a origem dos eslavos».[29]

A primeira lição a extrair dos dados lingüísticos é simples: os eslavos são indo-europeus.

E' curioso notar que, apesar da imensidão do território ocupado por povos que usavam diferentes falares eslavos, o grau de divergência entre estes é menor do que o existente entre as línguas germânicas ou românicas. «E esta divergência não se produziu senão em data tardia: a história dos santos Cirilo e Metódio mostra que no século IX eslavos da Macedônia e da Morávia ainda se compreendiam perfeitamente usando um dialeto bastante aproximado do eslavo comum. O fator decisivo da diferenciação foi a consolidação, a partir do século X, da

barragem levantada pelos magiares e pelos rumenos entre eslavos do Norte e eslavos do Sul».[30]

— Qual a contribuição da lingüística para o estabelecimento do *habitat* dos eslavos antes de sua dispersão? Eis como Cross responde a essa indagação:[31] «A lingüística nos força também a colocar os eslavos ao norte dos Cárpatos antes de sua dispersão. O velho eslavo não mostra somente contactos com o trácio, o iraniano, o germano, mas está também em relação estreita com o lituano, sem esquecer a influência que exerceu sobre o primeiro vocabulário finês. A única região em que tais contactos teriam podido desenvolver-se tinha necessariamente que se encontrar ao norte e a leste da cadeia dos Cárpatos».

Ainda dentro do terreno da lingüística e com a contribuição da botânica, formulou-se uma hipótese sobre o habitat primitivo dos eslavos. «O estudo de vários idiomas eslavos revela que a maior parte destes possui vocábulos comuns para certas árvores da Europa Central, enquanto para outras árvores empregam termos diferentes. Comparando essas palavras comuns com a flora silvestre, Peisker tentou demonstrar que a pátria original dos eslavos é um quadrilátero, cercado no leste pelo Dnieper médio, no norte pelo Dvina e o Vilia, o Narew e o Vístula, no oeste pelo Òder, no sul pelos Cárpatos e uma linha que atravessa os vales do Dnieper superior e o Bug em direção ao Dnieper em Kiev. Demais, restringe-os Peisker, nesse período, à Polésia, a grande região dos pântanos escoados pelo Pripet. Procedendo dessa região, os eslavos orientais teriam podido penetrar com relativa facilidade na do Dnieper médio».[32]

Na realidade o problema da origem dos eslavos é bem mais complexo do que fazem crer as teorias acima expostas. Os especialistas têm dedicado a esse assunto numerosos e, às vezes, apaixonados estudos. As principais opiniões desses estudiosos podem ser resumidas nos seguintes itens:

1. O habitat primitivo dos eslavos se localiza na Europa Oriental em algum lugar da Rússia Ocidental, além do Niemen e do Dnieper (opinião do sábio polonês Roswadowski) ou na região das fontes do Duna até o lago d'Ilmen (opinião do sábio russo Szachmatov).

2. As origens dos eslavos devem ser buscadas na Ásia, em alguma região situada nos confins setentrionais da região das grandes estepes. Nos últimos séculos antes de Cristo os eslavos ocupavam grandes extensões de terra entre o baixo e o médio curso do Dnieper e o litoral do Báltico (hipótese do etnólogo polonês Moszynski).

3. O habitat primitivo dos eslavos encontra-se no território limitado a oeste pelo Elba médio, a leste pela bacia do Bug, a sul pelos Cárpatos e a norte pelo litoral Báltico, entre as fozes do Òder e do Vístula. Essa teoria é representada, entre outros, pelos arqueólogos poloneses

Kostrzewski e Kozlowski e se fundamenta em argumentos arqueológicos e lingüísticos.

4. O *habitat* primitivo dos eslavos encontra-se nas regiões pantanosas da Polésia (opinião do eslavista alemão Max Vasmer baseado nas pesquisas do botânico polonês Rostafinski).

5. Os domínios dos proto-eslavos se estendiam do Vístula médio a oeste, até a bacia do Dnieper com o Desna, o Pripet e o Beresina a leste (opinião do arqueólogo tcheco Niederle).

6. O território da formação das tribos eslavas primitivas situa-se ao norte dos Cárpatos, entre a bacia do Ôder a oeste, e a bacia do Dnieper médio e superior a leste (opinião baseada nas pesquisas de arqueólogos russos tais como Artamonov, Rybakov, Tretiakov, etc...).

7. «O mundo eslavo primitivo, antes da dispersão dos eslavos teria sido, então, um território elíptico irregular, situado ao nordeste dos Cárpatos, estendendo-se para leste a partir da bacia do médio Vístula até ao curso do Dnieper ao norte e ao sul de Kiev, limitado pelos rios Narev e Pripet ao norte e atingindo ao longo de sua moldura meridional as fontes do Prut, do Dniester e do Bug, rios que, todos os três, se lançam no Mar Negro» (opinião de Cross, *Les Civilisations*, pp.15-16).

Concluamos essa enumeração das diferentes hipóteses sobre o *habitat* primitivo dos eslavos com duas observações:

1) Em geral os autores estão de acordo em determinar como berço da formação do conjunto étnico-lingüístico dos proto-eslavos a parte centro-oriental da Europa entre os declives setentrionais dos Cárpatos e a costa meridional do Báltico.

2) «Quanto à localização mais precisa de seu *habitat* primitivo sobre essa vasta extensão, a solução dependeria do exame dos fatos, bem numerosos, que nos fornecessem as diversas disciplinas, a saber: a história, a lingüística comparada, a arqueologia pré-histórica, a etnologia e a antropologia moderna».[33]

4) Estrutura político-social

Estudos de História do Direito e o exame de textos antigos (que muitas vezes parecem ignorar a diferença entre eslavos e germanos) sugerem que os traços essenciais da organização social primitiva dos povos eslavos não diferia muito da organização existente entre as tribos germânicas no momento em que estas entraram em contacto com o mundo romano. Este contacto é que possibilitou as influências romanas sobre os germanos e a conseqüente evolução das instituições destes. Quanto aos eslavos, deve-se notar que a herança romana só lhes chegou tardiamente e por vias indiretas, fato esse que se explica pela localização desses povos em regiões mais distantes.

Essas considerações explicam dois traços característicos respectivamente da organização social e da organização política dos estados eslavos. Com efeito é um fato estabelecido que os elementos autóctones desempenharam nos países eslavos um papel mais preponderante que nos estados organizados pelos povos germânicos. E' o que se percebe, por exemplo, no regime de clãs, comum a germanos e a eslavos. Enquanto entre os primeiros, por influência direta romana, percebe-se uma decomposição mais rápida desse regime, na Polônia o mesmo conservou durante muito tempo um certo vigor, tendo emprestado um tom característico às instituições polonesas até a época moderna.

No que tange à estrutura política, enquanto os povos da Europa Ocidental puderam organizar-se com relativa rapidez graças ainda à influência romana sempre atuante, os eslavos tiveram que percorrer um caminho bem mais longo até conseguirem formar estados poderosos capazes de enfrentar seus vizinhos do Ocidente. «Isto se vê muito distintamente na história dos veletes ou dos obodritas, estados limítrofes dos povos germânicos que, malgrado seus esforços de quatro ou cinco séculos para formar estados poderosos, acabaram fracassando. O problema capital da evolução política dos povos eslavos era o de passar os limites de pequenos Estados-tribos para constituírem um Estado nacional abrangendo várias tribos».[34]

A estrutura social primitiva dos eslavos apresenta três classes distintas. Na base encontramos os escravos constituídos por prisioneiros de guerra, devedores insolventes e filhos de escravos. A segunda camada social compreende os homens livres que são camponeses ou artesãos. No cimo da escala social situam-se os chefes de clãs e de tribos que, com suas comitivas, formam uma aristocracia rudimentar.

«Na medida em que podemos julgar de acordo com as sobrevivências históricas, a unidade social de base entre os primeiros eslavos foi uma comunidade composta de um certo número de pessoas de descendência comum e de estrangeiros que haviam adquirido o direito de ingressar na comunidade através do casamento ou da adoção. O chefe era o mais velho ou era eleito, a não ser que a autoridade fosse confiada à viúva de um chefe. O chefe representava o grupo nas relações com o exterior e exercia a gestão econômica, embora, para os negócios graves, devesse submeter-se às decisões de todos os membros da Comunidade. A comunidade de bens era o regime mais difundido; o patrimônio inteiro do grupo e os ganhos particulares de cada um de seus membros pertencia à coletividade e não podiam ser comprometidos sem o consentimento comum. Essa comunidade podia englobar cerca de vinte famílias. Os campos, as matas e as outras terras faziam parte da propriedade comum, mas a propriedade das pastagens podia ser privada».[35]

A existência de um sufixo patronímico nos nomes de tribos dos primeiros eslavos constitui um indício de que as mesmas, em uma etapa inicial, se baseavam nas comunidades de parentesco, os *clãs*.

O vocábulo eslavo mais antigo para designar um chefe de tribo era *jupan*. Só no século IX é que surge o termo ***Korol***, ***Korl*** ou ***Kral*** derivado de Carlos Magno ou ainda o termo Csar (de César) adotado pelos búlgaros antes de o ser pelos russos.[30]

Convém dizer algumas palavras sobre a antiga família eslava: «A poligamia e o concubinato eram praticados por todos os eslavos primitivos. Malgrado as provas de uma grande promiscuidade, o caráter sacrossanto do casamento, enquanto vínculo permanente, está também provado pelas primeiras narrações segundo as quais as mulheres pagãs e eslavas, tornadas viúvas, suicidavam-se à morte de seus maridos; de modo que a fidelidade das mulheres eslavas era quase universalmente louvada pelos observadores estrangeiros».[31] Embora a mulher não estivesse em pé de igualdade com os homens na família eslava, é de notar que a viúva podia tomar o lugar do marido como chefe de família.

5) Economia

No momento de sua dispersão os eslavos primitivos já haviam chegado ao emprego de uma técnica assaz desenvolvida no terreno da metalurgia, da tecelagem e da cerâmica, fato esse que constitui um indício seguro de que as atividades econômicas ocuparam, desde cedo, um lugar de destaque na vida desses povos.

A arqueologia e a lingüística fornecem-nos subsídios preciosos para o estudo dessas atividades que focalizaremos, a seguir, em quatro breves itens: agricultura, criação, indústria e comércio.

Como o leitor verá, os eslavos souberam aproveitar-se, no terreno econômico, das contribuições e da experiência dos povos vizinhos.

Agricultura — A longa permanência dos eslavos em zonas favoráveis ao desempenho de atividades agrícolas — as planícies do Dnieper e do Vístula — despertaram o gosto pelo cultivo da terra.

O vocabulário eslavo ordinário mostra-nos que os eslavos conheciam cereais como a cevada, o trigo, a aveia, o centeio, etc... Entre as árvores frutíferas eram cultivadas a cerejeira, a macieira e a ameixeira. Com relação ao cultivo da vinha cabe uma observação interessante: os vocábulos eslavos que designavam o vinho e a parreira provieram da língua gótica. Explica-se esse fato: os godos após haverem instalado no litoral do Mar Negro, introduziram a vinha entre os eslavos.

Lentilhas, feijão, cebola, ervilha, alho, figuravam entre os legumes cultivados e consumidos pelos eslavos. Lembremos ainda as plantações

de linho e de cânhamo cujas fibras tinham larga aplicação na indústria têxtil.

Criação — Os eslavos dedicaram-se também à criação de animais domésticos entre os quais podemos citar aves (patos, galinhas, gansos, etc.), cães, cabras, ovelhas, porcos, bois e cavalos.

Indústria — Entre as primeiras atividades industriais dos eslavos deve ser citada a exploração das florestas.

No ambiente doméstico desenvolveu-se a indústria de fiação e tecelagem. Cabe aqui uma tríplice observação de ordem lingüística:[32]

1) Como a terminologia geral relativa à fiação e tecelagem não apresenta um caráter inteiramente homogêneo nas diferentes línguas eslavas, deduz-se que essas técnicas provavelmente não foram adquiridas antes da dispersão eslava.

2) Contudo a ausência, aqui, de vocábulos importados de língua estrangeira atesta o desenvolvimento da fiação e tecelagem em época bastante antiga.

3) Os magiares, ao se estabelecerem na Europa Central, adotaram esse vocabulário.

A lingüística atesta que tanto os eslavos como os germanos e baltos conheciam o emprego do ferro, do ouro, da prata e do chumbo desde tempos remotos. «Os nomes que designam o ouro e a prata são idênticos nos três grupos lingüísticos, enquanto que os utilizados para o ferro e o chumbo são comuns aos baltos e aos eslavos.[33]

Parece que podemos falar de uma técnica do ferro entre os eslavos pelo menos a partir do ano 900 aC.

As descobertas arqueológicas atestam a fabricação de objetos de cerâmica, mas vale aqui uma observação: tanto nesta atividade como na metalurgia os eslavos foram antes imitadores que pioneiros, pois utilizaram largamente modelos estrangeiros. E' bem provável que produtos de cerâmica obtidos em mercados romanos das províncias setentrionais do Império tenham servido de inspiração para os ceramistas eslavos dos três primeiros séculos de nossa era.

Comércio — Encerremos essas considerações sobre a economia antiga dos eslavos, lembrando que especialmente os eslavos orientais dedicaram-se também ao comércio. «A esse respeito aprenderam muito dos estrangeiros que atravessaram seu território. Os eslavos orientais exportavam peles, mel, cereais, peixes que trocavam com armas, perfumes e seda. Rotas comerciais de primeira importância cruzavam por vários lugares os territórios povoados por eslavos, como por exemplo a rota do âmbar, os passos dos Cárpatos, a rota do sal que ligava a Galícia a Kiev, a rota chamada «dos varegues aos gregos» através do vale do Dnieper, a rota do Volga que levava aos Khazars e à Ásia».[34]

6) O Armamento

Os historiadores apresentam os eslavos como tendo sido primitivamente um povo pacífico pouco afeito ao manejo das armas, que constituíam sobretudo um meio de defesa. «Quando observadores estrangeiros viram-nos pela primeira vez, eles não possuíam armas ofensivas, salvo arcos e lanças e não tinham, para proteger-se, o mais simples escudo».[41] E' curioso observar que os vocábulos eslavos para designar capacete e espada foram tomados à língua dos godos. A necessidade de defender-se contra as incursões de povos nômades e as incessantes guerras que os eslavos tiveram que travar à medida que se expandiam, contribuíram para o desenvolvimento de uma verdadeira técnica militar. Assim, é que, nota Cross, quando os eslavos do sul invadiram a Grécia no fim do século VI, seus soldados foram considerados combatentes tão exímios como o eram as tropas bizantinas.[42] Quanto ao emprego da cavalaria note-se que a mesma parece ter sido usada pelos eslavos apenas no século X.[43]

Em vários lugares estabeleceram recintos fortificados chamados *gorod* entre os eslavos orientais, *hrad* ou *zamek* entre os eslavos ocidentais e *grad* entre os eslavos do sul. Em tempos de paz esses recintos serviam de centro de comércio.

7) A Religião

E' bem possível, como observa Anwander, que os eslavos tenham conservado melhor os traços característicos de uma religião natural, especialmente da religião indo-européia primitiva.[44] Todavia devemos acentuar, desde logo, a dificuldade que a deficiência das fontes cria para um estudo seguro e completo da vida religiosa dos antigos eslavos. Essa deficiência se traduz sobretudo pela ausência quase completa de documentos escritos. Germanos e bizantinos que entraram em contacto com os eslavos não encontraram razão suficiente para descrever a fundo e objetivamente o paganismo desses povos que eles pretendiam converter ao cristianismo.

— Um estudo, ainda que ligeiro, das fontes disponíveis permite-nos, *grosso modo*, estabelecer os seguintes traços característicos do paganismo eslavo:

1) Animismo e culto das forças da natureza.

2) Pobreza do Olimpo eslavo.

3) Ausência de hierarquia sacerdotal, exceto entre os eslavos do Báltico cujo paganismo evoluiu por um período mais prolongado e sofreu a influência do paganismo germânico.[45]

4) A evolução do paganismo eslavo apresenta dois ciclos distintos: o ciclo eslavo oriental e meridional e o ciclo balto-eslavo. «Sua evolução não foi simultânea. Com efeito, enquanto que os eslavos do sul e os eslavos orientais se converteram ao cristianismo nos séculos IX e X, os eslavos do Báltico permaneceram pagãos vários séculos após a cristianização dos primeiros».[46]

Os eslavos primitivos eram animistas e atribuíam uma alma a todos os elementos naturais que integravam o ambiente em que viviam. Assim é que cultuavam as rochas, as montanhas, as fontes, os lagos, as árvores, as florestas, os animais, o fogo. Os corpos celestes (estrelas, lua, sol) e os grandes fenômenos da natureza (trovão, relâmpago, vento, chuva) eram também divinizados.

Ao lado das forças da natureza, os eslavos primitivos cultuavam também as almas dos antepassados. E' curioso lembrar aqui que os primeiros eslavos queimavam seus mortos, prática essa comum a seus vizinhos também indo-europeus (como v.g., os germanos e os celtas). Posteriormente adotaram a inumação.

Examinemos, agora, o panteão dos eslavos primitivos.

Evoluindo da demonologia primitiva, chegaram à crença de uma divindade suprema «que os eslavos orientais chamavam *Perun* e que era o deus do raio, uma espécie de Zeus ou de Júpiter que eles representavam sob a forma de um ídolo de madeira».[47]

E' bem possível que o prestígio de *Perun* entre os eslavos orientais seja devido à influência do deus escandinavo *Thor*.

Note-se, todavia, que dois autores separados entre si por muitos séculos, Procópio (séc. VI) e Helmold (séc. XII), que conheceram os eslavos respectivamente na fronteira meridional e setentrional, declaram que Perun era considerado como Mestre e Criador Supremo.[48] Em Novgorod e em Kiev havia simulacros gigantescos de Perun feitos de madeira.

Na crônica de Nestor lê-se que varegues, escandinavos, e eslavos prestavam juramento por Perun e Veles.

Veles ou *Volos* era uma divindade eslava bastante conhecida. Na crônica supracitada aparece como deus dos rebanhos. Por extensão passou também a ser considerado como deus da riqueza.

Merece menção especial Svarog, deus do fogo celeste e do fogo terrestre, cultuado tanto pelos eslavos orientais como pelos ocidentais. Na designação dessa divindade encontramos a raiz indo-européia *svar* (calor, esplendor).

«O deus eslavo do Sol chamava-se também Dazbog, o deus que dá vida e fecundidade, mas entre os eslavos do sul, esse deus não recebe qualquer qualificação. Dazbog é chamado, às vezes, o filho de Svarog, deus do fogo».[49]

Entre os eslavos do litoral e das ilhas do Mar Báltico, o deus supremo levava o nome de Svarojitch-Radegast. «Era o deus do fogo e da guerra e seu culto era mantido nos templos por uma casta sacer-

dotal mesmo em uma época posterior à da cristianização dos outros eslavos».[50]

8) **A expansão eslava**

Neste item vamos tentar apresentar uma visão da expansão eslava em suas linhas gerais. Para os detalhes e os pontos controvertidos o leitor deverá recorrer aos autores citados no final do presente capítulo.

Convém lembrar, preliminarmente, que a expansão eslava não se apresenta «sob a forma de um acontecimento histórico temporário e limitado geograficamente».[51] Na realidade estamos, aqui, diante de uma expansão lenta em todas as direções e não em face de uma mudança repentina de *habitat*.

Leva-nos a essa conclusão o fato de os eslavos, durante o período de fixação em novos territórios (no século VI eles já se encontram estabelecidos numa vasta extensão de terra que se limita pelo Elba e pelo Saale, a oeste, pelo Don, a leste, pelo Báltico, ao norte, e pelo Adriático e o Mar Egeu ao sul), não abandonaram seu *habitat* primitivo como o fizeram certos povos germânicos na época das grandes migrações.

Qual teria sido a causa da expansão eslava? Pressão de nômades asiáticos? O vazio deixado por povos germânicos em migração para a bacia Mediterrânea? Um acentuado crescimento demográfico? Talvez essa última hipótese seja a mais provável e admissível. Na realidade devemos confessar aqui nossa ignorância. «O mistério permanece completo, ainda mais que as explicações políticas as quais habitualmente disfarçam nossa ignorância, não poderiam ser levadas em conta aqui: não existe Estado eslavo na época da grande expansão e não se trata propriamente de uma conquista. Esta, quando aconteceu, como v.g. nos Balkans, não passa de uma conseqüência secundária de um movimento que visava inicialmente a ocupar os solos cultiváveis e os terrenos para percurso dos rebanhos».[52]

No estudo da migração eslava devemos distinguir três ramos distintos desses povos: eslavos do sul, eslavos ocidentais e eslavos orientais. Cada um desses grupos ocupou territórios com características geográficas próprias e conheceu um tipo diferente de evolução.

Os eslavos meridionais abrangem os eslovenos, os croatas, os sérvios e os búlgaros. Note-se que estes são um povo de origem turco-tártara que se eslavizaram com relativa rapidez mediante uma assimilação por parte das tribos eslavas do nordeste da península balcânica.

Os eslavos ocidentais compreendem, entre outros, os poloneses, os tchecos e os eslovacos.

Os eslavos orientais são constituídos pelos russos, pelos bielo-russos e pelos ucranianos.

Os *eslavos do sul* só se instalaram definitivamente na península balcânica no século VII, após a partida dos ávaros. Esse grupo de eslavos teve que enfrentar tanto os búlgaros como os bizantinos.

Os *eslavos ocidentais*, ao se dirigirem para o sudoeste e para o oeste, chocaram-se com os germanos e com os celtas, o que não os impediu de ocupar uma parte da Germânia até o Elba, a Boêmia e a Eslováquia.

Os eslavos orientais, expandindo-se para leste e sudeste, não encontraram obstáculos naturais. «Ocuparam quer por infiltração, quer por força, inicialmente a Polésia, região pantanosa; depois, a região do lago Ilmar e o vale do Dnieper médio donde se lançaram mais para adiante em direção à bacia do Volga, do Donetz, ao Mar Negro e ao Mar Cáspio».[53]

Após essas observações de caráter geral, passemos a focalizar, em particular e com mais detalhes, alguns fatos relacionados com a expansão de cada um dos três ramos supramencionados. Começaremos pelos eslavos do sul.

Expansão dos eslavos do sul

A toponímia sugeriria uma infiltração eslava na Hungria, ao norte do Danúbio, a partir do primeiro século de nossa era.[54] Em todo o caso pode-se afirmar com certeza a presença eslava nas bacias do Danúbio e do Save entre os séculos III e V. Trata-se evidentemente de uma penetração lenta e em diversas vagas. Compreende-se, assim, que a ocupação eslava do baixo Danúbio, atestada por Jordanes (551), fosse já um fato consumado, havia muito. Note-se que esse historiador narra terem os funerais de Átila sido seguidos por um grande banquete chamado *Strava*. Estamos aqui, segundo Cross, diante de um costume eslavo da Idade Média e também diante de um vocábulo puramente eslavo.[55] Ainda a propósito de Átila e dos eslavos, convém recordar que Prisco (famoso integrante da embaixada enviada pelo imperador do Oriente ao chefe huno) narra ter encontrado na Panônia (Hungria) uma população hospitaleira que não falava «húngaro» e que lhe ofereceu uma bebida feita de mel chamada «medos». Parece que essa forma é a transcrição grega do velho eslavo «medú», pois que a cerveja de mel é uma bebida eslava tradicional e Prisco teria escrito a palavra com um *i* se quisesse referir-se ao hidromel gótico.[56]

Tentemos, agora, estabelecer, numa sucessão cronológica, os principais acontecimentos da migração eslava para o sul.[57]

517 — E' bem provável que os bárbaros que devastam a Macedônia, a Tessália e o Epiro sejam eslavos «embora o conde Marcelino designe os invassores em sua crônica com o nome arcaico e absurdo de *Getae*».[58]

Reinado de Justiniano (527-565) — As guerras desencadeadas por Justiniano levaram-no a desguarnecer os Balcãs. Embora a frota bizantina impedisse a passagem do Danúbio por grandes exércitos, não pôde opor-se à infiltração de numerosos eslavos através do *limes*.

Compreendem-se, assim, as freqüentes incursões eslavas sob o reinado de Justiniano (533, 545, 547-548, 549, 550, 551).

«Os eslavos levam seus reides até às fronteiras da Itália, até Salonica, até mesmo os «Longos Muros» que protegem Constantinopla. Contudo não se poderia afirmar que eles pensem já em instalar-se permanentemente no território do Império. A base para suas incursões é a Valáquia atual e, em 531, 538 são assinalados na embocadura do Danúbio, ao sul, em Dobrudja».[59]

Vale notar que os eslavos, não se encontrando em condições de assaltar as cidades por deficiência de material bélico adequado, devastam o interior em busca de presa.

536 — Os eslavos atingem o litoral do Adriático chegando à vista de Salona.

548 — Os eslavos chegam até Durazzo *(Dyrrachium)*.

551 — Bandos de invasores atingem os muros de Constantinopla.

578 — Os eslavos alcançam o istmo de Corinto.

582-602 — Sob o reinado de Maurício o fenômeno eslavo agrava-se: «Estabelecimentos eslavos compactos se formam na Macedônia e apertam o cerco perto de Tessalonica, ocupando as regiões despovoadas pelos saques dos ávaros. Tomam contacto com o mar; desde o início do reinado de Heráclio (610-641) lançam sobre o Egeu seus barcos feitos de um tronco de árvore cavado (monóxilos)».[60]

581 — Deste ano, segundo Cross, data a primeira instalação dos eslavos na península balcânica. «Os cronistas contemporâneos narram que os eslavos se haviam enriquecido nessa época graças à pilhagem e que eles combatiam melhor que as tropas regulares gregas».[61]

588 — «Quando a expansão ávara atingiu seu ponto culminante, os eslavos já tinham atravessado a Tessália, o Epiro, a Ática e atingiram o Peloponeso em 588. Aí sua ocupação foi tão bem feita que no decurso dos dois séculos seguintes os bizantinos não mais ousaram tomar pé na parte meridional da península e, após 601, o Danúbio não serviu jamais de fronteira setentrional para o Império Bizantino».[62]

592, 600 e **602** — Nessas datas os eslovenos atacam a Ístria e a Venécia.

600 — O papa Gregório Magno assinala a pressão eslava sobre Salona e o projeto de passar para a Itália através da Ístria. No início do século VII os invasores ocupam a Ilíria, a Dalmácia e a Ístria. No decurso desse século os habitantes da Itália designam a região ocupada pelos eslavos como *Província Sclavorum*.

623 — Nesta data um grupo eslavo atinge Creta.

626 — Bandos eslavos auxiliam os ávaros a sitiar Constantinopla enquanto outros saqueiam o litoral grego e da Ásia Menor.

641 — Por volta de 641 uma frota eslava tenta um desembarque na Apúlia, perto de Siponto. No fim do século VII a totalidade da península balcânica e, de modo especial, a região macedônica, estava povoada por eslavos.

Note-se que esses eslavos durante muito tempo viveram dentro de um quadro tribal sem que criassem verdadeiros estados. A precariedade da estrutura política e militar, o paganismo, a falta de escrita (até cerca de 860) colocaram essas populações em nítida posição de inferioridade em relação ao mundo bizantino.

Expansão dos eslavos do oeste

O estudo da migração dos eslavos do oeste apresenta grande complexidade. E' que o mundo eslavo ocidental caracteriza-se por notável diversidade que se traduz por violentas hostilidades entre os diversos grupos (por exemplo, entre tchecos e poloneses), por circunstâncias geográfico-econômicas (por exemplo, a planície polonesa orientada para a região báltica, e a Boêmia voltada para a Alemanha média e o Danúbio) e por modos de viver (por exemplo, a profunda diferença entre certas cidades em torno das quais se edificaram os estados polonês e tcheco e os castelos fortes morávios). «A uniformidade do mundo eslavo do Oeste era um clichê cômodo quando não dispúnhamos mais que dos relatos de alguns raros viajantes; os progressos rápidos da arqueologia destroem-no diariamente e multiplicam as nuanças locais».[63]

Convém aqui sublinhar o grande progresso que as escavações arqueológicas têm feito no sentido de permitir-nos um conhecimento mais exato dos estabelecimentos dos eslavos do oeste e de suas relações com os germanos. «Na Polônia, na Boêmia e na Alemanha Oriental as escavações de aldeias e de lugares fortificados se multiplicam. Elas demonstram que uma descontinuidade profunda separa o período eslavo dos tempos precedentes, enquanto que os *habitats* eslavos da Alta Idade Média estão, na maioria das vezes, na origem direta das aglomerações modernas. E' na época eslava que se fixam, em sua imensa maioria, os traços da topografia e da toponímia rurais».[64]

No início da era cristã encontramos a Europa setentrional, do Reno ao Vístula e do Báltico aos Sudetos e ao Danúbio ocupada por tribos germânicas.

A partir do século II importantes contingentes abandonam as bacias do Elba e do Óder de tal forma que no século IV a Germânia Oriental encontra-se praticamente abandonada por seus antigos habitantes.[65]

No século V (talvez antes) os eslavos chegam já até o Elba. Na época merovíngia ultrapassam esse rio e ocupam sua margem esquerda até a embocadura.

O vazio deixado pelos germanos foi, assim, sendo preenchido pelos eslavos. Para Musset «desde o século VI os eslavos deviam ter atingido o Báltico Oriental, sem dúvida o Elba e, com toda certeza, a Boêmia e os Alpes Orientais. Em toda a extensão dessa frente, os eslavos chocaram-se com germanos que aí haviam permanecido e não realizaram, em seguida, senão progressos insignificantes. O último avanço até o Saale e o Meno parece ter provindo da Boêmia nos séculos VII e VIII. A expansão ulterior tomou unicamente a forma de um acréscimo da densidade humana no interior desses limites».[66]

Antes de prosseguirmos, cabe aqui mencionar um problema que tem suscitado debate entre os historiadores: teria havido eslavos na Germânia Oriental mesmo antes das migrações, isto é, no decurso do primeiro período da colonização germânica? Embora alguns autores alemães o neguem, parece que realmente houve essa infiltração. E' a opinião de Cross: Devemos admitir «que havia elementos eslavos na Germânia Oriental, elementos localizados a oeste do Vístula mesmo quando essa região estava ocupada pelos germanos, antes do início das migrações. Os eslavos podem muito bem ter sido os «superiores barbari» que, segundo Júlio Capitolino, puseram numerosas tribos germânicas em movimento no decurso do reinado de Marco Aurélio».[67]

Procópio, no séc. VI, dá-nos uma idéia da onda avassaladora dos eslavos ao anotar que os hérulos, após terem sido derrotados pelos lombardos, abriram caminho para a Dinamarca «através de todas as nações dos Sclaveni».[68]

Em 805, temendo o avanço eslavo para oeste, Carlos Magno fixou a fronteira eslava, o chamado *limes sorabicus*. «Esse limes estava delimitado por uma linha que unia Ratisbona ao Saale e que, a seguir, se dirigia para o noroeste partindo das cercanias de Magdeburgo para atingir o estuário do Elba na região de Hamburgo. Esta fronteira foi mais tarde completada por uma linha ligando Hamburgo a Kiel» (Cross, *obra citada*, p.44).

A presença dos eslavos na Germânia provocaria necessariamente uma série de conflitos com as populações limítrofes dos territórios ocupados. Eis um esboço dessas lutas:[69]

1) Os turíngios foram repelidos pelos eslavos para a floresta da Turíngia e as montanhas do Harz.

2) No decurso do século VIII processam-se hostilidades intermitentes entre eslavos e germanos na Francônia Oriental. Neste mesmo século a construção de mosteiros-fortalezas na fronteira entre o Danúbio e o Weser preludia a ofensiva franca para o leste.

3) Em 789 Carlos Magno inicia essa marcha para o leste *(Drang nach Osten)* atacando os Wilzi, federação de tribos eslavas que viviam

a leste do Elba, nas proximidades do local em que se situa atualmente a cidade de Berlim. Para proteger a Saxônia contra uma invasão eslava Carlos Magno faz construir novas fortalezas no curso inferior do Elba.

4) Na segunda metade do século IX há uma guerra quase contínua na fronteira germano-eslava de Hamburgo até a Boêmia. Vale sublinhar que uma das conseqüências dessas lutas foi a presença de grande número de escravos eslavos na fronteira oriental.

5) A partir de 919 (o duque Henrique da Saxônia é eleito rei), «começou o período de agressões de grande envergadura perpetradas pelos saxões contra os eslavos do norte da Germânia. A primeira conquista saxônica se apoderou da região situada entre o Saale e o Elba superior (grosso modo: entre as atuais cidades de Halle e de Meissen). A seguir, no decurso do inverno de 928-929, Henrique avançou além do Elba e apoderou-se de Branibor, a praça forte dos eslavos sobre o Havel, a oeste de Berlim, transformando-a em uma fortaleza que é o antepassado de nossa moderna Brandeburgo. Uma coligação eslava suscitada por essa ofensiva foi derrotada em 929 perto de Wittenberg e a zona de influência saxônica estendeu-se, assim, até o Ôder».[70]

6) Os maus tratos infligidos pelos germanos aos eslavos provocaram uma insurreição em 983 cujo resultado foi a expulsão dos saxões de Brandeburgo. Por cento e cinqüenta anos as regiões litorâneas ocupadas por eslavos desde Lübeck até o Ôder ficaram livres dos saxões.

Quais as conseqüências desses conflitos entre germanos e eslavos? Para alguns historiadores a marcha para leste promovida pelos germanos teve como resultado o aniquilamento dos eslavos. Cross anota: «Exceção feita de alguns descendentes de pomeranianos e de sorabes (kachubes e lusacianos) todos os eslavos do oeste na bacia do Elba e no Báltico desapareceram com o ímpeto da colonização germânica para leste que começou sob Carlos Magno».[71]

Musset, contudo, sublinha: «A sobrevivência de traços eslavos no este da Alemanha é tão evidente que se explica mal a idéia, difundida entre muitos autores, segundo a qual teria havido um aniquilamento ou um recuo dos eslavos após o século XII. Na verdade, na maioria dos casos, houve uma nucleação e assimilação de populações eslavas pouco densas». Ainda o mesmo autor observa que os carolíngios, após completar a conquista da Saxônia, haviam tomado consciência da originalidade dos eslavos e voluntariamente sustado o avanço nas proximidades da fronteira lingüística, além da qual se situavam os «bárbaros». Só a partir da metade do século X é que a Sclavinia recebeu no Império um lugar simétrico em relação à *Gallia*, isto é, à Lotaríngia em parte romana. Assim, à *Germânia Romana* do oeste e do sul corresponderia a *Germânia Slavica* do leste.[72]

Para concluir esse rápido estudo sobre os eslavos do oeste vamos dizer algumas palavras a respeito de cada um dos grupos que integram esse ramo.[73]

1) Os *polábios (Po* = sobre, e *labe* = Elba), também chamados *wendes*, formam o grupo eslavo que penetrou mais profundamente na Germânia.

Esse grupo se subdivide em vários outros como, por exemplo, os *sorabos* ou *sérvios* (que se estabeleceram entre o Saale e os afluentes (Werra e Bober) do Óder, os *veletes* ou *wiltzes* (que nos séculos VII e VIII se encontram entre o Elba e o Warnawa), os *obotritas* (entre o Warnawa e o Elba, no Mecklemburgo), os *wagri* (no Holstein) e os *pomeranianos* (po = sobre + moré = mar) estabelecidos da foz do Óder até a do Vístula, ao longo do litoral Báltico.

2) Os *tchecos* —, por volta do ano 500 invadem o quadrilátero boêmio e pressionam os marcomanos (Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p.308).

3) Os *morávios* dirigem-se para o sul até além do Danúbio, chegando ao lago Balaton na Hungria atual.

4) Os *eslovacos* chegaram a seu território atual (entre o Morava e o Danúbio) através dos Cárpatos ocidentais (montes Beskydes e os Tatras que se estendem ao sul de Cracóvia).

Sobre a região ocupada por esses três últimos povos convém notar: O limite ocidental do território ocupado pelos tchecos era constituído pelo Böhmerwald (floresta da Boêmia) e pelo Erzgebirge (montes Metálicos); ao norte havia uma fronteira natural constituída pelas montanhas que se estendem dos Sudetos aos Cárpatos; ao sul os tchecos e os morávios atingiam o Danúbio mas foram repelidos ao longo do rio, entre Linz e Viena, até o século XIII. Os eslovacos se mantiveram em Bratislava. A oeste o limite da Eslováquia é marcado pelo Morava que se lança no Danúbio a cerca de cinqüenta quilômetros a leste de Viena.[74]

O conjunto desses três povos esteve submetido ao domínio dos ávaros nos séculos VI e VII. Coube a um curioso personagem, Samo, que conhecemos quase que exclusivamente através da chamada crônica de Fredegário, dirigir os eslavos na sublevação contra os ávaros e levá-los à vitória. Samo, que parece ter sido um comerciante franco, fundou em 623 uma confederação de tribos eslavas sobre as quais ele reinou até 658. Esse estado compreendia um território que se estendia dos Cárpatos aos Alpes de Estíria e Caríntia, do Danúbio ao curso médio do Elba e do Óder. Quando Carlos Magno destruiu o reino dos ávaros, os tchecos e, provavelmente, os morávios, reconheceram a supremacia dos francos.

5) Os *poloneses* são, de todos os povos eslavos, os que possuem a história primitiva mais complicada. Inicialmente formavam um agregado

de pequenas tribos entre as quais se destacou a dos polianes que se desenvolveu progressivamente e acabou submetendo as demais.[75] A crônica de Nestor divide os poloneses (liakhs) em duas grandes tribos: a dos *polianes* e a dos *mazovianos*. Os primeiros habitavam a região situada em ambas as margens do Warta cujo centro coincide aproximadamente com o lugar em que se encontra a atual cidade de Poznan. Os mazovianos ocupavam a bacia do Vístula a oeste de Varsóvia.

Sobre os poloneses vamos fazer, por ora, apenas duas observações:

A primeira, quanto ao nome: os cronistas bizantinos e russos, a partir do século XI, designam as diferentes tribos que constituirão o povo polonês, pela designação coletiva de *Lech* ou *Liakh*. Essa designação permaneceu em lituano, húngaro e turco. Mas a designação que prevaleceu foi a da tribo dos polianes (polanes, pulani, polani) vocábulo esse formado de *polê* (planície).

A segunda observação diz respeito à formação do Estado polonês. Este começou a formar-se no decurso do século X. Seu núcleo territorial foi o vale e a bacia do Vístula, entre os Cárpatos, ao sul, e o mar Báltico, ao norte, e com limites imprecisos a oeste e a leste respectivamente na planície da Alemanha do Norte e na planície euro-asiática. Na segunda parte deste volume estudaremos a evolução política do estado polonês.

Expansão dos eslavos do leste

Vamos, aqui, apontar algumas generalidades com relação à expansão dos eslavos orientais, antepassados dos russos. Na segunda parte deste volume é que desenvolveremos o estudo da História da Rússia Medieval propriamente dita.

Convém, desde logo, chamar a atenção para o cenário geográfico e sua influência na evolução histórica dos eslavos orientais. O domínio territorial desses povos oferece, com efeito, características próprias que o diferenciam em alguns aspectos das regiões ocupadas pelos eslavos ocidentais e meridionais.

Antes de sua expansão, o *habitat* original dos eslavos de leste abrangia as bacias do Pripet, do Berezina e do Desna. Essa posição facilitava sobremaneira a expansão através da imensa planície da Europa Oriental limitada ao norte pelo Oceano Glacial Ártico e ao sul pela faixa do território estépico que dá sobre o Mar Negro. Essa vastíssima região caracteriza-se por seu clima continental (invernos rigorosos, verões secos e quentes), por zonas vegetais diversas (a tundra, a taiga, etc...) e, sobretudo, por seus grandes rios tributários do Báltico (v.g. o Dvina ocidental), do Oceano Glacial Ártico (v.g. o Petchora), do Mar Negro (v.g., o Dniester, o Dnieper e o Don) e do Mar Cáspio (v.g., o Volga e o Ural).[76] «As bacias desses grandes rios emaranham-se de tal maneira que, nessa planície em que os acidentes de relevo são

raros e pouco importantes, a passagem de uma a outra dessas bacias é relativamente fácil, o que permitiu uma circulação leste-oeste cruzando a circulação norte-sul».[77] Essa facilidade de circulação acarretava, no sentido leste-oeste, um perigo para os eslavos: a ameaça das invasões dos nômades asiáticos. «Essa insegurança secular foi um fator de retardamento para a evolução dos eslavos orientais que tiveram que buscar em direção norte, nordeste e sudoeste territórios de refúgio que, em virtude de suas condições naturais, expunham-nos menos à instabilidade do *habitat*».[78]

Entre as vias essenciais de expansão dos eslavos para leste e para sul figuram o Dnieper e o Volga.

O primeiro permite a ligação do Mar Negro ao Báltico através do lago Ilmen, do lago Ládoga, do rio Neva e do Dvina Ocidental. Essa rota possibilitava um intercâmbio entre o mundo escandinavo e o mundo bizantino.

O itinerário do Volga fora conhecido e usado antes dos eslavos pelos negociantes escandinavos e estabelecia a ligação entre a Escandinávia e a Germânia de um lado, e a zona do Mar Cáspio e a Ásia de outro.

Na expansão através da planície euro-asiática, os eslavos orientais estiveram sujeitos às seguintes influências:

a) ao atingirem o litoral do Mar Azov sofreram as influências dos nômades asiáticos. Note-se, contudo, que o diminuto número de vocábulos de origem turco-tártara que passaram para o eslavo antes dos tempos históricos sugere que a influência cultural exercida pelos nômades sobre os eslavos deve ter sido bem medíocre.

b) Os contactos com os godos e os iranianos contribuíram, sem dúvida, para elevar o nível cultural dos eslavos orientais.

c) As migrações dos hunos e a dos ávaros (séc. VI) dificultaram a marcha dos eslavos orientais em direção ao Mar Negro.

d) A expansão khazar para oeste influiu favoravelmente no progresso dos eslavos orientais ao longo dos vales do Dnieper e do Dniester em direção sul.

«A influência dos khazars sobre a civilização dos eslavos do leste na aurora de sua história é mais importante do que geralmente se pensa, pois a hegemonia khazar exerceu-se durante um período de dois séculos e estava fundada sobre uma civilização relativamente evoluída. Admitindo-se que os khazars tenham mantido uma guarnição em Kiev, é muito provável que o nome dessa cidade seja de origem khazar, pois *Küi*, «margem de um rio», e *ev*, «colônia», correspondem bem à parte baixa da cidade tal qual existe ainda agora».[79]

e) «Após a eliminação dos ávaros, a marcha da colonização dos eslavos do leste reiniciou-se para o sul até que foi novamente interrompida pela invasão dos magiares através da Rússia meridional pouco após o meio do século IX e pelas incursões dos petchenegues, nômades turco-tártaros, no século X».[80]

Note-se que as incursões dos petchenegues contribuíram para o declínio do domínio khazar.

f) Na marcha para o norte e o leste os eslavos orientais entraram em contacto com tribos finesas cujo habitat primitivo parece ter sido a extremidade oriental da Europa Setentrional ao pé da cadeia do Ural e até mesmo mais para leste.

As influências finesas se fazem sentir no terreno lingüístico em regiões do norte e do leste do território russo.

g) Lembremos, ainda, as influências culturais exercidas pelos varegues e pelos bizantinos.

A Crônica de Nestor apresenta-nos uma lista das tribos que viviam no solo russo:[81] *Croatas, polianes, volinianos, dulebes, bujanes, dregovitches, polábios, eslavos de Novgorod, severianos, krivitches, radimitches, viatitches, ulitches* e *tivertses.*

Os *croatas* encontravam-se na Galícia Oriental, na Bucóvina e ao longo do Prut e do Dniester. Outros croatas haviam-se dirigido para os Balcãs.

Os *dulebes, volinianos* e *bujanes* habitavam a Volínia nos arredores da atual cidade de Lutsk.

Os *drevlianes* ocupavam as extensas florestas que se estendiam ao sul do Pripet.

Os *polianes* viviam nas estepes, na margem direita do Dnieper, ao norte e ao sul da velha cidade de Kiev.

Os *ulitches* e os *trivertses*, segundo a Crônica, estavam instalados nas regiões do Bug e do Dniester inferior e seu território se estendia até o litoral do Mar Negro e até o Danúbio. O avanço dessas tribos para o sul só foi possível após a partida dos ávaros (séc. VI). Os magiares ameaçaram-nas seriamente (séc. IX) e reduziram à escravidão grande parte dos membros, conforme nos informam fontes árabes.

Os *severianos* são localizados pela Crônica na região do Desna e de seus afluentes orientais. Ao que parece, os elementos eslavos que no século VI atingiram o Don, pertenciam a essa tribo. Os geógrafos árabes do século IX situam-nos no baixo Volga e no norte do Cáucaso. Ameaçados pelos turco-tártaros, refugiaram-se na região compreendida entre Kursk e a margem esquerda do Dnieper.

Os *dregovitches* ocupavam um território entre o Pripet e o Dvina, chegando, a leste, até o Berezina. Repeliram os lituanos para o litoral báltico e colonizaram as bacias do Dvina e do Niemen.

Os *radimitches* constituíam uma tribo de menor importância e situavam-se na região do Berezina e de ambas as margens do Dnieper.

Os *viatitches* habitavam nas proximidades do Oka e do local da futura cidade de Moscou bem como nos confins dos fineses do oeste.

Os *eslavos* de Novgorod estavam instalados nas cercanias do lago Ilmen. Os historiadores não sabem explicar por que essa tribo conservou o nome étnico dos eslavos.

Note-se que, com os polianes de Kiev, os eslavos de Novgorod constituíam os povos mais evoluídos dentre os eslavos orientais.

Os *krivitches* encontravam-se nas fontes do Dvina, do Dnieper e do Volga. Seu território se desenvolvia no sentido noroeste atingindo os baltos e os fineses, nas vizinhanças de Pskov.

9) Conseqüências da expansão eslava

Basta um olhar sobre a carta política da Europa para fazermos idéia da importância fundamental que a expansão eslava teve nos acontecimentos políticos que configuram a História Européia, a partir do momento em que, em plena Idade Média, começam a surgir os estados eslavos. Note-se, contudo, que a evolução política dos eslavos no sentido de formarem estados organizados e permanentes foi bastante lenta.

«Privados de contactos diretos com o mundo mediterrâneo até ao século VI, os eslavos primitivos parecem não ter quase conhecido organização estatal digna desse nome. Só chegaram à mesma lentamente e por diversas vias. Ao sul, nos Balcãs, a influência dos Impérios búlgaro, bizantino e carolíngio foi decisiva sobre uma sociedade que permaneceu rural até nossos dias. Ao longo do Danúbio, às contribuições francas se misturaram tendências espontâneas para a união em torno de alguns centros defensivos.

Na grande planície européia, do Don ao Óder, a evolução partiu do fato urbano e de seu notável desenvolvimento após o século IX; na Polônia, conduziu diretamente ao Estado sem intervenção exterior, enquanto que na Rússia a irrupção dos varegues desempenhou um papel apreciável no momento decisivo.

Em toda parte a conversão ao cristianismo, grego ou latino, veio dar o toque final e consagrar as novas formações no concerto dos reinos europeus» (Musset, *obra citada*, pp.89-90).

A expansão eslava teve, pois, como conseqüência, em geral a longo prazo, a formação de estados eslavos. Essa formação se processou sob influência de outros povos politicamente mais evoluídos. Citemos, aqui, a título de exemplo, a nem sempre lembrada influência franca na organização do estado polonês.

Essa influência, ao que tudo indica, se fez sentir principalmente através da Igreja e na segunda metade do século X.[82]

— Sobre a conversão dos eslavos ao cristianismo quer por influência grega, quer por influência latina, falaremos no capítulo sobre a Igreja, em outro volume da *História do Mundo Feudal*. Vamos agora citar alguns exemplos de conseqüências da expansão eslava em diferentes regiões da Europa.

1) Nos Balcãs, de um modo geral, podemos afirmar que a expansão dos eslavos meridionais produziu, no decurso dos séculos VI e VII, uma profunda transformação de caráter étnico.

Os novos bárbaros avançam sob o signo da destruição. E aqui estamos em face de uma conseqüência profundamente negativa da penetração eslava na região balcânica: «O que é grave é que essa maré humana nada deixa subsistir do passado. Ela destrói as cidades antigas, deixa ruírem monumentos, estradas e pontes. Parece, por muito tempo, impermeável à civilização greco-latina. A península dos Balcãs e a Europa Central são mergulhadas em uma barbárie da qual essas regiões haviam saído desde mui longos séculos».[83]

Mas os eslavos não puderam fugir à influência das civilizações superiores que eles encontraram na região balcânica: «Os que viviam no litoral Adriático e na bacia ocidental do Danúbio sentiram a marca da civilização latina por intermédio das populações locais, dos centros de colonização e das cidades do litoral. Quando se instalaram na esfera de influência grega, a cultura dominante era a bizantina. As conseqüências dessas localizações são ainda perceptíveis na orientação intelectual dos eslavos dos Balcãs. Os eslavos conservaram sua própria língua mas foram extremamente receptivos aos costumes e às técnicas das civilizações ambientes. Nos locais em que constituíram maioria, não tiveram dificuldade alguma em impor a própria língua às minorias indígenas que se eslavizaram rapidamente por meio de casamentos mútuos. A costa dalmática, de Veglia a Ragusa, sofreu essa evolução do século IX ao século XIX».[84]

2) Na *Bulgária* devemos registrar um fato curioso relacionado com a influência eslava. Quando os búlgaros, invasores turco-tártaros, tiveram que se instalar permanentemente na Mésia, planície situada entre o Danúbio e a cadeia de montanhas que se estendem ao sul do rio, começaram a assimilar a civilização dos eslavos que habitavam já em grande número a região. «Os búlgaros abandonaram seu próprio idioma em troca do eslavo e enquanto que búlgaros e eslavos se diferenciavam ainda nessa região no século VIII, não se distinguiram mais uns dos outros no século IX. E' pois evidente que os eslavos deviam ser mais numerosos na Mésia que os enérgicos e belicosos búlgaros cujo nome eles tomaram».[85]

3) Na *Grécia* a população local era em número maior que os invasores eslavos, fato esse que impediu a assimilação dos helenos. Há muito que os historiadores refutaram a famosa tese de Fallmerayer segundo a qual os gregos teriam sido aniquilados. No século XII restavam apenas vestígios eslavos disseminados ao sul do Epiro e da Tessália. Mas os invasores deixaram sua marca na toponímia. Note-se, contudo, que na Mecedônia os eslavos foram assaz numerosos para preservarem a própria originalidade étnica e lingüística.

4) Na *Alemanha*, ao sul de Hamburgo, preservaram-se sobrevivências eslavas até quase o século XIX.[86]

A toponímia conserva numerosos nomes de origem eslava: Berlim, Leipzig, etc...

5) Na Rússia, país eslavo, encontramos uma nítida conseqüência da variedade de tribos eslavas que aí se instalaram, na divisão do próprio idioma russo em três línguas de base. A primeira, o grande-russo (velikorússkiy), a língua literária por excelência, provém da língua falada pelo grupo norte de tribos eslavas o qual compreendia os eslavos de Novogorod e os krivitches. A segunda, o branco-russo (bielorusskiy) relaciona-se com a língua falada por dregovitches e radimitches. A terceira, o pequeno-russo ou ucraniano (rusniy, ukrainskiy), se relaciona com a língua falada pelo grupo meridional de tribos tais como os polianes, drevlianes, volinianos, ulitches, etc...

[1] Musset, *Les Invasions*, II, p. 75.
[2] Cross, *Les Civilisations*, p. 9.
[3] Musset, *Les Invasions*, II, p. 75.
[4] Cross, *Les Civilisations*, p. 9.
[5] Todos esses dados são extraídos de Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 212s.
[6] Cross, *Les Civilisations*, p. 9.
[7] Musset, *Les Invasions*, II, p. 195s.
[8] Tompkins, *A Rússia*, p. 25.
[9] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 206.
[10] Bennigsen, *Algumas considerações*, p. 36s.
[11] Idem, ibidem, p. 37.
[12] Tompkins, *A Rússia*, p. 25s.
[13] Bennigsen, *Considerações*, p. 38.
[14] Idem, ibidem, p. 37.
[15] Idem, ibidem, p. 38.
Sobre a Sarmácia européia, segundo Ptolomeu, consultar a obra fundamental de Berthelot, *L'Asie Ancienne centrale et sud-orientale d'après Ptolemée*, p. 210ss.
[16] Tompkins, *A Rússia*, p. 25.
[17] Bennigsen, *Considerações*, p. 44.
Eis o texto completo de Jordanes, do qual traduzimos e resumimos livremente a maior parte: "Introrsus illis Dacia est, ad coronae speciem arduis Alpibus emunita, juxta quorum sinistrum latus, qui in aquilone vergit, ab ortu Vistulae fluminis per immensa spatia Venetharum natio populosa consedit; quorum nomina, licet nunc per varias familias et loca mutentur, principaliter tamen Sclaveni et Antes nominantur. Sclaveni a civitate Novietunense et lacu qui appelatur Mursiano, usque ad Danastrum et in boream Visula tenus commorantur: hi paludes silvasque pro civitatibus habent. Antes vero, qui sunt eorum fortissimi, qua Ponticum mare curvatur, a Danastro extenduntur usque ad Danaprum, quae flumina multis mansionibus ad invicem absunt".
[18] Cross, *Les Civilisations*, p. 14.
Em nossa *História dos Reinos Bárbaros* (1º volume, p. 86) já citamos esse autor anônimo como tendo trabalhado entre 475-480. Ver também Musset, *Les Invasions*, I, p. 119.
[19] Cross, *Les Civilisations*, p. 14.
[20] Vasiliev, *História*, v. I, p. 134.
[21] Bennigsen, *Considerações*, p. 46.
Note o leitor que a Crônica de Fredegário (mais acertadamente do pseudoFredegário) foi na realidade redigida por vários autores sucessivos. O nome de Fredegário nada mais é que a latinização do nome de um erudito da Renascença, Freher, que havia projetado a edição do texto. Ver, a propósito, Calmette, *Le Monde*, p. 38.
[22] Fichelle, *Le Monde*, p. 1116.
[23] Reproduzimos e completamos aqui a tradução desse trecho da Crônica de Nestor como se encontra em Tompkins, *A Rússia*, p. 27. Ver o mesmo texto em francês apud Fichelle, *Le Monde*, p. 1117 e apud Portal, *Os eslavos...*, p. 36 e ainda apud Cross, *Les Civilisations*, p. 11s. Este último autor anota sobre a Crônica: "Compilation qui nous est parvenue entièrement sous forme de deux textes du XIV ème siècle, textes qui reproduisent avec une très grande exactitude un travail composé par un moine de Kiev vers la fin du XI ème siècle". *Les Civilisations*, p. 11.
[24] Fichelle, *Le Monde*, p. 1116.
[25] Cross, *Les Civilisations*, p. 17.
[26] Idem, ibidem.
[27] Musset, *Les Invasions*, II, p. 76.
[28] Fichelle, *Le Monde*, p. 1109.
[29] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 210.
[30] Musset, *Les Invasions*, II, p. 76.
[31] Cross, *Les Civilisations*, p. 14.
[32] Tompkins, *A Rússia*, p. 27.
Ver J. Peisker em *The Cambridge Medieval History*, v. II, 1967, p. 418: "But in 1908 the Polish botanist Rostafinski put forward from botanical geography evidence from which we can fix the original home of the Balto-

Slavs (and consequently that of the Germans too, for the Balts could only have originated in immediate proximity to the Germans). The Balto-Slavs have no expressions for beech *(fagus sylvatica)*, larch *(larix europaea)*, and yew *(taxus baccata)*, but they have a word for hornbeam *(carpinus betulus)*. Therefore their original home must have been within the hornbeam zone but outside of the other tree-zones tha is within basin of the middle Dnieper.
Hence *Polesie* — the marshland traversed by the Pripet, but not south or east of Kiev — must be the original home of the Slavs".
— Consultar também Previté-Orton, *Edad Média*, I, p. 310.
Note o leitor que a teoria do botânico polonês Rostafinski foi retomada posteriormente pelo etnólogo polonês K. Moszynski. Cf. a propósito Lehr-Splawinski em *Les bassins de l'Oder et de la Vistule le noyau de l'habitat primitif des Slaves*, p. 31.
[33] Splawinski, *Les bassins*, p. 29.
[34] Sczaniecki, *La monarchie...*, p. 52. Todas as considerações até aqui desenvolvidas no presente item sobre a estrutura político-social têm como fonte o estudo de Sczaniecki.
[35] Cross, *Les Civilisations*, p. 25s.
[36] Fichelle, *Le Monde*, p. 1119.
[37] Cross, *Les Civilisations*, p. 26s.
Notar, contudo, a observação de Peisker *(The expansion...)*: The rich might live in polygamy, but the mass of the people were monogamic.
[38] Cross, *Les Civilisations*, p. 28.
[39] Idem, ibidem, p. 27.
[40] Fichelle, *Le Monde*, p. 1120.
[41] Cross, *Les Civilisations*, p. 31.
[42] Idem, ibidem.
[43] Fichelle, *Le Monde*, p. 1121.
[44] Anwander, *Les Religions*, p. 60.
[45] Fichelle, *Le Monde*, p. 1121.
[46] Idem, ibidem.
[47] Idem, ibidem, p. 1122.
[48] Anwander, *Les Religions*, p. 60.
[49] Cross, *Les Civilisations*, p. 34.
[50] Fichelle, *Le Monde*, p. 1122.
[51] Cross, *Les Civilisations*, p. 36.
[52] Musset, *Les Invasions*, II, p. 79.
[53] Fichelle, *Le Monde*, p. 1112.
[54] Cross, *Les Civilisations*, p. 37. Ver, contudo, Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 218, nota 1.
[55] Cross, *Les Civilisations*, p. 37.
[56] Idem, ibidem.
[57] Essa sucessão cronológica é uma síntese do conteúdo das obras citadas de Lot, Musset e Cross.
[58] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 219.
[59] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 219.
[60] Musset, *Les Invasions*, II, p. 85.
[61] Cross, *Les Civilisations*, p. 38.
[62] Idem, ibidem, p. 39.
No mesmo sentido Lot (*Les Invasions Barbares* p. 222): "La Grèce même est submergée par les Barbares. Le Péloponèse perdra son nom pour devenir la Morée. Pendant plus de deux siècles, à partir de 589, aucun 'Romain' (Byzantin) n'osa s'y aventurer". O mesmo autor acrescenta em nota ao pé da página: "C'est du moins ce qu'affirme le patriarche de Constantinople Nicolas III (1081-1111) dans une lettre synodale à l'empereur Alexis Comnène.
[63] Musset, *Les Invasions*, II, p. 197.
[64] Idem, ibidem, p. 201.
[65] Vibius Sequester, autor de um tratado sobre os rios *(De fluminibus)*, observa que o Elba separa os suevos dos *Cervetii (Albis Suevos a Cervetiis dividit)*. Cervetii são um povo eslavo. A obra de Vibius situa-se entre os séculos IV e VI. (cf. Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 301).
[66] Musset, *Les Invasions*, II, p. 80.
[67] Cross, *Les Civilisations*, p. 43.
[68] Idem, ibidem, p. 44.
[69] Idem, ibidem, p. 139ss.
[70] Idem, ibidem, p. 139.
[71] Idem, ibidem, p. 45.
[72] Musset, *Les Invasions*, II, p. 202s.
[73] Lot, *Les Invasions Barbares*, p. 303ss.
[74] Cross, *Les Civilisations*, p. 46.
[75] Idem, ibidem, p. 47.
[76] Fichelle, *Le Monde*, p. 1115.
[77] Idem, ibidem.
[78] Idem, ibidem, p. 1116.
[79] Cross, *Les Civilisations*, p. 52s.
[80] Idem, ibidem, p. 51.
[81] Idem, ibidem, p. 56s.
[82] Sobre a estreita semelhança das instituições do estado polonês medieval com os da monarquia franca, cf. o excelente estudo de Sczaniecki, *La monarchie franque et les bassins de la Vistule et de l'Oder*, p. 52ss. O autor expõe as razões por que afasta a possibilidade de uma influência carolíngia direta, embora Eginardo tenha mencionado expressamente que o poder de Carlos Magno se estendia até o Vístula. "...omnes barbaras et feras nationes quae inter Renum et Visulam fluvios... ita perdomuit..."
[83] Lot, *Les Invasions*, I, p. 219.
[84] Cross, *Les Civilisations*, p. 39.
[85] Idem, ibidem, p. 42.
[86] Cross, *Les Civilisations*, p. 44.

CAPÍTULO III

Os Húngaros

Introdução

A DESTRUIÇÃO do Império dos ávaros por Carlos Magno havia deixado um espaço vazio que aos poucos foi sendo ocupado por populações sedentárias.[1] «A reconquista da bacia panoniana pelos sedentários havia começado: elementos alemães ao noroeste, ao longo do Danúbio, elementos eslavos sobretudo, ao norte (Grande Morávia de Mojmir e Ratislav no meio do séc. IX) e ao sul (Croácia), avançavam para ocupar o terreno vacante. Em 850 o arcebispo de Salzburgo havia fundado uma igreja ao norte do lago Balaton, enquanto que um embrião de administração se implantava em nome dos carolíngios da Alemanha».[2]

Todo esse movimento, entretanto, estava condenado à destruição a partir do instante em que, em 895, as guardas avançadas dos magiares atravessavam os Cárpatos. Desde então e por cerca de sessenta anos a Europa Continental iria sofrer as conseqüências dessa invasão bárbara. E' de notar que o episódio húngaro se inscreve numa longa tradição de migrações de povos provenientes da estepe euro-asiática que se tornara, desde o século IV, um verdadeiro corredor por onde as hordas de cavaleiros nômades se precipitavam ferozes em direção ao poente.

Hunos, ávaros búlgaros, khazars e finalmente os magiares constituem essas vagas ameaçadoras da civilização que se formava impregnada pelo espírito cristão e herdeiro do legado greco-romano.

Note-se que búlgaros e khazars, povos turcos, não haviam progredido tanto em direção oeste. Os magiares, porém, atingiram o coração do Ocidente europeu.

A invasão magiar apresenta aspectos originais: os bárbaros pertencem à raça fino-úgrica, causam verdadeiro terror no Ocidente e, finalmente, lançam os fundamentos da Hungria moderna.

A propósito do fato de pertencerem à raça fino-úgrica, deve-se notar com Lot: «Entre os povos fineses o único que teve destinos gloriosos e que desempenhou um papel de primeiro plano na História da Europa, foi o povo húngaro ou magiar».[3] Quanto ao terror causado por esses invasores temos um indício na opinião das populações oci-

dentais. Os magiares foram recebidos «como uma espécie de catástrofe cósmica, expressão da cólera divina. Cometas e meteoros anunciam sua passagem. São considerados capazes de indizíveis horrores: Liutprando de Cremona assegura que eles bebem o sangue dos mortos, outros dizem-nos antropófagos. Atribuem-lhes um poderio numérico considerável: segundo os *Annales Sangallenses Majores* são cem mil na batalha de Lechfeld».[4]

No que tange à importância dos húngaros como fator político na História Européia, vale repetir Halphen: «Diferentemente de outras hordas da Ásia que conseguiram, como eles, abrir um caminho até as regiões danubianas, mas que não se notabilizaram a não ser por suas devastações sem jamais fundar nenhum domínio estável, os húngaros souberam, após um período relativamente breve de agitações e de esforços violentos com o fim de atingir as ricas regiões da Alemanha, da Itália e da França, fixar-se tão bem na planície do Tisza e do médio Danúbio que ainda hoje aí se encontram».[5]

Fontes

O estudo da história primitiva dos magiares oferece dificuldades quase intransponíveis em virtude da carência de fontes. «Sua primitiva história nos é aliás muito mais obscura que a dos hunos, pois as fontes chinesas que, bem antes da tradição ocidental, permitem-nos seguir os passos dos *hiong-nu*, tornam-se mudas aqui».[6]

Os cronistas medievais também nada sabiam dos primórdios da História magiar, fato esse que se depreende do espanto que os mesmos manifestavam por não haverem os autores romanos feito menção a esse povo.

A arqueologia, a lingüística e autores bizantinos, latinos, húngaros e árabes fornecem-nos alguns dados, para uma tentativa de reconstituição da história magiar.

As *fontes bizantinas* oferecem-nos poucos mas valiosos elementos. Assim, por exemplo, merecem ser citadas as obras *De administrando Imperio* de Constantino Porfirogêneto e *Taktika* do imperador Leão.

As *fontes latinas* do século X, embora medíocres, prestam-nos serviço. E' que os documentos relativos às incursões húngaras «são com efeito os únicos que nos permitem ver com algum detalhe, sob a luz ocidental, os reides de um povo nômade».[7] Cabe aqui uma observação curiosa. Às vezes as fontes mencionam os invasores simplesmente como *pagãos*. Quando essas fontes têm em mira acontecimentos relativos a determinadas regiões (v.g., França do Norte ou Provença) paira a dúvida: trata-se de húngaros, de normandos ou de sarracenos?

Geógrafos árabes como o autor de Hudud-el-Alem (982), e Gardizi (1094) mencionam os magiares.

Quanto às fontes húngaras observe-se que os magiares, como outros povos, só começaram a escrever anais após sua conversão ao cristianismo e sua integração na latinidade. A historiografia húngara inicia-se no final do século XI com o notário anônimo do rei Bela e deve ser consultada com cautela, pois é prejudicada não só por conter lendas mas também por apresentar erros de cronologia.

Habitat primitivo

Os autores não estão de acordo quanto ao ***habitat primitivo*** dos magiares. Constantino Porfirogêneto em sua já mencionada obra «*De administrando Imperio*» designa os últimos ***habitats*** dos hunos antes da migração para o oeste com os nomes de Lebedia e Etelkouz. Para alguns *Lebedia* corresponderia ao leste da Ucrânia e Etelkouz (cujo significado é *país entre rios)* seria a Ucrânia Ocidental ou, ainda, a Moldávia atual. Não se trata aqui evidentemente do habitat primitivo mas de regiões ocupadas em épocas posteriores.

Lot, com base em dados lingüísticos (a língua magiar está estreitamente ligada ao ***vogul*** e ao ***ostiak)***, conclui que o habitat primitivo dos magiares seria a região em que se falavam os dois citados idiomas e que se estende dos montes Urais até o Ob e até mesmo o Ienissei, na Sibéria.[8]

— Halphen, com base na lingüística e nas indicações de que dispomos sobre os costumes e a organização dos magiares na época em que são notados pela primeira vez em contacto com os povos da Rússia Meridional, supõe que o ***habitat primitivo*** se situe na Ásia, do lado do vale do Ob e que os magiares teriam penetrado na Europa através do umbral de Iekaterinburg.[9]

Para Musset, o mais antigo habitat dos magiares encontrar-se-ia na região do Kama, afluente esquerdo do Volga médio.[10]

Raça e Língua

O estudo das origens primitivas dos magiares já deu margem a acerrados debates. «Vambéry afirmava que eles eram turco-tártaros; Hunfalvy que eram fino-úgricos. Os dois campeões procuravam seus argumentos respectivos, um na história (Vambéry), o outro na lingüística, e todos os dois encontravam, mesmo junto ao adversário, documentos em apoio de suas teses. Teria sido, sem dúvida, interessante, nesse debate, dar a palavra aos antropólogos».[11]

Lot observa que «a mania dos historiadores húngaros, do século XIII a nossos dias ou quase até nossos dias, de referir-se a Átila como a um antepassado, contribuiu para a idéia de que os húngaros são «asiáticos, intrusos, instalados, por infelicidade, no centro da Europa».[12] O mesmo autor acrescenta: «Basta, entretanto, percorrer a Hungria ou ter relações com os húngaros estabelecidos no estrangeiro para percebermos, desde logo, que o tipo magiar nada tem de exótico mas parece todo europeu».

Ainda Lot: «Na realidade das coisas os magiares, se bem que vindos do Ural no século IX, são fineses, isto é, pertencem a um ramo da raça branca que tem o direito de tomar seu lugar em uma árvore genealógica ao lado de dois outros ramos dos brancos: o indo-europeu e o semítico».

Parece-nos que o mais acertado sobre a caracterização dos húngaros sob o ponto de vista racial seja considerá-los primitivamente como um núcleo homogêneo de úgricos ao qual se adicionaram no decurso do tempo outros estratos. «Não parece, entretanto, que o tipo físico dos húngaros tenha sido modificado por uma mestiçagem, pois o mesmo permaneceu sempre nitidamente europóide».[13]

Ao invadirem o Ocidente, os húngaros apareceram como «pequenos homens de tez terrosa, olhos apertados, cabeça raspada, como infatigáveis cavaleiros — «que pareciam ter nascido com seus cavalos» — salteadores e ferozes, são descritos pelos cronistas bizantinos «na época em que se precipitam sobre a Europa seguindo as mesmas vias que outrora haviam percorrido os hunos e a que os ocidentais os comparam instintivamente».[14]

A língua húngara pertence ao grupo de línguas uralianas conhecido sob a designação de fino-úgrico.[15] Um dos traços característicos das línguas uralianas (e, portanto, também do húngaro ou magiar) diz respeito à morfologia «essencialmente fundada sobre o processo chamado *aglutinação*, cujo mecanismo é quase o mesmo em toda parte».[16]

Entende-se por aglutinação «a justaposição de sufixos a uma palavra-base ou tema fornecido quer pela palavra primária isolada, quer por uma forma de aspecto diferente que não se encontra em estado isolado».[17] Assim é que «entre os diferentes elementos que entram na composição de uma palavra, um único possui a plenitude do sentido e permanece invariável, os demais não passam de elementos de relação, após terem tido, sem dúvida, uma existência independente. Os elementos de relação podem ser colocados diante da raiz (prefixos) ou depois (sufixos), ou, ao mesmo tempo, antes e depois. O húngaro usa quase exclusivamente sufixos».[18]

O leitor terá notado que o idioma húngaro (bem como os demais idiomas uralianos) se situa num sistema lingüístico diferente do sistema das chamadas línguas flexíveis, orgânicas ou amalgamantes «em que os elementos aglutinados se modificam, na parte final, para exprimirem os acidentes da idéia. Desta classe fazem parte os grupos de línguas semíticas e indo-européias...»[19]

No que tange ao vocabulário húngaro convém notar que o mesmo sofreu a contribuição dos idiomas de outros povos com que os magiares estiveram em contacto. Assim, por exemplo, a língua húngara

tomou de empréstimo a um idioma turco boa parte de palavras concernentes à agricultura e à criação. Note-se também a existência de considerável número de vocábulos eslavos no idioma húngaro.

Cabe aqui uma observação importante. Isolados por um idioma praticamente inacessível aos povos europeus, os magiares correram o risco de não se integrarem na civilização ocidental. Esse fato não ocorreu graças sobretudo ao emprego do latim não só como veículo de cultura mas também como meio de administração.

Nome — O nome indígena dos húngaros, *magiares (Magyar, Madjghari, mad'ar)*, parece ser uma palavra híbrida composta de um elemento úgrico (o primeiro termo) e de outro turco. Ambos os termos teriam o mesmo sentido: homem. Os cronistas bizantinos e árabes chamavam os magiares de turcos. A designação de *húngaros* teria provindo da tribo turca dos onogures que na segunda metade do século IX se juntaram aos magiares.

Organização político-social

A falta de documentação dificulta sobremaneira o estudo da organização política social dos húngaros antes da conversão dos mesmos ao cristianismo.

Primitivamente, acima de pequenas sociedades organizadas com base no vínculo sangüíneo, existiram grupos mais vastos. O imperador Leão, o Sábio, refere-se a essa estrutura político-social quando escreve que terminada a luta «são vistos em dispersão por seus clãs (γένη) e por suas tribos (φυλαί)».[20]

Segundo Halphen, os húngaros «habituados à vida nômade das estepes asiáticas formam sete hordas cujos chefes se agrupam em casos graves mas que, comumente, operam cada um por sua conta».[21]

A divisão do povo húngaro em hordas sob a autoridade de um chefe guerreiro, o *Khagan*, parece ter sido motivada por influência turca. Existiria entre os magiares uma aristocracia turca, fato esse que explica «o protocolo bizantino que, sob Constantino Porfirogêneto, nos intercâmbios de embaixadas designava sempre os chefes magiares como «príncipes dos turcos, *árkhontes tôn tourkôn*».[22]

Quando os húngaros, numa tentativa de imitar a organização do Estado Khazar, resolveram escolher um grão-Senhor que ficasse à frente dos demais chefes de hordas, a eleição recaiu em um chefe de raça turca, Arpad. «O regime político dos magiares antes da conversão de S. Estêvão é muito mal conhecido. Entrevê-se, no ponto de partida, uma realeza dupla, repartida em 895 entre Arpad e Kursan, talvez à imitação dos khazars. Depois, a partir de 904, Arpad teria reinado só. Mas o povo permanecia dividido em tribos, sete, segundo a tradição, possuindo cada um seu *dux*, mais ou menos eletivo, e eram esses *duces*

que, na família arpadiana, designavam o chefe supremo. Sua autoridade parece ter sido, até a batalha de Lechfeld, mais simbólica que real, ao menos no domínio exterior. Dois altos dignitários, que Constantino Porfirogêneto chama *Kharkas* e *gylas*, assistiam-lhe no governo interno».[23]

Exército e métodos de combate

Os magiares usavam espadas, lanças, arcos, flechas de metal, capacete e escudo. Seus cavalos robustos e rápidos estavam equipados com estribos e couraças de feltro. Os cavaleiros húngaros atiravam-se ao combate organizados em clãs e tribos, lançando gritos terríveis a fim de amedrontar os adversários. «Chegados às proximidades do inimigo eles esmagam-nos com uma chuva de flechas antes de lançarem-se ao assalto e, em caso de alerta, recuam com uma agilidade maravilhosa. Sua selvageria é extrema: certos cronistas contam que, como os hunos outrora, comem a carne sem cozinhá-la e bebem o sangue de seus inimigos».[24] Os chefes não hesitavam em usar o chicote em plena batalha para se fazerem obedecidos.

Para facilitar as devastações os diversos grupos separavam-se permanecendo, contudo, em comunicação por meio de fogos e fumaça. Para atravessar cursos de água fabricavam com rapidez barcos de peles ou de madeira.

Armavam suas tendas tradicionais próprias dos nômades das estepes e protegiam-nas com carroças.

Em geral evitavam atacar as cidades fortificadas, pois não dispunham de meios para tomá-las. Preferiam as aldeias e os mosteiros isolados na zona rural ou nos arredores das cidades fora do recinto fortificado.

Vale notar que os magiares souberam usar da espionagem como arma de guerra. Enviavam embaixadores com essa finalidade e em breve conseguiram penetrar nos meandros da política dos ocidentais explorando as dissensões existentes entre os príncipes cristãos as quais lhes ofereciam oportunidade de êxito para as incursões guerreiras.

A grande dificuldade encontrada pelos cavaleiros húngaros foi a barreira das montanhas. Com efeito, nas passagens dos Alpes e dos Apeninos os ocidentais obtiveram as primeiras grandes vitórias contra os magiares. Outro fator negativo era o desânimo em que tombavam os guerreiros húngaros quando um de seus chefes caía na luta: «longe de possuir a tenacidade invencível dos vikings, estavam freqüentemente sujeitos ao pânico e à debandada».[25]

Economia

E' bem possível que, primitivamente, os magiares tenham sido criadores de renas. Pelo início de nossa era dedicaram-se à criação de cavalos.

Alimentavam-se dos produtos da caça, da pesca e de leite de égua.

Oto de Freising (1158), tio e biógrafo do Imperador Frederico Barbarroxa *(Gesta Frederici I Imperatoris)*, percorreu a planície húngara ao dirigir-se para o Oriente, por ocasião da segunda cruzada, e teve assim oportunidade de entrar em contacto com os costumes magiares, constituindo uma fonte histórica preciosa embora tardia.

Os húngaros apresentavam ainda o caráter de nômades. Cada grupo da população possuía então dois *habitats*, um de inverno, na planície, feito, na maioria das vezes, de cabanas; outros de verão, composto de tendas. «Acrescentemos as carroças que, no século IX, serviam usualmente às mulheres e às crianças: é a imagem de um povo que se dedica ao nomadismo pastoral de transumância. Os rebanhos satisfaziam às necessidades essenciais da existência: as vestes usuais eram de couro e vemos, às vezes, os magiares em seus reides exigindo a entrega de tecidos. No século X parecem ignorar todo outro comércio além da troca. O emprego da moeda só teve início com S. Estêvão, sob influências provenientes da Baviera».[26]

Descrições

Antes de estudarmos as etapas da migração húngara e suas conseqüências, vamos transcrever três textos de autores medievais que nos apresentam uma interessante descrição dos magiares. O primeiro é do já citado imperador Leão, o Sábio:

«Os magiares, nação livre e populosa, são cavaleiros desde a mocidade. Não gostam de andar a pé. Sobre os ombros carregam grandes lanças; na mão têm um arco que manejam com particular habilidade para atravessar as costas do inimigo em fuga. O peito e a parte anterior de seu cavalo estão cobertos por um arnês de ferro ou de espesso feltro. Acostumados a combater com arcos e flechas, não gostam de luta corporal mas preferem ferir de longe. Para isso sabem com especial habilidade inquietar o inimigo, travar escaramuças, surpreender subitamente, cortar as provisões, envolver e armar ciladas. Com essa tática sabem atrair o inimigo simulando fugas, voltando-se repentinamente e rompendo as linhas separadas. Porém quando se chega a uma batalha formal apresentam-se em grupos de mil ginetes, próximos uns dos outros: e um esquadrão atrás do outro, com o que procuram alcançar firmeza em sua posição. Incansavelmente perseguem o inimigo fugitivo e só quando tudo está abatido é que pensam na presa. Para evitar a derrota na guerra, o que facilmente poderia acontecer em virtude da falta de unidade das tribos e linhagens, têm uma severa disciplina e adotam o comando superior de um general e submetem-se a rigorosos castigos militares».

O Cronista de Prüm (século IX) assim caracteriza os magiares: «Caçadores, pescadores e ladrões natos, arremessam-se pela planície como uma tempestade em seus velozes corcéis e manejam o arco e setas com mortífera habilidade».

O já citado Oto de Freising pinta-nos assim os húngaros: «são de rosto feio, de olhos fundos, de pequena estatura, bárbaros nos costumes e na linguagem, selvagemente ferozes. Com razão causa-nos maravilha a longanimidade divina que concedeu um país tão formoso a tais monstros, não quero dizer homens».[27]

A Migração

Antes de apresentarmos uma síntese cronológica da migração dos magiares e das devastações levadas a efeito no Ocidente, vamos examinar brevemente e a título de exemplo três causas distintas que levaram esses bárbaros respectivamente a 1) abandonar o *habitat* primitivo; 2) a cruzar o Danúbio e 3) a devastar o Ocidente.

Evidentemente não pretendemos aqui exaurir o assunto.

Por que os magiares abandonaram a Ásia? Ao que parece, essa migração estaria relacionada com reviravoltas étnicas processadas no Turquestão e em regiões vizinhas durante o século VIII, após a conquista da Bactriana e da Sogdiana pelos árabes.[28]

A tolerância dos khazars estabelecidos na região do baixo Volga teria facilitado a fixação dos magiares nas margens do mar de Azov, entre o Kuban e o Don.

Na segunda metade do século IX os húngaros são desalojados dessa região por outra horda bárbara proveniente das estepes da Ásia Central, os petchenegues de raça turca.

Perseguidos por esses adversários, os magiares aparecem nas bocas do Danúbio.

O basileu Leão VI solicita a aliança dos nômades contra os búlgaros. Assim é que os húngaros conseguem atravessar o Danúbio, utilizando as embarcações da própria esquadra imperial e devastam a Bulgária a fogo e sangue. Os búlgaros, por sua vez, apelam para os petchenegues que obrigam os húngaros a refugiarem-se nas florestas da Transilvânia.

Arnulfo, rei da Germânia, em luta contra o rei eslavo Sviatopolk, da Grande Morávia, pede o auxílio dos húngaros. Estes contribuem para o desaparecimento do reino eslavo e se instalam (899) definitivamente na região que tomaria seu nome e que serviria de base para ferozes incursões ao Ocidente onde as devastações e desordens causadas pelos vikings e pelos sarracenos propiciavam o êxito dos ataques magiares.

Assim é que uma cadeia de causas levam os magiares ao coração da Europa: 1) Expansão muçulmana no Oriente. 2) Aliança e mesmo vassalidade em relação ao khazars. 3) Ataques dos petchenegues. 4) Aliança com os bizantinos. 5) Novo ataque petchenegue. 6) Aliança com os germanos. 7) Fraqueza do Ocidente em virtude de expansão

normanda e sarracena. Eis, em linhas gerais, e sem aprofundamentos, os elos da cadeia da migração magiar. Curioso é que em ambas as extremidades encontraremos a expansão muçulmana. Tentemos, agora, examinar em sua sucessão cronológica os principais eventos da invasão húngara. Para maior clareza da exposição, repetiremos alguns fatos já anotados. Observe o leitor que os autores não estão de acordo ao estabelecer as datas dos diferentes episódios da migração húngara.

As contradições que aparecem explicam-se, assim, pelos diferentes autores usados como fonte e devidamente citados.

862 — Nesta data os *Annales Bertiniani* (Anais de Saint-Bertin) registram que o reino de Luís, o Germânico, foi atacado por inimigos «até então desconhecidos por seus povos e chamados húngaros». Como vemos, o interesse dos magiares pela Alemanha era anterior à fixação dos mesmos na Panônia.[29]

Um pouco mais tarde encontramos os húngaros entre Dnieper e o Dniester. Daí excursionam até o alto Vístula e o baixo Dnieper «semeando em toda parte o pavor, importunando as caravanas de comerciantes que eles procuram saquear, interrompendo a todo o momento o tráfico do Dnieper, grande rota comercial dos varegues».[30]

889 — Nesta data, segundo Musset (*obra citada*, p.60), os magiares da Ucrânia sob a pressão dos petchenegues, fracionam-se. O grupo principal elege rei Arpad e dirige-se para a Panônia onde penetra em 895 através dos Cárpatos. «A passagem dos Cárpatos não é o gesto irrefletido de um bando acuado. E', em boa parte, a conseqüência das manobras do imperador grego Leão VI. Este, ameaçado pelo khan búlgaro Simeão, procurava um meio de atacá-lo pelas costas. O embaixador Nicetas Skleros instou com os reis magiares Arpad e Kursan no sentido de que desempenhassem esse papel. Eles aceitaram, passaram o Danúbio em direção a Silístria e atingiram Preslav».[31] Já vimos como os húngaros foram novamente atacados pelos petchenegues.

892 — Nesta data os magiares penetraram até o país dos morávios onde Arnulfo aproveita imprudentemente sua colaboração (Halphen, *obra citada*, p.337).[32]

899 — Os magiares se encontram definitivamente na Hungria (Grousset, *obra citada*, p.234). Não conhecemos com detalhes a história da ocupação magiar. «Arpad parece ter ocupado inicialmente a Transilvânia, e depois ter estabelecido o centro de seu poder em torno de Esztergom, sobre o cotovelo do Danúbio. Por volta de 899 ele tinha concedido uma trégua aos morávios. Até cerca de 907 a conquista não passou do curso do Raba a oeste; mas a eliminação do Estado morávio permitiu, pouco depois, a ocupação da Eslováquia e da Hungria Ocidental atuais».[33]

A região em que se fixaram os invasores revelou-se, desde logo, um ponto de apoio ideal para numerosas incursões de caráter predatório a quase todas as principais nações da Europa. Calcula-se que de 899 a 955 os magiares efetuaram nada menos que trinta e três incursões no Ocidente. Esses ataques atingiram pontos distantes como Bremen (915), Mende (924), Orleans (937) e Otranto (947). «Todo o continente foi devastado, salvo as regiões atlânticas, já amplamente pilhadas pelos vikings e salvo a Espanha. Dois países sobretudo atraíram-nos: a Baviera, visitada onze vezes, e a Lombardia que o foi treze vezes; até mesmo a distante Apúlia viu-os passar três vezes».[34]

Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessas incursões que tiveram como eixo a planície húngara.

Reides na Itália (899-900) — Os magiares deviam estar cientes da ausência de fortificações eficientes na região nordeste da Itália (o *limes* do Friul havia sido abandonado a partir da destruição do reino dos ávaros) bem como das dissensões políticas conseqüentes à morte de Carlos, o Gordo. Os magiares passam por Aquiléia e Verona, chegando até Pávia. Recuam, mas no passo de Brenta, perto de Pádua, os peninsulares sofrem tremenda derrota (setembro de 899). Os invasores retornam, então, e espalham-se em diversos bandos que atingem respectivamente o Piemonte, a Emília, Módena ou tentam até mesmo surpreender Veneza com barcos de couro. Em 900 regressam à Panônia carregados com os produtos da pilhagem. No mesmo ano (setembro) partem novamente, desta vez em direção à Alemanha onde a doença e a morte de Arnulfo (dezembro de 899) haviam criado um ambiente de desassossego propício para as incursões.

Reides na Alemanha[35] — Vamos expor sucintamente, em simples ordem cronológica, algumas das principais incursões húngaras na Alemanha.

906 — A Saxônia passa a ser atingida pelos ferozes bárbaros.

907 — Os magiares cruzam o Raba e, nas proximidades de Bratislava, derrotam o margrave da Baviera (Luitpoldo) que é morto em companhia de três altos dignitários eclesiásticos e numerosos membros da nobreza bávara.

908 — Os magiares atacam o Turíngia e matam o margrave Burcardo.

909 — Devastações na Baviera e na Suábia. Nas margens do Inn, Arnulfo, jovem duque da Baviera, filho do margrave Luitpoldo morto em 907, consegue derrotar os bandos magiares que regressavam da Suábia carregados de presa. Entretanto no ano seguinte (910) um grande exército de suábios, francônios e bávaros reunido pelo jovem rei Luís é batido pelos magiares. «Ei-los senhores da situação: a Alemanha é percorrida de ponta a ponta por seus bandos devastadores em 911, 912, 913. São vistos sobre o Isar, no coração da Baviera; na Turíngia, na Francônia, na Suábia; são vistos nas margens do Reno que eles chegam a atravessar em 913 para saquear a Lorena».[36]

Seguem-se novas incursões através da Alemanha. Em 919 os magiares cruzam a Westfália e atacam a Lorena pela terceira vez.

Reides em diversas regiões — Em 924, depois de espalharem o o terror na Saxônia, os húngaros dirigem-se à Itália. Tomam Pavia aos 12 de março de 924 (note-se que era raríssima a conquista de uma cidade pelos magiares, pois não dispunham de meios eficazes para isso) e incendeiam quarenta e quatro igrejas. Atravessam os Alpes, percorrem o vale do Isère, cruzam o Ródano e surgem diante de Nîmes espalhando o terror no Languedoc oriental a ferro e fogo. Em 926 os bandos invasores já se encontram mais uma vez em intensa atividade: Baviera, Suábia, Francônia, Alsácia, Lorena são assoladas. «Verdun é incendiada; a região das Ardennes é devastada enquanto que ao sul outros bandos se lançam sobre a Alta Itália, passam os Apeninos, saqueiam Toscana e ameaçam Roma» (Halphen, *ibidem).*

Entre 926 e 933 diminui sensivelmente o ritmo das incursões húngaras, o que se explica pelo pagamento de tributos por parte de Arnulfo, duque da Baviera, e do rei Henrique da Saxônia. Este soberano aproveita a trégua para organizar a resistência quer preparando contingentes militares, quer edificando praças fortes.

Em 935 recomeçam os ataques. Dois documentos da época atestam-nos a ferocidade magiar: Flodoard, *Annales*, 935 e a Crônica de Bèze. [37] Vamos transcrevê-los e traduzi-los livremente:

I

Hungari per Burgundiam diffunduntur praedisque, incendiis ac caedibus non tamen diu debachati, comperto Rodulfi regis adventu, in Italiam transmeant.

Os húngaros se espalharam pela Burgúndia (Borgonha) mas não se entregaram por muito tempo às pilhagens, aos incêndios e às carnificinas pois tendo sabido da chegada do rei Rodolfo, transportaram-se para a Itália. (Flodoard, *Annales*).

II

Invenimus hunc eundem locum ab Hungris combustum, quippe cui nullum erat a terreno principe defensaculum, nec loci ad resistendum inimicis munimentum. Harum combustionum duae pro tempore evenerint, notum nobis. Anno namque ... DCCCCXXXVI incarnati Verbi venerunt Hungri in Burgundiam mense Julio. Iterum anno DCCCCXXXVII.

Achamos que esse mesmo lugar (de Bèze) foi incendiado pelos húngaros. Nenhum príncipe terrestre o defendia, nem a esses inimigos era oposto qualquer obstáculo como proteção. Houve dois incêndios e suas datas nos são conhecidas. Os húngaros vieram à Borgonha no mês de julho do ano 936 da Encarnação do Verbo. Retornaram em 937 (Crônica de Bèze).

O ano de 937 é um ano sombrio para grande parte da Europa Ocidental. Os magiares «percorrem sucessivamente a Baviera, a Suábia, a Francônia, a Lorena, a Champanha, o Berry, a Borgonha, a região dos Alpes, o Piemonte e a Lombardia Ocidental, a Toscana, a província romana, a Campânia, os Abruzzos, as Marcas, a Emília e a Venécia, por toda a parte pilhando, matando, incendiando. . .» [38] Mas aos poucos os ataques húngaros vão-se espaçando e perdendo o vigor. A aquisição de hábitos sedentários por parte dos antigos nômades, a exaustão ou

mesmo a eliminação da aristocracia guerreira através dos intensos empreendimentos bélicos, a crescente resistência alemã são os fatores que teriam contribuído para amenizar os ferozes ataques. Nos anos de 948, 949 e 950 os bárbaros tentam em vão invadir a Baviera: são rechaçados pelo duque Henrique, irmão do rei Otão. Repelidos até Aquiléia, os magiares se abatem sobre a Lombardia, cruzam os Alpes, atravessam a Borgonha e vão saquear a Aquitânia (951). Aproximava-se, entretanto, a derrota decisiva dos antigos nômades das estepes. Em 954, favorecidos por uma revolta na Baviera, os magiares conseguiram realizar um longo reide: Atravessando o Reno nas proximidades de Worms, devastaram a Renânia e a Lorena, demoraram-se em torno de Metz, passaram rapidamente por Colônia, Maastricht, Namur, Vermandois, Champanha, Borgonha, cruzaram os Alpes e regressaram através da Itália. [39] Em 955, sob a chefia de Bulcsu, tentaram repetir a mesma aventura. Segundo os cronistas alemães, abateu-se, então, sobre a Baviera uma verdadeira avalancha de guerreiros». A multidão destes era tal, escreve um deles, que se acreditavam invencíveis, a menos que a terra não viesse a romper-se sob seus passos ou o céu a desabar sobre eles». [40]

Lechfeld — Quando os invasores penetraram na Baviera, Otão foi-lhes ao encontro. Os húngaros assediavam Augsburgo que resistia graças à atuação do bispo S. Ulrico. A 10 de agosto de 955 feriu-se a batalha decisiva em Lechfeld, nas proximidades de Augsburgo (o cronista registra: *«In loco qui Lechfeld vocatur, super civitatem Augustam»).*

Vejamos a narração da batalha baseada num resumo do texto de Widukind *(Rerum gestarum Saxonicarum).* «O duque Conrado dirigiu-se ao acampamento com uma numerosa cavalaria e, animados por sua chegada, os guerreiros desejavam que não se protelasse o combate, pois sabiam que Conrado era não só audacioso mas também (coisa rara nos audaciosos) prudente nas resoluções; no combate a pé ou a cavalo era irresistível; para seus amigos era tão estimado na guerra como na paz. . .

No dia 9 de agosto foi prescrito um jejum no acampamento e ordenou-se que todos estivessem preparados para a batalha no dia seguinte. Ao nascer do dia levantaram-se, deram-se mutuamente a paz e juraram primeiro a seus chefes e, a seguir, uns aos outros auxílio recíproco. Saíram, então, do acampamento oito legiões com as bandeiras desfraldadas. O exército foi conduzido por caminhos ásperos e difíceis a fim de não oferecer fileiras muito cerradas como alvo fácil às setas inimigas particularmente cortantes. O exército procurava a proteção das árvores. Os bávaros formavam a primeira, a segunda e a terceira legião sob o comando do duque Henrique que se havia mantido por algum tempo afastado dos campos de batalha em razão do estado de saúde que motivou sua morte. Os franconianos integravam a quarta legião cujo recrutador era o duque Conrado. A quinta, que era a mais forte

e que se chamava legião real, era conduzida pelo príncipe em pessoa cercado de cavaleiros escolhidos entre todos e de uma fervente juventude e escoltado por uma tropa compacta, senhora de vitória. A sexta e a sétima haviam sido compostas por suábios à frente dos quais estava Burcardo que havia desposado a filha do irmão do rei. Na oitava estavam os tchecos, mil cavaleiros escolhidos, melhor providos de armamento que de fortuna; aí se encontrava a bagagem colocada na retaguarda para ficar em maior segurança.

Mas o acontecimento se passou de maneira diversa da que havia sido prevista. Com efeito, os húngaros não hesitaram em atravessar o rio do Lech e, cercando por todos os lados o exército, começaram a lançar flechas sobre a última legião em marcha. Tendo feito um assalto ao mesmo tempo em que davam um retumbante grito, massacraram uns, aprisionaram outros e puseram em fuga todos os efetivos dessa legião. Da mesma forma, tendo atacado a sexta e a sétima legião quando as mesmas ainda se encontravam em ordem dispersa, puseram-nas em debandada. Ora, o rei, tendo compreendido que o plano havia sido subvertido e que a sua retaguarda cedia, enviou o duque com a quarta legião, retomou os prisioneiros, recuperou as bagagens e atacou as tropas inimigas que se entregavam à pilhagem. Por esse brilhante triunfo o rei foi glorificado e proclamado pelo exército Pai da Pátria e Imperador».[41]

Os principais chefes húngaros aprisionados foram executados em Ratisbona.

A partir da batalha de Lechfeld os magiares deixaram de constituir um grave perigo para a Europa Ocidental. O historiador Grousset comenta a propósito da vitória de Otão: «Nesse dia o germanismo salvou a Europa».[42] A defesa das fronteiras foram reorganizadas e criaram-se duas marcas, uma nos Alpes e outra sobre o Enns. Esta última passou a ser conhecida sob a designação de «Comando de leste» (Ostarrichi), donde o nome de Áustria.

Conseqüências das invasões Magiares

Em primeiro lugar devemos citar evidentemente as inquietações, o terror que, durante dezenas de anos, os ferozes nômades das estepes infligiram às populações sedentárias da Europa. A aristocracia ocidental foi dizimada nos encontros sangrentos tidos com os invasores. Essa mortandade contribuiu para um acontecimento de grande alcance político-social: a renovação rápida da classe dirigente entre os séculos IX e XI.

Outra conseqüência, desta vez de ordem militar, foi o estabelecimento de grande número de fortificações. Esse recurso defensivo, já usado contra os normandos, revelou-se aqui bastante eficaz. «O perigo húngaro foi um dos fatores essenciais da multiplicação das cidades-fortes e dos castelos na Alemanha do Sul e na Itália do Norte».[43]

Com relação aos resultados desastrosos das incursões magiares talvez seja conveniente não exagerá-los. Podemos considerá-los bem menores que os causados pela expansão normanda. Musset observa que «as destruições duráveis são raras, mesmo na ordem eclesiástica: até no Friul, tantas vezes percorrido, o movimento de fundações monásticas, na segunda metade do século X é infinitamente mais considerável que os desgastes atribuíveis aos húngaros».[44]

A grande conseqüência positiva das invasões magiares foi, sobretudo, a integração desse povo através de sua conversão ao cristianismo no concerto dos reinos cristãos da Europa. O batismo de Vaïk e sua elevação ao trono húngaro com o nome de Estêvão abre um capítulo novo na História Européia.

A estabilização do povo magiar iria remodelar completamente a fisionomia política da Europa Central e repercutir através de muitos séculos nos grandes acontecimentos da História Medieval, Moderna e Contemporânea.

[1] Sobre os ávaros, ver nossa *História dos Reinos Bárbaros*, p. 94ss e p. 186ss.
[2] Musset, *Les Invasions*, II, p. 59.
[3] Lot, *Les Invasions Barbares* (II), p. 76.
[4] Musset, *Les Invasions*, II, p. 271.
[5] Halphen, *Les Barbares*, p. 334.
[6] Bloch, *La société*, p. 30.
[7] Musset, *Les Invasions*, II, p. 269.
[8] Lot, *Les Invasions Barbares*, II, p. 76.
[9] Halphen, *Les Barbares*, p. 335.
[10] Musset, *Les Invasions*, II, p. 60.
[11] Pittard, *Les Races...*, p. 335.
[12] Lot, *Les Invasions Barbares* II, p. 80.
[13] Musset, *Les Invasions*, II, p. 60.
[14] Halphen, *Les Barbares*, p. 335.
[15] Meillet, *Les Langues...*, p. 280.
[16] Idem, ibidem, p. 287.
[17] Idem, ibidem, p. 292.
[18] Lot, *Les Invasions Barbares*, II, p. 82.
[19] Lima Coutinho, *Gramática*, p. 26.
[20] Bloch, *La société*, p. 36.
[21] Halphen, *Les Barbares*, p. 335.
[22] Grousset, *L'Empire*, p. 233.
[23] Musset, *Les Invasions*, II, p. 269s.
[24] Halphen, *Les Barbares*, p. 336.
[25] Musset, *Les Invasions*, II, p. 270.
[26] Idem, ibidem, p. 272.
[27] Apud Weiss, *História*, IV, p. 894.
Note o leitor que traduzimos os textos citados diretamente do espanhol. O texto já mencionado, linhas atrás, de autoria de Leão o Sábio, foi traduzido do francês.
[28] Halphen, *Les Barbares*, p. 336.
[29] Musset, *Les Invasions*, II, p. 62.
[30] Halphen, *Les Barbares*, p. 337.
[31] Musset, *Les Invasions*, II, p. 61.
[32] Segundo Grousset, Arpad derrotou Sviatopolk em 895 (*L'Empire*, p. 234). Lot (obra citada, p. 77) coloca a destruição do reino morávio no ano 898. Ainda segundo Grousset (idem, ibidem) o apelo de Arnulfo é posterior ao de Leão VI. Os autores não estão de acordo na fixação da cronologia da chegada dos húngaros.
[33] Musset, *Les Invasions*, p. 61s.
[34] Idem, ibidem, p. 62s.
[35] Ver Musset, Halphen, Bloch e Lot, obras citadas.
[36] Halphen, *Les Barbares*, p. 340.
[37] Ver Calmette, *Textes*, p. 24.
[38] Halphen, *Les Barbares*, p. 342.
[39] Musset, *Les Invasions*, II, p. 69.
[40] Halphen, *Les Barbares*, p. 343.
[41] Reconstituição baseada nos textos transcritos em Weiss, *História*, V, p. 32s e Calmette, *Textes*, p. 51s.
[42] Grousset, *L'Empire*, p. 234.
[43] Musset, *Les Invasions*, II, p. 65.
[44] Idem, ibidem, p. 68.

CAPÍTULO IV

Os Mongóis

Introdução

EM PLENO SÉCULO XIII a Europa sofre uma nova e terrível invasão de povos das estepes asiáticas: é a invasão mongólica. O estudo completo do imponente e poderoso Império criado pelos mongóis situa-se fora dos limites que estabelecemos para o conteúdo do presente volume. Restringir-nos-emos, aqui, a breves notícias sobre esse povo e sobre os acontecimentos que configuram a invasão dos mesmos no continente europeu.

Não é fácil caracterizar exatamente os chamados povos mongólicos. Pittard anota que nada parece mais vago que essa designação de «mongóis» e acrescenta: «E isso provém, entre outras razões, do fato de se dar habitualmente, entre os europeus como entre os chineses, o nome de uma das tribos turcas, Ta-Ta ou Tatars, transformado em Tartar, aos mongóis e outros povos mongolóides, os tungus, por exemplo».[1]

No início do século XIII o habitat dos mongóis situava-se na extremidade oriental do deserto de Góbi.[2] Nômades, esses povos viviam em tendas, divididos em diversas tribos que se guerreavam mutuamente. Pastoreio, caça ou pesca eram as atividades vitais de acordo com a região em que viviam as diferentes tribos.

Um acontecimento decisivo que iria projetar os mongóis no cenário da História Universal foi a escolha do orgulhoso chefe Temudjin para Khan supremo. Essa escolha processou-se em uma grande assembléia (Kuriltai) realizada na primavera de 1206 nas proximidades das nascentes do Onon. Temudjin pertencia a uma família nobre da tribo Mangkhol (daí, segundo Spuler, proviria o nome de mongóis) e em 1196 já se tornara chefe desse mesmo grupo, recebendo, então, o título de *Gengis-Khan* que significaria «príncipe-oceânico».[3] Esse título foi confirmado em 1206.

«Por uma série de vitórias quase ininterruptas e pela aniquilação quase total das tribos hostis, Gengis-Khan se tornara o chefe absoluto da Mongólia. Ele tinha adquirido uma autoridade que nenhum soberano, antes, havia possuído sobre uma extensão tão vasta. Tinha unido todas as tribos mongólicas sob seu cetro e podia considerar-se como representante da vontade de todo o povo. Seu primeiro alvo foi, desde então, o estabelecimento legal do poder. Fez reunir uma grande assembléia nacional, um *Kuriltai*, que se realizou em 1206; lá foi declarado soberano supremo da Mongólia e seu título de *Gengis-Khan* foi proclamado».[4]

A organização político-social do Império de Gengis-Khan, os múltiplos feitos desse famoso guerreiro e administrador serão abordados em um volume dedicado especialmente aos povos asiáticos. Vamos localizar, agora, a expansão mongólica para o Ocidente da qual resultou a invasão do continente europeu, tema principal do presente capítulo.

Expansão

As fronteiras do poderio mongólico haviam atingido o império de Khwarezm em que reinava Maomé II instalado em Samarkand. Esse sultão muçulmano nutria grandes ambições e tornara-se adversário mortal do califa de Bagdá, o enérgico an-Nasir (1180-1225). Segundo algumas fontes orientais, o califa (sem pensar nas funestas conseqüências desse gesto) teria levado Gengis-Khan a atacar Maomé II. Certo é que quando a caravana procedente do Império Mongólico foi atacada e seus membros foram mortos por ordem de um governador khwarezmita, Gengis-Khan teve um bom pretexto para atacar. O armamento superior das hordas mongólicas (como por exemplo as máquinas de origem chinesa empregadas no cerco das cidades) e a falta de sentimento nacional entre as forças de Maomé II (os turcos aderiram ao invasor em cujo exército já constituíam um grande contingente) explicam a fragorosa derrota do sultão que se viu forçado a fugir e acabou em uma ilha do Mar Cáspio (1221).

Djebé e Subötai, os melhores lugar-tenentes de Gengis-Khan, haviam recebido a incumbência de perseguir o sultão fugitivo. A morte deste último não impediu que os generais mongóis prosseguissem sua marcha para o oeste. Assim é que os encontramos combatendo na Geórgia e nas estepes do norte do Cáucaso onde enfrentram uma coligação de povos da região entre os quais figuravam os turcos kiptchak. Estes, depois de ludibriados pelos invasores que, primeiramente, os haviam tratado como aliados, apelaram para os príncipes russos. «Um dos khans dos kiptchak chamado Kutan, cuja filha havia desposado o príncipe russo Mstislav de Galitch obteve de seu genro e de outros príncipes russos uma intervenção coletiva contra os mongóis. Um exército russo de oitenta mil homens, conduzido pelos príncipes de Galitch, de Kiev, de Tchernigov e de Smolensk, desceu o Dnieper concentrando-se perto de Khortitsa, nos arredores de Alexadrov. Os mongóis recuaram e não aceitaram o combate senão quando o inimigo se encontrou convenientemente fatigado e quando seus diversos corpos de exército se encontraram suficientemente espaçados entre si. A ação teve lugar perto do Kalka ou Kalmius, pequeno rio litorâneo que se lança no mar de Azov, nas proximidades de Mariopol. O príncipe de Galitch e os kiptchak

atacaram, sem esperar pela gente de Kiev; foram derrotados e fugiram (31 de maio de 1222). O príncipe de Kiev Mstislav, tendo permanecido sozinho, defendeu-se três dias em seu acampamento e obteve uma capitulação honrosa, o que, entretanto, não impediu que fosse morto com todos os seus».[5]

Esse primeiro ataque dos mongóis contra os russos não teve, no momento, maiores conseqüências, pois os vencedores, após haverem batido os búlgaros do Kama e os turcos kanglis do Ural, retornaram às estepes do norte do Sir-darya onde se encontrava o grande exército de Gengis-Khan. Este morreu em agosto de 1227, pronto para conquistar a China.

Ogodai (filho e sucessor de Gengis-Khan) ordenou uma gigantesca invasão da Europa. O comando nominal da operação foi atribuído a Batu (Bati), khan das estepes do Aral e do Ural. O chefe de fato da expedição era o velho general Subötai que já lutara vitoriosamente na Pérsia, na Rússia e na China.

De acordo com as fontes muçulmanas a ofensiva teve início no outono de 1236 com a destruição do reino turco dos búlgaros do Kama. Bolghar (Bulghar, Bolgary), capital desse reino situado ao sul da confluência do Kama, foi saqueada por Subötai.[6] Note-se que esses búlgaros haviam desempenhado durante séculos importante papel no comércio entre a Ásia Central e a Europa Setentrional. No ano seguinte os mongóis submetem uma parte dos turcos kiptchak que passam a constituir o elemento básico da população do Kanato mongólico de Kiptchak chamado também «Horda de Ouro». Uma outra parte dos turcos kiptchak (cumanes) emigrou para a Hungria sob a chefia de Kutan (já mencionado acima), que se fez cristão.

Os mongóis prosseguiram na conquista da Rússia, aproveitando-se do terreno (que favorecia o emprego da cavalaria) e de sua superioridade técnica em matéria de armamento (em que era visível a influência chinesa). O fracionamento da Rússia em diversos principados favoreceu a atuação dos invasores. «Os dois irmãos Iuri e Romano, príncipes de Riazan, se refugiaram, o primeiro em Riazan, o segundo em Kolomma. Riazan foi tomada, Iuri foi morto e toda a população degolada (21 de dezembro de 1237). O mais poderoso dos príncipes russos, o grande duque da Suzdália, Iuri II, enviou, em vão, reforços aos defensores de Kolomma; Romano foi derrotado e morto diante da praça e Kolomma a qual foi, por sua vez, tomada. Moscou, aglomeração ainda de caráter secundário, foi saqueada (fevereiro de 1238). O grão-duque Iuri II não pôde impedir que os mongóis destruíssem suas cidades de Suzdal e de Vladimir. Suzdal foi queimada. Vladimir, tomada de assalto em 14 de fevereiro de 1238, viveu cenas de horror: a população foi massacrada nas igrejas em que se havia refugiado em meio do incêndio. O próprio Iuri II foi vencido e morto em uma batalha decisiva sobre o Sita ou Siti, afluente do Mologa (4 de março de 1238). Outros destacamentos mongóis saquearam Iaroslava e Tver».[7] Novgorod foi salva

graças ao degelo prematuro e à resistência oposta pela pequena cidade de Torjok. Esta, considerada a porta de Novgorod, resistiu a um sítio de duas semanas, mas acabou nas mãos dos invasores. A Crônica registra: «E destarte os pagãos tomaram a cidade e mataram todos, do sexo masculino até ao feminino, todos os sacerdotes e monges, e todos, despidos e ultrajados, entregaram suas almas ao Senhor numa morte amarga e lastimosa».[8] O avanço sobre Novgorod é assim registrado: «E os malditos ateus avançaram então do Torjok pelo caminho de Seregeri diretamente para a cruz de Ignati, abatendo a todo o mundo como erva, dentro de umas cem verstas de Novgorod. Deus, porém, e a grande e sagrada Igreja catedral apostólica de Santa Sofia e de São Cirilo e as orações... protegeram Novgorod». Os brejos que cercavam a cidade e o lodo das estradas impediram o avanço dos mongóis. Estes dirigiram-se, então, para a Rússia meridional. Depois da destruição da fortaleza de Kozelsk, os invasores cercaram Kiev que foi conquistada a 6 de dezembro de 1240, após rápido assédio.

Após a queda de Kiev, os mongóis atravessaram a Podólia e a Volínia, penetraram na Galícia cujo príncipe Daniel se refugiou na Hungria. O exército mongol se divide em dois grupos para atacar ao mesmo tempo os estados situados na margem oriental da Europa Central. Um desses grupos avança pela Galícia, cruza o Vístula em pleno inverno (1240-1241), saqueia Sandomierz e chega até as proximidades de Cracóvia. Batem um exército polonês em Chmielnik, tomam e incendeiam Cracóvia que fora abandonada por seus habitantes. Seguem o curso do Óder e destroem a cidade de Breslau recentemente fundada por colonos alemães. Depois de atravessar o Óder o exército mongol enfrenta, derrota e mata o duque polonês Henrique II da Silésia que comandava um exército de trinta mil homens composto de poloneses, cruzados alemães e cavaleiros teutônicos. A batalha se feriu em Wahlstadt, próximo a Liegnitz (batalha de Lignica, abril de 1241).

Segundo Grousset, após a vitória de Liegnitz «os mongóis passaram para a Morávia e devastaram o país mas sem poder tomar a cidade de Olmütz, defendida por Iaroslav de Sternberg. Da Morávia esse corpo do exército foi juntar-se aos outros exércitos mongóis que operavam na Hungria».[9]

Esse país havia sido invadido por três grupos de forças mongóis: «um, sob o comando de Cheiban, chegou pelo norte, entre a Polônia e a Morávia; o segundo, sob Batu, vindo da Galícia, forçou os desfiladeiros dos Cárpatos entre Unghvar e Munkacz, derrotando em 12 de março de 1241 o conde palatino incumbido de defendê-los; o terceiro, sob o comando de Kada'an, vindo da Moldávia, tomou Varadin e Czanad que foram destruídas e cuja população foi massacrada com um grande luxo de atrocidades».[10]

No começo de abril os mongóis se concentram diante de Pest onde o rei Bela IV reunia suas tropas. Quando o soberano húngaro atacou, os invasores recuaram até a planície de Mohi onde, em 11 de abril de

1241, infligiram completa derrota aos húngaros. O rei Bela IV buscou refúgio no Adriático e os mongóis tomaram e incendiaram Pest massacrando a população. Toda a região até o Danúbio foi dominada pelos asiáticos. Entre os poucos focos de resistência figuravam Gran (Strigonia) e Alba Julia. Em julho de 1241 os exploradores mongóis atingiram Neustad, nas proximidades de Viena. Em dezembro do mesmo ano o congelamento das águas do Danúbio facilitou a travessia do rio e a tomada de Gran por Batu.[31] No início de 1242 o príncipe Kada'an seguiu em perseguição do rei húngaro, chegando até Spalato e Cattaro no Adriático. Esta última cidade foi saqueada (março de 1242). Ao que tudo indica as hordas mongólicas pretendiam viver como nômades nas margens do Theiss e do Danúbio. A notícia da morte do grande khan Ogodai, porém (11 de dezembro de 1241), abriu o problema de sucessão e levou os chefes de exército a regressarem para o Oriente. «Esta circunstância, observa Grousset, salvou sem dúvida o Ocidente do mais sério perigo por que passou desde Átila».[32] Batu retomou o caminho do Mar Negro através da Bulgária (primavera de 1242) donde, através da Valáquia e da Morávia, atingiu seus acampamentos do Baixo Volga.[33]

Vamos encerrar esse breve relato da invasão mongólica registrando as conseqüências da mesma na Rússia e no Ocidente europeu.

Durante mais de dois séculos os mongóis iriam dominar os principados russos. Batu e seus descendentes instalaram-se no Kiptchak estendendo seu domínio desde o curso inferior de Dnieper até as fontes do Kama. Ao sul, esse domínio chegava ao rios do Kuban e do Terek. A cidade de tendas que constituía a sede do Khan da Horda de Ouro transformou-se em verdadeira cidade de tijolos, Sarai, no Volga inferior. E' curioso notar que os Khans evitaram cuidadosamente instalar-se no meio dos vencidos. Essa permanência na estepe tem, por certo, a finalidade de preservar as virtudes guerreiras do povo graças, sobretudo, à vida pastoril. Os príncipes russos devem ao khan submissão absoluta. O chefe mongol nomeia-os mediante uma designação (Jarlik) feita em troca de ricas recompensas. A população deve pagar um tributo (vyhod) *in natura* (por exemplo, peles) ou em dinheiro.

Submissão militar e tributária, eis o que os mongóis exigem, sobretudo, dos príncipes e da população da Rússia. No mais, revelam-se tolerantes evitando imiscuir-se na vida interna dos principados. Leis, costumes, religião merecem o respeito dos dominadores que chegam a admitir a fundação de um bispado na própria cidade de Sarai (1261). Até onde se teria feito sentir a influência mongólica na etnia russa? Estudando o domínio dos mongóis na Rússia durante a época em tela, Grimberg anota: «Durante dois séculos e meio, os mongóis, ou tártaros, como também eram chamados, foram os senhores absolutos da Rússia e, durante este longo período, tiveram tempo para imprimir a sua marca no caráter nacional do povo russo. A raça eslava sofreu uma profunda transformação, tanto do ponto de vista físico como mental. Ainda no nosso tempo, uma grande parte dos russos apresentam as caracterís-

ticas exteriores da mistura com o sangue tártaro: o nariz platirrínico dos mongóis, maçãs do rosto salientes e barba rala».[33]

Essas observações de Grimberg devem ser acolhidas com reserva. Parecem-nos mais exatas as considerações de Lot: «Os dois mundos, o eslavo e o tártaro, vivem afastados um do outro. Os tártaros, a partir de seu triunfo, não vêm mais à Rússia, salvo para expedições punitivas que são extremamente raras, pois o terror que eles inspiram traz as populações curvadas sob o jugo. Contentam-se em enviar recenseadores e coletores de impostos. A partir de 1328 permitem que os próprios príncipes desempenhem esse papel. Que se tenham apossado de mulheres, por bem ou por mal, não há dúvida. Mas levam-nas para Sarai e é o tipo mongólico e não o dos russos, que é modificado por essas uniões forçadas. No século XVI somente, depois da ruína da Horda de Ouro, e após a tomada de Kazan e de Astrakhan (1551, 1556) deve-se admitir uma influência étnica tártara: a classe guerreira entra a serviço do grão-príncipe de Moscou, freqüenta sua corte e as uniões com a nobreza russa são inevitáveis».[34]

Missionários

Além do natural terror que a invasão mongólica provocou nos países europeus, deve ser registrada também a surpresa com que o Ocidente cristão tomou conhecimento da existência do distante mundo asiático que agora transbordava ameaçadoramente. Surge logo a idéia de integrar esses povos na cristandade através do envio de missionários. A conversão dos mongóis ao cristianismo afastaria também o perigo das invasões. Vamos mencionar aqui, a título de exemplo, somente as viagens de João de Plano Carpini (João de Piano del Carpino) e de Guilherme de Rubruck.[35]

Plano Carpini (Piano del Carpino era o nome do lugar de seu nascimento, nas proximidades de Perugia) figurava entre os primeiros discípulos de S. Francisco de Assis e já apresentava uma longa folha de serviços prestados à Igreja quando foi destinado pelo papa Inocêncio IV, no Concílio de Lião, para procurar o grande khan levando-lhe cartas pontifícias em que o imperador mongol era convidado a não atacar as demais nações e a fazer-se cristão. Partindo de Lião a 16 de abril de 1245, Carpini atravessou a Alemanha, a Polônia, a Rússia (deixou Kiev em 3 de fevereiro de 1246) e foi recebido em 4 de abril de 1246 por Batu, khan de Kiptchak, no baixo Volga. Batu enviou o franciscano ao acampamento imperial na Ásia Central. Chegando a seu destino a 22 de julho de 1246, Carpini teve oportunidade de presenciar a grande assembléia (Kuriltai) que elegeria o grande khan Güyük (Kuyuk, Göyuk).

O acampamento em que se processava a eleição era dominado por uma tenda gigantesca na qual os eleitores se reuniam. Uma incalculável multidão aguardava o resultado da eleição. «Aos olhos dessas massas

a presença de numerosos representantes das potências estrangeiras significava que as pretensões mongóis de governar o mundo eram realizadas. Assim, para Göyuk, a delegação de João de Plano Carpini trazia, por sua presença, uma marca de submissão do papa e de Luís IX da França à sua soberania. Ele formulou muito claramente essa convicção na resposta que apresentou ao embaixador. Podemos ler ainda hoje essa resposta escrita em persa: ela foi guardada nos arquivos do Vaticano».[16] Seu texto reveste um tom ameaçador: o papa e os príncipes cristãos são convidados a virem prestar homenagem ao imperador mongol que se julga detentor de um poder de direito divino e árbitro dos diferentes cultos.[17]

Depois de haver recebido a resposta do soberano mongol, Carpini deixou o acampamento imperial e tomou o caminho de volta, atingindo a resistência de Batu no Baixo Volga em 9 de maio de 1247. Daí regressou ao Ocidente passando por Kiev.

Carpini revela-se na descrição de sua viagem um observador sagaz. Seu relato constitui fonte de primeira ordem para o estudo do Império Mongol.

Sob o reinado do grande khan Mongka (Möngke), S. Luís enviou ao Oriente o missionário franciscano Guilherme de Rubruck (Rubruquis). Este partiu de Constantinopla em 7 de maio de 1253 e atingiu, através do Mar Negro, as feitorias italianas da Criméia donde penetrou no Kanato de Kiptchak, sentindo aí a solidão das estepes. Em 31 de julho o franciscano chegou ao acampamento de Sartak, filho de Batu. Daí, depois de cruzar o Volga, dirige-se à sede de Batu que o enviou à corte do grande khan Mongka por quem foi recebido em audiência a 4 de janeiro de 1254. A 5 de abril do mesmo ano Rubruck chega a Karakorum acompanhando a corte imperial e celebra a festa de Páscoa com um ofício na igreja nestoriana de Karakorum onde um ourives parisiense que aí residia esculpira uma imagem da Virgem Maria. Em 30 de maio, véspera de Pentecostes, o franciscano participa de um debate religioso. A 18 de agosto de 1254 Rubruck iniciou a longa viagem de volta trazendo a resposta do grande khan, a S. Luís: Em nome do céu eterno e do khan, seu representante na terra, Mongka dava ao rei da França ordem no sentido de que se considerasse vassalo.

A descrição das hordas mongólicas feita por Rubruck é clássica:[18] «Não possuem morada permanente, pois repartiram entre si toda a Cítia que se estende desde o Danúbio até o Extremo Oriente. Cada capitão, de acordo com o maior ou menor número de homens que tem às suas ordens, sabe os limites de suas pastagens e onde deve deter-se segundo as estações do ano. Ao aproximar-se o inverno eles descem para as regiões quentes, em direção ao sul; no verão, remontam para o norte». Eis o retrato físico dos mongóis, segundo o frade franciscano: «Os homens raspam um pequeno quadrado no alto da cabeça e fazem descer o que lhes resta de cabelos em tranças que eles deixam pender dos dois lados das têmporas até as orelhas».

[1] Pittard, *Les Races et l'Histoire*, p. 460.
Fato é que a expressão tártaro é comumente usada como sinônimo de mongol.
Tersen (*Histoire de l'Hongrie*, p. 18) anota: "Par une confusion consacrée par l'usage, les Européens donnèrent aux Mongols le nom de Tatars, précisément vaincus et détruits par eux, aux confins de la Sibérie et de la Mandchourie".
Sobre a designação de "Tatars" dada aos mongóis, escreve Spuler (*Les Mongols dans l'Histoire*, p. 12): "Ils étaient souvent appelés à l'époque tatars, d'après l'une de leurs tribus les plus puissantes, les tatars, qui étaient établis très loin à l'est (aujourd'hui ce nom a pris une autre signification)".

[2] Calmette, *L'Elaboration*, p. 273. Ver também Grousset, *L'Empire* p. 247, 248ss.

[3] Spuler, *Les Mongols*, p. 16 e 14.
Gengis-Khan — provém de Tchinggis-Kan ou tchinghiz Khan).

[4] Spuler, *Les Mongols*, p. 16.

[5] Grousset, *L'Empire*, p. 308.
Ver o texto da Crônica de Novgorod sobre os mongóis no Kalka, apud Gothier, *Le Moyen âge*, p. 202.
Note-se: Turcos do Kiptchak, polovtsi ou cumanes são o mesmo povo. Cf. Lot, *Les Invasions*, II, pp. 27, 114.
Os muçulmanos usam o nome de Kiptchak, os húngaros e bizantinos o de Cumanes, os russos o de Polovtsi. Cf. Grousset, *L'Empire*, p. 329.

[6] Grousset, *L'Empire*, p. 329.
Note-se que as fontes russas dão uma cronologia diferente para esses acontecimentos.

[7] Idem, ibidem, p. 330.

[8] Apud Tompkins, *A Rússia*, p. 62.

[9] Grousset, *L'Empire*, p. 331.

[10] Idem, ibidem.

[11] Idem, ibidem, p. 332.

[12] Idem, ibidem, p. 333.

[13] Grimberg, *História*, 7, p. 111.

[14] Lot, *Les Invasions*, II, p. 30.

[15] Reservaremos o estudo das missões entre os mongóis para o capítulo sobre a Igreja. Quanto ao famoso relato de Marco Pólo, será mencionado no Capítulo sobre a Economia no Mundo Feudal e no volume em que estudaremos a História do Extremo Oriente.

[16] Spuler, *Les Mongols*, p. 32.
A resposta foi encontrada por M. Belliot nos arquivos do Vaticano. Cf. Grousset, *L'Empire*, p. 336: O preâmbulo está escrito em turco, o texto em persa e o selo é mongol.

[17] Grousset, *L'Empire*, p. 336.

[18] Idem, ibidem, p. 343.

CAPÍTULO V

O Desmembramento do Império Carolíngio

Introdução

FOCALIZAREMOS no presente capítulo dois aspectos do desmembramento do Império Carolíngio em dois deferentes itens. No primeiro estudaremos sumariamente as causas desse desmembramento. No segundo exporemos os principais episódios do reinado de Luís, o Piedoso, e de seus sucessores até o tratado de Meersen (870).

Convém, preliminarmente, lembrar que a obra de Carlos Magno traz nitidamente a marca da forte personalidade de seu criador. Mais que um Império Carolíngio, o que existe, sobretudo, é um imperador que com seu prestígio mantém a unidade política do imenso território. Morto o grande imperador, sua obra carece de continuadores à altura. Cabe aqui, entretanto, uma importante observação: apesar do esboroamento do Império Carolíngio, a idéia da existência de um poder imperial superior, ao menos teoricamente, aos demais poderes políticos, sobreviveu no Ocidente através de toda a Idade Média e em grande parte da Idade Moderna. Essa idéia tem como defensora a Igreja que, como anota o historiador Halphen, no meio da desintegração geral «felizmente para o futuro do Mundo Ocidental não desespera».[1] Numa Europa em esfacelamento, a Igreja permanece a única instituição que mantém seus quadros organizados e unidos em torno de um ideal ultraterreno (embora vinculado às condições e flutuações do mundo) encarnado nas pessoas dos pontífices romanos que, entre mil peripécias, vão desempenhar um esforço prodigioso em prol da manutenção da unidade e da paz no Ocidente Europeu. Em capítulo especial dedicado à Igreja, em outro volume desta *História do Mundo Feudal*, examinaremos com detalhes a atuação do pontificado romano em face do Império do Ocidente Medieval.

1. Causas do desmembramento do Império Carolíngio.

As causas do desmembramento do Império Carolíngio distribuem-se em dois grupos: externas e internas. As causas externas foram as novas invasões e delas já tratamos longamente nos capítulos precedentes. Va-

mos demorar-nos aqui nas causas de ordem interna. O leitor deve ter presente o que já se escreveu na introdução à Primeira Parte e onde acentuamos a fraqueza militar do Império em face dos invasores. Entre as causas internas do desmembramento do Império Carolíngio podemos assinalar:

a) *A imensa extensão territorial.* — O Império estendia-se, com efeito, através de regiões não só distantes dos principais centros de governo, mas também em péssima situação de comunicação.

b) *A diversidade racial e cultural dos povos do Império.* — À imensa vastidão do Império devemos acrescentar a diversidade racial e cultural de seus habitantes: «Só a tremenda e ímpar personalidade de Carlos Magno podia submeter, defender e administrar territórios tão extensos e tão separados entre si; povos tão diversos e indômitos, tão mal unidos através dos muito esparsos caminhos romanos e por rios mal guardados separados por bosques, terrenos alagadiços e montanhas. Era demasiado bárbaro o Império».[2]

Esses povos falavam língua diversa, pertenciam a grupos étnicos diferentes e possuíam variados graus de civilização. O único denominador comum a todas essas nações era o fato de, graças à atuação da Igreja incentivada por Carlos Magno, constituírem as mesmas o *populus christianus* (povo cristão). Mas a religião e a atividade cultural desenvolvida no reinado do grande imperador não haviam conseguido uma radical transformação de certa mentalidade egoísta que imperava entre baixas e altas camadas populacionais e que os impedia de compreender a grandiosidade da unidade imperial.

c) *Aumento crescente do poder dos grandes senhores* — À medida que se enfraquece a autoridade central do soberano, reforça-se e amplia-se o poder dos grandes senhores. «Os senhores locais, além de serem fortes em virtude das terras que possuíam, exerciam funções públicas, o que, com o tempo, tornaria impossível, para a distante monarquia central, governar e vigiar os que eram quase donos do poder imediato».[3]

Dois fatores contribuem para fortalecer o poder da aristocracia regional: a construção de fortificações e a supressão dos *missi dominici* (enviados do senhor).

Aquelas foram edificadas com a finalidade de defesa contra as invasões. Note-se que a autoridade central se opunha a essas construções, temendo naturalmente as funestas conseqüências para a unidade política. Um *capitulare* de 864, de Carlos, o Calvo, denuncia a existência da grande quantidade dessas fortificações *(castella, firmitates, haiae)* levantadas sem autorização do monarca.

«Desde 880, a França do Norte se cobre de fortificações privadas, devidas aos grandes senhores eclesiásticos e leigos. A permissão real não é mais solicitada a não ser de quando em vez; dela não mais existe vestígio depois de Carlos, o Simples. Fato sintomático da decom-

posição do Estado: são os próprios detentores da autoridade pública, condes e bispos, que tomam a frente desse movimento ilícito; durante um século a maioria das fortificações reais permaneceu entre suas mãos, sem que o rei se decidisse a tomar oficialmente uma decisão».[4]

A instituição dos *missi dominici*, de tão grande importância para a unidade do Império, desapareceu da *Francia Orientalis* já na metade do século IX. Na Francia Occidentalis praticamente deixa de existir depois de Carlos, o Calvo.[5]

As famílias «condais» que haviam sido enviadas a diferentes regiões para que aí representassem o poder central acabaram por criar fundas raízes organizando a própria clientela de *fideles* e instituindo para si um amplo patrimônio imobiliário com os bens de que podiam dispor. «Muitas das grandes famílias da *Reichsaristokratie* (aristocracia do Império) desapareceram então nas lutas fratricidas do fim do século IX e foram substituídas por linhagens que não haviam participado, no mesmo grau, da ideologia imperial».[6]

d) *Precária situação econômica e financeira da monarquia e hereditariedade de funções públicas* — Os domínios reais carolíngios sofrem uma diminuição acentuada graças à verdadeira dilapidação praticada por Luís, o Piedoso, e por seus sucessores. Doações foram feitas no sentido de assegurar a fidelidade dos grandes. A aristocracia ampliou, assim, seu poder político e econômico às custas das propriedades da coroa.

Um ato importante de Carlos, o Calvo, contribuiu ainda mais para fortalecer a aristocracia. Foi o famoso «capitulare» de Quiersy-sur-Oise (877) em que alguns viram a carta constitutiva do feudalismo e através do qual se instituía, com algumas restrições, a hereditariedade das funções condais.

e) *Partilhas do império e fraqueza dos sucessores de Carlos Magno* — O fracionamento da autoridade foi motivado principalmente pelas partilhas do território do Império, pela fraqueza dos sucessores de Carlos Magno e pelas rivalidades e discórdias que dilaceraram a descendência carolíngia.

«Na segunda metade do século IX, as estruturas políticas postas em prática por Pepino e Carlos Magno se esboroam.

A primeira causa dessa comoção reside ainda nas rivalidades das monarquias carolíngias.

Apesar de, após Verdun, sob a influência do clero, haver sido proclamado que o Império permanecia um só e que o mesmo devia ser regido num mesmo espírito de confraternidade, e a despeito dos esforços prodigiosos desenvolvidos ulteriormente pelo papado, os descendentes de Luís, o Piedoso, quase não cessaram jamais de opor-se, quer para pôr em questão o estatuto territorial e aproveitar a fraqueza dos Estados saídos muito cedo do desmembramento do lote de Lotário (partilhado entre seus três filhos), quer para obter a coroa imperial cujo prestígio continuava a ser brilhante».[7]

Acrescentem-se a tudo isso os problemas internos surgidos nos novos reinos: «Na França Ocidental, a Aquitânia não cessava de ser rebelde, a Bretanha não se deixava conquistar. Na França Oriental, Luís, o Germânico, se via envolvido com a revolta dos filhos. Na Itália, os duques autônomos de Salerno e de Benevento faziam-se guerra permanente».[8]

f) *Causas econômicas* — As crises do século IX que vão esfacelar o Império Carolíngio apresentam também um aspecto econômico. Invasões, partilhas, guerras civis relacionam-se intimamente com a redução das atividades comerciais e conseqüente estagnação da economia em certas regiões. Pisamos aqui um terreno sujeito a controvérsias. Voltaremos ao assunto no capítulo referente à Economia, no segundo volume da *História do Mundo Feudal*.

Vamos encerrar esse estudo sumário das causas do desmembramento do Império Carolíngio reproduzindo um documento contemporâneo que nos pinta de modo vivo e dramático a crise carolíngia. Seu autor, *Florus*, diácono de Lião morto por volta de 860, deplora particularmente a perda da noção do «bem comum» e opõe o esplendor do Império de Carlos Magno à anarquia conseqüente ao tratado de Verdun. Eis alguns trechos da elegia de Florus:[9] «Chorai, raça dos francos, pois o Império elevado por favor do Cristo *(evidente alusão à coroação do ano 800)*, jaz presentemente no pó...

Que os homens se aflijam, pois o coração dos homens se endurece...

Toda quietude da paz se destrói em ásperas rivalidades...

Floresceu o glorioso reino de célebre diadema...

Não havia senão um chefe, e, submetido à sua autoridade, não havia senão um povo.

A lei e os magistrados, tudo junto, eram o adorno de todas as cidades.

As pessoas viviam em paz e a força das armas causava pavor ao inimigo...

Uma justiça constantemente em estado de alerta afugentava o crime. O temor levava uns a respeitar as leis, para outros era o amor...

Mas no presente este poder sublime tombado de um cimo tão altaneiro... é pisado pelos pés de todos, despojado de sua coroa.

O Império perdeu ao mesmo tempo seu nome e seu esplendor.

A unidade real fracionou-se, tirada a sorte em três pedaços...

Em lugar de um rei, não existem senão régulos; em lugar de um reino, não há senão restos de reinos. O bem comum não é mais levado em conta; cada qual só vela por seus interesses, tudo torna-se sujeito a seus cuidados. A atroz devastação dos países, a comoção dos soberanos, as guerras ferozes e a dilaceração do Estado semeia contínuos

terrores sobre um mundo infeliz... E os homens invocam a paz, mas a felicidade da paz não se encontra em lugar algum» *(Querela de divisione imperii)*.

2. O reinado de Luís, o Piedoso, e de seus sucessores até o Tratado de Meersen

a) *Luís, o Piedoso* (814-840) — Como já expusemos em nossa História dos Reinos Bárbaros (primeiro volume), Carlos Magno havia em 806 dividido o Império entre seus três filhos: Carlos (que recebera a França e a Alemanha do Norte), Pepino (que ficara com a Lombardia e a Alemanha Meridional) e Luís (a quem coubera a França Meridional, abrangendo a Aquitânia, a Septimânia, a Provença e com prolongamentos sobre a Borgonha e a Catalunha). Essa partilha revestia um caráter merovíngio, pois não fazia menção alguma ao Império e revelou-se inútil em virtude das mortes de Pepino (810) e de Carlos (811).[10] Restava apenas Luís que Carlos Magno associou ao governo do Império (setembro de 813) conforme já registramos na citada História dos Reinos Bárbaros, de acordo com o relato de Thegan, bispo auxiliar de Treves e biógrafo de Luís, o Piedoso.[11]

O novo Imperador, que os contemporâneos alcunharam de Piedoso e que alguns historiadores chamaram de Bonachão, era, segundo Amann, «um homem, ao todo, de inteligência média, de caráter médio, de boa vontade média para continuar uma obra enorme».[12]

Thegan descreve-o como de talhe ordinário, olhos grandes e brilhantes, fisionomia aberta, nariz longo e reto, peito robusto, espáduas largas, braços fortes e hábil sobretudo no manejo do arco e do dardo. Vestia-se de modo simples a não ser nas grandes solenidades quando gostava de aparecer em toda a magnificência dos trajes imperiais. Segundo Thegan, Luís jamais ria: «ninguém viu seus dentes brancos, nem mesmo quando, durante as festas e para divertimento do povo, desfilavam ao longo da mesa truões, palhaços, bufões acompanhados de cantores e tocadores de instrumentos; e o povo então, impressionado pela gravidade do príncipe, só ria com moderação».[13]

Entre as principais distrações do monarca figuravam a pesca e a caça. A formação intelectual de Luís era superior a de seu pai. Ainda é Thegan que nos informa: «O latim era-lhe tão familiar como sua língua materna; estudara também o grego. Em todas as escrituras conhecia o sentido espiritual e moral bem como a significação mística» (Apud Weiss, *História*, IV, p.794).

Luís possuía uma profunda fé. Thegan descreve-o orando humildemente no templo e preocupando-se com a assistência aos desamparados. Chegando ao palácio de Aix-la-Chapelle para suceder ao pai, procurou imediatamente expulsar do mesmo as pessoas de conduta duvi-

dosa. «A Corte imperial será regida como um mosteiro», observa Funck-Brentano.[14]

Passemos, agora, a uma breve exposição, em ordem cronológica, dos principais acontecimentos do reinado de Luís, o Piedoso.

816 — Luís é sagrado e coroado pelo Papa Estêvão IV em Reims, na presença do clero e do povo. Este ato solene teria conseqüências a longo prazo na história da Idade Média. Note-se que Luís se tornara imperador sem a intervenção pontifícia. O ato de Estêvão IV, bem como a coroação de Carlos Magno por Leão III passam a constituir dois precedentes, atestando que «sem a intervenção do papa, faltava qualquer coisa ao poder imperial». Os sucessores de Estêvão IV se recordarão disso.[15]

817 — Este ano é assinalado pela famosa *Ordinatio Imperii* segundo a qual Luís, o Piedoso, regulava de antemão sua futura sucessão entre os três filhos que ele tivera da Imperatriz Hermengarda: Lotário, Pepino e Luís (que será conhecido na História como Luís, o Germânico). O primeiro era proclamado imperador. Os outros dois recebiam «reinos» sob o controle financeiro, militar e diplomático de Lotário. Mais que uma partilha, essa *ordinatio* representa uma verdadeira *Constituição* sobre a imediata sucessão ao trono de Luís, na qual se consagra um princípio intermediário entre a antiga idéia bárbara que considerava o poder como bem privado ao qual cada filho tinha direito por ocasião da morte do pai, e o conceito unitário que recusa todo o direito aos irmãos mais moços: «Um lote foi consentido aos mais moços, mas uma verdadeira vassalagem subordina-os ao mais velho. Depois deles, só a primogenitura será considerada. Se a combinação vinga, o Ocidente estará congelado sob a forma de um vasto império hereditário por ordem de primogenitura e os pequenos reinos vassalos, hereditários também, não comprometerão em nada a magnífica ordenança».[16]

A Pepino coube a Aquitânia, a Gasconha, a Marca de Tolosa, os condados de Carcassone, Autun, Avallon, Nevers.

(Volumus ut Pippinus habeat Aquitaniam et Wasconiam et markam Tolosanam totam et insuper comitatos quatuor, id est in Septimania Carcassensem et in Burgundia Augustudunensem et Avalensem et Nivernensem).

A Luís coube o reino da Baviera com a Caríntia, a Boêmia, a marca dos ávaros, a marca dos eslavos (ao oriente da Baviera) e ainda duas vilas dominiais para seu uso em Nordgau, Lauterhofen e Ingolstadt.

(Item Hludowicus volumus ut habeat Baioarium et Carentanos et Beheinos et Avaros atque Sclavos qui ab orientali parte Baioariae sunt, et insuper duas villas dominicales ad suum servitium im pago Nortgaoe, Luttraof et Ingoldesstat»).

A *Ordinatio imperii* não agradou a Bernardo, que fora reconhecido como rei da Itália desde a morte de seu pai Pepino (filho de Carlos Magno que, na partilha de 806, recebera a Itália).

O jovem rei não aceitou ser vassalo de Lotário e revoltou-se, mas foi vencido e condenado à morte. Luís, o Piedoso, poupou-lhe a vida, porém fê-lo cegar. Bernardo não resistiu ao sofrimento e morreu. Esse fato repercutiu profundamente no espírito do Imperador. Thegan narra que ele «chorou amargamente por não havê-lo impedido e fez penitência».

818 — O imperador empreendeu uma campanha contra os bretões revoltados sob a chefia de Morman.

A imperatriz Hermengarda, que havia acompanhado o marido nessa expedição, adoeceu gravemente, tendo falecido pouco depois da vitória de Luís sobre os rebeldes. O imperador ficou tão impressionado com essa morte que se temeu seu ingresso num mosteiro. Procurou-se então levá-lo a contrair novas núpcias. O biógrafo (Astrônomo) narra: «Finalmente, depois de haver examinado todas as filhas dos nobres, que lhe levavam de todos os lugares, escolheu por esposa Judite, filha do Conde Welpo» *(Vita Ludovici)* (819). A nova imperatriz era bela, inteligente, ambiciosa e adquiriu, em breve, completa ascendência sobre o monarca.

822 — Luís, o Piedoso, convoca uma Assembléia Geral em *Attigny*. O imperador fez então penitência pública por certos atos que lhe atormentavam a consciência, como v.g., a morte de Bernardo, etc... O já citado Astrônomo observa: «A penitência foi tal que fazia crer que as penas com as quais os culpados haviam sido legitimamente punidos tinham por único motivo a crueldade do imperador».

823 — Em junho desse ano Judite dá à luz aquele que seria mais tarde o imperador Carlos, o Calvo. O nascimento de mais um filho criava para Luís o problema da revisão da *Ordinatio* de 817. A essa revisão se opunha o abade Wala, primeiro ministro do imperador. Judite conseguiria afastá-lo e substituí-lo por Bernardo de Septimânia.

829 — Numa Dieta, em Worms, o imperador, na presença de seus filhos Lotário e Luís resolve fazer a Carlos, então com seis anos, uma doação abrangendo a Alemanha, a Alsácia, a Récia e parte da Borgonha. Essa resolução imperial desencadearia uma verdadeira tempestade no Império. Wala fomenta a revolta dos filhos do primeiro leito. Para compreendermos o caos e a rebeldia resultantes da partilha de 829 convém esclarecer que a mesma não implicava somente em modificação territorial das partes já atribuídas aos três filhos mais velhos. Na realidade essa modificação acarretava o rompimento de uma longa cadeia de juramentos de fidelidade que se havia estabelecido em torno de cada um dos três herdeiros. Essa transferência de suserania provocava descontentamentos e irritava uma multidão de interessados. As dissensões e rebeldias culminam no ano 833.

833 — Luís, o Piedoso, marcha com um exército contra seus filhos revoltados. Encontra-os nas proximidades de Colmar, num local chamado Rothefeld (Campo Vermelho) e que, em virtude da traição feita ao imperador pelos que o abandonaram, passaria a chamar-se Lügenfeld (Campo da Mentira). Eis a narrativa de Thegan sobre os acontecimentos em tela: «Depois da Páscoa ele ouviu que seus filhos queriam novamente procurá-lo com intenções não pacíficas *(ad eum venire voluissent non pacifice)*: reuniu um exército e marchou ao encontro dos mesmos até uma vasta planície situada entre Argentária e Basiléia que ainda hoje se chama Campo da Mentira (Campus Mendacii), porque aí a fidelidade de muitos se extinguiu *(eo quod ibi plurimorum fidelitas extincta sit)*. Seus filhos foram diante dele com o papa Gregório. Mas o pai em nada quis consentir de suas exigências. Alguns dias após houve um colóquio entre o Imperador e o papa. Não falaram por muito tempo... Então alguns resolveram abandonar o imperador e juntar-se aos filhos, em primeiro lugar aqueles que já o haviam ofendido; depois, os demais; nesta noite a maior parte abandonou-o, deixaram suas tendas e dirigiram-se para junto dos filhos. Na manhã seguinte aqueles que haviam permanecido vieram ao imperador. Este ordenou-lhes: '«Ide juntar-vos a meus filhos. Não quero que percam a vida ou algum membro por minha causa'». Em lágrimas se afastaram» (Thegan, *De gestis Ludovici Pii*).

Por fim o próprio imperador resolveu entregar-se aos filhos (30 de junho de 833). Judite, que o acompanhava, foi enviada ao acampamento de Luís, o Germânico, enquanto que o monarca e seu filho Carlos ficavam prisioneiros de Lotário. «A sucessão de Luís, o Piedoso, foi, desde então, considerada aberta. Sem outra forma de processo, o imperador era considerado deposto; a autoridade voltava a Lotário, de acordo com as estipulações de 817. Tristemente o papa constatava que o haviam comprometido em uma aventura sem glória. Ele retomou caminho da Itália cheio de dor, seguido de Judite a quem se indicou para permanência a cidade de Tortona. Carlos, seu jovem filho, causa bem involuntária de toda essa confusão — ele tinha apenas dez anos — foi enviado para Ardenne, no mosteiro de Prüm. O imperador Luís se encontrava agora sozinho, face a face com seus inimigos».[27]

Numa assembléia reunida em Compiègne na qual tomavam parte entre outros eclesiásticos Agobardo, arcebispo de Lião e Ebon, arcebispo de Reims, ficou resolvido que Luís deveria fazer uma penitência pública em conseqüência da qual (segundo os canonistas da época) ele estaria impedido de retomar suas funções governamentais. Legitimar-se-ia, assim, ao olhos do povo, a transferência do poder para Lotário. A cerimônia de abdicação teve lugar na basílica de Saint-Médard de Soissons (outubro de 833). O soberano degradado à situação de penitente público, retirou-se para o convento de Saint-Médard, donde se transferiu depois para Compiègne e para Aix.

Excluído Carlos da sucessão, Lotário partilha os domínios do filho mais moço: «doa a Luís a Baviera, a Alemanha, a Austrásia, a Turíngia e a Saxônia; a Pepino uma parte dos territórios entre o Loire e o Sena; conserva todo o restante para si».[28]

A deposição de Luís, o Piedoso, despertou uma viva indignação no Império. O pequeno tratado escrito por Rabano Mauro «Sobre o respeito que os filhos devem a seus pais e os súditos a seus soberanos» *(De reverentia filiorum erga patres et subditorum erga reges)* é um reflexo da reação que se desencadeou em favor do velho imperador.

Luís e Pepino revoltam-se contra Lotário (834). Luís, o Piedoso, é libertado em companhia de Carlos e Lotário é obrigado a retirar-se. Os bispos que haviam contribuído para a abdicação forçada restabeleceram o monarca na dignidade imperial em cerimônia realizada na igreja de Saint-Denis (março de 834). No ano seguinte, na antiga catedral de Saint-Etienne de Metz celebrou-se a solene reconciliação do imperador com o episcopado (fevereiro de 835). O próprio Ebon declarou alto e bom som que Luís, o Piedoso, havia sido injustamente deposto, fato esse que não impediu a punição do arcebispo de Reims e de outros colegas no episcopado.

Em 837 o imperador atribuiu ao jovem Carlos um extenso território abrangendo aproximadamente a antiga Austrásia e a Nêustria. «Não se tratava somente de uma garantia para o futuro; desde logo davam-lhe a suserania sobre os bispados, abadia, condados, bens dominiais compreendidos nesses limites; os titulares dessas diferentes funções prestaram-lhe imediatamente o juramento de fidelidade».[19]

Luís, o Germânico, discordando dessa resolução do pai, aproxima-se de Lotário, mas é privado de uma parte de suas possessões na dieta de Nimegue (junho de 838). Em dezembro de 838 morre Pepino deixando dois herdeiros de menor idade. A imperatriz Judite, para favorecer seu filho Carlos, em detrimento dos herdeiros de Pepino, provoca um desentendimento entre Lotário e seu irmão Luís. Em 839 Lotário comparece à dieta de Worms como protetor de Carlos. O imperador estabelece então uma nova partilha do Império.

Luís, o Germânico, permanece com a Baviera. O restante é dividido em duas metades que, *grosso modo*, estavam separadas pelo Mosa a partir de suas embocaduras até a fonte e por uma linha que seguia o Saône e o Ródano até o lago Leman. A Itália pertencia à parte Oriental. Lotário, a quem mais uma vez era reconhecida a dignidade imperial, escolheu essa porção oriental. A metade ocidental ficava para Carlos. A administração completa só caberia aos dois soberanos após a morte do pai.[20]

Luís, o Piedoso, veio a falecer em 20 de junho de 840, aos sessenta e quatro anos de idade quando se dirigia contra seu filho Luís, nas proximidades de Mogúncia. Seu corpo foi sepultado em Metz na basílica de Saint-Arnoul onde sua mãe Hildegarda havia sido também enterrada.

b) *O juramento de Estrasburgo e o tratado de Verdun* — Luís, o Piedoso, moribundo, havia enviado a Lotário as insígnias da dignidade imperial. A ambição desmedida do detentor do título imperial, que reclamava a obediência de todos, despertou a união e a revolta de seus irmãos. Luís, o Germânico (essa designação provém dos territórios que lhe haviam sido designados), e Carlos infligiram ao irmão uma sangrenta derrota na planície de Fontenoy-en-Puisaye, nas proximidades de Auxerre, aos 25 de junho de 841. Os soberanos vitoriosos cimentam sua aliança através do famoso juramento de Estrasburgo (14 de fevereiro de 842), documento esse de grande relevância histórica e filológica.

Carlos prestou seu juramento em língua tudesca a fim de ser entendido pelos súditos de Luís e este usou a língua «romana» para que fosse compreendido pelos súditos do irmão.

O texto dos juramentos de Estrasburgo foi-nos conservado por Nithard, neto de Carlos Magno. Vamos reproduzir abaixo o texto original com a respectiva tradução:

«Lodhuvicus, quoniam major natu erat, prior haec deinde se servaturum testatus est:

«Pro Deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament, d'ist di in avant, in quant Deus savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fradre Karlo et in aiudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit som fradra salvar dift, in o quid il mi altresi fazet et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai, qui meon vol, cist meon fradre Karle in damno sit».

Quod cum Ludhovicus explesset, Karolus teudisca lingua sic hec eadem verba testatus est.

«In Godes minna ind in thes christianes folches ind unser bedhero gehaltnissi, fon thesemo dage frammordes, so fram so mir Got geuuizci indi mahd furgibit, so haldih thesan minam bruodher, soso man mit rehtu sinan bruher scal, in thiu thaz er mig so sama duo, indi mit Ludheren in nonheiniu thing ne gegango, the, minan uuillon, imo ce scadhen uuerdhen».

Sacramentum autem quod utrorumque populus, quique propria lingua, testatus est, romana lingua sic se habet.

Si Lodhuuigs sagrament que son fradre Karlo jurat conservat et Karlus, meos sendra, de suo part non l'ostanit, si io returnar non l'int pois, ne io ne neuls cui eo returnar int pois, in nulla aiudha contra Lodhuuing nun li iu er».

Teudisca autem lingua:

«Oba Karl then eid then er sinemo bruodher Ludhuuuige gesuor geleistit, indi Ludhuuuig, min herro, then er imo gesuor forbrihchit, ob ih inan es iruuenden ne mag, noh ih noh thero nohhein, then ih es iruuenden mag, uuidhar Karle imo ce follusti ne uuirdhit».

Quibus peractis Lodhuwicus Renotenus per Spiram et Karolus juxta Wasagum per Wizzunburg Warmatiann iter direxit».

Eis uma tradução livre:[21]

«Luís, por ser mais velho, jurou em primeiro lugar observar os compromissos assumidos:

«Pelo amor de Deus e pelo povo cristão e nossa comum salvação a partir de hoje, na medida em que Deus me der saber e poder, eu socorrerei esse meu irmão Carlos com minha ajuda e em todas as coisas assim como se deve socorrer seu irmão, segundo o direito, sob condição de que ele faça outro tanto por mim, e não terei jamais com Lotário nenhuma audiência que, por minha vontade, possa ser prejudicial a meu irmão Carlos aqui presente».

Quando Luís terminou, Carlos repetiu a mesma fórmula em língua tudesca:

«Pelo amor de Deus e pela salvação do povo cristão e a salvação de nós ambos, desse dia em diante, na medida em que Deus me der ciência e poder, eu socorrerei esse meu irmão como se deve socorrer, segundo o direito, seu irmão, sob condição de que ele faça outro tanto por mim, e não entrarei em qualquer entendimento com Lotário que, por minha vontade, possa ser-lhe prejudicial».

E o juramento que cada nação pronunciou em sua própria língua está assim concebido.

Em língua romana:

«Se Luís observa o juramento que ele presta a seu irmão Carlos e se Carlos, meu senhor, de seu lado, não o observa, se eu não puder dissuadi-lo, nem eu nem algum daqueles que eu puder dissuadir, nós não lhe prestaremos nenhum auxílio contra Luís».

E em língua tudesca:

«Se Carlos observa o juramento que ele prestou a seu irmão Luís e se Luís, meu senhor, rompe aquele que ele lhe jurou, se eu não puder dissuadi-lo, nem eu nem algum daqueles que eu puder dissuadir, nós não lhe daremos nenhuma ajuda contra Carlos».

Esses compromissos assumidos, Luís partiu ao longo do Reno: por Espira, e Carlos, ao longo dos Vosges, passando por Wissenburgo, dirigiu-se para Worms».

Em agosto de 843 os três irmãos (Lotário, Luís, o Germânico, e Carlos) firmavam o famoso tratado de Verdun (trata-se de Verdun-sur-Meuse e não de Verdun-sur-le Doubs). Infelizmente não possuímos o texto do tratado, mas a divisão territorial nele determinada pode ser reconstituída graças aos tratados subseqüentes que as modificaram ou confirmaram e às fontes narrativas e diplomáticas que se referem direta ou indiretamente ao dito tratado.[22]

Os *Annales* de Fulda assim registraram o acontecimento: «Descripto regno a primoribus et in tres partes diviso, apud Viridunum Galliae civitatem tres reges mense augusto convenientes regnum inter se dispertiunt. Et Hlodowicus quidem orientalem partem accepit, Karolus vero Occidentalem tenuit. Hlutharius, qui major natu erat, mediam inter eos sortitus est portionem. Factaque inter se pace et juramenta firmata, singuli ad disponendas tuendasque regni sui partes revertuntur».

Tradução livre:

«O reino, tendo sido inventariado pelos grandes e dividido em três partes, os três reis se reuniram em Verdun, cidade da Gália, no mês de agosto e fizeram entre si a partilha. Luís recebeu a parte oriental, Carlos teve a parte ocidental. Lotário, que era o mais velho, escolheu entre eles a porção média. Após haverem feito a paz e trocado juramentos, cada um retornou a fim de proteger e organizar as partes de seu reino».

De acordo com o tratado, Carlos recebia a região situada a oeste do Escalda, do Mosa, do Saône e do Ródano, inclusive a Marca da Espanha. A Luís, o Germânico, cabiam as regiões situadas na margem direita do Reno, mais o arcebispado de Mogúncia, e a Récia.

Lotário conservava o título imperial, e uma faixa de território que ia da Frísia à Campânia na Itália.[23]

Sobre Verdun convém fazer as seguintes e breves considerações:

1) O tratado transformou a unidade imperial concreta em uma unidade imperial ideal que aparecerá doravante para os homens medievais como uma solução difícil de ser atingida. A dignidade imperial se torna uma simples preeminência, pois, na realidade, os três estados resultantes da partilha revestem um caráter de independência.

2) As fronteiras artificiais estabelecidas em Verdun não levaram tanto em consideração as particularidades lingüísticas mas procuraram dar a cada um dos interessados uma parte da antiga região franca entre o Meno médio e o Sena. Como nas partilhas efetuadas anteriormente, as fronteiras de cada porção eram constituídas pelos limites dos condados.

E' principalmente no território atribuído a Lotário que chama a atenção o artificialismo da partilha. Com efeito, ao contrário do que acontecia com as porções de Carlos e de Luís (as quais apresentavam viabilidade de governo), o corredor que se estendia por cerca de dois mil quilômetros desde as embocaduras do Weser e do Reno até ao sul da embocadura do Tibre e no qual viviam frisões, flamengos, provençais e italianos, estava destinado a um fracionamento geográfico inevitável: Itália, Borgonha e Lorena. A partilha de Verdun criava sérios problemas que seriam, em breve, causas de cruéis lutas fratricidas e de rivalidades intermináveis.

3) E' curiosa a interpretação que Jacques Pirenne empresta ao tratado em tela: «Em suma, cada reino representava um todo homogêneo. Estavam lançadas as bases da França e da Alemanha, entre as quais a Lotaríngia, por seu caráter de grande via econômica, anunciava os futuros estados da Holanda, Bélgica-Luxemburgo, Alsácia-Lorena, Suíça, Provença e Lombardia. Foi a primeira tentativa de estabelecer um equilíbrio europeu. Foi, em suma, uma obra de sabedoria no fato de haver tomado como base dos Estados sua estrutura social e sua vida econômica».[24]

Sobre essa interpretação de Pirenne, Calmette observa:

«Segundo J. Pirenne... ter-se-ia procurado criar um equilíbrio em torno do eixo comercial Veneza-Duurstede. E' necessário acautelar-se contra a tentação de atribuir aos homens de Estado de outrora as preocupações econômicas que obcecam os estadistas de hoje».[25]

4) Uma conclusão parece-nos lícita extrair da partilha de 843: encontramos aí as linhas-mestras da futura divisão política da Europa. A parte de Luís, chamada inicialmente *Francia Orientalis*, tornar-se-á o reino da Germânia (ou da Alemanha), a parte de Carlos será a França Ocidental.[26]

c) O *Tratado de Meersen* — O tratado de Verdun havia integrado a Aquitânia na porção correspondente a Carlos, o Calvo, sem levar em consideração as pretensões de Pepino II, neto de Luís, o Piedoso. Assim é que Carlos se viu forçado a conquistar o lote que lhe fora atribuído e onde encontrou pertinaz resistência de Pepino II, que, finalmente, foi terminar seus dias em um convento de Senlis.

Na política externa Carlos teve que enfrentar o problema da Lorena. Lotário, morto em setembro de 855, deixara três filhos: Luís II, que fora elevado à dignidade imperial em 850, conservou a Itália; Lotário II recebeu a parte que passou a ser chamada Lotaríngia ou Lorena. Carlos, o mais jovem, ficou com a Provença e o ducado de Lião. Os dois tios (Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico) acompanham interessados os acontecimentos. Luís, o Germânico, toma a ofensiva e viola a neutralidade da Lorena, aproveitando-se dos embaraços que a invasão normanda criava para seu irmão. Estamos diante do que os historiadores chamam a primeira guerra franco-alemã (858-860). Carlos, o Calvo, entretanto, consegue organizar a resistência e obrigar o invasor a retirar-se. Em Coblença (860) restabeleceu-se o *statu quo*, voltando a prevalecer a chamada *concordia fratrum* (confraternidade) que a Igreja se esforça em impor aos irmãos como algo que deveria substituir a idéia de unidade imperial.

Carlos da Provença que, como já vimos, era o filho mais moço de Lotário teve seus domínios ameaçados não só por seus irmãos como também por seu próprio tio, Carlos, o Calvo. Quando, entretanto, o jovem Carlos faleceu, Luís II (imperador) e Lotário II dividiram entre si os domínios do falecido, ficando o primeiro com a Provença, o condado de Grenoble e as dioceses de Suze e de Grenoble. O segundo recebeu o ducado de Lião propriamente dito.

À morte de Lotário II em agosto de 869 (deixara um filho bastardo incapaz de herdar os domínios do pai) sua herança devia passar para Luís II (irmão do falecido). Este, entretanto, estava ocupado na luta contra os sarracenos na Itália, fato que levou os tios do defunto, Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, a partilharem os despojos pelo tratado de Meersen (agosto de 870). De acordo com esse tratado Carlos, o Calvo, recebia a parte ocidental da Lorena Superior e Inferior,

até Vlie, até o Mosa, o Ourthe, o Mosela, o Marne, o Saône e o Jura. Carlos, o Calvo, conseguiu também apoderar-se do ducado de Lião que Lotário II havia anexado, à morte de Carlos de Provença.

Luís, o Germânico, anexou a parte oriental da Lotaríngia, isto é, todas as regiões situadas além do Reno bem como uma boa parte da região entre o Reno e o Mosa.

O tratado de Meersen, comenta Jacques Pirenne, «marca o fim do Império Carolíngio. Sobre suas ruínas se constituem, de uma parte a França, cuja língua lembra a longa e brilhante civilização que ela representa, e, de outra parte, a Alemanha, estado híbrido formado, a leste do Reno, de tribos mais ou menos autônomas agrupadas em ducados, e, a oeste, de populações atingidas já pela romanização».[27]

[1] Halphen, *Les Barbares*, p. 294.
[2] Previté-Orton, *Edad Media*, I, p. 459.
[3] Idem, ibidem.
[4] Musset, *Les Invasions*, II, p. 164.
[5] Idem, ibidem, p. 165 que acrescenta: "A une exception près, au début du règne de Charles le Simple".
[6] Idem, ibidem.
[7] Pacaut, *Les Structures*, p. 124.
[8] Idem, ibidem, p. 124s.
[9] Os textos aqui citados foram extraídos de Pacaut, *Les Structures*, p. 134 e de Gothier, *Recueil...*, p. 73.
[10] Léonard, *L'Empire*, p. 398.
[11] Sobre Luís, o Piedoso, as fontes literárias mais importantes são os *Annales royales* (autores anônimos) e as duas biografias respectivamente da autoria de Thegan e do Astrônomo. Ambos esses autores merecem crédito. A obra do primeiro possui um apêndice anônimo. Thegan notabilizou-se pela imparcialidade e pelo cuidado com a Cronologia. O apelido de Astrônomo foi dado ao segundo (desconhece-se o verdadeiro nome) porque revela interesse pelos fenômenos celestes.
[12] Amann, *L'Epoque Carolingienne*, p. 202.
[13] As citações de Thegan são extraídas de Funck-Brentano, *Les Origines*.
[14] Funck-Brentano, *Les Origines*, p. 354.
[15] Amann, *L'Epoque Carolingienne*, p. 205.
[16] Calmette, *Le Monde*, p. 104.
[17] Amann, *L'Epoque Carolingienne*. p. 221s.
[18] Pacaut, *Les Structures*, p. 121.
[19] Amann, *L'Epoque Carolingienne*, p. 226.
[20] Idem, ibidem, p. 227.
O autor observa sobre essa divisão entre Lotário e Carlos: "Ceci n'est exact qu'en gros, la répartition était faite par comtés; nous avons la liste des comtés frontières. Voir capitularia, t. II, p. 58".
Pacaut apresenta assim a partilha de 839: "Louis, qui s'est opposé aux vues paternelles, n'aura plus que la Bavière; Lothaire, l'empereur, héritera de l'Italie et des divers pays à l'est du Rhône et de la Meuse n'entrant pas dans les parts de ses frères; Charles règnera sur les contrées sises à l'ouest, auxquelles seront adjoints la Provence et les comtés de Genève, Lyon, Chalon-sur-Saône et Toul" (obra citada, p. 121).
[21] O leitor encontrará o texto original aqui transcrito, apud Calmette, *Textes*, p. 40s. Encontra-se aí também uma tradução francesa que levamos em consideração.
[22] Calmette, *Le Monde*, p. 136.
O leitor encontrará textos referentes ao Tratado de Verdun em Calmette, *Textes*, p. 41ss: Narrativa de Nithard, Annales Xantenses, Annales de Saint-Bertin e Annales de Fulda.
[23] Ver uma relação mais minuciosa da partilha em Pacaut, *Les structures*, p. 122.
[24] Pirenne, Jacques, *Les grands*, II, p. 32.
[25] Calmette, *Le Monde*, p. 136.
[26] Notar a observação de Amann *(L'Epoque)*: "Les contemporains disent, quand ils veulent être précis, 'le royaume de Charles'. Les lettres pontificales parlent assez souvent de Gallia. Le terme de *Francia* s'applique plutôt à l'ancien domaine des Francs et spécialement à la partie relevant de Lothaire".
[27] Pirenne, *Les grands courants*, II, p. 33.

Parte II

HISTÓRIA POLÍTICA
DOS PRINCIPAIS ESTADOS DA EUROPA FEUDAL

INTRODUÇÃO

O OBJETIVO desta segunda parte é proporcionar ao leitor um resumo dos principais acontecimentos que constituem a História política dos estados europeus durante o período focalizado na *História do Mundo Feudal.*

Para maior clareza vamos, sempre que possível, expor esses acontecimentos de acordo com a sucessão de cada reinado dos numerosos soberanos que, durante séculos, formaram as célebres dinastias européias. Torna-se, entretanto, necessário advertir o leitor de que os monarcas citados nem sempre estiveram revestidos de uma autoridade que lhes atribuísse o papel decisivo de condutores dos eventos. Não esqueçamos que nos encontramos em face de monarquias feudais conflitantes não raro com vassalos poderosos. A estes coube, muitas vezes, a palavra decisiva no rumo da História. Um indício dessa situação é, por exemplo, o fato de, na França, na época situada entre o início do século X e o fim do século XIII encontrarem-se, freqüentemente, informações mais interessantes e abundantes nos Anais de um ducado ou de um condado que nos próprios Anais reais.

Para que o leitor tenha uma idéia mais exata do verdadeiro papel da monarquia durante a época feudal, indispensável será o estudo da evolução das instituições político-sociais. Esse estudo será feito em capítulo especial em outro volume da *História do Mundo Feudal.*

CAPÍTULO I

A França

Introdução

INICIAREMOS nosso estudo com a França feudal. Desde logo surge-nos a interrogação: que se entende pelo vocábulo *França*, na época em tela? Note-se que, embora a fórmula encontrada nos diplomas reais seja *Regnum Francorum* (Reino dos Francos), os textos do século X já empregam a expressão *Regnum Franciae* (Reino da França), o que sugere a existência dessa unidade político-geográfica não somente nas fórmulas de chancelaria mas na opinião e no modo de falar dos habitantes. «Há um reino da França por oposição ao Império e aos principados cristãos e muçulmanos da Espanha. Os Capetíngios são reis da França porque são mantidos pela forte tradição popular que os carolíngios criaram: o estudo das cláusulas finais das cartas mostra que eles são reconhecidos como tais até as longínquas fronteiras meridionais, senão de fato, ao menos de direito».[1]

Evidentemente os limites territoriais desse «Regnum» estavam longe de coincidir com as atuais fronteiras da França. Não coincidiam nem mesmo com o quadro territorial da Gália Antiga romana que fora mutilado pelo tratado de Verdun. Alguns autores, tentando caracterizar geograficamente o *Regnum* e pretendendo simplificar o problema, enquadram-no entre os quatro rios: Escalda, Mosa, Saône e Ródano.

Eis, a seguir, uma descrição mais exata dos limites do reino em tela, no tempo dos últimos carolíngios e dos primeiros capetíngios: «começando na foz do Escalda e englobando a região de Waes e Gand, seguia aproximadamente esse rio, deixando Tournai e Valenciennes para a França, Cambraia para o Império. Das fontes do Escalda a linha fronteiriça se dirigia de oeste para leste até o Mosa, do lado de cá do Hainaut e de Meaubeuge, que dependiam do Império. Em seguida desviava-se em direção sul, separando a Champanha da Lorena, depois, o ducado de Borgonha do Condado de Borgonha (Franco-Condado), afastando-se pouco do curso do Saône. Dizem, para simplificar, que seguia o Ródano. Na realidade, o Lyonnais, o Forez, o Viennois, o Vivarais encontravam-se fora da França. No sul, ao contrário, a fronteira do reino estendia-se além dos Pireneus, desde a diocese de Urgel até

a de Barcelona, e Borel, conde de Barcelona, invocava contra os árabes o socorro de seu distante senhor Hugo Capeto».[2]

Restabelecer em proveito próprio os limites da Gália Antiga constituiria, mais tarde, um alvo permanente dos reis franceses.

Qual o aspecto político-administrativo apresentado pelo território compreendido nos limites acima descritos?

No decurso do século X a França dos últimos Carolíngios e dos primeiros Capetíngios estava constituída por um conjunto de províncias vinculadas entre si apenas pela autoridade teórica do rei e divididas em circunscrições administrativas em que dominavam os senhores com título de *comites*, donde a designação de *condado* que substituiu a mais antiga, *pagus*.

O grande acontecimento da História da França no século X é o advento dos Capetíngios. Convém repetir a observação de Seignobos: «Embora os documentos sejam raros sobre os séculos X e XI, estamos contudo mais ou menos informados sobre a realeza. Houve sempre cronistas para narrar as aventuras do rei e de todos os reis se conservaram alguns testemunhos autênticos. Mas sua história foi durante muito tempo mal compreendida porque os historiadores, habituados a verem a realeza hereditária, imaginavam que a França havia passado sucessivamente sob três famílias reais chamadas também «raças»: os Merovíngios, até 753, os Carolíngios até 987, os Capetíngios. E' essa a sucessão das três dinastias que se ensinava nas escolas. De fato, o título de rei até o século XI permaneceu pessoal, sem estar ligado a nenhum território fixo. O poder real do rei dependeu de seu caráter pessoal e das condições sempre variáveis das quais ele extraía os meios práticos para se fazer obedecer».[3] Ainda o mesmo autor: «A data (987) adotada pelos historiadores para assinalar o advento da terceira dinastia dos reis de França, que eles chamavam *Capetíngia*, marca somente o momento a partir do qual o título de rei foi levado sem interrupção pelos descendentes de Roberto. Não foi uma revolução; a única novidade é que, a partir de Hugo, feito rei em 987, o título permaneceu sempre na mesma família. O próprio nome de *Capetíngios* só foi inventado mais tarde. Parece ter sido um sobrenome dado ao duque Hugo (*Cappatus*, homem de capa), por causa da capa de S. Martinho. E' a origem da casa de França, a mais antiga família da Europa, a única cuja genealogia remonta até o século IX».[4]

Encerraremos essas observações iniciais com alguns exemplos e breves considerações em torno das fontes que se encontram à disposição do historiador respectivamente sobre os últimos Carolíngios, os chamados Capetíngios diretos e os Valois.

Sobre os últimos Carolíngios convém notar que a época em que reinaram os filhos e netos de Luís, o Piedoso, caracteriza-se, na Literatura, pelo florescimento do gênero analístico. Assim é que, para um estudo da França de Carlos, o Calvo, a melhor fonte são os chamados *Annales* de Saint-Bertin (*Annales Bertiniani*).

Os *Annales Fuldenses* são para a história da Alemanha o que os precedentes são para a história da França.

Outro texto é o dos *Annales* de Saint Vaast *(Annales Vedastini)* que versam sobre os acontecimentos compreendidos entre 874-900. Ainda a título de exemplo de fontes para o estudo dos últimos Carolíngios podemos lembrar a *Crônica* de Reginon, abade de Prüm (trata dos acontecimentos até 906) e as coleções de cartas e de diplomas.

O estudo da história dos Capetíngios diretos nos põe em contacto com as mais diversas fontes no que tange à qualidade. Convém sublinhar o fato de que no século XI não aparece na França, nenhum historiador digno desse nome. Essa carência tem uma explicação fácil: a vida política e social se desagrega. Os acontecimentos possuem um caráter regional. «A vida é toda local; a historiografia igualmente. Vive-se e escreve-se à sombra de uma igreja, de um mosteiro».[5] As obras históricas possuem um horizonte restrito e são escritas sob os auspícios de um senhor feudal ou de uma abadia.

A título de exemplo de obras concernentes diretamente aos primeiros Capetíngios, lembremos a *Vita Rotberti regis* (Vida do rei Roberto) de autoria do monge Helgaud e a coleção de documentos referentes ao reinado de Filipe I. Já com Luís VI, o primeiro dos grandes Capetíngios, «começa a série de biografias capetíngias e a historiografia oficial ou oficiosa da casa reinante».[6]

Citemos, sempre a título de exemplo, os textos reunidos por Suger, abade de Saint-Denis, contemporâneo de Luís VI. Esses textos, no decurso de diversos reinados sucessivos, foram completados com numerosas adições redigidas na famosa abadia, formando as *Crônicas de Saint-Denis.*

De vita sua (obra que pode ser considerada como «memórias») da autoria de Guibert Nogent († 1130), *Gesta Philippi regis* (sobre o reinado de Filipe Augusto) de Rigord († 1209 ?), coleções de textos diplomáticos, etc... são outros tantos exemplos de fontes para a História dos Capetíngios em plena ascensão.

A vida de S. Luís, de Joinville, Crônicas, cartas, etc., informam-nos sobre o apogeu da dinastia e os últimos Capetíngios diretos.

O historiador dos primeiros Valois dispõe de uma documentação bem mais abundante que a relativa aos Capetíngios.

Além dos documentos arquivados, estamos em face de uma historiografia contemporânea abundante. Vejamos alguns exemplos. Para os reinados de Filipe VI e de João, o Bom, dispomos das *Grandes Chroniques de France*, exposição oficial feita por Pierre d'Orgemont, chanceler de Carlos V, e da *Chronique de Jean le Bel.* O trabalho do Cônego João, o Belo, narra os acontecimentos de 1329 a 1361.

Lembremos o cronista por excelência do século XIV, Jean Froissart. Suas Crônicas são consideradas por muitos como a obra-prima da história medieval francesa. Note-se, contudo, que Froissart teve Jean le

Bel não só como precursor, mas também como verdadeiro modelo, reproduzindo-o, às vezes, pura e simplesmente.

Outras obras que constituem fontes para o estudo da época dos Valois são: *Chronique de Charles VI* redigida por Jouvenel des Ursins; o *Journal d'un bourgeois de Paris*, de autor anônimo; a *Chronique de Perceval* de Cagny que fala de Joana d'Arc.

No capítulo referente à Literatura do Mundo Feudal reservaremos um item especial para a historiografia. Completaremos, então, a breve relação de obras ora citadas e diremos algumas palavras sobre o valor das mesmas como fonte histórica. O que se escreveu até aqui a propósito das fontes serviu apenas para alertar o leitor a respeito do que existe e também do que falta para alicerçar convenientemente a exposição da História da França feudal.

1. Os últimos Carolíngios

Depois do longo reinado de Carlos, o Calvo, os Carolíngios vão ainda ocupar o trono por mais de um século. Observe-se, entretanto, que esse dilatado período assinala uma acentuada decadência do poder desses soberanos cujo título real é devido principalmente ao enorme prestígio que a lembrança de Carlos Magno empresta às figuras apagadas de seus descendentes. E convém chamar a atenção para o fato de que foi exatamente no século X que assume amplitude a lenda criada em torno do restaurador do Império no Ocidente.

Na primeira parte deste volume o leitor já terá encontrado a explicação suficiente para o desmoronamento da autoridade dos soberanos carolíngios. Acrescentemos apenas uma outra razão importante: as pretensões e tentativas dos primeiros Carolíngios reinantes na França Ocidental no sentido de conquistar o título imperial. Para conseguirem o indispensável apoio a essas aspirações, os reis tiveram que abrir mão de uma série de regalias em favor da Igreja e dos grandes senhores que passaram a contituir principados poderosos tornando a autoridade real meramente teórica. Explica-se, assim, o fracionamento político do reino. «O reino está, agora, partilhado em principados independentes: em primeiro lugar os ducados, França, Borgonha, Aquitânia, Normandia, correspondentes aos grandes grupos étnicos, uns, prolongamentos de antiqüíssimos reinos bárbaros, e o último formado pelas recentes invasões; outros, também, constituídos ao redor de certos condados, os de Flandres, de Vermandois, de Champanha, de Anjou, de Tolosa, cujos titulares conseguiram impor-se à aristocracia regional. Os senhores desses agrupamentos políticos continuam a ser, como os funcionários carolíngios de que descendem, os fiéis do rei, mas este laço de vassalagem já não engendra qualquer verdadeira subordinação; o «bando», o poder de regulamentar e punir, que seus antepassados detinham por delegação real, tornou-se propriedade hereditária; exercem-no, agora, sem qual-

quer controle. A dissolução do poder soberano é ainda mais avançada na parte meridional do reino, onde as instituições vassálicas carolíngias não se implantaram com tanta solidez; lá, nos últimos anos do século X, os próprios condes perdem sua preeminência e os direitos realengos são açambarcados, em cada cantão, ou por um estabelecimento religioso beneficiário de um privilégio de imunidade, ou pelo guardião, agora independente, de uma antiga fortaleza pública».[7]

O leitor terá, desde logo, sentido que nos encontramos em plena formação da estrutura político-social feudal.

Convém ainda chamar a atenção para um fato que constitui indício seguro da decadência carolíngia na França. E' que, durante o século X, em mais de uma ocasião (como se verá mais adiante) um soberano carolíngio foi substituído no trono por um grande vassalo escolhido quase sempre entre os descendentes de Roberto, o Forte, que lutara contra os normandos.

Os afastamentos dos Carolíngios foram, entretanto, breves por uma simples razão: a morte desembaraçava-os dos rivais e eles conseguiam, então, retornar ao trono. A escolha de Hugo Capeto em 987 assinalou porém o término definitivo da dinastia carolíngia. Convém aqui evitar um equívoco. Essa escolha não pode ser interpretada pura e simplesmente como uma vitória dos descendentes de Roberto, o Forte, sobre os Carolíngios. Na realidade o poderio dos primeiros não era, nessa época, muito superior ao dos segundos. Os senhores feudais é que davam o tom e, por ocasião da escolha de Hugo, não se pensava em perpetuar uma determinada família no trono.

Carlos, o Calvo (840-877). — No capítulo IV da primeira parte já expusemos alguns acontecimentos do longo reinado de Carlos, o Calvo. Vamos completar brevemente as informações prestadas focalizando alguns dos principais fatos que se sucederam após o Tratado de Meersen (870).

Em agosto de 875 faleceu o imperador Luís II sem deixar herdeiro do sexo masculino. Abria-se, assim, a sucessão imperial à qual concorria, de um lado, o ramo alemão e, de outro lado, o ramo francês da família Carolíngia. O papa João VIII, de acordo com as principais autoridades eclesiásticas e com o próprio senado romano, fez que fosse aclamado imperador Carlos, o Calvo. Este, entretanto, ao tomar conhecimento da morte de seu sobrinho (Luís II era filho do imperador Lotário, falecido em setembro de 855), dirigiu-se para a Itália onde, provavelmente em Pavia, encontrou-se com os emissários do papa. A 25 de dezembro de 875 o neto de Carlos Magno era solenemente coroado imperador em Roma.

Enquanto se processava a cerimônia imperial, Luís, o Germânico, que invadira parte da Lotaríngia, instalava-se em Attigny numa das residências preferidas pelo novo imperador. No início de 876 Luís, talvez por causa de oposições encontradas (como v.g. a de Hincmar

de Reims), retirou-se para seus territórios. Em 5 de janeiro deste ano Carlos, o Calvo, abandonava Roma e, em fevereiro, recebia na cidade de Pavia as homenagens dos grandes do reino da Itália. Em abril de 876 o imperador encontrava-se em Saint-Denis. Ao saber da morte do irmão (Luís, o Germânico, falecera em agosto), Carlos o Calvo invade a Alemanha entre o Mosa e o Reno. Marcha diretamente sobre Metz, dirigindo-se, depois, para Aix e Colônia, mas é batido em Andernach (8 de outubro de 876) por seu sobrinho Luís, o Jovem. Enquanto isso os normandos ocupam o Sena até Saint-Denis e o imperador compra novamente sua retirada pela soma de cinco mil libras de prata. Note-se que Carlos, o Calvo, já agira de modo semelhante em 845. Solicitado pelo papa a fim de socorrer a península ameaçada pelos sarracenos, Carlos dirige-se à Itália, depois de haver tomado medidas acauteladoras na Assembléia de Quiersy (junho de 877) em que foi promulgado o já citado capitulare. O imperador e o papa encontraram-se em Verceil e ambos entraram em Pavia em setembro (877). Mas o imperador se viu impedido de cumprir a missão que o levara à península, por três razões:

a) ataque movido por Carlomano, filho de Luís, o Germânico, que reuniu um grande exército composto de germanos e eslavos;

b) revolta de grandes personagens do reino inconformados com a ausência de Carlos no momento em que os normandos assolavam a França;

c) seu precário estado de saúde que o levou à morte quando, de volta à pátria, havia atravessado o Mont-Cenis (6 de outubro de 877).

Em outro volume da ***História do Mundo Feudal*** falaremos sobre a atuação de Carlos, o Calvo, em face da cultura.

Luís, o Balbo (877-879). — Desde 870, em Reims, Luís, o Balbo, filho de Carlos, o Calvo, fora reconhecido como herdeiro do trono. Em Compiègne, a 8 de dezembro, o novo soberano foi sagrado e coroado por Hincmar. Note-se que o filho de Carlos, o Calvo, renunciara voluntariamente à dignidade imperial que ele julgara por demais onerosa.

Apesar de cercar-se de bons conselheiros (entre os quais figurava Hincmar de Reims), o soberano de trinta e um anos não pôde impedir o processo de esfacelamento da autoridade real tornada cada vez mais teórica diante da crescente independência condal. Após um breve reinado, Luís, o Balbo, faleceu (abril, 879) deixando o trono a seus dois filhos Luís III e Carlomano.

Luís III († 882) e *Carlomano* († 884). — Luís III recebeu a Nêustria, Carlomano a Borgonha e a Aquitânia. Para evitar as ameaças de Luís, o Jovem, filho de Luís, o Germânico, os novos soberanos tiveram que ceder a Lorena francesa.

Na bacia inferior do Ródano, Boson, filho do conde de Autun, constitui-se para si um verdadeiro reino abrangendo as seguintes regiões: Lyonnais, Viennois e Provença.

Uma assembléia reunida em Mantailles no Viennois proclamou o novo rei. Carlomano reagiu contra a usurpação sitiando Viena (na Gália) onde se encontrava a esposa de Boson. O rei carolíngio entretanto teve que atender ao apelo dos grandes do reino para que enfrentasse os normandos. Em 882 morre Luís III. Neste mesmo ano os normandos incendeiam Liège, Cambraia, Colônia, o palácio de Aix-la-Chapelle, Prüm, Treves e inúmeros mosteiros. Carlomano consegue, então, pôr em fuga um forte bando de piratas que regressavam de Reims carregados de presas de guerra. Apesar dessa vitória, o rei se vê obrigado, em 884, a comprar por elevado preço a retirada dos normandos. Carlomano morreu vítima de um acidente de caça em dezembro de 884.

Carlos, o Gordo (885-888). — O filho póstumo de Luís, o Balbo, aquele que seria mais tarde conhecido como Carlos, o Simples, contava apenas cinco anos de idade e não estava, pois, em condições de assumir a coroa. Os grandes do reino, apavorados com a ameaça dos normandos que, ao saberem da morte de Carlomano, haviam reiniciado as devastações, resolveram entregar o reino a Carlos, o Gordo, último filho de Luís, o Germânico, a quem o papa João VIII havia conferido o título imperial em fevereiro de 881. Os *Annales Bertiniani* (de Saint-Bertin) narram que os grandes mandaram suplicar ao imperador que viesse tomar posse do reino, e foram até Gondreville «onde lhe prestaram juramento de fidelidade».

Assim é que o Império de Carlos Magno se encontrava unido novamente sob um mesmo soberano que, entretanto, não estava à altura das altas responsabilidades que lhe pesavam sobre os ombros.

Já mencionamos, no capítulo sobre os normandos, a atitude de Carlos, o Gordo, em face do cerco de Paris: sentindo-se incapaz de lutar contra os piratas, comprou-lhes a retirada. A fraqueza física e moral do imperador levou à sua deposição na Dieta de Tribur (fim de 887). Em janeiro do ano seguinte Carlos, o Gordo, morria abandonado. Ao que parece, foi assassinado.

O cronista Reginon anota: «Os reinos que haviam estado submissos à autoridade de Carlos, o Gordo, se desagregam e se separam de acordo com suas fronteiras: cada um deles se dispõe a escolher um rei tirado de suas entranhas».

Eudes, conde de Paris (888-898). — Eudes, filho de Roberto, o Forte, notabilizara-se, como já vimos, na defesa de Paris contra os normandos. Assim é que, apesar de não possuir uma gota de sangue carolíngio nas veias (fato esse sublinhado pelos cronistas), foi escolhido pelos grandes para rei. Compreende-se essa escolha, e portanto o preterimento do herdeiro legítimo (o futuro Carlos, o Simples), se levarmos em conta a pouca idade deste e a necessidade premente de alguém capaz de defender o país ameaçado pelos ferozes invasores. «Eudes é, pois, rei. E' reconhecido como tal porque se deseja que ele faça pelo reino o que fez por Paris».[8] Os dez anos de reinado de Eudes caracterizam-se:

1) *Pela preocupação em obter o reconhecimento da parte dos demais soberanos carolíngios.* — Note-se, a propósito, que o Império de Carlos, o Gordo, se havia fragmentado em seis estados: França, Lorena, Germânia, Borgonha, Provença e Itália. A França voltara às fronteiras orientais da partilha de Verdun. Entre o Reno, o Escalda e o Mosa se reconstitui a Lotaríngia (Lorena), separando a França do Império Alemão.

2) *Pela luta contra os normandos.* — Eudes, com efeito, não cessa de enfrentar os invasores, obtendo algumas vitórias entre as quais a de *Mont-faucon-en-Argonne* (julho de 888). Mas o novo rei não consegue expulsar os normandos e sofre, até mesmo, uma derrota acidental.

3) *Pela oposição dos legitimistas favoráveis à coroação de Carlos, o Simples.* — Aproveitando-se da derrota supramencionada, Foulques, arcebispo de Reims, coroa Carlos na igreja de Saint-Remy em janeiro de 893.

As duas facções vão digladiar-se em feroz e fatal guerra civil. Por fim estabelece-se um acordo em 897: o carolíngio recebe a cidade de Laon como lugar de refúgio enquanto Eudes retém a coroa e, antes de morrer (1º de janeiro de 898), recomenda a seu irmão Roberto e a seus partidários o reconhecimento de Carlos, o Simples.

Carlos, o Simples[9] (893-929). — Segundo Calmette, Carlos, o Simples, «é um grande rei desconhecido».[10] O apelido que lhe deram, «Simples», tem sido interpretado de modo errôneo pelos historiadores. Na realidade «Simples» significa o oposto de «duplo» e indica que o caráter de Carlos era sincero e honesto, portanto, sem duplicidade. «Esse rei «simples» era, na realidade, um espírito lúcido e resoluto».[11]

Dois fatos importantes do reinado de Carlos, o Simples, merecem ser citados: a fixação dos vikings na Normandia e o problema da Lorena. Quanto ao primeiro (o tratado de Saint-Clair-sur-Epte), tão repleto de conseqüências para o futuro da França, remetemos o leitor para o que já foi escrito no capítulo sobre os normandos.

A leste, Carlos, o Simples, procura reagir contra a negligência de Luís III, de Carlomano e de seu predecessor imediato. Aproveitando as circunstâncias favoráveis, o rei francês marcha sobre Aix-la-Chapelle e consegue agrupar em torno de si os grandes do antigo reino de Lotário II. Embora dessa iniciativa não tenha resultado a anexação da Lorena à França, o ato de Carlos, o Simples, valeu como um grito de

alerta para o futuro, pois, de certa forma, salvou da prescrição os direitos dos sucessores de Carlos, o Calvo.

Carlos, o Simples, tivera o apoio do poderoso duque da Borgonha, Ricardo, o Justiceiro. Este, infelizmente, faleceu em 921 e seu filho Raul (que desposara Ema, filha de Roberto, irmão de Eudes e duque de França), de acordo com o sogro, levanta-se contra o carolíngio.[31] Raul, seu sogro Roberto, o filho deste, Hugo, o Grande, e ainda Herbert de Vermandois, também genro de Roberto, formam uma poderosa aliança contra a monarquia carolíngia. Carlos, o Simples, tem a coragem de lançar-se à luta mas é batido em Laon e vê-se forçado a retirar-se. Roberto se faz, então, eleger rei (junho 922) e é coroado por Gautier, arcebispo de Sens. Estamos em face de um duelo real. O arcebispo Seulf, sucessor de Foulques na sé de Reims, declara-se a favor da legitimidade. Roberto pede o auxílio do soberano alemão (Henrique, o Passarinheiro). Carlos, entretanto, toma a ofensiva em direção a Soissons onde vence uma batalha em que Roberto é morto. Mas os aliados do usurpador morto conjugam seus esforços e derrotam o carolíngio que é obrigado a retirar-se para leste do Mosa. Raul é eleito rei (julho 923) e é coroado em Saint-Médard de Soissons pelo já citado arcebispo de Sens.

Herbert de Vermandois prepara uma armadilha para Carlos, o Simples, aprisiona-o na torre de Peronne e procura usá-lo contra Raul, mas o rei morre misteriosamente em outubro de 929. O desaparecimento de Carlos consolida o poder de Raul que reina até sua morte (janeiro de 936). Dois acontecimentos do reinado de Raul devem ser retidos: a cessão de Bayeux aos normandos e a perda da Lorena para o saxão Henrique I. Este último fato significa um passo atrás na política nacional de Carlos, o Simples.

Antes de prosseguirmos, convém fazer uma observação curiosa. As escolhas reais feitas pelos grandes, em detrimento da dinastia carolíngia, encontrava não raro uma oposição popular que transparece em numerosos textos, principalmente em fórmulas empregadas para datar os acontecimentos. Assim é que encontramos freqüentemente a expressão «à espera de um rei» ou «sob o reinado de Cristo». Um documento do Cartulário de Brioude está datado da seguinte maneira: «No ano depois que os francos despojaram seu rei Carlos e ilegalmente elegeram rei a Raul».

Essas declarações revelam, no fundo, mais que uma fidelidade aos carolíngios. Expressam um fato (a ausência da autoridade real legítima) que justifica plenamente a maior autoridade local e individual. Note bem o leitor: a lealdade aos carolíngios (impossibilitados de reinar) constituía um belo pretexto para a autonomia regional.

Hugo, o Grande, que se encontrava no auge do poder, preferiu reinar através de um carolíngio. Assim é que mandou vir da Inglaterra onde se encontrava refugiado, Luís IV (alcunhado, Luís de Ultramar), filho de Carlos, o Simples.

Luís IV (936-954). — O novo rei carolíngio, sagrado por Artaud, arcebispo de Reims, possui inteligência e energia, não aceitando ser apenas um soberano nominal, joguete nas mãos de Hugo, o Grande. Compreende-se, assim, o inevitável choque entre ambos. Curioso é que tanto Luís IV como Hugo se haviam tornado cunhados de Otão I. Este, aproveitando-se da oposição do duque em relação ao rei, desfecha um ataque contra a França, chegando até o palácio real de Attigny. Em face do ataque externo, as rivalidades interiores cessam e o exército imperial recua (940). Calmette comenta: «Nada é mais honroso para Luís IV de Ultramar que haver cristalizado em torno de si o patriotismo francês sob a forma feudal em face do eterno perigo alemão».[32] Passado o perigo, recomeçam as rivalidades. As relações entre o rei da França e o duque da França tornam-se cada vez mais ásperas. Curioso episódio, que mostra essa tensão crescente, é o acidental aprisionamento do rei pelos normandos e sua entrega a Hugo. Por um momento, Luís IV corre um perigo mortal, mas Otão intervém e consegue a libertação do prisioneiro. Ao soberano germânico interessaria uma França dividida pelas disputas entre a monarquia e os grandes vassalos.

Em setembro de 954, vítima de um acidente, falece Luís IV.

Lotário (954-986). — Lotário, filho mais velho de Luís IV, apesar de contar apenas treze anos, não encontra oposição, tendo sido coroado pelo arcebispo de Reims em novembro de 954. E' bem provável ter Hugo sentido que a rainha-mãe Gerberge (irmã de Otão) assegurava para a posse do novo rei o apoio imperial. Mas o duque da França manifesta pretensões sobre a Borgonha e a Aquitânia. Em 956, entretanto, quando seu prestígio se encontrava no auge, Hugo, o Grande, sucumbe após uma breve enfermidade, deixando como sucessor o filho Hugo Capeto que não possuía as mesmas qualidades que haviam feito a grandeza de seu pai. Com a morte do poderoso duque, Lotário sente-se mais à vontade e, para ter as mãos livres em relação aos senhores feudais, procura cultivar boas relações com Otão, o Grande. Anos mais tarde porém, retomando o ideal de Carlos, o Simples, e de Luís IV, Lotário passa a interessar-se pela Lorena, o que provoca uma nova guerra franco-alemã. Otão II invade a França e chega até as alturas de Montmartre. Os grandes senhores, entre os quais figura Hugo Capeto, acodem e forçam Oto II à retirada. A maneira como um diploma de Lotário foi datado, atesta a euforia da vitória: «Quando ele atacou os saxões e pôs em fuga o imperador...» O rei carolíngio aproveitou o entusiasmo e, numa assembléia reunida em Compiègne, fez sagrar antecipadamente seu filho Luís V, associando-o ao poder.

Mais tarde Lotário presta auxílio a Otão III ameaçado por Henrique, duque da Baviera. Para punir Adalberon, arcebispo de Reims que procura criar dificuldades à influência francesa sobre Otão III, Lotário entra em acordo com Henrique e faz uma campanha na Lorena, to-

mando Verdun e capturando aí os familiares de Adalberon. Este é acusado de traição mas Lotário morre inesperadamente em Laon.

Luís V († 987). — Com dezenove anos, o filho de Lotário passou a reinar sem dificuldades, enfrentando os problemas com o mesmo espírito de resolução de seu pai. Convocou Hugo Capeto e com ele marcha sobre Reims a fim de submeter o arcebispo rebelde a julgamento. Com essa finalidade se reuniu uma assembléia em Compiègne, mas um acidente (a queda do cavalo no decurso de uma caçada) provocou a inesperada morte do jovem soberano. A dinastia carolíngia cessara de reinar na França.

2. Capetíngios diretos

De 987 a 1328 quatorze soberanos pertencentes à mesma família e descendentes em linha reta de Hugo, o Grande, ocupam o trono da França. Essa descendência em linha reta masculina explica a designação «Capetíngios diretos». Convém sublinhar: de Hugo Capeto a Luís X, doze gerações se sucedem, passando sempre a coroa de pai para filho. Com a morte de Luís X sem deixar filhos do sexo masculino, a coroa passa para seu irmão Filipe V (o que equivale a firmar o princípio de que as mulheres não devem ser admitidas na sucessão ao trono) e quando este morre em condições análogas, é um outro irmão, Carlos IV, que recebe a coroa. Quando este último expira em 1328, também sem deixar descendente masculino, começa o reinado dos Valois na pessoa de Filipe de Valois, primo de Carlos IV, filho de Carlos de Valois que era irmão de Filipe, o Belo. Os Valois são, pois, também, Capetíngios.

A longa duração do reinado da dinastia capetíngia encontra sua explicação na hereditariedade da coroa que se vai firmando cada vez mais. Para essa permanência contribui o ato do soberano reinante de fazer com que se escolha antecipadamente o filho como herdeiro eventual. «Repetida de geração em geração, essa prática institui a hereditariedade por via de costume: um direito público se cria».[14] Acrescentemos que, como já foi anotado acima, durante um longo período os Capetíngios tiveram esse processo de sucessão favorecido pela existência de um herdeiro do sexo masculino em cada geração. Convém notar que, a partir do reinado de Filipe Augusto, os Capetíngios perderam o hábito de fazer coroar em vida o herdeiro. E' que, nessa época, a dinastia já se considerava solidamente estabelecida, não existindo o perigo de uma reviravolta no costume sucessório. Cabe ainda aqui uma observação curiosa: os Capetíngios tiveram a preocupação de legitimar sua permanência no trono quer através de contratos matrimoniais com descendentes de Carlos Magno, quer por meio de uma tradição lendária segundo a qual o último Carolíngio teria entregue o reino ao primeiro Capetíngio. Quanto à política matrimonial lembremos, apenas para exemplificar, que Filipe Augusto (a exemplo de seu próprio pai) desposou uma carolíngia e que S. Luís casou sua filha Margarida com João I, duque do Brabante e da Baixa Lorena e pertence à raça carolíngia.

Concluamos essa série de observações em torno dos Capetíngios lembrando sua ascensão segura através da história francesa até constituírem uma sólida e poderosa monarquia nacional. No capítulo sobre as instituições políticas, em outro volume do Mundo Feudal, aprofundaremos o estudo dessa evolução. Recordemos, aqui, apenas que os Capetíngios souberam primeiramente integrar-se no feudalismo como *suseranos* dos grandes senhores. E o suserano, observa Calmette, «salvará o soberano».[15] «Exterior à feudalidade enquanto soberano, o rei entra na mesma como suserano. E entra para dominá-la».[16] Dia virá em que as circunstâncias históricas enfeixarão nas mãos do monarca os plenos poderes da monarquia centralizada e absolutista. É, porém, ainda cedo para tocarmos no assunto.

Hugo Capeto (987-996). — Com a inesperada morte de Luís V, a Assembléia reunida em Compiègne com caráter judiciário vai transformar-se em colégio eleitoral e escolher Hugo Capeto para rei. A preterição de Carlos de Lorena, duque da Baixa Lorena e tio de Luís V, explica-se pela atuação de Adalberon e do secretário deste, Gerberto, que exploram a fundo a hostilidade manifestada pela corte imperial germânica em relação ao duque. Decidida a escolha de Hugo Capeto em Compiègne, processa-se a eleição oficial em Noyon. Em 3 de julho de 987 o novo rei é coroado.

Antes de resumirmos os principais episódios do reinado de Hugo, vamos dizer algumas palavras sobre as origens da dinastia. O Capetíngio mais antigo de que temos notícias seguras é Roberto, o Forte, († 866) que aparece na História como um personagem de grande importância no reinado de Carlos, o Calvo. Quanto aos ascendentes de Roberto, basta assinalar a existência de controvérsia entre os historiadores.[17] Já mencionamos os seguintes descendentes de Roberto: Eudes, que reinou de 888-898; o duque Roberto, irmão de Eudes, que também cingiu a coroa (922-923); Hugo, o Grande († 956), filho deste último e, portanto, neto de Roberto, o Forte; e finalmente Hugo Capeto, filho de Hugo, o Grande.

Hugo Capeto é um soberano modesto e medíocre. Os parcos recursos financeiros da monarquia não lhe abriam grandes perspectivas. *Grosso modo* podemos dizer que o novo rei trouxera consigo um domínio constituído pelos seguintes territórios: Orléanais, Parisis, Etampes, Arpajon, Poissy, Senlis e, «além desse conjunto assaz compacto, alguns alódios dispersos e o porto de Montreuil, que era o único a dar à realeza acesso ao mar».[18]

Na realidade Hugo Capeto era um senhor feudal coroado. Nele a realeza se identifica praticamente com a suserania. Compreende-se, assim, a legenda de uma moeda contemporânea: ***Hugo dux gratia Dei***

rex (Hugo duque, rei pela graça de Deus). No trono, Hugo procura conciliar o direito da coroa com o direito do feudo sem perceber a situação paradoxal em que se move.

Do reinado de Hugo Capeto podemos lembrar três importantes acontecimentos: a coroação de Roberto, a luta contra o rival carolíngio e o conflito em torno do arcebispado de Reims.

No natal de 987 o príncipe real Roberto foi coroado na catedral de Orléans e associado à autoridade paterna. O pretexto alegado para esse ato foi uma pretendida expedição além dos Pireneus para prestar auxílio ao conde Borel de Barcelona. Na realidade, Hugo temia o movimento legitimista carolíngio.

Quem encarnava esse movimento era o duque de Lorena, Carlos. Uma guerra civil que lembra as lutas da época de Carlos, o Simples, ameaça a incipiente dinastia. Hugo triunfa do rival graças à traição do bispo de Laon, Adalberon (chamado também Ascelino), sobrinho de Adalberon, arcebispo de Reims, que falecera privando assim o rei capetíngio de seu principal apoio.

Adalberon sobrinho entrega a Hugo sua cidade episcopal e o próprio Carlos de Lorena com seus familiares (30 de março de 991). Desde então, observa Calmette, «a posteridade de Carlos Magno desapareceu, na França, do campo de visão da História».[19]

A morte do arcebispo Adalberon de Reims deixara a sede vaga e dois sérios pretendentes: Gerberto, auxiliar do prelado defunto, e Arnul, filho natural de Carlos de Lorena e que consegue o apoio de Hugo em troca da promessa de entregar Laon, fortaleza carolíngia. O capítulo elege Arnul que é consagrado em março de 989. À frente da arquidiocese mais importante do reino encontrava-se o filho do Carolíngio pretendente ao trono. Em breve porém os Capetíngios passam a apoiar Gerberto, mas nada obtêm contra Arnul que detém a confiança da corte imperial. Mais tarde Gerberto se acolhe junto ao imperador Otão III e acaba eleito papa com o nome de Silvestre II.

Concluamos sobre Hugo Capeto: «Nenhum escritor nos traçou o retrato de Hugo Capeto. Nada se sabe de seu físico. Quanto à moral, parece ter sido o homem apto para desempenhar o papel que lhe coube, conciliador, hábil em negociar e em persuadir. Simples de costumes, sem gosto pelo fausto, contribuiu para dar à monarquia francesa a fisionomia popular que a distinguirá das monarquias estrangeiras».[20]

Roberto, o Piedoso (996-1033). — Dos quatro primeiros capetíngios Roberto é o único que possui um biógrafo, fato esse devido a algumas generosidades praticadas em relação à Igreja. O monge Helgaud, em sinal de gratidão, traçou-lhe uma biografia mais eficiente que verídica a qual lhe valeu a fama de «monge coroado» conservada pelo Capetíngio na História Clássica da França e nos manuais escolares.[21] Na realidade, a vida particular de Roberto com o repúdio da primeira esposa e o casamento subseqüente condenado por Roma, não justifica a

fama adquirida. Na política interna do reinado do filho de Hugo Capeto podemos lembrar:

1) A associação ao trono do jovem príncipe Henrique (futuro Henrique I) filho de Roberto e de sua terceira mulher, Constança.

2) Lutas contra os barões das vizinhanças de Paris, verdadeiros salteadores que atacavam os viajantes, e não respeitavam nem mesmo as propriedades eclesiásticas.

3) Terrível flagelo da fome (motivada em grande parte pelas barreiras existentes entre os inumeráveis feudos as quais dificultavam as relações comerciais e pela insegurança das rotas) que assolou o reino em diversas ocasiões produzindo até cenas de verdadeiro canibalismo.

4) A longa luta travada contra Otão-Guilherme, conde de Mâcon, por motivo da sucessão na Borgonha. O Capetíngio triunfou conseguindo unir esse território a seus domínios. Mas após a morte de Roberto, a Borgonha passou a constituir o domínio do segundo filho do rei, também chamado Roberto. Este tornou-se o cabeça de uma nova dinastia ducal da Borgonha.

Na política externa do reinado de Roberto, o Piedoso, convém anotar seus esforços no sentido de impedir que os príncipes alemães estendessem seus domínios sobre a fronteira do leste da França. Com essa política se relaciona a luta pelo ducado de Borgonha.

Em 1023 (de 6 a 11 de agosto) Roberto e o imperador Henrique II tiveram um imponente encontro (em Ivois e Mouzon) a que compareceram inúmeros bispos e nobres e durante o qual se falou em reformar a Igreja e estabelecer na Cristandade a Paz de Deus. Mas uma aliança permanente com os imperadores alemães era quimérica: é que eles estavam longe de ceder às pretensões capetíngias em relação à Lorena.[22]

Henrique I (1033-1060). — A morte de Roberto, o Piedoso (julho de 1031), provocou uma guerra entre Henrique (o herdeiro já associado ao trono) e seu irmão Roberto (que tinha o apoio da rainha-mãe Constância). Para conservar a coroa, Henrique teve que fazer diversas concessões:

1) A Roberto, o Diabo, duque da Normandia, cedeu o Vexin francês em troca do apoio.

2) A seu irmão Roberto, doou como feudo hereditário a Borgonha, acontecimento rico em conseqüências políticas.

3) A outros vassalos fiéis e infiéis fez uma larga distribuição de castelos.

Além de seu irmão Roberto, Henrique teve que enfrentar outro irmão, Eude, numa cruel luta que se prolongou de 1034 a 1039 e que terminou com a prisão do rebelde.

Outro adversário de Henrique foi o duque Guilherme da Normandia.

Na política externa, Henrique esforçou-se por manter a autoridade dos reis da França na fronteira leste. Em Ivois mantém uma entrevista com o imperador Henrique III com quem discute o problema da Lorena.

Um fato curioso é o casamento de Henrique com Ana, filha do grão-duque de Kiev, Iaroslaw Wladimirowitch. Desse matrimônio nasceria um filho que, por influência da mãe, receberia o nome grego de Filipe. Ana pretendia descender do famoso rei da Macedônia. Henrique teve a precaução de associar seu filho ao trono. A sagração real processou-se em Reims, em maio de 1059, e é a primeira cerimônia desse gênero de que possuímos uma relação circunstanciada.

Henrique I faleceu aos 4 de agosto de 1060.

Filipe I (1060-1108). — Ao assumir sozinho o cetro real, Filipe I contava apenas oito anos, o que explica a regência do conde Balduíno de Flandres casado com a tia do rei. Durante dez anos o conde desempenhou sua missão dividindo seu tempo entre as margens do Sena e o condado de Flandres.[23] O longo reinado de Filipe I «é um dos mais vazios em grandes acontecimentos de ordem política».[24] Calmette observa que «os dois maiores acontecimentos da segunda metade do século XI se desenrolam fora da presença capetíngia: a conquista da Inglaterra pelos normandos e a primeira cruzada».[25] Cabem aqui duas observações. No que tange à união da Normandia com a Inglaterra, Filipe I tinha apenas quatorze anos de idade e encontrava-se ainda sob a influência de Balduíno cuja filha Matilde casara com o conquistador. Compreende-se assim a não-intervenção. Quanto à primeira cruzada, note-se a excomunhão que pesava sobre o rei capetíngio em virtude de seu casamento não reconhecido pelo papa.

Lembremos, a seguir, os principais acontecimentos do reinado de Filipe I.

1) A 15 de maio de 1092, embora estivesse casado, havia vinte anos, com Berta de Frise, Filipe I, perdido de amores por Bertrada de Montfort, esposa do conde d'Anjou, leva-a para sua companhia desposando-a alguns meses mais tarde.

As conseqüências desse ato foram funestas: a excomunhão do rei e o interdito sobre o reino. «Os cronistas do tempo apresentaram um quadro comovente dessa França ferida pela sentença romana».[26] No ano de 1104 Filipe I, em atitude de penitente, receberia a absolvição da excomunhão na presença de vários prelados reunidos em Paris. Bertrada, após a morte do rei, iria internar-se em um convento.

2) Como suserano do condado de Flandres, Filipe I foi solicitado a intervir a favor dos filhos da condessa Richilda (viúva do conde Balduíno VI) mediante o pagamento de vultosa soma, contra Roberto de Frison, irmão do conde falecido. Roberto teve o apoio alemão e Filipe foi batido em Cassel (fevereiro de 1071).

3) A neutralidade de Filipe em face da aventura de Guilherme, o Conquistador, assegurou, por algum tempo, a paz entre o reino e a Normandia. Posteriormente o Capetíngio consegue retomar o Vexin francês cedido por Henrique I. Guilherme, o Conquistador, porém preocupa essa região. Os filhos deste último entram em choque entre si, fato esse que acarreta uma certa tranqüilidade aos últimos anos do reinado de Filipe I. Este falece em julho de 1108, deixando a coroa a seu filho Luís que fora associado ao trono por volta de 1099.

Luís VI (1108-1137). — Luís VI, chamado «o gordo», em virtude de sua corpulência, pode ser considerado o primeiro, em ordem cronológica, dos grandes reis da dinastia capetíngia. Pouco após a morte de seu pai, Filipe I, Luís providenciou a cerimônia de sua sagração, considerada indispensável para consolidá-lo no trono a que já havia sido associado, conforme anotamos.

Dotado de admirável energia e indomável coragem, Luís VI foi sobretudo um guerreiro. Seu reinado reveste um significado decisivo para o destino da dinastia e da própria nação francesa, pois «graças a ele se funda essa grande tradição capetíngia que contém em germe todas as promessas, pois tende a nada mais, nada menos, que recompor o Estado e a França».[27]

Podemos resumir os trinta anos de reinado de Luís VI em seis itens sobre cada um dos quais faremos um breve comentário.

1. Os barões salteadores da Ile-de France; **2.** A Feudalidade doméstica; **3.** As relações com a Igreja; **4.** As comunas; **5.** Os grandes senhores feudais; **6.** A Inglaterra e a Alemanha.

1. *Os barões salteadores da Ile-de-France.* — Os torreões fortificados que, espalhados em plena Ile-de-France, abrigavam turbulentos senhores constituíam um constante desafio à autoridade real e, no dizer de Suger, abade de Saint-Denis, «arrancavam as entranhas do rei» (regem eviscerabant).

Luís VI atacou esses poderosos senhores não como vassalos, não como adversários mas simplesmente como malfeitores que deveriam prestar contas com a justiça real. Conquistou, assim, o apoio do clero e da população. Assaltos, incêndios, atos de bravura do rei resultam na submissão e punição dos outrora poderosos senhores. Desses barões salteadores tornou-se famoso Hugo de Puiset que tombou prisioneiro do rei e acabou partindo para a Terra Santa (1128) onde lutou valentemente e fundou a dinastia dos condes de Jafa.

2. *A Feudalidade doméstica.* — As mais altas dignidades palatinas (*cancellarius*, chanceler; *senescalcus*, senescal; *buticularius*, copeiro) haviam sido monopolizadas por membros da família Garlande cujo chefe, Estêvão, era chanceler e se portava como um verdadeiro vice-rei. A situação lembrava os tempos dos antigos mordomos de palácio que ha-

viam deposto os merovíngios. O perigo aumentava em face da tentativa de Estêvão de dispor a bel-prazer dos elevados cargos. Luís VI, ao que parece alertado pela rainha Adelaide que não simpatizava com os Garlande, se opõe energicamente à indevida apropriação dos ofícios da coroa e enfrenta seu chanceler que ousa resistir com as armas nas mãos. O Capetíngio consegue, assim, impedir o desenvolvimento de uma funesta feudalidade doméstica.

3. *As relações com a Igreja.* — A expressão: «A França, filha primogênita da Igreja», pronunciada por um pontífice no reinado de Luís VI, é reveladora das relações cordiais existentes, então, entre o Reino e o Sacerdócio, como acentua Ives de Chartres *(Nulla fuit divisio inter Regnum et Sacerdotium).* Graças ao apoio moral da Igreja, o rei pode fortalecer a monarquia. Pascal II, Gelásio II buscam refúgio na França. Em 1131, quando se encontrava na França Inocêncio II, foi sagrado e coroado o príncipe Luís, herdeiro do trono. «Luís VI se situa no eixo central da história da monarquia francesa que, de Clóvis batizado em Reims, passa por Carlos Magno, coroado em Roma e conduz a S. Luís».[28] Note-se nessa cooperação entre o trono e o altar a influência de Suger, abade de Saint-Denis que se tornara o principal conselheiro do rei, e o prestígio do canonista Ives de Chartres que já marcara sua presença nos conflitos religiosos do final do reinado de Filipe I.

4. *As comunas.* — Orderico Vital, autor da História Eclesiástica (primeira metade do século XII) sublinha as boas relações entre Luís VI e as comunas. «Luís para reprimir a tirania e o banditismo dos barões sediciosos, pediu, em toda a França, a assistência dos bispos; então a comuna popular foi estabelecida a fim de que, conduzida por seus sacerdotes, levasse as bandeiras em auxílio do rei nos assédios e nos combates». Talvez devido a esse texto se tenha atribuído falsamente a Luís VI a paternidade das comunas. Foi ele, contudo, o protetor dos camponeses e aldeões e fomentou o movimento comunal, o que não deixa de ser um longínquo prenúncio da aliança entre a monarquia e a burguesia contra o feudalismo. «A verdade é que a burguesia como a realeza é de essência extrafeudal. E' a conjunção dessas duas forças — a realeza e o povo — que devia assegurar o êxito da monarquia na França».[29]

5. *Os grandes senhores feudais.* — Os sucessos obtidos contra os barões da Ile-de-France e contra o «feudalismo doméstico», bem como os movimentos comunais não nos devem levar à falsa idéia de que Luís VI conseguira impor-se aos grandes chefes feudais. Estes continuam com plena independência em relação ao monarca. Na realidade duas tentativas de intervenção real, uma na sucessão do feudo de Flandres e outra com relação ao conde de Auvergne e ao duque de Guyenne mostram que o prestígio real ainda estava bem limitado pelo poder dos grandes senhores.

6. *A Inglaterra e a Alemanha.* — A conquista da Inglaterra por Guilherme iria criar para os Capetíngios a permanente ameaça da união entre o ducado continental e o reino insular. Os reis franceses, por sua vez, procuraram aproveitar-se da discórdia existente na família anglonormanda. Um acontecimento grave foi o casamento de Matilde, filha de Henri Beauclerc, terceiro filho de Guilherme, o Conquistador, com o imperador Henrique V. A morte do irmão de Matilde em 1020, num naufrágio, fez da imperatriz a herdeira do trono inglês. Aliado a seu sogro, Henrique V descontente com o auxílio prestado por Luís VI ao papado, invade a França provocando uma reação em que Calmette vê como que um despertar da nacionalidade e que leva o imperador a bater em retirada sem travar batalha.

Luís VII (1137-1180). — Ao morrer, em agosto de 1137, Luís VI deixava a seu filho Luís VII, o Moço, um domínio um pouco mais ampliado do que aquele recebido em 1108. Entretanto o casamento do herdeiro do trono com Eleonora, filha e herdeira de Guilherme X, duque da Aquitânia falecido na Espanha, parecia ter dobrado a superfície do reino. Na realidade, porém, a união entre o domínio real e o extenso feudo revestia apenas um caráter pessoal: o ducado da Aquitânia conservava sua individualidade, não aumentando, pois, as terras pertencentes à dinastia capetíngia. O rei da França, em relação à Aquitânia, era apenas o marido da duquesa e, como tal, duque. Quando, anos mais tarde, (1152) foi declarada a nulidade do casamento de Luís VII com Eleonora, esta manteve a herança paterna e, mais, levou-a a seu novo marido, Henrique Plantageneta que seria coroado em Westminster, aos 19 de setembro de 1154, como Henrique II da Inglaterra.

O casamento com Eleonora teve conseqüências negativas para o reinado e a vida pessoal de Luís VII. A frivolidade e o ceticismo da esposa contrastam com o espírito religioso e devoto do Capetíngio, o que não impede este de submeter-se aos caprichos daquela. Podemos avaliar a desorientação de Luís VII quando constatamos que entrou em choque com o grande S. Bernardo e com o próprio papa Inocêncio II, tendo sido até mesmo punido com a excomunhão.

Instigado por Eleonora, o rei entrou em luta com Thibaud de Champanha. Nessa cruel guerra feudal ocorreu um episódio que calaria fundo na alma de Luís VII: o incêndio da igreja de Vitry com a morte das mil e trezentas pessoas que haviam buscado asilo no templo. Após esse ato sinistro, as tropas reais ocuparam as grandes cidades da Champanha. Em 1144 estabelecia-se a paz e Luís VII se reconciliava com o poder espiritual.

A decisão de Luís VII de empregar a segunda cruzada tem sido interpretada por alguns historiadores como uma conseqüência de remorsos provocados pela catástrofe de Vitry. Calmette vê nessa decisão uma reação da alma devota que pensa em sua salvação, contra as concessões feitas ao espírito irreligioso da quase pagã Eleonora. Foca-

lizaremos melhor o papel de Luís VII na segunda cruzada quando abordarmos os grandes conflitos medievais, na terceira parte do presente volume.

Durante a ausência do rei coube ao abade Suger exercer uma regência de fato, pois que integrava um conselho composto por dois outros membros: o senescal Raul Vermandois e o arcebispo de Reims. Praticamente a regência foi obra pessoal de Suger. «Geriu, em particular, com uma admirável sabedoria, as finanças reais que deviam fazer face, em parte, aos grandes gastos exigidos pela cruzada. Graças a seu espírito de moderação, graças a seu senso político, aquele em quem se pode ver legitimamente o primeiro dos grandes ministros da monarquia francesa, afasta instintivamente todas as dificuldades».[30] Curioso é que Suger, falecido em 1151, mereceu de seu biógrafo, o monge Guilherme, a alcunha de «pai da pátria».

Após a morte de Suger, a já mencionada declaração de nulidade do casamento de Luís VII com Eleonora e o subseqüente casamento desta com o Plantageneta iria acarretar para o Capetíngio graves conseqüências. Estudaremos, no capítulo sobre a Inglaterra, o conflito entre o Capetíngio e o Plantageneta. Lembremos apenas que, duque da Normandia, conde de Anjou, duque da Guyenne e rei da Inglaterra, Henrique II forma um «império» que durante séculos constituirá uma ameaça constante à monarquia francesa.

Encerremos essa breve exposição do reinado de Luís VII lembrando ainda dois acontecimentos importantes: a atividade legislativa e a aliança com a burguesia.

Desde a época dos Carolíngios não havia sido promulgada nenhuma ordenança aplicável a todo o reino. Coube a Luís VII reiniciar essa atividade legislativa em benefício, principalmente, da disciplina e da ordem.

A aliança com a burguesia começa a desenvolver-se sob Luís VII: «ele concede ou confirma cartas de franquias, encoraja a formação de comunas nos domínios eclesiásticos e a idéia segundo a qual as cidades episcopais em que havia comunas são cidades reais é-lhe expressamente atribuída».[31]

Filipe Augusto, filho de Luís VII e de sua terceira esposa, Adélia de Champanha, foi associado ao trono em 1º de novembro de 1179. Desde então o príncipe passa a tomar parte efetiva no governo em virtude do mau estado de saúde do rei. Este faleceu em setembro do ano seguinte (1180).

«Sob seu reinado de quarenta e três anos o reino prospera: os anos pacíficos foram mais numerosos; as cidades novas se multiplicaram, as antigas ampliaram-se; em toda a parte novas terras foram cultivadas e vastas florestas desbastadas».[32] Coube a Luís VII a glória de haver fixado o tradicional emblema da monarquia francesa: a flor-de-lis.

Filipe Augusto (1180-1223). — A figura de Filipe Augusto merece realce especial não só pela capacidade e habilidade com que se houve, mas também porque seu reinado assinala um grande passo no aumento do prestígio e do poderio da dinastia capetíngia.[33]

Os historiadores, ao focalizarem Filipe Augusto, apresentam-no como político experimentado, astuto, pouco escrupuloso, nervoso, emotivo, calculista.[34]

Evidentemente seria vão traçar um único retrato moral daquele que alguns consideram o primeiro dos grandes capetíngios (outros preferem atribuir essa qualidade a Luís VI). As diversas atitudes de Filipe Augusto sofreram influência dos acontecimentos. Assim, por exemplo, quando regressou da Cruzada, o rei, com a saúde abalada, tinha acessos de cólera e de angústias.

Um rápido estudo da biografia de Filipe Augusto permite-nos apontar as seguintes influências na formação de sua personalidade:

1) De sua mãe, Adélia de Champanha, herdou a inteligência, o amor ao poder e à glória.

2) Os perigos e as intrigas, dos primeiros anos de reinado, contribuíram para um rápido amadurecimento da experiência política de Filipe Augusto.

3) A participação na Cruzada proporcionou-lhe o conhecimento direto com o mundo mediterrâneo oriental, rasgando-lhe novos horizontes.

4) A viagem de dois meses à Itália (outubro-dezembro de 1191) colocou Filipe Augusto em contacto com a Cúria Pontifícia e com as repúblicas italianas (onde a burguesia desempenhava papel preponderante) e contribuiu poderosamente para sua formação política.

5) A entrevista, em Milão, com o orgulhoso imperador Henrique VI fê-lo sentir de perto a força da tradição imperial.

Antes de estudarmos alguns dos principais acontecimentos do reinado de Filipe Augusto, vamos expor resumidamente a situação política do reino na época em que o novo rei assumiu o poder. Convém, antes de mais nada, lembrar que o casamento de Filipe com Isabel de Hainaut (abril de 1180), filha de Balduíno V, conde de Hainaut e sobrinha de Filipe da Alsácia, conde de Flandres, suscitou a oposição da rainha-mãe e dos tios da Champanha. Isabel levava para o casamento como dote o *Artois*.

Os casamentos de soberanos, príncipes e nobres do mundo feudal envolvem sempre interesses político-patrimoniais e não raro, quando se abrem as sucessões, constituem motivos para desavenças e lutas ferozes.

Por ocasião do casamento de Filipe Augusto três grandes famílias feudais notabilizavam-se por seu poderio e prestígio: os Plantagenetas, os senhores de Flandres e os Blois-Champanha.[35]

Sobre os primeiros falaremos mais adiante quando tratarmos do duelo entre Capetíngios e Angevinos. Lembremos apenas, por ora, que os Plantagenetas haviam aproveitado a acalmia característica dos anos 1177-1180 para consolidarem sua posição no continente.

Filipe da Alsácia, conde de Flandres, era um senhor poderoso não só pela extensão de seus domínios (era vassalo dos Capetíngios e também do Império), mas, sobretudo, pelo enorme desenvolvimento econômico dos mesmos.

A casa de Blois-Champanha rivalizava em prestígio e riqueza com o conde de Flandres. Lembremos que as feiras de Troyes figuravam entre as mais importantes da Europa. A rainha mãe, Adélia de Champanha, possuía quatro irmãos que desempenhavam papel proeminente no reino: Guilherme, arcebispo de Reims e legado do papa; Henrique, o Liberal, conde de Champanha; Thibaut, conde de Blois e de Chartres; Estêvão, conde Sancerre. Desde o casamento de Adélia, seus irmãos de Champanha exercem uma espécie de protetorado sobre o reino. Compreende-se, assim, a já citada oposição à aliança matrimonial de Filipe com Isabel (Elisabeth) de Hainaut.

Desde os inícios de seu reinado Filipe Augusto enfrenta com vantagem as coligações feudais que se formam contra o trono. De 1180-1186 perdura a crise feudal em que se envolve o próprio imperador Barbarroxa. «Estêvão de Sancerre toma Brisson-sur-Loire, ameaça Orléans. Filipe da Alsácia, conde de Flandres, toma Dammartin, assedia Senlis, envia seus exploradores até os arredores de Paris. Numa pronta reação, o adolescente real se liberta e sua diplomacia consegue dissolver o bloco feudal. O tratado de Boves (julho de 1185), dá-lhe a expectativa do Artois. Um pouco mais tarde, Hugo III de Borgonha, cúmplice do movimento, recebe uma severa lição com a tomada de Châtillon-sur-Seine. Fortalecido com esses inícios, cujo sucesso o encoraja, é que Filipe Augusto pode ousar a ofensiva contra o Plantageneta».[36]

Antes de focalizarmos o duelo entre Capetíngios e Angevinos, vamos lançar um rápido olhar sobre a política interna de Filipe Augusto.

1. *Política interna.* — Filipe Augusto soube cercar-se de conselheiros durante os anos críticos de seu reinado. Entre os principais dirigentes da administração figurou Guilherme «aux-blanches-mains», o já citado arcebispo de Reims. Este, ao lado da rainha, sua irmã, exerceu a regência enquanto o rei se encontrava ausente na Cruzada. Filipe escrevera (1190) um testamento que nos presta curiosas informações sobre essa regência. O documento recomenda a Guilherme que, de quatro em quatro meses, dê audiência em Paris a fim de ouvir as queixas dos homens do reino. No mesmo são citados também como auxiliares da alta administração outras personalidades bem como seis burgueses de Paris. Note-se, desde logo, a importância que o rei empresta aos homens de negócio. A burguesia de Paris e das demais cidades do reino é chamada a colaborar no governo. E' curioso observar que aos seis burgueses de Paris supracitados o rei confiou a guarda do tesouro e do selo real.

Um dos grandes méritos administrativos de Filipe Augusto foi a criação do bailios (em francês *baillis).* Até então o domínio real era explorado e governado pelos *prebostes*, representantes locais do monarca e que desempenhavam, ao mesmo tempo, diversas funções. O preboste do rei, em geral, mantinha seu cargo como um feudo e esforçava-se para torná-lo hereditário; explorava as terras reais, recebia as rendas, prendia e julgava os delinqüentes, etc... «Certos prebostes estavam já impregnados desse espírito agressivo e autoritário do funcionário real que destruirá pouco a pouco a organização feudal. Mas os prebostes eram ainda mais nocivos que úteis, por causa de seus instintos de rapina e de sua brutalidade, que importunavam a Igreja, os burgueses e os camponeses; sua gestão, muitas vezes suspeita, sua indocilidade inquietavam os conselheiros do rei, que só raramente faziam viagens para visitar os prebostados distantes».[37]

Filipe Augusto multiplicou essas inspeções, tornou-as mais freqüentes, criando a instituição dos bailios. As fontes de que dispomos para o estudo dos primórdios dessa instituição consistem em cerca de quinze cartas dirigidas por Filipe a seus «prebostes e bailios» e no já citado «testamento» redigido em 1190 pelo rei antes da partida para a Terra Santa. A instituição dos bailios «adquiriu então uma força e uma precisão que ainda não possuía. Em um certo número de terras «distinguidas por nomes próprios» o rei estabeleceu bailios. Cada mês eles constituirão um tribunal em que os queixosos obterão justiça sem demora e onde os direitos do rei serão salvaguardados; as multas devidas ao rei serão lançadas por escrito. Nas três sessões mantidas em Paris, cada ano, pelos regentes, os bailios exporão os negócios de sua terra».[38] Após a volta de Filipe, desenvolve-se ainda mais a criação dos bailios a qual passa a fazer parte da tradição administrativa do reino.

Dois outros fatos da política interna devem ser acentuados: 1) o aumento das rendas da coroa, para o qual contribuíram duas causas: a atuação dos bailios e a anexação de novas terras ao domínio real 2) o desenvolvimento da cidade de Paris que foi incentivado por Filipe Augusto. O rei mandou pavimentar as principais ruas e cercou a cidade com um poderoso muro. Note-se que o crescimento e a importância de Paris a partir do século XII explica-se por três causas principais: a intensificação da navegação pelo Sena em virtude das feiras da Champanha; o desenvolvimento cultural motivado pela presença de renomados mestres; a escolha dos reis que fazem da cidade seu lugar predileto de permanência.

As relações entre Filipe Augusto e a Igreja, a participação do rei na terceira cruzada e o problema da heresia albigense serão tratadas respectivamente no capítulo sobre a Igreja (em outro volume da *História do Mundo Feudal*) e no capítulo sobre as Cruzadas (na terceira

parte do presente volume). Sobre a cruzada contra os albigenses vamos, entretanto, salientar apenas as conseqüências políticas que da mesma advieram para o rei capetíngio. A heresia albigense vinha acentuar a cisão cultural existente entre a França do Norte e a França Meridional. Essa cisão possuía fundas raízes históricas. Embora Filipe Augusto tivesse recusado empreender a cruzada contra os hereges, permitiu que a mesma se realizasse. Deixou que saqueassem e devastassem um grande feudo, permitiu que fosse quebrada sua resistência na batalha de Muret (12 de setembro 1213), «persuadido de que, de um vassalo despojado, só a realeza poderia ser finalmente a herdeira. De fato, Amaury, filho de Simão de Monfort, o chefe cruzado feito conde de Tolosa em lugar de Raimundo IV, não tem outro recurso senão ceder seus direitos litigiosos a Luís VIII († 14 de janeiro 1224), sucessor de Filipe Augusto († 14 de julho 1223)».[39]

2. *A luta contra os angevinos.* — A conquista normanda da Inglaterra teria conseqüências importantíssimas no desenrolar dos acontecimentos da História da França. Rei na Inglaterra, o normando permanece duque e vassalo na Normandia. Não encontramos aí apenas a ruptura de um equilíbrio de forças: estamos em face de uma verdadeira antinomia das noções de suserania e vassalagem.[40] Evidentemente os interesses do rei insular conflitariam freqüentemente com os deveres do vassalo continental em face do suserano capetíngio. Explica-se, assim, a inevitável luta entre Angevinos e Capetíngios. Calmette observa, a propósito: «Doravante não haverá mais capetíngio que não tenha sua guerra inglesa».[41] Nas seguintes linhas vamos tentar resumir os principais episódios dessa luta durante o reinado de Filipe Augusto.

Filipe Augusto e Henrique II. — Quando Filipe Augusto, ainda adolescente, se defrontou com Henrique II, este contava cinqüenta e sete anos e já mostrava sinais de uma precoce senilidade. O êxito do Capetíngio nessa luta deve-se, em parte, ao hábil aproveitamento de sua situação de suserano em relação ao rei angevino. Este, citado como vassalo, a comparecer perante a corte francesa para que fossem dirimidas certas questões relacionadas com as possessões continentais, recusou-se a fazê-lo. O Capetíngio pode, então, com base no direito feudal, tratar o Angevino como vassalo rebelde. Usando, assim, argumentos jurídicos obteve o apoio de outros vassalos para sua causa. Aliás esse é um traço característico da atuação política de Filipe Augusto: durante todo seu reinado buscou no arsenal do Direito Feudal as armas para ferir seus adversários.[42] Outras causas do sucesso de Filipe Augusto contra Henrique II devem ser procuradas na já citada precariedade do estado físico do Angevino, nas dissensões entre este e a Igreja na Inglaterra, na insubordinação dos barões e nas discórdias familiares.[43]

O tratado de Azai-le-Rideau (4 de julho de 1189) assinala a capitulação de Henrique II. Este reconhece sua vassalagem no que tange aos domínios continentais, paga uma contribuição de guerra, cede Graçay e Issoudun e renuncia a toda suserania sobre o Auvergne.[44]

Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão. — Ricardo Coração de Leão, o novo soberano inglês, pretendeu rever o tratado de Azai. O ideal da Cruzada, entretanto, prevalece sobre as rivalidades dos dois soberanos que partem juntos para o Oriente. Mas Filipe Augusto, ao regressar para seu reino, nutre o propósito de pôr em execução seus velhos planos de reduzir o poder dos Plantagenetas. Uma circunstância inesperada vem auxiliá-lo: Ricardo Coração de Leão, ao voltar da Terra Santa, tomba prisioneiro de seu inimigo pessoal, Leopoldo, duque da Áustria que o entrega ao imperador Henrique VI.

Filipe Augusto procura prolongar indefinidamente o cativeiro do Plantageneta enquanto que a corte inglesa oferece avultada quantia em resgate. Aproveitando-se da ocasião que parece favorável o rei capetíngio pretende deserdar os Plantagenetas em proveito da própria dinastia. «Em 1193 desposou Isambur, irmã do rei da Dinamarca, a fim de conseguir ao mesmo tempo direitos sobre a coroa da Inglaterra, outrora na cabeça de Canuto, o Grande, e o apoio da frota dinamarquesa para a conquista. No mesmo ano levou solenemente ao conhecimento do imperador Henrique VI que renunciava à homenagem de Ricardo e que desafiava este como traidor».[45] Mas em breve o Plantageneta readquire a liberdade (fevereiro de 1194) e ei-lo na Normandia para enfrentar o Capetíngio.

Segue-se durante cinco anos uma feroz guerra com crueldades de parte a parte e entremeada de tréguas precárias. Em Courcelles (28 de setembro de 1198) Filipe Augusto sofre uma derrota e fica em situação crítica. A trégua de Vernon impôs grandes sacrifícios ao rei francês. Mas Ricardo morre em virtude da ferida provocada por uma flecha quando ele assediava o castelo de um vassalo rebelde, e Filipe Augusto cria alma nova.

Filipe Augusto e João Sem-Terra. — Abre-se a luta contra o novo rei da Inglaterra quando Filipe Augusto presta seu apoio a Artur, sobrinho de João, que reivindica a Bretanha. Guilherme des Roches, barão angevino, toma também o partido de Artur. João Sem-Terra nada cede e Filipe invade o Maine. Mas a traição de Guilherme e as dificuldades existentes com Roma (falaremos das mesmas quando estudarmos a Igreja no Mundo Feudal) levam o Capetíngio a aceitar o tratado de Goulet (maio de 1200) que lhe assegura Issoudun, Graçay, o condado de Evreux, e confirma a vassalagem das terras vinculadas ao soberano inglês. Este último ainda pagou a soma de vinte mil marcos a Filipe Augusto. Petit-Dutaillis comenta a propósito dessa quantia: «assim se constituiu, em

boa parte, o tesouro de guerra que Filipe Augusto iria em breve empregar a fim de deserdar João».[46] Em maio de 1201, o rei inglês visita Paris. Mas a paz de Goulet era provisória. Aproveitando-se de uma dissensão entre João Sem-Terra e seus vassalos da família Lusignan, e do apelo que os últimos endereçaram-lhe como suserano supremo, Filipe Augusto cita o Plantageneta para que justifique seu procedimento. Estamos aqui em face de um processo feudal. João recusa-se a comparecer e os barões que constituem a Corte da França concordam com a proposta de Filipe no sentido de que sejam confiscados todos os bens continentais do Plantageneta (abril de 1202). Restava apenas pôr em execução pelas armas a fatal sentença. Filipe Augusto contava como aliado Artur da Bretanha. Este, entretanto, caiu prisioneiro de João Sem-Terra e, a partir do momento em que foi transportado para a Torre de Ruão, não houve mais notícias dele. Filipe soube aproveitar a repercussão desfavorável de desaparecimento de Artur, para atacar, conquistando o Château-Gaillard na Normandia, poderosa fortaleza construída por Ricardo Coração de Leão. Seguiu-se a ocupação da Normandia e, depois, a do Poitou. Filipe toma posse, também, da Bretanha. João Sem-Terra fora impedido de agir em virtude da oposição dos barões e do clero. Em 1213 Filipe Augusto encontra-se no apogeu de seu poder: influíra na escolha do imperador, destruíra praticamente o império dos Plantagenetas no continente e organizara os territórios ocupados. Sonha, agora, com um ataque à própria Inglaterra. Na primavera de 1213 fazem-se em Boulogne preparativos para o ataque. João Sem-Terra, então, declara-se vassalo de S. Pedro e, a seguir, forma com Flandres e o imperador Otão de Brunswick (que se opunha a Frederico II apoiado pelo papa e pela França) uma coligação ameaçadora contra Filipe Augusto. O Plantageneta conduziu a luta no oeste. O príncipe real Luís atacou-o e fê-lo retirar-se (Roche-au-Moine, 2 de julho de 1214). Ao norte, Otão, os condes de Flandres e de Boulogne e um contingente inglês se haviam reunido em Valenciennes para daí marcharem sobre Paris. Entre Lille e Tournai, feriu-se a famosa batalha de Bouvines com a completa vitória de Filipe Augusto (27 de julho de 1214).

A jornada de Bouvines é colocada pelos historiadores franceses entre as batalhas que tiveram conseqüências profundas na História nacional francesa (Poitiers 732, Orléans 1429, Valmy 1792, Marne 1914) e por isso merece as seguintes considerações:

1) *Bouvines* é, antes de mais nada, uma grande vitória da monarquia que «se impôs a toda a França do Oeste e não mais foi contestada pelos vassalos de Flandres, da Champanha e da Borgonha».[47]

2) A obtenção dessa vitória deveu-se em grande parte à reorganização cuidadosa do exército capetíngio efetuada por Filipe Augusto.

3) Fator decisivo foi a coragem e bravura do próprio soberano e o apoio de excelente cavalaria.

4) Filipe Augusto soube cimentar a união dos seus, emprestando a seu esforço «o acento de um elã nacional de que todas as fontes nos trazem o eco» (Calmette, *Le Moyen*, p. 225).

Já os adversários do Capetíngio estavam divididos por discórdias: o espírito feudal enfraquecera irremediavelmente a coligação. O duque de Brabante (que alguns julgam ter sido comprado pelo rei) foi o primeiro a dar o sinal de debandada. A fuga do imperador e a captura dos demais chefes tornaram a derrota completa.

5) Considerada como «o maior acontecimento político do século XIII» a vitória de Bouvines teve, entre outras, as seguintes conseqüências[48]:

a) Consagrou o fim da hegemonia do Santo Império em proveito das monarquias ocidentais.

b) Selou o destino de Otão como imperador e garantiu o êxito de Frederico II.

c) Assinala o término de uma época em que se sublinhara o universalismo do poder imperial. Desenvolvem-se os grandes estados monárquicos como unidades políticas. O Santo Império será, doravante, uma unidade política ao lado das outras.

d) A aliança do duque de Brabante com Filipe Augusto assinala a ruptura dos Países Baixos «irresistivelmente arrastados pela evolução econômica dos países marítimos, com a concepção continental da hierarquia feudal que o Santo Império representa» (Pirenne).

e) A vitória de Bouvines repercutiu na Inglaterra de modo desfavorável para João Sem-Terra cuja política centralizadora teve que ceder ante a revolta dos barões que, apoiados pelos prelados e pela burguesia urbana, obtiveram a Magna Carta.

f) Na França consagrou-se a vitória dos Capetíngios sobre os Plantagenetas.

Guilherme Le Breton *(Gesta Phillipi Augusti Francorum regis)* descreve-nos a alegria popular por ocasião da vitória de Bouvines: «Quem poderia narrar, pretender descrever com a pena sobre um pergaminho ou sobre tabuinhas, os alegres aplausos, os hinos de triunfo, as inumeráveis danças do povo, os doces cantos dos clérigos, os sons harmoniosos dos sinos nas igrejas, os santuários ornamentados tanto por dentro como por fora, as ruas, as casas, os caminhos de todos os castelos e das cidades cheias de cortinas e tapetes de seda, cobertos de flores, de ervas e de folhagens verdejantes, todos os habitantes de

toda a classe, de todo o sexo e de toda a idade acorrendo de todas as partes para ver um tão grande triunfo...»

Dos últimos anos do reinado de Filipe Augusto podemos anotar os seguintes acontecimentos:

1) O tratado de Chinon (setembro de 1214) mediante o qual João Sem-Terra pagava 60.000 libras a seu rival e cedia-lhe o Anjou, a Bretanha e a maior parte do Poitou.

2) A revolta dos barões contra João Sem-Terra propicia ao príncipe Luís (futuro Luís VIII) a oportunidade para, realizando o sonho de Filipe Augusto, desembarcar na Inglaterra. O rei francês deixou que seu filho partisse e assumisse sozinho a responsabilidade da guerra. Tudo parecia estar favorável a Luís (apesar de excomungado) quando a morte de João Sem-Terra (outubro de 1216) propiciou a ascensão de Henrique III ao trono inglês. Luís foi batido em terra sob os muros do castelo de Lincoln e a frota francesa foi destruída em Calais. O filho de Filipe Augusto renuncia à coroa inglesa e consegue ainda uma indenização de guerra (paz de Lambeth, 11 de setembro de 1217).

Filipe Augusto morreu aos 14 de julho de 1223 deixando a seu herdeiro uma coroa respeitada, um reino em ordem e um tesouro de guerra.[49]

Luís VIII (1223-1226). — Os poucos anos de reinado de Luís VIII impediram-no de desenvolver as inegáveis qualidades que o haviam feito um sucessor digno de seu pai. Dois acontecimentos assinalam esse reinado:

1) Luta contra os ingleses e 2) Campanha no Languedoc.

Henrique III reivindica as terras confiscadas em 1202 por Filipe Augusto e reassume os títulos de duque da Normandia e conde de Poitou. Luís VIII responde com uma campanha em Poitou e em Saintonge.

No sul Luís VIII luta contra os albigenses a favor da ortodoxia. Avinhão é conquistada após encarniçada resistência (agosto de 1226). O condado de Tolosa é ocupado e o domínio capetíngio se estende até os Pireneus e o Mediterrâneo. Ao regressar da expedição ao sul, Luís VIII morreu vítima de uma desinteria contraída no cerco de Avinhão.

O reinado de Luís VIII assinala um período intermediário entre dois grandes reinados, o de Filipe Augusto e o de S. Luís. «O próprio Luís se apresenta psicologicamente como um intermediário entre duas personalidades ao mesmo tempo bem diferentes e solidárias, entre seu pai e seu filho».[50]

Luís IX (1226-1270).

Introdução — Entre as fontes de que dispomos para o estudo da pessoa e do reinado de Luís IX convém lembrar três obras:

1) *«Livro das santas palavras e das boas ações de nosso rei S. Luís»* da autoria de Joinville, confidente e admirador do monarca.

2) *«Vie de Monseigneur Saint Loys»*, da autoria de Guilherme de Saint-Pathus que foi encarregado, após a morte do rei, de coletar os resultados da inquirição necessária à canonização.

3) *«Vita et sancta conversatio et miracula sancti Ludovici regis Francorum»*, da autoria do dominicano Geoffroy de Beaulieu, confessor do rei. Dessas e de outras fontes, a mais importante é a obra de Joinville à qual voltaremos no capítulo sobre a Literatura Medieval.

Luís IX marca profundamente com sua forte personalidade não só o século XIII mas a própria história da França e da Europa Ocidental. Os autores estão acordes em considerá-lo o tipo ideal do rei cristão da Idade Média. Soube aliar à profunda piedade cristã a energia e coragem de administrador e de guerreiro e a preocupação pelo bem-estar do próximo, especialmente dos pobres e doentes. Funck-Brentano sublinha que dois traços «dominam o caráter, a vida, e o governo de S. Luís: sua piedade e seu amor à justiça».[51]

Régine Pernoud observa que com «o reinado de Luís IX abordamos um brilhante período da unidade francesa. Trata-se não mais da unidade puramente territorial mas, o que interessa muito mais, de uma unidade moral, consagrada pela personalidade, ao mesmo tempo original e atraente, desse rei justiceiro que os séculos seguintes deveriam por muito tempo lembrar com saudade».[52]

Luís IX nasceu em 1214, ano da batalha de Bouvines. Sua mãe, Branca de Castela, filha do rei Afonso VIII de Castela, que Luís VIII desposara em 1209, aliava à piedade um profundo senso prático. A rainha imprimiu na alma de Luís «os princípios de sua devoção meticulosa, à espanhola, bem como os mandamentos de uma elevadíssima moral; ela inculcou-lhe também o senso exato das realidades políticas. Esse último ensinamento encontrava, para desenvolver-se, um terreno excelentemente preparado. Das múltiplas ascendências, o menino real reteve, ao mesmo tempo, o que cada uma possuía de melhor: o pragmatismo capetíngio, a virtude organizadora dos grandes representantes da dinastia angevina, a reverência ao direito que a legislação afonsina legou ao país dos fueros. Branca preferia, repetia ela mesma, ver seu filho morto a sabê-lo culpado de um só pecado mortal. Que quer dizer isso? A regra religiosa está acima da razão de Estado judiciosamente interpretada e subordinada aos imperativos categóricos da fé».[53]

Joinville dá-nos um retrato físico de seu biografado descrevendo-o como um belo cavaleiro de elevada estatura, esbelto, de traços delicados. O frade italiano Salimbene pinta-nos Luís IX como «magro, esguio, com o rosto de anjo e a fisionomia cheia de graça».

Depois de voltar da primeira cruzada, antes de haver atingido os quarenta anos, Luís IX não mais apresentava o mesmo aspecto físico:

«já estava curvado e calvo, nada mais restando da sua formosa juventude, exceto a graça radiante de sua fé simples e da sua boa vontade. Usava uma camisa de crina animal debaixo do hábito marron de monge, e fazia-se flagelar com pequenas correntes de ferro».[54]

Política interna. — Vamos estudar, a seguir, alguns dos principais aspectos da política interna do reinado de Luís IX.

A regência. — Luís IX contava doze anos em 1226 e só seria declarado de maior idade em 1235. Durante esse período coube à rainha-mãe exercer a regência do reino e os historiadores então acordes em reconhecer a capacidade de governante da bela, virtuosa e enérgica viúva de Luís VIII. Desde o início Branca de Castela enfrenta uma reação feudal contra a coroa. Entre os rebeldes figuraram Pierre Mauclerc, conde da Bretanha, sire Enguerrand III de Coucy e Filipe Hurepel, filho de Filipe Augusto e Inês de Méranie.

A rainha contou com o auxílio de súditos como Ferrand, conde de Flandres (que fora aprisionado em Bouvines e que Branca havia libertado), Thibaud IV, conde de Champanha (poeta, primo e admirador apaixonado de Branca) e do legado pontifício Frangipani. Os rebeldes acabaram vencidos apesar do apoio intermitente do rei Henrique III da Inglaterra.

Em 1229, pelo tratado de Meaux (chamado também tratado de Paris) Branca de Castela consegue solucionar o grave problema meridional suscitado com a cruzada contra os albigenses. Raimundo VII, filho e sucessor do conde de Tolosa Raimundo VI, abjura a heresia, casa sua única filha, Joana, com Afonso de Poitiers, irmão de Luís IX, e cede, desde logo, à coroa o Languedoc oriental que passa a formar as senescálias de Beaucaire-Nîmes e de Carcassonne.

A justiça do rei. — Luís IX notabilizou-se pela maneira como exerceu a justiça. Desejava que a justiça fosse pública e igual para todos nem mesmo permitindo que se executasse um nobre culpado secretamente. O próprio rei, segundo um texto famoso de Joinville, costumava durante o verão assentar-se à sombra do bosque de Vincennes e ouvir as queixas dos que reclamavam justiça. Procurou impedir que os grandes senhores cometessem excessos contra os humildes. Assim é que não hesitou em mandar encarcerar um senhor da Ile-de-France que retivera prisioneiros os filhos de um credor. Castigou também Enguerrand de Coucy, um dos mais ilustres senhores do reino, por ter enforcado três jovens que haviam caçado ilegalmente em suas propriedades. Condenado à morte pelo rei, o nobre senhor só conseguiu livrar-se da pena capital mediante o cumprimento de severas penas entre as quais figurava uma pesada multa.

Outras medidas importantes de interesse permanente e relacionadas com a justiça, tomadas por Luís IX, foram:

a) Término do duelo judiciário e emprego de provas e testemunhas nos processos.

b) Combate à vingança (a antiga faida germânica) e às guerras privadas.

c) Severo recrutamento de juízes. Estes deviam prestar um juramento segundo o qual não receberiam benefícios das partes. Era-lhes vedado também freqüentar as tabernas e jogar dados.

d) Acolhimento na corte de conhecedores do Direito Romano que prestaram importante colaboração nas decisões reais.

e) Instituição na corte de uma comissão especial com funções judiciárias. Essa comissão constituiu o início do famoso Parlamento «instituição que será suficiente para a glória de um reinado, pois através da mesma se inaugurou a mais alta jurisdição da França monárquica, destinada a fazer reinar a lei e os costumes através dos séculos, do XIII até a Revolução».[55]

f) Organização das cortes baroniais em diferentes localidades. Dessas cortes cabia apelo à corte real central.

Os inquisidores reais. — Para evitar que seus funcionários abusassem do poder em detrimento dos súditos, Luís IX institui os *inquiridores*, mensageiros reais que, à semelhança dos *missi dominici* de Carlos Magno, percorriam as províncias fiscalizando a administração da justiça. Para essas funções, o rei escolhia, em geral, religiosos. Note-se, que a documentação disponível atesta o feliz resultado da ação desses mensageiros.

A população rural e os servos. — A preocupação de Luís IX pelos humildes levou-o a tomar medidas em favor dos servos. Assim é que em 1246 providenciou no sentido de que os servos do domínio real fossem libertados. Estimulou também os senhores para que procedessem da mesma forma. Essa atitude, ao lado do espírito de justiça, contribuiu poderosamente para aumentar a popularidade do rei na zona rural. Reflexo dessa popularidade foi a decisão tomada pela gente humilde e rude da zona nordeste do reino no sentido de marcharem em cruzada para libertarem seu soberano aprisionado no Egito. Essa cruzada evidentemente fracassou mas sua lembrança constitui, na História, um sinal do amor da gente humilde da França por Luís IX. Guiberto de Tournai escreveu: «Todos o amam».[56]

As obras de caridade. — Um dos traços característicos da vida de Luís IX é sua preocupação de pautar seus atos pelos princípios de sua fé. Essa preocupação se traduz acima de tudo pela prática da caridade cristã. «O rei mandou construir vários hospitais e consagrou largas

somas a esta obra de caridade. Experimentava grande alegria em cuidar pessoalmente dos pacientes e em tratar as suas feridas, por muito repugnantes que pudessem ser. Não receava mesmo cuidar dos leprosos, a quem a sociedade, contudo, expulsava do seu seio. Tinha para eles palavras comoventes, exortando-os docemente a suportarem, por amor de Deus, os sofrimentos que lhes eram impostos». [57]

«Quando a fome assolou a Normandia, gastou somas enormes em alimentos para os necessitados de lá. Dava esmolas diárias aos pobres enfermos, viúvas, mulheres que se achavam presas, prostitutas e trabalhadores inválidos...» [58]

A política financeira. — Para melhor controle das finanças, Luís IX constituiu uma comissão especial que, a partir de Filipe, o Belo, se tornaria a «Câmara das Contas».

Especial menção merece a atitude tomada em face da cunhagem de moedas. Pela primeira vez, desde os carolíngios, o rei cunha moedas de ouro, coloca-as em circulação vinculando ao precioso metal todo o sistema monetário. Luís IX prescreveu também que a moeda real tivesse livre curso em todo o reino, fato esse que provocaria a prevalência das espécies reais sobre as espécies senhoris, o que não deixava de constituir um golpe profundo no sistema feudal. [59] Lembremos que, na época, havia cerca de oitenta senhores leigos e eclesiásticos que detinham o direito de cunhagem.

As cidades. — Sob o reinado dos antecessores imediatos de Luís IX e mesmo durante a regência de Branca de Castela, existia uma forte aliança entre a burguesia e o trono. As cidades do Norte haviam prestado apoio a Filipe Augusto em 1214 e à rainha-mãe. Com o governo pessoal de Luís IX inicia-se uma nova política. O rei, notando que a independência urbana aproveita de modo especial a uma oligarquia, não se preocupa tanto com essa autonomia. Assim é que procura pôr sob tutela administrativa e financeira as cidades sobre que o poder real tinha possibilidade de exercer uma ação direta. Lembremos, a título de exemplo, que em 1260 cerca de trinta e cinco cidades tiveram que prestar contas de suas finanças relativas ao ano anterior. Com essa política o rei visava não só combater o espírito oligárquico existente em certas cidades como também obrigar as municipalidades a fazer uma administração honesta e aos ricos a pagar taxas correspondentes a seus rendimentos. Os burgueses se encontram, no final do reino de S. Luís, sob forte pressão financeira. [60]

A paz interna. — A energia inflexível de Luís IX aliada às numerosas medidas já enumeradas teria como conseqüência uma duradoura paz interna no reino. Lembremos, aqui, uma dessas medidas tomada em janeiro de 1258: a proibição de guerras privadas, de incêndios e de todas as perturbações do trabalho rural. O porte de armas foi severamente reprimido em todo o reino. E' curioso notar que essa proibição provocou mal contidas cóleras, pois o hábito de portar armas e usá-las para fazer justiça pelas próprias mãos estava profundamente enraizado na alma popular.

Luís IX e as atividades culturais. — Luís IX deu valor à cultura. Cercou-se de intelectuais, especialmente de jurisconsultos como Pedro de Fontaine, Geofroy de Villette, Filipe de Beaumanoir e Guy Foulques. Este último ascenderia ao trono de S. Pedro com o nome de Clemente IV. O rei mantinha também estreitas relações com homens do porte intelectual de um Tomás de Aquino e de um S. Boaventura. Já mencionamos Joinville, o biógrafo e amigo de S. Luís. Lembremos, ainda, Roberto de Sorbonne, capelão do rei, que fundou o colégio que perpetuou seu nome.

Sob Luís IX a arte gótica encontra-se em pleno apogeu, e as catedrais levantam suas torres para o céu como símbolos de uma época de profunda fé cristã.

Luís IX e a Igreja. — A fé e a piedade de S. Luís não o impediram de portar-se com independência e liberdade em face das autoridades eclesiásticas. Não hesitou em impor aos clérigos, aos prelados e até aos papas o respeito pela autoridade real. «Recusa-se a deixar de reconhecer o imperador Frederico II castigado com a excomunhão pela Santa Sé. Exige dos bispos e dos abades que se curvem em todas as circunstâncias docilmente às regras costumeiras pelas quais se afirma o poder real nas relações com os dois cleros». [61]

Não obstante essa atitude do rei capetíngio, a Igreja não hesitou em proclamá-lo entre os santos no pontificado de Bonifácio VIII.

Política externa. — Na política externa Luís IX obedeceu aos princípios de moral ditados pela sua consciência. Assim é que procurava evitar a guerra. Só a aceitou em defesa de seu reino ou da cristandade e procurou por todos os meios aliviar a sorte dos infelizes vitimados pelas lutas. «Restituiu à Inglaterra e à Espanha os territórios que os seus antecessores haviam conquistado. Seus conselheiros lamentaram que tal acontecesse, mas a paz se manteve, e a França viu-se livre de agressões mesmo durante as longas ausências de Luís nas Cruzadas. «Os homens temiam-no», disse Guilherme de Chartres, «porque sabiam que ele era justo». De 1243 a 1270, a França não se empenhou em guerra contra qualquer inimigo cristão. Quando os seus vizinhos combatiam entre si, Luís procurava por todos os meios, reconciliá-los, zombando da sugestão dos seus conselheiros, os quais afirmavam que tais conflitos deviam ser fomentados, a fim de debilitar possíveis inimigos. Reis estrangeiros submetiam suas divergências ao seu arbitramento. O povo se maravilhava de que um homem tão bom pudesse ser também um bom rei». [62]

As cruzadas. — Luís IX participou da sétima e da oitava cruzada, tendo morrido durante esta última. Esses importantes acontecimentos serão objeto de estudo mais minucioso na terceira parte do presente volume, na qual estudaremos os grandes conflitos medievais.

O tratado de Corbeil (1258). — Havia muito que a casa de Aragão se julgava com direitos sobre certas senhorias situadas em território francês. Por outro lado, os condes de Roussillon e de Barcelona (últimos condados restantes dos numerosos condados carolíngios da Marca da Espanha) se situavam na esfera da monarquia aragonesa. O tratado de Corbeil evitou que a questão dos Pireneus e da antiga Marca da Espanha degenerasse em conflito. Jaime, o Conquistador, renunciou a todas as pretensões de ordem feudal sobre as senhorias da Provença e do Languedoc, com exceção da de Montpellier que ele possuía como herança de sua mãe, Maria de Montpellier. De sua parte Luís IX renunciava aos direitos que os sucessores dos Carolíngios podiam ter sobre a Catalunha e o Roussillon. Esse importante acordo foi selado com o casamento do herdeiro do trono francês, Filipe, o Audaz, com Isabel de Aragão.

Tratado de Paris (1259). — Em 1242 Luís IX havia vencido Henrique III da Inglaterra em Saintes e procedido em relação ao adversário (que era seu concunhado) com toda lealdade. O tratado de Paris (1259) regulou a situação entre os dois monarcas. O rei da França enfeuda novamente ao inglês a Guyenne, as dioceses de Limoges, Cahors e Périgueux. Henrique III acrescentara Agenais, Saintonge e o Quercy tolosano, se Afonso de Poitiers morrer sem descendentes. Em contrapartida, Henrique III abandona toda a pretensão sobre a Normandia, o Anjou, a Touraine, o Poitou e o Maine.

Cabem aqui três observações:

1) Afonso de Poitiers era irmão de Luís IX.

2) O rei Henrique III, como vassalo de Luís IX, prestou-lhe juramento de lealdade.

3) Tanto na Inglaterra como na França a transação de 1259 foi severamente criticada. Na realidade S. Luís, como no-lo atesta Joinville que, em suas *Memórias*, narra o diálogo entre os barões e o rei, atingira o seu alvo: manter a paz dentro dos princípios de sua fé cristã.

Luís IX, Árbitro da Europa. — O espírito de eqüidade e de moderação que caracteriza a atuação política de Luís IX, até mesmo em relação a seus próprios adversários, deu ao rei capetíngio um prestígio tal que o transformou em verdadeiro árbitro de contendas entre os poderosos da época. Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessa mediação

pacífica de S. Luís, considerado por muitos de seus contemporâneos como a personificação do Direito.

1) Em 1246 o rei da França atua como árbitro entre os filhos da condessa de Flandres e de Hainaut.

2) Em 1254 Luís IX reconcilia o duque João da Bretanha com Teobaldo II, rei de Navarra.

3) Reconcilia também o conde de Chalons com o da Borgonha e o conde de Luxemburgo como o conde de Bar.

4) Dirime uma questão entre os habitantes de Lião e os cônegos da catedral.

5) Em 1264 Luís IX pronuncia uma famosa sentença («dit d'Amiens») decidindo um conflito entre os barões ingleses e o rei Henrique III.

6) Por ocasião da luta contra os muçulmanos, Luís IX desempenha o papel de conciliador e de árbitro entre os príncipes latinos.

Concluamos sobre Luís IX. Nos últimos anos de seu reinado ele goza de inconfundível prestígio na cristandade. A França, graças a seu soberano, atravessa então a fase mais brilhante de sua História Medieval. «As gerações e os séculos voltaram os olhos para o seu reinado como tendo sido uma Idade de Ouro para a França, a pensar por que seria que uma Providência inescrutável não enviava novamente um soberano semelhante a ele. Era um rei cristão».[63]

Filipe III, o Audaz (1270-1285). — Pernoud classifica o reinado de Filipe III como «curto e insignificante».[64] Note-se, contudo, que, sob o filho de Luís IX, a monarquia se consolida por três razões: *a)* o próprio prestígio que a coroa havia adquirido a partir de Filipe Augusto e sobretudo no reinado de S. Luís; *b)* as instituições monárquicas funcionam por si, independente da capacidade do titular do trono; *c)* acréscimo do domínio real.

Filipe, o Audaz, bem dotado fisicamente, praticava a caça e a equitação; era piedoso, bondoso e generoso como seu pai. Faltava-lhe, entretanto, o senso político.

Eis, em resumo, os principais acontecimentos desse reinado:

1) Com a morte de Afonso de Poitiers e Joana de Tolosa (tios de Filipe III) o rei reuniu à coroa o condado de Tolosa.

2) *A cruzada contra Pedro III de Aragão.* Esta expedição guerreira foi motivada pelos problemas existentes na Sicília entre Carlos de Anjou (tio de Filipe III) e o soberano aragonês. Este fora excomungado pelo papa Martinho IV.

A invasão francesa fracassou não só em virtude da resistência encontrada, mas também pela epidemia de tifo que atacou os cruzados e vitimou o próprio rei (novembro de 1285).

Filipe IV, o Belo (1285-1314). — Com Filipe, o Belo, atingimos o último dos grandes reinados dos Capetíngios diretos. Esse reinado, em oposição ao idealismo de Luís IX, se caracteriza por um realismo às vezes brutal. O protagonista Filipe, o Belo, tem sido objeto dos mais desconcertantes julgamentos por parte dos historiadores. Calmette observa, a propósito, que a personalidade desse príncipe «se envolve em um estranho mistério. Sua fisionomia nos é conhecida, mas é uma máscara. A alma que essa máscara encobre permanece-nos impenetrável».[65]

Filipe recebeu de seus contemporâneos o cognome de *Belo*, em virtude de sua impressionante aparência física: alto, vigoroso, majestoso. Sua fisionomia impressionava não só pela beleza dos traços mas também pela impassibilidade e frieza. Um contemporâneo, Bernard Saisset, bispo de Pamiers, escreveu sobre a figura do monarca: «é o mais belo homem do mundo, mas não sabe senão olhar as pessoas fixamente sem falar».

Filipe, o Belo, possuía costumes austeros e praticava atos de piedade, o que não impediu a História de marcá-lo como cruel e até mesmo trapaceiro. Na realidade o último grande Capetíngio direto aparece-nos como um enigma no que tange à interpretação de sua personalidade e de seus atos. A pergunta paira no ar: Filipe teria agido sempre por iniciativa pessoal ou se teria deixado guiar exclusivamente pela influência de seus conselheiros? Nesta última hipótese seu silêncio significaria um vazio de pensamentos.

Calmette comenta: «Parece bem, a menos que haja descobertas imprevistas de novos documentos, que a história objetiva deva, prudentemente, deixar o enigma sem solução».[66] Cabe, aqui, entretanto, chamar a atenção para a observação de Grimberg: «O historiador alemão Wenck conseguiu reunir documentos até então passados despercebidos, os quais lhe permitiram reconstituir uma imagem mais verídica deste rei caluniado. Da sua interessantíssima exposição fica-nos a impressão de que Filipe era, pelo contrário, um homem culto e um político muito avisado».[67]

Os legistas. — O reinado de Filipe, o Belo, não pode ser compreendido sem que seja levada em consideração o papel decisivo dos legistas. Estes eram cultores do Direito Romano e buscaram no mesmo inspiração e justificação para o aumento da autoridade real. Note-se que a formação e atuação dos legistas devem ser explicadas à luz do renascimento do estudo do Direito Romano no Ocidente. Assim é que remetemos o leitor para o capítulo sobre o Direito em outro volume da ***História do Mundo Feudal.*** Lembremos, por ora, que dentro da concepção do poder extraída dos textos jurídicos, o rei era a lei viva, a fonte por excelência do Direito. O rei da monarquia feudal passava a ser encarado como o imperador que promulgava soberanamente suas constituições. Os legistas procuravam pura e simplesmente aplicar ao rei da França «todos os princípios do *Corpus Juris* que sublinhavam o poder absoluto dos imperadores romanos».[68]

A fórmula «*Rex Franciae est imperator in regno suo*» (o rei da França é imperador em seu reino) traduz bem as novas idéias sobre a supremacia da coroa entre os poderes feudais. «O Direito de Justiniano, professado em Bolonha, na Itália, fornecera seus adeptos a Barbarroxa. Na França, foi a escola de Orléans, sobretudo, que cultivou esse direito, ao mesmo tempo tão antigo e tão novo, em que se encontra incluída, imutável, a idéia do Estado».[69]

Entre os legistas mais famosos que cercavam Filipe, o Belo, devem ser lembrados: Pierre Flotte, Enguerrand de Marigny, Guilherme de Plaisians e Guilherme de Nogaret. O primeiro (Pierre Flote) desempenhou importantes funções administrativas, judiciárias e diplomáticas e tornou-se célebre por sua eloqüência. O último (Nogaret) caracterizou-se pelo vigor das atitudes, pela falta de escrúpulos morais, pela aversão à Igreja.

Política interna. — O problema financeiro domina a política interna do reinado de Filipe, o Belo.

A política externa, a ampliação da máquina administrativa (que implicou em aumento do número de agentes reais) acarretam despesas que o tesouro não pode suportar. Procura-se, então, por todos os meios, fortalecer a receita. Com esse fim são tomadas as seguintes medidas:

1) Ao lado do Parlamento (que atua como tribunal de justiça) organiza-se o tribunal de contas *(Chambre des Comptes)* constituído pelos conselheiros do rei com atribuições financeiras.

2) Cobrança de dízimos do clero.

3) Criação de taxas sobre operações comerciais.

4) Contratação de empréstimos.

5) Cobrança de taxas que substituem a prestação de serviço militar devido por todos ao rei.

6) Expulsão dos banqueiros judeus (1306) e italianos (1311) com o confisco dos respectivos bens.

7) Confisco das propriedades dos templários.

8) Política de desvalorização da moeda, que estigmatizou Filipe, o Belo, nas páginas da História com a fama de «moedeiro falso».

Façamos um breve comentário sobre os confiscos e o problema monetário.

Aqueles não acarretavam somente a transferência dos bens das vítimas para a Coroa, mas tinham por efeito igualmente o cancelamento das dívidas contraídas por ela. «Esta capacidade, em meio de todos os seus inconvenientes, teve uma conseqüência promissora: para suas exações, Filipe viu-se forçado a adular os nobres, consentindo nas correspondentes consultas centrais e locais. E em 1314 foi tão

longe nesse sentido que reuniu em Paris os três Estados, conhecidos mais tarde como Estados Gerais». [70]

Note-se, aliás, que já em 1302, no auge da crise com Bonifácio VIII, Filipe, o Belo, apelara para as três ordens da Nação, reunindo-as em uma Assembléia. Nobres, clérigos e representantes das cidades ouviram, então, a palavra de Pierre Flotte contra o papa. Não convém, entretanto, superestimar o valor dessas reuniões que eram convocadas mais para ouvir do que para decidir.

A pecha de «moedeiro falso» deve-a Filipe ao fato de haver feito coexistir a circulação de moedas fortes com a de moedas fracas com o mesmo valor nominal, mas de valor intrínseco diferente. O tesouro exigia que os pagamentos se efetuassem com a boa moeda, mas lançava em circulação a moeda depreciada. Compreende-se a reação popular: recusa da moeda desvalorizada e conseqüentes efeitos econômico-sociais.

Filipe, o Belo, e a Igreja. — O conflito com Bonifácio VIII e o famoso processo dos templários constituem dois acontecimentos de capital importância não só do reinado de Filipe, o Belo, mas da própria História Medieval. Ambos serão estudados com minúcias no capítulo sobre a Igreja, em outro volume da História do Mundo Feudal.

Política Externa. — Aproveitando-se das divergências entre Eduardo I, de um lado, e escoceses e galeses, de outro, Filipe, o Belo, procura estender seu domínio sobre as regiões do sudoeste (Guyenne) que tinham por suserano imediato o rei inglês. Este, por sua vez, era vassalo do rei da França a quem prestara homenagem em 1287.

Na Guyenne existiam duas facções antagônicas: uma, constituída pela alta nobreza feudal e pelo patriciado urbano, favorável ao rei da França; outra, formada pela baixa nobreza rural e pelo partido popular das cidades, favorável ao rei da Inglaterra.

Os desentendimentos entre partidários do monarca francês e defensores do domínio inglês, bem como os constantes conflitos entre marinheiros súditos de um ou de outro monarca tornavam tensa a situação. Em outubro de 1293 Eduardo I foi intimado a comparecer perante o Parlamento de Paris a fim de justificar os desmandos de seus súditos.

A recusa do soberano inglês justificou a intervenção de Filipe, o Belo.

Eduardo I procura ganhar tempo e aliados. Estes são comprados a peso de ouro. Curioso é que o rei francês usa o mesmo expediente neutralizando a ação do adversário. Adolfo de Nassau, por exemplo, recebe dinheiro de ambos os lados.

Mas o grande aliado de Eduardo foi Guy de Dampierre, conde de Flandres. Nesta região a população se dividia também em duas

facções: os oligarcas das cidades, inimigos do conde e favoráveis a Filipe; os trabalhadores que apoiaram Guy Dampierre.

Vejamos, em seqüência cronológica, alguns dos principais episódios do conflito entre Eduardo I e Filipe, o Belo.

1297 — Os ingleses são derrotados. Guy Dampierre, abandonado por Eduardo I, entrega-se como prisioneiro de Filipe. Este estendia seu domínio à Guyenne e a Flandres (tréguas estabelecidas no mosteiro de Vyve-saint-Bavon, em Flandres sob a mediação do papa Bonifácio VIII).

1300 — Jacques de Chântillon governa Flandres em nome de Filipe e com apoio de mercenários. Organiza-se, entretanto, um partido popular que promove uma reação de caráter nacional contra os franceses.

1302 — Essa reação explode nas chamadas Matinas de Bruges, massacre de franceses que repete em Flandres as Vésperas Sicilianas. No mesmo ano um magnífico exército de cavaleiros franceses sofre uma tremenda derrota na batalha de Courtrai (11 de julho) em que perece Pierre Flote. Essa vitória da infantaria flamenga é bem um sinal de que havia soado a hora do declínio da cavalaria feudal.

1303 — Sob a impressão do desastre de Courtrai, Filipe, o Belo, firma a paz com o soberano inglês e restitui-lhe a Guyenne.

Note-se de passagem o casamento (1308) de Eduardo II, sucessor de Eduardo I, com Isabel da França, filha de Filipe, o Belo. Desse casamento nasceria Eduardo III e suas pretensões à coroa da França.

1304 — Na Batalha de Mons-en-Pévèle, Filipe, o Belo, obtém uma desforra da derrota de Courtrai e melhora sua posição em Flandres conseguindo, posteriormente, após laboriosas negociações, anexar as castelanias de Lille, Donai e Bethune.

Um traço característico da política externa de Filipe, o Belo, é a tendência para restabelecer as fronteiras históricas (alguns autores falam de fronteiras naturais) da Gália.

E' curioso encontrar nitidamente «a noção de limites naturais em um memorandum redigido sob a inspiração de Nogaret e relativo ao Val d'Aran, reivindicado pelo Aragão. Da mesma forma a idéia da fronteira do Reno aparece em 1299 e em 1313». [71]

Filipe, o Belo, «orienta-se a leste para o Franco-Condado e o adquire por um momento; mas, sobretudo, ele olha para Lião, Viviers, e Barrois. Obtém esses progressos ao preço de férteis expedições e, sobretudo, de sutis negociações». [72]

Lembremos, ainda, um curioso episódio relacionado com a política externa de Filipe, o Belo. O rei capetíngio tentou uma *translatio Imperii* (transferência do Império) dos alemães para os franceses, promovendo a candidatura de seu irmão, Carlos de Valois. Enviou, com esse fim, diversas embaixadas aos príncipes eleitores procurando seu apoio quer com promessas, quer com ouro. Ao próprio papa Clemente

V, Filipe, o Belo, não deixou de apelar no sentido de que recomendasse a candidatura de Carlos para a vaga aberta com a morte de Alberto I de Habsburgo (1308).

Note-se, entretanto, que esse fato representa, antes, uma exceção na orientação da política externa de Filipe, o Belo. Com efeito, ele conhecia o terreno em que pisava e não era dado a ambições fantásticas nem a projetos utópicos. Assim é que não se deixou seduzir pelos sonhos do legista Pierre Dubois que «propunha a anexação prática dos Estados da Igreja, a conquista do Oriente e a supressão do Império em favor de uma sociedade de nações sob a hegemonia Universal da França».[73] Como o leitor terá concluído, Pierre Dubois era, na linguagem moderna, um nacionalista e imperialista exaltado.

Conclusão. — O reinado de Filipe, o Belo, apresenta-nos determinados aspectos que assinalam insofismavelmente a aurora de novos tempos:

1) Adota-se uma nova moral política segundo a qual os fins justificam os meios.

2) Acentua-se o absolutismo do poder real.

3) O pontificado romano sofre profundo abalo em seu prestígio político-religioso.

4) A reunião dos Estados Gerais incentiva o diálogo do rei com a nação e constitui uma advertência para os senhores feudais.

5) O massacre de Courtrai anuncia a decadência irremediável da cavalaria feudal.

Filipe, o Belo, faleceu em novembro de 1314 aos quarenta e seis anos de idade. O julgamento de seu reinado tem dividido os historiadores. Eis uma apreciação pouco favorável: «A França estava quase arruinada com a sua vitória. Sua moeda, desvalorizada, desorganizou a economia nacional, os aluguéis e os preços altos empobreceram o povo, os impostos atrasaram a indústria e a expulsão dos judeus e dos lombardos paralisou os tendões do comércio, arruinando as grandes feiras. A prosperidade, que crescera no reinado de Luís, o Santo, declinou sob o reinado do mestre de todos estratagemas do direito e da habilidade diplomática».[74]

Ao falecer, Filipe, o Belo, deixou três filhos vigorosos que subiram ao trono sucessivamente e que morreram prematuramente sem deixar herdeiros. Assim é que nos quatorze anos que seguem ao fim do reinado de Filipe, o Belo, vai-se extinguindo a linhagem dos capetíngios diretos.

Luís X (1314-1316). — Luís X, jovem e inexperiente, enfrentou as conseqüências financeiras que um longo reinado extremamente dispendioso havia produzido.

Desde logo o novo rei teve que enfrentar uma reação feudal que toma a forma de verdadeiras «ligas provinciais» e que, entretanto, são apaziguadas por meio de concessões moderadas, as chamadas «cartas». Esses documentos visam a assegurar a cada feudo seus costumes tradicionais e representam uma tentativa de reagir contra a unificação estatal a que levava a doutrina dos legistas. Na realidade as «cartas» continham cláusulas que preservavam a autoridade real e reduziam, assim, o alcance da vitória obtida contra a centralização irreversível em que enveredara a monarquia feudal.

Outra reação que se processa sob o reinado de Luís X é a promovida pela nobreza da corte enciumada contra a influência dos legistas. Chefiados por Carlos de Valois, tio do rei, a reação conseguiu a demissão dos principais ministros que haviam servido a Filipe, o Belo. A principal vítima foi Enguerrand de Marigny que sofreu graves acusações e acabou enforcado em Montfaucon, contra a vontade do rei.

Luís X faleceu em junho de 1316, deixando uma filha do primeiro matrimônio, Joana, e a segunda esposa esperando um filho. Este nasceu para morrer cinco dias depois. Filipe V, irmão de Luís X, fez-se coroar apressadamente em Reims e, para legitimar seu ato (que não levara em consideração os direitos da sobrinha) fez proclamar por uma assembléia reunida em Paris que as mulheres não sucedem ao trono no reino da França *(Mulier non accedit ad coronam regni Franciae).*

Filipe V, (1316-1322). — Filipe fora regente enquanto a viúva de Luís X esperava o nascimento do herdeiro presuntivo, fato esse que lhe facilitou a coroação (janeiro de 1317).

Um traço característico desse curto reinado foi a convocação dos três Estados. O rei tinha como primeiro objetivo de seu governo assegurar a paz e a ordem internas.

Quando Filipe V morreu prematuramente em janeiro de 1322 só deixava filhas como herdeiras. Aplicou-se então o princípio que ele mesmo invocara e subiu ao trono seu irmão Carlos IV.

Carlos IV, o Belo (1322-1328). — Seu breve reinado caracteriza-se internamente pela convocação de assembléias. Assim a França «evoluía para uma forma de governo caracterizada pela participação dos delegados do país no funcionamento normal do poder» (Calmette, *Le Moyen*, p.263).

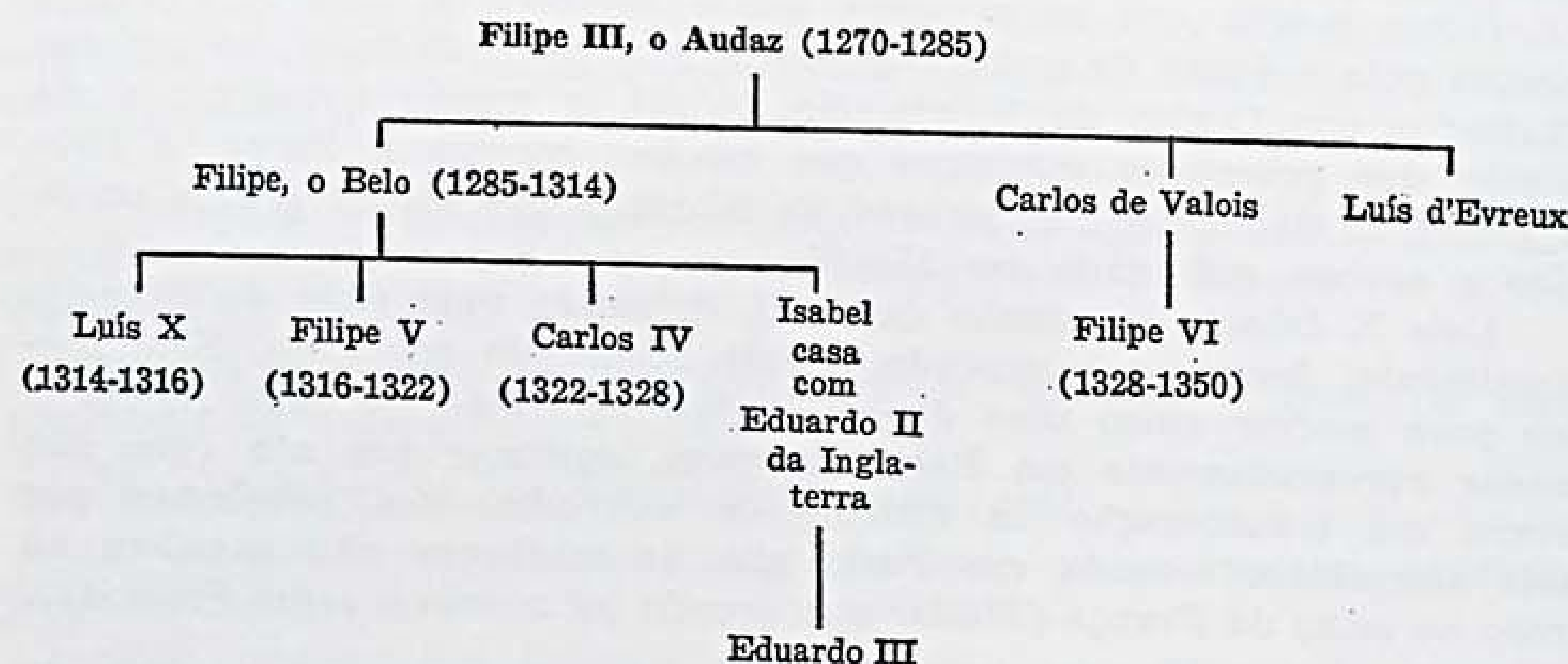
Externamente deve ser anotado um conflito com o soberano inglês.

A morte também prematura de Carlos IV punha fim à linhagem direta dos Capetíngios.

3. Os Valois

O advento dos Valois não significa a substituição de uma linhagem real por outra, pois com a morte de Carlos IV tratou-se apenas de escolher,

para sucedê-lo, entre um sobrinho, Eduardo da Inglaterra, Capetíngio por descendência feminina, e Filipe de Valois, primo do rei defunto e também Capetíngio. A seguinte árvore genealógica esclarecerá melhor o problema e mostrará ao leitor como os Valois eram, na realidade, descendentes de Filipe III, o Audaz e, portanto, de Hugo Capeto.



Quando o terceiro e último filho de Filipe, o Belo, expirou a 1º de fevereiro de 1328, a rainha viúva estava para dar à luz uma criança. Assim é que, na expectativa do nascimento do possível herdeiro do trono, os barões franceses reunidos em assembléia resolveram entregar a regência a Filipe de Valois. A primeiro de abril nascia a filha póstuma de Carlos IV, Branca. Com base no princípio segundo o qual as mulheres estão excluídas do trono da França, princípio esse já aplicado na sucessão de Luís X por Filipe V, e na de Filipe V por Carlos IV, os barões confirmaram Filipe VI no trono. Note-se, contudo, que Eduardo III da Inglaterra, por ser filho de Isabel, irmã do rei defunto, era parente colateral em grau mais próximo (sobrinho) do que Filipe VI. Para afastar o Plantageneta argumentou-se que se uma mulher não possuía direito à coroa, não podia igualmente transmitir esse direito. A preferência da escolha recaíra pois em Filipe de Valois por ser este um parente por via masculina. Só a descendência em linha masculina fora levada em consideração. Procura-se emprestar um caráter jurídico a esse princípio e um cronista acentua: *Ubi ergo mater nullum jus haberet, per*

consequens nec filius: aliter accessorium est principalius principali (Onde, portanto, a mãe não tem direito algum, conseqüentemente o filho também não o tem; de outra forma o acessório seria mais importante que o principal).

Posteriormente, pelos fins do século XIV, invocou-se a velha Lei Sálica como apoio jurídico à exclusão das mulheres do trono. Ora, na realidade, a *Lex Salica* só se aplicava no terreno do direito privado e, de modo algum, visava à sucessão ao trono.

Convém lembrar que da parte do Plantageneta argumentou-se que se as mulheres não ascendiam ao trono, isso se devia unicamente à fragilidade do sexo *(fragilitas sexus)*. Já o filho dessa mulher impossibilitada de assumir a coroa não sofre evidentemente do *defectus sexus* e, portanto, não está impedido de reinar. Acrescente-se que, no caso concreto de Eduardo III, deveria prevalecer o já mencionado grau de parentesco mais próximo, o *jus proximitatis*.

O leitor terá percebido, desde logo, que por detrás dos argumentos de ordem jurídica havia um sentimento nacional já enraizado ao qual repugnava entregar o trono a um soberano inglês, fato esse que, para muitos, teria o sentido de uma verdadeira anexação da França pela Inglaterra. O sentimento nacional mais que a discutida regra jurídica constituiu o critério para a substituição dos Capetíngios diretos.[75]

Note o leitor que, nas linhas seguintes, apresentaremos apenas um resumo de cada um dos Valois que ocuparam o trono durante a Guerra dos Cem Anos. Os principais episódios desse grande conflito serão estudados em capítulo especial, na terceira parte do presente volume onde voltaremos a focalizar os mesmos soberanos Valois.

Filipe VI (1328-1350). — Virtudes familiares, piedade, gosto pelas letras e até por assuntos teológicos, preocupação de praticar a justiça, eis alguns traços positivos desse soberano despreparado para o trono a que acedera por circunstâncias imprevisíveis e inesperadas. Esse despreparo transparece em algumas atitudes dos primeiros tempos do reinado. Convém lembrar que o novo soberano «tinha uma concepção o menos realista possível dos seus deveres de rei».[76]

«O primeiro Valois pode ser definido como um cavaleiro convicto. Ele possui do cavaleiro, de seu tempo, a ausência do senso prático, o otimismo fácil, a arrogância, os arrebatamentos repentinos».[77]

Ignora a política ou entende-a mal. A diplomacia entedia-o e fatiga-o. Sua vontade é indecisa e tende a submeter-se facilmente às sugestões alheias. Froissart denuncia, a propósito, a influência nefasta que a rainha Joana de Borgonha exerceu sobre o marido.

Vejamos, agora, alguns episódios marcantes do reinado do primeiro Valois.

1328 — Para atender a um pedido do Conde de Flandres, Filipe VI faz uma cavalgada feudal e massacra os vilões revoltados, despertando

a inimizade dos flamengos. Essa vitória do rei francês em Cassel prepara o ambiente antifrancês que vai explodir no início da Guerra dos Cem Anos.

1329 — Eduardo III dirige-se, em 26 de maio, para Amiens e aí, em pomposa cerimônia, presta homenagem a Filipe VI na Catedral (junho). Uma semana de festas, banquetes e torneios assinala a cerimônia. Note-se, entretanto:

1) A homenagem foi simples e não a homenagem lígia «que fazia do vassalo o homem do suserano».[78] Só em 1331 é que Eduardo declara ter prestado homenagem lígia.

2) Em discussões posteriores entre ingleses e franceses, os primeiros alegam a minoridade de Eduardo III quando prestou a homenagem, e sublinham que o monarca havia agido apenas como duque da Guyenne. A vassalidade ducal seria uma coisa, o reconhecimento da sucessão capetíngia, outra.[79]

1332 — Roberto d'Artois, com a finalidade de apoiar seus pretensos direitos sobre o Artois havia falsificado a documentação e fora, por esse motivo, severamente punido, tendo buscado refúgio na Inglaterra onde passou a instigar Eduardo III contra o rei da França. O grande erro deste último foi haver estendido a punição à família de Roberto, fato esse que provocou uma surda reação da nobreza francesa entre a qual os Artois possuíam amplas ramificações.

1332 — Filipe VI prepara-se para realizar uma cruzada, de comum acordo com o papa João XXII. «Sonhava ser o comandante de um exército de cruzados e esperava levar o seu vassalo Eduardo III a acompanhá-lo à Palestina».[80]

1333 — A aquisição de Saint-Colombe-du-Rhône constitui um passo importante para a anexação do Delfinado.

1337 — Eduardo III declara anular sua homenagem e envia um mensageiro a Paris formalizando a ruptura.

1340 — O rei inglês assume o título e as armas de rei da França, o que equivale a uma declaração de guerra. Neste ano fere-se a batalha de Ecluse em que a frota francesa é destruída.

1346 — Fere-se a batalha de Crécy em que a cavalaria francesa é derrotada.

1347 — Calais rende-se aos ingleses.

1348 — A peste negra causa tremenda mortandade na Europa Ocidental. Neste ano Filipe VI adquire Montpellier e seu porto de Lattes do rei de Majorca.

1349 — Em julho o delfim do Viennois, Humberto, cede como herança seus domínios, o Delfinado, ao mais velho dos netos de Filipe, aquele que seria, mais tarde, Carlos V, em troca de apreciável recompensa pecuniária. O reino da França atingia, assim, os Alpes e dominava, pelo norte, a Provença.[81]

1350 — Morte de Filipe VI.

João II, o Bom (1350-1364). — O filho de Filipe VI e de Joana de Borgonha apresenta, em seus vícios e virtudes, estreita semelhança com o pai.

Teimosia, incompreensão da realidade da época, amor ao fausto, vivo sentimento da honra de cavaleiro, eis alguns traços de João, o Bom. Essa alcunha, aliás, indica, aqui, a bravura no combate.

O espírito imprevidente do rei leva-o a gastos desmesurados com a vida na corte. Lembremos, apenas, que, para custear as magníficas festas da coroação, foram falsificadas moedas.

Entre os principais acontecimentos do reinado de João, o Bom, registemos:

Internamente devem ser assinalados:

1) *A rivalidade entre Carlos da Espanha e Carlos de Navarra.* Este último, conhecido na História como Carlos, o Mau, era Capetíngio autêntico, neto de Luís X e herdeiro, não só do reino de Navarra, mas também dos feudos normandos da casa d'Evreux. Carlos da Espanha é tragicamente assassinado, o que abala profundamente o rei, seu amigo.

2) *A reunião dos Estados Gerais.* — As reivindicações dos Estados reunidos em 1355 em Paris, antes, portanto, da batalha de Poitiers, já constituem um indício de quanto se contestava a autoridade real.

Após o desastre de Poitiers, a situação se agrava. O delfim, na ausência do rei, reúne os Estados de Languedoil em Paris (outubro de 1356).

Carlos procura resistir às reivindicações feitas pois representavam o oposto a tudo que caracterizava até então a monarquia francesa.

Na reunião dos Estados desempenha papel relevante Estêvão Marcel.

Voltaremos ao assunto no capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos.

3) *A revolta de Estêvão Marcel.* — Estêvão Marcel encabeça a revolta da burguesia, especialmente a parisiense. Com o rei de Navarra, Marcel introduz em Paris bandos de anglo-navarrinos, fato esse que, a par das violências praticadas, arruínam a popularidade do líder burguês. Este é assassinado em julho de 1358.

4) *Jacquerie.* — A regência do delfim Carlos assiste a uma outra grave comoção social: a revolta dos camponeses, conhecida por *Jacquerie*, designação essa proveniente de *Jacques Bonhomme*, nome depreciativo dado pela nobreza ao homem do campo. A Jacquerie iniciou-se no Beauvaisis, em fins de maio de 1358.

5) *As Companhias.* — O tratado de Brétigny provocou a ociosidade de muitos mercenários agravando o problema das chamadas companhias, grupos armados que, depois de estarem a soldo da autoridade legítima, continuavam a fazer guerra por conta de interesses próprios. Esses grupos se uniam às vezes em verdadeiros exércitos, as *Grandes Companhias.*

Política externa.

1356 — Neste ano, a 19 de setembro, os franceses perdem a batalha de Poitiers, desastre esse pior que o de Crécy. João, o Bom, cai prisioneiro e é levado para a Inglaterra onde é tratado com toda a consideração e desfruta de todos os prazeres enquanto no continente o delfim se debate com os mais graves problemas.

1360 — O *tratado de Brétigny* devolve o rei João, o Bom, à liberdade.

Eduardo III renuncia à coroa da França, mas recebe, em compensação, quase um terço do reino. Os franceses deverão pagar ainda uma soma fabulosa como resgate.

1364 — A fuga de um dos reféns (o duque d'Anjou, filho de João, o Bom), deixados em poder de Eduardo III para garantir o pagamento do resgate, levou o soberano francês a retornar à Inglaterra como prisioneiro a fim de reparar a falta. Para alguns a atitude do rei representou um ato de virtude própria da cavalaria. Calmette, porém, observa: «João ia retomar, sob o pretexto de cavalaria, a alegre vida de seu cativeiro. Para falar francamente, cativeiro para ele era sinônimo de vilegiatura».[82] Mas João não teria muita oportunidade para as festas do cativeiro, pois morreria poucos meses depois da chegada, aos 8 de abril de 1364.

Carlos V, o Sábio (1364-1380). — Com a morte de João, o Bom, subia ao trono seu filho, Carlos V, que já ocupara a regência por duas vezes.

O terceiro Valois difere radicalmente de seus dois antecessores. Cristina de Pisan, sua biógrafa, presta-nos informações precisas sobre o físico e o moral daquele que mereceu do povo a alcunha de Sábio. Fisicamente bem proporcionado, fronte ampla, olhar franco, eis alguns traços de Carlos V. Ao belo físico não correspondia, entretanto, uma boa saúde: o rei passou toda a vida sofrendo de graves enfermidades. Note-se, contudo, que a saúde precária não impediu jamais a excelente sanidade mental que caracteriza a atuação do soberano. Este, com efeito, amava a moderação e o método. Para Carlos V, governar era uma ciência. Homem de gabinete, administrador e diplomata, o terceiro Valois teve a felicidade de suprir suas deficiências como guerreiro por um chefe militar à altura das circunstâncias: Bertrando Duguesclin, fidalgo bretão, famoso não só pelos seus lendários feitos mas também por sua proverbial feiúra. Graças a esse verdadeiro homem de guerra feito condestável do reino em 1370, é que uma boa parte do território francês

foi libertada, restituindo-se, assim, às armas francesas a sua glória. Calmette assim caracteriza a atuação do bravo bretão: «Com ele, o patriotismo, pela primeira vez, se precisa, se cristaliza em torno de uma personalidade representativa; pela primeira vez, haverá, sob Carlos V, na História de nosso país, um grande campeão reconhecido por todos, encarnando a causa nacional».[83]

O leitor encontrará, no capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos, os empreendimentos guerreiros do reinado de Carlos V. Limitar-nos-emos, nas linhas seguintes, a algumas notícias sobre a política interna do reinado em tela.

A administração. — Orientado por conselheiros prudentes, Carlos V desenvolveu grande atividade administrativa. «No decorrer dos dezesseis anos de seu reinado lançou as novas bases da autoridade real. Reorganizou o sistema de impostos, facultando, assim, à coroa novos rendimentos fixos. Introduziu as contribuições diretas e imaginou um sistema de coletas de impostos».[84] Carlos V reformou o judiciário, estimulou o desenvolvimento industrial e estabilizou a moeda. Com os recursos obtidos graças à reorganização das finanças, o rei conseguiu pagar regularmente o soldo e pôr cobro, assim, aos excessos cometidos pelos soldados.

A Cultura. — Carlos V dava grande valor à cultura. Ele mesmo não escondia sua predileção pelos livros e não hesitou em mandar traduzir obras de valor entre as quais se contavam escritos de Aristóteles e de S. Agostinho. E' interessante registrar que a Biblioteca Nacional de Paris conserva obras que integraram a biblioteca pessoal do terceiro Valois.

Carlos V deleitava-se com a convivência de intelectuais com quem trocava idéias sobre seus temas prediletos, tais como filosofia, teologia, astronomia.

Notemos, para concluir, que pintores, arquitetos, escultores, gravadores e ourives contribuíram também com suas obras para elevação do nível cultural do reino.

A majestade real. — Apesar de doente, Carlos V procurou cercar-se do fausto que, na época, caracterizava o esplendor majestático da realeza. Um rei sem pompas, sem grandeza, teria, de acordo com a mentalidade contemporânea, atraído o desprezo dos súditos. Assim é que o rei não hesita em gastar grandes somas em festas e na manutenção de seus palácios.

Carlos, o Sábio, faleceu em setembro de 1380, alguns meses após a morte de Duguesclin.

Carlos VI, o Louco (1380-1422). — Por uma ordenança de 1374, Carlos V havia fixado a maioridade dos reis aos treze anos completos e previsto a organização do governo do reino, caso seu filho Carlos tivesse que reinar antes de completar aquela idade.

A regência caberia a Luís d'Anjou, o irmão mais velho de Carlos V; a tutela caberia à rainha assistida pelos duques João de Berry, Filipe de Borgonha (irmãos do rei) e Luís de Bourbon (cunhado).

Ainda de acordo com a vontade do soberano defunto, o governo deveria contar com a presença de um conselho de cinqüenta membros.

A vontade de Carlos V não foi respeitada, fato esse facilmente explicável pela inexistência de uma constituição que assegurasse a execução das sábias e prudentes medidas tomadas pelo metódico soberano. Três tios paternos e um tio materno vão procurar a melhor forma de tirar proveito da nova situação sem levar em consideração os interesses do reino.[85]

Não cabe aqui reproduzir todos os episódios que assinalam a minoridade e o subseqüente reinado efetivo de Carlos VI. Limitar-nos-emos a uma breve enumeração em ordem cronológica dos principais acontecimentos, lembrando, ainda uma vez, ao leitor que deverá consultar o capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos.

Um dos últimos atos de Carlos V fora a abolição do imposto mais importante, o *fouage* (do baixo latim *focaticum).*

Essa medida tornou-se desde logo conhecida e causou a impressão nos espíritos simples de que a monarquia renunciava à percepção de toda e qualquer retribuição, passando a subsistir graças aos recursos do domínio, como acontecera outrora quando a instituição revestia um caráter puramente feudal. A ordenança de Carlos V vinha agravar uma situação de crise econômica, financeira e social que caracteriza a época. Os príncipes governantes vêem-se em dificuldades para exigir da população os direitos que a Ordenança conservara.

Uma reunião dos Estados Gerais resulta numa ordenança que suprime pura e simplesmente o imposto real (janeiro de 1381), fato esse que significa um recuo tremendo na política financeira iniciada já no século anterior.

Qualquer tentativa de receber impostos é, então, repelida pela população. Compreende-se assim a intensificação de revoltas como, por exemplo, a dos *Maillotins* em Paris, onde a população enfrentou os coletores de impostos com malhos de chumbo.[86]

A grave revolta dos comuneiros flamengos foi dominada na batalha de Roosebeck (novembro de 1382) após a qual seguiu-se uma tremenda repressão por todo o reino. Carlos VI entrou em Paris à frente de seus soldados como se pisasse uma cidade conquistada.

Os tios governantes encontram-se no auge do poder e cometem toda a sorte de arbitrariedades.

Em 1388 Carlos VI se desembaraça da tutela de seus tios, assumindo as rédeas do governo e escolhendo seus próprios conselheiros principalmente dentre burgueses competentes que receberam de seus adversários a designação pejorativa de «marmousets» (bonecos articulados). A equipe de auxiliares do rei empreende uma notável obra administrativa em que predominava a preocupação de saneamento da moeda.

Mas a dispendiosa vida da corte prejudicava seriamente a restauração financeira almejada. Acrescente-se a isso a impopularidade que a austera política dos «marmousets» lhes havia granjeado.

O ataque de loucura que acometeu o rei em agosto de 1392 e que seria seguido por muitas outras crises até sua morte em 1422, levou o poder novamente para as mãos dos príncipes. «Assim, a loucura de Carlos VI domina, doravante, a história do reino. Intermitente, ela não permite o estabelecimento de uma regência. Mas, mesmo entre os acessos, o rei tem apenas uma mentalidade infantil. Ele figura no trono, fala, compreende as coisas simples, mas não pode conduzir uma política. Em torno do trono, ora ocupado, ora vazio, as batalhas de influência têm livre curso e todas as incoerências tornar-se-ão possíveis».[87]

Os «marmousets» são afastados do governo e até mesmo perseguidos. Os divertimentos faustosos com o conseqüente esbanjamento de dinheiro dominam a corte. Os bailes de máscaras e os quadros vivos estão na moda. As miniaturas do século XV conservam a lembrança de uma dessas festas, o famoso baile dos ardentes, promovido pela rainha e que terminou tragicamente com um incêndio provocado pelas tochas transportadas por Luís de Orleães e seus companheiros.

Em 1407 o assassinato de Luís de Orleães por criminosos a soldo de João Sem-Medo, duque de Borgonha, filho e sucessor de Filipe que falecera em 1404, vai provocar uma encarniçada guerra civil que divide a França em dois campos opostos: Borguinhões e Armanhaques.

Os primeiros se alinham em torno de João Sem-Medo, os segundos são os partidários do jovem duque Carlos de Orleães, herdeiro de Luís e casado com uma filha do poderoso Bernardo, Conde d'Armanhaque.

Ambos os partidos procuram aproximar-se do rei, entrar em entendimentos com a rainha e influir no delfim.

A guerra civil campeia: cidades e castelos são tomados e retomados pelos antagonistas. E o curioso é que de ambos os lados se lançam apelos à Inglaterra.

Em 1413, num momento de trégua, os Estados Gerais se reúnem em Paris. Estala, então, uma sangrenta revolta popular conhecida pelos historiadores como *Révolution Cabochienne* por causa de um dos principais chefes da revolta, Caboche. Açougueiros e esfoladores pretendem impor uma reforma administrativa.

Os excessos da população levam os moderados de Paris à busca do apoio dos Armanhaques que, em 1414, dominam a cidade. João Sem-Medo intriga em Londres favorecendo a ação do novo rei da Inglaterra, Henrique V, que vai reiniciar a guerra.

Em outubro de 1415 fere-se a batalha de Azincourt entre ingleses e franceses. Repetem-se as derrotas de Crécy e de Poitiers. Em 1419 os partidários do delfim Carlos assassinam João Sem-Medo, fato esse que acarreta como conseqüência a estreita aliança entre o duque Filipe, o Bom, filho e herdeiro de João, e o rei Henrique V. Carlos VI é então forçado a assinar o desastroso tratado de *Troyes* (1420). O rei inglês

casava-se com Catarina, filha de Carlos VI e Isabel de Baviera, o que faria de Henrique V herdeiro da coroa da França, com a exclusão do delfim.

Em 1422 morrem Henrique V e Carlos VI. Henrique VI, filho de Henrique V e de Catarina, com apenas dez meses de idade, é proclamado rei da Inglaterra e, depois, da França sob a regência de seu tio o duque de Bedford aliado ao poderoso duque de Borgonha, Filipe, o Bom. Havia então dois reis na França, pois o delfim, apoiado pelas regiões do sul e do centro, tomara o nome de Carlos VII.

Carlos VII (1422-1461). — A apatia e a depressão constituem características do temperamento de Carlos VII sublinhadas pelos historiadores. A loucura do pai, uma infância sem afeições, o brutal afastamento da herança do trono com a cumplicidade de sua própria mãe marcaram fundo a alma do rei de Bourges. Note-se, contudo, que a imagem tradicional do herdeiro de Carlos VI parece não corresponder totalmente à realidade: «Os historiadores modernos retificaram em mais de um ponto esta imagem assaz simplista. Atualmente parece bem estabelecido que Carlos VII não era de modo algum desprovido de dotes políticos».[88]

Nas linhas seguintes vamos apresentar primeiramente um esquema dos acontecimentos relacionados com a política externa, isto é, com a luta contra os ingleses. A seguir, desenvolveremos um pouco mais a exposição dos eventos que configuram a política interna desse longo reinado.

Na luta contra os ingleses podemos distinguir cinco fases:

1) Os ingleses progridem com o apoio, entre outros, do duque de Borgonha. Em agosto de 1424 obtêm a vitória de Verneuil.

2) No segundo período, o rei de Bourges parece poder fazer face aos invasores em virtude de importantes adesões como, por exemplo, a do nobre João de Foix.

3) Numa terceira etapa, os ingleses prosseguem em suas vitórias pondo cerco à cidade de Orleães, episódio esse que assinala um dos pontos culminantes da luta centenária. Orleães passa a ser o símbolo do sentimento nacional francês.

4) O quarto período é assinalado pela inesperada presença e atuação de Joana d'Arc. A libertação de Orleães, a sagração de Carlos VII em Reims (1429) e, finalmente, o trágico fim da heroína nacional (1431), são alguns dos emocionantes atos dessa época dramática da História da França.

5) Nos vinte e dois anos que seguem ao suplício de Joana d'Arc prossegue a luta com resultados cada vez mais favoráveis para os franceses.

Em 1435 dois acontecimentos causam dano irreparável aos ingleses: a morte de Bedford em Ruão e o tratado de Arras. Este tratado reconciliava Carlos VII com o duque da Borgonha, pondo termo à aliança anglo-borgonhesa e rompendo o equilíbrio de forças. E' verdade que o tratado implicava em concessões morais e materiais da parte do rei francês. Este, com efeito:

1) Oferecia a Filipe, o Bom, filho de João Sem-Medo, reparações pelo assassinato praticado em Montereau (1419).

2) Dispensava os feudos borgonheses de toda homenagem enquanto vivos fossem o duque e o rei.

3) Cedia a Filipe, o Bom, importantes territórios entre os quais se encontravam as cidades da região de Somme.

No capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos estudaremos a última fase dessa luta. Vejamos, agora, alguns acontecimentos marcantes da política interna de Carlos VII. Essa política caracteriza-se principalmente por uma série de reformas decisivas para as quais o rei contou com notáveis colaboradores e conselheiros, entre os quais podemos lembrar Jacques Coeur, o inspirador das reformas financeiras, Etienne Chevalier, responsável pela boa marcha dos serviços administrativos, Artur de Richemont, orientador das reformas militares.

No terreno *político-administrativo*, Carlos VII acentua o papel do Conselho do rei como verdadeiro centro do governo e introduz nesse órgão, em que predominam os burgueses, a divisão do trabalho, reservando dias especiais para tratar respectivamente de assuntos atinentes à justiça, às finanças, à guerra, etc.

No *terreno financeiro* a atividade de Carlos VII é atestada através de inúmeras ordenanças financeiras. Encontramos as finanças divididas em ordinárias e extraordinárias. As primeiras compreendiam as receitas do domínio real. As segundas abrangiam os impostos conhecidos como *aides*, *gabelles* e *tailles*. *Aides* eram os direitos percebidos sobre a venda e transporte de mercadorias; *gabelles* eram impostos cobrados sobre o sal; *tailles* eram impostos diretos cobrados quer sobre pessoas *(taille personelle)*, quer sobre as terras *(taille réelle)*.

No *terreno militar* Carlos VII instituiu um exército permanente, dissolvendo as companhias particulares de mercenários. A reforma militar iniciou-se com a criação de uma tropa de cavalaria *(compagnies d'ordonnance)*. Seguindo o exemplo dos ingleses, o rei francês organizou uma infantaria nacional composta de franco-arqueiros (assim chamados porque estavam isentos de impostos) escolhidos pelos membros de sua comunidade e que deveriam estar prontos para acorrer ao chamado do rei.

Finalmente, a organização militar foi completada com a artilharia de campanha.

[1] Petit, *La Monarchie*, p. 7. Ver, contudo, nota 26 do cap. V, 1ª Parte.
[2] Idem, ibidem, p. 8.
[3] Seignobos, *Histoire Sincère*, I, p. 114.
[4] Idem, ibidem, p. 115s.
[5] Calmette, *Le Monde*, p. 333.
[6] Idem, ibidem, p. 342.
[7] Perroy, *A Idade Média*, p. 154.
[8] Calmette, *Le Réveil*, p. 23.
[9] Carlos, o Simples, é Carlos III ou Carlos IV?
A propósito dessa numeração, convém repetir a observação de Calmette: "Après Charlemagne et Charles le Chauve, vient Charles III le Simple, Charles le Gros — fait significatif — n'étant pas compris, bien qu'ayant régné, dans numérotation royale consacrée dès le Moyen Age".
[10] Calmette, *Le Réveil*, p. 30.
[11] Idem, ibidem, *Le Monde*, p. 112.
[12] Com relação ao título de "duque de França", Seignobos *(Histoire Sincère de la Nation Française)* referindo-se à linhagem de Roberto, o Forte, anota: "Os descendentes de Roberto, que não foram reis, são chamados pelos cronistas *duques* dos francos. O mais poderoso, Hugo, possuía o território de cinco condes. Foi dito, mais tarde, que ele possuía o ducado da França; esse ducado jamais existiu; os títulos eram ainda pessoais".
Note-se que a expressão "duque de França" é encontrada em autores como Calmette e Léonard. Calmette observa que a origem desse título é obscura (*Le Monde Féodal*, p. 113).
[13] Calmette, *Le Réveil*, p. 52.
[14] Idem, *Le Monde*, p. 298.
[15] Idem, ibidem.
[16] Idem, ibidem, p. 168.
[17] Funck-Brentano, *Les Origines*, p. 380: "Ses origines sont obscures. Richer, moine de Saint-Rémy, le fait descendre de Wittekind. D'autres donnent pour berceau à sa famille la Neustrie et d'autres l'Austrasie".
[18] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 17.
[19] Calmette, *Le Réveil*, p. 74.
[20] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 46.
[21] Calmette, *Le Réveil*, p. 81.
[22] Petit, *La Monarchie*, p. 33.
[23] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 75s.
[24] Calmette, *Le Réveil*, p. 88.
[25] Idem, ibidem.
[26] Idem, ibidem, p. 87.
[27] Idem, ibidem, p. 185.
[28] Calmette, *Le Monde*, p. 306.
[29] Idem, *Le Réveil*, p. 208.
[30] Idem, ibidem, p. 235.
[31] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 218.
[32] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 237.
[33] Sobre o cognome de "Augusto" convém notar que foi dado por seu biógrafo Rigord em virtude do mês de agosto *(mensis augusti)* em que nasceu o rei. Rigord chama-o, na maioria das vezes, *rex Philippus*. Durante a Idade Média o cognome dado habitualmente a Filipe Augusto foi o de "Conquistador".
Outros autores explicam o cognome de Augusto porque Filipe aumentou as terras do reino.
[34] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 200.
[35] Calmette, *Le Moyen Age*, p. 212.
[36] Idem, *Le Monde Féodal*, p. 308.
[37] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 204.
[38] Idem, ibidem, p. 205.
[39] Calmette, *Le Monde*, p. 309s.
[40] Idem, ibidem, p. 310.
[41] Idem, ibidem.
[42] Cf. Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 236.
[43] Idem, ibidem.
[44] Calmette, *Le Moyen*, p. 220.
[45] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 237s.
[46] Idem, ibidem, p. 238.
[47] Pacaut, *Les Structures*, p. 202.
[48] Pirenne, Jacques, *Les grands* (II), p. 107s.
[49] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 227.
[50] Calmette, *Le Moyen*, p. 229.
[51] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 278.
[52] Pernoud, *La Formation*, p. 35.
[53] Calmette, *Le Moyen*, p. 231.
[54] Durant, *História*, t. 3, p. 202.
[55] Calmette, *Le Moyen*, p. 237.
[56] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 357 (Tout le monde l'aime, écrivait son chapelain Guibert de Tournai).
[57] Grimberg, *História Universal*, 7, p. 107s.
[58] Durant, *História* (Idade da Fé, t. 3), p. 201.
[59] Calmette, *Le Monde*, p. 318.
[60] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 354.
[61] Calmette, *Le Moyen*, p. 238.
[62] Durant, *História* (Idade da Fé, t. 3), p. 200.
[63] Idem, ibidem, p. 204.
[64] Pernoud, *La Formation*, p. 37.
[65] Calmette, *Le Moyen*, p. 241.
[66] Idem, ibidem, p. 242.
[67] Grimberg, *História*, 7, p. 174.
[68] Koschaker, *L'Europa*, p. 138.
[69] Calmette, *Le Moyen*, p. 242.
[70] Previté-Orton, *História*, III, p. 1055.
[71] Calmette, *Le Monde*, p. 321.
[72] Idem, ibidem, p. 248.
[73] Llorca, *História*, p. 62.
[74] Durant, *História*, 4ª parte, t. 3, p. 205s.
[75] Sobre essa introdução consultar Calmette, *Le Moyen*, p. 289ss. Ver também Léonard, *Les premiers Valois*, p. 909ss.
[76] Grimberg, *História*, 8, p. 13.
[77] Calmette, *Le Moyen*, p. 303.

[78] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 409. Ver no capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos citação de Maurois.
[79] Calmette, *Le Moyen*, p. 296.
[80] Grimberg, *História*, 8, p. 13.
[81] Léonard, *Les Premiers*, p. 937.
[82] Calmette, *Le Moyen*, p. 340.
[83] Idem, ibidem, p. 345.
[84] Grimberg, *História*, 8, p. 50.
[85] O leitor encontrará um minucioso estudo dessa situação em Calmette, *Chute*, p. 14ss: "Quatre oncles pour un neveu".
[86] Notar a observação de Calmette (*Le Moyen*, p. 359) "Les manuels d'histoire ont vulgarisé le mot 'Maillotins' qui n'est pas de l'époque. L'insurrection dite des Maillotins est, en réalité, l'insurrection des Maillots".
[87] Calmette, *Le Moyen*, p. 366.
[88] Grimberg, *História*, 8, p. 77.

CAPÍTULO II

A Inglaterra

Introdução

CONVÉM, preliminarmente, lembrar que o reino da Inglaterra, na época em que reiniciaremos, aqui, sua História política (o leitor deve ter presente o que já se escreveu no primeiro volume da *História dos Reinos Bárbaros*), apresentava uma superfície bastante reduzida, pois dele estavam excluídas as seguintes regiões: a *Irlanda* (que permaneceu independente até o reinado de Henrique II, Plantageneta, 1154-1189), o *país de Gales* (que só foi conquistado por Eduardo I, 1272-1307), e a *Escócia* (que só seria reunida ao reino sob Jaime I, 1603-1625).

Essa relativamente pequena região sofreu, através dos séculos, as sucessivas invasões e o sucessivo domínio de diferentes povos. Assim é que as populações pré-históricas foram subjugadas pelos celtas (gaélicos e bretões). Mais tarde, as legiões romanas viriam ocupar, por cerca de quatro séculos, uma parte do território habitado pelos bretões. As invasões germânicas se fizeram sentir na ilha através dos anglo-saxões. Essa germanização do país sofre uma violenta renovação com a brusca e violenta irrupção dos povos escandinavos que colonizaram o norte e o leste da Inglaterra (abandonados pelo rei Alfredo à semelhança da cessão da Normandia por Carlos, o Simples). No século XI o domínio dinamarquês chega a abranger toda a Inglaterra. Neste mesmo século encerra-se o longo processo de invasões com a conquista normanda de Guilherme.

A simples e rápida relação dos povos invasores da Inglaterra terá provavelmente chamado a atenção do leitor para o denominador comum étnico existente entre esses elementos humanos e aqueles que invadiram sucessivamente a Gália, formando o substrato étnico da população francesa.

Convém, entretanto, sublinhar a profunda diferença entre a evolução histórica de um e de outro país. E' que na Inglaterra, ao contrário do que sucedeu na Gália, a romanização não deitou raízes tão profundas a ponto de influir de modo decisivo no substrato populacional céltico. O latim não foi falado pela população bretã, a não ser nas cidades. O próprio cristianismo não atingiu, durante a ocupação romana, a mesma sólida estrutura que encontramos na Gália durante as invasões germâ-

nicas. Compreende-se assim que os resultados das invasões germânicas tenham sido fundamentalmente diversos na Inglaterra e na Gália. A Igreja teve que recomeçar, na ilha, a tarefa de evangelização. A missão de Agostinho enviada pelo papa Gregório Magno iria não só provocar a conversão dos anglo-saxões mas também lançar as bases da unidade moral da Inglaterra. Essa unidade cimentada por uma superior estrutura eclesiástica aparece já bem clara com a atuação do arcebispo Teodoro, um grego da Ásia que recebeu da Santa Sé a incumbência de organizar a nova Igreja no final do século VII. A unidade moral estabelecida pelo cristianismo prepararia a unidade política. «Nesse país em que toda a influência latina havia desaparecido, a Igreja cristã trouxe o espírito latino, o conhecimento do direito abstrato, a noção de unidade nacional e de Estado».[1]

Da luta entre os diferentes reinos anglo-saxões e das invasões escandinavas iria resultar a unidade política preparada pela unidade moral. Com efeito, as invasões normandas não só haviam acelerado na Inglaterra a formação de uma classe de militares profissionais indispensáveis à defesa do país, mas haviam também contribuído decisivamente para atenuar as rivalidades existentes entre os diferentes reinos anglo-saxões. Maurois observa: «Uma pressão exterior dá a povos de origem similar, mas divididos por velhos rancores, o sentimento da sua unidade».[2]

O reino de Wessex desempenha, no século IX, um papel preponderante como encarnação do sentimento nacional inglês. Seus reis tornar-se-ão de fato os reis da Inglaterra e sua «casa», a «casa» da Inglaterra. Os reinados de Egberto (802-839), de Alfredo, o Grande (871-899), de Athelstan (924-940) e de Edgar (959-975) são gloriosos. Athelstan chamou-se *Rex totius Britanniae* (Rei de toda a Britânia) e Edgar atribuiu-se o título de imperador: «*Totius Albionis imperator Augustus*». Compreende-se, pois, que iniciemos o primeiro item do presente capítulo com o estudo dos soberanos da «Casa de Wessex» (802-1066).

Antes, porém, de prosseguir, cremos conveniente citar, somente a título de exemplo, algumas das fontes para o estudo dos primeiros tempos da História da Inglaterra no Mundo Feudal. Lembremos, desde logo, que as obras dos analistas e cronistas ingleses da Idade Média se encontram, em sua maior parte, reunidas em uma grande coleção sob o título geral de *Rerum britannicarum medii aevi scriptores* (Em inglês: Chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during the Middle Ages). Essa coleção abrange anais, crônicas, cartas, diplomas, documentos jurídicos, etc.[3]

Outra coleção importante contém documentos datados de 1101 a 1654. Trata-se de «*Foedera, conventiones, litterae et cujuscumque generis acta publica inter reges Angliae et alios quosvis imperatores, reges, pontifices, principes vel communitates*» (Tratados, convenções, cartas e atos públicos de qualquer gênero entre os reis da Inglaterra e outros quaisquer imperadores, reis, pontífices, príncipes e comunidades).

As vidas de Santos (como v.g. a *Vita Sancti Eadmundi* de Abbon de Fleury, 945-1004) constituem importantes fontes. Guilherme de Malmesbury (1080-1143), o principal historiador inglês de sua geração, utilizou as vidas de santos em suas duas principais obras *Gesta regum Anglorum* (1120) e *Gesta Pontificum Anglorum* (1125).

Para concluir, lembremos ainda a *Crônica Anglo-saxônica* já citada no capítulo sobre os Normandos e o importantíssimo *Domesday Book* (o famoso «Livro do juízo final») que contém os resultados do recenseamento geral ordenado por Guilherme, o Conquistador.

Como já observamos, essas fontes são citadas meramente a título de exemplo. No decurso do presente capítulo voltaremos a mencionar outros documentos importantes.

1. A casa de Wessex (802-1066)

Já vimos, em nossa *História dos Reinos Bárbaros* (primeiro volume) que Offa, rei da Mércia, morreu no ano de 796 em pleno apogeu do poder. Como Ecgfrith, o jovem filho e sucessor do rei falecido, sobrevivesse ao pai apenas por alguns meses, foi escolhido para o trono da Mércia um parente distante de Offa, Coenwulf (796-821). Nesse quarto de século de reinado a Mércia continua usufruindo o prestígio político adquirido sob Offa porém já começam a aparecer os sinais da próxima decadência. Coenwulf «não fez uso do título de Rei da Inglaterra. Guerreou, a seguir, os príncipes galeses, sinal de que estes já não o temiam».[4] Sufocou uma revolta no Kent e tentou reconciliar-se com os arcebispos de Cantuária suprimindo o Arcebispado de Liechfield, fundado por Offa, provocando, assim, um conflito com o arcebispo Wulfred sobre certos bens territoriais.

Quando Coenwulf morreu em 821, foi substituído por seu irmão Ceolwulf (821-823) que continuou a luta contra Gales mas acabou deposto. A ascensão ao trono do duque Beornwulf, cuja origem desconhecemos, encontra a Mércia em plena decadência.

Por essa época começava a elaborar-se o futuro prestígio e poderio da casa de Wessex. Lembremos que esse reino já ocupara lugar proeminente entre os demais reinos anglo-saxões na época do rei Ine (688-726).[5] Quando em 802 morreu Beorhtric do Wessex, cunhado e vassalo de Offa, os saxões do oeste escolheram como rei a Egberto que estivera exilado na corte de Carlos Magno e que retornara ao Wessex em 799.[6]

Egberto (802-839). — A escolha de Egberto é bem um sintoma da marcha do Wessex para a completa independência. As relações que o novo rei mantivera com Carlos Magno haviam-lhe sido sumamente proveitosas, pois não só lhe proporcionaram o apoio do imperador franco, apoio esse que provavelmente se fez sentir através do prestígio que Carlos gozava junto ao clero anglo-saxônico, mas também propiciaram-lhe o contato com a administração carolíngia e com as atividades bélicas do restaurador do Império.

O reinado de Egberto está marcado por uma série de guerras entre as quais, a título de exemplo, podemos lembrar:

1) Ataque aos galeses das Cornualhas.

2) Luta contra Beornwulf da Mércia que invade o Wiltshire e é derrotado na batalha de Ellandum, nas proximidades de Swindon. Essa vitória de Egberto marca a alteração da balança do poder na Inglaterra em favor do Wessex.[7]

3) Aproveitando-se da oportunidade, Egberto consegue, então, instalar seu filho Etelwulf no Kent como vice-rei.

4) Segue-se a ocupação de Sussex e Essex onde o exército saxônico é bem recebido. A Eastânglia sacode, então, o jugo da Mércia e Beornwulf é morto na luta.

5) Em 829 Egberto pôs em fuga Wiglaf, segundo sucessor de Beornwulf no trono da Mércia.

Note-se, contudo, que a vitória de Egberto sobre a Mércia foi efêmera, embora a crônica o tenha considerado como o oitavo Bretwalda. Na realidade Wiglaf conseguiu ser restaurado na Mércia e este reino recobrou a independência.

Os últimos anos do reinado de Egberto são assinalados pelo reaparecimento dos normandos.[8]

Etelwulf (839-858). — Etelwulf, filho de Egberto, notabilizou-se por sua piedade e moderação. Essa última qualidade se manifestou, por exemplo, na atitude conciliatória que o rei teve em relação ao reino da Mércia a que prestou auxílio por ocasião de uma guerra com os galeses (853).

O reinado de Etelwulf constitui uma verdadeira encruzilhada no rumo dos acontecimentos da História da Inglaterra. Até então esses acontecimentos se caracterizavam por rivalidades entre os reinos, por um progresso da civilização e por uma tendência à unificação sob a égide da Igreja. A partir de agora e por algumas dezenas de anos boa parte da Inglaterra vai-se tornar um campo de batalha contra o feroz invasor do norte.

Entre os acontecimentos da política interna devem ser anotadas as grandes concessões feitas à Igreja (o dízimo dos domínios reais e dos tributos) e a revolta de Etelbaldo, filho de Etelwulf. Motivou essa revolta o fato de haver o rei desposado em segundas núpcias a bela e jovem Judite, filha de Carlos, o Calvo, por ocasião de uma peregrinação a Roma. Para evitar a guerra civil, o rei cedeu a Etelbaldo o Kent e as terras do leste.

Quando Etelwulf morreu (858) Etelbaldo provocou um grande escândalo no país ao desposar sua madrasta. Etelberto (858-866), segundo filho de Etelwulf entrou, então, na posse da parte do reino que permanecera sob o domínio de seu pai. Em 860, com a morte de Etelbaldo, o reino unificou-se novamente. Etelberto aparece nas crônicas como incansável e valoroso lutador contra os ataques normandos.

Em 866 sobe ao trono o terceiro filho de Etelwulf, Etelredo I (866-871) que em seu curto reinado enfrentou a terrível borrasca das invasões nórdicas. Em janeiro de 871 o rei e seu irmão Alfredo obtiveram uma vitória contra os invasores. Esse êxito, porém, foi contrabalançado pelas derrotas de Basing (Hampshire) e de Merton. Em abril de 871 Etelredo I morria deixando o trono para seu irmão Alfredo.

Alfredo, o Grande (871-899). — O rei Alfredo pertence ao número dessas personalidades marcantes da História que imprimem de modo indelével sua imagem à época em que viveram, emprestando-lhe traços característicos próprios e inconfundíveis. «Há poucas vidas na História», anota Previté-Orton, «que tenham alcançado um nível tão alto como a deste rei da etapa obscura da Idade Média».[9]

Fonte para o estudo da atuação do rei Alfredo é a obra de seu biógrafo e professor de latim, o monge galês Asser: «*Annales rerum gestarum Alfredi magni auctore Asserio Menevensi*» (Anais dos feitos de Alfredo, o Grande, de autoria de Asser de Menève).

Filho mais moço de Etelwulf, Alfredo passou a infância sem ter tido uma educação adequada, tendo chegado aos doze anos sem saber ler. Escutava, porém, com grande atenção a recitação de poemas saxões e, graças à boa memória de que era dotado, decorou-os facilmente. Educado numa época em que pairava constantemente sobre os reinos anglo-saxões a ameaça das invasões normandas, Alfredo tomou, desde cedo, consciência da necessidade de lutar para defender sua terra, sua gente e o patrimônio da civilização cristã implantado na Inglaterra pela Igreja. «Enfermiço, sensível, tem a energia dos doentes que querem ser fortes. Excelente cavaleiro, grande caçador, experimenta também, desde a infância, o desejo de instruir-se». «Mas, aí! o que mais desejava — aprender as artes liberais — não era absolutamente possível, pois, naquele tempo, os verdadeiros sábios já não existiam no reino de Wessex».[10]

Um dos acontecimentos que mais contribuíram para alargar os horizontes intelectuais de Alfredo e despertar nele a sede de saber deve ter sido a peregrinação a Roma que ele fez em companhia de seu pai.[11]

No capítulo referente às invasões normandas já lembramos sucintamente a luta de Alfredo contra os mesmos. Vale recordar a situação embaraçosa em que se viu Alfredo quando, em janeiro de 878, o rei dinamarquês Guthrun invadiu o Wessex. «O pânico a princípio foi completo. Alfredo teve de fugir quase sozinho para as ilhas de Athelney e aí, no meio dos pântanos, construiu com os seus companheiros uma pequena fortaleza. Perto desse lugar é que foi achada na terra, no

século XVII, uma admirável jóia de esmalte seccionado, ouro e cristal, que tem a inscrição: «Alfredo mandou cinzelar-me». Essa célebre «Jóia de Alfredo», perdida pelo rei por ocasião da fuga, está agora num museu de Oxford, testemunha da verdade das velhas crônicas. O rei ficou oculto um inverno inteiro nos charcos, enquanto os dinamarqueses se acreditavam senhores do Wessex».[12]

Em maio Alfredo conseguiu fazer um levantamento em massa de homens livres e atacou, então, os dinamarqueses em Edington, no Wiltshire. A derrota forçou Guthrun (também Guthorm) a aceitar a paz de Chippenhan (a chamada paz de Wedmore). O rei dinamarquês foi batizado em companhia de muitos outros chefes e os dinamarqueses abandonaram o Wessex. Compreende-se, assim, que o prestígio e o poder de Alfredo aumentassem, preparando o terreno para a unidade inglesa. Em face da ameaça normanda Etelredo da Mércia colocou-se, como vassalo, sob a proteção do vencedor de Edington.

Em 886, depois de novas lutas, Alfredo estabeleceu uma nova paz com Guthrun, a chamada «paz de Alfredo e Guthrun». Por esse novo tratado eram cedidos a Alfredo territórios situados a oeste do rio Lea e Londres.[13] «Alfredo fortificou novamente Londres que foi uma conquista de imenso valor defensivo e entregou as recuperadas terras mercianas a seu genro Etelredo com uma moderação tão prudente quão honrosa. Dizem-nos que todos os ingleses, menos os que se encontravam sob os dinamarqueses, se submeteram a ele. O rei dos saxões ocidentais era já rei dos ingleses por consentimento comum. O tratado fixava, ademais, uma fronteira que era simultaneamente racial e legal. A leste dela estava o Danelaw densamente povoado pelos vikings, que se governavam com suas próprias instituições e leis escandinavas e exerciam influência na língua dos indígenas».[14]

Os êxitos militares de Alfredo explicam-se em grande parte pelo prestígio e estima de que gozava junto a seus súditos. E a causa desse prestígio e dessa estima encontramo-la na atividade reformadora do notável soberano.

No terreno militar devemos mencionar a reorganização do exército, a criação de uma frota de guerra e a construção de fortificações. «A grande fraqueza dos exércitos anglo-saxões fora sempre a curta duração do serviço. Alfredo criou «classes» ou «turmas» que podiam ser chamadas umas depois das outras. Mandou reerguer as fortificações das velhas cidades romanas e teve a idéia inteiramente moderna de criar dois escalões de defesa, a defesa móvel e a defesa territorial. Os cavaleiros que viviam perto de um «*burh*» (burgo fortificado) deviam dirigir-se para aí em tempo de guerra; aqueles que viviam em pleno campo formavam o exército móvel. Criou uma frota pouco numerosa mas cujos navios, concebidos por ele, parecem ter sido mais estáveis que os dos Vikings».[15] Para formar a equipagem de suas naves de guerra Alfredo contratou marinheiros frísios.

No plano civil deve ser lembrada a importante atuação legislativa de Alfredo. Com efeito, mandou publicar uma coleção de leis saxônicas que, embora não possuam a amplitude das capitulares carolíngias, constituem, todavia, um documento legislativo de primeira grandeza. A introdução dessa notável compilação revela a inspiração bíblica que move seu autor pois apela para o decálogo e para as prescrições morais da lei mosaica.[16]

O código propriamente dito contém preceitos de ordem religiosa, civil, criminal e administrativa. Serviram como fonte para essa obra legislativa não só os costumes do povo saxão mas também e de modo especial as coleções legislativas anteriores como, por exemplo, as leis promulgadas por Offa, etc.

De todas as reformas de Alfredo, a mais notável foi a concernente ao ressurgimento religioso e ao levantamento do nível cultural. As incursões dos normandos pagãos e bárbaros haviam causado prejuízos enormes à fé cristã e à instrução do povo.

À semelhança do que fizera Carlos Magno, Alfredo chamou para sua corte homens eruditos entre os quais figuraram o já citado monge Asser e Plegmundo de Mércia, futuro arcebispo de Cantuária. Para promover a instrução nos mosteiros tornou-se necessário convocar estrangeiros e com eles povoar mosteiros-modelos cuja direção foi confiada aos monges Grimbaldo de Saint-Bertin e João de Corvey. A Mércia Ocidental, Gales, Irlanda e o continente forneceram o elemento humano indispensável para a reforma cultural.

Alfredo tinha a preocupação de fazer com que todos os filhos de homens livres soubessem pelo menos ler em inglês. O latim, o inglês, a equitação e a falcoaria figuravam entre as disciplinas que os filhos dos nobres e de ricos deveriam aprender.

Curioso é que Alfredo não hesitou em substituir, quando possível, a espada pela pena traduzindo do latim obras de formação cultural e religiosa. Assim é que fez traduzir os *Diálogos* de Gregório, o Magno, papa de grata recordação para os anglo-saxões pois lhes havia enviado os missionários beneditinos. O rei escreveu o prefácio aos *Diálogos* e, traduziu pessoalmente a *Regula Pastoralis* de Gregório (que deveria contribuir para elevar o nível religioso do clero), a *História Eclesiástica* de Beda, a *História Universal* de Orósio e a *De Consolatione Philosophiae* de Boécio.

Foi Alfredo também «que deu ordem de se começar uma crônica Anglo-Saxônica, em que seriam notados cada ano os principais acontecimentos e que nos é hoje tão preciosa. Ditou talvez ele mesmo a história de seu tempo».[17]

Como tradutor (e nessa tarefa Alfredo serviu-se com certeza do auxílio e dos conselhos de seus eruditos acessores) o rei foi escrupulosíssimo: «procurava em primeiro lugar o sentido palavra por palavra ou, como dizia, pensamento por pensamento, depois transpunha em bom inglês».[18] Curioso é lembrar que não raro acrescentava aos textos traduzidos comentários próprios. Assim, por exemplo, à obra de Orósio adicionou um precioso apêndice sobre a geografia do norte da Europa. Na tradução da *Consolação Filosófica* de Boécio insere idéias pessoais de inspiração cristã que completam o pensamento do autor que, aliás, como filósofo, se move no plano racional.

A figura de Alfredo traz-nos irresistivelmente à lembrança Carlos Magno. O rei inglês não teve, evidentemente, uma atuação da mesma amplitude daquela que caracteriza o restaurador do Império do Ocidente, pois foi diverso o cenário e diversas as condições em que um e outro desempenharam seu papel histórico. Convém, entretanto, registrar que o rei saxão superou o soberano franco na instrução e na atividade literária.

Encerremos essas breves linhas sobre o rei Alfredo com as palavras do historiador Weiss: «O filósofo, o poeta, o clássico, o legislador, o salvador, o favorito de seu povo, o general de 56 batalhas campais; figura grande, pura e amável pela harmonia e nobreza de sua índole; o mais nobre dos reis que empunharam o cetro da Inglaterra».[19] Alfredo faleceu aos 26 de outubro de 899.

Eduardo, o Antigo (899-925). — O acerto das reformas de Alfredo é confirmado no reinado de seu filho Eduardo. Este, à semelhança do pai, notabilizou-se tanto como guerreiro quanto como administrador.

Entre os acontecimentos relacionados com os feitos bélicos lembremos:

Depois de uma luta com o Danelaw, Eduardo empreendeu uma guerra contra os dinamarqueses de York, tendo, em companhia de seu cunhado, Etelredo da Mércia, obtido uma importante vitória em Tettenhall, no Staffordshire (agosto de 910). Essa batalha pode ser considerada como o ponto de partida para a reconquista do Danelaw.[20]

Quando Etelredo morreu, foi substituído no governo da Mércia por sua esposa Etelfleda, irmã de Eduardo, a qual durante cerca de oito anos (912-919) portou-se com notável habilidade e energia. Os anais chamam-na de «Senhora dos Mercianos».

Em 917 Eduardo e Etelfleda conseguem a submissão de diversos senhores dinamarqueses que, entretanto, podiam conservar autonomia e as próprias leis dentro de seus territórios considerados como condados.[21] Convém aqui chamar a atenção para o enfraquecimento da resistência dinamarquesa na região central e oriental da Inglaterra, a partir de 911. Entre as causas desse enfraquecimento deve ser apontada a desunião e falta de cooperação existentes entre os *jarls* dinamarqueses.[22]

Em 918 encontramos Eduardo estendendo seu poder até o Humber. No ano seguinte, com a morte de Etelfleda, assume o governo direto da Mércia. O filho de Alfredo não encontrava então rival digno dele entre os príncipes ingleses.

No ano de 920, em Backwell, Eduardo recebeu homenagem de ingleses e dinamarqueses da Nortúmbria. Segundo a Crônica, o soberano teria também sido reconhecido como «pai e senhor» da nação dos escotos. Ao que parece, a Crônica exagera. O rei Constantino III, rei dos escotos (900-942) e seus vizinhos teriam apenas enviado ao rei saxão uma embaixada de cortesia que prepararia o caminho para uma aliança.

Eduardo aproveitou os períodos de paz que teve à sua disposição para dedicar-se à administração do reino. Lembremos, a propósito, sua atuação legislativa (reforçou e completou as leis canônicas promulgadas por Alfredo) e a reforma da organização eclesiástica (de acordo com Plegmundo, arcebispo de Cantuária, aumentou o número de dioceses, facilitando a evangelização do país).

Athelstan (925-939). — O neto de Alfredo, o Grande, continuou a trajetória vitoriosa de seus antepassados no sentido de expandir as fronteiras do reino. Resumamos, em ordem cronológica, os principais eventos desse reinado.

925 — Estabeleceram-se negociações pacíficas entre Athelstan e Sitric, rei de Dublin e de Northumberland. Os dois soberanos encontram-se em Tamworth (na Mércia) e Sitric é batizado.

926-927 (aprox.) Aproveitando-se das discórdias internas existentes entre os normandos do Northumberland, Athelstan anexa o reino de York.

933-934 (aprox.) O rei anglo-saxão dirige uma expedição, por terra e mar além do Forth, contra o rei Constantino.

937 — Neste ano Athelstan enfrenta uma grande coligação formada por escoceses de Constantino, bretões de Strathclyde, vikings da Irlanda, dinamarqueses de Cumberland e de Yorkshire.

O anglo-saxão venceu os inimigos coligados na batalha de Brunanburh, local que, talvez, se possa situar em Birrenswark, ao norte de Solway. Essa vitória explica que Athelstan tenha assumido o título de *Rex Totius Britanniae* (Rei de toda a Britânia). A vitória de Brunanburh, se não assinala o fim da atuação dinamarquesa na Grã-Bretanha, marca, todavia, o início da decadência da influência pagã.

Na política interna lembremos as seguintes atividades de Athelstan:

1) Reorganização administrativa para adaptar as instituições governamentais até então existentes para o Wessex e a Mércia, às novas dimensões do reino.

2) Promulgação de leis que visam sobretudo à manutenção da paz social interna.

3) Desdobramento da organização eclesiástica com o fim de difundir a civilização cristã.

Podemos avaliar o prestígio de que gozou Athelstan no exterior pelo fato de suas irmãs haverem sido solicitadas para serem esposas de eminentes personalidades da política continental. Assim é que uma irmã do rei inglês casou com Carlos, o Simples; outra esposou Hugo, o Grande, pai de Hugo Capeto, e uma terceira contraiu núpcias com o futuro imperador Otão, o Grande.

Lembremos, ainda, que, após a queda de Carlos, o Simples, Athelstan acolheu em sua corte o carolíngio Luís que, por isso, é conhecido na História com o cognome de «Ultramar».

Edmundo I (939-946). — Athelstan foi substituído no trono por seu meio-irmão Edmundo, um jovem de dezoito anos, que havia combatido em Brunanburh.

Logo no início de seu reinado, Edmundo I teve que enfrentar Olavo Guthfrithson, rei de Dublin, que se apodera do reino de York com o apoio do arcebispo Wulfstan. Edmundo viu-se forçado a uma trégua mediante a qual cedia a Olavo cinco burgos (burhs) entre o Humber e o Welland e reconhecia Watling Street como fronteira (940). No ano seguinte, entretanto, Olavo faleceu ao invadir a Bernícia e Edmundo aproveitou a oportunidade para atacar Olavo Cuaran, primo e sucessor do falecido. Os cinco *burhs* foram recuperados e, enquanto rivalidades internas enfraqueciam os vikings, Edmundo conseguiu novamente anexar o reino de York (944). Para fortalecer-se o rei inglês procurou a aliança de Malcolm, rei dos escotos (942-952) e adversário dos vikings, cedendo-lhe a região de Strathclyde. «Porém, na realidade, nem era terra sua para poder dá-la a Malcolm, nem este podia tomá-la para fazê-la sua». [23]

Edmundo sofreu bastante a influência eclesiástica. Essa influência se fez sentir através de diversos prelados entre os quais se destacam o dinamarquês Oda, designado pelo rei para a Sé de Cantuária (942) e Dunstan, abade de Glastonbury. Graças a atuação desses e de outros dignitários eclesiásticos, o rei procurou limitar as vinganças privadas que eram motivos de verdadeiras cadeias de atos sanguinários.

Um acontecimento que deve ser lembrado, e que encontra suas raízes já em época anterior ao reinado de Edmundo, é o fortalecimento do poder dos grandes senhores que estavam em vias de converter-se em vassalos poderosos, esboçando-se, assim, o sistema feudal.

Edmundo pereceu assassinado no próprio salão do trono de seu palácio, tendo sido substituído por seu irmão *Edredo*, o mais novo filho de Eduardo, o Antigo.

Edredo (946-955). — Durante os nove anos de seu reinado, o acontecimento mais importante é a luta que o rei teve que desenvolver contra Olavo Cuaran e contra Érico, filho de Haroldo, o Vermelho, que pretendiam apoderar-se do reino de York. Os vikings tinham o apoio

do já citado arcebispo Wulfstan que se tornara adversário da dinastia do Wessex.

Edredo conseguiu finalmente expulsar seus inimigos. Wulfstan foi deposto e aprisionado. A Nortúmbria foi entregue como condado ao inglês Oswulf. A Inglaterra formava agora um único reino que se estendia, ao norte, até o Forth.

Edvigo (955-959). — Quando Edredo morreu, foi elevado ao trono Edvigo, filho mais velho de Edmundo, sobrinho, portanto, do rei defunto e que contava, então, quinze anos.

Já por ocasião da cerimônia da coroação, o jovem soberano entrou em desentendimento com os nobres do Norte. O abade Dunstan que pretendeu intervir na querela teve que buscar refúgio em Ghent, na abadia de Blandinium. A conseqüência do tratamento dispensado ao famoso e respeitado abade foi uma revolta na Mércia e na Nortúmbria. Os rebeldes escolheram para rei Edgar, irmão mais moço de Edvigo. Este, entretanto, contou com o apoio de Oda, arcebispo de Cantuária, e conseguiu manter o Wessex sob seu controle até morrer em 959.

Edgar (959-975). — «O reinado de Edgar faz época. O rei possuía energia suficiente para dominar, e prudência conciliadora para governar os poderosos magnatas».[24]

Podemos fazer uma idéia do prestígio e também da consciência do próprio poder de que gozava o soberano, através do pomposo título que se atribuiu: «*Totius Albionis imperator Augustus*» (Imperador Augusto de toda Álbion).

O traço marcante do reinado de Edgar é a reforma religiosa. Antes, porém, de estudá-la, vamos lembrar que o rei desempenhou também notável atividade como legislador. Vale recordar aqui suas disposições relativas à organização judiciária. «A ele se deve a *Ordenança das Centenas* em que prescrevia as normas a que haviam de sujeitar-se a constituição e os processos dos tribunais que deveriam atuar nas subdivisões efetuadas nos condados».[25]

Entre os altos dignitários eclesiásticos que contribuíram para a difusão do evangelho e a reforma da Igreja durante o reinado de Edgar, figuram: 1) Oda, arcebispo de Cantuária que, ao falecer em 960, foi substituído por Dunstan. 2) Osvaldo e Etevaldo que ocuparam respectivamente as sedes episcopais de Worcester e de Winchester. Dunstan dedicou-se à reforma do clero secular e os outros dois ao incentivo do ideal monástico.

Toda a abundante legislação concernente a problemas religiosos promulgada sob o nome de Edgar sofreu evidentemente a influência desses três prelados. Procurava-se não só estimular os ideais cristãos, mas, acima de tudo, elevar o nível moral do clero. Predomina a preocupação com a reforma monástica, pois a presença de bons religiosos é julgada imprescindível apoio para a própria atuação do clero secular.

A regra de S. Bento foi traduzida para o anglo-saxão e as grandes abadias destruídas durante a guerra contra os normandos foram restauradas e a autoridade real dispensou aos mosteiros uma série de privilégios, franquias, imunidades e atribuições.

O rei Edgar morreu prematuramente em 975, deixando dois filhos menores: Eduardo, com treze anos, nascera do primeiro matrimônio do rei; o segundo, Etelredo, com sete anos, era filho da segunda esposa, Elfrida.

Eduardo II, Mártir (975-978). — Eduardo II foi coroado rei com o apoio de Dunstan e de Osvaldo que se tornara também arcebispo de York desde 971. Havia, porém, forte oposição ao jovem soberano. Assim é que ele foi traiçoeira e friamente assassinado em Dorset, aparentemente por instigação de sua ambiciosa madrasta.

Etelredo II (978-1016), o Indeciso. — O reinado de Etelredo II constitui uma época sombria para a Inglaterra anglo-saxônica. Processam-se, então, os novos e violentos ataques normandos já mencionados na primeira parte da presente obra. «Essa nova invasão coincide com o reinado de um rei incapaz: Etelredo. Em vez de defender-se, ele voltou ao método mais covarde e comprou a partida do Exército por um tributo de dez mil libras. Para pagar essa enorme soma, teve de criar um imposto especial, o Danegeld (dinheiro dos dinamarqueses), imposto territorial».[26]

Remetemos o leitor para o que escrevemos, a propósito dessa nova invasão, no capítulo sobre os normandos.

Apenas para completar o que já foi dito e para esclarecer alguns pormenores, vamos recordar alguns acontecimentos em sua ordem cronológica:

1002 — Etelredo contrai segundas núpcias com Ema, irmã do duque Ricardo, o Bom, da Normandia. Esse enlace acarretaria sérias conseqüências para a História ulterior da Inglaterra.

A 13 de novembro, dia de S. Brício, procede-se ao funesto massacre dos dinamarqueses. Note-se que os reis do Wessex tinham o hábito de contratar mercenários dinamarqueses e noruegueses para sua guarda. Segundo uma versão, os mercenários teriam urdido uma conspiração contra o rei. Segundo outros, os estrangeiros ter-se-iam tornado insuportáveis em virtude de sua insolência.[27]

Segue-se em represália um ataque dinamarquês. O ano é marcado por uma grande fome que a Crônica Anglo-saxônica chama de "a mais terrível de que há memória".

1014 — Etelredo refugia-se na Normandia onde já se encontram sua mulher e filhos. Svend morre repentinamente (fevereiro) produzindo confusão no mundo escandinavo.

1015 — Canuto é aclamado rei. A morte de Svend, entretanto, havia reavivado as esperanças de Etelredo que envia à Inglaterra Edmundo, filho de seu primeiro matrimônio. Os nobres da região do sul do Tâmisa dão seu apoio a Edmundo e Etelredo é convidado a retornar a seu reino. Inicia-se, então, uma guerra de libertação do país. Mas Canuto, que se retirara, retorna com poderosas forças.

1016 — Em abril Etelredo morre. Uma assembléia de notáveis ingleses reunida em Southampton reconhece Canuto como rei da Inglaterra. Outra assembléia, em Londres, escolhe Edmundo para substituir o pai falecido. Após a batalha de Ashington (8 de outubro) Canuto e Edmundo fazem um acordo: o tratado de *Deerhust* (novembro), segundo o qual Edmundo conservaria o Wessex e Canuto reinaria sobre a Mércia e a Nortúmbria. O Tâmisa formaria o limite entre ambos os reinos. Canuto ficaria com Londres e continuaria a perceber o *danegeld* da parte do reino de Edmundo. Aquele dos contratantes que desaparecesse primeiro teria o sobrevivente por sucessor.[28]

1017 — Edmundo morre inesperadamente em Oxford, deixando o trono da Inglaterra para Canuto que se torna, então, *rex totius Britanniae* e casa com a viúva de Etelredo.

2. Os reis dinamarqueses

Canuto, o Grande (1017-1035). — Canuto revelou-se não só guerreiro audaz mas também hábil estadista. Em 1017, rei de toda a Bretanha, em 1019, rei da Dinamarca, em 1028 também soberano da Noruega, a autoridade de Canuto se estende por todos os países do Norte inclusive a Escócia, a Irlanda e as ilhas mais setentrionais. A conversão do rei dinamarquês ao cristianismo vai ter repercussões nesse vasto Império, o maior Estado da primeira metade do século XI. «E esse império é um império cristão. Pois Canuto não conhece em sua fé as hesitações, as vacilações de seu pai, embora sua conduta privada ou pública não tenha sempre correspondido aos preceitos do Evangelho».[29]

Entre as medidas que o novo rei tomou inicialmente a fim de garantir-se no trono, figura a perseguição aos filhos de Edmundo os quais encontram refúgio na Hungria. Outras pessoas que não inspiravam confiança foram mortas. Para neutralizar uma possível reação dos filhos de Etelredo que viviam na Normandia e estavam sendo educados como normandos, Canuto contraiu núpcias com Ema.

No governo da Inglaterra Canuto procurou estabelecer a paz e a tranqüilidade públicas conturbadas por tantas lutas. Organizou uma administração eficiente e percorreu pessoalmente as diferentes regiões de seu reino com o fim de fiscalizar a execução das leis e a administração da justiça. Revelou especial interesse pela eqüidade com que se

deviam aplicar os preceitos legais, sem distinção entre nobres e plebeus, ricos e pobres. Promoveu a fusão entre dinamarqueses e anglo-saxões, pondo fim, desse modo, às antigas rivalidades.

Para aliviar a carga tributária de seus súditos, licenciou a maior parte do exército.

Uma assembléia de magnatas ingleses e dinamarqueses reunida em Oxford pelo soberano (1018) decidiu pôr em vigor em toda a Inglaterra as antigas leis de Edgar. A legislação de Etelredo era posta de lado.

Canuto dedicou-se com entusiasmo à restauração do ideal cristão na Inglaterra e à propagação do Evangelho na Dinamarca e na península escandinava. Restaurou os mosteiros arruinados, fundou novos e edificou igrejas nos lugares que haviam sido cenários de batalhas. «Sua legislação eclesiástica, elaborada de concerto com as autoridades religiosas, é um primeiro ensaio, mais completo que em outro lugar, dessa reforma geral dos costumes cristãos da qual se começa a falar em toda a cristandade do Ocidente no segundo terço do século XI».[30]

Um acontecimento importante da vida de Canuto foi a peregrinação que fez a Roma onde assistiu à coroação imperial de Conrado II (março de 1027). Guilherme de Malmesbury *(Gesta regum Anglorum)* conserva-nos a mensagem que o soberano enviou de Roma aos dois metropolitanos ingleses de Cantuária e de York, a todos os bispos, a todo o povo inglês. Nesse curioso documento medieval encontramos os seguintes assuntos:[31]

1) Canuto explica inicialmente que peregrinou a Roma «para rezar pela remissão de meus pecados e pela salvação dos reinos e dos povos que estão submetidos a meu império». Agradece a Deus por ter podido visitar os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo e todos os lugares santos dentro e fora de Roma.

2) Dá-nos notícia da grande reunião de personagens importantes por ocasião da solenidade de coroação de Conrado II: «Todos me acolheram com distinção e honraram-me com ricos presentes; o próprio imperador presenteou-me vasos de ouro e de prata, com mantos e ricas vestes».

3) Canuto, zeloso pelos interesses de seus súditos, reclama contra a insegurança e as extorsões de que eram vítimas quando peregrinavam a Roma: «Meus pedidos foram todos acolhidos pelo imperador e pelo rei Rodolfo. Ficou unanimemente convencionado entre os príncipes que meus súditos, peregrinos ou negociantes, poderiam, doravante, ir e voltar de Roma com plena segurança, sem que fossem detidos nos montes e sem pagar taxas ilegais». Ao próprio papa, Canuto apresentou queixa pelas somas enormes que exigiam dos arcebispos quando vinham a Roma em busca do *pallium:* «Tanto o que pedi em benefício de meu povo, quer ao papa, quer ao imperador ou aos príncipes cujas possessões são percorridas na viagem a Roma, foi-me concedido de boa vontade...»

4) O rei faz, a seguir, uma promessa de viver como cristão fervoroso: «Sabei que dediquei toda minha vida ao serviço de Deus e a governar meu reino com eqüidade e a observar a justiça em tudo. Se por impetuosidade ou inexperiência da juventude, violei às vezes a justiça, minha intenção era, com o auxílio de Deus, oferecer justas compensações».

Canuto morreu prematuramente com quarenta anos incompletos em 1035. «Veio como dinamarquês e morreu como inglês».[32]

Hartacanuto, filho de Canuto e Ema, encontrava-se na Dinamarca, fato esse que possibilitou, na Inglaterra, a escolha de Haroldo para o trono. Note-se que o novo rei era filho de Canuto e da inglesa Elfgifu com quem o rei dinamarquês vivera e que ele repudiara para casar com Ema.

Haroldo, apelidado «Pé de Lebre», reinou, então, de 1035-1040. Alfredo e Eduardo, filhos de Ema e Etelredo vieram à Inglaterra, mas o primeiro foi aprisionado pelo conde Godvino e entregue a Haroldo. Alfredo foi barbaramente cegado, morrendo em conseqüência. Ema buscou refúgio em Bruges. Outros atos de crueldade caracterizaram o curto reinado de Haroldo.

Hartacanuto, (1040-1042). — Haroldo morreu em março de 1040 e foi substituído no trono por Hartacanuto que já preparara uma grande frota para atacar seu meio-irmão.

O novo soberano revelou-se também um tirano sanguinário. Impôs a seus súditos um pesado tributo. Morreu repentinamente em junho de 1042 extinguindo a dinastia de Canuto e o domínio dinamarquês na Inglaterra.

A conquista dinamarquesa na Bretanha constitui mais um capítulo de um «longo processo de invasão estrangeira e mistura racial que culminou na conquista normanda e finalmente produziu o povo inglês».[33]

Das invasões dinamarquesas podemos apontar uma conseqüência positiva e outra negativa. A primeira foi haver despertado na Inglaterra «um amor quase místico pelo mar, um desejo de aceitar seu convite traiçoeiro à aventura e comércio em terras distantes».[34] A segunda foi a estagnação da civilização: «A arquitetura marcou passo; a arte da iluminura decaiu desde 750 até 950; e o progresso intelectual tão estimulado por Alfredo sobresteve, tal como as incursões escandinavas na Gália estavam anulando o trabalho de Carlos Magno».[35]

3. Eduardo, o Confessor (1042-1066)

Para sucessor de Hartacanuto os magnatas ingleses escolheram o filho sobrevivente de Etelredo e de Ema, Eduardo, apelidado mais tarde «O Confessor» por causa de sua piedade cristã. Esse título foi conferido por Alexandre III só em 1161.

O último rei da casa de Wessex, coroado na páscoa de 1043, contava cerca de quarenta anos, a maior parte dos quais havia passado na corte normanda. Bem intencionado mas de medíocre talento, se, pelo sangue, podia ser considerado meio normando (pois sua mãe, Ema, era irmã do duque Ricardo), Eduardo era completamente normando pela educação, pois fora educado e fortemente influenciado pelos meios monásticos da Normandia, fato esse que explica seu apego à religião.

O novo rei trouxera consigo um considerável número de estrangeiros: normandos, bretões e flamengos, fato esse que afastou o apoio dos naturais do reino. Monges e prelados do continente foram introduzidos na Igreja da Inglaterra. Inegavelmente todos esses senhores preparavam, mesmo inconscientemente, um ambiente propício para a conquista normanda.

E' bem provável que ao escolher Eduardo como rei, os magnatas tenham pensado em colocar no trono uma pessoa alheia aos assuntos da Inglaterra a fim de poderem mais comodamente aumentar a própria influência. Entre esses magnatas sobressaía a figura do conde Godvino, o mais poderoso senhor da Inglaterra Meridional com cuja filha Eduardo casou (1045). Godvino fora conselheiro sob os reinados de Canuto, Haroldo e Hartacanuto. Agora, como sogro do rei, julgava o caminho aberto para satisfazer suas ambições de poder. Acabou porém indispondo-se com Eduardo que, entretanto, soube atrair o apoio dos magnatas, Leofrico da Mércia e Sivardo da Nortúmbria, rivais de Godvino.

Este foi derrotado e teve que partir para o exílio com seus filhos e ficar à espera de oportunidade para vingar-se.

Eduardo, porém, perdia prestígio e popularidade em virtude dos favores concedidos a seus amigos procedentes do continente. A situação agravou-se quando Eduardo recebeu a visita de seu primo, o duque Guilherme da Normandia (o futuro Conquistador) a quem teria prometido a sucessão no trono. Compreende-se que a impopularidade do rei tivesse, então, aumentado e propiciado o retorno de Godvino (1052) que exigiu de volta seus antigos bens. Dessa vez Eduardo não teve o apoio de Leofrico e de Sivardo. Muitos de seus amigos tiveram que fugir e o rei tombou sob o poder de Godvino reinstalado em suas antigas possessões. Em 1053 Godvino faleceu e Haroldo, seu filho e sucessor, viu o caminho livre para satisfazer seus projetos ambiciosos. Certa ocasião, ao cruzar o canal da Mancha (a data é discutível), Haroldo foi lançado por uma tormenta no litoral do Ponthieu cujo conde o aprisionou e entregou ao duque Guilherme. «Foi posto em liberdade sob a condição de render homenagem e de jurar defender as pretensões do duque quando falecesse Eduardo, o Confessor».[36] Essa promessa de Haroldo e a promessa anterior do próprio Eduardo serviriam de argumentos para justificar a futura ação de Guilherme, o Conquistador.

Quando Eduardo morreu em janeiro de 1066, o *Witan* (assembléia que congregava os grandes do reino: bispos, condes, cavaleiros impor-

tantes) elegeu e coroou Haroldo que o rei defunto teria designado para sucessor.

Antes de passarmos para o estudo da Conquista Normanda, vamos lembrar o grande acontecimento arquitetural do reinado de Eduardo: a construção da abadia de Westminster. Durante a sua vida em Ruão ele se familiarizara com o estilo normando; agora, ao decidir a ereção da abadia que seria o templo e o túmulo do gênio inglês, ordenou ou permitiu que ela fosse projetada no estilo românico-normando, nas mesmas linhas que a magnífica igreja-abadia que havia sido iniciada cinco anos antes em Jumièges. Aqui também havia uma conquista normanda antes de Guilherme. A abadia de Westminster constituía o início de uma florescência arquitetural que daria à Inglaterra os mais belos edifícios de estilo românico na Europa. Nessa abadia Eduardo iria repousar no começo do fatídico ano de 1066.[37]

Eduardo transportou seu palácio para perto da abadia, fato esse que «teve (observa Trevelyan) conseqüências importantes e imprevisíveis: afastando da cidade o Palácio Real, permitiu o nascimento, entre os burgueses de Londres, de um espírito independente que devia exercer constante ação na história do país».[38]

4. A conquista normanda

A conquista da Inglaterra efetuada por Guilherme da Normandia assinala uma encruzilhada no desenvolvimento histórico da ilha, deixando sua marca permanente na formação do povo inglês.

Antes de iniciarmos o relato dos acontecimentos referentes ao desembarque de Guilherme e ao prosseguimento da conquista e do reinado, vamos enumerar brevemente algumas fontes que nos informam sobre tão grave evento e tecer rápidas considerações sobre os motivos que teriam justificado a conquista.

Entre os documentos ingleses figuram a Crônica anglo-saxônica, a compilação intitulada *Chronicon ex chronicis* atribuída ao monge Florent de Worcester e a *Gesta Regum Anglorum* da autoria de Guilherme de Malmesbury, monge em cujas veias corria sangue normando e inglês. Este último promete, no prefácio de sua obra, ser imparcial: «Normandos e ingleses, obedecendo a motivos diversos, deixaram escritos sobre o rei Guilherme; os primeiros louvaram-no em excesso, celebrando tanto suas boas como suas más ações, enquanto que os segundos, animados por um rancor bem nacional, cobriram seu conquistador com censuras imerecidas. De minha parte, como o sangue de nenhum desses povos me corre nas veias, adotarei um meio-termo. Quando estiver convencido de suas boas ações, louvá-las-ei francamente, mas não insistirei sobre suas más ações sem, contudo, ocultá-las. Assim ninguém poderá acusar minha narração de não estar de acordo com a verdade, nem de fazer julgamentos ignominiosos sobre um homem cujas ações, em seu conjunto, merecem, senão sempre o louvor pelo menos a indulgência».

Entre as fontes francesas convém recordar: a *Historia Normannorum* do monge Guilherme de Jumièges, dedicada a Guilherme, o Conquistador; a obra «*Gesta Guillelmi ducis Normannorum et regis Anglorum*» escrita pelo capelão do Conquistador, Guilherme de Poitiers; a *História da Normandia* do monge *Orderico Vital*, francês nascido na Inglaterra. Finalmente devemos mencionar a chamada *Tapeçaria de Bayeux*, famoso bordado que se estende por 69 m e 55 cm e cuja largura varia de 48 a 51 centímetros. Apresenta-nos em cinqüenta e oito cenas a narrativa repleta de detalhes pitorescos da conquista da Inglaterra por Guilherme.

A obra foi executada na Inglaterra por religiosas da abadia de Barking (Essex) sob a direção da Madre Abadessa Elfgiva e a mando de Odon, bispo de Bayeux e irmão uterino do Conquistador. Odon tomou parte pessoalmente na expedição.[39]

A essas fontes poderíamos acrescentar, ainda, as obras poéticas de Baudri de Bourgueil, Gui d'Amiens e Robert Wace, as quais cantam em latim (Baudri e Gui) ou em francês (Wace) os feitos de Guilherme. Note-se que o poema de Robert Wace (Roman de Rou ou História dos duques da Normandia) «é a primeira obra histórica francesa escrita em língua vulgar».[40]

Em 1051, Roberto de Jumièges, arcebispo de Cantuária, ao dirigir-se a Roma, teria recebido de seu rei a missão de, ao passar pela Normandia, anunciar a Guilherme que Eduardo o considerava herdeiro do trono. Essa designação de Eduardo prender-se-ia ao fato de o rei inglês dever especial gratidão a Guilherme, pois graças ao apoio e aos conselhos deste é que tinha podido cingir a coroa inglesa após a morte de Hartacanuto.

Quando Guilherme veio à Inglaterra (1051 ou 1052?), Eduardo teria confirmado a promessa.

Em 1064 Eduardo teria enviado Haroldo à Normandia a fim de, mais uma vez, confirmar a promessa. Nessa ocasião (já mencionada acima) o filho de Godvino teria prestado solene juramento a Guilherme no sentido de assegurar-lhe a posse do reino da Inglaterra. Haroldo, como vassalo de Guilherme, teria garantido a posse de todas as terras em seu poder.

Vale aqui reproduzir o comentário de Maurois a propósito dos títulos de Guilherme à coroa da Inglaterra:

«Quais eram os títulos de Guilherme à coroa da Inglaterra? Examinada simplesmente a sua genealogia, eram nulos. O duque da Normandia tivera apenas, com o bom rei Eduardo, uma tia-avó comum, e era bastardo. Demais, no século XI, a coroa inglesa era eletiva e só o *Witan* podia dá-la. A promessa de Eduardo? Argumento medíocre, pois que Eduardo prometera essa coroa a todos aqueles que podiam pretendê-la e não tinha o direito de prometê-la. Mas Lanfranco e Guilherme, homens sutis e que davam sempre aos seus desejos uma aparência moral,

haviam montado uma completa máquina diplomática contra o único concorrente perigoso — Haroldo, filho de Godvino e cunhado de Eduardo. Esse desgraçado Haroldo fora, após um naufrágio nas costas do Ponthieu, feito prisioneiro pelo Conde de Ponthieu, depois libertado por Guilherme e transportado para Ruão. Aí, o duque fizera-lhe compreender que era perfeitamente livre, mas com uma condição, que era render homenagem a Guilherme e tornar-se, no sentido feudal, «seu homem». No correr dessa cerimônia Haroldo teve de prestar um juramento, a respeito do qual não se tem referências precisas. Jurou ele esposar a filha de Guilherme ou apoiar os direitos deste ao trono da Inglaterra? Em todo o caso jurou alguma coisa que foi posteriormente utilizada contra ele. O cronista narra até que os normandos tinham escondido debaixo da mesa do juramento dois cofres que continham relíquias de santos. Tudo o que sabemos de Guilherme torna a história verossímil.

Que valia um juramento imposto pela força? Haroldo, assim que recuperou a sua liberdade, não se julgou ligado e, além disso, ainda uma vez a escolha de um rei da Inglaterra não dependia dele. No momento da morte de Eduardo, o *Witan* não hesitou um instante entre um grande senhor valente e muito amado (Haroldo) e uma criança (único descendente de Egberto: Edgar, o Atheling). Dentro de vinte e quatro horas, Haroldo, eleito rei, foi coroado na nova Abadia de Westminster. De Guilherme, nem sequer se cogitara».[41]

Guilherme, o Conquistador, era filho bastardo do duque Roberto I da Normandia e de Arlete, filha de um burguês de Falaise.[42]

Quando o duque Roberto partiu em peregrinação aos Lugares Santos, apresentou o filho de Arlete (o qual contava apenas sete anos) como seu futuro sucessor. Em 1035 Roberto morreu no Oriente e o pequeno Guilherme tornou-se duque sob a tutela do Conde Gilberto de Brionne. Em meio a desordens sangrentas que caracterizaram a época da menoridade de Guilherme, seu tutor foi assassinado e o menino desaparece de cena por quatro anos. Arlete, depois da morte de Roberto, casa com o Herluíno, visconde de Conteville. Desse casamento nascem dois filhos: Odon (Eude), o futuro bispo de Bayeux e Roberto, conde de Mortain.

Guilherme revelou, com o passar do anos, qualidades de governante. Procurou manter a paz pública, apoiando-se no rei da França e nas ordens monásticas. A Normandia prospera e a população aumenta. Cabe aqui uma observação importante que explica, em grande parte, essa prosperidade. Os vikings que tinham ocupado a Normandia pertenciam ao mesmo grupo dos dinamarqueses que haviam invadido a Inglaterra. Acontece porém que estes últimos enfrentaram na ilha um tipo de civilização sem raízes profundas, incapaz de integrá-los modificando profundamente seus costumes e tradições. Na Normandia porém os dinamarqueses encontraram o velho substratum romano já bem assimilado, em virtude da forte influência da Igreja, pelas gerações que se haviam sucedido desde as invasões do século V e que acabaram formando a

população francesa. Os vikings assimilam com facilidade e rapidez o espírito latino. «A mistura da velha ordem romana e da jovem energia normanda havia produzido resultados prodigiosos. Ousados, inteligentes, bravos e sem escrúpulos, os normandos se julgavam feitos para conquistar o mundo — e o eram».[43]

Quando Haroldo cingiu a coroa, Guilherme reivindicou a sucessão argumentando que o filho de Godvino havia quebrado o juramento de fidelidade. Provavelmente auxiliado por Lanfranco (douto teólogo e jurista italiano que fora recebido no mosteiro de Bec), Guilherme obtém a mediação de Hildebrando (o futuro Gregório VII) junto a Alexandre II a fim de obter o apoio pontifício. O papa aprovou as pretensões de Guilherme (que se comprometia a reformar a Igreja da Inglaterra) e enviou-lhe um estandarte.

A expedição à Inglaterra foi cuidadosamente preparada. A «tapeçaria» de Bayeux mostra-nos a construção de, pelo menos, uma boa parte dos navios. Quando, entretanto, Guilherme convocou em Lillebonne uma assembléia de grandes senhores para apresentar seus planos, causou estupefação e indecisão. Mas a palavra do duque era uma ordem. Reuniram-se combatentes das mais diversas procedências. Ao lado de habitantes da Normandia figurava gente de Flandres, da Bretanha, da Itália. Todos sonhavam com uma boa recompensa do outro lado da Mancha. Guilherme convoca uma nova assembléia em Bonneville-sur-Touques, e transmite, com o consentimento dos senhores normandos, a regência do ducado a Matilde, sua esposa.

Os cronistas relatam que o duque reuniu sessenta mil homens e equipou três mil naus. O número é evidentemente exagerado. «Setecentas naus, segundo depoimento mais verossímil, transportam o exército de Guilherme, que podia compreender de cinco a dez mil homens. Era, para a época, um grande exército».[44]

A expedição guerreira só pôde partir de Saint-Valéry ao entardecer do dia 27 de setembro de 1066 quando os ventos sopraram favoráveis. Pela manhã do dia 29 de setembro dava-se o desembarque em Pevensey, no Sussex.[45]

O rumo dos acontecimentos na Inglaterra haviam favorecido sobremaneira os planos de Guilherme. E' que o rei da Noruega, Haroldo Hardrada, acompanhado de Tostig, irmão e inimigo do rei inglês, havia desembarcado no litoral do Yorkshire com um exército. Curioso é notar que o mesmo vento norte que havia retido Guilherme na Normandia favorecera a expedição do norueguês para o sul.

Os condes do norte, Edwin e Morcar foram batidos em Fulford antes que chegasse o auxílio de Haroldo. Este obteve finalmente uma completa vitória sobre Hardrada e Tostig (que tombaram na batalha) em Stamfordbridge aos 25 de setembro de 1066. Essa batalha favoreceu triplamente a Guilherme: livrou-o de dois concorrentes, enfraqueceu o exército de Haroldo e possibilitou o desembarque sem resistência.

Quando Haroldo soube do desembarque normando, dirigiu-se (início de outubro) ao sul, mas não pôde reunir forças suficientes para enfrentar o novo adversário. Assim é que a 14 de outubro os ingleses foram completamente derrotados na batalha de Hastings, tendo perecido então o próprio Haroldo em companhia de dois irmãos.

Guilherme, depois de fazer enterrar Haroldo, prosseguiu em sua marcha. Submeteu o Kent, aceitou a submissão de Edite, viúva de Eduardo, em cujo domínio ficava Winchester, cruzou o Tâmisa em Wallingford, cortando, a seguir, as comunicações de Londres com o norte. Marchou sobre Berkhamstead onde se encontrava reunido o Witan. Ninguém mais resistiu. «Os que haviam sido seus principais adversários esperavam-no para prestar-lhe homenagem. Estavam lá o príncipe Edgar, o arcebispo de York, os notáveis de Londres e até mesmo os condes do Norte, Edwin e Morcar. Todos prestaram juramento de fidelidade».[46] Em Londres os principais da cidade saem-lhe ao encontro. No dia de Natal de 1066 Guilherme era coroado em Westminster por Eldredo, arcebispo de York.

Entre as causas da vitória militar do Conquistador podemos recordar:

1) A já mencionada invasão de Hardrada e de Tostig, que desarticulou a defesa.

2) A superioridade de armamento dos soldados de Guilherme. O exército anglo-saxão não havia acompanhado as grandes transformações militares do continente onde lutavam cavaleiros pesadamente armados e muito bem protegidos.

Quais as conseqüências da Conquista Normanda para a Inglaterra? Julgamos conveniente, para maior clareza da exposição, sublinhar primeiramente algumas das principais conseqüências do ato de Guilherme, o Conquistador. Apresentaremos, a seguir, uma síntese dos principais acontecimentos do reinado do mesmo Guilherme e de seus sucessores. Note o leitor que a influência da Conquista Normanda na estrutura político-social será estudada com mais detalhes em outro volume da *História do Mundo Feudal* quando abordarmos o feudalismo inglês.

1) No terreno político, deve ser assinalada a criação de uma forte monarquia centralizada. «Guilherme criou numerosos domínios de um a cinco cavaleiros, cujos proprietários deviam formar uma espécie de «plebe» feudal, que os grandes senhores não poderiam ligar contra o Rei. Também os domínios mais vastos não eram constituídos de terras vizinhas, mas de solares disseminados em todo o país».[47] Esboça-se, desde logo, uma diferença fundamental entre a monarquia anglo-normanda e a monarquia capetíngia. Na primeira não encontramos os grandes feudos que contrabalançam o poder real. E o juramento de fidelidade prestado ao rei por todos os súditos livres «é suficiente para marcar o abismo que separava a Monarquia anglo-normanda da Monarquia capetíngia».[48]

A conquista normanda pode ser considerada a introdutora do feudalismo na Iglaterra? Seignobos obseva: «O regime feudal foi assim transplantado, em bloco, para a Inglaterra, mas sob a forma mais regular, porque todas as terras foram distribuídas como feudos e todos os homens de guerra ficaram dependentes do rei. Ao passo que na França os vassalos do rei possuíam províncias inteiras dentro das quais se comportavam como príncipes independentes, os senhores ingleses só receberam posses dispersas em diferentes partes do reino. O rei teve na Inglaterra, como o duque já o tivera na Normandia, poder suficiente para fazer-se obedecer por todos os seus súditos, impedindo que estes combatessem entre si e obrigando-os a comparecer perante o seu tribunal».[49]

Sobre a tese da introdução do feudalismo na Inglaterra com a conquista normanda, e especialmente através do juramento prestado em Salisbury a Guilherme por todos seus súditos livres, Petit-Dutaillis observa: «Alguns historiadores consideraram esse acontecimento como o sinal da introdução da feudalidade na Inglaterra. Essa teoria não leva em consideração as tendências feudais da sociedade anglo-saxônica e induz a analogias enganadoras com o regime feudal tal como existia *de fato* no continente. Pelo juramento de Salisbury, o rei colocava seu poder fora da hierarquia vassálica, embora estivesse bem decidido a extrair do sistema feudal todo o partido possível».[50]

Uma conseqüência curiosa e inesperada da centralização do poder monárquico na Inglaterra foi que a mesma se tornaria o ponto de partida das liberdades inglesas. E' o que observa Maurois: «O Rei da França, «pobre de domínios», cercado de vassalos poderosíssimos, terá de conquistar penosamente o seu reino, e, tendo-o conquistado, deverá impor-lhe uma disciplina severa; o Rei da Inglaterra, que repartiu pessoalmente as terras, zelou os seus interesses e impediu desde o começo a formação de grandes domínios rivais do seu. Porque a realeza inglesa nasceu de uma conquista, será imediatamente vigorosa. A força indiscutível do poder central fará a sua relativa tolerância. Na França a burocracia real terá de impor-se pela força; não será sempre, nem por toda a parte, bem sucedida, e só a Revolução acabará por estabelecer a unidade das leis. Na Inglaterra, a segurança da Coroa deixará que ela organize as liberdades locais, legadas pelos saxões, e obrigue os barões a respeitá-las».[51]

2) No terreno social lembremos, apenas para exemplificar, a transformação que a conquista normanda acarretou para a situação dos camponeses. Na época pré-normanda os camponeses se escalonavam em uma complexa hierarquia em virtude de certos direitos adquiridos que criavam estatutos diferentes. Os normandos não levaram em conta as distinções, às vezes sutis, que diferenciava este ou aquele camponês entre si e em relação aos servos. «Verifica-se, por isso, que nos vinte anos que seguem a conquista, salvo no Nordeste dinamarquês, desapa-

recem quase completamente os homens livres. Todos os camponeses se tornam ou vilãos (que cultivam uma *virgate*, cerca de trinta acres), ou *cotters* (que só tem quatro ou cinco acres). Os tempos são maus para o pequeno cultivador livre ou semilivre».[52]

3) A Igreja da Inglaterra sofre a profunda influência da conquista normanda através de uma prudente reforma incentivada sobretudo pelos clérigos normandos de elevado gabarito moral e intelectual que foram introduzidos no reino. Para a sede de Cantuária foi designado Lanfranco. Entre as reformas de Lanfranco citemos uma que teve conseqüências remotas: ele tomou o hábito de reunir «convocações», ou assembléias eclesiásticas, ao mesmo tempo que o Grande Conselho. Muitos prelados tinham assento simultaneamente na assembléia feudal, como senhores temporais, e no sínodo do clero. O Rei presidia as duas assembléias, mas o *serem* elas distintas impediu posteriormente a formação, no Parlamento Britânico, de um «estado» do clero».[53]

4) No terreno lingüístico vale salientar como conseqüência da conquista normanda a evolução da língua inglesa: «O povo continua a falar saxão: Durante cerca de três séculos, será o inglês uma língua sem literatura, sem gramática, língua popular e falada. Essa língua transformar-se-á rapidamente, pois só as classes dirigentes são conservadoras em matéria de linguagem. O saxão dos letrados fora uma língua germânica, de casos complicados. O povo, porém, simplifica, e, rapidamente, o inglês, livre da tutela da parte culta, adquire a sua pasmosa flexibilidade. As palavras pronunciadas por homens sem cultura ou por estrangeiros conservam apenas a sílaba acentuada. Daí, o grande número de palavras de uma sílaba, que dá à poesia inglesa a sua inimitável densidade. Ao contacto dos seus senhores, os camponeses saxões e dinamarqueses aprendem, entretanto, algumas palavras de francês, que se tornam, quase sem alteração, palavras inglesas».[54] Note-se que o alto clero falava francês e latim. Os atos do governo foram, por muito tempo, redigidos em latim. As classes dirigentes falam francês. Os agentes locais dos senhores e do rei devem falar saxão e francês.

No plano internacional a conquista normanda acarretaria a criação do reino anglo-angevino com graves conseqüências para as futuras relações entre a Inglaterra e a França.

Guilherme, o Conquistador (1066-1087). — Uma rápida vista sobre os acontecimentos do reinado de Guilherme, o Conquistador, revela-nos:

1. Coroado solenemente, Guilherme considerou-se legítimo sucessor de Eduardo e não um mero conquistador.

2. Os que haviam lutado em seu favor foram premiados com terras tomadas aos adversários.

3. Mandou construir castelos no estilo normando em pontos estratégicos a fim de assegurar-se contra possíveis revoltas.

4. Já em 1067 sentiu-se suficientemente seguro para fazer uma viagem à Normandia.

5. Alguns *thanes* (barões saxões) revoltaram-se contra o domínio normando ao norte e ao oeste. Note-se que essa oposição revestia, antes, um caráter regional que nacional. Em *Yorkshire* e *Mércia ocidental* «a luta, embora ineficaz, foi longa e dura, recebendo novos estímulos de uma frota dinamarquesa enviada por Swein Estrithson, herdeiro de Canuto. Porém a estratégia de Guilherme, baseada em uma rede de fortalezas construídas rapidamente e em pontos estratégicos, destroçou por partes a mal consolidada coligação. Em 1069-1070 tomou uma terrível vingança de seus inimigos ingleses a qual impossibilitou outra surpresa. Com fria crueldade, maior que a de Carlos Magno na Saxônia, devastou sistematicamente a arquidiocese de York, de mar a mar, e de modo menos completo devastou Cheshire, Shropshire, Staffordshire e Derbyshire. Propunha-se e conseguiu exterminar a população rebelde».[55] Muitos séculos depois desse ato vandálico, a região assolada sofria-lhe ainda as conseqüências.

6. Outro ato que provocou profundo descontentamento entre seus súditos foi a criação de florestas reais. Para praticar seu esporte predileto — a caça — Guilherme mandou plantar perto de Winchester a nova floresta «destruindo, dizem os cronistas, sessenta aldeias, campos férteis, igrejas, e arruinando milhares de habitantes. Os números parecem exagerados, mas é certo que as florestas reais foram uma praga».[56]

7. Em 1072 Malcolm III, rei da Escócia, foi obrigado a prestar homenagem a Guilherme. Em 1075 estalou uma revolta dirigida por grandes senhores: Roger de Hereford, Ralf de East-Anglia e Waltheof. Os revoltosos não encontraram apoio e o rei não teve necessidade de voltar da Normandia, onde se encontrava, para que fosse debelada a rebelião.

Em 1082, por razões desconhecidas, Guilherme mandou encarcerar seu meio-irmão Odon, bispo de Bayeux e Conde de Kent.

8. Em 1086 foi feito, por ordem de Guilherme, um recenseamento minucioso das propriedades, tendo-se em vista a cobrança mais eficiente do *Danegeld*.

Sentimos, através da Crônica saxônica, o espanto e a revolta que o inquérito, do qual resultou o famoso cadastro conhecido como Domesday, provocou nos contemporâneos. Reza o cronista: «O inquérito foi feito com tal minúcia que não houve um simples *hide*, nem uma *virgate* de terra, nem mesmo — é vergonhoso dizer mas não lhe pareceu vergonhoso de fazer — um boi, nem uma vaca, nem um porco que tivesse escapado à indagação. E o resultado de todas essas indagações foi comunicado ao rei».[57]

Voltaremos ao Domesday quando estudarmos no capítulo sobre Finanças e Economia, em outro volume.

O trono da Inglaterra não impedia a Guilherme de cuidar dos negócios atinentes ao ducado da Normandia onde não raro tinha que se defender contra as ameaças de seu suserano, o rei da França. Numa dessas lutas, quando combatia Filipe da França, sofreu um acidente devido a um tropeço de sua montaria e feriu-se gravemente. Faleceu em 7 de setembro de 1087.

O fim do Conquistador foi patético. Confessou seus pecados, fez seu testamento e distribuiu bens para a Igreja e para os pobres. Ao filho mais velho, Roberto, deixou o ducado da Normandia; ao segundo filho, Guilherme Rufo, legou a coroa da Inglaterra.

Concluamos sobre o Conquistador com essa sóbria apreciação de Previté-Orton: «Figura em primeira linha entre os homens de Estado. Realizou a união da Inglaterra como jamais ela a tivera e converteu em poderoso reino, o que, antes, se encontrava em dissolução. Amava a ordem e, a seu modo, a justiça. Foi genuinamente religioso, segundo suas luzes. Porém se revelou impiedoso na realização de suas ambições e inclusive de seus prazeres. Introduziu na Inglaterra a cruel lei florestal da França para proteger seus limites de caça, privilégio que ampliou sem justiça nem compaixão. Foi excepcionalmente impiedoso em sua conquista, embora *grosso modo* possamos julgar que sua ferocidade não carecia de objetivo. E' verdade que viveu em uma época sem coração e feroz, porém há nele muitas exceções que o condenam».[58]

Guilherme II, Rufo (1087-1100). — Guilherme Rufo não esperara a morte do pai para dirigir-se à Inglaterra. Não houve dificuldade em ser coroado por Lanfranco em Westminster. «Desta vez não houve eleição pelo Conselho; os barões receberam o seu Rei do arcebispo. Era um sinal do poder crescente da Igreja» (Maurois, *obra citada*, p.75).

Rufo (o Ruivo) carecia de cultura, era rude, grosseiro e autoritário. Acabou atraindo contra si a oposição das duas forças em que se havia apoiado o Conquistador: os *cavaleiros normandos* instalados na ilha e o *clero reformista*. Assim é que, entre 1088 e 1095, enfrentou revoltas, uma das quais foi capitaneada por Odon de Bayeux que era favorável ao duque Roberto da Normandia. Guilherme pretendia governar tammém o ducado e para esse fim contava com o apoio daqueles que possuíam terras tanto na Normandia como na Inglaterra e que não se conformavam com o fato de serem vassalos ao mesmo tempo de dois senhores: o duque da Normandia e o rei da Inglaterra. A situação resolveu-se favoravelmente para Guilherme II quando seu irmão lhe hipotecou o ducado em troca de dinheiro de que Roberto necessitava para participar da primeira cruzada.

A situação de Guilherme II em relação à Igreja tornou-se crítica após a morte de Lanfranco (1089). Deixou a sede de Cantuária vacante por quatro anos a fim de perceber-lhe os rendimentos. Achou o método

tão proveitoso «que no momento de sua morte estavam vagas onze grandes abadias e dez bispados».[59]

Em 1093, gravemente enfermo, Guilherme II designou Anselmo, abade de Bec, para arcebispo de Cantuária. Santo e Filósofo, o novo arcebispo não tardou em opor-se ao rei, defendendo a liberdade da Igreja na Inglaterra e reconhecendo Urbano II como papa legítimo. Anselmo acabou exilado em Lião mas, por sua firmeza, havia deixado um exemplo para ser imitado.[60]

O reinado de Guilherme II teve um desfecho inesperado quando o rei morreu vitimado por uma flecha disparada por um barão de classe inferior, por ocasião de uma caçada na Nova Floresta. Ignorou-se se o funesto acontecimento foi meramente acidental ou premeditado (2 de agosto de 1100).

Henrique I, Beauclerc (1100-1135) — Henrique, terceiro filho do Conquistador, estava presente à caçada em que seu irmão tombou morto. Em face do evento procurou logo garantir o trono para si, aproveitando a ausência de Roberto que se encontrava, então, na Sicília de volta da Cruzada. Henrique cavalgou para Winchester, apoderou-se do tesouro real, fez-se proclamar rei por um grupo de barões amigos e coroar pelo bispo de Londres (5 de agosto de 1100). Em julho do ano seguinte Roberto desembarcava na Inglaterra, mas viu-se sem apoio para reivindicar o trono e teve que contentar-se com uma pensão anual e a recuperação do ducado da Normandia.

Henrique possuía qualidades que o tornaram superior a seus irmãos. Guilherme de Malmesbury *(De gestis regum Anglorum)* descreve-nos: «Era, de ordinário, jovial e a carga dos negócios não o entristecia, embora se entregasse aos mesmos intensamente. Seu menor cuidado era a glória militar. Encarnava a palavra de Cipião Africano: Minha mãe gerou em mim um chefe, não um guerreiro».

Para consolidar sua situação na Inglaterra Henrique contraiu matrimônio com Edite, filha do rei da Escócia, Malcolm, e descendente de Etelredo. Esse fato entusiasmou o povo anglo-saxão e favoreceu a fusão das duas raças.

Em ordem cronológica, eis alguns acontecimentos importantes do reinado de Henrique I:

1102 — Venceu a rebelião de Roberto, terceiro conde de Shrewsbury, conde de Ponthieu, o mais rico dos barões normandos, cujos feudos foram confiscados. «Assim foi eliminada da política inglesa a mais poderosa e odiada casa baronal (1102) com tal resultado, que em trinta e três anos nenhum outro barão se aventurou a fazer resistência armada ao rei».[61]

1106 — Nesse ano Henrique obtém a vitória de Tinchebray (28 de setembro), apossando-se da Normandia e aprisionando seu irmão Roberto.

«Depois de 1106 passou na Normandia dezessete anos, reprimindo desordens e deslealdades e burlando os ataques do rei Luís VI e de seu sobrinho Guilherme Clito».[62] Note-se que este último era filho de Roberto e fora deixado em liberdade após a batalha de Tinchebray.

Para gerir os negócios do reino em seu nome, Henrique designou o normando Rogério, bispo de Salisbury.

1120 — A paz do reino e o próprio prestígio da dinastia foram abalados com o naufrágio da Branca Nave (Blanche Nef), trágico acidente que roubou a vida à Atheling Guilherme, único filho legítimo de Henrique e herdeiro do trono. Para contornar prováveis dificuldades de sucessão, o rei pensou designar como herdeiro um filho bastardo, Roberto de Caen. «Um século mais cedo uma tal designação não teria encontrado dificuldade. Mas os gregorianos haviam feito sentir sua influência e no início do século XII, não era mais possível impor um bastardo como herdeiro legítimo».[63]

Para não ter que aceitar como herdeiro seu sobrinho Guilherme, o rei decidiu indicar sua filha Matilde, viúva do imperador Henrique V. «A fim de assegurar a esta a fidelidade dos barões, obteve que o Grande Conselho lhe rendesse homenagem. Depois, para proteger as fronteiras da Normandia, casou em segundas núpcias a futura rainha da Inglaterra com Godofredo de Anjou, o vizinho mais poderoso desse ducado. Esse casamento estrangeiro desagradou aos ingleses. Já muitos lastimavam ter prestado juramento a uma mulher, e, desde então, se pode prever que com a morte de Henrique haveria perturbações».[64]

Graças à intervenção de S. Anselmo, o reinado de Henrique assinala o fim da querela das investiduras na Inglaterra. Uma dieta reunida em Londres (agosto de 1107) sancionou um acordo com a S. Sé, ficando estipulado que o bispo não poderia receber a investidura pelo báculo e pelo anel nem do rei, nem de qualquer outro leigo. O bispo eleito, por sua vez, não poderia ser consagrado antes de haver prestado ao rei o juramento de vassalagem pelos seus feudos.[65]

Henrique demonstrou especial interesse pela organização da justiça. Juízes itinerantes, especialmente escolhidos, percorriam o reino para julgar em nome do rei. Note-se o aspecto político das inovações no terreno judiciário: desenvolvendo as cortes reais em prejuízo das cortes senhoris, o rei restringia o poder dos grandes senhores.

Para que a ordem fosse mantida, Henrique proibiu as guerras privadas e não tolerou que se construíssem ou fortificassem castelos sem sua autorização.

O governo central foi aperfeiçoado mediante a instituição do *Scaccarium* (*Exchequer*, do francês antigo *exchequier*, tabuleiro de xadrez, significa o tesouro público ou erário).[66]

O *Scaccarium* reunia-se duas vezes por ano, pela Páscoa e por S. Miguel e congregava todos os membros da corte que tratavam de assuntos financeiros. Esses integrantes do Scaccarium eram assistidos por

escreventes, um dos quais conduzia um registro de todo o dinheiro contabilizado, registro que, mais tarde, recebeu o nome de *The Pipe Roll.*[67]

Vamos encerrar essas breves notas sobre o reinado de Henrique Beauclerc, lembrando a proclamação que ele fez no dia mesmo de sua coroação e que alguns autores chamaram «a primeira carta das liberdades inglesas». Subscrita por três bispos e vários barões, a «carta» começa dando garantias à Igreja. Eis a síntese de algumas promessas do rei contidas nesse curioso documento que implica no primeiro passo para a limitação dos poderes da coroa:

1) Não praticar a simonia.

2) Não confiscar os bens dos barões mortos intestados.

3) Não casar à força as herdeiras e as viúvas.

4) Não cobrar multas excessivas.

A proclamação de Henrique era dirigida a «todos os seus fiéis», o que bem demonstra a preocupação dos reis normandos de buscar o apoio da população indígena. Vê-se aqui a influência nítida da Igreja no sentido de promover a fusão de vencidos com vencedores. «Preparava-se, assim, no outro lado da Mancha, uma nação homogênea».[68]

Henrique I morreu a 1º de dezembro de 1135. O cronista anglo-saxão homenageia-o com essas palavras: «Ninguém no seu tempo ousou fazer injustiça a outro. Fez reinar a paz para o homem e para o animal, e a quem se transportava no seu reino com um fardo de ouro ou de prata, ninguém teria ousado dizer senão palavras afáveis».[69]

Estêvão de Blois (1135-1154). — Henrique I, Beauclerc, havia designado para suceder-lhe no trono sua filha a «imperatriz» Matilde, viúva do imperador Henrique V e casada em segunda núpcias com Godofredo Plantageneta, Conde de Anjou. Matilde porém desagradava aos grandes senhores em virtude da arrogância que a caracterizava. Procuraram, então, um substituto do rei falecido, deixando de lado o neto deste, o futuro Henrique II impossibilitado agora de assumir a coroa por causa da idade (nascera em 1133). Assim é que, alguns dias depois da morte de Henrique I, foi aceita a pretensão de Estêvão de Blois, grande senhor na França e na Inglaterra, sobrinho do rei defunto, neto do conquistador por parte da filha deste, Adélia, e casado com uma parenta de Edgar Atheling. Como o leitor vê, sobravam a Estêvão argumentos extraídos das árvores genealógicas reais. Mas o que decidiu mesmo o triunfo de sua aspiração à coroa inglesa foi a impopularidade de Matilde. Coroado em Westminster, e reconhecido como duque da Normandia, Estêvão procurou obter apoio da Igreja mediante concessões. A princípio teve a seu lado os ministros de seu tio com o próprio Rogério de Salisbury à frente. Conseguiu também o reconhecimento do papa Inocêncio II. Mas em breve o novo rei revelou-se falto de energia e incapaz

de manter a ordem no reino. A desordem conseqüente à ausência de autoridade passou a imperar. «Por toda a parte ergueram-se, sem licença real, castelos fortes. A cidade de Londres, imitando uma nova moda continental, proclamou-se «comuna». Certos senhores, libertos de qualquer estorvo, tornaram-se verdadeiros bandidos. Empregavam os camponeses em corvéias de construção e, acabado o castelo, enchiam-no de veteranos, «diabos e ruins sujeitos». A quem lhes resistisse, eram infligidas torturas horríveis. Os homens eram suspensos pelos pés e assados como presuntos. Outros eram lançados, como os heróis dos contos de fadas, em torreões cheios de sapos e de víboras. Singular é que, ao mesmo tempo, apavorados com a idéia da condenação eterna, todos esses nobres bandidos dotavam mosteiros. Só durante o reinado de Estêvão, foram edificadas mais de cem casas religiosas» (Maurois, *obra citada*, p. 82).

Os barões aproveitavam-se, agora, da fraqueza de Estêvão para uma desforra contra os tempos de forte autoridade real de Henrique I.

Entre os acontecimentos dessa época de anarquia lembremos a título de exemplo:

1) A revolta de Roberto de Gloucester em 1138.

2) Conflito com o bispo Rogério de Salisbury, provocando a reação de outros prelados.

3) Rebelião dirigida pela «imperatriz» e por Gloucester. Na batalha de Lincoln (1141) o próprio Estêvão cai prisioneiro. Matilde, entretanto, desmandou-se: comprou os serviços de Godofredo de Mandeville, conde de Essex, tipo acabado de aventureiro dessa época, e entrou em Londres como «Senhora da Inglaterra». Gloucester porém caiu também prisioneiro tendo sido, então, permutado pelo rei. A guerra civil continuou até a morte de Roberto (1147).

4) Durante esse tempo todo a situação no reino apresentava-se desoladora: as cidades eram saqueadas, os campos permaneciam abandonados e incultos. O povo buscou refúgio nas práticas religiosas a fim de implorar a Deus o fim das calamidades. Matilde viu-se, por fim, obrigada a abandonar a Inglaterra e refugiar-se na França.

5) Note-se que Godofredo de Anjou havia conquistado o ducado da Normandia (1141-1145) dando-o, em 1150, como herança a seu filho, o futuro Henrique II. Este, com a morte do pai (1151), herdou Anjou e Maine e ampliou seus poderes ao casar com Eleonora, herdeira de Aquitânia (1152).

6) Estêvão tentara em vão garantir a herança do trono inglês para seu filho Eustácio. A morte deste (1153) possibilitou um acordo entre Estêvão e o jovem Henrique, agora também conde d'Anjou. Estêvão associou-o à administração do reino e fê-lo seu herdeiro. O rei faleceu em 1154 e Henrique foi coroado.

5. Os Plantagenetas

Com a inplantação da dinastia dos Plantagenetas vamos assistir às conseqüências inevitáveis que a conquista normanda de Guilherme e, mais tarde, o casamento de Matilde-Godofredo d'Anjou continham em germe: a rivalidade e a luta inexorável entre a França e a Inglaterra. Pirenne pinta-nos com clareza a situação, chamando a atenção também para os interesses do Império Germânico em jogo: «Os Plantagenetas, com efeito, senhores de todos os principados do litoral, visavam à hegemonia marítima. Os capetíngios, cujo reino estava situado sobre a grande via econômica da Itália a Flandres, procuravam apoderar-se da hegemonia econômica pondo a mão sobre os Países Baixos onde eles já possuíam Flandres. O rei da Inglaterra não podia realizar seus projetos senão desmembrando definitivamente o reino da França do qual ele dependia por seus feudos franceses; o rei da França, de seu lado, queria ao mesmo tempo estabelecer sua autoridade direta sobre o conjunto de seu reino e subtrair ao Império seus estados lotaríngios».[a] O leitor deve ter presentes essas observações ao ler as páginas seguintes que, por sua vez, estão em correlação com o que já foi escrito no capítulo referente à França.

Henrique II (1154-1189). — Menos de dois meses após a decisão dos canonistas reunidos em Beaugency segundo a qual era declarado nulo o casamento entre o rei Luís VII e Eleonora, esta contraía núpcias com o futuro Henrique II da Inglaterra. Já sublinhamos a influência negativa de Eleonora sobre Luís VII pessoalmente e sobre seu reinado. Vejamos, agora, brevemente, as conseqüências das novas núpcias para o novo esposo e novo rei. Ao esposo, aquela que fora rainha da França e que, pouco depois do casamento com Henrique passaria a rainha da Inglaterra, trouxe como dote «o imenso ducado da Aquitânia, isto é, o Limousin, a Gasconha, o Périgord, com direitos de suserania sobre o Auvergne e o Condado de Tolosa. Henrique II, que já tinha de sua mãe, Matilde, o ducado da Normandia e de seu pai, Godofredo, o Maine e o Anjou, tornava-se na França muito mais poderoso que o Rei da França».[a]

Mas o casamento com Eleonora não acarretou somente o aumento de poder de Henrique II. A curiosa e versátil ex-rainha da França deixaria também a marca de sua singular personalidade no próprio reino da Inglaterra. «Eleonora foi tão intrigante na Inglaterra como na França e se é bem verdade que ela havia perturbado singularmente o reinado de seu primeiro marido sobre o continente e no Oriente, ela não deveria deixar de agitar também o reinado de seu segundo esposo no reino insular e nessa espécie de império colonial britânico desenvolvido na feudalidade francesa...» (Calmette, *Le Réveil*, p. 240).

Mas Eleonora não exerceu somente um papel negativo no cenário histórico. Com efeito, no terreno cultural teve uma atuação fecunda.

«Foi com ela e graças a ela que a literatura d'Oc conquistou a França do Norte e exerceu sobre a parte setentrional do reino capetíngio uma influência irradiante à qual teremos ocasião de voltar. Eleonora ganhou, do mesmo modo, a Inglaterra para essa literatura da França Meridional como para os costumes corteses. Ainda melhor, ao casar uma de suas filhas, Matilde, com Henrique, o Leão, duque da Saxônia, ela introduziu largamente a mesma literatura e a mesma influência em pleno coração da Alemanha. Como Rainha da Inglaterra, Eleonora fez mais, talvez, para a cultura francesa que como Rainha da França». [72]

Depois dessas observações sobre a rainha, voltemos ao personagem principal: Henrique II, Plantageneta. [73]

Ao ser coroado aos 19 de dezembro de 1154, o novo rei, que não completara ainda vinte e dois anos, promulgou uma carta em que transparece o programa da nova realeza: o rei, pela primeira vez, se dirige a seus «fiéis» (franceses e ingleses). Curioso é notar que Henrique II «será sobretudo um príncipe francês; ele passará a maior parte de seu reino em suas terras do Continente». [74] Esse fato, contudo, não impede que o Plantageneta possa ser considerado como «um dos maiores reis da Inglaterra e um dos fundadores do sistema monárquico no Ocidente». [75]

Vários autores contemporâneos dão-nos notícias sobre o físico e o moral de Henrique II. Assim, por exemplo, Walter Map *(Gualteri Mapes)*, depois de salientar as qualidades físicas do rei, acrescenta: «Estava muito bem educado, segundo requeria sua dignidade. Conhecia todos os idiomas, desde o Mar de Gales até o Jordão, porém falava principalmente em francês e latim». Para o mesmo autor, Henrique II era afável, humilde, modesto, sóbrio, temperado e manso, fiel e prudente, liberal e vitorioso, amigo do povo. Não esqueçamos, contudo, que Walter integrava a corte de seu biografado.

Henrique havia, na realidade, recebido uma boa instrução e possuía conhecimentos jurídicos, o que explica suas aptidões como administrador e grande legislador. Preferia a paz à guerra mas, quando era necessário apelar para a luta, revelava coragem e qualidades de bom general. Uma ambição desmesurada, um temperamento tremendamente irascível e uma sensualidade desenfreada, eis outros traços importantes da personalidade do Plantageneta.

Nas linhas seguintes vamos resumir a história do reinado de Henrique II, dividindo-a, para melhor clareza da exposição, em três breves itens: 1. Política interna; 2. A Igreja; 3. Política externa.

1. *Política interna.* — Henrique II era um espírito irrequieto, incapaz de permanecer por muito tempo no mesmo lugar. «A corte continuava a viajar de domínio real em domínio real, ora na Inglaterra, ora na França, para comer as rendas em espécie. Pedro Blois descreve-nos esse séquito do rei, pululante de atores, de lavadeiras, de taverneiros, de mercadores de favos de mel, de prostitutas, de bufões e outras aves de igual plumagem». [76] Essas viagens proporcionavam ao rei a oportu-

nidade para entrar em contato direto com seus súditos. «A pessoa mais insignificante podia queixar-se diretamente ao rei; no decurso das suas viagens de sul a norte e de leste a oeste do país, Henrique velava pela boa aplicação da justiça». [77]

Cercando-se de excelentes auxiliares (entre os quais figuravam sobreviventes da corte de Henrique I e homens novos devotados à monarquia), Henrique II conseguiu pôr em execução uma série de reformas judiciárias, financeiras e administrativas.

Entre as primeiras lembremos, a título de exemplo, a instituição dos juízes itinerantes que partem anualmente da corte com o fim de distribuir justiça em nome do rei por toda a Inglaterra tomando conhecimento de recursos interpostos contra as sentenças dos tribunais senhoris. «O sistema dos juízes «itinerantes» ou ambulantes gerou em pouco tempo a *Common Law*, lei comum, a que é a mesma em toda a parte. As cortes feudais e populares haviam julgado em virtude dos usos locais, mas um juiz que se transportava de condado em condado tinha a tendência de fazer adotar por todos o uso melhor. Os usos locais não foram destruídos, mas como que fundidos no cadinho da Lei Comum. A Corte central registrava os precedentes e assim se formou prontamente, na Inglaterra, uma legislação nacional, que abrangeu a maior parte dos casos». [78]

No terreno financeiro lembremos que o reino da Inglaterra, graças à política de Henrique II, possui, então, o mais organizado sistema da Europa. Dentre as fontes de receitas, citemos a própria justiça real que enriquecia o erário com as multas desviadas das cortes feudais. O controle dos *sheriffs* aumentou também a receita. Note-se que os *sheriffs* extorquiam os habitantes do condado como intermediários entre estes e o soberano. Basta lembrar que os burgueses de Worcester, que desembolsavam mais de 50 libras para o sheriff, tiveram suas despesas reduzidas à metade quando passaram a pagar diretamente ao rei. O serviço militar tornou-se também uma fonte de receita quando o rei admitiu que o mesmo fosse resgatado por uma determinada taxa. Com o dinheiro assim adquirido, Henrique II recrutou tropas de mercenários que se revelavam mais dóceis que os contingentes feudais. [79]

No terreno administrativo vale citar, como exemplo, a substituição gradual dos *sheriffs* baroniais pelos *curiales*, servidores escolhidos que faziam sua carreira no serviço do rei e, por isso, estavam vinculados à administração central dirigida por ministros de elevado gabarito como um Ranulfo de Glanville, o provável autor do código *De legibus Angliae.* [80] Ranulfo teve um papel excepcional no governo do reino: presidiu o famoso *Exchequer* e o tribunal régio, promulgou decretos na ausência do monarca e até dirigiu os exércitos. [81]

Um dos traços característicos da política interna do reinado de Henrique I foi sua preocupação pela ordem e segurança. Embora tenha sido um grande construtor, o rei não hesitou em arrasar centenas de praças-fortes que se haviam tornado covis de opressores do povo anglo-

saxão. «Os barões e outros senhores começaram a dedicar-se à valorização das suas terras e a outros afazeres pacíficos, dado que as querelas sangrentas que no continente continuavam a dividir os senhores feudais pouca repercussão tiveram ao norte da Mancha. Pouco a pouco os vassalos de Henrique II transformavam-se em verdadeiros fidalgos provincianos. As praças fortes davam, cada vez mais, lugar a ricas residências campestres, tipicamente inglesas, cujos proprietários levavam uma vida muito mais pacífica e agradável do que os seus belicosos antepassados».[82]

2. *A Igreja.* — O conflito entre Henrique II e a Igreja tem como objeto primordial o *privilegium fori* (privilégio de *forum*) e como personagem principal a figura marcante de Tomás Becket. Este nascera em Londres, por volta de 1118, de pais normandos. Educado como fidalgo (seu pai era um rico negociante), tornou-se, com a ruína da família, clérigo de Teobaldo, arcebispo de Cantuária. Recomendado por este ao soberano, foi feito chanceler. «O rei apreciou esse ministro jovem, bom cavaleiro, bom falcoeiro, capaz de lutar com ele em gracejos eruditos, e maravilhosamente eficaz no seu trabalho. Foi, em grande parte, graças a Becket que a ordem, após a morte de Estêvão, foi tão rapidamente estabelecida. O bom êxito fez do Chanceler um homem soberbo e poderoso».[83]

Quando Teobaldo morreu, Henrique II escolheu o notável chanceler para ocupar a sede arquiepiscopal de Cantuária. Operou-se, então, uma profunda transformação na atitude de Tomás Becket. «E' caso notável o desse grande senhor temporal que, uma vez arcebispo, se torna um asceta. De então em diante ele dedicará todo o seu tempo às obras pias e à oração. Quando morrer acharão no seu corpo um cilício e as cicatrizes da disciplina».[84] O choque entre o arcebispo e o rei era inevitável e iria produzir a mais grave crise do reinado de Henrique II. Esta teve início quando o soberano pretendeu limitar o *privilegium fori* que, aliás, dava, não raro, margem a abusos entre o clero.

Em outubro de 1163, numa assembléia reunida em Westminster, foi abordado o problema dos julgamentos eclesiásticos e foram reconhecidos ao rei, de um modo geral, as *consuetudines avitae*, isto é, os direitos que os antecessores do soberano haviam exercido sobre a Igreja. Os prelados que aprovaram esse reconhecimento acrescentaram-lhe, graças à intervenção de Becket, uma cláusula: *salvo ordine nostro*, isto é, salvo a ordem e o direito da Igreja *(salvo in omnibus ordine nostro et honore Dei et Sanctae Ecclesiae).*

No ano seguinte (janeiro de 1164) a Assembléia de Clarendon aprovou dezesseis artigos que continham os ditos antigos costumes entre os quais se incluía a jurisdição civil sobre os clérigos contra o *privilegium fori.* Os prelados e o próprio Tomás condescenderam na aprovação dos artigos de Clarendon. Quando, porém, o papa Alexandre III (1159-1181) repeliu os dezesseis artigos, Tomás «retirou imediatamente a sua aprovação, provocando de tal modo a cólera do rei, que este o acusou, numa dieta de Northampton, de alta traição e de diversas outras infidelidades».[85] Em outubro de 1164 Becket se vê obrigado a buscar refúgio na França. Anos mais tarde o antigo chanceler reconciliou-se com o rei e voltou à Inglaterra sem, contudo, abdicar de seus princípios e convicções. «Mas, apenas tinha Becket desembarcado na Inglaterra, chegavam-lhe a seu pedido, cartas do Papa que destituíam os bispos que, durante a desgraça do seu Arcebispo, tinham traído a este. Ora, era uma das leis estabelecidas pelo Conquistador que nenhum súdito tinha o direito de corresponder-se com o papa sem autorização real. O rei soube da notícia quando festejava o Natal nas vizinhanças de Lisieux. Entrou em grande fúria: «Os meus súditos», disse ele, «são covardes e homens sem coração. Não observam a fé que devem ao seu senhor; permitem que eu me torne escárnio de um clérigo de ruim ascendência». Quatro cavaleiros que ouviram essa fala saíram sem dar palavra, atravessaram a Mancha no primeiro barco que acharam e, chegados a Cantuária, ameaçaram o arcebispo: «Absolve os bispos», disseram-lhe. Becket, prelado e soldado, respondeu com desdém e coragem. Pouco depois o seu cérebro, derramado pelas espadas, manchava os degraus do altar».[86]

O bárbaro crime teve imensa repercussão em toda a cristandade. O rei, horrorizado com o crime e sentindo a animosidade da população, mandou prender os assassinos, enviou emissários ao papa para que declarassem ser inocente, renunciou às constituições de Clarendon, reconheceu os direitos da Igreja e promoveu atos de penitência (como v.g., construir mosteiros, etc.).

Tomás Becket passou a ser venerado como santo e foi canonizado pela Igreja.

Em 1173, por ocasião de uma revolta, Henrique II dirigiu-se vestido de penitente e descalço ao túmulo do mártir onde se fez flagelar. «Depois de Canossa, a Igreja não conhecera um tal triunfo. Para o rei foi uma humilhação terrível, mas recuperou deste modo a confiança do seu povo e os motins puderam ser reprimidos».[87]

3. *Política externa.* — Entre os acontecimentos da política externa do reinado de Henrique II lembremos: a expedição à Irlanda, o ataque do rei da Escócia e as lutas contra Luís VII e Filipe Augusto. Note o leitor que os acontecimentos da «política externa» encontram-se muitas vezes estreitamente vinculados com a política interna.

A expedição à Irlanda, planejada havia muito, realizou-se em 1171 e serviu para distrair a atenção do povo revoltado com o assassinato de Tomás Becket. Henrique II permaneceu seis meses na ilha céltica onde recebeu a homenagem de numerosos chefes e decidiu realizar uma reforma na Igreja.

Depois da expedição à Irlanda, Henrique II teve que enfrentar uma insurreição de senhores da ilha e do continente. Entre os rebelados se

encontravam os poderosos condes de Chester, Derby, Leicester e Norfolk, aliados a Guilherme, o Leão, rei da Escócia.

Note-se que Henrique e Ricardo (o futuro Ricardo Coração de Leão), instigados por Eleonora, sua mãe, e encorajados pelo rei da França, haviam-se revoltado contra o pai.

Henrique II derrotou os coligados em Alnwick. Ricardo e Henrique regressaram ao continente, a aristocracia inglesa teve que se submeter a uma severa legislação. O rei da Escócia, feito prisioneiro, viu-se obrigado a prestar homenagem a Henrique e a aceitar que seus vassalos se tornassem vassalos do rei da Inglaterra. A Igreja da Escócia ficaria subordinada à sé primacial de Cantuária. Para assegurar a execução dessas cláusulas foram estabelecidas guarnições inglesas em diferentes castelos escoceses.[88]

O primeiro confronto entre Henrique e Luís VII processara-se antes que o Plantageneta ascendesse ao trono inglês e teve sua causa na recusa do Capetíngio em admitir que Eleonora e seu novo esposo assumissem o governo dos feudos da Aquitânia.[89] O próprio Luís VII pretendia fazê-lo como tutor das filhas que ele tivera de Eleonora. Note-se que Henrique contraíra matrimônio sem autorização do rei francês, seu suserano. Intimado a comparecer perante o tribunal feudal, o Plantageneta recusa-se. Luís VII, então, declara os feudos confiscados. Inicia-se uma guerra feudal conduzida sem entusiasmo por parte do Capetíngio que, por fim, firma uma paz humilhante (agosto de 1154) cedendo a Guiana mediante uma indenização pecuniária.[90]

Henrique II procura firmar-se no continente instalando seu irmão Godofredo d'Anjou na Bretanha. Quando Godofredo morre em 1158, o ducado bretão é anexado aos Estados anglo-normandos. Para manter o equilíbrio de forças Luís VII põe em execução uma política de matrimônios. Esposa Constância de Castela e dá a mão de sua irmã Constância da França ao conde Raimundo V de Tolosa. Margarida, filha de Luís VII e de Constância, é prometida a Henrique, filho mais velho do rei inglês e de Eleonora. Margarida, que conta apenas seis meses de idade (o noivo já atingiu os três anos), levará como dote Vexin e Gisors (tratado assinado em agosto de 1158).[91] Mas todas essas precauções não impediram que Henrique II se interessasse pelas regiões meridionais. Aliando-se ao rei de Aragão e conseguindo a cumplicidade de vários senhores da região d'Oc, o Plantageneta ataca o conde de Tolosa exigindo-lhe a homenagem (1159). Luís VII socorre o cunhado e Henrique II evita atacar seu suserano. «A Tolosa, aliás, tinha vindo, igualmente o papa Alexandre III, expulso da Itália pelo imperador Barbarroxa, e os reis da França e da Inglaterra entraram num acordo para reconhecer e sustentar o papa legítimo a quem o chefe do Reich alemão opunha um antipapa a seu feitio».[92]

Henrique II porém não desistira de suas pretensões sobre as regiões meridionais da França. Assim é que em fevereiro de 1173 conseguiu que Raimundo V (que Luís VII não pôde socorrer) se reconhecesse

como *vassalo-lígio* (o que serve outrem plenamente). O Plantageneta interpunha-se, assim, entre Tolosa e a realeza capetíngia, embora Raimundo tivesse incluído no reconhecimento de vassalagem a cláusula «salvo a fé devida ao rei da França».

Os planos de Henrique II porém foram prejudicados pela atitude de seus próprios filhos instigados por Eleonora. Todos os quatro, Henrique, o Jovem, Ricardo, Coração de Leão, Godofredo e João Sem-Terra, criaram sérios embaraços ao pai.

Enquanto Henrique II estava ocupado com os rebeldes da Inglaterra (1173-1174), Luís VII obteve vantagens no continente. Tão logo, porém, o rei inglês conseguiu triunfar na ilha e cruzar a Mancha, o Capetíngio resolveu entrar em acordo, restituindo tudo o que havia conquistado (Montlouis, perto de Tours, setembro de 1174).

A discórdia reinante entre Henrique e seus filhos foi habilmente aproveitada pelo novo rei da França, Filipe Augusto. Este, a partir de 1180, favorece e aproveita as revoltas de Henrique, o Jovem (1183), de Godofredo (1186) e de Ricardo (1188). Em 1189, após uma nova revolta de seus filhos, o Plantageneta teve um encontro com Filipe Augusto em Azai-le-Rideau. «Pediu a lista dos que o haviam traído. Quando soube que seu filho preferido, o último, João (João Sem-Terra) figurava entre os traidores, caiu gravemente doente e expirou pouco depois».[93]

Assim terminou, amargurado, entre dissensões familiares e traições de seus filhos um dos maiores reis da Inglaterra (junho de 1189).

Ricardo I, Coração de Leão (1189-1199). — Sinal eloqüente da solidez das instituições monárquicas na Inglaterra foi a aceitação pacífica da sucessão de Ricardo ao trono que seu pai ocupara. O novo rei é uma personalidade curiosa, marcante. A um belo físico unia uma coragem temerária, um orgulho ilimitado, uma falta de controle de seus violentos impulsos. «Sua vida foi como um acesso de violência furiosa. Poeta e trovador, amigos de todos os castelões guerreiros do Périgord, almejou representar na vida o papel romanesco do cavaleiro».[94]

Compreende-se que seus contemporâneos o tenham alcunhado de «Coração de Leão» *(Cor Leonis)*.

Nos dez anos de seu reinado, Ricardo esteve na Inglaterra apenas em duas ocasiões: uma, após a morte do pai, com o fim de ser reconhecido e coroado rei; outra, depois de seu cativeiro, quando se fez novamente coroar. O grande acontecimento da vida do sucessor de Henrique II foi a participação na Terceira Cruzada. Essa participação será estudada em capítulo especial, na terceira parte do presente volume. Quanto ao aprisionamento de Ricardo e a luta com Filipe Augusto, remetemos o leitor para o que já foi dito no capítulo relativo à História da França. Nas linhas seguintes limitar-nos-emos a enumerar alguns dos principais acontecimentos da política interna inglesa durante o reinado em tela.

1. Em julho de 1189 Ricardo recebeu em Ruão, na igreja de S. Maria, a espada e o estandarte de duque da Normandia. A 3 de setembro foi coroado em Westminster. No intervalo entre a morte de Henrique II e a coroação, a rainha Eleonor (libertada da longa prisão a que fora condenada por seu esposo), auxiliada pelos ministros do rei defunto, exerceu a regência. Observe-se que a cerimônia de coroação de Ricardo serviu como precedente para as futuras consagrações reais.

2. Duas preocupações dominam Ricardo no início de seu governo: levantar fundos para a Cruzada e escolher pessoas de confiança para o exercício do governo durante a cruzada. Para atingir o primeiro objetivo praticou os mais escandalosos excessos. Vendeu terras, castelos e cargos. Os servos puderam adquirir sua alforria e cidades inteiras compraram cartas de liberdade. «Venderia até Londres, se alguém quisesse comprá-la», teria dito o rei a seus cortesãos. Guilherme, o Leão, pagou dez mil libras para livrar-se da vassalagem que em 1175 fora imposta à Escócia.

Para evitar perturbações durante sua ausência, o rei procurou aplacar a insaciável cobiça de seu irmão, o futuro rei João Sem-Terra, fazendo-lhe concessões como v.g. o condado de Gloucester.

No governo central ficaram homens experientes que, entretanto, nem sempre revelaram a habilidade necessária no desempenho de tão alta função. Assim, por exemplo, Guilherme Longchamp, bispo de Ely, que entrou em conflito com João Sem-Terra e abandonou o poder em 1191. Quando Ricardo caiu prisioneiro, seu irmão pretendeu aproveitar a oportunidade para apoderar-se da coroa, encontrando, porém, a firme oposição do arcebispo de Ruão que recebeu o auxílio de Humberto Walter, bispo de Salisbury.

Ao regressar do cativeiro, Ricardo celebrou sua libertação com uma nova coroação e aproveitou a rebelião para conseguir mais dinheiro mediante a venda do perdão aos rebeldes.

3. Ao partir novamente para o continente, o rei entregou o governo a Humberto Walter promovido a Arcebispo de Cantuária. Walter revelou-se um grande administrador da Igreja e do Estado.

4. Um acontecimento trágico que assinala o início do reinado de Ricardo foi a perseguição aos judeus iniciada em Londres e propagada a outros locais da Inglaterra como Norwich, Stamford e York.

Já mencionamos, no capítulo sobre a França, a morte de Ricardo (6 de abril de 1199). «O cadáver foi enterrado em Fontevrault, o seu coração na sua boa cidade de Ruão. Assim o Rei não-residente continuou, pela eternidade, longe de seu reino. Quase não pertence à História da Inglaterra. «Mau filho, mau irmão, mau marido e mau Rei», disseram dele. Cumpre, todavia, ao julgá-lo, ter em conta a sua legenda, a sua popularidade e a fidelidade de seu povo. Sem dúvida, ele foi, como certos *condottieri* da Renascença ou certos libertinos do século XVIII, um exemplar singularmente acabado de um tipo de homem, hoje condenado, mas que a opinião pública aceitava então».[95]

João Sem-Terra (1199-1216). — João, ao contrário de seus irmãos mais velhos, não havia recebido do pai qualquer território no continente, donde seu apelido de Lackland (o sem terras).[96] Com a morte de Ricardo, João Sem-Terra ascendeu ao cobiçado trono da Inglaterra, apesar da oposição dos barões da Bretanha, do Anjou, da Touraine e do Maine que apoiavam a causa de Artur, filho de Godofredo da Bretanha, educado na corte do rei da França.[97]

João Sem-Terra aparece-nos, através dos documentos contemporâneos, como um rei odiado por seus súditos. «João Sem-Terra foi o primeiro que conseguiu unir contra si todos os seus súditos. Pelo fulgor da inteligência, era um verdadeiro Plantageneta, excelente tático na diplomacia e na guerra, grande sedutor de mulheres, bom caçador, mas cruel e de alma vil. Henrique II e Ricardo tinham tido a sua grandeza; João não foi mais que odioso. Traíra o pai e os irmãos. Toda a Europa o suspeitou de ter mandado assassinar seu sobrinho, Artur da Bretanha, que teria podido disputar-lhe a sucessão».[98]

E' bem possível que haja alguma dose de exagero no retrato negativo que nos deixaram os biógrafos de João. Explicar-se-ia esse exagero pelo fato de a história do rei haver sido escrita «por inimigos pessoais, que não perderam uma única ocasião de o vilipendiar».[99] Certo é que, além do mau caráter de João, deve-se levar em conta, no estudo de seu desastrado reinado, a difícil situação política em que Ricardo havia deixado o reino e ao elevado gabarito do impiedoso adversário que o Plantageneta iria encontrar pela frente, Filipe Augusto.

Nas linhas seguintes vamos estudar, em sua sucessão cronológica, os principais acontecimentos do reinado de João Sem-Terra. O leitor deve completar o que se vai escrever com o que já registramos no capítulo sobre a França, quando focalizarmos as relações entre o Plantageneta e Filipe Augusto.

Como já vimos, os primeiros anos do reinado de João Sem-Terra caracterizam-se pela perda sucessiva da Normandia, do Poitou e de outras regiões do continente que são ocupadas pelo rei capetíngio. «Dez anos depois da morte de Henrique II, estava quase extinto o império angevino. Restava a Aquitânia, mas ia ser difícil conservá-la, pois os barões ingleses, que sempre haviam concordado em bater-se pela defesa da Normandia, onde possuíam feudos, tinham alguma repugnância em prosseguir na Gasconha, ao serviço de um rei detestado, uma aventura para eles de todo vã».[100]

Em 1205 a morte de Humberto Walter não significou somente a vacância da sede arquiepiscopal de Cantuária mas o início de uma prolongada crise entre João e o papa Inocêncio III. O rei pretendeu impor como arcebispo um protegido seu, João de Gray, sem levar em consideração os monges de Christchurch, que constituíam o capítulo da cate-

dral, e a opinião dos bispos sufragâneos. Os monges mais jovens, entretanto, haviam escolhido seu próprio subprior, Reginaldo, como sucessor de Walter. A solução do impasse foi transferida para Roma onde Inocêncio III, depois de examinar as atas da eleição rejeitou ambos os eleitos. Reginaldo não foi aceito porque havia sido eleito contra as prescrições canônicas e João de Gray porque fora escolhido antes de haver sido pronunciada a nulidade da primeira eleição. Como a maioria dos monges eleitores se encontrasse em Roma, o papa levou-os a escolher o inglês cardeal Estêvão Langton, varão conhecido pela sua cultura e por suas virtudes (dezembro de 1206).

João Sem-Terra recusou-se a aceitar o novo arcebispo e seqüestrou os bens do capítulo, do arcebispo e dos bispados cujos titulares lhe ofereciam resistência.[101] O rei alegava desconhecer Langton que, apesar de inglês, vivera muitos anos em Paris em cuja universidade fora professor de teologia. Mas Inocêncio III não cedeu em face das ameaças de João. Em 1208 foi lançado o interdito sobre o reino: «Todos os serviços religiosos do clero, na Inglaterra, foram suspensos, exceto o batismo e a extrema unção; as igrejas foram fechadas pelo clero, os sinos das igrejas silenciaram, e os mortos foram sepultados em terra não consagrada».[102]

Diante da perseguição movida contra o clero, Inocêncio III lançou a excomunhão contra o soberano inglês (1209). Este, entretanto, recusou ceder. O papa, então, desligou os súditos do juramento de fidelidade e obediência (1211) e, finalmente, depôs João Sem-Terra (1212), entrando em entendimento com Filipe Augusto para que fosse empreendida uma verdadeira cruzada contra o Plantageneta.

Desta vez, João Sem-Terra teve que ceder. «Humilhou-se perante o legado do papa, recebeu Langton e disse-lhe hipocritamente: «Sede benvindo, meu pai». Depois, julgando-se de novo firme na sela, tentou organizar contra Filipe Augusto, com o conde de Flandres e Oto de Brunswick, uma coligação continental. Fato novo na história do baronato: os seus barões recusaram segui-lo. Primeiro disseram que não queriam combater sob as ordens de um rei excomungado (pois ainda não fora concedida a absolvição); depois, alegaram a sua pobreza. João teve que adiar a partida e sustentar seus aliados com subsídios. Essa coligação, no ano seguinte, foi esmagada em Bouvines (1214)».[103]

Convém sublinhar que em maio de 1213, para assegurar-se melhor contra seus adversários internos e externos, João Sem-Terra entregou seu reino (inclusive a Irlanda) à Santa Sé, recebendo-o de volta como feudo em troca de um tributo anual.[104]

Esse ato desagradou a muitos nobres. Quando João, após Bouvines, regressou derrotado à Inglaterra, encontrou a nobreza revoltada. Entre outras razões, os barões orientados pelo arcebispo Langton, que se tornara o cérebro da conspiração, invocavam a velha carta de Henrique I já tombada em olvido e que assegurava o respeito aos direitos e costumes dos súditos. João Sem-Terra tentou organizar a resistência mas

teve que ceder aos barões que haviam conseguido o apoio dos londrinos. A 15 de junho de 1215 o rei foi obrigado a assinar a *Magna Carta* na campina de Runnymede, nas margens do Tâmisa.

Não pretendemos aqui examinar o conteúdo desse documento, o mais famoso da História inglesa. Fá-lo-emos em outro volume da *História do Mundo Feudal*. Limitar-nos-emos, por ora, a repetir as seguintes considerações de López:

«Um leitor moderno desprevenido poder-se-á surpreender por esse documento feudal, em que cláusulas muito gerais alternam sem ordem aparente com cláusulas muito minuciosas, ter servido de pedra angular ao mais venerável dos sistemas representativos. Com efeito, a grandeza da *Magna Carta* deveu-se àquilo que, mais tarde, sobre ela se construiria. Assemelha-se a outras promessas que outras feudalidades extorquiram a outro rei, pouco mais ou menos na mesma época. Um exame aprofundado, porém, revela nela cambiantes que não se encontram nos outros. Os vassalos comprometem-se simultaneamente a manter a justiça do rei justo e a reprimir a injustiça do rei que não observe as suas próprias leis. Os eclesiásticos e os burgueses apenas são protegidos diretamente por cláusulas muito vagas, mas assegura-se uma proteção indireta a toda a população: o rei não pode aumentar os tributos feudais nem receber certos impostos extraordinários sem o consentimento dos que por ele são atingidos. Estamos somente perante bosquejos dos grandes princípios constitucionais, mas apercebemos já o espírito de compromisso que levará os súditos a colaborarem com o soberano desde que este não abuse de seu poder».[105]

O seguinte exemplo servirá para mostrar ao leitor como a Magna Carta continha realmente o germe de futuras e gerais garantias para o povo inglês. No que tange à proibição de encarceramento ou exílio, a Carta reza: «Nenhum homem livre será detido ou aprisionado ou despojado de seus bens ou declarado fora da lei, ou exilado, ou lesado de qualquer modo, nem iremos contra ele, nem enviaremos alguém contra ele, sem um julgamento legal de seus pares, conforme a lei do país». (Nullus liber homo capiatur, vel imprisionetur, aut desseisiatur, aut utlagetur aut exuletur, aut aliquo modo destruatur, nec super eum ibimus, nec super eum mittemus, nisi per legale judicium parium suorum vel per legem terre).

Na época em que a Magna Carta foi imposta a João Sem-Terra a expressão «homem livre» não incluía evidentemente toda a população inglesa. Mas, como observa Maurois, esse texto «devia, com efeito, proteger a nação inglesa no dia em que os vilões mesmos se tivessem tornado livres».[106]

A assinatura forçada da Magna Carta provocou em João um acesso de fúria. Como vassalo do papa, resolveu apelar para Roma. Influenciado pelos mensageiros de João, Inocêncio III encarou a Magna Carta como um documento arrancado pela violência e, portanto, como fruto

de um ato de insubordinação de súditos. Compreende-se, assim, a atitude do pontífice declarando nula a Magna Carta, suspendendo e repreendendo a atitude de Langton.

João Sem-Terra desencadeou então um ataque contra seus adversários. Os barões apelaram para Luís da França, filho de Filipe Augusto. O príncipe francês desembarcou no Kent em 1216 e com o apoio de muitos barões preparou-se para atacar João. Este, entretanto, faleceu em Newark, junto ao Trent, aos 19 de outubro de 1216. Os planos de Luís e de seu pai Filipe Augusto ficavam frustrados, pois, com o apoio pontifício, iria subir ao trono inglês Henrique III, filho de João Sem-Terra.

Henrique III (1216-1272). — Quando João Sem-Terra morreu, o papa Honório III tomou sob sua proteção o príncipe Henrique, menino de nove anos, que foi coroado em Gloucester (28 de outubro).

O primeiro problema que a regência enfrentou foram as pretensões de Luís ao trono inglês. Dois acontecimentos já mencionados no capítulo sobre a França, a batalha de Lincoln (20 de maio de 1217) e a destruição da frota francesa (24 de agosto), levaram o príncipe francês a aceitar um tratado de paz e a abandonar a ilha. Durante a menoridade Henrique III contou com prestimosos auxiliares tais como Guilherme, o Marechal, Humberto de Burgh e os legados pontifícios Guala e, depois, Pandulfo.

Foi graças a homens experientes em assuntos governamentais e formados dentro do espírito implantado especialmente por Henrique II que a monarquia pôde enfrentar a grave crise por que passava a Inglaterra no final do reinado de João e nos anos subseqüentes. Dos personagens acima citados, Humberto de Burgh exerceu praticamente o poder até 1232.[107]

Em 1227 o jovem Henrique III atingiu a maioridade. Culto, amante das artes, piedoso, faltava, contudo, ao filho de João Sem-Terra o senso político. Cioso de seu poder mas desconfiado, tomba sob a influência de numerosos estrangeiros: gente de Poitou (parentes de sua mãe), gente da Provença (parentes de sua esposa), clérigos italianos, etc. Os ingleses detestavam todos esses estrangeiros e incluíam como objeto desse rancor o próprio rei.

O estudo do reinado de Henrique III pode ser dividido em três partes distintas:

1227-1258 / 1258-1265 / 1265-1272.

Vejamos brevemente os acontecimentos que caracterizam cada um desses períodos.

Entre 1227 e 1258 devemos anotar:

1) *As dificuldades* causadas pelos já citados estrangeiros que adquirem uma grande ascendência (nem sempre imerecida, diga-se de passagem) sobre o rei e, não raro, assumem funções públicas, recebem terras, benefícios eclesiásticos, etc. Note-se que a gente de Poitou instigava Henrique III a recuperar os feudos franceses perdidos.

2) *Os problemas relativos* aos subsídios reclamados pela Santa Sé e que, em certas ocasiões (como, por exemplo, sob o pontificado de Inocêncio IV), despertaram reações entre o clero.

3) *As expedições fracassadas* que Henrique III realizou à França nos anos 1230 (quando desembarcou em Saint-Malo com um forte exército mas teve que volver à Inglaterra em face da enérgica reação da regente da França) e 1242 (quando foi vencido em Saintes por S. Luís), *a aceitação* da coroa da Sicília para Edmundo, filho do rei inglês, oferecida pela Santa Sé, e, finalmente, *a disputa pela coroa imperial* promovida por Ricardo de Cornualha, irmão de Henrique III. Todos esses acontecimentos perturbaram seriamente a política externa de Henrique III.

De 1258 a 1265 o reinado de Henrique III é profundamente abalado por uma crise revolucionária em que avulta a figura de Simão de Montfort, terceiro filho do herói da Cruzada contra os albigenses. Uma rápida análise da evolução da política interna aponta-nos os seguintes acontecimentos que devem ser levados em consideração num estudo mais aprofundado do movimento eclodido em 1258:

1) Antes mesmo da maioridade de Henrique III, os barões haviam conseguido firmar o costume segundo o qual os impostos deviam ser sempre consentidos «sem, todavia, reclamar a inserção de nenhuma cláusula, concernente ao consentimento, nas novas edições da Grande Carta (1216, 1217, 1225)».[108]

2) Em 1237 já aparece a idéia de que um conselho de barões e de prelados deve ajudar o rei a governar. Essa idéia vai-se cristalizando aos poucos.

3) A partir de 1242 acentua-se a crise entre o rei e os barões quando estes passam a conceder somente impostos previstos pelo costume. Henrique III é posto diante do dilema: sujeitar-se ao controle ou contentar-se com as restrições.

4) A partir de 1246 estabelecem-se na Inglaterra os Lusignan, irmãos uterinos de Henrique III. Convém recordar que João Sem-Terra casara com Isabel d'Angoulême provocando a reação dos senhores do Poitou. Mais tarde Isabel contraiu núpcias com Hugo de Lusignan. Os Lusignan despertaram forte descontentamento na Inglaterra em razão dos favores recebidos.

5) Quando em 1253, Henrique III aceitou a coroa da Sicília para seu filho, a situação financeira se tornara catastrófica: o rei já havia recorrido aos judeus, aos negociantes, aos banqueiros italianos e aos burgueses de Bordéus.

6) Em 1257 as circunstâncias econômico-financeiras agravam-se em virtude de uma série de colheitas desastrosas que prejudicavam as rendas dos próprios barões.

Em abril de 1258 o papa Alexandre IV (1254-1261) pediu ao rei inglês a contribuição de elevada soma bem como a imediata investidura de seu filho Edmundo no trono da Sicília. Henrique III reuniu então o Parlamento e apresentou a proposta da percepção de uma taxa equivalente ao terço de todos os bens móveis e imóveis.[109] Os barões formaram uma liga e exigiram, com armas nas mãos, que o rei fizesse importantes reformas. À frente da oposição figurava o já mencionado Simão de Montfort, francês de nascimento, que herdara o condado de Leicester e que havia desposado a própria irmã de Henrique III. Simão indispusera-se com o cunhado quando este, depois de haver-lhe confiado a espinhosa missão de governar a Gasconha, convidara-o a justificar-se das acusações apresentadas por enviados gascões.

Montfort contava com a aliança de poderosas famílias feudais inglesas como os Mortimer, os Clare, etc...

Uma comissão de vinte e quatro membros (metade escolhida pelo rei, metade escolhida pelos barões) redigiu uma série de *memoranda* que formam aquilo que os historiadores modernos chamaram as «Provisões de Oxford».[110]

Depois de dois meses de trabalho ficou decidido que o rei passaria a governar com um Conselho privado composto de quinze membros. Durante quinze meses esse Conselho (de que fazia parte o arcebispo de Cantuária) governou a Inglaterra. Foram os conselheiros «que dirigiram a política externa, trataram dos negócios da Gasconha, sustaram as incursões dos galeses, negociaram com a Santa Sé e a Escócia, decidiram, enfim, a paz com a França: o verdadeiro autor, do lado inglês, do tratado de Paris de 1259 foi Simão de Montfort».[111]

O Conselho dos Quinze desempenhou também relevante papel reformador na política interna. Procedeu-se a um verdadeiro inquérito sobre as administrações locais, fato esse que incentivou as reclamações da classe média rural contra os abusos dos grandes senhores.

Dentro desse clima de reivindicações são publicadas (outubro de 1259) as chamadas Provisões de Westminster que completam as Provisões de Oxford e ampliam o poder do Conselho dos Quinze.

Compreende-se que entre os barões surgissem fortes dissensões, pois que seus privilégios haviam sido postos em xeque. Alguns dos grandes senhores continuaram ao lado de Simão de Montfort apoiado pelos pequenos proprietários. Outros, porém, reaproximaram-se de Henrique III. Este aproveitara o tratado de Paris para uma longa estadia na França (novembro de 1259 — abril de 1260). Ao regressar à Inglaterra procurou retomar, aos poucos, as rédeas do governo, desembaraçando-se do Conselho. Nessa atitude Henrique III contou com o auxílio de seu filho, o futuro Eduardo I, e com a desunião reinante entre seus adversários.

Em 1261 e 1262 bulas pontifícias vieram liberar o soberano dos compromissos tomados em relação aos barões. Em 1262, porém, Simão de Montfort, aproveitando-se de uma nova ida de Henrique III à França, procurou restabelecer a situação em proveito próprio, apoiando-se em alguns barões descontentes com o rei e em algumas cidades entre as quais figurava Londres. Como porém Montfort tivesse encontrado oposição tão forte a ponto de se estabelecerem duas administrações no reino, ficou estabelecido entre os adversários recorrer à arbitragem de Luís IX cuja sentença (o Dito de Amiens) condenou as provisões de Oxford como prejudiciais ao reino e atentatórias ao direito e à honra da monarquia.

Essa decisão provocou descontentamentos e desencadeou a guerra civil na Inglaterra. Montfort colocou-se à frente da oposição e obteve uma grande vitória em Lewes, ao sul de Londres (14 de maio de 1264). Henrique III, seu filho Eduardo e seu irmão Ricardo de Cornualha caíram prisioneiros do conde de Leicester.

Simão de Montfort tomou o título de «senescal da Inglaterra» e durante quinze meses exerceu uma verdadeira ditadura. Em junho de 1264 uma assembléia reunida em Londres, na qual figuraram ao lado dos grandes e dos prelados «quatro leais e discretos cavaleiros» escolhidos em cada condado, aprovou a «forma do regime do senhor rei e do reino» de acordo com a vontade de Simão. O governo passava para um Conselho de nove pessoas escolhidas por três eleitores: Simão de Montfort, Gilberto de Clare (conde de Gloucester) e o bispo de Chichester. Na realidade, o «senescal» continuava governando como ditador.

Em janeiro de 1265 um novo Parlamento reunia pela primeira vez grandes senhores, cavaleiros dos condados e burgueses. A presença dos representantes dos burgos e das cidades, que apoiavam Montfort, criava um importante precedente.

Aproximava-se, entretanto, o fim do governo do senescal. E' que a arrogância de Simão aliada aos favores que ele sistematicamente distribuía aos membros de sua família, e aos meios empregados para manter-se no poder (Montfort, conforme provam documentos judiciários, só se sustentava mediante o terror), provocou descontentamento e forte reação. O príncipe Eduardo conseguiu evadir-se e conduziu a rebelião. Simão de Montfort foi vencido e morto na batalha de Evesham (4 de outubro de 1265). Seu cadáver foi mutilado por seus inimigos.

De 1265 a 1272 temos a última etapa do reinado de Henrique III. A morte de Simão de Montfort não pôs fim à guerra civil, pois a atitude arbitrária do rei e de seus partidários provocou a revolta das vítimas de confiscações e prolongou as desordens. Só em 1267 estabeleceu-se paz definitiva. A Inglaterra estava exaurida e a monarquia profundamente abalada. Caberia a Eduardo I reabilitá-la. Henrique III faleceu em novembro de 1272.

Eduardo I[112] (1272-1307) — O reinado de Eduardo I reveste importância especial na História inglesa porque nele encontramos alguns acontecimentos que prenunciam a Inglaterra moderna. Assim, por exemplo, o desenvolvimento do Parlamento, a fusão quase completa entre elementos saxões e normandos, o ressurgimento da língua inglesa, a legislação com influência duradoura na estrutura social do país e, finalmente, a atitude de independência em face do pontífice romano.[113]

Quando Henrique III morreu, seu filho, Eduardo I, estava viajando de volta da Terra Santa. «O seu regresso da Cruzada assemelha-se às correrias dos cavaleiros andantes nos romances. No seu percurso ele repara os agravos, ataca um bandido da Borgonha e bate-se com o conde de Châlons».[114]

Eduardo I é descrito pelos historiadores como homem imponente, vigoroso, bem feito, valente, facilmente irritável, ambicioso, «dotado de grande força de vontade, tenaz na guerra, sutil na política, rico em estratagemas e despojos, mas, não obstante, capaz de moderação e cautela, bem como de vislumbrar objetivos distantes, o que fez de seu reinado um dos mais bem sucedidos da história da Inglaterra».[115]

Dentre os acontecimentos da política interna do reinado de Eduardo I, convém lembrar, desde logo, o desenvolvimento do Parlamento. Nos primeiros anos de seu governo Eduardo convoca-o até mesmo duas vezes por ano. Importante para a futura constituição dessa assembléia é que o rei manteve a prática, já iniciada sob o reinado de seu pai, de convocar cavaleiros como representantes das comunidades dos condados e burgueses, como representantes das cidades.[116] Note-se que a convocação de cavaleiros e burgueses obedecia, então, a um duplo objetivo: «por um lado o rei havia reconhecido que um imposto era mais bem aceito se aqueles que o deviam pagar eram antes avisados, e por outro lado, não tendo, em razão da dificuldade das comunicações, nenhum meio de conhecer o estado da opinião pública, julgava necessário expor de tempos a tempos a situação do reino a homens que, vindos de todos os condados ingleses, aí poderiam, em seguida, com as suas narrativas e relatórios criar um ambiente favorável».[117]

Vale observar que, inicialmente, os deputados dos condados e das cidades não tomam parte das deliberações. Tomam, entretanto, o hábito de deliberar entre si e, pelos fins do século, «o capítulo dos monges de Westminster é-lhes designado como lugar de reunião. Cumpre notar que essas primeiras sessões dos comuns são secretas; são toleradas, não legais».[118]

Eduardo I procurou desde o começo de seu reinado formar uma idéia exata da situação dos bens da coroa, mandando fazer inquéritos através do reino. As informações colhidas possibilitaram a elaboração do «Primeiro Estatuto de Westminster» (1275). Seguiu-se o Estatuto de Gloucester (1278). Eduardo procurou averiguar em virtude de que direito *(Quo Warrante)* os grandes senhores detinham certos privilégios. Compreende-se que tais inquéritos tenham despertado fortes rea-

ções: «Esse inquérito excita grandes furores entre os nobres. O conde de Warenne, quando os juristas do Rei pedem que mostre os seus pergaminhos, puxa da bainha uma espada enferrujada e responde: «Aqui está a minha carta. Os meus antepassados vieram com Guilherme, o Conquistador, e conquistaram as suas terras com esta espada. Com esta espada, eu as defenderei contra qualquer usurpador».[119] Note-se que os estatutos de Eduardo I tiveram longa vigência na Inglaterra.

A bula «Clericis laicos» de Bonifácio VIII proibindo ao clero o pagamento de quaisquer taxas ou tributos sem autorização da Sé Apostólica iria provocar na Inglaterra um conflito entre Eduardo I e a Igreja. Quando em 1296, necessitando de meios para continuar a luta contra a França e a Escócia, o monarca inglês decretou novos impostos extraordinários, encontrou a reação do clero liderado por Roberto Winchelsey. A resposta de Eduardo I foi declará-los fora da lei e apoderar-se temporariamente de seus feudos.[120] Posteriormente chegou-se a um acordo. Eduardo I restituiu os bens confiscados e prometeu respeitar a imunidade do clero. Este, com a autorização de Roma, concordava com a contribuição de certos subsídios.

Um acontecimento que abriria precedente para atos semelhantes, praticados por outros soberanos, foi a expulsão dos judeus. «Acusavam-nos de todos os delitos. A nobreza endividada almejava livrar-se a um tempo do credor e da dívida. A decisão tomada pelo rei foi menos desumana do que as perseguições que a precederam. Ele autorizou os judeus a levarem consigo os seus bens móveis e mandou enforcar os marinheiros que roubaram ou assassinaram seus passageiros na travessia».[121]

Quanto à luta entre Eduardo I e Filipe, o Belo, remetemos o leitor ao capítulo sobre a França. Vamos, agora, dizer algumas palavras sobre as guerras em Gales e na Escócia. Essas guerras podem ser consideradas como uma tentativa de reunir a Grã-Bretanha num só reino.

Em Gales predominava Llywelyn ab Gruffyth, neto de Llywelyn, o Grande, que se fizera chamar «Príncipe de Gales». Gruffyth reiniciou a política expansionista do avô aproveitando a oportunidade oferecida por Henrique III e seus barões.

Em 1256 reconquistou o Gwynedd oriental, aliou-se a Montfort, e, apesar da derrota deste, obteve vantagens de Henrique III na paz de Montgomery (1267) através da qual viu confirmados seu título de Príncipe de Gales e grande parte de seus domínios em troca da vassalagem em face do rei inglês. «Nenhum príncipe galês havia subido tanto desde a invasão normanda».[122]

Mas a ambição desmensurada perdeu o príncipe galês. Recusando prestar homenagem a Eduardo I e tentando uma invasão, encontrou forte reação da parte do soberano inglês que conhecia profundamente as táticas guerreiras dos galeses. O próprio Eduardo dirigiu a expedição contra o galês. Llywelyn, assediado no Maciço de Snowdon, rendeu-se (1277). O príncipe galês foi tratado com generosidade e Eduardo tentou uma política de pacificação administrando o país com métodos ingleses.

Mas os novos administradores tornaram-se opressores e provocaram o desespero dos galeses aferrados a seus velhos costumes. Llywelyn aproveitou-se das circunstâncias e reiniciou a luta (1282), mas acabou perecendo. Com ele morreu também a esperança de independência galesa. Os ingleses respeitaram as tradições galesas com sua língua, sua literatura, suas antigas leis e seus tribunais locais. Em 1301 o príncipe herdeiro Eduardo de Carnarvon recebeu o título de Príncipe de Gales, título esse que, desde então, passou a ser conferido ao filho mais velho dos reis da Inglaterra.[223]

Eduardo I, embora já designado senhor da Irlanda por seu pai (1254), nunca pôs o pé nessa ilha onde a semiconquista anglo-normanda encontrava sérias dificuldades. «Em redor de Dublin estendia-se uma pequena zona inglesa, a que se chamava o *Pale*. Para além os ingleses não tinham nenhum predomínio, e aqueles dentre os barões normandos que possuíam castelos fora do Pale haviam adotado, após algumas gerações, a língua e os costumes dos irlandeses. Esses barões, que aí gozavam de direitos soberanos, não desejavam mais do que as tribos indígenas a chegada de um exército inglês. De direito, reconheciam a suserania do rei da Inglaterra; de fato, mantinham um regime de anarquia feudal».[224]

Eduardo I deu mais atenção à ampliação de seus domínios na Grã-Bretanha que à exploração da Irlanda.[225]

Quando Alexandre III, rei da Escócia, que prestara homenagem a Eduardo I, morreu em 1286, deixou como herdeiro do reino uma neta, Margarida chamada «donzela da Noruega» porque era filha de Erico II da Noruega e de Margarida, filha de Alexandre III.

Eduardo propôs que a herdeira da coroa escocesa casasse com o herdeiro da coroa inglesa, acontecimento esse que teria como conseqüência a união dos dois reinos. Uma assembléia reunida em Brishan (julho de 1290) aprovou a proposta de Eduardo a qual, entretanto, não pôde ser executada em virtude do falecimento de Margarida durante a viagem marítima para a Escócia (setembro de 1290).

Os grandes senhores escoceses, entre os quais figuravam John Balliol e Robert Bruce, ambos aparentados à família real e ambos de origem francesa, passaram a pleitear a coroa.[226] Eduardo I foi escolhido como árbitro para resolver a disputa desses dois pretendentes que pareciam ter títulos iguais. A sentença foi favorável a Balliol e Eduardo investiu-o na realeza recebendo dele a devida homenagem (novembro de 1292). O rei inglês levou a sério a suserania estabelecida sobre Balliol e provocou reação da parte dos escoceses. Essa reação chegou ao auge quando Eduardo, em guerra contra Filipe, o Belo, exigiu o auxílio de Balliol. Este não só recusou obediência mas (1295) fez uma aliança defensiva com a França, aliança essa que «durante três séculos havia de influir poderosamente na cultura da Escócia, e em sua evolução política».[227]

Em julho de 1296 Eduardo atacou a Escócia e forçou Balliol a abdicar, levando para Westminster a pedra sagrada de Scone sobre a qual os reis escoceses haviam sido coroados.

Os escoceses se rebelaram em massa (primavera de 1297) sobre a direção do cavaleiro William Wallace. Depois de estabelecida uma trégua com Filipe, o Belo, Eduardo I procura subjugar a Escócia. Obteve uma vitória em Falkirk (julho de 1298), mas a resistência nacional escocesa não se quebrantou. Eduardo fez, então, da conquista da Escócia o grande ideal de sua vida. Em 1305 Wallace foi capturado e executado como traidor, mas em 1306 Robert Bruce, neto do pretendente de 1290, sublevou novamente o país e foi coroado em Scone. No ano seguinte Eduardo morria (julho de 1307) em Burg-on-Sands aonde havia chegado à frente de um exército.

Eduardo II (1307-1327) — O filho de Eduardo I estava longe de apresentar as mesmas qualidades de governante que haviam feito do pai um dos melhores reis da Inglaterra.

Vigoroso de corpo e formoso de rosto, Eduardo II possuía, contudo, um caráter fraco e atitudes efeminadas. Eduardo I tinha alma de guerreiro e profundo senso de responsabilidade pelas coisas do governo. Eduardo II temia a guerra, não se interessava pela administração, era frívolo e amante dos divertimentos.

Um rápido olhar sobre o reinado de Eduardo II revela-nos os seguintes acontecimentos mais importantes:

1. Casamento com Isabel, filha de Filipe, o Belo.

2. Predomínio de favoritos na corte, provocando fortes reações que culminam com a deposição do rei.

3. Vitória escocesa na batalha de Bannockburn com profundas conseqüências para a História da Inglaterra.

4. Abandono de Eduardo II por sua esposa que, na França, se une a Mortimer. Ambos tramam a deposição do rei.

5. Deposição, prisão e assassinato de Eduardo II.

Comentemos brevemente alguns desses acontecimentos.

Desde o início de seu reinado, Eduardo II sofreu a nefasta influência de um gascão, Pedro Gaveston, seu companheiro de infância. O rei cumulou o favorito de privilégios, mas foi obrigado, por mais de uma vez, a afastá-lo da corte em virtude da oposição dos barões.

Em junho de 1312 Gaveston caiu prisioneiro de seus inimigos e foi decapitado no distrito judicial do conde de Lancaster. Esse crime humilhou e desgostou profundamente o rei cuja autoridade já havia sido abalada quando, no ano anterior, uma comissão de nobres *(Lords Or-*

dainers, senhores ordenadores) impuseram uma série de ordenanças para reforma e controle do governo e dos cargos, inclusive os ocupados pela família real.

As dissensões internas no reino inglês estimularam Robert Bruce, rei da Escócia, a fortalecer seu poder conquistando as praças fortes que os ingleses ainda possuíam no reino setentrional. Eduardo II viu-se, então, forçado a intervir com um exército, tendo sido fragorosamente derrotado na batalha de *Bannockburn* (junho de 1314). «A batalha de Bannockburn constituiu uma verdadeira revolução na arte militar britânica. Pela primeira vez, nestas regiões, um exército de cavaleiros foi derrotado por tropas de infantaria. A guerra entre a Escócia e a Inglaterra prossegue até 1328, altura em que os ingleses tiveram de reconhecer a independência do reino da Escócia». [128]

A derrota de Bannockburn foi seguida de outros acontecimentos desfavoráveis para o reinado de Eduardo II: os escoceses devastaram os domínios ingleses setentrionais e uma prolongada carestia, causada por más colheitas, assolou a Inglaterra. Os preços de víveres subiram assustadoramente e a peste se fez presente com seu cortejo de misérias (1315-1317). Eduardo Bruce, irmão do rei da Escócia, invadiu a Irlanda (1315) e derrotou os ingleses em Arscol de Kildare e em Kenlys de Meath. Em 1316 Bruce foi proclamado rei por uma parcela da população mas foi destronado e morto por Rogério Mortimer, barão e chefe das forças fronteiriças (1318).

Depois de Gaveston, Eduardo II escolhera um novo favorito na pessoa de um jovem amigo, Hugo Despenser, filho de um nobre do mesmo nome.

Ambos os Despenser desempenharam papel relevante nas reformas administrativas que o rei realizou, após uma vitória obtida sobre adversários em Boroughbridge (1322). Eduardo vingou-se, então, de seus inimigos executando, entre outros, o conde de Lancaster.

Para tratar com o rei da França, Carlos IV, o Belo, o soberano inglês, mal aconselhado, enviou a rainha Isabel (irmã de Carlos IV) à França (1325). Pouco depois Eduardo II cometia o imperdoável erro de enviar à corte de Carlos IV o próprio herdeiro do trono, o futuro Eduardo III.

Na França a rainha uniu-se a Rogério Mortimer, que fora aprisionado após a batalha de Boroughbridge mas conseguira escapar. Tramou-se, então, a deposição do rei inglês. Em setembro de 1326 a rainha e Mortimer instalam-se em Suffolk e recebem numerosas adesões entre as quais a dos burgueses de Londres. Os Despenser foram aprisionados e executados. Eduardo II foi também feito prisioneiro, deposto e, pouco depois, barbaramente assassinado no castelo de Berkeley.

Eduardo III (1327-1377) — Eduardo III já fora proclamado sucessor de seu pai antes da morte deste. Em virtude de sua pouca idade

(teria apenas quatorze anos), o governo foi exercido por Isabel e Mortimer. Este último foi nomeado Conde da Marca de Gales.

«Sem o mínimo escrúpulo, os dois utilizaram os recursos do Estado para os seus fins pessoais. No entanto, a política de paz por eles conduzida foi mais apreciada pela posteridade do que pelos seus contemporâneos. Fizeram tudo quanto puderam para restabelecer boas relações com a França, pátria de Isabel, assinaram com a Escócia, em 1328, um tratado de paz nos termos do qual o rei da Inglaterra desistia dos seus direitos soberanos sobre essa região». [129] Esse tratado, o Tratado de Northampton (maio de 1328), feriu o espírito nacional inglês e contribuiu para aumentar a reação que se processava contra Mortimer. O odiado conde da Marca de Gales foi aprisionado no castelo de Nottingham, residência do conde e da família real, levado para a Torre de Londres e executado. Isabel foi desterrada para um castelo de Norfolk (1330).

Eduardo III, inicia então, um reinado que foi considerado «o período mais brilhante da Inglaterra medieval». [130]

Cronistas da época consideram Eduardo III como um modelo. Historiadores modernos, entretanto, sublinham sua duplicidade de caráter e sua falta de escrúpulos. Habilidade, força de vontade, coragem, energia, amor à guerra, ao fausto e aos prazeres, eis alguns traços característicos da personalidade desse soberano inglês que viveu numa época nitidamente caracterizada pela decadência da cavalaria e pelo declínio do feudalismo.

Nas linhas seguintes apontaremos alguns episódios característicos da política interna e externa do reinado em tela. Quanto à última limitar-nos-emos a algumas observações sobre as relações com a Escócia e a Irlanda. No que tange à Guerra com a França, o leitor deverá ter presente o que já se escreveu no capítulo sobre a França e sobretudo o que se encontra no capítulo sobre a Guerra dos Cem Anos, na terceira parte do presente volume.

Na política interna devem ser lembrados os seguintes fatos:

1) Aumento da influência dos grandes oficiais da corte na administração.

2) Convocação habitual dos cavaleiros dos condados e dos burgueses. A prática de consultas conjuntas deu origem aos «comuns» «todavia não denominados «Câmara», porém convertidos em um corpo separado da assembléia, enquanto os prelados e os senhores leigos deliberavam também, por sua vez, conjuntamente». [131]

3) Em 1340 um convênio pessoal entre Eduardo III e o Parlamento decidiu que futuramente só seriam exigidos dos ingleses tributos autorizados e votados pelo Parlamento. Como o rei, em virtude das enormes despesas com a guerra, necessitasse de grandes quantias, compreende-se

que aquela instituição adquirisse maior prestígio e maior controle das rendas do país.

4) A peste negra produziu na Inglaterra como no continente sérias conseqüências político-sociais.

5) Os combatentes que regressavam das frentes de batalha aumentaram o índice de criminalidade, fato esse que deu origem à criação de novos oficiais de polícia chamados «mantenedores da paz» (Keepers of the Peace).

6) O gosto de Eduardo III por gestos teatrais levou-o a criar a famosa Ordem da Jarreteira (por volta de 1349) que teria como divisa a frase «*Honi soit qui mal y pense*» pronunciada por Eduardo III ao praticar um ato cavalheiresco numa festa da corte.

7) Durante o reinado de Eduardo III intensifica-se na Inglaterra a reação contra as taxas e tributos pagos à Cúria de Avinhão. O nacionalismo inglês exaltado pela Guerra dos Cem Anos afirmava que as contribuições inglesas passavam do tesouro pontifício para o tesouro do rei da França, inimigo da Inglaterra. Em 1366 o Parlamento, que era a alma da oposição à Cúria de Avinhão, rompeu praticamente o vínculo de vassalagem estabelecido por João-Sem-Terra com o papado.

8) Eduardo III distribuiu entre seus filhos feudos vacantes bem como os casou com ricas herdeiras. A conseqüência dessa política de fortalecimento de seus descendentes foi uma futura rivalidade entre as diferentes linhagens de ascendência real, rivalidade essa funesta para a tranqüilidade do reino.

Eduardo III teve oportunidade de intervir na Escócia durante o reinado de David II (1329-1371), servindo-se das ambições de Eduardo Baliol. Este, depois de haver prestado um juramento secreto de vassalagem ao soberano inglês, invadiu o reino de David II, em companhia de magnatas ingleses e obteve a vitória de Dupplin Moor (1332). Balliol fez-se, então, coroar em Scone e só conseguiu manter-se no trono graças ao apoio de Eduardo III que em 1333 se viu obrigado a dirigir-se à Escócia com um exército, infligindo aos escoceses uma grave derrota em Halidon Hill. David II, entretanto, buscou auxílio na corte francesa e voltou à luta em 1341.[132]

Enquanto Eduardo III se encontrava no continente, o rei escocês tentou recuperar seu trono, mas foi derrotado e capturado nas proximidades de Durham (1346). Seguiram-se novas lutas fronteiriças e negociações que resultaram no tratado de Berwick (1357). David foi libertado mediante a promessa de exorbitante resgate.[133]

Na Irlanda o domínio anglo-normando encontrava dificuldades e oposições. O Conde de Ulster foi assassinado por alguns vassalos (1333) e seus territórios foram disputados por parentes. Sua filha e herdeira

casou-se com Lionel de Clarence, filho de Eduardo. Depois do Tratado de Brétigny, Lionel foi enviado à Irlanda com um exército a fim de reforçar a autoridade real. O estatuto de Kilkenny (1366) constituiu, então, um «esforço notável para preservar quanto de inglês restava na Irlanda, o qual foi bem recebido por parte dos integrantes do partido favorável aos ingleses e revalidado freqüentemente».[134]

O estatuto consagrava a separação dos dois povos rivais aceitando a existência da língua e das leis irlandesas, fato esse que «implicava no reconhecimento do fracasso da conquista anglo-normanda».[135]

O final do reinado de Eduardo III é melancólico. «Quinze anos depois do Tratado de Brétigny, a Inglaterra já não era senão um país humilhado e descontente. O velho rei caducava nos braços de uma bela criada de quarto, Alice Perrers, a quem dava jóias da coroa. O Príncipe Negro, doente, fora obrigado a abandonar numa liteira, depois de longos combates, o seu governo da Aquitânia e ia morrendo lentamente. O terceiro filho do rei, João de Gand, o temível duque de Lancaster, fizera aliança com Alice Perrers e governava o país apoiado por um bando de prevaricadores. Quase todas as conquistas se tinham perdido».[136]

O Parlamento de 1376, conhecido como o «Bom Parlamento» tenta uma reação contra os desmandos de Lancaster, mas este, tão logo dissolvida a assembléia, recupera o poder. Eduardo III morre em junho de 1377, deixando a coroa ao jovem Ricardo II, filho do príncipe de Gales.

Ricardo II (1377-1399) A descrição física do jovem rei apresentada pelos historiadores coincide com o que se pode apreciar em um velho quadro existente na Abadia de Westminster: jovem glabro, cabelo ondulado de um louro dourado, «expressão terna, quase feminina, à qual, contudo, não faltava interesse».[137]

A pintura retrata o rei entre as idades de 15 a 20 anos.

Um retrato posterior refletiria, sem dúvida, as marcas dos agitados anos do reinado os quais produziram em Ricardo II um verdadeiro desequilíbrio emocional: «Tinha, por vezes, terríveis ataques de cólera e entregava-se, então, aos atos mais grosseiros. Passava do humor mais alegre ao pessimismo mais sombrio».[138]

O primeiro grande acontecimento do reinado de Ricardo II é a revolta de camponeses do ano 1381. Entre as principais causas desse movimento (que Maurois (p.156) caracteriza como uma Jacquerie), podemos apontar:

1) O descontentamento generalizado produzido ou incentivado pela peste negra.

Note-se que esse descontentamento não existia só na Inglaterra, mas se inseria num contexto mais amplo que abrangia todo o Ocidente europeu.

2) O Estatuto dos Lavradores que o Parlamento publicou em fevereiro de 1351 refreando o aumento de salários e de preços intensificou

a insatisfação geral. Em 1360 estabeleceram-se penas severas para os camponeses que abandonassem as terras antes do término do contrato ou aluguel. «Medidas iguais, de severidade crescente, foram tomadas entre 1377 e 1381. Os salários subiam apesar delas, mas a animosidade decorrente disso entre os trabalhadores e o governo inflamou o conflito de classes e deu novas armas aos pregadores da revolta» (Durant, *obra citada*, 6, I, p.52).

3) As derrotas sofridas na Guerra dos Cem Anos, aliadas à má administração dos últimos anos do reinado de Eduardo III e dos primeiros anos de Ricardo II, haviam exacerbado os ânimos.

4) Wyclif contribuiu, pelo menos indiretamente, para essa exacerbação ao enviar seus adeptos para pregar a pobreza e a igualdade. Note-se contudo que «atrapalhado pela admiração que lhe dedicava o padre John Ball, protagonista principal da revolta, Wyclif publicou diversos escritos que o apartavam dos rebeldes; negou qualquer ponto de vista socialista, e insistiu com os seus seguidores para se submeterem pacientemente aos seus senhores terrestres com a firme esperança de recompensa depois da morte».[139]

Conhecemos as idéias do agitador John Ball através de seus discursos conservados pelo cronista francês Froissart. O admirador de Wyclif aproveitava a ocasião em que, aos domingos, os fiéis saíam das igrejas para a pregação subversiva. Atribuem-se a Ball os versos: Quando Adão cavava e Eva fiava, quem era, então, o cavalheiro? *(Whan Adam delfe and Eve span, who was than there a gentleman?)*

5) Um poema escrito em língua vulgar, *Pedro, o Lavrador*, de Langland pintava a sorte do povo com sombrio realismo. Milhares de Pedros Lavradores escutando os versos se haviam impressionado.[140]

6) Convém salientar que na Inglaterra existia uma grande quantidade de servos, sobretudo em Kent, Essex e Bedford. Todos eles formavam um terreno fértil para a germinação das idéias ventiladas pelos arrebatados pregadores da igualdade social. Note-se contudo a observação de Maurois: «As reclamações dos camponeses foram, entretanto, menos comunistas do que as pregações de John Ball. Pediram somente a sua liberdade pessoal e a substituição de todas as corvéias por uma renda de quatro dinheiros por acre».[141]

7) A causa imediata da revolta «foi uma taxa que os conselheiros da coroa, com grande inabilidade, quiseram arrecadar segunda vez, porque a primeira excursão dos coletores não produzira dinheiro suficiente. Quando os camponeses viram de novo os homens do rei e estes quiseram prender os recalcitrantes, uma aldeia inteira enfureceu-se e os pôs em fuga. Depois, assustados de sua própria ação, os camponeses alcançaram a floresta».[142]

A revolta teve início em fins de maio de 1381 no Essex, estendendo-se, em seguida, ao Kent.

Saques e incêndios estabeleceram o terror. «A idéia fixa dos revoltosos era destruir os vestígios escritos de sua servidão. Nos solares de que se apoderavam, queimavam os registros e as cartas. Diante deles os nobres, estranhamente incapazes de organizar uma resistência, fugiam; dentro em pouco os camponeses e os fora-da-lei entraram nas cidades. Os senhores por sua vez ocultaram-se nas florestas».[143]

Em breve os camponeses receberam a adesão dos burgueses que tinham contas a saldar com alguns senhores poderosos. Os rebeldes conseguiram penetrar em Londres onde os reis e seus fiéis se refugiaram na Torre. Curioso é que o movimento não se dirigia contra a pessoa do jovem rei. Este resolveu parlamentar com os amotinados. Na manhã de 14 de junho dirigiu-se a cavalo ao encontro dos rebeldes em Mile's End, a nordeste de Londres. Os camponeses apresentaram, então, suas exigências: liberdade individual e arrendamentos moderados em substituição da corvéia devida aos senhores.

Trinta escribas redigiram cartas de alforria e selaram-nas com o selo do rei. Os camponeses acreditavam na validade dos documentos, mas os conselheiros de Ricardo nunca, por certo, «haviam tido a intenção de considerar como válidas concessões extorquidas pelo saque e pelo assassínio».[144] Enquanto se processavam as negociações de Mile's End, alguns rebeldes tinham conseguido penetrar na torre de Londres e aí assassinaram todos os que eles consideravam inimigos dos camponeses. «O assassínio estendeu-se da Torre a toda a cidade e ao resto da Inglaterra. Os amotinados tinham aberto as prisões e os seus bandos eram agora aumentados com elementos dos mais abjetos da população. Daí resultou uma série de crimes cheios de bestialidade».[145]

Em Smithfield, ao norte de Londres, houve uma nova entrevista do jovem soberano com os rebeldes. Wat Tyler, cabeça dos amotinados, foi morto quando se dirigia ao encontro do cortejo real. O rei e sua comitiva corriam perigo iminente. Ricardo II teve então uma idéia corajosa e salvadora: abandonou os seus e avançou para os rebeldes exclamando: «Sou o vosso rei, serei também o vosso chefe!» «A vista desse belo menino que se acercava deles com tranqüila confiança desarmou os insurretos que não tinham chefe nem plano. Ricardo pôs-se à frente deles e conduziu-os para fora da cidade. Tal é pelo menos a narrativa de Froissart».[146]

Os grandes senhores puderam, então, respirar e preparar a repressão. Esta foi cruel e impiedosa: «Os rebeldes foram enforcados às centenas. Em Londres, no cepo que eles mesmos tinham colocado em Cheapside, foram decapitados os culpados dos dias de matança e muitos inocentes».[147]

Quais as conseqüências da revolta dos camponeses? Abafada com sangue, deixou impressa nas classes dirigentes uma séria advertência e nos camponeses o germe de futura liberdade. «O Estatuto dos trabalhadores caiu em desuso desde o fim do século e os juízes de paz foram encarregados de resolver amigavelmente as questões de salário».[148]

Depois da revolta dos camponeses podemos lembrar ainda os seguintes acontecimentos do reinado de Ricardo II:

1) O soberano procurou fortalecer seu poder inspirando-se «nas doutrinas de monarquia absoluta derivadas do Direito Romano muito em voga nos círculos de Carlos V da França, porém, estranhas à Inglaterra».[149]

Os barões, entretanto, reagiram à política de governo pessoal e no decurso dos anos 1386-1388 conseguiram expulsar os conselheiros do rei e apoderar-se do poder.

2) Em 1389 Ricardo II reagiu e recuperou o poder, despedindo os ministros e nomeando outros de sua confiança. Seguiu-se um período de tranqüilidade em que o rei contou com o apoio de seu tio João de Gand, duque de Lancaster, magnata ativo, belicoso e ambicioso.

Sob o ponto de vista religioso deve-se notar a atuação dos seguidores (lolardos) de Wyclif cujas idéias serão objeto de estudo no capítulo sobre a Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal*).

3) A morte da rainha Ana de Boêmia em 1394 constituiu um rude golpe para Ricardo II. «Para esquecer o seu desgosto, entregou-se aos piores excessos e despendeu somas tão elevadas que ultrapassou mesmo, a esse respeito, o seu avô Eduardo III».[150]

Em 1396 contraiu matrimônio com a pequena Isabel de sete anos de idade, filha do rei da França. Este comprometia-se a auxiliar Ricardo caso houvesse uma rebelião na Inglaterra. A trégua com a França não agradava a muitos ingleses que viam na pessoa do soberano francês o pior inimigo da Inglaterra e que «choravam o tempo em que os arqueiros de Crecy e de Poitiers voltavam, carregados de presa, para as aldeias».[151]

4) Em 1399, quando faleceu João de Gand, Ricardo II não hesitou em confiscar-lhe os bens provocando a revolta de Henrique de Lancaster, filho do falecido e que se encontrava no exílio. Enquanto Ricardo II temerariamente fazia uma expedição à Irlanda (maio de 1399) deixando seu tio, o duque de York, à frente do governo, Henrique, aproveitando a oportunidade, desembarcou na Inglaterra (julho de 1399) e reuniu em torno de si milhares de descontentes. O duque de York foi derrotado e Ricardo, ao regressar da Irlanda, desprovido de apoio, foi aprisionado e viu-se obrigado a convocar o Parlamento e abdicar (setembro de 1399). No ano seguinte Ricardo acabou seus dias assassinado na prisão em Pontefract.

Henrique IV (1399-1413). — Enquanto Ricardo era lançado na prisão, Henrique de Lancaster era eleito rei pelo Parlamento e coroado. Em virtude das circunstâncias em que ascendera ao trono da Inglaterra, o novo soberano viu-se desde logo preso ao Parlamento, aos nobres e à Igreja. Por isso, observa Maurois, «teve de contemporizar com esses

três poderes muito mais do que o haviam feito os reis normandos ou angevinos».[152]

O traço característico do reinado do primeiro Lancaster foi uma série de revoltas.

Uma vista geral revela-nos os seguintes acontecimentos da história inglesa no período em tela:

1. Em inícios de janeiro de 1400 situa-se a conjuração dos «appellantes» que pretenderam repor Ricardo no trono. E' provável que essa tentativa logo dominada tenha motivado o assassinato do rei deposto.

2. Henrique IV entrou em conflito com os escoceses que não aceitaram a exigência segundo a qual seu rei devia prestar homenagem ao soberano inglês. Em setembro de 1402 os escoceses foram vencidos por Henrique Percy, conde de Northumberland em Homildonhill.

3. Mais duradoura foi a rebelião de Gales onde Owain Glyn Dwr (Glendower) resistiu através de longos anos a expedições inglesas. Glyn despertou o nacionalismo galês e se proclamou príncipe de Gales em 1404. Só em 1408 é que o príncipe herdeiro Henrique obteve êxitos que, entretanto, não liquidaram com Owain, pois ele buscou refúgio nos desertos de Snowdon.

4. Ao mesmo tempo em que enfrentava os galeses, Henrique IV teve que haver-se com a rebelião de Henrique Percy e do filho deste, Henrique Hotspur. Os rebelados alegavam a ingratidão do rei que eles haviam auxiliado a subir ao trono. «O novo rei devia muito a estes dois homens. Tinham-no ajudado imenso a conquistar a coroa e haviam obtido para ele importantíssimas somas de dinheiro. Em contrapartida o rei concedera-lhes o alto comando militar nas marcas do reino».[153]

A batalha decisiva travou-se perto da cidade de Shrewsbury (julho de 1403) e Hotspur foi morto no combate.

5. Com relação à França, devemos observar que Isabel, a jovem viúva de Ricardo II, foi devolvida à sua terra (agosto de 1401) com o respectivo dote.

Alimentou-se, então, na corte francesa um sentimento de hostilidade contra Henrique IV e alguns nobres do continente acusaram o soberano inglês de usurpação e assassinato.

6. Em 1401 Henrique IV fez publicar o estatuto *De Haeretico Comburendo* que condenava à fogueira os hereges, especialmente os lolardos.

7. Sob Henrique IV cresce o prestígio do Parlamento, notadamente dos Comuns, o que se explica, em parte, pela constante necessidade de dinheiro que o rei sentia para sufocar as rebeliões.

Henrique IV morreu em março de 1413, vítima da lepra e de outros males entre os quais figurava também o remorso pelo assassinato de Ricardo II.

Henrique V (1413-1422). — A ascensão ao trono de Henrique V, filho de Henrique IV, produziu uma profunda transformação no caráter do novo soberano. Os cronistas assinalam essa mudança, sublinhando o comportamento exemplar que o jovem rei passou a manter.[154] Henrique V unia à grande força de vontade (que explica a transformação mencionada) capacidade administrativa e qualidades de chefe militar. Estas últimas se revelaram na campanha contra a França. «Rivalizou por algum tempo com César no planejamento das campanhas, no aprovisionamento de seus exércitos, na afeição de suas tropas e em se expor em todas as batalhas e tempos».[155] Sobre a atuação de Henrique V na Guerra dos Cem Anos remetemos o leitor ao capítulo sobre a França e, na terceira parte deste volume, ao capítulo dedicado a esse grande conflito medieval.

Vejamos, aqui, apenas os acontecimentos relacionados com a política interna. Ei-los:

1) Obteve, pela força, pesados tributos, necessários para as despesas de guerra.

2) A guerra serviu a Henrique V para incentivar em seu povo o sentimento nacionalista.

3) No início de seu reinado Henrique V teve que enfrentar a ameaça dos lolardos à frente dos quais se encontrava um ilustre personagem: John Oldcastle, Lord Cobham. Aprisionado na Torre de Londres, Oldcastle logrou evadir-se e tramou uma insurreição em Gales. Foi porém novamente encarcerado e acabou condenado por crime de alta traição e heresia (1417).

Seguiu-se uma severa repressão à seita dos lolardos que, aos poucos, desapareceram completamente.

4) Em 1415 o rei teve também que sufocar a conjuração de alguns magnatas entre os quais figurava Ricardo, conde de Cambridge. Os cabeças da conspiração foram executados. Note-se que a vitória de Azincourt aumentou a popularidade do rei, servindo, assim, de verdadeiro preventivo contra novas tentativas de revolta.

5) O comércio prosperou sob o reinado de Henrique V e para isso contribuíram a repressão da pirataria no Canal e as relações com os flamengos e com a Hansa.

Com a saúde minada pelas fadigas produzidas pela guerra Henrique V morreu com trinta e poucos anos (agosto de 1422) no Bois-de-Vincennes. Essa morte salvou a França e quase arruinou a Inglaterra.[156]

Maurois emite o seguinte julgamento sobre Henrique V: «Era generoso, cortês, sinceramente religioso, casto e leal. Falava pouco e respondia somente: 'É impossível', ou 'Será feito'. A sua moderação, notável em tempos tão ferozes, não o impedia de ser de implacável crueldade quando lhe parecia que os interesses do país e da coroa o exigiam. Pelo

seu bom lado como pelo mau, havia agradado ao povo. Mas certamente teria sido maior homem de Estado, se tivesse resistido à tentação de lançar-se nessa campanha da França que, depois de tão grandes triunfos, acabou em desastre».[157]

Henrique VI (1422-1461). — Quando Henrique V morreu, seu filho, Henrique VI, tinha apenas nove anos de idade, o que levaria o governo às mãos de regentes. Henrique V, antes de morrer, havia disposto que seu irmão mais velho João de Bedford continuaria a guerra e administraria a França, e que a outro irmão, o duque de Gloucester, caberia governar a Inglaterra.[158]

O Parlamento, entretanto, não concordou com a regência pretendida por Gloucester e limitou-se a atribuir-lhe o título de Protetor, colocando-o sob o controle de um Conselho eleito pelos próprios parlamentares.[159]

A instabilidade governamental que caracteriza o governo de Henrique VI pode ser avaliada pelos seguintes fatos:

1) Depois da morte do duque de Bedford (1435), o duque de Gloucester apodera-se das rédeas do governo, mas acaba morrendo na prisão em circunstâncias misteriosas (1447).

2) O duque de Suffolk, sucessor de Gloucester, tornou-se alvo do ódio dos amigos de Gloucester.

Foi acusado de traidor pelos Comuns e o rei teve que desterrá-lo. O duque porém foi assassinado em alto mar por marinheiros ingleses.[160]

3) Em 1450 há uma sublevação das comunas do Kent.

4) A Suffolk sucedeu o duque de Somerset, «mas o seu ministério não viria a ser mais sólido, depois de ter começado por ser ainda menos honroso. Em 1453 os seus adversários conseguiram eliminá-lo e, dois anos mais tarde, morreu no campo de batalha».[161]

5) Em 1453 temos dois acontecimentos importantes: o nascimento do filho de Henrique VI, Eduardo, e a loucura do rei. Cabem aqui dois comentários. Quanto ao nascimento do herdeiro, deve ser recordado que Henrique VI, graças aos bons ofícios do conde de Suffolk, contraíra matrimônio com Margarida de Anjou. A rainha caracterizava-se não só por seus dotes físicos mas também por sua inteligência e energia. «Era bela, bem dotada e gostava do mando: durante anos sucessivos desempenhou um papel preponderante na política do reino. Esta francesa sabia fazer-se respeitar e obedecer, mas nunca conseguiu atrair o amor de seu povo. Era dotada de grande lucidez e havia um homem cujos passos ela vigiava mais particularmente, o duque Ricardo de York...»[162]

Quanto à loucura do rei, convém lembrar que Henrique VI era neto de Carlos VI da França e «talvez tivesse sido vítima de uma pesada hereditariedade».[163]

O duque de York aproveitou a oportunidade oferecida pela doença do rei para fazer-se nomear pelo Parlamento regente do reino.

Como Protetor e Defensor do reino, Ricardo aguardava a ocasião para realizar seu sonho: cingir a coroa real a que se julgava com direito por ser descendente de Eduardo III. Mas a rainha Margarida estava em defesa dos direitos de seu filho e conseguiu que Henrique VI, num intervalo de lucidez, demitisse Ricardo de York. Somerset foi então retirado do cárcere e reinstalado no poder (1454).

Ricardo reagiu com as armas nas mãos e «combateu na primeira batalha propriamente dita da Guerra das Duas Rosas, em S. Albano (22 de maio de 1455)».[164]

A história dessa guerra situa-se fora dos limites cronológicos estabelecidos para os grandes acontecimentos que nos propusemos expor no presente volume.

Vamos encerrar essas linhas sobre o reinado de Henrique VI com o julgamento de Maurois a respeito da pessoa do rei: «O infeliz Henrique VI não era talhado para tempos tão rudes. De modo nenhum tolo, mas de modo nenhum Rei, era um santo e, nas coisas deste mundo, uma criança. Não se podia imaginar criatura mais doce, nem mais respeitável, nem mais fraca».[165]

[1] Dutaillis, *La Monarchie*, p. 43.
[2] Maurois, *História*, p. 45.
[3] Halphen, *Initiation*, p. 89. — Um importante instrumento de trabalho para pesquisa da História inglesa é a coleção *English Historical Documents* publicada sob a direção de David C. Douglas.
[4] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 539.
[5] Ver nossa *História dos Reinos Bárbaros*, I volume, p. 162.
[6] Corbett, *The Foundation*, p. 344.
[7] Idem, ibidem, p. 345.
[8] Ver capítulo sobre os Normandos, na primeira parte deste volume.
[9] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 547.
[10] Maurois, *História*, p. 47.
[11] A propósito da viagem de Alfredo a Roma encontram-se versões diferentes em Previté-Orton, *Edad*, II, p. 541 e Corbett, *The Foundation*, p. 349.
[12] Maurois, *História*, p. 47s.
[13] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 546.
[14] Idem, ibidem.
[15] Maurois, *História*, p. 48.
[16] Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 409.
[17] Maurois, *História*, p. 49.
[18] Idem, ibidem.
[19] Weiss, *História*, IV, p. 920.
[20] Corbett, *The Foundation*, p. 362.
[21] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 549.
[22] Corbett, *The Foundation*, p. 364.
[23] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 551.
[24] Idem, ibidem, p. 552.
[25] Idem, ibidem, p. 561.
[26] Maurois, *História*, p. 50.
[27] Maurois, *La Conquête*, p. 51.
[28] Idem, ibidem, p. 55.
[29] Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 398.
[30] Idem, ibidem, p. 399.
[31] Idem, ibidem e tb. Maurois, *La Conquête*, p. 57s.
[32] Durant, *Idade da Fé*, t. 2, p. 281.
[33] Idem, ibidem, p. 282.
[34] Idem, ibidem.
[35] Idem, ibidem.
[36] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 571. Encontramos aí a data de 1056 que não nos parece exata. Ver tb. Corbett, *England*, p. 398.
[37] Durant, *Idade da Fé*, t. 2, p. 284.
[38] Maurois, *História*, p. 54.
[39] Ver um estudo detalhado da famosa "Tapeçaria" inclusive com a reprodução de cenas em Maurois, *La Conquête*, p. 229ss.
[40] Idem, ibidem, p. 320.
[41] Maurois, *História*, p. 55s.
[42] Arlette, Arlot, Helaine, Herlène, etc., são variações que se encontram em diversas fontes. Sobre o romance de Guilherme e Arlette, ver Maurois, *La Conquête*, p. 79.
[43] Maurois, *La Conquête*, p. 87.
[44] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 63.
[45] Seguimos a cronologia de Maurois en *La Conquête*, p. 96s.
[46] Maurois, *La Conquête*, p. 105.
[47] Idem, *História*, p. 62.
[48] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 66.

[49] Seignobos, *História*, p. 125.
[50] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 66.
[51] Maurois, *História*, p. 63s.
[52] Idem, ibidem, p. 68s.
[53] Idem, ibidem, p. 66s.
[54] Idem, ibidem, p. 63.
[55] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 773s.
[56] Maurois, *História*, p. 72.
[57] Ver texto da Crônica Saxônica em Maurois, *La Conquête*, p. 137. — Note o leitor que *virgate* equivale a um quarto de *hide*.
[58] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 779.
[59] Maurois, *História*, p. 77.
[60] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 780.
[61] Idem, ibidem, p. 781.
[62] Idem, ibidem, p. 782.
[63] Devailly, *L'Occident*, p. 182.
[64] Maurois, *História*, p. 80s.
[65] Fliche-Martin, *Histoire*, 9, p. 350.
[66] Maurois, *História*, p. 79, nota 1.
[67] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 782.
[68] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 82.
[69] Apud Maurois, *História*, p. 81.
[70] Pirenne, *Les Grands*, p. 96.
[71] Maurois, *História*, p. 83.
[72] Calmette, *Le Réveil*, p. 240.
[73] Durant explica assim a origem da expressão Plantageneta: "Godofredo de Anjou, pai de Henrique II, usara uma vergôntea de giesta (Fr. genêt) em seu chapéu" (*Idade da Fé*, t. 3, p. 169). Em Grimberg (*História*, 7, p. 30) lemos: "Assim chamado por ter uma flor de giesta (em francês: plante à genêt) nas suas armas".
[74] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 117.
[75] Idem, ibidem, p. 120.
[76] Maurois, *História*, p. 88s.
[77] Grimberg, *História*, 7, p. 31.
[78] Maurois, *História*, p. 90.
[79] Devailly, *L'Occident*, p. 200.
[80] Previté-Orton, *Edad*, II, p. 789.
[81] Idem, ibidem.
[82] Grimberg, *História*, 7, p. 31s.
[83] Maurois, *História*, p. 84.
[84] Idem, ibidem, p. 85.
[85] Romag, *História*, II, p. 138.
[86] Maurois, *História*, p. 86. — Llorca, *História*, t. II, p. 548, anota que os bispos excomungados por Tomás haviam coroado o príncipe herdeiro, violando os direitos da sede de Cantuária.
[87] Grimberg, *História*, 7, p. 33.
[88] Devailly, *L'Occident*, p. 201.
[89] Calmette, *Le Réveil*, p. 242s.
[90] Idem, ibidem.
[91] Idem, ibidem, p. 246.
[92] Idem, ibidem, p. 247.
[93] Devailly, *L'Occident*, p. 202.
[94] Maurois, *História*, p. 94.
[95] Idem, ibidem, p. 97.
[96] Durant, *Idade da Fé*, t. 2, p. 174. Segundo Grimberg, *História*, 7, p. 34: "A história deu a este príncipe o nome de João Sem Terra, porque, dada a sua juventude e contrariamente aos seus irmãos, não tinha ainda recebido um ducado como privilégio".
[97] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 238.
[98] Maurois, *História*, p. 98.
[99] Grimberg, *História*, 7, p. 66.
[100] Maurois, *História*, p. 98.
[101] Devailly, *L'Occident*, p. 220.
[102] Durant, *Idade da Fé*, t. 3, p. 176. Sobre a natureza do interdito e suas conseqüências consultar outro volume da *História do Mundo Feudal*, capítulo sobre a Igreja.
[103] Maurois, *História*, p. 99.
[104] Llorca, *História*, II, p. 561.
[105] López, *O Nascimento*, p. 246.
[106] Maurois, *História*, p. 101.
[107] Devailly, *L'Occident*, p. 273.
[108] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 383.
[109] Idem, ibidem, p. 384. Segundo Devailly, o rei pediu "un tiers de tous les biens meubles de tous ses sujets" (obra citada, p. 276). — Quanto ao vocábulo "Parlamento", Maurois observa: "A palavra *parlamento* era empregada na Inglaterra desde 1239, mas significava simplesmente, no princípio, a ação de falar. Parlamento era, naquela época, um debate do Grande Conselho, e o próprio Grande Conselho continua a ser como outrora uma corte de justiça, composta de *barones majores*, convocados individualmente, e de *barones minores*, convocados coletivamente pelo Sheriff" (obra citada, p. 120).

Petit-Dutaillis anota sobre o mesmo vocábulo: "depuis quelques années on commençait à employer ce mot à la place de *Magnum Concilium* ou de *Colloquium*, *Generale Colloquium*..." (obra citada, p. 384).

Voltaremos ao assunto em outro volume da *História do M. Feudal*.
[110] Petit-Dutaillis, *La Monarchie*, p. 385.
[111] Idem, ibidem, p. 386.
[112] Não confundir com Eduardo I, o rei anglo-saxão. A série de reis Plantagenetas com o nome de Eduardo recomeça a numeração: Eduardo I, Eduardo II, etc.

Grimberg anota "a enumeração dos reis da Inglaterra só começa com Guilherme, o Conquistador; não são, caso curioso, tidos em conta os reis anglo-saxônicos" (*História*, 7, p. 70).
[113] Maurois, *História*, p. 125.
[114] Idem, ibidem.
[115] Durant, *Idade da Fé*, t. 3, p. 180.
[116] Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1080.
[117] Maurois, *História*, p. 129.
[118] Idem, ibidem, p. 130.
[119] Idem, ibidem, p. 126.

120 Previté-Orton, *Edad, III*, p. 1105.
121 Maurois, *História*, p. 127.
122 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1081.
123 Idem, ibidem e Maurois, *História*, p. 135.
124 Maurois, *História*, p. 134.
125 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1087.
126 Maurois, *História*, p. 135.
127 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1090.
128 Grimberg, *História*, 7, p. 71s.
129 Idem, *História*, 8, p. 9s.
130 Idem, ibidem, p. 10.
131 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1198.
132 Idem, ibidem, p. 1203.
133 Idem, ibidem, p. 1204.
134 Idem, ibidem, p. 1219.
135 Idem, ibidem.
136 Maurois, *História*, p. 155.
137 Grimberg, *História*, 8, p. 60.
138 Idem, ibidem, p. 61.
139 Durant, *História*, VI parte, t. I, p. 46.
140 Maurois, *História*, p. 157.
141 Idem, ibidem, p. 157s.
142 Idem, ibidem, p. 158.
143 Idem, ibidem,
144 Idem, ibidem, p. 159.
145 Grimberg, *História*, 8, p. 58.
146 Maurois, *História*, p. 159.
147 Idem, ibidem, p. 160.
148 Idem, ibidem.
149 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1328.
150 Grimberg, *História*, 8, p. 61.
151 Maurois, *História*, p. 161.
152 Idem, ibidem, p. 162.
153 Grimberg, *História*, 8, p. 68s.
154 *Praeteritos errores confessus vitam et mores penitus emendavit, ita ut post patris obitum nullus lasciviae locus in eo usquam fuerit inventus.* (Titi Livii Forojuliensis, *Vita Henrici V*). Apud Weiss, *História*, 7, p. 611.
155 Durant, *História*, VI parte, t. 1, p. 137.
156 Idem, ibidem.
157 Maurois, *História*, p. 164.
158 Weiss, *História*, 7, p. 879.
159 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1336.
160 Idem, ibidem, p. 1350.
161 Grimberg, *História*, 8, p. 95.
162 Idem, ibidem, p. 96.
163 Idem, ibidem.
164 Previté-Orton, *Edad*, III, p. 1418.
165 Maurois, *História*, p. 167.

CAPÍTULO III

A Alemanha

Introdução

O PRESENTE capítulo versa sobre os principais acontecimentos políticos que constituem a História da Alemanha Medieval.

Convém, inicialmente, dizer algumas palavras sobre a região abrangida pela designação de «Alemanha». O vasto território em foco limitava-se, nas últimas décadas do século IX, pelo Elba, pelo Saale, pela Boêmia e pelo Reno. Dentro desses limites encontramos os ducados da Saxônia, da Francônia, da Suábia e da Baviera. Essas quatro entidades políticas formam o reino dos Francos Orientais *(Francorum Orientalium).*[1] Esse reino da França Oriental *(Francia Orientalis)* é designado, pela primeira vez, com a expressão *Regnum Teutonicum* nos Anais de Salzburgo.

Esse território não correspondia integralmente à Germânia dominada por Carlos Magno. As pressões externas haviam produzido um retraimento das velhas fronteiras. Assim, por exemplo, tanto ao leste como ao norte, as antigas marcas e os países tributários do Império Carolíngio, em seu apogeu, encontravam-se fora da órbita do poderio dos reis alemães.[2] Nas margens do Elba as tribos eslavas se haviam tornado independentes e, não raro, cruzavam o rio. «Duas nações se encontram em gestação nessa frente: Polônia, Boêmia. Mais além, ao sul da Boêmia, um grande Império morávio encontrou sua estabilidade, e seu rei, Zwentibold, figura como temível vizinho. A própria Boêmia, já de posse de uma indiscutível consciência nacional, constitui praticamente um Estado em si, um Estado independente».[3]

Um rápido olhar sobre cada um dos ducados supramencionados revela-nos, entre outras, as seguintes características:[4] a Saxônia apresenta vasto território e uma população com crescente vitalidade; a Francônia representa a tradicional *Francia Orientalis* e orgulha-se de encarnar, em terra germânica, a autêntica raça franca; a Suábia, com Augsburgo, possui um território que se estende desde a sombria Floresta Negra até a Baviera. Esta mantém viva a lembrança de sua antiga independência. Note-se que na Francônia, na Suábia e na Baviera observamos a velha influência do legado romano. «A visão era, entretanto, totalmente distinta tão logo se ultrapassasse as fronteiras do Império Romano. Hesse, Turíngia e Saxônia nunca haviam experimentado a in-

fluência de Roma; aí só os francos — famílias senhoris imigradas, mas sobretudo as igrejas e os conventos — haviam começado a introduzir formas romanas de habitação, cultivo e comércio, e a compensar a diferença existente em relação às regiões outrora romanas».[5]

Os quatro ducados estavam cercados por uma linha de marcas que constituíam os pontos de proteção das velhas fronteiras carolíngias e cuja extensão se encontrava ao sabor das vicissitudes guerreiras criadas pela pressão dos inimigos externos. Essas marcas eram a Saxônia setentrional (Nordmark), a Saxônia oriental (Misnie, Meissen), a Turíngia, a Caríntia e o Osterland (germe da futura Áustria).

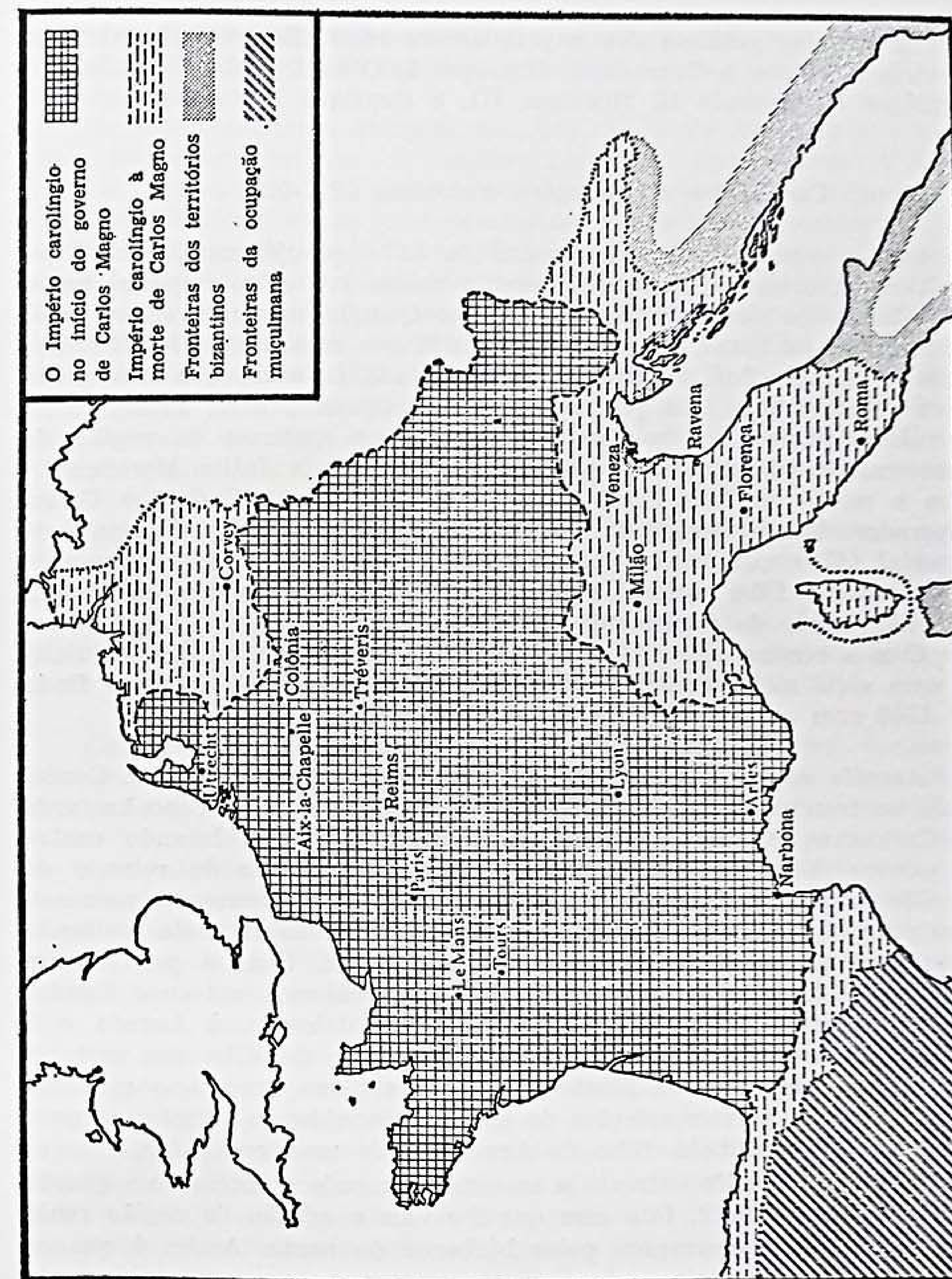
Nossa exposição observará a seqüência cronológica dos acontecimentos de acordo com as grandes casas reinantes. Assim é que dividiremos a matéria nos seguintes períodos:

1) Os últimos Carolíngios e as hesitações dinásticas (877-919)
2) Os Saxônicos (919-1024)
3) Os Francônios (1024-1138)
4) Os Hohenstauffen (1138-1250)
5) O grande interregno (1256-1273)
6) O início da casa de Habsburgo (1273-1308)
7) A casa de Luxemburgo (1308-1437)
8) Consolidação dos Habsburgos

Digamos, agora, algumas palavras sobre as fontes existentes para um estudo aprofundado da História da Alemanha Medieval. Antes de mais nada deve ser mencionada a mais importante coleção de documentos de história medieval: *Monumenta Germaniae Historica*. A coleta dos documentos contidos nessa coleção foi iniciada sob a direção do erudito Pertz em princípios do século passado.

Somente a título de exemplo vamos lembrar algumas obras e autores que nos informam sobre os primeiros tempos da História do Império Alemão. De Liutprando († 972), bispo de Cremona, temos o «*Liber de rebus gestis Ottonis Magni*» (Livro dos Feitos de Otão, o Grande). De Widukind recordemos «*Rerum gestarum Saxonicarum libri III*» (Livro III dos Feitos Saxônicos). Ruotger deixou-nos a *Vita Brunonis* (Vida de Bruno) que nos presta interessantes informações sobre o arcebispo de Colônia, irmão do imperador Otão, o Grande. Entre os cronistas que pretendem escrever História Universal figura Sigeberto de Gembloux († 1048), autor de uma *Chronographia*.

As fontes diplomáticas encontram-se nos *Monumenta*: «*Diplomata, constitutiones et acta publica imperatorum et regum*» (Diplomas, cons-



O Império carolíngio em 814

tituições e atos públicos dos imperadores e reis). Esta coleção abrange matéria referente a Conrado I, Henrique I, Otão I, Otão II, Otão III, Henrique II, Conrado II, Henrique III, e Henrique IV.[6]

1. Últimos Carolíngios e hesitações dinásticas (877-919)

De acordo com a *Ordinatio Imperii* de 817 (que já mencionamos no capítulo da primeira parte do presente volume) o cetro imperial havia sido fixado na descendência de Lotário. Quando este morreu em 855, foi sucedido no trono por seu filho Luís II que reinou até 875. Hincmar chama-o «imperador da Itália». Na realidade Luís II, que não podia fazer frente a seus tios que reinavam respectivamente na França e na Germânia, passou seu reinado a combater os senhores da região de Benevento e os sarracenos que haviam invadido a Itália Meridional.[7] Com a morte de Luís II, o papa João VIII coroou Carlos, o Calvo, imperador. Morto este, seu filho Luís, o Balbo, renuncia à dignidade imperial (877) que, então, é transferida ao ramo germânico na pessoa de Carlomano, filho de Luís, o Germânico e, depois, na pessoa de Carlos, o Gordo, irmão de Carlomano.

Com a renúncia de 877, a Germânia se vincula ao Império e inicia-se uma série multissecular de imperadores germânicos a qual só finda em 1806 com a resignação de Francisco II.

Arnulfo de Caríntia († 899). — Como sucessor de Carlos, o Gordo, subiu ao trono Arnulfo de Caríntia, duque da Baviera, e filho bastardo de Carlomano. O novo rei notabilizara-se na Caríntia lutando contra os eslavos. Vejamos brevemente os principais eventos do reinado de Arnulfo na política interna e na política externa. Internamente procurou apaziguar os poderosos senhores da Francônia e da Saxônia, evitando imiscuir-se nos negócios internos desses ducados. Com a paz interna assegurada Arnulfo procurou enfrentar os problemas externos ligados respectivamente às fronteiras orientais e setentrionais, à Lorena e à Itália. A leste Arnulfo tenta uma expedição além do Elba sem maiores resultados. Com o rei da Morávia, então em pleno apogeu, o monarca alemão procura manter relações de amizade convidando-o inclusive para padrinho de Zwentibold, filho de Arnulfo e de uma concubina.

Ao norte, Arnulfo enfrenta a ameaça normanda e obtém uma grande vitória em Dyle (891), fato esse que lhe vale a adesão da região renânica terrivelmente ameaçada pelos bárbaros do norte. Assim é que os arcebispos de Mogúncia e de Colônia passam a apoiar decididamente o sucessor de Carlos, o Gordo.

Animado com o êxito sobre os normandos, Arnulfo tenta uma ação contra a Morávia (893), mas seu exército é, em grande parte, massacrado.

A oeste o principal problema a enfrentar foi a questão relativa à Lorena. Aproveitando a liberdade de ação que lhe deixa Eudes, Arnulfo

instala na Lorena seu filho predileto Zwentibold como rei. Este porém não se revela à altura da missão e provoca a oposição da maior parte de seus vassalos.

Na Itália disputam entre si o duque Guido de Espoleto e o margrave Berengário de Friul. O primeiro obrigou o papa Estêvão V (885-891) a coroá-lo como imperador (fevereiro de 891). Em 892 o papa Formoso (891-896) viu-se também constrangido a coroar Lamberto, filho de Guido, como imperador co-regente. Apesar da atitude conciliatória dos papas, os espoletanos molestavam os Estados da Igreja, gerando grave inquietação em Roma. Formoso, então, apelou para Arnulfo. Este, em 896 marcha sobre Roma, derrota os inimigos do pontífice e é coroado imperador solenemente (22 de fevereiro de 896). Gravemente enfermo, Arnulfo não pôde prosseguir na campanha contra a viúva de Guido (que falecera em 894) e seu filho Lamberto. Arnulfo regressa à Alemanha e morre em dezembro de 899, deixando como sucessor seu filho Luís, o Menino.

Lamberto de Espoleto, após a retirada de Arnulfo, reaparece em Roma como imperador mas sucumbe num acidente de caça (outubro de 898). Desde então trava-se na Itália uma luta pela realeza e pela coroa imperial. Luís de Proença e Berengário de Friul, ambos carolíngios, participam da pugna. O segundo obteve o diadema imperial das mãos do papa João X (dezembro de 915) e morreu em 924.

Luís, o Menino (900-911). — Luís, o Menino, já fora designado por seu pai como sucessor e não encontrou dificuldade em ser reconhecido após a morte de Arnulfo.[8] Cabem aqui algumas considerações em torno do problema «hereditariedade e eleição» no que tange à sucessão ao trono alemão. Já vimos, no capítulo referente à França, como os Capetíngios restauraram o poder monárquico por meio da afirmação do direito de hereditariedade. Na Alemanha encontraremos a tentativa de implantar o critério da hereditariedade como solução para o problema sucessório. A confirmação de Luís, o Menino, é um exemplo dessa tentativa. Hatton, primaz da Germânia, ao informar ao papa sobre a ascensão de Luís, apresenta como justificativa o costume da hereditariedade.[9] Na realidade se o princípio da hereditariedade conseguiu prevalecer em algumas ocasiões (como, por exemplo, em relação aos Otões), o princípio da eleição não foi posto de lado definitivamente, de modo que a História da Alemanha Feudal vai-se caracterizar pelo choque entre esses dois processos de preencher a vaga no trono, acarretando, não raro, hesitações dinásticas e contribuindo para o próprio desprestígio da instituição monárquica.

Luís, o Menino, contava seis anos de idade, quando subiu ao trono, o que explica a alcunha com que ficou conhecido nas páginas da História. Seu reinado de doze anos caracteriza-se, na política interna, pela intensificação do poder dos grandes senhores feudais; na política externa, pelos ferozes ataques dos húngaros. Três prelados, Hatton,

arcebispo de Mogúncia, Adalberon, bispo de Augsburgo e Salomão de Constança, abade de Saint-Gall, assumiram praticamente a direção do governo.

Zwentibold, possível rival de Luís, tombou numa luta contra os vassalos revoltados (agosto de 900) e a Lorena passa a ser governada pelo duque Gebhard em nome de Luís, o Menino.

Na Saxônia domina Otão, o Ilustre, poderoso senhor que sozinho enfrenta os dinamarqueses na fronteira setentrional.

A Francônia é dilacerada por uma guerra privada entre duas poderosas famílias: os Bamberg e o Sálicos (os Conradinos). Em 903, na dieta de Forchheim, graças à influência de Hatton, o rei se decide pelos Sálicos. Mas só em 906 é definitivamente dominada a reação dos Bamberg e Conrado, o Sálico, assume o título de duque da Francônia.

Ainda dentro do âmbito da política interna de Luís, o Menino, devemos mencionar a constituição e fortalecimento de importantes feudos eclesiásticos que, ao lado dos grandes ducados e das marcas, vão desempenhar papel decisivo na História da Alemanha Feudal através de toda a Idade Média. Lembremos, apenas para exemplificar, os arcebispados de Mogúncia, de Colônia, de Treves e de Salzburgo.

A política externa do reinado de Luís, o Menino, está assinalada pelos constantes ataques dos húngaros, já mencionados no capítulo terceiro da primeira parte do presente volume. Recordemos que o jovem Luís sofreu em 910 uma derrota em frente dos invasores.

Em setembro de 911, numa atmosfera de insegurança motivada pelas pilhagens dos magiares, falecia Luís, o Menino, extinguindo-se, assim na Alemanha a Casa Carolíngia em sua linha masculina.

Conrado I (911-918). — Para suceder a Luís, o Menino, foi escolhido Conrado I, o Sálico, da Francônia, vinculado aos Carolíngios por linha feminina. Otão, o Ilustre, duque da Saxônia, teria recusado a coroa alegando a idade avançada, e os nobres e prelados alemães reunidos em Forchheim decidiram-se, então, pelo chefe dos Conradinos da Francônia. O novo soberano conta com o apoio da Baviera e da Francônia, mas encontra da parte da Saxônia uma completa indiferença. Este último ducado adquirira prestígio enorme e sua atitude implicava quase em uma separação do reino. Quando Otão, o Ilustre, morreu (912), Conrado foi à Saxônia e concedeu a investidura ducal a Henrique, filho do defunto sem, contudo, satisfazer às pretensões deste em relação à Turíngia. Inconformado, o novo duque lança-se sobre a Turíngia e os territórios de Hatton, acusado como responsável pela política de Conrado. Outras dissensões internas enfraqueceram o reino alemão que se tornou presa fácil dos magiares. Note-se que os invasores chegaram a contar com a própria traição de Arnulfo, ex-duque da Baviera, que, refugiado na Hungria, não hesitou em servir de guia aos inimigos de sua pátria.

O último ato de Conrado reveste uma importância capital para o futuro da Alemanha. Segundo a tradição (cuja veracidade alguns historiadores contestam), Conrado em seu leito de morte (dezembro de 918) aconselhou aos nobres e a seu próprio irmão Everardo que escolhessem Henrique da Saxônia como sucessor. Everardo levou ao duque a coroa e as insígnias reais encontrando-o, segundo a lenda, caçando pássaros em Quedlinburg.

Em abril de 919 Henrique foi proclamado rei numa assembléia reunida em Fritzlar. O novo rei, por não se julgar digno, recusou a unção sagrada que lhe quis fazer o arcebispo de Mogúncia.

2. Os Saxônicos (919-1024)

Antes de estudarmos separadamente cada um dos reinados dos soberanos da casa saxônica vamos tentar apresentar ao leitor uma visão de conjunto de alguns problemas de interesse capital para a História da Alemanha nessa fase.

1) Lembremos preliminarmente que o reino abrangia então uma escassa população dispersa por um vasto território, dividida em diferentes grupos sociais e padecendo de uma insegurança geral motivada quer pelas lutas internas das famílias poderosas, quer pelos invasores externos (normandos, eslavos e magiares).

2) Convém sublinhar que essa população, apesar de certas diferenças de costumes e de falares que engendram particularismos regionais, apresenta a consciência de uma certa unidade revelada inegavelmente no vocábulo *theotiscus* (latinização de *tiut*, povo) «que se aplicou inicialmente à língua popular *(theotisca lingua)* nas províncias orientais do Império Franco e acabou por designar os grupos étnicos que a falavam, os Tiutschi (Deutsche)».[10]

3) A existência dos ducados já mencionados (como esses ducados tiram sua designação de povos germânicos, são também chamados «ducados étnicos», Stammesherzogtümer, embora nem sempre seus limites territoriais coincidam com os limites étnicos) cria um sério problema para a política interna da realeza: integrá-los no Estado alemão.

4) De importância capital para a formação territorial do Império Alemão foi a anexação da Lorena, da Itália e da Borgonha.

5) A anexação da península itálica é rica de conseqüências históricas: o restabelecimento do título imperial no Ocidente, a luta entre imperadores e papas, etc.

6) A reabilitação da dignidade imperial vai produzir um ressurgimento de velhas aspirações ao domínio universal. Dentro da tradição carolíngia o universalismo romano e o ecumenismo cristão se confundem.

Henrique I (919-936). — Henrique caracteriza-se por seu espírito «construtivo, enérgico e prático».[11] E' o fundador de uma dinastia que,

durante mais de um século, vai gozar de enorme prestígio na Europa, revivendo as tradições dos tempos carolíngios.

Widukind acentua que, com a eleição de Henrique, a Saxônia passou de escrava para livre e de tributária para senhora *(Saxonia serva facta est libera et de tributaria multorum domina)*.[32] Ainda o mesmo cronista assim narra a escolha de Henrique: «O exército dos francos designou-o rei perante o povo dos francos e dos saxões». *(Exercitus Francorum designavit eum regem coram populo Francorum atque Saxonum)*. Inicialmente, o novo soberano só contava com o apoio de dois ducados: Saxônia e Francônia. Em Fritzlar não haviam comparecido Arnulfo, o Mau, duque da Baviera (que, segundo os *Annales Juvavenses*, se considerava rei), e Burcardo, duque da Suábia (que, orgulhoso por causa de uma vitória obtida contra Rodolfo de Borgonha, não se conformava em prestar homenagem ao saxão). A oposição dos dois duques ameaçava a Alemanha com uma grave cisão.

Henrique dirigiu-se primeiro contra Burcardo que se submeteu em 920, conservando seu título ducal mas renunciando ao direito de prover os bispados. Mais tarde, quando Burcardo morreu assassinado em Milão (926), Henrique consolidou sua suserania sobre a Suábia promovendo o matrimônio da viúva do duque defunto com Hermano, sobrinho de Eberardo, duque da Francônia.

Arnulfo da Baviera revelou-se um adversário mais temível e contra ele Henrique teve que mobilizar novas forças. O duque bávaro submeteu-se, conservando, entretanto, uma larga autonomia de governo: podia prover os bispados e abadias, cunhar moedas e até mesmo tratar com seus vizinhos eslavos.

Em novembro de 921, Henrique mantém uma entrevista com Carlos, o Simples, em uma embarcação ancorada no meio do rio Reno, em frente a Bonn, para regular o problema da Lorena.[33] Mas as lutas internas da França levam Raul ao trono. Henrique aproveita-se do desiquilíbrio de forças e estende seu poder sobre o território contestado, casando sua filha Gerberga com o duque Gisilberto que presta homenagem a seu sogro. Desde então o reino alemão conta com mais um ducado.

Henrique I teve que enfrentar também o grave problema das novas invasões. Seu reinado caracteriza-se por um notável esforço no sentido de defender os súditos contra as hordas invasoras. Com essa finalidade tomou duas importantes medidas: edificou fortificações e aperfeiçoou o exército.

Sólidas muralhas cercam as cidades, fortalezas são construídas, e novas aglomerações urbanas estratégicas são criadas (o cronista Thietmar de Merseburgo anota: *Ceteras quoque urbes ad salutem regni fabricavit*). Goslar, Hersfeld, Nordhausen, Quedlinburgo, Merseburgo, Meissen, Gandersheim, etc. são exemplos de cidades que com suas fortificações passam a desempenhar papel relevante na defesa contra os ataques externos.

No que tange ao aperfeiçoamento do exército, deve-se notar a organização da cavalaria, única arma com que se poderiam enfrentar os ágeis cavaleiros húngaros.

O novo exército provou sua eficácia na luta que Henrique manteve contra os eslavos. Em 928 os alemães avançaram até Brandeburgo e no ano seguinte Henrique, aliado a Arnulfo, entrou em Praga obrigando o duque tcheco Wenceslau a prestar homenagem e a pagar tributo.

Ainda em 929 fere-se a terrível batalha de Lenzen em que os eslavos são derrotados com grandes perdas, embora do lado alemão tenham tombado os margraves Thietmar e Siegfried.

Com relação aos húngaros, Henrique tivera a precaução de manter com os mesmos uma trégua mediante pagamento de um tributo. Em 933, porém, o rei rompe a trégua negando o tributo. Dois exércitos húngaros são derrotados respectivamente pelos generais de Henrique e pelo próprio soberano. Esta última derrota ocorreu em Merseburgo ou em Riade, a 15 de março de 933.

Em 934 Henrique se voltou contra os dinamarqueses que haviam ocupado a antiga marca situada entre o Treene, o Eider e o Schlei. Os invasores foram expulsos e um prelado saxão foi instalado como bispo em Hamburgo.

Henrique preparava-se para intervir na Itália quando foi surpreendido pela morte aos 2 de julho de 936 em Memleben. Widukind comenta a morte do rei saxônico: «Henrique morreu como o maior dos soberanos da Europa, não sendo inferior a nenhum nas qualidades do corpo e do espírito e deixando a seu filho um Império poderoso e extenso, adquirido por suas próprias forças e graças a Deus».

Otão I, o Grande (936-973). — Com o reinado de Otão I chegamos a um dos pontos culminantes da História Medieval não só da Alemanha mas de toda a Europa. A figura do novo soberano lembra irresistivelmente Carlos Magno que, aliás, personifica o ideal político de Otão.

Widukind dá-nos um retrato físico e moral de Otão: «A piedade do Imperador era célebre; era o mais constante dos homens; alegre quando não necessitava de impor o terror de sua régia majestade... Dormia pouco e durante o sonho falava constantemente, de tal modo que se acreditava que continuasse acordado; amigo, nada podia negar a seus amigos, era-lhes sempre fiel em seu coração; às vezes era tão magnânimo que tomava a defesa daqueles que haviam sido acusados por sua causa; sua avidez por aprender era tão veemente que, depois da morte de Edite, aprendeu a ler e a entender os livros... De corpo gigantesco, a cabeça semeada de cãs, olhos irrequietos que despediam raios, face rosada, barba ampla, mais do que o costume da época; peito de leão, coberto de pêlo, passo ora acelerado, ora grave, vestes pátrias — nunca usou traje estrangeiro — davam-lhe régia dignidade, da qual tinha um tão elevado conceito que, segundo diziam, jejuava cada vez que devia usar a coroa».[34]

Quando Henrique, o Passarinheiro, faleceu, deixou quatro filhos: um bastardo, Tankmar, nascido de uma união anterior ao casamento com Matilde, e três filhos legítimos: Otão, Henrique e Bruno. Note-se que Otão nascera (912) antes de seu pai ter assumido a dignidade real, fato esse que o colocava em situação de inferioridade em relação a seu irmão Henrique no que dizia respeito à sucessão real do pai. Este, entretanto, manifestara sua própria preferência por Otão. Em 929 promovera o matrimônio do futuro imperador com Edite, filha de Alfredo, o Grande, e irmã do rei anglo-saxão Eduardo.[15] Em 936, numa assembléia de saxões e francônios em Erfurt, Otão já fora escolhido como futuro sucessor de seu pai ainda vivo.[16] Assim é que, apesar das preferências de Matilde pelo segundo filho, coube ao mais velho presidir os destinos da Alemanha.

Em 8 de agosto de 936 procede-se à solene coroação do novo rei.[17] A cerimônia teve como cenário a velha capital de Carlos Magno, Aix-la-Chapelle. Widukind e Thietmar de Merseburgo dão-nos notícias sobre o importante acontecimento.

Eis dois excertos da narração original de Widukind com a respectiva tradução:

Defuncto patre patriae et regum maximo optimo Heinrico, omnis populus Francorum atque Saxonum iam olim designatum regem a patre, illum eius Oddonem, elegit sibi in principem; universalisque electionis notantes locum iusserunt esse ad Aquisgrani palatium... Cumque illo ventum esset, duces ac praefectorum principes cum cetera principum militum manu congregati in sixto, basilicae magni Karoli cohaerenti, collocarunt novum ducem in solio ibidem constructo manus ei dantes, ac fidem pollicentes, operamque suam contra omnes inimicos spondentes, more suo fecerunt eum regem.

Morto o pai da pátria e dos reis o máximo e excelente Henrique, todo o povo dos francos e dos saxões escolheu como príncipe seu filho Otão, anteriormente já designado rei pelo próprio pai; e determinaram que o lugar da eleição geral seria o palácio de Aquisgrana...
Assim que aí chegaram, os duques e os grandes com a restante tropa de cavaleiros reuniram-se no deambulatório contíguo à basílica do grande Carlos, instalaram o novo chefe no trono que aí fora construído, dando-lhe as mãos, prometendo-lhe fidelidade e assegurando-lhe auxílio contra todos os inimigos, fizeram-no rei de acordo com o seu costume.

Eo quippe tempore erat summus pontifex nomine Hildibertus, Franco genere, monachus professione, nutritus vel doctus in Vuldo monasterio... Ipse autem accedens ad altare, et sumpto inde gladio cum balteo, conversus ad regem ait: "Accipe", inquit, "hunc gladium, quo eicias omnes Christi adversarios, barbaros et malos Christianos, auctoritate divina tibi tradita omni potestate totius imperii Francorum, ad firmissimam pacem omnium Christianorum". ... Exinde sumpto sceptro baculoque: "His signis", inquit, "monitus paterna castigatione subiectos corripias, primumque Dei ministris, viduis ac pupillis manum misericordiae porrigas; nunquamque de capite tuo oleum miserationis deficiat, ut in praesenti et in futuro sempiterno praemio coroneris". Perfusus illico oleo sancto et coronatus diademate aureo ab ipsis pontificibus Hildiberto et Wicfrido...

Naquela época o arcebispo (de Mogúncia) chamava-se Hildeberto; era de raça franca, de profissão monástica e fora educado e instruído no mosteiro de Fulda... Subindo então ao altar e tomando a espada com o boldriê, voltou-se para o rei e falou: "Recebe, disse, esta espada pela qual repelirás todos os adversários de Cristo, os bárbaros e os maus cristãos; todo o poder sobre todo o império dos francos te é transmitido pela autoridade divina para a mais firme paz de todos os cristãos".
Tendo, em seguida, tomado o cetro e o báculo disse: "Inspirado nessas insígnias, corrigirás os súditos com uma paternal repreensão e, em primeiro lugar, estenderás a mão da misericórdia aos ministros de Deus, às viúvas e aos órfãos; jamais o óleo da compaixão falte à tua cabeça a fim de que no presente e no futuro sejas coroado pela eterna recompensa". Foi logo após ungido com o óleo santo e coroado com o diadema de ouro pelos mesmos bispos Hildeberto e Wicfrido.

Uma visão de conjunto da atuação de Otão revela-nos os seguintes traços característicos:

1) Controle dos ducados, colocando-se à sua frente, sempre que possível, um membro da família de Otão.

2) Certa desconfiança em relação à aristocracia leiga motivada pelos movimentos rebeldes em que tomaram parte até mesmo parentes próximos.

3) Essa desconfiança contribui em grande parte no sentido de que o soberano se volte para a aristocracia eclesiástica favorecendo (mas também controlando) o clero, em troca do apoio do mesmo. Os bispos desempenham muitas vezes o papel de verdadeiros senhores temporais. A aliança da monarquia com a Igreja é a tônica do reinado de Otão.[18]

4) Com o controle dos ducados e forte apoio do clero, Otão se transforma em senhor inconteste da Germânia, desfrutando de enorme prestígio.

5) Esse prestígio nutre-se também com as vitórias obtidas contra os húngaros e eslavos.

6) Os problemas italianos vão proporcionar a Otão a cobiçada oportunidade da coroação imperial pelo pontífice romano.

Os acontecimentos políticos do reinado de Otão vistos em sua sucessão cronológica podem ser agrupados em dois períodos que apresentam uma certa simetria. No primeiro período temos: 1) lutas internas; 2) lutas contra invasores (eslavos e dinamarqueses; 3) intervenção na Itália. No segundo período temos novamente: 1) lutas internas; 2) lutas contra invasores (a grande vitória sobre os húngaros); 3) intervenção na Itália, de que resulta a coroação imperial.

1) Os acontecimentos políticos do reinado de Otão

a) *Lutas internas.* — Otão procura, desde o início de seu reinado, restaurar a ordem carolíngia nos ducados e nas marcas, criando no reino uma forte autoridade central. A morte de Arnulfo, o Mau, duque da Baviera, propicia a Otão a oportunidade para dar mostra de suas intenções: convoca os três filhos do duque defunto a fim de escolher entre os mesmos o sucessor do pai. O mais velho dos irmãos, Eberardo, não espera a decisão real e proclama-se duque. Estamos em face de um choque entre o direito de hereditariedade (posto em prática por Eberardo) e o direito de investidura (que Otão pretende exercer). O rei saxão intervém com a força das armas e Eberardo é completamente vencido. Para o lugar vago é designado um irmão de Arnulfo, Bertoldo. Mas do lado deste, Otão coloca o segundo filho de Arnulfo (homônimo do pai) com o título de *conde palatino* e com a missão de administrar os bens reais situados na Baviera. Na realidade estamos diante de um cargo que passa a funcionar como rival e fiscal do duque, o que acarreta inevitavelmente o enfraquecimento da autoridade ducal. Calmette observa que até então ninguém ousara praticar um gesto semelhante na Alemanha e nada de análogo fora jamais experimentado na França.[19]

A política autoritária e centralizadora de Otão desperta novas reações dos senhores feudais. Tankmar, seu meio-irmão, subleva-se e conta com a adesão do duque Eberardo da Francônia e do arcebispo Frederico de Mogúncia.[20] Otão conquista a fortaleza de Eresburgo em que se refugiara Tankmar e este é morto por um soldado saxão (939).

Após uma breve trégua, reacende-se a rebelião. Forma-se uma verdadeira coligação feudal de que fazem parte Eberardo da Francônia, Frederico de Mogúncia e Giselberto da Lorena. Henrique, irmão de Otão, encabeça a revolta reclamando a dignidade real a que se julgava com direito por haver nascido após a elevação de seu pai ao trono.[21] Otão obtém a primeira vitória em Birten (nas proximidades de Xanten) e, posteriormente, na batalha de Andernach (2 de agosto de 939). Eberardo e Giselberto são aí derrotados. O primeiro morre lutando, o segundo perece afogado no Reno ao tentar fugir a nado.[22] Henrique submeteu-se ao irmão e conseguiu o perdão. Otão procurou recompensar regiamente os que lhe haviam guardado fidelidade.

Luís IV da França casa com Gerberga, viúva de Giselberto e irmã de Otão, com o objetivo, segundo Haller, «de conquistar a Lotaríngia e possivelmente a coroa alemã...»[23] Lembremos que Hugo, o Grande, rival de Luís IV, também era cunhado de Otão, pois contraíra matrimônio com outra irmã do saxão, Hatuíde. Aproveitando-se da divisão existente entre os poderosos da *Francia Occidentalis*, Otão promove uma expedição que atinge o palácio de Attigny (940). Por essa época o prestígio do futuro imperador é imenso. Na Alta Borgonha (Reino d'Arles) Otão consolida sua suserania mantendo a tutela sobre o jovem rei Conrado.[24] Para assegurar melhor o domínio alemão, a Lorena é

dividida em dois ducados: Alta Lorena e Baixa Lorena. Essas duas unidades ficam sob a fiscalização de um conde palatino, Conrado, o Vermelho. O novo estatuto da Lorena implica na demissão de Henrique, irmão de Otão, que fora designado duque após a derrota de Giselberto. Henrique, insatisfeito, lança-se a nova conspiração que visa a colocá-lo no trono. Os conjurados, entretanto, são derrotados e Henrique, após um aprisionamento de alguns meses, vai pedir e obter o perdão do soberano (Natal de 941). Otão procura praticar uma política familiar por meio de casamentos e de designação de parentes próximos para cargos de relevo. Assim, por exemplo, Conrado, o Vermelho, titular do condado palatino, torna-se duque efetivo da Lorena. Conrado é esposo de Liutgarda, filha de Otão.[25]

Na Baviera, após a morte de Bertoldo (947), Otão confia o ducado a Henrique, ao que parece a pedido da rainha-mãe Matilde que procurava, assim, reconciliar definitivamente os filhos. A Suábia (950) foi entregue a Ludolfo, filho e herdeiro presuntivo de Otão. A política de família é estendida à Igreja. Bruno, irmão mais novo de Otão, é designado arcebispo de Colônia. Guilherme, filho natural do rei, torna-se arcebispo de Mogúncia.

Após a invasão da *Francia Occidentalis* e a conseqüente paz estabelecida em Vouziers (942), Otão havia adotado a posição de árbitro entre os dois cunhados que disputavam a hegemonia na França. Quando, como resultado dessa disputa que se reacendera após 942, Luís IV tomba prisioneiro de Hugo, Otão aproveita a oportunidade para uma nova invasão, desta vez com a finalidade de libertar o Carolíngio prisioneiro. A expedição alemã chega até Ruão. O rei saxônico impõe uma trégua aos dois cunhados rivais. Note-se que essa rivalidade interessava a Otão, pois ela impedia o fortalecimento da *Francia Occidentalis* e assegurava a hegemonia alemã no Ocidente europeu.

b) *Lutas contra invasores.* — As lutas internas não impediram a guerra incessante contra o povos que ameaçavam as fronteiras do reino. Otão contou aqui com a colaboração inestimável de dois condes saxões, Herman de Biellung e Gero. O primeiro, na qualidade de margrave, vigiava a fronteira do Elba e fundou a Marca de Biellung nos arredores de Mecklemburg. O segundo guardava a fronteira junto do Havel e sua marca se estendia Ôder acima.

Em 950 a Boêmia foi submetida e «incorporada para sempre ao reino como ducado dependente, sob um príncipe do país da linhagem dos Premislidas».[26]

c) *Intervenção na Itália.* — Na época do reinado de Otão I a península itálica atravessava tempos difíceis em virtude das lutas de potentados que pretendiam dominá-la. Entregue, aos poucos, a si mesma, «carente de unidade, carente de centro de gravidade, privada de realeza fixa, tombara na anarquia».[27] Hugo da Provença, escolhido como

rei da Lombardia em 926, entra em choque com Berengário, marquês da Ivréia (sede de marca que vigiava os passos importantes como Mont-Cenis, Gotardo, etc...), que procurou, então, o apoio de Otão. Como porém este não quisesse cruzar os Alpes, Berengário, após permanecer alguns anos refugiado na corte alemã, resolveu regressar à península com uma pequena tropa de soldados alemães. Recebido como salvador pelos senhores italianos, conseguiu impor a Hugo e seu filho Lotário um estranho acordo: Hugo e Lotário conservariam o reino, mas quem governaria de fato seria Berengário.[28] Assim é que pai e filho conservaram o título de rei até morrerem respectivamente em 947 e 950. Berengário, então, se faz eleger rei em Pavia associando seu filho Adalberto ao poder e pretendendo casá-lo com Adelaide, a bela e jovem viúva de Lotário. Adelaide era irmã de Conrado, o jovem rei da Borgonha que Otão colocara sob sua tutela.

Odilon de Cluny, severo censor dos costumes, deixou-nos elogiosas referências a Adelaide afirmando que nenhum mortal poderia descobrir suficientemente a beleza de sua alma e que ela «era firmemente fundada na fé e na esperança, prudente, valorosa, justa e modesta; sua boca estava repleta de sabedoria e em sua língua havia uma doutrina bem-aventurada, e sua mão estava sempre aberta para os pobres» *(Epitaphium Adalheidae)*.[29]

Adelaide fora mantida prisioneira por Berengário em um castelo solitário às margens do lago Garda, mas, com auxílio de amigos, conseguira fugir e refugiar-se em Canossa. A notícia dos sofrimentos da bela Adelaide espalha-se. A rainha viúva pede o auxílio de Otão. Este, que também enviuvara (Edite morrera em 946), «percebe na aflição de Adelaide uma ocasião única de retomar do lado de lá dos Alpes uma política na linha dessa tradição carolíngia em que ele se inspira com sucesso na Alemanha e em torno da Alemanha; política carolíngia que não visa somente ao antigo reino lombardo e sua coroa de ferro, mas que visa à própria Roma...»[30]

Henrique, irmão de Otão e duque da Baviera, e Ludolfo, filho de Otão, atravessam os Alpes. O rei segue-os em setembro de 951. As cidades da Lombardia abrem as portas para Otão. Este chega a Pavia onde «casou-se com Adelaide, libertada de seu cativeiro, e proclamou-se a si mesmo rei dos lombardos, título a que, não obstante, renunciou quando Berengário se apresentou (952) em Augsburgo para submeter-se, repetindo a homenagem e cedendo todo o território a leste do Etsch (Verona, Friul e Ístria) que foi unido à Baviera na qualidade de província fronteiriça alemã».[31]

Otão enviara ao papa Agapito um pedido no sentido de ser coroado imperador. O pontífice porém, instigado por Alberico II, recusou-se a satisfazer à ambição otoniana. Otão retirou-se, então, para seus estados patrimoniais, deixando Conrado, o Vermelho, em Pavia.

d) *Novas lutas internas.* — A intervenção na Itália teria como conseqüência novas lutas internas no reino de Otão. Ludolfo não vira

com bons olhos o segundo casamento do pai e conspirava contra o mesmo. Entre seus aliados figura Conrado, o Vermelho (que se considerara desprestigiado por Otão porque este não levara em consideração o tratado feito entre Conrado e Berengário), Frederico, arcebispo de Mogúncia (porque não obtivera a chancelaria da Itália), e o conde palatino Arnulfo (que não se conformava com o fato de não haver sido designado, como seu pai, duque da Baviera). Otão foi, de certa forma, surpreendido pela conjuração, pois chegou mesmo a cair em poder de seus adversários em Mogúncia (953), tendo sido forçado a ceder às exigências feitas, mas, ao depois, voltou atrás intimando os conjurados a que comparecessem à dieta de Fritzlar. Seguiu-se, então a luta que pôs em perigo o prestígio de Otão e acerca de cujo desenrolar-se «pouco sabemos e só podemos constatar que, ao lado da ajuda de Henrique da Baviera, foi a lealdade dos bispos que, após dois anos, proporcionou ao rei a vitória».[32] A invasão húngara foi um fator importante para essa vitória. Segundo Barbagallo os partidários de Otão «fizeram correr o boato de que os rebeldes é que haviam chamado os húngaros e as populações não hesitaram em dar fé ao mesmo».[33] Levanta-se uma onda de indignação contra os revoltosos. Ludolfo e Henrique se haviam acusado mutuamente de terem apelado para o inimigo externo. «Em todo o caso foi o partido dos rebeldes que suportou o peso da responsabilidade moral: não havia ele fornecido aos inimigos do germanismo a ocasião de pescar em águas turvas?»[34] Otão aproveita as circunstâncias favoráveis e restaura sua autoridade na Suábia e na Baviera. Ludolfo e Arnulfo são vencidos. O filho obtém o perdão do pai lançando-se a seus pés, mas seus cúmplices são castigados.[35] O rei saxônico recupera, então, seu prestígio em toda a plenitude. Esse prestígio atingira o auge com dois grandes acontecimentos: a vitória sobre os húngaros e a coroação imperial.

e) *Novas lutas externas.* — Húngaros e eslavos invadem o reino e proporcionam a Otão a possibilidade de infligir-lhes profundas derrotas. Quanto aos primeiros remetemos o leitor ao capítulo terceiro da primeira parte, onde resumimos a narração da batalha de Lechfeld de acordo com a narrativa de Widukind.

Os eslavos haviam irrompido através da Saxônia constituindo grave ameaça para as regiões fronteiriças. O próprio Otão veio enfrentar os invasores perseguindo-os até Mecklemburg e derrotando-os completamente junto ao Recknitz aos 16 de outubro de 955.[36] «A partir desse momento o domínio alemão fez aqui rápidos progressos. A fronteira foi estendida do Saale ao Elba e ao Oder, e o terreno assim ganho se organizou em marca ou província fronteiriça (dividiu-se posteriormente em Nordmark, Lausitz e Meissen)».[37]

f) *Nova intervenção na Itália. A coroação imperial.* — Alberico, antes de morrer, conseguira a promessa de que seu filho Otaviano seria eleito pontífice após a morte do papa Agapito II.[38] Morto Alberico (31

de agosto de 954), seu filho substituiu-o como *princeps* e governante da cidade. Em dezembro de 955 morria também o papa Agapito, e Otaviano, que contava dezesseis anos, foi eleito papa. O novo pontífice, pela primeira vez na história do pontificado romano, mudou de nome, passando a chamar-se João XII. No capítulo sobre a Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal)* faremos um estudo especial sobre os pontífices romanos desse período. Interessa-nos, agora, apenas o aspecto político relacionado com a intervenção de Otão.

O novo, inexperiente e ambicioso pontífice, entrou em conflito com Berengário que havia aproveitado os acontecimentos para reocupar os territórios cedidos e até mesmo estender seus domínios à custa dos Estados da Igreja.[39] João XII apelou então (960) para o rei saxão. Na dieta de Ratisbona os enviados do papa comparecem e somam aí suas queixas às de vários outros personagens importantes da península que se consideram vítimas da tirania de Berengário.[40] A desunião da Itália é um fato que vai favorecer os planos de Otão. Na dieta de Worms (961) os grandes vassalos prestam seu apoio à expedição peninsular. Otão aproveita a oportunidade favorável para coroar solenemente seu filho Otão II em Aix-la-Chapelle (maio de 961). Note-se que Ludolfo falecera em 957.

No outono de 961 tem início a expedição à Itália. Passando pelo caminho do Brenner, o rei, acompanhado de Adelaide, entra, sem resistência, em Pavia onde toma posse do reino.[41] Envia, então, emissários à Roma com o fim de tratar das condições de sua entrada na cidade e da permanência na mesma. O ingresso na antiga capital do Império se deu a 1º de fevereiro, e no dia seguinte processou-se a coroação imperial de Otão e de sua esposa. O novo imperador foi saudado com o título de Augusto pelos romanos com a aclamação de todo o povo e do clero, como narra o cronista: *Acclamatione totius populi et cleri.*[42]

Os dias seguintes ao da cerimônia de coroação foram consagrados à resolução de problemas concernentes à Igreja na Alemanha. João XII reconheceu as duas recentes fundações episcopais de Magdeburgo e de Merseburgo.[43]

Entre o papa e o imperador foi concluída uma concordata, o famoso *Privilegium Ottonis* do qual se conserva uma cópia contemporânea nos arquivos do Vaticano.[44] O documento trata não só das concessões territoriais feitas por Otão ao papa, mas também da afirmação da autoridade imperial até mesmo no processo de escolha do pontífice.

A 14 de fevereiro Otão deixa Roma e dirige-se para o norte da Península a fim de combater Berengário. Este, que dispunha de castelos-fortalezas, acabou capturado e levado para a Alemanha onde faleceu na prisão em 966.

Logo após a partida do imperador, João XII arrependeu-se do acordo com o saxão e procurou aliar-se a Berengário, ao filho deste, Adalberto, e, talvez, ao próprio basileu.

Quando em julho de 963 Otão, que a princípio não dera maior importância à atitude de João XII, soube que Adalberto desembarcara em Cività-Vecchia e fora recebido com honrarias pelo papa, decidiu-se a uma intervenção em Roma. Assim é que no início de novembro de 963 Otão se encontra sob as muralhas da cidade. O papa e Adalberto abandonam Roma e um número considerável de habitantes procura o imperador renovando-lhe o juramento de fidelidade e, segundo Liutprando, prometendo-lhe não mais escolher nem deixar ordenar papa algum sem o consentimento e a escolha dele e de seu jovem sucessor o rei Otão II.

Ainda Liutprando presta-nos informações sobre a assembléia reunida em S. Pedro sob a presidência do próprio Otão, com o fim de julgar João XII. Este, refugiado em Tívoli, recebe um ultimatum para comparecer à assembléia. Ante sua recusa foi deposto e escolhido como papa um dignitário da corte pontifícia que passou à história como o antipapa Leão VIII (dezembro de 963).

Em janeiro de 964 Otão se afastou de Roma e no mês seguinte João XII entrou na cidade, dela expulsando Leão VIII e anulando as resoluções da assembléia imperial. Otão já se encontrava em caminho para Roma quando tomou conhecimento de que João XII falecera (maio de 964). Para substituir o pontífice defunto, os romanos, sem levarem em consideração o imperador, elegeram o douto e digno Bento V. Só depois de consumada a escolha é que Otão foi dela notificado. Tomado de cólera o imperador marchou contra Roma, sitiou a cidade e forçou-a a render-se pela fome (junho de 964). Leão VIII reassumiu suas funções e Bento V foi levado prisioneiro para a Alemanha onde faleceu em Hamburgo (966). Leão VIII morreu em março de 965 e em seu lugar foi escolhido, desta vez de acordo com Otão, João XIII.

Em breve, porém, parte da população de Roma, que via no pontífice um representante do imperador, revoltou-se, aprisionou João XIII e enviou-o à Campânia. Alguns dinastas do sul da Itália, entretanto, vieram em socorro do papa, possibilitando-lhe a volta triunfal a Roma (novembro de 966). Pouco depois Otão, que estivera na Alemanha e celebrara em Colônia sua primeira dieta imperial, chegava também à Cidade Eterna a fim de aí celebrar a festividade do Natal. Os rebeldes foram, então, punidos com toda a severidade.

Durante essa última e longa (seis anos) permanência de Otão na Itália, podemos anotar em ordem cronológica os seguintes acontecimentos:[45]

967 — Em Ravena, após uma expedição militar através da Itália meridional, Otão reúne um concílio, com a presença de João XIII, durante o qual são abordados assuntos atinentes à soberania papal sobre o antigo exarcado de Ravena. Otão e João XIII decidem também sobre a organização da Igreja na Alemanha.

No Natal de 967 João XIII coroa, na presença do pai, o jovem Otão II imperador dos romanos. Com esse ato assegurava-se a conti-

nuidade da dignidade imperial na casa da Saxônia. Otão I comunicou o acontecimento ao basileu. Widukind insere em sua crônica o texto dessa carta endereçada pelo imperador do Ocidente a seu colega do Oriente e o documento termina com as seguintes palavras: *Filius noster in Natale Domini coronam a Beato Apostolico in imperii dignitatem accepit.* (Nosso filho recebeu a coroa imperial no Natal do Senhor das mãos do pontífice romano).[46]

Cabem aqui algumas considerações em torno da política de Otão em face de Bizâncio. Em suas pretensões sobre o sul da Itália o imperador germânico encontrava um forte apoio junto aos potentados italianos dessa região que, no fundo, desejavam manter-se independentes tanto do basileu como do imperador. Otão aliou-se com Landolfo, príncipe de Cápua e de Benevento, cedeu-lhe o ducado de Espoleto e recebeu homenagens do príncipe de Salerno. Nicéforo Focas procura resolver a situação diplomaticamente e diversas embaixadas são trocadas entre os dois soberanos (967-968). Otão pede para seu filho a mão de uma princesa bizantina, mas Nicéforo responde com evasivas. O imperador saxão ataca, então, a cidade de Bári, capital das possessões bizantinas na península. Bate, entretanto, em retirada, pois se vê impossibilitado de conquistar a cidade em virtude da falta de força naval (março de 968). Otão envia, nessa ocasião, a Constantinopla o bispo de Cremona, Liutprando, que já obtivera êxito em missão semelhante, a mando de Berengário e sob o reinado de Constantino Porfirogêneto. Os tempos porém eram outros e o infeliz embaixador foi submetido às mais humilhantes situações.[47]

Sabedor de que Nicéforo Focas havia enviado uma frota de guerra à Itália, Otão atacou os temas bizantinos da península (novembro de 968). Nessa ocasião, Pandolfo, aliado do imperador, cai prisioneiro dos bizantinos e é enviado a Constantinopla. No ano seguinte Otão inflige uma derrota aos gregos em Áscoli e obriga várias cidades a pagar-lhe tributo. Sobe, então, ao trono bizantino um novo basileu, João Tzimiscés que entra em acordo com Otão, usando como intermediário o prisioneiro Pandolfo. Uma nova e luzida embaixada é enviada à capital do Oriente, dessa vez presidida por Gero, arcebispo de Colônia, que obtém para Otão II a mão de Teófano, filha de Romano II e irmã de dois jovens imperadores.[48]

Teófano chega à Itália em 972 e seu casamento com Otão II é abençoado pelo papa na Basílica de S. Pedro. Após esse cerimônia, a princesa bizantina é coroada imperatriz.

Ao voltar à Alemanha, Otão encontrava-se no apogeu de seu poderio e glória. Em setembro de 972 realizou-se uma dieta em Ingelheim a que compareceram os dois imperadores, Otão I e Otão II, e as duas imperatrizes, Adelaide e Teófano. Depois de realizar sua última dieta em Quedlinburgo, Otão dirigiu-se a Merseburgo a fim de visitar a catedral que ele mandara construir. Partiu, a seguir, para Memleben

em cujo castelo morreu quase subitamente aos 7 de maio de 973. Em seu túmulo escreveram o seguinte epitáfio:

Tres luctus causae hoc sunt sub marmore clausae,
Rex, decus Ecclesiae, Summus honor Patriae.

Três causas de luto encontram-se encerradas sob este mármore,
O rei, a glória da Igreja, a suprema honra da Pátria.

Widukind assim se exprime com relação à morte do imperador: «O povo falou muito em seu louvor, com grata lembrança do modo como, com paterna benignidade, governou seus súditos, libertou-os de seus inimigos, venceu com a força de suas armas os soberbos húngaros, sarracenos, dinamarqueses, eslavos, submeteu a Itália, destruiu os templos dos ídolos nos povos vizinhos e estabeleceu igrejas e ordem eclesiástica».[49]

2) Otão e a Igreja

Uma das causas decisivas do êxito de Otão foi o apoio que teve da parte da Igreja. Na realidade o soberano saxônico soube utilizar os importantes cargos da hierarquia eclesiástica em favor do Estado, designando para ocupá-los pessoas de sua inteira confiança. Bruno, irmão de Otão, é arcebispo de Colônia; Guilherme, filho natural do soberano, torna-se arcebispo de Mogúncia. «A Sé de Salzburgo vai para um amigo; a de Metz também. Em 966 uma filha de Otão, que leva o nome de sua avó Matilde, torna-se abadessa do mosteiro de Quedlinburgo».[50] Otão dispõe, assim, de bispados e de abadias. Um dia intervirá na própria Sé Romana, assunto esse a que voltaremos no capítulo sobre a Igreja. A Igreja fornece, assim, ao Estado não só apoio moral e político mas também importante auxílio material. Em troca, Otão multiplica os privilégios em favor dos dignitários eclesiásticos a fim de que eles possam desempenhar sua função temporal e espiritual com mais liberdade em relação aos demais senhores feudais. Convém enfatizar, aqui, o papel que a Igreja continua a desempenhar não só como conservadora mas também como difusora da Civilização. Os novos invasores da Europa se integram na Civilização Ocidental em formação graças, sobretudo, à atuação da Igreja. Lembremos, somente a título de exemplo, a importância enorme do arcebispado de Magdeburgo como centro do germanismo e do cristianismo em face dos eslavos. O mesmo se pode dizer do bispado de Praga criado no fim do reinado de Otão.[51] Se compararmos o papel da Igreja no reinado de Carlos Magno com o mesmo papel no reinado de Otão, encontraremos um denominador comum: o suporte eclesiástico indispensável à atuação de ambos os soberanos. Uma distinção, entretanto, se impõe: em Otão se acentua muito

mais a tendência de subordinar o poder espiritual ao poder temporal. Este procura servir-se daquele, não raro inescrupulosamente.

3) Otão e a Civilização

Otão não foi somente um guerreiro intrépido e ambicioso. Revelou-se também um exímio administrador e um governante interessado na promoção da cultura.

Renova a vigência das capitulares e, se não elabora novas, publica, todavia, dispositivos suplementares. «Vê-se, assim, renascer, em certa medida, no seio da Alemanha Otoniana, a ordem, a medida, a disciplina do século anterior».[52] O governo forte de Otão possibilita o despertar da vida econômica que se traduz, por exemplo, pelo artesanato e pelo comércio que começam a animar as cidades. As minas de ouro e de prata do Harz vêm contribuir para a melhoria da situação econômico-financeira do reino. No terreno intelectual e artístico Otão demonstra também cuidados especiais. O monarca só aprende a ler aos trinta e cinco anos, mas sabe falar latim, língua indispensável para a administração. Widukind anota que raramente a usava provavelmente por não dominá-la devidamente *(Romana lingua loqui sciebat, sed rarum est quod eius uti digneretur).*[53] Otão procurou levar para sua corte um certo número de intelectuais e estimular a criação artística. Estamos pois em face de uma renascença cultural que, em menores proporções, lembra a renascença carolíngia e que será de grande utilidade para a geração posterior ao reinado de Otão I. Duas pessoas colaboraram na obra cultural de Otão I: Adelaide e Bruno. A primeira possuía cultura em virtude do meio em que fora educada. O segundo tivera uma boa formação intelectual que incluía até o conhecimento do grego. Compreende-se assim que tenha dado impulso ao desenvolvimento de escolas monásticas e episcopais como as de Colônia, Utrecht, Saint-Gall, Reichenau, etc...[54] Otão procurou dar instrução aprimorada a seu herdeiro, pondo-lhe à disposição mestres de alto gabarito como, por exemplo, Ekkehardt de Saint-Gall.

4) Otão e a hegemonia imperial

Quando Otão foi coroado imperador em 962, ele era o soberano mais poderoso de toda a Europa Ocidental. Essa coroação leva-nos instintivamente a duas observações:

1) O prestígio da idéia imperial continua vivo no Ocidente, apesar dos fracos soberanos que a tinham encarnado nos anos anteriores ao reinado de Otão.

2) A coroação não implica propriamente na criação de um novo Império, mas constitui, em princípio, a restauração do Império Carolíngio. E' bem verdade que o Império Otoniano tem sua base territorial essencialmente no eixo Alemanha-Itália. A *Francia Occidentalis* permanece de fora e nessa ausência encontramos uma nota distintiva essencial entre o Império de Carlos Magno e o de Otão. Na realidade temos agora um Império Romano-Germânico e a Idade Média se habituará a chamá-lo *Santo Império Romano-Germânico.*

A estrutura político-social desse Estado será devidamente estudada em outro volume da *História do Mundo Feudal.*

Vamos encerrar esse item sobre Otão tecendo algumas breves considerações em torno das conseqüências da restauração do Império para a Alemanha.

Alguns autores têm criticado a política otoniana como nefasta para a Alemanha: a coroa imperial romana, conservada por um ideal romântico, teria esgotado a força da Alemanha, impedindo sua unificação. A essa objeção Haller opõe as seguintes respostas:[55]

1) A política imperial dos reis alemães nem na época, nem mais tarde, foi desaprovada pela população: ao contrário, teve constantemente um apoio ativo.

2) A aspiração imperial, longe de provocar a desunião, constituiu fator de unificação.

3) A política imperial não foi um sonho romântico mas, antes, «uma política bem ponderada e calculada de realidades. Com efeito, a soberania sobre a Itália e a posse da dignidade imperial constituíam uma tradição franca, conservada pelos últimos carolíngios. O reino alemão havia-as herdado e não podia renegá-las sem rebaixar-se a si mesmo».

4) A Alemanha não podia permitir a existência de uma grande potência italiana, pois a mesma teria fechado o acesso da única rota do comércio mundial (Veneza) e teria adquirido, com o tempo, uma preponderância sobre os povos vizinhos.

5) O Império facilitou também a expansão para leste, pois as relações entre o imperador e o papa criaram condições para a organização eclesiástica nas regiões conquistadas. Vale recordar aqui a criação do arcebispado de Magdeburgo.

Otão II (973-983). — Otão II sucedeu a seu pai com a idade de dezoito anos. Já fora feito rei da Alemanha em Aix-la-Chapelle, rei da Itália em Pavia e imperador em Roma e não encontrou dificuldades em sua ascensão ao trono. O novo senhor do Império tivera uma educação esmerada para a qual haviam contribuído entre outros sua mãe Adelaide, Gerberto (considerado o maior sábio de sua época no mundo latino) e, em época mais recente, Teófano, sua esposa. Compreende-se que Otão II

estivesse imbuído de reminiscências clássicas, fontes da idéia de uma dominação universal.

Entre os acontecimentos da política interna figura a luta que, desde logo, se travou em torno do ducado da Suábia após a morte do duque Burgardo. Otão II confiou o ducado a Otão, filho do falecido Ludolfo. Deve-se sublinhar a sincera amizade que unia os dois Otões a qual foi de grande valia para o imperador.

Edwiges, viúva de Burgardo, e Henrique da Baviera (apelidado «o rixoso», *rixosus*) se opuseram à cessão feita pelo imperador a Otão. «Só depois de quatro anos de guerra o imperador conseguiu a vitória. Henrique perdeu a Baviera que passou, deste modo, a Otão da Suábia, com separação dos territórios dos Alpes como ducado de Caríntia».[56]

Na Lorena, Otão II havia confiado o ducado da Baixa-Lorena a Carlos, irmão de Lotário, rei da França, procurando, assim, dividir os carolíngios franceses. Lotário porém invadiu a Lorena sem declaração de guerra (junho de 978) dirigindo-se a marchas forçadas para Aix-la-Chapelle (Aquisgrana) onde se encontrava o imperador. Este só evitou cair prisioneiro graças a uma fuga precipitada. Otão II declarou guerra a Lotário e penetrou na França com um numeroso exército que chegou até Paris. Curioso é que, antes de retirar-se, o imperador fez entoar o canto *Alleluia te Martyrum* em Montmartre pelos clérigos acompanhados por milhares de guerreiros. Os rigores do inverno, as enfermidades e a falta de víveres contribuíram para que Otão se retirasse. Lotário, então, perseguiu o exército imperial e, aproveitando-se das dificuldades que as tropas alemãs encontraram na travessia dos Aisne, nas proximidades de Soissons, conseguiu apoderar-se da bagagem vencendo os que a conduziam.

No verão de 980, num encontro em Margut-sur-Chiers os dois adversários fizeram a paz. Lotário renunciou, então, à Lorena.

Com relação aos eslavos e dinamarqueses, Otão consegue firmar sua supremacia graças à construção de novas fortalezas e, sobretudo, ao progresso civilizador do Cristianismo. Em 974 Haroldo da Dinamarca consente em pagar tributo.

Na páscoa de 981 encontramos Otão II em Roma onde confirma Bento VII no trono pontifício e retoma os planos de Otão I no sentido de estender o domínio imperial ao sul da Itália. Note-se que os sarracenos haviam desembarcado na península e devastado a Calábria e a Apúlia. Otão II obtém diversas vitórias, mas sofre uma derrota no promontório le Colonne nas proximidades de Cotrone, na Calábria (julho de 982). O imperador se vê forçado a uma aventurosa fuga, mas não desiste da luta e convoca uma dieta ítalo-germânica em Verona onde faz reconhecer como seu sucessor seu filho de três anos, Otão III. Dois prelados, um alemão e outro italiano, levam o menino a Aix-la-Chapelle onde é coroado. Entretanto a derrota de le Colonne repercute na Alemanha e incentiva a reação dos povos vizinhos. Eslavos e dinamarqueses atacam as fronteiras. Prelados e senhores vêm a Verona rogar a Otão que regresse à Alemanha a fim de repelir os inimigos. O imperador,

porém, estava preocupado em apagar a lembrança da derrota sofrida na Calábria e para esse fim preparava uma nova expedição. Regressando a Roma, em virtude da morte de Bento VII, Otão II veio a falecer prematuramente aos 7 de dezembro de 983. Contava vinte e oito anos e foi sepultado na cripta da basílica de S. Pedro.

Otão III (983-1002). — A morte de Otão II, seu filho e sucessor, Otão III, contava três anos de idade, fato esse que impunha o governo de uma regência. Henrique da Baviera (o rixosus), que estava prisioneiro em Utrecht, obtém a liberdade e pleiteia o exército da regência com o apoio de alguns prelados. A ambição de Henrique leva-o a pretender a própria coroa sob o pretexto de ser o parente maior do sexo masculino, mais próximo do imperador defunto.[57] Com esse fim apoderou-se imprudentemente da pessoa de Otão III, o que produziu uma forte reação da nobreza alemã e da própria Igreja liderada, então, por Willigis, arcebispo de Mogúncia. A regência é, então, deferida a Teófano que passa a contar com a decisiva colaboração de Willigis e de Hildeberto, bispo de Worms. Quando Teófano faleceu (991), a regência continuou com Adelaide. Curioso é que Lotário, rei da França, por ser filho de Gerberga, irmã de Otão I, também manifestou interesse pelo problema regencial. Na realidade, o rei francês pretendia pescar em águas turvas aproveitando a confusão para apoderar-se da Lorena. Três fatos devem ser assinalados durante a regência:

1) Renúncia à conquista da parte meridional da Itália.

2) Fortalecimento do feudalismo eclesiástico.

3) Luta contra os eslavos.

4) Ameaças escandinavas.

O poder crescente do episcopado em face dos senhores feudais leigos (note-se que muitos bispos receberam poderes condais em numerosas cidades) teria como conseqüência, a longo prazo, a própria Querela das Investiduras. Os eslavos haviam aproveitado a situação para atacar. «Não houve um único ano, até 995, em que a Alemanha não estivesse em guerra com os eslavos».[58] Os regentes procuram quebrar o ímpeto do inimigo semeando a discórdia entre os próprios chefes eslavos. Eckhard, margrave da Turíngia, consegue reconquistar Meissen durante a campanha de 986-987. Sven, rei da Dinamarca, e Ofla, rei da Noruega, promovem incursões e devastam todo o litoral do Mar do Norte.[59]

Em 995, aos quinze anos, Otão III foi declarado maior e em fevereiro de 996 dirigiu-se à Itália, depois de haver combatido os eslavos por algum tempo. O jovem soberano encontrava-se em Pavia quando soube da morte do papa João XV. Foi então escolhido para ocupar a sede de S. Pedro o capelão imperial Bruno, bisneto de Otão, o Grande.

Willigis e Hildebaldo levam a Roma o novo eleito que no dia 3 de maio foi proclamado papa com o nome de Gregório V, escolhido em homenagem a Gregório Magno. O primeiro papa alemão da História coroou Otão III imperador a 21 de maio de 996.

Antes de prosseguirmos com essa breve síntese da história do reinado de Otão III, parece-nos conveniente dizer algumas palavras sobre a personalidade desse adolescente imperador. Otão III, que durante seis anos será o mais importante soberano da Europa Ocidental, apresenta-nos uma personalidade curiosa para cuja compreensão se torna indispensável levar em consideração o meio em que foi educado e as diferentes influências recebidas. Dentre essas influências deve ser salientada, primeiramente, a contribuição das imperatrizes Teófano e Adelaide que nutriram no futuro imperador os ideais de império universal. Decisiva na formação da personalidade de Otão foi a influência dos clérigos de sua comitiva entre os quais Gerberto d'Aurillac que já mencionamos no capítulo sobre a França e que era considerado o homem mais sábio de seu tempo. Voltaremos a esse intelectual de elevado gabarito, em outro volume da *História do Mundo Feudal*. Lembremos, por ora, que «sua reputação de mestre estendia-se a todo o Ocidente. Os três Otões nutriam por ele imensa admiração e escutavam com o maior interesse os seus apaixonantes discursos. As discussões a que se entregavam lembravam os belos tempos de Alcuíno e Carlos Magno».[60]

O imperialismo otoniano estava profundamente impregnado de espírito religioso e o Império que se pretendia estabelecer deveria ser um Império Cristão à frente do qual estariam o papa e o imperador, ambos residindo em Roma. Quando Gerberto subiu ao trono pontifício com o nome de Silvestre II (a escolha do nome é significativa. Silvestre I fora papa no reinado de Constantino Magno), parecia que o ideal de Otão III se encontrava em vias de plena realização. Para o papa e o imperador o centro do mundo era Roma. Otão abandonara o título de rei para intitular-se: *Servus Apostolorum Romani Orbis imperator Augustus* (Servidor dos Apóstolos, imperador Augusto do mundo romano). Como os antigos imperadores, Otão III não hesitou em usar determinados cognomes tais como *Italicus, Saxonicus, Romanus*. Ainda mais: sonhou restaurar as tradições romanas e restabelecer até mesmo a etiqueta que caracterizava a corte dos antigos imperadores cuja obra ele pretendia prosseguir. Os cronistas sublinham os sonhos do imperador que pretendia restaurar o antigo poderio do Império Romano e levar a Igreja Romana à sua primitiva pureza (*Gesta episcoporum Cameracensium*, I, 114).[61] Thietmar de Merseburgo *(Thietmari Merseburgensis episcopi Chronicon)* dá-nos uma curiosa e instrutiva informação sobre os planos de Otão III. «O imperador, desejoso de renovar em sua época o antigo costume dos romanos já em sua maior parte inexistente, fazia muitas coisas que uns e outros apreciavam de modo diverso. Sentava-se sozinho em uma mesa de forma semicircular colocada em lugar mais alto que as demais». *(Imperator antiquam Romanorum consuetudinem jam ex parte magna deletam suis cupiens renovare temporibus, multa faciebat, quae diversi diverse sentiebant. Solus ad mensam quasi semicirculus factam loco caeteris eminenciori sedebat).*[62]

Halphen observa que os cronistas italianos não notaram as inovações do imperador e acrescenta: «Isso faz pensar que Otão deve ter mais sonhado que realizado».[63]

Que dizer da descrição da corte imperial de Otão III por certos autores e comparável à da corte dos soberanos bizantinos? Pisamos aqui um terreno controvertido. Halphen, depois de um estudo bem documentado das fontes disponíveis, especialmente da compilação conhecida como *Graphia aureae urbis Romae* publicada por Ozanam em edição completa, emite a seguinte opinião: «Otão III instalado em Roma, em seu palácio do Aventino, procurou reviver alguns antigos usos e até mesmo alguns antigos títulos romanos como o de *magister militiae;* aprouve-lhe também, às vezes, ornar seus funcionários com nomes bizantinos. Mas daí a transformar sua corte nessa mascarada ridícula que nos pintam os historiadores modernos, vai uma grande distância. Otão III pode ter sonhado, não chegou, porém, à loucura».[64]

Otão III, depois de coroado, não se demorou em Roma. Em setembro de 996 encontramo-lo de volta a Ingelheim. Entretanto, em Roma uma revolta liderada por Crescêncio II forçava o papa a refugiar-se no ducado de Espoleto e, em seguida, na alta Itália. No trono pontifício instalava-se, então, o antipapa João XVI.

Otão III, ocupado com os eslavos (outono de 997), não pôde dirigir-se, desde logo, à península. Em março de 998 o imperador já se encontra em Roma em companhia de Gregório V. O antipapa é degradado, mutilado e internado em um mosteiro. Crescêncio II é decapitado à vista do povo romano. Quando em fevereiro de 999 Gregório V faleceu, foi escolhido Gerberto para ocupar o trono de Pedro (abril de 999). Em dezembro de 999 Otão III deixa Roma e no ano seguinte, em companhia de Boleslau da Polônia, peregrina ao túmulo de S. Adalberto em Gnesen. Em maio do ano 1000 o jovem imperador encontra-se em Aquisgrana e aí faz abrir o túmulo de Carlos Magno.[65]

Em seguida Otão III voltou à Itália (fins de 1000) onde pretendia pôr em execução seus planos que, entretanto, não agradavam a seus súditos alemães. Mas Otão, apesar de todo seu entusiasmo pelas tradições romanas, não conseguiu também conquistar a população da Cidade Eterna. Em fevereiro de 1001 os romanos revoltam-se, massacram muitos alemães e sitiam o imperador em seu palácio do Aventino. Otão vê-se obrigado a abandonar a capital em 16 de fevereiro de 1001, não mais conseguindo retomá-la. Durante um ano o imperador percorre a Itália multiplicando as penitências. Em 23 de janeiro de 1002, quando se preparava para reconquistar Roma, Otão III falecia no castelo de Paterno ao pé do Monte Soracte, assistido em sua agonia por Silvestre II. Este não tardaria em seguir o imperador no túmulo. O corpo do jovem so-

berano foi transportado, protegido pelas armas alemãs contra a população da península revoltada, até Aquisgrana onde foi sepultado.

Otão III estava noivo de uma princesa bizantina. Esta ia desembarcar na península quando soube da morte do imperador, e regressou, então, a Bizâncio.

Sobre Otão III escreveu Gregorovius: «A figura desse idealista talentoso, desejoso de saber, devoto, entusiasta de tudo que era grande, é uma das belas e comovedoras do panteão da nação alemã; como o Faetonte de nossa história, que tombou morto na margem do Tibre; coberto de flores pelas bárbaras lendas da Idade Média, chorado pela pátria, enterrado junto a Carlos Magno e celebrado como o mais belo e prodigioso mancebo imperial, o milagre do mundo, *mirabilia mundi*».[66]

Henrique, o Santo (1002-1024). — Com a morte de Otão III abria-se a sucessão ao trono alemão e imperial sem que houvesse um candidato descendente direto de Otão I em linha masculina. Surgiram, então, dois pretendentes: *Henrique*, duque da Baviera e filho de Henrique, o *Rixosus* (descendente, portanto, de Henrique, o Passarinheiro), e *Otão* de Caríntia, filho de Liutgarda e de Conrado, o Vermelho (portanto neto de Otão, o Grande, pois Liutgarda era filha deste).

A eleição realizada em Mogúncia apresentou uma característica especial: os senhores eclesiásticos tomaram parte oficial na designação do novo titular da coroa real, Henrique II, que foi coroado na catedral por Willigis de Mogúncia (7 de junho de 1002). O sucessor de Otão III era «ativo, perseverante, piedoso e virtuoso».[67] Tivera uma educação de clérigo, pois, a princípio, fora destinado à vida religiosa, circunstância essa que explica seu constante e especial interesse pelos assuntos eclesiásticos.

Na política interna de Henrique II vamos estudar brevemente: 1) As relações com a Igreja; 2) As relações com os senhores feudais.

O traço marcante da política interna de Henrique II é sua intervenção nos problemas da Igreja e, ao mesmo tempo, o auxílio e o apoio que ele procura na hierarquia eclesiástica. Ampliou os poderes temporais de bispos e abades, interveio nas eleições episcopais e utilizou-se dos clérigos como verdadeiros agentes de seu governo. Mas Henrique II não estava somente interessado em tirar proveito da organização eclesiástica. Sua formação religiosa e sua piedade levaram-no a atuar no sentido de reformar a Igreja. Procurou, por exemplo, reformar os mosteiros de seu reino introduzindo nos mesmos discípulos dos abades Odilon de Cluny e Ricardo de Saint-Vanne.

Em face dos poderosos senhores feudais a atitude de Henrique II foi conciliadora. Contribuiu, contudo, para enfraquecer a autoridade real quando aceitou a aplicação do princípio da hereditariedade pela feudalidade. Outro sinal de certa fraqueza real é o fato de o soberano não tomar deliberações importantes sem a audiência dos senhores feudais,

leigos e eclesiásticos reunidos em assembléias (*Hoftage, Reichstage*). É a vaga da feudalidade alemã em pleno vigor e ascensão.

Na política externa Henrique II revelou-se um guerreiro destemido nos diversos problemas que teve de enfrentar para fazer respeitar as fronteiras ameaçadas.

A sudoeste, na Borgonha, o rei Rodolfo III, tio de Henrique II, prometera a este a sucessão e cedera-lhe a cidade fronteiriça de Basiléia (1006). Em 1016 Rodolfo vai encontrar-se com Henrique II em Estrasburgo e solicita seu apoio contra os próprios vassalos em troca do reconhecimento do rei alemão como herdeiro. Henrique II porém encontrou a forte oposição de Otão Guilherme, filho de Adalberto e neto de Berengário.

A noroeste Henrique II criou marcas em torno de Valenciennes e de Anvers a fim de conter o conde Balduíno V de Flandres, «vassalo muito independente do rei da França».[68]

Com relação ao rei da França, Roberto, o Piedoso, lembremos a já mencionada (ver capítulo sobre a França) entrevista de Ivois.

Desde o início de seu reinado Henrique II viu-se a braços com o problema eslavo. Os planos de Boleslau para a formação de uma grande Polônia haviam sido favorecidos pelo idealismo de Otão III. Já a política de Henrique II reveste um caráter mais realista. Quase todos os anos, de 1004 a 1018, o soberano alemão se vê forçado a empreender expedições contra os poloneses conseguindo libertar a Boêmia e defender a província fronteiriça de Meissen sem, contudo, obter a restituição do Lausitz. Pela paz de Bautzen (1018) o Lausitz foi cedido à Polônia em troca de um pacto de vassalagem meramente nominal. Sobre a luta entre germanos e eslavos convém repetir Grimberg: «As lutas contínuas entre estes dois povos alimentaram um ódio que, muitas vezes, se traduziu em horríveis efusões de sangue. Nem os eslavos nem os germanos se consideravam satisfeitos por terem vencido o inimigo: desejavam destruí-lo completamente. Nem mesmo para os prisioneiros havia qualquer espécie de perdão: homens, mulheres e crianças eram implacavelmente passados a fio de espada. Tarefa bem árdua era a dos sacerdotes e missionários alemães, no sentido de suscitarem sentimentos mais humanos em ambos os campos».[69]

Na Itália a morte inesperada de Otão III havia lançado a península na anarquia e na guerra civil. Em Roma, João Crescêncio retomava o poder, enquanto que Arduíno, marquês de Ivréia, ressuscitava as ambições de Berengário ao ser coroado rei nacional em Pavia (fevereiro de 1002). No ano seguinte Arduíno derrota em Campo Vitale um exército alemão comandado por Otão de Caríntia e Ernesto de Bamberg. Henrique II dirige-se, então, pessoalmente à península. Atinge, a custo, Pavia onde é coroado rei dos lombardos (maio de 1004). Uma rebelião, fruto do sentimento hostil de parte da população, força Henrique II a regressar à Alemanha, onde, aliás, os acontecimentos exigiam sua presença.

Não tendo podido chegar até Roma e receber aí o diadema imperial, Henrique II assume o título de Rei dos Romanos.

Só em fins de 1013 o rei alemão cruzou novamente os Alpes e celebrou a festividade do Natal em Pavia, enquanto Arduíno buscava refúgio nos arredores de Ivréia. O papa Bento VIII foi ao encontro de Henrique II em Ravena onde se realizou um importante sínodo. Da antiga capital do exarcado o rei partiu para Roma onde foi acolhido festivamente e recebeu a coroa imperial na basílica de S. Pedro (14 de fevereiro de 1014). Foi-lhe dado também um globo encimado por uma cruz, símbolo do poder universal. Henrique II retomou, após, o caminho para a Alemanha. Arduíno recomeçara a ameaçar os súditos fiéis ao imperador, mas foi vencido e internado em um mosteiro onde faleceu em dezembro de 1014.

Em 1020 o papa Bento VIII vai pessoalmente à Alemanha e pede a intervenção do imperador na Itália para proteger os Estados da Igreja ameaçados pelos bizantinos.[70] A expedição guerreira de Henrique II (1021) ao sul da península não parece ter obtido os resultados desejados, pois, após sua partida, a situação continuava confusa. Na viagem de volta da Itália meridional e após uma breve estadia em Roma, o imperador se deteve em Pavia onde se reuniu um grande sínodo cujo tema principal foi o da reforma da Igreja (agosto de 1022).

Henrique II faleceu em Gronau, Saxônia, aos 13 de julho de 1024 e seus restos foram inumados na catedral de Bamberg. Em 1146 o papa Eugênio III declarou-o santo.

3. Os Francônios (1024-1138)

Antes de continuarmos a História da Alemanha Medieval, através dos reinados sucessivos dos integrantes da dinastia francônia, convém fazer um rápido balanço da situação política do Império por ocasião da morte de Henrique II. Eis alguns traços característicos dessa situação:[71]

1) A feudalidade leiga e a feudalidade eclesiástica se encontram em pleno desenvolvimento. Essa última foi estimulada pelos imperadores. Aquela recebeu novo alento sob Henrique II com a aplicação sem reservas da hereditariedade.

2) No exterior percebe-se uma oposição à expansão germânica. Essa oposição aparece, por exemplo, tanto entre os povos eslavos como também em certas regiões da península itálica. No norte da Itália o movimento comunal e o nacionalismo marcham de mãos dadas.

3) Sob os Otônidas a coroa real da Alemanha e o diadema imperial estão fortemente vinculados. Esse vínculo acarretará conseqüências decisivas para a História da Igreja e da Itália.

Conrado II (1024-1039). — A tranqüilidade política que caracteriza o breve interregno que medeia entre a morte de Henrique II (13 de julho de 1024) e a eleição de seu sucessor (3 de setembro de 1024) é um indício da solidez das instituições governamentais na Alemanha. Enquanto não se escolhia o novo soberano, coube aos altos dignitários eclesiásticos resolver os principais problemas do reino.

Em Kambe, próximo a Oppenheim, foi eleito rei o francônio Conrado, chamado o Sálio. Dois motivos teriam influído decisivamente nessa eleição: 1) Conrado descendia, pela linha feminina, de Otão I. 2) Conrado foi considerado pelos eleitores feudais o menos poderoso dos competidores. «Pela primeira vez manifesta-se em plena luz essa tendência eminentemente feudal: escolher, para coroá-lo, um príncipe desprovido, o mais possível, de força material».[72] O novo soberano contava quarenta anos. Fisicamente forte, estava sujeito a temíveis explosões de cólera. Era inteligente porém possuía medíocre instrução. Haller assim o retrata: «guerreiro ativo e general afortunado, porém inculto, não possuía para os assuntos eclesiásticos a compreensão de seu predecessor».[73]

Desde que acede à dignidade real, Conrado assume o título de *Rex Romanorum* inaugurado por seu antecessor. Esse título «marca, doravante, para todo o rei alemão, desde seu advento, sua vocação exclusiva para o Império».[74]

Conrado II dirige-se, a seguir, para a Itália. Em Milão recebe a coroa de ferro (março de 1026). Cerca Pavia (que se rende em 1027), passa por Ravena e vai ser coroado em Roma aos 26 de março de 1027. Conrado e sua esposa Gisela haviam chegado à cidade «acompanhados por um cortejo de príncipes como nunca tinha sido visto antes e por uma multidão de personalidades de cada nação européia: em primeiro lugar figuravam Rodolfo de Borgonha e Canuto, rei da Dinamarca e da Inglaterra».[75]

Na política interna Conrado revela energia, habilidade e prudência. Contra os poderosos senhores feudais leigos, que o haviam julgado facilmente manejável, procura apoio na feudalidade eclesiástica e na média e baixa nobreza. Usando de firmeza associada à circunspecção evita, por exemplo, atacar os margraves guerreiros e audaciosos cuja atividade, aliás, está dirigida no sentido de defesa das fronteiras e, portanto, não constituem perigo para a autoridade real.[76] Quando as circunstâncias o permitem, Conrado II retoma a política de designar familiares para cargos importantes. Assim, por exemplo, «impõe, em 1026, na Suábia e, em 1027, na Baviera, seu próprio filho Henrique».[77]

Conrado II procura subtrair-se à influência eclesiástica, mas usa largamente a hierarquia e seu prestígio em favor da autoridade real. Sem maiores escrúpulos, pratica em larga escala a simonia conseguindo acumular quantias enormes, conforme atesta seu biógrafo Wipo *(Immensam pecuniam pro episcopatu)*.[78] Essa atitude provocou naturalmente a reação do partido reformista que se encontrava, então, em pleno desenvolvimento dentro da Igreja.

Conrado fortaleceu o poder da baixa e média nobreza legalizando a favor dessas classes o direito feudal de hereditariedade. Wipo observa, a propósito, que Conrado conquistou o coração dos cavaleiros «não permitindo que os benefícios dados aos pais fossem tirados de seus descendentes» *(Militum animos in hoc multum attraxit, quod antiqua beneficia nemini posteriorum auferri sustinuit).*

Vejamos, a seguir, alguns fatos importantes que caracterizam a política externa de Conrado II. Um dos maiores êxitos do imperador foi a aquisição do reino da Borgonha. Quando Rodolfo III morreu (1032) sem deixar filhos, Conrado exigiu para si a herança e fez valer sua exigência com a força das armas. «Ao adquirir o reino da Borgonha, que se estendia de Basiléia a Marselha, a Alemanha obtinha uma nova via de comunicação, e das mais importantes, com a Itália, à qual a Borgonha estava ligada pelas gargantas dos Alpes Ocidentais. A Alemanha dominava assim todos os caminhos para a península itálica.

O que era um ganho para a Alemanha representava uma perda para a França. Foi graças à posse da Borgonha que a Alemanha pôde continuar a ser, durante dois séculos ainda, o mais poderoso Estado da Europa Ocidental. A Borgonha constituía a barreira do Império Alemão do lado ocidental. O conjunto político constituído pela Alemanha, e Borgonha e a Itália foi, durante séculos, como que a espinha dorsal da Europa».[79]

A leste, Conrado II procurou minar a autoridade do rei Mieszko da Polônia instigando contra ele um rival. Os poloneses contra-atacam e atingem as margens do Saale em 1030. Posteriormente Conrado obriga seu adversário à restituição do Lausitz.

Também na Boêmia, graças às dissensões internas, a política de Conrado II obtém êxito: Bratislas presta juramento de fidelidade ao imperador.

Com relação à Hungria a política de Conrado II, que mandara atacar os magiares por intermédio do margrave Alberto da Áustria e, depois, por seu próprio filho, Henrique, duque da Baviera, encontra viva oposição por parte de alguns bispos que admiram a piedade cristã do rei S. Estêvão. Conrado II vê-se constrangido a firmar a paz.

Na Itália a situação política sente a influência do movimento comunal que, especialmente no vale do Pó, faz surgir uma espécie de nacionalismo burguês, força política e social nova de rara intensidade».[80] Em fins de 1036 Conrado II atravessa os Alpes e enfrenta a rebelião do nacionalismo lombardo à frente do qual se encontra Ariberto, arcebispo de Milão. O imperador não consegue tomar esta cidade e dirige-se, então, ao sul da península onde sua presença é solicitada contra as incursões normandas.

Voltando à Alemanha, Conrado faleceu em junho de 1039 em Utrecht. Seus restos mortais foram sepultados na catedral de Espira «como primeiro dos imperadores alemães que tem ali sua sepultura».[81] O *Annalista Saxo* observa que ninguém chorou a morte do imperador (Nullus ingemuit).

Henrique III, o Negro (1039-1056). — O jovem Henrique, que já fora ungido rei em Aquisgrana (abril de 1028), não encontrou obstáculos à sucessão de seu pai. Fisicamente era uma bela figura. Possuía elevada estatura e uma barba negra que lhe valeu o apelido de «o Negro».[82] Como seu pai, Henrique III era dotado de vontade firme e coragem, mas superava-o em instrução, pois tivera desde cedo uma esmerada educação. Deleitava-se com os livros e com a música. Era profundamente religioso e encontrava-se ligado ao movimento reformista que se havia iniciado dentro da Igreja.

Internamente a Alemanha estava sendo assolada por uma verdadeira endemia de guerras privadas. Para remediar o mal, Henrique III introduziu a idéia da paz de Deus que a Igreja criara na França. Com o soberano alemão «ela se denominava a «Paz do Rei».[83] Henrique «tomou a coisa em suas próprias mãos e decretou reiteradamente mandamentos de trégua em virtude de seu poder real».[84]

Com relação à Igreja lembremos a preocupação do imperador em combater a grande causa dos abusos existentes entre o clero: a simonia. Henrique III interessou-se também pela reforma do clero, especialmente dos monges.[85]

Ainda internamente, Henrique teve que enfrentar a sublevação e até mesmo atentados à sua própria pessoa. Quando em 1044 faleceu o duque Gozlo, o soberano aproveitou a oportunidade para dividir novamente o ducado da Lorena em Alta e Baixa Lorena. Esta última foi entregue a Godofredo, o Barbudo, filho mais velho do duque defunto. A Alta Lorena coube ao filho mais moço. Godofredo porém não se contentou com a parte que lhe coube. «Resultou disso uma guerra permanente na fronteira noroeste do reino que o vizinho fronteiriço francês, o conde de Flandres, aproveitou para fazer conquistas a expensas da Alemanha. Com o fim de poder defender a fronteira, Henrique se viu obrigado a perdoar a Godofredo e a reconhecer seus direitos sobre a Lorena inferior, porém mantendo a divisão do país».[86]

O tcheco Bratislas, aproveitando-se das dissensões internas da Polônia, invade o país onde se desencadeia uma reação pagã que força o rei Casimiro a buscar refúgio na Alemanha. Henrique III opõe-se ao crescente poder do rei tcheco, fazendo invadir a Boêmia em 1040. A feroz resistência dos tchecos leva os alemães a uma nova ofensiva em 1041 que obriga Bratislas a assinar a paz de Ratisbona reconhecendo-se vassalo do Império. Casimiro é restabelecido no trono polonês, mas deve igualmente prestar juramento de vassalagem do Império.

Na Hungria, após a morte de S. Estêvão, o trono é ocupado por Pedro, filho do doge de Veneza e sobrinho do rei defunto. Ao novo soberano opõe-se o nobre magiar Samuel Aba. Henrique III aproveita a oportunidade e intervém (1042). Os alemães batem os magiares e

obrigam Samuel Aba a fazer concessões em dinheiro e em territórios. Posteriormente, em uma nova guerra, os alemães repõem Pedro no trono.

Três causas levaram Henrique III à Itália:

1) *Tendências nacionais no sentido de subtrair a península ao domínio imperial.* Essa tendência era representada por diversas correntes, como, v.g., Bonifácio, marquês de Toscana, a aristocracia romana, os normandos e os pequenos principados da Itália Meridional.

2) A grave crise por que atravessava o pontificado romano disputado por três titulares.

3) O desejo de ser coroado imperador em Roma.

Em 25 de outubro de 1046 Henrique III encontra-se em Pavia acompanhado de um grande número de prelados alemães e italianos. Toma aí plena consciência da complexidade da questão romana. Em novembro encontra-se com o papa Gregório VI em Piacenza e pede-lhe a reunião de um sínodo em Sutri. No capítulo sobre a Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal*) estudaremos com mais minúcias o problema que enfrentava a Sé Romana. Registremos, agora, apenas a escolha de Suidger, bispo de Bamberg, para ocupar o trono de Pedro com o nome de Clemente II. O novo papa coroou Henrique III imperador na basílica de S. Pedro no natal de 1046. Henrique recebeu também o título de patrício, o que lhe dava certas prerrogativas e atribuições em relação ao governo de Roma.. Note-se que como observa Brezzi, «não se havia jamais visto um patrício que fosse ao mesmo tempo imperador: Carlos Magno, recebendo o segundo título, tinha abandonado o primeiro».[87]

Na Itália Meridional Henrique III obtém dos príncipes de Benevento, Cápua e Salerno (que lutavam entre si e contra os bizantinos) o reconhecimento da autoridade imperial. Acontecimento importante foi a investidura de cavaleiros normandos em domínios dependentes diretamente do imperador: o ducado de Apúlia e o condado de Aversa (nas proximidades de Nápoles). Estamos aqui diante do reconhecimento de uma situação de fato: a implantação do poderio normando no sul da Itália. Veremos, em outro capítulo, a atuação dos normandos em face do papa Leão X.

Na Itália Central criara-se uma situação perigosa para o domínio imperial com o casamento de Godofredo da Lorena (Godofredo, o Barbudo) com Beatriz, viúva do marquês Bonifácio. Nas margens do Arno, Godofredo conspira contra o imperador. Em 1055 Henrique III volta à Itália e, com o auxílio das cidades toscanas, expulsa Godofredo da região e leva Beatriz prisioneira em companhia de seus filhos. Dois destes morrem durante a viagem. «Matilde, filha de Beatriz e de Bonifácio, não perdoará jamais ao francônio essa violência».[88] A opinião pública não aprova a atitude de Henrique. Este contorna a situação procurando apaziguar Godofredo e Beatriz. E' possível que o pressentimento da

morte próxima tenha influído no ânimo do imperador que falece aos 5 de outubro de 1056 no castelo de Bodefeld, nos arredores de Bade. Seu corpo foi enterrado em Espira.

Henrique IV (1056-1106). — Henrique IV nasceu em Goslar, a 11 de novembro de 1050 e foi coroado em 1054 em Aquisgrana. Com seis anos incompletos à morte de seu pai, Henrique IV estava impossibilitado de assumir o poder. Estabeleceu-se, então, a regência da imperatriz Inês de Poitou que se caracterizava por seu espírito religioso. Com seus auxiliares, a regente dispôs de Hannon, arcebispo de Colônia designado já pelo imperador defunto como principal Conselheiro, de Adalberto, arcebispo de Bremen e de Henrique, bispo de Augsburgo.

Inês, entretanto não estava à altura da espinhosa missão de dirigir o Império e não pôde controlar seus ambiciosos conselheiros, especialmente Hannon e Adalberto.

Na política interna três fatos devem ser assinalados durante a regência:

1) Tentativa de reação da feudalidade leiga que vê na minoridade um sinal de fraqueza da instituição monárquica.

2) O partido reformista da Igreja, integrado principalmente pelo clero regular, entra em choque contra altos prelados que vivem antes como senhores leigos que como membros de hierarquia eclesiástica. Hannon, por exemplo, consegue de Inês cartas de subordinação dos mosteiros da região renana. «Os mosteiros resistem aos bispos. A majestade dos altares e o respeito dos santuários não detêm ninguém. Vê-se o abade de Fulda, Widerard, com seus monges e o bispo de Hildesheim, Hezelon, com seus homens d'armas travar uma batalha em plena nave».[89]

3) Em 1062, enquanto a corte comemorava a festa de Pentecostes em Kaiserswerth, o jovem rei foi raptado no barco de Hannon e levado para Colônia. Desde então Inês perde completamente a voz ativa. Hannon e Adalberto governam. Em 1065 Adalberto parece ter suplantado o rival com a proclamação da maioridade de Henrique. No ano seguinte, porém, Hannon aparece como o verdadeiro governante. Organiza uma conjuração e exige o afastamento de Adalberto que regressa para seu arcebispado quase como fugitivo. Sob a influência de Hannon, Henrique IV casa com Berta de Savóia, filha do marquês de Turim (julho de 1066).

Na política externa devemos lembrar, durante a regência, a luta com os húngaros. Em 1060 os margraves da Mísnia e da Áustria intervêm contra Bela, candidato ao trono, mas sem resultado. Só em 1063 é que as armas alemãs obtêm êxito e colocam no trono magiar Salomão, filho de André.

Na Itália a regência fez concessões a Godofredo, o Barbudo, que se torna o mais poderoso senhor da Itália Central.

Henrique IV iria finalmente assumir sozinho as rédeas do governo. Suas falhas de caráter motivadas ou agravadas pela educação que lhe

haviam ministrado, contribuiriam decisivamente para transformar seu reinado em um «dos mais trágicos e decepcionantes de toda a Idade Média».[90] Paixão, violência, tendência inata para a tirania, gosto pela dissimulação, grosseria, eis alguns traços distintivos do retrato moral do jovem imperador resumidos na frase do autor da *Vita Henrici: Fuit haec perfidia maxima* (A perfídia atingiu o máximo). «Ao começar a reinar Henrique IV por própria conta, tornaram-se manifestas as circunstâncias adversas de sua juventude. Sua conduta dissoluta e sua falta de reflexão constituíam motivo freqüente de escândalo».[91] Dos educadores de Henrique IV observe-se que exerceram uma influência alternada, contraditória e, por isso mesmo, nefasta no ânimo do futuro imperador. Adalberto permitia tudo, enquanto Hannon tudo proibia. Dessa tensão nasceria fatalmente uma mentalidade cética e amoral.

A primeira grande crise suscitada por Henrique diz respeito a seu próprio casamento. O soberano pretende a anulação do matrimônio e para esse fim conta com o apoio de Siegfried de Mogúncia. Este reúne um sínodo em Worms que transfere a questão para Roma. Um concílio é convocado para Francforte e, com a presença do Cardeal Pedro Damião, representante do papa Alexandre II, é rejeitada a pretensão de Henrique IV. O monarca cede mas se volta contra os dignitários eclesiásticos.

A política interna dos inícios do reinado de Henrique IV pode ser resumida em três pontos principais:

1) Busca de apoio na baixa feudalidade leiga.

2) Luta com a alta feudalidade leiga.

3) Oposição à feudalidade eclesiástica.

Henrique IV vai opor-se à política praticada durante a regência e que favorecia às tendências autonomistas das grandes entidades feudais. Compreende-se que, nesse sentido, o jovem rei seja apresentado como o campeão da unidade alemã posta em perigo pela desintegração feudal. «O jovem imperador reivindicou todos os direitos caídos em desuso durante a sua menoridade ou até mesmo antes: monopólio da justiça suprema e das florestas, patronato das abadias, posse dos domínios recentemente perdidos ou ganhos aos eslavos, tributos e rendas que já ninguém pagava. Enfurecidos por esse déspota do Sul (Henrique era uma francônio), os camponeses e a nobreza saxônia sublevaram-se em massa: Henrique dominou-os».[92]

No ducado da Saxônia Henrique IV teve que enfrentar a poderosa casa dos Billungs mantida no poder através do sistema de hereditariedade. Na Baviera o adversário de Henrique IV foi Otão de Nordheim que o rei depôs da dignidade ducal. Esse ato provocou a reação do duque Ordulfo da Saxônia a favor de Otão. Quando Ordulfo morre,

seu filho Magnus tem a investidura na dignidade ducal da Saxônia negada pelo rei.

Só em junho de 1075 Henrique IV venceu os rebeldes nas margens do Unstrut. No que tange à feudalidade eclesiástica registremos apenas que enquanto os antecessores do monarca haviam-na considerado como um sólido apoio do poder real, Henrique IV, ao contrário, viu nela uma ameaça a seus planos. «Em relação à feudalidade eclesiástica, Henrique IV, ao mesmo tempo que rompe com a política complacente que precedeu sua acessão efetiva ao poder, hesita visivelmente entre duas táticas: fazer o jogo dos reformistas com a idéia preconcebida de enfraquecer os grandes senhores da Igreja, que se encontram às vésperas de sufocar a realeza debaixo da por demais exuberante excrescência de seus domínios, de suas prerrogativas e de suas ambições, ou então, ao contrário, não deixando de afastar os altos prelados dos negócios, prosseguir nas práticas simoníacas tornadas correntes, vender as abadias e os bispados e haurir nos proveitos dessa venalidade descarada, os meios imediatos que são necessários quer para os negócios quer para o prazer. Esta última tentação é por demais atraente para não prevalecer, as mais das vezes, no espírito de um príncipe para quem a moral está desprovida de sentido».[93]

Um rápido olhar fora do reino alemão propriamente dito, nos primeiros tempos de Henrique IV, revela-nos que, em relação aos eslavos, a expansão germânica sofre como que uma pausa motivada não só pelas dissensões internas (v.g., o choque entre o rei e os Billungs que se desinteressam pela frente eslava) como pela morte de Adalberto de Bremen, grande adversário dos eslavos, ocorrida em 1072.

Na península itálica vários acontecimentos estavam a chamar a atenção de Henrique IV, pois ameaçavam seriamente o prestígio e a autoridade da soberania imperial. Ei-los resumidamente:

1) Influência crescente de Godofredo, o Barbudo, o poderoso duque a quem o papa Vítor II tivera que ceder o margraviado da Toscana e cujo irmão, Frederico de Lorena, abade de Monte Cassino, fora eleito papa com o nome de Estêvão IX. Esta eleição constituiu um ato de independência em relação à corte alemã.

2) Um acontecimento rico de conseqüências é a consolidação do estabelecimento dos normandos no sul da península e sua aliança com o pontificado romano. Essa aliança se efetivou sob o reinado do papa Nicolau II e implicou na suserania da Santa Sé sobre a Itália Meridional. Doravante os papas poderiam dispor de poderosos aliados em caso de desacordo com a corte imperial. Hannon chega a obrigar o papa Alexandre II a uma declaração que equivalia ao rompimento dessa aliança (1064). Os normandos reagem e Henrique IV (1067) prepara ostensivamente uma expedição à Itália Meridional, expedição essa que, por razões ignoradas, não se realiza. Alexandre II se reconcilia com

os normandos e retoma a política de independência em face da corte alemã.

3) A independência dos papas em frente do poder imperial segue dois caminhos intimamente relacionados: a liberdade da eleição pontifícia e a profunda reforma da Igreja. Encontramo-nos aqui diante do conflito entre o poder espiritual e o poder temporal. Esse conflito possui amplas dimensões no tempo e no espaço e deve ser tratado em item especial no capítulo sobre a Igreja. Focalizaremos aí a figura de Gregório VII em toda a plenitude de sua projeção na História do Mundo Feudal. Nas linhas seguintes lembraremos, apenas, em ordem cronológica, os principais episódios da dramática luta entre Henrique IV e Gregório VII.

1073 — Em abril desse ano Gregório VII é eleito papa. E' de capital importância observar que o novo pontífice assume a direção da Igreja num momento em que Henrique IV enfrenta a tremenda crise interna já mencionada anteriormente. Gregório VII mostra, desde logo, boa vontade com relação ao rei alemão que incorrera na excomunhão lançada pelo papa Alexandre II. Henrique IV manifesta seu arrependimento e pede o perdão e a absolvição pontifícia em uma carta dirigida ao papa (setembro de 1073). Gregório VII chega a intervir a favor de Henrique junto aos saxões revoltados. Duas causas, entretanto, iriam contribuir decisivamente para a ruptura entre o papa e o imperador:

1) As idéias de Gregório VII consubstanciadas no *Dictatus papae*, documento em que se nega a possibilidade de ser o pontífice julgado por qualquer pessoa e se atribui ao mesmo pontífice romano o poder de depor os imperadores.

2) O decreto sobre a investidura leiga (fevereiro de 1075) que proibia aos bispos receber seu cargo das mãos de um leigo.

1076 — Gregório VII não aceitara a designação de um novo arcebispo de Milão feita pelo rei, pois a sé arquiepiscopal já estava ocupada por um titular reconhecido pelo papa. Henrique IV reúne uma assembléia de bispos alemães em Worms (24 de janeiro de 1076) na qual Gregório VII é acremente atacado e considerado deposto. O rei escreve ao papa uma carta de grosseira agressividade que se inicia com uma apóstrofe: «Henrique, rei não por usurpação mas pela santa ordenação de Deus, a Hildebrando que não é mais papa, mas falso monge» *(Heinricus non usurpative, sed pia Dei ordinatione rex Hildebrando jam non apostolico, sed falso monacho)*. A carta finda por um feroz convite para que o papa abdique: «Eu, Henrique, rei pela graça de Deus, eu te digo com todos os meus bispos: desce, desce, condenado pelos séculos» *(Ego Heinricus Dei gratia rex cum omnibus episcopis nostris tibi dicimus: Descende, descende, per saecula dampnande!)* [94]

Gregório VII não se deixa intimidar pela atitude do rei e dos bispos alemães ratificada pelos bispos lombardos. Pronuncia, então, a deposição

solene do monarca alemão, proibindo-lhe de governar a Alemanha e a Itália, desligando seus súditos do juramento de fidelidade e fulminando-o com a excomunhão. A notícia da excomunhão alerta o episcopado alemão contra o rei. Os príncipes leigos, antigos adversários de Henrique IV, entre os quais figuravam Rodolfo de Suábia e Otão de Nordheim, preparam-se para a luta. Em setembro de 1076 Gregório VII, convida a Alemanha a escolher um novo rei caso Henrique IV não se arrependa. Uma assembléia reunida em Tribur (16 de outubro) dá um prazo de um ano e um dia para que o rei se reconcilie com a Igreja. Henrique IV envia então uma nova carta a Gregório VII em que promete provar sua inocência ou submeter-se à penitência merecida. O papa inicia a viagem para Augsburgo onde presidiria uma assembléia a fim de pronunciar-se definitivamente sobre a crise alemã. Henrique IV antecipa-se ao pontífice abandonando secretamente a Alemanha (dezembro de 1076), cruza os Alpes em pleno inverno e chega ao Castelo de Canossa (a sudeste de Reggio), de propriedade da condessa Matilde, a 25 de janeiro de 1077. Gregório VII aí se encontrava hospedado. Três documentos esclarecem-nos sobre o famoso episódio de Canossa: os textos dos cronistas Bertoldo de Reichenau e Lamberto de Hersfeld e a carta enviada pelo próprio Gregório VII aos príncipes alemães.[95] Henrique IV está acompanhado de uma pequena escolta a fim de afastar toda suspeita. Despojado das insígnias reais, com vestes de penitente, pés descalços, o rei permaneceu, segundo narra o papa, «durante três dias diante da porta do castelo em uma atitude de suplicante, implorando sem cessar, com abundantes lágrimas, a consolação e o auxílio da comiseração apostólica até o ponto de provocar misericórdia de todas as pessoas presentes que ouviam suas lamentações. Chegou a tal ponto que, intercedendo por ele à força de orações e lágrimas, todos se espantavam da dureza extraordinária de nosso coração, e alguns chegaram até a declarar que em nós se manifestava não a grave severidade de um apóstolo mas a crueldade de um tirano. Enfim, vencido pela constância desse arrependimento, pela intervenção pressionante de todos os que nos acompanhavam, nós o recebemos, livre das cadeias do anátema, na graça da comunhão e no seio da nossa santa Mãe Igreja». Henrique IV prestou um juramento que se encontra anexo à carta do papa.[96] Em Canossa Gregório VII agiu como sacerdote deixando-se levar pela misericórdia cristã e não por considerações de ordem política. O episódio de Canossa não impediu que na Alemanha os adversários de Henrique IV elegessem um novo rei na pessoa de Rodolfo de Rheinfelden, duque da Suábia, aos 13 de março de 1077. Ambos os rivais apelam, agora, para Gregório VII. Note-se que Henrique IV, uma vez obtida a absolvição, não mostra pressa em cumprir suas promessas. Enquanto o papa procura ganhar tempo para tomar uma decisão de acordo com a justiça, Rodolfo, impaciente, recorre às armas e é batido em Melrichstadt (agosto de 1078). Em janeiro de 1080 o anti-rei sofre uma nova derrota em Flarchheim. Em março do mesmo ano Gregório VII, em um Concílio

reunido em Roma excomunga e depõe Henrique IV declarando-se a favor de Rodolfo.

Henrique IV porém encontra-se, agora, com forte apoio na Alemanha. Assim é que responde a Gregório VII com a escolha de um antipapa na pessoa de Guiberto, arcebispo de Ravena, que toma o nome de Clemente III. Inicia-se, assim, o cisma imperial que só vai terminar vinte anos depois, com a morte de Guiberto de Ravena.

Rodolfo da Suábia, entretanto, sucumbe em virtude dos ferimentos recebidos na batalha de Mölsen (outubro de 1080). Henrique IV dirige-se, então, à Itália. Em Milão cinge a coroa lombarda (abril de 1081) e, reunindo todos os adversários de Gregório VII, dirige-se para Roma a cujos arredores chega a 21 de maio em companhia do antipapa, sem conseguir tomar a cidade. Os rigores do verão levam Henrique a retirar-se para a Lombardia. Na primavera de 1082 renova, em vão, o ataque à cidade. No ano seguinte os alemães conseguem ocupar uma parte de Roma e em março de 1084 Clemente III é solenemente entronizado. O antipapa, por sua vez, coroa Henrique IV imperador aos 31 de março de 1084. Gregório VII, entrementes, resiste no Castelo de S. Ângelo. Henrique IV se vê obrigado a abandonar Roma à aproximação dos normandos chefiados por Roberto Guiscard. Gregório VII é libertado mas as tropas de Guiscard entregam-se a condenáveis excessos que prejudicam a causa do papa. Este se vê obrigado a deixar Roma e a exilar-se em Salerno onde morre aos 25 de maio de 1085. Atribuíram-lhe como últimas palavras e exclamação: Amei a justiça e odiei a iniqüidade, por isso morro no exílio. *(Dilexi justitiam, odivi iniquitatem propterea morior in exilio).*

Henrique regressa à Alemanha onde encontra ainda uma forte oposição chefiada por Egberto de Meissen e sofre uma derrota nas proximidades de Würtzburg (1086). Mas o anti-rei Hermann de Salm desaparece em 1088 e, pouco depois, o próprio Egberto é assassinado.

Após o pontificado de transição de Vítor III, sobe ao trono pontifício o grande papa Urbano II que vai enfrentar o imperador com energia e habilidade. Uma série de acontecimentos vão provocar o desprestígio e a queda definitiva de Henrique IV. O antipapa Clemente III é forçado a abandonar Roma. O imperador vem à Itália e reinstala seu eleito na velha capital mas nada consegue em Canossa, devendo abandonar todos os castelos conquistados no início da campanha. O caminho para Roma ficava, então, bloqueado para o exército imperial. A derrota de Henrique IV no Pó coincide com a revolta de seu filho Conrado que, com o apoio de Welf (filho do duque da Baviera, que casara com a senhora de Canossa apesar da grande diferença de idade) e de Matilde, fora coroado rei da Itália em Milão.[97] Um outro acontecimento havia criado sérios embaraços para Henrique IV: a liga das cidades lombardas voltada contra o imperador.

A idéia da Cruzada pregada por Urbano II viria dar ao papa um enorme prestígio em toda a cristandade, o que implicava num contragolpe em Henrique IV, pois, como anota Calmette, «a atmosfera da cruzada condena à impotência o soberano excomungado».[98]

Henrique, segundo filho de Henrique IV, que fora associado ao poder desde 1098, se revolta contra o pai e pretende começar a reinar. Em 1104 abandona a corte arrastando consigo todos os descontentes. Pascoal II, sucessor de Urbano II, apóia Henrique V. Henrique IV vê-se desamparado e é forçado a abdicar. «Obrigado por meio de ameaças a abdicar ante a assembléia de Ingelheim (1105), foi mantido prisioneiro, porém conseguiu escapar e, de Lovaina, voltou a empreender a guerra contra seu filho. Os dois exércitos se encontravam frente a frente e em ordem de batalha junto a Aquisgrana, quando a morte do imperador (7 de agosto de 1106) veio restabelecer no reino a paz e a unidade».[99] «O reinado de Henrique IV, o mais infeliz de todos os reis alemães, constitui uma tragédia impressionante».[100]

Henrique V (1106-1125). — O novo rei era instruído, inteligente, porém de coração duro, inclinado à violência e à dissimulação.

Três importantes tarefas se impunham a Henrique V, desde o início de seu reinado:

1) Pacificação interna do reino perturbado por tantas lutas.
2) Restabelecer a soberania alemã sobre os reinos vizinhos.
3) Regular o conflito entre sacerdócio e Império.

Examinemos brevemente como o filho de Henrique IV se desempenhou na solução desses difíceis problemas.

A pacificação interna era urgente e primordial. Para consolidar o poder real tantas vezes posto em discussão, Henrique V procurou apoiar-se nas cidades cumulando os burgueses de privilégios. A baixa feudalidade mereceu também as atenções do rei. Com relação aos grandes ducados, entrega-os a pessoas de sua confiança. Assim é que na Saxônia investe Lotário de Supplinburg. Na Baviera e na Suábia os duques haviam auxiliado o novo rei na luta contra o pai. O ducado na Baixa-Lorena é entregue a um amigo: Godofredo de Lovaina.

Na política externa relativa aos reinos vizinhos do leste, Henrique V, apesar de haver empreendido diversas campanhas, não obteve o resultado esperado. Na realidade a Polônia e a Hungria se mantiveram independentes. Só a Boêmia conservava-se ligada ao reino.[101]

Desde sua ascensão ao trono Henrique V não deixara de manifestar a Pascoal II sinais de filial respeito. Na realidade essa atitude escondia suas verdadeiras intenções, pois, na questão das Investiduras, «o seu ponto de vista de modo algum diferia do que era defendido por seu pai. Mostrava-se tão resoluto como Henrique IV na oposição a Roma, mas esperava o momento azado».[102]

Em agosto de 1110 Henrique V dirige-se à Itália acompanhado não só de um exército de trinta mil homens (que, para a época representava uma força considerável) mas também de juristas imbuídos do espírito do Direito Romano. O rei, que aspira ao diadema imperial, não encontra resistência. As cidades da Lombardia se rendem sem luta e a própria condessa Matilde não ousa opor-se à passagem das tropas. Mensageiros de Henrique V e de Pascoal II encontram-se em Roma e dessa reunião resulta o chamado tratado de Sutri, local em que os textos foram ratificados pelo rei alemão. «No tratado de Sutri (1111) pareceu haver-se encontrado um expediente. Henrique renunciou às investiduras e permitiu a eleição canônica. O papa, por seu turno, ordenaria aos prelados a restituição das regalias. Pascoal antes quis ver a Igreja pobre e livre do que rica e escravizada».[103] O tratado de Sutri era inaplicável, pois suprimia o problema em vez de resolvê-lo e estava, por isso, fadado ao fracasso. Sua aplicação equivaleria a estabelecer, em plena Idade Média Feudal uma radical separação entre Igreja e Estado, coisa, aliás, completamente impossível de ser realizada na época.

Depois de ratificado o tratado, Henrique V dirigiu-se a Roma onde, na basílica de S. Pedro, Pascoal II, depois de se declarar disposto a executar a concordata, interroga o imperador sobre suas intenções. Este pede ao papa que, primeiramente, torne conhecida sua própria decisão. Pascoal II consente. E' lido, então, o documento relativo à concordata de Sutri, fato esse que provoca forte reação da parte do episcopado alemão. A cerimônia na basílica é interrompida e Henrique V retira-se para deliberar. Retorna mais tarde, e declara a concordata inaplicável. O papa recusa, então, prosseguir na cerimônia religiosa e é aprisionado por ordem do imperador. Segue-se uma luta entre romanos e teutões e o próprio soberano é ferido. Pressionado pelas ameaças de Henrique V, Pascoal II consente em ceder ao soberano o privilégio da investidura leiga. Henrique foi, então, coroado (abril de 1111) e abandonou a Itália, crente de que havia triunfado. Mas o privilégio arrancado à força provocou uma enorme reação em toda a cristandade, pois significava o abandono das idéias gregorianas. Na própria Alemanha a reação se fez sentir não só por parte de prelados, mas também por parte de leigos como, por exemplo, Frederico da Suábia e Lotário de Supplinburg, duque da Saxônia.

De toda a parte clamava-se ao papa no sentido de que revogasse suas concessões. Em março de 1112 reúne-se um numeroso concílio em Latrão e o privilégio foi indiretamente revogado, restabelecendo-se a reforma gregoriana. Os partidários do imperador na Itália solicitam insistentemente sua presença, mas Henrique V se vê impossibilitado de atender imediatamente ao chamado, em virtude da revolta da Saxônia (1112), e da guerra civil de 1114-1115. Antes de falarmos da segunda ida de Henrique V à península, vamos explicar brevemente os acontecimentos da política interna do reino alemão.

Quando, à morte do Conde de Weimar, Henrique V pretendeu apoderar-se dos feudos deixados pelo defunto, encontrou a resistência de

Siegfried de Vallenstedt, herdeiro dos ditos feudos. Os saxônicos apóiam Siegfried mas os rebeldes são derrotados na batalha de Wurmstaedt em 1113.

Em 1114 Henrique V desposa Matilde da Inglaterra, filha do rei anglo-normando Henrique Beauclerc. Entretanto, sob as cinzas da paz lavram as chamas da revolta. Refaz-se a coligação contra o francônio e reacende-se feroz a guerra civil. Os príncipes saxônios sob a direção de Lotário infligem uma derrota ao imperador em Welfelsholz perto de Mannsfeld (11 de fevereiro de 1115). A situação de Henrique V tornou-se tão crítica que ele se viu obrigado a libertar um de seus mais perigosos adversários, Alberto, arcebispo de Mogúncia (novembro de 1115).

A morte da condessa Matilde (1115) criara um problema em relação aos bens deixados pela mesma. Os partidários do imperador na península insistiram com ele no sentido de que viesse tomar posse da herança que, em parte, deveria passar para a Santa Sé em virtude de doações feitas respectivamente em 1080 e 1102. Apesar da situação na Alemanha, Henrique V atravessa o Brenner (março de 1116) e em Pádua toma posse da herança cobiçada. Em Roma, entretanto, um concílio reunido em Latrão renova os decretos gregorianos. O imperador, depois de uma longa permanência na alta Itália, dirige-se para Roma onde entra sem dificuldades mas não recebe grande acolhimento.[104] Pascoal II retirara-se prudentemente para Benevento e o imperador, ao pretender ser coroado com sua esposa em S. Pedro, só encontrou, para oficiar a cerimônia, o arcebispo português Maurício que, aliás, foi excomungado por haver usurpado um poder que não lhe competia.[105]

Depois que Henrique V deixou Roma, o papa voltou à sua sede, falecendo em janeiro de 1118. Seu sucessor é Gelásio II. O imperador, ao ser notificado da morte de Pascoal II volta a Roma enquanto o novo papa se refugia em Gaeta, sua cidade natal. O imperador cria um antipapa, o arcebispo de Braga, que toma o nome de Gregório VIII. Gelásio II excomunga Henrique V e o antipapa. Um mensageiro papal torna essa decisão conhecida na Alemanha onde um concílio reunido em Colônia pronuncia o anátema contra o imperador e seus partidários. Com a Alemanha em efervescência, Henrique V abandona a Itália.

A Gelásio II, morto em Cluny (janeiro de 1119) sucedeu o prestigioso Guido de Borgonha, arcebispo de Viena sobre o Ródano, que toma o nome de Calisto II.

O novo papa, ainda na França, tenta um encontro e a conciliação com o imperador. A demora deste em responder às propostas do papa leva ao rompimento. Calisto II, que preside um grande concílio em Reims, excomunga Henrique V e dirige-se para Roma (1120).

Em 1121 uma assembléia reunida em Würzburg impõe ao imperador tratar com o papa. A feudalidade leiga e eclesiástica da Alemanha manifestava assim seu cansaço em face de tantas lutas. Mensageiros enviados ao papa abriram caminho para as negociações que culminaram com

a famosa concordata de Worms (setembro de 1122) constituída de duas declarações, uma do imperador e outra do papa. Essa concordata, ao menos por algum tempo, restabeleceu a paz entre o Sacerdócio e o Império.

Entre outros acontecimentos do reinado de Henrique V lembremos os seguintes acontecimentos:

1) «Seu plano atrevido de um imposto real segundo o modelo da Inglaterra, cujo rei era seu sogro, suscitou viva oposição. Dizia-se, a propósito do mesmo, que Henrique se propunha converter os alemães em servos».[106]

2) Acentua-se a oposição do poderoso duque da Saxônia, Lotário de Supplinburg. Assim, por exemplo, este opõe Conrado de Wettin ao candidato de Henrique, Hermann de Winzenburg, quando se trata de preencher a vaga aberta pela morte do margrave da Mísnia.

3) Na política externa convém lembrar a já mencionada campanha contra o rei francês Luís VI e a luta contra os eslavos.

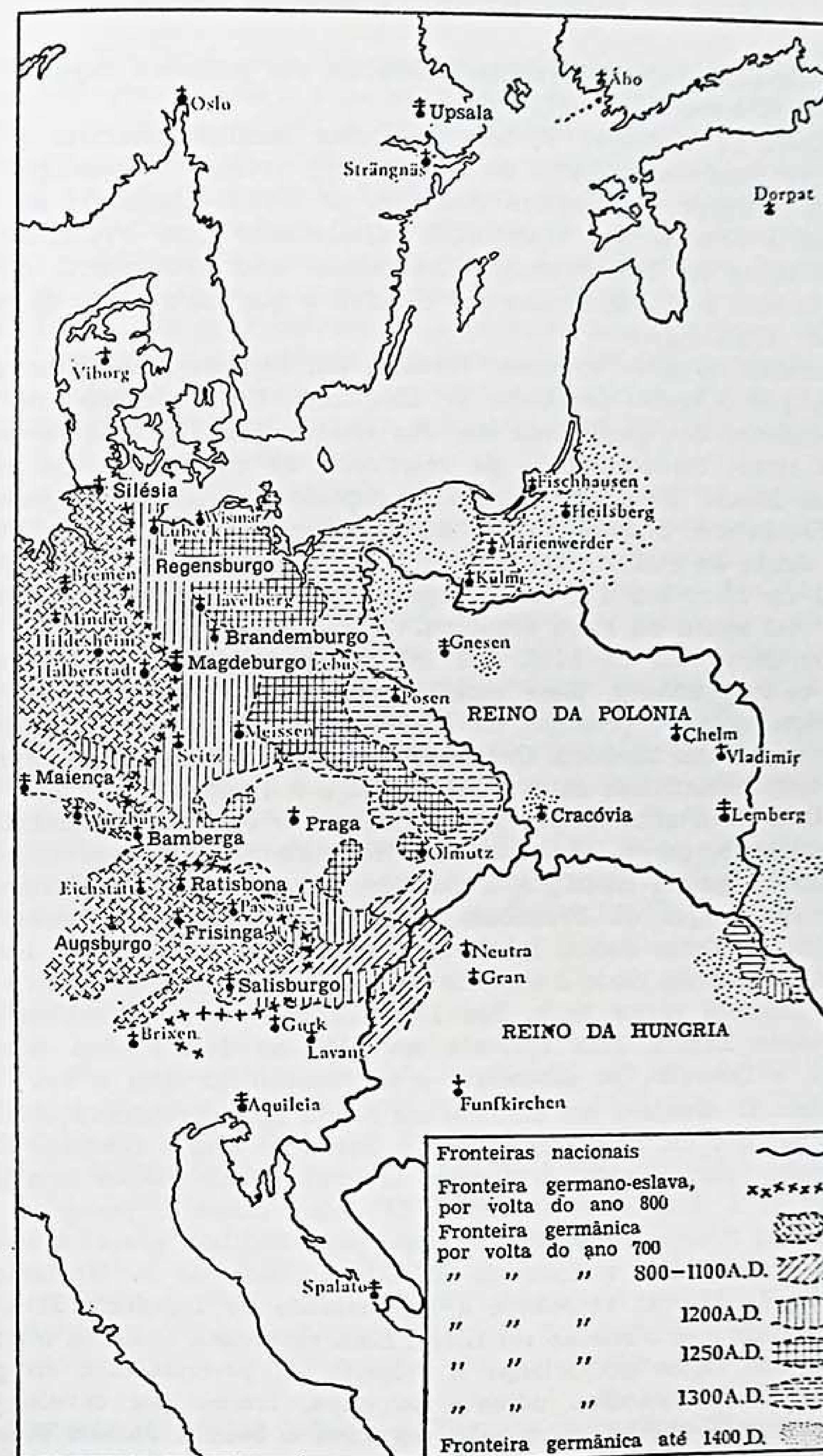
Com quarenta e quatro anos de idade Henrique faleceu em Utrecht, aos 23 de maio de 1125 sem deixar sucessor varão.

Lotário de Supplinburg (1125-1137). — Antes de estudarmos o reinado de Lotário, convém lançar um olhar retrospectivo para a evolução dos acontecimentos políticos do Império através da regência de Inês e dos dois reinados subseqüentes.[107]

O que chama, desde logo, a atenção nesse longo período é o recuo do prestígio e da autoridade do rei em face da feudalidade leiga e eclesiástica. À fraqueza do governo regencial, Henrique IV procurou opor sua autoridade, mas fracassou devido a seu obstinado antigregorismo. A teimosia de Henrique V diante dos pontífices romanos leva-o à concordata de Worms que constitui não só um recuo das pretensões imperiais em relação à Igreja, mas também uma grave diminuição da autoridade monárquica em face aos grandes senhores do Império. A reforma da Igreja tomara um vigoroso impulso e entre o clero reinava a idéia de que se impunha no terreno religioso uma libertação do poder temporal.

Na Itália a situação não era das mais favoráveis para a monarquia alemã: «os antigos fundamentos do domínio alemão estavam destruídos e os novos, o patrimônio territorial real de Toscana e os bens de Matilde, não haviam sido estruturados nem, tampouco, eram fáceis de defender à distância; ao mesmo tempo, nas cidades de poderoso desenvolvimento, com sua aspiração natural de liberdade e autonomia, surgiram para o rei adversários mais perigosos e difíceis de dominar do que haviam sido, em outros tempos, os príncipes e a nobreza».[108]

Ainda na península, devemos registrar o desenvolvimento, ao sul, do poderio normando que, com a reafirmação do poder pontifício revi-



Expansão germânica para leste

gorado pelo movimento reformista, constituía um poderoso dique a todo autoritarismo imperial.

À morte de Henrique V, três poderosas famílias dominam a Alemanha. Na Saxônia, Lotário de Supplinburg retoma o prestígio e o poder dos Billungs; na Baviera dominam os Welfs (Guelfos); na Suábia temos a família dos Waiblingen (Guibelinos) com Frederico que tomou o nome de Hohenstaufen, designação essa proveniente de um castelo, «o alto ninho de águias dos Staufen e que fazia parte do patrimônio dos Waiblingen». [109]

A escolha do novo soberano revestiu um aspecto soleníssimo e foi orientada por Alberto, arcebispo de Mogúncia. Uma comissão de quarenta membros, dez para cada um dos quatro grandes ducados primitivos do reino, foi incumbida de relacionar os candidatos. Os nomes apontados foram: Frederico, Lotário, Leopoldo da Áustria e, provavelmente, Guilherme, o Bom, Conde de Flandres. [110] Frederico de Hohenstaufen, duque da Suábia, tinha a seu favor o fato de ser o primogênito da filha de Henrique IV, Inês, representando, assim, a continuidade da casa real sálica na linha feminina.

A 30 de agosto de 1125, por influência de Adalberto, era eleito Lotário de Supplinburg. Essa escolha representava o triunfo do princípio eletivo sobre o princípio da hereditariedade: o escolhido não era herdeiro nem tinha herdeiro. Outra idéia triunfava também: a aspiração a um acordo harmonioso entre o Espiritual e o Temporal. [111]

Lotário caracteriza-se por sua prudência e espírito de conciliação. Para contrabalançar a oposição dos Hohenstaufen, dá sua filha em casamento ao guelfo Henrique, o Soberbo, jovem duque da Baviera.

Conrado, duque da Francônia, irmão de Frederico e famoso por seus feitos na Terra Santa, rebela-se e recebe um passageiro e ilusório apoio na Lombardia onde é coroado rei da Itália. [112] A guerra civil prolonga-se durante vários anos. Em 1129 Lotário toma Nürenberg e no ano seguinte Espira. Mas somente em 1135 os dois irmãos rebeldes, Frederico e Conrado, se submetem e se reconciliam com o rei.

Lotário II desejava ser coroado em Roma mas encontrava obstáculo na crise por que em 1130 atravessava a Santa Sé com o chamado Cisma de Anacleto (para suceder a Honório II haviam sido eleitos dois papas Inocêncio II e Anacleto). Inocêncio II deixa Roma e peregrina pelo Ocidente. Na França é reconhecido como papa legítimo graças à atuação de S. Bernardo. Em virtude da idêntica atitude de S. Norberto na Alemanha, Lotário II reconhece a legitimidade de Inocêncio II e tem uma entrevista com o mesmo em Liège. Essa entrevista «marcou o triunfo completo das idéias gregorianas a respeito da preeminência do poder espiritual. O rei marchou adiante do papa, tomou seu cavalo pelas rédeas enquanto que na outra mão segurava o báculo. Jamais soberano alemão algum havia prestado semelhantes honras ao pontífice romano» [113] (março de 1131). Em Liège ficou resolvida a ida de Lotário II a Itália. Alguns incidentes na fronteira eslava retardaram a viagem à

península. Em 1132, com um pequeno exército, Lotário dirige-se para Roma. Encontra-se com o papa na planície de Roncaglia, mas a situação na Itália do norte retarda o prosseguimento da viagem. S. Bernardo desempenha, então, um notável papel na pacificação das cidades italianas. Só em 30 de abril de 1133 é que as tropas alemãs chegam às portas de Roma. Inocêncio II penetra até S. João de Latrão sem encontrar resistência e nessa igreja coroa Lotário e sua esposa (4 de junho de 1133), pois os partidários de Anacleto ocupavam a basílica de S. Pedro. Entre Inocêncio II e o imperador firma-se, então, um acordo que regula o problema dos bens deixados pela condessa Matilde.

De volta à Alemanha o imperador prossegue a luta contra os Hohenstaufen revoltados, devasta a Suábia, incendeia Ulm e obtém finalmente a já citada pacificação.

A situação do sul da Itália levou Lotário II a uma segunda expedição à península, desta vez com um poderoso exército (1136-1137). Depois de submeter as cidades da Lombardia, o imperador dirige-se para a parte meridional da Itália onde avançou até Bári cujo forte resiste até a chegada de Henrique da Baviera, genro de Lotário, que com outro corpo de exército havia submetido Toscana. Segue-se a capitulação de Salerno e o rei Rogério se refugia na Sicília. O imperador pretende levar a luta até a ilha, mas o exército manifesta sinais de cansaço e má vontade quanto ao prosseguimento da luta. Lotário II empreendeu o regresso à Alemanha, mas a morte surpreendeu-o no itinerário. Faleceu numa cabana de camponeses na modesta aldeia de Breitenwang aos 4 de dezembro de 1137. No início do ano seguinte falecia Anacleto. Lotário foi o tipo do imperador cristão essencialmente respeitador dos direitos da Igreja e da Santa Sé. [114]

4. **Os Hohenstaufen** (1138-1250)

Lotário não deixava herdeiro. A investidura de seu genro Henrique, o Soberbo, no ducado da Saxônia equivalia à indicação do mesmo para a sucessão ao trono. Henrique porém tinha contra si três fatos: era genro do imperador defunto, dispunha de vastos domínios (era o príncipe mais poderoso e rico da Alemanha) e possuía um caráter por demais altivo. Tudo isso preocupava os senhores feudais e a própria Igreja. Assim é que alguns príncipes partidários de Conrado da Suábia, antecipando-se à dieta de Mogúncia convocada para a eleição real, reuniram-se em Coblença e elegeram-no rei a 7 de março de 1138. Alguns dias depois o eleito recebia a coroa em Aquisgrana.

Conrado III (1138-1152). — Um dos primeiros atos de Conrado foi fazer pronunciar pelo tribunal da Corte uma sentença segundo a qual era inadmissível a reunião de dois ducados sob o governo de uma só pessoa. Henrique deveria, assim, renunciar à Saxônia. Como não se

submetesse, o genro de Lotário foi também despojado da Baviera. A Saxônia foi entregue ao margrave Alberto, o Urso, «precursor da glória prussiana» e «o mais representativo herói do período».[115] A Baviera passou para Leopoldo da Áustria, da família Babenberg. A guerra civil, a primeira entre guelfos e guibelinos, ensangüenta a Alemanha arruinando a autoridade real. Os eslavos aproveitam a oportunidade e atacam. «Jamais o duelo do germanismo e do eslavismo foi tão vivo. Hamburgo, Bremen, Lübeck são tomadas, retomadas, incendiadas, saqueadas. A Alemanha inteira está, então, entregue à força brutal: tudo está perturbado, nada é seguro, nada é estável».[116] Na Itália a autoridade imperial se deteriora. Rogério II, que se refugiara na Sicília, voltou ao continente e aprisionou o papa Inocêncio II, obrigando-o a fazer concessões.

Em outubro de 1139 Henrique, o Soberbo, faleceu, mas a guerra civil prosseguiu. Um dos episódios mais curiosos dessa luta foi a tomada de Weinsberg por Conrado III. O rei havia concedido às mulheres da cidade o direito de carregar tudo o que pudessem transportar sobre os ombros e elas, então, resolveram substituir seus bens mais preciosos pelos próprios maridos.[117]

Só nas conferências de Francforte (abril de 1142) é que se restabeleceu a paz. Gertrudes, a viúva de Henrique, o Soberbo, casava-se com o novo margrave da Áustria, Henrique Jasomirgott que foi investido no ducado da Baviera. Alberto, o Urso, que havia feito várias conquistas, inclusive a Saxônia, cedeu este ducado ao jovem Henrique, o Leão, filho do Soberbo.

Acontecimento importante do reinado de Conrado III foi sua participação na segunda cruzada 1147-1149. Estudaremos em outro capítulo essa expedição guerreira ao Oriente. Lembremos agora apenas dois fatos relacionados com a partida de Conrado. Seu filho Henrique foi reconhecido como sucessor e coroado em Aquisgrana. Henrique, o Leão, e Alberto, o Urso, resolvem fazer uma cruzada contra os eslavos pagãos em vez de partirem para o Oriente.

Conrado, ao regressar da cruzada, teve que enfrentar a exigência de Henrique, o Leão, que pretendia a restituição do ducado da Baviera outrora em mãos de seu pai. Os guelfos insurgem-se contra o rei, mas são derrotados em Flochberg (fevereiro de 1150). Conrado preparava-se para uma expedição à Itália com vistas à coroação imperial em Roma quando faleceu em 15 de fevereiro de 1152.

Frederico Barba-Roxa (1152-1190). — O longo reinado de Frederico Barba-Roxa põe-nos em face de uma das figuras mais impressionantes da História Medieval alemã e assinala o apogeu do Santo Império Romano-Germânico.[118] Segundo o cronista Rahevin, continuador de Otão de Freising, Frederico era de estatura média, possuía voz forte, olhar vivo, cabelos e barbas ruivas. Esta última característica valeu ao imperador o cognome de «Barbarossa» dado pelos italianos».[119] Uma carta do abade Wibaldo completa as indicações de Rahevin: Frederico

é retratado como dotado de memória excepcional, de espírito decidido porém refletido, de facilidade de expressão, ao menos quando usa a língua tudesca, pois o latim «é para ele uma tortura».[120]

Frederico tinha cerca de trinta anos de idade quando ascendeu ao trono. Note-se que Henrique, o filho primogênito de Conrado, falecera já em 1150 e Frederico, segundo filho do rei defunto, contava cerca de sete anos por ocasião da morte do pai. Como a situação do reino não fosse propícia a um governo regencial, Conrado, antes de expirar, enviara as insígnias reais e imperiais a seu sobrinho Frederico, duque da Suábia, que reunia em sua pessoa duas linhas de parentesco: era Guibelino por ascendência paterna e Guelfo por ascendência materna.[121] Compreende-se, assim, que a eleição de Frederico não tivesse encontrado maiores dificuldades. Eleito e proclamado em Francforte, a 5 de março de 1152, o novo rei foi coroado e sagrado a 9 do mesmo mês em Aix-la-Chapelle (Aquisgrana).

Antes de fazer a exposição dos principais acontecimentos do longo reinado de Barba-Roxa, de acordo com a sucessão cronológica, vamos tentar apresentar alguns traços característicos da atuação do famoso imperador.

1) Com relação à pessoa de Barba-Roxa e completando o que já se escreveu nas linhas anteriores, convém lembrar que os historiadores o consideram «a personificação do ideal cavaleiresco de seu tempo».

2) Tendo um elevado senso da própria dignidade de soberano «decidiu-se a repelir tudo quanto pudesse, de qualquer modo, prejudicar os seus direitos legítimos ou pretensos. Como Carlos Magno, não se contentou em ser chefe do Estado, mas quis também dominar a Igreja do Império. Apoiado pelos juristas de Bolonha, chegou, no decorrer dos anos, a ver na autoridade imperial a fonte de todos os direitos, negando à Igreja a qualidade de sociedade perfeita e autônoma e ao papa a de chefe supremo dela».[122]

3) As pretensões de Barba-Roxa, entretanto, iriam encontrar forte oposição por parte da Igreja. Esta, com efeito, «não queria, nem podia então renunciar à sua liberdade reconquistada, nem à superioridade ganha sobre os príncipes. Precisava desta para defender aquela. Além disso, o Ocidente não era mais uma unidade política, como fora nos tempos de Carlos Magno. A formação das diversas nacionalidades já era uma realidade. A França, em particular, se tornara um reino poderoso. Também as cidades do Império, principalmente as da Lombardia, alcançaram uma liberdade e independência que está em pleno contraste com a idéia que Frederico formara da dignidade imperial. Foi, pois, uma prova dum completo desconhecimento do tempo, se o chanceler de Barba-Roxa, Reinaldo de Dassel, proclamou que, ao lado do seu senhor, os outros reis da Europa não eram senão reis provinciais e

que o imperador podia dispor do papado, como dispunha dos bispados e se o próprio Frederico dizia: «*Ego quidem mundi dominus*».[123]

4) Um rápido olhar para a evolução da monarquia na França e na Inglaterra revela-nos a consolidação do ideal monárquico. O contrário se dá, na mesma época, na Alemanha onde os senhores feudais dominam e se opõem por meio do poder eletivo à continuidade do poder monárquico. O monarca, para ser eleito, faz concessões que inevitavelmente vão enfraquecendo suas atribuições e seu prestígio. Frederico Barba-Roxa, influenciado pelos exemplos de Luís VII e Henrique II, pretendeu imitá-los fazendo uma política monárquica. Mas, observa Pirenne, «enquanto a política monárquica dos reis da França e da Inglaterra repousava sobre bases reais, a do imperador estava construída sobre uma ideologia».[124]

5) Um rápido estudo da política interna de Barba-Roxa revela-nos a seguinte orientação:

a) Não podendo derrubar a alta feudalidade, compactua com a mesma reservando-lhe um lugar na formação da Alemanha. Associa os grandes senhores ao poder e ajuda-os «a fazerem-se obedecer dos seus vassalos, contanto que eles mesmos o reconheçam por seu único senhor».[125]

b) Enquanto isso, Barba-Roxa procura desmantelar certos ducados e atrair o povo. «Favorece o progresso das cidades e a criação de aldeias livres cujos burgueses e aldeões apresentam o protótipo do que ele espera vir a fazer um dia de todos os habitantes do Império: súditos segundo o modelo da Antiguidade que só dependem do Estado encarnado no rei, e que só dele, ou dos seus mandatários, recebem ordens».[126]

c) Para instrumento eficaz de sua política «organiza uma extensa ministerialidade, que lhe fornece um exército de confiança e autênticos funcionários, totalmente entregues aos negócios públicos; sistemática e pertinazmente aumenta o seu patrimônio».[127]

d) Com relação à Igreja procura usá-la como sustentáculo de seu poder intervindo principalmente nas nomeações episcopais e abaciais e valendo-se, para isso, das lacunas e das confusões da concordata de Worms.[128]

A primeira preocupação de Barba-Roxa, após ascender ao trono, é a pacificação interna da Alemanha. Percorre, com esse fim, o reino e procura atuar com espírito de justiça e com habilidade política. A Henrique, o Leão, o soberano reconheceu o direito ao ducado da Baviera; a seu tio Guelfo cede os bens hereditários de Matilde, o margraviado de Toscana e o ducado de Espoleto. A Bertoldo de Zähringen confia o reino de Arles, instalando-o em 1153 em Besanção e recebendo, nessa ocasião, as homenagens dos condes de Lausanne e de Gênova. Com

essas e outras medidas, Barba-Roxa procura assegurar a paz e o prestígio da autoridade monárquica na Alemanha a fim de poder tranqüilamente intervir na Itália, «a terra imperial por excelência».[129]

Através do tratado de Constança (março de 1153) Frederico prometera ao papa Eugênio III restabelecer a soberania pontifícia posta em xeque por Arnaldo de Bréscia. Por sua parte, o pontífice comprometera-se com Frederico a coroá-lo imperador. Eugênio III porém falecera em julho de 1153 e fora substituído sucessivamente por dois papas, Anastácio IV e o inglês Nicolau Breakspeare que tomou o nome de Adriano IV.

Partindo de Augsburgo, Barba-Roxa dirigiu-se por Brixen a Trento e daqui para a planície de Roncaglia onde agiu como verdadeiro árbitro das cidades italianas quer impondo sua mediação entre Milão e Pavia, quer assediando e punindo Tortona (abril de 1155). Em Pavia cinge a coroa da Itália, atravessa a seguir a Toscana e chega a Sena donde envia plenipotenciários que se encontram com os mensageiros do papa Adriano IV em Viterbo. Em Campo Grasso realiza-se uma entrevista entre o papa e o imperador. Aos 18 de junho de 1155 Barba-Roxa foi coroado em S. Pedro. O imperador, entretanto, não se demorou em Roma, onde lavrava a revolta inspirada num sentimento nacional antiimperial, e regressou à Alemanha enfrentando sérias ameaças através da península e tendo até mesmo que forçar a passagem no passo de Verona. A primeira expedição à Itália terminava de modo pouco glorioso para o ambicioso Hohenstaufen.

Na Alemanha Barba-Roxa teve que enfrentar uma conspiração que se tramara contra seu lugar-tenente Henrique, o Leão, e na qual tomaram parte Henrique Jasomirgott, Alberto, o Urso, Ladislau da Boêmia e os burgueses de Mogúncia. Restabelecida a paz e a sua autoridade, o imperador procurou regularizar a situação com os Estados vinculados ao Império a fim de poder, depois, empreender uma nova campanha na Itália.

Antes dessa segunda campanha lembremos, entre outros, os seguintes acontecimentos:

1) A marca da Áustria é transformada em ducado da Áustria e Henrique Jasomirgott passa de margrave a duque. O novo ducado detinha «o privilégio de participar somente nas assembléias e guerras do reino na proximidade de suas fronteiras».[130]

2) Barba-Roxa procura tornar efetivo o domínio sobre o reino da Borgonha desposando Beatriz, sobrinha de Guilherme, conde de Mâcon, a qual traz como herança extensas possessões no Franco Condado (1156).

3) Em 1157 o imperador empreende uma expedição contra a Polônia. Em 1158 conclui com o duque Ladislau da Boêmia um tratado em virtude do qual o príncipe recebe o título de rei em troca da promessa de servir ao imperador com todas as suas forças.

Em 1158 Barba-Roxa dirige-se pela segunda vez à península itálica onde Milão liderava uma liga de cidades entre as quais figuravam Bréscia, Piacenza, Parma e Módena. Em junho de 1158 um poderoso exército alemão, em que figuravam quinze mil cavaleiros, cruza os Alpes. O grande alvo é Milão. Como os imperiais não dispõem de meios para o assalto, procuram sitiar a cidade e devastar a campanha, levando, assim, os habitantes, receosos da fome em perspectiva, à capitulação. «Os cônsules vêm humilhar-se ao acampamento imperial e aceitam, de antemão, as decisões que serão tomadas na dieta que se vai reunir. Essa dieta é a de Roncaglia, em data de 11 de novembro de 1158».[131] As medidas aí tomadas pelo imperador sob a influência dos juristas bolonheses, convocados em plena campanha, feriam frontalmente as comunas italianas e constituíam uma ameaça à própria independência da Igreja. Compreende-se, assim, que a resistência italiana se tenha cristalizado em torno de dois pólos principais: Milão e Roma.

Adriano IV se opôs frontalmente aos planos de Barba-Roxa e preparava-se para resistir inclusive com o auxílio dos normandos quando morreu em 1º de setembro de 1159. O novo papa, Alexandre III, teve que enfrentar não só o imperador mas um antipapa, Vítor IV, que foi reconhecido por Barba-Roxa. Essa atitude do monarca valeu-lhe a excomunhão pronunciada por parte de Alexandre III que, em virtude da insegurança reinante na península, buscou refúgio na França.

Ao norte da Itália Barba-Roxa firma sua autoridade a ferro e fogo. A revolta lavrava já desde o pontificado de Adriano IV. Crema é atacada e destruída (1160). Segue-se o assédio de Milão que resiste heroicamente até março de 1162 quando é vítima de completa pilhagem seguida de destruição. Torna-se, então, possível aplicar os decretos da segunda dieta de Roncaglia. Frederico procura, a seguir, afastar a França do papa Alexandre III, tentanto, sem resultado, uma entrevista com o rei Luís VII na fronteira da Borgonha. Fracassam também as tentativas junto a Henrique II da Inglaterra no sentido de isolá-lo do papa legítimo.

Depois da fracassada entrevista com o rei da França (agosto de 1162), Frederico dirige-se pela terceira vez à Itália com o antipapa Vítor IV. Este morreria em abril de 1164 e seria substituído por outro antipapa, Pascoal III.

Na dieta de Würzburg (1165) foi imposta, não sem reação, a fidelidade ao novo antipapa. Este, em dezembro de 1165, sob a pressão de Barba-Roxa, canonizou solenemente Carlos Magno, ato que não foi reconhecido oficialmente pela Igreja.

Entretanto, em novembro de 1165, Alexandre III havia retornado triunfalmente a Roma. O imperador dirige-se, então, pela quarta vez, à Itália e instala seu antipapa em Roma (julho de 1167). Barba-Roxa se arroga o título de patrício e governador de Roma fazendo-se coroar, em companhia de sua esposa Beatriz, por Pascoal III.

Uma epidemia que em princípios de agosto se alastra pela cidade obriga o imperador a retirar-se apressadamente. A doença faz numerosas

vítimas no exército alemão entre os quais figuram nomes ilustres como o duque Frederico de Rothenburg, filho de Conrado III, e o próprio Reinaldo de Dassel que durante tanto tempo desempenhara papel decisivo no governo de Barba-Roxa.

Com seu exército dizimado, o imperador encontrou sérias dificuldades para enfrentar a revolta que lavrava na Itália do Norte e só a custo e como fugitivo conseguiu regressar à Alemanha.

Na Itália a Liga Lombarda criada sob a inspiração de Alexandre III e dirigida pela cidade de Milão reconstruída constituía uma afirmação do nacionalismo italiano contra o imperador germânico.

Na Alemanha Barba-Roxa enfrenta uma situação de anarquia geral motivada pela rivalidade entre Henrique, o Leão, e Alberto, o Urso. Em Würzburg (fevereiro de 1168) o imperador consegue reconciliar os dois poderosos senhores feudais. Praticando uma verdadeira política familiar no controle de importantes domínios, Barba-Roxa reforça sua autoridade. Em 1169 na Dieta de Bamberg o imperador fez eleger seu filho Henrique rei dos romanos. A coroação processou-se em Aquisgrana (Aix-la-Chapelle) aos 15 de agosto. Note-se que o guelfo Henrique, o Leão, havia recusado o juramento ao novo eleito. Curioso é que Barba-Roxa tenta uma composição com Alexandre III esperando obter da parte do papa legítimo o reconhecimento do direito do jovem Henrique à sucessão do trono. Alexandre III porém não crê nos propósitos imperiais e recusa tratar sem que o soberano dê provas inequívocas de sinceridade. Outro fato curioso que merece ser lembrado é a tentativa feita por Manuel Comneno, imperador do Oriente, no sentido de ser reconhecido pelo papa como único imperador (1169).

Em novembro de 1170 morreu Alberto, o Urso, fato esse que traria como conseqüência um desiquilíbrio de forças na Alemanha do Norte. Henrique, o Leão, livre de seu poderoso rival encontrava-se em situação de fazer frente ao imperador. «Um dualismo se delineia. Um grande drama se anuncia em perspectiva na Alemanha instável do século XII: uma vez mais, a Saxônia se reergue e avança para o primeiro plano da história alemã».[132]

Em 1174 situa-se a quinta expedição de Barba-Roxa à Itália. Desta vez não conta com o auxílio de senhores poderosos como Henrique, o Leão. Este com efeito «preferia utilizar as suas forças armadas e o seu dinheiro na ampliação dos seus territórios no país dos Vendes a arriscá-los ao lado do imperador na campanha italiana».[133] A força principal de Barba-Roxa era constituída de mercenários que ele, aliás, já utilizara na expedição anterior. O imperador penetra no Piemonte através do monte Cenis e consegue o auxílio de alguns aliados que haviam aderido à Liga contra a vontade. Apesar disso o exército imperial não conseguiu tomar a cidade fortificada de Alexandria (fundada pela Liga e assim batizada em homenagem ao papa Alexandre III). A fraqueza das forças imperiais e a desunião entre os peninsulares adversários do imperador levaram os contendores à paz provisória de Montebello (abril de

1175). No inverno de 1175 a 1176 Barba-Roxa tenta recrutar novas forças na Alemanha mas encontra a recusa categórica de Henrique, o Leão, apesar do pedido que lhe fizera pessoalmente o imperador em uma entrevista em Chiavena (fevereiro de 1176). A defecção do poderoso súdito imperial animara os lombardos. Forças imperiais insuficientes cruzaram os Alpes (maio de 1176) por veredas secundárias já que as vias principais estavam ocupadas por tropas da Liga. Em 29 de maio de 1176 os exércitos adversários encontram-se em Legnano, ferindo-se a famosa batalha em que Frederico Barba-Roxa foi fragorosamente derrotado.

À vitória militar das cidades lombardas somava-se a vitória moral de Alexandre III. O orgulhoso imperador, depois de aguardar por alguns meses uma possível reviravolta da situação, resolveu humilhar-se e tratar com o papa enviando a Anagni, onde se encontrava Alexandre III, o chanceler Cristiano de Mogúncia. Concertou-se aí uma paz prévia que se baseava em um reconhecimento recíproco do imperador e do papa, na restituição do Estado da Igreja ao pontífice e na mediação papal a fim de estabelecer-se a paz com a Liga e com a Sicília.[134]

Em Veneza realizaram-se as conferências de paz (1177). Entre as decisões aí tomadas figuravam:[135]

1) Reconciliação do imperador com o papa.

2) Trégua de quinze anos com o rei da Sicília e da Puglia.

3) Trégua de seis anos com a Liga.

4) Liberação das nomeações para cargos eclesiásticos na península.

No duelo secular entre o Império e o Papado, a paz de Veneza assinalava um triunfo do segundo. As cenas finais das solenidades foram registradas por Romualdo, arcebispo de Palermo e representante do rei da Sicília. Cem anos depois de Canossa, Frederico Barba-Roxa assumia uma atitude de humildade cristã e de respeito para com o pontífice que retribuiu com palavras de amizade e perdão.

Ao regressar à Alemanha o imperador estava consciente de que sua derrota na Itália fora em grande parte motivada pela defecção de Henrique, o Leão. Compreende-se pois a preocupação de ajuste de contas com o poderoso vassalo.

Intimado a justificar-se de acusações que lhe haviam sido feitas, Henrique, o Leão, recusa comparecer perante o tribunal imperial. Frederico bane-o do Império e declara-o privado de seus feudos. Trava-se, então, um duelo épico entre o guibelino e o guelfo. Este é vencido e deve submeter-se a duras sanções entre as quais a perda de suas possessões, com exceção dos feudos de Brunswick e de Lüneburg, e o próprio exílio na Inglaterra.

Sobre a derrota de Henrique, o Leão, cabem aqui três importantes observações:

1) Livre de seu poderoso rival, Barba-Roxa atinge o apogeu de seu poderio na Alemanha. A paz do rei impera indiscutível em todo o reino e é bem visível na dieta de Mogúncia aberta solenemente pelo imperador no dia de Pentecostes do ano 1184. Os dois filhos do imperador iam ser armados cavaleiros e para essa solenidade haviam sido convidadas numerosas personalidades. Essa festa pode ser considerada uma verdadeira apoteose de Barba-Roxa e teve profunda repercussão especialmente entre os contemporâneos.

2) A derrota de Henrique, o Leão, e a conseqüente desintegração do ducado da Saxônia teria como conseqüência a paralisação da expansão germânica ao norte tão bem dirigida pelo duque saxão. Cabe aqui repetir o comentário de Grimberg:[136] «A autoridade imperial vencera pois o mais poderoso dos vassalos. Mas, enquanto tudo o que a política de envergadura universal conseguiu realizar pertence há muito ao passado, a obra de que Henrique, o Leão, fizera o fim da sua vida, a anexação ao Império Alemão das terras eslavas a leste do Elba, permaneceu viva até ao nosso século XX. Depois da segunda guerra mundial, os eslavos, alargando as suas fronteiras até ao Óder, retomaram uma parte importante desses territórios».

3) Pirenne assim comenta a queda de Henrique, o Leão:[137] «Ora, Henrique, o Leão, cujos ducados se estendiam entre o Danúbio e o Reno, foi o único de todos os feudais alemães que teria podido empreender uma política monárquica apoiada sobre a economia das cidades renanas e danubianas. Sua derrota assegurou o triunfo de caos feudal em que se precipitava a Alemanha».

Em 1183 Frederico I assinara a paz de Constança com a Liga das cidades lombardas. Ambas as partes faziam concessões recíprocas. Voltaremos, mais adiante, a esse tratado no capítulo referente à História da Itália. Quando, em agosto de 1184, Frederico I dirigiu-se à península, fê-lo sem preocupação de ser acompanhado por uma poderosa força militar. «Foi com festas e grandes manifestações de respeito que o receberam nas progressivas cidades lombardas».[138] A própria cidade de Milão, reerguida de suas ruínas, recebe em triunfo o imperador. Em Verona, Barba-Roxa mantém um encontro com o papa Lúcio III, sucessor de Alexandre III. A paz entre o Papado e o imperador iria, entretanto, ser ameaçada por uma série de atos do imperador. Assim, por exemplo, o casamento do filho e herdeiro do imperador, Henrique, «rei dos romanos», com a princesa Constança, herdeira do trono da Sicília, foi encarado como uma futura ameaça aos Estados da Igreja, pois estenderia a hegemonia dos Hohenstaufen ao sul da península. Outro ato que prejudicaria as relações com o papado foi a coroação de Henrique como rei da Itália pelo patriarca de Aquiléia. Essa coroação feita sem consulta ao pontífice Urbano III (sucessor de Lúcio III) contribuiria para tornar tensas as relações entre a corte de Verona (onde residia o papa)

e a corte imperial. Uma nova luta entre papado e império se delineia quando a notícia da tomada de Jerusalém pelos turcos de Saladino vem superar todas as divergências e despertar o entusiasmo por uma nova cruzada. Gregório VIII, sucessor de Urbano III, e, logo após, Clmente III elevaram a voz em favor da expedição à terra Santa. Na dieta de Mogúncia em março de 1188, a chamada *Hoftage Ihesu Christi* (Dieta de Jesus Cristo), Barba-Roxa toma oficialmente a cruz.

A continuação da História do reinado de Barba-Roxa e sua trágica morte pertence à História da Terceira cruzada que o leitor encontrará na terceira parte do presente volume.

Antes de encerrarmos essas páginas sobre o longo reinado de Frederico Barba-Roxa, vamos dizer algumas palavras em torno da política externa desenvolvida pelo imperador Staufen na frente leste. Embora os problemas internos e a luta com o papado intimamente vinculado à situação peninsular constituam, geralmente, o principal tema abordado pelos historiadores quando focalizam a época em tela, convém, contudo, salientar que Barba-Roxa também se preocupou com os problemas da fronteira oriental, embora a expansão germânica nesse setor tenha sido principalmente obra de Alberto, o Urso, e de Henrique, o Leão.

Com relação à Boêmia, lembremos que o imperador reconhecera aos tchecos a dignidade real considerando porém seu Estado como vassalo do Império. Quando, entretanto, Ladislau cedeu a coroa a seu filho Frederico, sem levar em consideração o imperador, este recusou o reconhecimento a seu homônimo e reconheceu o título de duque (não de rei) a Sobeslau que, entretanto, não se revelou fiel ao Hohenstaufen.[139]

Na Polônia, Barba-Roxa, aproveitando-se de perturbações internas, promoveu uma expedição em 1157 contra Boleslau IV. Os alemães marcharam sobre Poznan e os poleneses se submeteram. Em 1172 o imperador intervém novamente na Polônia acentuando sua vassalagem em relação ao Império.[140]

Quanto à Hungria, Barba-Roxa procurou agir com prudência evitando, ao que parece, tomar partido entre os príncipes rivais. O rei magiar Bela III deu sua filha em casamento a Frederico da Suábia, filho do imperador, fato esse que facilitou a passagem dos cruzados alemães através da Hungria.[141]

Henrique VI (1190-1197). — Henrique VI, filho de Barba-Roxa, contava vinte e quatro anos de idade quando sucedeu a seu pai. Habilidade, inteligência, ambição, e senso de realidade, caracterizam o jovem rei que se revelou à altura de sua missão. Note-se que quando Barba-Roxa partira para a Cruzada, havia deixado o exercício do poder a Henrique associado ao trono imperial na qualidade de César.

Em novembro de 1189, quando, portanto, ainda vivia Barba-Roxa, morreu Guilherme II da Sicília sem deixar filhos. A sucessão cabia, por direito, a Constança, esposa de Henrique. A nobreza do reino siciliano, hostil à intervenção alemã, escolheu o conde Tancredo de Lecce como

soberano. Ricardo Coração de Leão, ao passar pela Sicília, a caminho do Oriente, reconheceu o novo rei, fato esse que despertaria as iras de Henrique VI. Este, ocupado em lutar contra Henrique, o Leão, que retornara à Alemanha, não pôde, desde logo, fazer valer os direitos de sua esposa.

No inverno de 1190 a 1191 Henrique VI dirigiu-se à Itália com o fim de ser coroado imperador e de conquistar a Sicília.

Depois de resolver dissensões existentes entre cidades lombardas e de assegurar-se o apoio das frotas de Pisa e de Gênova, marcha para Roma onde é coroado em companhia de Constança pelo papa Celestino III. O imperador parte, a seguir, para o sul, mas fracassa diante de Nápoles por causa da epidemia que grassou no seio do exército imperial e em virtude da falta de concurso da frota de Pisa.

Henrique VI teve que regressar à Alemanha e enfrentar uma conjuração. Só em 1194 o imperador pôde retornar à península. Com promessas que não poderia jamais cumprir, obteve a colaboração das frotas de Pisa e Gênova. Enquanto as forças navais conquistavam o litoral, o exército imperial avançava vitorioso por terra. Note-se que a ação de Henrique VI fora favorecida pela morte de Tancredo e pela menoridade do filho e herdeiro deste último Guilherme III, proclamado rei sob a tutela de sua mãe, Sibila. Henrique ocupou o sul da Itália e dirigiu-se para a Sicília onde, na catedral de Palermo, foi coroado rei no dia de natal de 1194. Mas os sicilianos foram tratados com extrema brutalidade. Os partidários de Tancredo sofreram suplício e deportação. As grandes riquezas encontradas foram transportadas para a Alemanha. O triunfo de Henrique VI contribuiu para incentivar-lhe a ambição que, entretanto, iria encontrar um sério entrave no pontificado romano que se viu na contingência de defender sua soberania temporal.

Entre os planos do imperador figurava a substituição do princípio eletivo pelo princípio hereditário na Alemanha. Visava com isso assegurar a sucessão a seu filho Frederico Rogério (assim chamado em homenagem a Frederico I e ao rei Rogério II) nascido a 26 de dezembro de 1194 em Iesi, perto de Ancona. Na dieta de Würzburg em 1196 Henrique VI propõe aos grandes senhores da Alemanha instituir a hereditariedade do Império dentro da família dos Hohenstaufen, a hereditariedade dos feudos em linha feminina à falta de descendentes do sexo masculino e a incorporação do reino da Sicília ao Império.

Aceitas essas proposições e levados a cabo os planos da nova expedição ao Oriente, Henrique VI teria podido imaginar realizado o sonho de *dominium mundi* (domínio do mundo). Mas uma grande parte de príncipes alemães, o sumo pontífice e a própria esposa do imperador constituíram-se em sério empecilho para a execução desses audaciosos planos. Em 1196 armou-se uma conjuração na Sicília com a cumplicidade da própria imperatriz. «Diversas fontes nos apresentam a herdeira dos normandos como estando de acordo com os lombardos, com os romanos, com o sucessor de Calisto III, o papa Celestino».[142]

Henrique VI reprimiu com extrema crueldade os revoltosos, mas morreu prematura e inesperadamente aos 28 de setembro de 1197, tendo sido enterrado na catedral de Palermo.

Antes de encerrarmos essas linhas concernentes ao breve reinado de Henrique VI, convém fazer uma observação sobre os novos horizontes que a política do filho de Barba-Roxa iria rasgar para a Idade Média feudal, caso tivesse podido concretizar seus planos. A fascinação que o reino da Sicília produziu no imperador levou-o a romper com a política feudal e continental para lançar-se numa política marítima que, realista e mercantil, como anota Pirenne, anuncia os tempos modernos.[343] A decadência de Bizâncio e as dissensões do mundo muçulmano constituíam um convite para a realização dos planos expansionistas. Ainda Pirenne: «O Império mediterrâneo não podia ser um império cristão; ele devia, para realizar-se, reunir em uma unidade os cristãos e os muçulmanos; fundar-se, não sobre uma unidade espiritual, mas sobre uma unidade econômica. Henrique rejeitou, então a suserania da Santa Sé sobre a Sicília e se pôs em relações com os últimos príncipes cristãos da Síria e os muçulmanos da África. Ele preparava uma expedição contra Bizâncio, quando morreu».[344]

Otão IV (1198-1212) e *Filipe da Suábia* (1198-1208). — Com a morte de Henrique VI, sua esposa Constança assumiu as rédeas do governo do Reino da Sicília em nome de seu filho menor Frederico, que ela fez coroar em Palermo (maio de 1198). Antes de morrer, em novembro de 1198, Constança deixou, em testamento, a regência do reino ao grande papa Inocêncio III. Essa regência se exerceu, graças à atuação de legados pontifícios, até a declaração de maioridade do jovem Frederico em dezembro de 1208. Durante todo esse período processa-se na península uma reação antigermânica.

Henrique fizera eleger Frederico rei alemão em 1196. Mas essa eleição não foi levada em consideração pelos alemães por ocasião da morte do imperador, pois sentiam-se as dificuldades que a menoridade acarretaria para o reino. Voltava-se ao princípio eletivo e os partidários dos Staufen escolheram Filipe de Suábia, irmão de Henrique VI (março de 1198, Mülhausen, Turíngia). Mas os adversários do imperador defunto não aceitaram a escolha e elegeram para o trono o filho mais jovem de Henrique, o Leão, Otão IV que tivera o apoio de seu tio, Ricardo Coração de Leão, em cuja corte fora educado.

Os dois rivais apelaram para Roma pedindo o reconhecimento da respectiva eleição. Só em março de 1201, após hesitações, Inocêncio III reconheceu Otão IV. Em face do protesto do partido dos Staufen contra a ingerência pontifícia na eleição real alemã, Inocêncio III emitiu uma declaração que «se converteu em um dos fundamentos da política papal ante a Alemanha e o Império, no sentido de que o Império havia sido transmitido dos gregos aos francos e aos alemães pela Igreja *(Translatio imperii)* e que, conseqüentemente, a eleição do rei alemão, como futuro

imperador, era, por sua origem e por seu objeto, um assunto da Igreja *(pertinet ad ecclesiam)*».[345]

A situação política na Alemanha permanece tensa, pois os partidários de Filipe da Suábia não se submetem à decisão papal. A posição de Filipe ia-se tornando cada vez mais sólida, especialmente quando Otão IV, com a morte de Ricardo Coração de Leão, perdeu seu melhor apoio.[346] Tudo indicava que o Staufer conseguiria até mesmo um entendimento com Inocêncio III quando o adversário de Otão IV pereceu assassinado em junho de 1208. Otão IV de Brunswick foi, então, reconhecido por unanimidade na dieta de Francforte (novembro de 1208). No ano seguinte (outubro de 1209) Otão era coroado em Roma. Mas apenas cingira a coroa imperial, o novo imperador rompeu com os compromissos assumidos perante o pontífice relativos ao respeito da soberania temporal. Quando Otão IV, em novembro de 1210, resolveu invadir a Sicília, foi fulminado com a sentença de excomunhão publicada solenemente em Roma. Enquanto prosseguia na conquista da Itália meridional, a notícia da excomunhão repercutia na Alemanha e unia os adversários do Imperador. Uma assembléia reunida em Nurenberg declarou Otão privado da coroa imperial e enviou uma embaixada a Frederico II.

Otão IV regressa apressadamente à Alemanha para tentar submeter os dissidentes. Frederico II porém sentiu chegada a hora de investir-se na herança paterna. Depois de pôr ordem nos assuntos internos do reino da Sicília nomeando sua esposa como regente e fazendo coroar seu filho Henrique rei da Sicília, Frederico dirigiu-se a Roma onde entrou em acordo com Inocêncio III (abril de 1212). Após uma viagem cheia de perigos e peripécias o jovem soberano consegue cruzar os Alpes. Em setembro de 1212 Frederico está em Constança. Recebe adesões, toma posse de seus bens hereditários e consegue o apoio da França. Em dezembro é eleito rei por um numeroso grupo de príncipes. Em julho de 1213, através da Bula de ouro, na assembléia de Eger, Frederico faz uma série de concessões à Santa Sé. Essa bula «é uma articulação capital no grande debate do Temporal e do Espiritual. Ela possui o caráter de ato público. E' exigida a assinatura dos príncipes alemães ligados ao Staufer. Afinal de contas, Inocêncio não tratou somente com seu discípulo, ele tratou com a Alemanha e com o Santo Império».[347]

A derrota de Otão IV em Bouvines (1214) acabava de selar seu destino. «Tinha um significado profundo o fato de o francês haver enviado a Frederico a águia imperial capturada: da mão da França recebeu ele o domínio sobre a Alemanha. Já um ano depois podia fazer-se coroar em Aquisgrana; também no norte da Alemanha foi reconhecido e, quando Otão IV morreu em 1218 no castelo de Harz, havia muito tempo que politicamente era um cadáver».[348]

Frederico II (1212-1250). — Frederico II aparece-nos como um dos personagens mais curiosos da longa História dos Imperadores do Sacro

Império. Educado na Sicília, sofreu a forte influência de uma formação semigrega e semi-árabe. Revelou, desde logo, grande facilidade para o estudo. «Em breve o jovem príncipe sabia todas as línguas que se falavam na capital de seu reino da Sicília: o francês, o italiano, o latim, o grego e o árabe, podendo assim contactar diretamente com todos os seus súditos, fazer amigos por toda a parte e com eles aprender alguma coisa. Este jovem desejoso de saber, dotado de dons excepcionais, assimilou o essencial de três civilizações universais: a clássica, a cristã e a oriental». [149]

Frederico amava a filosofia e as ciências naturais. Neste último campo sua curiosidade era grande. Possuía uma coleção de minerais e de animais raros.

Em matéria de formação filosófica sofreu a forte influência do pensamento árabe, fato esse que o levou, em matéria religiosa, a um indiferentismo materialista. Para ele a religião constituía um meio de manter os povos sob controle. Compreende-se, assim, a contradição entre a linguagem que, como soberano cristão, era obrigado a empregar em suas decisões e a realidade de seus pensamentos. Essa oposição levou Frederico II à prática da restrição mental: quanto mais solene o tom de suas afirmações, tanto mais necessária a cautela contra seus verdadeiros desígnios. Crueldade, habilidade, falsidade, eram características do perfil moral desse imperador que vivia em Palermo como um príncipe oriental protegido por uma fiel guarda sarracena.

Vamos tentar resumir nas seguintes linhas os principais episódios do agitado reinado de Frederico II, reinado esse que assinala uma etapa essencial no declínio da monarquia germânica.

Frederico devia o trono alemão a seu protetor, o papa Inocêncio III. Em julho de 1216 ele declarava que tão logo fosse coroado imperador em Roma emanciparia seu filho e entregar-lhe-ia o reino da Sicília que seria administrado por pessoas de confiança do pontífice durante a menoridade do novo soberano. Inocêncio III ao morrer (julho de 1216) podia estar convencido de que a separação entre o reino da Sicília e o Império contribuiria decididamente para a manutenção da paz e da segurança dos Estados da Igreja. Com a morte do grande papa e a ascensão de Honório III à cátedra de S. Pedro, a situação sofreria completa mudança.

A ida do jovem Henrique, rei da Sicília, para a Alemanha onde recebe o ducado da Suábia é um passo decisivo de Frederico na quebra dos compromissos assumidos com o pontificado romano. A Santa Sé encontrava-se novamente em face de uma situação ameaçadora: um rei da Sicília suscetível de ser eleito rei da Alemanha e imperador. Em abril de 1220 Henrique era escolhido rei numa dieta geral da Corte realizada em Francforte. Cinicamente Frederico procurou tranqüilizar o pontífice informando-lhe que a eleição se fizera sem o conhecimento e assentimento paterno.

Depois de haver designado Engelberto, arcebispo de Colônia, como regente do Império, Frederico dirigiu-se à península a fim de ser coroado imperador, fato esse que ocorreu a 22 de novembro de 1220. O imperador conquistou, então, a confiança de Honório III com inúmeras promessas.

De Roma Frederico dirige-se para a Sicília, terra que ele preferia à Alemanha. Na zona meridional da península e na própria ilha o imperador teve que enfrentar uma série de problemas que se haviam agravado durante sua ausência. Os muçulmanos refugiados nas montanhas do interior da Sicília ameaçavam a população. Na península Nápoles tornara-se independente e a toda a parte chegavam aventureiros do norte em busca de riquezas e terras. Todos esses acontecimentos retardaram a execução do projeto de uma expedição ao Oriente com que Frederico se comprometera.

Em 1226 o imperador convoca em Cremona uma dieta comum aos reinos da Itália e da Alemanha onde são objeto de deliberação: a cruzada, a luta contra os hereges existentes no Império e a reorganização do Império em seu conjunto.

Quanto à cruzada, o papa Gregório IX obtivera do imperador a promessa de que partiria para o Oriente em agosto de 1227 (entrevista de S. Germano em 1225), sob pena de excomunhão. No verão de 1227 reúnem-se forças poderosas em Brindes. Frederico embarca a 1º de setembro, mas retorna poucos dias depois alegando motivos de saúde. Uma epidemia alastrara-se entre os cruzados. Contra Frederico foi então pronunciada a sentença de excomunhão (29 de setembro de 1227), pois, verdadeiro ou falso o motivo alegado, o fato é que as palavras do imperador já não mereciam mais crédito na corte pontifícia, tantas haviam sido as transgressões de compromissos assumidos. A narrativa da VI cruzada efetuada por um imperador excomungado encontra-se na terceira parte deste volume.

Durante a ausência do imperador estabelecera-se um verdadeiro estado de guerra entre o pontífice e o monarca excomungado. Os exércitos pontifícios obtêm êxitos no sul da Itália sob o comando de João de Brienne. Quando porém Frederico regressa do Oriente, em junho de 1229, retoma os territórios perdidos. Estabelece-se, então, um acordo entre o papa e o imperador (preliminares de S. Germano, julho de 1230 e, depois, tratado de Ceperano) em que se estabelecem, entre outras, as seguintes resoluções:

1) Frederico se submeteria ao julgamento da Santa Sé no que dizia respeito à excomunhão.

2) Era concedida ampla anistia aos que, na luta, haviam tomado o partido da Santa Sé.

3) Seriam respeitados os limites do Patrimônio.

4) Frederico seria absolvido da excomunhão.

O imperador porém não estava disposto a acatar as cláusulas do Tratado. Aliás a legislação siciliana, que Frederico refundiu e codificou em 1231 (*Lex Augustalis* conhecida também como constituições de Melfi), continha vários dispositivos que conflitavam com a situação do antigo reino normando subordinado à suserania da Santa Sé.

Em choque com as cidades lombardas o imperador se reaproxima do papa a quem é deferida a arbitragem da questão lombardo-imperial (1232). Entretanto (1231-1233) uma crise desencadeada em Roma obriga Gregório IX a refugiar-se em Rieti, perto de Espoleto, e a pedir o auxílio do imperador, mas este se esquiva, pretextando os distúrbios surgidos na Sicília como reação ao autoritarismo das Constituições de Melfi. O papa estabelece então um *modus vivendi* com os romanos e decide o problema da Lombardia de um modo não satisfatório para Frederico II. Em 1234 uma nova crise romana leva Gregório a refugiar-se em Rieti. Nessa época a Alemanha atravessava uma crise religiosa (motivada pelo problema da inquisição) e político-social. Esta última se caracteriza pelo esboroamento da autoridade imperial (a Alemanha é um verdadeiro mosaico de principados), pela luta de classes (burgueses contra senhores feudais, cavaleiros contra príncipes e camponeses contra cavaleiros) e pela política pessoal de Henrique que perde, então, a confiança do pai. Por trás do herdeiro de Frederico encontram-se os poderosos príncipes alemães que desejam libertar-se da autoridade do imperador. Este, entretanto, necessita da Alemanha como fonte de guerreiros. Compreendendo a gravidade da situação, Frederico II procura Gregório IX em Rieti e fornece-lhe auxílio para recuperar Roma. Em 1235 o papa lança a excomunhão contra Henrique e prepara assim a ida do imperador à Alemanha. Henrique se aliara às cidades lombardas, mas Frederico II, de volta (1235) à Alemanha, após longos anos de ausência, conseguiu reafirmar sua autoridade. Henrique pediu perdão mas foi, não obstante, encarcerado, tendo-se suicidado em 1242.

O poder e prestígio de Frederico II vão atingir o apogeu. Quatro acontecimentos assinalam esse apogeu:

1) O casamento de Frederico II com Isabel, irmã do rei Henrique III da Inglaterra (julho de 1235). Essa terceira união matrimonial de Frederico estabelecia também um elo político entre os Hohenstaufen e os Plantagenetas.

2) A *dieta de Mogúncia* reunida em agosto de 1235 constituiu não só uma reunião de grande alcance político pela promulgação de importantes Constituições e pelo entendimento havido entre Guelfos e Hohenstaufen com a submissão de Otão de Lüneburg, neto de Henrique, o Leão, mas também uma reunião festiva com que Frederico procurou teatralmente impressionar seus súditos, que contemplaram maravilhados os camelos, os elefantes e as girafas do imperador.

3) Em março de 1237 Frederico fez eleger em Viena seu filho Conrado (que não completara ainda nove anos) rei dos romanos. Essa eleição foi confirmada em Espira no mês de junho do mesmo ano.

4) Frederico II, no auge do poder, resolve dominar as cidades lombardas. Desce à Itália em setembro de 1237 e obtém uma retumbante vitória em Cortenuova (27 de novembro de 1237) onde a Liga perdeu dez mil homens. Seguem-se novas vitórias imperiais e a Itália do Norte é reorganizada dentro da concepção de uma verdadeira monarquia centralizada que contrasta com o tradicional esfacelamento do poder político na região.

Gregório IX, entretanto, que não concordara com a atuação de Frederico II na Lombardia, une as duas repúblicas marítimas, Gênova e Veneza, contra o imperador (1238). Reacende-se a luta entre papado e império, e Frederico II é excomungado (março de 1239). Na Alemanha esboça-se uma reação contra o imperador, mas a situação é resolvida em favor de Conrado. Nessa época pesa uma terrível ameaça sobre a Europa: a invasão dos mongóis sobre que falaremos na terceira parte deste volume.

Frederico II desencadeia uma perseguição contra os religiosos e membros da hierarquia fiéis ao papa. Diversos bens são seqüestrados. Não satisfeito, o imperador invade o Patrimônio e sitia a capital pontifícia. Gregório IX resolve, então, convocar um concílio, mas Frederico II impede o acesso a Roma de prelados franceses, ingleses e espanhóis que são aprisionados. O fato repercute desfavoravelmente e o próprio rei da França S. Luís se aproxima da Santa Sé. Gregório IX morreu em agosto de 1241, deixando a Igreja e o Império em plena crise. Frederico porém cometera excessos contra a Igreja inadmissíveis dentro da mentalidade religiosa da época. Compreende-se, assim, que seu prestígio entrasse em declínio.

Para substituir Gregório IX foi escolhido o idoso Celestino IV que faleceu poucos dias depois. O sucessor de Celestino IV Inocêncio IV só foi eleito em junho de 1243. O novo papa envia uma missão ao imperador com propostas de paz que são rejeitadas. Frederico quer resolver a questão pela força, mas uma forte corrente de opinião em que se alinham S. Luís e Balduíno, imperador latino de Constantinopla, pressiona no sentido do restabelecimento da paz na Cristandade. Chegou-se assim ao tratado de S. João de Latrão (março de 1244) que estabeleceu uma paz precária, pois Frederico recusou ratificá-lo. Inocêncio IV deixa a Itália e dirige-se para Lião cuja posição geográfica facilita a realização de um concílio. Voltaremos a essa importante assembléia no capítulo referente à Igreja (outro volume da ***História do Mundo Feudal***). A primeira sessão do Concílio realizou-se em junho de 1245 e no mês seguinte foi pronunciada a deposição do imperador, tendo Inocêncio IV renovado a sentença de excomunhão. Frederico II, longe

de submeter-se, intensifica a luta cujos principais episódios se desenrolam na Alemanha e na Itália. No primeiro desses países o prestígio de Frederico estava em franco declínio. O imperador era acusado de haver negligenciado a ameaça mongólica e parte da feudalidade alemã temia, no fundo, o autoritarismo imperial no caso de uma vitória sobre o papado. Compreende-se pois que tenham sido eleitos sucessivamente na Alemanha dois reis dos romanos: Henrique Raspe (maio de 1246-1247) e Guilherme da Holanda. Este último se faz coroar em Aix-la-Chapelle (1º de novembro de 1248) e combate Conrado até 1250. Vale registrar um fato de grande significado histórico nessa guerra civil que dilacera a Alemanha: um grande número de cidades (como, v.g., Colônia, Espira, Worms, Ratisbona, Treves, Nürenberg, Francforte, etc.) apóiam o imperador excomungado não por simpatia, mas porque encontraram na luta uma oportunidade para libertarem-se dos senhores feudais, especialmente da feudalidade eclesiástica. E' a burguesia que se alia à monarquia contra o feudalismo.

Na Itália Frederico prossegue a luta e obtém o apoio de Veneza, cidade rival de Gênova que apóia o papa. Em setembro de 1245 o imperador solicita a intervenção de S. Luís numa tentativa de isolar Inocêncio IV. De um encontro deste com o rei da França resulta a aprovação do casamento de Carlos d'Anjou, irmão de S. Luís, com Beatriz, herdeira do conde da Provença, fato esse que representava uma derrota para Frederico (que cobiçava a mão da rica herdeira para Conrado) e que teria importantes conseqüências históricas.

Na península uma série de acontecimentos iria contribuir para o declínio de Frederico. Em junho de 1247 a cidade de Parma, ponto estratégico de ligação entre a Itália Meridional e Setentrional, cai em poder dos inimigos do imperador. Este sitia a cidade durante vários meses mas sofre uma derrota quando os habitantes irrompem no acampamento imperial (fevereiro de 1248). Essa vitória de Parma teve uma enorme repercussão moral, além de representar para Frederico graves perdas materiais.

A par dessa grave derrota devem ser lembradas as múltiplas conspirações tramadas contra o neto de Barba-Roxa. Uma dessas foi reprimida com terríveis atrocidades.

Em maio de 1249 o imperador sofre um sério golpe com o aprisionamento de seu filho predileto, Enzio, derrotado pelos bolonheses.

Finalmente, Frederico, acometido de mortal enfermidade, iria sucumbir aos 13 de dezembro de 1250 em Castel Fiorentino, aos 56 anos de idade. Seu corpo foi sepultado na catedral de Palermo.

Encerremos essas linhas sobre Frederico com algumas breves considerações em torno de sua personalidade e de suas pretensões. O que mais chocou os contemporâneos do neto de Barba-Roxa foram seus costumes privados que, como anota Calmette, «nada tinham em comum com o Evangelho».[150] Basta lembrar, a propósito, que esse príncipe admirador da civilização islamita não hesitava em afrontar a cristandade medieval, mantendo dois haréns, um em Lucena e outro em Messina...

Entre os ideais de Frederico figurava a unificação política da Itália e a interpenetração da civilização islâmica e da civilização cristã. Esses objetivos chocavam-se evidentemente contra a estrutura político-religiosa da Europa Medieval. A unificação italiana feita por um soberano siciliano implicaria na perda definitiva da autonomia dos Estados da Igreja, situação que significaria para os pontífices um retrocesso da História.

Quanto às influências islâmicas, essas encontravam a repulsa não só da própria população cristã da Europa, mas também dos intelectuais da Igreja que viam no averroísmo de Frederico o caminho certo para o materialismo. Note-se, contudo, a título de curiosidade, que oficial e ostensivamente Frederico pretendeu permanecer dentro dos quadros da Igreja e por ocasião de sua morte recebeu os sacramentos das mãos do arcebispo de Palermo. Seu testamento mandava restituir à Igreja os bens confiscados.

Conrado IV (1250-1254) e *Guilherme da Holanda* (1247-1256). — Na Alemanha, Guilherme da Holanda disputava a coroa com o filho do soberano defunto, Conrado IV. Este resolve firmar seu prestígio na Itália onde sente que se encontra o centro do Império. Na dieta de Ratisbona (outubro de 1251) designa seu sogro Otão da Baviera como regente e dirige-se para Verona. Daí prossegue viagem e, por via marítima, chega a Pola onde recebe enviados da Sicília. Em janeiro de 1252 entra em acordo com Manfredo, filho natural de Frederico a quem o pai conferira, em testamento, a regência da Itália e da Sicília.

No verão de 1252 Conrado tenta, sem resultado, obter o reconhecimento de Inocêncio IV. Em maio de 1254 o jovem Conrado morria vítima de uma doença em Lavello, na Basilicata, aos 27 anos de idade, deixando como herdeiro um único filho, Conradino, que contava quatro anos de idade.

Com a morte de Guilherme da Holanda em janeiro de 1256 em uma expedição contra os frisões ocidentais começa o período de interregno que vai durar até 1273.

5. O grande interregno

Um estudo ainda que superficial da História política interna da Alemanha a partir da restauração imperial otoniana revela-nos uma constante luta entre forças centrífugas e forças centralizadoras. Estas triunfam evidentemente graças à forte personalidade dos titulares do poder real e imperial. Mas esse triunfo não é absoluto e a tendência centrífuga se faz sentir quando a fraqueza do soberano o permite. Este dependia essencialmente de duas forças poderosas e por vezes antagônicas: os senhores feudais e as cidades. Frederico II, fascinado pela idéia de do-

minar a Itália e necessitado de recursos humanos que só a Alemanha podia fornecer, fizera concessões aos príncipes e às cidades. Ao morrer o neto de Barba-Roxa, as forças centrífugas encarnadas nos grandes senhores e na burguesia urbana vão levar a Alemanha a um pluralismo político que acarreta tremendas conseqüências de ordem político-social.

Dois príncipes estrangeiros disputam, então, o diadema imperial: Ricardo de Cornualha, irmão do rei Henrique III da Inglaterra, e Afonso X de Castela. Ambos os pretendentes estavam ligados por laços de parentesco aos Hohenstaufen.

Ricardo era considerado o príncipe mais rico de seu tempo, fato esse que influiu decisivamente na eleição realizada em Francforte (janeiro de 1257). Vale fazer uma observação importantíssima. Somente sete príncipes passam a influir diretamente na eleição: os arcebispos de Mogúncia, de Treves, de Colônia e quatro senhores leigos: o conde palatino do Reno, o duque da Saxônia, o margrave de Brandeburgo e o rei da Boêmia. Esboça-se aqui o colégio eleitoral germânico.

Ricardo tivera os votos dos arcebispos de Colônia, de Mogúncia, do conde palatino e mais a adesão do rei da Boêmia. O arcebispo de Treves, porém, que era favorável a Afonso X de Castela, convocou uma nova assembléia em Francforte e conseguiu quatro votos para o príncipe espanhol, pois o rei da Boêmia somara também seu apoio ao dos eleitores da Saxônia e de Brandeburgo.

Afonso jamais apareceu na Alemanha. Quanto a Ricardo, podemos resumir assim suas atividades em relação ao reino: «Em 17 de maio de 1257 Ricardo foi coroado; em 1258 chegou até Mogúncia; em 1259 retornou à Inglaterra; em 1260 esteve pela segunda vez na Alemanha e chegou até Worms; em 1262 esteve na Alemanha pela terceira vez e então chegou até Hagenau. Em 1264 foi preso na batalha de Lewes na Inglaterra por Simão de Leicester e em setembro de 1265 recobrou a liberdade. Em 1268 e 1269 esteve na Alemanha pela quarta vez, porém toda sua influência se limitou às comarcas do Reno; no oriente do Império não teve influência alguma, nenhum historiador menciona sequer seu nome. As notícias mais importantes sobre ele procedem todas da Inglaterra. No dia 2 de abril de 1272 morreu em Berkenstede». [151]

Na prática a Alemanha esteve sem soberano efetivo durante o longo período que se estende de 1256 a 1273. Esse período contribuiu para fortalecer a autonomia dos grandes senhores leigos e eclesiásticos, e para desenvolver o poder das cidades alemãs. Foi sobretudo um período em que predominou o direito da força (*Faustrecht*, o direito do punho) de acordo com o qual cada um passou a fazer justiça pelas próprias mãos. Alastrava-se a guerra privada. Os caminhos se tornavam inseguros prejudicando a agricultura e o comércio.

6. O início da casa de Habsburgo (1273-1291)

A situação caótica que o longo interregno produzira na Alemanha levou os príncipes à escolha de um novo soberano na pessoa do conde Rodolfo de Habsburgo pertencente a uma antiga linhagem cujo feudo se estendia em torno do «castelo do gavião» (Habechesburc = Habichtsburg = burgo do gavião) situado na Suábia entre os rios Aar e Reuss. O novo rei da Alemanha e rei dos Romanos recebera a unanimidade de votos na assembléia realizada a primeiro de outubro de 1273. Explica-se essa escolha por várias razões:

1) A fidelidade que Rodolfo mantivera em relação aos Staufen.

2) A prática de uma política meramente local durante o interregno evitara para Rodolfo a animosidade dos poderosos e, talvez, a impopularidade. O novo escolhido gozava, assim, da estima geral dos senhores feudais alemães que não viam nele uma ameaça a seus desejos de autonomia.

3) A fama de honradez, prudência e piedade contribuiu decisivamente para a escolha do Habsburgo. O arcebispo de Colônia descreve-o como «amável para com Deus e para com os homens». [152]

A coroação de Rodolfo se realizou em 24 de outubro de 1273 em Aquisgrana. A legitimidade da eleição foi reconhecida pelo papa Gregório X no ano seguinte *(Te Regem Romanorum nominamus)*.

Dois opositores de Rodolfo, entretanto, haviam apelado para o papa: Otocar da Boêmia e Afonso X de Castela. Otocar da Boêmia era «poderoso príncipe do Império, que não só ostentava o título de duque da Áustria, Caríntia, Carníola e Estíria, mas que se encontrava também de posse da dignidade real da Boêmia. Havia recebido de sua mãe uma educação alemã». [153]

Afonso de Castela, logo depois da morte de Ricardo, exigira do papa a coroa imperial, mas Gregório X exortou-o à renúncia prometendo-lhe auxílio na luta contra os sarracenos.

Também a Otocar o papa fizera um apelo no sentido de que reconhecesse «o que era justo e não o falso». [154] O rei tcheco porém não aceitou a eleição de Rodolfo e absteve-se de comparecer às dietas de Würzburg e de Augsburgo. O vassalo rebelde foi proscrito e a Alemanha mergulhou novamente na guerra civil.

A luta contra Otocar ocupa os primeiros anos do reinado de Rodolfo e se desdobra em três etapas:

1) Em 1276, depois de preparar-se devidamente, o Habsburgo desencadeia a ofensiva que reúne contra Otocar todos os que se haviam sentido prejudicados pela expansão tcheca. Em 21 de novembro de 1276, pela paz de Viena, Otocar capitula e renuncia a suas conquistas: a

Áustria, a Estíria, a Caríntia e a Carníola. Rodolfo confirma o vencido na investidura da Boêmia e da Morávia e de outros territórios já possuídos por seus predecessores. Dois casamentos deveriam sancionar a paz de Viena: Hartmann, filho de Rodolfo, desposaria Cunegundes, filha de Otocar. Venceslau, filho e herdeiro do rei tcheco, casar-se-ia com Guta, filha de Rodolfo. A 25 de novembro Otocar prestou submissão ao rei alemão no acampamento deste. Rodolfo entrou, posteriormente, na cidade de Viena.

2) Otocar porém não se conforma com a derrota e revolta-se novamente. Um ataque magiar à Morávia obriga-o, porém, a renovar a paz de Viena (1277).[155]

3) Em 1278 desencadeia-se uma nova rebelião de Otocar que conta, agora, com aliados poderosos: a Polônia, a Silésia e a cumplicidade de Henrique, duque da Baixa-Baviera, que cobiçava a alta Áustria. A batalha decisiva travou-se em Dürnkrut a 26 de agosto de 1278. Os adversários lutaram encarniçadamente. No decurso do combate Rodolfo teve seu cavalo morto por um cavaleiro da Turíngia, mas foi salvo pelo escudo do cavaleiro Walter de Ramswag. Otocar, ao sentir que seria derrotado, lançou-se no mais renhido da peleja sendo derrubado do cavalo, gravemente ferido. Foi, então, assassinado. A vitória de Rodolfo era completa. Uma importante conseqüência dessa vitória foi a formação de um novo estado: a grande Áustria. A melhor parte dos despojos de Otocar são transferidos para a nova casa d'Áustria. «O poder dos Habsburgos se deslocou de sudoeste para o sudeste do Império. Por essa razão estaria destinado a converter-se, poucos séculos depois, em protetor do Império e da cristandade ocidental em frente dos turcos».[156] Praticando uma política de engrandecimento da própria família (seus filhos Alberto e Rodolfo foram elevados à categoria de Príncipes em dezembro de 1282), Rodolfo de Habsburgo preparava o futuro de uma dinastia destinada a desempenhar um longo e preponderante papel na história européia.

Rodolfo procurou restabelecer a ordem e a autoridade no interior do reino alemão, abaladas pelo prolongado *interregno*. Nesse sentido tomou as seguintes medidas:[157]

1) Reivindicou os direitos e bens que haviam sido objeto de usurpação em detrimento da coroa.

2) Procurou restabelecer a paz pública promulgando, por exemplo, ordenanças de paz na dieta de Würzburg (1287). Faz o mesmo na dieta de Espira (1291).

3) «Durante todo o seu reinaldo, Rodolfo teve de lutar sem tréguas contra os bandoleiros nobres que perturbavam a paz dos seus Estados. Acorria a diferentes partes do seu império para os atacar nos seus próprios redutos, arrasando as suas fortificações. Só na floresta da Turíngia, apenas no espaço de um ano, mandou demolir sessenta e seis desses refúgios de bandidos».[158]

4) Estabeleceu um *modus vivendi* com as comunidades urbanas, respeitando-lhes a autonomia e contribuindo, assim, para a prosperidade econômica.

Resta dizer algumas palavras sobre a atitude de Rodolfo em relação à Itália. Calmette sublinha que o Habsburgo foi o primeiro rei alemão que não olhou para a Itália, que não deixou desviar-se para fora, que foi insensível ao apelo das quimeras.[159] Numa entrevista mantida em Lausanne com o papa Gregório X, Rodolfo, ainda no início de seu reinado, prometera ir a Roma para a sagração imperial e partir, em seguida, para o Oriente. As circunstâncias impediram o cumprimento dessas promessas: a Itália permaneceu fora do horizonte das atividades do primeiro rei Habsburgo, que, em solene juramento, prometeu respeitar todos os bens e direitos da Igreja Romana bem como a autonomia do reino da Sicília.

Rodolfo de Habsburgo faleceu em Espira aos 15 de julho de 1291. Contava então 73 anos e foi sepultado na catedral que já acolhia os restos mortais de seus antecessores Sálicos e Staufen.

Adolfo de Nassau (1292-1298). — Rodolfo, ainda vivo, procurara assegurar a sucessão ao trono para seu filho Alberto, tentando, em vão, conquistar o apoio dos príncipes na dieta de Francforte em maio de 1291. E' que os grandes senhores temiam a perspectiva da perpetuação da coroa em uma dinastia tão bem enraizada na Áustria e nas marcas de Leste.

Quando Rodolfo morreu, Alberto que detinha as insígnias imperiais no castelo de Kilburg, na Suíça, se considerava o candidato natural ao título, mas, para decepção sua, o escolhido na dieta de Francforte de 5 de maio foi o conde Adolfo de Nassau. Essa escolha explica-se, ao menos em parte, pelo desejo dos eleitores de contar com um soberano fraco e facilmente manejável. Note-se, aliás, que Nassau estava vinculado a seus eleitores por promessas que, cumpridas, rebaixariam o prestígio da realeza.

O novo rei nascera em 1255, era senhor de Idstein e Weilburg e aliava qualidades de guerreiro a certa cultura, pois dominava o latim e o francês. Para firmar-se no poder, Adolfo procura apoiar-se na pequena nobreza e aceita até mesmo uma aliança com o rei da Inglaterra Eduardo I contra Filipe, o Belo. Já em 1294 o soberano inglês obtivera o apoio de Adolfo mediante o pagamento de elevada quantia. O soberano alemão deveria atacar o capetíngio, mas a intervenção de Bonifácio VIII evitou a luta.

Com o dinheiro inglês Adolfo reunira um exército e passara a praticar uma política de independência em relação aos príncipes alemães.

Alberto, entretanto, não desesperara de ascender ao trono. Em junho de 1297, por ocasião das solenidades de coroação de Venceslau em Praga,

formou-se uma coligação de príncipes contra Adolfo. A luta armada era inevitável e seu episódio decisivo foi a batalha de Goellheim (2 de julho de 1298) que terminou com a morte de Adolfo e a vitória de Alberto. Este foi eleito, então, em Francforte aos 27 de julho e coroado em Aquisgrana no mês seguinte.

Alberto I (1298-1308). — O novo rei contava com muitos inimigos e desde o início de seu reinado se viu forçado a fazer concessões aos príncipes. Durante esse reinado de dez anos Alberto I revela uma qualidade herdada de seu pai: o senso da realidade. Vejamos, em sua sucessão cronológica, alguns dos acontecimentos mais marcantes do reinado do segundo Habsburgo.

1299 — Em dezembro desse ano Alberto mantém uma entrevista com Filipe, o Belo, em Quatre-Vaux, perto de Toul.

1300 — Alberto faz uma expedição contra João de Hainaut que pretendia o território deixado por João, conde da Holanda, falecido ainda jovem sem deixar descendentes. O rei alemão não aceitou as propostas de paz de Hainaut e exigiu submissão incondicional, mas teve que bater em retirada por não haver contado com o apoio dos príncipes. A questão da Holanda opõe a França à Alemanha.

1301 — Alberto provocou a reação dos príncipes eleitores quando pretendeu liberar a navegação pelo Reno, de impostos injustificados que encareciam as transações comerciais. Segue-se uma guerra em que a política de Alberto é vitoriosa. O cronista anota em 1302: «*Rhenus apertus est, et naves ascendere vel descendere libere potuerunt*» (O Reno foi aberto, os navios puderam subir e descer livremente).

1303 — Neste ano Alberto renova o juramento prestado por Rodolfo ao pontífice romano. A união entre Alberto e Bonifácio VIII acarreta o rompimento com a França e a aliança desta com a Boêmia contra o Habsburgo.

Quando, em 1301, com a morte de André III, se extinguiu a dinastia dos Árpades na Hungria, dois candidatos apareceram: Venceslau III, filho de Venceslau II, rei da Boêmia, e Carlos Roberto (Carobert). Ambos os candidatos eram sobrinhos de Alberto. Venceslau III foi proclamado rei dos magiares com o nome de Ladislau. Alberto, alarmado com o crescente poder da dinastia da Casa Real da Boêmia (que então dominava do Adriático ao Báltico), tomou partido por Carlos Roberto. A morte de Venceslau II (1305) e, no ano seguinte, o assassinato de Venceslau III (1306) mudaram completamente a situação, proporcionando a Alberto «a ocasião mais brilhante para a extensão do poder de sua casa...»[160] Alberto aproveitou a oportunidade fazendo com que seu filho Rodolfo fosse eleito rei da Boêmia. «Um poder formidável e um território contínuo de principados como não havia outro — Estíria,

Áustria, Boêmia e Morávia, Meissen e Turíngia — encontravam-se assim em poder da casa reinante».[161] A esses territórios devem ser acrescentados os que constituíam o antigo patrimônio e que se situavam na Alsácia, na Suíça e no Reno Superior. Compreende-se que todos esses domínios emprestassem a Alberto um enorme prestígio dentro da própria Alemanha. A casa de Áustria «havia firmado seus pés no Sudoeste, no Sudeste e no Centro do Reino com um poder patrimonial que nunca havia sido visto, e no noroeste delineava-se a sucessão dos extintos condes da Holanda, cuja disposição Alberto se reservava».[162]

Mas o vasto poder de Alberto encontrava oposições. Assim, por exemplo, o jovem margrave Frederico, o Temerário, infligiu uma derrota às tropas do rei em Lucka (maio de 1307). Pela mesma época falecia prematuramente o rei Rodolfo da Boêmia (julho 1307) e o trono foi entregue ao duque Henrique de Caríntia, esposo de uma filha de Venceslau II. Alberto preparava-se para a luta quando foi assassinado por um sobrinho, a 1º de maio de 1308, nas proximidades do castelo de Habsburgo.

7. A casa de Luxemburgo

O assassinato de Alberto provocou na Alemanha uma série de violências traduzidas em inúmeras guerras privadas. A sorte do reino estava, outra vez, nas mãos dos eleitores. Os filhos de Alberto não se encontravam em condições de conseguir o trono e entre os pretendentes figurava de certo modo o próprio Filipe, o Belo, que cobiçava a coroa para seu irmão Carlos de Valois e contava para esse fim usar o prestígio do papa Clemente V. Este, porém, segundo Haller, não apoiava as pretensões francesas e preferia um imperador alemão «para libertar-se da opressiva dependência francesa».[163]

Em 27 de novembro de 1308, em Francforte, os príncipes alemães elegeram o conde Henrique de Luxemburgo, levando ao trono alemão uma nova dinastia: a de Luxemburgo. Lützelburg ou Luxemburgo era um pequeno condado situado ao sul do bosque das Ardenas e nele se falava o francês a oeste e o alemão a leste.

Henrique VII (1308-1313). — Henrique havia sido escolhido por unanimidade, o que se explica não só pelo dinheiro versado, mas também pelas promessas favoráveis aos príncipes entre as quais figurava a de restabelecer as alfândegas do Reno.

Os historiadores retratam o novo soberano como justo, devoto e destro no manejo das armas (*Hic justus et religiosus et in armis strenuus fuit*). Sua língua materna era o francês. Fora educado na corte francesa e nutria ideais cavalheirescos.

Vejamos em sua seqüência cronológica os principais acontecimentos do breve reinado de Henrique VII.

Depois de sua coroação em Aquisgrana (janeiro de 1309) o novo soberano percorreu o reino reprimindo as desordens. Deve-se notar que aos grandes senhores agradou a atitude do rei não prestigiando os burgueses.

Em 1310 foi celebrado em Espira o casamento de João, filho de Henrique VII, com Isabel, descendente de Otocar e última herdeira dos Premyslidas. João tomou o título de Rei da Boêmia e com o auxílio do arcebispo de Mogúncia, Pedro d'Aspolt e outros nobres, conseguiu expulsar Henrique de Caríntia e ser coroado solenemente na catedral de Praga em fevereiro de 1311.

Depois de renovar perante o delegado do papa em Lausanne o mesmo juramento prestado por Rodolfo, Henrique VII iniciou sua expedição à península (outubro de 1310).

A Itália estava dilacerada por lutas internas e a viagem do imperador despertou em parte da população o entusiasmo e a esperança de que viesse restabelecer o império da ordem e da justiça. Vale recordar, entre os que saudaram calorosamente Henrique VII, o próprio Dante. O poeta viu no César alemão o salvador da Itália e o restaurador de Roma e, por isso, dirigiu a todos os governantes da península uma proclamação — ***(Universis et singulis Italiae regibus et senatoribus almae Urbis, nec non ducibus, marchionibus, comitibus et populis, humilis italus Dantes Alagherii).*** E' curioso lembrar também que por essa mesma ocasião Dante, em sua obra *De Monarchia*, desenvolve uma teoria do Império. Os fatos iriam desvanecer as esperanças do maior poeta da Idade Média. Com efeito, a missão que se propunha Henrique VII encontraria obstáculos intransponíveis. A ausência do papa, a presença de um aragonês na Sicília, o domínio dos Anjou em Nápoles e a hegemonia dos guelfos em cidades importantes como Florença e Milão, constituíam um quebra-cabeças de problemas político-sociais que Henrique VII jamais poderia solucionar. Assim é que «em lugar de levar a paz, o rei se viu obrigado a lutar, em vez de colocar-se acima dos partidos, teve que apoiar-se completamente no dos guibelinos».[164] Teve que enfrentar com as armas nas mãos a federação das cidades guelfas capitaneadas por Roberto de Nápoles, neto de Carlos d'Anjou.

Lembremos brevemente alguns dos principais episódios da estadia de Henrique VII na península.

Depois de atravessar Monte Cênis em outubro de 1310, o imperador é recebido triunfalmente em Turim pelo duque Amadeu. Em Milão recebe a coroa lombarda (janeiro de 1311) das mãos do arcebispo. Mas Henrique VII não colhe só triunfos. Cremona, Bréscia e outras cidades lombardas se revoltam. Dante apelou então ao imperador para que atacasse Florença, foco central de seus inimigos. «Na verdade o crime não bebe do arrebatado Pó, nem do Tibre; até agora sua garganta só envenena as ondas do Arno. Florença, Florença, chama-se a abominável e escandalosa besta» (Carta de Dante ao imperador).

Em outubro de 1311 Henrique VII celebra uma reunião em Pavia e daí parte para Gênova onde recebe uma acolhida festiva. Em fevereiro de 1312 segue para Pisa, a cidade mais guibelina da Itália. Dessa cidade Henrique VII dirige-se, então, para Roma, onde João de Acaia, irmão de Roberto de Nápoles, com o auxílio de soldados franceses e napolitanos domina S. Pedro e o Castelo de Santo Ângelo.

O imperador teve que enfrentar uma luta de rua sem, contudo, conseguir penetrar no Vaticano. As cerimônias da coroação imperial tiveram que se realizar na basílica de Latrão. Henrique VII recebeu aí a unção sagrada, o diadema do Império, o cetro de ouro e a espada das mãos de três cardeais delegados por Clemente V (29 de julho de 1312). De Roma o imperador retirou-se para Tívoli e em setembro sitiou Florença, mas não conseguiu penetrar na cidade que era o principal centro do guelfismo.

Dirigiu-se para Pisa onde se preparou para um ataque contra Nápoles, tendo-se aliado a D. Fadrique (Frederico) da Sicília. Apesar da oposição do papa, o imperador dispôs-se a iniciar a campanha, quando faleceu vítima de febres malignas na localidade de Buonconvento (24 de agosto de 1313). Seus restos mortais foram sepultados em Pisa. Dante presta uma homenagem na *Divina Comédia* (Paraíso, canto XXX, v 133) àquele que ele havia saudado «rei dos romanos pela Divina Providência».[165]

Luís IV, da Baviera (1314-1347) e ***Frederico, o Formoso*** (1314-1330). — A morte inesperada de Henrique VII despertou as ambições e abriu uma luta eleitoral a que concorreram entre outros Filipe, o Belo (que desejava o diadema ao menos para um de seus filhos, o futuro Filipe V), João da Boêmia (que foi excluído em virtude da pouca idade) Luís, duque da Baviera Superior, e Frederico, o Formoso, representante da Casa d'Áustria.

A 19 de outubro de 1314 Frederico foi eleito por um grupo de eleitores. No dia seguinte, outro grupo escolheu Luís da Baviera. As escolhas se haviam processado em locais diferentes.

Ambas as eleições podiam ser impugnadas como nulas. Podia-se discutir a validade dos votos, a validade do lugar da eleição e até a validade da iniciativa. Os eleitos porém não duvidaram da legitimidade do mandato recebido e trataram logo de ser coroados. Frederico foi coroado em Bonn pelo Arcebispo de Colônia; Luís o foi em Aquisgrana pelo arcebispo de Mogúncia. Como a eleição, também as coroações eram passíveis de discussão quanto à legitimidade do oficiante (no caso de Luís) e quanto ao local (no caso de Frederico).

A força, mais que o direito, iria decidir a contenda. Frederico tinha a seu favor a Áustria, a Estíria, a Caríntia, a Carníola, o Tirol, as cidades da Alta Suábia e as grandes possessões da Casa de Habsburgo. Ao lado de Luís estavam as cidades imperiais e a Boêmia. Frederico

aparecia como o paladino da nobreza, Luís era considerado o defensor da burguesia.

A Alemanha encontrava-se novamente em plena guerra civil e a desordem passou a reinar em diversas regiões. Uma sociedade secreta (a *Vehme*) que desempenhara papel relevante durante o interregno redobra de atividade fazendo «justiça» pelas próprias mãos contra seus opositores.

Como os dois adversários apresentassem um equilíbrio de forças, a luta entre eles revelou-se encarniçada e devastadora. «O teatro dessas campanhas devastadoras foi sobretudo a Alemanha do Sul, país dos dois rivais. Um e outro se arruinavam para sustentar a própria causa. O bávaro dilapidava, para pagar seus partidários, os bens reais. Frederico saqueava, pelas mesmas razões os domínios da Casa d'Áustria».[166] Durante a guerra civil e com ela relacionados podemos anotar a ocorrência dos seguintes fatos:

1) A nordeste, a Ordem Teutônica sente-se com mais liberdade para expandir seus territórios.

2) Valdemar, margrave de Brandeburgo, é batido pelo rei da Dinamarca em Granzow.

3) Enquanto a nobreza é dizimada, aumenta o poder das cidades e dos camponeses.

4) Processa-se a independência helvética.

Este último fato merece algumas linhas. O duque Leopoldo, irmão de Frederico, o Formoso, recebera a incumbência de punir os habitantes de Schwytz que haviam assaltado o mosteiro da Einsiedeln. Com um numeroso exército Leopoldo parte de Bade e penetra no coração da Suíça. Os montanheses porém prepararam uma emboscada e infligiram uma tremenda derrota às tropas do duque. O cronista João de Winterthur narrando o episódio ocorrido em Morgarten (perto do lago de Egeri) diz que os suíços surpreenderam os adversários «como peixes presos em uma rede e os massacraram sem nenhuma resistência»[167] (novembro de 1315). Sob a impressão da vitória de Morgarten celebrou-se entre os três Cantões confederados (Uri, Schwytz e Unterwalden) o pacto de Brunnen redigido em alemão (dezembro de 1315).[168] A esse embrião da Suíça livre viriam juntar-se mais tarde outros cantões formando um novo Estado independente.

Luís da Baviera não hesitou em reconhecer a aliança de Brunnen, visando naturalmente o desgaste de Frederico. O episódio de Morgarten repercutiu desfavoravelmente entre os partidários deste último, produzindo defecções. A luta entre os dois rivais, entretanto, só chegou ao fim quando Luís derrotou Frederico na batalha de Mühldorf (setembro de 1322) e aprisionou o rival.

Na dieta de Nürenberg, Luís é reconhecido como verdadeiro e único soberano da Alemanha e comunica, então, seu triunfo ao papa João XXII que, entretanto, não dá uma palavra de aprovação ou confirmação. Note-se que a indiferença do pontífice fora inspirada por Roberto d'Anjou designado por Clemente V vigário imperial da Itália e que idealizava dividir o império em três partes: Alemanha, Borgonha e Lombardia com a Toscana. Essa política servia à França e às aspirações nacionais peninsulares que ele, como rei de Nápoles, poderia monopolizar em proveito próprio.

Em 1320 João XXII enviara à península o cardeal Bertrand de Pouget (del Poggetto) com um exército contra Mateus Visconti, senhor de Milão e chefe dos guibelinos triunfantes. Mateus morreu em junho de 1322 e sua política foi continuada por seu filho Galeazzo Visconti que recebeu o auxílio alemão quando Luís, depois da batalha de Mühldorf e em face da atitude do papa que recusava reconhecê-lo, enviou à Lombardia como vigário imperial o conde Bertoldo de Neifen (março de 1323). As tropas imperiais obrigam então o exército do cardeal legado a abandonar o sítio de Milão. Reorganizam-se os guibelinos e a autoridade de Luís da Baviera é reconhecida na Alta Itália contra a vontade de João XXII. O papa, que até então se mantivera neutro na questão entre Luís e Frederico, declarou-se abertamente contra Luís, embora este tivesse sua autoridade reconhecida na Alemanha. Em outubro de 1323 Luís era intimado a renunciar ao cargo e comparecer à corte pontifícia de Avinhão dentro do prazo de três meses. Recusando-se a cumprir a intimação, o imperador foi excomungado (1324).

Em dezembro de 1323 Luís já protestara publicamente na dieta de Nüremberg contra a exigência do papa de examinar e aprovar o candidato ao império. Outro manifesto violentíssimo foi publicado em Sachsenhausen (1324) acusando João XXII de heresia e apelando para um concílio geral.

«Para o lado do rei passaram logo todos os inimigos do papa, principalmente aqueles rigoristas da ordem franciscana, que não aceitaram a sentença do papa na questão da pobreza de Cristo e dos apóstolos. Os seus chefes eram Miguel de Cesena, Guilherme de Ocam e Bonagracia de Bérgamo. Não é difícil demonstrar o seu influxo na redação da apelação de Sachsenhausen. Ocam, uma das maiores autoridades do tempo no campo da teologia, tornou-se propugnador do cesaropapismo e, no seu *Tractatus de imperatorum et pontificum potestate* e em outros escritos, chegou até a negar a instituição divina do primado papal».[169]

Em julho de 1324 o papa replicou com uma nova bula repetindo os antigos anátemas e declarando o «duque da Baviera» indigno do reino e do império.

Como o leitor está notando, assistimos, agora já fora de época, ao reavivamento da antiga luta entre o Papado e o Império.

Para pôr fim a conspirações e ameaças de deposição (havia-se formado em 1324 uma aliança entre Leopoldo da Áustria e Carlos IV

da França contra o imperador), Luís liberta seu rival Frederico, o Formoso, sob a condição de renunciar a seus direitos e apaziguar seu irmão, o duque Leopoldo. Como Frederico não pudesse cumprir o prometido, entregou-se novamente à prisão. Luís resolveu repartir a soberania com o antigo e, agora, abatido rival. Este exerceria uma espécie de realeza honorária detendo, contudo, poderes efetivos de soberano em seu próprio território. A morte de Frederico em 1330 poria fim a essa dupla monarquia. A morte do duque Leopoldo em fevereiro de 1326 libertava Luís de um pesadelo e possibilitava-lhe agir na Itália sem maiores preocupações com a Alemanha.

E' aqui o lugar de lembrar a influência exercida, a partir de 1326, sobre Luís da Baviera pelo famoso Marsílio de Pádua (Marsiglio Mainardini de Padua) que, com a colaboração de João de Jandun, havia escrito o livro intitulado *Defensor pacis* onde defendia idéias arrojadas e radicais contra a autoridade pontifícia, a constituição da Igreja e onde exaltava o poder imperial. Em outro volume da *História do Mundo Feudal* estudaremos mais de perto a curiosa personalidade de Marsílio e o conteúdo de sua doutrina. Por ora basta registrar que seus conselhos passaram a contar decisivamente na atitude de Luís.

Atendendo ao apelo dos guibelinos, o imperador dirige-se à península. Em Trento reúne uma grande assembléia com os principais chefes do partido (fevereiro de 1327). Em maio do mesmo ano recebe a coroa de rei em Milão. Em outubro entra em Pisa e em janeiro de 1328 chega triunfalmente em Roma. Note-se aqui a reação dos romanos contra a recusa de João XXII em voltar para a antiga capital. Na manhã de 17 de janeiro, depois de um plebiscito popular, Luís da Baviera é solenemente coroado na basílica de S. Pedro por Sciarra Colona que participara do atentado de Anagni contra Bonifácio VIII. A cerimônia processara-se sob a inspiração das idéias contidas no *Defensor Pacis*.

Em abril o imperador reuniu uma assembléia no átrio de S. Pedro e depôs solenemente o papa João XXII. A sentença condenatória fora redigida por Marsílio de Pádua e por Frei Ubertino de Casale. Para completar a estranha seqüência de cerimônias que se vinham desenrolando na Cidade Eterna, a plebe romana reuniu-se, em maio, na praça de S. Pedro e elegeu um antipapa na pessoa de Frei Pedro de Corvara. O imperador apressou-se em ratificar por um decreto o voto popular.

Luís da Baviera não contara com a inconstância dos sentimentos do povo romano. Em agosto teve que abandonar Roma sob os insultos e pedradas da população. Uma série de acontecimentos tornavam perigosa a situação do imperador: A morte de Castruccio, *condottiero* dos guibelinos, a aproximação do exército napolitano de Roberto de Anjou e a ameaça das forças do legado papal Bertrand de Pouget.

Em janeiro de 1329 encontramos Luís da Baviera a salvo em Pisa onde em uma cerimônia indigna foi queimado um manequim representando João XXII.

A notícia da morte de Frederico, o Formoso, levou o imperador, que se encontrava em Trento, a regressar apressadamente para a Alemanha (1330). A obra de Luís da Baviera na península derrocara. A tentativa de deposição de João XXII fracassara e acarretara para o imperador a antipatia de parte dos seus súditos. A propósito do fracasso da expedição à Itália, anota Haller: «Para o domínio alemão na Itália, os tempos haviam passado».[110]

As imprudências de Luís haviam preparado o terreno para a atuação de um adversário: João da Boêmia, filho de Henrique VII, cuja reputação não cessara de crescer. Mas o Luxemburgo, depois de alguns êxitos iniciais, fracassa na tentativa de criar um reino na Itália onde encontra a oposição de guelfos e guibelinos (1333).

A posição de rei excomungado pelo papa criava uma situação de constrangimento para Luís da Baviera em face da Igreja, fato esse que o levou a uma tentativa de reconciliação com João XXII mas este manteve a exigência de renúncia com o que o imperador não concordava. Sob o pontificado de Bento XII (1335-1342) as negociações prosseguiram, mas o papa manteve a posição de seu antecessor. Sob Clemente VI (1342-52) renovaram-se em vão as tentativas de reconciliação entre o imperador e a Igreja. Luís da Baviera, entretanto, havia ampliado seus poderes na Alemanha mediante novas aquisições territoriais, obtidas por herança, fato esse que despertou a hostilidade dos grandes senhores. À frente do partido luxemburguês estava agora o margrave Carlos, filho de João da Boêmia. A 11 de julho de 1346 reuniram-se em Rhens os três eleitores eclesiásticos (arcebispos de Tréveris, Mogúncia e Colônia) com João da Boêmia e Roberto, duque da Saxônia e, sob a influência de Clemente VI, elegeram Carlos de Luxemburgo para soberano. Ao novo eleito, apesar de coroado em Bonn pelo arcebispo de Colônia, não sorriam grandes possibilidades de governar. Foi até mesmo ridicularizado em um escrito de Ocam. Carlos tomou parte na batalha de Crécy (agosto de 1346) onde seu pai pereceu, e dela conseguiu escapar com vida. À morte de Luís da Baviera, aos 11 de outubro de 1347, abriu-lhe o caminho para exercer o mandato recebido.

Carlos IV de Luxemburgo (1347-1378). — O novo soberano possuía uma formação francesa e às brilhantes qualidades herdadas do pai unia «um espírito mais positivo, um senso mais acurado do real, um notável dom de aproveitar as oportunidades e de encontrar para os problemas soluções médias sabiamente estudadas».[111] Haller presta-nos as seguintes significativas informações sobre Carlos IV: «Em inteligência e conhecimentos, Carlos superou a todos os príncipes de sua época... Educado em Paris, à moda francesa, dominando o latim e, por isso, menos dependente dos sacerdotes (apesar de seu temperamento devoto e eclesiástico) que seus predecessores, sem inclinações belicosas, representa, em toda sua maneira de reinar, um tipo que até então não

se havia conhecido na Alemanha, isto é: o de governante de gabinete que dirige pessoalmente todos os negócios, conserva entre as mãos os fios de uma administração cuidadosa, de uma economia exemplar e de uma diplomacia bem calculada e sabe conseguir mais com meios pacíficos que outros com ações bélicas».[172] Essa habilidade em governar encontrava uma explicação na verdadeira aprendizagem de governante que o jovem soberano fez quando, como regente, substituiu seu pai no trono da Boêmia.

Antes de estudarmos na seqüência cronológica os principais acontecimentos desse reinado, tentemos apontar-lhe alguns traços característicos:[173]

1) De um modo geral podemos afirmar que o «advento de Carlos IV ao trono significa mais que uma mera troca de pessoas: abre um novo capítulo na História da Alemanha».

2) O novo rei renuncia a restabelecer o Reino e o Império dentro da concepção tradicional.

3) Carlos IV contenta-se apenas com os títulos honoríficos que a tradição lhe atribui, não pretendendo traduzi-los em instrumentos de ampliação de sua autoridade em matéria de política externa.

4) Também no interior o soberano mostra-se comedido, limitando-se a uma preeminência prudentemente exercida.

5) Um aspecto do reinado de Carlos IV, que merece ser sublinhado, é a valorização das atividades culturais animadas não só pela própria educação do rei mas também pela atuação, na corte, do culto chanceler João de Neumarkt. A presença na corte, de um Enrique de Mügeln, mestre-cantor, e de um Francisco Petrarca, o pai do humanismo latino, atestam o interesse pelas coisas da inteligência. Nesse mesmo sentido vale recordar a criação da Universidade de Praga pelo soberano luxemburguês.

Carlos IV inaugura seu reinado com uma viagem através da Alemanha, conquistando o apoio de grandes senhores e das cidades mediante excepcionais concessões. Para vencer a resistência dos Wittelsbach da Baviera (família a que pertencera Luís da Baviera) que pretendiam suscitar um competidor com apoio do rei da Inglaterra, Eduardo III, então em evidência por causa das vitórias obtidas contra os franceses, Carlos IV não hesita em fazer concessões ao monarca inglês deixando-lhe liberdade de ação na Holanda e pagando-lhe uma quantia em ouro.

De 1348-1349 o rei enfrenta os terríveis malefícios causados pela peste negra que então assolava o Ocidente.

Em janeiro de 1349 os opositores de Carlos IV, entre os quais figurava Luís de Brandeburgo, filho de Luís da Baviera, conseguem eleger, nas proximidades de Francforte, Günther de Schwarzburgo, valente cavaleiro da Turíngia. Mas o novo rival não conseguiu sustentar-se e, abandonado pelos que o haviam apoiado, renunciou à coroa em maio de 1349 mediante concessões de Carlos IV. No mês seguinte Günther falecia.

Para evitar futuras dúvidas Carlos IV se fez coroar novamente em Aquisgrana (Aix-la-Chapelle) em julho de 1349.

Em 1350 encontramos o soberano alemão arbitrando uma questão entre o rei dinamarquês e o margrave de Brandeburgo.

Pacificado interna e externamente o Reich alemão, Carlos IV dirigiu-se a Roma com um pequeno acompanhamento para receber o diadema imperial. Em novembro de 1354 está em Mântua onde encontra Petrarca, que sonhava com a restauração do antigo Império. Em janeiro de 1355 Carlos IV foi coroado em Milão. Até mesmo a cidade de Florença reconheceu a soberania de Carlos IV.

No domingo de páscoa de 1355 (5 de abril) recebeu a coroa imperial na basílica de S. Pedro onde estava o cardeal-bispo de Óstia enviado especialmente pelo papa Inocêncio VI. O regresso à Alemanha foi tumultuado e apressado por revoltas na península.

O grande acontecimento do reinado de Carlos IV foi a promulgação da Bula de Ouro (assim chamada porque continha um selo lavrado em ouro) aprovada nas dietas de Nürenberg (1355) e de Metz (1356). Esta verdadeira constituição do Sacro Império que regulava detalhadamente a sucessão imperial teria funda repercussão na História do Reich. Vamos estudá-la com detalhes em outro volume da *História do Mundo Feudal*.

Depois da promulgação da Bula de Ouro, Carlos IV teve que enfrentar a oposição do duque Rodolfo da Áustria que, baseado em uma série de documentos falsificados, reivindicou para a Áustria uma vasta autonomia em face do próprio imperador. Carlos IV porém não encontrou maiores dificuldades em submeter o rebelde que se contentou com a confirmação de seus direitos hereditários.

Em 1365 Carlos IV é coroado rei de Arles. Mas note-se que em janeiro de 1378, por ocasião de uma visita a Paris, «transferiu ao príncipe herdeiro francês o vicariato para todo o reino, depois de haver separado a Sabóia e a Suíça ocidental e de havê-las incorporado à Alemanha».[174]

De 1368 a 1369 o imperador faz uma segunda viagem à Itália, encontrando-se em Roma com o papa Urbano V (21 de outubro de 1368) que coroa a imperatriz Isabel na igreja de S. Pedro.

Nos últimos anos de seu reinado Carlos IV revela a preocupação de assegurar a sucessão para seu filho Venceslau. Com habilidade o Luxemburgo remove as dificuldades quer concedendo favores aos eleitores, quer agindo diplomaticamente perante o papa. Em junho de 1376 o jovem Venceslau era eleito Rei dos Romanos, título que implicava no futuro recebimento do diadema imperial. Em novembro de 1378,

depois de mais de trinta anos de reinado, Carlos IV faleceu na cidade de Praga.

Venceslau 1378-1400). — O novo soberano, embora dotado de boa educação, caracterizava-se pela falta de autodomínio e de perseverança em seus propósitos. Graças à influência dos antigos servidores e conselheiros de seu pai, Venceslau teve inicialmente um reinado tranqüilo. Com o tempo, entretanto, o rei foi-se entregando aos divertimentos, à orgia e até mesmo à embriaguez, fatos esses que contribuíram para minar a autoridade real, fortalecendo, assim, o dinamismo descentralizador que iria levar a Alemanha a um verdadeiro esfacelamento político. O desgoverno de Venceslau fatalmente levá-lo-ia à deposição pelos príncipes eleitores reunidos em Rhens (agosto de 1400). Entre as causas dessa atitude dos príncipes figuram:

1) A inércia de Venceslau em relação ao cisma que afligia a a Igreja.

2) O assentimento do rei no desmembramento do Império ao conceder, mediante elevada soma, o título de duque hereditário de Milão a Giangaleazzo Visconti.

3) A inação do rei frente a desordens internas como latrocínios, incêndios, etc... Imperava em território alemão a prática da justiça pelas próprias mãos.

4) Inúmeras práticas de crueldade haviam-no tornado indigno da coroa.

Roberto (ou Ruperto) do Palatinado (1400-1410). — Para substituir Venceslau foi escolhido como rei o príncipe eleitor Roberto Palatino que obteve reconhecimento no Oeste e no Sul, enquanto o Norte e o Leste permaneciam fiéis ao filho de Carlos IV.

Roberto embora apresentasse qualidades morais, carecia das aptidões indispensáveis a um soberano para, naquela época de perturbações, restabelecer a autoridade imperial. O único acontecimento desse reinado que merece registro é a expedição feita por Roberto à Itália (1401). Essa expedição era motivada pela eterna fascinação da coroação imperial em Roma e pelo dinheiro prometido por Florença que estava interessada em refrear as ambições agressivas do duque de Milão.

Roberto não conseguiu porém seu intento de alcançar Roma, pois foi derrotado em Bréscia por um exército milanês (outubro de 1401). As intrigas de Venceslau e as desordens internas impediram que Roberto realizasse o sonho de ser coroado em S. Pedro. Roberto faleceu em maio de 1410 e de seu reinado, depois de citar a expedição à Itália, anota Haller: «Deste rei nada mais se pode dizer senão que sua morte ocorreu no ano 1410».[275]

Sigismundo (1410-1437). — Para sucessor de Roberto foram escolhidos Sigismundo, (segundo filho de Carlos IV) e, pouco depois, por eleitores dissidentes, o Marquês Jost de Morávia-Brandeburgo.

Como havia ainda partidários fiéis a Venceslau, o Reich alemão passou a ter, por um breve tempo, três soberanos. Por essa ocasião o Cisma do Ocidente na Igreja propiciava a existência de um papa e dois antipapas.

A morte de Jost em janeiro de 1411 e um acordo entre Sigismundo e Venceslau permitiram que o primeiro, em uma nova eleição realizada no mês de julho de 1411, fosse escolhido por unanimidade.

Embora não possuísse a envergadura política de seu pai, o novo imperador estava provido de excepcionais qualidades que, em outra época menos conturbada, lhe teria propiciado uma atuação que o colocaria no nível histórico de alguns brilhantes antecessores. «A seus grandes dotes naturais, eloqüência, inventiva e astúcia, unia vivos interesses e uma cultura ativa, especialmente o conhecimento de vários idiomas».[276]

Uma vista geral sobre o reinado de Sigismundo revela-nos, entre outros, os seguintes problemas que prenderam a atenção do imperador:

1) As ameaças turcas.

2) O cisma do Ocidente e a reforma da Igreja.

3) A reforma e a unidade do Império.

4) A heresia de Hus e as guerras hussitas.

Vejamos, a seguir, em sua seqüência cronológica alguns dos principais episódios do reinado em tela.

A preocupação de enfrentar os turcos já antecedera a eleição de Sigismundo para o trono alemão. «Havia anos que a Hungria se via ameaçada pelo avanço dos otomanos que tinham já conquistado o norte dos Balcãs e, com a submissão dos príncipes da Moldávia e da Valáquia, haviam atravessado o Danúbio. Uma cruzada sob o mando de Sigismundo, de que haviam participado principalmente cavaleiros franceses, fracassou com a derrota total de Nicópolis (1396). A partir de então a preocupação constante de Sigismundo foi a de conseguir, quanto possível, o apoio de todos os povos ocidentais contra ataques futuros».[277] Mas a desunião política (Guerra dos Cem Anos) e a desunião religiosa (Cisma do Ocidente) dificultariam e até mesmo impossibilitariam a união dos ocidentais contra o perigo turco.

Um dos grandes méritos de Sigismundo foi ter-se empregado a fundo na pacificação religiosa do Ocidente. O Concílio de Constança (1414-1418), reunido por influência do imperador, pôs término ao cisma quando foi eleito o papa Martinho V (1417-1431).

Sigismundo havia também revelado grande interesse no problema suscitado pelas idéias de Hus. No Capítulo sobre a Igreja abordaremos com maiores detalhes a figura e as idéias de João Hus. Por ora basta

lembrar que ele foi condenado como herético e entregue ao braço secular, tendo sofrido a morte na fogueira. Esta punição iria provocar uma reação violenta na Boêmia e produziria as chamadas guerras hussitas.

Em 1431 encontramos Sigismundo cruzando os Alpes como aliado de Milão contra Veneza e com o fim de reconquistar a Dalmácia. Havendo falhado o auxílio de Milão, Sigismundo viu-se obrigado a passar o inverno de 1432-1433 em Sena. Depois de concertar a paz com Veneza, o monarca dirige-se a Roma onde é coroado imperador pelo papa Eugênio IV (junho de 1433). Sigismundo procurou, então, servir de mediador entre o papa e o Concílio reunido em Basiléia.

Na Boêmia a situação agravara-se depois da morte de Venceslau (agosto de 1419). A revolta apresentava aí um caráter religioso, político e social, dirigindo-se contra a Igreja e o Império germânico.

As guerras hussitas revestiram um caráter de extrema violência. Após a morte de João Zisca, um dos principais chefes dos revoltosos, estes se dividiram em quatro partidos. Em 1436, como conseqüência do Tratado de Iglau, Sigismundo foi reconhecido rei da Boêmia.

No ano seguinte o imperador falecia aos setenta anos de idade, depois de reinar na Alemanha por vinte e sete anos (dezembro de 1437). Foi o último príncipe da família dos Luxemburgos a cingir a coroa do Reich.

8. A consolidação dos Habsburgos

Como sucessor de Sigismundo os eleitores escolheram (março de 1438) Alberto de Habsburgo, duque da Áustria e genro do imperador defunto. Note-se que, ao morrer, Sigismundo havia recomendado a eleição de seu genro que apresentava excelentes qualidades morais aliadas a uma larga experiência de governo. Reunindo sob seu cetro a Áustria, a Boêmia e a Hungria o novo rei, em pleno vigor da idade, parecia ter diante de si um futuro glorioso. Faleceu porém prematuramente em outubro de 1439. Em março do ano seguinte os príncipes eleitores elegeram o chefe da casa de Habsburgo Frederico de Estíria, que se tornou Frederico III (1440-1493). O longo reinado desse soberano assinala a consolidação dos Habsburgos no trono. Sua história, entretanto, situa-se já fora da Idade Média. Com Frederico III estamos nos albores dos Tempos Modernos.

[1] A propósito da designação "Alemanha", vale reproduzir Calmette, *Le Reich*, p. 26: "Rappelons, au passage, cette étrange particularité que le pays que nous dénommons Allemagne ou Germanie n'a jamais eu un nom fixe. Germania a un sens géographique plutôt qu'historique; *Alemania* fait allusion au domaine limité des Alamans et désigne l'habitat d'une simple tribu. *Teuton* ou *tudesque* sont des termes d'une application purement linguistique, nullement ethnique ou politique. Entre tant de mots dont aucun ne répond exactement à ce qu'il s'agit de désigner, l'ensemble des hommes qui habitèrent dans le cadre géographique de l'ancienne Germanie, l'incertitude est demeurée et elle reste telle qu'aujoud'hui encore, lá où les Français disent Allemands, les Anglais disent Germans, les Italiens Tedeschi.

[2] Calmette, *Le Reich*, p. 21.
[3] Idem, ibidem.
[4] Idem, ibidem, p. 22.
[5] Haller, *De los Carolingios*, p. 15.
[6] Para informações mais completas sobre as fontes da História Alemã Medieval, remetemos o leitor a:
a) *Initiation aux Etudes d'Histoire du Moyen Age*, Halphen, p. 84ss.
b) *Le Monde Féodal* e *L'Elaboration du monde moderne*, nas notas aos capítulos que focaliza a história alemã.
c) *Cambridge Medieval History*, especialmente nas notas ao cap. VIII sobre Henrique I e Otão I. p. 604ss (Volume III, *Germany and Western Empire*).
[7] Calmette, *Le Monde*, p. 110.
[8] Note-se que Arnulfo tentou voltar atrás nessa designação, mas encontrou a forte oposição de sua própria esposa, a rainha Ota, provocando sérios distúrbios na Corte alemã. Arnulfo morre em plena crise política.
[9] Calmette, *Le Reich*, p. 39.
[10] Folz, *Le Monde Germanique*, p. 595.
[11] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 598.
[12] Widukind, *Monumenta*, apud Calmette, *Le Reich*, p. 48.
[13] A data da entrevista se encontra em Weiss, V, p. 3. Calmette, *Le Reich*, p. 51 indica o ano 922.
[14] Widukind, *Res Gestae*, II, 36. — Fizemos aqui uma adaptação do texto em espanhol que se encontra em Weiss, V, p. 8s.
[15] Calmette, *Le Reich*, p. 56.
[16] Poole, Augustin Lane: Germany: Henry I and Otto the Great — cap. VIII da *The Cambridge Medieval History*, vol. III.
A passagem de Widukind, II, n. 1, que se refere a Otão como rei já designado pelo pai (iam olim designatum regem a patre) supõe essa assembléia de Erfurt.
[17] Calmette, *Le Reich* (p. 58) e *Le Monde* (p. 116), assinala a data 8/8/938; parece-nos mais correto o ano de 936 assinalado em *Ullstein-Weltgeschichte*, 2, p. 45.
[18] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 599.
[19] Calmette, *Le Reich*, p. 61.
[20] Haller, *De los Carolingios*, p. 22.
[21] Idem, ibidem, p. 23.
[22] Segundo Haller (obra citada, p. 23), "los dos duques se ahogaran al atravesar el Rin en su huida..."
[23] Haller, *De los Carolingios*, p. 23.
[24] Calmette, *Le Reich*, p. 65.
[25] Haller, *De los Carolingios*, p. 23.
[26] Idem, ibidem, p. 24.
[27] Calmette, *Le Reich*, p. 70.
[28] Barbagallo, *Il Medioevo*, I, p. 407.
[29] Apud Weiss, *História*, V, p. 25.
[30] Calmette, *Le Reich*, p. 71.
[31] Note o leitor que os autores não estão acordes com o relato da primeira intervenção de Otão à Itália. Citamos aqui Haller, *De los Carolingios*, p. 25. Ver tb. Calmette, *Le Reich*, p. 72: "Il est remarquable, toutefois, qu'à Pavie Otton ne pose pas sur sa tête la couronne de fer". Consultar sobre o mesmo assunto: Prévite-Orton, *Edad Média*, II, p. 606: "se declaró rey de Italia...". Poole (obra citada, p. 159): "acquired only some half of the kingdom of which he assumed the title".
[32] Haller, *De los Carolingios*, p. 26.
[33] Barbagallo, *Medioevo*, I, p. 409.
[34] Calmette, *Le Reich*, p. 74.
[35] Idem, ibidem.
[36] Haller, *De los Carolingios*, p. 27.
[37] Idem, ibidem.
[38] Brezzi, *Roma e l'Impero Medioevale*, p. 125.
[39] Haller, *De los Carolingios*, p. 27.
[40] "Vocantes regem ad defendendam Italiam et Romanam rempublicam a tirannide Berengari" — apud Brezzi, obra citada, p. 125. — Com relação a dúvidas sobre se determinados emissários representavam o papa ou até mesmo um partido oposto que desejava a intervenção germânica, ver Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 47.
[41] Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 48 e Brezzi, *Roma...*, p. 129.
Segundo Calmette, *Le Reich*, p. 79, Otão foi coroado rei da Itália em Milão pelo arcebispo desta cidade.
[42] A propósito da coroação de Otão, lembremos, a título de exemplo, três textos: "Dominum Ottonem ad hoc usque vocatum regem, non solum Romano sed et poene totius Europae populo acclamante imperatorem consecravit Augustum" (Annales Quedlinb) "Benedictionem a domno apostolico Iohanne, cuius rogatione huc venit, cum sua conjuge promeruit imperialem ac patronum Romanae effectus est ecclesiae" (Thiethmar, II, c. 7): "Acclamatione totius Romani populi ab apostolico Iohanne filio Alberici, imperator et Augustus vocatur et ordinatur" (contin. Reginonis).
[43] Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 49.
[44] Segundo alguns críticos o texto primitivo do Privilegium teria sofrido, pouco depois, um retoque. Cf. Fliche-Martin, 7, p. 49s, notas 3 e 1.
[45] Orientamo-nos aqui pela *Chronologie* de Delorme (p. 132) e pela *Ullstein-Weltgeschichte*, 2, p. 48 e Fliche-Martin, 7, p. 58s.
[46] Apud Calmette, *Le Reich*, p. 85.
[47] Liutprando deixou-nos um deli-

cioso relato de sua missão: "Relatio de Legatione Constantinopolitana".
O leitor encontrará um interessante resumo dessa narração em René Guerdan, *Vie, grandeurs et misères de Byzance*, p. 183ss.

[48] Ver nossa *História do Império Bizantino*, p. 74.

[49] Apud Weiss, *História*, V, p. 44.

[50] Calmette, *Le Reich*, p. 68.

[51] Idem, ibidem, p. 81.

[52] Idem, ibidem, p. 89.

[53] Idem, ibidem.

[54] Idem, ibidem, p. 90.

[55] Haller, *De los Carolingios*, p. 30s.

[56] Idem, ibidem, p. 31.

[57] Calmette, *Le Reich*, p. 96.

[58] Grimberg, *História*, 6, p. 209.

[59] Calmette, *Le Reich*, p. 97.

[60] Grimberg, *História*, 6, p. 210.

[61] Apud Halphen, *A travers*, p. 108.

[62] Apud Calmette, *Textes*, p. 53.

[63] Halphen, *A travers*, p. 108.

[64] Idem, ibidem, p. 117.
Consultar tb. Calmette, *Le Reich*, p. 101s. O leitor encontrará uma descrição da corte e dos trajes imperiais; apud Weiss, *História*, V, p. 72ss.

[65] Ver o que, a propósito, escrevemos no primeiro volume da *História dos Reinos Bárbaros*, 1ª edição, p. 204s. Thietmar de Merseburgo narra: "Karoli Caesaris ossa, ubi requiescerent, cum dubitaret, rupto clam pavimento, ubi ea esse putavit, fodere, quousque haec in solio inventa sunt regio, jussit. Crucem auream, quae in colle ejus pependit, cum vestimentorum parte adhuc imputribilium sumens, coetera cum veneratione magna reposuit".

[66] Gregorovius, *Historia de la ciudad de Roma*, III, p. 523s; apud Weiss, *História*, V, p. 80.

[67] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 616.

[68] Devailly, *L'Occident*, p. 82.

[69] Grimberg, *História*, 6, p. 212.

[70] Fliche-Martin, *Histoire*, 7, p. 84 e Haller, *De los Carolingios*, p. 37.
Calmette, *Le Reich*, p. 106s explica a participação dos normandos nos eventos da Itália nessa época.

[71] Calmette, *Le Reich*, p. 111.

[72] Idem, ibidem, p. 112.
Note o leitor que os autores não estão acordes quanto à maneira como se processou a eleição. Ver apreciações divergentes em Calmette, *Le Reich*, p. 112, Weiss, *História*, V, p. 285 e Haller, *De los Carolingios*, p. 39.

[73] Haller, *De los Carolingios*, p. 39.

[74] Calmette, *Le Reich*, p. 112.

[75] Brezzi, *Roma*, p. 202s.

[76] Calmette, *Le Reich*, p. 115.

[77] Idem, ibidem.

[78] Idem, ibidem, p. 114.

[79] Grimberg, *História*, 6, p. 214.

[80] Calmette, *Le Reich*, p. 118.

[81] Haller, *De los Carolingios*, p. 45.

[82] Ver, contudo, Weiss, *História*, V, p. 296: "Se llama 'el Negro', pues Lamberto de Aschaffenburg dice que el color de su rostro era negruzco..."

[83] Calmette, *Le Reich*, p. 121. Sobre "Paz de Deus" e "Trégua de Deus" falaremos detalhadamente em outro volume da *História do Mundo Feudal*.

[84] Haller, *De los Carolingios*, p. 46.

[85] Idem, ibidem.

[86] Idem, ibidem, p. 47.

[87] Brezzi, *Roma*, p. 214.

[88] Calmette, *Le Reich*, p. 126.

[89] Idem, ibidem, p. 132.

[90] Idem, ibidem, p. 135.

[91] Haller, *De los Carolingios*, p. 55.

[92] López, *O nascimento*, p. 220.

[93] Calmette, *Le Reich*, p. 139.

[94] O texto integral em latim da famosa carta de Henrique IV encontra-se em Calmette, *Textes*, p. 120.

[95] O leitor encontrará a carta de Gregório VII em Calmette, *Textes*, p. 122s.

[96] Ver o texto francês do juramento em Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 141.

[97] Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 245. — Segundo Calmette, Urbano II "couronne Conrad roi d'Italie à Monzon..."

[98] Calmette, *Le Reich*, p. 178.

[99] Haller, *De los Carolingios*, p. 71. Versão diferente em Calmette, *Le Reich*, p. 180.

[100] Haller, ibidem, p. 72.

[101] Idem, ibidem, p. 74.

[102] Grimberg, *História*, 6, p. 246.

[103] Romag, *História*, II, p. 122.

[104] E' o que se depreende da observação de Pedro Pisan: *magnus apparatus, parva gloria*.

[105] Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 374.

[106] Haller, *De los Carolingios*, p. 78s.

[107] Calmette, *Le Reich*, p. 198ss. Ver também Haller, *De los Carolingios*, p. 79ss.

[108] Haller, *De los Carolingios*, p. 80.

[109] Calmette, *Le Reich*, p. 199.

[110] Segundo Calmette, *Le Reich*, p. 200.

[111] Idem, ibidem, O novo soberano, como imperador, é conhecido por Lotário II — Lotário I foi o filho de Luís, o Piedoso. Como rei é Lotário III da Alemanha.

[112] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 737.

[113] Fliche-Martin, *Histoire*, 9, p. 59.

[114] Idem, ibidem, p. 69.

[115] Calmette, *Le Reich*, p. 207.

[116] Idem, ibidem.

[117] A narrativa do episódio encontra-se nos *Annales Colonienses maximi*. Ver Weiss, *História*, V, p. 542.

[118] Calmette, *Le Reich*, p. 213.

[119] Idem, ibidem.

[120] Idem, ibidem, p. 213s.

[121] Otto episcopus Frisingensis, *Gesta Friderici imperatoris* II, 2: "Duae in Romano orbe apud Galliae Germaniaeve fines famosae familiae hactenus fuere, una Heinricorum de Gweiblinga, alia Gwelforum de Altdorf, altera imperatores. altera magnos duces producere solita".

[122] Romag, *História*, II, p. 127.

[123] Idem, ibidem, p. 128.

[124] Pirenne, *Les grands*, II, p. 97.

[125] Genicot, *Linhas*, p. 133.

[126] Idem, ibidem, p. 134.

[127] Idem, ibidem.

[128] Idem, ibidem.

[129] Grimberg, *História*, 7, p. 42.

[130] Haller, *De los Carolingios*, p. 102.

[131] Calmette, *Le Reich*, p. 221.

[132] Idem, ibidem, p. 231.

[133] Grimberg, *História*, 7, p. 51.

[134] Haller, *De los Carolingios*, p. 115.

[135] Barbagallo, *Il Medioevo*, II, p. 803.

[136] Grimberg, *História*, 7, p. 55.

[137] Pirenne, *Les Grands Courants*, II, p. 98.

[138] Grimberg, *História*, 7, p. 56.

[139] Calmette, *Le Reich*, p. 244.

[140] Idem, ibidem, p. 245.

[141] Idem, ibidem.

[142] Idem, ibidem, p. 249.

[143] Pirenne, *Les grands*, II, p. 101.

[144] Idem, ibidem. Sobre Henrique VI, ver ainda capítulo sobre as cruzadas (4ª cruzada).

[145] Haller, *De los Carolingios*, p. 127.

[146] Idem, ibidem, p. 128.

[147] Calmette, *Le Reich*, p. 258.

[148] Haller, *De los Carolingios*, p. 131.

[149] Grimberg, *História*, 7, p. 81.

[150] Calmette, *Le Reich*, p. 305.

[151] Weiss, *História*, VI, p. 660.

[152] Idem, ibidem, p. 670.

[153] Tenbrock, *História*, p. 80.

[154] Weiss, *História*, VI, p. 674.

[155] Calmette, *Le Reich*, p. 317.

[156] Tenbrock, *História*, p. 80.

[157] Calmette, *Le Reich*, p. 319.

[158] Grimberg, *História*, 7, p. 156.

[159] Calmette, *Le Reich*, p. 321.

[160] Haller, *De los Staufer*, p. 21.

[161] Idem, ibidem.

[162] Idem, ibidem.

[163] Idem, ibidem, p. 23.

[164] Idem, ibidem, p. 24.

[165] "Sanctissimo, gloriosissimo atque felicissimo triumphatori et Domino singulari, Domino Henrico, Divina Providentia Romanorum regi et semper Augusto".

[166] Calmette, *Le Reich*, p. 333.

[167] Calmette, *Textes*, p. 270.

[168] Gilliard, *Histoire de la Suisse*, p. 21.

[169] Romag, *História da Igreja*, II, p. 248s.

[170] Haller, *De los Staufer*, p. 36.

[171] Calmette, *Le Reich*, p. 341.

[172] Haller, *De los Staufer*, p. 43.

[173] Idem, ibidem.

[174] Idem, ibidem, p. 47.

[175] Idem, ibidem, p. 54.

[176] Idem, ibidem, p. 55.

[177] Idem, ibidem, p. 56.

CAPÍTULO IV

Itália

Introdução

O CAPÍTULO sobre a Alemanha já nos revelou o estreito vínculo entre a História do Império Germânico Medieval e a História da Itália no mesmo período. No presente capítulo pretendemos resumir os principais acontecimentos desta última. Para maior clareza de exposição e também para comodidade do leitor, voltaremos a mencionar vultos e episódios já postos em evidência especialmente no citado capítulo sobre a Alemanha. Note-se que ditos vultos e episódios serão focalizados de um ponto de vista um pouco diverso, isto é, serão colocados dentro do contexto histórico da Península Itálica.

Nos capítulos precedentes o fio condutor de nossa exposição foi principalmente a sucessão cronológica dos diferentes reinados. No que tange à História da Itália no Mundo Feudal o processo de exposição terá forçosamente que obedecer a um plano diferente em virtude das condições peculiares do pluralismo político que caracteriza durante séculos toda a evolução histórica italiana e que será sublinhado e explicado no decurso deste capítulo.

A título de Introdução à História da Itália no Mundo Feudal vamos desenvolver nas seguintes linhas algumas brevíssimas considerações em torno das Fontes dessa História e, após, tecer alguns comentários de ordem geral que proporcionarão ao leitor uma visão de conjunto dos elementos constitutivos da elaboração da Itália Medieval e explicarão o porquê dos traços distintivos dessa mesma elaboração.

As fontes literárias que nos iniciam sobre a História Medieval Italiana são abundantes e constam de numerosas obras religiosas em latim e em italiano tais como crônicas, biografias, etc. «Os primeiros cronistas leigos os encontramos na Itália setentrional; são eles Caffaro e Oberto de Gênova, Acerbo e Otão Morena de Lodi, Paulo Boccardo de Milão. Muito interessante é, em geral, a historiografia das Comunas, a rica é a meridional do reino normando-suevo».[1]

Existem grandes coleções de fontes da História da Itália entre as quais convém lembrar a título de exemplo a monumental obra realizada no século XVIII por Ludovico Antônio Muratori († 1750): *Rerum italicarum scriptores ab anno aerae christianae quingentesimo ad millesimum*

quingentesimum. A partir de 1900 precedeu-se a uma nova edição revista dessa famosa coleção.[2]

Entre as generalidades que devem prender nossa atenção em um estudo introdutivo da Itália no Mundo Feudal figuram, em primeiro plano, algumas considerações de ordem geográfica, pois a configuração física da península contribuiu, sem dúvida, para emprestar à História da Itália Medieval um de seus traços mais característicos: ter sido o campo de ensaio para «todos os regimes políticos que podiam suceder à unidade imperial».[3]

O que chama, desde logo, a atenção na carta física da Itália peninsular é sua espinha dorsal constituída pelos Apeninos que dividem o país em pequenas regiões tipicamente mediterrâneas, ricas planícies «drenadas por uma torrente e dominadas por uma cidade».[4] Entre essas planícies podemos citar, a título de exemplo, a de Salerno, a Campânia, o Lácio, a Toscana, etc.

Na época em tela as comunicações internas entre essas pequenas regiões são dificultadas não só pelas montanhas mas também pelas zonas lacustres e pantanosas, fato esse que explica as ligações via marítima com seus numerosos portos.[5]

Entre os Apeninos e os Alpes a planície do Pó, formada por um solo fértil e banhada pelo famoso rio, desempenha papel importante na História peninsular.

Ao norte, nos Alpes, lembremos os desfiladeiros que permitem a comunicação da península com o interior do continente europeu. Alguns desses caminhos através das montanhas vão desembocar no vale do Pó quer pelo val d'Aosta e Ivréia, quer pelas margens do lago Maior e do lago de Como.

Ao pluralismo geográfico peninsular corresponde um pluralismo étnico e um pluralismo político. A Itália (inclusive a insular) representa, com efeito, um verdadeiro cadinho em que se vão fundir povos pertencentes a diferentes grupos étnicos. Assim, somente a título de exemplo, e sem a menor pretensão de invadir o campo da antropologia racial, podemos numa rápida vista d'olhos, enumerar os seguintes grupos que, em proporção maior ou menor, contribuem para a formação da população da Itália Feudal:

1) O *substratum* latino formado pelos descendentes dos antigos habitantes do Império Romano.

2) Os invasores germânicos do início da Idade Média, entre os quais lembremos especialmente os ostrogodos e os lombardos. Quanto aos lombardos, notemos que os encontramos também no Benevento, em Cápua e em Salerno.

3) Os gregos se radicam no exarcado de Ravena, na Apúlia, na Calábria, na Sicília e na Sardenha.

4) Os árabes tomam pé na Sicília donde irradiam suas incursões pela Itália meridional, Sardenha e Córsega.

5) Finalmente os normandos entram em cena ao sul da península, a partir dos inícios do século XI.

O pluralismo político que caracteriza a Itália Medieval se relaciona evidentemente com o que acabamos de resumir acerca dos aspectos geográficos e étnicos. Esse pluralismo político se traduz na realização simultânea de diferentes formas de regimes políticos como principados, reinos, repúblicas, etc. O Império Germânico imprimia de quando em vez a certas regiões a aparência de uma majestosa unidade política consubstanciada na pessoa do imperador. Na realidade, atrás da imponente fachada, existia quase sempre uma pluralidade governamental. Vale aqui recordar a sutil observação de Liutprando segundo a qual os italianos «querem ter sempre dois senhores ao mesmo tempo a fim de que o terror que se inspiram mutuamente lhes sirvam de freio» *(Semper Italienses geminis uti dominis volunt alterum alterius terrore cohérceant).*[6]

O período pós-carolíngio apresenta na Itália como, de resto, em outras regiões do continente europeu, um certo aspecto caótico motivado pelas novas invasões. Mas, deve-se notar, na península há uma série de fatos e de idéias que impedem o caos total, a fragmentação definitiva, e que atuam como forças centrípetas constitutivas de um verdadeiro denominador comum àquilo que se pode chamar a História da Itália Feudal. Temos, assim, a religião cristã, o pontificado romano, a idéia de reino da Itália e da unidade imperial, e, finalmente, um imenso acervo de tradições multisseculares herdadas do passado romano. Uma dessas tradições é a persistência das cidades italianas através de todas as vicissitudes por que passa a península desde o início das grandes invasões até a época feudal. Com essa persistência está intimamente relacionado o fato dominante da História da Itália na época em foco: *o regime comunal.*

Esse sistema particularista de governo teve sobretudo seu impulso nas autonomias regionais que se desenvolveram à sombra da luta entre o Papado e o Império.

Um rápido estudo da gênese do aparecimento e desenvolvimento do regime comunal revela-nos os seguintes elementos:

1) Lutas políticas.

2) Aumento da população.

3) Grande desenvolvimento econômico.

4) Atuação de personalidades fortes originadas quer da aristocracia leiga, quer da aristocracia eclesiástica. Note-se esse fato curioso: a ligação de senhores feudais com o aparecimento e desenvolvimento de muitas comunas italianas.

5) Antiga e longa tradição municipal italiana.

Explicadas sucintamente as circunstâncias em que apareceram as comunas italianas, procuremos caracterizar-lhes brevemente a natureza e apreciar-lhes, numa visão de conjunto, a evolução histórica. Um estudo mais aprofundado da estrutura político-social da Comuna Medieval será feito em outro volume da *História do Mundo Feudal.* Por ora, limitemo-nos a registrar em linhas muito gerais que na constituição da Comuna italiana encontramos os seguintes elementos:

1) *Uma associação voluntária* privada ou quase privada que se estende até englobar quase todos os habitantes. A associação evolui de particular para pública.

2) *Um governo autônomo.* Note-se que os integrantes das comunas, sempre que possível, não levam em consideração o imperador. Essa omissão transparece claramente na preferência que se empresta à citação do nome dos cônsules nas cartas das comunas em lugar do nome do monarca.

3) *Uma organização militar municipal.* Vale observar que dessa milícia municipal fazem parte também os que se dedicam a trabalhos manuais.

Numa visão de conjunto, observamos as seguintes etapas da evolução histórica das comunas italianas:[7]

1. Nos séculos X e XI três acontecimentos entre si relacionados vão dar o impulso decisivo para essa evolução:

a) o enfraquecimento do domínio naval muçulmano no Mediterrâneo (este enfraquecimento redunda em benefício da economia dos portos italianos);

b) um renascimento intelectual entre as classes ligadas ao comércio (os homens de negócio se preocupam com o saber ler e escrever e processa-se o renascimento do direito romano);

c) o desenvolvimento das zonas urbanas com o aumento da população, reconstrução de edifícios arruinados durante as invasões e novas construções (vão nascer os estilos românico e gótico).

2. A necessidade premente de controlar as vias de acesso (estradas, rios) de valor comercial levam as comunas à conquista da região em que se situam, isto é, do *condado.* O choque inevitável com os senhores feudais leva, não raro, à luta armada que culmina com a integração do potentado na vida comunal e a serviço da comuna. As pequenas comunas rurais também resistem à expansão dos mais fortes, mas acabam por reconhecerem a suserania imposta pela força.

3. As grandes comunas inspiram-se num verdadeiro espírito imperialista que as levam a lutar entre si. Esse espírito imperialista (que um cronista menciona com a expressão: *dominandi tanta libido*) alimenta-se não só de um patriotismo exacerbado mas também de motivos de ordem econômica (por exemplo: supressão de alfândegas, posse de caminhos vitais que asseguram o acesso ao mar, etc.).

4. Tanto a história interna como a história externa das comunas italianas estão condicionadas pelos seguintes acontecimentos que abalam a península e repercutem no Ocidente europeu:[8]

a) o movimento de reforma da Igreja;

b) a querela das Investiduras;

c) a conquista normanda no sul da Itália a partir de 1050 e da Sicília a partir de 1060;

d) as cruzadas;

e) a querela do Sacerdócio e do Império, prolongando no século XII a querela da Investidura;

f) a luta dos papas contra Frederico II (1215-1250);

g) O grande movimento intelectual que se desenvolve a partir do século XII;

h) a profunda influência das Ordens Mendicantes a partir do século XIII.

«Sobre a trama permanente desses acontecimentos políticos, econômicos, espirituais e religiosos, cada cidade da Itália procura, sem tréguas, desenvolver sua autonomia e liberdade, cada habitante das cidades procura afirmar sua personalidade no tempo presente e, malgrado todas as contradições, a assegurar à sua alma a salvação eterna».[9]

Nas linhas que seguem estudaremos sucintamente a história das cidades italianas e a história do reino da Sicília. Deixaremos o estudo da história de Roma para quando focalizarmos o problema do poder temporal do Papa no capítulo sobre a Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal*).

I. As cidades da Itália Bizantina[10]

Entre as cidades peninsulares sob a influência bizantina chamam-nos, desde logo, a atenção aquelas situadas na Campânia: Nápoles, Amalfi, Sorrento e Gaeta.

Lembremos que, após a reconquista efetuada pelas tropas de Justiniano, a Campânia, integrada no tema bizantino da Itália, constituía um ducado cujo duque residia em Nápoles. A evolução política das cidades do litoral do Mar Tirreno se faz no sentido de libertação do jugo bizantino. Chefes locais, imitando o titular do ducado residente em Nápoles, assumem também o título de duque e tornam-se independentes. Essa independência teve que enfrentar as ameaças dos lombardos (ducado de Benevento) e dos árabes (procedentes de Sicília), mas foi, sem dúvida, favorecida pela excepcional situação geográfica das cidades em tela, as quais, colocadas entre os limites do mundo latino, lombardo, bizantino e árabe, gozaram de um notável desenvolvimento econômico.

Nas linhas seguintes resumiremos os principais episódios da história de Nápoles, Amalfi e de Veneza. Esta última situa-se ao norte do Adriático.

1. *Nápoles.*[11] — Nápoles, fundada no século VIII aC pelos eubeus de Cumes, possui na época ora focalizada uma longa história impregnada de tradições helênicas e romanas.

No decurso da guerra de reconquista promovida por Justiniano, a velha cidade é ocupada por Belisário que restabelece o domínio bizantino.

Os lombardos, com a criação do ducado de Benevento, estabelecem uma cunha inimiga entre Nápoles e Ravena forçando, assim, a existência de um governo autônomo independente do exarca sediado nesta última cidade.

Até meados do século IX os duques de Nápoles detêm uma autoridade que se estende sobre Gaeta, Cuma, Pozzuoli, Sorrento e Amalfi.

Em face do perigo lombardo os duques agem com precaução procurando manter a autonomia de sua cidade até mesmo com o auxílio da França.

No século X Nápoles regida pelo poder absoluto do duque apresenta-se com ruas dispostas simetricamente e cercadas pelas velhas muralhas a que se acrescentou um novo recinto. Na parte externa, fora, portanto, das muralhas, encontra-se o quarteirão comercial em contacto com dois portos através dos quais se desenvolve uma intensa atividade econômica. Tecidos de linho e armas constituem os principais produtos da indústria local. A frota de cabotagem traz para a cidade os produtos do litoral peninsular como legumes, frutas e peixes.

Os normandos do sul da Itália iriam pôr fim à independência napolitana. Já em 1027 o duque Sérgio IV buscou o apoio de Ranolfo Drengot e de seus normandos para reconquistar Nápoles perdida para Pandolfo IV de Cápua.

Na primeira metade do século XI a cidade se encontra cercada pelas possessões normandas. Ricardo, príncipe de Cápua, sitia Nápoles com seus normandos e obriga o duque a reconhecer-se vassalo (1077). Essa vassalagem parece ter sido meramente teórica, pois os atos públicos de Nápoles continuaram a ser datados, até 1139, de acordo com os anos do reinado do basileu.[12]

Em 1134, contudo, o duque de Nápoles se vê constrangido a jurar fidelidade a Rogério II, fato esse que provoca forte reação por parte

das diversas camadas da população napolitana apoiadas pelo arcebispo da cidade que sustenta o papa Inocêncio II contra o antipapa Anacleto, favorável aos normandos.

Visando a fortalecer a união contra os normandos, o duque concede à população certos direitos fundamentais conhecidos em seu conjunto como a *Pactum Sergii* (1134). Aos habitantes de Nápoles era reconhecida e garantida a livre disposição de seus bens. O duque prometia também não fazer guerra nem paz sem a audiência da maioria dos nobres napolitanos. A todos os que demandassem por terra ou por mar a cidade de Nápoles, era assegurada a proteção governamental.

A associação da aristocracia ao governo e o incentivo ao comércio com o exterior constituem dois traços característicos do *Pactum*.

Em 1136 o boato da morte de Rogério provocou um levante da população napolitana contra os normandos, mas o duque Sérgio VII teve que submeter-se ao normando e acompanhá-lo em uma expedição guerreira em que encontrou a morte (1137). Como o duque defunto não deixasse descendentes, a nobreza tenta apoderar-se do poder ensaiando uma espécie de república aristocrata que Rogério II se apressa em liquidar. Em setembro de 1140 o normando entra na cidade. Esta conta, então, cerca de trinta mil habitantes, uma população muito numerosa para a época. Nápoles integra-se no quadro do sistema feudal centralizado da monarquia normanda, tornando-se uma cidade do reino da Sicília: «os costumes locais subsistem só à medida que não contradizem as leis promulgadas pelo rei».[13]

Os filhos de Rogério, Afonso e, depois, Guilherme, assumem o título de duque, mas o rei é representado por um *comes palatii* que reside no antigo palácio ducal e detém, entre outras atribuições, a de perceber os impostos reais e possui a jurisdição tanto no cível como no crime.

Os nobres napolitanos, dentro da mentalidade feudal dominante na época, põem-se a serviço do rei normando recebendo em troca feudos tomados em parte, provavelmente, aos bens dos mosteiros e do patrimônio ducal. A essa nobreza fechada e vinculada ao monarca opõe-se a pequena nobreza e outras classes sociais (milícia urbana, profissionais liberais, negociantes, etc.) que passam a constituir a classe dos *mediani*.

Quando Rogério II morre em 1154, explode uma violenta revolta na classe média. De 1155 a 1156 os rebeldes tentam impor sua participação na administração da cidade e romper o rígido quadro social estabelecido por Rogério II. Os nobres porém apóiam os reis normandos Guilherme I (1154-1166) e Guilherme II (1166-1189) que conseguem manter em suas linhas gerais a política definida por Rogério II: «construção de um Estado centralizado nas mãos do rei, apoiado em uma nobreza presa em um sistema feudal estrito no qual nenhum lugar existe para a autonomia das cidades nem para a ascensão social das classes médias esmagadas por impostos».[14]

Contudo a paz normanda vai favorecer o desenvolvimento comercial na Itália Meridional e conseqüentemente acarreta a ascensão da classe

média. Sob o reinado de Tancredo (1189-1194) essa ascensão se torna bem visível. O rei normando enfrenta, então, Henrique VI, fato esse que explica os privilégios concedidos em 1190 aos napolitanos. Esses privilégios não só fortalecem a cidade como tal e a nobreza mas também implicam em concessões à classe média de que o normando necessita para opor-se aos planos do imperador. Explica-se assim, em parte, o fracasso deste quando sitia Nápoles em 1191.[15]

Após a morte de Tancredo, Henrique VI conquista a cidade e, temendo os partidários dos normandos, toma duas medidas enérgicas para firmar seu poder: destrói as muralhas de Nápoles e suprime os privilégios concedidos por Tancredo. Tão logo, porém, morreu o imperador os napolitanos procuraram recuperar a antiga autonomia, conseguindo-o enquanto Frederico II enfrenta seus rivais e não dispõe de meios para fazer valer sua autoridade. A situação muda quando Otão IV é derrotado em Bouvines. A autonomia de fato cede, então, diante da incontestável autoridade de Frederico II que, levando em consideração a excepcional importância da situação geográfica de Nápoles, faz dessa cidade o principal centro de seus domínios peninsulares. Durante o reinado de Frederico II (de 1220, data da coroação imperial, até 1250) podemos assinalar os seguintes acontecimentos que caracterizam a história de Nápoles:

1) A paz que Frederico impõe na região propicia um grande surto econômico. Nápoles transforma-se no centro de redestribuição de produtos importados das demais partes do reino. Esse fato provoca evidentemente o afluxo de comerciantes estrangeiros.

Frederico reconstrói as muralhas da cidade, edifica um grande palácio, amplia o porto e estimula as construções navais, cunha uma moeda de ouro *(augustale)* que adquire grande prestígio, e, finalmente, funda a Universidade de Nápoles.

2) No campo administrativo-político a atuação de Frederico é absorvente, abolindo a autonomia da cidade e todos os privilégios concedidos por Tancredo. A esse controle político-administrativo soma-se o fisco implacável e o monopólio estatal da venda de certos produtos como o sal, o ferro, etc.

Curioso é notar que, apesar do absolutismo de Frederico, as aspirações à autonomia não deixaram de aumentar, fato esse que se explica pela conseqüência inevitável da prosperidade econômica: o fortalecimento dos *mediani*. O conflito com o pontífice romano viria estabelecer um elo entre este e integrantes de todas as classes sociais napolitanas e preparar assim uma futura reação.

A notícia da morte de Frederico II (dezembro de 1250) provoca uma sublevação geral em Nápoles. A cidade se organiza em Comuna autônoma de acordo com os modelos vigentes na Itália central. Um

podestà auxiliado por um Conselho passa a governar a cidade revoltada. O primeiro podestà é o napolitano Ricardo Filangieri.

O papa, senhor feudal do reino da Sicília, favorece a autonomia napolitana determinando o retorno aos antigos costumes abolidos por Frederico II.[16] Mas em outubro de 1253 a cidade se vê constrangida pela fome a capitular em face do ataque de Manfredo. Conrado IV mostra-se magnânimo perdoando Nápoles. A comuna é suprimida, mas, logo após a morte de Conrado IV (1254), novamente restaurada com o apoio de Inocêncio IV que se instala em Nápoles para dirigir a luta contra os Hohenstaufen. As tropas pontifícias são derrotadas e Inocêncio IV morre. Um conclave reunido em Nápoles elege o novo pontífice Alexandre IV. Segue-se a vitória de Manfredo que submete Nápoles (1256) reconduzindo-a ao regime imposto por Frederico II.

Contra Manfredo porém a Igreja, nas pessoas dos pontífices Urbano IV e Clemente IV, suscita um competidor estrangeiro: Carlos d'Anjou, conde de Provença e senhor de uma boa parte de Piemonte.[17] Com um exército de mercenários franceses e de milicianos das cidades hostis ao Império, Carlos d'Anjou, que conta com o apoio financeiro dos banqueiros guelfos da Toscana, inicia a cruzada contra Manfredo e bate-o em Benevento (1266). Morto Manfredo, Carlos se vê forçado a enfrentar Conradino, filho de Conrado IV, que é derrotado em Tagliacozza (1268), capturado e condenado à morte.[18]

A decapitação de Conradino na praça do Mercado de Nápoles não assinalava somente o fim trágico das aspirações dos Hohenstaufen ao domínio da Itália Meridional: significava também a implantação da dinastia capetíngia em Nápoles. Carlos fez dessa cidade a capital de seu reino estabelecendo um regime forte de governo apoiado militarmente por um exército de cavaleiros angevinos e provençais e, financeiramente, pela colaboração interessada dos banqueiros florentinos e genoveses.

O estabelecimento da monarquia capetíngia em Nápoles produz as seguintes conseqüências:

1) No campo econômico percebe-se a grande atuação de comerciantes estrangeiros, especialmente florentinos. Alimentos, artigos de luxo e objetos relacionados com a guerra formam os mercados de produção e de consumo da cidade.

2) No campo financeiro, a população é oprimida pelo fisco impiedoso que deve alimentar não só o luxo da corte mas também os empreendimentos bélicos.

3) No campo administrativo encontramos uma centralização inspirada nos modelos normando, imperial e capetíngio. Essa centralização apaga todo o traço da antiga autonomia comunal.

4) No campo social observamos uma nova categoria constituída pelos cavaleiros da comitiva real que auxiliaram Carlos d'Anjou na conquista do reino. A antiga nobreza procura ingressar na administração colocando-se a serviço do monarca em atitude submissa.

5) No campo artístico devemos lembrar as novas construções, palácios, igrejas, etc., que embelezam e ampliam a área urbana.

6) No campo intelectual vale recordar o desenvolvimento da Universidade freqüentada pelos filhos das grandes famílias e que ministra principalmente uma formação jurídica. No final do século XIII Nápoles torna-se, com seus cinqüenta mil habitantes, uma das mais importantes capitais do Ocidente.

Para uma melhor compreensão da atuação da dinastia angevina em Nápoles o leitor deverá ter presente o que se encontra no item referente à História da Sicília. Daremos, a seguir, algumas breves notícias dos sucessores de Carlos d'Anjou até a extinção do reinado de sua dinastia em Nápoles (1268-1442). Antes, porém, é conveniente lembrar a observação de Barbagallo: «A revolta das 'Vésperas Sicilianas' assesta um gravíssimo golpe a tantas ambições: uma metade do reino, e não a pior e nem a menos gloriosa — a Sicília — separa-se violentamente do resto em 1282; depois, definitivamente, em 1302. Mas a partir do dia em que se der esse grave acontecimento até a morte do neto de Carlos I — Roberto d'Anjou, rei de Nápoles (1282-1343) — ou seja, no momento em que a dinastia angevina for envolvida no torvelinho de guerras civis das quais sairá desfeita e que lhe custarão a perda da Itália, o novo Reino de Nápoles continuará fielmente as melhores tradições do fundador. Os sucessores realizam o milagre — não obtido pelo primeiro soberano angevino — de conciliar-se grande parte da população».[19] Isso foi possível porque os sucessores de Carlos I «renunciaram à idéia de afrancesar o país, a feudalidade, a burocracia».[20] Tanto a terra como a administração do Reino voltam novamente às mãos de elementos italianos nobres ou burgueses «como no tempo de Guilherme, o Bom, ou de Frederico II».[21]

Vejamos, agora, brevemente, os sucessores de Carlos I até o término da atuação da dinastia em Nápoles.

Carlos II (1285-1309), filho de Carlos I, aceitou a paz de Caltabellota (1302) reconhecendo a soberania de Frederico de Aragão na Sicília. A ilha, após a morte de Frederico, deveria voltar ao domínio dos angevinos.

Roberto I (1309-1343), filho de Carlos II, conhecia bem os problemas da política peninsular, pois ainda em vida de seu pai e durante as prolongadas ausências do mesmo na Provença, dirigira pessoalmente os negócios do reino. Compreende-se, assim, que esse reinado assinale o apogeu da dinastia angevina em Nápoles encarnando, então, uma concepção política que pode ser definida como «monarquia nacionalista,

dinástica e feudal (expressão do tríplice particularismo de uma região, a Itália Meridional, de uma raça dominante, a família capetíngia, de um sistema social, a feudalidade senhoril e comunal) tendo a missão de realizar uma ordem e administrar uma justiça definidas pelo direito romano, como também de manter a Igreja na península e no mundo». [22]

Quando o imperador Henrique VII, que preparava a invasão do Reino de Nápoles, morreu em 1313, o prestígio de Roberto se encontrava no auge. Tentativa de reconquistar a Sicília (1314) ingerência na luta entre Guibelinos e Guelfos da Itália Central (paz de maio de 1317 promulgada em Nápoles), a oposição a Matteo Visconti e Galeazzo de Milão, a entrega a Carlos de Calábria, herdeiro de Roberto, da senhoria de Florença por dez anos, e muitos outros acontecimentos, projetam a imagem de Roberto de Nápoles como figura digna de um estudo mais detalhado para quem desejar compreender a fundo a intrincada História da Itália Medieval na época ora focalizada.

Encerremos essas brevíssimas considerações em torno do reinado do filho de Carlos II, lembrando que o mesmo tornou-se famoso por seus elevados ideais de justiça, de paz social e de administração perfeita. Foi protetor das letras e das artes e é bem significativo o fato de que dois notáveis poetas, Boccaccio e Petrarca, tenham freqüentado a corte de Roberto.

Joana I (1343-1382). — Como Roberto houvesse perdido seu filho e herdeiro Carlos, duque da Calábria, deixou o trono para a filha deste, a jovem e bela Joana cujo longo reinado é contemporâneo de acontecimentos importantes que caracterizam a última fase da Idade Média Ocidental. Assim, por exemplo: a Guerra dos Cem Anos, a peste negra, a ditadura de Cola Rienzo em Roma, o fim do cativeiro de Avinhão e o início do Grande Cisma do Ocidente.

Para desviar as pretensões da dinastia húngara ao trono de Nápoles, Joana havia desposado André da Hungria, filho do rei Carlos Roberto († 1342). Aconteceu, porém, que somente Joana foi coroada rainha de Nápoles, com exclusão do príncipe consorte. Pretendendo o papa Clemente VI corrigir o erro, a facção anti-húngara da corte napolitana fez assassinar barbaramente André (setembro de 1345).

Luís, irmão da vítima e novo rei da Hungria (1342-1382), solicitou ao papa a destituição de Joana (suspeita de cumplicidade com o assassinato) e entrou com um exército em Nápoles.

Joana fugiu para a Provença em companhia de Luís de Tarento (o mais poderoso feudatário do reino, implicado no assassinato de André e, desde agosto de 1347, segundo marido da rainha) e dirigiu-se à corte pontifícia de Avinhão onde provou sua inocência. Nessa ocasião a cidade de Avinhão, que pertencia à casa de Provença, foi vendida à Santa Sé por Joana. Com a quantia obtida a rainha preparou uma frota e reconquistou Nápoles que Luís da Hungria havia abandonado com receio da peste negra e da frota veneziana no Adriático. [23]

Em maio de 1352 Joana e Luís são coroados solenemente. Segue-se um período da história do reino de Nápoles em que Luís de Tarento desempenha papel importante auxiliado por seu principal conselheiro o florentino Niccola Acciaiuoli, considerado um dos grandes homens de Estado da época. Após a morte de Luís de Tarento (maio de 1362) Joana contrai novas núpcias com Jaime III, rei titular de Maiorca. Segue-se uma época de escândalos na corte.

No plano da política externa o reino de Nápoles desempenha papel importante como aliado de Avinhão, possibilitando a vinda do papa Urbano V à Itália. Mais tarde Joana apóia também a decisão de Gregório XI de retornar a Roma, enfrentando a oposição dos florentinos que não desejavam perder a posição de agentes de negócios do papado ausente.

A morte de Gregório XI (março de 1378) viria desencadear o grande cisma do Ocidente. À eleição de Urbano VI um conclave reunido no reino de Nápoles opôs a escolha de Clemente VII. A rainha Joana foi então excomungada e deposta por Urbano que ofereceu a coroa a Carlos, duque de Durazzo.

A velha rainha adota, então, como herdeiro o duque Luís d'Anjou (junho de 1380), irmão de Carlos V. «Clemente VII confirmou a adoção e concedeu a Luís, como feudo da Santa Sé, quase todo o Estado pontifício que seria transformado em reino de Ádria. Mas Carlos III conquistou facilmente o reino e a cidade de Nápoles e fez estrangular a ex-rainha, sua prima, no cárcere, enquanto que Luís d'Anjou morreu, com grande parte de seu exército, numa expedição à Itália meridional». [24]

Carlos III (1382-1386). — Em breve inimizou-se com Urbano VI e foi excomungado. Sua ambição levou-o a disputar na Hungria a herança de Luís, o Grande, falecido em setembro de 1382. Mas o rei de Nápoles acabou em Buda, vítima do punhal (fevereiro de 1386).

Ladislau (1386-1414). — A rainha Margarida, viúva de Carlos III, assumiu a regência do reino em nome de seu filho Ladislau. Segue-se uma guerra civil entre os partidários do jovem herdeiro e os que defendiam a causa de Luís II, filho de Luís d'Anjou. Em maio de 1390 o papa Bonifácio IX faz coroar Ladislau em Gaeta. Ambicioso como seu pai, o novo rei aproveita-se das dissensões que dilaceram a Igreja, invade o Lácio e chega a Roma. Por um momento Ladislau pode sonhar com um reino itálico e adota a divisa: *Aut Caesar aut nihil* (Ou César, ou nada!) Florença e Sena alarmadas apelam para Luís II. Este recebe, em Pisa, do papa Alexandre V a investidura no reino. Em maio de 1411 Luís II bate Ladislau em Monte Cassino, mas não sabe aproveitar devidamente a vitória. Ladislau retoma a luta e morre em agosto de 1414.

Joana II (1414-1435). — Irmã do rei defunto, sucede-lhe no trono. O novo reinado caracteriza-se por uma desordenada competição entre

favoritos, senhores feudais e aventureiros. Em 1420, para pôr fim a tantos distúrbios, o pontífice Martinho V investe Luís III (filho de Luís II que retornara à França e falecera obscuramente em 1417) no reino de Nápoles. Pressionada pela frota de Luís III e pelas tropas do condottière Sforza, Joana II apela para o poderoso Afonso V, rei de Aragão, já senhor da Sicília e reconhece-o como herdeiro do trono (1421). Mas a volúvel soberana, dois anos mais tarde, substituiu Afonso V por Luís III. Este, entretanto, morreu e Joana designou como herdeiro um irmão de Luís, René. Em fevereiro de 1435 falecia a turbulenta Joana. Soara a hora de Afonso V. Após uma série de peripécias (entre as quais figura o aprisionamento de Afonso pelo duque de Milão, Filipe Maria Visconti) e lutas, Afonso V fez uma entrada triunfal à moda antiga na cidade de Nápoles (fevereiro de 1443). Estava encerrada a atuação da dinastia angevina. O estabelecimento da casa d'Anjou na Itália Meridional não só inaugura as múltiplas intervenções francesas na península mas também abre caminho para a intervenção ibérica que culminará no século XV com a preponderância espanhola.

2. *Amalfi.* — As lendas encobrem as verdadeiras origens de Amalfi. Ao que parece, a antiga aldeia começou a desenvolver-se quando aí buscaram refúgio fugitivos das invasões góticas e lombardas. No século VI a cidade era sede episcopal. No século VIII integrava o ducado de Nápoles e estava defendida por muralhas. Em 839 um príncipe lombardo de Benevento conquista a cidade cujos habitantes, após a morte do conquistador, resolvem escolher o próprio governante separando-se, assim, do ducado napolitano.

Vitalícios no começo, em breve os chefes locais passam a constituir uma dinastia que se perpetua por meio da associação do filho pelo pai ao governo da cidade (896). A partir de 957 esses chefes assumem o título de duque. Estamos, então, em face de mais um principado territorial que se desenvolve não como na Europa do Norte em torno de um castelo mas à volta de uma cidade. Eis aí um traço característico da Itália feudal: as cidades é que se tornam os núcleos dos novos principados territoriais.[25]

O desenvolvimento histórico de Amalfi explica-se por três fatores distintos:

1) A configuração geográfica da região leva fatalmente Amalfi à expansão marítima, pois o mar é a única via de que os amalfitanos dispõem para comunicação com o exterior. As relações terrestres com o interior são difíceis.

2) A existência de fortes personalidades que constroem a grandeza de Amalfi: é importante e interessante observar que «Amalfi não está em Amalfi. Os mais ativos e talvez os mais numerosos elementos de sua população estão instalados ao longe, nas colônias prósperas».[26] Entre esses elementos merece menção o riquíssimo Mauro, chefe de importante família estabelecida em Constantinopla, e cuja fortuna merece a atenção do basileu que honra o amalfitano e seu filho Pantaleone di Mauro com o título de «hypatos» (cônsul).

3) O fato de Amalfi pertencer teoricamente ao Império do Oriente, se não afeta a autonomia local, abre-lhe, contudo, um vasto horizonte comercial permitindo aos amalfitanos acesso aos portos do mundo bizantino e possibilitando-lhes tomar o lugar de sírios e judeus no comércio de luxo entre o Oriente e o Ocidente.

A frota de Amalfi constantemente renovada e aumentada, graças à abundância de madeira encontrada na região, possibilita o estabelecimento de numerosas colônias nos mais diferentes locais como v.g. em Nápoles, em Constantinopla, em Antioquia, no Cairo, etc.

Em 870 a frota de Amalfi é a mais poderosa do Mar Tirreno. Na segunda metade do século X, pelo que se depreende de uma observação de Liutprando de Cremona, as frotas de Amalfi e de Veneza são as duas mais importantes da cristandade ocidental.[27] Podemos avaliar a importância de Amalfi no século X pela descrição que, em 977, fez o geógrafo e viajante Ibn Hawkal: «E' a cidade mais próspera da Longobardia, a mais nobre, a mais ilustre por suas condições, a mais rica e a mais opulenta. O território de Amalfi é vizinho do de Nápoles que é uma bela cidade mas menos importante que Amalfi».[28]

Dois acontecimentos assinalam a prosperidade amalfitana: a transformação da sé episcopal em arquiepiscopal em 987 e a cunhagem de uma moeda, o tarin que circula em Nápoles a partir de 1050.[29]

A conquista normanda iria ter conseqüências na atividade econômica de Amalfi. Em 1073 os invasores apoderaram-se da cidade mas foram expulsos em 1100. Pouco depois voltaram para permanecer definitivamente.[30] Como os normandos fossem adversários de Bizâncio (Roberto de Guiscard chegou mesmo a pensar na conquista de Constantinopla), a primeira grave conseqüência da ocupação estrangeira foi a separação entre a metrópole e a colônia amalfitana da capital bizantina. Esta teve que integrar-se no âmbito das atividades de Veneza que conseguiu manter os privilégios comerciais no Império, pois o basileu necessitava da frota veneziana para a luta contra os normandos.

Amalfi não aceitou passivamente o domínio normando. A resistência foi marcada por revolta (1088 e 1096) e até mesmo pela escolha de um duque na pessoa de Marino Pansebaste (1127).

Embora prejudicadas as relações comerciais diretas com Bizâncio, a atividade econômica, longe de diminuir, sofre um acréscimo, fato esse que se explica por haver Amalfi conservado seus estabelecimentos em vários lugares como v.g. Durazzo, Ravena, Bári, no Egito e na Síria.

No Oriente, contudo, percebe-se um indício do decréscimo da influência comercial amalfitana na ausência da cidade por ocasião da primeira cruzada e «das expedições de socorro e de conquista que a seguiram entre 1095 e 1115».[31]

Essa ausência explica-se por três causas principais:

a) Em 1096 Amalfi está rebelada contra os normandos.

b) As más relações entre Amalfi e os príncipes normandos que participam das expedições impedem a utilização da frota amalfitana.

c) Os portos do norte da península itálica encontram-se em situação mais favorável para o transporte dos cruzados que procedem do interior do continente.

Em 1126, na luta entre Pisa e Gênova, Amalfi toma o partido da primeira. Essa aliança possibilita o acesso dos navios amalfitanos a Pisa, mas revela-se, a longo prazo, prejudicial. E' que os comerciantes pisanos aproveitam-se da infra-estrutura amalfitana para penetrar no mundo bizantino e superar sua aliada. Em 1135 e 1137, por ocasião da luta entre Rogério II e o imperador, a frota de Pisa saqueia o porto de Amalfi.

A partir de 1140 acentua-se o declínio do prestígio de Amalfi no Oriente. Isso transparece na necessidade de comprar privilégios que outras concorrentes (Pisa, Gênova, Veneza) adquirem pelo emprego de força. Note-se, contudo, que no Ocidente os amalfitanos prosperam. Assim é que os encontramos nas cidades da Apúlia, na Sicília (Palermo e Messina), em Salerno e sobretudo em Nápoles. O domínio angevino nesta última cidade carece do apoio das frotas de Amalfi e de Gaeta. A partir de 1300 notamos uma nova expansão comercial dos amalfitanos através do Mediterrâneo. Suas embarcações voltam a Constantinopla, atingem Chipre, Rodes e a África do Norte, especialmente a Tunísia.[32] Em 1343 as ondas do mar enfurecido destroem o porto e parte da cidade de Amalfi. Mas a atividade marítima não é interrompida, pois a maior parte da frota encontrava-se em Nápoles. Essa atividade marítima prossegue através de todo o século XIV.

3. *Veneza.* — Na costa adriática, ao norte do Pó, encontramos uma série de lagunas compreendidas entre a terra firme e o Mar Adriático. Estreitos cordões litorâneos (litus = lido) e numerosas ilhas completam a tranqüila paisagem em que surgiria e se desenvolveria aquela que Petrarca apelidaria de «*miraculosissima civitas*» e que viria a ser uma das mais importantes cidades medievais: Veneza.

Na Antiguidade essa pobre região deve ter servido como caminho mais curto, mais fácil e mais rendável entre Ravena e Aquiléia. Com efeito, a navegação de cabotagem através das lagunas oferecia mais vantagens que o tráfico via terrestre. Cassiodoro menciona os habitantes da região, os *Venetici*, transportando em seus numerosos navios mercadorias de Ravena à Ístria e até mesmo remontando os rios. Marinheiros, pescadores, salineiros, eis os rudes e primitivos moradores das ilhas e dos cordões litorâneos.

Escrevendo aos *Tribuni maritimi*, chefes locais das pequenas comunidades existentes nas lagunas, Cassiodoro escreve: «Naquelas paragens que entre si disputam a terra e o mar, erigistes vossas moradas como ninhos de aves aquáticas. Por meio de diques artificiais sabeis juntar entre si vossas habitações, acumulais a areia do mar para quebrantar o poder de suas ondas e o muro, aparentemente fraco, desafia a força das águas. Vosso alimento são os pescados; a habitação de um se assemelha à habitação de outro. Vossa atividade industrial só se orienta para a obtenção do sal. Os espaços onde se desseca vos serve de campos e lavoura. O sal substitui entre vós a moeda cunhada».

Após a tomada de Aquiléia pelos hunos as devastações praticadas pelos mesmos levaram a população da Venécia a buscar refúgio na zona das lagunas. Mais, entretanto, que as invasões do século V, as invasões lombardas influíram decisivamente no aparecimento e desenvolvimento de Veneza. E' que, após a conquista lombarda, a região das lagunas, onde buscaram abrigo inúmeros fugitivos, permaneceu politicamente integrada no Império do Oriente e, portanto, independente do domínio lombardo exercido em terra firme.

Durante o século VII encontram-se diversas aldeias fortificadas disseminadas pelas ilhas e administradas por «tribunos marítimos» escolhidos pelos habitantes e dependentes da autoridade bizantina sediada em Cittanova. Espiritualmente a população das lagunas se encontra sob a jurisdição do arcebispo de Grado.

Três causas entre si relacionadas vão motivar no decurso do século VIII um relaxamento nos elos que prendiam a região das lagunas a Constantinopla:

1) Os contínuos ataques lombardos.

2) A fraqueza da autoridade bizantina.

3) As conseqüências do iconoclasmo (a luta em torno do culto das imagens).

Sinal da crescente autonomia regional é a escolha de um doge (dux, duque) local.

Segundo a tradição, o primeiro doge indígena teria sido Anfesto Pauluzzo que teria também tratado com o rei lombardo Liutprando. Pesquisas recentes porém identificam Pauluzzo com Paulo, exarca de Ravena.

O segundo doge tradicional foi Marcelo, o *magister militum* de Cittanova. Na realidade o primeiro doge indígena (o terceiro da tradição) foi Orso I (726-737).[33] «Chefe dos revoltosos contra os decretos iconoclásticos de Leão III, o Isáurio, submeteu-se, dentro de pouco tempo, compreendendo que o tempo da autonomia ainda não havia chegado».[34]

Depois do assassinato de Orso I as ilhas foram governadas durante vários anos por *magistri militum* que chegaram a proteger militarmente o exarca de Ravena quando o mesmo foi atacado pelos lombardos em 740.

Quando o exarcado de Ravena cai em poder dos lombardos, Deusdedit, filho de Orso I, torna-se doge e instala-se em Malamocco.

Em 764 é eleito Maurício I que funda uma dinastia, mas seus descendentes são afastados por Obeliério (805).

O leitor deve ter presentes os acontecimentos da política internacional contemporânea para ter uma melhor compreensão da situação de Veneza. Durante o governo de Maurício e de seus descendentes cresce o poderio franco na península itálica. Em 774 o rei Desidério capitula e Carlos Magno assume o título de rei dos lombardos. Era natural o aparecimento entre os habitantes das lagunas, de partidários dos francos. Maurício e seus descendentes permanecem fiéis a Bizâncio e os basileus cumulam os doges com títulos e honrarias. Note-se, aliás, que essa fidelidade ao Império do Oriente acarretava certas vantagens para a futura república veneziana. Em primeiro lugar, a autoridade bizantina estava bastante afastada para permitir uma certa autonomia aos venezianos. Em segundo lugar, a talassocracia oriental representava uma não desprezível proteção para pequenas comunidades cuja sobrevivência dependia essencialmente do mar.

A ascensão do doge Obeliério significou o triunfo do partido francófilo. Quando porém Carlos Magno pretendeu anexar a Venécia a seu Império, a população apoiada pela esquadra bizantina mantém-se fiel ao basileu. Da questão veneziana resultaria o reconhecimento do título imperial de Carlos Magno por parte de Constantinopla.

Bizâncio instalou uma nova família no dogado: os Partecipazi. A sede do governo foi, então, transferida para a ilha de Rialto. Muitos refugiados de Malamocco e de Cittanova estabeleceram-se na nova sede, melhor protegida contra os perigos de invasão partida do continente. «Assim se organizou a primeira Veneza sob a direção do doge Agnello Particiaco (810-827). Em uma das ilhas, Olivolo, havia sido criado um bispado desde o fim do século VIII em torno da igreja de S. Pedro. Quando dois mercadores de Torcello trouxeram, em 828, os restos de S. Marcos astuciosamente arrebatados nas barbas dos muçulmanos de Alexandria, as ilhas realtinas abrigaram essas relíquias gloriosas. O fato talvez seja lendário mas é significativo. O que nem Cittanova, nem Malamocco tinham sido, Rialto o foi: Veneza, a cidade de S. Marcos se edificará em torno da igreja do santo protetor». [35]

No decurso do século IX podemos discernir alguns traços que emprestam a Veneza um cunho de originalidade e fazem dela uma cidade-estado *sui generis*. Vejamos brevemente essas características.

1) *Situação geográfica privilegiada.* — Com seu centro político e espiritual no arquipélago, Veneza desfruta de uma localização estratégica nos confins do mundo bizantino, do mundo germânico e do mundo eslavo.

2) *Organização política sui generis.* — Veneza depende do Império Bizantino, o que não impede a consolidação da ditadura local pelos

doges. Estes tendem a tornar o cargo hereditário. «Durante dois séculos, Particiaci, Candiani e Orseoli se disputam o trono ducal e esforçam-se por instalar sua dinastia. Uma certa descofiança do povo, a vigilância de uma aristocracia zelosa e já forte, apesar de seu pequeno número, os próprios excessos dos doges impediram a constituição da monarquia hereditária». [36]

3) *Estrutura econômico-social sui generis.* — «Sua estrutura, enfim, apresenta traços originais: nenhum vestígio de feudalidade, uma economia que não se baseia sobre grandes domínios, mesmo se os refugiados conservaram propriedades imobiliárias sobre a terra firme; chegados na laguna com seus capitais, os proprietários imobiliários (tribuni) expulsos pelo avanço franco mantêm o grande comércio a que se entregam os marinheiros sem fortuna; formam um patriciado, exercendo uma preponderância econômica e política sobre a população local». [37]

4) *Busca de Independência.* — Dependendo economicamente do Império Carolíngio e pertencendo politicamente ao Império Bizantino, Veneza procura estabelecer uma autonomia de fato com base no poderio de sua frota. O crescimento demográfico e a intensificação das atividades comerciais contribuem para a autonomia.

As ameaças dos eslavos balcânicos na fronteira do Império Carolíngio da Ístria, as incursões dos piratas sarracenos que possuem suas bases na Sicília e, finalmente, a ameaça húngara na Ístria e no norte da península itálica tornam a frota veneziana indispensável à defesa dos dois grandes Impérios.

Que os venezianos vão tomando, cada vez mais, consciência do próprio poder e independência revela-nos o fato de o doge alterar sua titulatura: em lugar de *Dux Venetiae provinciae* (Duque da província de Veneza) assume o título de *Dux Veneticorum* ou *Dux Venetiarum*.

A intenção de independência manifesta-se claramente no abandono do termo «província». [38]

5) *Transformações internas.* — Duas transformações internas contribuem para tornar mais claro o esboço do novo estado em gestação:

a) Novos bispados são criados nas ilhas com a finalidade de formar uma província eclesiástica vêneta que coincida com os limites do novo estado.

b) O poder pessoal do duque vai ser, no final do século IX, limitado pela presença, nas atividades administrativas e políticas, de membros das principais famílias.

6) *Criação material da cidade.* — Por volta do ano 900, em face das ameaças húngaras, o doge Piero Tribuno faz construir uma muralha contínua ao longo da parte mais exposta da grande ilha: cria-se, então materialmente a cidade, *civitas Rivoalti*, em breve, *civitas Venetiarum*. [39]

Quando, em 906, os hunos tentaram, por meio de embarcações, atacar Malamocco e Rialto foram derrotados.

Embora expandindo-se economicamente, Veneza tem que enfrentar, no decurso do século X, não só as ameaças de povos interessados no controle da navegação pelo Adriático (ístrios, dálmatas, croatas, gregos da Apúlia, árabes, etc...) mas também as pressões dos prelados do continente entre os quais figura o patriarca de Aquiléia que pretende restabelecer sua autoridade na região das lagunas.

Uma grave crise surge quando a família dos Candiani, que tornara o dogado hereditário, não esconde suas simpatias e ligações com o Império dos Otões. Esse fato explica-se pelas grandes possessões que os Candiani mantinham em terra firme. Quando um dos doges contraiu matrimônio com a germânica Valdrada e procurou proteger-se com um corpo de mercenários continentais, o Império do Oriente e as grandes famílias reagiram. O palácio ducal é incendiado (976), o duque apunhalado e seus partidários refugiam-se junto a Otão II que prepara uma expedição contra Veneza. A morte do imperador porém salva a cidade das lagunas que vai ter um grande governo sob o dogado de Pedro Orseolo II (991-1008).

Internamente Orseolo procurou restabelecer a paz e a tranqüilidade. A própria eleição do novo doge se fez dentro de uma atmosfera de reconciliação.

Na *política externa* Orseolo estreitou os laços com Bizâncio contribuindo com a frota veneziana para a manutenção do domínio bizantino no sul da Itália, mantendo em respeito os sarracenos.

Em 993 o doge obtém do basileu uma novela que define a situação de Veneza e constata sua emancipação no quadro do Império.

Quanto ao Império do Ocidente, Orseolo aproveitou os sonhos de Império Universal de Otão III, obtendo a proteção deste sem, contudo, comprometer Veneza. Ainda no âmbito da política externa devem ser anotados os entendimentos amigáveis entre o doge e as cidades da Dalmácia que iriam lançar as bases do futuro domínio veneziano no Adriático. No ano 1000 os venezianos obtém uma grande vitória em Zara e apoderam-se de Curzola e Lagosta, bases de piratas. Os eslavos são repelidos para o interior e Orseolo assume o título de duque dos dálmatas *(dux Dalmatinorum)*, o que significa simplesmente ser o doge de Veneza um delegado imperial para as regiões dalmáticas.

Nos anos de 1002 e 1003 os venezianos repelem o ataque árabe à Apúlia a fim de garantir a liberdade de passagem no canal de Otranto. Mas note-se que Orseolo procurou manter boas relações com os príncipes árabes situados na esfera do tráfico veneziano.[40]

Pedro Orseolo II morreu em 1008 e foi substituído por seu segundo filho Otão (Ottone Orseolo) deposto em 1026. Embora não tenham podido perpetuar a família no poder, os Orseoli tiveram o mérito de lançar os fundamentos da grandeza externa de Veneza. «Com eles começa a história de Veneza, doravante capaz de garantir por si mesma sua independência e, em breve, desempenhar o papel de intermediária entre o Oriente e o Ocidente a que estava destinada por sua situação geográfica».[41]

Durante o século XI a política interna de Veneza caracteriza-se pelo desaparecimento das tendências monárquicas (para o que muito contribuiu a queda dos Orseoli) e pelo desenvolvimento das instituições. «A cidade se organiza e suas instituições se definem».[42] Vale aqui consignar uma observação: as revoluções políticas que se processam em Veneza não decorrem de tensões sociais mas, sim, da rivalidade existente entre as grandes famílias. Essa rivalidade impede a perpetuidade de dinastias e, de certo modo, contribui para a evolução das instituições. No século XI a estrutura política veneziana é ainda bastante simples. «Os doges, eleitos pelo povo, governam de um modo todo patriarcal, com o concurso de alguns conselheiros. A assembléia *(contio generalis)* discute e faz as principais leis».[43]

No plano da política exterior convém lembrar as repercussões dos conflitos religiosos que abalam a cristandade e a presença dos normandos no Adriático.

O cisma de 1054 não chegou a impedir a renovação da velha aliança vêneto-bizantina. Da mesma forma a luta entre Gregório VII e Henrique IV não abala a passividade dos venezianos que necessitavam do imperador germânico a garantia para o trânsito de mercadorias através das rotas do Adige para o Brenner e do Pó para Pavia.

Cristãos e devotos de S. Marcos, os venezianos eram, acima de tudo, comerciantes calculistas que colocavam o lucro no cimo da escala de valores.

Apesar do cisma que separava Roma de Constantinopla as relações entre Veneza e o Império bizantino mantinham-se tão cordiais que o doge Domenico Selvo (1070-1084) teria até desposado uma princesa grega. Não é pois de admirar que, quando os normandos, depois de ocupar a Apúlia bizantina, dirigiram suas ambições para o Epiro (1081), o basileu Aleixo Comneno tenha apelado para Veneza. Compreende-se que a cidade das lagunas tenha acorrido pressurosa em socorro de Bizâncio, pois, na realidade, Veneza, ao lutar contra a ameaça normanda no Adriático, mais que o Império do Oriente, defendia a própria sobrevivência.

Para estimular o auxílio veneziano Aleixo Comneno através de um crisóbulo (diploma revestido com o selo de ouro imperial) fez à Veneza importantes concessões: a liberdade de trânsito em todo o Império, com exceção do Mar Negro, e a isenção de taxas e direitos alfandegários e ainda locais de armazenamento e ancoragem em Constantinopla.

A luta contra os normandos não foi fácil. A derrota da frota veneziana em Corfu acarreta a deposição do doge Selvo e a eleição de Vitale Falier. A guerra prosseguiu contra os audazes adversários que foram afinal derrotados graças à morte de Boemundo a quem Roberto Guiscard havia confiado o mando das operações.[44]

Podemos avaliar o prestígio de Veneza no século XI através do modo como o doge é designado pelo imperador do Ocidente em um

diploma em que se concede aos venezianos a autorização de fortificar Loreo, no caminho que conduz do Ádige ao Pó: *sapiens ac discretus Venetici regni rector* (sábio e distinto reitor do reino veneziano).

As cruzadas teriam necessariamente que influir profundamente na história de Veneza. A pregação da primeira cruzada repercutiu principalmente no reino da França e entre os normandos do sul da Itália. Em contacto com os cruzados franceses, em virtude da proximidade geográfica, Gênova engaja-se no movimento com vistas aos lucros comerciais que lhe proporcionará sua presença no Oriente. Assim é que encontramos (1097) uma frota genovesa instalada em S. Simeão nas proximidades de Antioquia prestando apoio decisivo aos cruzados na conquista dessa cidade.

Veneza, que não se entusiasma pelo aspecto religioso das cruzadas, organiza uma expedição em 1100 com o fim de vigiar e proteger os interesses comerciais. Em Rodes a frota veneziana ataca e derrota a frota pisana. Navegando ao longo da costa da Cilícia os venezianos se apoderam, em Mira, das relíquias de S. Nicolau. No litoral do reino de Jerusalém põem-se a serviço do monarca. Depois de conquistar Haifa (Cayphas, Haïfa) a frota retorna ao Adriático onde a situação se agravara, pois o rei húngaro estendera seu poder até as cidades do litoral (Espalato, Trau, e Zara). Ao mesmo tempo cresce a ameaça normanda e pioram as relações entre Veneza e seus vizinhos da terra firme ameaçando as relações com o interior do vale do Pó. A essa situação difícil da política externa vêm-se juntar algumas catástrofes: incêndios, tremores de terra, invasões de marés que chegam a submergir algumas ilhas. Como se tudo isso não bastasse, Aleixo Comneno concede (1111) aos pisanos privilégios análogos aos que usufrem os venezianos. Em 1118 o novo basileu João Comneno agrava a crise ao recusar a confirmação das vantagens concedidas em 1082 por Aleixo. Na mesma época Veneza luta com os húngaros na Dalmácia.

A cidade das lagunas enfrenta corajosamente a crise enviando (1122) uma expedição ao Oriente comandada pelo doge Domenico Michiel (1117-1129) sucessor de Ordelaffo Falier que tombara em Zara. Os venezianos tomam Corfu, devastam as ilhas de Lesbos, Samos e Rodes, derrotam a esquadra egípcia em Ascalão (1123) e contribuem eficazmente para a conquista de Tiro (julho de 1124). São, então, isentos de direitos em todo o reino de Jerusalém, recebem um bairro na cidade de Acre e um terço da cidade de Tiro. De volta, a frota vitoriosa liberta a Dalmácia dos invasores magiares e, por meio de pressão sobre as ilhas jônicas, obtém do basileu o restabelecimento (1126) dos privilégios de 1082. Veneza encontra-se, então, solidamente instalada no Mediterrâneo Oriental embora tenha que enfrentar a concorrência de Pisa e de Gênova que haviam chegado primeiro à Síria e começavam a introduzir-se no Império Bizantino.

No final do século XI e no decurso da primeira metade do século XII Veneza passa por transformações *materiais* (novos edifícios e pon-

tes), *políticas* (criação do *Consilium Sapientium*, embrião do Grande Conselho) e *econômicas* (aparece um novo tipo de associação comercial, a companhia).

Ao *Consilium Sapientium* cabe elaborar leis e sua criação implica na redução das atribuições da Assembléia popular. Delineiam-se, então, «os traços fundamentais do futuro regime veneziano: nem democracia, nem principado mas o governo de especialistas iniciados e de Conselhos cada vez mais fechados».[45] Na primeira década da segunda metade do século XII Veneza aparece já como grande potência marítima. Na Ístria e na Dalmácia um conde veneziano supervisiona a administração local. No Adriático seu domínio é visível e dele necessita o basileu Manuel Comneno para controlar a audácia dos normandos. Estes, por sua vez, procuram estabelecer relações amigáveis com a rainha do Adriático concedendo a seus negociantes facilidades para traficar na Itália Meridional (1155).[46] Compreende-se, assim, que aos olhos dos contemporâneos o Adriático já seja encarado como um verdadeiro «Golfo de Veneza». Entretanto todo o prestígio de Veneza iria ser posto em xeque no decurso dessa mesma segunda metade do século XII através de gravíssimas crises entre as quais um sério conflito com o Império do Oriente. Vejamos brevemente os acontecimentos que assinalam essa época turbulenta para as relações externas venezianas.

Na luta entre Frederico Barba-Roxa e o papa, Veneza procurou, a princípio, manter sua tradicional e interesseira neutralidade evitando ferir de qualquer forma a sensibilidade imperial. Barba-Roxa chegou mesmo a confirmar (1155) os privilégios de que gozavam os negociantes venezianos nos domínios imperiais. Mas em 1159 a cidade das lagunas reconheceu como legítimo o papa Alexandre III atraindo as iras do imperador. O território veneziano foi, então, atacado pelas cidades de Ferrara, Pádua e Verona. Mas a prudência de seus governantes não permitiu que Veneza se imiscuísse militarmente nas lutas continentais. Os venezianos até mesmo evitaram romper completamente com Barba-Roxa, fato esse que permitiu à cidade do Adriático servir de intermediária entre o imperador e o pontífice nas negociações que se sucederam à derrota daquele na batalha de Legnano. E foi em Veneza que em julho de 1177 se desenrolou a já mencionada cena de reconciliação entre Alexandre III e Barba-Roxa.

Na Dalmácia as cidades aproveitam-se dos problemas de Veneza no continente para libertarem-se. Zara revolta-se (1170) com o apoio dos húngaros sempre ameaçadores. Uma frota veneziana de trinta galeras sufoca a rebelião. Mas a situação tendia a agravar-se em virtude de posição assumida pelo basileu Manuel Comneno que manifestava pretensões em relação ao Ocidente firmando-se no Adriático onde cria um ducado bizantino em Espalato.

Como Veneza não mais se prestasse ao papel de sujeição, o soberano bizantino resolveu apoiar Ancona, concorrente de Veneza.

A situação de insegurança existente em Constantinopla em virtude do rancor que a população grega nutria pelos ocidentais levou estes a abandonar a capital bizantina. «Após um período de tensão durante o qual os venezianos romperam toda relação comercial com o Império e emigraram em massa, Manuel armou-lhes uma verdadeira cilada levando-os a regressar com a promessa eventual de ceder-lhes o monopólio do comércio em seus Estados. Seduzidos por essa perspectiva, vinte mil venezianos retornaram a seus entrepostos e aos 12 de março de 1171 Manuel fê-los prender e confiscou-lhes todos os bens».[47] Muitos venezianos conseguiram fugir graças ao grande navio de propriedade do famoso negociante veneziano Romano Mairano que, fugindo da frota bizantina, chegou a Acre e depois dirigiu-se para Veneza. A atitude do basileu acarretou a ruína de inúmeros homens de negócio venezianos. A população indignada clamou por vingança. Equipou-se então uma frota que conquistou várias cidades da Dalmácia, desembarcou tropas em Eubéia e ocupou a ilha de Quio. Enquanto se processavam as negociações com Manuel, uma epidemia forçou o regresso dos navios a Veneza.

Embora firmada a paz em 1175, libertados os venezianos encarcerados (1179) e garantidos a Veneza os antigos direitos, as relações entre a cidade das lagunas e Constantinopla não se normalizaram. Pairava uma atmosfera de desconfiança que impedia o regresso em massa dos comerciantes à capital do Império do Oriente. Pisanos e genoveses aproveitaram a ausência de Veneza e foram vítimas do massacre de 1182 que, compreensivelmente, as fontes venezianas nem mencionam.

Em 1183 Andronico concedeu uma indenização anual a Veneza pelas perdas sofridas a partir de 1171. Mas o clima de insegurança continuava. *Isaac Ângelo*, que depôs Andronico, firmou um tratado com Veneza (1189) restabelecendo os antigos privilégios e restituindo os bens saqueados. E' que o Império Bizantino necessitava da esquadra veneziana para protegê-lo contra normandos, pisanos e húngaros. A capital do Império torna-se novamente, depois de dezoito anos, um importante centro comercial para Veneza. No Adriático pisanos e normandos criam novos problemas prestando apoio às cidades da Dalmácia contra os húngaros mas visando a afastá-las de Veneza.

Quando Isaac Ângelo foi deposto por seu irmão Aleixo (1195) Pisa procurou disputar com Veneza o mercado de Constantinopla. Os venezianos mostram-se unidos em face da ameaça e conseguem vencer a crise, fazendo a paz com Pisa (1198-1199) e obtendo de Aleixo III um crisóbulo «que abre aos venezianos maior número de cidades que o tratado de 1082 e lugares novos nas ilhas».[48]

Nessa época Veneza era governada pelo doge Henrique Dândolo (1192-1205) que se tornaria famoso por sua atuação na quarta cruzada.

A quarta cruzada traria profundas conseqüências para Veneza. Estudaremos no capítulo sobre as cruzadas os acontecimentos dessa expedição desviada da finalidade que lhe assinalara o papa Inocêncio III. Limitar-nos-emos aqui a sublinhar que a tomada de Constantinopla

assegurou por três séculos a hegemonia veneziana no Mediterrâneo Oriental. «O exame da carta prova que Veneza foi a maior beneficiária da expedição de 1204. Não somente a rede de suas possessões lhe permite dominar o mar e assegurar seu tráfico comercial, mas ainda a fraqueza do Império latino faz dele protegido de Veneza. Constantinopla tornou-se uma segunda Veneza. Os negociantes das outras cidades beneficiam-se apenas de uma simples tolerância: três oitavos da cidade, com a igreja de Santa Sofia, são reservados aos venezianos solidamente agrupados em torno de seu podestá, verdadeiro vice-rei ou, antes, vice-doge da Romênia».[49] Não só na cidade de Constantinopla mas no território do velho Império, Veneza recebeu também a parte do leão: Epiro, Acarnânia, Etólia, as ilhas Jônicas, os três principais portos da Trácia (Galípoli, Rodosto, Heracléia), Andrinopla, Eubéia, todo o Peloponeso, etc...[50]

Do marquês de Monferrato, o doge Dândolo adquiriu Creta e Salonica mediante elevada soma. Compreende-se que daí por diante o doge de Veneza acrescentasse ao título de «dux Venetiarum, Croatiae et Dalmatiae» (duque de Veneza, Croácia e Dalmácia) o de *Dominator quarte et dimidie partis totius imperii Romani*» (senhor de um quarto e meio de todo o Império Romano).

Veneza teve a habilidade de ocupar os pontos essenciais do magnífico Império de modo a garantir a defesa de seu tráfico. Os demais territórios foram entregues como feudos a patrícios. Um desses, Marco Sanudo, «conseguiu conquistar em dez anos as Cícladas e fundar o ducado do arquipélago que deveria permanecer, com Creta, o mais sólido ponto de apoio veneziano no Oriente».[51]

Quando o doge Dândolo morreu em Constantinopla (1205) a colônia veneziana aí fortemente estabelecida, que já se organizara tomando como modelo as instituições da mãe-pátria, escolheu um podestà ne pessoa de Mariano Zeno. Este tomou o título de «*dominator super quartam et dimidiam partem totius imperii Romanie*» (senhor da quarta e meia parte de todo o império da România) e agiu como verdadeiro chefe de estado distribuindo as terras conquistadas, assinando tratados, etc...

Em Veneza, conhecida a morte de Dândolo, foi eleito doge Pietro Zani, profundo conhecedor do Oriente. A unidade do império veneziano encontrava-se, então, em sério perigo e por dois anos existiu uma separação de fato entre a cidade das lagunas e a nova comunidade de Constantinopla. Esta porém compreendeu que não podia subsistir sem o apoio da metrópole e em 1207 Zeno deixou para o doge o título de *dominator*. Mais tarde Iacopo Tiepole, o novo podestà veneziano de Constantinopla, reconheceu-se como delegado da autoridade de Veneza.

A divisão do Império Bizantino entre os vencedores de 1204 não implicava evidentemente na entrada de posse imediata das novas possessões. Estas deviam ser conquistadas não raro após rudes campanhas. Assim, por exemplo, aconteceu com Creta onde Veneza estabeleceu co-

lonos militares para defendê-la não só contra os gregos mas também contra os genoveses.

Nas ilhas do Mar Egeu os venezianos se consideraram feudatários do imperador latino, fugindo, assim, à jurisdição do doge.

O crescimento demográfico de Veneza e a expansão de seu império em conseqüência da tomada de Constantinopla impuseram ao doge Ziani a efetivação de uma reorganização política como, v.g., a criação de um novo Conselho de quarenta membros, a *Quaranzia*. «A evolução institucional na primeira metade do século XIII teve por efeito reduzir progressivamente a soberania dos dois organismos mais antigos, o cargo ducal e a assembléia popular».[52]

E' interessante sublinhar a influência do Direito Romano na elaboração do direito público (especialização das magistraturas), e do direito privado (elaboração de um verdadeiro *corpus* jurídico: *Ratio de lege romana e judicia a probis judicibus promulgata)* de Veneza. Note-se que as capitulares marítimas inspiravam-se no Direito Bizantino.

No decurso da primeira metade do século XIII Veneza teve que enfrentar graves ameaças a seu império econômico. No Oriente a fraqueza do Império Latino de Constantinopla, a reação grega organizada em Nicéia e a rivalidade genovesa criavam constantes problemas para o tráfico. No Ocidente os venezianos tinham que contar com as desmesuradas ambições de Frederico II e a permanente ameaça húngara no Adriático. Veneza teve, então, a felicidade de ser governada por uma série de homens capazes entre os quais mencionaremos, a título de exemplo, o doge Jacopo Tiepole (1229-1249), o mesmo que fora podestà da colônia de Constantinopla e que reconhecera, então, a autoridade do doge Zani restabelecendo a unidade veneziana. Entre os feitos de Tiepole podemos citar:

1) Obtém o reconhecimento explícito dos direitos de Veneza pelo imperador latino de Constantinopla, João de Brienne (1230-1231).

2) Sufoca uma revolta grega em Creta.

3) Impede a reconquista de Constantinopla pelos gregos em 1235.

4) Mantém o domínio veneziano no Adriático.

5) Enfrenta vitoriosamente a luta com Ferrara, que Frederico II havia jogado contra Veneza.

As magníficas festas de Veneza (entre as quais se destacam as núpcias com o Adriático quando o doge atirava nas águas um anel exclamando: Caso-vos com o mar em sinal de vosso domínio real e perpétuo) e a cunhagem de uma forte moeda de prata (ducado), são o símbolo da incontestável hegemonia veneziana durante a primeira metade do século XIII. Na segunda metade Veneza teria que enfrentar uma séria ameaça à sua preponderância quando os gregos aliados aos genoveses

pelo tratado de Ninféia (março de 1261) retomaram Constantinopla (julho de 1261). Desde logo o acesso ao Mar Negro era cortado para o comércio veneziano e aberto para os genoveses.

Durante muitos anos Veneza sonhou com a retomada de Constantinopla e a fundação de um novo Império Latino. Em 1281-1282 esses planos parecem realizar-se graças à aliança de Carlos I d'Anjou. Mas as Vésperas Sicilianas impedem a audaciosa empresa.

Novas esperanças surgem quando Carlos de Valois, irmão de Filipe, o Belo, pretende retomar a velha capital do Oriente (1304-1307). Mas os venezianos como homens de negócio tinham um sentido profundamente prático dos acontecimentos. Assim é que, ao lado dos planos irrealizáveis, procurou-se estabelecer relações concretas com o Império grego. «Os crisóbulos de 1265, de 1285 e de 1302 são a prova desse esforço: as cláusulas essenciais permitem aos venezianos reinstalar-se em Constantinopla e Tessalonica e reconstituir seu bairro e seus armazéns, beneficiar-se no Império de uma larga isenção aduaneira, de traficar livremente e de ter acesso ao Mar Negro».[53]

Convém lembrar aqui que uma trégua de vinte anos (1271-1291) entre Veneza e Gênova proporcionou a ambas as cidades italianas uma época de prosperidade. Veneza aproveitou-se dessas circunstâncias para firmar seu domínio em Creta e impor um rigoroso controle econômico no Adriático. A esquadra veneziana *(squadra del Golfo)* podia agir aí livremente. Nessa época situa-se a famosa viagem de Marco Polo ao Oriente. Estudá-la-emos em outro volume da ***História do Mundo Feudal*** quando abordarmos as relações comerciais dessa época.

Um rápido olhar sobre a História de Veneza durante o século XIV permite-nos sublinhar três acontecimentos importantes:

1) Relações com Bizâncio.

2) Guerras com Gênova.

3) Conquistas no continente.

Quanto às relações com Bizâncio notemos que o perigo turco sempre crescente obrigou Veneza a prestar seu apoio militar, naval e financeiro ao Império decadente. Claro está que Veneza obtém lucros compensadores com esse auxílio: os venezianos tornar-se-ão credores do basileu. Compreende-se, assim, que nos fins do século XIV Veneza tenha reconstituído sua hegemonia no Oriente.

No que tange às relações com Gênova, lembremos que na segunda metade do século duas guerras opõem as antigas rivais. Como conseqüência da primeira (1351-1355) Veneza se enfraquece a tal ponto que deve ceder a Luís da Hungria quase toda a Dalmácia em 1358.

Por ocasião da segunda guerra (1377-1381) os genoveses atingem as proximidades da laguna, de Chioggia a Malamocco.

As conquistas continentais merecem um comentário especial. Desde o início de sua História, Veneza caracteriza-se por sua irresistível vocação para os empreendimentos marítimos. Entretanto as atividades comerciais levariam fatalmente Veneza a tomar pé no continente, pois a cidade das lagunas se havia tornado o mais importante distribuidor de produtos do Oriente nos mercados do Ocidente.

As passagens dos Alpes e os caminhos pela planície do Pó constituíam pontos nevrálgicos para o intercâmbio comercial veneziano.

Por muito tempo esse intercâmbio foi assegurado com a hábil diplomacia veneziana que conseguia o apoio dos imperadores germânicos.

Quando porém o poder destes na península entrou em franca decadência Veneza teve que haver-se com cidades italianas como Verona, Pádua, Ferrara, etc.

No século XIV os mais ferrenhos adversários dos venezianos foram os Scaligeri de Verona e os Carrare de Pádua. Os primeiros pretendiam construir um poderoso domínio do Friul até a Lombardia e representavam, por isso, uma séria ameaça para o comércio veneziano. Veneza encontrou aliados em outras cidades que se sentiam ameaçadas diretamente pela prepotência dos senhores de Verona. Em 1339 eles foram obrigados a abandonar suas pretensões sobre Pádua e a ceder Treviso aos venezianos.

No século XV a expansão em terra firme italiana figura em primeiro plano na política veneziana. Nessa expansão desempenham papel relevante os doges Miguel Steno (1400-1413), Tomás Mocenigo (1414-1423) e Francisco Foscari (1423-1457). «Os dois primeiros abateram os Scaligeri e os Carrare e retomaram a Dalmácia; Foscari combateu a ambição dos Visconti de Milão mas para ele como para seus dois predecessores tratava-se de uma só coisa: a defesa e o crescimento do Estado».[54]

Depois de vencer os Scaligeri de Verona e os Carrare de Pádua, Veneza completou essas vitórias conquistando o Friul «subtraído à ambição húngara e austríaca (1411, depois 1418-1420)».[55] A Dalmácia foi reconquistada sem que os húngaros pudessem reagir em virtude do avanço turco.

Veneza encontrava-se agora face a face com Milão onde a ambição do duque Filipe Maria Visconti (1412-1447) motivou a aliança vêneto-florentina. Seguiram-se três guerras. A notícia da queda de Constantinopla em poder dos otomanos apressou o entendimento entre as três grandes potências italianas através da paz de Lodi (1454). Essa paz iria permitir a Veneza enfrentar, no Oriente, o perigo otomano.

II. As cidades do Reino da Itália

O Reino da Itália *(Regnum Italiae)* se estende dos Alpes, ao norte, até a parte meridional do ducado de Espoleto e à Tuscia romana, ao sul.[56] A capital é Pavia, antiga sede dos reis lombardos, e o reino todo encontra-se dividido em condados onde as principais autoridades são o conde, os gastaldi (administradores dos bens reais) e o arcebispo ou bispo (cada condado corresponde, em geral, a uma diocese).

O agrupamento de condados forma a marca sob a autoridade de um marquês. Mas note-se que esse título de marquês é usado, às vezes, hereditariamente por grandes senhores «mesmo que não governem uma marca compacta».[57]

Entre as marcas existentes no século X lembremos, somente a título de exemplo: a Marca de Ivréia, a Marca de Turim, a Marca de Verona, a Marca de Toscana, etc...[58]

O rei-imperador germânico que substitui o rei lombardo, como o leitor já terá observado no capítulo referente à Alemanha, exerce, muitas vezes, apenas uma autoridade teórica nos condados e marquesados.

Nas próximas linhas abordaremos sucintamente a história das seguintes cidades compreendidas dentro dos limites do «Regnum Italiae»: Pisa, Gênova, Florença e Milão.

1. *Pisa.* — Único porto entre Gênova e Óstia, situada no ponto em que a Via Aurélia cruza o Arno, Pisa goza das vantagens de uma fácil comunicação terrestre com a Ligúria e com Roma, e do fato de ser, graças ao rio Arno, a saída natural da Toscana para o Mar. Produtos da agricultura e da criação provenientes do interior, peixes do mar, carvalhos das montanhas, ferro da ilha de Elba, etc., etc... são fatores que, aliados à mencionada posição geográfica e com ela intimamente relacionados, contribuem decisivamente para a prosperidade de uma das mais antigas cidades da Toscana.

O isolamento de Ravena, imposto pela cadeia dos Apeninos, permitiu que muito cedo os pisanos, apoiados em seus navios, começassem a agir com independência frente ao exarca.

Quando os sarracenos ameaçam o litoral peninsular a esquadra de Pisa constitui, nos séculos VIII e IX, o principal meio de defesa do *Regnum Italiae:* «em 828, sob o comando do marquês de Toscana, uma frota pisana atinge o litoral africano; em 871 Pisa participa da defesa de Salerno e, em 1005, obtém uma vitória naval sobre os sarracenos diante de Reggio de Calábria».[59]

Governada por um visconde hereditário (curioso é que a família dos viscondes adota como patrônimo o próprio nome designativo do cargo ocupado, Visconti), representante do Marquês de Toscana, Pisa constrói sua grandeza através do século XI por meio de empreendimentos marítimos entre os quais merecem ser mencionados:

1015-1016 — Aliados dos genoveses, os pisanos expulsam os sarracenos da Sardenha onde Pisa estabelece por um século sua hegemonia comercial.

1063 — Os pisanos saqueiam o porto de Palermo e incendeiam o seu arsenal.[60]

1087 — As constantes lutas entre pisanos e genoveses interrompem-se nessa data para a organização conjunta de uma grande expedição contra a florescente e rica cidade de Mahadiya, na África. Dessa empresa participaram também os navios do rico amalfitano de Constantinopla Mauro di Pantaleone.[61]

1092 — Pisanos e genoveses novamente aliados vão prestar auxílio a Afonso VI de Castela.

No final do século (1099), por ocasião da primeira cruzada, Pisa envia uma poderosa frota de 120 velas ao Oriente. Sob o comando do próprio arcebispo Daimberto, os pisanos atacam Leucade, Cefalônia, Laodicéia e se estabelecem em Jafa.

Outra frota de Pisa é atacada em Rodes pelos venezianos que temem a concorrência comercial da cidade do Tirreno. Mas os pisanos, cujo arcebispo Daimbert fora eleito patriarca de Jerusalém, adquirem forte posição na Terra Santa e se aliam aos normandos que lhes fazem concessões em Antioquia e Laodicéia.

Quando, em 1111, Aleixo Comneno cede aos pisanos um bairro em Constantinopla com privilégios especiais, Pisa aparece já como a principal potência marítima do Mediterrâneo Ocidental no Oriente.

O arcebispo Pietro Moriconi prega e organiza em colaboração com doze cônsules eleitos entre as famílias nobres da cidade uma expedição contra os sarracenos das Baleares. O papa Pascoal II empresta à empresa o caráter de verdadeira cruzada (1113).

A frota pisana, a mais importante até então preparada pela cidade, dirige-se à Espanha. Uma tempestade leva-a ao porto de Barcelona, o que retarda as operações até a chegada de outra frota de oitenta navios novos.

Em 1114 os cruzados se apoderam de Iviça e, após um longo cerco, de Maiorca onde são recuperados preciosos objetos que os sarracenos haviam tomado aos templos cristãos. O rei e a rainha de Maiorca foram levados cativos para Pisa. A expedição não só contribuiu para enriquecer a cidade, mas também para reafirmar seus prestígio internacional, reconhecido então pelo papa e pelo próprio imperador Henrique V. Um poema épico celebrou mais tarde a grande empresa.[62] A preponderância de Pisa na primeira metade do século XII se manifesta claramente através de sua presença nos mais diferentes locais da bacia mediterrânea. No Oriente encontramos estabelecimentos pisanos em Constantinopla, Jafa, Tiro, Ascalão, Laodicéia, Antioquia, Cesaréia, Jerusalém, etc... No Egito o comércio de Pisa atinge Alexandria, Damieta e o próprio Cairo (1153).

Na África do Norte há estabelecimentos pisanos em Zawila, Trípoli, Sfax e outros lugares. Na Catalunha os pisanos desfrutam de uma situação privilegiada. No sul da França um tratado assegura-lhes liberdade de comércio e isenção de todos os direitos em Arles e Saint-Gilles. No sul da Itália Pisa enfrenta a concorrência de Amalfi.

Essas enumerações fazem-nos compreender facilmente a intensidade das relações comerciais de Pisa. Em 1139 o imperador incentiva-as quando concede aos pisanos o direito de cunhar uma moeda que teria curso em toda a península.

A expansão e riqueza de Pisa levaram-na inevitavelmente à luta contra concorrentes não só no mar mas também no próprio continente.

Amalfi e Gênova são os principais adversários no mar. Luca é a rival de Pisa em terra firme.

Em 1135 a frota de Pisa saqueia a cidade de Amalfi e obtém uma grande presa. Dois anos depois reaparece em Amalfi e saqueia Salerno. Note-se que os ataques de Pisa ao sul da Itália se inserem no quadro geral das lutas desencadeadas pela conquista normanda.

A rivalidade entre Gênova e Pisa se acentuou quando aquela conquistou Porto Venere situado a apenas setenta e cinco quilômetros de Porto Pisano nas proximidades de Pisa e para onde os pisanos haviam transferido seu principal porto. De 1119 a 1133 desenrolou-se um conflito entre as duas potências do Mar Tirreno em virtude da prepoderância que o papa Gelásio II havia dado a Pisa sobre a ilha de Córsega. Inocêncio II pôs fim à luta promovendo o bispo de Gênova a Arcebispo e estendendo-lhe a jurisdição sobre três bispados córsicos. A parte setentrional da ilha ficava enfeudada a Gênova, a meridional dependeria de Pisa. De 1140-1149 registra-se um novo conflito entre as duas vizinhas rivais. O mesmo aconteceu em 1162 quando se espalhou a notícia de que os pisanos de Constantinopla haviam tomado parte no saque do bairro genovês. Seguem-se em 1165 e 1166 incursões e saques mútuos nos litorais da Toscana, da Ligúria, da Provença e da Sardenha.

A tomada de Jerusalém pelos muçulmanos sensibilizou os cristãos ocidentais e o papa conseguiu que Pisa e Gênova assinassem um tratado de paz (fevereiro de 1188).

No continente a aspiração dos habitantes de Luca a um porto de mar, a expansão territorial da diocese de Luca e o monopólio de cunhagem de moeda que esta cidade possui na Toscana, constituem as causas principais da luta contra Pisa. Essa luta se insere no contexto mais amplo do choque entre o imperador e o papa. Luca e Pisa encontram-se permanentemente em campos opostos. Em 1166, com a ajuda de Gênova, Luca constrói o porto de Motrone que os pisanos ocupam. Note-se que Pisa beneficia-se do apoio imperial de Barba-Roxa. Este, com efeito, contava com a frota pisana para a execução de seus planos, o que explica o diploma expedido após a tomada de Milão em cujo cerco Pisa havia tomado parte. Segundo o documento imperial, a cidade estava autorizada a afastar de todas as baías e postos do litoral os negociantes das cidades inimigas. O condado de Pisa era beneficiado com uma ampliação territorial. Finalmente concediam-se a Pisa privilégios fabulosos (por

exemplo, a liberdade de comerciar em todo o Império, a metade de Nápoles, de Salerno, etc.) condicionados entretanto à derrota do poder de Guilherme II da Sicília pela ação conjugada do exército imperial e da frota pisana.[63] Mas Pisa não teve oportunidade de entrar na posse das cidades prometidas pelo Hohenstaufen, pois o exército de Barba-Roxa foi dizimado por terrível epidemia (1167).

A aliança com o poder imperial continuou sob Henrique VI. Este chegou a Pisa em março de 1191 e aí recebeu juramento de fidelidade e promessa de cooperação da frota no empreendimento de conquista da Sicília. O imperador, por sua vez, renova os privilégios já concedidos à cidade. O auxílio naval de Pisa, entretanto, falhou. Henrique VI só obteve êxito contra os normandos em nova expedição (1194) quando contou com o auxílio conjugado das frotas de Pisa e de Gênova.

No final do século XII e início do século XIII os seguintes acontecimentos constituem um indício da vitalidade de Pisa:[64]

1) Aliada a Ancona e Zara, luta contra Veneza.

2) Possui uma ativa colônia na capital bizantina.

3) Presta apoio substancial a Ricardo Coração de Leão, na Síria.

4) O imperador concede-lhe parte do condado de Volterra e reconhece-lhe a posse da Córsega.

5) Fortifica suas posições na Sardenha.

O século XIII assinala na história interna de Pisa profundas transformações político-sociais e na história externa uma época em que suas rivais entram em pleno desenvolvimento exigindo a luta constante dos pisanos para manter as posições adquiridas.

Florença, que se encontra em pleno progresso, procura uma saída para o mar na foz do rio Arno. Em 1222, na luta entre Luca e Pisa, Florença se alia à primeira e obtém uma vitória sobre o legado imperial e os pisanos em Castel del Bosco. As tropas florentinas atingem, então, o mar e impõem a Pisa pesadas indenizações.

Pisa doravante terá que combater não para estender sua hegemonia mas para defender sua própria independência. Aliás já no início do século XIII, como resultado da quarta cruzada, Pisa que, no século anterior, havia atacado Veneza no Mar Adriático, via-se forçada a estabelecer com a cidade das lagunas um tratado (1206), buscando senão o apoio pelo menos a neutralidade veneziana em relação à ameaçadora Gênova. Compreende-se que a influência preponderante de Veneza no Império Latino tenha acarretado acentuada diminuição do tráfico pisano com o Oriente.

E' curioso verificar que, mesmo na situação difícil por que atravessa, Pisa mantém sua fidelidade à aliança imperial. Assim é que quando Otão de Brunswick, procurando fortalecer seu poder na Itália (1209),

suprime nas cidades os poderes do respectivo podestà, mantém-nos em Pisa e Pistóia.

Em 1210 o imperador assegura por meio de um tratado o apoio da frota pisana para a expedição à Sicília. Em compensação concede a Pisa Castel Bonifácio na Córsega e ordena a destruição de Porto Venere (Portus Veneris), fortaleza genovesa.[65]

A fidelidade de Pisa à política imperial continua sob Frederico II. Florença, que com Luca e Gênova se situam entre os adversários do imperador, ameaça Pisa com a busca de um acesso ao mar e também com o progresso de sua indústria têxtil. Pisa organiza, então, uma aliança guibelina com Sena e Poggibonsi da qual resultam duas guerras, respectivamente de 1221-1224 e de 1227-1233. Sob os nomes de guelfos e guibelinos lutam, na realidade, Florença e Pisa. Note-se que essas duas designações, com o correr do tempo, não representam na Itália nada de preciso: «sem dúvida são os adversários de Frederico II, sustentados pelo papa, que conservam o nome de guelfos; mas de fato, em todas as querelas individuais, familiares e locais, os partidos tomam doravante essas denominações que não têm relação alguma com seu sentido original».[66]

A morte de Frederico II (1250) provoca graves perturbações político-sociais na Toscana. Em Florença a facção que toma o poder (chamada «popolo», povo), reabre o velho problema da saída para o mar. Florença, Luca e Gênova lutam unidas contra a coligação formada por Pisa, Sena e Pistóia (1251-1256). Pisa é forçada a ceder diversas partes de seu território a Luca e a permitir livre passagem para as mercadorias de Florença, tornando-se o porto franco desta. Com relação a Gênova a guerra continua, pois Pisa recusa abandonar totalmente a Sardenha. A rivalidade entre as duas cidades do Tirreno se acentua com o fato de o comércio exterior de Gênova ultrapassar sensivelmente o de Pisa entre os anos de 1260 e 1280.

Em 1284 essa rivalidade iria culminar com a derrota de uma grande esquadra pisana comandada pelo veneziano Morosini e pelo conde Ugolino diante da esquadra genovesa nas proximidades de Meloria, pequena ilha situada ao largo de Porto Pisano.

A perda de navios e, sobretudo, de homens representavam para Pisa um desastre praticamente irreparável que a reduziria à potência marítima de segunda classe. Entre as funestas conseqüências da derrota de Meloria convém anotar:[67]

1) Perda de boa parte de sua população ativa, pois milhares de pisanos tombaram prisioneiros dos genoveses.

2) Pisa não mais se encontra capacitada para opor resistência às pretensões florentinas.

3) O conde Ugolino estabelece um governo forte em Pisa e, pretendendo continuar a luta contra Gênova, cede diversos castelos do condado

a Luca e Florença com a finalidade de afastar essas duas cidades da coligação. Ugolino porém é expulso de Pisa pelo arcebispo Ruggiero Ubaldini. Em 1288 é concluída a paz com Gênova. Ugolino, voltando a Pisa, foi aprisionado por Ruggiero com filhos e sobrinhos na torre dos Gualandi onde morreram todos de fome. Segundo uma lenda, ter-se-iam devorado mutuamente. Dante coloca Ugolino e Ruggiero no inferno entre os traidores: Tu dèi saper ch'io fui conte Ugolino, e questi è l'arcivescovo Ruggiero (canto XXXIII, 13ss).

4) A morte de nobres e ricos negociantes na batalha ou no cativeiro privou definitivamente a cidade de seus dirigentes e de seus grandes empreendedores. Os pisanos vão desaparecendo dos mercados da África do Norte.

5) A perda da Sardenha e da ilha de Elba contribuem para apressar a decadência de Pisa. Os genoveses passam a ocupar e a explorar as minas de ferro de Elba.

6) As atividades comerciais são, todavia, reiniciadas em condições especiais: os novos comerciantes utilizam embarcações alugadas a estrangeiros, especialmente venezianos.

À derrota de Meloria alguns autores acrescentam como causa decisiva da decadência político-econômica de Pisa as devastações produzidas na população pela malária cujos efeitos se agravaram no decurso do século XIII em virtude do aumento demográfico na cidade.

Internamente a fraqueza de Pisa resulta na divisão de sua população em duas facções antagônicas: uma favorável à Florença, outra contrária. Na realidade o poder econômico dessa cidade já se faz sentir através da venda de seus tecidos no vale do Arno e até mesmo às portas de Pisa.

«No século XIV, de fato, a economia florentina domina toda a vida de Pisa; após a conquista por Florença em 1406, a cidade é substituída em suas funções por Livorno e se torna, no século XVI, uma cidade morta».[68]

A estrutura político-social de Pisa e sua evolução serão mencionadas em outro volume da *História do Mundo Feudal* em capítulo apropriado. Vamos encerrar aqui essa breve exposição sobre os episódios mais marcantes da História pisana medieval lembrando que Pisa se notabilizou não só no campo da atividade comercial mas também no terreno artístico e intelectual. No que tange às artes, lembremos, para exemplificar, três monumentos que por si só imortalizam a antiga cidade: a catedral cuja construção se iniciou em 1063, o batistério começado em 1153 e finalmente o «Campanile», a famosa torre inclinada começada em 1174.

No terreno intelectual lembremos os nomes de Leonardo Fibonacci (Leonardo Pisano), famoso matemático, e de Burgúndio de Pisa, civi-

lista, canonista e teólogo. No capítulo sobre o Direito voltaremos a esse notável pisano que, segundo alguns, teria trazido de Constantinopla para Pisa o famoso manuscrito do Pandectas.

Concluamos com uma breve consideração sobre o legado cultural de Pisa à civilização: «Pisa construiu em dois séculos e meio o conjunto mais completo de monumentos religiosos de que se pode orgulhar uma cidade; ela transmitiu ao Ocidente o direito romano retomado em Constantinopla por Burgúndio, a ciência árabe posta em forma por Fibonacci, e, quando o declínio econômico e político chegou, ela permaneceu grande, graças aos valores intelectuais mantidos pela Universidade criada em 1343».[69]

2. *Gênova*. — Situada no encontro da Via Postumia e da Via Aurelia, comprimida entre o mar e os Apeninos, separada, portanto, da Toscana, da planície do Pó e do Piemonte por uma muralha de montanhas, Gênova aparece como uma verdadeira ilha que encontra na via marítima o único meio de sobreviver e progredir. Sob o governo de Teodorico a cidade, cercada de muralhas, adquire importância devido à Via Aurelia que desempenha papel capital nas comunicações entre as regiões dominadas pelos godos. Protegida pelos Apeninos contra a invasão lombarda, Gênova passa a constituir, após a reconquista bizantina e graças a seu porto, a sentinela avançada do Império do Oriente e o refúgio dos notáveis de Milão que se abrigam da ameaça lombarda.

No século VII o rei lombardo Rotari toma a cidade e Gênova perde suas muralhas que só são reconstruídas no decurso do século X em virtude dos ataques sarracenos. Nessa época Gênova integra a marca de Obertenga.

A pobreza e a exigüidade de seu solo, de um lado, e o perigo sarraceno de outro, levam a população de Gênova aos empreendimentos marítimos.

No final do século X o marquês de Obertenga dirige a ação contra os sarracenos. No decurso do século XI assinalam-se as expedições pisano-genovesas na Sardenha e contra Mahadiya e as incursões genovesas contra Valença (1092) e Tortosa (1093).[70]

No final do século XI Gênova enfrenta uma crise político-social em que se defrontam o bispo, a aristocracia (formada por vassalos do prelado, nobres e não-nobres que haviam obtido êxito em empreendimentos marítimos de caráter militar ou comercial) de um lado, e os homens do povo que haviam enriquecido nas expedições contra os sarracenos quer fornecendo navios, quer integrando as fileiras de combatentes, de outro.

O êxito de Gênova no Oriente por ocasião da primeira cruzada contribuiu poderosamente para apaziguar os ânimos. Em 1099 o bispo Arialdo consegue agrupar os habitantes da cidade em uma associação, a *Compagna Communis* que se caracteriza pela reunião de nobres e plebeus em função de sua residência e não de sua classe social ou categoria

profissional. Encontram-se, assim, reunidos sob a autoridade de cônsules eleitos por três anos todas as forças de Gênova.

Em virtude de sua situação geográfica próxima à França, e de sua marinha, Gênova teve, desde logo, participação ativa na primeira cruzada.

Vejamos a seqüência cronológica das expedições que vão proporcionar aos genoveses estabelecimentos permanentes nos confins do mundo mediterrâneo oriental permitindo-lhes enfrentar com vantagens seus concorrentes da península.

1097 — Uma frota de dez galeras apodera-se do porto de Antioquia e sua equipagem contribui para a tomada da cidade. Em troca da promessa de defender Antioquia, Boemundo concede a Gênova e à catedral de S. Lourenço um bairro e a isenção perpétua de impostos.

1099 — Outra frota sob o comando de Guilherme Embriaco facilita, com a participação de sua equipagem na construção das máquinas de sítio, a tomada de Jerusalém.

1101 — Guilherme Embriaco, nomeado *consul exercitus januensis* (cônsul do exército genovês), apoderou-se de Arsuf e de Cesaréia, colhendo grande presa.

1101-1110 — Várias outras expedições obtêm para Gênova bairros em diversas cidades do Oriente.

A expansão genovesa no Oriente implicaria necessariamente em relações hostis ou amigáveis com a Sicília e com Bizâncio. Em 1155 Gênova obtém um bairro em Constantinopla e no ano seguinte Guilherme II da Sicília concede-lhe grandes privilégios.

O progresso do comércio marítimo através do Mediterrâneo Oriental provocou um notável acréscimo de população em Gênova criando para a cidade um sério problema de abastecimento e a necessidade de uma expansão territorial. Assim, por exemplo, em 1121 Voltaggio foi conquistada com o fim de controle sobre a *Via Postumia* indispensável à manutenção das relações entre Gênova e a Lombardia. Da mesma forma estendeu-se o domínio genovês sobre Porto Venere (1113), fato esse que deu motivo a um prolongado conflito com Pisa.

Gênova encontrou certa dificuldade no trato com os imperadores do Ocidente por quatro motivos:

1) boas relações com o rei da Sicília;

2) boas relações com o Império do Oriente;

3) más relações com Pisa, constante aliada imperial;

4) Gênova considera-se exterior ao Império.

Em 1162, contudo, em face do perigo de ser concedido a Pisa todo o comércio da Sicília, Gênova se alia com o imperador e aproveita a

aliança para expandir-se integrando entre outros, S. Remo e Albenga na «campagna civitatis Januae». Em 1191 o imperador Henrique V renova o privilégio concedido outrora por Frederico Barba-Roxa. Gênova pode manter seu domínio no litoral que se estende de Portus Veneris (Porto Venere) a Mônaco.

Ainda é o receio da concorrência de Pisa que leva Gênova a emprestar o concurso de sua frota ao imperador Henrique VI (1194).

Vale ainda recordar um acontecimento que demonstra, por si só, o prestígio de que goza Gênova no final do século XII: a cidade fornece todos os navios que transportam Filipe Augusto e suas tropas durante a terceira cruzada.

Em contraste com todos esses êxitos da política externa genovesa, devemos notar que internamente a cidade é abalada por conjurações, conflitos de toda a espécie que refletem na própria estrutura política levando à escolha de um podestà (1190) com poderes amplos para restabelecer a ordem. Cabe aqui uma observação. Em oposição ao sentimento de coletivismo que se encontra em Veneza, a mentalidade genovesa demonstra um senso individualista que impossibilita ou dificulta a constituição de uma organização coletiva durável.[71]

O regime consular só foi substituído pelo de podestà após um período de transição em que se sucedem cônsules e *podestà*. A partir de 1217 o regime de *podestà* se firma. O *podestà* é o guardião da ordem, o executor dos Estatutos, o chefe da máquina política e militar e o distribuidor da justiça por meio de pessoas capacitadas. Merece ser lembrado o podestà Jacopo di Balduíno, jurista bolonhês que codificou (1229) as regras do Direito Civil genovês. Esse primeiro código dos Estatutos de Gênova foi completado por redações ulteriores. Balduíno teve também o mérito de iniciar a coleção de documentos de caráter diplomático. Mais tarde (1253) o podestà Enrico Confalonieri mandou reuni-los sistematicamente deixando-os uma preciosíssima fonte para a história externa de Gênova.

No início do século XIII o comércio genovês no Império do Oriente sofreu um grande golpe com o triunfo veneziano na quarta cruzada. Na Sicília, entretanto, os genoveses haviam tomado Siracusa (1204) tendo-a ocupado por cerca de vinte anos. A política de Frederico II foi nociva aos genoveses, pois o imperador:

a) aboliu os privilégios dos estrangeiros na Sicília;

b) construiu uma frota;

c) manteve boas relações com os sarracenos;

d) apoiou Pisa.

Embora procurasse manter a neutralidade entre o papa e o imperador, Gênova viu-se forçada a tomar uma posição após a batalha de Cortenuova (1237) e decidiu-se pelo pontífice romano. Lembremos que nessa decisão pesou o fato de Pisa encontrar-se do lado imperial. Inter-

namente a decisão da Comuna provocou a reação de algumas famílias importantes como por exemplo os Doria que, para poderem conservar seus domínios da Sardenha, mantiveram-se favoráveis ao imperador.

Gênova estreitou ainda mais suas relações com o papa quando para o trono pontifício foi eleito (1243) o genovês Sinibaldo Fieschi que tomou o nome de Inocêncio IV. Compreende-se que nessas circunstâncias a cidade tenha sofrido o ataque não só de Frederico II mas dos aliados deste entre os quais figuravam Pisa, Savona e a família dos Doria. A aliança de Luca e Florença, a falta de unidade de pontos de vista entre os adversários e o próprio poderio de Gênova contribuíram para a resistência. Esse poderio revelou-se plenamente, aliás, por ocasião da cruzada de 1246. Luís IX fretou, então, diversos navios genoveses.

Gênova recebeu com grande alegria a notícia da morte de Frederico II no final da primeira metade do século XIII (1250). Na segunda metade Gênova iria atingir o apogeu de seu poderio.

Sob o governo (1256-1262) do «capitão do povo» Guilherme Bocanegra, rico personagem aparentado a famílias nobres e com uma boa folha de serviços prestados no terreno militar, Gênova, que fora expulsa de Acre pelos venezianos (1258), concluiu o tratado de Ninféia com Miguel Paleólogo, fornecendo-lhe uma esquadra de dezesseis navios para a reconquista de Constantinopla. Quando este acontecimento se realizou (1261) Veneza teve destruído seu bairro na capital e Gênova conseguiu o monopólio do comércio no Mar Negro, na Criméia e na região do Cáspio. Apesar desse inegável êxito, Bocanegra acabou acusado de tirania e exilado, restabelecendo-se o regime de podestà. Segue-se então um período de luta entre as principais famílias que pretendem dominar o *Conselho dos Oito* que influi nas decisões do podestà.

Em 1265 Oberto Spinola tenta, em vão, restabelecer o poder de Bocanegra em proveito próprio fazendo-se aclamar *dominus et capitaneus Janue* (senhor e capitão de Gênova).

Enquanto se desenrolava a luta interna pelo poder, o *podestà* genovês de Constantinopla fez levianamente um pacto com Manfredo (cujo poder no sul da Itália era contestado por Carlos d'Anjou) no sentido do restabelecimento do Império Latino. Embora Gênova tivesse repudiado a atitude imprudente de seu representante na capital bizantina, os genoveses acabaram expulsos, só podendo retornar em 1267.

As pretensões de Carlos d'Anjou (de quem os genoveses se aproximaram em 1269 com a intenção de obter vantagens comerciais na Sicília) provocam dissensões internas em Gênova semelhantes às que haviam conturbado a cidade na época de Frederico II. Dessas dissensões nasce o regime de diarquia que vai dar a Gênova durante quinze anos (1270-1285) estabilidade interna e êxito na política externa.

Oberto Spinola (que tentara o poder pessoal) alia-se a Oberto Doria (experiente nas coisas do mar) e ambos governam como capitães do povo. Gênova enfrenta então a concorrência de Pisa no Tirreno, de Veneza em todas as praças do Mediterrâneo e a ameaça de Carlos d'Anjou.

Este se alia ao papa, e às duas poderosas famílias inimigas dos Spinola e dos Doria: os Fieschi e os Grimaldi. Gênova tem a seu lado Asti e Pavia. Em 1276 o papa levanta o interdito lançado sobre Gênova. Benedito Zaccaria estabelece uma aliança com o rei de Aragão contra Carlos d'Anjou. As Vésperas Sicilianas (1282) vão impedir que Carlos socorra a sua aliada Pisa derrotada em Meloria por Zaccaria e Doria.

Quando, em 1285, Oberto Doria renuncia à capitania do povo, Gênova volta a um período de instabilidade política interna. As instituições sofrem modificações no sentido de que o cargo de capitão do povo não mais seja exercido por nobres mas, sim, por estrangeiros. Os demais cargos públicos deveriam ser ocupados em número igual por nobres e «popolani» (membros do «povo»).

Apesar da instabilidade interna Gênova goza, no final do século XIII, de uma prosperidade econômica e financeira sem precedentes.

Êxitos na política externa, expansão comercial, organização técnica, atuação de homens excepcionais são causas entre si intimamente relacionadas e influentes que explicam essa prosperidade. Na ***política externa*** devem ser assinalados os seguintes acontecimentos:

1) *A paz com Pisa* (1288) assegura a preponderância genovesa no Mediterrâneo Ocidental.

2) O comércio no Mar Negro acirra a rivalidade vêneto-genovesa. As duas repúblicas empenham-se num conflito direto em que a frota veneziana é derrotada em Curzola, no Adriático, pela esquadra genovesa comandada por Lamba Doria (1298). O doge Dândolo é morto e Marco Polo é aprisionado e levado para Gênova onde, na prisão, dita seu famoso Livro das Maravilhas.

A ***expansão comercial*** abrange um vasto e diverso cenário que vai desde as feiras da Champanha (onde se encontram os produtos de Flandres, da Inglaterra e do norte da Europa) até Constantinopla e a Criméia (para onde convergem os produtos do Oriente). Lembremos, ainda, a intensa atividade comercial dos genoveses na África do Norte. Note-se que toda essa expansão comercial era apoiada em Gênova por uma notável infra-estrutura de pessoal especializado como v.g. o corpo de notários.

A ***técnica de construção naval*** aliada à ciência náutica constituem fatores decisivos do êxito da expansão marítima genovesa. A partir de 1277 pode-se atestar a existência de um comboio anual de embarcações genovesas, adequadas às novas condições de navegabilidade, que demanda regularmente Bruges.

A obra do cartógrafo Pietro Visconti revela o conhecimento do litoral atlântico por parte dos navegantes genoveses. Em 1291 os irmãos Vivaldi cruzaram o estreito de Gibraltar em busca da região das especiarias seguindo o litoral africano. Ignora-se o que teria acontecido com a arrojada expedição.

Entre os *homens notáveis* a que Gênova deve sua grandeza merece citação especial Benedetto Zaccaria (1248-1308) que, a partir de 1259, quando se dirigiu ao Oriente, até morrer em sua luxuosa mansão em 1308, não cessou de dedicar-se aos mais arrojados empreendimentos quer no terreno meramente comercial, quer no terreno político e militar.

A grandeza de Gênova estava irremediavelmente ameaçada pela instabilidade de sua política interna, fruto do individualismo que tornava os genoveses incapazes de governarem-se a si mesmos.

Esse individualismo impediu sempre a existência de instituições permanentes e de um verdadeiro espírito público. Compreende-se, assim, que a soberba cidade acabasse por tombar sob o poder dos príncipes continentais. Em 1311 quando Henrique VII acompanhado da imperatriz Margarida passa pela cidade a caminho de Roma, a Comuna, contrariando uma longa tradição de independência, entrega-lhe o poder. Trata-se, é verdade, de um episódio passageiro, pois à morte do imperador Gênova recobrou sua independência e também sua instabilidade política.

Quando Marco Visconti vem bloquear Gênova, a população recebe alimentos enviados pelo rei Roberto a quem a cidade se subordina por dez anos.

Em 1399 uma revolução leva ao poder a burguesia composta de negociantes e homens do mar que se aproveita da divisão existente entre a nobreza para afastá-la do governo. As discórdias internas levavam Gênova diretamente para o domínio estrangeiro. «Em cinco anos (1390-1394) Gênova teve dez revoluções: dez doges subiram ao poder e dele foram depostos; por fim a ordem parecera-lhe mais preciosa que a liberdade, e a castigada república, temendo ser absorvida por Milão, entregou-se, com suas Rivieras, à França (1396). Dois anos depois foram os franceses expulsos numa violenta revolta; travaram-se cinco batalhas sangrentas nas ruas; vinte palácios foram incendiados, os edifícios do governo saqueados e destruídos. O valor da destruição de propriedades montou a um milhão de florins. Gênova novamente achou insuportável o caos da liberdade e rendeu-se a Milão (1421). O governo milanês tornou-se-lhe intolerável; a revolução restaurou a república (1435) recomeçando assim a luta das facções políticas».[72]

A queda de Constantinopla em 1453 significou um rude golpe para o comércio genovês no Oriente.

3. *Florença*. — Na confluência do rio Arno com o pequeno Mugnone, César fundou no ano 59 aC uma colônia destinada a ter, futuramente, renome universal: Florença. Sobre a origem dessa designação existem dúvidas. Segundo alguns se relacionaria com o cônsul Fiorino; para outros ela derivaria dos campos férteis do vale do Arno: *arva florentia*; segundo terceiros, a colônia tirou seu nome da estação durante a qual foi fundada: a primavera, tempo dos *Ludi Florales*.

A fundação de Florença obedeceu a um imperativo de ordem militar: cabia-lhe defender a passagem do Arno e assegurar, assim, as comunicações entre Roma e a planície do Pó.

No primeiro século de nossa era já se encontram instalados em Florença comerciantes orientais chegados através de Pisa. No II século (senão antes) os comerciantes sírios introduzem o cristianismo na cidade e um dos integrantes dessa comunidade cristã, Mínias, é martirizado durante a perseguição de Décio (250) e sepultado numa colina que ainda hoje conserva seu nome: S. Miniato.

Nas invasões do século V Florença conseguiu evitar as hordas de Radagásio, pois as mesmas foram derrotadas sob seus muros por Estilicão. O ostrogodo Tótila porém destruiu-a parcialmente em 552. Sob o domínio lombardo Florença ficou marginalizada, pois, em virtude de sua situação geográfica, encontrava-se por demais exposta a uma eventual ação por parte do exarca de Ravena. Compreende-se, assim, a escolha de Luca para capital do ducado lombardo da Toscana: é que essa cidade era atravessada pela *Via Francigena*, a rota da França, considerada mais segura e por isso preferida pelos lombardos à via central Bolonha-Pistóia-Florença. Esse isolamento de Florença colocou-a por muito tempo em situação política inferior a Luca (que era a capital) e em situação econômica inferior a Pisa (que se encontrava no local de acesso da região ao mar). Mas a marginalização teve também as suas vantagens: habituou os florentinos a uma certa independência, fato esse de profundas repercussões na futura história da cidade.

Sob os carolíngios o condado de Florença absorveu o condado de Fiésole formando então o maior condado da Itália Central, o qual se estendia da crista dos Apeninos às cercanias de Sena e do condado de Arezzo ao de Luca. Devido a essa grande extensão é que os marqueses da Toscana, chefes do conjunto dos condados toscanos, conservam o título de condes de Florença embora residam em Luca.

As invasões húngaras do século X provocam o êxodo da população rural da região de Florença para a cidade em busca da proteção das muralhas. Processa-se, assim, um acentuado aumento demográfico da zona urbana acompanhado de um desenvolvimento econômico.

Três acontecimentos vão contribuir para dar maior relevo à cidade de Florença na segunda metade do século X e em início do século XI:

1) A fundação da *Badia Fiorentina* (967) pela viúva de Humberto, marquês da Toscana. A Badia torna-se, então, o maior mosteiro da cidade.

2) O marquês Hugo († 1001) filho de Humberto, resolve abandonar Luca e residir em Florença, o que empresta maior prestígio à cidade.

3) O bispo Hildebrando, a partir de 1007, se reconhece vassalo de Henrique II, o que acarreta o apoio oficial do imperador que funda em S. Miniato um convento e uma igreja.

No decurso do século XI Florença adquire importância no cenário religioso por se tornar um centro irradiador da reforma da Igreja. Em

1055 reúne-se na cidade um concílio presidido pelo papa e que conta com a presença de cento e vinte bispos e do próprio imperador Henrique III.

Em 1057 o marquês Godofredo de Lorena, segundo marido de Beatriz da Toscana, elege Florença como residência definitiva. Pouco depois o bispo da cidade é eleito papa tomando o nome de Nicolau II (1058-1061).

Por ocasião da luta entre Gregório VII e Henrique IV, Matilde, marquesa da Toscana, apóia o pontífice e por isso, quando o imperador triunfa em 1081, é solenemente deposta e abandonada por toda a Toscana com exceção de Florença. Em 1082 a cidade resiste por dez dias ao cerco do imperador que se vê obrigado à retirada. «E' o primeiro feito d'armas importante da comunidade florentina que, por essa resistência ao mais prestigioso dos assaltantes, entra na História».[73] Compreende-se que todos esses acontecimentos de caráter político-religioso tenham contribuído para pôr em evidência a cidade de Florença e, dentro dos quadros sociais da mesma, a própria massa popular cuja ascensão é facilitada pela própria Matilde em recompensa pelo apoio recebido na luta em prol da reforma da Igreja e contra o imperador.

Em 1125 a História registra a primeira ofensiva militar do povo florentino: a destruição de Fiésole. A ocasião era propícia em virtude do enfraquecimento do poder de Lotário II na península. Mas a comunidade florentina não se limita a afastar Fiésole de seu caminho. Outros obstáculos à sua expansão sofrem a ação militar. Florença quer o caminho livre para suas comunicações. Note-se aqui o papel preponderante do bispo que reúne seus vassalos e constitui o exército de fato da comunidade.[74]

A comuna florentina aparece oficialmente constituída nos documentos da época da morte do imperador Lotário (1137). Em 1138 as cidades toscanas de Pisa, Luca, Sena e Florença se reúnem em S. Genésio. A presença, aí, de dois cônsules florentinos provam a atuação da comunidade urbana nos destinos da cidade. A comuna então existente não gozava da aprovação do imperador. Em 1154, entretanto, a concessão à comuna, pelo legado imperial, da jurisdição civil e criminal sobre o *contado* equivale pelo menos a um reconhecimento *de fato* da sua existência. Esta só foi reconhecida formalmente após a vitória das cidades lombardas sobre Barba-Roxa.

Sob o reinado deste imperador, Florença se vê obrigada a agir com mais prudência em relação ao movimento expansionista, pois Barba-Roxa apóia os feudais seus vassalos e luta contra as cidades que pretendem afirmar sua independência.

O cisma provocado pelo imperador cria sérios problemas para Florença que só se inclinou diante de Alexandre III quando este convidou as cidades aliadas da Lombardia, da Marca e da Romanha a impedir o comércio toscano na Itália do Norte.[75] «Mas as incidências da política pontifícia foram indiretamente de natureza religiosa. De interdito em interdito, de cisma em cisma, a vida religiosa perdeu em Florença a

chama que havia feito da cidade, na época gregoriana, o pólo da reforma na Toscana».[76] Essa situação favoreceu certamente a difusão da heresia cátara em Florença.

Florença apóia suas tendências expansionistas através do «contado» em um aguerrido exército composto quer de mercenários, quer da milícia urbana. Os cidadãos integram o exército como *milites* (os que dispõem de um cavalo e de uma armadura) ou como *pedites* (os que não dispõem desses elementos de combate). O sino de guerra, *la Martinella*, desempenha papel importante quer alertando a população no sentido de preparar-se para uma expedição, quer dando o alarme em caso de ataque à cidade.

À frente do exército em ordem de batalha encontra-se o *carroccio*, um pesado veículo puxado por oito bois sobre o qual se encontram os combatentes de elite em torno do estandarte vermelho e branco da cidade.

Em julho de 1171 Florença e Pisa constituem uma aliança ofensiva e defensiva. Em troca do apoio militar dado por Florença aos pisanos contra os ataques de Gênova e de Luca, Florença obtinha grandes vantagens de ordem econômica como v.g. o livre transporte de mercadores e mercadorias florentinos nos navios pisanos em condições iguais às impostas aos próprios negociantes pisanos; a não cobrança de direitos mais elevados sobre as mercadorias florentinas que os cobrados sobre as mercadorias pisanas.

Esse tratado não só assegura o desenvolvimento do comércio e da indústria de Florença, mas significa também que essa cidade pode ser considerada uma grande potência política e econômica da Toscana.[77]

Em 1172, prosseguindo sua expansão através do «contado», os florentinos destroem Montegrossoli, fato esse que implica um verdadeiro desafio à autoridade imperial. Para defender-se contra uma eventual agressão (que Florença protela por meio de negociações com Barba-Roxa) os florentinos resolvem construir uma nova muralha abrangendo as zonas que no decurso do tempo e com o notável surto demográfico haviam surgido fora do antigo recinto. Iniciadas em 1173, as fortificações foram concluídas em 1175. Neste mesmo ano Florença ataca e vence uma de suas mais poderosas vizinhas e rivais: Sena. A derrota de Barba-Roxa em Legnano (1176) permite o prosseguimento da política «imperialista» de Florença no «contado». Pouco depois a paz de Veneza assegura o triunfo das comunas entre as quais figura Florença.

Aproveitando a trégua conseqüente à paz de Veneza, os florentinos ampliam suas atividades comerciais concluindo acordos com diversas cidades e retomando a política de expansão no contado por meio da sistemática submissão ou destruição dos que constituem empecilhos às comunicações. Em 1185 Barba-Roxa reaparece na Toscana e cerceia novamente a liberdade das cidades retirando-lhes toda jurisdição civil e criminal sobre o respectivo «contado», estabelecendo um conde alemão em cada condado e ajudando os nobres a reconstruir os castelos destruídos.

Henrique VI continua a mesma linha política, pois necessita dos senhores feudais toscanos para a conquista do Reino da Sicília. Por essa ocasião um grupo de famílias contando com o apoio do imperador toma o poder em Florença (1193): Gerardo Caponsacchi se faz eleger *podestà* e um certo número de pessoas é punido com pena de banimento. Em 1196 Florença retorna ao regime consular. Com a morte de Henrique VI (1197) as cidades italianas recuperam a autonomia e Florença reinicia a conquista do contado encontrando uma forte resistência da parte de Semifonte. Em 1198 à frente da liga toscana, os florentinos vão conseguir o domínio de todo o «contado» após uma encarniçada guerra de cinco anos (1203-1208) com Sena.

Para obter o apoio da Santa Sé, Florença havia modificado sua política liberal em face dos hereges.

Na política interna notamos modificações institucionais: um *podestà* estrangeiro encontra-se à frente da comuna assistido por dois Conselhos. O primeiro podestà convocado foi o milanês Gualfredetto, originário, portanto, de uma cidade em que o regime de podestà existia há mais tempo. Convém sublinhar aqui que esse regime (um podestà estrangeiro e dois Conselhos) fora inaugurado na Lombardia e se estendera pouco a pouco às grandes cidades da Toscana.

Um rápido olhar para a vida interna de Florença no decurso dos primeiros anos do novo regime revela-nos:

1) Expansão demográfica.

2) Expansão econômica (traduzida, v.g., pelo aumento de corporações de negociantes e pelo aumento do comércio externo).

3) Complexidade crescente da estrutura social urbana onde desempenham papel importante os grandes nobres feudais e os ricos comerciantes.

4) Existência de grande massa popular composta de artesãos.

5) Oposição crescente entre ricos e pobres.

6) Aparecimento das Ordens Mendicantes que passam a exercer poderosa influência na religiosidade da população. Os filhos de S. Francisco vêm instalar-se em Florença e aí se estabelecem por influência de seu protetor o cardeal Hugolino, então legado na Toscana.

A presença de Otão IV na Itália provoca perturbações nas comunas que se vêem ameaçadas em sua autonomia. Das comunas toscanas Florença é a única a recusar o juramento de fidelidade ao imperador. Nessa atitude a cidade é apoiada por Inocêncio III. Otão IV, pretendendo conquistar o Reino da Sicília, incorre na pena de excomunhão. O cisma imperial aberto com a eleição de Frederico cria na península uma situação de anarquia política em que as cidades aproveitam a oportunidade

para defender seus próprios interesses e lutar contra seus vizinhos e rivais.[78] A derrota de Otão em Bouvines reforça em Florença os partidários de Frederico. Um grave incidente entre as principais famílias florentinas divide a alta sociedade em dois grupos ferozmente rivais: os guelfos, partidários de Otão IV (este pertencia à família dos Welf) e os guibelinos, partidários de Frederico II de Hohenstaufen (lembremos que guibelino provém de Waiblingen, família a que Frederico Barba-Roxa pertencera por ascendência paterna). Os guelfos florentinos eram integrados pelas famílias dos Buondelmonti, dos Donati, etc. Ao grupo dos guibelinos pertenciam os Uberti, os Amidei, etc.

A morte de Otão IV (1218) suprime, no plano político, o motivo da divisão entre guelfos e guibelinos. Entretanto, quando Frederico II empreende a viagem a Roma para ser coroado imperador, evita passar por Florença que segue uma política de independência em face do poder imperial, recusando-se a prestar juramento de fidelidade. O imperador cumula, então, de benefícios seus partidários toscanos à custa dos direitos de Florença. A comuna de Pisa que goza dos favores imperiais aproveita a oportunidade para aprisionar todos os florentinos que se encontram na cidade e apodera-se de suas mercadorias. O vigário imperial incita as outras cidades a procederem da mesma forma. Florença fica então isolada na Toscana, fato esse que contribui para a unidade interna. Em 1222, por ocasião da luta entre Pisa e Luca, Florença se alia a esta última e obtém sobre o vigário imperial a vitória de Castel del Bosco. As tropas florentinas atingem o mar e Florença exige de Pisa e seus aliados indenizações pelas mercadorias apreendidas.

Ao obter do papa que o bispo de Fiésole venha residir dentro de seus muros, Florença consegue colocar essa cidade e seu «contado» dentro da órbita florentina.

Podemos avaliar o prestígio e o poder da cidade toscana pelo fato de Frederico II haver renunciado a atacá-la em 1226. Esse prestígio aumenta com o conflito entre o papa e o imperador e com a partida deste para a cruzada. Florença ataca e vence Pistóia em 1228. No ano seguinte inicia-se a guerra com Sena, importante centro de atividades comerciais e bancárias. A ocasião da luta foi a divergência entre a pequena cidade de Montepulciano, no sul do «contado» de Sena e esta última. Os guelfos de Montepulciano (que se opõem aos nobres guibelinos favoráveis à submissão a Sena) apelam para Florença. O conflito dura sete anos e alinha de cada lado várias outras cidades. Curioso é registrar que em 1229 as tropas de Sena usam o fogo greguês trazido do Oriente pelos soldados de Frederico II. Florença, não conseguindo tomar Sena de assalto nem obrigá-la à rendição por meio de assédio, pratica uma guerra de devastação do «contado» adversário. O imperador e o papa procuram, em vão, restabelecer a paz e Florença dá mostras de seu espírito de independência cunhando uma moeda sem a autorização e sem a efígie do imperador.

O «contado» florentino sofre também as depredações do inimigo, o que acarreta prejuízos à economia.

Em 1235 o conflito termina com a aceitação por parte de Florença da mediação pontifícia. O acordo significava uma vitória florentina, pois Florença havia enfrentado praticamente sozinha (só contara com aliados fracos) a autoridade imperial e pontifícia.

A derrota infligida por Frederico II à Liga Lombarda em Cortenuova (1237) levou a comuna florentina a um acordo com o imperador. Este concede grandes privilégios à Florença, mas reserva-se o direito de confirmar ou rejeitar o *podestà* eleito e de receber apoio militar.

Os guelfos, que não vêem o acordo com bons olhos, recobram ânimo com o insucesso de Frederico II diante de Bréscia (1238) e com a ruptura entre o imperador e o papa Gregório IX (1239). Mas os guibelinos são mais fortes e elegem podestà em 1240 um acérrimo partidário de Frederico II. Os guelfos então retiram-se da cidade para combatê-la do exterior. Por fim guibelinos e guelfos fazem a paz levando em consideração os interesses superiores da cidade. Essa paz é reforçada por meio de numerosos casamentos entre pessoas de ambas as facções.

Durante a luta entre o papa e Frederico II, Florença enfraquecida pelas dissensões internas e conseqüente queda dos negócios submete-se ao imperador deposto tornando-se o centro da administração imperial na Toscana e aceitando como podestà o bastardo de Frederico II, Frederico de Antioquia. «Florença sofre então todos os males de uma só vez: exações imperiais, hostilidade de seus antigos aliados, declínio do comércio, enfim, o interdito pontifício, pois que ela se ligou ao imperador deposto».[79] Não é para admirar que essa situação tenha levado Florença a uma desastrosa guerra civil entre guelfos e partidários do imperador durante a qual tomou o aspecto de uma cidade semi-arruinada.

Em setembro de 1250 os guelfos obtêm uma vitória sobre os imperiais. A notícia desse evento provoca a sublevação da população de Florença cansada de tantas lutas e ruínas. Estabelece-se, então, um novo regime fortalecido pela morte de Frederico II (dezembro de 1250) e intitulado regime do Primeiro Povo *(Primo popolo)*. Convém aqui observar que na linguagem italiana medieval «popolo» designa uma organização autônoma com chefes próprios. O regime do «Primo Popolo» é mantido pela média burguesia contra a nobreza e a alta burguesia. Às instituições da Comuna, *podestà* e *Conselhos*, são justapostas as novas instituições que controlarão o poder.[80] Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que o primeiro *capitão* colocado à frente do povo foi Humberto Rossi que havia combatido contra os guelfos. Temos aí uma prova inequívoca de que a revolução do povo não era uma revolução guelfa, mas sim a revolução de uma classe social nova. A conquista do poder se fazia contra todos os nobres e grandes burgueses, fossem guelfos ou guibelinos. Tendo em vista os interesses coletivos e cheio de euforia pela morte de Frederico II, o «Povo» se lança à expansão econômica. Buscando uma saída para o Mar, Florença se estabelece em Porto Ercole e Talamone. Uma coligação entre guibelinos, Pisa, Sena e Pistóia põem em perigo a nova ordem. Florença vence Pistóia, expulsa os guibelinos (1251) e procura a aliança de Luca e Gênova. Em janeiro de 1252 é tomado o castelo de Montaio onde se haviam refugiado os guibelinos. Seguem-se as vitórias de Pontedera e de Montalcino, respectivamente sobre Pisa e Sena. Finalmente a paz é restabelecida e entre as vantagens obtidas por Florença figura a aceitação por parte de Pisa de constituir um porto franco para as mercadorias florentinas.

No início da segunda metade do século XIII a história de Florença se caracteriza por uma afirmação *política* (novo regime, na política interna, e aumento de prestígio na política externa) *militar* (organização do exército e vitórias obtidas) e uma afirmação *econômica* (os mercadores e banqueiros florentinos se encontram atuantes desde a Irlanda até o Oriente). Compreende-se, pois, que um cronista contemporâneo mencione o *triumphans, et potentissimus populus florentinus.*

Nuvens negras se acumularam no horizonte da expansão florentina quando Manfredo se fez coroar rei da Sicília (1258). Sena e Gênova se aproximam do novo rei. Os guibelinos formam uma conjuração e são expulsos. O governo de Florença tomba sob a influência guelfa e desencadeia-se uma guerra contra Sena com quem se aliaram os guibelinos. Em setembro de 1260 o exército florentino é derrotado e os guibelinos retornam vitoriosos à Florença.

Manfredo pretende tratar Florença como Barba-Roxa outrora tratara Milão: destruí-la. Farinata degli Uberti, um dos chefes guibelinos, se opõe com a força a esse plano e passa a ser considerado como um novo fundador da cidade.

Abolido o «Popolo» a Florença guibelina continuava com o regime de podestà e o cargo é exercido inicialmente por Guido Novello, parente de Manfredo.

Externamente o novo regime estabelece uma paz humilhante com Sena. Internamente estabelece-se a condenação à morte, o confisco de todos os bens e a destruição das casas dos guelfos que haviam fugido de Florença. Esses atos vandálicos transformam o centro de Florença em verdadeiro campo de ruínas.

Os guelfos organizam um verdadeiro governo de exílio, promovem uma ação diplomática em outros países e contam com o apoio do papa. As medidas tomadas pelo pontífice contra Florença e seus aliados provocam um sério abalo econômico. Basta lembrar que em janeiro de 1263 Urbano IV mandou pregar em todas as igrejas da França e da Alemanha e excomunhão contra os senenses e desligou todos os eclesiásticos da obrigação de pagar suas dívidas aos credores de Sena. Para que o leitor compreenda a atitude enérgica dos pontífices contra os que apoiavam Manfredo, é necessário ter em vista o que já se escreveu no Capítulo sobre a Alemanha e no item referente a Nápoles.

A intervenção de Carlos d'Anjou na península provoca uma reviravolta na situação: «muitas cidades aterrorizadas se põem sob a tutela ou seja sob a senhoria do monarca angevino».[81] Banqueiros florentinos e senenses financiam a expedição de Carlos assumindo o risco da derrota. Note-se que esses homens de negócio não representavam suas cidades: agiam por iniciativa própria, como particulares.

Depois da vitória de Benevento para a qual contribuíram os guelfos florentinos, os guibelinos que dominavam a Comuna de Florença procuraram reconciliar-se com o pontífice fazendo-lhe ato de submissão e ficando, em conseqüência, livre do interdito.

Na noite de Natal de 1267 os guelfos entram em Florença apoiados por cavaleiros franceses. Os guibelinos fogem e estabelecem um governo do exílio em Forli. Carlos d'Anjou era nomeado pelo pontífice *paciarius generalis*, isto é, pacificador geral.

Os guelfos dominam a situação e controlam o governo. Os guibelinos que permanecem na cidade são obrigados a jurar fidelidade ao papa e a Carlos d'Anjou. Cabe a um comitê especial vigiá-los.

Os bens dos guibelinos exilados foram confiscados e vendidos, dividindo-se o produto da transação em três partes que couberam respectivamente à Comuna, ao partido guelfo e aos guelfos arruinados com o domínio guibelino.

Carlos d'Anjou encontrava-se no sul lutando contra uma revolta sarracena em Lucera quando Conradino chegou, pelo porto de Pisa, à Toscana. Em junho de 1268 era recebido em Sena, na mesma ocasião em que os guibelinos derrotavam e aprisionavam João de Brayselve, representante de Carlos. Os inimigos deste já se rebelavam, mas Conradino foi vencido em agosto em Tagliacozza. Carlos encontra-se, então, no auge do poder: rei da Sicília, vigário imperial na Toscana em nome do papa, conde da Provença, procura penetrar no Piemonte dominando toda a península. Pisa e Sena resolvem negociar. Florença colhe os frutos da vitória angevina expandindo o seu comércio.

O papa Gregório X procura eliminar as dissensões entre partidos e cidades a fim de promover uma nova cruzada, mas essa política de apaziguamento vai de encontro aos planos de Carlos que pretende dominar toda a Itália e joga até com a candidatura de seu sobrinho Filipe III ao trono imperial. Gregório X contribui para o término do *interregno* apoiando a eleição de Rodolfo de Habsburgo. Quando o novo imperador prometeu vir a Itália para ser coroado, a Liga Toscana reunida em Empoli decidiu que nenhuma comuna prestaria juramento de fidelidade a Rodolfo.

O papa Nicolau III (1277-1280) procurou limitar as ambições de Carlos d'Anjou na Itália levando-o a demitir-se do vicariato da Toscana. O sobrinho do papa, cardeal Latino, foi, então, enviado a Florença e procurou pacificar os ânimos (janeiro de 1280). Em fevereiro guelfos e guibelinos selaram um acordo. Os exilados voltaram em massa à sua cidade cuja população aumentou consideravelmente.

A morte do papa entretanto pôs fim às boas perspectivas de paz. Reacenderam-se as lutas entre guelfos e guibelinos. Estes contam com o apoio do chanceler imperial Rodolfo Hohneck enviado pelo imperador para preparar a viagem a Roma. Quando o chanceler pediu às comunas toscanas que jurassem fidelidade ao imperador, muitas concordaram em fazê-lo emprestando ao ato um sentido de oposição ao poder de Florença. Mas os florentinos, por ocasião do parlamento solene reunido por Hohneck em 1281, recusaram o juramento «porque nunca a Comuna de Florença havia prometido fidelidade ao imperador por intermédio de outrem e porque sempre viveu e sempre foi livre» *(quia semper vixit et fuit liberum)*.

Em 1282 dois acontecimentos viriam enfraquecer a preponderância guelfa: a supremacia dos guibelinos em toda a Romanha e as Vésperas Sicilianas que impossibilitavam Carlos d'Anjou de intervir na Itália Central.

A situação incerta em que se encontram os guelfos e a posição fraca dos guibelinos proporcionam à burguesia uma excelente oportunidade para retomar o poder em Florença. Sob o pretexto da má administração financeira os grandes homens de negócio intervêm: estabelece-se o regime do «Colégio dos Priores». Convocados como técnicos, os chefes da burguesia de negócio escolhidos no quadro das Artes chamam a si, aos poucos, todas as funções de governo. Animados por seu sucesso, dão-se um chefe, o «defensor das artes e dos artesões, capitão e conservador da paz da Comuna de Florença». Depois eles fazem que se reconheça às doze artes principais o direito de possuir um estandarte, um chefe, o porta-estandarte ou gonfaloneiro, um conselho e uma milícia».[82]

A nobreza guelfa se vê constrangida a aceitar a nova situação, pois, com a morte de Carlos d'Anjou em 1285, perde um apoio valioso.

Na política externa, um acontecimento de importância é a derrota de Pisa em La Meloria (1284). Florença aproveita-o para apoiar a senhoria de Hugolino della Gherardesca que satisfaz aos guelfos e aos homens de negócio. Mas após a queda de Hugolino os guelfos florentinos arrastam a cidade a uma série de guerras contra Pisa e Arezzo, o que irrita os gandes homens de negócio que julgam chegado o momento de estabelecer-se com exclusividade no governo, afastando definitivamente os nobres e os antigos burgueses assimilados já à nobreza.

Em 1293, graças a ação do prior Giano della Bella, burguês aparentado aos nobres mas partidário da entrega do poder ao povo, foi aprovado um projeto completo de reformas conhecido como *Ordenanças de Justiça* os quais «constituem um conjunto de medidas de exceção que tiram aos magnatas a realidade do poder e que os reduzem, sem expulsá-los, ao papel de cidadãos de segunda classe».[83] Note-se que não é fácil definir com precisão quem era magnata. Os próprios reformadores sentiram essa dificuldade quando chegaram à absurda e subjetiva definição: «serão considerados como magnatas aqueles que são reputados como tais». Um dos traços característicos dos magnatas era manter aspirações que

pareciam perigosas à coletividade. Magnatas eram os «*grandes et potentes*». Com esse critério subjetivo cento e quarenta e sete famílias guelfas e guibelinas constituídas tanto de nobres como de antigos homens de negócio enriquecidos, havia já algum tempo, foram marginalizadas da vida de Florença.

Giano della Bella exerceu durante mais de um ano um verdadeiro poder ditatorial, mas acabou exilando-se em Paris quando não conseguiu extinguir o partido guelfo.

Nas últimas décadas do século XIII encontramos Florença nas mãos de uma burguesia (popolo grasso) composta de neo-ricos. Note-se, contudo, que uma série de atenuações às Ordenanças de justiça permitiram que magnatas se tornassem «*populani*» e assim readquirissem direitos políticos e pudessem levar uma vida normal em Florença. A cidade atinge, então, seu apogeu-econômico e demográfico, fato esse favorecido por uma série de acontecimentos: derrota de Pisa por Gênova (1284), ruína econômica de Sena com a falência (1309) dos Bonsignori, os Rotschild do século XIII, enfraquecimento de Luca com a falência dos Riccardi (1300), a imigração de habitantes do «contado» que aumentam a mão-de-obra, etc... A população florentina atinge então a casa dos noventa e cinco mil.

No final do século XIII Florença é abalada por um conflito de grandes proporções entre dois grupos de famílias dominantes: Donati e Spini, de um lado; Cerchi, de outro. As rivalidades existentes são incentivadas por razões de ordem econômica: a concorrência entre a companhia já antiga dos Cerchi e a companhia de uma geração mais recente dos Spini que obtiveram a clientela pontifícia cobiçada pelos Cerchi em 1294.[64] Até essa data a clientela pontifícia estivera reservada para os Bonsignori de Sena, os Riccardi de Luca e os Mozzi de Florença. Quando Bonifácio VIII favoreceu os Spini (1298) o conflito adquiriu tons políticos, pois cada um dos grupos em choque procurou apoio na Senhoria. Os Cerchi e outras famílias formam o partido dos Brancos: são credores do imperador, favoráveis a uma política moderada em relação dos guibelinos e a um entendimento com Pisa. Os Spini e outras famílias formam o partido dos Negros: apóiam-se no papa, são guelfos intransigentes e pregam o domínio completo de Pisa por Florença. Em maio de 1300 as duas facções encontravam-se em conflito aberto. Os priores (entre os quais figurava Dante) exilam os chefes dos dois partidos. Os Negros apelam para Bonifácio VIII que procura, então, colocar a Toscana e Florença sob sua influência. Com esse fim apelou para Carlos de Valois no sentido de apaziguar os ânimos em Florença. O irmão de Filipe, o Belo, apresenta-se em Florença com pomposos títulos: «pacificador da Toscana, capitão geral da Romanha, da Marca de Ancona e de Espoleto, vigário do papa em todas as terras da Santa Sé!» Mas «il Valese», como o chamavam os italianos, era tão inepto para a paz como para a guerra.[65] Em Florença, longe de apaziguar os ânimos toma, desde logo, o partido dos Neri (Negros)

cujo chefe exilado, o arrogante Corso Donati, entra na cidade aclamado por seus partidários, apodera-se da Senhoria e inicia uma série de vinganças. Durante cinco dias a cidade é entregue à pilhagem. Muitos cidadãos são desterrados. Entre eles se encontra Dante que, no exílio, se une aos guibelinos para implorar a vinda do imperador Henrique VII. Esse episódio explica a aversão de Dante ao papa Bonifácio VIII. Carlos de Valois, depois de haver feito bons negócios, partiu para o sul da Itália onde deveria participar na reconquista da Sicília.

Corso Donati acabou exilado pela Senhoria Negra após um incêndio que destruiu centenas de casas e reduziu a cinzas o centro de Florença (1304). A instalação dos papas em Avinhão contribuiu para serenar a concorrência das companhias florentinas em busca da clientela pontifícia. A vinda de Henrique VII produz a união dos guelfos. Em 1313 Florença sob a ameaça do imperador, dos guibelinos toscanos e dos Brancos exilados vê-se obrigada a aceitar a Senhoria de Roberto de Nápoles (1313-1321) que nos primeiros anos não altera as instituições da cidade. Em 1317 porém, após a batalha de Montecatini (1315), Roberto procura fortalecer sua autoridade sobre Florença designando como seu vigário Nicolau de Joinville. Este tenta exercer o governo eliminando o Capitão do Povo, o colégio dos Priores e o gonfaloneiro da justiça. Os florentinos reagem e é nomeado outro vigário que «se abstém de toda inovação política nas relações entre Florença e o rei».[66]

A vitória de Castruccio Castracani, tirano de Luca, em Altopascio, e as depredações executadas no «contado» levaram Florença a recorrer novamente ao rei da Sicília. Em dezembro de 1325 Carlos, duque da Calábria, foi eleito senhor de Florença por dez anos. «Desta vez é o poder absoluto de um príncipe poderoso que se estabelece: Florença parece ter perdido a independência. Mas Carlos da Calábria morre em 1327 após haver restabelecido a situação militar. Florença recupera, de modo inesperado, sua liberdade e os Conselhos deliberam não dar jamais nem jurisdição nem senhoria sobre a cidade a quem quer que seja».[67]

Segue-se uma reforma nas instituições tradicionais da cidade num sentido de simplificação. Assim, por exemplo, os dois Conselhos existentes (o do capitão e o do podestà) fundiram-se em uma só entidade.

A situação difícil, conseqüente ao fracasso dos florentinos na tentativa de apoderar-se de Luca e controlar Pisa (Florença encontra diante de si as forças guibelinas dirigidas por Mastino della Scala, senhor de Verona), leva a Comuna a apelar para o rei Roberto. Este envia a Florença Gautier de Brienne, duque de Atenas, que já fora vigário de Carlos da Calábria e que agora é eleito senhor (1342). «Ele dispõe de poderes absolutos e, após haver feito a paz com Pisa e com Lucca, organiza um regime pessoal faustoso mantido por impostos que ele multiplica, e sustentado, de acordo com a regra da verdadeira senhoria pessoal, pelo proletariado e pelo povo miúdo aos quais faz liberalidades».[68]

Compreende-se que tal situação provocasse a reação do *popolo grasso*. Essa reação foi liderada pela poderosa família dos Bardi e culmina com a expulsão do vigário de Roberto (1343). Como porém os Bardi houvessem sido declarados magnatas em 1293, os membros dessa família viram-se em face de um impedimento legal para o acesso ao cargo de prior.

Em 1346 a grande e poderosa companhia dos Bardi entra em falência, repetindo o que já sucedera com outras empresas de menor importância. A essa verdadeira catástrofe econômica que se abate sobre Florença entre os anos 1342-1346, vem juntar-se a catástrofe demográfica provocada pela disseminação da peste negra (1347-1348). Em meio dessas desgraças nota-se um fato positivo no terreno político: Florença liberta-se da senhoria pessoal e do domínio de uma determinada família. O governo tomba novamente nas mãos da grande burguesia de negócios de acordo com as *Ordenanças de Justiça*.

Essa preponderância dos homens de negócio sofre agora a ameaça de uma convulsão político-social. E' que o povo miúdo (popolo minuto) e o proletariado procuram através de várias tentativas uma melhoria de situação.

Em 1376 por ocasião de uma guerra entre Florença e a Santa Sé, desencadeia-se uma crise geral político-social agravada pela queda do mercado da lã. Um projeto de Salvestro de Medici referente à participação das *Arti minori* (pequenos ofícios) no poder é imposto ao *popolo grasso* por um movimento de massa. Em 1378 conduzido por um cardador, Michele di Laudo, o proletariado se levanta e apodera-se dos palácios do *podestà* e dos priores. Estabelece-se, então, por quatro anos um regime novo em que a maioria dos priores passa a ser escolhida entre as *Arti minori*. Mas a massa operária carecia de educação política suficiente e da união indispensável para manter a situação conquistada. O *popolo grasso* conseguiu eliminar Michele di Laudo e restabelecer a antiga ordem com algumas modificações. Florença passa a ser governada durante decênios por uma verdadeira oligarquia burguesa. «A política em Florença era o conflito de famílias ricas e facções — os Ricci, Albizzi, Medici, Ridolfi, Pazzi, Pitti, Strozzi, Rucellai, Valori, Capponi, Solderini — para a posse do governo. De 1381 a 1434 os Albizzi mantiveram, salvo com algumas interrupções, a sua ascendência no Estado e valentemente protegeram os ricos contra os pobres».[89]

A oligarquia florentina desenvolve uma política externa que apresenta as seguintes características:

1) Luta contra as pretensões dos Visconti em relação ao domínio da Itália Central.

2) Esforço no sentido de firmar o domínio real de Florença em toda a Toscana.

Através de custosas guerras levadas a cabo por *condottieri*, Florença conquista e submete Arezzo, Cortona e Pisa. Os portos desta última,

Porto Pisano e Livorno, garantem aos florentinos o longamente cobiçado acesso ao mar.

Florença «herda a frota e as sucursais de Pisa e torna-se, desde então, uma potência marítima e colonial no mesmo ano em que um de seus filhos, Jacó d'Angelo, traduzia diretamente do grego a *Geografia* de Ptolomeu. Ela é doravante o grande centro econômico, o mais completo, o mais perfeito do Ocidente ao mesmo tempo que, pelo humanismo, um de seus principais centros de conhecimento científico do mundo. Esse harmonioso acordo entre a teoria e a prática é um dos traços próprios do gênio florentino».[90]

Vamos encerrar essa breve História da Florença Medieval lembrando uma de suas figuras mais notáveis: *Cósimo de Medicis.*[91]

Quando Giovanni di Averardo Bicci morreu em 1249, deixou uma imensa fortuna a seu filho Cósimo que, apesar de cuidar atentamente de seus negócios, não descurava dos assuntos políticos. Sua popularidade suscitou a inveja de Rinaldo degli Albizzi que tentou condenar Cósimo à morte, mas só obteve o exílio do popular homem de negócios. Cósimo se dirige a Pádua e daí a Veneza onde seu prestígio granjeia-lhe muitas amizades. Em Florença porém há uma reviravolta política. A nova Senhoria eleita em setembro de 1434 incumbe uma comissão extraordinária *(balia)* de pôr ordem no Estado.[92] Um dos primeiros atos desse órgão é chamar Cósimo e exilar os Albizzi. Cósimo de Medicis torna à sua cidade sob aclamações populares exatamente no aniversário de sua partida para o exílio. Expulsos os Albizzi, não se procede a nenhuma outra modificação constitucional.[93] Começa, porém, de fato, «aquela Senhoria dos Medici, que Cósimo exercerá, inspirando e dominando habilmente toda a política da República e que seus sucessores revestirão de formas legais».[94] Evitando aparecer em primeiro plano e perpetuar-se nas magistraturas (em trinta anos só foi gonfaloneiro da justiça três vezes, isto é, durante seis meses), Cósimo soube governar Florença enquanto viveu: «seus conselhos foram durante trinta anos as leis da República».[95] Mas a vida política não afastou Cósimo dos grandes empreendimentos comerciais; controlava-os com grande prudência e habilidade. Compreende-se assim que de 1440 a 1464 sua fortuna pessoal tenha duplicado.

Mas Cósimo não se interessava somente pelo poder e pela riqueza. Possuía bom lastro cultural: apreciava as letras e as artes. Basta lembrar que não poupou dinheiro na aquisição de textos clássicos: «a maior parte dos carregamentos de seus navios consistia, em muitos casos, de manuscritos oriundos da Grécia e Alexandria».[96]

Entre os principais acontecimentos da época de Cósimo recordemos:

1) Cósimo enfrenta a coligação dos inimigos de Florença (Visconti e o rei da Sicília) incentivada por Rinaldo degli Albizzi. Florença é salva pelo condottiere Baldaccio graças à vitória de Anghiari (1440).

2) Florença viveu grandes momentos quando para aí foi transferido o Concílio reunido em Ferrara do qual resultou o término do cisma do Oriente (1439-1440). «Nesse momento, que talvez seja o mais alto de sua História, Florença aparece como a capital da Cristandade e até mesmo do mundo Mediterrâneo. Transformada em potência Oriental, após a queda de Pisa, acolhe o imperador do Oriente João Paleólogo, o patriarca de Constantinopla e seu séquito, com o Papa e os Padres ocidentais. Acolhe, ao mesmo tempo, toda a cultura do Oriente, isto é, o pensamento e a ciência dos gregos, a geografia de Estrabão, o platonismo».[97]

3) Um acontecimento capital na política externa foi o rompimento com Veneza e a aproximação entre Florença e Milão, inimigos tradicionais. «A situação de Florença havia mudado, com efeito, pela conquista de Pisa: Desde então Florença, transformada em potência marítima, era em toda a parte concorrente de Veneza. Cósimo procura então aproximar-se de Milão, inimiga de Veneza, e sustém Francisco Sforza em sua tentativa de suceder aos Visconti. Quando a queda de Constantinopla nas mãos dos turcos leva à conclusão de uma paz geral na Itália, em Lodi (1454), prelúdio de uma nova Cruzada, Cósimo de Medicis faz com que Sforza seja reconhecido duque de Milão por todos os chefes de estado italianos: é um grande sucesso que faz dele o árbitro da Itália».[98]

4. *Milão.* — A situação geográfica de Milão, a antiguidade de suas origens, o fato de haver sido cidade imperial e metrópole religiosa de importância, constituem elementos que merecem ser lembrados antes de sintetizarmos os principais episódios da História Milanesa no Mundo Feudal.

Ao norte da Itália encontramos uma vasta planície cercada em três lados por imponentes cadeias de montanhas e aberta, ao leste, para o Mar Adriático. A planície é cortada pelo Pó que recebe a contribuição de diversos rios procedentes dos Alpes e dos Apeninos. Essas correntes d'água abriram na montanha vales que se tornaram através da História o caminho de penetração pacífica e de invasões sangrentas. Na planície essas mesmas correntes formam uma rede fluvial constituindo sérios obstáculos à circulação por terra.

Nessa região sumariamente descrita, a meio caminho entre os Alpes e o Pó, num ponto fadado a tornar-se importantíssima encruzilhada de vias terrestres mas sem um acesso fluvial direto para o mar, foi fundada pelos etruscos entre as pequenas correntes do Olona e do Lambro, a localidade de *Melpum.*

A *Melpum* etrusca passou a ser para os gauleses «Mediolanum», isto é, em celta, «centro do país onde vive um povo».[99] Conquistada pelos romanos em 222 aC, *Mediolanum* tornou-se, sob o Império, a capital da província da Emília-Ligúria. Após a reforma político-administrativa de Diocleciano, Milão passa a ser a capital do Império do Ocidente até a transferência de Honório para Ravena (404).

Centro administrativo, militar, econômico e intelectual, Milão adquire também o caráter de importante metrópole religiosa a partir da atuação do grande Ambrósio. Lembre-se que o cristianismo se desenvolveu na cidade já desde o primeiro século e que em Milão se promulgou (313) o famoso edito de liberdade religiosa.

Quando se desenrola a reconquista bizantina, Milão é tomada e destruída pelos ostrogodos e burguinhões (538).

Sob o domínio lombardo a cidade desempenha um papel político secundário, embora tenha sido o cenário em que se reuniu a assembléia dos lombardos que proclamou rei Agilulfo, esposo de Teodelinda. Foi também na cidade de Milão que Agilulfo fez aclamar seu filho como colega.

O duque lombardo residente na cidade é substituído por um conde na época carolíngia. Milão notabiliza-se, então, por seu desenvolvimento econômico e, sobretudo, pelo prestígio de seu arcebispo, pois a província eclesiástica milanesa possui inúmeros sufragâneos. Não raro esse arcebispo é designado *missus*, cargo esse que lhe atribui poderes excepcionais.

Com a extinção da dinastia carolíngia a atuação do arcebispo milanês ganha novas dimensões. Tal é seu poder (baseado não só na jurisdição espiritual mas num imenso patrimônio imobiliário), que o próprio conde instalado em Milão por Otão I parmanece em segundo plano.

A antiga aristocracia lombardo-franca, hostil à preponderância arquiepiscopal, vai sendo substituída por uma nova aristocracia fiel que se distribui pela cidade e pela campanha. «Nos albores do século XI o arcebispo de Milão, em virtude de seus poderes espirituais, administrativos e jurídicos, e da riqueza de sua Igreja, pode contar com um poderoso exército e com o devotamento de clérigos, de negociantes e de oficiais».[100]

Mas essa riqueza da Igreja de Milão continha o germe de sua fraqueza. Em primeiro lugar porque favorecia vícios como a simonia, abrindo caminho assim para as idéias heréticas.

Em segundo lugar porque os beneficiários dos bens materiais tendiam inevitavelmente à apropriação dos mesmos. Cargos e feudos concedidos pelo arcebispo a seus fiéis vão evoluir no sentido de autonomia e hereditariedade.

Na primeira metade do século XI a figura dominante na História de Milão é o arcebispo Ariberto d'Intimiano (1018-1045).

Inicialmente o novo arcebispo procura reconstituir o patrimônio material de sua Igreja e reafirmar sua autoridade espiritual.

A morte de Henrique II abre para os senhores leigos da Itália setentrional perspectivas de independência mediante a efetiva realização de um reino da Itália, através da escolha de um monarca francês ou italiano.

Mas a escolha de Conrado II pelos eleitores alemães e, sobretudo, o apoio que ao novo soberano oferece Ariberto, frustra os planos dos grandes senhores italianos que se revoltam e incendeiam o palácio imperial de Pavia. Ariberto porém mantém seu apoio a Conrado II, coroa-o em Milão e ajuda-o a sitiar Pavia. Na cerimônia de coroação imperial em Roma o poderoso arcebispo milanês ocupa o primeiro lugar logo após o papa. Compreende-se, assim, que Milão seja considerada pelo cronista como uma outra Roma: *Roma altera.*[101]

Em 1032 Conrado II herda o reino da Borgonha e organiza uma expedição militar para tomar posse da herança. Ariberto acompanhado de vassalos e vavassalos participa da ação como aliado do imperador, ampliando seu prestígio até mesmo no plano militar.

Uma grande crise se esboça para o domínio de Ariberto quando os vavassalos, arruinados com a expedição à Borgonha, exigem a hereditariedade dos feudos recebidos. Apelam para o imperador (que a essa altura já olhava com desconfiança o poder do arcebispo milanês), organizam ligas *(conjurationes)* e, apoiados pelas classes servis e por todos os adversários externos de Ariberto, passam à rebelião aberta: *La Motta.*[102]

Em Campomalo, entre Pavia e Abbiategrasso, fere-se uma batalha (1036) favorável aos rebeldes que são contidos pelos muros de Milão.[103] A repercussão da revolta se faz sentir através de todo o vale do Pó reacendendo, mesmo fora da península, antigas aspirações dos vassalos de segunda categoria. Conrado II resolve intervir como árbitro entre os grandes *(i capitanei)* e seus dependentes, os vavassalos.[104]

Numa dieta convocada em Pavia (março de 1037) Ariberto repele com arrogância as acusações e é aprisionado, fato esse considerado em Milão como uma grave ofensa à cidade na pessoa de seu chefe, o sucessor de S. Ambrósio.[105] A população da cidade lombarda une-se entusiasmada contra o imperador. Este dirige-se contra Milão e promulga, então, um decreto famoso (28 de maio de 1037): a *Constitutio de Feudis.* Doravante os feudos dos vavassalos passavam a gozar do privilégio da hereditariedade não só em linha reta mas, conforme o caso, também em linha colateral. «Esta primeira solene *Constituição dos feudos,* promulgada para a Itália, foi adotada em todas as regiões dependentes de Conrado, em primeiro lugar na Germânia. E seu significado era grave: a pequena nobreza, com a própria força e com auxílio imperial, conquistava, finalmente, na sociedade do século XI, direitos políticos e civis, iguais àqueles que, um século e meio antes, depois de tantos esforços, tantas desilusões, tantas agitações, havia conseguido a grande aristocracia feudal européia».[106]

Conrado II viu-se obrigado a levantar o cerco de Milão e Ariberto, fugindo do mosteiro em que fora internado, regressa triunfalmente à sua sé arquiepiscopal. O imperador destitui o poderoso arcebispo de seu cargo e obtém a excomunhão pontifícia. Ariberto responde oferecendo a coroa

de ferro a Eudes de Champanha que, entretanto, é morto em uma batalha.

Ariberto organiza genialmente a defesa de Milão contra nova ameaça de Conrado. Os milaneses se unem em torno do enorme carro de bois que o arcebispo faz sair da catedral (onde se conservava para servir nas procissões) e no qual manda colocar uma cruz e o estandarte da cidade: é o famoso *carrocio*, símbolo da união da Igreja com a cidade.

Outras cidades italianas adotaram também um *carrocio* como símbolo de suas liberdades.

A morte de Conrado II levou Ariberto a um entendimento com o sucessor Henrique III (1040). Mas agora o arcebispo teve que enfrentar uma séria divisão político-social em Milão a qual forçou os nobres e Ariberto a abandonarem a cidade. A reconciliação entre os milaneses se fez graças a atuação de Lanzon. Os nobres retornaram à cidade onde Ariberto, doente, envelhecido e ultrapassado pelos acontecimentos, morreu em janeiro de 1045. Os historiadores consideram-no com razão um dos maiores políticos da Itália do século XI. Um de seus grandes méritos foi ter levado Milão a conscientizar-se do próprio valor.

Nas décadas seguintes à morte de Ariberto, a História de Milão é marcada por profundas perturbações que envolvem altas autoridades eclesiásticas e o simples povo por motivo do movimento reformista da Igreja então em pleno desenvolvimento. A cidade lombarda sofre as flutuações político-religiosas da luta entre Henrique IV e Gregório VII. O final do século assiste, por fim, à submissão da Igreja de Milão. De todos esses episódios que se encontram estreitamente vinculados à História da Igreja, lembremos apenas a atuação da Pataria.[107] «Este partido de caráter democrático-social, nascido em Milão para combater contra a viciosa vida dos ricos e nobres do alto clero, havia concretizado seu programa na luta contra a simonia e contra o concubinato dos clérigos, estendendo sua ação com excelentes resultados a toda a Lombardia, apesar da oposição do imperador. Seus primeiros dirigentes haviam sido Anselmo de Luca (agora Alexandre II), o subdiácono Landolfo e o clérigo Arialdo e mais tarde o cavaleiro Erlembaldo, irmão de Landolfo. Erlembaldo, cavaleiro valoroso que havia estado na Terra Santa, será seu chefe militar».[108]

Um rápido olhar sobre a História de Milão nessa época perturbada permite-nos chamar a atenção para os seguintes pontos:

1) Restrição dos poderes inerentes outrora ao arcebispo.

2) Incapacidade dos representantes imperiais de exercerem esses poderes em sua plenitude.

3) Surto econômico que se traduz por uma contínua expansão do crédito e por uma intensificação das relações comerciais. Milão recebe

óleo da Ligúria, madeira dos Alpes, sal do Adriático, especiarias e seda do Oriente, tecidos e lã de Flandres e da França.

4) O *surto econômico* enriquece os novos homens de negócio que naturalmente desejam interferir na administração da cidade.

5) Vai surgir, assim, a Comuna de Milão cujo primeiro indício parece encontrar-se num ato de 1097 que regula um conflito com Cremona. Esse ato foi redigido *in civitate Mediolani, in consulatu civium...* (na cidade de Milão, no consulado dos cidadãos...). Note-se, contudo, que não é possível precisar o sentido das expressões «cives» e «consulatus».

Em 1117 numa reunião do povo de Milão convocada nas proximidades do palácio arquiepiscopal a propósito da eleição de Giordano da Clívio para o cargo de arcebispo, aparecem claramente os cônsules à frente de um organismo político: a Comuna. «A Comuna acabou por impor-se ao lado do arcebispo, aproveitando-se de suas ausências e dos conflitos que diminuíram seu prestígio, sem que se conheçam as circunstâncias e as etapas de sua formação».[109]

A comuna milanesa se afirma tomando parte num conflito (1107-1111) entre as cidades lombardas, vencendo Cremona e destruindo Lodi.

Note-se que essas duas cidades constituíam obstáculos ao comércio milanês através da rota do Adriático.

Em 1127 os milaneses destroem Como, após uma encarniçada resistência desta cidade que dominava a rota dos vales suíços.

Após a eleição de Lotário de Supplinburg, Milão já revelara seu espírito de autonomia ao apoiar Conrado que foi coroado rei da Itália pelo arcebispo milanês sob a pressão da Comuna (junho de 1128). Morto Lotário e eleito Conrado III, a situação na península tornou-se favorável ao desenvolvimento das liberdades comunais em virtude da ausência do imperador. No caso específico de Milão, a essa ausência somava-se o enfraquecimento da autoridade arquiepiscopal. Convém lembrar aqui que os nobres responsáveis pela Comuna conhecem o direito romano, aplicam-no mas temperam-no com o costume.[110] Os cônsules da Comuna de Milão usavam os títulos de *judices et missi domini imperatoris.*

As relações entre Milão e Barba-Roxa em sua seqüência cronológica podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1) Em Roncaglia (1155) o imperador impõe a paz entre Milão, Lodi, Como e Pavia. Após ser coroado em Roma, pune Milão retirando-lhe todos os poderes seculares sobre os vizinhos. Milão, porém, reage procurando fortalecer alianças com outras cidades, construindo novas defesas e continuando a cunhar moedas.

2) Em 1158, por ocasião de sua segunda vinda à península, Barba-Roxa assedia Milão que se submete a condições humilhantes como: a) todos os milaneses devem prestar juramento de fidelidade ao imperador; b) a cidade deve pagar uma indenização de nove mil marcos de ouro; c) o consulado milanês deve ser controlado em seus atos; d) Como e Lodi adquirem total liberdade em face de Milão.[111]

Em 1159 quando três legados imperiais vieram instalar em Milão um *podestà* imperial, a população obrigou-os a fugir.

Milão é novamente bloqueada e obrigada a render-se incondicionalmente (1162). Em Lodi os cônsules milaneses se humilham perante o imperador a quem são entregues bandeiras e chaves da cidade. Barba-Roxa manda arrancar os emblemas do *carrocio* e exige quatrocentos reféns. Os milaneses devem, a seguir, abandonar sua cidade que é entregue à destruição. Um cronista contemporâneo descreve o ato vandálico e observa: «E' minha convicção que a qüinquagésima parte de Milão não sobreviveu à destruição».[112] O mesmo cronista observa que a muralha externa, «obra que não se vê semelhante na Itália, salvo talvez em Roma» subsistiu quase toda.

A prepotência imperial leva à união das cidades lombardas: Milão, Cremona, Mântua, Bérgamo e Bréscia entram em acordo e em maio de 1167 os habitantes de Milão voltam a sua cidade e começam a reconstruí-la com auxílio de seus aliados.

Graças a seus vizinhos «que a consideravam como um símbolo, Milão renascia após cinco anos de letargia que constituem um profundo corte em sua história. Os milaneses tiveram consciência desse acontecimento e fizeram esculpir em 1171 pelo mestre Anselmo um grande baixo-relevo representando o retorno a Milão de toda a sua população; fixado na Porta Romana, esse baixo-relevo, hoje conservado, faz conhecer o aspecto dos homens e dos edifícios de Milão no século XII e o papel do mito ambrosiano nessa ressurreição».[113]

3) Milão torna-se a alma da resistência a Barba-Roxa consubstanciada na Liga Lombarda que inclui várias cidades (com, v.g., Vicenza, Verona, Pádua, Ferrara). Um dos atos de desafio ao imperador é a criação de uma nova cidade, Alexandria, situada em local estratégico e que abrigou, desde logo, quinze mil habitantes sequiosos de liberdade pessoal, pois passaram do estado de *rustici* para o de *cives* (1168).

Milão se reorganiza política e administrativamente sob o regime dos cônsules, reconstrói suas fortificações, reanima sua vida econômica e inicia a redação dos costumes da cidade (o embrião do *Liber consuetudinum Mediolani* de 1216).

4) Quando Barba-Roxa faz (1174) sua quinta expedição à Itália (penetra na península pelo oeste), Susa, Turim, Asti são forçadas a abrir-lhe as portas. Pavia, Alba e Acqui aderem ao Hohenstaufer, mas Alexandria resiste a um cerco de seis meses.

Em maio de 1176 fere-se a famosa batalha de Legnano. «Foi o batismo de glória da burguesia combatente. Legnano foi também, se

se quiser, a primeira página de história italiana, pois que os vencedores pronunciaram bem alto as palavras: «liberdade e honra da Itália».[114]

Milão anunciou a vitória como sendo do papa e de toda a Itália: *non nostra reputamus sed ea domini Papae et Italicorum communia esse desideramus.*

5) Em junho de 1183 é jurada a paz de Constança pela Liga e pelo imperador acompanhado de seu filho, o príncipe Henrique, já designado sucessor (rex Romanorum).

Às cidades eram reconhecidos os territórios, as regalias, a situação política, os costumes vigentes antes de 1158. As cidades gozavam de jurisdição civil e penal dentro de seus muros e nos limites do «contado». Podiam também armar milícias, construir fortificações e associar-se em ligas. Em troca dessas concessões, as comunas deveriam jurar fidelidade ao imperador, consentir que nas causas importantes as partes interessadas apelassem para o tribunal imperial, facilitar com dinheiro e víveres as viagens do monarca através da península.[115]

Cabe aqui uma observação importante: Constança não só acabava com a situação criada em Roncaglia, mas punha fim ao Reino feudal da Itália. Com efeito, as comunas que o integravam não mais dependem de duques, marqueses, condes ou arcebispos: adquiriram plena autonomia.[116]

6) Milão atravessa uma era de grande prosperidade e poder. O próprio imperador procura o apoio e a aliança da cidade que ele outrora mandara destruir. Símbolo dessa política é a moeda de prata que Barba-Roxa faz cunhar e na qual se encontra o nome de Milão. Em 1186 aparece pela primeira vez na história de Milão um *podestà* estrangeiro, Humberto Visconti, que dirige a Comuna em lugar dos cônsules.

Por volta de 1200 Milão conta com cerca de noventa mil habitantes e é, depois de Palermo, a cidade mais populosa da Itália.

O prestígio de Milão possibilita a conclusão de tratados com as cidades da Itália do Norte a fim de facilitar a livre circulação de homens e bens através das vias terrestres e fluviais. Assim, por exemplo, Milão estabelece um tratado com Lodi para assegurar o livre trânsito pelo Ada e pelo Lambro até o Pó. A atividade econômica de Milão se desdobra em comércio e indústria. Lembremos que as indústrias milanesas atuam principalmente no campo metalúrgico (v.g., armas, utensílios diversos, etc.) e têxtil (seda, lã, etc.). Toda essa atividade econômica é controlada por seis cônsules especializados, os «*cônsules mercatorum*» entre cujas atribuições figura a proteção das pessoas e das mercadorias através dos caminhos. Vale ressaltar, em confronto com a prosperidade de Milão, a decadência de Pavia conseqüência do declínio da autoridade imperial.

Um rápido olhar para a estrutura social de Milão revela-nos a existência dos *nobres* (capitães e vavassalos), dos *ricos (cives)* e da parte menos favorecida da população *(populares)*.

Essas diferentes camadas sociais influem naturalmente na vida política da cidade no sentido de emprestar uma certa instabilidade às instituições governamentais. As dissensões internas vão culminar com a escolha de um *podestà* bolonhês em 1214.

Externamente, depois de Barba-Roxa, o prestígio de Milão se impõe a Henrique VI e se fortalece com a rivalidade entre Otão de Brunswick e Filipe da Suábia.

Contra a vontade pontifícia, Milão acaba por reconhecer Otão IV que através de um diploma (abril de 1210) confirma as decisões anteriores de Barba-Roxa e reconhece à Comuna direitos quase soberanos.

A derrota sofrida por Otão IV em Bouvines (1214) deixou a cidade em difícil situação frente à coligação das cidades sustentada pelo papa e por Frederico II. Foi então que se apaziguaram as querelas internas e se escolheu um *podestà* estrangeiro. O regime de *podestà* realizava a fusão da cidade e do «contado» em uma só unidade dominada pela cidade, ao mesmo tempo que apagava os traços do antigo feudalismo. Milão e seu «contado» constituem uma verdadeira cidade-estado com um só governo e uma só lei. Esta se encontra codificada no *Liber Consuetudinum Mediolanensium* promulgado em 1216. Dois anos antes o podestà Uberto da Vialta, ao término de seu mandato, promulgava os Estatutos que definiam as novas instituições de Milão. Lembremos apenas que dos seis cônsules da Comuna, metade deveria ser eleita pelos nobres e metade pelos não-nobres.

Em 1221 um conflito entre o podestà e o arcebispo faz com que os capitães e vavassalos se retirem da cidade e lutem contra a mesma em defesa da autoridade eclesiástica. O arcebispo é expulso de Milão, o que acarreta a excomunhão pontifícia. Mas as autoridades civis acabam entrando em acordo com a Igreja receosa dos movimentos heréticos que se difundem tanto nos meios urbanos como na zona rural (1225). Volta, então, a reinar a paz em Milão que, unida, sob seu *podestà* e seu arcebispo, vai enfrentar novamente o poder imperial agora encarnado na pessoa de Frederico II.

As cidades lombardas, temendo a perda dos privilégios concedidos pelos antecessores de Frederico II, reconstituem a antiga Liga de acordo com o que lhes permitia a paz de Constança.

Com o apoio de algumas cidades e dos nobres do Piemonte e dos Apeninos, Frederico II promove uma expedição cujo resultado é a adesão de Verona ao partido imperial com o conseqüente livre acesso à planície do Pó.

Em uma segunda expedição Frederico II obtém sobre a Liga a grande vitória de Cortenuova (1237) e corta as rotas do tráfico milanês para a Suíça, Alemanha, Piemonte e França. Gregório IX envia a Milão o legado Gregório da Montelongo, homem de guerra e organizador, que proclama a Cruzada contra o imperador excomungado e seus aliados (1238).

Uma outra expedição de Frederico II contra Milão fracassa diante da rede de canais que Montelongo mandara cavar em torno da cidade. A Liga se apodera, então, de Ferrara (1240), mas no ano seguinte o imperador toma Faenza e Ravena. Milão é abalada por uma grave questão social: o povo acusa os ricos de fugirem ao pagamento de sua parte nos impostos exigidos pela guerra. Um chefe popular é eleito na pessoa de Pagano della Torre (1240) que manda fazer um inventário geral de bens móveis e imóveis a fim de que se estabeleça uma cobrança equânime dos impostos.

Em face da ameaça imperial, os milaneses refazem a unidade e enfrentam um novo ataque de Frederico. Este atacara a oeste através do Tessino, enquanto seu filho Enzo e Ezzelino, senhor de Verona, marcharam pelo Ada, a leste. Ambos os exércitos foram repelidos pelos milaneses.

Em 1248 Frederico II sofria um desastre irreparável quando seu acampamento construído sob os muros de Parma foi atacado. A Itália do Norte estava definitivamente perdida para o neto de Barba-Roxa.

Eliminada a ameaça de Frederico II, Milão procura refazer-se dos males acarretados por tantos anos de luta. Assim é que a Comuna promove uma restauração financeira (por exemplo, cobrando uma taxa extraordinária sobre todos os patrimônios leigos e eclesiásticos) e econômica (restabelecendo as relações comerciais especialmente com regiões distantes). Deve ser sublinhada a preocupação de Milão em controlar as passagens alpinas que possibilitam o tráfico direto com a Alemanha e os países do norte europeu. Um sinal da retomada da prosperidade econômica de Milão após a morte de Frederico II é a cunhagem de uma moeda de ouro, o «ambrogino».

Um acontecimento importante para as instituições milanesas foi a senhoria do marquês Manfredo Lancia a quem a cidade entregou seu governo por três anos (1253-1256). O exercício da senhoria por um membro da nobreza feudal vai provocar um inevitável conflito social. Quando a senhoria de Lancia expira, os *populares* chefiados por um membro da família della Torre expulsam os nobres e os clérigos da cidade. Em 1258 restabelece-se a paz entre as duas facções. Curioso é notar o desaparecimento dos *cives*, isto é, dos ricos negociantes como classe política atuante.

Os *populares (Credenza)* dominam a situação chefiados por Martino de la Torre que se intitula *perpetuus dominus populi mediolanensis* (perpétuo senhor do povo milanês). A senhoria da família della Torre é exercida após a morte de Martino (1263) sucessivamente por Filippo e Napo della Torre. Milão apóia nessa época as ambições de Carlos d'Anjou.

Napo della Torre estendeu a senhoria a outras cidades colocando nas mesmas como prepostos (vigário, podestà) seus parentes próximos.

Os nobres exilados uniram-se ao arcebispo Otão Visconti, escolhido pelo papa mas impedido de entrar em Milão por Napo della Torre, e obtiveram uma vitória sobre os senhores da cidade (1277).

O arcebispo entrou em Milão procurando restaurar a paz interna. Reconhecido senhor da cidade pelos Conselhos, Otão Visconti designa os nobres para as magistraturas. Ante a ameaça dos della Torre, o arcebispo recorre aos serviços do Marquês de Monferrato, genro do rei de Castela e chefe dos guibelinos do Piemonte. O marquês aproveita a situação e faz-se escolher capitão e senhor de Milão por um longo prazo. A Itália encontra-se, então, dividida entre duas facções: os della Torre e os Visconti. Os primeiros contam com o apoio dos guelfos da Toscana, de Carlos d'Anjou, de Rodolfo de Habsburgo (ver, contudo, o que escrevemos no capítulo sobre a Alemanha); os segundos se apóiam nos guibelinos do Piemonte e da Romanha, em Afonso X de Castela, candidato ao Império, e em Pedro III de Aragão, herdeiro de Manfredo. Os della Torre foram vencidos em Gorgonzola, mas os acontecimentos na Sicília (Vésperas Sicilianas) produziriam uma alteração no já confuso quadro político milanês. O novo papa Martinho IV adotou uma atitude antiguibelina, o que tornou impossível o domínio de Monferrato (guibelino) em Milão. O arcebispo Visconti dá um verdadeiro golpe de Estado, depõe o marquês e exila os guibelinos mais em evidência. Monferrato alia-se a Raimundo della Torre, chefe dos guelfos, o que não impede o exército milanês dirigido por Mateus Visconti, hábil guerreiro e sobrinho do arcebispo, de destruir Castel Seprio onde se haviam refugiado muitos nobres. Com a expulsão de dezenas de parentes dos della Torre, Milão tombava completamente sob o poder dos Visconti (1287).

Antes de prosseguirmos convém chamar a atenção do leitor para dois pontos:

1) A designação de *guelfos* e *guibelinos* dada aos partidos que apóiam ou disputam o poder em Milão não corresponde ao sentido original dessas expressões.

2) A senhoria em Milão resulta principalmente da ausência de uma forte e consciente burguesia de negócios.

Mateus (Matteo) Visconti aliava a suas qualidades militares conhecimentos jurídicos e excepcional capacidade de governante, o que explica ter ele sido eleito várias vezes *capitão do povo*. Em 1289 essa dignidade lhe foi confiada pelo prazo de cinco anos «para honra de Otão, arcebispo, e para a destruição do marquês de Monferrato e seus seguidores» *(ad honorem Othonis archiepiscopi et ad destructionem marchionis Montisferrati et ejus sequentium)*. O marquês tornara-se senhor perpétuo de Pavia e congregara em torno de si os principais adversários dos Visconti. Quando Monferrato foi derrotado, a maior parte das cidades lombardas passaram para o lado de Milão. Dois acontecimentos vieram reforçar a autoridade de Mateus Visconti: a

morte de Monferrato e a sua designação como vigário imperial feita por Adolfo de Nassau (1294).

Um exército de mercenários, o consentimento popular, o vicariato imperial e o apoio da Igreja Milanesa constituíam os elementos básicos da senhoria dos Visconti. Quando Otão Visconti faleceu em 1295, o papa Bonifácio VIII designou para a sé arquiepiscopal e para os bispados sufragâneos pessoas estranhas e até mesmo desafetas dos Visconti, fato esse que não deixou de abalar a posição da senhoria. Mesmo assim Mateus e seu filho Galeazzo resistiram vitoriosamente aos ataques conjugados de Bérgamo, Cremona, Como, Novara, Pavia e do novo Marquês de Monferrato.

Em 1300 os Visconti encontram-se no auge do poder: Mateus é escolhido como árbitro entre Gênova e Veneza; Galeazzo é eleito *capitão* do povo ao lado do pai.

Os adversários, entretanto, não cessavam de tramar a queda da poderosa família e durante uma campanha externa, uma revolta interna obrigou Mateus a afastar-se do poder.

Os della Torre procuravam retomar o poder usando de cautela. Só em 1307 é que Guido della Torre foi eleito *capitão do povo* e no ano seguinte o trono arquiepiscopal foi ocupado por Cassone della Torre. Quando expirou seu mandato, Guido conseguiu eleger-se *capitão do povo* vitalício. Mas a presença de Henrique VII na península acarretou a queda dos della Torre e a volta de Mateus Visconti «que fundou por cento e quarenta anos a senhoria dinástica de sua família sobre um vasto Estado territorial».[117]

Guido della Torre não ousou impedir a entrada de Henrique VII em Milão (dezembro de 1310) onde o imperador comportou-se, desde logo, como único senhor suprimindo o *podestà* e os conselhos e nomeando um vigário cuja atuação se regeria pelos interesses do Império.

Alguns dias depois de receber a coroa de ferro, uma perturbação provocada pelos guelfos deu a Henrique VII a oportunidade para expulsar os della Torre de Milão e abrir caminho para a volta dos Visconti. Deve-se notar que Mateus Visconti agiu cautelosa e prudentemente só aparecendo definitivamente em cena quando Henrique VII, ao sitiar Bréscia revoltada, cedeu-lhe o reconhecimento do título de vigário imperial pela quantia de sessenta mil florins (julho de 1311). Quando essa quantia fosse devolvida, extinguir-se-ia o mandato de Mateus.

A situação do antigo capitão do povo não era das melhores, pois iria governar em nome de um poder estrangeiro. Não lhe faltava, entretanto, experiência política. Procurou reorganizar a Comuna pondo em funcionamento suas instituições. Quando Henrique VII morreu (agosto de 1313), Visconti se fez proclamar *senhor e reitor geral (dominus et rector generalis)* e empreendeu uma série de conquistas tomando, de 1313 a 1315, Pavia, Tortona, Alexandria, Verceil e fazendo-se reconhecer como senhor em Bérgamo, Como e Novara. Estava, assim, definitivamente fortalecida a senhoria vitalícia de Mateus que faleceu em

junho de 1322 em pleno conflito com o papa João XXII e sob a ameaça da Cruzada dirigida por Roberto d'Anjou.

Nenhum texto assegurava a Galeazzo I Visconti a sucessão de seu pai no governo de Milão a qual, entretanto, foi facilitada pela vitória que Marcos Visconti, o homem de guerra da família, obteve em Bassignana sobre as tropas pontifícias. O Conselho Geral da Comuna concedeu a Galeazzo os poderes de *capitão dos exércitos* e de *senhor.*

Depois que Galeazzo I morreu (setembro de 1328), seu filho Azzone Visconti obteve de Luís da Baviera o título de vigário imperial (janeiro de 1329). Em março do ano seguinte Azzone era proclamado pelo Conselho Geral da Comuna *senhor geral* e *perpétuo da cidade e do distrito de Milão (dominus generalis et perpetuus civitatis et districtus Mediolani).* Novos estatutos atribuíam a Azzone plenos poderes tanto na política interna como na externa.

Internamente a senhoria de Azzone se caracteriza pela realização de uma série de obras públicas que contribuíram para incentivar o comércio e promover a prosperidade. Curioso é notar que o papa João XXII, considerando o trono imperial vacante, conferiu a Azzone o título de vigário imperial já recebido de Luís da Baviera.

Externamente Azzone aproveita o fracasso de João da Boêmia na tentativa de criar-se um reino na planície do Pó (1333) e procura expandir o seu poder sobre as cidades que outrora se encontravam sob a influência de Milão. Assim é que Como, Verceil, Bérgamo, Cremona, etc. tombam sob o domínio do Visconti.

Podemos avaliar o quanto estava enraizado o poder dos Visconti em Milão pelo fato de, à morte (1339) de Azzone (que não deixava filho), terem sido proclamados solidariamente *domini generales* (senhores gerais) seus dois tios, Luchino e Giovanni.

Quando o arcebispo Giovanni Visconti faleceu em 1354, deixou a herança de seu prestígio e poder a três sobrinhos: Mateus, Galeazzo II e Bernabó.

Em setembro de 1355 restam apenas Galeazzo II e Bernabó. Em 1359 Bernabó empenha-se numa guerra que vai durar cinco anos visando à ocupação de Bolonha enfrentando o papa e uma coligação anti-Visconti. Em 1364 o Visconti impotente desiste de Bolonha mas presta auxílio a Giovanni dell'Agnello, que se apodera da senhoria de Pisa, estendendo o poder de Bernabó até o Arno. Cinco anos mais tarde o Visconti se encontra envolvido em lutas na Itália Central contra Florença e contra o papa. Em 1370 o ambicioso Bernabó planeja conquistar Pisa e Luca e, dez anos mais tarde, encontramo-lo preocupado com a sucessão napolitana.

Na realidade o sonho do Visconti era estabelecer a hegemonia milanesa em toda a península. Ele próprio declara «assumir sobre si o encargo dos esforços dirigidos à tutela e à conservação da pátria italiana».[118]

Quando Galeazzo II morreu em 1378, deixou a seu filho Giangaleazzo Visconti, conde de Virtù, a parte ocidental e piemontesa dos bens da família. Giangaleazzo «era um homem que teria agradado a Maquiavel. Mergulhado na grande biblioteca de seu palácio, cuidando de uma delicada constituição, conquistando a amizade de seus súditos por meio de uma tributação moderada, freqüentando a igreja com solene devoção, enchendo a corte de padres e monges, seria o último príncipe da Itália de quem os diplomatas teriam suspeitado de planejar a união de toda a península sob o seu governo. No entanto, era essa a ambição que fermentava em seu cérebro; alimentou-a até o fim de sua vida e quase a materializou, e, a serviço dela, utilizou-se de artifícios, traições e assassínios como se tivesse estudado o *Príncipe* inédito com toda a reverência e não tivesse jamais ouvido falar em Cristo».[119]

Giangalezzo mandou prender seu tio Bernabó e deixou-o morrer na prisão (1385) passando, então, a governar Milão, Novara, Pavia, Piacenza, Parma, Cremona e Bréscia.

No decurso dos dezessete anos de seu «reinado» a extensão de seus domínios quase duplicaram: «limitados em 1385 à Lombardia e a uma parte da Emília e do Piemonte, ampliaram-se com Verona em 1387, com Feltro e Belluno em 1388, com Pisa e Sena em 1399, com Perúsia, Assis e Bolonha em 1402».[120]

Pelo menos tão importante como essas conquistas territoriais foi a vitória obtida no campo diplomático quando Giangaleazzo obteve do imperador Venceslau o título de duque, fato esse que legitimava sua senhoria sobre Milão.[121] E' curioso lembrar que Giangaleazzo já desde 1392 havia oferecido aliança a Carlos VI da França pedindo, no caso em que o rei fosse eleito imperador, o título ducal ou real.

A carreira do novo duque encerrou-se em setembro de 1402 quando Giangaleazzo morreu vitimado pela peste. O filho primogênito, Gianmaria Visconti contava, então, treze anos e o governo ficou entregue a regentes. Apunhalado em 1412, Gianmaria foi substituído por seu irmão Filippo Maria Visconti († 1447) que empreendeu a reconstituição dos antigos domínios paternos empregando para isso eficientes *condottieri*. Um desses *condottieri* foi o genro e sucessor de Filippo, Francesco Sforza.

III. O Reino da Sicília

A História Antiga da Sicília perde-se em brumas lendárias. Separada da península pelo estreito de Messina, a ilha de forma triangular domina as três bacias do Mediterrâneo Central: ao norte se encontra o Mar Tirreno, a leste o Mar Jônio e a Grécia, ao sul o Canal da Sicília, o Golfo de Sirtes e o litoral africano.

Essa visão superficial da posição geográfica da Sicília explica-nos, desde logo, sua importância econômica, estratégica e política como ponto de cruzamento das linhas marítimas que ligam o Oriente e o Ocidente.

Reconquistada aos bárbaros por Belisário em 535, a Sicília tornou-se, por muitos anos, uma verdadeira cidadela dos generais bizantinos que dirigiam a luta na península. O rei godo Tótila desembarca na ilha e saqueia o interior (550). No ano seguinte, porém, os godos são definitivamente expulsos da Sicília que permaneceu, então, sob o domínio bizantino em situação especial: não se vinculou nem à Prefeitura da Itália, nem, mais tarde, ao exarcado de Ravena. Quando se processou a conquista lombarda, as partes meridionais do que restou do antigo exarcado foram reunidas à Província da Sicília.

Em 827 Eufêmio, comandante da frota imperial, revoltou-se e pediu socorro a um emir da África que se tornara independente do califa abássida. Os muçulmanos aproveitaram a oportunidade para conquistar a ilha que, há longo tempo, já vinha sendo objeto de suas incursões predatórias. Siracusa resistiu a um longo cerco (828), mas em 830 a Sicília foi invadida por dois exércitos procedentes respectivamente da África e da Espanha. Palermo foi conquistada após um ano de cerco e tornou-se o centro da colonização árabe. A História da Sicília Muçulmana será objeto de estudo em volume especial dedicado ao Mundo árabe medieval. Lembremos apenas que no século XI a ilha é vítima de sangrentas guerras civis provocadas pelas rivalidades entre os próprios chefes muçulmanos.

Em 1038, sob o reinado de Miguel Paflagônio, um poderoso exército bizantino reforçado por tropas italianas, por um contingente escandinavo comandado pelo próprio rei da Noruega e por cavaleiros normandos comandados pelo lombardo Arduíno, inicia a reconquista da Sicília. Messina (1038) e Siracusa (1040) são retomadas. As discordâncias existentes entre os próprios bizantinos dificultaram o prosseguimento das operações. Em 1041, Bizâncio dominava apenas Messina.

A hora da conquista normanda soou quando o chefe árabe de Siracusa Ibn ath-Tumnak, vencido por um rival, pediu o auxílio dos normandos estabelecidos no sul da Itália. Antes porém de estudarmos a conquista normanda da Sicília vamos chamar a atenção do leitor para alguns aspectos importantes da História da Itália Meridional na época de sua ocupação pelos irrequietos e impetuosos normandos.[122]

Convém preliminarmente lembrar o flagrante contraste existente entre a vida política, econômica, social e religiosa da Itália Setentrional e Central e a da Itália Meridional. Naquela encontramos em pleno desenvolvimento a vida comunal. As cidades em que se desenvolve esse regime se encontram cercadas por uma zona rural em que a fertilidade da terra propicia uma saudável prosperidade e a existência de grandes domínios feudais. A Itália Meridional no início do século XI apresenta-nos uma semelhança superficial com o resto da península no que tange ao esfacelamento político em que, ao lado dos restos de dominação bizantina, encontramos cidades marítimas que passam a constituir pequenas repúblicas (como Bári no Adriático, Nápoles e Amalfi no Tirreno) e principados lombardos (Benevento, Cápua, Salerno) e um verdadeiro

estado eclesiástico (os domínios da abadia de Monte Cassino). Esse esfacelamento político é encontrado também na Sicília onde o domínio árabe se dilui entre numerosos emirados rivais.

Ao lado desse esfacelamento político nota-se uma heterogeneidade racial formada por elementos germânicos (aos poucos absorvidos pela maioria da população indígena), gregos e árabes. A essa heterogeneidade racial corresponde também uma justaposição de credos religiosos: católicos, ortodoxos e muçulmanos convivem lado a lado.

Sob o ponto de vista econômico deve-se salientar que a pobreza do solo fez com que as cidades da Itália Meridional buscassem o enriquecimento através das vias comerciais marítimas. Compreende-se, assim, a importância da fortuna mobiliária que contrabalança facilmente o domínio feudal.

Cobiçada pelos imperadores germânicos e pelos basileus bizantinos a Itália Meridional tornava-se, contudo, difícil de conquistar em virtude das enormes distâncias que a separavam dos poderosos detentores das coroas imperiais. Explica-se, assim, que a região se tenha tornado fatalmente presa da ação dos aventureiros normandos.

No decurso da grande expansão escandinava estudada na primeira parte do presente volume, nem a Itália, nem a Sicília haviam sido atingidas pelos ferozes invasores. Foi somente no início do século XI que os primeiros aventureiros normandos originários da Normandia vêm ao sul da península como mercenários. «Entregue à anarquia a região oferecia então boas possibilidades a esses guerreiros pobres, ambiciosos, ativos e desprovidos de escrúpulos. Entre os bizantinos, os sarracenos, os príncipes lombardos e as cidades semi-autônomas, eles souberam manobrar astuciosamente, vendendo seus serviços a uns e outros antes de trabalhar por conta própria.[123]

Os primeiros cavaleiros normandos a combaterem na Itália Meridional como mercenários foram recrutados por um lombardo de Bári que se havia revoltado contra os gregos. Pouco depois os príncipes lombardos de Cápua, Salerno e Benevento recorrem também aos normandos e os bizantinos, por sua vez, não tardam em fazer o mesmo.

Podemos avaliar o prestígio dos aventureiros pelo fato de um deles haver desposado a filha de um duque de Nápoles e, na mesma ocasião, ter sido investido no feudo de Aversa com o título de conde.[124] Ambicioso e oportunista, Ranulfo ampliou seus domínios criando a primeira base territorial normanda na região.

Outros normandos, entre os quais figuram os filhos de um pequeno senhor da região de Coutances, Tancredo de Hauteville, vêm à Itália Meridional em busca de aventuras e de fortuna. Guilherme, Braço de Ferro e Drogo, dois dos doze filhos de Tancredo, lutam ao lado dos bizantinos contra os sarracenos da Sicília (1038) e, a seguir, aproveitam os distúrbios reinantes na Itália bizantina para criar domínios próprios. Guilherme torna-se conde de Melfi (1043) e Drogo, que lhe sucede, recebe do imperador Henrique III as Apúlias como feudo.

Dois normandos famosos, Roberto Guiscard (Guiscard = astuto) e Rogério, ambos filhos de um segundo matrimônio de Tancredo de Hauteville, vão agora aparecer em cena em lugar dos irmãos mais velhos.

Roberto Guiscard bate e aprisiona o papa Leão IX que, preocupado com os distúrbios promovidos pelos bandos de aventureiros no sul da Itália, resolvera intervir com a força armada contando com a aliança dos bizantinos igualmente interessados na repressão da expansão normanda. Leão IX foi derrotado em Cività (junto às ruínas da antiga Teanum Apulum) em junho de 1053 e permaneceu longo tempo em poder dos vencedores que o trataram com toda a deferência. Em 1059 o papa Nicolau II reconhecia a Roberto Guiscard como «duque das Apúlias e da Calábria pela graça de Deus e da Santa Sé» e como «protegido da Santa Sé».

Senhores da Itália Meridional e aliados do papado, os normandos podiam agora lançar os olhos sobre a Sicília e iniciar sua conquista.

Antes, porém, de estudarmos brevemente essa conquista efetuada por Rogério, irmão de Roberto e filho mais novo de Tancredo de Hauteville, vamos dedicar algumas linhas à notável figura de Roberto Guiscard. Preocupado em estender seus domínios pelo continente, Guiscard conquista o ducado de Amalfi (1073) e o principado de Salerno (1076). Podemos avaliar quão grande era então seu prestígio pelo fato de tanto o imperador Henrique IV como o basileu bizantino mostrarem desejos de estabelecer laços de parentesco com o príncipe normando que, afinal, deu a mão de sua filha Helena ao herdeiro do trono do Oriente. A deposição de Miguel VII e a usurpação de Nicéforo Botaniates deu a Roberto a oportunidade para tentar a conquista do Império do Oriente. Uma primeira expedição (1081) cruza a Albânia e o Epiro e atinge Uskub.

De volta à Itália Roberto domina uma revolta e combate o imperador Henrique IV expulsando os alemães de Roma e libertando o papa sitiado no Castelo de S. Ângelo (1084). Torna então à luta contra os gregos destruindo a frota adversária em Corfu e morrendo em julho de 1085.

Boemundo, filho do primeiro matrimônio de Roberto, já famoso pelas expedições contra os gregos, será um dos grandes heróis da primeira Cruzada e tornar-se-á príncipe de Antioquia.

Vejamos, agora, as etapas da longa (1060-1091) e difícil conquista da Sicília pelo ambicioso e empreendedor Rogério.

Convém sublinhar inicialmente que a ilha havia atingido sob o domínio árabe uma notável prosperidade econômico-social. A restauração da pequena propriedade, a intensificação das atividades agrícolas (graças a técnicas de irrigação, à diversificação de culturas e à incorporação de novas plantas), o ressurgimento de velhas indústrias, o incremento das relações comerciais (a Sicília torna-se a meta de todos os navegantes do Mediterrâneo), fizeram da Sicília uma terra privile-

giada que todas as fontes árabes contemporâneas atestam e elogiam. «A população é bem nutrida; as cidades são elegantes; as casas, os palácios, fabricados com gosto, dotados de toda a comodidade; a cultura está difundida; o viver é fácil e delicioso...» [125]

Mas toda essa prosperidade não impediu que o germe da rivalidade minasse o domínio árabe.

A Sicília fragmentara-se politicamente em pequenos emirados rivais que se odiavam e se combatiam criando na ilha um ambiente de guerrilhas endêmicas. Entre os principais emirados figuravam os de Siracusa, Castrogiovanni (Enna), Mazzara, Catânia e Palermo. As discórdias internas existentes em cada uma dessas unidades, as rivalidades raciais surgidas entre os próprios elementos conquistadores (árabes, berberes, egípcios, etc.), a falta de dinheiro para manter em dia o soldo das milícias, a velha rivalidade existente entre as antigas cidades sicilianas completam o quadro de dissolução política que vai favorecer o empreendimento normando. O já citado apelo do emir Ibn ath-Tumnak forneceu a oportunidade para o início da conquista. Esta, contudo, processou-se lentamente. Em 1061 Messina é conquistada. Até 1064 os normandos comandados por Rogério permanecem encerrados no ângulo norte-oriental da ilha.

No fim de 1066 Rogério consegue estender a ocupação até Gheflud (Cephaludum, Cefalu) a leste do golfo de Términi. A conquista normanda é ameaçada por novos reforços adversários provenientes da África. Quando porém Roberto Guiscard consegue arrebatar ao Império as cidades de Brindes e de Bári disputadas havia longo tempo, encontra-se em situação de auxiliar mais eficazmente seu irmão. Catânia se rende em 1071. Em janeiro de 1072 Palermo capitula. Roberto retém para si todo o litoral setentrional, de Messina a Palermo. A tomada de Amalfi (1073) e de Salerno (1077) fornecem aos normandos novos recursos que são empregados na luta contra os árabes. Em 1077 tomba a poderosa fortaleza muçulmana de Taormina. No ano seguinte o mesmo acontece com Trapani. Resta conquistar o interior e o sudeste. A luta esmorece enquanto Roberto se envolve com as expedições contra o Império Bizantino e com as lutas na península. Mas em 1086 (depois da morte de Roberto) caem sucessivamente em poder dos normandos: Siracusa, Girgenti (Agrigento), Caltanissetta, Licata e Castrogiovanni. Finalmente em 1091 os normandos conquistavam o último reduto sarraceno: a cidadela de Noto, situada entre Siracusa e Capo Pássaro. Para completar a obra de conquista Rogério ocupou também a ilha de Malta.

Havendo sobrevivido a seu irmão Roberto Guiscard, dezesseis anos, Rogério teve tempo suficiente não só para afastar de suas possessões na Sicília os fracos sucessores do irmão mas também para aumentar, à custa desses sucessores, o domínio na península. Assim é que Rogério Borsa (filho da segunda mulher de Guiscard) teve que abandonar ao «Grande Conde da Sicília» quase todos os direitos que lhe restavam na ilha e, uma após outra, quase todas suas cidades da Calábria. [126]

Rogério II (1105-1154). — Quando Rogério faleceu em 1101, seus dois filhos, Simão e Rogério eram ainda menores. O primeiro, mais velho, morreu em 1105 deixando o trono para o irmão mais moço que só foi declarado maior em 1112. Durante onze anos a Sicília foi governada pela condessa Adelaide, viúva de Rogério I. Entre os acontecimentos dessa regência deve ser lembrado o abandono da capital calabresa de Rogério I, Melito, em favor de Palermo, na Sicília.

Vejamos, agora, os principais eventos do longo reinado de Rogério II. Notemos, desde logo, alguns traços característicos da personalidade de Rogério II. Seu físico impressionava pela beleza e força. Era dotado de inteligência e espírito de independência. Tivera o privilégio de ser educado para governar, fato esse que lhe imprimira um forte sentido de majestade e orgulho.

Vivendo num mundo em que se fazia sentir com intensidade a influência oriental, Rogério II chegou a ser considerado, talvez com exagero, em virtude de seu estilo de vida, um «sultão batizado».

Em sua sucessão cronológica, eis alguns acontecimentos dignos de nota.

1118-1125 — Por duas vezes Rogério tenta instalar-se na Tunísia aproveitando-se das dissensões existentes entre os emires locais.

1127 — Com a morte de Guilherme da Apúlia, último sucessor de Roberto de Guiscard, Rogério II invade o ducado e se faz coroar duque da Apúlia em Salerno, apesar da tentativa de oposição do papa Honório II.

Em 1130 Rogério obtém do antipapa Anacleto II a coroa real. A cerimônia de coroação desenrolou-se com muito luxo em Palermo. As ambições do novo rei, entretanto, encontravam sérios adversários no papa Inocêncio II, no Império Alemão, no Império Bizantino e nas Repúblicas marítimas da península.

Já mencionamos no capítulo referente à Alemanha a expedição de Lotário II ao sul da Itália.

Em 22 de julho de 1139 nas proximidades de Galluccio o papa Inocêncio II foi derrotado e aprisionado por Rogério, vendo-se, então, obrigado a conferir ao príncipe normando a investidura da Sicília, da Apúlia e de Cápua, reconhecendo-lhe o título de «rei da Sicília, do ducado da Apúlia e do principado de Cápua» *(rex Siciliae, ducatus Apuliae et principatus Capuae)*.

Anos mais tarde (1149-1150) seria fixada a fronteira com o território pontifício «tal como deveria permanecer até o século XIX e a complementação da unidade italiana...» [127]

Rogério teve que enfrentar também a aliança do basileu bizantino com o imperador germânico e com Veneza.

As tropas normandas combatem (1147-1148) em Corfu, Corinto e Tebas e chegam até os muros de Bizâncio (1149). Percebe-se nessas incursões o sonho de conquista do Império do Oriente que alimentará

as ambições de outros soberanos da Sicília como Frederico II e Carlos d'Anjou.

A expansão do poderio normando se fez também no continente africano. Entre 1146 e 1149 Rogério II conseguiu apoderar-se de todas as cidades litorâneas de Trípoli a Túnis. No interior os normandos estenderam seu domínio do deserto de Barka até Kairuan. Algumas semanas antes da morte de Rogério II, suas tropas tomavam Bône (1154).

Rogério II, durante seu longo reinado, fizera da Sicília um estado próspero e independente e centro de um império que se estendia da Campânia até a Tripolitânia e «desempenhava um papel de primeiro plano na política do mundo ocidental».[128]

Guilherme I (1154-1166). — Educado como um príncipe Oriental, Guilherme I, terceiro filho e sucessor de Rogério II, «possuía o orgulho e a beleza de seu pai, mas não tinha nem sua capacidade de trabalho nem sua força de caráter».[129] Guilherme mantinha um harém e preferia levar vida indolente e voluptuosa a exercer efetivamente o poder. Assim é que o governo ficou entregue a hábeis ministros entre os quais figurava Maion de Bári, favorito do rei mas impopular, que usava o pomposo título de *emir dos emires*.

Desde o início de seu reinado Guilherme I se vê obrigado a enfrentar a revolta dos senhores feudais do sul da Itália que contam com o apoio do basileu Manoel Comneno e do papa Adriano IV.

A insurreição se generaliza e atinge a própria Sicília. Em 1156 Guilherme, orientado por Maion, consegue restabelecer sua autoridade na Sicília, retoma aos bizantinos as cidades que eles haviam ocupado e obriga o papa Adriano IV a firmar o tratado de Benevento (junho de 1156) que reconhecia Guilherme I como rei da Sicília e duque da Apúlia e confirmava os privilégios que o papa Urbano II havia concedido (1098) a Rogério I em matéria eclesiástica.

Para enfrentar a ameaça de Frederico Barba-Roxa, Maion «se resigna à perda das colônias africanas cuja defesa ou reconquista teriam exigido o envio de tropas úteis na Itália».[130] O desentendimento entre Adriano IV e o imperador veio reforçar a posição normanda.

O assassinato de Maion (novembro de 1160) desencadeou uma série de rebeliões que assinalam o restante do reinado de Guilherme I até a morte deste em maio de 1166.

Guilherme II (1166-1189). — Coube à rainha-mãe Margarida, princesa navarra de origem normanda, governar durante a minoridade de Guilherme II. A regência caracteriza-se por lutas internas entre facções que disputam a influência no governo, a aristocracia, de um lado, e os altos funcionários de outro.

Em 1171 começa o governo pessoal de Guilherme II que possui hábitos orientais e vive em seu palácio uma vida cercada de mistérios. Na política interna devem ser anotados os seguintes acontecimentos:

1) Paz interna.

2) Influência dos altos funcionários, os ministros, conservados em seus postos durante todo o reinado.

3) Construção de magníficos monumentos como, v.g., a nova catedral de Palermo. Segundo Huré «parece que jamais a Sicília e os sicilianos tenham sido mais felizes que sob o reinado de Guilherme, o Bom».[131]

Na política externa, o rei obteve êxito no Ocidente mantendo a aliança do papa Alexandre III e da Liga Lombarda e conseguindo, assim, afastar Barba-Roxa do sul da Itália.

A paz de Veneza (1177) assegurava um longo período de trégua entre o Império e o Reino da Sicília, o que possibilitava a Guilherme II retomar os velhos planos ambiciosos dos normandos com relação ao Oriente.

O rei da Sicília já tentara, em vão, apoderar-se da foz do Nilo (1174, 1175 e 1177). Os distúrbios que se desencadearam em Constantinopla após a morte de Manuel Comneno († 1180) forneceram a ocasião esperada para um ataque ao Império do Oriente sob o pretexto de prestar auxílio a um aventureiro, Alexis, que pretendia passar por filho do basileu defunto.[132]

Guilherme II lançou contra o Império Bizantino um imenso exército. Durazzo foi ocupada facilmente em junho de 1185. Em 24 de agosto Tessalonica foi tomada de assalto por terra e por mar, apesar do exército de socorro enviado por Andronico. Em Constantinopla estabeleceu-se o pânico e o basileu foi deposto. Mas os excessos praticados pelos normandos foram-lhes prejudiciais. Quebrantada a disciplina em suas fileiras tiveram que retirar-se desordenadamente. Alguns anos mais tarde Guilherme II assinou a paz com o basileu.

Quando o rei normando morreu em novembro de 1189 a Sicília passou a integrar o patrimônio da casa da Suábia em virtude do casamento de Constança, tia de Guilherme II, com o herdeiro de Frederico Barba-Roxa, o futuro imperador Henrique VI. A cerimônia realizara-se em Milão (janeiro de 1186) e representara para o rei normando uma garantia de que não seria atacado no Ocidente enquanto realizava suas expedições no Oriente. Uma cláusula estipulava que Constança seria herdeira do reino da Sicília caso Guilherme II falecesse sem deixar herdeiros.

As conseqüências desse enlace matrimonial seriam funestas para o domínio normando, pois:

1) Sacrificava a aliança pontifícia que havia sido benéfica ao reino e à dinastia.

2) Consagrava na Itália Meridional as pretensões alemãs.

Remetemos o leitor para o que já escrevemos no capítulo sobre a Alemanha a respeito da conquista da Sicília por Henrique VI, da regência de Constança e do reinado de Frederico II.

No item referente a Nápoles, neste capítulo sobre a Itália, já explicamos a maneira como Carlos d'Anjou estabeleceu a monarquia capetíngia no sul da península. Vamos, agora, estudar brevemente os acontecimentos da História da Sicília sob Carlos d'Anjou.

Embora mantendo o regime administrativo e financeiro de Frederico II, Carlos desgostou profundamente os sicilianos com a transferência da sede do governo para a cidade de Nápoles. A situação econômica da ilha, apesar dos esforços de Carlos para desenvolver o comércio com o Oriente e a África, sofreu sério abalo pelas seguintes causas: a) monopólios; b) abusos fiscais; c) invasão de financistas e negociantes estrangeiros; note-se que os banqueiros florentinos que haviam financiado a ação de Carlos d'Anjou foram recompensados com privilégios. Todos esses acontecimentos da política interna contribuíam poderosamente para acentuar cada vez mais a rivalidade entre sicilianos e estrangeiros e criar, assim, um ambiente para a revolta de 1282.

Giovanni da Prócida, antigo médico e confidente de Frederico II e de seu filho Manfredo e senhor da bela ilha de Prócida, era feroz inimigo de Carlos d'Anjou. Lutara a favor de Conradino e, depois de ser despojado de todos os seus bens, dirigiu-se a Constança, filha de Manfredo e casada com Pedro de Aragão, incitando ambos a reivindicar a herança do Reino da Sicília. Estabeleceu-se um contacto com todos os possíveis adversários de Carlos d'Anjou: o imperador da Alemanha, os guibelinos da Itália e o basileu de Constantinopla. Mas uma insurreição popular antecipou-se à intervenção estrangeira na Sicília.

Em março de 1282 uma rixa entre soldados franceses e a multidão nos arredores de Palermo marcou o início da revolta conhecida na História como as «Vésperas Sicilianas». De Palermo a rebelião se propagou às demais cidades e a toda ilha. Só escaparam ao massacre os franceses que se refugiaram no continente.

Pedro de Aragão, que se encontrava no litoral tunisiano, alertado por Prócida sobre a situação da ilha, desembarcou em Trapani e fez-se proclamar rei em Palermo (setembro de 1282), rechaçando todas as tentativas de reconquista por parte dos Angevinos.

Com a morte de Pedro de Aragão em 1285 (no mesmo ano em que morria Carlos d'Anjou) a coroa da Sicília passou para o segundo filho do rei defunto, Jaime (Jacques). Este tornou-se também rei de Aragão quando seu irmão mais velho faleceu (1291) e deixou a administração do reino siciliano a seu irmão Frederico (Fadrique). Aproveitando-se do sentimento nacional da população contrária à união das duas coroas, Frederico se fez proclamar rei. Os historiadores chamam-no Frederico II (1296-1337) da Sicília, levando em conta que o imperador Frederico II era, na realidade, o primeiro rei da Sicília com esse nome.

O novo rei teve que enfrentar tanto a reação napolitana como a aragonesa (1298-1302). Finalmente, com a paz de Caltabellotta (1302), Frederico II foi reconhecido rei da Sicília.

Os reinados dos sucessores de Frederico II (Pedro II, 1337-1341; Luís, 1341-1355; Frederico III, o Simples, 1355-1377) caracterizam-se: a) pela fraca autoridade dos soberanos; b) pelos ataques dos napolitanos; c) por lutas internas entre a nobreza indígena e a nobreza de origem espanhola. Essas lutas são agravadas pela rivalidade entre as grandes famílias como os Palizzi, os Ventimiglia, os Chiaramonti, etc. O poder fugia completamente das mãos dos reis.[133]

Quando Frederico, o Simples, morreu em 1377, os senhores feudais tornaram-se praticamente independentes.

A herdeira do trono, Maria, abandonou a ilha e desposou Martinho, o Jovem, neto do rei Pedro IV de Aragão.

Martinho reconquistou a ilha após prolongada luta. Quando ele faleceu em 1409 sem deixar descendentes, o trono da Sicília coube a seu pai, Martinho, o Velho, rei de Aragão.

Os nobres sicilianos não desejavam a união das duas coroas, mas as dissensões existentes entre eles impediram que aproveitassem a oportunidade surgida com o *interregno* que sucedeu à morte de Martinho, o Velho (1410). Assim é que o novo rei de Aragão, Fernando de Castela, pôde enviar à ilha um vice-rei na pessoa do infante João Peñafiel.

Sob o reinado de Afonso V (1416-1458) a ilha serviu de importante base para as operações militares do ambicioso soberano.[134]

[1] Tosto, *História da Literatura...*, p. 18.

[2] O leitor encontrará uma relação minuciosa do conteúdo da *Rerum Italicarum Scriptores* em Soranzo, *Avviamento agli Studi Storici*, p. 260ss. Consultar o mesmo autor, ibidem, p. 75ss, sobre as fontes da História da Itália.

Sobre as fontes da História Medieval Italiana consultar também Halphen, *Initiation*, p. 93ss.

[3] Léonard, *L'Italie*, p. 434.

[4] Renouard, *Les Villes*, I, p. 27.

[5] Idem, ibidem, p. 28.

[6] Apud Léonard, *L'Italie*, p. 438.

[7] Renouard, *Les Villes*, I, p. 34ss.

[8] Idem, ibidem, p. 38ss.

[9] Idem, ibidem, p. 40.

[10] Na exposição da História das Cidades da Itália seguiremos a divisão estabelecida na excelente obra de Renouard, *Les Villes d'Italie*...

[11] Nossas fontes principais, aqui, são: Renouard, *Les Villes*, I, p. 41ss e Barbagallo, *Medioevo*, parte 2.

[12] Renouard, *Les Villes*, I, p. 45.

[13] Idem, ibidem, p. 47.

[14] Idem, ibidem.

[15] Ver, a propósito, o capítulo sobre a Alemanha.

[16] Renouard, *Les Villes*, I, p. 57.

[17] Barbagallo, *Medioevo*, parte 2, p. 905.

[18] Guichonnet, *Histoire*, p. 32.

[19] Barbagallo, *Medioevo*, parte 2, p. 914.

[20] Idem, ibidem.

[21] Idem, ibidem.

[22] Léonard, *Les Angevins de Naples*, apud Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 534s.

[23] Sobre a estadia de Joana em Avinhão ver relato diverso em Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 548.

[34] Romag, *História*, II, p. 261.

[25] Renouard, *Les Villes*, I, p. 63.

[26] Idem, ibidem, p. 68.

[27] Idem, ibidem, p. 65.

[28] Idem, ibidem, p. 65s.

[29] Idem, ibidem, p. 68.

[30] Idem, ibidem, p. 69.

[31] Idem, ibidem.

[32] Idem, ibidem.

[33] Thiriet, *Histoire*, p. 11.

Datas divergentes em Renouard, *Les Villes*, I, p. 85.

[34] Idem, ibidem.

[35] Idem, ibidem, p. 13.
[36] Idem, ibidem, p. 13s.
[37] Renouard, *Les Villes*, I, p. 86s.
[38] Idem, ibidem, p. 88.
[39] Idem, ibidem, p. 90.
[40] Idem, ibidem, p. 92.
[41] Thiriet, *Histoire*, p. 18.
[42] Renouard, *Les Villes*, I, p. 95.
[43] Thiriet, *Histoire*, p. 20.
[44] Renouard, *Les Villes*, I, p. 96.
[45] Thiriet, *Histoire*, p. 28.
[46] Idem, ibidem.
[47] Bréhier, *Vie et Mort de Byzance*, p. 336s.
[48] Renouard, *Les Villes*, I, p. 116. Ver, contudo, Thieret: "... il fallait trois ans de négociations ardues avec son successeur Alexis III pour obtenir, en novembre 1198, un crysobulle qui, s'il précisait soigneusement les points de l'Empire accessibles aux Vénitiens, ne leur apportait rien de nouveau".
[49] Thiriet, *Histoire*, p. 45.
[50] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 702.
[51] Thiriet, *Histoire*, p. 44.
[52] Renouard, *Les Villes*, I, p. 122.
[53] Thiriet, *Histoire*, p. 46s.
[54] Idem, ibidem, p. 59.
[55] Idem, ibidem, p. 60.
[56] Renouard, *Les Villes*, I, p. 29. Notar: "L'Italie du XIIe siècle", disons-nous aujourd'hui. Les gens du temps disaient "Regnum et Italia", le Royaume et l'Italie. Le royaume étant celui de Sicile, fondé par les Normands, et qui comprenait, outre l'île, tout le sud de la péninsule, l'Italie n'était pour eux que le nord et le centre de la botte, du Piémont, de la Lombardie et de la Vénétie aux Etats de l'Eglise inclus (Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 449).
O leitor encontrará os limites precisos do *Regnum Italicum* no mapa da Itália do século X em Barbagallo, *Medioevo*, I, p. 374.
[57] Renouard, *Les Villes*, I, p. 148.
[58] Em Barbagallo, *Medioevo*, I, p. 375ss há uma resumida porém segura descrição das divisões políticas da península itálica pelo ano 1000.
[59] Renouard, *Les Villes*, I, p. 167.
[60] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 497.
[61] Barbagallo, *ibidem*, e Renouard, *Les Villes*, I, p. 168.
[62] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 497.
[63] Renouard, *Les Villes*, I, p. 178.
[64] Idem, ibidem, p. 179.
[65] Idem, ibidem, p. 200.
[66] Idem, ibidem, p. 203.
[67] Idem, ibidem, p. 222s.
[68] Idem, ibidem, p. 226.
[69] Idem, ibidem, p. 227.
[70] Idem, ibidem, p. 231.
[71] Idem, ibidem, p. 239.
[72] Durant, *História*, V parte, t. I, p. 223s.
[73] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 18s.
[74] Idem, *Les Villes*, II, p. 283.
[75] Idem, ibidem, p. 290.
[76] Idem, ibidem.
[77] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 26.
[78] Idem, *Les Villes*, p. 308.
[79] Idem, ibidem, p. 321.
[80] Idem, ibidem, p. 323.
[81] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 970.
[82] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 51.
[83] Idem, ibidem, p. 53.
[84] Idem, ibidem, p. 75.
[85] Llorca, *História*, III, p. 1086.
[86] Renouard, *Les Villes*, II, p. 508.
[87] Renouard, *Histoire*, p. 77.
[88] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 77.
[89] Durant, *História*, V, T. I, p. 93.
[90] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 82.
[91] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 1096. Ver a genealogia sucinta da família *De Medicis* em Renouard, *Histoire de Florence*, p. 90. Breves dados históricos sobre a família em Durant, *História*, parte V, Tomo I, p. 93.
[92] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 1096.
[93] Idem, ibidem.
[94] Idem, ibidem.
[95] Voltaire apud Renouard, *Histoire de Florence*, p. 88.
[96] Durant, *História*, V parte, T. I, p. 97.
[97] Renouard, *Histoire de Florence*, p. 91.
[98] Idem, ibidem, p. 90s.
[99] Todos esses dados foram colhidos em Renouard, *Les Villes*, II, p. 373ss.
[100] Renouard, *Les Villes*, II, p. 381.
[101] Cronista Arnolfo apud Renouard, *Les Villes*, p. 387.
[102] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 484. "La Motta doveva significare *la rivolta*. La radice della parola andrebbe ricollegata col francese *mutin* (ribelle) e con *ammutinamento*.
[103] Idem, ibidem.
[104] Idem, ibidem.
[105] Renouard, *Les Villes*, II, p. 389.
[106] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 485.
[107] "Pataria" era il nome del quartiere milanese in cui si commerciava indrappi di lana..." (Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 589.
[108] Llorca, *História*, II, p. 177s.
[109] Renouard, *Les Villes*, p. 401.
[110] Oberto dall'Orto, ilustre legista milanês escreve: "Legum Romanorum non est vilis auctoritas, sed non adeo vim suam extendunt ut usum vincant aut mores..."

[111] O leitor encontrará o texto (em francês), do Pacto de Milão de 1158 reproduzido em Devailly, *L'Occident*, p. 151.
[112] Otton Morena, *Crônica*, anno 1162, apud Calmette, *Textes*, p. 126.
[113] Renouard, *Les Villes*, II, p. 408.
[114] López, *O nascimento da Europa*, p. 230.
[115] Barbagallo, *Medioevo*, p. 805.
[116] Barbagallo, *Medioevo*, p. 807. O leitor encontrará aqui uma excelente análise da paz de Constança.
[117] Renouard, *Les Villes*, II, p. 434.
[118] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 1032.
[119] Durant, *História*, V parte, T. I, p. 227. Note-se que a capital de Giangaleazzo era Pavia. Bernabó governava Milão.
[120] Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 571.
[121] Idem, ibidem, p. 572 e Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 1083.
[122] Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 464ss.
[123] Huré, *Histoire*, p. 69.
[124] Segundo Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 467, baseado em Chalandon, "o melhor historiador do domínio normando na Itália".
Versão diferente em Devailly, *L'Occident*, p. 182 e em Previté-Orton, *Edad*, II, p. 682.
[125] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 529.
[126] Huré, *Histoire*, p. 71.
[127] Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 472.
[128] Huré, *Histoire*, p. 79.
[129] Idem, ibidem.
[130] Léonard, *L'Italie Médiévale*, p. 474.
[131] Huré, *Histoire*, p. 82.
[132] Ver nossa *História do Império Bizantino*, p. 86. Guilherme II foi incitado à guerra por Alexis, sobrinho de Manuel, que não deve ser confundido com o aventureiro grego acolhido pelo rei normando e que se fazia passar por Alexis II. — (Ver a propósito, Louis Bréhier, *Vie et Mort de Byzance*, p. 348).
[133] Huré, *Histoire*, p. 98.
[134] Idem, ibidem, p. 99s.

CAPÍTULO V

A Península Ibérica

Introdução

O OBJETO deste capítulo é o estudo dos acontecimentos políticos que se desenrolam na Península Ibérica a partir do século VIII, e vão culminar, no século XV, com o reinado dos Reis Católicos na Espanha (unidade nacional, tomada de Granada, descobrimento da América) e com o início da expansão marítima de Portugal sob a dinastia de Avis.

Espanha e Portugal desempenham papel tão relevante e decisivo nos novos rumos abertos para a humanidade a partir da grande época das expansões marítimas, que o estudo da gênese histórica dessas duas nações constitui capítulo absolutamente indispensável para a compreensão da fase que se convencionou chamar Tempos Modernos, em todos os seus principais aspectos.

O traço dominante na história política da Península Ibérica através dos oito longos séculos que pretendemos focalizar sucintamente é a luta contra o invasor muçulmano, a reconquista. Essa multissecular cruzada reveste um caráter épico que marcou fundo a formação das nacionalidades lusitana e espanhola. Entretanto seria um erro imperdoável encarar a história medieval ibérica somente em termos de batalhas entre cristãos e muçulmanos. A demorada permanência destes em solo peninsular produziu um notável tipo de civilização fértil em contribuições culturais. Por sua vez os novos reinos surgidos durante a Reconquista merece nossa atenção sob muitos outros aspectos além do ponto de vista meramente guerreiro e antimuçulmano. Na realidade os contrastes e antagonismos que separam cristãos e maometanos não representam sempre compartimentos estanques que encerram duas civilizações herméticas e refratárias a toda influência mútua. E' verdade que entre ambas se encontra em determinada época a fronteira natural constituída pela *tierra de nadie*, a *tierra despoblada* reforçada por uma fronteira mais acentuada, a *fronteira espiritual*.

Mas, observa Dufourcq[1], «uma fronteira espiritual não é mais impermeável que uma fronteira natural. O antagonismo entre esses dois mundos diferentes era limitado. Fenômenos de interpenetração se produziram rapidamente: laços de sangue, influências materiais e espirituais, intelectuais e artísticas se multiplicaram».

O leitor compreenderá, assim, quão parcial e incompleta seria uma história meramente política da Península Ibérica Cristã Medieval. Ainda mais: a história da península apresenta uma dupla face, pois a reconquista não pode ser devidamente compreendida sem o estudo da expansão e da civilização muçulmana. Para sanar essa lacuna o leitor deverá recorrer a outro volume da *História do Mundo Feudal* (onde encontrará resumidos os principais aspectos da civilização cristã medieval na Península Ibérica) e ao volume que reservamos especialmente para a exposição da expansão e da civilização dos árabes.

Antes de entrar no estudo dos acontecimentos propriamente ditos, reservaremos algumas linhas para breves observações em torno das influências geográficas e das fontes históricas.

Levando-se em consideração a configuração geográfica da península ibérica podemos recordar, somente a título de exemplo, as seguintes influências nos acontecimentos da época ora focalizada:

1) O istmo montanhoso dos Pireneus, de difícil transposição, produziu na Península Ibérica um isolamento do resto da Europa. Esse isolamento, contudo, não deve ser exagerado. Basta lembrar, por exemplo, o importantíssimo papel de difusão cultural desempenhado pelas peregrinações a Santiago de Compostela. Pelo caminho de Santiago «entraram na Espanha as idéias, as artes e a ciência da Europa, e a Espanha, por sua vez, se deu a conhecer mais além de suas fronteiras. Em toda a literatura da Idade Média, desde o poema de Roldão até os contos de Boccacio, ressoam o nome e o tema de Santiago de Compostela».[2]

Convém sublinhar que a Espanha medieval não era só procurada por peregrinos. Muitos cavaleiros estrangeiros dirigiram-se à península atraídos pelo gosto de aventura proporcionado pelas lutas da Reconquista.

2) As montanhas do norte da Península constituíram o refúgio para os inconformados com o domínio muçulmano e os núcleos de onde partiria a Reconquista.

3) Três fatores de ordem geográfica vão reger a ocupação muçulmana e a reconquista cristã da Península Ibérica: o clima, o relevo e o sistema fluvial.

«A explicação geográfica é de ordem climática: os mouros se limitaram a ocupar a Ibéria Seca, isto é, a parte estépica que lhes lembrava suas terras de origem. Assim pôde se organizar a resistência visigoda na Ibéria Úmida, não apenas nas Astúrias e na região cantábrica, mas também nos vales pirinaicos, nos Campos Góticos de Leão, na Velha Castela, na Navarra e no Alto-Ebro».[3]

4) Um olhar para os pontos de partida da Reconquista revela-nos dois núcleos: o *asturiano* (reinos das Astúrias, de Leão e de Castela) e o *pirenaico* (reinos de Navarra e Aragão e Condado de Barcelona).

A reconquista se procedeu em todos esses estados no sentido de dilatar suas fronteiras para o sul. *Leão e Castela* tiveram diante de si as planícies do Douro. «Os dois estados não tardaram a unir-se e, após uma longa parada sobre a linha da Serra de Guadarrama, avançaram pelas planícies de Toledo e da Nova Castela».[4]

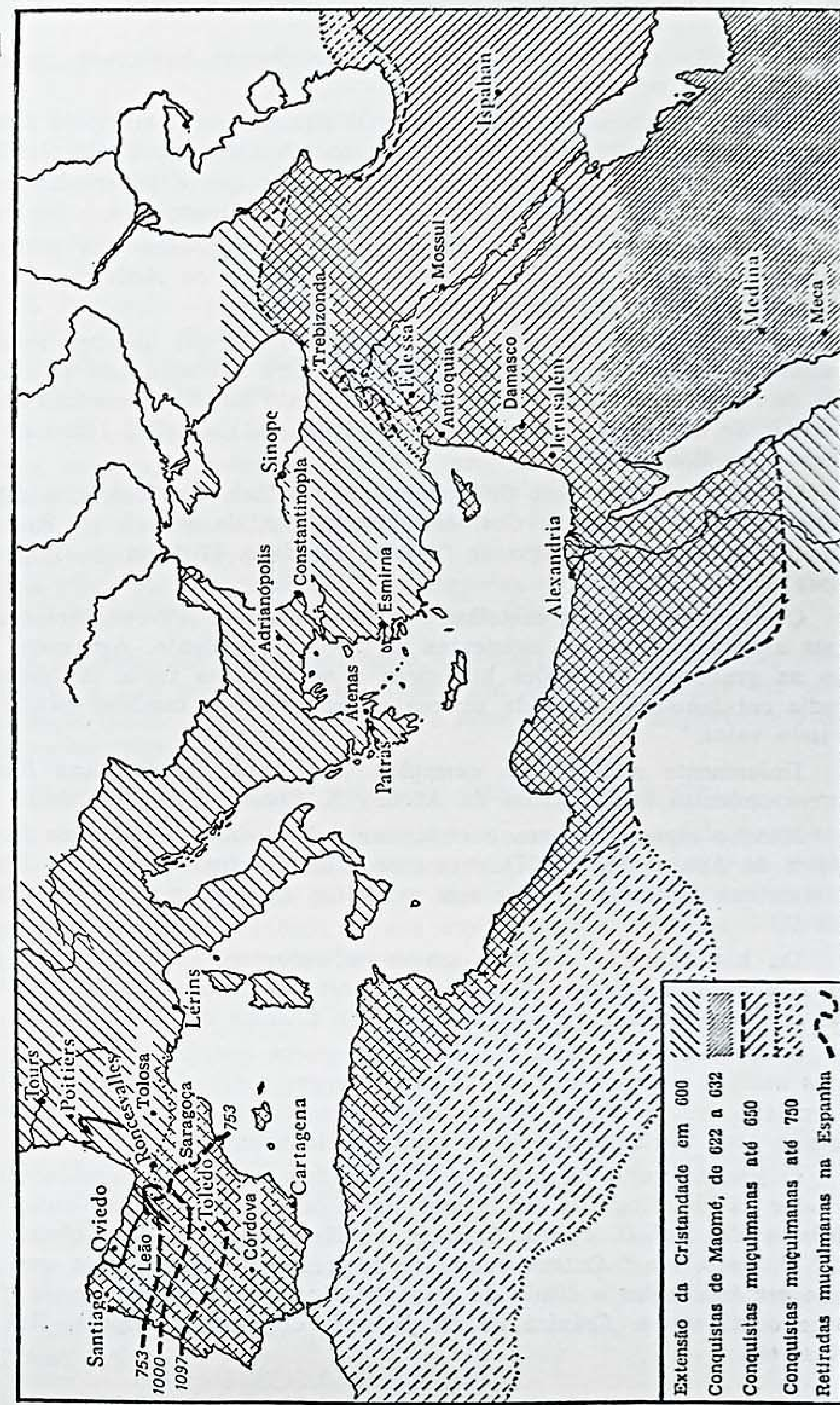
«Conquistada pelos cristãos a linha do Douro, ficou o sistema montanhoso central uma fronteira natural, durante muito tempo. Não constituía barreira intransponível, pois eram de fácil acesso os seus passos: Somosierra, Guadarrama, Navacerrada e Baños, principalmente. Quando estes passos foram ocupados, tornou-se possível a conquista do vale do Tejo, marcada pela Tomada de Toledo, por Afonso VI em 1085; este ponto estratégico fixava os cruzados espanhóis na região acidentada entre o Tejo e o Guadiana. Os leoneses haviam nela penetrado com os portugueses pelo flanco ocidental (passo de Baños) descendo pelo curso do Alagón, afluente do Tejo.

O avanço se deteve novamente diante da Serra Morena. Quando os cristãos resolveram passar o *Passo de Despeñaperros* que marca a saída da Meseta para as planícies de Guadalquivir, o encontro decisivo com os mouros se deu em *Las Navas de Tolosa* (1212) a pouca distância do passo. Era a ocupação da Andaluzia, com a queda de Córdova e de Sevilha, de Cádiz e de Huelva».[5]

Os estados cristãos dos Pireneus avançam para o sul seguindo o curso do Ebro (o único dos grandes rios da península que corre para o Mediterrâneo). Os montes ibéricos, que se encontram no flanco da penetração castelhana, detêm esse avanço. «As possibilidades de conquista que se ofereciam a Navarra eram reduzidas. Como o reino dispunha de boas rotas através dos Pireneus, foi sobretudo em direção ao norte que sua expansão se produziu. Formou-se, na França, um condado de Navarra que devia, a seu tempo, dar a França uma família reinante. Dos três estados foi o Aragão que teve o avanço mais considerável enquanto que o Condado de Barcelona, ocupando o litoral do Mediterrâneo, formava o Estado da Catalunha. Não dispondo de um campo de expansão sobre a própria península, a Catalunha se estendeu sobre o mar, ocupou as Baleares, e por sua união «natural» com o Aragão, fundou um império marítimo que englobava a Sicília e o sul da Itália».[6]

No ocidente da península a expansão portuguesa, dentro de um certo determinismo geográfico, fez de Portugal a notável potência marítima que desbravou os mares nunca dantes navegados.

Dividindo a Península Ibérica medieval em três zonas longitudinais relacionadas com a Reconquista, Pounds conclui:[7] «As duas zonas exteriores, a leste e a oeste, encontraram rapidamente os limites territoriais de sua expansão, o zelo dos cruzados se atenuou e a atividade dos habitantes se orientou para o comércio. Pelo fim da Idade Média, Portugal e Aragão eram estados essencialmente comerciantes. Sobre a Meseta espanhola a luta obstinada contra os árabes prosseguiu até



Conquistas muçulmanas até 750

sua destruição completa em 1492. Os castelhanos haviam-se tornado uma nação de cruzados».

A título de exemplo vamos lembrar *algumas* das principais fontes literárias que nos informam sobre os acontecimentos da Península Ibérica durante a época em tela. Convém salientar que o gênero histórico é o mais desenvolvido nos primeiros séculos da Reconquista.

Do século VIII temos a única obra contemporânea das invasões árabes que chegou até nós: *Anônimo de Córdova* ou *Anônimo Latino* ou, ainda, *Crônica Moçárabe de 754.*

Do século IX temos a *Crônica de Afonso III* que abrange acontecimentos do ano 672 até o ano 866. Essa obra é continuada pela crônica de Sampiro (do século X ou XI) cujo relato inclui os acontecimentos a partir de 866 (início do reinado de Afonso III) até 982 (término do reinado de Ramiro III).

Do século XIII temos Crônica latina dos Reis de Castela, o *Chronicon Mundi* e a *Historia Gothica.* Esta última, de autoria de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, estuda a História da Espanha desde Jafé até 1243!

O estudo da história castelhana do século XIII a XV encontra fontes mais abundantes que as existentes na época precedente. Aparecem então as grandes compilações históricas e as crônicas reais. A historiografia catalano-aragonesa da mesma época revela-se também rica e de grande valor.[8]

Unicamente a título de exemplos, lembremos as *Crónicas Reales* correspondentes aos reinados de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV.

Menção especial merece o chanceler e historiador castelhano Pedro López de Ayala (1332-1407) com suas crônicas dos reinados de Pedro I, Henrique II, João I e dos seis primeiros anos de reinado de Henrique III.

Da historiografia catalano-aragonesa recordemos: *Crônica de Jaime I*, *Crônica de Ramón Muntaner* (importante para o estudo da atuação dos aragoneses e catalães no Oriente), *Crônica de Pedro IV*, etc.

Sobre a historiografia medieval portuguesa convém lembrar que os mais antigos textos históricos lusitanos foram publicados por Alexandre Herculano sob o título *Portugalliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum.*[9]

O grande vulto da historiografia medieval lusitana, considerado o criador da historiografia em forma cronística é Fernão Lopes, autor das *Crônica del Rei D. Pedro, Crônica del Rei D. Fernando, Crônica del Rei D. João, etc.*[10] Outros nomes da historiografia portuguesa que podem ser lembrados a título de exemplo são: Gomes Eanes de Azurara (que continuou a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes), Rui de Pina, etc.

1. Visão geral sobre a Reconquista

Antes de estudarmos em separado a história de cada reino da Península Ibérica durante o período focalizado no presente volume, vamos tentar apresentar ao leitor uma visão de conjunto da Reconquista e apontar algumas de suas conseqüências na formação das nações ibéricas.[11] Eis os marcos importantes da multissecular cruzada ibérica:

1. Formação de núcleos de resistência nas montanhas do norte da península, entre os quais se destaca o das Astúrias. A vitória cristã de Covadonga (722) vale como um símbolo da disposição dos cristãos de lutar contra os invasores.

2. Da metade do século VIII à metade do século IX «divisões internas impõem a defensiva aos reis asturianos. Essa defensiva, entre 785 e 811, favorece, contudo, a Reconquista permitindo, a leste, as tentativas dos francos. Elas foram sobretudo eficazes na atual Catalunha do Norte onde se fundou uma «marca» franca tendo os condes de Barcelona como chefes principais. Nos Pireneus — Roncevales o prova — núcleos de bascos e de navarros lutavam independentemente».[12]

3. O reino das Astúrias retoma a ofensiva a partir de 840, atinge o Douro e fixa sua capital em Leão. Em torno de Burgos um conde dissidente funda Castela (932-970) e o reino pirenaico de Navarra atinge o Ebro superior.

Por volta do ano 1000 Almançor detém a reconquista.

4. A queda do califado de Córdova permite a Castela retomar a ofensiva. Os cristãos passam a Sierra Central e tomam Toledo (1080). «Mas vêm os almorávidas. Só o Cid lhes resiste, criando-se um domínio em torno de Valença (1095). À sua morte, todavia, Valença é perdida. Castela retorna a suas divisões».[13]

5. O século XII assinala grandes vitórias do reino de Aragão. Em 1118 Afonso, o Batalhador, se instala em Saragoça. A união com o condado de Barcelona, que atingira a foz do Ebro, reforça a posição cristã. Em 1170 os aragoneses fundam Teruel.

6. Uma nova invasão muçulmana proveniente da África põe em perigo os reinos cristãos e une castelhanos, navarros e aragoneses. Dessa união resulta a vitória decisiva de Navas de Tolosa (1212).

7. Seguem-se novas vitórias cristãs. Portugal conquista suas províncias meridionais. S. Fernando de Castela conquista Córdova (1236) e Sevilha (1248). No reino de Aragão, Jaime, o Conquistador, se apodera das Baleares (1229-1235), de Valença (1238) e de outras localidades.

8. A partir de 1270 só restam aos muçulmanos na península ibérica Granada e pequenos territórios na região de Huelva.

De 1270 ao fim do século XV a Reconquista sofre uma longa pausa: Portugal expande-se pelo Oceano, Aragão ocupa-se com o Mediterrâneo. Castela, apesar das dissensões internas, não cessa de lutar com os mouros de Granada e da África.

Concluamos essa rápida visão geral lembrando que a Reconquista revestiu um duplo aspecto: o de *luta pela sobrevivência* (a pobreza da região e o crescimento da população motivavam a guerra) e o de *Cruzada contra o infiel*. A longa duração da Reconquista teve conseqüências profundas na elaboração da Civilização Cristã ibérica, pois permitiu a intercomunicação com o mundo muçulmano e a absorção de preciosos legados deixados pelos invasores.

A estrutura político-social das nações ibéricas refletem claramente as conseqüências da Reconquista. O assunto será abordado no segundo volume do Mundo Feudal. Lembremos, por ora, a título de exemplo, o papel importante da pequena nobreza espanhola na multissecular batalha. Essa categoria social forneceu contingentes militares *(infanzones* e *caballeros)* que acompanhavam os reis e os grandes senhores com entusiasmo e coragem.

2. O reino das Astúrias

Já vimos que as Astúrias se destacam entre os núcleos de resistência à penetração muçulmana no século VIII. Aí haviam buscado refúgio diversos nobres visigodos e o restante dos combatentes vencidos pelos árabes.

Entre os nobres encontra-se a figura legendária de Pelágio que teria sido desterrado de Toledo por Witiza e que teria voltado à corte visigótica no reinado de D. Rodrigo. Pelágio foi aclamado rei pelos asturianos e organizou a resistência contra os estrangeiros invasores (718). Na batalha de Covadonga (722) Pelágio infligiu uma derrota aos muçulmanos assinalando assim o marco inicial da Reconquista.[34]

Pelágio estabeleceu sua corte em *Cangas de Onis* (perto do local da batalha de Covadonga), tendo falecido em 737. Favila, filho de Pelágio, sucedeu-lhe no trono das Astúrias, porém faleceu vitimado por um acidente de caça (739).

Afonso I, o Católico (739-757). — O terceiro monarca das Astúrias era genro de Pelágio e duque de Cantábria. Aproveitou as dissensões internas entre os muçulmanos e a carestia do ano de 750 para ampliar os limites de seu pequeno reino. Embora tivesse conseguido penetrar profundamente em território inimigo, não pôde ocupá-lo por falta de forças suficientes.

Durante o reinado dos sucessores imediatos de Afonso I (Fruela I, Aurélio, Silo, Mauregato e Bermudo I) a Reconquista arrefece por três razões:

a) fortalecimento do poderio árabe com a criação do emirato independente pelo enérgico Abderramã ben Moavia;

b) dissensões internas entre os nobres asturianos e os reis;

c) escassa capacidade militar destes últimos.

Note-se que Fruela I (757-768), filho e sucessor de Afonso I, funda Oviedo que se vai tornar a capital da monarquia.

Afonso II, o Casto (791-842). — Filho de Fruela I, Afonso II tem um longo reinado que se caracteriza pelo impulso dado à Reconquista e pela organização interna do reino.

Afonso II não só reprimiu os ataques muçulmanos, mas promoveu incursões ao território inimigo chegando até Lisboa que foi saqueada. O rei asturiano participou esse feito a Carlos Magno enviando ao soberano franco muçulmanos prisioneiros com as respectivas armas e animais de montaria.

Com Afonso II a capital do reino se transfere definitivamente para Oviedo e o rei procura embelezá-la com notáveis construções. Um acontecimento de grandes conseqüências futuras foi o encontro do túmulo que conteria, segundo a tradição, o corpo do apóstolo S. Tiago. No capítulo sobre a Igreja, em outro volume, voltaremos ao assunto.[35]

Ramiro I (842-850). — Não havendo deixado descendentes, Afonso II foi substituído por Ramiro I, filho de Bermudo I e neto de Fruela.

Ramiro I reprimiu energicamente as sublevações promovidas por nobres rebeldes à autoridade real. Um desses, o conde Nepociano, pretendia mesmo usurpar a coroa.

Quanto às lutas contra os muçulmanos, não dispomos de notícias seguras.

Sob o reinado de Ramiro I há grande desenvolvimento da arte asturiana.

Ordonho I (850-866). — Filho de Ramiro, Ordonho I notabilizou-se por haver consolidado a Reconquista, aproveitando-se das dissensões internas que ocorriam entre os muçulmanos. Fortificou diversas cidades situadas além das fronteiras naturais do reino repovoando-as com cristãos procedentes do norte e com moçárabes que acorriam das terras dominadas pelos árabes. Ordonho venceu Musa de Saragoça em Albelda, apoderando-se desta cidade.[36] A batalha contra o chefe muçulmano teria sido a verdadeira «batalha de Clavijo, atribuída a Ramiro I e falsamente relacionada com o voto de Santiago que corresponde à época de Ramiro II».[37]

Sob o reinado de Ordonho os normandos desembarcam na Galícia mas são rechaçados (858).

Afonso III, o Grande (866-910). — Filho e sucessor de Ordonho I, Afonso III, apelidado o *Grande*, teve que enfrentar inicialmente um usurpador do trono Froilan Bermudez, conde de Lugo.

Os empreendimentos bélicos de Afonso III contra os muçulmanos foram muito favorecidos pela crítica situação atravessada então pelo emirato de Córdova.

Com Afonso III o reino das Astúrias se estende desde o Cantábrico até o Mondego, o Douro, a Rioja e as Vascongadas.

O centro de gravidade da Reconquista desloca-se do norte para o sul. Deve-se subinhar a preocupação de Afonso III em reorganizar internamente e repovoar o reino.

Os últimos anos do reinado de Afonso III estão marcados por discórdias familiares. Garcia, filho mais velho do soberano, revoltou-se contra o pai, mas foi preso e punido. Em face porém da ameaça de uma rebelião geral, Afonso III resolveu abdicar em 909, morrendo no ano seguinte após haver chefiado uma expedição vitoriosa contra os muçulmanos.

3. O reino de Leão

Garcia (910-914). — Ao renunciar ao trono Afonso III, dividiu-se o reino entre seus três filhos: Garcia ficou com Leão, Ordonho com a Galícia (que já governava desde 897) e Fruela com as Astúrias.

Garcia só usou o título de rei após a morte do pai. A partir de 913, D. Garcia já se intitula rei de Leão, pois nesta cidade estabelecera a sede habitual de seu governo. Note-se contudo que o estabelecimento definitivo da capital nessa velha cidade romana, edificada para o acantonamento da Legio VII Gemina, só se efetuou no reinado seguinte.

Ordonho II (914-924). — Ordonho II, irmão de D. Garcia, foi um valoroso monarca.[18] Quando as tropas do califa de Córdova, Abderramã III atacam San Esteban de Gormaz, o rei leonês inflige-lhes grave derrota que, entretanto, é contrabalançada com a vitória muçulmana de Valdejunquera (920).

Afonso IV, o Monge (925-931). — Com a morte de Ordonho II, subiu ao trono seu irmão Fruela II, rei das Astúrias. Esse reinado durou apenas de 924-925, pois o monarca faleceu vitimado pela lepra. Segue-se um breve reinado de Afonso Froilaz, filho de Fruela II. Dois filhos de Ordonho II disputam o trono: Afonso e Sancho. O primeiro vence, passa a governar o reino, retirando-se, depois, para um mosteiro e abdicando em favor de seu irmão Ramiro II. Mas Afonso arrepende-se

da renúncia e tenta recuperar o trono, sendo então atrozmente punido pelo irmão.

Ramiro II (931-951). — Ramiro II empregou os quase vinte anos de seu reinado na luta contra os muçulmanos. Tentando socorrer a cidade de Toledo rebelada contra o emir de Córdova, toma a fortaleza de Mdjrit (Magerit, Madrid) em 932.

No ano seguinte Ramiro II derrota os muçulmanos em Osma, na linha do Douro e, mais tarde, vence o próprio califa em Simancas e Alhandega (939) «desastres que tiveram grande repercussão na Europa e no Oriente».[19]

A região de Tormes (Salamanca, Ledesma, Los Baños, etc...) é repovoada com galegos, asturianos e moçárabes.

Ordonho III (951-956). — Com a morte de Ramiro II abre-se um período de lutas entre os pretendentes ao trono, Ordonho III e Sancho, o Gordo, ambos filhos do soberano defunto. Ordonho III foi proclamado rei, mas teve que enfrentar uma coligação em que tomavam parte seu próprio sogro, o conde Fernando González e sua avó, a rainha Toda de Navarra.

Vencida a oposição, Ordonho III fez uma expedição contra os muçulmanos tendo chegado até Lisboa.

Sancho, o Gordo (956-966). — A Ordonho III sucedeu seu irmão Sancho I, chamado o Gordo em virtude de sua obesidade. Seu caráter orgulhoso suscitou a oposição da nobreza leonesa que o depôs do trono (958).

Enquanto Sancho se retirou para Pamplona, cingiu a coroa um novo pretendente, Ordonho IV, o Mau, filho de Afonso IV.

Com o apoio da rainha de Navarra, sua avó, que solicitara a ajuda do próprio califa de Córdova, Sancho conseguiu recuperar o trono, tendo governado com dificuldades internas e externas até 966.

Ramiro III (966-981). — Com cinco anos de idade Ramiro III, filho e sucessor de Sancho I, ficou sob a tutela de sua tia, a monja Elvira. A nobreza de Leão porém não aceitou o governo de uma mulher, surgindo então várias sublevações que mergulharam o reino em verdadeira anarquia.

A situação agravou-se com a grande invasão normanda na Galícia. Os invasores saquearam o país e obtiveram uma vitória em Fornelos onde pereceu na batalha Sisenando, bispo de Compostela. Finalmente os normandos foram vencidos pelo conde Gonzalo Sánchez.

A derrota sofrida por Ramiro na luta contra o terrível Almançor (que só não conquistou a cidade de Leão graças a uma tempestade de neve e granizo) provocou uma sublevação na Galícia onde Bermudo II, primo de Ramiro II, foi proclamado rei (981).

Bermudo II, o Gotoso (981-999). — Para vencer seus adversários o novo rei, coroado em 982, não hesitou em pedir auxílio do próprio Almançor. As tropas muçulmanas ocuparam vários locais do reino, transformando-o em verdadeira província do califado. Quando Bermudo II pretendeu reagir contra os desmandos do tradicional inimigo, Almançor vingou-se apoderando-se de Leão (que foi destruída) e de Zamora (987-988). Bermudo se viu obrigado a pedir a paz e a pagar um tributo ao chefe muçulmano. Quando o rei leonês resolveu suspender o pagamento, Almançor empreendeu uma de suas mais devastadoras invasões chegando até Santiago de Compostela (997).

Quando Bermudo II morreu em 999 o reino de Leão havia sido reduzido aos primitivos limites da monarquia asturiana.[20]

Afonso V, o Nobre (999-1028). — Afonso V, filho de Bermudo II, foi elevado ao trono com apenas cinco anos, governando, durante a minoridade, sob a regência de sua mãe.

Internamente Afonso V procurou restabelecer a autoridade real e reerguer o reino da decadência a que o haviam levado as incursões muçulmanas. Restaurar e repovoar, foi a palavra de ordem. A morte de Almançor facilitou a recuperação que só podia processar-se com lentidão. A capital foi reconstituída e repovoada.

Afonso V pereceu numa expedição contra os sarracenos quando punha cerco a Viseu (1028).

Bermudo III (1028-1037). — Bermudo III, filho de Afonso V, enfrenta como adversário o rei de Navarra, Sancho Garcés III, que se apoderara do condado de Castela em virtude do assassinato de seu cunhado o conde Garcia Sánchez. Em 1031 o navarro apodera-se de todos os territórios do reino de Leão, desde o Pisuerga até o rio Cea e fomenta a rebelião interna contra Bermudo III. Finalmente se estabelece a paz entre Bermudo III e Sancho Garcés III ficando resolvido o casamento entre Dona Sancha (irmã do rei de Leão) com o infante Fernando (segundo filho do rei de Navarra). D. Sancha recebia em dote o território de Pisuerga ao Cea já conquistado pelo soberano navarro. Os novos esposos receberiam o título de reis de Castela. Quando Sancho morreu em 1035, Bermudo III tentou reconquistar os territórios perdidos, mas foi derrotado por seu cunhado Fernando na batalha de Tâmara em que o rei leonês lutou bravamente mas pereceu, extinguindo assim a dinastia dos rei leoneses (1037).

4. Castela e Leão

«Espessas nuvens encobrem as origens do condado de Castela».[21] A região que formou esse condado chamou-se, na antiguidade, Bardúlia.[22] Com os progressos da Reconquista, o condado passou a constituir a

fronteira oriental do reino asturiano-leonês e recebeu, no tempo de Afonso III, o nome de Castela em virtude dos numerosos castelos e atalaias que os habitantes haviam edificado para assegurar a defesa da região constantemente ameaçada pelo inimigo.

Os territórios castelhanos eram governados por diversos condes designados pelos reis asturianos. De acordo com as fontes, a distribuição desses governantes teria obedecido principalmente a razões estratégicas visando a defesa da fronteira. Desde os inícios do século X as relações entre os condes de Castela e os reis de Leão vão-se tornando pouco amistosas. Ordonho II chegou mesmo a condenar à morte alguns desses dignitários acusados de traição por não haverem prestado auxílio ao soberano por ocasião da funesta batalha de Valdejunquera.

Coube ao lendário conde Fernando González reunir (950) sob seu governo os vários condados e, embora não tivesse feito a independência completa de Castela, obteve para seu condado uma ampla autonomia e declarou a hereditariedade da dignidade condal estabelecendo assim uma verdadeira dinastia. As façanhas do conde Fernando González foram imortalizadas em um poema escrito por volta de 1250 por um monge de S. Pedro de Arlanza (Burgos).

— A Fernando González sucedeu seu filho *Garcia Fernández* (970) que se notabilizou na luta contra os muçulmanos e pereceu vitimado pelos ferimentos sofridos na batalha travada contra o famoso Almançor entre Alcocer e Langa, nas margens do Douro (995).

Sancho Garcia, (995-1017), filho e sucessor de Garcia Fernández, declarou-se tributário de Almançor para livrar Castela das incursões do chefe muçulmano. Quando este morreu, Sancho aproveitou a oportunidade para reconquistar as fortalezas da linha do Douro e para intervir no próprio califado de Córdova.

Quando Garcia Sánchez, filho e sucessor de Sancho Garcia, foi assassinado em Leão pela família dos Velas, rivais dos condes castelhanos, extinguiu-se a linha masculina de Fernando González. Castela passou então ao domínio de Sancho, o Maior, de Navarra que contraíra matrimônio com a irmã do conde morto.

Sancho deixou para seu filho Fernando, com o título de rei, parte de Castela ampliada com as terras conquistadas ao rei de Leão, e situadas entre o Pisuerga e o Cea. Esses territórios foram considerados como dote de D. Sancha, esposa de Fernando.

Fernando I (1035-1065). — Com a já mencionada derrota de Bermudo III, estabeleceu-se a união de Leão e Castela na pessoa de Fernando I. Herculano assim narra a união das coroas: «Fernando, vitorioso, marchou imediatamente contra a capital, cujos moradores tentaram resistir-lhe. Mas por uma espécie de direito consuetudinário de sucessão que na prática ia substituindo, pouco a pouco, o direito eletivo dos visigodos, morto Bermudo sem filhos, a coroa pertencia a Fer-

nando de Castela por sua mulher Sancha, irmã e herdeira de Bermudo. Assim os habitantes de Leão, conhecendo talvez que o último resultado da luta seria reconhecerem como rei o príncipe castelhano, cederam à fortuna do vencedor e Fernando I foi aclamado rei de Leão e Castela».[23]

Com a implantação da dinastia navarra duas profundas transformações devem ser assinaladas no reino de Leão e Castela:

1) Enfraquecimento da influência moçárabe e muçulmana que se fizera sentir de modo acentuado no século X.

2) Influência francesa graças à atuação de monges cluniacenses que desfrutavam da proteção de Fernando I.

No início de seu reinado Fernando I teve que combater uma parte da nobreza leonesa que negava seu reconhecimento e acusava o monarca pela morte de Bermudo III. Fernando I viu-se também obrigado a enfrentar as ambições de seu irmão, Garcia Sánchez III de Navarra, que pereceu na batalha de Atapuerca (1054) nas proximidades de Burgos. As fronteiras de Castela foram, então, ampliadas.

A Guerra de Reconquista levada a cabo por Fernando I atingiu todos os pequenos reinos muçulmanos da península.

Cruzando o Douro pelo lado de Zamora e dirigindo-se para o Ocidente, Fernando toma o castelo de Sena. «Desde então a guerra continuou por todas as primaveras seguintes, sendo conquistados sucessivamente (1057) Viseu, Lamego, Tarouca e outros lugares fortes».[24] Em 1064 Coimbra caiu em poder dos cristãos «para nunca mais sair dele».[25] A fronteira do Leão atingia então a linha do Mondego.

Em Castela a Reconquista visava à linha do Tejo. Os chefes muçulmanos de Toledo, Badajoz, Sevilha se tornam tributários de Fernando. Este adoece durante o cerco de Valença e morre em 1065, tendo antes incidido no grave erro de repartir seus domínios entre seus filhos, o que contribuía para o enfraquecimento da Reconquista. Ao filho mais velho Sancho coube o reino de Castela; Afonso, o filho predileto, recebeu Leão; Garcia teve o reino de Galícia com a parte de Portugal.

Sancho II, o Forte (1065-1072). — A divisão feita por Fernando I acarretou fatalmente a luta fratricida. Sancho II, ambicioso, pretendeu refazer a unidade do reino combatendo e vencendo Afonso nas batalhas de Llantada e Golpejera (1068-1071). Afonso foi feito prisioneiro e, depois, desterrado na corte do chefe muçulmano Al-Mamun, em Toledo.

Sancho pereceu assassinado quando sitiava a cidade de Zamora onde se havia concentrado a resistência leonesa.

Cabe aqui chamar a atenção para o aparecimento no cenário da História, de Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido como Cid Campeador e que foi alferes de Sancho II e inspirador das pretensões hegemônicas.

Afonso VI (1072-1109). — Quando Afonso, que se encontrava em Toledo, soube da morte do irmão, dirigiu-se a Zamora e tomou posse do reino, tendo sido reconhecido também como rei da Galícia.

Note-se que esse reino de D. Garcia fora anteriormente repartido entre Sancho e Afonso.[26] D. Garcia acabou aprisionado por Afonso, tendo morrido no cativeiro.

Os castelhanos, sob a influência do *Cid*, exigiram do novo rei o juramento de que não havia tomado parte na trama que resultara no assassinato de Sancho II.

Quando o rei Sancho de Navarra pereceu assassinado (1076) Afonso VI aproveitou a ocasião para recuperar territórios que anteriormente haviam pertencido a Castela, como Vizcaya, Guipúzcoa, Alava e uma parte de Bureba. Afonso VI estendeu seu domínio até a região meridional do reino de Navarra ocupando a Rioja. Esse avanço pela linha do Ebro impediu a expansão de Navarra para o sul e alarmou o reino de Aragão.

A grande preocupação de Afonso VI foi a luta contra os muçulmanos. O rei já não se satisfazia com os tributos que a maioria dos chefes sarracenos lhe pagava e resolveu dominá-los completamente. A ocasião se ofereceu quando Mottawakkil, rei de Badajoz, se apoderou de Toledo, destituindo Alcadir, neto de Al-Mamun. Afonso VI entrou em luta contra o Mottawakkil, repôs Alcadir no trono e recebeu dele a cidade de Toledo. Em 25 de maio de 1085 o rei de Castela entrou triunfalmente em Toledo, a velha capital visigótica. A ocupação de Toledo é um dos feitos mais transcendentais da Reconquista não só porque as fronteiras cristãs avançavam até o Tejo mas também porque a região constituía uma excelente base para a continuação da luta em direção ao sul.[27] Alcadir recebeu o reino de Valença sob a proteção de Afonso VI. O poder desse era tal que chegou a intitular-se em suas cartas «*imperator totius Hispaniae*» (imperador de toda a Espanha). O domínio muçulmano na península parecia haver chegado ao fim quando vieram da África poderosos reforços constituídos pelos Almorávidas, fanáticos muçulmanos africanos, comandados por Yusuf.[28] Afonso VI, que se encontrava sitiando Saragoça, enfrentou o inimigo em Sagrajas (Zalaca) nas proximidades de Badajoz. Vale recordar aqui a página de Herculano: «Os dois exércitos avistaram-se sobre o rio de Badajoz (Nahar Hagir): o dos muçulmanos ocupava na margem esquerda os campos e outeiros denominados pelos escritores árabes de Zalaka e pelos cronistas cristãos de Sagalias ou Sacralias: o de Afonso VI acampou na margem direita. A terribilidade da batalha, que era inevitável, fazia hesitar tanto uns como outros; porque alguns dias se passaram em embaixadas e ameaças. Os dois exércitos que se achavam frente à frente eram, talvez, os maiores que desde a entrada dos sarracenos a Espanha tinha visto. Ainda dando algum desconto à exageração ordinária dos antigos escritores árabes e cristãos, os quais unânimes afirmam que só Deus poderia contar o número de muçulmanos e que as tropas do rei de Leão e Castela

subiam a oitenta mil cavaleiros e duzentos mil peões, é todavia certo que ali se encontravam todas as forças das duas raças que disputavam o solo da Espanha, ajudadas uma pelos guerreiros franceses e a outra pelos almorávidas conquistadores da Mauritânia. Há porém uma circunstância narrada pelos árabes muito crível, a qual não devemos omitir; isto é, a existência de vários corpos de cavalaria cristã a serviço de Yusuf e a de trinta mil muçulmanos ao de Afonso VI, o que prova serem mais que o sentimento religioso, ódios ou ambições humanas que não consentia um momento de paz e repouso na devastada Espanha».[29]

A 23 de outubro de 1086 travou-se a feroz batalha que resultou em completa derrota para Afonso VI. Este gravemente ferido teve que fugir para Coria. Uma lúgubre cena coroa a vitória muçulmana: Yusuf manda degolar os milhares de cadáveres inimigos e envia as cabeças assim separadas dos corpos às mais diversas localidades (inclusive à África) para comprovação da vitória sobre os cristãos.

Duas conseqüências importantes teve a grande batalha: de um lado, unir os muçulmanos da península; de outro, alarmar os cristãos contra o renovado perigo muçulmano. Afonso VI pediu auxílio aos príncipes europeus e esse pedido encontrou eco em muitos senhores franceses entre os quais se destacam Eudes, duque da Borgonha, seu irmão Henrique, seu primo Raimundo e grande número de cavaleiros do Poitou e da Normandia.[30]

Afonso VI desposou sua filha legítima, Urraca, com o conde Raimundo, filho de Guilherme, conde da Borgonha, dando-lhe o governo da Galiza. Mais tarde o rei dá a mão de uma filha bastarda Teresa a Henrique, primo de Raimundo. Henrique recebe o governo de uma parte do reino da Galiza: o condado de Portugal. Voltaremos a esse assunto, quando tratarmos, mais adiante, da História de Portugal.

Depois da batalha de Sagrajas, Afonso VI reconciliou-se com Rodrigo Díaz de Vivar, o famoso Cid, que exigira do rei o já citado juramento referente ao assassinato de D. Sancho II. Não cabe aqui traçar a biografia desse herói legendário, uma das mais representativas figuras da história hispânica. Foi a região oriental da península, dividida em pequenos principados, o cenário das grandes façanhas do «arquétipo do caráter castelhano da Idade Média», como o chama Ballesteros.[31] Às vezes Rodrigo agia por conta própria, outras vezes por delegação de Afonso VI. Ajudou a Alcadir de Valença, vassalo do rei, mas acabou perdendo as boas graças de Afonso VI porque não chegara a tempo de socorrer a fortaleza de Aledo. Afonso VI priva-o de todas as honras e chega a aprisionar Dona Ximena, esposa do caudilho. Este passa a atuar por conta própria. Organiza a resistência contra os almorávidas, vence o conde de Barcelona (que não via com bons olhos a influência castelhana nas proximidades de seus domínios) e «se torna senhor da região levantina cujos chefes mouros lhe pagam tributo».[32] Quando o perigo almorávida aumenta com a conquista da Andaluzia, o Cid encarna a resistência cristã, eclipsando o próprio rei.[33] Em junho de 1094 o

Cid entrou triunfalmente em Valença onde foram encontrá-lo sua esposa e seus filhos. O poeta coloca essas palavras na boca de D. Rodrigo:

«Vos, doña Jimena, querida mujer tan honrada de mi, y vos, mis hijas, mi corazón y mi alma, entrad comigo en Valencia, a esta heredad que para vos he ganado» (M. Pidal, *La España del Cid*, II, 535).[34]

O Cid continuou lutando valentemente contra os almorávidas até que morreu prematuramente aos cinqüenta e seis anos em Valença (julho de 1099).

Os últimos anos do reinado de Afonso VI não foram felizes. Na batalha de Uclés (1108) o rei perdeu seu único filho varão. Em julho do ano seguinte morria o rei deixando como herdeira sua filha Dona Urraca.

Concluamos essas linhas sobre o reinado de Afonso VI lembrando que durante o mesmo se acentua a influência francesa. Os monges de Cluny conseguem unificar a liturgia católica suprimindo as antigas práticas do rito visigótico ou moçárabe. Na escrita os caracteres visigóticos são substituídos por caracteres franceses. O rei se casa com uma francesa e suas filhas com nobres franceses. Intensificam-se as peregrinações a Santiago, o que acarreta maiores influências estrangeiras.

Dona Urraca (1109-1126). — Dona Urraca havia enviuvado (1107) de seu primeiro esposo, D. Raimundo de Borgonha, de quem tivera um filho, o futuro Afonso VII. Em segundas núpcias D. Urraca teve por esposo Afonso I de Aragão. Este segundo matrimônio parece ter-se realizado ainda antes da morte de Afonso VI.

O reinado de Urraca passa-se entre intrigas, distúrbios e guerras civis.

A rainha entra em desavença com o próprio marido que acaba retirando-se para seu reino (1114). Uma figura importante desse reinado é o bispo de Santiago de Compostela D. Diego Gelmírez, homem de estado e homem da Igreja. Gelmírez introduziu costumes franceses em sua diocese, criou uma escola em sua catedral e organizou uma esquadra para defender o litoral galego contra as incursões de piratas normandos e muçulmanos.

Afonso VII (1126-1157). — Quando morreu D. Urraca, Afonso VII foi coroado solenemente na igreja de Santa Maria de Leão e teve, desde logo, que enfrentar a oposição de parte da nobreza que recusava reconhecer o novo soberano.

Dos acontecimentos desse reinado devem ser sublinhados os seguintes:

1) Luta contra Afonso I de Aragão.

2) Luta contra Afonso de Portugal.

3) Luta contra os muçulmanos.

As desavenças entre Afonso VII e seu padrasto Afonso I, o Batalhador, encontravam sua causa nas praças que o último possuía em território castelhano. Quando seu adversário faleceu em 1134, Afonso VII aproveitou a oportunidade para recuperar as praças ocupadas pelos aragoneses e receber a vassalagem de outros soberanos cristãos. Podemos avaliar seu prestígio pelo fato de haver sido proclamado e coroado imperador de toda a Espanha em Leão (1135).

Da luta pela Reconquista, o feito mais brilhante de Afonso VII foi a tomada de Almeria (1147), ninho de piratas. No cerco dessa cidade, o rei castelhano contou com o apoio das frotas de Pisa e de Gênova e com o auxílio de tropas catalãs, navarras e aragonesas. Em 1157 os muçulmanos reconquistam Almeria, o que Afonso VII procurara, em vão, impedir. Ao regressar da malograda tentativa, o soberano faleceu, tendo antes dividido seu reino entre seus filhos Sancho III (que recebeu Castela) e Fernando (a quem couberam Leão e Galícia).

Sancho III (1157-1158). — Durante seu brevíssimo reinado, Sancho III impôs vassalagem ao rei de Navarra. A praça de Calatrava foi defendida por monges cistercienses contra os dominadores africanos. O rei entregou aos monges a praça e dessa entrega surgiria posteriormente a Ordem Militar de Calatrava.

Afonso VIII (1158-1214). — Quando sucedeu a seu pai, contava apenas três anos de idade e era órfão também de mãe. A menoridade se caracterizou por discórdias entre a família galega dos Castros (a quem havia sido entregue a tutela do rei) e a família castelhana dos Laras. Estes últimos conseguem apoderar-se do rei menino. A pedido dos Castros, Fernando II de Leão, tio de Afonso VIII, intervém. Sancho VI de Navarra aproveita a confusão interna para conquistar algumas praças na Rioja.

Ao completar quatorze anos Afonso VIII assumiu o governo e, aliado com o rei de Aragão, iniciou a luta contra Navarra conseguindo recuperar quase todo o território que Sancho de Navarra havia ocupado e chegando até os muros de Pamplona.

Contra os muçulmanos devem ser anotados os seguintes episódios ocorridos sob o reinado de Afonso VIII:

1) A tomada da praça de Cuenca após longo assédio e com o auxílio do rei aragonês (1177).

2) Na batalha de Alarcos (1195), Afonso VIII foi derrotado por novos invasores africanos, em parte devido a sua impaciência, pois não quis esperar os reforços conduzidos pelo rei de Leão.

3) O grande acontecimento do reinado de Afonso VIII foi a vitória obtida em Las Navas de Tolosa (julho de 1212). A expedição guerreira que resultou nessa batalha reveste o caráter de verdadeira cruzada. O

exército se reúne em Toledo. Concorrem castelhanos, navarros, aragoneses e numerosos cavaleiros de Além-Pireneus. O papa Inocêncio III concede à expedição as indulgências de Cruzada e o arcebispo de Toledo dá sua bênção aos expedicionários. Iniciadas as operações, caem em poder dos cruzados Malagón, Calatrava, Alarcos, Piedrabuena e Caracuel. A essa altura os estrangeiros teriam abandonado a expedição. Aos 16 de julho travou-se a grande batalha.

Eis como o cronista registrou a vitória do combate:[25]

"Et extunc fugit exercitus Sarracenorum irreparabiliter post Miramomelinum regem ipsorum, qui prius aufugit, qui etiam, ut dicitur et creditur, iam praecedenti nocte, praesentiens quod devincendus esset, praemiserat eadam nocte ante se super camelos et mulos divitias inaestimabiles quas habebet..."

Daí em diante o exército dos sarracenos foge irreparavelmente seguindo o seu rei Miramolino que havia encetado a fuga antecipadamente, que também, como se diz e se acredita, já na noite precedente, pressentindo que seria vencido, havia enviado na mesma noite, na frente, sobre camelos e mulas as riquezas inestimáveis que ele possuía.

A vitória de Navas de Tolosa teve como conseqüências imediatas as conquistas de Ubeda, Baeza e de outros locais situados ao sul da Sierra Morena.[26] A longo prazo a vitória de Navas de Tolosa abria caminho para as grandes campanhas realizadas por Fernando III, o Santo.

Afonso VIII morreu em outubro de 1214 quando se dirigia a um encontro com o rei Afonso II de Portugal.

Antes de estudarmos o reinado do sucessor de Afonso VIII, digamos duas palavras respectivamente sobre Fernando II e Afonso IX, reis de Leão. O primeiro governou sobre Leão, Astúrias, Galiza e Extremadura, tendo dado impulso à Reconquista com a tomada de Yelves e de Alcântara. O segundo lutou com Castela, tendo deixado de participar da Cruzada de Las Navas de Tolosa. Contudo prosseguiu na Reconquista tomando aos mouros Cáceres, Mérida e Badajoz. Afonso IX casou-se com Berenguela, filha de Afonso VIII. Desta união nasceu o futuro Fernando III, o Santo. Berenguela separou-se do esposo e exerceu a tutela (1214-1217) de seu irmão e único filho varão de Afonso VIII, Henrique I, que faleceu prematuramente vítima de um acidente. Berenguela, a herdeira do trono, renunciou em favor de seu filho Fernando III.

Fernando III, o Santo (1217-1253). — O reinado de Fernando III de Castela constitui um capítulo decisivo da história da Reconquista. Depois de solucionar os problemas surgidos em virtude da hostilidade de seu pai, Afonso IX de Leão, e da rebeldia de alguns nobres, pôde Fernando III dedicar-se à luta contra o inimigo tradicional, os muçulmanos. Dessa luta resultaria a conquista de vasta e rica porção da Andaluzia.

Dominando a linha estratégica formada pela Sierra Morena, Fernando III segue o curso do Guadalquivir, apodera-se de Andújar (1225) e de Córdova (1236). Os reis de Múrcia e de Granada tornam-se seus vassalos. Em 1246 conquista Jaén e, prosseguindo pelo vale do Guadalquivir, apodera-se de Carmona e de Sevilha (1248). Esta última é tomada após um longo assédio para o qual contribuíram as ordens militares, a nobreza castelhano-leonesa, tropas de Jaime, o Conquistador, e uma frota comandada pelo almirante Ramón Bonifaz.

«À conquista de Sevilha, a belíssima cidade onde residiu sempre o rei, seguiram as de Medina, Sidônia, Arcos, Xerez, Sanlúcar e outras praças, chegando até Cádiz».[37]

Quando sitiava Jaén (1230) Fernando III recebeu a notícia da morte de seu pai Afonso IX, e o monarca passou a ocupar-se da incorporação de Leão a Castela. As duas coroas se uniram definitivamente após delicadas negociações entre Dona Berenguela e Dona Teresa de Portugal, ambas esposas do rei defunto e após a renúncia das irmãs de Fernando III (filhas de Dona Teresa).[38]

Com o reino de Aragão, Fernando III fez o tratado de Almizra (1244) segundo o qual cabia a Castela o território situado ao sul do porto de Biar e a Aragão o território valenciano.

Fernando III faleceu em Sevilha em maio de 1252 quando preparava uma expedição guerreira ao norte da África. As virtudes que ornaram o valente soberano levaram o papa Clemente X a colocá-lo entre os santos.

Afonso X, o Sábio (1252-1284). — A Fernando III sucedeu seu filho Afonso, cognominado o Sábio. Estamos aqui em face de um personagem multiforme e curioso cuja formação e cujas atitudes têm provocado os mais diversos julgamentos por parte dos historiadores. «Sua gestão como rei, como homem de estado, como político e como sujeito histórico, o mais destacado da segunda metade do século XIII castelhano, não guarda semelhança nem paralelismo com o Afonso X, poeta, homem de letras, no mais amplo sentido desse conceito, cultor das ciências, espírito ágil e sensível a todas as inquietudes de seu tempo».[39]

Na *política externa* os principais acontecimentos do reinado de Afonso X foram:

1) *A tentativa de conquistar Navarra, quando faleceu o rei Teobaldo I* (1253). As pretensões do rei castelhano, que se apresentou na fronteira navarra de Tudela, foram repelidas por Teobaldo II (1235-1270) que contou com a aliança de Jaime I de Aragão.

2) *As reivindicações sobre o ducado de Gasconha*. Esse território constituíra o dote de Leonor da Inglaterra que casara com Afonso VIII. Apesar da distância entre Castela e Gasconha, Afonso X não hesitava em reclamar o que considerava seu direito. O conflito foi evitado pelo casamento de uma irmã do rei castelhano com o príncipe Eduardo, herdeiro do trono inglês (1254).

3) *Tratado com Portugal sobre os limites das fronteiras Algárvias* (1267). No item referente a Portugal voltaremos ao assunto.

4) *As lutas pela Reconquista*. — Em 1260 Afonso X acalenta o sonho de realizar uma expedição à África, mas esse projeto é prejudicado pelas aspirações ao trono imperial alemão. Apesar disso o rei castelhano não deixa de combater os muçulmanos. Assim é que em 1261 realiza vitoriosa campanha contra o reino de Niebla, livrando do domínio mouro toda a parte ocidental da Andaluzia.[40] Em 1264 Afonso X enfrenta uma perigosa rebelião muçulmana na Andaluzia e na Múrcia. Jaime I de Aragão, sogro do rei castelhano, auxilia eficientemente no combate à revolta em território murciano. Na Andaluzia são dominados os focos rebeldes. Em 1265 as hostes cristãs retomam a ofensiva penetrando em território do reino de Granada cujo soberano, apesar de auxílios recebidos, solicita uma trégua.

5) *As aspirações ao trono imperial alemão*. — Já mencionamos a candidatura de Afonso X ao trono imperial quando focalizamos o *interregno* no capítulo referente à Alemanha. A indecisão do castelhano impediu-o de aproveitar a oportunidade que lhe oferecia a já mencionada eleição e o apoio que podia esperar do partido guibelino italiano. As aspirações ao trono imperial acarretaram funestas conseqüências para a política interna de Afonso X. Arruinaram a fazenda, desviaram a atenção do rei dos problemas vitais de Castela e minaram o respeito e a autoridade da coroa.

Na política interna podemos assinalar entre outros os seguintes acontecimentos:

1) *Desenvolvimento cultural*. Note-se que o próprio rei cultivou pessoalmente as letras e protegeu o desenvolvimento de todas as atividades do espírito. Merece especial menção a atuação de Afonso X no terreno jurídico. «Afonso X representa o período de maior esplendor na história jurídica de Castela. A ele se devem o Fuero Real, o Espéculo e as Partidas, além de alguns opúsculos legais e numerosas ordenanças e disposições».[41]

2) No *terreno econômico* Afonso X não foi feliz em sua política de alteração monetária e taxação dos preços.

3) Uma séria *questão dinástica* surgiu com a morte do infante D. Fernando de la Cerda, primogênito e herdeiro de Afonso X (1275) quando se dispunha a enfrentar uma séria invasão muçulmana. D. Sancho, outro filho de Afonso X, intitula-se, então, herdeiro com prejuízo para os filhos do príncipe defunto. Afonso X, que se encontrava ausente em Beaucaire, regressa a Castela e encontra uma situação de fato.

A tentativa de Afonso X de desmembrar o reino desperta reações e provoca uma guerra civil entre o rei e D. Sancho.

Uma assembléia reunida em Valadolid depõe (1282) Afonso X que só tem a seu lado Sevilha. O rei solicita e obtém o auxílio do sultão de Marrocos. Prossegue a guerra civil (1283) e a situação vai-se tornando favorável a Afonso X quando este falece em Sevilha (abril de 1284).

Sancho IV (1284-1295). — O temperamento irascível do sucessor de Afonso X valeu-lhe o apelido de «Bravo». O grande acontecimento do reinado de Sancho IV foi a tomada de Tarifa que proporcionou aos reis castelhanos o domínio do estreito, podendo, assim, impedir novas invasões procedentes do continente africano. Tendo como aliado D. Jaime II de Aragão e o próprio Maomé II de Granada, Sancho IV conquistou Tarifa em 1292, negando-se porém a entregá-la aos granadinos em troca de outras praças, de acordo com o que fora anteriormente estipulado e embora tivesse recebido as ditas praças. Segundo Pérez Bustamante (*obra citada*, p. 159), Maomé II prepara então uma ação conjunta contra Tarifa aliando-se com os africanos e com o infante D. João, irmão de D. Sancho. A esquadra aragonesa não conseguiu deter os invasores que puseram sítio a Tarifa. Esta foi salva graças a ação de Guzmán, o Bom, que preferiu perder seu filho a entregar a praça ao inimigo.

D. Sancho IV morreu em 1295 quando se organizavam forças para o cerco e a conquista de Algeciras.

Fernando IV (1295-1312). — Durante a longa menoridade do filho de Sancho IV coube à sua mãe rainha Dona Maria de Molina enfrentar os perigos que ameaçavam o trono de Fernando: a anarquia reinante em Castela agravada pelas pretensões à coroa de D. Alonso de la Cerda e de D. João, o traidor de Tarifa, e pelas ambições de D. Jaime II de Aragão. Acrescente-se a isso a ameaça dos muçulmanos.

O governo pessoal do rei situa-se entre 1301 e 1312. Nesse período Fernando IV e Jaime II entram em acordo e realizam uma grande campanha no sentido de desalojar os muçulmanos da Espanha. Em 1309 Algeciras foi cercada por Fernando IV e Almeria por Jaime II. Nem uma nem outra das cidades atacadas pôde ser conquistada. Em compensação a importante praça de Gibraltar foi tomada graças à atuação do famoso Guzmán, o Bom, e ao auxílio aragonês.

Afonso XI (1312-1350). — Afonso XI sucedeu a seu pai Fernando IV, com a idade de um ano. A regência foi exercida pelos infantes D. João (filho de Afonso X) e D. Pedro (filho de Sancho IV) e a tutela coube a D. Maria Molina, avó do rei. Graças à energia desta última foram evitados conflitos. Quando os dois infantes faleceram em

expedição contra os mouros D. Maria confiou o rei-menino ao Conselho de Valadolid.[42]

Durante a menoridade as tropas castelhanas sofrem uma grave derrota em frente dos muçulmanos. Em 1325 os mouros se apoderam de Baeza e derrotam a cavalaria castelhana. Nesse ano Afonso XI atinge a maioridade. «Estamos em face de um dos mais geniais políticos e guerreiros da Reconquista».[43] Na política interna Afonso XI manifesta uma energia que chaga à crueldade. «Encarna o princípio da unidade absolutista e luta com êxito durante seu reinado contra a ensoberbecida nobreza até subordiná-la à sua autoridade».[44]

Mas o grande prestígio de Afonso XI procede principalmente da luta pela Reconquista. «A guerra contra o infiel constituiu sua preocupação constante, aumentada e estimulada pelo iminente perigo que para a integridade do reino castelhano constituía a forte pressão exercida pelos benimerinos, que, havia meio século, lutavam por repetir a façanha realizada, em centúrias anteriores, por almorávidas e almôadas».[45]

Em 1330 Afonso XI, aliado aos aragoneses (que, entretanto, não contribuem com suas forças), inicia uma campanha vitoriosa contra o reino de Granada, tomando, entre outras praças, Teba e Priego. O rei de Granada se vê obrigado a aceitar tréguas humilhantes, mas recorre ao auxílio africano e aliado ao rei de Marrocos reinicia a luta e apodera-se de Gibraltar (1333).

Afonso XI não consegue reconquistar a importante praça e firma uma trégua provisória. Em 1340 os muçulmanos sofrem uma das mais fragorosas derrotas da Reconquista quando Afonso XI, auxiliado por contingentes aragoneses e portugueses, desbarata granadinos e benimerinos nas margens do rio Salado. «A vitória foi decidida pela cavalaria cristã, que poucos dias antes havia entrado em Tarifa, e que saindo agora da praça atacou pela retaguarda o exército benimerino, desorganizando-o e decidindo o triunfo cristão, pois também os portugueses haviam derrotado e posto em fuga os granadinos».[46]

Outras vantagens cristãs obtidas no reinado de Afonso XI foram: 1342 início do sítio de Algeciras; 1343 batalha do rio Palmones; 1344 capitulação de Algeciras. Esta capitulação constitui um desastre irreparável para os muçulmanos e teve grande repercussão na Europa. E' bem possível que as armas cristãs levassem a luta ao próprio continente africano se o rei Afonso XI não tivesse perecido vítima da terrível peste negra quando punha cerco a Gibraltar (1350).

Encerremos essas breves linhas sobre Afonso XI lembrando as seguintes realizações na política interna:

1) Freqüentes reuniões das cortes que são usadas como instrumento para a reorganização do reino.

2) Reorganização da administração e do sistema tributário.

3) Unificação legislativa dos reinos com a obra ***Ordenamiento de Alcalá*** (1348).

Pedro I, o Cruel (1350-1369). — O temperamento impulsivo e arbitrário do filho de Afonso XI bem como sua vida desregrada leva o reino a uma rebelião que resulta na própria prisão do soberano em Toro donde, aliás, consegue fugir (1354) para derrotar e punir de maneira cruel os rebelados.

De 1356 a 1361 desenrolam-se os episódios de uma luta entre castelhanos e aragoneses interrompida por algumas tréguas e terminada pela paz de Terrer (maio de 1361) graças à intervenção do papa Inocêncio VI.

De 1359 a 1362 Pedro I enfrenta os muçulmanos de Granada que se debatiam, então, em sangrentas lutas internas.

De 1363 até 1369 Pedro I vai enfrentar a tenaz oposição de seu irmão bastardo D. Henrique de Trastâmara. Na guerra fratricida, o bastardo conta com a aliança do rei de Aragão (a quem D. Henrique prometeu Múrcia), com o auxílio de nobres descontentes e com o apoio de uma multidão de aventureiros estrangeiros (gascões, ingleses, etc.) integrantes das famosas «companhias». O rei solicita o auxílio inglês e com a ajuda do Príncipe Negro consegue bater o bastardo em Nájera. Desavenças entre D. Pedro I e os ingleses afastam esses últimos e aquele sucumbe assassinado por D. Henrique em Montiel (1369).

Henrique II (1369-1379). — Bastardo de Afonso XI, Henrique inicia em Castela a dinastia de Trastâmara que vai reger os destinos do reino por pouco mais de um século.

Os erros políticos, as crueldades e violências de Pedro I, mais que seu assassinato, explicam o fato de Henrique II haver podido firmar-se no trono. A primeira preocupação do usurpador foi vencer as resistências dos que ainda permaneciam fiéis à memória de Pedro I.

Dos dez anos do reinado de Henrique II podemos anotar, entre outros, os seguintes episódios:

1) Luta contra Fernando I de Portugal que, ao ver o trono castelhano ocupado por um bastardo, alegou seus próprios direitos ao mesmo trono por ser bisneto de Sancho IV.[47] Henrique II repeliu a agressão portuguesa, invadiu Portugal apoderando-se de Braga (outubro de 1369) e sitiou Guimarães.

2) Os filhos de Pedro I, Constança e Isabel, haviam-se refugiado na Inglaterra sob a proteção de Eduardo III e casado com os filhos do soberano inglês, os duques de Lancaster e York. O duque de Lancaster João de Gande (casado com Constança) intitulou-se pomposamente rei de Castela e, apoiado por Eduardo III, que não via com bons olhos a aliança entre Henrique II e a França, fez uma expedição (1374) através desse país com o fim de apoderar-se do trono de Castela. Henrique II dirigiu-se aos Pireneus, impediu a invasão e sitiou Baiona que pertencia, então, aos ingleses.

3) Em 1377 Henrique II enfrenta Carlos II de Navarra. O infante D. João, herdeiro de Castela, invade o reino inimigo chegando até os muros de Pamplona.

4) Nos primeiros anos do reinado de Henrique II, o sultão de Granada abre as hostilidades e apodera-se de Algeciras.

5) A política interna de Henrique II caracteriza-se pela atividade legislativa e pelas numerosas concessões feitas à nobreza com o fim de atraí-la e obter assim a tranqüilidade no reino.

Ballesteros emite o seguinte julgamento sobre Henrique II: «De pequena estatura e espírito constante, sua figura moral não é simpática, embora seja necessário declarar que trabalhou sem descanso pelo triunfo de sua causa e pela prosperidade de sua estirpe».[48]

João I (1379-1390). — Dois acontecimentos da política externa de João I, filho e sucessor de Henrique II, devem ser lembrados: a guerra com Portugal e a paz com a Inglaterra.

1. João I casara em 1383 com D. Beatriz, herdeira do trono português. Quando morreu Fernando I de Portugal, o rei castelhano pretendeu ocupar o trono lusitano. Sitiou Lisboa em 1384, mas foi derrotado em 1385 na famosa batalha de Aljubarrota. Voltaremos a esse episódio no item referente à História de Portugal.

2. As relações hostis com os ingleses se haviam tornado ameaçadoras para Castela em virtude da aliança entre João I de Portugal e Ricardo II da Inglaterra que apoiavam as pretensões do duque de Lancaster ao trono castelhano. O duque fez preparativos para a invasão de Castela e um corpo expedicionário inglês atacou La Coruña e conquistou Santiago de Compostela.

Em Baiona (1388) foi finalmente ratificado um tratado com a Inglaterra em conseqüência do qual o infante castelhano Henrique (o futuro Henrique III) casou com Catarina de Lancaster, filha do duque e de Constança de Castela. Os esposos receberam o título de príncipes das Astúrias.

Na política interna de João I devem ser assinaladas:

1) Atuação das cortes que foram muito prestigiadas pelo monarca.

2) Criação pelo rei de um Conselho composto de quatro membros da nobreza, quatro eclesiásticos e quatro cidadãos.

3) Grave crise econômica e financeira.

João I morreu vitimado por uma queda de cavalo.

Henrique III (1390-1406). — Durante a menoridade do filho de João I, o governo esteve entregue a membros da nobreza e a D. Pedro

Tenório, arcebispo de Toledo. A indisciplina e rivalidade dos nobres produziram uma série de perturbações que só terminaram com a enérgica atitude de Henrique quando assumiu pessoalmente o governo, aos quatorze anos de idade (1393), e passou todo o ano de 1394 combatendo os rebeldes. Entre os acontecimentos da política externa lembremos:

1) Destruição da cidade africana de Tetuán, ninho de piratas.

2) Início da conquista das ilhas Canárias, graças ao apoio dado pelo rei castelhano ao nobre francês João de Bethencourt.

3) Relações diplomáticas e comerciais com Tamerlão e Bajazet, chefes respectivamente dos mongóis e dos turcos.

Vale recordar que um dos embaixadores do rei castelhano, Ruy González de Clavijo, escreveu uma relação de sua missão: *Vida do grande Tamerlão.*

Henrique III, apelidado o «Doente» em virtude de sua debilidade física, «foi um dos monarcas mais excelentes de que desfrutou Castela, pois preocupado só com a prosperidade de seu reino, a ele dedicou suas energias sem que nada pudesse distraí-lo de seu desígnio».[49]

João II (1406-1454). — Com tenra idade, João II sucedeu a seu pai Henrique III. A menoridade (1406-1419) caracterizou-se pela tranqüilidade interna, o que chama a atenção do historiador, pois constitui uma exceção na História de Castela. Deve-se essa feliz situação ao fato de haver a regência sido exercida pelo íntegro tio do soberano D. Fernando de Antequera, posteriormente Fernando I de Aragão. O regente teve a preocupação de dar novo impulso à Reconquista, tendo tomado Antequera em 1410. Em 1412 D. Fernando foi elevado ao trono de Aragão, ficando na regência D. Catarina, mãe do monarca. Esta segunda parte da minoridade foi perturbada por intrigas suscitadas pela incompetência da regente.

Declarada a maioridade (1419), João II assume o governo mas revela logo sua incompetência. «Havia recebido uma educação mais que efeminada, pouco varonil; e não sentia, como é lógico, nenhuma afeição nem interesse pelas questões políticas e de governo a que estava chamado para reger. Suas inclinações eram para o luxo, a ostentação, os prazeres, o cultivo das letras; quer dizer: a vida fácil, cômoda e cheia de prazeres de um príncipe sem preocupações» (Pericot Garcia, *Historia*, t. III, p. 141). Influência decisiva no soberano teve seu favorito D. Álvaro de Luna que revelou qualidades políticas e pode ser considerado a figura mais relevante do reinado do fraco D. João II, pois mantém-se como verdadeiro governante durante trinta e três anos. Em 1452 porém o favorito acabaria decapitado, vítima da intriga dos nobres.

A luta entre a monarquia e a nobreza caracteriza o longo reinado de João II. Estamos aqui em face de um duelo mortal entre o princípio

de unidade absolutista e centralizadora encarnado pela realeza e o princípio de descentralização defendido pela nobreza que se apóia em seus privilégios e riquezas. Na raiz dessa luta entre João II e os nobres encontra-se, sem dúvida, o enorme aumento de poder dos últimos concedido pela dinastia Trastâmara com vistas à própria permanência no trono castelhano.

Na política externa o principal feito a anotar foi a derrota infligida aos granadinos por D. Álvaro de Luna na batalha de Higueruela (julho de 1431).

5. Navarra

São obscuras as origens do movimento da Reconquista na região pirenaica. Certo é que, desde cedo, surge aí uma série de focos de resistência à invasão muçulmana. Dos reis navarros anteriores a Sancho Garcés I (905-925) as notícias são pouco seguras.

Sancho Garcés I (905-925). — Os vinte anos desse reinado passaram-se em constantes lutas contra os invasores. O soberano navarro foi derrotado em Valdejunquera pelo califa Abderramã III. Mais tarde essa derrota foi, em parte, compensada pela tomada da praça de Viguera (921), acontecimento esse que provocou uma incursão do chefe árabe ao reino de Navarra até a cidade de Pamplona que ele em parte destruiu.

Os sucessores de Sancho Garcés I até Sancho, o Maior, são:

Garcia Sánchez I (925-970),
Sancho Garcés II (970-994),
Garcia Sánchez II (994-1000).

Durante os reinados desses soberanos os fatos a registrar são as intervenções navarras nas lutas internas do reino de Leão e a aliança de navarros, leoneses e castelhanos contra os muçulmanos.

Sancho III, o Maior (1000-1035). — O talento político e a energia do monarca, ao lado das circunstâncias históricas favoráveis, fizeram com que o reino de Navarra, sob Sancho III, se tornasse «o centro político mais importante da Espanha».[50] A morte de Almançor (1002) levou o califado à guerra civil. «Córdova deixa de ser o centro de gravidade da política peninsular e este se transfere para Navarra, que, por ser o reino menos debilitado e por ter à sua frente um monarca de talento e decisão, estava em condições ótimas para aproveitar-se das circunstâncias».[51]

Em 1018 Sancho III anexa a seus estados o condado de Ribagorza e o território de Sobrarbe que haviam sido devastados pelos árabes.

O assassinato do conde Garcia Sánchez (1028) enseja a união do condado de Castela ao reino de Navarra. De Bermudo III é arrebatada a extensa zona compreendida entre o Pisuerga e o Cea.

Na política interna de Sancho III devem ser anotados os seguintes eventos:

1) Reforma dos mosteiros.

2) Proteção aos monges de Cluny.

3) Incentivo às peregrinações a Santiago de Compostela organizando um novo caminho que partia de Roncesvales, passava por Pamplona, Estela, Burgos, prosseguindo por Leão e Astorga até atingir o famoso santuário.

Sobre a atuação de Sancho III cabem três observações:

1) Sua grande obra foi a integração de seu reino na Europa Ocidental por meio das peregrinações a Santiago e da proteção aos monges de Cluny. Temos aqui um largo passo no sentido de «europeizar» a Espanha.

2) Não deu maior atenção ao mundo muçulmano «que apenas existe para ele».[62]

3) Às tendências unitárias e centralizadoras da monarquia de Leão e Castela opõe as idéias feudais, em plena evolução na Europa, segundo as quais a terra tanto do rei como dos nobres era considerada propriedade patrimonial, hereditária e divisível entre os herdeiros. Compreende-se assim que ao morrer tenha dividido o Estado entre seus filhos: Garcia, o primogênito, herdava Navarra; Fernando recebeu Castela convertida em reino e parte do território leonês; Gonzalo obteve Sobrarbe e Ribagorza; ao bastardo Ramiro foi dado Aragão.[63]

Conclusão sobre o reino de Navarra. — Garcia é derrotado e morto lutando contra seu irmão Fernando de Castela na batalha de Atapuerca (1054). A conseqüência dessa derrota foi a volta dos territórios de Bureba para Castela. A Garcia sucedeu seu filho Sancho Garcés IV (1054-1076) que morreu assassinado. Os navarros oferecem o reino a Sancho Ramírez, de Aragão, e os dois Estados ficam unidos até a morte de Afonso, o Batalhador (1134).

O reino de Navarra permaneceria isolado, à margem da Reconquista, «e viveu precariamente durante o resto da Idade Média, sufocado entre Castela e Aragão e tendo que apoiar-se na França para conservar sua independência».[64]

6. Aragão

Sancho Garcés III, o Maior, havia deixado em testamento a seu filho bastardo Ramiro, com o título de reino, o condado de Aragão. O novo reino compreendia o pequeno território do curso superior do rio Aragão até o Galego. Com a morte de Gonzalo (1038) esse território foi ampliado com Sobrarbe e Ribagorza, pois os vassalos do conde assassinado escolheram o rei de Aragão Ramiro I (1035-1063) como seu soberano. Ramiro pretendeu expandir as fronteiras de seus territórios no sentido oriental, procurando apoderar-se de Graus que representava a sentinela avançada do reino de Saragoça no território aragonês de Ribagorza. Ramiro I não foi feliz em sua tentativa expansionista, pois pereceu pouco depois de uma batalha travada no sítio de Graus.

Sancho Ramírez (1063-1094). — Filho e sucessor de Ramiro I, Sancho Ramírez tornou-se também rei de Navarra quando seu primo Sancho foi assassinado (1076).

A Reconquista recebeu um grande impulso neste reinado. Entre as localidades principais «que se rendem ao ímpeto das hostes de Sancho Ramírez está Monzón; já os cristãos atacam as margens do Ebro e constroem fortalezas em suas proximidades».[65]

Por fim, quando sitiava Huesca, o rei morre exigindo de seus filhos o juramento de tomar a cidade.

Pedro I (1094-1104). — O novo rei foi fiel continuador da obra paterna. Continuou o cerco de Huesca e venceu na batalha de Alcoraz o rei mouro de Saragoça que viera em auxílio da praça sitiada. Pouco depois, entrou vitorioso em Huesca (1096).

Pedro I prestou auxílio a seu aliado D. Rodrigo quando a parte meridional de Valença esteve ameaçada pelos almorávidas. Pedro I e o Cid venceram a sangrenta batalha de Bairén contra os temíveis adversários.

Barbastro e outros territórios da zona de Lérida foram também recuperados.

Afonso I, o Batalhador (1104-1134). — Irmão de Pedro I, Afonso I, apelidado o Batalhador, assinala com seu reinado um dos momentos culminantes da Reconquista aragonesa.

Casado com D. Urraca, filha de Afonso VI de Castela, viu-se obrigado a intervir nos problemas desse reino até que «cansado das leviandades da esposa e da hostilidade dos castelhanos dedicou sua atividade à obra da Reconquista em seu reino...»[66]

Vejamos, a seguir e sucintamente, as principais etapas dessa obra.[67]

1. Em janeiro de 1110 Afonso I vence o chefe muçulmano al-Mustain II, de Saragoça, em uma grande batalha entre Valtierra e Arguedas, na margem esquerda do rio Ebro.

Por essa ocasião Afonso I ainda encontrava-se ligado aos assuntos de Castela.

2. Em janeiro de 1114 encontramos Afonso I instalado em Castelar preparando a campanha contra Saragoça. Ao exército do Batalhador vieram juntar-se numerosos vassalos ultrapirenaicos e diversos membros das famílias mais ilustres dos reinos de Aragão e Navarra. Em agosto de 1114 o conde de Alperche conquista Tudela para o rei. Depois da vitória obtida nas cercanias de Lérida sobre as tropas do governador de Saragoça, caíram em poder dos cristãos Almudévar, Sarinan, Salcey, Robres e Zuera. Apertava-se, cada vez mais, o cerco à capital que os almorávidas tentaram socorrer com o envio de dois exércitos, um dos quais, o mais poderoso, foi destroçado pelo rei.

Em dezembro de 1118 Saragoça era ocupada.

3. Inconformados com a queda de Saragoça, os almorávidas enviam um novo exército que Afonso I também derrota na batalha de Cutanda (1120) abrindo amplos horizontes para o prosseguimento da Reconquista.

4. Afonso I, cruzando o Ebro, amplia a Reconquista através da região situada à margem direita do mesmo rio. Em 1120 tombam em seu poder: Alagón, Mallén, Magallón, Borja e Tarazona. Segue-se a ocupação de Epila, Ricla, Calatayud (1121), Rubierca, Alhama e Ariza.

5. Seguindo o vale do Jiloca, Afonso I conquistou os lugares situados em suas margens, atingindo Monreal del Campo.

6. Desejando buscar a linha do Segre, Afonso I tentou conquistar a cidade de Lérida, mas encontrou a oposição de Berenguer III, conde de Barcelona, o qual também ambicionava tomar a mesma cidade.

7. Acontecimento marcante do reinado de Afonso I foi sua expedição militar através da Andaluzia (1125-1126). Um dos motivos dessa campanha foi o desejo de prestar socorro aos moçárabes perseguidos pelos dominadores africanos. Em setembro de 1125 inicia-se a expedição. Partindo de Saragoça, o rei seguiu por Daroca, Monreal del Campo, Teruel, até Valença em cujas proximidades passou saqueando e talando os campos.

A seu exército juntaram-se contingentes moçárabes e o rei prosseguiu por Denia, Játiva, Múrcia, Vera, Almanzora e Purchena. Depois de tentar tomar Baza, Afonso I passa a Guadix diante da qual acampa por mais de um mês. Com novos contingentes moçárabes, o Batalhador ameaça a própria Granada que ele, entretanto, não pode tomar. Os cristãos prosseguem, então, por Pinos Puente, Baena, Ecija, Cabra e Lucena. Nas proximidades desta última cidade os muçulmanos surpreendem o acampamento de Afonso I, mas sofrem grande derrota. O rei aragonês volta inda a ameaçar Granada e, por fim, regressa a seu reino.

A expedição à Andaluzia teve uma grande conseqüência de ordem moral: revelou a debilidade interna dos domínios muçulmanos através dos quais um exército cristão pudera cruzar sem que encontrasse um adversário capaz de obrigá-lo à retirada. Afonso I, ao voltar dessa expedição, trouxe consigo milhares de moçárabes com que repovoou territórios situados à margem direita do Ebro.

As desavenças com Afonso VII de Castela e os problemas surgidos no sul da França (onde a soberania de Afonso I era reconhecida por todos os senhores desde Gasconha até Tolosa) retardaram a Reconquista Aragonesa. Acrescente-se a isso o fato de estar a região entre Lérida e Sagunto ocupada pelos muçulmanos, o que impedia a marcha da Reconquista para o sul.

Em começos de 1134 encontramos o Batalhador ativando as operações do sítio de Fraga. Um poderoso exército muçulmano, entretanto, enviado pelo governador de Valença, surpreendeu os aragoneses. O rei teve que bater em retirada (julho de 1134) e faleceu pouco depois no mosteiro de S. Juan de la Peña, provavelmente em conseqüência dos ferimentos recebidos na batalha de Fraga.

Ramiro II, o Monge. — Afonso I morreu sem sucessor, deixando, em testamento, seu reino às ordens militares. Os aragoneses, inconformados com esse testamento difícil de ser executado, proclamaram rei o irmão do defunto, o infante D. Ramiro, que recebera ordens sacras; os navarros, por sua vez, escolheram como rei D. Garcia Ramírez V, mais tarde conhecido como «o Restaurador».

Afonso VII de Castela aproveitou-se das circunstâncias, alegando direitos de sucessão, penetrou em território aragonês e entrou em Saragoça, intitulando-se rei. Posteriormente estabeleceu-se um acordo entre Ramiro II e o rei castelhano.

Ramiro II, com a devida dispensa pontifícia, contraiu matrimônio com Inês de Poitiers, sobrinha do conde de Tolosa. Desta união nasceu a princesa Petronila cuja mão foi prometida ao conde Ramón Berenguer IV da Catalunha (1137). Note-se que a princesa contava então 2 anos de idade e conde vinte e quatro. O casamento só se realizou em 1150. Ramiro II renunciara ao governo do reino retirando-se para o mosteiro de S. Pedro el Viejo (Huesca) onde viveu até 1157.

Ramón Berenguer IV (1137-1162). — Antes de estudarmos o governo de Ramón Berenguer IV em Aragão, onde usou o título de Príncipe e Dominador, vamos dizer algumas palavras sobre a Catalunha e a família dos Berengueres.

A Marca Hispânica do Império Carolíngio constitui uma sentinela avançada da Cristandade no domínio muçulmano. Barcelona, conquistada em 801, transforma-se no centro dos domínios francos na Espanha. No início do século IX já encontramos diversos condados dependentes do reino franco: Urgel, Rosellón, Barcelona, Gerona, etc.

Aproveitando-se da decadência do Império Carolíngio, os condes de Barcelona vão-se tornando independentes. No século XI surge a figura de Ramón Berenguer I, o Velho (1035-1076), um dos mais notáveis condes catalães. Berenguer I amplia os limites de seu condado até as margens do rio Gaya, à vista de Tarragona, e até a região de Segre.[58]

Ramón Berenguer III (1096-1131). — Dominou sobre extensos territórios entre os quais se incluía a herança que sua esposa, a filha do conde da Provença, recebera no sul da França. Lutou contra os almorávidas (que chegaram até Barcelona), conquistou Balaguer (Lérida), atacou os piratas mouros de Maiorca, apoderando-se da ilha com o auxílio da frota de Pisa. Ao morrer repartiu seus territórios entre seus dois filhos, cabendo a Ramón Berenguer IV o condado de Barcelona.

O casamento de Berenguer IV com Petronila produziu a união do reino de Aragão com o condado de Catalunha. Dessa união derivam as seguintes conseqüências:

1) Fortalecimento da monarquia.

2) Ampliação das possibilidades comerciais para Aragão e Catalunha.

3) Fortalecimento dos cristãos em face dos muçulmanos.

Ramón Berenguer IV revelou-se à altura de sua missão histórica. Estabeleceu um acordo com as ordens militares (1143), fez as pazes com Afonso VII a quem prestou auxílio no cerco de Almeria (1147), levou ao término a Reconquista do território catalão propriamente dito, interveio no sul da França para defender os direitos de um sobrinho, e manteve boas relações com Henrique II, Plantageneta.

Quanto à Reconquista, lembremos os seguintes episódios:

1) Em dezembro de 1148 é tomada a cidade de Tortosa, sobre a linha do Ebro. Note-se a preocupação de Berenguer IV em levar a linha da Reconquista até o Ebro a fim de emparelhar, pelo Oriente, o avanço feito por Afonso, o Batalhador. Conseqüência da conquista de Tortosa foi o repovoamento da fertilíssima região da Tarragona.

2) Em outubro de 1149 Lérida e Fraga tombam em poder dos cristãos. Nesse mesmo ano as armas de Berenguer IV conquistam Mequinenza, importante praça situada na confluência dos rios Ebro e Segre.

3) Preparada na primavera de 1153, uma expedição militar acaba com os últimos redutos muçulmanos situados na Catalunha: as escarpadas montanhas de Prades e de Ciurana. O castelo deste nome, sobre o Ebro, rende-se. Posteriormente e após tenaz resistência tomba em poder de Berenguer IV também o castelo de Miravet.

Ramón Berenguer IV faleceu em 1162 num lugarejo do Piemonte quando se dirigia a Turim para uma entrevista com o imperador.

Afonso II (1162-1196). — O testamento de Berenguer IV dava o reino de Aragão e o condado de Barcelona a seu filho primogênito Ramón, que tomou o nome de Afonso em homenagem a Afonso, o Batalhador. Observe-se que Petronila era a rainha «proprietária de Aragão».[59]

Após uma breve regência, Afonso II passa a governar diretamente a partir de 1164.[60] Com a morte de seu primo Ramón Berenguer, o rei aragonês herdou a Provença e foi a Arles receber homenagens de seus novos súditos (1167). Teve que defender o condado da Provença contra as ambições do conde de Tolosa.

Quanto ao prosseguimento da Reconquista, note-se que Afonso II conquistou várias localidades, entre as quais a importante praça de Caspe, no Ebro, e avançou a fronteira de seus domínios até Alcañiz. No ano de 1179, em Cazola (ou Cazorla) Afonso II entrevistou-se com Afonso VIII de Castela. Decidiram, então, sobre os limites da zona de expansão aragonesa através do território dominado pelos muçulmanos. Como limite da Reconquista ficava estabelecida uma linha divisória entre os rios Júcar e Segura.

Afonso II morreu em 1196.

Pedro II[61] (1196-1213). — Afonso II, ao morrer, deixou a seu filho Pedro o reino de Aragão e o condado de Barcelona e a Afonso, outro filho, o condado da Provença.

Discórdias com a rainha-mãe, Dona Sancha, e problemas na Provença ocupam os primeiros anos do reinado de Pedro II. Em novembro de 1204 vamos encontrá-lo em Roma onde foi coroado pelo papa Inocêncio III de quem se declarou feudatário. Esse ato de Pedro II não mereceu a aprovação da nobreza.

Grande contribuição de Pedro II à causa da Reconquista foi sua participação na batalha de Navas de Tolosa (1212). Menos feliz revelou-se a atuação do monarca aragonês nas questões do sul da França suscitadas pela heresia albigense e pela cruzada dirigida por Simão de Montfort. Como este atacasse o conde Ramón de Tolosa, casado com uma irmã de Pedro II, o rei julgou seu dever intervir. Depois da expedição contra os muçulmanos, o rei aragonês dirigiu-se para o sul da França onde reafirmou sua proteção aos condes de Tolosa, de Foix e de Cominges, rompendo assim com Simão de Montfort. De regresso à Catalunha, Pedro II preparou um exército e enfrentou seu adversário na batalha de *Muret* (setembro de 1213) onde foi derrotado e morto. Deve-se observar que o rei aragonês defendia no sul da França não a heresia albigense mas a hegemonia política aragonesa nessa região.

Jaime I, o Conquistador (1213-1276). — Antes de resumir os principais acontecimentos do importante reinado de Jaime I, o Conquistador,

vamos tecer algumas breves considerações em torno da situação da monarquia catalã-aragonesa no início do século XIII.

Convém lembrar, preliminarmente, que essa monarquia apresentava, há muito, uma dupla fisionomia: «ela era, de uma parte, um Estado continental cuja força residia na audácia de seus soldados, filhos de um solo montanhoso e duro, coroado pela capital do reino de Aragão, a altaneira Saragoça, outrora cobiçada por Carlos Magno, tomada ao Islã em 1118; de outra parte esse Estado era uma potência marítima e econômica: desde 801, data de sua conquista pelos francos sobre os muçulmanos, Barcelona, capital de um condado terrestre, depois opulenta metrópole comercial dos catalães, havia conhecido destinos cada vez mais brilhantes. Por volta do ano 1100 tornara-se um êmulo, senão rival, das grandes cidades comerciantes da Itália. Os barcelonenses, marinheiros e negociantes, representavam tendências diferentes daquelas dos aragoneses e catalães ligados à terra; eles sabiam, oportunamente, fazer com que a política de seu soberano se inclinasse em um sentido favorável à sua vocação e a seus interesses».[62]

Curioso é sublinhar que as tendências expansionistas do condado de Barcelona e as mesmas tendências do reino de Aragão não se cruzavam nem se excluíam. Ao contrário: somavam-se e completavam-se. Assim, por exemplo, o império catalão continental e marítimo que se organizou no Languedoc e na Provença abrangendo as margens noroestes do Mediterrâneo Ocidental não só não impediu a colaboração aragonesa na Reconquista, mas também proporcionou aos aragoneses um campo de atuação, pois a barreira dos Pireneus não constituía obstáculo para os montanheses do Aragão.[63]

A já mencionada batalha de Muret (1213) teria profundas conseqüências nos destinos do reino catalão-aragonês. Marcando o começo do fim das pretensões aragonesas no sul da França (o alcance definitivo da derrota de Pedro II foi reconhecido por Jaime, o Conquistador, no tratado de Corbeil celebrado com Luís IX em 1258), Muret estimula a expansão peninsular e marítima catalã-aragonesa para o sul, concentrando nesse sentido todas as energias do reino. A Reconquista passa a apresentar simultaneamente um caráter terrestre e marítimo: «os soldados aragoneses e catalães prosseguem-na sobre o solo da península, os marinheiros orientam-na para as ilhas».[64] Nas terras de além-mar, corpos expedicionários formados em grande parte de antigos soldados montanheses do reino catalão-aragonês constituirão os famosos *almogávares* já mencionados em nossa História do Império Bizantino.[65]

A morte de Pedro II na batalha de Muret, seguida, logo depois, do falecimento da esposa do rei, deixava na orfandade o herdeiro do trono Jaime, que contava pouco mais de cinco anos de idade.[66] Note-se que o príncipe se encontrava em poder de Simão de Montfort e este, por ordem do papa Inocêncio III, entregou-o ao legado pontifício Pedro de Benevento. No reino disputava-se sobre quem seria o regente. O cargo de procurador geral foi confiado nos estados aragoneses ao

conde D. Sancho, filho de Ramón Berenguer IV. Estabelecia-se também um conselho de Regência. Em 1218, diante das cortes de Lérida, o conde Sancho renunciou à regência, iniciando-se o reinado pessoal de Jaime I. Entre outros, anotemos os seguintes acontecimentos característicos desse reinado:

1) No início Jaime I enfrenta desavenças e lutas entre os nobres. O reinício da Reconquista seria um oportuno derivativo para o espírito belicoso da inquieta nobreza.

2) Ramón Berenguer III já conseguira um efêmero domínio sobre as ilhas Baleares, ninho de piratas que ameaçavam o comércio marítimo catalão. Compreende-se, assim, que os catalães instigassem o soberano à conquista das ilhas.

Em 1229 Jaime I reuniu uma poderosa frota de mais de cento e cinqüenta navios e, no ano seguinte, conquistou Maiorca. A capital da ilha foi tomada a 31 de dezembro de 1229 e a luta prosseguiu encarniçada no interior. Em 1231 foi conquistada Minorca. As ilhas de Ibiza e de Formentera foram ocupadas em 1235.

3) A conquista de Maiorca levaria fatalmente Jaime I a uma política africana, pois os muçulmanos das Baleares mantinham freqüentes relações com a Berbéria que se transformava, então, em um centro inimigo.

«Esse conjunto de acontecimentos reveste uma importância considerável: para os catalão-aragoneses a fase da *reconquista* estritamente peninsular e continental estava ultrapassada; abria-se a fase da *reconquista* insular e marítima».[67]

4) Na conquista das Baleares tem papel relevante o elemento catalão, o que se explica facilmente pelos interesses comerciais em jogo. Na conquista de Valença iniciada em 1232, predominam os elementos aragoneses. Esta campanha durou vários anos. A partir de 1237 concentraram-se os esforços bélicos contra Valença que foi sitiada por terra e por mar e capitulou em setembro de 1238.

À conquista de Valença seguiu-se outra campanha de que resultou a tomada de várias outras praças como Cullera (1240), Artana (1242), Denia (1241-1242) e Alicante (1246-1247).

5) Jaime I pretendia continuar suas conquistas através do território de Múrcia quando encontrou a concorrência das tropas castelhanas. O conflito iminente foi evitado graças ao tratado de Almizra (1244) já mencionado quando estudamos o reinado de Fernando III de Castela (1217-1253). Por esse tratado fixavam-se os limites dos territórios da coroa de Aragão em uma linha que, partindo da confluência dos rios Júcar e Cabriel, passava pelo porto de Biar e terminava em Denia. A importância histórica desse tratado reside na exclusão da participação da coroa aragonesa na Reconquista. Alguns historiadores julgam que o tratado de Almizra teria retardado a expulsão definitiva dos muçulmanos da península.

6) Com relação à política francesa de Jaime I, deve ser assinalada a extrema prudência e até mesmo timidez do rei aragonês em relação aos territórios situados no sul da França. «O mais grave erro político cometido por Jaime I consistiu em deixar perder-se a influência catalão-aragonesa no Meio-Dia da França».[68] Cabe aqui completar o que já foi escrito sobre o tratado de Corbeil (1258) no capítulo referente à França. Vejamos como o historiador espanhol encara o problema: «O rei de Aragão renunciou a todos os seus direitos e pretensões sobre os condados da Provença, Tolosa, Saint-Gilles e Narbona, que eram algo positivo e vivo, enquanto que o rei francês renunciava a seus hipotéticos direitos sobre os nove condados catalães de Barcelona, Urgel, Besalú, Rosellón, Ampúrias, Cerdaña, Conflent, Gerona e Ausona».[69]

O abandono das pretensões aragonesas ao Meio-Dia da França resultou em benefício econômico pois incentivou a expansão catalã através do Mediterrâneo. Essa expansão explicaria também a boa vontade e desprendimento do Conquistador em relação a Castela na questão de Múrcia. Da mesma forma as preocupações mercantis mediterrâneas levaram Jaime I a entrar em contato com Manfredo.[70]

Manfredo em 1260 enviou uma embaixada a Jaime I para negociar o casamento de Constança (filha de Manfredo) com Pedro (filho do Conquistador). O casamento realizou-se em 1262. A aliança com Manfredo, a qual provocou espanto na França e em Castela, pois o filho de Frederico II havia sido excomungado, demonstra o interesse aragonês pelos problemas italianos.

7) Em setembro de 1269, Jaime I, depois de muitos preparativos e de promessas de auxílio por parte de vários soberanos entre os quais se encontravam o imperador de Constantinopla e o próprio soberano mongol, parte do porto de Barcelona para uma expedição à Terra Santa. Uma tempestade porém dispersou a frota e o rei aragonês foi parar no litoral da Provença rumando então para Montpellier donde regressou para seus Estados. Parte da frota, entretanto, rumou para o Oriente, tendo chegado até S. João d'Acre e daí voltado ao reino.

8) Os últimos anos do reinado de Jaime I foram abalados por revoltas internas. Em 1265, nas cortes de Egea, foi obrigado a reconhecer privilégios em favor da nobreza de Aragão que agitava o reino. Jaime I teve que enfrentar também as discórdias entre seus filhos. Note-se que já em agosto de 1262 o rei decidira que ao infante Pedro caberiam Aragão, Catalunha e Valença. Ao infante Jaime caberiam as Baleares e os domínios ainda existentes na França.

Jaime I faleceu em 1276 e seu longo reinado tem sido alvo de censuras e de elogios por parte dos historiadores: «D. Jaime, apaixonado e voluntarioso, cometeu alguns desacertos graves. Sua política interior foi, em geral, calamitosa, sementeira eterna de discórdias e rixas. Seus tratados internacionais nem sempre foram acertados. O empreendimento da Palestina foi empanado graças à sua desídia e falta de empenho. Porém seus dotes de reconquistador, de caudilho e de militar heróico, não podem ser postos em dúvida, bem como a eficácia colossal de sua obra de reconquista».[71]

Pedro III, o Grande (1276-1285). — No início de seu reinado, Pedro III, filho de Jaime I, teve que enfrentar uma revolta de mouros valencianos (1277), uma rebelião de nobres catalães chefiados pelos condes de Foix, Urgel e Pallars (1280). A seu irmão Jaime, Pedro III impôs a situação de feudatário.

O já mencionado casamento de Pedro com a princesa Constança, filha de Manfredo, acarretaria graves conseqüências de ordem internacional. O desaparecimento de Manfredo e de Conradino (o leitor deve ter presente aqui o que escrevemos no capítulo sobre a Itália, nos itens referentes a Nápoles e à Sicília), levaria à intervenção de Pedro III na Sicília. João de Prócida e Rogério de Lauria convidam o rei aragonês a agir contra os angevinos fazendo valer os direitos de sua esposa à coroa da Sicília.

Pedro III prepara uma expedição sob o pretexto de combater os muçulmanos do norte da África. As Vésperas Sicilianas favoreceram a realização dos planos do aragonês. Os nobres sicilianos reunidos em Palermo oferecem, por intermédio de João de Prócida, a coroa da ilha a Pedro III. Este aceita e desembarca em Trapani (1282) e, em seguida, é coroado solenemente em Palermo. Com seu exército de almogávares, Pedro III obriga Carlos d'Anjou a suspender o cerco de Messina e retirar-se para a Calábria. O aragonês apodera-se, então, de Reggio (janeiro de 1283). O papa Martinho IV fuminou Pedro III com a excomunhão, negando os direitos de Constança ao trono siciliano e, depois de desligar os vassalos do rei quanto ao juramento de fidelidade, investiu Carlos de Valois, filho de Filipe III, na coroa de Aragão. O rei francês promoveu contra Pedro III a já mencionada expedição (ver capítulo referente à França).

Depois de instalar Constança e o infante Jaime no governo da Sicília, Pedro III regressou a Aragão. Para acalmar a nobreza revoltada, o rei se viu obrigado a outorgar o célebre *Privilégio Geral* que confirmava antigas prerrogativas (liberdades, foros e costumes).

Pedro III morreu em novembro de 1285, depois de ser absolvido da excomunhão e de manifestar a vontade de devolver à Santa Sé o reino da Sicília. Em 1285 morriam também, Carlos d'Anjou, Martinho IV e Filipe III.

Afonso III (1285-1291). — Afonso III, primogênito de Pedro III, herdou Aragão, Catalunha e Valença. Ao segundo filho, Jaime, coube o reino da Sicília.

No que tange à política externa o acontecimento mais importante do reinado de Afonso III foi o tratado de Tarascón (1291). Em suas cláusulas «se consignava a devolução da Sicília ao papa e indicava,

como meios para consegui-lo, a proibição de que cavaleiros aragoneses servissem ao príncipe Jaime, intimando este no sentido de que abandonasse a ilha. Em troca, o Pontífice revogava a nomeação de Carlos de Valois, rei de Aragão, e Maiorca era declarada sujeita à soberania dos monarcas aragoneses. Sem dúvida essa conduta da Cúria Romana, dispondo da coroa aragonesa, emanava de crença de que permanecia vigente a enfeudação feita a favor de Roma por Pedro II, o Católico, e rechaçada por seus vassalos». [72]

Na política interna deve ser lembrada a oposição dos nobres que forçaram o rei a assinar o *Privilégio de União* que, se por um lado assegurava certas garantias aos nobres e aos simples cidadãos aragoneses, por outro lado impunha condições humilhantes à monarquia, como, por exemplo, a entrega de Castelos aos nobres (garantia do cumprimento do privilégio) e a interferência na escolha do Conselho do rei. Afonso III faleceu em 1291 sem deixar herdeiro. Por determinação sua, a coroa de Aragão caberia a seu irmão Jaime.

Jaime II (1291-1327). — Ao tomar conhecimento da morte de seu irmão, Jaime II partiu da Sicília, deixando como lugar-tenente outro irmão, Fadrique (Frederico) que, como já vimos no capítulo referente à Itália, se fez proclamar rei.

A paz de Caltabellota (1302) pôs fim à luta entre aragoneses e angevinos pela posse da Sicília. Frederico II, para ver-se livre dos almogávares estimulou um de seus chefes, Rogério de Flor, a que se pusesse a serviço do Império do Oriente. Remetemos o leitor para o que já escrevemos sobre essa expedição no volume sobre a História do Império Bizantino. [73]

Nos últimos anos do reinado de Jaime II situa-se a expedição (1323-1324) à Sardenha dirigida pelo infante Afonso que, aparentemente, dominou a ilha. Na realidade, a coroa aragonesa teve que enviar freqüentes expedições para manter esse domínio.

Afonso IV, o Benigno (1327-1336). — O reinado de Afonso IV, filho de Jaime II, caracteriza-se por dois acontecimentos: luta contra Gênova e graves perturbações internas.

A guerra contra a república italiana resultou da expulsão de genoveses da Sardenha e confisco dos respectivos bens após uma rebelião vencida pelo almirante Carroz. A luta no mar durou grande parte do reinado de Afonso IV e prolongou-se sob seu sucessor.

As dissensões internas foram motivadas pela tentativa do rei de beneficiar com doações os filhos de sua segunda esposa Leonor de Castela, em prejuízo de Pedro, filho do primeiro matrimônio e futuro sucessor no trono.

Quando Afonso IV adoeceu gravemente, a rainha, temendo a ira de seu enteado, fugiu para Castela com seus filhos.

Pedro IV, o Cerimonioso (1336-1387). — Filho e sucessor de Afonso IV, Pedro, o Cerimonioso, foi «refinadamente cruel, vingativo até extremos inconcebíveis, desleal em suas relações políticas, falaz em sua palavra, teve, contudo, a extraordinária habilidade de guardar as formas exteriores com diplomacia e suavidade aparentes, que o faziam ainda mais temível». [74]

Vejamos, a seguir, alguns dos principais eventos que caracterizam esse longo reinado, «um dos mais importantes da História de Aragão, pois no mesmo se verificam acontecimentos decisivos para o regime interno aragonês e se resolvem interessantes questões de ordem internacional». [75]

1. O início do reinado é marcado por discórdias entre o rei e sua madrasta que contou entre seus defensores o poderoso senhor D. Pedro de Exerica.

2. Um acontecimento importante foi a incorporação do reino de Maiorca à coroa de Aragão. Para obter esse fim, Pedro IV não hesitou em usar de meios desleais como, por exemplo, a acusação gravíssima, lançada contra seu cunhado Jaime III de Maiorca, de fabricar moedas falsas. Jaime III morreu na batalha de Lluchmayor (1349) lutando em defesa de sua ilha.

3. Pedro IV teve enfrentar os antigos problemas relacionados com o domínio aragonês na Sardenha. Gênova fomentava a rebelião na ilha. «Com sagaz política Pedro se uniu a Veneza, rival de Gênova, e juntas as frotas veneziana e catalã derrotaram em águas de Constantinopla a esquadra genovesa (1352)». [76] Em agosto de 1353 os genoveses são novamente derrotados com graves perdas, pelos aragoneses aliados aos venezianos.

4. Na política interna o acontecimento mais importante do reinado foi a luta de Pedro IV contra a União, movimento rebelde de nobres aragoneses e valencianos. «A famosa contenda da União, tão exaltada por alguns como manifestação da vontade popular e do critério democrático, tem, ao contrário, uma caráter genuinamente nobiliário e dimana dos antigos privilégios outorgados pela realeza aos nobres quando necessitavam deles para a Reconquista. Chega um momento em que o rei quer recobrar a suprema autoridade, e, então, os nobres temendo o prestígio do monarca e a possível perda de suas isenções e do estado de privilégio de que gozavam, buscam na *União* a força necessária para exigir do rei garantias de que seriam respeitados em seus pretensos direitos que datavam, segundo eles, de remota antiguidade». [77]

Os unionistas aragoneses foram derrotados na batalha de Epila (1348), seguindo-se, pouco depois, a vitória sobre os valencianos. Em dezembro de 1348 Pedro IV entra triunfante em Valença.

5. Entre o rei aragonês e os soberanos de Castela reinou, durante algum tempo, uma atmosfera de desconfiança que, entre outras, encon-

tra suas causas no desentendimento entre Pedro IV e sua madrasta, D. Leonor.

Tendo Pedro IV enviuvado de sua segunda esposa, Leonor de Portugal, contraiu núpcias (1349) com Leonor da Sicília, filha de Pedro II da Sicília. As relações entre a coroa aragonesa e a ilha tornam-se freqüentes. Pedro IV envia expedições que auxiliam os reis sicilianos quer na luta interna contra os nobres revoltados, quer em suas contendas com o reino de Nápoles.

Quando Frederico, o Simples, morreu em 1377, Pedro IV pretendeu apossar-se da coroa siciliana, encontrando séria oposição por parte do papa Urbano VI.

Pedro IV morreu em Barcelona em janeiro de 1387 depois de comemorar o cinqüentenário de seu reinado. Foi o «monarca aragonês de menos escrúpulos morais e políticos da História desse Reino».[78]

João I (1387-1396). — Em contraste com a personalidade de seu pai, o novo soberano João I revela-se amante da vida faustosa, colocando em segundo plano as atividades políticas. Podemos dizer que a corte do filho de Pedro IV apresenta já um caráter renascentista.

Entre os principais acontecimentos desse reinado figuram: 1) a invasão da Catalunha pelo conde d'Armagnac (1389) com o fim de praticar pilhagem; 2) sublevação da Sardenha (1390); 3) expedição à Sicília (1394).

Martinho I (1396-1410). — Martinho I encontrava-se na Sicília ultimando a pacificação dos barões rebeldes e assegurando, assim, o trono siciliano a seu filho Martinho, o jovem, quando soube da morte de seu irmão, João I.

Na ausência do monarca, assumiu o governo sua esposa D. Maria de Luna que enfrentou os ataques do conde de Foix, casado com uma filha do rei defunto.

Tendo pacificado a Sicília, Martinho, o Velho, deixa seu filho na ilha e retorna a Aragão, passando pela Sardenha, por Córsega e chegando até Avinhão onde foi recebido por Bento XIII (abril de 1397). No ano seguinte foi coroado em Saragoça. «Escasso interesse político oferece o reinado do último monarca da dinastia catalã na coroa de Aragão. Nenhum problema novo, nenhuma orientação própria».[79] Sob o ponto de vista cultural Martinho I merece algum destaque. Cultivou as letras e dispensou proteção aos literatos e artistas. «O sobrenome de *Humano* com que é conhecido na História é fiel expressão de suas excelentes qualidades pessoais».[80]

Fernando I (1412-1416). — A morte de Martinho I sem deixar herdeiro criou a grave situação para os estados que integravam a coroa aragonesa. Deve-se notar que a sucessão à coroa aragonesa não se regia

por leis escritas mas «por costumes tradicionais tão remotos como a própria monarquia e, naturalmente, o caso atual não estava previsto».[81]

O aparecimento de vários pretendentes agravou a situação. Desses pretendentes, dois apresentavam maior possibilidade de ocupar o trono: o infante de Castela D. Fernando e o Conde de Urgel D. Jaime.

O primeiro, nascido e educado em Castela, contava com o prestígio que havia adquirido na regência do reino durante a menoridade de seu sobrinho João II e com o fato de ser neto de Pedro IV de Aragão por parte de Leonor, filha deste.

O segundo era bisneto de Afonso IV e estava casado com Isabel, filha de Pedro IV. Desfrutava, além disso, de valiosas simpatias no reino, mas a ansiedade e até mesmo a violência com que pretendeu impor sua candidatura contrastava com a atitude circunspecta de D. Fernando e prejudicou-o irremediavelmente.

Depois de várias discussões que prorrogavam excessivamente o interregno ficou resolvido que caberia a uma junta formada por três representantes compromissários de cada um dos três reinos (Aragão, Catalunha, e Valença), decidir o problema sucessório. A junta reuniu-se no castelo de Caspe e, ao cabo de maduras deliberações, elegeu D. Fernando para o trono vago. Essa escolha introduzia em Aragão o reinado da dinastia castelhana de Trastamara.

«O compromisso de Caspe é um magnífico e singular exemplo do grau de maturidade política dos Estados da coroa de Aragão».[82]

No curto reinado de D. Fernando I podemos anotar:

1) Rebeldia de D. Jaime de Urgel que acabou vencido e aprisionado.

2) Trégua com Gênova a respeito do problema da Sardenha.

3) À Sicília Fernando enviou seu filho João como lugar-tenente.

4) Fernando procurou colaborar na extinção do Cisma do Ocidente exortando Bento XIII à renúncia.

Afonso V, o Magnânimo (1416-1458). — Filho e sucessor de Fernando I, Afonso V «mais que um monarca de tipo medieval, parece um soberano europeu do século XVI».[83] Essa afirmativa se justifica por dois fatos:

1) Afonso em sua faustosa corte de Nápoles agiu como verdadeiro Mecenas.

2) Seu governo revestiu um aspecto muito pessoal e absoluto, pois não admitia oposição a suas decisões políticas.

Na Península Ibérica uma parte do reinado de Afonso se caracteriza por suas constantes intervenções nos problemas internos de Castela.

Mas é a expansão pelo Mediterrâneo que constituiu o grande ideal e a grande realização de Afonso V.

Em 1420 parte à frente de uma expedição de vinte e quatro galeras para a Sardenha e, com armas e habilidade política, firma seu domínio na ilha.

Quando a rainha Joana II de Nápoles solicitou o auxílio do jovem rei aragonês contra as forças de Jaime Sforza e a esquadra de Luís de Anjou que sitiavam Nápoles por terra e por mar, Afonso V não hesitou em atender ao pedido de socorro, pois a soberana havia-lhe prometido como compensação o ducado da Calábria e o havia declarado herdeiro do trono.

A esquadra aragonesa forçou os navios angevinos a levantar o bloqueio e Afonso V entrou triunfante em Nápoles (1421). Em breve, porém, o rei aragonês entrou em luta com a volúvel Joana II que se arrependera das promessas feitas ao rei. Joana II fugiu de Nápoles e designou Luís de Anjou como sucessor no trono. Este último aliou-se com o duque de Milão para expulsar os aragoneses da capital do reino. Afonso V, agindo com prudência, retirou-se, então, para a península ibérica (1423). As intrigas e discórdias que imperam no reino de Nápoles vão preparando o ambiente para a futura decisiva intervenção do soberano aragonês, intervenção essa que alguns elementos da própria nobreza desejavam.

O falecimento de Joana II (fevereiro de 1435) decidiu Afonso V (que se encontrava na Sicília) a empreender a conquista de Nápoles. Mas a esquadra aragonesa sofreu grave derrota em frente da armada genovesa nas imediações da ilha de Ponza (agosto de 1435). Afonso V e sua comitiva caíram prisioneiros e foram levados a Milão. O soberano aragonês, entretanto, foi tratado mais como hóspede que como prisioneiro e acabou firmando uma aliança com Filipe Maria Visconti (outubro de 1435). Libertado, Afonso V prosseguiu na luta pela conquista do reino de Nápoles. Em setembro de 1438 o aragonês sitia a capital que, entretanto, é tenazmente defendida pelos angevinos. Observe-se que o papa Eugênio IV opunha-se às pretensões de Afonso V e auxiliou militarmente os defensores de Nápoles. Em novembro de 1441 encontramos o rei aragonês novamente sitiando a cobiçada cidade defendida por Renato de Anjou e aprovisionada por navios genoveses. O bloqueio do porto por uma frota aragonesa influiu para preparar o assalto à cidade (junho de 1442). Em fevereiro de 1443 Afonso V fazia sua entrada triunfal na tão desejada capital. «Desde então até o fim de seus dias permaneceu na Itália, distinguindo-se pela proteção que dispensou aos literatos. Morreu em 1458 e deixou o reino de Nápoles a seu filho natural, Fernando, e os domínios espanhóis, Sicília e Sardenha, a seu irmão D. João». [84]

7. Portugal

A História de Portugal apresenta interesse especial não só graças ao papel preponderante desempenhado nos tempos modernos pelos navegantes, soldados e colonizadores portugueses, mas também em virtude das peculiaridades que essa História revela no que tange à admirável unidade cultural e política que caracteriza o evoluir dos acontecimentos através de mais de oito séculos, desde a fundação do reino até a hora presente.

No limiar desse brevíssimo estudo da História de Portugal dentro da época abrangida por este volume, parece-nos oportuno chamar a atenção para esse fato raro na História: reúne-se um povo em torno de um príncipe audaz, luta por sua independência, delineia suas fronteiras por meio de árduas lutas e entendimentos e mantém esses limites inalteráveis durante séculos. Um povo, uma língua, uma religião, um governo, um amor à independência, uma luta pela reconquista, um grande ideal de propagar a fé e o império, eis o que foi Portugal através dos séculos medievais e nos albores dos tempos modernos.

O Condado Portucalense. — Já vimos, no item referente à História de Leão e Castela, que o rei Afonso VI (1072-1109) deu a mão de sua filha legítima D. Urraca ao conde Raimundo e a mão de sua filha bastarda Teresa, a Henrique, primo de Raimundo. Henrique recebeu o condado portucalense. [85]

Não é fácil precisar os limites dentro dos quais se situava o condado entregue ao governo de D. Henrique. Delimitava-se, aproximadamente, pelo Minho, ao norte, e pelo Tejo, ao sul. [86] Num diploma de 1097 D. Henrique aparece como dominando o território entre o Minho e o Tejo. *(Comite Domno Henrico, genero supradicti Regis, dominante a flumine Mineo usque in Tagum* — Torre do Tombo, Livro Preto, fls. 196). [87]

No governo do território que lhe foi confiado, D. Henrique procura ampliar, cada vez mais, sua autonomia, aproveitando-se das circunstâncias favoráveis: «os largos poderes de que desfruta, a dificuldade das comunicações, o estado de permanente guerra em que se encontram mouros e cristãos, fazem com que se sinta muitas vezes senhor da plenitude do mando nos territórios à sua guarda e procure, como é natural, reforçar cada vez mais a autonomia». [88]

Podemos avaliar até aonde chegaram as ambições e planos futuros do conde D. Henrique, através do pacto sucessório celebrado secretamente com seu primo Raimundo. Por esse pacto o conde portucalense prestaria todo o auxílio no sentido de que o primo alcançasse a coroa de Leão e Castela após a morte do sogro. D. Henrique receberia a cidade de Toledo com seu território, sob a dependência de Raimundo. Ignora-se a data em que foi estabelecido o pacto sucessório. A morte de Raimundo em 1107 tornou-o caduco. [89]

Até a morte do sogro (1109), D. Henrique, apesar de suas ambições, permanece na obediência do soberano «empenhado, talvez, nas correrias contra os sarracenos que era costume fazer todas as primaveras, a que estavam obrigados os homens d'armas ou cavaleiros vilãos e que se conheciam pela denominação de fossado». [90]

A morte de Afonso VI proporciona ao conde D. Henrique oportunidade para afirmar com mais veemência sua soberania nos territórios que lhe foram confiados. Intitula-se, então, «por graça de Deus, Conde e Senhor de todo Portugal» *(Dei gratia comes, et totius Portugalis Dominus)*. «Levado pela natureza das coisas e ainda mais pela ambição a representar um papel importante no meio da guerra civil que devorava a monarquia, conhece-se pelos atos dos últimos quatro anos de sua vida que a todas as considerações ele antepunha o pensamento de obter para si, não só a independência do condado cujo governo subalterno alcançara da generosidade do sogro, mas também largo quinhão nas outras províncias limítrofes, de modo que Portugal se convertesse em núcleo de um poderoso estado no ocidente da Península». [91]

Em data incerta (1112 ou 1114) morre o conde D. Henrique sem que tivesse realizado todos os seus ambiciosos sonhos. «O seu cadáver foi transportado de Astorga para Braga, em cuja catedral jazem ainda hoje os restos daquele que, até certo ponto, se pode chamar o fundador da nacionalidade portuguesa». [92]

Como o filho varão de D. Henrique fosse ainda uma criança, coube o governo do condado à viúva D. Teresa que, no dizer de um cronista coevo, possuía «um saber astuto e ingenioso». Ambiciosa como o fora seu esposo, D. Teresa procura tirar partido das intrigas e discórdias que imperam na corte de sua irmã. «Como D. Henrique, a sua tática invariável é aproveitar os dissídios de Leão-Castela, Aragão e Galiza para dar alternadamente o seu apoio a cada partido, e de todos obter substanciais vantagens». [93] Ora adversária da irmã, ora sua aliada, D. Teresa tem como alvo o alargamento de seus domínios e firmar sua independência. Os súditos começam a dar-lhe o título de rainha e já na ano 1116 o papa Pascoal II a ela se refere chamando-lhe *Tarasie Regina*. Em 1117 aparece, pela primeira vez, o nome de Reino aplicado ao Condado portucalense.

Depois de um tumultuado reinado, falece D. Urraca em 1126 e o cetro de Leão e Castela passa para seu filho Afonso VII. Este resolve fazer valer sua autoridade junto à D. Teresa e, na primavera de 1127, penetra em terras portucalenses. Uma rápida campanha de seis semanas obriga «a rainha a humilhar-se e a reconhecer a supremacia do monarca». [94]

Situa-se aqui o famoso episódio em que aparece como figura central Egas Moniz. Em sua marcha vitoriosa Afonso VII pôs cerco a Guimarães onde se encontrava Afonso Henriques. «Depois de alguma resistência, vendo que as suas forças não bastavam para repelir aos cercadores, os barões e cavaleiros encerrados nos muros de Guimarães declararam em nome do moço Afonso que ele se consideraria de futuro vassalo da coroa leonesa. Egas Moniz, poderoso fidalgo, cujos senhorios se dilatavam pelas margens do alto Douro e que, talvez mais que nenhum, gozava a reputação de homem leal, ficou por fiador da promessa. O rei de Leão levantou o cerco e, depois de reduzir à obediência D. Teresa, retirou-se para Galiza. Quando porém, os sucessos de 1128 entregaram Portugal nas mãos do filho do conde Henrique, ele esqueceu as promessas de Guimarães, e com ele as esqueceram os barões portugueses. Só Egas Moniz se lembrou do que jurara. Seguido de sua mulher e filhos, dirigiu-se à corte do monarca e apresentando-se perante ele descalço e com uma corda ao pescoço, pediu para resgatar com a morte a sua palavra nunca traída. Era grande a cólera de Afonso VII; mas venceu-o aquela inaudita façanha de lealdade. Deixou-o partir solto e livre e, o que era mais para o nobre cavaleiro, sem a tacha de deslealdade». [95]

Já antes da invasão de 1127 dois partidos se defrontaram em Portugal: o da Rainha e o do Infante. A intervenção de Afonso VII apenas retardou a luta entre as facções.

O partido da Rainha era integrado principalmente por fidalgos galegos atraídos pelo conde Fernando Pérez, também galego e favorito da rainha.

O partido do infante contava com fidalgos minhotos e beirões, «em quem começavam a delinear-se vislumbres de exclusivismo regional». [96]

A 24 de junho de 1128, no campo de S. Mamede, perto do castelo de Guimarães *(in campo S. Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes*, reza a *Chronica Gothorum)*, as duas facções travaram uma batalha de que resultou derrotada D. Teresa que foi expulsa de Portugal.

Afonso Henriques (1128-1185). — A batalha de S. Mamede coloca Afonso Henriques definitivamente à frente dos destinos da terra portuguesa.

Os cronistas chamam a atenção para a coragem e belicosidade que caracterizam o jovem chefe (*fuit vir armis strenuus* — *Chronica Gothorum*; *strenuus fuit armis et bellicosus* — *Chronicon mundi* de Lucas de Tuí). [97] Com efeito a vida toda de Afonso Henriques é uma luta contínua em prol da defesa e ampliação do território. Em 1130, 1133, 1134 e 1137 encontramo-lo combatendo na Galiza. Em 1137 Afonso Henriques vence a batalha de Cerneja (ou Cernesa) contra os condes de Leão, Rodrigo Vela e Fernando Pérez, provocando a retirada desordenada das tropas galegas.

No sul, porém, os muçulmanos tornam-se ameaçadores: tomam o castelo de Leiria e derrotam os portugueses em Tomar. Para melhor defender-se, contra o infiel, Afonso Henriques assina com Afonso VII a paz de Tuí (julho de 1137). Partindo de Coimbra, onde, então, encontrava-se a corte, o exército luso dirige-se para o sul e desbarata os mouros em Ourique (25 de julho de 1139). [98] Ignora-se o local dessa

famosa batalha a que se ligou «a fama da miraculosa aparição de Cristo crucificado a D. Afonso, das divinas palavras de incitamento e da resolução de colocar na bandeira de Portugal as cinco chagas».[99] Ainda sobre a batalha de Ourique comenta Herculano: «Se acreditarmos os cronistas antigos e ainda os historiadores modernos a batalha de Ourique foi a pedra angular da monarquia portuguesa. Ali os soldados no delírio de tão espantosa vitória, de que haviam sido instrumento e vítimas cinco *reis* mouros e os exércitos sarracenos d'África e de Espanha, aclamaram monarca o moço príncipe que os conduzira ao triunfo».[100] Herculano adverte contra o exagero de número de inimigos enfrentados, pois o limitado das forças almorávidas que guarneciam a Espanha muçulmana e a rapidez da invasão não consentiam virem a Ourique tropas das províncias mais remotas.

As principais conseqüências da batalha de Ourique foram, sobretudo, de ordem moral: as armas portuguesas haviam dado uma exemplar lição aos sarracenos e restauravam os brios lusitanos amortecidos «com as humilhantes condições impostas por Afonso VII ao infante na conjuntura dos reveses de Leiria e Tomar».[101]

Compreende-se pois que, após a batalha de Ourique, Afonso Henriques se tenha atribuído o título de rei, conforme se vê em documento datado de 1139 ou 1140. Note-se que esse título já havia sido dado ao jovem desde 1128.[102]

Depois de Ourique, Afonso Henriques vai novamente medir forças com Afonso VII na Galiza. Em Val-de-Vez há uma luta entre cavaleiros portugueses e leoneses com a vitória dos primeiros. Depois de um armistício firma-se a paz de Zamora (outubro de 1143) segundo a qual Afonso VII reconhecia o título de rei a Afonso Henriques. Este ficava contudo dependente do rei leonês em virtude do senhorio de Astorga. A independência de Portugal fora assegurada por um hábil gesto de Afonso Henriques: o ato de vassalagem prestado ao papa Inocêncio II na pessoa de seu legado Guido de Vico que estivera presente à conferência de Zamora. Esse ato parece ter antecedido à conferência. Sobre a vassalagem convém repetir Pimenta: «Que determinara D. Afonso Henriques a efetuar esta vassalagem que só ao fim de perto de quarenta anos, a darmos fé à versão vulgar do feito, consegue ser reconhecida como devia? Deve-se ter presente o estado de espírito daquela época. Andavam no auge do seu vigor as doutrinas teocráticas de Gregório VII. O rei entendia que, reconhecido integralmente pelo pontífice, nenhum poder humano podia, em verdade, atentar contra a sua soberania, ou deixar de a ter como legítima».[103]

Depois da paz de Zamora, Afonso Henriques vai dedicar-se à Reconquista. Vejamos, sucintamente e em ordem cronológica, os êxitos obtidos pelo monarca português.

1147 — Em março conquista Santarém e em outubro entra vitorioso em Lisboa.[104] A conquista dessa cidade foi efetuada após prolongado e sangrento assédio e com o auxílio de cruzados alemães, franceses, ingleses e flamengos. «Qual fosse o efeito moral de tão importante conquista fácil é de supor. Todo o distrito desta como península formada pelo território aquém e além do Tejo, perto da foz do rio, submeteu-se imediatamente».[105]

Sintra, Almada e Pamela caem em poder dos portugueses. Em 1158, após repetidas tentativas, Afonso Henriques toma Alcácer do Sal. Beja e Évora são conquistadas no ano seguinte, abandonadas ante forte investida sarracena, mas recuperadas em 1162 (Beja) e em 1165 (Évora). Em 1166 os portugueses dominam Serpa e Juromenha.

«E' uma epopéia de 27 anos que embora não tenha, agora, já, grandes lances se prolonga ainda até 1185, data da morte de D. Afonso Henriques, que com razão a si próprio se podia chamar *Pius, Victor, Triumphator ac semper invictus*[106] (Piedoso, vencedor, triunfador e sempre invicto).

Afonso Henriques não se preocupou somente com as ações bélicas. Procurou consolidar internamente sua obra: «Para isto importava que ao mesmo tempo buscasse o favor da Igreja, primeiro elemento de força naqueles tempos, que favorecesse a fidalguia, principal nervo dos exércitos, e que, finalmente, desse o máximo grau de vigor ao espírito municipal...»[107]

Sancho I (1185-1211). — Quando Sancho I, filho de Afonso Henriques, ascendeu ao trono, tinha diante de si duas árduas tarefas: prosseguir na reconquista e consolidar o já adquirido.

Na luta contra os mouros devemos anotar a tomada de Silves em 1189 e, logo após, do castelo de Albufeira e das regiões vizinhas. «D. Sancho muda o seu título de Rei de Portugal neste outro, prematuro mas profético: Rei de Portugal e do Algarve».[108] Mas os sarracenos, em 1191 recuperam Silves e vêm retomar Alcácer do Sal, Palmela e Almada. «E assim se ficou até 1210, em que já vemos os freires de Santiago senhores de Palmela».[109]

Da atuação interna de Sancho I lembremos: «introduziu colonos estrangeiros, que fundaram Azambuja e Cezimbra; alargou os senhorios das ordens militares; repovoou Leiria; fundou Gouveia e Guarda; restaurou e povoou Covilhã; povoou Folgosinho, Valhelhas e muitos outros lugares da Beira; reedificou Idanha-a-Velha, restaurou e povoou Belmonte, de acordo com o bispo de Coimbra; doou uma propriedade sua em Terra de Penaguião para ser povoada e plantada por Sueiro Mouro; concedeu privilégios aos povoadores de vários lugares, como aconteceu com a Covilhã; deu foral a Souto Maior, Guiãis, Soverosa, Avô, Bragança, Torres Novas, Almada, Taboadelo, Fontes, Crastelo, Vila Nova, etc... A atividade de D. Sancho I foi notabilíssima sob este ponto de vista».[110]

Afonso II (1211-1223). — Um dos traços característicos do reinado do filho de Sancho I é a defesa das prerrogativas da Realeza afirmando

solidamente sua presença no governo do reino e defendendo-a contra o clero, a nobreza e as próprias irmãs. Reivindicou severamente tudo que pertencia à coroa. Contra as Infantas, que alguns fidalgos apoiavam com o intuito de fazer oposição ao poder absorvente do rei, Afonso II não hesitou no emprego da luta armada. Contra o clero e a nobreza lança mão das famosas inquisições gerais: «a alçada enviada pelo soberano indaga, uma a uma, das condições jurídicas das terras, dos direitos senhoriais, dos padroados e mosteiros com os quais andam abusivamente misturadas as propriedades de foro real. A alçada ouve em cada lugar os mais antigos habitantes e, segundo as suas idôneas declarações, ajuíza e procede com a severidade necessária».[111]

Afonso II continuou a obra de povoamento do Reino embora não tão intensamente como seus antecessores. «Recebeu preciosa colaboração das ordens militares no povoamento do centro e sul do País, e concedeu foral a Favaios, Canedo, Vila Chã, Avis, Vilarinho, etc... No seu tempo se povoou Mirandela com gente dos arredores; se estabeleceram postos fortificados na fronteira do sul, e se começou a povoar Marvão».[112]

Afonso II não revelou vocação guerreira. Entretanto de seu reinado dois notáveis feitos de armas devem ser lembrados. O primeiro é a participação das tropas portuguesas (sem a presença do rei) na batalha de Navas de Tolosa (julho de 1212). O segundo é a sangrenta reconquista de Alcácer de Sal por um exército português em que se encontram membros de ordens militares (outubro de 1217).

Sobre a batalha de Navas de Tolosa vale recordar uma bela página de Herculano na qual o historiador salienta a participação da gente do povo em quem a vida municipal despertara o sentimento da liberdade e a idéia de pátria: «Lá, entre a inumerável multidão de homens d'armas cobertos de ferro e montados em possantes cavalos, entre o confuso esvoaçar dos pendões e estandartes, ao lado dos maciços de lanças pulidas, que brilhavam como um pinhal cujo cimo orvalhado se agitasse com o vento aos primeiros raios do sol, a numerosa mas pobre e grosseira infantaria portuguesa soube distinguir-se por extremos de sofrimento e de atividade no mais duro e pesado serviço do exército e no valor impetuoso com que se arrojava ao combate, como se o dar e receber a morte fosse o deleite de um banquete. E de que gente se compunha esta infantaria enérgica e valente que gerava assombro num dos indivíduos mais eminentes daquela época, Rodrigo de Toledo, o qual foi testemunha da sua prontidão e esforço? Dos homens desses concelhos começados a organizar no berço da monarquia e que os nossos dois primeiros reis espalharam com mão profusa por todos os ângulos do reino. Era o povo que surgia forte e ativo, porque a vida municipal despertara nele o sentimento da liberdade e a idéia de pátria; porque o chefe da monarquia os elevara a seus próprios olhos, dando os primeiros passos para essa mútua aliança de séculos contra o orgulho e desenfreamento brutal das classes privilegiadas, convertendo-os de homens de creação ou malados quase servos dos senhores de terra em súditos livres do rei; porque, finalmente, as suas cartas de garantia constitucional, chamadas forais, eram verdadeiros contratos onde ao lado de cada dever que se impunha aos burgueses se lhes assegurava um direito».[113]

Sancho II (1223-1248). — Filho de Afonso II, Sancho II enfrenta uma situação delicada em virtude do conflito com o alto clero. Também a nobreza se opõe ao rei, em virtude da política das inquirições. D. Sancho procura solucionar os conflitos: «Logo no terceiro mês do seu advento, reúne em Coimbra uma assembléia de clérigos e seculares e estabelece com eles bases de composição satisfatória. Pagará a coroa ao arcebispo de Braga e a quantos se considerarem prejudicados indenizações convenientes».[114]

Mas o convênio de Coimbra não consegue pôr fim às questões religiosas. Alastra-se a anarquia pelo país e cometem-se agressões contra eclesiásticos e sacrilégios hediondos. As queixas chegam a Roma e o jovem rei, mais culpado por omissão que por comissão, é excomungado pelo papa. «O libelo do clero contra o rei cresce, reclama da Santa Sé intervenção decisiva. As intrigas multiplicam-se: bispos coléricos, fidalgos enfurecidos — e agora, como centro propulsor da magna ofensiva, uma personagem de vulto: o próprio irmão de D. Sancho, Afonso, Conde de Bolonha, que se retirou para a França anos antes e para quem já convergem as esperanças de todos os inimigos confederados».[115]

Afonso é designado pela Santa Sé para restaurar a ordem no reino de cujo trono ele será o sucessor, caso o rei não tenha filhos. Com o título de Visitador e Curador do Reino, Afonso desembarca em Lisboa. Trava-se uma cruel guerra civil. D. Sancho II escolhe o exílio voluntário e morre no Mosteiro de Toledo.

Na política interna do reinado de Sancho II deve-se anotar o desenvolvimento de regiões como «grande parte da Beira Baixa, do Alto Alentejo, de Trás-os-Montes e do Douro».[116] Na luta pela Reconquista D. Sancho II, «à frente das tropas, investe contra Elvas, e toma-a, abandonando-a pouco depois, para a ocupar definitivamente em 1229. Em 1232, conquista Moura e Serpa; em 1234, Aljustrel; em 1238, Mértola, Tavira e Cacela».[117]

Afonso III (1248-1279). — O grande acontecimento do início do reinado de Afonso III é a conquista de Algarve. Em 1249 sitia Faro, que se rende. Seguem-se as conquistas de Albufeira, de Loulé, de Aljezur e do castelo de Porches.[118]

Sobre a conquista do Algarve anota Herculano: «As particularidades da guerra esqueceram com o decurso dos anos, ou estão de tal modo confundidas com grosseiras inexações que seria vão empenho tentar distingui-las e apurá-las. Esses acidentes não dariam, porém, maior importância ao sucesso. O que o torna memorável é o ser ele como a

baliza que assinala o termo no ocidente da Península à luta de séculos entre o cristianismo e o islamismo. Portugal atingia, enfim, pelo meio-dia os seus limites naturais, a orla do mar, como já muito antes os atingira pelo poente. Restava-lhe só estabelecer e assegurar os do norte e de oriente contra Leão e Castela, monarquia gigante que o cingia e que lhe disputava com ciúme o aumento de território». [119]

Os ciúmes de Castela surgem quando Afonso III «recomeça a ofensiva e ocupa as terras andaluzas de Aronche e Aracena, na esteira do irmão que já transpôs o rio, para a margem esquerda, quando submeteu Moura, Serpa e Aiamonte». [120]

Rompem-se as hostilidades entre Fernando III de Castela e Afonso III. Este deve ceder em virtude da situação inferior em que se encontra. Em 1253 celebra-se um acordo entre Afonso III de Portugal e Afonso X de Castela. «Por esse acordo, D. Afonso III, ligado por matrimônio não dissolvido à Condessa de Bolonha, nem por isso vacila em ajustar o seu casamento com D. Beatriz, ainda criança, filha do Rei de Castela. Ao mesmo tempo, cede a Afonso X o usufruto de Algarve, até que atinja sete anos o primeiro filho que venha a ter de D. Beatriz. Habilíssimo estratagema, graças ao qual se despoja o castelhano, em favor do neto, dos territórios em litígio — que assim, dentro de curto prazo, reverterão definitivamente a Portugal». [121]

Notemos de passagem que a atitude do rei português mereceu a reprovação do papa Alexandre IV que lança o interdito contra o bígamo real. Entretanto o falecimento da condessa de Bolonha viria, mais tarde, facilitar a legitimação do fato consumado.

Em 1267 estabelece-se entre o soberano português e o castelhano o tratado de Badajoz. Herculano assim resume o importante acontecimento que marca as fronteiras entre os dois reinos: «Afonso X cedeu sem restrição de todos os direitos que pudessem competir-lhe no Algarve em virtude dos anteriores tratados ou por outro qualquer título, e ordenou aos cavaleiros que tinham os castelos reais da província em terçaria que os entregassem ao rei de Portugal ou a quem ele ordenasse. Pela sua parte Afonso III, que apenas possuía além do Guadiana os castelos de Aroche e Aracena, porque Moura e Serpa possuíam-nas os hospitalários, cedeu-os também ao sogro, estabelecendo-se definitivamente por fronteira dos dois países a corrente do Guadiana, desde a confluência deste rio com o Caia até o mar. Arronches e Alegrete, terras situadas além do Caia, sobre que parece ter havido algumas dúvidas entre as duas coroas, ficaram dentro dos limites do Portugal, pondo-se marcos, a leste dessas povoações, que extremassem os dois reinos. Marvão do lado de Portugal, e Valença do lado de Leão deviam ficar como estavam, metendo os comissários, encarregados de fixar os limites, padrões entre as duas praças. Pelo resto das fronteiras mais ao norte tudo devia conservar-se na situação em que se achava no reinado de Afonso IX de Leão, salvo o pertencer Chaves a Portugal, revalidando-se o ato pelo qual Fernando III restituíra essa povoação a Sancho II. As tréguas, pazes e acordos celebrados entre os dois monarcas na época em que Afonso X era infante teriam também pleno vigor em tudo o que não fosse relativo ao Algarve, cuja incorporação definitiva na coroa portuguesa o presente tratado estatuía». [122]

A cessão plena do Algarve estabelecia os limites naturais: Portugal estava completo. «Completo no mapa da Europa. Completo na sua predestinação de país aventuroso, navegador, solicitado pelas miragens da aventura e pelos apelos do largo». [123] Compreende-se, pois, que Afonso III, depois de haver abandonado já em 1259 o título de conde de Bolonha, assumisse o de rei de *Portugal e do Algarve*, «que seu avô adotara temporariamente e que nunca mais perderam os seus sucessores». [124]

Além do acréscimo e da consolidação do território português, devem ainda ser anotados os seguintes acontecimentos do reinado de Afonso III:

1) *Cultivo e repovoamento da terra.*

2) *Expedição de forais a numerosas comunas.* Note-se que os forais nem sempre criavam o regime municipal. Muitas vezes apenas sancionavam situações preexistentes.

3) *Convocação dos representantes dos concelhos para fazerem-se ouvir nas cortes.* «Concelhos são categorias de vilas ou simples lugares que nos meados do século XII começamos a encontrar abundantemente...» [125] Talvez os ditos representantes tenham aparecido pela primeira vez nas cortes de Guimarães (1250). Essa suposição se baseia na expressão «et aliorum» (e de outros) constantes no documento às ditas Cortes (in presentia multorum episcoporum procerum et militum *et aliorum).* [126] Da presença dos representantes nas cortes de Leiria de 1254 não há dúvida, pois lemos nas fontes que essa assembléia foi formada também *Cum bonis hominibus de conciliis de suo regno* «com os homens bons do concelhos de seu reino». (Cum episcopis et cum proceribus, et cum prelatis, et cum ordinibus, et cum bonis hominibus de conciliis de suo regno). [127]

4) *Novas inquirições que provocam reações por parte da nobreza e do Clero.* O conflito com o clero leva o rei a um conflito de amplas proporções com a Santa Sé, o qual acarreta a excomunhão sobre o monarca e o interdito sobre o reino.

A proximidade da morte leva Afonso III a reconciliar-se com a Igreja declarando seu arrependimento e submissão.

Concluamos esse breve estudo do reinado de Afonso III com as palavras de Herculano: «Assim acabou Afonso III. Obtendo a coroa por meios pouco generosos e honestos, no exercício do poder supremo forcejara, todavia, por mostrar que não era indigno dele. Na guerra menos ilustre que o irmão, e na paz menos previdente que o pai, reuniu, contudo, os dotes de um e de outro em grau eminente. A feição mais

distinta de seu caráter parece ter sido uma obstinação astuta, que não excluía a indulgência excessiva para com os válidos, principalmente para com aqueles que o haviam ajudado a chegar à brilhante situação de rei».[128] O reinado de Afonso III foi, segundo Herculano, «uma época de verdadeiro progresso social, em que se dilatou a civilização, e a classe popular fez importantes conquistas...»[129]

D. Dinis (1279-1325). — A Afonso III sucedeu seu filho D. Dinis que contava então dezoito anos incompletos. Com a idade de dezesseis anos fora associado ao trono, medida acauteladora de Afonso III. «Contava, de feito, o infante D. Dinis mais de dezesseis anos nos fins de 1277, e, se acreditarmos um historiador nosso, havia quem intendesse dever el-rei associá-lo ao poder. E, na verdade, é certo que dentro de poucos meses (junho de 1278) o sucessor da coroa foi rodeado de uma corte de vassalos e oficiais e dotado com preciosas alfaias e com uma renda anual de quarenta mil libras, partindo imediatamente de Lisboa, segundo parece, para visitar o reino. Oprimido pelos anos e ainda mais pela doença, vergando debaixo do peso das censuras que moralmente o acabrunhavam, Afonso III lançara sobre os ombros ainda pouco robustos do filho o encargo da administração, embora os negócios fossem expedidos em seu nome, e em tudo o mais reservasse para si as prerrogativas reais».[130]

D. Dinis tivera uma educação esmerada. Nessa educação preponderou evidentemente a influência que o próprio Afonso III recebera quando de sua estadia na França. Assim é que D. Dinis «recebeu dos seus dois mestres — Ayméric d'Ebrard († 1295) e D. Domingos Jardo, ambos ilustres, uma educação literária tão completa, que se pode contar como o mais sábio monarca de seu tempo».[131] Compreende-se assim que a corte de D. Dinis se tenha tornado um centro de intensa vida literária para onde convergiam jograis e trovadores da Galiza, de Leão e Castela. O próprio rei figura na Literatura Portuguesa como régio trovador que «cantou principalmente os sentimentos e tristezas do coração, não se encontrando na coleção de suas rimas, nem sirventeses, nem cantos guerreiros, como muito dos seus contemporâneos deixaram, o que bem se explica pelo seu gênio, ilustrado e pacífico».[132]

Vejamos, agora, sucintamente alguns dos principais fatos do reinado de D. Dinis.

1) *Vida agrícola.* — D. Dinis foi o primeiro grande impulsor da vida agrícola em Portugal. Compreende-se que lhe tenham dado o apelido de «o Lavrador». «E acertam, em seu profundo instinto: é o Rei o primeiro lavrador do Reino. Com prazer e orgulho o é — a avaliar por essa lei na qual estatui que «os Fidalgos e Nobres não perdessem a Nobreza e as suas honras, por serem Lavradores».[133] Imbuído do espírito de valorização da produção agrícola, D. Dinis impede a acumulação desmedida de territórios nas mãos de Ordens e do clero, incrementa

as feiras populares, seca diversos paúis, distribui terras a novos colonos, desenvolve as plantações de imensos pinhais em Leiria, etc.[134]

2) *Desenvolvimento da Marinha.* — D. Dinis prestou cuidados especiais ao desenvolvimento da Marinha. Em fevereiro de 1317 designa para o cargo de almirante-mor o genovês Manuel Pezagno («... eu querendo fazer graças e mercee a miçer Manuel Genoes meu vassalo façoo meu Almirãte moor...»). O rei promoveu a construção de novas unidades tanto para a frota de guerra como para a marinha mercante, e intensificou as relações comerciais com a Inglaterra, a França e Flandres.

3) *Povoamento do território.* — Prosseguindo na obra de seus antecessores, D. Dinis preocupou-se especialmente com o povoamento do território criando ou reformando povoações, dando forais, edificando ou reedificando numerosos castelos entre os quais figuram os de Braga, Almeida, Leiria, Sabugal, Beja, etc...

4) *Criação da Universidade.* — Figuras representativas do alto clero pedem ao papa o consentimento para a fundação do ***Studium Generale*** (Estudo Geral) em Lisboa. Essa iniciativa tem o pleno apoio do monarca. O pedido data de novembro de 1288. Já em março de 1290 D. Dinis funda a Universidade, antes mesmo de chegar a aprovação pontifícia.[135] Esta data de agosto de 1290 e aprova a fundação (Bula ***De Statu Regni Portugalliae: quod super hoc factum est, ratum et gratum habemus***).

Na «Universidade dos Mestres e Escolares de Lisboa», como a designa o Pontífice, ensinam-se artes, leis, cânones e medicina. Em 1308 a Universidade é transferida para Coimbra. Em 1309 D. Dinis confere à Universidade grande número de privilégios. Note-se que a sede da Universidade foi várias vezes transferida até que em 1537 D. João III muda-a outra vez para Coimbra onde permaneceu definitivamente.

5) Sob o reinado de D. Dinis foi fundada a Ordem de Cristo que futuramente, sob a direção do Infante D. Henrique, desempenharia papel fundamental nos Descobrimentos.

O início do reinado de D. Dinis é agitado pelo irmão do jovem rei, o infante D. Afonso, que ambiciona a coroa. O final do reinado assiste à rebeldia de outro D. Afonso, o filho de D. Dinis, que abre luta contra o pai por temer que este deixe o trono para um filho bastardo, Afonso Sanches. A ingratidão de Afonso apressa a morte de D. Dinis.

Antes de encerrarmos essas linhas convém lembrar a figura da esposa de D. Dinis, D. Isabel de Aragão, a rainha santa. Pimenta assim a descreve: «Pacificadora das discórdias entre seu marido e seu filho, protetora incansável dos desventurados, aureolada pela santidade que as suas virtudes e milagres mereceram, D. Isabel de Aragão é uma das figuras mais belas de nossa História».[136]

Afonso IV (1325-1357). — O filho e sucessor de D. Dinis inicia seu reinado desterrando Afonso Sanches e confiscando-lhe os bens.

Entre Castela e Portugal as relações se estremecem em virtude dos maus tratos a que é submetida D. Maria, infanta de Portugal, com quem Afonso XI havia contraído matrimônio, depois de um casamento não consumado com D. Constança. Afonso IV, por sua vez, pretende que seu filho D. Pedro case com a repudiada D. Constança, ao que Afonso XI faz oposição. Rebenta a guerra. «O conde de Barcelos invade a Galiza; o próprio Rei cerca Badajoz: uma esquadra ataca os portos inimigos na foz do Guadiana. O exército castelhano invade Portugal e aproxima-se do Porto. Põe termo ao conflito a intervenção do papa e do rei Carlos VII da França. Pela paz de Sevilha Afonso XI promete modificar sua atitude para com a rainha Maria e permitir a vinda de D. Constança para Portugal». [137]

A ameaça sarracena une os contendores da véspera. Afonso IV toma parte, então, na batalha de Salado (1340), «o último incidente do movimento hispânico da reconquista em que Portugal colaborou». [138]

Nesta sangrenta batalha Afonso IV se houve com valentia e com elegância moral mostrando desprendimento na hora da partilha dos despojos. O cronista castelhano assim registra o acontecimento: «mandó (el Rey Don Alfonso) llamar el Rey de Portogal e mostrógelo todo, e rogóle que tomasse dentre lo que quisiese. Et el Rey de Portogal tomó algunas de las espadas, et de las siellas, et de los frenos, et de las espuelas; et dixo que de las doblas que no queria nenguna cosa. Et el Rey de Castiella rogóle mucho afincadamiente que tomase algunas de ellas: et porque non lo quiso facer, el Rey de Castiella diójele el fijo del Rey de Sujulmenza, et diole otros Moros de los que tenia alli. Et el Rey de Portogal fué muy pagado de quanta honra le fizo el Rey de Castiella, et salió de Sevilla». [139]

A jornada de Salado deu a Afonso IV o cognome de *Bravo*.

Na política interna devemos anotar a seguinte atuação do rei:

1) Desenvolvimento da marinha atestado em uma bula do papa Bento XII e pelas duas expedições realizadas às ilhas Canárias.

2) Repressão dos abusos praticados pelos nobres em suas terras.

3) Instituição dos *juízes de fora*, isto é, de juízes estranhos aos locais em que deveriam exercer suas funções.

4) Concessão de forais a Buarcos, Fermelo, etc. ... concorrendo para o povoamento.

Situa-se no reinado de Afonso IV o famoso episódio de Inês de Castro. Quando D. Constança veio para Portugal e casou com D. Pedro, acompanhou-a a formosa dama D. Inês Peres de Castro por quem o infante logo se apaixonou. Afonso IV, temendo a influência dos parentes de D. Inês no futuro monarca português (D. Inês era filha natural de um poderoso fidalgo galego), ordena a execução da amante do filho. Este se rebela, então, contra o pai que agira por razões de Estado, deixando de lado as razões do coração.

Pedro I (1357-1367). — Os dez anos de reinado do filho de Afonso IV transcorrem em perfeita paz interna e externa: «E' o primeiro reinado e o único reinado da primeira dinastia no decorrer do qual o nosso país não se encontrou envolvido em guerra entre os próprios naturais, com os mouros, com os castelhanos, ou com qualquer outra nação». [140]

A atuação do rei na distribuição da justiça, a reabilitação de Inês de Castro e a instituição do Beneplácito Régio, eis os acontecimentos marcantes desse reinado.

Com relação ao primeiro, repitamos o cronista: «Amava a justiça e era muito amigo de a fazer com direito, e assim como quem faz correição, andava pelo Reyno, ouvindo os queixosos, e despachando os requerentes, e visitada uma parte, não lhe esquecia de hir logo ver outra, de sorte que poucas vezes acabava hum mez em cada lugar de estada». «Foi muito mantenedor de suas Leys — registra ainda Fernão Lopes — e grande executor de suas sentenças julgadas». [141]

D. Pedro I tenta reabilitar a memória de Inês de Castro declarando em 1360 que, sete anos antes, havia casado com ela. Ao que parece, esse casamento nunca se realizou. Os responsáveis pela morte de Inês são executados cruelmente.

Sobre a transladação do cadáver de Inês, «Rainha depois de morta», com pompas fúnebres reais, entre uma ala imensa de círios, de Santa Clara até Alcobaça, observa Ameal: «é sobretudo um belo motivo decorativo para evocações lírico-romanescas». [142]

O Beneplácito Régio já havia sido exercido com intermitência. Nas cortes de Elvas (1361) pede-se ao rei que tome uma providência no sentido de ser exigida a aprovação régia para as decisões emanadas da Santa Sé. O rei acede e o Beneplácito Régio torna-se lei da Nação. [143]

Fernando I (1367-1383). — Filho de D. Pedro I, Fernando sucedeu-lhe no trono em 1367. «A primeira imagem que oferece de D. Fernando a larga e bela Crônica de Fernão Lopes é a do próprio soberano — com seus vinte e dois anos florentes, sua majestosa figura, seus hábitos de Príncipe voluptuoso e cavaleiro». «Havia bem composto corpo e de razoada altura, formoso em parecer e muito vistoso; tal que estando cerca de muitos homens, posto que conhecido não fosse, logo o julgavam por rei dos outros». [144]

Na política interna o governo de D. Fernando caracteriza-se por importantes medidas de ordem econômica entre os quais devemos sublinhar a *Lei das Sesmarias* e a proteção dada à marinha mercante.

A Lei das Sesmarias (sesmar — repartir) foi publicada em 28 de maio de 1375 e determinava, em resumo, o seguinte: [145]

1. O senhor de terra que não puder lavrá-las todas, lavrará as que puder e fará lavrar as outras por alguém.

2. Cada lavrador terá as juntas de bois indispensáveis para o amanho das suas terras, para o que se fixará o preço de cada junta, e ninguém se poderá escusar a vender o gado que tiver para isso.

3. Se o senhor das terras não cumprir o que lhe é determinado, as justiças apoderar-se-ão das terras e entregá-las-ão a quem as amanhe, durante certo tempo, não podendo o proprietário, entretanto, receber quaisquer fundos dos rendimentos delas.

4. Só os lavradores ou criados seus que com eles vivam para o serviço da lavoura podem ter gados próprios ou alheios.

5. Os que foram ou costumavam ser lavradores; os filhos e netos de lavradores; quem não tiver valores equivalentes a 500 libras, ou não exerça profissão de manifesto proveito geral; quem não viver permanentemente com pessoa que precise do seu trabalho para a obra útil — todos esses terão que lavrar ou servir na lavoura.

6. Quem for apanhado a mendigar sem licença, ou a vadiar, ou a fingir-se religioso, será obrigado a prestar serviço na lavoura, sob penas que podem ir até o degredo, «porque queria el-Rei, diz Duarte Nunes de Leão que em seu reino ninguém vivesse ocioso».

Fernão Lopes, em *Chronica del-Rey D. Fernando*, afirma que em virtude dessa lei «a terra começou de seer mais aproveitada, e creçer em avondança de mantiimentos». [146]

D. Fernando sentiu a importância que o comércio marítimo adquirira para a economia do país. Assim é que incentivou a fabricação de embarcações oferecendo inúmeras vantagens aos armadores nacionais. Na Chronica de D. Fernando diz Fernão Lopes «que el-Rei ordenou que aqueles que fizessem naus de mais de cem toneladas pudessem servir-se livremente de toda a madeira das suas matas 'sem pagamdo nenhuma cousa por ella', e o ferro, ou fulame ou qualquer outra coisa que importassem para a construção das naus, entrasse livre dos direitos de sisa que lhes coubesse». [147]

A concessão de isenções às mercadorias exportadas na primeira viagem, o abatimento de 50% na dízima da carga de retorno da viagem inicial, o estabelecimento de verdadeiras bolsas de seguros marítimos em Lisboa e Porto, eis outras medidas de grande alcance tomadas por D. Fernando no plano econômico. [148]

Na política externa de D. Fernando vamos lembrar a aliança inglesa e as três guerras com Castela.

A primeira guerra com Castela inicia-se em 1369 com a invasão da Galiza por parte de D. Fernando que ou pretende vingar a morte

violenta de Pedro I de Castela, ou pretende ocupar o trono de que se julga herdeiro. D. Fernando ocupa Tuí, Orense, Corunha e outras povoações galegas mas D. Henrique entra pelo Minho, ocupa Braga e cerca Guimarães. A resistência apresentada pela última praça leva o Trastâmara a suspender o cerco e dirigir-se para Bragança onde espera D. Fernando. A ameaça moura e a intervenção pontifícia levaram os dois reis cristãos ao tratado de Alcoutim (31 de março de 1371) pelo qual «cada um dos contendores se obriga a restituir as terras que tomou do outro, e se ajusta o casamento da Infanta D. Leonor de Castela com o Rei de Portugal». [149]

D. Fernando não cumpriu esta última condição, pois apaixonou-se por D. Leonor Teles «louçãa e aposta e de boom corpo» no dizer de Fernão Lopes.

Em novembro de 1372 D. Fernando envia à Inglaterra João Fernando Andeiro e Vasco Domingues com plenos poderes para negociarem um tratado de paz e aliança. Os representantes do monarca lusitano e os do monarca inglês firmaram um tratado em junho de 1373, dando início assim à multissecular aliança luso-britânica.

A aliança entre a Inglaterra e Portugal deve ser compreendida dentro das circunstâncias especiais por que atravessava a Europa Ocidental abalada pela Guerra dos Cem Anos. Lembremos também que as filhas de Pedro I de Castela haviam-se refugiado na Inglaterra e casado com príncipes ingleses. Esses fatores aliados às ligações entre Henrique II de Castela e a França contribuíram para incentivar o estado de tensão existente entre Castela e Portugal. Já em fins de 1372 (antes, portanto, da assinatura do já mencionado tratado de 16 de junho de 1373) D. Henrique rompera as hostilidades: «entra logo pela Beira, passa por Almeida, Viseu, Coimbra, onde estava Leonor Teles, desce até Santarém, onde sabia que o rei o esperava, e porque não lhe barram o caminho, dirige-se para Lisboa, onde entra em 23 de fevereiro de 1373» (Fernão Lopes). [150] Em Lisboa ferem-se combates e alastram-se incêndios que destroem os melhores bairros. A intervenção pontifícia leva os dois soberanos à negociação e a paz é firmada a 19 de março de 1373 em Santarém. «As condições postas pelo Trastâmara são severas: exige que tratemos os ingleses como inimigos e lhes fechemos os nossos portos; exige também várias praças — Viseu, Miranda, Pinhel, Almeida, Celorico Linhares, Segura — em penhor do cumprimento do tratado». [151]

Em 1381 tem início a terceira guerra de Fernando contra Castela. Os portugueses atacam Badajoz e os castelhanos cercam Elvas. No mar a frota portuguesa leva desvantagens. Por força do tratado de 1373 chega uma expedição inglesa em auxílio dos portugueses. Os aliados porém comportam-se como bárbaros conquistadores. No campo de Caia, entre Badajoz e Elvas, encontram-se os exércitos castelhano e português. Este último conta com os ingleses comandados pelo conde de Cambridge. Ignora-se o que se teria passado entre os soberanos D. João I de Castela e D. Fernando de Portugal. Certo é que a batalha não se travou: os

ingleses voltaram para o acampamento, os portugueses para Elvas e os castelhanos para Badajoz. Em agosto de 1382 foi feito uma Tratado de Paz. López de Ayala observa que «el Rei de Castilla é el de Portugal fincaron amigos».[152]

Doente e desgostoso D. Fernando morre em outubro de 1383 «com o cognome estúpido de Formoso ou Inconstante, quando outros de maior preço e mais justo apreço ele merecia, porque, com os seus defeitos, foi um grande Rei, não demerecendo da dinastia a que permaneceu e que terminou com ele. Tão grande, que apesar dos seus infortúnios nas guerras, deixou o País em condições de, no reinado seguinte, iniciar a grande maravilha dos Descobrimentos».[153]

D. João I, Mestre de Avis (1385-1433). — D. Fernando tivera de D. Leonor uma filha, D. Beatriz, que casara em 1383 com D. João I de Castela. Na escritura do casamento, assinada em 2 de abril do mesmo ano, estipulava-se o seguinte em matéria de sucessão;[154]

1. Se D. Fernando deixar filho legítimo, varão, «da erencia de los dichos Reynos de Portugal e del Alguarbe sea del fijo del Rei de Portugal libre e desembarguada».

2. Se D. Fernando morrer sem filho legítimo, varão, «la erencia de los dichos Reynos finque libre e desembarguada a la dicha Iffante D. Briatz su fija».

3. Se a Infanta morrer sem filhos legítimos, que herde os Reinos de Portugal e do Algarve outra filha que o Rei de Portugal deixar.

4. Se o Rei de Portugal não deixar descendente de qualquer espécie, e se a Infanta D. Beatriz morrer, sem descendentes, herdará, então, os Reinos de Portugal e do Algarve, o Rei de Castela.

5. Se o Rei de Castela e a Infanta sua irmã morrerem sem sucessores legítimos diretos, herdará os Reinos de Castela, o Rei de Portugal.

6. Falecido o Rei de Portugal, enquanto a Infanta D. Beatriz sua filha não tiver filho, ou, tendo-o, este não chegar aos 14 anos, governará os Reinos de Portugal e do Algarve, a Rainha D. Leonor; se esta falecer dentro do prazo citado, governarão Portugal «aquellos que el dicho Rei de Portugal o la dicha Reyna D. Leonor ordenanren en sus testamientos».

Quando foi assinado esse contrato, por certo que não se esperava a morte prematura de D. Fernando no mesmo ano da assinatura e sem deixar sucessor varão. Com a morte do soberano português verificou-se a última hipótese acima referida. D. Leonor assumiu, pois, a regência do Reino nos termos do convencionado. Mas D. Leonor não gozava de popularidade. Ao escândalo de seus amores com João Fernandes Andeiro deve-se acrescentar a fama de pérfida.

D. João I de Castela solicita de D. Leonor que faça aclamar D. Beatriz rainha de Portugal. Essa aclamação suscitou fortes reações populares. «Alguns dos principais do Reino, apoiados pelo povo miúdo, em Lisboa, em Santarém, no Alentejo, recebiam com protestos ou murmúrios hostis tal aclamação, e lançavam o nome do Infante D. João, mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I...»[155]

Entre os acontecimentos dessa hora dramática da História de Portugal figura a execução de João Fernandes Andeiro em 6 de dezembro de 1383 pelo mestre de Avis no próprio Paço. Estava desencadeada a revolução. «No Paço, estabelece-se o pânico e as portas são mandadas fechar pelos conspiradores. Ao mesmo tempo, um pajem desce, vai alvoroçar a cidade com seus brados: — Matam o mestre! Matam o mestre nos paços da Rainha! Acudi ao mestre que o matam!» Excelente estratagema que transforma o executante em vítima».[156]

O mestre de Avis domina a situação e D. Leonor, receosa, abandona Lisboa, reúne seus pardiários e apela ao genro no sentido de que auxilie a fazer respeitar os contratos. D. João de Castela avança e chega a Santarém a 12 de janeiro. No dia seguinte D. Leonor abdica em suas mãos a Regência do Reino.[157]

Em Lisboa o mestre de Avis prepara a defesa e é proclamado regedor e defensor do reino. Os diplomas que expede têm o formulário: *«Dom Joham pella graça de Deus, filho do mui nobre Rei Dom Pedro, Mestre da Cavalaria da Hordem d'Avis, Regedor e Defensor dos rregnos de Portugal e do Algarve»*.

O mestre de Avis recolhe em Lisboa fundos para preparar a defesa. A cidade de Lisboa concorre com cem mil libras. Note-se que, se de um lado, as classes populares emprestam seu apoio à luta contra Castela, de outro lado, boa porção da nobreza apóia o invasor o que encontra uma explicação, em parte, no juramento de fidelidade prestado a D. Beatriz.

Nessa hora decisiva da História Lusitana surge a figura heróica da Nun'Álvares que «simboliza as mais belas virtudes da raça, pela nobreza da sua atitude, o seu heroísmo vigoroso, a sua bravura calma e refletida, a sua vontade forte e decidida, a sua valentia natural, o seu misticismo ardente, o seu coração puríssimo, onde vicejavam todas as qualidades que podem distinguir um ser humano».[158]

Em abril de 1384 Nun'Álvares bate os castelhanos nos Atoleiros. Lisboa, cercada, resiste enfrentando a fome e o desânimo de alguns. Em setembro o rei de Castela levanta o cerco que durara sete meses. Em 1385 as cortes se reúnem em Coimbra. Prelados, fidalgos e procuradores do povo ouvem as razões do jurista João das Regras em favor do mestre d'Avis. Às razões do letrado soma-se a ação de Nun'Álvares. Em 6 de abril de 1385 o mestre de Avis é aclamado Rei de Portugal. Nun'Álvares é nomeado condestável. Preparam-se os portugueses para a luta pela independência. Os castelhanos que invadem o país pela Beira

são batidos em Trancoso. A notícia dessa derrota levou o rei de Castela a bloquear Lisboa com a esquadra e a invadir pessoalmente Portugal.

Os lusitanos enfrentam os invasores e obtêm a grande vitória de Aljubarrota (14 de agosto de 1385). Essa batalha decide o destino histórico de Portugal. «Como ela decorreu, os lances que a caracterizam, as razões dos seus movimentos — são pormenores que variam segundo os cronistas, e nos não interessam hoje. O que é certo é que aquilo foi fulminante: «E duró la porfia de la batalla, antes que pareciese quáles perdiam ó ganaban, media hora asaz pequeña», informa Ayala, que esteve nela, na sua qualidade de «Alferes del Pendon de la Banda», e ficou prisioneiro.

Os castelhanos, inúmeros e valentes, foram desbaratados, destroçados, escorraçados, corridos. Morreram dez mil homens, dos castelhanos. O Rei nem cavalo tinha — para fugir. Deram-lhe, primeiro, uma simples mula. Depois, ante o perigo de poder ser apanhado, Pero González de Mendoza cedeu-lhe o seu cavalo — e perdeu a vida. E o Rei pôde chegar são e salvo a Santarém, nessa mesma noite — do dia famoso de 14 de agosto de 1385». [159]

Em Valverde, perto de Mérida, o condestável inflinge nova derrota aos castelhanos. A aliança inglesa revigora a posição portuguesa. Castela pede tréguas. Nesse sentido são feitos tratados. A paz definitiva só é celebrada em outubro de 1411 pelo «Tratado de Paz e Aliança perpétua entre D. João I, Rei de Portugal, e D. João II, Rei de Castela. Fora uma guerra de vinte e sete anos». [160]

Sobre o reinado de D. João I vale recordar, após o breve relato da luta pela independência, os seguintes fatos:

1) O casamento de D. João I com D. Filipa, filha do duque de Lancaster, a qual se revelou admirável educadora, dando ao país um exemplo de austeridade e a ínclita «geração de altos Infantes» a que se refere Camões.

2) A renovação da corte com a participação de uma nova nobreza constituída pelos melhores auxiliares e companheiros de luta do mestre de Avis. Deve-se recordar que boa parte da antiga nobreza permanecera fiel a Castela. Entre a nova geração de gentes a que se refere Fernão Lopes «desponta um elemento até aí quase imperceptível, que, adquire, gradualmente, relevo e preponderância: o grupo dos homens de leis, dos ***legistas***, intérpretes do movimento jurídico e cultural que avulta pela Europa, fatores da tendência crescente para a organização do Estado e a centralização progressista do Poder». [161]

3) A conquista de Ceuta, prólogo da epopéia marítima lusitana, é um dos episódios mais marcantes do reinado de D. João I. A idéia da expedição entusiasma os Infantes. «Ceuta, base donde partiu, graças à traição do Conde Julião, sete séculos atrás, a invasão de Tarik. Restituí-la ao domínio cristão, esplêndida desafronta, de valor simbólico! Além

disto, Ceuta é a porta da África do Norte e, porventura, do ignoto e suntuoso Oriente, onde se diz existirem o lendário Preste João e riquezas sem conta: oiro, especiarias, sedas, que os mercadores em caravanas trazem das logínquas terras. Ceuta, baluarte e empório, posição estratégica e centro de comércio — eis uma presa à altura dos jovens Infantes — cavaleiros e de seu glorioso Pai». [162]

A expedição é preparada em segredo. A 25 de julho a armada parte do Tejo e a 21 de agosto de 1415 Ceuta é conquistada. Zurara assim registra o acontecimento: «Viimte e hũu dias eram do mes dagosto, quando andava a era... de nosso Senhor Jesu Christo; en mill e quatrocentos e XV... já passavam de sete oras e mea depois do meio dia, quando a cidade foy de todo livre dos mouros» (Zurara, *Chronica da Tomada de Ceuta*, cap. 87). [163]

Na mesquita principal da cidade são armados cavaleiros os três Infantes: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. E' significativa a presença deste último em Ceuta. De todos, fora o que mais desejara a expedição porque, «desde sempre, ele procurara ir mais além do conhecido...» [164] A atuação do Infante e as primeiras expedições marítimas portuguesas devem ser narradas já dentro do contexto da História dos Tempos Modernos. Lembraremos aqui, apenas com exemplos para registro dos acontecimentos do reinado de D. João I, os seguintes, a partir de 1418:

1418 — João Gonçalves, o Zarco, e Tristão Vaz Teixeira chegam a ilha de Porto Santo.

1419 — Os mesmos, em companhia de Bartolomeu Perestrelo, tornam a Porto Santo. Daí os dois primeiros dirigem-se à Madeira.

1424 — O Infante D. Henrique envia às Canárias uma grande armada para a sua conquista, mas sem êxito.

1427 — Nova tentativa de Conquista das Canárias. Quanto à data da descoberta dos Açores, pairam dúvidas.

D. Duarte (1433-1438). — Com a morte de D. João I, subiu ao trono seu filho D. Duarte, famoso pelo amor às letras. De seu curto reinado podemos lembrar três acontecimentos:

1) Em 1434 Gil Eanes ultrapassa o Cabo de Bojador.

2) Em 8 de abril de 1434 publica-se a Lei Mental (assim denominada por ter sido feita de acordo com a vontade de D. João I que a tivera em mente) a qual tem por fim preservar os bens da coroa, pois determina que à sucessão desses bens só seja admitido o filho varão primogênito legítimo, com exclusão, portanto, das mulheres, dos ascendentes e dos colaterais.

Essa famosa lei procurou remediar os males provocados pelas liberalidades do início do reinado anterior quando as dedicações à causa da independência haviam sido premiadas às expensas dos bens da Coroa.

3) D. Duarte preocupou-se com a obra da codificação das leis nacionais já iniciada no reinado anterior sob a coordenação de João Mendes. Quando este morreu foi substituído por Rui Fernandes.

4) Em agosto de 1437 inicia-se a desastrada expedição à Tânger. A excessiva demora em Ceuta possibilita a preparação da defesa da praça muçulmana. Os portugueses passam de sitiantes a sitiados. Os muçulmanos propõem o embarque livre em troca de Ceuta e exigem a entrega de um Infante como refém. D. Fernando aceita o sacrifício e «sofre um martírio tremendo durante mais de dez anos, até acabar, em Fez, pobre esqueleto torturado e escarnecido».[105]

Amargurado com o desastre de Tânger ou contagiado por uma epidemia que se abate sobre o Reino, morre D. Duarte após o efêmero reinado de cinco anos.

[1] Dufourcq, *L'Espagne Catalane*, p. 20.
[2] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 195.
[3] Delgado de Carvalho, *Idade Média*, t. I, p. 211s.
[4] Pounds, *Géographie*, p. 88.
[5] Delgado de Carvalho, *Idade Média*, t. I, p. 212.
[6] Pounds, *Géographie*, p. 88.
[7] Idem, ibidem.
[8] O leitor encontrará uma boa relação da historiografia medieval hispânica em Pericot Garcia, *História de España*, tomo III e tomo IV, respectivamente às páginas 126s e 1-6.
[9] Sobre as fontes históricas portuguesas da Idade Média, consultar Oliveira Marques, *Guia do estudante de História Medieval Portuguesa* e Veríssimo Serra, *Historiografia Portuguesa*.
[10] Observe-se: "Na verdade, a tradição que tem apresentado Fernão Lopes como o iniciador da historiografia nacional encontra-se superada pelos dados da moderna crítica histórica" (Veríssimo Serrão, obra citada, p. 19).
[11] Vilar, *Histoire*, p. 13ss.
[12] Idem, ibidem.
[13] Idem, ibidem, p. 14.
[14] Com respeito às fontes para o estudo da batalha de Covadonga deve-se notar:
a) A crônica do *Anônimo de Córdova* escrita por volta de 754 não menciona a batalha.
b) A crônica do Albeldense (883) narra a rebelião de Pelágio e a derrota muçulmana.
c) A crônica de Afonso III, posterior à do Albeldense, refere o acontecimento com detalhes e evidentes exageros.
[15] Sobre essa descoberta remetemos, por ora, o leitor a Llorca, *História*, II, p. 501ss.
[16] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 117.
[17] Idem, ibidem.
[18] Ballesteros, *Síntesis*, p. 62.
[19] Bustamante, *Compêndio*, p. 119.
[20] Idem, ibidem, p. 120.
[21] Ballesteros, *Síntesis*, p. 63.
[22] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 196.
[23] Herculano, *Historia*, t. I, p. 228.
[24] Idem, ibidem, p. 231.
[25] Idem, ibidem, p. 232.
[26] Menéndez Pidal, apud Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 293.
[27] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 296.
[28] Herculano informa-nos sobre os almorávidas: "O nome de almorávidas é uma corrupção espanhola da palavra árabe al-morabethyn, que significa os *eremitas*. Formou-se esta seita entre as tribos berberes do deserto ao sul de Tarudante conhecidas pela denominação comum de Zanagah, tribos rudes que se haviam convertido imperfeitamente ao islamismo e que da nova religião pouco mais conheciam do que o simples símbolo da fé maometana: Só Deus é Deus, e o Maomé o enviado de Deus" (*História*, I, p. 187).

[29] Idem, ibidem, p. 247s.
[30] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 297.
[31] Ballesteros, *Síntesis*, p. 70.
[32] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 142.
[33] Idem, ibidem.
[34] Idem, ibidem.
[35] Calmette, *Textes*, p. 179.
[36] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 147.
[37] Idem, ibidem.
[38] Idem, ibidem.
[39] Pericot Garcia, *Historia*, t. III, p. 26.
[40] Idem, ibidem, p. 29.
[41] Minguijón, *Historia del Derecho*, I, p. 77.
[42] Ballesteros, *Síntesis*, p. 99.
[43] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 160.
[44] Pericot Garcia, *Historia*, t. III, p. 77.
[45] Idem, ibidem. O leitor encontrará uma explicação das expressões "benimerinos, almorávidas, almôadas em nosso volume sobre o Mundo Árabe Medieval".
[46] Pericot Garcia, *Historia*, III, p. 78.
[47] Idem, ibidem, p. 110.
[48] Ballesteros, *Síntesis*, p. 125.
[49] Idem, ibidem, p. 128.
[50] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 205.
[51] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 206.
[52] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 128.
[53] Ballesteros, *Síntesis*, p. 66.
[54] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 128.
[55] Ballesteros, *Síntesis*, p. 76.
[56] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 129.
[57] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 321ss.
[58] Pérez Bustamante, *Compêndio*, p. 131.
[59] Pericot Garcia, *Historia*, t. II, p. 349.
Notar, contudo, o que escreve Ballesteros (obra citada, p. 79), "Este monarca es considerado el segundo entre los Alfonsos de Aragón, pero los catalanes lo consideran el primero, lo cual altera un tanto la numeración según sean catalanes o aragoneses los historiadores. Hereda primero el condado de Barcelona, dos años después por renuncia de su madre el reino de Aragón y luego, el condado de Provenza, por muerte de su primo el conde de aquel Estado".
[60] Bustamante, *Compêndio*, p. 150.
[61] Pedro II de Aragão é Pedro I de Barcelona.
[62] Dufourcq, *L'Espagne Catalane*, p. 28.
O leitor encontrará nesta obra um estudo muito bem documentado sobre as relações comerciais dos catalães nos séculos XIII e XIV.
[63] Idem, ibidem.
[64] Idem, ibidem, p. 30.
[65] *História do Império Bizantino*, p. 92s.
[66] A título de curiosidade convém recordar que Jaime, o Conquistador, era, por parte de mãe, bisneto de Manuel Comneno, imperador bizantino. Com efeito, Pedro II casara em 1204 com Maria, filha de Guilherme VII, senhor de Montpellier e esposo de Eudóxia, filha do basileu. (Pericot Garcia, *História*, t. II, p. 357).
[67] Dufourcq, *L'Espagne*, p. 87.
[68] Pericot Garcia, *História*, t. III, p. 22.
[69] Idem, ibidem, p. 24.
[70] Idem, ibidem.
[71] Bustamante, *Compêndio*, p. 152.
[72] Ballesteros, *Síntesis*, p. 113.
[73] *História do Império Bizantino*, p. 92.
Note-se que Frederico II (Fadrique) é tb. chamado Frederico III. Ver explicação no item referente à Sicília, capítulo sobre a Itália.
[74] Pericot Garcia, *História*, t. III, p. 86.
[75] Ballesteros, *Síntesis*, p. 116.
[76] Idem, ibidem, p. 118.
[77] Idem, ibidem, p. 117.
[78] Pericot Garcia, *História*, t. III, p. 97.
[79] Idem, ibidem, p. 127.
[80] Idem, ibidem, p. 127.
[81] Idem, ibidem, p. 150.
[82] Bustamante, *Compêndio*, p. 156.
[83] Pericot Garcia, *História*, t. III, p. 158.
[84] Bustamante, *Compêndio*, p. 156.
[85] Sobre o vocábulo "portucalense" observa Alfredo Pimenta (*Elementos*, p. 10): "As expressões *terra portucalense*, *território portucalense*, *condado portucalense*, não são sinônimos, nem contemporâneas: as duas primeiras são mais antigas e têm um significado diferente do que a terceira possui. Mas todas elas se originam na mesma palavra — Portucale, Portumcale, Portugale, Portocale.
Os textos mais velhos em que esta palavra aparece são de Idacio: "Rechiarius ad locum, qui Portumcale appelatur, profugus regi Theuderico captivus adducitur". "Aioulfus dum regnum Suevorum sperat, Portucale

moritur mense junio"; e "Maldras germanum suum fratrem interficit et Portumcale castrum idem hostis invadit".

Este Portucale era uma povoação edificada junto do Douro, na margem do sul ou na margem do norte, ou designava as duas povoações — a do norte e a do sul: Portucale castrum novum, Portucale castrum antiquum.

Entre o século VII e o século VIII dá-se na palavra a transformação do c em g — e afirma-se a forma Portugale. Aos habitantes de Portugale, dá-se o nome de portugalenses: num documento de 907, lemos: "Território bragarense et portugalense".

[86] Ameal, *História*, p. 44.

Pimenta (obra citada, p. 11) informa-nos: "O condado portucalense tinha, ao norte, os limites pouco mais ou menos que tem hoje Portugal; a leste, o Douro e o Côa; ao sul, uma linha entre o Mondego e o Zézere, que descia a encontrar-se com este rio, seguia a sua margem direita, continuava a costear o Tejo, até alturas de Santarém, e depois subia para Peniche; ao ocidente o mar, a única fronteira inalterável. Foi este o território que D. Henrique, depois de ter casado com D. Teresa, recebeu de Afonso VI para governar".

[87] Apud Pimenta, *Elementos*, p. 12.

[88] Ameal, *História*, p. 45.

[89] Sobre as cláusulas do pacto e a possível data do mesmo ver informações completas em Herculano, *História*, t. II, p. 30.

[90] Herculano, *História*, t. II, p. 32.

[91] Idem, ibidem, p. 60.

[92] Idem, ibidem, p. 61.

[93] Ameal, *História*, p. 56.

[94] Herculano, *História*, t. II, p. 119.

[95] Idem, ibidem, p. 123s.

[96] Pimenta, *Elementos*, p. 15.

[97] Idem, ibidem, p. 16.

[98] A crônica assim narra a famosa batalha: "In loco qui dicitur Oric fuit praelium inter paganos et christianos, preside rege Ildefonso portugalense ex una parte, et rege paganorum Examare ex altera qui ibidem mortem fugiendo ... evasit in die Sancti Jacobi apostoli mense Julii" (*Chronicon Lamecense*).

Ver outros textos em Pimenta, obra citada, p. 18s.

[99] Ameal, *História*, p. 68. — Sobre o local da batalha Pimenta observa: "Onde ficava o Ourique da batalha? Não o dizem os testemunhos do tempo. Mas sempre se deu por assente que no Alentejo", "nos campos que se dilatam ao sul de Beja" (Alexandre Herculano), a "umas trinta e três léguas em linha reta" a partir das margens direitas do Tejo (Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, palavra Ladera).

[100] Herculano, *História*, t. II, p. 174.

[101] Idem, ibidem, p. 175.

[102] Ameal, *História*, p. 69.

[103] Pimenta, *Elementos*, p. 24.

[104] A crônica dos Godos registra a conquista de Lisboa: "eodem anno capitur Ulisipo octobri mense, feria sexta meridiano tempore post quinque menses obsidionis".

[105] Herculano, *História*, t. III, p. 51.

[106] Pimenta, *Elementos*, p. 29.

[107] Herculano, *História*, t. III, p. 131.

[108] Ameal, *História*, p. 77.

[109] Pimenta, *Elementos*, p. 30s.

[110] Matoso, *História*, I, p. 96s.

O leitor encontrará informações sobre o reinado de D. Sancho I em Herculano, *História*, III, p. 138 a 305.

[111] Ameal, *História*, p. 82.

[112] Matoso, *História*, I, p. 98.

[113] Herculano, *História*, t. IV, p. 31s.

A expressão "deleite de um banquete" usada por Herculano é inspirada no que diz a própria crônica: "Affuerunt portugallenses... qui ad proelium tanquam ad epulas properabant..." (Idem, ibidem).

[114] Ameal, *História*, p. 91.

[115] Idem, ibidem, p. 93.

[116] Matoso, *História*, I, p. 98.

[117] Pimenta, *Elementos*, p. 31.

[118] Ameal, *História*, p. 97.

Sobre o vocábulo Algarve anota Pimenta: (p. 32) "Algarve — He a parte ocidental, ou Poente" (Frei João de Sousa, *Vestígios da língoa arábica em Portugal*, palavra própria). "Algarbe — De algarb, occidens, em R. Martin, ocidente en P. de Alcalá" (Eguilas y Yanguas, *Glosario etimológico de las palabras españolas de origen oriental*, palavra própria).

Deve-se notar que para os árabes o vocábulo Algarve (alhharb) correspondia a todas as terras ocidentais, tanto na Europa como na África, o que explica o título do rei Afonso V: Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África (Pimenta, obra citada, p. 32).

[119] Herculano, *História*, t. V, p. 92s.

[120] Ameal, *História*, p. 98.

[121] Idem, ibidem.

[122] Herculano, *História*, t. V, p. 181-183.

[123] Ameal, *História*, p. 101.

[124] Herculano, *História*, t. V, p. 185.

[125] Pimenta, *Elementos*, p. 54.

[126] Idem, ibidem, p. 45.

[127] Idem, ibidem, p. 53.

[128] Herculano, *História*, t. V, p. 276. — Ver a dramática descrição do fim de Afonso III, ibidem, p. 272-274.

[129] Idem, ibidem.

[130] Idem, ibidem, p. 272.

[131] Mendes dos Remédios, *História da Literatura*, p. 31.

[132] Idem, ibidem, p. 32.

[133] Ameal, *História*, p. 120.

[134] Idem, ibidem. Ver também Pimenta, *Elementos*, p. 60-62.

[135] Eis o que reza o diploma instituidor da Universidade: "apud Ulixbonensem civitatem regiam... Generale Studium duximus ordinandum, quod non solum copia doctorum in omni arte munimus sed etiam multis privilegiis roboramus.

Ver sobre a descoberta a interpretação desse documento, Pimenta, *Elementos*, p. 68.

[136] Pimenta, *Elementos*, p. 65.

[137] Beirão, *História*, p. 23.

[138] Pimenta, *Elementos*, p. 80.

[139] Idem, ibidem, p. 82.

[140] Beirão, *História*, p. 25.

[141] Idem, ibidem, p. 25s.

[142] Ameal, *História*, p. 140.

[143] Idem, ibidem, p. 141.

[144] Idem, ibidem, p. 142.

[145] Pimenta, *Elementos*, p. 64.

[146] Idem, ibidem, p. 65s.

[147] Idem, ibidem, p. 66.

[148] Matoso, *História*, I, p. 135.

[149] Beirão, *História*, p. 28.

[150] Pimenta, *Elementos*, p. 88.

[151] Ameal, *História*, p. 149.

[152] Pimenta, *Elementos*, p. 92.

Froissart (*Les Chroniques*, livro II, cap. 145) assim narra o episódio: Os Reis escolheram para campo de batalha um lugar "entre Elvez et Val-de-Yosse"; os dois exércitos desafiavam-se "et escamourchoient l'un sur l'autre... et furent in cel état quinze jours et plus". Não houve batalha; "et ne fut mie de la deffaulte au roi de Castille que la bataille n'adressoit mais du roi du Portugal, pour ce que il ne se véoit pas fort assez pour combatre les Espaignols, et ressoignoit le péril".

[153] Idem, ibidem, p. 92.

[154] Pimenta, *Elementos*, p. 93.

[155] Idem, ibidem, p. 96.

[156] Ameal, *História*, p. 163.

[157] Pimenta, *Elementos*, p. 98.

[158] Matoso, *História*, I, p. 150.

[159] Pimenta, *Elementos*, p. 109s.

[160] Idem, ibidem, p. 111.

[161] Ameal, *História*, p. 190.

[162] Idem, ibidem, p. 194.

[163] Apud Pimenta, *Elementos*, p. 126.

[164] Pimenta, *Elementos*, p. 126.

[165] Ameal, *História*, p. 220.

CAPÍTULO VI

Os Estados Eslavos

Introdução

NA PRIMEIRA PARTE do presente volume estudamos sucintamente a origem, as características gerais e a expansão dos povos eslavos. Vamos, agora, dizer algumas palavras sobre os principais estados que resultaram da expansão supramencionada e que desempenharam papel atuante na época histórica focalizada neste volume. Para melhor compreensão das linhas seguintes o leitor deverá ter em vista o que se escreveu na primeira parte.

1. A Rússia

Entre as fontes que devem ser consultadas para o estudo do período inicial da história russa figuram os *Anais* escritos, ao que tudo indica, em épocas diferentes e dos quais se conservaram numerosos exemplares manuscritos datados do século XIV ao XVII.[1] Encontrados principalmente em velhos mosteiros, esses manuscritos foram publicados no século XIX pela Comissão Arqueológica de Petersburgo em vários volumes. «As mais velhas narrações têm o nome do frade Nestor, que teria vivido no século XI. Parece, porém, terem sido escritas em épocas diferentes e verificou-se que a parte mais antiga foi redigida não por Nestor, mas pelo abade Silvestre, do mosteiro de Vydubitzki em Kiev. E parece provável, também, que Silvestre coordenou os *Anais* escritos antes dele, desde o meado do século XI. Sua *Narração dos tempos passados* começa por um resumo da história universal do cronógrafo grego Jorge Hamártolo. Passando à exposição dos fatos da história russa, Silvestre aplicou-lhe também os métodos de estudo e as opiniões políticas de Hamártolo. Ele estava bem a par de todos os materiais históricos da época e sua Narração pode ser considerada como refletindo exatamente a história russa desse período».[2]

Os autores dos *Anais* russos tomam, em geral, por modelo as *Crônicas* bizantinas. Em sua exposição utilizam não só suas recordações pessoais mas também documentos contemporâneos. «Assim, os Anais de Nestor-Silvestre falam de tratados de 911 e 945 com os gregos e da

Rússkaia Pravda (Verdade Russa) — compilação legislativa atribuída ao grão-duque de Kiev, Jaroslav, o Sábio (1019-1054)».[3]

Convém chamar a atenção para o fato de que, a partir do século XII, os Anais russos vão adquirindo um caráter local, tendo como objeto de sua exposição temas referentes à vida de determinadas regiões. «Os principais continuam sendo redigidos em Kiev e Novgorod, mas ao lado deles existem Anais escritos em Galitch, Rostov e Pereiaslavl. Todos esses *Anais* repetem inicialmente a parte geral da *Narração dos tempos passados* de Silvestre e só depois disso passam a expor os acontecimentos locais. Mais tarde, no século XIII, e em virtude da invasão tártara, aparece uma cisão mais importante entre os *Anais* do norte e os do sul. Essa cisão se mantém até o período de hegemonia de Moscou, quando a Rússia foi unificada em torno dessa cidade e só depois disso os *Anais* começam de novo a relatar a vida de todo o país».[4]

Depois dessas breves considerações em torno das fontes disponíveis para o estudo da história da Rússia Medieval, convém chamar a atenção para a decisiva influência da situação geográfica nos acontecimentos dessa mesma história. Com razão, Pounds (*Géographie Historique de l'Europe*, p. 144) observa: «A história da Rússia, mais talvez que qualquer outra da Europa, não poderia ser compreendida deixando de lado a geografia».

Estepes sem fim, zonas cobertas de protetoras florestas, longos rios navegáveis permitindo a comunicação entre o Mar Negro e o Báltico explicam o nascimento, a prosperidade e a decadência de cidades e estados.

O leitor deverá ter presente o quadro geográfico (que de quando em vez será lembrado no decurso dessa exposição) para uma melhor compreensão do que vai ler nas próximas páginas.

A Rússia de Kiev. — Estudando os primeiros príncipes de Kiev, Fichelle[5] enumera os seguintes sucessores de Rurik: Oleg (879-912); Igor (912-945); Olga (945-957); Sviatoslav (957-972); Iaropolk (972-980); Vladimir (980-1015); Sviatopolk (1015-1019) e Jaroslav (1019-1054). O mesmo autor chama a atenção para o fato de que os citados príncipes têm nomes escandinavos até Olga (inclusive); os demais já usam nomes eslavos.[6] Vamos, nas seguintes linhas, fazer alguns breves comentários sobre cada um desses personagens da história kieviana. Convém, preliminarmente, chamar a atenção do leitor para o que já se escreveu no capítulo sobre os Normandos (item: «os Vikings no leste). Aludimos aí à controvérsia entre historiadores «eslavizantes» e «normandistas» a propósito da influência dos vikings sobre os eslavos orientais. Parece-nos oportuno reproduzir aqui a página de Portal:[7] «A *Crônica dos tempos passados* é o único documento que narra a história de Rurik e dos seus descendentes. Destinada a mostrar o valor de uma dinastia, não merece inteira confiança e põe o problema delicado do papel dos Varângios na história dos Eslavos Orientais. A este respeito os histo-

riadores dividem-se em dois campos, o dos normandistas e o dos anti-normandistas, afirmando os primeiros que os Varângios foram de fato os criadores de um Estado russo, considerando os segundos que eles mais não fizeram que inserir-se numa sociedade já evoluída e politicamente organizada. Não se trata aqui apenas de uma simples querela de «escola», pois da posição que se tomar depende a concepção que poderemos fazer do nível de civilização e de desenvolvimento dos Eslavos Orientais. A hipótese de um estado kieviano, obra de invasores estrangeiros repugna, de uma maneira geral, aos historiadores eslavos; os historiadores alemães e escandinavos permanecem firmemente normandistas.

Os documentos escritos e figurados não permitem acabar definitivamente com a controvérsia. Mas existe uma teoria neonormandista que permite conciliar as duas teses e tem o bom senso a seu favor. E' verossímil, para não dizer certo, que antes da chegada dos Varângios a vida política das sociedades eslavas tendia a polarizar-se em volta das cidades fortificadas, das cidades comerciais, tais como Novgorod, Smolensk, Kiev; sem dúvida que tudo aquilo que forma o essencial da organização de um Estado — o poder central, a força armada, os impostos — existia sob uma forma embrionária em quadros geograficamente limitados. Ao conquistarem o país, os Vikings não modificaram profundamente a estrutura da vida política e social. Para mais, eram pouco numerosos e eslavizaram-se rapidamente, falando a língua do país, rezando na língua do país, cada vez mais rodeados de elementos não Varângios e, enfim, seguindo uma política de acordo com os interesses nacionais dos povos eslavos. Todavia, o seu mérito foi realizar sob o cetro de Rurik e dos seus sucessores uma unidade provisória dos povos eslavos, e pôr ao serviço do novo Estado, assim formado, reais qualidades de energia».

Podemos resumir as principais contribuições dos normandos aos eslavos em três pontos importantes:

1) Deram aos eslavos uma dinastia.

2) Influíram em toda a estrutura social como fator dinâmico de progresso.

3) Estabeleceram estreitas relações entre o povo russo e Bizâncio.

Passemos, agora, aos príncipes kievianos.

Oleg ou *Helgi* (879-912). — Governou como regente, em lugar de Igor, filho de Rurik. Submeteu Smolensk e fez de Kiev a capital de um Estado russo que se estendia do Neva ao Mar Negro. «O arrojado bucaneiro recrutou um variado conjunto de varegues, eslavos, tchudos, krivitches, meros, polianos, severianos, drevlianos, radimitches, croatas, dulebes e tivertses e, descendo o Dnieper, acercou-se da cidade imperial

com uma flotilha de duas mil embarcações. O terror que inspirou essa enorme armada à corte de Constantinopla levou a uma oferta de paz mediante o pagamento de um tributo. Pagou-se o tributo e a expedição regressou para casa. Na primavera seguinte, Oleg mandou plenipotenciários concertarem um tratado definitivo que estabeleceria relações comerciais pacíficas entre os russos e os súditos do imperador. Conferiram-se privilégios especiais, em Constantinopla, aos negociantes russos, não sem as devidas salvaguardas contra seu abuso».[8] A expedição de Oleg situa-se no ano 907, quando reinava em Bizâncio o imperador Leão VI (886-912).[9]

Igor ou Ingvar (912-945). — Dirige expedições no sentido leste. «Em 913 faz incursão sobre os litorais oeste e sul do Cáspio. Em 915 enfrenta a primeira vaga da horda turca dos petchenegues; trata com ela e desvia-a para o Danúbio. Em 941 devasta o litoral da Ásia diante de Bizâncio, mas o fogo grego destrói sua frota. Em 943-944, ocupa momentaneamente, no Cáucaso, a rica cidade de Berdaa. Em 945, somente, com o apoio dos petcheneques, ameaça Bizâncio e conclui novo tratado. No regresso é morto pelos selvagens drevlianos de quem ele queria cobrar um tributo já pago».[10] A expedição de 941 realizou-se sob o reinado de Romano Lecapeno.[11]

Olga ou *Helga* (945-957). — Viúva de Igor, assumiu o poder em nome de seu filho Sviatoslav. A crônica considera-a «brilhante como a lua na noite, uma pérola num imenso monturo».[12] O grande acontecimento do reinado de Olga é a conversão da princesa ao cristianismo. A visita que fez a Constantinopla e o cerimonial com que aí foi recebida atestam a importância do reino de Kiev. Tanto a Crônica russa como a obra de Constantino referem-se, embora de modo diverso, à visita de Olga. O basileu narra-nos como recebeu, com sua corte, a princesa russa. Segundo a Crônica o patriarca teria dito a Olga: «Bendita és tu entre as mulheres da Rússia, porque amaste a luz e abandonaste as trevas. A ti bendirão os filhos da Rússia até a última geração».

Sviatoslav (957-972). — Filho de Olga, recusou converter-se ao cristianismo e governou com sua mãe até 962. E' o primeiro príncipe a usar nome eslavo, o que não impede de comportar-se como um feroz guerreiro viking. Passa todo o seu reinado em guerra contra os mais diferentes povos. Apodera-se de Itil (968) «e o Império Khazar desaparece da História».[13] Remonta o Volga e reduz Bolgary a cinzas. Convidado por Nicéforo Focas para lutar contra os búlgaros, dirige-se ao Danúbio, toma oitenta praças e instala-se em Pereiaslavets, cidade que o entusiasma, pois, segundo a crônica, ele declara à mãe e a seus boiardos: «Não gosto de Kiev; prefiro Pereiaslavets, no Danúbio, porque é o centro do meu domínio. Lá confluem riquezas de todos os países; prata, fazendas, frutas, diferentes qualidades de vinho da Grécia; prata

e cavalos da Boêmia e da Hungria; peles, cera, mel e escravos da Rússia».[14] O ataque dos petchenegues a Kiev obriga Sviatoslav a afastar-se do Danúbio. Superado o perigo, o príncipe dirige-se novamente à região predileta. O imperador João Tzimices (969-976) porém resolveu afastar a ameaça russa dos Balcãs. Assim é que toma Pereiaslavets onde perecem oito mil russos. Sviatoslav é obrigado a abandonar a Bulgária e é vencido e morto pelos petchenegues nas cataratas do Dnieper (972).

Eis como o historiador bizantino Leo Diaconus, testemunha ocular da assinatura de um tratado com o basileu Tzimices em 971, descreve o chefe russo: «Chegou através do rio, num barco cítio, em que remava, como os seus homens. A sua estatura era média, os ombros largos, o nariz largo e pouco saliente e os olhos azuis sob uns sobrolhos espessos. Tinha um farto bigode e a cabeça rapada, com um tufo de cabelos de um lado, sinal de nobreza. Num dos ouvidos usava uma argola de ouro com duas pérolas e um rubi entre elas, e a sua capa branca, diferia da dos seus homens por estar mais limpa. Tinha um aspecto reservado e agreste». Sobre essa descrição vale repetir o comentário de Arbman: «dá-nos uma idéia da facilidade com que os Rus se tornaram eslavos».[15]

Iaropolk (972-980). — Depois da morte de Olga em 969, Sviatoslav instalou seus filhos Iaropolk (o mais velho) em Kiev, Oleg entre os drevlianos e Vladimir em Novgorod. Morto Sviatoslav, os irmãos lutam entre si pelo poder. Iaropolk faz perecer Oleg e põe Vladimir em fuga: Este, entretanto, que se refugiara na Escandinávia, regressa com reforços, mata Iaropolk e estabelece-se em Kiev.

Vladimir (980-1015). — Emprega os primeiros anos de governo no fortalecimento de seu poder e na extensão do reino. Livra-se dos normandos que o haviam apoiado, demitindo-os e permitindo que prosseguissem para o sul até Constantinopla onde se puseram a serviço do basileu formando o núcleo da guarda varegue.

Aos poloneses Vladimir toma a Volínia e a Galícia, domina os viatitches e os radmitches e sujeita os iatvagues da Lituânia. Em 985 bate os búlgaros do Kama e no ano seguinte auxilia os búlgaros do Danúbio a obter uma grande vitória sobre Bizâncio.[16]

Basílio II, pressionado pela revolta de Bardas Focas, pediu o auxílio de Vladimir. Este «enviaria um reforço de seis mil homens em troca dos quais obteria a mão da irmã do imperador, Ana, oferecendo converter-se ao cristianismo com seu povo. Com a ajuda do regimento auxiliar russo, chamado geralmente «a Companhia» (druzhina) varego-russa», Basílio sufocou a insurreição de Bardas Focas, o qual foi morto. Porém Basílio vacilava em executar sua promessa relativa ao casamento de sua irmã. Então o príncipe russo assediou e tomou a importante praça bizantina de Querson (ou Korsun), na Criméia, e obrigou Basílio a ceder. Vladimir foi batizado e casou com a princesa Ana».[17]

Deve-se notar que o cristianismo já havia penetrado na Rússia de Kiev bem antes do reinado de Vladimir. Mas foi Vladimir que realmente impôs o cristianismo a seu povo. Embora o paganismo não tenha sido, desde logo, completamente extinto (houve resistência em Novgorod), o cristianismo passou a influir decisivamente nos destinos do reino. «Construíram igrejas em estilo bizantino e decoraram-nas com obras de arte importadas. Fundaram-se escolas. Os filhos dos boiardos e outros eram familiarizados com os mistérios do alfabeto. Vladimir, tal como Carlos Magno, a quem muito se assemelha, parece ter sonhado com uma Europa nova, pacífica e ilustrada, afanando-se em lançar sólidos alicerces para uma sociedade nova, enquadrando seu governo em normas regulares e sistemáticas e provendo à paz e ao bem-estar do seu país por meio de uma política consistente que visava promover a construção e fortificação de cidades, especialmente ao longo das rotas comerciais muito freqüentadas».[18]

Vladimir procurou defender seu reino por meio de linhas fortificadas que lembram o antigo *limes* romano. A crônica informa-nos que o príncipe russo «construiu cidades fortificadas no Desna, Oster, Trubeia e Sula e reuniu homens corajosos dentre os eslavos, os krivitches, os tchudes, os viatitches e instalou-os nessas cidades».

«Situavam-se os lugares acima mencionados em tributários da margem esquerda do Dnieper e constituíam evidentemente os núcleos de uma linha fortificada destinada a garantir Kiev e a rota fluvial do Dnieper contra a aproximação, pelo vale do Don, dos nômades petchenegues da região do Volga».[19]

Não cabe no presente estudo um balanço completo do reinado de Vladimir. Chamemos a atenção apenas para a influência bizantina que, através da religião, se fez sentir no povo russo. A arte e a literatura foram os setores em que, sobretudo, se lançaram as sementes que produziriam uma nova civilização.

Sviatopolk (1015-1019). — Após a morte de Vladimir iniciou-se um longo conflito entre seus filhos. Sviatopolk, que já se revoltara contra o pai nos últimos anos do reinado deste, ocupou Kiev e aliou-se com o rei da Polônia, Boleslau, o Bravo, contra Iaroslav, príncipe de Novgorod, que procurou reforçar suas tropas com veregues da Escandinávia.

Iaroslav (1019-1054). — Sviatopolk foi vencido e morreu no exílio. Iaroslav ocupou, então, Kiev mas encontrou a oposição de outro irmão, Matislav, a quem teve que ceder a margem esquerda do Dnieper. Só com a morte de Matislav em 1036 é que Iaroslav pôde restabelecer a unidade do reino.

Do reinado de Iaroslav devem ser lembrados, entre outros, os seguintes fatos:[20]

1) Em 1036 Iaroslav infligiu uma derrota aos petchenegues que não mais ousarão aproximar-se de Kiev.

2) Reconquista das cidades da Galícia que os poloneses haviam tomado durante a guerra civil.

3) Penetração mais profunda do Cristianismo incentivada pela chegada de clérigos búlgaros que fugiam à dominação bizantina e que traziam consigo numerosas obras da literatura grega cristã já traduzidas para o eslavo.

4) Auxiliado pelo monge russo Hilarião, o príncipe incentiva a cultura fundando uma escola junto a seu palácio e preparando tradutores e copistas.

5) No terreno arquitetônico anotamos a construção de catedrais ornadas com mosaicos (v.g., a catedral de S. Sofia de Kiev) e de mosteiros.

6) No terreno jurídico lembremos a extensão a todo o Estado da coleção de regras jurídicas elaborada inicialmente para Novgorod. Essa coleção, revisada pelos sucessores de Iaroslav até o início do século XIII, forma o chamado Direito Russo».

7) Podemos depreender a importância que Iaroslav atribuía às relações com o Ocidente, através dos laços de parentesco que estabeleceu com soberanos dos países do oeste. O príncipe casou com Ingegerd da Suécia; deu a mão de sua irmã Maria a Casimiro da Polônia, deu a mão de suas filhas Elisabet, Ana e Anastácia respectivamente a Haroldo da Noruega, a Henrique I da França e a André I da Hungria. Um de seus filhos casou com Guita, filha de Haroldo, da Inglaterra.

No meio do século XI o Estado de Kiev atinge o apogeu, abrangendo, então, as regiões de Novgorod, Bieloózero, Tchernígov, Murom, Pereiaslav, Riazan, Suzdal, Viatcheslav, Smolensk, Kiev e a Volínia.[21]

Vladimir Monômaco (1113-1125). — Após a morte de Iaroslav (1054) segue-se um longo período de lutas internas entre seus descendentes que partilham entre si a herança paterna. «Essa partilha dá uma idéia das dimensões do Estado Kieviano no seu apogeu. A unidade é salvaguardada, em princípio, pela subordinação dos mais moços ao mais velho, grão-príncipe de Kiev».[22] A sucessão se processava, então, não de pai para filho mas do irmão mais velho para o mais moço. Esgotada a série de irmãos, chegava a vez do mais velho dos sobrinhos. Curioso é notar que, para resolver as inúmeras questões surgidas entre as diferentes famílias, convocam-se conferências familiares.

Assim, por exemplo, em 1097 reuniu-se uma conferência em Lyubech e em 1100 outra em Uvetichi. Sobre esse fundo confuso se destaca a figura de Vladimir Monômaco, «cujo reino marca o último período relativamente calmo da história da Kiévia».[23] Vladimir Monômaco (esta segunda designação relaciona-se com seu antepassado basileu de Constantinopla) subiu ao trono por exigência do povo de Kiev. A idade (contava sessenta anos) e a atuação anterior (em 1103 Vladimir à frente de todos os príncipes infligira uma sangrenta derrota aos polovtsy) faziam de Vladimir um dirigente bastante experimentado. Compreende-se, assim, que os doze anos de seu reinado tenham sido «o último período feliz da Rússia Kieviana».[24] Repelindo as ameaças externas (como por exemplo os já citados polovtsy) e as rebeldias internas (como v.g., os boiardos de Novgorod), o príncipe conseguiu restaurar a unidade do reino.

Declínio de Kiev. — À morte de Vladimir Monômaco não houve dificuldades quanto à sucessão: governaram seus filhos Matislav, o mais velho, (1125-1132) e Iaropolk (1132-1139). Quando este faleceu iniciou-se uma época de lutas entre rivais dos quais participaram os inimigos externos como poloneses, húngaros e polovtsy. Kiev no curto período de vinte e três anos vê sucederem-se oito príncipes.

«O brilho da civilização kieviana foi efêmero. A partir da segunda metade do século XII, a insegurança crescente das regiões meridionais enfraquece a posição dos grão-príncipes de Kiev em proveito da dos príncipes das regiões centrais, protegidas pela floresta contra as incursões dos nômadas. No triângulo formado pelo Alto-Volga, o Oca e o Moskvá, colonizado a partir do século X pelos russos, à custa das tribos finlandesas, em volta dos centros de Suzdal, de Rostov, Vladimir, Moscou (fundada em 1147), cresce um principado que levará o golpe fatal a Kiev decaída, muito antes ainda dos mongóis. De fato é André Bogoliubski, príncipe de Suzdal, que pilha e destrói Kiev em 1169. A partir de então o título de grão-Príncipe perde todo o valor».[25]

A decadência de Kiev se acentua através do século XIII graças, entre outros, a quatro acontecimentos:

1) Em 1203 a cidade é saqueada pelos temíveis polovtsy.

2) Em 1204 a tomada de Constantinopla pelos cruzados prejudicou seriamente as relações comerciais com o sul através do Dnieper. Note-se aliás que essas relações já se haviam tornado precárias em virtude das incursões dos polovtsy à região do Dnieper inferior. Eclipsava-se, assim, «o esplendor da Mãe das Cidades como entreposto entre o Báltico e o Mar Negro, entre o leste fulgurante e os países da Europa Ocidental».[26]

3) Em 1240 os mongóis saqueiam Kiev. A Crônica assim registra os acontecimentos: «Os tártaros tomaram Kiev, saquearam Santa Sofia e todos os outros mosteiros. Levaram os ícones, as santas cruzes e todos os ornamentos da igreja. Passaram a fio de espada toda a população, desde as mulheres e as crianças até os velhos. Essa catástrofe teve lugar antes do Natal, no dia de S. Nicolau».[27]

4) Kiev perdeu também prestígio sob o ponto de vista reilgioso, com a transferência do metropolita para Vladimir, ao norte.

Os diferentes aspectos da civilização russa no período da preponderância de Kiev (estrutura político-social, econômica, etc.) serão abordados no segundo volume da presente obra. Vamos encerrar o estudo sobre Kiev sublinhando as conseqüências da queda dessa cidade na formação e no desenvolvimento de outras unidades políticas. Durante o período kieviano a colonização eslava prosseguira partindo de dois centros: Novgorod e Kiev. De Novgorod em direção a leste, de Kiev para o nordeste e o sudoeste. As duas primeiras correntes criaram entre o Volga e o Oca um novo núcleo de povoamento: a Suzdália; a terceira corrente resultou no reforço dos principados da Galícia e Volínia.

A decadência e queda de Kiev levaram os eslavos orientais a uma fase de regressão que os afastou do Ocidente e dos centros de influência bizantina. A queda de Kiev relaciona-se intimamente com sua posição geográfica que não propiciava uma defesa natural da grande cidade. Compreende-se que ela tenha falhado na missão unificadora da Rússia e que o centro de gravidade da política russa se tenha deslocado para regiões que, embora menos bem dotadas pela natureza, ofereciam melhores condições de defesa. Das unidades políticas que chamam nossa atenção na época posterior a Kiev, a Galícia caracteriza-se pela aproximação com o Ocidente; Novgorod ocupa uma posição excêntrica que a impede de levar a cabo a obra de unificação; Suzdália encontra-se próxima demais às hordas tártaras. Compreende-se, assim, o futuro glorioso de Moscou que iria tirar vantagens de sua excepcionalmente favorável situação geográfica: fora da zona das expedições destruidoras dos príncipes eslavos, fora da zona de ação dos mongóis, beneficiada por um verdadeiro nó de vias fluviais, entre o Alto-Volga, o Oca e o Alto-Dnieper.

Nas seguintes linhas resumimos alguns dos mais importantes acontecimentos políticos obedecendo à seqüência: Novgorod, Galícia, Suzdália e Moscou.

Novgorod. — Já mencionamos Novgorod no capítulo sobre as invasões eslavas (primeira parte do presente volume). Segundo a Crônica de Nestor, Rurik e seus companheiros escandinavos se estabeleceram na região de Volkhov, ao norte do lago Ilmen, no ano de 862. O basileu Constantino Porfirogêneto em sua obra sobre a administração do Império menciona os navios procedentes de Novgorod «onde o príncipe Sviatoslav, dos Rus, filho de Igor, tem o seu trono». Essa observação «vem confirmar a existência de governantes escandinavos em Novgorod, cuja população era, sem dúvida, na sua maioria, eslava».[28] Apesar de ser uma das mais antigas cidades russas, Novgorod não remontaria, segundo Portal, além do século X.[29] A cidade mais antiga da região «era Ládoga, perto da foz do Volkhov, significando Novgorod *cidade nova*».[30] As recentes escavações possibilitam «seguir o desenvolvimento de Novgorod a partir do ano 900».[31] A cidade situava-se sobre as duas margens do rio Volkhov, no local em que suas águas se lançam no lago Ilmen. Seu território, que incluía também Izborsk, Pskov e Ládoga, expandiu-se aos poucos em sentido leste e nordeste atingindo o Mar Branco e o Ural.

Durante um certo tempo Novgorod foi tributária do grão-príncipe de Kiev que a fazia administrar quer por um filho, quer por um parente próximo.[32] Após a morte de Vladimir Monômaco Novgorod obtém certos privilégios. Desde 1126 o *vietche* (assembléia dos homens livres) tem a faculdade de eleger o *posadnik* (governador) que representa o grão-príncipe de Kiev. A queda desta última cidade transforma Novgorod em uma espécie de «república oligárquica administrada pelos privilégios da fortuna».[33] A expansão germânica tornou-se, a oeste, uma grave ameaça para Novgorod. Desde 1150 colonos procedentes de Lübeck se haviam estabelecido na embocadura do Dvina. A fundação de Riga em 1201 e a instalação, na Livônia, da Ordem dos Cavaleiros Porta-Gládios são importantes etapas dessa expansão. A Ordem «cria numerosos burgos, e ao mesmo tempo fortalezas e mercados, e povoa os seus arredores de colonos alemães. A partir de então os domínios da Ordem ficaram a confinar com as terras russas um pouco a oeste do lago Peipus (lago dos Tchudes) e sobre o Duna Médio (Duna do oeste). Em 1244 os cavaleiros apoderam-se de Juriev, apesar da heróica defesa do príncipe de Polotsk, Viatchko, e dão-lhe o nome de Derpt (Dorpat, hoje Tartu)».[34]

Não são somente os cavaleiros Porta-Gladios que ameaçam os domínios de Novgorod. Também os suecos levam essa cidade à defensiva. Em 1240 o príncipe de Novgorod, Alexandre Iaroslavitch, obteve uma notável vitória contra esses adversários às margens do rio Neva, tornando-se «o primeiro dos heróis nacionais glorificado pela história russa».[35] Essa vitória valeu a Alexandre o apelido de «Nevski». Pouco depois Novgorod foi atacada pelos cavaleiros Porta-Gládios que já se haviam apoderado de Pskov. Alexandre, que se encontrava ausente, retornou para enfrentar os invasores e obteve uma nova vitória sobre os gelos do lago Peipus (a batalha dos gelos, abril de 1242). A ordem foi então obrigada a renunciar a Pskov e por esta vitória memorável Alexandre «consolida uma fronteira de povos que não mudou desde o século XII até o século XX».[36] Alexandre Nevski tornou-se príncipe de Vladimir-Suzdal e reinou de 1252 a 1263, contribuindo assim para nova unificação da Rússia e atuando com prudência e diplomacia junto aos mongóis. Alexandre, que morreu em 1263 «além de ganhar batalhas, sabia persuadir seu povo a acomodar-se às circunstâncias».[37]

Galícia. — Situada sobre o curso superior do Prut e do Seret próxima do Danúbio e do Mar Negro, a Galícia «era o bastião ociden-

tal das terras russas em face da Hungria, da Polônia e de Bizâncio».[38] Os ataques dos polovtsy contra Kiev haviam levado muitos kievianos a refugiarem-se na Galícia. Essas migrações aumentaram após a tomada de Kiev pelos mongóis (1240).

As dissensões internas entre príncipes e grandes proprietários tornaram possível a intervenção de *Romano Mstislavitch*, príncipe da Vólnia e descendente de Monômaco. A união da Galícia com a Vólnia resultou em um poderoso e rico principado. Romano (mais guerreiro que diplomata) não soube, entretanto, conservar o apoio dos boiardos. Seu reinado passou-se em lutas contra os polovtsy, os lituanos, os príncipes russos e os poloneses. *Daniel Romanovitch* (1205-1264), filho e sucessor de Romano, enfrenta inicialmente rebeliões internas e intervenções de húngaros, poloneses e polovtsy. A invasão mongólica leva Daniel a refugiar-se na Hungria. «À sua volta, repovoa o país com o auxílio de colonos alemães, armênios e judeus que desenvolvem a indústria e o comércio, cria um exército bem equipado, promete ao papa seu concurso para a cruzada contra os mongóis e dele obtém o título de rei».[39] O mais importante centro político, cultural e comercial da Galícia era Lwow. Podemos avaliar a profunda influência do Ocidente através do fato de haver sido adotado o latim como língua da administração.[40]

Suzdália. — A *Suzdália* era constituída por planícies arborizadas compreendidas entre os cursos do Kliazma, do Moskva, do Oca e do Volga. «Em 1097 a região já estava suficientemente povoada para ser destacada de Pereiaslavl e tornar-se um principado de Suzdal doado a Vladimir Monômaco».[41] No decurso do século XII, e, posteriormente, após a queda de Kiev, o principado alcança grande desenvolvimento. Já chamamos a atenção para as origens da população da Suzdália: Novgorod e Kiev. Colonos de Novgorod e refugiados de Kiev foram ocupando aos poucos a região antigamente habitada por fineses. Um rápido olhar sobre a história da Suzdália revela-nos os seguintes personagens e acontecimentos:

Jorge Dolgoruki († 1157). — Filho de Monômaco, foi, com seus dois filhos André e Vsevolod, os verdadeiros criadores do estado de Suzdal. «A colonização, até então espontânea, foi preparada e organizada por eles. Mandavam roçar, abrir caminhos, construir mosteiros, fortes e cidades: Vladimir, Moscou (1147), Tver, Kostroma, Tula, uma vintena no decurso do século XII».[42] Cabe aqui chamar a atenção para um importante fato político: a autoridade dos príncipes de Suzdal se havia desenvolvido paulatinamente sobre bases diferentes das que alicerçavam o poder dos príncipes de Kiev ou de Novgorod. Os dirigentes do Suzdal constituem uma verdadeira monarquia autoritária. São chefes militares que atuam com autoritarismo. Tanto sobre seus boiardos como sobre seus camponeses. Esse autoritarismo, contudo, impediria que a Suzdália realizasse futuramente a unificação da Rússia.

André Bogoliubski (1157-1174). — Transferiu a capital de Suzdal para Vladimir, saqueou Kiev e impôs a Novgorod um príncipe de sua própria escolha. Espírito autoritário, André tratava os príncipes como vassalos e os boiardos como simples súditos. Compreende-se que essa maneira de agir despertasse fortes reações (como v.g. a rebelião do príncipe de Smolensk em 1173) que culminaram com seu assassinato.[43] A sucessão foi disputada entre os parentes próximos do falecido.

Vsevolod Iurevitch (1176-1212). — Tomou o título de grão-príncipe de Vladimir. Fora educado em Bizâncio e soube aliar em seu governo a energia e a diplomacia. Incorporou Riazan a seu domínio e interferiu nos governos de Kiev e de Novgorod. Esta última cidade foi obrigada a pedir o filho de Vsevolod como príncipe. Além de lutas internas, o governo de Vsevolod se caracteriza por expedições contra os inimigos de fora, como uma campanha bem sucedida contra os búlgaros e outra também vitoriosa contra os polovtsy.

Quando Vsevolod (chamado Grande-Ninho devido a seus numerosos descendentes) morreu, irrompeu uma luta fratricida entre os pretendentes ao título de grão-príncipe.

O grão-principado de Vladimir tem importância na História da Rússia por haver constituído o núcleo do futuro estado moscovita.

Moscou. — A partir de 1212 encontramos a Suzdália dividida em vários principados entre os quais se destacam: Vladimir, Riazan, Rostov, Iaroslav, Tver e Nijni-Novgorod. Vladimir era considerado o principado mais importante e por isso o título de grão-príncipe de Vladimir era disputado por potentados que, mesmo depois de obtê-lo, continuavam a residir em seus próprios domínios. Deve-se notar que esse título passou a ser concedido pelos mongóis a quem mais oferecesse.

Na época da invasão mongólica o grão-príncipe de Vladimir era Iaroslav que «inaugurou a política de submissão aos ocupantes», política essa que será a dos grão-príncipes, seus sucessores.[44] Quando Alexandre Nevski (filho de Iaroslav) morreu, deixou para seu filho Daniel um principado sem maior relevo: Moscou.[45] Tratava-se, entretanto, de uma região bastante povoada e pouco acessível que apresentava uma tríplice vantagem: encontrava-se fora do âmbito das expedições dos príncipes, dos mongóis e situava-se em um verdadeiro nó de vias fluviais, entre o Alto-Volga, o Oca e o Alto-Dnieper.

Daniel (1263-1303). — Ampliou o principado com a região de Pereiaslav-Zaleski recebida por herança de um sobrinho morto sem herdeiros. «Pode-se dizer que o fundador da dinastia moscovita dos Danilovitch lançou verdadeiramente as bases do futuro poder moscovita

cujo desenvolvimento será visto, mais adiante, no decurso dos séculos XIV e XV».[46] Cabe aqui uma observação importante: os príncipes moscovitas iriam receber o apoio dos mongóis, fato esse que se deve à orientação de Alexandre Nevski. Este, com efeito, «fixou por mais de um século as direções da política moscovita: entrou em estreita colaboração com o Khan da Horda de Ouro, simbolizada por alianças matrimoniais».[47]

Jorge (1303-1325). — Filho e sucessor de Daniel, amplia seus domínios: toma Kolomna a Riazan, e Mojaisk a Smolensk. Obtém o título de grão-príncipe depois que Miguel de Tver foi executado por ordem do Khan Uzbek. Inicia-se então uma acentuada rivalidade entre Moscou e Tver. Dmitri, filho de Miguel, assassina Jorge, e Alexandre, irmão de Dmitri, assume o título de grão-príncipe. Cabe agora ao irmão de Jorge, Ivã, vingá-lo: ataca Alexandre, que se colocara à frente de uma rebelião popular, vence-o, devasta a região de Tver e torna-se grão-príncipe com apoio da Horda de Ouro. Ivã é conhecido na História como Ivã I Kalita («bolsa», isto é: esmoler).

Ivã I Kalita (1328-1341). — Do governo de Kalita devem ser assinalados os seguintes acontecimentos:

1) Reduz à sua autoridade Tver, Riazan e Suzdal. Adquire de seus príncipes as cidades de Uglitch, Galitch e Bieloózero.

2) O metropolita de Vladimir, até então centro religioso dos ortodoxos, instala-se em Moscou. Essa transferência «foi um complemento essencial para a política centralizadora dos grão-príncipes: a partir daí a autoridade destes últimos podia apoiar-se contra os príncipes sobre uma hierarquia eclesiástica, cujo chefe residia a seu lado. Não que o metropolita dependesse do grão-príncipe; pelo contrário, era ele que freqüentemente lhe ditava as suas decisões; e nos momentos críticos a salvação do principado algumas vezes esteve nas suas mãos. Mas toda a influência de um clero que representava então a única classe culta do país, que fornecia os agentes, os enviados diplomáticos, ficava a partir desse momento a serviço do grão-príncipe, e a Igreja tinha interesse numa unificação sob a égide de Moscou onde ela própria iria buscar força e influência».[48] O metropolita edificou no Kremlim a catedral da Assunção.

3) Ivã desempenhou a função de arrecador do tributo devido ao Khan, reservando naturalmente para si uma parte.

4) O apelido com que Ivã foi designado indica não só as liberalidades com que socorria os pobres mas, sobretudo, a habilidade com que melhorou as finanças. «Seu apelido, Kalita, — que significa cédula ou bolsa de dinheiro — caracteriza-lhe a política. Serviu-se de todos os meios possíveis para acumular dinheiro com que alisar o caminho ao poder. Encontrou também meios e modos de deitar mãos em Novgorod que ele apreciava como fonte facílima de rendas».[49]

5) Ivã intitulou-se «príncipe de Moscou e de toda a Rússia».

Com a morte de Kalita (1341) subiram sucessivamente ao trono Simeão, o Soberbo (1341-1352) e Ivã II (1352-1359) que estiveram sob a constante ameaça do poderio lituano que atinge, então, o apogeu.

Dimitri Donskoi (1359-1389). — Filho de Ivã II, ascendeu ao poder graças à influência de Alexis, metropolita de Moscou. O grande acontecimento desse governo foi a luta contra os mongóis. Em setembro de 1380 os russos puseram em fuga o exército do Khan *Mamai* em Kulikovo (o Campo das Galinholas). Dois anos mais tarde Toktamich, rival de Mamai, invade a Rússia e ataca Moscou. «A rapidez do golpe impossibilitou toda a defesa. Dimitri abandonou Moscou vergonhosamente à mercê dos tártaros. Toktamich, incapaz de derrubar as muralhas, logrou por ardis o que lhe era impossível pela força. Abriram-lhe as portas da cidade. O exército mongólico entrou e durante horas a cidade esteve entregue ao fogo e à espada. Vinte e cinco mil cadáveres juncaram as ruas ou foram empilhados nas igrejas e outros prédios públicos. Milhares de cativos passaram para a escravidão. Os carros tártaros gemiam sob a quantidade de butim conquistado no saque da cidade. Enquanto isso, Dimitri estava seguro nas florestas setentrionais do Kostroma».[50] Dimitri teve que ceder ante a força: submeteu-se à Horda e comprou a paz a preço de um tributo. Apesar do saque de Moscou, a vitória de Kulikovo não deixou de repercutir através da história moscovita. E' que ela assinalou de modo indelével o início da longa batalha pela independência. Compreende-se que Dimitri tenha sido celebrado como herói nacional na literatura, como v.g. no poema épico Zadonchtchina escrito entre o fim do século XIV e o início do século XV.

Vassili I (1389-1425). — Dimitri deixou por testamento o principado de Vladimir a seu filho Vassili como se fosse um simples patrimônio. Vassili, contudo, não deixa de prestar homenagem ao Khan.

Para ampliar seus domínios, Vassili I adquire da Horda, Muron, Nijni-Novgorod e Suzdal. A rivalidade entre Toktamich e Tamerlão leva este último a ameaçar a Rússia. Mas o chefe mongol não ousa atacar o exército de Vassili que aguarda o invasor às margens do Oca (1395). Quando, mais tarde, Vassili recusa pagar o tributo, os mongóis promovem uma expedição punitiva e sitiam Moscou (1408). Vassili teve também que enfrentar o príncipe lituano Vitovt, seu sogro, que havia estendido as fronteiras orientais de seus domínios até as proximidades de Moscou.

Vassili II, o Cego (1425-1462). Teve um reinado agitado. No plano interno enfrentou a ambição de seu tio, Jorge, que ocupou duas vezes Moscou. Chemiaka, filho de Jorge, apoderou-se do Kremlim (fevereiro de 1446) e do próprio grão-príncipe que ele fez cegar. Com o auxílio do clero, dos boiardos e de príncipes mongóis, Vassili II conseguiu recuperar o trono. No plano externo Vassili II lutou contra a Horda de Ouro, aproveitando-se das divisões internas do império mongol. Em 1445, contudo, caiu prisioneiro dos adversários e só conseguiu livrar-se mediante grandes concessões. Essas concessões provocaram um descontentamento que propiciou a já citada revolta de Chemiaka. No plano religioso há um acontecimento curioso a registrar. O metropolita de Moscou, o grego Isidoro, havia aderido às decisões do Concílio de Florença que unia a Igreja Oriental a Roma. Vassili II desautorizou e depôs o metropolita. Desde então o metropolita de Moscou deixou de ser escolhido entre os gregos e a Igreja russa passou a assumir um caráter de Igreja nacional. A queda de Constantinopla (1453) faria de Moscou a herdeira espiritual do Império Bizantino: a «terceira Roma».

Quando Vassili II morre «a Moscóvia, com mais de 700.000 km² é o principado mais importante da Rússia; a sua hegemonia é reconhecida pelas cidades próximas, por exemplo, Tver. Está praticamente independente dos mongóis e a queda de Constantinopla, tomada pelos turcos em 1453, faz de Moscou o único grande centro independente, da religião grega. A dinastia de Vsevolod, aureolada pela glória de Alexandre Nevski e de Dmitri Donskói, fica, desde então, ligada à causa da ortodoxia e da independência nacional». [51]

2. A Lituânia

Os lituanos não são eslavos. Falam, contudo, uma língua indo-européia que se enquadra no grupo báltico. Este grupo lingüístico apresenta traços comuns com o grupo de línguas eslavas. [52] Embora não sendo eslavos, a história da Lituânia apresenta em certos períodos íntima relação com a história dos povos eslavos, o que explica a inclusão, neste local, de breves linhas sobre o início e desenvolvimento do estado lituano.

Localizados no litoral do Mar Báltico e no vale do Niêmen, os lituanos procuram unificar-se no século XIII. Dois acontecimentos contribuem para essa unificação e conseqüente expansão: a pressão germânica, de um lado, e o enfraquecimento de Kiev, de outro lado. Mindog inicia o expansionismo lituano unindo as tribos e conquistando uma parte da bacia do Niêmen (metade do século XIII). Sob o governo do grão-príncipe *Gediminas* (1316-1341) a Lituânia se estende do Báltico até o alto Duna e o Dnieper, «englobando Pinsk, Brest, Polotsk, Tchernigov, a Volínia, atingindo a sudeste o confluente do Pripet, tendo Vilno por capital». [53] Como se verificará facilmente estamos aqui em face

de um verdadeiro estado misto pois abrange uma boa porção de território russo. E' curioso notar que a superioridade cultural dos russos (já cristianizados) abre-lhes oportunidades no governo: são ministros, embaixadores e oficiais do estado lituano. [54]

Olguerd (1345-1377). — Lituano por parte de pai (era filho de Gediminas) e russo por parte de mãe, passou seu reinado em contínuas guerras. Lutou contra Simeão, o Soberbo, filho de Kalita, contra quem sustentou o príncipe de Tver. Aproximou-se, depois, do mesmo Simeão para poder resistir aos poloneses que ameaçavam a Volínia. [55] A morte de Simeão propiciou a Olguerd expandir seus domínios, apoderando-se de Rjeva sobre o Volga e de Briansk. Em 1361, aproveitando-se das discórdias internas que minavam o império da Horda de Ouro, Olguerd conquistou Kiev, a Podólia e atingiu o Mar Negro. Por volta de 1370 a Lituânia se estendia «do Báltico ao Mar Negro, do curso do Bug ocidental até o Oca, afluente do Volga». [56] A Lituânia dominava, então, grande parte da Rússia: «Assim o território sobre que se havia desenvolvido a mais antiga civilização eslavo-oriental com Kiev, Smolensk e Polotsk, quase toda a Rússia do Sul e a Rússia Ocidental que haviam sido submetidas em grande parte aos tártaros, acabaram por entrar nos limites do grão-ducado da Lituânia e, com exceção da Galícia que foi ocupada por poloneses, a Rússia fora, em parte, liberada do jugo tártaro por esse povo alógeno». [57] Deve-se notar que o domínio lituano se fazia sentir sobretudo através da exigência de um tributo e de um auxílio militar, permitindo a permanência dos antigos principados. Em 1385 o estado lituano se uniu à Polônia e Iaguelov (1377-1392), filho de Olguerd, passou a reinar, ao mesmo tempo, sobre ambos os países. «Mas a Lituânia subsistia nas mãos de Vitovt, primo de Iaguelov, como principado protegido. Quando o principado da Lituânia, em 1410, tem de deter a ameaça de conquista, vinda da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, instalados na Prússia, são os contingentes bielo-russos e ucranianos que formam uma parte do exército polaco-lituano, vitorioso dos alemães na memorável batalha de Tannenberg. Depois da batalha dos Gelos, foi a de Tannenberg. que pôs termo à expansão germânica para leste». [58]

3. A Polônia

Ao estudarmos as invasões eslavas, na primeira parte deste volume, já observamos que o estado polonês começou a formar-se no decurso do século X.

Antes de iniciarmos um breve relato dos principais acontecimentos a partir do primeiro soberano histórico, Mieszko I, vamos dizer algumas palavras sobre as fontes disponíveis para a História Polonesa. Os especialistas possuem à sua disposição, entre outros, dados fornecidos

pelas pesquisas arqueológicas (os historiadores poloneses emprestam especial importância aos resultados da arqueologia pré-histórica e nesses resultados se apóia, em parte, a teoria do autoctonismo dos povos eslavos na bacia do Vístula e do Ôder), pela antropologia, pela lingüística, pelas diversas obras literárias e pelas demais disciplinas auxiliares da História. Um dos lugares mais conhecidos em que se realizam escavações arqueológicas de alto interesse é o lago Biskupin. Ainda como exemplo de contribuição da arqueologia podemos recordar que os resultados das escavações informam-nos sobre as transformações econômicas por que passaram os habitantes do território polonês. Levando em consideração essas transformações conhecidas através do material arqueológico, os estudiosos concluem que «foi sobretudo a partir do século X, somente, que a Polônia se encontrou em condições econômicas favoráveis à criação de um Estado desse tipo».[59]

No terreno das fontes literárias vamos lembrar, ainda somente a título de exemplo, as coleções *Monumenta Poloniae historica* (5 volumes, Lemberg, 1864-1888, que abrangem anais, crônicas, vidas de santos) e *Monumenta medii aevi historica res gestas Poloniae illustrantia* (Cracóvia 1874-1908).

Das obras isoladas da literatura medieval polonesa que interessam como fontes históricas, lembremos:

A crônica de *Gallus Anonymus* (escritor polonês de origem francesa, o que explica o nome) data do século XII. O estilo lembra às vezes Salústio e os poetas épicos medievais. O *Anonymus* relata de modo vivo os feitos de Boleslau III referentes aos anos de 1113 a 1116. A Polônia é descrita nessa obra como «um país onde o ar é são, a terra fértil, as florestas abundantes em mel, as águas em peixe, e onde os cavaleiros são aguerridos, os camponeses trabalhadores, os cavalos resistentes, os bois prontos para o trabalho, onde as vacas dão leite abundante e os carneiros muita lã» (apud Portal, obra citada, p.79).

Outro nome a ser lembrado é o de Wincenty Kadlubek (1160-1223) que foi bispo de Cracóvia e escreveu a Crônica polonesa. Considerado o «Saxo-Grammaticus» dos poloneses, Kadlubek, apesar de suas inexatidões, exerceu forte influência nos cronistas das gerações seguintes. Na segunda metade do século XIV temos a *Crônica da Grande Polônia*, atribuída a Janko de Czarnkow. No terreno da hagiografia podemos citar: *Vita Sancti Adalberti* (1256-1266) de autoria de Wincenty de Kielce. Um traço característico da literatura polonesa é o emprego do latim. Note-se, contudo, que pelo século XIII a língua nacional ensaia seus primeiros passos numa concorrência, embora ainda tímida, com a língua internacional da Idade Média.

A História da Polônia inicia-se com o príncipe ou duque Mieszko I (962-992), da dinastia dos Piast. Quanto às origens dessa dinastia devemos confessar que elas se encontram envoltas em brumas. Um fato, entretanto, chama a atenção do historiador: o estado polonês já aparece no cenário histórico bem organizado, possuindo um vasto território e

beneficiando-se «de um nível bastante elevado de cultura material, como o provam as escavações e as pouco numerosas fontes históricas».[60] Ao que tudo indica, o Estado polonês, como aparece à luz da História, é o resultado de uma evolução interna, isto é, organizou-se pela atuação de forças de seu próprio elemento étnico e não pela ingerência de conquistadores estrangeiros.[61] «Os historiadores poloneses consagram, desde longo tempo, muitos esforços para definir de que modo se poderia ligar o estado polonês à história anterior da Europa. O fio de Ariadne, que por ora aí conduz, são as origens autóctones da dinastia organizadora do estado. Não é um traço próprio somente do estado polonês. Não obstante é um traço bem característico, que poderia permitir, se fosse usado, a melhor compreensão das vias particulares do desenvolvimento ulterior da civilização polonesa».[62]

Antes de resumir alguns dos principais acontecimentos da história polonesa, vamos tentar pôr em relevo alguns traços característicos de sua formação.[63]

1) Em primeiro lugar deve-se sublinhar uma continuidade extraordinária das civilizações nas bacias do Ôder e do Vístula, exatamente na região em que na segunda metade do século X surge o Estado de Mieszko.

2) Essa continuidade explica a solidez e estabilidade de certas estruturas da população na época em que a dinastia dos Piast organiza um Estado.

3) A Rússia de Kiev serve de intermediária entre as relações de Bizâncio com a Polônia, fato esse que se explica não só pelas fronteiras comuns existentes entre ambas as regiões no século X, mas, e sobretudo, pela rota comercial que, partindo de Kiev para Praga ou Ratisbona, passa por Cracóvia. Fronteiras, comércio, choques bélicos e enlaces matrimoniais entre famílias ducais contribuem para o mútuo intercâmbio entre Rússia e Polônia.

4) Não obstante essas relações, a Polônia vai aceitar o cristianismo sob a influência de Roma e não de Constantinopla. Esse fato tem uma profunda repercussão na história polonesa ulterior, pois coloca a Polônia sob a influência do mundo ocidental. Explica-se, assim, a participação polonesa em acontecimentos do Ocidente europeu e a própria adoção da língua latina como língua de cultura durante séculos.

5) Não obstante essa influência, a Polônia se caracteriza por um desenvolvimento político interno diverso dos demais países do Ocidente. Essa evolução independente é bem visível no que tange, por exemplo, ao feudalismo. Na Polônia «as formas feudais não criam raízes: Toda a vida social e política da Polônia dos Piast está marcada pelos elementos arcaicos da organização dos clãs (gens entre os romanos), que se manifestam de uma maneira particularmente interessante no regime

da dinastia, família reinante, ou, antes, clã reinante no mais estrito sentido desse termo. Até o século XIV, na consciência e na convicção jurídica do povo — a Polônia é o território onde reina o clã dos Piast, clã, enquanto família unida pelo mesmo sangue, e ao mesmo tempo instituição política. Isso possui uma influência decisiva sobre o curso da história interior do país». [64]

6) Podemos avaliar o quanto estava enraizado o regime de clãs na Polônia, através de sua longa duração e de sua vitalidade apesar do pleno desenvolvimento do feudalismo em outros países. Esse regime de clãs constituiu uma verdadeira força centrípeta que facilitou a reunião do Estado polonês no início do século XIV.

7) O regime de clãs deixou de influenciar a instituição monárquica polonesa quando faleceu em 1370 o último rei da dinastia dos Piast Casimiro, o Grande.

Após essas considerações de ordem geral, passemos à exposição dos principais acontecimentos da História Polonesa de acordo com a seqüência cronológica dos diferentes reinados.

Mieszko I (963-992). — Mieszko I consagra o início de seu reinado à luta pelo domínio da parte ocidental dos territórios situados entre o baixo Óder e o baixo Vístula, isto é, a Pomerânia Ocidental. O príncipe polonês encontrou aí a oposição dos poderosos veletes (que habitavam no outro lado do Óder) e dos volínios (que ocupavam a ilha Wolin, no golfo de Szczecin [Stettin]). [65]

Um acontecimento decisivo da história polonesa é a conversão de Mieszko ao cristianismo (967) por influência de sua esposa, a princesa tcheca Dobrawa Dobrovka, irmã do duque Boleslau da Boêmia. [66] Essa aceitação da fé cristã deveria eliminar o pretexto de ataques germanos, pois a religião cristã foi também recebida pelo povo de Mieszko que fundou o bispado de Poznan.

Mieszko manteve inicialmente boas relações com os Premislides da Boêmia, o que deveria contribuir para a resistência contra pressões germânicas. Na realidade o príncipe polonês, sob a pressão do margrave Geron, da Marca do Norte (entre o Elba e o Óder) já fora obrigado a prestar homenagem a Otão I (963). Por medida de precaução Mieszko teve o cuidado, mais tarde, de enviar um cacho de cabelos de seu herdeiro Boleslau ao papa a fim de colocá-lo sob a proteção da Igreja. [67]

Como aliado dos germanos, Mieszko teve que prestar-lhes auxílio contra os eslavos do Elba e do Báltico. Na última década de seu reinado o chefe polonês luta com o príncipe de Kiev e rompe com os Premislides.

Boleslau, o Grande (992-1025). — Estamos aqui diante do «verdadeiro fundador do Estado polonês». [68] Por sua atuação enérgica foi chamado Chrobry (o Bravo, o Valente). Como estado cristão, a Polônia recebe uma organização eclesiástica autônoma. Para esse acontecimento de grande repercussão política, contribuiu a amizade de Boleslau com o imperador idealista que era Otão III. Ambos se encontraram em Gniezno (Gnesen) em peregrinação ao túmulo de S. Adalberto (ano 1000). Mas as boas relações entre poloneses e alemães não sobreviveram à morte de Otão III. Após uma seqüência de longas guerras, firma-se entre Boleslau e Henrique II a paz de Bautzen em 1018. Boleslau lutou com os russos consolidando suas fronteiras de leste e instalando seu genro Sviatopolk como grão-príncipe de Kiev.

Deve ser lembrada a amizade que uniu o príncipe polonês a seu sobrinho Canuto, o Grande, fato esse que assegurou a Boleslau condições para atuar livremente em outras regiões, sem a preocupação das ameaças dos vikings dinamarqueses e suecos cujos interesses, contudo, estavam em xeque.

Em 1024 Boleslau tomou o título de rei, tendo sido coroado pelo arcebispo de Gniezno no dia de natal. «Os esforços heróicos desse grande homem, terror dos alemães, dos tchecos e dos russos, fixam para a Polônia o quadro e o eixo de seus destinos». [69]

Mieszko II (1025-1034). — Filho e sucessor de Boleslau, o Grande, Mieszko II não se revelou à altura da herança que havia recebido. Os poloneses perdem a Morávia, a Rutênia e a Lusácia (Lausitz). Os tchecos realizaram uma incursão em território polonês saqueando Cracóvia, Gniezno, e ocupando a Silésia.

Casimiro, o Restaurador (1038-1058). — Após a morte de Mieszko II a Polônia atravessa um período de interregno anárquico, conseqüência dos reveses sofridos. O jovem estado foi então sacudido por uma revolta de caráter pagão que, partindo da Pomerânia, estendeu-se por outras regiões. Essa reação pagã atingiu a Grande Polônia (situada ao norte), mas não conseguiu penetrar na Pequena Polônia, afastada do Báltico e, portanto, das influências pagãs. Compreende-se assim que a restauração do estado polonês, iniciada pelo filho de Mieszko II, Casimiro, tenha tido Cracóvia como ponto de partida. Esse soberano conseguiu recuperar algumas províncias entre as quais Mazóvia e Silésia «esta última a título precário e mediante o pagamento de um tributo ao rei da Boêmia». [70]

Boleslau, o Temerário (1058-1080). — Filho mais velho de Casimiro, Boleslau, o Temerário, aparece nas páginas da História como partidário do papa Gregório VII na luta deste contra Henrique IV. Em 1076 é coroado rei em Gniezno. As relações com a Igreja porém foram prejudicadas quando, cedendo a seu temperamento impulsivo, Boleslau fez assassinar Estanislau, bispo de Cracóvia. O rei, atacado de todos os lados, foi obrigado a fugir para o exílio sendo substituído

por seu irmão Ladislau Hermann († 1102), fraco de caráter, que deixou a Polônia dividida e enfraquecida.

Boleslau, «Boca Torta» (1102-1138). — Possuidor de notáveis qualidades, Boleslau III revela-se um soberano atuante. Enfrentou um irmão bastardo em prolongada guerra civil complicada com ataques externos, o que não o impediu de promover a expansão do território polonês. Procurando dar à Polônia uma saída para o Báltico, empreendeu uma cruzada contra os pomerânios. A Pomerânia Ocidental foi então reunida à Polônia. Em 1125 Boleslau atingiu o Elba.

Um acontecimento de graves conseqüências para a história polonesa foi a instituição do regime de «seniorado» que implicava uma espécie de federação familiar: «Dividiu a Polônia em quatro principados hereditários: Silésia, Mazóvia, Grande Polônia (em torno de Gniezno) e Sandomierz, dando um a cada filho. Criou, a seguir, o que ia ser o principado soberano de Cracóvia, que seria regido por antiguidade, recaindo, de cada vez, no Piast mais velho».[71]

A morte de Boleslau e a instituição do «seniorado» desencadearam na Polônia dividida uma série de lutas internas que propiciaram a intervenção estrangeira. Em 1157 Boleslau IV submeteu-se como vassalo ao imperador Barba-Roxa. Casimiro II, o Justo (1177-1194), procurou em vão manter seu poder na Pomerânia Ocidental. O cronista dessa época foi o já citado Kadlubek. Em 1181 a Pomerânia foi submetida à autoridade imperial e, três anos mais tarde, aos dinamarqueses sob o poder dos quais ela permaneceu até inícios do século XIII. Curioso é observar que Casimiro, o Justo, conseguiu ampliar consideravelmente sua influência a leste estendendo seu poder sobre territórios que integravam anteriormente o Estado de Kiev.[72]

Leszek I, o Branco (1202-1227). — Filho de Casimiro, transformou o principado soberano de Cracóvia em sua herança pessoal.

Em 1241 o príncipe Henrique II, o Piedoso, enfrentou os invasores mongóis, perecendo na batalha de Liegnitz (abril) em companhia de muitos cavaleiros poloneses.

No início do século XIII a Prússia havia sido evangelizada pelos monges cistercienses que contavam com o auxílio do duque Conrado de Mazóvia. Quando, por volta de 1223-1224, uma reação pagã ameaçou o progresso da cristianização, o duque resolveu pedir o auxílio do grão-mestre da Ordem Teutônica e outorgou-lhe o território de Chelmno, situado nos arredores do local em que se encontra hoje a cidade de Torun. Os cavaleiros lançaram-se à conquista sistemática da região favorecidos pela desunião interna existente na Polônia. Criou-se assim um poderoso núcleo germânico que passava a constituir uma barreira entre a Polônia e o Mar Báltico.

Outra ameaça germânica foi a Marca de Brandeburgo fundada em 1134, «avançando continuamente para Leste, esta Marca invadiu no começo do século XIII os arredores do local em que se encontra hoje Berlim e ao mesmo tempo aproximou-se das fronteiras do Estado dos Piast».[73]

Cavaleiros Teutônicos na Prússia Oriental e Margraves de Brandeburgo, eis as raízes de multissecular problema nas relações teuto-polonesas. No início do século XIV a ameaça germânica é reforçada pela cobiça da dinastia de Luxemburgo que, na Boêmia, sucede à extinta dinastia dos Premislides. João de Luxemburgo anexa a maior parte da Silésia (1335).

Antes de estudarmos o reinado do último soberano da dinastia dos Piast, Casimiro, o Grande, vamos recordar alguns nomes da História da Polônia que tentaram em vão a reunificação política do país. São eles: Boleslau, o Pudico (1243-1279), Leszek, o Negro (1279-1288), Henrique IV da Silésia (1288-1290) e Przemisl II (1290-1296). Em 1300 Venceslau da Boêmia cinge a coroa polonesa em Gniezno. Ladislau, o Breve (1306-1333), chefia a resistência nacional, restabelece a dinastia dos Piast e reunifica o país, tendo sido coroado em Cracóvia no ano 1320.

Casimiro, o Grande (1333-1370). — O último soberano da dinastia dos Piast teve um longo e frutuoso reinado de trinta e sete anos merecendo ser chamado o *Grande*, sobretudo devido à habilidade com que conduziu sua política interna. No plano interno temos a assinalar os seguintes principais acontecimentos:

1) Contenção dos abusos que a nobreza cometia em virtude de seus privilégios.

2) Convocação freqüente de assembléias provinciais (Wiece).

3) Acentuado apoio aos camponeses. Casimiro foi chamado, por isso, «Rei dos Camponeses».

4) Nomeação de lugar-tenentes (starostas) do rei, com funções administrativas regionais.

5) *Desenvolvimento das cidades.*

6) *Proteção aos judeus.* Estes afluíram numerosos à Polônia onde se consideravam seguros.

7) *Criação da Universidade.* «A Polônia tornou-se, então, um país bem organizado e próspero, cuja alta civilização se refletiu, entre outras, na fundação da Universidade de Cracóvia em 1364».[74]

8) Estabelecimento da Corte Suprema de apelação em Cracóvia no ano de 1365.[75]

9) Reforma legislativa no sentido de unificação e tendo como modelo o Direito Canônico (1347).

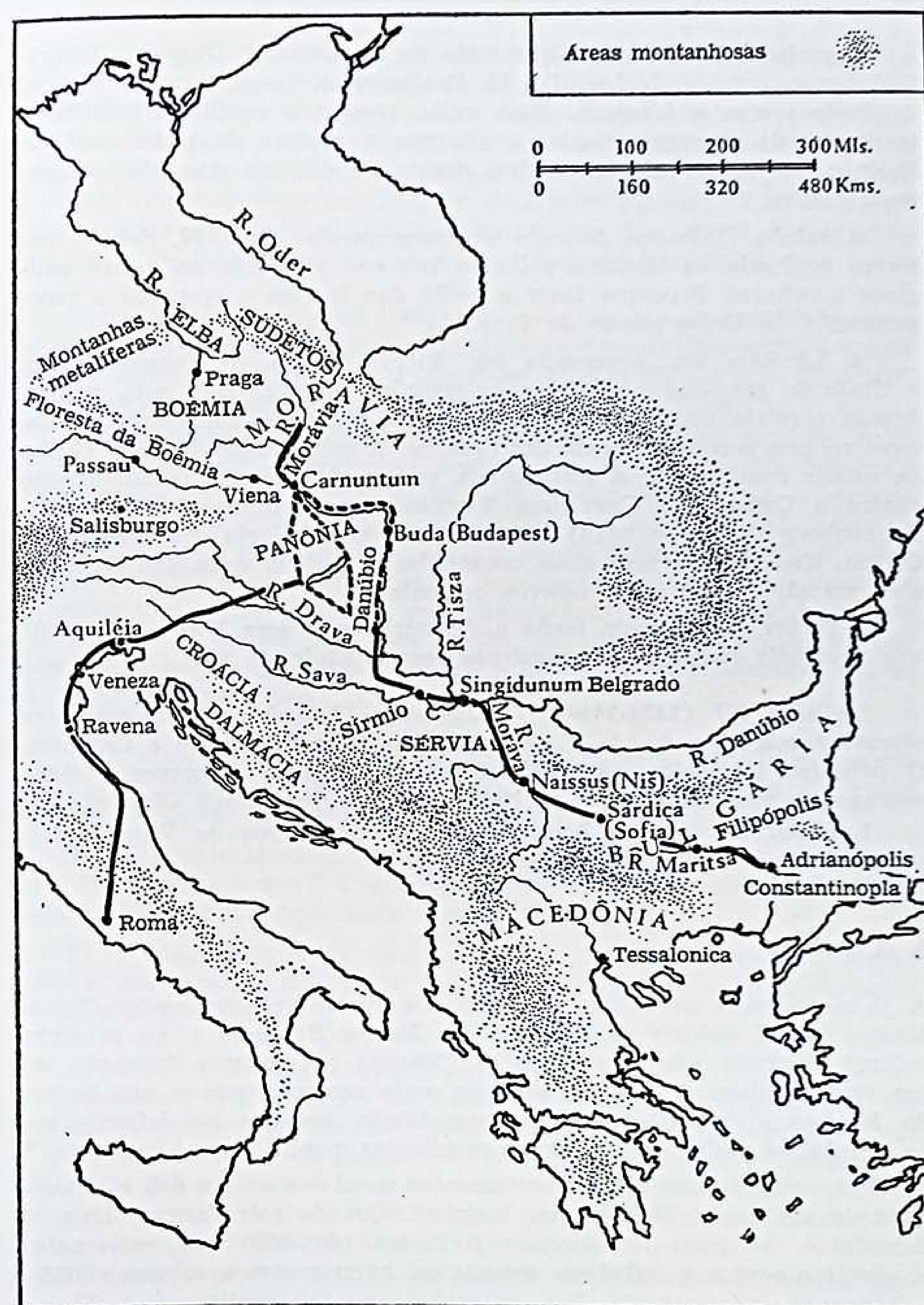
No plano da *política externa* a característica principal da atuação de Casimiro é a preocupação com a expansão no sentido oriental. «Sob sua inteligente direção, a Polônia tende a afastar-se do Ocidente para orientar suas ambições para o Leste».[76] Encontramos uma explicação para essa orientação da política externa se levarmos em consideração a fronteira ocidental da Polônia na época em que Casimiro subiu ao trono. Os cavaleiros teutônicos ocupam a parte oriental da Pomerânia; a parte ocidental dessa região encontra-se sob a pressão dos cavaleiros e da Marca de Brandeburgo. Esta última domina o curso médio do Ôder. Note-se que a região em que o leito desse rio atinge o vale de Eberswald e de Torun constitui ponto crucial na história do desenvolvimento geográfico da Polônia e da Alemanha. No baixo Ôder a Silésia encontra-se sob o domínio da dinastia luxemburguesa.

Casimiro procura assegurar a paz no Ocidente, fazendo um tratado com a Casa de Luxemburgo (1335) e com a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos. Pelo tratado de Kalisz (1343) é cedida a Pomerânia a esses últimos. «E' somente após esses fatos que se pode compreender a política de Casimiro, o Grande, a respeito dos países rutenos, política terminada durante a segunda metade de seu reinado pela anexação da Rutênia Galiciana e de uma parte da Rússia Vladimiriana. Seu pai já havia exercido essa política, mas, então, tratava-se de garantir-se contra as invasões dos tártaros. Esse problema não existia mais no tempo de Casimiro, o Grande. Ao contrário, a Polônia visivelmente repelida do Báltico e do Ôder buscava uma compensação a Sudeste. E' característica sobretudo a atividade ulterior de Casimiro, o Grande, dirigida para a anexação da Podólia. Vê-se distintamente como a Polônia, afastada do Báltico, procura atingir as costas do Mar Negro».[77] E' curioso notar a preocupação de Casimiro em manter boas relações com a Pomerânia Ocidental. Nesse sentido não hesitou em dar a mão de sua filha Elisabete ao príncipe Boguslau V da Pomerânia. O rei polonês tentava, assim, obter um caminho para o Báltico. Esse alvo, entretanto, encontrava grave obstáculo nas anexações feitas pela Marca de Brandeburgo que já no início do século XIV constituíam uma barreira entre a Polônia e a Pomerânia Ocidental.

O herdeiro do trono de Casimiro foi seu sobrinho Luís d'Anjou que era, ao mesmo tempo, rei da Hungria. Em seu curto reinado (1370-1382) Luís deixou o poder nas mãos de sua mãe Elisabete, irmã de Casimiro. Teve porém a preocupação de fazer com que a nobreza reconhecesse uma de suas filhas como herdeira do trono. Assim é que em 1384 Hedviges foi aceita como sucessora de Luís.

Acontecimento de relevante importância na história dos povos eslavos foi o casamento de Hedviges com Jaguelov (Jagielo, Jagelon, Jagelão), grão-duque da Lituânia.

Com o fim do reinado de Casimiro se encerra a primeira grande fase da História da Polônia. Uma nova fase tem início com a dinastia jagelônica.



Região invadida pelos Eslavos

Jaguelov († 1434). — Convertido ao cristianismo, Jaguelov (Jagelão) tomou o nome de Ladislau II. Realizava-se, assim, a união pessoal da Polônia com a Lituânia. Essa união rompia o equilíbrio político e territorial da Europa Oriental e alterava o caráter do poder real na Polônia.[78] A monarquia hereditária dentro da dinastia dos Piast tornava-se eletiva.

A rainha Hedviges, falecida prematuramente em 1399, deixou sua marca profunda na História polonesa por sua atividade no campo religioso e cultural. Procurou fazer a união das Igrejas e preparou a reorganização da Universidade de Cracóvia.[79]

A Lituânia era governada por Vitovt, primo de Jaguelov, com o título de grão-duque. Embora as relações entre os dois nem sempre fossem cordiais, acordou-se em 1401 que os poloneses não elegeriam um novo rei sem o consentimento dos lituanos. A colaboração dos dois chefes de estado resultou na já mencionada vitória do exército polono-lituano contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos na batalha de Grünwald-Tannenberg (julho de 1410) em que pereceu o próprio grão-mestre da Ordem. Essa vitória teve como conseqüência quebrar o ímpeto da ofensiva germânica contra os eslavos ocidentais.

Jaguelov voltou mais tarde a desentender-se com Vitovt († 1430) que pretendia tornar-se independente com o título de rei.

Ladislau III (1434-1444). — Jaguelov (Ladislau II) morreu aos oitenta e seis anos de idade, deixando dois filhos: Ladislau e Casimiro. O primeiro foi eleito rei. Durante sua minoridade o governo esteve entregue a um conselho de regência presidido pelo bispo Olesnicki.

Ladislau III pereceu heroicamente sob os muros de Varna (Bulgária) lutando contra os turcos (1444).

4. A Boêmia

A já mencionada destruição do reino dos ávaros pelo imperador Carlos Magno (ver I volume da *História dos Reinos Bárbaros* e, no presente volume, capítulo sobre as Invasões Eslavas) propiciou a fundação de um estado eslavo, a Grande Morávia, cujo centro situou-se nas bacias do Morava e do Nitra «numa encruzilhada em que se defrontavam as influências políticas e religiosas carolíngias, pontifícias e bizantinas».[80]

Por volta do ano 830 encontramos os morávios unidos sob a autoridade de um chefe, Moimir (ou Mojmir). Quando este faleceu, Luís, o Germânico, designou seu sucessor Rastislav (846-869) que, entretanto, se revoltou contra a influência germânica, lutou contra o soberano (855) e tornou-se independente. Sua autoridade se fez sentir até o Theiss (Tisa, Tisza) e além do Danúbio, «sobre os eslavos da Panônia que habitavam ao redor do lago Balaton».[81]

Para fugir à influência germânica, Rastislav enviou uma carta ao basileu Miguel III pedindo missionários. A resposta foi a famosa missão de Constantino (que depois trocou o nome para Cirilo) e de Metódio. Sobre a atuação desses dois irmãos e sua profunda influência na vida religiosa dos eslavos, reservaremos um item especial no capítulo sobre a Igreja (outro volume da ***História do Mundo Feudal***). Vale acentuar, aqui, apenas o aspecto político do pedido de Rastislav: o desejo de afirmar a independência em relação à influência germânica.

Svatopluk ou *Sviatopolk* (870-894). — Sucessor de Rastislav, aproveitando-se da decadência dos carolíngios da ***Francia Orientalis***, ampliou seus domínios que chegaram a abranger toda a Eslováquia Ocidental, a Boêmia e até mesmo uma parte da Galícia e da Silésia.

Com a partilha do Estado Morávio entre os filhos de Sviatopolk, após a morte deste, o reino se desintegrou. A chegada dos húngaros deu o golpe mortal à Morávia. Uma parte dos eslavos que ocupavam o vale do Theiss e do Danúbio refugiaram-se na Transilvânia onde se misturaram com os valáquios. Os eslovacos foram submetidos pelos magiares (905). Esse acontecimento tem repercussão milenar, «pois os eslovacos iriam ficar separados dos tchecos, seus irmãos eslavos, durante um milênio ou quase, por essa cunha que os turco-mongóis haviam introduzido no bloco eslavo».[82] Sobre o fim da Grande Morávia cabem as seguintes observações:

1) A atuação religiosa dos missionários enviados por Bizâncio constituiu uma excelente lição para todas as missões bizantinas efetuadas nos demais países eslavos «da Bulgária à Rússia».[83]

2) A Grande Morávia foi, segundo Fichelle, o primeiro estado eslavo digno desse nome.[84] Contudo, observa Musset, no terreno político nada sobreviveu da experiência morávia.[85]

3) A desintegração da Grande Morávia foi fatal para a evolução ulterior dos eslavos ocidentais por haver coincidido com o aumento da pressão germânica.

As tribos eslavas que ocupavam a Boêmia não formavam um estado, fato esse que explica a submissão dessa região aos germanos. Os *Annales de Fulda* mostram-nos quatorze duques boêmios apresentando-se a Luís, o Germânico, em Ratisbona, para pedir o batismo (janeiro de 845). Em 895 os tchecos se submetem ao imperador Arnulfo. Deve-se notar que as montanhas contribuíram para preservar a Boêmia das piores conseqüências da invasão húngara.[86]

«Os dois primeiros séculos da história dos eslavos da Boêmia permanecem na obscuridade. A união progressiva das tribos que colonizaram a bacia do Vltava deixou vestígios nas lendas históricas recolhidas por Cosmas, o mais antigo dos cronistas tchecos. Uma delas faz re-

montar a um hipotético Premysl a origem de uma dinastia que devia durar até 1306, e cujos primeiros representantes, depois de terem recebido o batismo no tempo de Metódio, mandaram construir igrejas, mas tiveram de fazer largas concessões à influência do clero germânico, contra o qual se rebelava o sentimento nacional».[87]

Vejamos a seguir, alguns vultos da história medieval da Boêmia.

Venceslau (Vaclav, 925-929). — Educado cristãmente por sua avó, a duquesa Ludmila (S. Ludmila † 921), Venceslau assume o poder em 925 decidido a intensificar a propaganda do cristianismo. Cabe aqui uma observação importante: o cristianismo representava para muitos tchecos a penetração da cultura alemã, o que levava os remanescentes pagãos a se unirem num partido nacionalista, germanófobo. Venceslau revelou-se um governante enérgico: reprimiu as intrigas da corte e estreitou as relações com a Germânia, principalmente com Henrique I. Isto valeu-lhe a oposição de uma parte de seus súditos. A própria mãe de Venceslau, Drahomira, e o irmão deste, Boleslau, integravam o partido germanófobo. Atraído por seu irmão a um castelo deste, Venceslau foi assassinado na porta da Igreja em setembro de 929. São Venceslau é o patrono da Boêmia.

Boleslau I (929-967). — Os primeiros anos do reinado de Boleslau, o Cruel, caracterizam-se por manifestações violentas contra o cristianismo e os clérigos alemães que se encontravam na Boêmia. A situação porém sofreria uma radical transformação quando Boleslau se viu forçado a submeter-se a Otão I (950) a quem auxilia na luta contra os magiares, contribuindo para a derrota destes na batalha de Lechfeld (955). Boleslau passou a viver como bom cristão. Uma de suas filhas, Dobrava, uniu-se em matrimônio com Mieszko I da Polônia e desenvolveu aí um verdadeiro apostolado.

Boleslau II (967-999). — Sucessor de seu pai Boleslau I, estende seus domínios sobre a Morávia. Sob seu reinado é organizada a hierarquia eclesiástica na Boêmia com a fundação do bispado de Praga que alguns anos depois teve como segundo ocupante S. Adalberto. Este abandonaria, posteriormente, a sé episcopal para dedicar-se à conversão dos pagãos da Prússia e seria martirizado (997).

Deve-se notar que o bispado de Praga estava ligado à hierarquia eclesiástica germânica, fato esse que acarretaria graves conseqüências políticas e religiosas.

Como a ordem de sucessão ao governo não estivesse devidamente regulamentada e a família dos Premislidas, detentora do poder, fosse bastante numerosa, deparamos na história da Boêmia com interregnos anárquicos.[88]

A situação se consolida sob o reinado de Vratislav (1061-1092) que recebeu de Henrique IV a coroa real.[89] Vladislav II (1140-1175), que prestou leais serviços a Barba-Roxa, recebeu deste a coroa real e na dieta de Ratisbona (janeiro de 1158) foi solenemente saudado como rei.

Em 1198 o duque Otocar I (1197-1230) obteve permanentemente o título real com o apoio do imperador Frederico II. Otocar II (1253-1278) é a figura mais notável da dinastia dos Premislidas. Aproveitando-se das circunstâncias históricas (o interregno de 1256-1273) amplia seus domínios que, em certo momento, passam a abranger a Boêmia, a Morávia, a Silésia, a Eslováquia, a Lusácia, a Áustria, a Estíria, a Caríntia e a Carníola. Mas os êxitos de Otocar encontraram a oposição de Rodolfo de Habsburgo. Remetemos o leitor para o que já se escreveu, a propósito dessa luta, no capítulo referente à Alemanha.

Venceslau II (1278-1305). — Único filho de Otocar II, tentou, em vão, reconquistar os territórios ocupados pelos Habsburgos. Obteve, contudo, êxitos a leste conquistando a Silésia e grande parte da Polônia onde conseguiu ser coroado rei em Gniezno (1300). Aproveitando a extinção da dinastia dos Árpades, Venceslau II colocou seu filho Venceslau III no trono húngaro. Este, após a morte do pai (1305), viu-se obrigado a renunciar à Hungria e foi assassinado no ano seguinte, extinguindo-se, assim, a dinastia dos Premislidas.[90]

O fracasso final da atuação dessa dinastia explica-se, entre outras, pelas seguintes causas:

1) Acima de tudo a profunda influência germânica que se fez sentir no terreno econômico, social, político, religioso e cultural. Vale aqui recordar um fator de ordem geográfica. As regiões montanhosas e silvestres estavam despovoadas apesar de encerrarem grandes riquezas minerais. Para explorá-las, os príncipes da dinastia dos Premislidas chamaram alemães. Francônios e bávaros ocuparam também as regiões planas da parte ocidental da Boêmia. Deve-se observar que enquanto o eslavo era essencialmente um camponês, os alemães dedicavam-se ao comércio e à indústria, fato esse que explica a influência germânica nas cidades.

2) As deficiências na regulamentação do problema sucessório constituiu um fator de enfraquecimento da dinastia Premislida.

3) Outra causa de desintegração do poder foi a incapacidade dos Premislidas de «assegurar-se a fidelidade de feudais levados à turbulência e por demais tentados a adotar, com os costumes da cavalaria, as maneiras e a língua germânicas».[91]

Já vimos, no capítulo sobre a Alemanha, que Alberto de Habsburgo, após o assassinato de Venceslau III, conseguiu colocar seu filho Rodolfo no trono da Boêmia. Este último, entretanto, faleceu prematuramente (julho de 1307) e foi eleito rei o duque Henrique de Caríntia, esposo da irmã de Venceslau III. O reinado de Henrique caracteriza-se por uma série de desordens e ele é deposto (1310). Os boêmios oferecem, então,

a coroa a João, filho do imperador Henrique VII de Luxemburgo. João desposou Isabel, irmã de Venceslau III. Uma nova dinastia subia ao trono da Boêmia.

João de Luxemburgo (1310-1346). — E' uma figura singular de soberano e guerreiro que passou quase toda sua existência envolvido em lutas até sucumbir heroicamente na batalha de Crécy (1346).

Carlos (1346-1378). — Filho de João de Luxemburgo, Carlos (cujo nome primitivo era Venceslau) fora educado em Avinhão e residira na França e na Itália. Estamos aqui diante de um dos maiores soberanos do final da Idade Média. Em 1347 foi eleito imperador e como tal já foi devidamente focalizado no capítulo sobre a Alemanha.

No que tange à atuação de Carlos como rei da Boêmia, devem ser lembrados os seguintes fatos:

1) Revelou grande entusiasmo e afeição por seu país adotivo. Assim é que aprendeu a língua nacional e estimulou o sentimento eslavista de seus súditos.

2) Apesar de eleito imperador, impediu a intervenção estrangeira nos negócios internos do estado tcheco. Ao contrário: garantiu, através da Bula de Ouro, a independência da Boêmia e possibilitou a seus sucessores a intervenção nos assuntos do Império.

3) No terreno religioso, obteve a transformação do bispado de Praga em Arcebispado.

4) No terreno cultural, fundou a Universidade de Praga (1348), modelada sobre a Universidade de Paris. Essa Universidade, a primeira da Europa Central, atraiu um grande número de estudantes que se agrupavam em «nações» (tcheca, saxônica, bávara e polaca).

5) No terreno jurídico, lembremos a redação de um código destinado a limitar os poderes da nobreza e que encontrou naturalmente oposição por parte dela.

6) No terreno econômico, as atividades são incentivadas graças à relativa segurança de que desfruta a Boêmia. «A extensão das superfícies cultivadas aumenta. Organiza-se a piscicultura em numerosos lagos artificiais. Carlos introduz a cultura da vinha; as cepas da Borgonha e da Alsácia são aclimatadas nas cercanias de Praga. Mas a característica original da Boêmia continua a ser a importância da indústria mineira e artesanal e do desenvolvimento urbano». [92]

7) No terreno das artes, Carlos aparece como um grande construtor. Confiou a um arquiteto francês, Mateus d'Arras, a construção da catedral de Saint-Guy com base nos planos da catedral de Narbonne. Dotou sua capital de novos bairros transformando-a em um grande centro de civilização.

8) No terreno político lembremos que, sob o reinado de Carlos, «o país da coroa da Boêmia» incluía as seguintes regiões, além da própria Boêmia: Morávia, Silésia, Lusácia Meridional, Brandeburgo, Luxemburgo e domínios no Palatinado e na Mísnia. [93]

Venceslau IV (1378-1419). — A morte de Carlos representou uma grave perda para os tchecos em virtude sobretudo das dificuldades religiosas por que atravessava a Europa ocidental e central motivados pelo Cisma do Ocidente. Venceslau IV, filho e sucessor de Carlos, já focalizado no capítulo concernente à Alemanha, não revelou a mesma capacidade política do pai. Teve que enfrentar a crise religiosa provocada pela pregação de João Hus. Essa crise confundia-se e agravava-se com problemas sociais e aspirações nacionais. No capítulo referente à Alemanha já falamos da deposição de Venceslau em 1400 pelos eleitores e na escolha de Ruprecht da Baviera. O leitor deve ter presente o que se escreveu aí sobre a eleição de Sigismundo em 1411 com plena aprovação de Venceslau. Sigismundo só sucedeu a seu irmão, na Boêmia, quando ele faleceu em 1419. A heresia hussita e suas conseqüências serão devidamente estudadas no capítulo sobre a Igreja.

5. A Bulgária

Pertencente ao grupo turco, os búlgaros aparecem no curso inferior do Danúbio por volta do fim do século V. Sob os imperadores Zenão e Anastácio eles são mencionados ora como aliados do Império contra os godos, ora como autores de incursões nos Balcãs. Não é fácil estabelecer todas as etapas da expansão búlgara a partir das estepes. Certo é que pelos fins do século VI ou pelo início do século VII essa expansão adquire novo ímpeto. «Um grupo partiu para leste e se fixou nas estepes do Kuban: os 'búlgaros negros'; outros se introduzem pelo norte e atingem o baixo Kama, nos confins da taiga, onde é assinalada, ainda no século XIII, uma 'grande Bulgária'. Esses elementos, finalmente submetidos pelos mongóis e islamizados, fundiram-se com outras populações turcas do Volga. Um pequeno destacamento dirigiu-se para o oeste, tomou parte na conquista da Itália pelos lombardos e vem parar em torno de Benevento, onde é mencionado até o século IX. Mas o grosso do povo se estabeleceu junto ao baixo Danúbio e retomou a idéia de uma ofensiva em direção aos Balcãs. Desde o reinado de Heráclio, vemo-los assediar Tessalonica e Constantinopla em colaboração com os ávaros e os eslavos». [94]

Em meados do século VII os búlgaros encontram um chefe na pessoa de um certo Kubrat (ou Kuvrat) que fora educado em Bizâncio e era cristão. E' ele considerado o fundador do poder político dos búlgaros.

Asparukh (também Asparuch). — Cedendo provavelmente à pressão dos Cázares da embocadura do Volga, Asparukh, filho de Kubrat, dirige-se com uma horda para o oeste à procura de um novo habitat. Atravessa o Dnieper, permanece por algum tempo na Bessarábia e atinge a foz do Danúbio onde encontra os ávaros.

O basileu Constantino IV foi obrigado a ceder (681) aos invasores o território por eles conquistado ao sul do Danúbio. Aí foi fundado um verdadeiro estado que constituiu a origem do domínio búlgaro nos Balcãs. Chama a atenção do estudioso o notável sentido de disciplina e organização da nova unidade política que tem à sua frente um chefe supremo (Khan) que reside em Pliska (atual Aboba). Abaixo desse chefe situa-se uma hierarquia áulica e uma nobreza militar. A massa da população, constituída principalmente de pastores, pertence ao grupo eslavo. A minoria búlgara vai, então, ser assimilada pelos eslavos. Note-se, entretanto, não ser fácil seguir as etapas desse processo de eslavização.

Em 705 o Khan Tervel, sucessor de Asparukh, recebe o título de César, o que não impede as contínuas lutas entre Bizâncio e o novo estado. Basta lembrar que o basileu Constantino V (741-775) dirigiu numerosas campanhas contra os búlgaros.

No século IX o território búlgaro foi ampliado graças à atuação de seus Khans. Assim, por exemplo, *Krum* (802-815) conquistou Sérdica (Sófia), cercou o basileu Nicéforo I em um vale, aniquilou suas tropas, matou-o (julho de 811) e avançou até o Mar Egeu. O reino de Krum era um vasto território que se limitava a oeste pelo curso do Save, do Danúbio e do Tisa; ao norte pelo Dniester; a leste pelo Mar Negro e ao sul pela cadeia balcânica.

Omurtag (Omurtug, Omortag) (815-831). — Sucessor de Krum, fez com os gregos um tratado de paz por trinta anos e lutou contra o carolíngio Lotário. Atribuiu-se o título de «rei dos eslavos e dos búlgaros».

Bóris (852-888). — Assinala uma nova fase da história búlgara, pois resolveu aceitar o cristianismo. Em 863 Bóris, aliado de Luís, o Germânico, anuncia ao papa sua intenção de receber o batismo. O basileu Miguel III interferiu, temeroso da aproximação búlgara em relação ao Ocidente, e serviu de padrinho ao Khan búlgaro. Um representante do patriarca de Constantinopla foi batizar o príncipe búlgaro (864 ou 865).

A conversão de Bóris ao cristianismo foi também um ato de conteúdo político, pois favoreceu singularmente a luta dos búlgaros com Bizâncio pela hegemonia na Península Balcânica.

Simeão (893-927). — Filho de Bóris, foi educado em Bizâncio e seu reinado assinala o apogeu do primeiro estado búlgaro. O grande sonho de Simeão foi instalar-se um dia em Constantinopla e substituir o basileu. Ampliou o território de seu reino, atingindo o Adriático. Em 925 proclamou-se «basileu-czar de todos os búlgaros e romanos». Assumiu, depois, outro título: «pela graça de Deus, czar e autocrata de todos os búlgaros e gregos».

Simeão, chamado o Grande, pertence à estirpe dos grandes chefes de estado medievais. O território de seu reino abrangia a Mésia, a Trácia, a Macedônia, a Sérvia, a Albânia e o Epiro. Podemos avaliar o alcance da penetração do cristianismo grego entre os súditos de Simeão quando verificamos que seu reino se transformou, por um certo tempo, no principal centro irradiador da religião entre os eslavos meridionais.

Simeão não pôde realizar seu grande sonho imperial. Por falta de apoio naval fracassou no ataque a Constantinopla em 924.

Pedro (927-969). — Filho e sucessor de Simeão, fez a paz com o basileu Romano I recebendo, em recompensa, a mão de uma princesa bizantina. O império búlgaro, entretanto, começa a declinar. Um processo de rebelião interna resultou na divisão da Bulgária em duas: Ocidental e Oriental. Às ameaças externas dos sérvios, magiares e petchenegues somaram-se as desordens sociais e religiosas fomentadas pela heresia bogomila apressando a desintegração do estado. A situação agravou-se quando o czar Pedro imprudentemente exigiu do basileu Nicéforo II o pagamento do antigo tributo. O último apelou para o russo Sviatoslav que, como já vimos, irrompe na Bulgária, instalando-se em Pereiaslavets (Pereslavets) à margem direita do Danúbio, cidade essa que ele deseja fazer sua capital.

O basileu Tzimiscés inflige, entretanto, uma derrota em Sviatoslav e anexa a Bulgária Oriental. A Bulgária Ocidental conseguiu manter sua independência por algum tempo graças à atuação de um nobre búlgaro, Samuel. Basílio II, porém, conseguiu reduzir a Bulgária a uma província do Império.

No século XI a Bulgária sofre um processo rápido de feudalização. Entre as famílias feudais em evidência figura a dos Assenes (Asen ou Assan) que vai desempenhar papel decisivo no aparecimento do segundo estado búlgaro no século XII. Este novo estado, convém acentuar desde logo, apresenta profundas transformações na língua, na religião e na estrutura política.

Pedro e João Assen fundam em 1185 o novo estado, a Bulgária do Norte, graças a uma aliança com os sérvios e os cumanes. A esse novo estado se anexa a Valáquia. A capital situa-se em Trnovo.

Entre os soberanos do novo estado destaca-se Kalojan (1197-1207) que se notabilizou na luta contra gregos e sérvios. Em 1204 o papa Inocêncio III reconheceu-lhe o título de «rei dos búlgaros e dos valáquios».

As pretensões dos búlgaros sobre a Trácia e a Macedônia levaram a um conflito com o Império Latino de Constantinopla. Balduíno de Flandres foi aprisionado e provavelmente assassinado.[55]

João Assen II (1218-1241). — Foi o sucessor de Kalojan assassinado (1206) em Salonica. Depois de restabelecer a ordem (o assassinato

de Kalojan foi seguido de um interregno anárquico), Assen II «aliou-se à Sérvia em 1230 e reinou um vasto território que compreendia a Albânia, a Antiga Sérvia, a Mecedônia, a Tessália e a Trácia».[96]

Autonomia religiosa da Bulgária em relação ao Império Bizantino e tentativas para expulsar os latinos de Constantinopla, são dois traços característicos do reinado de João Assen II. Quando ele morreu, pôde transmitir a seu sucessor um reino bastante forte cuja capital Trnovo «era uma das mais brilhantes cidades dos Balcãs».[97]

O segundo estado búlgaro iria, entretanto, entrar em decadência. Em 1264 o basileu Miguel Paleólogo retomou a Macedônia aos búlgaros e suprimiu a autonomia religiosa já adquirida anteriormente.[98]

Mongóis, de um lado, sérvios, de outro lado, constituíram durante muito tempo ameaça à soberania búlgara. De 1242 a 1300 os búlgaros tiveram que reconhecer a supremacia dos mongóis da «Horda de Ouro», instalados em Sarai, no sudeste da Rússia.[99]

De 1300 a 1350 os búlgaros tiveram que enfrentar os sérvios.

Em 1364, por ocasião da morte do czar Alezandre, a Bulgária se dividiu em dois reinos respectivamente sob João Chichman (que reinou em Sófia) e sob Srazimir (que reinou em Widdin). Chichman aliou-se aos sérvios contra os turcos otomanos. Estes conquistaram Sófia (1382) e Trnovo (1393). Srazimir apelou para os cruzados e foi vencido em Nicópolis (setembro de 1396). Era o golpe de morte na independência da Bulgária que tombou sob o jugo otomano.[100]

6. A Sérvia

Desde a metade do século VI encontramos os sérvios instalados em uma região de difícil acesso, a nordeste do Montenegro. Ao que parece, o primeiro núcleo de unificação do estado sérvio situou-se em Ráscia (também Rássia), região evangelizada no século IX por discípulos de Cirilo e Metódio.[101] Vencidos pelo búlgaro Simeão em 924, os sérvios emigram para Zeta (atual Montenegro) onde não conseguem evitar o domínio bizantino.

No século XII, «por iniciativa de chefes (Knez) locais da família dos Nemânidas, aproveitando-se das lutas entre húngaros e bizantinos, começou a história do estado sérvio, que se estende no século XIII sobre Dioclćia, a região interior de Ragusa e a Macedônia».[102]

Estêvão Nemânia (1171-1196). — E' o fundador da dinastia que vai ficar no poder durante dois séculos. Depois de contar com auxílio de Manuel Comneno, entra em choque com o mesmo. Ao morrer o basileu, Estêvão aproveita a situação anárquica que se estabelece no Império grego e apodera-se de Nich, anexa a Dalmácia, a Herzegóvina, o Montenegro e a Sérvia danubiana.[103]

Depois desses êxitos Estêvão abdica e torna-se monge recolhendo-se a Monte Atos. Um de seus filhos, Estêvão, obtém do papa Honório III a coroa real (1217).

Em 1242 o Nemânida *Uros* (Uroch) inicia um longo reinado de trinta e quatro anos. Durante algum tempo a Sérvia se tornou o mais importante estado da Península Balcânica, fato esse evidentemente favorecido pelas circunstâncias históricas: criação do Império Latino e fraqueza dos Paleólogos.

Após a morte de Uros, segue-se um período de desordens internas motivadas por rivalidades familiares. Esse período de decadência termina com o reinado de Estêvão Duchan (1331-1355) também chamado Estêvão Uroch IV ou simplesmente Duchan (Dushan). Este soberano elevou o prestígio de seu reino ao apogeu. Seu sonho era fundar no Oriente um novo Império Cristão. Em 1346 proclamou-se imperador não somente dos sérvios mas de quase toda a România *(imperator fere totius Romaniae)*. Pretendia apoderar-se de Constantinopla e mover uma cruzada contra os turcos. Vejamos sua atuação bélica.

Aproveitando-se do declínio do Império Bizantino, Duchan apoderou-se da Tessália, da Albânia, do Epiro, da maior parte da Macedônia e assediou (1340) Salonica. Obteve então do basileu a plena soberania sobre um território que se estendia entre o Danúbio e o golfo de Corinto, do mar Adriático ao curso do Maritza.[104]

Duchan preparava-se com um grande exército de oitenta mil homens para a tomada da capital do Império do Oriente quando morreu subitamente aos quarenta e seis anos de idade (dezembro de 1355).

Estêvão Uroch V (1355-1371). — Não pôde manter a herança recebida e o império sérvio se dividiu em Sérvia do Norte e Sérvia do Sul.

Em breve os sérvios iriam tombar sob o domínio otomano. Na batalha de Kossovo (1389) perecem o sultão Murad e o príncipe sérvio Lázaro que se aliara com Tvartko da Bósnia e com os croatas para deter a maré turca.

«No momento em que os turcos invadiram os Balcãs, o Estado Sérvio estava a encaminhar-se para formas modernas de organização. Os costumes de sucessão não favoreciam a desagregação do poder central que, na Rússia, acentuara a fragmentação feudal. As trocas comerciais entre as cidades do litoral e o interior do país serviam de base à ação dos soberanos, davam um lugar importante no reino à burguesia urbana e limitavam o poder dos grandes proprietários. A pressão turca no século XIV, a conquista quase total da península no século XV iriam fazer parar esta evolução, ressuscitar formas antigas de organização social e fixar na imobilidade a sorte dos povos eslavos dos Balcãs por mais de três séculos».[105]

[1] Esses dados foram extraídos do excelente artigo do conde Emmanuel de Bennigsen, "Alguns dados sobre as fontes da História Russa e a Historiografia desse país", publicado na *Revista de História*, n. 14 de 1953, p. 407ss.
[2] Bennigsen, "Alguns dados...", p. 407.
[3] Idem, ibidem.
[4] Idem, ibidem, p. 408.
[5] Fichelle, *Le Monde Slave*, p. 1145.
[6] A propósito desses príncipes e de sua descendência de Rurik, Arbman *(Os Vikings)* anota (p. 112) "A *crônica de Nestor* vê-se em apuros para ligar a casa real de Kiev a Rurik, que morreu no ano 870, na menoridade de seu filho Igor. Em 903, Igor desposou Olga, e em 942, tendo Igor 75 anos e Olga 60, nasceu Sviatoslav, filho de ambos. Entre 920 e 941, a data da sua suposta incursão a Constantinopla, não há referência a qualquer acontecimento no reino de Igor, nem tão pouco depois desta, até a sua morte, no ano 945, quando exigia impostos aos drevlianos. Deve haver qualquer lacuna, nesta altura, na sua genealogia".
[7] Portal, *Os Eslavos*, p. 39.
[8] Tompkins, *A Rússia*, p. 36.
[9] Ver nossa *História do Império Bizantino*, p. 69.
[10] Pascal, *História*, p. 9. Ver, contudo, o que escrevemos à nota 6.
[11] Ver nossa *História do Império Bizantino*, p. 70.
[12] Arbman, *Os Vikings*, p. 113.
[13] Pascal, *Histoire*, p. 10.
[14] Apud Tompkins, *A Rússia*, p. 40. Note-se que boiardos (do russo: boiárini) eram nobres que defendiam o príncipe com as armas.
[15] Arbman, *Os Vikings*, p. 114. Ver o texto do tratado em Tompkins, *A Rússia*, p. 41.
[16] Pascal, *Histoire*, p. 11.
[17] Vasiliev, *História*, I, p. 399.
[18] Tompkins, *A Rússia*, p. 43.
[19] Idem, ibidem.
[20] Pascal, *Histoire*, p. 12s.
[21] Portal, *Os Eslavos*, p. 42.
[22] Pascal, *Histoire*, p. 14.
[23] Portal, *Os Eslavos*, p. 42. Vladimir Monômaco era filho de Vsevolod, terceiro filho de Iaroslav.
[24] Pascal, *Histoire*, p. 15.
[25] Portal, *Os Eslavos*, p. 53s.
[26] Tompkins, *A Rússia*, p. 55.
[27] Apud Cross, *Les Civilisations*, p. 95.
[28] Arbman, *Os Vikings*, p. 106.
[29] Portal, *Os Eslavos*, p. 56.
[30] Idem, ibidem.
[31] Arbman, *Os Vikings*, p. 106.
[32] Fichelle, *Le Monde Slave*, p. 1151.
[33] Idem, ibidem.
[34] Portal, *Os Eslavos*, p. 57s.
[35] Idem, ibidem, p. 58.
[36] Idem, ibidem.
[37] Tompkins, *A Rússia*, p. 64.
[38] Pascal, *Histoire*, p. 20.
[39] Pascal, *Histoire*, p. 20.
[40] Fichelle, *Le Monde*, p. 1150.
[41] Pascal, *Histoire*, p. 23.
[42] Idem, ibidem.
[43] Idem, ibidem.
[44] Idem, ibidem, p. 27.
[45] O nome de Moscou só é conhecido na história a partir de 1147. Era o nome de um local fortificado de origem finesa.
[46] Fichelle, *Le Monde*, p. 1152.
[47] Portal, *Os Eslavos*, p. 63.
[48] Idem, ibidem.
[49] Tompkins, *A Rússia*, p. 66.
[50] Idem, ibidem, p. 68.
[51] Portal, *Os Eslavos*, p. 65.
[52] Meillet, *Les Langues*, p. 64s. O grupo báltico abrange o velho prussiano, o lituano e o letão.
[53] Pascal, *Histoire*, p. 29.
[54] Pascal, *Histoire*, p. 29.
[55] Idem, ibidem.
[56] Fichelle, *Le Monde*, p. 1154.
[57] Idem, ibidem.
[58] Portal, *Os Eslavos*, p. 62.
[59] Sczaniecki, *La Monarchie*, p. 50.
[60] Wojciechowski, *Quelques traits*, p. 57.
[61] Idem, ibidem.
[62] Idem, ibidem, p. 58.
[63] Idem, ibidem, p. 61ss.
[64] Idem, ibidem, p. 63.
[65] Wojciechowski, *Le Rôle politique de l'Oder dans l'histoire*, p. 91.
[66] Segundo Lot, *Les Invasions*, I, p. 329.
[67] Fichelle, *Le Monde Slave*, p. 1129.
[68] Lot, *Les Invasions*, I, p. 329.
[69] Calmette, *L'Elaboration*, p. 233.
[70] Fichelle, *Le Monde*, p. 1130.
[71] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 983.
[72] Wojciechowski, *L'Oder et la Vistule*, p. 74.
[73] Idem, ibidem.
[74] Gorka, *O país de Glória*, p. 27.
[75] Idem, ibidem.
[76] Fichelle, *Le Monde*, p. 1158.
[77] Wojciechowski, *L'Oder et la Vistule*, p. 77.
[78] Fichelle, *Le Monde*, p. 1159.
[79] Idem, ibidem.
[80] Idem, ibidem, p. 1124.
[81] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 309.
[82] Fichelle, *Le Monde*, p. 1126. O autor classifica os magiares como pertencentes à raça turco-mongólica. Ver, a propósito, o que escrevemos no capítulo sobre os húngaros, na primeira parte do presente volume.

[83] Musset, *Les Invasions*, II, p. 93.
[84] Fichelle, *Le Monde*, p. 1126.
[85] Musset, *Les Invasions*, II, p. 93.
[86] Idem, ibidem, p. 94.
[87] Portal, *Os Eslavos*, p. 88.
[88] Fichelle, *Le Monde*, p. 1127.
[89] Idem, ibidem.
[90] Fichelle, *Le Monde*, p. 1128.
[91] Idem, ibidem.
[92] Portal, *Os Eslavos*, p. 93.
[93] Fichelle, *Le Monde*, p. 1161.
[94] Musset, *Les Invasions*, II, p. 53.
[95] Fichelle, *Le Monde*, p. 1138.
[96] Idem, ibidem.
[97] Idem, ibidem.
[98] Idem, ibidem.
[99] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 229.
[100] Idem, ibidem, p. 230.
[101] Fichelle, *Le Monde*, p. 1139.
[102] Portal, *Os Eslavos*, p. 115.
[103] Fichelle, *Le Monde*, p. 1139.
[104] Idem, ibidem, p. 1165.
[105] Portal, *Os Eslavos*, p. 119.

CAPÍTULO VII

Hungria e Romênia

Introdução

NESTE CAPÍTULO pretendemos apresentar um breve relato da evolução política de dois povos que, por suas origens étnicas e suas características culturais, se destacam dos estados eslavos que os cercam.

No que tange à Hungria o leitor deverá ter presente o que já foi escrito no capítulo referente às invasões magiares. Para o estudo da História Medieval dos húngaros lembremos, somente a título de exemplo, os documentos reunidos por E. Szempétry que dirigiu os *Scriptores rerum Hungaricarum tempore ducum regumque stirpis Arpadianae gestarum* (T.I, Budapest, 1937).[1]

A historiografia húngara, «que começa no fim do século XI com o notário anônimo do rei Bela, deve ser utilizada com as maiores precauções, pois está crivada de lendas e de erros cronológicos».[2]

No que se relaciona com as fontes da História da Romênia, remetemos o leitor para o que se vai escrever no item dois do presente capítulo.

1. Hungria

Nas últimas décadas do século X processa-se uma transformação radical na maneira de existir do povo húngaro. Com efeito, esse povo que, «ainda ontem não tinha por ideal senão a vida errante das estepes e a razia vai pouco a pouco se converter à vida sedentária do camponês vinculado à gleba. A organização guerreira que conheceu até então vai transformar-se em uma organização política: o «Estado» húngaro vai nascer e a civilização européia em breve encontrará nele asilo».[3]

Na elaboração desse novo estado desempenharam papel decisivo as qualidades pessoais dos soberanos da dinastia de Arpad. Entre esses vamos lembrar, em primeiro lugar e seguindo a ordem cronológica, o duque dos húngaros, o hábil Geza (ou Geycha) que pode ser considerado como o verdadeiro preparador da futura evolução do estado húngaro. Procurando normalizar as relações com a Alemanha, Geza envia uma embaixada ao imperador (973) e casa seu filho Estêvão com Gisela, filha do duque da Baviera.[4]

Estêvão (997-1038), cujo nome pagão era Vaïk, recebe o título de *rex apostolicus* (rei apostólico) do papa Silvestre II. A conversão sincera de Vaïk ao catolicismo reveste uma importância capital para toda a história húngara: «Por intermédio de Roma e da Alemanha, cuja cultura na Idade Média é toda latina, a Hungria se encontrará ligada à civilização ocidental, única entre as nações finesas, como a Polônia e a Croácia entre as nações eslavas».[5]

Do reinado de Estêvão convém lembrar os seguintes acontecimentos:

1) *Revolta de tribos da região leste e do Transdanúbio* as quais se encontram apegadas ao regime de vida pastoril. Com o apoio moral do clero e com o efetivo concurso de cavaleiros alemães, Estêvão submete os revoltosos e aproveita a oportunidade para ocupar a Transilvânia.

2) *O estado organiza-se* sob o ponto de vista *administrativo* (divisão do território em comitatos administrado cada um por um funcionário real, Ispan), sob o ponto de vista *financeiro* (extensão do imposto a todos), *legislativo* (codificação de leis e estabelecimento de penas rigorosas), *social* (a servidão vai substituindo a escravidão que recua com o fim das incursões predatórias) e *eclesiástico* (a Igreja na Hungria é organizada pelo jovem rei com autorização de Roma).

O filho de Estêvão, Imre, falecera prematuramente, fato esse que abriu a sucessão ao trono, quando da morte de Estêvão (1038), em favor de Pedro Orseolo, filho de um doge de Veneza e de uma irmã do soberano húngaro.

Inicia-se então um período de agitações que, sob as aparências de querelas dinásticas, escondem internamente reações de inconformados com as transformações políticas, sociais e religiosas e, externamente, tentativas de tutela estrangeira, principalmente alemã.[6]

Em 1041 Orseolo é expulso e substituído pelo nobre magiar Samuel Aba que procura apoio nos camponeses e pastores descontentes. Derrotado pelos alemães em Menfö, Aba termina executado. Orseolo é reposto no trono húngaro e presta homenagem ao imperador (1045). Segue-se, porém, uma revolta dirigida por Vata que depõe Orseolo e promove radicais transformações na estrutura político-social do estado húngaro. Os beneficiários da organização estatal ameaçada reagem e dão o poder a André, descendente de Arpad.

O novo rei restabelece a ordem social e recusa submeter-se à suserania alemã, mas é morto e substituído por seu irmão o duque Bela que tem um breve reinado (1060-1063) durante o qual é vencido o último levante de caráter pagão, fomentado por João, filho de Vata.

Com apoio do imperador, sobe ao trono (1063) o filho de André, Salomão, que enfrenta a revolta de grandes senhores e é derrotado em Mogyorod (1074), morrendo, pouco depois, na Ístria. A luta entre o papa e o imperador impede, por algum tempo, a intervenção alemã.[7]

Nos últimos anos do século XI temos os reinados de Geza I (1074-1077), de Ladislau I (1077-1095) e de Kalman (1095-1116).

Ladislau foi um acérrimo adversário do paganismo. O regime feudal fortalece-se nesse período, pois os nobres, os altos dignitários da Igreja, os mosteiros e os próprios funcionários reais ampliam seu domínio sobre as terras, acarretando evidentemente restrições ao poder real. Kalman, sobrinho e sucessor de Ladislau, procura evitar essa desintegração promulgando uma lei segundo a qual deveriam voltar ao domínio real as terras doadas após o reinado de Estêvão quando não mais houvesse herdeiros diretos. Tersen observa ser duvidoso que tal medida tenha sido aplicada.[8]

Kalman expandiu as fronteiras conquistando a Croácia que «formou um reino separado dentro da Hungria, incluindo temporariamente a província da Dalmácia na costa do Adriático, que também era iugoslava».[9] Essa expansão levou inevitavelmente os húngaros a lutar com os venezianos.

«Uma observação superficial não discerne, nos reinados de Estêvão II (1116-1131), de Bela II, o Cego (1131-1141), de Geza II (1141-1162), de Estêvão III (1162-1172), mais que uma extrema confusão ainda agravada por um reinício da atividade de Bizâncio que apóia certos pretendentes e chega até mesmo (na verdade, precariamente) a instalá-los no poder: tais como Ladislau II (1162-1163) e Estêvão IV».[10]

O reinado de Bela III (1172-1196) merece nossa atenção.

Embora tivesse subido ao trono sob a proteção do basileu Manuel Comneno, o soberano húngaro não hesitou em estreitar suas relações com o Ocidente, contraindo matrimônio com Margarida, irmã de Filipe Augusto. Internamente Bela III aperfeiçoa a organização do estado criando uma Chancelaria real e procurando novas fontes de receitas. Externamente, os húngaros realizam expedições contra a Galícia e o reino de Kiev.

Deve-se notar que se processara uma extensão territorial do reino húngaro. Assim, por exemplo, haviam sido ocupadas partes montanhosas da Transilvânia, a Eslavônia e a Croácia (1102-1105). Essa extensão territorial favorece um progresso demográfico: camponeses húngaros fugindo do jugo feudal instalam-se nas novas regiões onde a mão-de-obra rara os beneficia.

Após a morte de Bela III seus filhos Emerico e André disputam o poder e distribuem terras e privilégios a seus partidários visando garantir a fidelidade dos mesmos.

Depois que passou a reinar sozinho, André (1205-1235) desperdiça as forças do reino em expedições contra a Galícia. De 1217 a 1218 faz uma cruzada a S. João d'Acre. «Ao retornar encontra o país em plena revolta: revolta em que se misturam os nobres, os servientes (homens livres que devem ao rei o serviço militar), as guarnições e os habitantes das fortalezas reais, e numerosos camponeses».[11]

O monarca se vê, então, forçado a promulgar a Bula de Ouro (1222), considerada carta fundamental das liberdades húngaras, que concede direitos e privilégios. Aos nobres, por exemplo, dava-se o direito de reunir-se em uma dieta anual no dia de Santo Estêvão e reconheciam-se imunidades totais, especialmente no campo fiscal. Aos servientes atribuía-se a livre disposição de seus domínios. Aos camponeses fizeram-se inúmeras promessas.

Bela IV (1235-1270). — Procura restabelecer a autoridade real, mas é forçado a refugiar-se na Croácia e, posteriormente, no arquipélago dálmata em face da invasão dos mongóis. Esses bárbaros só se retiram da Hungria em 1242 depois de haverem devastado o país, levando consigo grande número de habitantes.

Para prevenir nova invasão, Bela IV organiza uma Cavalaria pesada com o auxílio dos senhores feudais mais ricos que passam a constituir a camada superior da nobreza. Alguns desses senhores recebem o título de barão a partir de 1267.[12]

Como a situação econômica houvesse sofrido um sério abalo com a invasão mongólica, Bela IV procurou reanimá-la, outorgando privilégio às cidades, fato esse que contribuiu para o desenvolvimento da burguesia cujo papel político, entretanto, permaneceu limitado.[13]

Os sucessores de Bela IV, Estêvão V (1270-1272), Ladislau IV (1272-1290) e André III (1290-1301) revelam-se fracos no governo do reino. Ladislau IV aliou-se a Rodolfo de Habsburgo em sua luta contra Otocar.[14]

André III (1290-1301), primo de Ladislau IV, sucedeu a este no trono da Hungria. Seu reinado caracteriza-se pela grande liberdade de ação concedida aos barões. Com a morte de André III extingue-se a dinastia arpadiana e o reino húngaro é dilacerado por lutas sucessórias. Em 1308 sobe ao trono o angevino Carlos Roberto.

Carlos Roberto (1308-1342). — Ao mesmo tempo em que André III (1290-1301) era reconhecido como rei da Hungria, Carlos Martel, neto de Carlos de Anjou, irmão de Luís IX, tornava-se rei da Croácia onde reinaria até sua morte em 1295. Explica-se essa ascensão ao trono da Croácia pelo fato de Carlos Martel descender por sua mãe, Maria da Hungria (casada com Carlos II de Nápoles), de Estêvão V. Essa descendência por via feminina vai explicar também a presença da casa de Anjou no trono da Hungria com a investidura real de Carlos Roberto (Carobert) na dieta de Rakos em 1308, pois o novo soberano era filho de Carlos Martel.

Os angevinos da Hungria, príncipes italianos de origem francesa, vão contribuir para incentivar a cultura latina em seu reino.

Do reinado de Carlos Roberto devemos lembrar:

1) *No plano político*, a submissão de barões revoltados. Em 1312, por exemplo, os Aba são derrotados em Rozgony. Esta e outras vitó-

rias permitem ao rei ampliar seus domínios territoriais e distribuir uma parte dos despojos à pequena nobreza que o havia apoiado.

2) *No plano econômico*, a exploração das minas (com a manutenção do monopólio real sobre os metais empregados na cunhagem de moedas: ouro, prata, cobre) e o desenvolvimento do comércio exterior (exportação de gado e minérios, importação de produtos raros e de fazendas). Note-se que, querendo evitar os obstáculos às transações comerciais criados pelos duques da Áustria, os soberanos da Hungria, Boêmia e Polônia reunidos em Visegrad (1335) fixaram novos itinerários para o transporte de mercadorias.[15]

3) *No plano financeiro*, aproveitando-se da prosperidade econômica, Carlos Roberto procura novas fontes de rendas (taxas, impostos) e realiza a unidade monetária criando o florim de ouro.

Luís I, o Grande (1342-1382). — Filho de Carlos Roberto, é considerado o «representante mais brilhante» da dinastia angevina na Hungria.[16]

Na *política interna*, Luís age como soberano absoluto, deixando de reunir a Dieta a partir de 1351. A corte, transferida para Buda, transforma-se em centro de divertimentos e de cultura para onde convergem nobres húngaros e príncipes dos países vizinhos.

A vida econômica sofre as conseqüências da peste negra que agrava o problema da mão-de-obra.

Na *política externa* Luís revela-se belicoso e conta, para a realização de seus projetos, com um bom exército de que participavam mercenários estrangeiros, principalmente alemães.

De 1347 a 1348 e em 1350, Luís tenta conquistar o reino de Nápoles e vingar, assim, o assassinato de seu irmão André que casara com a rainha Joana I.

A morte de Estêvão Dushan (1355) possibilitou a hegemonia húngara nos Balcãs. Luís anexa Belgrado, o norte da Bulgária e obtém a soberania sobre a Bósnia e a Valáquia. Aliado aos genoveses, consegue ocupar o litoral da Dalmácia, libertando-se, assim, da tutela comercial de Veneza a quem impõe um pesado tributo.

Em 1370 Luís assume o trono da Polônia, fato esse que se explica por ser o rei angevino sobrinho de Casimiro da Polônia, conforme já observamos no capítulo sobre os Estados eslavos.

Quando Luís I faleceu em 1382 o reino da Hungria havia atingido o máximo de extensão.

Sigismundo († 1437). — À morte de Luís I, o Grande, foi proclamada rainha sua filha Maria que, entretanto, encontrou resistências. A situação só se estabilizou quando o esposo de Maria, Sigismundo de

Luxemburgo foi também sagrado rei.[17] Após a morte da esposa (1387), Sigismundo reina sozinho até 1437.

Na política externa a grande preocupação de Sigismundo é a constante ameaça turca que se agrava a partir dos desastres de Kossovo (1389) e de Nicópolis (1396). A derrota dos turcos (1402) em Ankara (Angorá) diminui o ataque otomano que, entretanto, reanima-se a partir de 1411.

Para enfrentar os turcos, Sigismundo se vê obrigado a fazer importantes concessões aos senhores nobres que não se haviam conformado com o absolutismo de Luís I.

A falta de energia, as dificuldades financeiras e as preocupações com a política do Ocidente são traços característicos da atuação de Sigismundo como rei da Hungria.

A situação se agrava com as repercussões religiosas e sociais do movimento hussita.

2. Romênia

Neste item vamos tentar resumir alguns dos acontecimentos que configuram a História romena dentro dos limites focalizados no presente volume. Mas é impossível escrever sobre a Romênia Medieval sem abordar o problema de suas origens. Estamos aqui em face de «um enigma e um milagre histórico», segundo a expressão de Ferdinand Lot repetida por Musset.[18] O problema das origens históricas da Romênia encontra-se, claro está, estreitamente vinculado ao problema das origens da língua romena, a mais oriental língua neolatina: o romeno, juntamente com o dálmata, faz parte do grupo oriental das línguas românicas. «A língua romena é a mais oriental língua românica. Ela é a continuadora no território da Romênia da língua latina, que pôs de parte a língua autóctone dos dácios, nos séculos III e IV da era cristã».[19]

Na primeira década do século II de nossa era Trajano submete os belicosos dácios e transforma a Dácia em um baluarte do Império contra os bárbaros do centro e do leste da Europa.

Para consolidar a conquista procede-se a uma intensa colonização da Dácia «compreendida entre o Danúbio, ao sul, o Theiss, a oeste, as encostas dos Cárpatos, a leste e ao norte».[20]

A colonização se processou quase exclusivamente ao longo dos rios. A massa indígena foi dominada. O elemento colonizador era heterogêneo, pois os romanos recrutaram os colonos em diferentes locais, «notadamente em regiões gregas, na península traco-ilírica: levaram-se mineiros da Dalmácia, soldados das regiões célticas. E Trajano transplantou para a nova província doze mil famílias dácias dos países não submetidos que rodeavam os Cárpatos. Enfim numerosos italianos se deixaram atrair pelas minas de ouro...»[21]

Poder-se-ia falar em fusão entre os novos habitantes e a massa indígena? E' provável que casamentos mistos tenham aproximado diversos elementos da população, mas falar em fusão parece um tanto ousado.[22]

A língua latina constituiu evidentemente o principal traço de união e o veículo por execelência da romanização. Prova dessa asserção é o desaparecimento da língua dos povos autóctones e a prevalência do latim. «Do cruzamento das línguas dos povos autóctones (dácios, trácios e ilírios) e da latina não nasceu uma língua mista, que não se assemelhasse com nenhuma delas. No cruzamento destas línguas, a língua latina impôs a prioridade, e as outras desapareceram gradualmente, deixando na língua vitoriosa alguns elementos, em geral de natureza lexical».[23]

Graças ao exército e aos progressos da associação, a língua latina se difunde, «pois era o idioma adotado pelos colégios funerários, pelos grupos de socorro mútuo, pelos sindicatos de barqueiros (utricularii) que transportavam as riquezas do país: o sal, o ferro, o mármore».[24]

A partir do século terceiro as ameaças bárbaras vão criar um estado crônico de insegurança na Dácia. Essa situação atinge seu ponto crítico sob Aureliano que em 271, segundo Vopisco *(História Augusta)*, evacuou a província, levando para o sul do Danúbio não só o exército mas também a população civil e atribuindo aos colonos nova localização «no meio da Mésia cruelmente devastada, nas proximidades da região de Widdin e de Wraka que, desde então, tomou o nome de Dácia (Dacia Ripuaria) e separou as duas Mésias, uma da outra».[25] A informação contida na *História Augusta* encontra-se também no *Breviarium* de Eutrópio.[26] Os textos não deixam dúvidas. Tanto o exército *(sublato exercitu)* como a população das cidades (ex urbibus) e dos campos (et agris Daciae) abandonaram o norte do Danúbio.

Surge, entretanto, uma pergunta: devemos aceitar esses textos ao pé da letra e admitir como verdade indiscutível que a Dácia de Trajano foi completamente abandonada? Estamos, aqui, em face de uma curiosa controvérsia que se tornou acirrada principalmente entre historiadores magiares e historiadores romenos. Os primeiros, apoiados nos textos supracitados e na ausência de documentação posterior, defendem a tese do completo abandono. Nessa hipótese os antepassados dos atuais romenos seriam os valáquios dos Balcãs, vindos do norte do rio a chamado dos reis da Hungria Medieval.[27] Com essa solução, entretanto, não estão de acordo os autores romenos que sustentam «a sobrevivência obscura de populações pastoris latinas nas montanhas da Transilvânia, sem organização política, através de uma alta Idade Média, aliás singularmente avara em indicações sobre esse país.[28]

O silêncio dos textos é, sem dúvida, impressionante como argumento, no caso em tela. «Nunca, observa Lot, entre o fim do século IV e o século XIII está em questão uma população romena que viva na antiga Dácia. Esse mudismo de dez séculos é impressionante».[29]

E' bem verdade que o silêncio dos textos bizantinos sobre os romenos que viveriam na antiga Dácia encontra uma explicação: só citam os povos guerreiros que passam por essa região: «Não se preocupam com a plebe miserável e silenciosa dos camponeses daco-romanos sobre os quais se abate sucessivamente o jugo desses bárbaros».[30]

Mas, para Lot, essa explicação não é suficiente: «Mesmo com essa explicação, deve-se reconhecer uma destruição total da romanização ao norte do Danúbio. Nem estradas, nem monumentos. Não se encontram monumentos romanos depois do ano 257. As próprias ruínas quase nada revelam; assim as escavações realizadas no local da antiga capital dácia Sarmisegethusa, transformada em Ulpia Trajana (é Varhely na Transilvânia) oferecem pouco resultado».[31]

Para Wartburg, entretanto, nada nos autoriza a admitir que a ordenança de Aureliano tenha sido seguida por toda a população».[32] Segundo o mesmo autor, a falta de contribuições da arqueologia explica-se pelo gênero de vida a que as populações remanescentes se viram forçadas: o pastoreio. Wartburg lembra, a favor de sua opinião, que a crônica de Nestor narra terem os húngaros passado, por volta do ano 890, através das montanhas situadas ao norte do Danúbio, abrindo caminho pela força através de eslavos e da vlacos (= valáquios).[33] Wartburg conclui: «Se considerarmos o conjunto dos dados, aparece como verossímel que as populações românicas se tenham conservado sem interrupção tanto nos Alpes da Transilvânia como no sul do Danúbio e que mais tarde muitos elementos de língua românica, deixando os Balcãs e passando o Danúbio, tenham novamente emigrado para a antiga Dácia».[34]

Essa emigração dos daco-rumenos a partir da região do sul do Danúbio em direção ao norte não deixa margem a dúvidas. Não podemos é precisar-lhe a data inicial. Outro fato que também não deixa margem a dúvidas é a presença de valáquios na Transilvânia a partir do século IX, conforme atesta a já mencionada Crônica russa. Do século XIII em diante multiplicam-se as testemunhas sobre os romenos. Um documento em que o rei húngaro Bela IV faz uma concessão de terras aos Hospitalários de S. João de Jerusalém, menciona «a terra de Seneslav, voivode (príncipe) dos valáquios».[35] Os soberanos húngaros consideram os príncipes valáquios como vassalos, «vassalos indóceis», anota Lot.

Em 1915 descobriu-se na igreja de S. Nicolau, em Curtéia de Argesh, antiga capital do principado da Valáquia, uma série de afrescos e túmulos que vieram lançar novas luzes sobre a história desse principado cujo fundador foi Bassarab, neto de Seneslav.

Bassarab em 1330 derrota o exército de Carlos Roberto da Hungria. *Vlaicu*, neto de Bassarab, desbarata um exército enviado por Luís da Hungria (1369). «A partir dessa época a suserania da Hungria sobre os voivodes da Valáquia cessa de exercer-se praticamente.

Radu (1374-1385) e seu filho Mircéia (1385-1418) agem como príncipes independentes. Este teve um reinado glorioso. Estendeu sua auto-

ridade até o Mar Negro e, ao sul do delta do Mar Negro, sobre a antiga Pequena Cítia, que toma o nome de Dobrudja».[36] Mircéia notabilizou-se na luta contra os turcos.

Outros valáquios, procedentes de Maramurech, ao norte da Transilvânia, fundaram um principado vassalo da Hungria que recebeu, posteriormente, o nome de *Bogdiana* em homenagem ao príncipe Bogdan que, por volta de 1360, revoltou-se contra o domínio húngaro e venceu o exército de Luís. Mais tarde o principado passaria a denominar-se Moldávia.

Pedro I, neto de Bogdan, para livrar-se dos húngaros, reconheceu a suserania do rei Jagelão da Polônia.

Alexandre, o Bom, (1400-1432) contribuiu para o desenvolvimento da Moldávia incentivando atividades comerciais

O avanço turco constituía severa ameaça para a própria existência dos dois principados romenos. Dois nomes da história romena do século XV simbolizam a tenaz resistência contra o perigo otomano: Vlad, da Valáquia (1456-1462), e Estêvão, o Grande, da Moldávia (1457-1504).

[1] Apud Calmette, *Le Monde*, p. 52.
[2] Musset, *Les Invasions*, p. 269.
[3] Halphen, *Les Barbares*, p. 344.
[4] Tersen, *Histoire*, p. 9.
[5] Lot, *Les Invasions Barbares*, II, p. 80.
[6] Tersen, *Histoire*, p. 12.
[7] Idem, ibidem, p. 13.
[8] Idem, ibidem, p. 14.
[9] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 974.
[10] Tersen, *Histoire*, p. 14s.
[11] Idem, ibidem, p. 17.
[12] Idem, ibidem, p. 18.
[13] Idem, ibidem, p. 19.
[14] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 976.
[15] Tersen, *Histoire*, p. 22.
[16] Calmette, *L'Elaboration*, p. 240.
[17] Tersen, *Histoire*, p. 23.
[18] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 278 e Musset, *Les Invasions*, II, p. 192.
[19] Fonseca, *A Lingua Romena*, p. 3s.
[20] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 279.
[21] Chapot, *Le Monde*, p. 431.
[22] Idem, ibidem, p. 432.
[23] Fonseca, *A Lingua Romena*, p. 7.
[24] Chapot, *Le Monde*, p. 432.
[25] Wartburg, *Les Origines*, p. 184.
[26] Eis os dois textos mencionados: "Cum vastatum Illyricum ac Moesiam deperditam videre provinciam Daciam a Trajano constitutam, sublato exercitu et provincialibus, reliquit desperans eam posse retineri, abductosque ex ea populos in Moesia collocavit appellavitque eam Daciam, quae nunc duas Moesias dividit" (Vopisco).
"Provinciam Daciam intermisit, vastato omni Illyrico et Moesia, desperans eam posse retineri, abductosque Romanos ex urbibus et agris Daciae in Mediam Moesiam collocavit appellavitque eam Daciam, quae nunc duas Moesias dividit" (Eutrópio).
[27] Musset, *Les Invasions*, II, p. 193.
[28] Idem, ibidem.
[29] Lot, *Les Invasions Barbares*, I, p. 282.
Segundo Wartburg a existência de populações românicas na Transilvânia é atestada a partir do século IX (*Les Origines*, p. 186).
[30] Idem, ibidem.
[31] Idem, ibidem. Note-se: as escavações arqueológicas mostram que os romanos mantiveram guarnições sobre a margem norte do Danúbio até o século IV ou (algumas) até mesmo o século V ou mais "assim Sucidava na Oltenia meridional não morreu senão no século VI" (Musset, obra citada, p. 194).
[32] Wartburg, *Les Origines*, p. 184.
[33] Idem, ibidem, p. 185.
[34] Idem, ibidem, p. 186.
[35] Lot, *Les Invasions*, I, p. 290.
[36] Idem, ibidem, p. 291.

CAPÍTULO VIII

Os Estados Escandinavos

Introdução

No CAPÍTULO sobre os normandos estudamos as conseqüências das invasões desses ferozes guerreiros sobre as regiões que eles percorreram, devastaram e onde, em alguns casos, se estabeleceram. Convém, agora, lembrar que os normandos não só deixaram sua marca nas regiões invadidas, mas também souberam extrair delas importantes e decisivos legados. E aqui deve-se sublinhar um traço característico desses bárbaros que tanto terror incutiram nas populações cristãs da Europa: revelaram-se extremamente receptivos às influências das civilizações estrangeiras com que entravam em contacto. Assim é que «assimilaram uma infinidade de costumes e de crenças célticas, anglo-saxônicas, alemãs e até saxônicas ou eslavas».[1] A arqueologia nórdica demonstra quão rica foi essa influência no terreno meramente material de importação das mais diferentes mercadorias. Mas com os objetos importavam-se também as idéias. Assim, por exemplo, na atividade artística percebem-se temas inspirados nas mais variadas e distantes concepções: desde as contribuições da velha arte das estepes russas até os empréstimos feitos à arte carolíngia e até mesmo à arte irlandesa.[2]

No terreno político os normandos importaram da Europa Cristã a idéia de uma centralização monárquica do poder especialmente em tempo de guerra. No terreno religioso temos a conversão ao cristianismo. Essa conversão pode ser considerada a grande conseqüência da expansão normanda para os próprios escandinavos. Mas deve-se notar que a evangelização dos povos escandinavos só apresentou êxitos duradouros com a conversão dos próprios soberanos que, sem maiores resistências, impuseram sua nova fé aos súditos. Essa conversão é também rica de conseqüências, pois possibilita um contacto direto com a cultura latina difundida no Ocidente europeu.

No presente capítulo vamos tentar resumir os principais acontecimentos políticos que caracterizam a formação e evolução dos estados escandinavos durante a época do Mundo Feudal. Nessa formação e evolução os fatores acima mencionados desempenharam evidentemente um papel preponderante.

1. Dinamarca

O primeiro soberano dinamarquês de que a História nos dá notícias é Godofredo, adversário de Carlos Magno, assassinado em 810.[3] Ignora-se, entretanto, sobre que Estado reinava e a que dinastia pertencia. No século X aparece a figura do rei Gorm, o Antigo, sobre cujo reinado não dispomos de fontes seguras. Sabemos que o soberano foi visitado em Jelling, no ano de 936, pelo arcebispo de Hamburgo e que foi sepultado no cemitério dessa mesma localidade (que parece ter sido a capital do reino).

Os imponentes restos da sepultura e uma inscrição funerária (que cita, pela primeira vez, o nome da Dinamarca) são vestígios materiais que nos ficaram desse reinado.

Haroldo (Harald) (940-986), alcunhado «Dente Azul», filho e sucessor de Gorm, deixou-nos uma inscrição em uma pedra que se encontra próxima à outra inscrição supramencionada. Essa segunda inscrição resume o reinado de Haroldo: «Haroldo mandou fazer esse monumento em honra de Gorm, seu pai, e de Thyre, sua mãe, esse Haroldo que submeteu toda a Dinamarca e a Noruega e que fez os dinamarqueses cristãos».[4]

Entre os acontecimentos do reinado de Haroldo, podemos lembrar:

1) Estabelecimento de um protetorado dinamarquês sobre a parte meridional da Noruega (pouco depois de 970).

2) Relações com os eslavos e com o Ocidente. Em 973 Haroldo envia uma embaixada a Otão, o Grande.

3) Revolta, no fim do reinado, de Svend, «Barba Partida», filho do rei.

4) Conversão de Haroldo ao Cristianismo. O rei mandou construir igrejas e batizar todos os seus súditos.

Svend, Barba Partida † 1014 (Tves Kaeg, Tjuguskegg). — Esse soberano possuía todas as qualidades do guerreiro viking. Em 994 encontramo-lo combatendo os ingleses em um reide efetuado na mesma ocasião em que o futuro rei da Noruega, Olavo Tryggvason, também atacava a ilha.

Em 1003 Svend dirige-se à Inglaterra com uma grande frota para vingar o massacre dos dinamarqueses efetuado no ano anterior (1002). Após uma prolongada resistência dos ingleses, Londres sucumbe e, em janeiro de 1014, Svend torna-se rei da Inglaterra mas morre logo em seguida (fevereiro de 1014) deixando o trono para seu jovem filho Canuto.

Canuto, o Grande († 1035). — Como já vimos no capítulo sobre a Inglaterra, em 1017 Canuto domina a totalidade desse reino. Com a

morte de seu irmão Haroldo II (que ocupara o trono da Dinamarca de 1014-1018), Canuto se torna senhor de um império que se estende do Báltico ao Atlântico. Já focalizamos o reinado de Canuto na Inglaterra. Quanto à Dinamarca, deve-se notar que não estava preparada para o governo de um rei com vocação administrativa. Canuto só visitou seu reino escandinavo por quatro vezes. Entre os atos de sua política interna convém lembrar: 1) organização das primeiras dioceses regulares em Sjaelland e na Escânia; 2) a fundação da cidade de Lund, fato esse que evidencia o plano do rei de implantar na Dinamarca a civilização urbana que ele conhecera na Inglaterra.

Da política externa de Canuto devem ser registrados os seguintes acontecimentos: 1) As boas relações com o imperador Conrado II a cuja coroação em Roma o soberano dinamarquês esteve presente; 2) Canuto assumiu o título de *rex partis Swavorum*, mas deve-se observar que jamais exerceu domínio efetivo na Suécia;[5] 3) Em 1028 Canuto desembarcou na Noruega e foi reconhecido como rei na costa ocidental. O rei norueguês S. Olavo, que se refugiara na Rússia, aproveita a retirada de Canuto para a Inglaterra e promove uma rebelião com o auxílio dos suecos, mas é derrotado e morto em Stiklestad, no fiorde de Trondheim (1030). Canuto aproveitou essa derrota e designou seu filho Svend, para o trono da Noruega. Svend, porém, foi deposto e os noruegueses chamaram da Rússia o jovem filho de Olavo, Magnus.

«As vitórias de Canuto não devem iludir: ele não foi jamais rei efetivo a não ser em dois países: a Inglaterra e a Dinamarca, e seu sucesso explica-se mais por sua habilidade pessoal e por felizes circunstâncias que pela própria força da Dinamarca. Os acontecimentos que se seguiram à morte de Canuto mostram com evidência que os dinamarqueses sozinhos não podiam pretender conservar a hegemonia do Norte».[6]

Svend Estridsen (1047-1074). — Enquanto vivia, Canuto colocara seu filho Svend no trono da Noruega; outro filho, Hartacanuto (Harde Knut), encontrava-se na Dinamarca e um terceiro, Haroldo, na Inglaterra. Svend foi deposto e morreu logo depois. Haroldo reinou na Inglaterra até 1040, quando também faleceu e foi substituído por Hartacanuto que só governou até junho de 1042.

O rei norueguês Magnus, o Bom, filho de S. Olavo, pretendeu interferir na Dinamarca onde, entretanto, havia um forte partido que apoiava o sobrinho de Canuto, Svend Estridsen.

O novo rei tivera uma educação militar na Inglaterra, mas nada mais conseguiria nas ilhas britânicas, especialmente depois da conquista normanda de 1066.

Na política interna Svend procura reorganizar o país dentro dos moldes ocidentais. Organizou dioceses, fundou mosteiros, cunhou moedas,

recebeu hóspedes estrangeiros (entre os quais o historiador Adão de Bremen) e correspondeu-se com o papa. Svend foi, assim, o primeiro soberano escandinavo que pôs de lado os ideais dos tempos áureos dos vikings em troca dos ideais da Cristandade Medieval. Essa atitude explica o nítido avanço da civilização dinamarquesa sobre os demais países nórdicos.

Na política exterior, Svend procurou apenas fazer-se respeitar. Com a Suécia fixou definitivamente as fronteiras.

Haroldo († 1080) (Harald Hen), filho e sucessor de Svend, revelou-se, segundo Saxo, incapaz de prosseguir a obra do pai.

Canuto, que lhe sucedeu, foi um rei enérgico e violento. Em 1085 preparou um desembarque na Inglaterra, mas uma revolta na Jutlândia setentrional prejudicou seus planos. Foi morto em 1086 na igreja de S. Albano de Odense onde buscara refúgio.

De *Olavo*, irmão e sucessor de Canuto, quase nada sabemos. Em 1095 o quarto filho de Svend, *Erico I Ejegod* (também: Egode = o sempre bom) sobe ao trono. No ano seguinte visita Roma e em 1102 parte com a rainha para Jerusalém através da Rússia e do Império Bizantino, morrendo no ano seguinte em Pafos. Subiu então ao trono da Dinamarca o último filho de Svend, *Niels* (Nicolau).

Niels (1104-1134). — Teve um longo e pacífico reinado durante o qual foram ampliados os privilégios da coroa. A paz do reino foi, entretanto, quebrada quando o filho de Niels, Magnus, o Forte, temendo o prestígio de seu primo Canuto Lavard, o primeiro no Norte a usar o título de duque, assassinou o rival em Sjaelland (1131). Seguiu-se uma guerra civil durante a qual Magnus e Niels foram mortos. Subiu ao trono, então, *Erico II Emune* (meio-irmão de Canuto Lavard) que se levantara contra Magnus e já se fizera aclamar rei na Jutlândia. Erico II praticou uma política de violência e acabou assassinado por ocasião de uma revolta de camponeses (1137). Subiu ao trono *Erico III*, sobrinho do rei morto. Em 1146, após a morte de Erico III, dois pretendentes ao trono foram eleitos: *Canuto III*, filho de Magnus, e *Svend III*, filho de Erico Emune. A luta entre os rivais era inevitável. Svend III venceu e Canuto refugiou-se (1152) junto a Frederico Barba-Roxa. O Império vai-se tornar árbitro das contendas dinásticas da Dinamarca: Svend renova na dieta de Merseburg (maio de 1152) o juramento que Magnus prestara dezoito anos antes (1134) no sentido de que seria indispensável o assentimento imperial para os candidatos ao trono dinamarquês.

Coube, entretanto, ao jovem príncipe *Valdemar*, filho de Canuto Lavard, evitar que a Dinamarca se tornasse um território anexo do Império Germânico. Depois de vencer e matar Svend (outubro de 1157) iria reinar por vinte e cinco anos proporcionando uma era de grandeza para seu país.

Valdemar, o Grande (1157-1182). — Contou com o apoio da Igreja e das grandes famílias, fato esse que fortaleceu sua posição interna e possibilitou o exercício de uma política externa expansionista.

Com relação ao Império, usou de grande habilidade não só prometendo (1158) prestar juramento de fidelidade a Barba-Roxa, mas também curvando-se às imposições da política imperial no decurso de todo seu reinado.[7] Essa deferência em relação ao Império não impediu Valdemar de organizar a defesa das regiões meridionais onde o progresso do germanismo sob a liderança do conde Adolfo II de Holstein e, posteriormente, do duque Henrique, o Leão, da Saxônia, se fazia sentir nos territórios quase vazios da Vágria e da Pomerânia.[8]

Convém lembrar que o germanismo constituía não só uma ameaça militar mas também econômica: «uma metrópole alemã nascera em Lübeck em 1143, quase logo seguida de todo um cortejo de cidades sobre as costas mecklenburguesas e pomeranianas. Às portas da Dinamarca nasce uma potência nova que, em breve, será chamada Hansa».[9]

Dentre os mais importantes acontecimentos do reinado de Valdemar, podemos anotar:

1) Associação do príncipe herdeiro Canuto ao governo. O jovem rei foi coroado pelo arcebispo Eskil.

2) Construção de sólidas fortificações em pontos estratégicos nas regiões ameaçadas pelos vendes.

3) Aliado ao duque da Saxônia, Valdemar I conquistou Riga e parte da linha costeira oriental do Báltico.[10]

4) Organização de uma corte nos moldes ocidentais.

5) Entre os auxiliares de Valdemar deve ser lembrado o arcebispo Absalão que «acumulou todas funções, todas as glórias, todos os talentos».[11] Absalão colaborou efetivamente na construção de fortificações do reino. Uma dessas foi edificada em Havn e constitui o núcleo da futura cidade de Copenhague. Note-se que escavações efetuadas nas primeiras décadas do século XX revelaram as fundações de pedra do castelo de Absalão. Deve-se também a Absalão o registro das tradições nacionais, pois um de seus clérigos, Saxo, chamado o «*Grammaticus*», recolheu-as em sua obra *Gesta Danorum*, «uma das obras-primas da historiografia latina da Idade Média e um dos fundamentos mais antigos do orgulho nacional dinamarquês».[12]

6) Em 1170 Valdemar I teve que enfrentar uma conspiração em que figurava um filho de Erico III.

Valdemar I morreu em 1182. Na sua sepultura duas inscrições latinas lembravam seus feitos. Era aí chamado de «patriae liberator» (libertador da pátria).

No reinado de *Canuto IV* († 1202), filho de Valdemar I, Absalão desempenha papel preponderante. Prosperam nessa época, na Dinamarca, os sentimentos anti-alemães, fato que explica a recusa de Absalão de prestar, em nome do rei, juramento de fidelidade a Barba-Roxa. O sobrinho de Absalão, Anders Sunesen, foi feito chanceler do reino. «Era um letrado, o único teólogo notável que a Dinamarca medieval possuiu, e também um jurista, conquistado, mais ainda que Absalão, pelos ideais ocidentais». [13]

Canuto IV dirigiu grandes expedições à Estônia e não manteve relações muito cordiais com os príncipes alemães.

Valdemar II († 1241), chamado «o Vitorioso» (Sejr), irmão e sucessor de Canuto IV, promove uma expansão do reino. Em 1208 os dinamarqueses passam o Elba e fundam Harburg na margem esquerda. Em 1216 ocupam Hamburgo. Esses êxitos foram devidos principalmente às condições internas da Alemanha, conseqüência da disputa pelo poder entre Otão IV e Frederico II. Em 1223 porém Valdemar II caiu prisioneiro do conde Henrique de Schwerin e só foi libertado mediante alto resgate.

A Dinamarca perde vários territórios conquistados e em 1227 Valdemar II é derrotado pelos do Holsteim na batalha de Bornhöved.

Erico IV († 1250). — Designado rei ainda em vida do pai, teve um reinado infeliz que se caracterizou por uma luta contra o duque Abel, seu irmão, por uma tentativa de intervenção nas finanças da Igreja e por novos impostos que lhe acarretaram impopularidade. Uma revolta de camponeses foi debelada, mas o rei acabou assassinado por instigação de seu irmão Abel.

Abel († 1252). — Conseguiu suceder ao irmão mas pereceu lutando contra os frisões. Tornou-se rei, então, o último filho de Valdemar II: *Cristóvão I* († 1259).

O novo rei encontrou a oposição do jovem Valdemar, filho de Abel, e da condessa Mechtilde de Holstein. Os condes de Holstein apoiaram o príncipe e este acabou recebendo o ducado de seu pai (Sönderjulland-Schleswig) como feudo. O Schleswig iria permanecer, assim, na posse da mesma família através de cinco gerações. Quando o jovem rei Erico V Klipping († 1286), que sucedera a Cristóvão I, tentou revogar essa concessão, foi derrotado e aprisionado pelos senhores do Holstein (julho de 1261). Compreende-se que a nacionalidade dinamarquesa estivesse dessa forma seriamente ameaçada pela influência alemã que se reflete, por exemplo, no próprio idioma dinamarquês. Este recua no Schleswig em face do baixo-alemão falado pelos negociantes da Hansa, pelos nobres do Holstein e, sobretudo, pelos camponeses que colonizam o Svansö e a região do Ejder.

Um conflito com a Igreja, iniciado já sob o reinado de Cristóvão I, e a oposição da aristocracia, que em 1276 recusou numa assembléia proclamar rei o filho de Erico V, contribuem para enfraquecer o poder monárquico que se curvou ante a constituição de julho de 1282. Deve-se notar que desde 1250 os nobres e os bispos se reuniam de quando em vez quer em Nyborg, quer em Vordingborg (que se ia tornando o local de residência principal do soberano) com o fim de tratar dos assuntos do reino, numa atitude nitidamente antimonárquica.

Segundo a Constituição de 1282, o Danehof (parlamentum generale) devia reunir-se anualmente no primeiro domingo da Quaresma e os poderes reais sofriam algumas limitações, como, por exemplo, no que dizia respeito à prisão de pessoas.

Quando Erico Klipping foi assassinado em novembro de 1286, subiu ao trono o jovem filho do defunto, Erico VI (Erico Menved † 1319), cabendo a regência à sua mãe Inês. Uma assembléia incriminou altas personalidades de autores intelectuais da morte do soberano. Postos fora da lei e banidos depois de um julgamento discutível, os acusados refugiaram-se na Noruega e iniciaram uma luta contra a monarquia.

O partido que governava em nome de Erico VI entrou em conflito com Iens Grand, arcebispo de Lund, fato esse que iria levar o papa Bonifácio VIII a lançar o interdito sobre o reino.

À falta de apoio da nobreza e da Igreja acrescentam-se, sob o reinado de Erico VI, outros fatores que contribuem poderosamente para o enfraquecimento da monarquia: as dificuldades financeiras (caracterizadas por depreciações monetárias e criação de taxas) e a desastrosa política de entregar a título de garantia domínios da coroa a senhores alemães. Lutas estéreis para firmar a suserania monárquica sobre o Mecklemburg e a Pomerânia contribuíram ainda mais no sentido de tornar a realeza dependente dos príncipes alemães seus aliados. O final do reinado de Erico VI assiste a uma revolta de camponeses em Sjaelland e na Jutlândia.

Cristóvão II (1319-1326). — Irmão e sucessor de Erico VI, enfrenta uma situação política de franca desintegração do poder monárquico. A nobreza reafirma sua independência, negando-se a servir fora do reino e os burgueses adquirem plena liberdade de comércio.

O rei fica impedido de fazer guerra sem o consentimento do Conselho. Uma revolta do poderoso Conde Gert de Rendsborg, regente do Schleswig, leva Cristóvão a refugiar-se no Mecklemburg. O conde põe no trono seu pupilo o jovem duque do Schleswig, Valdemar III. Como recompensa de seus serviços, «Gert recebeu como feudo o Sönderjylland e no ato que, no início do reinado, expôs as intenções políticas do regime, foi declarado que jamais esse ducado e o reino poderiam ter o mesmo soberano». [14]

Desde então o Sönderjylland cai a título definitivo em poder dos alemães e passa a ser chamado usualmente «ducado de Schleswig».

Podemos avaliar a fraqueza do rei Valdemar III pelo fato de haver ele, desde o início de seu reinado, renunciado a coroar previamente seu herdeiro ou a simplesmente designá-lo. O rei dinamarquês tornara-se uma espécie de presidente-eletivo dependente de poderosos senhores. Um desses, o alemão João de Plön, que possuía domínios hereditários em Femern e no Holstein Oriental, chamou Cristóvão II de volta do Mecklemburg (1329) e entrou em luta com Gert. Este venceu e obteve quase toda a Jutlândia e a Fiônia. Em 1340 o cavaleiro dinamarquês Niels Ebbesen põe termo à vida de Gert. Deve-se notar que a literatura contemporânea reflete a triste situação por que atravessava, então, a Dinamarca. Assim, por exemplo, um clérigo canta em um poema latino a desgraça de sua pátria: *Geme, plange moesto more, dolorosa Dacia...* Da mesma forma os Folkeviser (baladas) deploram o abandono do reino.

Em 1340 sobe ao trono dinamarquês o mais jovem filho do rei Cristóvão II, Valdemar IV chamado Atterdag (1340-1375). Esse apelido é interpretado com o sentido de «novo dia, ressurreição». Valdemar IV revelou-se um «príncipe de indomável perseverança» e «de grande ambição».[15] Procurou restaurar o poder monárquico melhorando as finanças. Para conseguir dinheiro não hesitou em vender a Estônia dinamarquesa aos cavaleiros teutônicos pela quantia de dezenove mil marcos de prata (1346). Em 1360 o rei domina a rebelião dos nobres e obtém um compromisso que salvaguarda tanto os direitos deles como os da coroa.

Firmada a paz com os condes de Holstein e reconquistados os territórios de Escânia, Halland e Blekinge (1360), Valdemar pode considerar-se o reunificador de sua pátria. Mas suas ambições levam-no à conquista da ilha de Gotland e à destruição do grande porto de Visby, da Hansa.[16]

Valdemar IV havia desafiado um grande número de poderosos adversários. Em 1362 se vê obrigado a enfrentar uma coligação dirigida pela Hansa. Embora vitorioso, o rei dinamarquês tem pela frente dezenas de cidades aliadas a Alberto de Mecklemburg e ao Holstein. A Dinamarca deve aceitar a paz de Stralsund pela qual abre seus portos ao comércio alemão. A morte de Valdemar em outubro de 1375 «introduz na política do Báltico e da Escandinávia a mulher mais capaz de sua história, sua jovem filha Margarida, rainha da Noruega».[17] Em maio de 1376 os dinamarqueses aceitam Olavo, filho do rei Haakon da Noruega e de Margarida, como soberano. A aristocracia dinamarquesa confiada na pouca idade do novo rei espera usufruir uma longa menoridade. A regência caberá à rainha Margarida.

As circunstâncias são favoráveis a Olavo (Olavo III da Dinamarca e V da Noruega) que, entretanto, morre cedo aos dezessete anos em 1387. A idéia de união com a Noruega sobrevive à morte do jovem soberano que, por razões dinásticas, estava naturalmente indicado para realizá-la.

Surge, então, no primeiro plano do cenário da história escandinava, a rainha Margarida. Regente da Dinamarca desde 1376 e da Noruega

desde 1380 (quando morreu Haakon VI seu esposo), a jovem soberana adquirira grande conhecimento e experiência da política dos países nórdicos. Com uma escolhida equipe de auxiliares de confiança, inicia com êxito seu reinado. Em 1388 Margarida é reconhecida por uma parte da nobreza sueca «dama e senhora». No ano seguinte as tropas de Alberto são vencidas. «O partido mecklemburguense só conserva na Suécia o castelo de Estocolmo, que os negociantes e os piratas de Rostock e de Wismar se esforçam por abastecer; ele só capitulará em 1398, mas a União já existe. Do Ládoga à Groenlândia, do cabo Norte ao Ejder, não há mais que uma soberania. Mas, fato sem precedente, essa soberania pertence a uma mulher que não tem herdeiros. As conferências de Kalmar procurarão apresentar uma solução para esse problema incomum».[18]

2. A Noruega

Até o século IX a Noruega nada mais era que uma mera entidade geográfica: cada pequena região possuía seu próprio povo, seu próprio nome e desfrutava de autonomia. Na segunda metade do século IX encontramos na História da Noruega a figura de Haroldo, de belos cabelos (Harald Harfagr, Harfagre, Harfagri) filho de Halvdan, o Negro (Svartr), que submetera a Noruega do sudeste e chegara até algumas regiões da costa ocidental. Haroldo funda a unidade norueguesa quando, na batalha naval de Hafrsfjord (a data tradicional é 872, mas, na realidade, esse combate travou-se muito depois, talvez em 900), venceu outros chefes noruegueses impondo sua autoridade. Ao morrer, Haroldo deixou diversos filhos entre os quais foi dividida a Noruega. Um desses filhos, Eric, Machado Sangrento (Blood-Axe, Blôdhöx) manteve uma certa suserania sobre os irmãos, mas depois de sangrentas lutas familiares teve que abandonar a Noruega.

Entre outros nomes que podem ser lembrados desses primeiros tempos da história norueguesa figura, *Haakon, o Bom*, filho de Harfagr, que foi educado na corte do rei inglês Athelstan onde se converteu ao cristianismo e que acabou assassinado por seus sobrinhos, os filhos de Eric.

A fragmentação política da Noruega facilitava a interferência dos dinamarqueses e dos vikings do Báltico. Os primeiros exerciam uma espécie de protetorado no Vestfold. Os segundos vinham explorar a Noruega, mas acabaram vencidos por Haakon de Lade na batalha de Hjörungavâgr, no litoral oeste.

As dissensões familiares entre os descendentes de Eric Blood-Axe, a intervenção dinamarquesa e a ação dos vikings do Báltico haviam criado na Noruega um verdadeiro estado de anarquia. Aparece então o lendário Olavo Tryggvason, que recebera o batismo na Inglaterra. Depois de múltiplas aventuras cantadas pelas sagas, Tryggvason retorna

à Noruega (995) e consagra-se à cristianização de sua terra e das colônias distantes.

No ano 1000, porém, o herói perece tragicamente no mar após a derrota de sua frota em Svolder.

Com a morte de Olavo, a Noruega apresenta o seguinte quadro: o Vik tomba sob a influência dinamarquesa; a aristocracia do Tröndelag torna-se praticamente independente; alguns cantões do interior reconhecem a soberania distante dos reis de Upsala.[19]

Nas primeiras décadas do século XI encontramos na Noruega outro herói lendário, *Olavo Haraldson* que, depois de percorrer os mais diversos e distantes países (entre os quais a Inglaterra onde tomou contato com a Civilização ocidental e se fez cristão), regressou a Noruega vencendo os príncipes locais na batalha de Nesjar (próximo a Tönsberg, no Vik). A atividade do novo rei resume-se em duas palavras: evangelização e reorganização administrativa. Esta última compreende a criação de agentes reais, os «ármenn».

Canuto, o Grande, ataca a Noruega em 1026 e 1028. Olavo perece na já citada batalha de Stiklestad (julho de 1030). Deve-se notar que o reinado de S. Olavo assinala-se pelo grande impulso dado à criação de cidades.

Magnus, filho de Olavo, é chamado da Rússia e aceito como rei (1035-1047). Recebeu o apelido de «Bom» graças a habilidade com que governou e ao caráter pacífico de seu reinado.

A *Magnus* sucedeu seu parente distante, *Haroldo Sigurdson*, descendente de Haroldo de Belos Cabelos. O novo soberano tivera uma vida aventurosa de viking: na Rússia casara com Elisabet, filha do grão-príncipe Iaroslav (1043). Em Constantinopla integrara a guarda varegue e participara, posteriormente, na reconquista bizantina da Sicília. Voltara, então, a Noruega para disputar com Magnus a sucessão de S. Olavo. Depois de firmar seu domínio através de longas lutas, planejou invadir a Inglaterra. Foi derrotado e morto em Stamfordbridge (setembro de 1066). Haroldo foi apelidado de «Severo».

Olavo Kyrre (o Tranqüilo). — Filho e sucessor de Haroldo, governou até 1069 em companhia de seu irmão Magnus. Os vinte e sete anos desse reinado foram excepcionalmente pacíficos. Nessa época a Igreja norueguesa recebe uma organização estável.

Segue-se o reinado de *Magnus* (1093-1103) que se caracteriza por expedições a terras distantes à moda dos antigos vikings. Essa atividade um tanto já anacrônica tem o mérito de conservar o império marítimo ocidental norueguês.

A Magnus sucedem seus três filhos que reinam em conjunto: *Eystein* (1103-1123), *Sigurd* (1103-1130) e *Olavo* (1103-1115). Vale recordar a atuação de Sigurd como cruzado. Partindo no outono de 1107 com

sessenta navios, passa pela Inglaterra (onde Henrique I o recebe), dirige-se para a Península Ibérica (onde luta em Lisboa contra os infiéis), cruza Gibraltar, inverna na Sicília (onde trava relações com a corte de Rogério II) e chega à Terra Santa em 1109, tomando parte, ao lado do rei Balduíno, no assédio de Sidon. Volta, depois, para a pátria distante através de Constantinopla, Alemanha e Dinamarca. Sigurd toma então o título de Jorsalafarir (= o que foi a Jerusalém). Note o leitor a profunda transformação operada na mentalidade dos noruegueses. Embora continuem imbuídos do velho espírito de luta e de aventuras, deixaram, contudo, de ser vikings: quando empreendem longas expedições procuram cobrir-se de méritos e não fazer pilhagens.[20]

Após a morte de Sigurd, um aventureiro irlandês, Haroldo Gillechrist, apodera-se do trono, mas é morto (1136) por outro pretendente à coroa, Sigurd Slembediakn que também acaba assassinado.

Segue-se um período de preponderância da aristocracia que se aproveita da minoridade dos três reis meninos, filhos de Gillechrist: Sigurd (Mund), Inge (Krokrygg) e Eystein. Nessa época de relativa calma a Noruega recebe a visita de um legado papal, o cardeal inglês Nicolau Brekespear, futuro papa Adriano IV, que toma importantes decisões relativas à Igreja.

A missão do legado tem como conseqüência colocar a Noruega em pleno caminho da ocidentalização.

Uma guerra entre os reis irmãos termina com a vitória de Inge (1157) que, entretanto, não usufrui por muito tempo o triunfo, pois é morto em 1161 numa luta contra partidários do jovem filho de Sigurd Mund.

Finalmente, com apoio da Igreja, sobe ao trono *Magnus*, filho de Erling Skakke, genro de Sigurd, o Cruzado. Como os direitos de Magnus à coroa fossem duvidosos, resolveu-se que ele fosse sagrado de acordo com a tradição ocidental. Erling governa em nome do filho e a Noruega atravessa um período de tranqüilidade provisória em que, contudo, é ameaçada por inimigos externos: ingleses (que cobiçam as colônias ocidentais), dinamarqueses (que intervêm no sul) e suecos (que apóiam os adversários de Erling).

Por volta de 1174 nas regiões orientais da Noruega, donde era fácil buscar refúgio na Suécia, começaram a reunir-se os descontentes com o soberano e a fazer incursões sobre Nidaros ou sobre Oslo. Esses grupos revoltosos, que ficaram conhecidos na História com o apelido de Birkebeiner, só tiveram êxito quando se colocou à sua frente um clérigo, Sverre, que se dizia bastardo de Sigurd Mund. Em 1177 o usurpador se proclama rei em Nidaros, derrota seus adversários e funda uma espécie de monarquia militar com fortes tendências contra a aristocracia e o episcopado. Magnus, que fora vencido nas proximidades de Nidaros, fugiu (1180) para a Dinamarca e acabou perecendo na batalha naval de Fimreite, em Sogn (1184).

Durante dezesseis anos (1180-1196) *Sverre* apoiado fortemente em sua força militar e em seus velhos companheiros de luta, marcou seu reinado com profundas reformas administrativas no sentido de fortalecimento do poder monárquico. Também no campo cultural se fez sentir a ação de Sverre: incentivou o registro, por escrito, das sagas reais e fez redigir, sob sua orientação, a própria saga. Compreende-se o inestimável valor dessas sagas para os primeiros séculos da história norueguesa.

Um longo conflito com o episcopado perturbou os últimos anos do reinado de Sverre. Este, após uma luta de cinco anos, obtém uma vitória nas proximidades de Tönsberg (1201), mas morre pouco depois (maio 1202). Após uma luta pela sucessão ao trono entre Birkebeiner e Bagler (bagler, de bagall = baculus, báculo), partidários do episcopado, foi aceito como rei um sobrinho de Sverre, Inge Bardsson que reinou até 1217. Subiu, então, ao trono o neto de Sverre, Haakon IV.

Haakon IV[21] (1217-1263). — Merece um lugar de destaque na lista dos reis noruegueses da Idade Média.

Na política interna, soube fazer uma excelente administração orientada por conselheiros leigos e eclesiásticos. Tratou de pacificar os ânimos e restaurar as finanças. Como símbolo da prosperidade de seu reino construiu um palácio real nos moldes do que fora levantado em Westminster. Procurou manter boas relações com a Igreja e, após longos anos de reinado, obteve que o papa Inocêncio IV enviasse à Noruega um legado que coroou solenemente o soberano na catedral de Bergen (1247).

Na política externa, Haakon manteve boas relações com o rei da Inglaterra e correspondeu-se com outros importantes soberanos como S. Luís, Frederico II, Afonso X de Castela, o grão-príncipe Alexandre Nevski, e até com El Mostancir, sultão de Túnis.

Haakon fez sentir sua autoridade na Groenlândia (1261) e na Islândia.

Contra o rei Alexandre III da Escócia moveu uma guerra vitoriosa (1263), morrendo logo após em Kirkwall nas Órcadas onde acabara de reafirmar seu poder.

Magnus, o Legislador (1263-1280). — Filho e sucessor de Haakon IV, teve a imprudência de edificar os quadros feudais de uma nobreza concedendo o título de barões (barûnar) e de senhores (herrar).[22]

Na política externa cedeu, pela paz de Perth (julho de 1266), as Hébridas à Escócia mediante o pagamento de um tributo anual. Outro ponto fraco de seu governo foi a concessão de privilégios a negociantes alemães, permitindo-lhes fazer concorrência ao comércio nacional. Inaugurou assim a longa série «de abdicações que serão os tratados entre a Noruega e a Hansa».[23]

O grande mérito de Magnus foi sua obra jurídica. As diversas leis provinciais foram substituídas por um código válido para todo o reino. Esse código consagrava a transferência do poder legislativo para a pessoa do soberano e o desaparecimento das antigas classes sociais. Criou-se também um verdadeiro direito urbano que colocava as cidades sob a direção de um conselho e de um agente real. Também a nova nobreza teve seu estatuto. O próprio direito eclesiástico não fugiu à revisão legislativa geral, mas nesse terreno o rei teve a prudência de atribuir a revisão ao arcebispo Raude para evitar crises com a Igreja. Magnus teve também a prudência de promulgar dispositivos especiais referentes à sucessão, eliminando, assim, os problemas que surgiam por ocasião da morte do rei.

Eric Magnusson (1280-1299). — Não teve dificuldades em suceder a seu pai quando este faleceu em maio de 1280. Em seu reinado Magnusson tem que enfrentar o já grande poder dos nobres, o episcopado e a pressão econômica dos comerciantes alemães.

Um conflito com a Hansa levou o país à fome, pois seu aprovisionamento dependia do litoral báltico. Em 1285 com a paz de Kalmar, feita graças à intervenção da Suécia, os negociantes alemães obtiveram importantes vantagens. Na política externa lembremos ainda a aliança entre Eric Magnusson e Filipe, o Belo, contra Eduardo I.

Haakon V, Magnusson (1299-1319). — Sucedeu a seu irmão Eric no trono. Inteligente e culto, já adquirira prática de governo, pois administrara o sul na qualidade de duque. Fez de Oslo sua capital, cercou-se de conselheiros instruídos (que lembram os legistas de Filipe, o Belo) e manteve tropas permanentes a seu serviço. Refreia as pretensões da nobreza e enfrenta com energia a Hansa, embora não tenha conseguido livrar seu país da sujeição econômica dos alemães. Quando Haakon V morreu, teve como sucessor seu neto de três anos, Magnus Ericsson, filho de Eric (irmão de Birger da Suécia) e de Ingebjörg (filha de Haakon V). Pouco depois o mesmo Magnus Ericsson era elevado ao trono da Suécia pela nobreza revoltada (julho de 1319). Antes de estudarmos a história da união sueco-norueguesa vamos recordar brevemente os antecedentes históricos da Suécia.

3. A Suécia

Enquanto, no decurso do século XI, a Dinamarca e a Noruega assistiam ao triunfo da civilização ocidental, a Suécia começava a sentir a influência inglesa. O rei Olavo Sköttkonung se converte ao cristianismo e se opõe a Olavo Tryggvason. Anund Jacob, filho de Sköttkonung se opõe a Canuto, o Grande.

Em 1060, com a extinção da antiga dinastia, a escolha dos soberanos passa a ser feita entre uma das grandes famílias do Götaland, fato esse que favorece por algum tempo a união nacional.

Os inícios do século XII constituem ainda uma época obscura na história sueca. «As expedições distantes são interrompidas e o silêncio se faz tão completo que não é possível nem mesmo estabelecer uma lista um pouco precisa dos reis».[24]

Para os autores dinamarqueses, como v.g. Saxo, a Suécia é um país de povos semibárbaros. «Adão de Bremen traça ainda no fim do século XI, um quadro da Suécia que conviria perfeitamente ao resto da Escandinávia dois séculos mais cedo: um país quase desconhecido, muito rico, bem povoado, onde a poligamia é freqüente; a autoridade dos reis é moderada, o templo de Upsala, de uma extrema riqueza, é muito venerado, malgrado o êxito de certos missionários. Inúmeras inscrições rúnicas, enfim, vêm mostrar que a Suécia não conheceu apreciável mudança em sua civilização até o meio do século XII».[25]

Na segunda metade do século XI reina a dinastia do rei Stenkil, conhecido por seu zelo pelo cristianismo. Essa dinastia desaparece no começo do século XII, iniciando-se, então, a dinastia do rei Sverker, originário dos arredores de Alvastra, no Östergötland. Lembremos de passagem que sob o reinado de Sverker reuniu-se (1152) uma assembléia religiosa em Linköping em que se encontrou presente o já mencionado legado pontifício Nicolau Brekespear, futuro Adriano IV.

Quando Sverker foi assassinado em 1156, subiu ao trono Eric Jedvardsson preterindo-se, assim, os filhos do rei defunto. Explica-se a ascensão de Eric pelo parentesco de sua mulher com a antiga dinastia de Stenkil.[26] Eric mantém boas relações com a Igreja e tenta a conversão da Finlândia. Note-se, entretanto, que o reconhecimento da soberania de Eric não foi completa. Uma parte da região de Götaland permaneceu fiel aos filhos de Sverker. Eric apoiava-se sobretudo na região de Uppland. Em 1160 uma expedição dirigida pelo príncipe dinamarquês Magnus resultou no assassinato de Eric em Upsala durante a missa. «A exemplo de S. Olavo e de S. Canuto, esse soberano assassinado foi, em breve, considerado como o patrono celeste do reino sueco ao mesmo tempo que o símbolo, extremamente popular, da independência nacional».[27]

A Eric sucedeu Karl, filho de Sverker, que se fez reconhecer rei em toda a Suécia. O filho de Eric, entretanto, Canuto Ericsson, retomou o trono (1173). Note-se que o rei, na Suécia, representa apenas o ***primus inter pares*** da aristocracia. Durante a primeira metade do século XIII a Suécia é abalada por lutas internas. Alternam-se, então, no poder, as dinastias de S. Eric e de Sverker com os seguintes soberanos: Canuto Ericsson (1196); Sverker II deposto em 1208 por Eric Knutsson (neto de S. Erico); João (filho de Sverker II) e finalmente Eric Ericsson, o último dos descendentes de S. Erico.

O grande acontecimento da história sueca no século XIII é a ascensão ao trono da dinastia dos Folkungs. No reinado de Eric Ericsson, a figura mais importante dessa família ligada por laços de parentescos com dinastias reais era o nobre Birger, cunhado do rei. Com a morte de Eric em 1250, Birger fez eleger rei seu próprio filho Valdemar, guardando para si a regência. Estava fundada a dinastia dos Folkungs.

Birger constrói uma fortaleza numa ilhota que constitui o núcleo da cidade de Estocolmo. A população da nova cidade vai receber um grande contingente de negociantes alemães. Cabe aqui sublinhar um fato de grande importância na civilização medieval escandinava: a imigração alemã para as cidades. Essa imigração, intimamente relacionada com as atividades comerciais, influi decisivamente no crescimento das cidades e na evolução de suas instituições.

A descoberta das minas de cobre vai incentivar a prosperidade econômica simbolizada, através da segunda metade do século XIII, por grande número de construções como igrejas e conventos.

A morte de Birger em 1266 proporciona a seu filho Valdemar a oportunidade para governar sozinho. O rei, entretanto, será deposto por seu próprio irmão Magnus Ladulaas que recebera o título de duque *(dux Sveonum)*.

Magnus Ladulaas (1275-1290). — Apresentado pela tradição como um rei leal e bom, procura aumentar os privilégios da coroa e não hesita em ditar ordenanças (stadgar) e decretos (förordningar) sem consulta prévia às assembléias (things). Magnus introduz no direito público sueco a noção de lesa-majestade. Habilmente o monarca concilia o apoio simultâneo da aristocracia e do clero, fato esse que explica o fracasso das tentativas de Valdemar, refugiado na Dinamarca, no sentido de recuperar o trono.

Birger Magnusson. — Sucedeu em 1290 a seu pai Ladulaas. Até 1305 porém o governo é exercido pelo marsk (marechal, chefe militar, intendente da casa do rei) Torgils Knutsson que se lançou à conquista da Carélia.

Eis em poucas linhas o retrato do reinado de Birger Magnusson: «O desenvolvimento econômico prossegue; as cidades prosperam sob a direção de conselhos imitados das instituições alemãs; as alfândegas enriquecem o tesouro real, as oficinas monetárias se multiplicam, o desenvolvimento intelectual não cessa: mais de um colégio é criado para os bolsistas das dioceses suecas na Universidade de Paris, mais de um romance de cavalaria é traduzido em sueco. Mas, graças à menoridade do rei, os grandes e os bispos, agrupados em um possante Conselho, ocupam o primeiro lugar no Estado».[28]

Em 1304 os irmãos de Birger, Eric e Valdemar que haviam recebido o poder e o título de duque, sublevam-se contra o regente Torgils e conseguem executá-lo (1305). Em 1306 Birger é deposto e Eric assu-

me o poder. Birger, porém, consegue recuperar a metade do reino e entra em acordo com o irmão no sentido de uma partilha. Mais tarde aprisiona os dois irmãos que perecem talvez assassinados (1318). A revolta da nobreza leva Birger a refugiar-se em Götland. Magnus, filho de Birger, é decapitado em Estocolmo (1320). A aristocracia governa o reino sob o nome de outro Magnus, o filho de Eric nascido em 1317 e elevado ao trono em julho de 1319. Já vimos, no item sobre a Noruega, que Magnus Ericsson fora também elevado ao trono da Noruega (maio de 1319).

4. A união sueco-norueguesa

A propósito da união sueco-norueguesa de 1319 realizada na pessoa do soberano de três anos devemos anotar o seguinte:[20]

1) Os conselhos da Suécia e da Noruega entraram em um acordo no sentido de que a educação do rei devia ser feita igual e alternadamente em ambos os países.

2) A aristocracia, especialmente na Suécia, aproveitou a oportunidade para fortalecer a própria situação.
Na realidade, os nobres estavam mais interessados no enfraquecimento do poder monárquico que na reformulação da geografia política escandinava.

3) Os nobres porém não contavam com a forte personalidade de Ingebjörg (Ingeborg), mãe do rei e regente. Foi graças a seus pertinazes esforços que se produziu a anexação da Escânia (1332) e que Magnus, já maior desde 1331, pôde intitular-se «rei da Suécia, Noruega e Escânia». Esse imenso domínio, que se estende do Kattegat ao Mar Branco é aumentado ainda, em 1343, pelo Halland meridional. Note-se que a Escânia encontrava-se diretamente vinculada à Suécia e a seu rei.

Não obstante esse vasto império, o poder real vai sofrer restrições tanto na Suécia como na Noruega. Na primeira é redigida uma lei geral inspirada, em parte, no direito público dinamarquês a qual põe limites às atribuições do soberano. Assim, por exemplo, ele não pode promulgar qualquer lei nova por sua própria autoridade. Na Noruega levanta-se uma oposição contra a política financeira do rei e estabelece-se uma distinção entre as rendas pessoais do soberano e as da coroa.

Em 1343 Magnus Ericsson vê barrados seus planos de interferir na Dinamarca graças à ação hábil do ambicioso Valdemar Atterdag. Nesse mesmo ano desfaz-se também a união iniciada em 1319, pois Magnus se vê obrigado a designar seu filho mais velho, Eric, para o trono da Suécia e da Escânia (a eleição se fez em dezembro de 1344).

Outro filho de Magnus, Haakon VI Magnusson, com três anos de idade, foi destinado (1343) ao trono da Noruega cuja política interna passou a ser dirigida por um Conselho. Em 1355 Haakon VI inicia seu reinado. Com a morte de Eric sem deixar herdeiro, Haakon VI, que iria desposar (1363) a princesa Margarida, filha de Valdemar, herda a coroa sueca. Uma nova união incluindo a Dinamarca está à vista. Em 1364, entretanto, os suecos escolhem como rei Alberto de Mecklemburg. Com o apoio da Hansa, Alberto aparece em 1375 como a pessoa indicada para realizar a União. A ele se opõe o partido de Haakon VI e de sua mulher, Margarida, herdeira da Dinamarca. A já mencionada escolha de Olavo (filho de Haakon VI e de Margarida) para o trono dinamarquês em 1376 representa uma vitória dos adversários de Alberto. Essa vitória é consolidada quando Olavo sucede a seu pai no trono norueguês (1380).

A morte prematura do jovem rei coloca, segundo já vimos, sua mãe no primeiro plano dos acontecimentos. Em fevereiro de 1389 em Västergötland Alberto é derrotado pelas tropas da rainha e cai prisioneiro.

5. A União de Kalmar

Margarida continua a governar os três estados em nome do herdeiro que ela escolheu: Eric, filho de sua sobrinha Maria e de Vartislav III da Pomerânia. Em 1389 o herdeiro é proclamado rei da Noruega, em 1396 é também aceito como rei na Suécia e na Dinamarca. Procura-se, então, estabelecer uma base jurídica dessa união que, na realidade, funciona sobretudo graças ao prestígio de Margarida.

Em 1397 os notáveis dos três reinos reúnem-se em Kalmar. Na festa da SS. Trindade, Eric, com quatorze anos, é coroado solenemente e recebe a homenagem das três nobrezas.

Os três reinos deveriam permanecer perpetuamente unidos sob o governo de um rei hereditário ou, à falta deste, de um soberano eleito de comum acordo. A política externa deveria ser comum aos três estados que, contudo, permaneceriam distintos uns dos outros e quase sem contacto mútuo. A união de Kalmar revelava-se precária, pois carecia de uma base institucional sólida e definitiva. Mas enquanto vive, a excepcional personalidade de Margarida supre as deficiências institucionais. Viajando continuamente de um reino a outro, ela impõe sua autoridade, faz reinar a ordem e protege a Igreja. Mas a grande dama falece em outubro de 1412 na travessia do fiorde de Flensborg. Seus restos mortais repousam na catedral de Roskilde onde seu sobrinho levantou um magnífico túmulo de mármore branco.

Privado de seu forte sustentáculo, Eric da Pomerânia, sozinho no governo, revelou-se incapaz, imprudente e ambicioso. Residindo na Dinamarca, mostrou pouco interesse pelos demais reinos. De 1424-1425 encontramo-lo na Terra Santa. Em 1432 vê-se forçado a concluir um armis-

tício com o Holstein que lhe deixa no Sönderjylland apenas Haderslev e Aerö. O prestígio da coroa é ainda profundamente abalado com uma revolta na Suécia motivada pela luta com o Holstein. Essa luta acarretara o bloqueio da Suécia pela Hansa e paralisara a exportação de ferro, causando danos à economia sueca, especialmente na província da Dalecarlia. Em 1434 as perturbações já existentes desde 1432 transformam-se em revolta geral de que participam camponeses, habitantes das cidades e mineiros. À frente da rebelião aparece um cavaleiro de origem alemã: Engelbrekt Engelbrektsson. Este expulsa as guarnições dinamarquesas e ocupa a Suécia meridional. Em janeiro de 1435 o Conselho reunido em Arboga concede a regência do reino a Engelbrekt. Eric resolve parlamentar: a União subsiste, mas o rei perde o controle da política interna e deve fazer concessões a Engelbrekt. Este perece assassinado em 1346, o que permitiria o restabelecimento da União em torno de Eric. Mas o rei está completamente desacreditado. Em Kalmar dinamarqueses e suecos estabelecem um acordo (1436) que seria a base institucional da União. Eric, entretanto, impopular e desanimado, recusa enfrentar seus adversários e refugia-se na inexpugnável fortaleza de Visborg em Götland. Em 1438 os suecos escolhem como regente o aristocrata Karl Knutsson Bonde. Os dinamarqueses, por sua vez, proclamam rei Cristóvão da Baviera (1440), que acaba por ser reconhecido também na Suécia enquanto Knutsson se retira para a Finlândia. Os noruegueses, que nominalmente haviam permanecido fiéis a Eric, também aceitam Cristóvão (1442). O antigo soberano continua por muito tempo em Gotland onde exerce o poder mais como pirata que como soberano.[30] Em 1449, entretanto, abandona sua ilha e retira-se para a Pomerânia onde vive ainda dez anos.

Cristóvão reinava pacificamente com o apoio das cidades e da Igreja quando morreu inesperadamente, aos trinta anos, em 1448.

A união porém seria refeita na pessoa do fundador de uma nova dinastia, Cristiano I de Oldenburg que foi eleito rei da Dinamarca em 1448, da Noruega em 1449 e da Suécia em 1457 e duque do Schleswig e do Holstein em 1460.

[1] Musset, *Le Monde*, p. 1087.
[2] Idem, ibidem, p. 1088.
[3] Idem, *Les Peuples*, p. 82.
[4] Idem, ibidem, p. 83.
[5] Idem, ibidem, p. 159.
[6] Idem, ibidem, p. 160.
[7] Idem, ibidem, p. 181.
[8] Idem, ibidem.
[9] Idem, ibidem, p. 181s.
[10] Previté-Orton, *Edad Média*, II, p. 1000.
[11] Musset, *Les Peuples*, p. 184.
[12] Musset, *Le Monde*, p. 1093.
[13] Musset, *Les Peuples*, p. 186.
[14] Idem, ibidem, p. 195.
[15] Previté-Orton, *Edad Média*, III, p. 1230.
[16] Idem, ibidem.
[17] Idem, ibidem, p. 1231.
[18] Musset, *Les Peuples*, p. 301.
[19] Idem, ibidem, p. 166.
[20] Idem, ibidem, p. 172.
[21] Haakon III, filho de Sverre, só reinou até 1204.
[22] Musset, *Les Peuples*, p. 205.
[23] Idem, ibidem.
[24] Musset, *Le Monde*, p. 1098.
[25] Musset, *Les Peuples*, p. 174.
[26] Idem, ibidem, p. 227.
[27] Idem, ibidem, p. 228.
[28] Idem, ibidem, p. 234.
[29] Idem, ibidem, p. 294.
[30] Idem, ibidem, p. 308.

Parte III

OS GRANDES CONFLITOS MEDIEVAIS

CAPÍTULO I

As Cruzadas

Introdução

AS CRUZADAS constituem um dos mais emocionantes capítulos da História da Idade Média Cristã não só pelos ideais que as inspiraram mas também pelas profundas conseqüências que acarretaram nos principais aspectos da Civilização do Mundo Feudal.

Durante dois séculos a Europa Cristã se comove com essas expedições guerreiras que manifestam em sua finalidade oficialmente proclamada toda a fé que caracteriza o Medievo.

Os cronistas que as narram e os poetas que as cantam focalizam-nas como um acontecimento extraordinário que excita as imaginações, aviva o fervor religioso, desperta desejos de glórias, ou incentiva velhas e terrenas ambições não satisfeitas.

Um estudo, ainda que sucinto, das cruzadas em suas causas, em seus principais episódios e em suas mais importantes conseqüências, constitui parte integrante da História do Mundo Feudal.

Omitir esse estudo equivaleria a criar uma grave lacuna no conhecimento de uma importante série de fatos intimamente relacionados com a grande corrente histórica formadora de nossa Civilização Ocidental.

Depois de algumas breves considerações em torno da própria conceituação de cruzada e das fontes de que dispomos para seu estudo, focalizaremos alguns antecedentes históricos e abordaremos, a seguir, o interessante problema das causas dessas expedições. Faremos, depois, um breve relato dos principais acontecimentos que caracterizam cada uma das oito cruzadas (segundo a numeração tradicional) e, finalmente, tentaremos resumir suas mais marcantes conseqüências.

1. Que se entende por Cruzada?

Calmette apresenta a seguinte definição de cruzada:[1] «Entende-se propriamente por cruzada uma expedição oficialmente empreendida pelos cristãos do Ocidente, sob os auspícios da Sé Apostólica com vistas à libertação do Santo Sepulcro e à defesa, depois que foi instituído, do reino cristão de Jerusalém.

As expedições assim definidas sucederam-se do fim do século XI ao fim do século XIII. Elas são numerosas, mas se enumeram oito principais. Possuem um caráter quer *nacional*, quer *geral:* ora uma única nação faz a cruzada, ora — e é o caso mais comum — várias nações colaboram».

Morrisson, em recente estudo, entende por «cruzada» «uma peregrinação militar decidida pelo papa que dispensa a seus participantes privilégios espirituais e temporais e fixa-lhes como fim a libertação do túmulo de Cristo em Jerusalém».[2]

Dessas duas definições o leitor poderá depreender três traços que caracterizam as cruzadas propriamente ditas:

1) expedição militar empreendida pelos cristãos do Ocidente;

2) Iniciativa e orientação do Romano Pontífice;

3) finalidade: a libertação da Terra Santa, especialmente de Jerusalém, do jugo muçulmano.

Rousset observa a prpósito da idéia de cruzada: «Foram muitas vezes chamadas cruzadas expedições que se enfeitam com o sinal da cruz mas que não passam de guerras defensivas ou ofensivas contra os muçulmanos e não são expedições destinadas a recuperar Jerusalém e imbuídas do espírito de cruzada».[3]

Deve-se notar que a palavra *cruciata* (cruzada) só aparece tardiamente para designar as famosas expedições.[4] Essas eram chamadas de diversos modos como v.g.: *via, profectio, expeditio transmarina, iter hierosolymitanum* (viagem para Jerusalém) ou ainda *iter ultramarinum, iter sancti sepulchri* (viagem do santo sepulcro), *via sancti sepulchri, peregrinatio contra paganos*, etc...

O cruzado era designado por vários nomes como v.g.: *miles cruce signatus* (soldado marcado pela cruz), *crucem portans* (que leva a cruz), *crucifer* ou simplesmente *signatus.*

2. As fontes[5]

As fontes literárias para o estudo das cruzadas são abundantes. Lembremos aqui, a título de exemplo, duas grandes coleções:

1) *Recueil des Historiens des Croisades.* Em 16 volumes foram reunidos numerosos textos ocidentais e orientais (estes com uma tradução) distribuídos da seguinte maneira: 5 volumes de textos latinos e franceses; 2 volumes de textos gregos; 2 volumes de textos armênios; 5 volumes de textos árabes; 2 volumes de «Leis». A publicação foi feita quase toda no século passado pela Académie des Inscriptions et Belles Lettres, Paris.

2) A *Bibliothèque des Croisades* de Michaud (Paris, 1829), em quatro volumes, contém grande número de documentos (extratos e resumos) distribuídos assim: Tomos I e II com crônicas da França e da Itália; Tomo III com crônicas da Alemanha, da Escandinávia, da Grécia e da Turquia; Tomo IV com crônicas árabes traduzidas por Reinaud.

3. Antecedentes históricos

As cruzadas se inserem evidentemente dentro de um vasto contexto histórico que inclui o Ocidente Medieval, o Oriente Bizantino e, de modo muito especial, a expansão muçulmana. Quanto ao Império do Oriente remetemos o leitor para o exposto em nossa História do Império Bizantino. A expansão muçulmana será objeto de estudo especial no último volume da presente coleção. Para facilitar ao leitor, vamos apenas recordar alguns acontecimentos que no Oriente e no Ocidente se relacionam com a expansão muçulmana e que, numa ampla perspectiva cronológica, devem ser considerados como antecedentes das cruzadas.

No Oriente a multissecular luta entre bizantinos e árabes reveste o caráter de epopéia. A guerra santa muçulmana (djihâd) ameaça, por vezes seriamente, a própria sobrevivência do Império do Oriente. Mas as divisões internas entre muçulmanos vão facilitar a reconquista bizantina iniciada sob o reinado dos basileus da dinastia macedônica.

Em 969 a grande cidade de Antioquia (em poder dos árabes desde 638) foi retomada. João Tzmiscés (969-976) obteve notáveis triunfos na Síria muçulmana e Basílio II (976-1025) consolidou o domínio bizantino na Síria setentrional mas limitou-se a protestar quando o califa fatimita El-Hakem perseguiu os cristãos (1004-1014) e ordenou (1009) a destruição da igreja do Santo Sepulcro. «Até 1014 haviam sido queimadas ou saqueadas umas trinta mil igrejas e muitos cristãos haviam adotado externamente o Islã para salvar suas vidas».[6]

Após a morte (1021) de El-Haken, a Palestina foi governada durante algum tempo pelo emir de Alepo, mas em 1029 restabelecia-se o poder dos fatimitas. Já desde 1027 fora firmado um tratado que permitia ao basileu Constantino VIII empreender a reconstrução da igreja do Santo Sepulcro. Esse tratado foi renovado em 1036, mas só sob o reinado de Constantino IX (1042-1055) é que se levou a cabo a reconstrução.

Note-se que em 1030-1031 o general bizantino Jorge Maniakés reconquista aos árabes a cidade de Edessa (Orfe), a leste do Eufrates.

As reconquistas bizantinas dos séculos X e XI contribuem para afirmar o prestígio do Império junto aos árabes e explicam a tranqüilidade de que podem desfrutar, então, os cristãos na Palestina. «Em meados do século XI o núcleo dos cristãos na Palestina vivia com uma tranqüilidade de que poucas vezes havia desfrutado. As autoridades

muçulmanas eram indulgentes; o imperador mostrava-se vigilante em seus interesses. O comércio com os países cristãos de ultramar prosperava e incrementava-se. E nunca, até então, havia gozado Jerusalém tão plenamente da simpatia e da riqueza que lhe levavam os peregrinos do Ocidente».[7]

As boas relações mantidas (meados do século XI) entre as duas grandes potências do Mediterrâneo Oriental, o Egito dos fatimitas e o Império Bizantino pareciam assegurar por muito tempo a paz no Oriente. Entretanto, nuvens prenunciando sérias borrascas acumulam-se a leste. Soldados turcos estavam penetrando no mundo muçulmano. Essa penetração será devidamente estudada no volume em que focalizarmos a expansão muçulmana. Lembremos, por ora, que a partir de 1055 — o príncipe seldjúcida Toghrul Bey se impõe como vigário temporal do califa de Bagdá. Substituindo-se aos árabes, os turcos seldjúcidas reiniciam a antiga luta contra o Império Bizantino. O sultão seldjúcida Alp-Arslan (1063-1072) toma dos bizantinos a maior parte da Armênia (conquista de Ani e de Kars em 1064) e inflige ao baliseu Romano IV (Romano Diógenes) a fatal derrota de Mantziquerte (1071), «o desastre mais decisivo na História de Bizâncio», segundo Runciman.[8] Posteriormente essa derrota foi considerada como justificativa para as cruzadas, pois a fraqueza revelada pelos bizantinos atestava que os mesmos não mais podiam ser considerados protetores da cristandade no Oriente. «Mantziquerte justificava a intervenção do Ocidente».[9]

Convém dizer aqui algumas palavras sobre a migração dos armênios que, fugindo ao avanço e ao domínio seldjúcida, se dirigem para a Capadócia, a Cilícia e outras regiões. Essa corrente migratória explica a existência, na época em que os cruzados chegam à Ásia Menor Oriental, de um grande número de principados armênios que se distribuem do Taurus à região do Eufrates.

Deve-se notar que na planície ciliciana e na Capadócia os emigrados não conseguiram fugir ao domínio muçulmano. O mesmo porém não aconteceu com os armênios estabelecidos nas montanhas do Taurus e em outras localidades como Edessa, onde, como anota Grousset (*L'Épopée des Croisades*, p.20), «por um prodígio tanto de habilidade como de valentia, eles haviam mantido, ao mesmo tempo que sua fé cristã, também sua independência política». Compreende-se assim o importante papel desempenhado por essas comunidades cristãs em relação aos cruzados. Entre estes e os armênios estabeleceram-se excelentes entendimentos traduzidos por um mútuo auxílio contra o inimigo comum. Ainda é Grousset (ibidem) que sublinha: «A chegada dos cruzados viria trazer a essas cristandades heróicas um socorro inesperado. Inversamente a cruzada iria encontrar entre os armênios uma ajuda inestimável, não somente porque eles constituem aliados naturais contra os turcos — aliados conhecedores da região, capazes de fornecer aos francos informações de primeira ordem — mas ainda porque, entre todas

Ataques contra a Cristandade

as cristandades orientais os montanheses armênios representavam o elemento militar mais sólido».

Do exército com que Romano IV pretendera enfrentar os turcos em Mantziquerte fazia parte um corpo escolhido de cavalaria normando-franca sob o comando do normando Roussel de Bailleul. Este, entretanto, esquivou-se à luta, permitindo a seu contingente sobreviver ao desastre. Aproveitando-se da fraqueza interna do Império Bizantino, o aventureiro normando projeta fundar um principado independente na Ásia Menor (1073-1074), mas vê-se imprensado entre bizantinos e turcos. Essa tentativa tem interesse para o historiador porque constitui um precedente daquilo que alguns cruzados sonhavam pôr em execução. Serve também para justificar a natural desconfiança com que os basileus encaravam os exércitos dos cruzados, e de modo especial, os normandos. No mesmo ano da derrota de Mantziquerte (1071) um aventureiro turco, Atsiz ibn Abaq, nominalmente vassalo de Alp Arslan, conquistou Jerusalém e ocupou em seguida boa parte da Palestina. Em 1075 Atsiz tomou Damasco. No ano seguinte os fatimitas recuperaram Jerusalém mas foram novamente desalojados pelo chefe turco. Como porém seus adversários voltassem à carga, Atsiz pediu ajuda ao príncipe seldjúcida Tutush. Este assassinou Atsiz e tornou-se o único senhor de um estado que se estendia de Alepo (ainda sob domínio árabe) até as fronteiras do Egito.

«Tutush e seu lugar-tenente Ortoq, governador de Jerusalém, parecem ter proporcionado um governo de ordem. Não existia uma animosidade especial e manifesta contra os cristãos, embora o patriarca ortodoxo de Jerusalém tivesse passado, ao que parece, a maior parte do tempo em Constantinopla, onde seu colega de Antioquia fixou, então, sua residência».[10]

A partir de 1073 as invasões turcas na Ásia Menor tornam-se ameaçadoras. Por ocasião da tentativa de Roussel de Bailleul, o sultão seldjúcida Suleiman já havia ocupado províncias orientais da Anatólia. As dissensões internas do Império facilitaram sobremaneira a invasão turca. Os pretendentes ao trono imperial não hesitavam em pedir o auxílio dos invasores. «O resultado foi que entre 1078 e 1081 os turcos ocuparam quase toda a Ásia Menor, tanto as praças do interior como Konya (antigo Iconium) e as cidades da periferia como Nicéia e Esmirna».[11] Os seldjúcidas se apoderavam de Antioquia (1084), de Edessa (1087) e da planície ciliciana. Mas os armênios se mantiveram em Metilene, no Taurus ciliciano e recuperaram Edessa em 1095. O poderio dos turcos seldjúcidas estava minado pela profunda rivalidade existente entre alguns de seus principais chefes cuja morte iria desencadear prolongadas lutas fratricidas.

Em 1086 Tutush venceu Suleiman em uma batalha nas proximidades de Alepo. O vencido foi assassinado, o que provocou um verdadeiro caos entre os turcos de Anatólia.

Em 1092 pereceu também assassinado o ambicioso Chaka, emir turco de Esmirna, que aspirava simplesmente a ocupar o próprio trono imperial. No mesmo ano falecia também o poderoso sultão Malik Shah (Malik-Châh) que reinava sobre um vasto território, desde o Khorassan ao golfo de Alexandreta e à fronteira egípcia. Os filhos de Malik disputaram durante dez anos a herença paterna abalando profundamente o prestígio seldjúcida.

Em 1095 morreu Tutush, na Síria, e seus filhos revelaram-se incapazes de manter a ordem. Compreende-se assim que em Jerusalém o governo passasse para os descendentes de Ortoq. Deve-se notar que, até a morte deste último, os cristãos de Jerusalém haviam podido viver em paz. Mas o governo dos filhos de Ortoq foi tirânico e a situação tornou-se difícil para os cristãos, fato esse que provocou a retirada do patriarca ortodoxo Simeão com boa parte do clero para Chipre.

A confusão e a crise de autoridade reinantes na Anatólia e na Síria dificultavam sobremaneira as peregrinações. Autoridades hostis que impunham tributos aos viajantes, salteadores que cruzavam os caminhos percorridos pelas caravanas de peregrinos causavam mal-estar e faziam com que os peregrinos, ao regressarem ao Ocidente, difundissem notícias alarmantes sobre o que poderia acontecer aos que se atrevessem a dirigir-se à Terra Santa.

Toda essa situação vai repercutir no movimento inicial que desencadeou as cruzadas.

O declínio do poderio seldjúcida ao mesmo tempo que abria caminho para atuação de Aleixo Comneno, constituía também um convite para a intervenção dos cristãos ocidentais. Compreende-se que o basileu necessitasse de cavaleiros ocidentais para aproveitar a oportunidade em que os inimigos do Império revelavam fraqueza. Compreende-se também que os ocidentais utilizassem a mesma oportunidade para atingir objetivos que não haviam entrado nas cogitações do basileu.

As notícias alarmantes sobre as dificuldades encontradas pelos peregrinos contribuíram para incentivar o entusiasmo geral pela idéia de cruzada.

Vejamos, agora, os antecedentes históricos que, no Ocidente, prepararam o caminho para as cruzadas.

Muito antes da primeira cruzada, o Ocidente vinha, desde o século VIII, enfrentando a expansão muçulmana. Já estudamos, no capítulo sobre a Península Ibérica, a multissecular epopéia da Reconquista Cristã. A Provença e o litoral italiano estiveram também e por muito tempo expostos aos ataques dos sarracenos. A própria cidade de Roma foi muitas vezes ameaçada pelos muçulmanos. Na Sicília os normandos desenvolveram uma luta encarniçada contra o domínio sarraceno. As repúblicas italianas (Pisa, Gênova) movidas por interesse econômicos procuraram não só impedir o avanço muçulmano mas também expulsá-los dos territórios conquistados (como v.g. a Sardenha). Os genoveses

chegaram mesmo a atacar os inimigos da Cristandade em seus próprios redutos africanos.

Alguns historiadores dão a essas lutas empreendidas pelos cristãos o nome de pré-cruzadas. Note-se que nem todas evidentemente apresentam as características de «guerra santa». Essas características aparecem, p. ex., em parte, em episódios da reconquista ibérica. Convém ter presentes essas pré-cruzadas (a denominação pode ser aceita com restrições) para a melhor compreensão das causas das cruzadas. E' que essas lutas multisseculares habituaram os ocidentais a encarar a guerra contra os muçulmanos como uma verdadeira imposição para salvaguardar a própria cristandade.

4. Causas das Cruzadas

Os antecedentes históricos sucintamente expostos no item anterior devem ser evidentemente levados em consideração no estudo das causas das cruzadas. À guerra santa (djihâd) que iniciou e alimentou a expansão muçulmana corresponderia uma reação dos diversos estados cristãos atacados. Essa reação que, de modo geral, apresentava caráter de resistência isolada, nacional, iria culminar, com Urbano II em uma guerra santa geral e supranacional. E aqui, como observa Grousset, «a cruzada se opõe e se iguala verdadeiramente ao *djihâd;* pode-se dizer que a cruzada é um contra-*djihâd*».[32] Assim é que se torna óbvio e elementar apresentar como causa primeira das cruzadas a própria expansão muçulmana. Mas a essa expansão somam-se numerosos outros elementos que os historiadores enumeram entre as causas das expedições em tela, estabelecendo a distinção entre causas remotas e próximas.

Nas próximas linhas vamos estudar brevemente esses fatores procurando, por motivos de clareza, enumerá-los e comentá-los separadamente. Fica, porém, aqui a advertência de que essas causas formam, na realidade, um todo que se aprofunda no tempo e se estende no espaço.

Vejamos, preliminarmente, a simples enumeração. O estudo da gênese das cruzadas deve levar em consideração:

1. *As peregrinações à Terra Santa como expressão da religiosidade medieval;* 2. *A idéia de guerra santa;* 3. *As condições sociais;* 4. *As condições econômicas;* 5. *O gosto pela aventura e as ambições;* 6. *As condições políticas;* 7. *As perseguições aos peregrinos;* 8. *O Oriente visto pelos ocidentais e vice-versa;* 9. *A atuação de Urbano II.*

As peregrinações à Terra Santa como expressão da religiosidade medieval

Alphandéry sublinha a importância da religiosidade ocidental e seu relacionamento com o Oriente, ao iniciar o estudo sobre as peregrinações e as cruzadas: «Uma história da cruzada, em suas realidades de significação e de espiritualidade coletivas, deve partir de um inventário das experiências, das imagens, das tradições inscritas no inconsciente coletivo do Ocidente cristão, após cerca de um milênio de relações físicas e espirituais com a terra do Oriente, donde veio a «boa-nova».[33]

Essas relações físicas e espirituais de caráter religioso se faziam através das peregrinações já em voga desde a Antiguidade Cristã e intensificadas após a conversão de Constantino.

As conquistas árabes tornaram as peregrinações custosas e difíceis embora não as tenham interrompido de todo. «Os cristãos ocidentais ainda pensavam nos Santos Lugares com simpatia e nostalgia. Quando, em 682, o papa Martinho I foi acusado de relações amistosas com os muçulmanos, explicou que o motivo era o desejo de obter permissão para enviar esmolas a Jerusalém. Em 670 o bispo franco Arculfo partiu para o Oriente e conseguiu fazer uma visita completa ao Egito, à Síria e a Palestina, para voltar, depois, através de Constantinopla; sua viagem, porém, levou vários anos e ele enfrentou muitas fadigas».[34] Os relatos de outros peregrinos demonstram que a viagem exigia grandes esforços e não se encontrava ao alcance de todos.

As peregrinações aumentam no século VIII e sob Carlos Magno são facilitadas graças às boas relações entre o imperador do Ocidente e o califa de Bagdá. Com a decadência do Império Carolíngio, porém, as viagens tornaram-se novamente difíceis. A atividade dos piratas muçulmanos intensificam-se no Mediterrâneo Oriental.

No século X os árabes perdem seus redutos de pirataria na Itália e no sul da França. Em 961 Creta é tomada aos muçulmanos e a frota bizantina permite o reavivamento do comércio entre os portos da Península Itálica e do Império. As próprias autoridades muçulmanas começam a facilitar as peregrinações tendo em vista as riquezas que afluíam do Ocidente.

A peregrinação a Jerusalém passa, com o tempo, a revestir o caráter de penitência canônica. Os peregrinos vêem na visita à Terra Santa uma oportunidade única para iniciarem uma vida nova em matéria de religião. «A idéia de purificação se liga estreitamente à de peregrinação».[35]

Convém lembrar que no início do século XI a abadia de Cluny favorece e controla as peregrinações não só à Península Ibérica mas também à Palestina. O monge cluniacense Glaber dá-nos notícias do extraordinário número de peregrinos que demandam Jerusalém. O mesmo autor fornece-nos uma significativa informação: muitos viandantes desejavam morrer na Terra Santa. Partiam do Ocidente sem a intenção de retornar.

A conversão de reis da Hungria vai abrir para os peregrinos a via terrestre que seguia o curso do Danúbio através dos Balcãs até Constantinopla. A partir do ano 1019, quando se firmou o domínio bizantino na Península Balcânica, «um peregrino podia viajar com muito

pouco risco através da Hungria para cruzar a fronteira bizantina em Belgrado e prosseguir depois, passando por Sófia e Adrianópolis até a Capital». [16]

Alphandéry fala de um verdadeiro complexo escatológico que leva à peregrinação. Um ponto culminante desse estado de espírito é, sem dúvida, o ano de 1033 quando, segundo o testemunho de Glaber, uma inumerável multidão integrada por todas as camadas sociais, vai ao Santo Sepulcro de Jerusalém movida por uma fé que sublimava a Cidade Santa: a Jerusalém terrestre passava a ser o caminho seguro para a Jerusalém Celeste.

A idéia de Guerra Santa

A elaboração da doutrina da guerra santa está intimamente vinculada à necessidade que o Ocidente sentiu de defender-se da ameaça que, por muito tempo, representou a expansão muçulmana.

E' curioso observar que na Igreja Oriental prevalecia a mentalidade de que a guerra devia, em princípio, ser evitada mesmo na disputa com o infiel.

Runciman tece a propósito dessa mentalidade alguns judiciosos comentários: «O soldado de Bizâncio não era tratado, de fato, como um assassino. Porém sua profissão não o nimbava de nenhuma auréola. A morte no campo de batalha não era considerada gloriosa, nem a morte na luta contra o infiel se considerava como martírio; o mártir morria só armado com sua fé. Lutar contra o infiel era lamentável, embora não se pudesse, às vezes, evitar; lutar contra irmãos cristãos resultava num duplo mal. Com efeito, a história bizantina está notoriamente isenta de guerras de agressão. Justiniano havia empreendido suas campanhas para libertar os romanos de governadores heréticos e bárbaros, e Basílio II lutou contra os búlgaros para reconquistar as províncias imperiais e afastar um perigo que ameaçava Constantinopla. Os métodos pacíficos eram sempre preferíveis, embora implicassem numa diplomacia tortuosa ou no gasto de dinheiro. Para os historiadores ocidentais acostumados a admirar o valor castrense, os atos de muitos políticos bizantinos são covardes e astutos; não obstante, o motivo era, de um modo geral, um autêntico desejo de evitar derramamento de sangue. A princesa Ana Comneno, uma das personalidades bizantinas mais típicas, embora seu interesse pelas questões militares fosse profundo e a admiração sentida pelos êxitos de seu pai no campo de batalha, muito grande, explica em sua história, que considera a guerra como algo vergonhoso, como último recurso quando todos os demais haviam fracassado, realmente como uma confissão, em si mesma, de fracasso». [17]

No ocidente o conceito de guerra santa encontrava suas raízes principalmente na doutrina de S. Agostinho. «Toda a tradição medieval, como a dos pensadores católicos posteriores, se funda e se desenvolve

sobre princípios que o grande gênio de Tagaste tinha posto como base das suas considerações acerca da moralidade da guerra». [18] Agostinho aborda esse problema em vários de seus escritos, especialmente na monumental *De Civitate Dei.* Compreende-se que a sociedade belicosa surgida no Ocidente como conseqüência das invasões bárbaras constituísse um terreno fértil para o desenvolvimento dessas idéias. O código da cavalaria, apoiado na épica popular, prestigiava o herói militar.

Os ataques dos infiéis levaram a Igreja a encarar com simpatia e até mesmo a abençoar os que lutavam em prol da defesa da cristandade. [19] O papa Leão IV, ao chamar (848) os francos em socorro de Roma ameaçada pelos sarracenos, prometeu um *proemium coeleste* aos que morressem «pela verdade da fé, a salvação da pátria e a defesa dos cristãos». [20]

O papa João VIII, durante cujo pontificado as incursões sarracenas ameaçam freqüentemente a Itália e a própria Roma, desperta o zelo dos cristãos pela luta, prometendo-lhes recompensas espirituais. Rousset comenta, a propósito da atuação do pontífice: «Este exemplo é significativo; num mundo em formação, numa sociedade em que os papéis estavam ainda mal definidos e a fronteira entre o espiritual e o temporal mal traçada, o papa era chamado muitas vezes a agir em nome da Cristandade. Acrescentemos a essas razões a carência do poder imperial, a fraqueza dos reis e dos príncipes que obrigava a Santa Sé a prover por si mesma à própria segurança e à dos povos: o papa tendia a transformar-se no protetor da Cristandade e como que em seu tutor. A resistência ao Islã e, a partir do século XI, a ofensiva contra os muçulmanos serão inspiradas e animadas pelo papado. Para incitar os cavaleiros a tomar armas contra os sectários de Maomé, os papas multiplicaram as demarches e os sinais de encorajamento». [21]

Alexandre II apoiou os reforços da reconquista espanhola. Gregório VII não só continuou em favor dos espanhóis a política de Alexandre II, mas abençoou a luta de Rogério I contra os muçulmanos. O grande papa reformador da Igreja preocupou-se seriamente com as ameaças turcas ao Império Bizantino. Em uma bula datada de março de 1074 e endereçada a todos os que desejam defender a fé cristã, Gregório VII dá-nos bem a medida da mentalidade reinante então com relação à guerra santa:

«Os pagãos atacaram vigorosamente o Império Cristão, tudo devastaram com inaudita crueldade quase até as portas de Constantinopla, ocuparam o país com uma violência tirânica e massacraram como animais muitos milhares de cristãos. Assim é que, se amamos a Deus, se somos verdadeiramente cristãos, a triste sorte de um tão grande Império e a morte de tantos cristãos devem ser para nós motivo de grande tristeza. O exemplo de nosso Redentor, o dever da caridade cristã nos prescrevem não somente que nos aflijamos com esses males, mas ainda, se for necessário, que nos sacrifiquemos por nossos irmãos». [22]

Como o leitor poderá facilmente depreender do que acima foi dito, o amadurecimento da idéia de guerra santa e sua tradução para a prática através da palavra autorizada dos pontífices romanos, vinham preparando, havia muito, a condição psicológica para o desencadeamento do movimento das cruzadas a partir do pontificado de Urbano II. Convém lembrar que a prolongada luta contra o Islã havia criado entre o povo profundamente impregnado de religiosidade uma verdadeira mística em torno da idéia de lutar contra os infiéis em defesa da fé cristã e dos Lugares Sagrados. Essa mística popular reveste uma importância enorme para o historiador, pois é nela que se vai encontrar, em boa parte, a explicação para as chamadas cruzadas populares entre as quais podemos incluir as curiosas expedições realizadas por crianças com o fim de atingir a Palestina.

Elaboração de uma doutrina sobre a guerra santa, de um lado, e elaboração de uma verdadeira mística popular da guerra de libertação, de outro lado, eis dois fatores que devem ser levados em consideração no estudo das causas das cruzadas. Mas esses fatores, como já acentuamos, não subsistem isolados. Constituem, contudo, fios importantes de uma contextura complexa.

Condições sociais

No fim do século XI e no início do XII a situação demográfica no Ocidente, caracterizada por um aumento da população, cria um ambiente propício para as expedições ao Oriente. Encontram-se cavaleiros desocupados e privados de terras, que se vêem no dilema de escolher entre partir para regiões distantes em busca de outras condições de vida ou participar das agitações e atos de banditismo no próprio país. Esses atos de banditismo criavam também uma situação difícil para os camponeses que desanimavam do cultivo da terra.

«Os camponeses, observa Vasiliev (*História*, I, p. 35), oprimidos pelo peso dos encargos feudais e arrastados pelo sentimento religioso viam na cruzada uma liberação momentânea que os eximia das opressivas obrigações de feudo, dispensava-os do pagamento de suas dívidas, garantia a segurança de suas famílias e de seus poucos bens e perdoava-lhes os pecados».

Runciman assim focaliza o problema econômico-social que afetava muitos cavaleiros sublinhando as conseqüências do costume da primogenitura: Os cavaleiros ocidentais responderam de bom grado à chamada para a guerra santa. «Seus motivos eram, em parte, autenticamente religiosos. Estavam envergonhados de lutar entre si; queriam lutar pela Cruz. Mas havia também uma penúria de terras que os movia a isso, especialmente no norte da França, onde se estava generalizando o costume da primogenitura. Quando um senhor se mostrava pouco disposto a dividir a propriedade e suas dependências, que começavam a concentrar-se agora em torno de um castelo de pedra, seus filhos mais jovens tinham que ganhar a vida em outro lugar. Havia uma intranqüilidade geral e um desejo de aventura na classe cavalheiresca da França, mais acentuados entre os normandos que se encontravam separados da condição de piratas nômades, por poucas gerações».[23]

As crônicas medievais revelam-nos outros aspectos das condições sociais que podem ser alinhados entre as causas que influíram no movimento inicial das cruzadas. De 1085 a 1095, atesta a documentação, uma série de calamidades se abate sobre o Ocidente: destruição das lavouras quer por inundações, quer por estiagens prolongadas, epidemias, escassez de víveres, etc. O século XI chega a seu término, na Europa Ocidental, sob o signo do sofrimento. E' curioso e de suma relevância notar que paralelamente a essa onda de padecimentos e misérias existe, com ela evidentemente vinculado, um múltiplo recrudescimento da religiosidade que se manifesta quer pelo ingresso em massa nos conventos, quer pelo aparecimento de legiões de religiosas provindas da classe dos camponeses, que prestam socorro espiritual às populações atingidas pelos flagelos, quer pela pregação de numerosos eremitas que, principalmente na França e em Flandres, comovem as massas populares.

Ao sofrimento geral que marca os últimos anos do século XI corresponde, assim, o renascimento de uma atmosfera religiosa que impregna o Ocidente e que constitui um estado de espírito altamente receptivo à pregação da cruzada.

Condições econômicas

As considerações desenvolvidas no item anterior já sugerem ao leitor que o fator econômico deve ter também a sua parte na explicação do movimento das cruzadas.

Os cavaleiros desprovidos de terra e as multidões de pobres estão evidentemente sujeitos a um impulso de ordem econômica quando procuram efetivamente remediar sua situação buscando novas possibilidades em terras distantes. Mas é sobretudo no plano comercial que se procura descobrir as causas econômicas das cruzadas. Com efeito existem aqui alguns fatores que não podem ser deixados de lado. Vamos limitar-nos a enumerá-los. Para uma melhor compreensão e um aprofundamento dos mesmos o leitor deverá ter presente o que se vai escrever em outro volume da *História do Mundo Feudal*, especialmente nos capítulos concernentes à estrutura social e à vida econômica.

O estudo das causas econômicas das cruzadas deve levar em consideração:

1. *De um modo geral a atração que o Oriente exercia como fonte de riquezas.*

2. *O desenvolvimento comercial no Ocidente e o aparecimento da burguesia.*

3. *O crescimento da economia monetária que facilita o intercâmbio comercial.*

4. *A já citada abertura do caminho terrestre para Constantinopla através da Hungria.*

5. *A expansão marítima italiana através do Mediterrâneo.*

Vale aqui reproduzir Durant: «A terceira causa próxima das cruzadas foi a ambição das cidades italianas — Pisa, Gênova, Veneza, Amalfi — de estender o seu crescente poder comercial. Quando os normandos tomaram a Sicília dos muçulmanos (1060-1091) e exércitos cristãos reduziram o domínio muçulmano na Espanha (1085 e seguintes) o Mediterrâneo Ocidental ficou livre para o comércio cristão; as cidades italianas, como portos de saída para os produtos internos e transalpinos, tornam-se ricas e fortes e planejaram acabar com a ascendência muçulmana no Mediterrâneo Oriental, e abrir o mercado do Oriente Próximo às mercadorias da Europa Ocidental. Não sabemos o quanto estes mercados italianos se faziam ouvir pelo papa».[24]

6. *A importância comercial da Síria*

«A posse da Síria era das mais importantes do ponto de vista econômico. Havia toda a vantagem em dominar este país queimado pelo sol, em grande parte estéril, vantagem que provinha da sua situação privilegiada entre duas regiões de elevada civilização: os ricos vales da Mesopotâmia e do Egito. Nos caminhos da Síria encontravam-se as caravanas vindas de três pontos cardeais: o sul, o este e o oeste, onde se encontrava a costa marítima».[25]

O gosto pela aventura e as ambições

Intimamente relacionados com as condições sociais e econômicas se encontram os sonhos de aventura e as grandes ambições que levaram muitos ocidentais a partir para a terra misteriosa e sedutora do Oriente.

A cruzada supõe um clima psicológico criado por um complexo de fatores (que o leitor vem apreciando no decurso dessa exposição) entre os quais não se deve desprezar o gosto pela aventura e a ambição.

Dawson anota que as cruzadas «favoreceram ao mesmo tempo tudo o que havia de mais elevado e de mais baixo na sociedade da Idade Média: o espírito de agressão e de lucro de um Boemundo ou de um Carlos d'Anjou, tão bem como a abnegação heróica de um Godofredo de Bulhões ou de um S. Luís».[26]

A cavalaria feudal tendia a uma atividade militante e dinâmica que obedecia a antigos instintos belicosos não de todo devidamente dominados. Ora, os esforços da Igreja no sentido de estabelecer uma paz interna duradoura no Ocidente, constituíam um entrave ao exercício desses instintos. A cruzada viria proporcionar uma vazão a esses ideais belicosos dando aos cavaleiros do Ocidente a oportunidade de lutar por uma causa justa, a defesa dos ideais da cristandade.

Segundo Rops «um psicanalista diria que a cruzada deu um exutório às paixões refreadas».[27]

Note-se que o espírito belicoso da cavalaria feudal se inseria também num contexto romântico de tradições heróicas.

«A palavra, muitas vezes citada, de Gastão Paris: *A cruzada seria impossível sem a Chanson de Roland*, contém uma profunda verdade. Nesse poema épico, composto provavelmente pelo fim do século XI, Carlos Magno aparece como o chefe autêntico do mundo ocidental e como o campeão encarregado de ir levar a guerra fora da cristandade e em nome dela. A rota de Jerusalém é a rota de Carlos Magno e o próprio Urbano II apelará para o imperador, se dermos crédito ao cronista Roberto, o Monge. Os cruzados serão os soldados de Carlos Magno, seu exército póstumo, o povo escolhido para uma missão precisa e santa. A poesia épica fará sentir tudo isso à cavalaria do Ocidente e torná-la-á capaz de receber o apelo de Urbano».[28]

Mas evidentemente nem todos os cruzados que atenderiam ao apelo do papa estavam imbuídos somente de espírito de religiosidade ou de ideais cavalheirescos. As perspectivas de obtenção de riquezas no Oriente devem ter animado mais de um ocidental a partir para a Terra Santa. Outros pensavam em adquirir mais liberdade, afastando-se para longe de seus senhores. Muitos jovens nobres, desprovidos do patrimônio cobiçado em virtude do direito de primogenitura, acalentavam a esperança de adquirir um principado no distante e promissor Oriente.

As condições políticas

As condições políticas no Oriente e no Ocidente criaram um clima favorável às cruzadas. No Oriente, como já observamos, os turcos seldjúcidas reiniciam a expansão muçulmana e suas vitórias revelam a fraqueza do Império Bizantino que, para sua defesa, necessita de mercenários ocidentais. Mas note-se que a mencionada morte do sultão Malik-Châh divide e enfraquece o poderio turco e constitui um verdadeiro convite para a ação armada do Ocidente.

Na Europa feudal a descentralização política e social enfraquece evidentemente a autoridade dos reis e imperadores e favorece, numa época em que as fronteiras entre o temporal e o espiritual nem sempre estão bem definidas, a autoridade pontifícia cujo titular aparece natu-

ralmente como o chefe inconteste da cristandade. Compreende-se, assim, que o impulso decisivo para a cruzada só pudesse partir do papa.

As perseguições aos peregrinos

Em brevíssimas observações sobre o caráter e as causas das cruzadas Robert López (*O Nascimento da Europa*, p. 254) anota a propósito das perseguições aos peregrinos: «As notícias que correram então, e correm ainda em certos manuais, sobre os maus tratos infligidos aos peregrinos pelos muçulmanos não passam do eco de incidentes anteriores dum século à Primeira Cruzada».

Existe aqui um evidente exagero ou um equívoco. Como já vimos, após a morte de Ortoq a situação tornou-se difícil para os cristãos. E deve-se notar que os maus tratos não provinham somente das autoridades turcas mas também de salteadores que se aproveitavam das dissensões políticas para a prática de pilhagens.

Calmette chama a atenção para a insegurança reinante na Síria e para a necessidade que os peregrinos sentem de preparar a própria defesa.[29]

As notícias divulgadas no Ocidente sobre os maus tratos infligidos aos peregrinos e sobre as conquistas turcas encontram um terreno fértil na imaginação ocidental.

A Urbano II atribuem-se as seguintes palavras: «Escutai os peregrinos da Terra Santa e deixai-vos comover pelo espetáculo de seus sofrimentos».[30]

Alphandéry comenta: «A palavra do papa sabe atingir a sensibilidade das massas, mostrando as torturas que sofrem os pobres, aos quais os bárbaros querem arrancar o dinheiro que eles não possuem. E os exilados de Jerusalém e da Terra Santa, errando um pouco por toda a parte na Europa, confirmam as lamentações dos peregrinos e o quadro de sofrimentos».[31]

Os bizantinos reforçaram seu pedido de mercenários com evocação dos sofrimentos dos cristãos. Segundo Morrisson: «descrevem-se com algum exagero retórico as infelicidades reais dos fiéis da Ásia Menor ou mesmo das supostas perseguições na Terra Santa cuja importância para os latinos, os gregos conhecem. No Ocidente mal informado, os temas desenvolvidos pelas embaixadas bizantinas e as notícias espalhadas por alguns peregrinos em dificuldades formaram o principal argumento do apelo à cruzada».[32]

O Oriente visto pelos ocidentais e vice-versa

Algumas breves observações quanto às idéias em voga no Ocidente sobre o Oriente e vice-versa contribuirão para esclarecer alguns aspectos das cruzadas.

Embora as relações entre Oriente e Ocidente não tivessem sido completamente rompidas em nenhum momento da História do Mundo Feudal, deve-se constatar que os ocidentais não primavam por um conhecimento exato da civilização bizantina ou da civilização muçulmana.

A língua grega era, no Ocidente, praticamente ignorada. Só alguns poucos intelectuais a estudavam. «A ciência bizantina reveste aos olhos dos ocidentais um aspecto de astúcia, habilidade, esperteza e a repugnância de um povo rico e relativamente desenvolvido, pela carreira das armas é tomada por moleza. Fortalecidos com seus primeiros sucessos na Itália do Sul, os normandos contribuirão para difundir a imagem de gregos astutos mas sobretudo ricos e fracos. Assim se delineiam já, na mentalidade ocidental, as seduções e as fraquezas de Bizâncio, que explicarão em parte a atitude ulterior dos cruzados em relação ao Império».[33]

O Oriente muçulmano também não era muito conhecido por parte dos ocidentais: «A cristandade ocidental é mais ignorante, ainda, em relação ao Oriente muçulmano: os *itinerários* ou narrações dos peregrinos não podem comparar-se às obras dos geógrafos muçulmanos e preocupam-se mais com recordações escriturísticas que com o estado presente. Da mesma forma os autores eclesiásticos se interessam mais com o lugar dos sarracenos na história bíblica e com sua filiação a Ismael que com o seu confronto com a cristandade» (Morrisson, *Les Croisades*, p. 13). Note o leitor que a comparação feita entre os *itinerários* dos peregrinos e as obras dos geógrafos é válida principalmente para mostrar a mentalidade dos peregrinos e, também, dos cruzados nos quais predominava a preocupação com o sentido religioso da Terra Santa. Esta era encarada dentro de uma mais que milenar perspectiva histórica em que os lugares sagrados se vinculavam com acontecimentos descritos no Velho e no Novo Testamento.

A imaginação, a religiosidade por vezes exaltada, a prolongada luta contra o Islã na Europa meridional, a deficiência dos meios de comunicação, tudo contribuía para que se estabelecesse na mente ocidental um quadro falso e flutuante do Oriente. Só a presença em massa dos cruzados iria tornar patente a realidade concreta e, não raro, cruel.

Para os bizantinos os ocidentais são olhados como bárbaros. Os autores gregos designam-nos «*francos*» ou ainda «*celtas*».

No decurso do século XI a presença ocidental se faz sentir sobretudo pela atuação dos normandos. «Com efeito, os peregrinos de todas as origens que se dirigem a Jerusalém não demoram muito tempo em Constantinopla; os negociantes italianos (venezianos ou amalfitanos) não constituem mais que uma colônia reduzida cujas atividades pacíficas não suscitam ainda hostilidade generalizada malgrado os privilégios comerciais concedidos a Veneza pelo crisóbulo de 1082. Só os normandos ocupam um lugar privilegiado na consciência histórica bizantina com o título ambíguo de inimigos ou de mercenários» (Morrisson, *Les Croisades*, p. 15).

A mentalidade bizantina (influenciada sobretudo no século XI pelo cisma religioso) estava bem afastada do modo de pensar e agir dos ocidentais. A cruzada, tal como a conceberia Urbano II, era algo incompreensível para Aleixo e seus auxiliares. «Conhecendo mal o Ocidente, observa Louis Bréhier (*Vie et Mort*, p. 310), eles estavam absolutamente fechados aos grandes elãs idealistas tais como a reforma eclesiástica e a cruzada que eles não encaravam senão do ponto de vista estreito dos interesses do Império. Não viram nos chefes cruzados senão mercenários capazes de recomeçar a epopéia bizantina. Empenharam-se em torná-los vassalos e em explorar suas vitórias no sentido de que servissem, quanto possível, aos interesses da România. Daí um mal-entendido irredutível entre Bizâncio e os cruzados, o qual originará ódios e guerras inexpiáveis, para grande prejuízo da cristandade».

A atuação de Urbano II

Em março de 1095 reúne-se um concílio em Piacenza, convocado pelo papa Urbano II, com o fim de regular questões de ordem canônica referentes ao cisma imperial e de continuar a reforma da Igreja. Segundo o testemunho do cronista Bernoldo de Constança, compareceu a essa assembléia uma verdadeira multidão de clérigos e de leigos. Entre as personalidades importantes presentes figuraram os integrantes de uma embaixada enviada ao papa Urbano II pelo basileu Aleixo Comneno. «Os embaixadores bizantinos foram convidados a dirigir-se à assembléia. Não chegaram até nós seus discursos. Parece, porém, que, para convencer aos ouvintes sobre o mérito que existiria em servir sob as ordens do imperador, acentuaram especialmente as calamidades a que os cristãos do Oriente estavam sujeitos até a expulsão dos infiéis. Se o recrutamento devia ser fomentado pela Igreja, a tentação de uma boa soldada não seria suficiente. O chamamento ao dever cristão constituía um argumento mais poderoso. Não era o momento para uma avaliação exata dos interesses e intenções de Bizâncio. Convinha porém que os bispos regressassem a sua casas crendo que a cristandade estava ameaçada e logo estivessem ansiosos por enviar os membros de seus rebanhos até o leste para lutar no exército cristão».[24]

Urbano II exortou os cavaleiros presentes no sentido de que prestassem o auxílio solicitado pelo basileu. Note-se que por ora não está em questão uma expedição para libertar a Terra Santa.

O que Aleixo pretendia era apenas o socorro de mercenários que o auxiliassem a combater os turcos. «Não pensava em exércitos cruzados, nem desejava cruzada».[25]

Na mente de Urbano II, porém, a idéia de auxílio ao Império Bizantino vai evoluir no sentido de um plano bem mais vasto: a cruzada, que será pregada solenemente em Clermont.

A convocação do famoso Concílio de Clermont se fez enquanto Urbano II se encontrava em Puy (15 de agosto de 1095). A estada do papa nessa localidade apresenta, sem dúvida, íntima relação com a pregação da cruzada, pois o bispo de Puy, Ademar de Monteil, estivera na Terra Santa por volta de 1087 e deve ter fornecido ao pontífice preciosas informações. Isso explica, em parte, a escolha de Ademar para chefe religioso da primeira cruzada. Deve-se observar também que o bispo de Puy mantinha, havia muito, relações de amizade com Raimundo IV de Saint-Gilles, o que provavelmente explica também a participação do conde na cruzada. Saint-Gilles estava à altura do cargo de chefe militar de um dos exércitos cruzados, não só pela fidelidade com que servia à Santa Sé mas também por ter sido um animador dos guerreiros que iam lutar na Península Ibérica contra o inimigo da cristandade.

De Puy Urbano II dirige-se a Saint-Gilles onde provavelmente tem uma entrevista com Raimundo IV. A próxima etapa da viagem pontifícia é Cluny onde chega em outubro depois de passar pelo vale do Ródano e do Saône. No silêncio do claustro, enquanto aguarda a abertura do Concílio, Urbano II deve ter examinado cuidadosamente o projeto da cruzada. Note-se que os monges de Cluny estavam bem a par da luta contra os sarracenos na Península Ibérica, pois a ordem contava com numerosos mosteiros na Espanha.

O Concílio de Clermont, inaugurado a 18 de novembro de 1095, é conhecido principalmente como ponto de partida para a pregação da primeira cruzada. Na realidade as sessões foram dedicadas principalmente a assuntos de ordem puramente eclesiástica. Foi somente a 27 de novembro, quando a magna assembléia estava praticamente terminada, que Urbano II pronunciou o famoso discurso convocando a cristandade para socorrer os fiéis na Terra Santa.

«Só podemos saber de modo aproximado o que Urbano disse efetivamente. Parece que começou seu discurso dizendo a seus ouvintes que havia necessidade de ajudar seus irmãos do Oriente. A cristandade oriental havia pedido auxílio porque os turcos estavam avançando até o coração dos países cristãos, maltratando seus habitantes e profanando seus santuários. Não falou porém só da România (que é Bizâncio). Insistiu na santidade especial de Jerusalém e descreveu os sofrimentos dos peregrinos que viajavam até a Cidade Santa. Depois de haver pintado o quadro sombrio, iniciou sua grande chamada. Deixemos que a cristandade ocidental se ponha em marcha para resgatar o Oriente. Deveriam fazê-lo todos, ricos e pobres. Deveriam deixar de matar-se uns aos outros e lutar, em troca, em uma guerra justa, fazendo a obra de Deus, e Deus os guiaria. Para os que morressem no campo de batalha haveria absolvição e remissão dos pecados. A vida terrena era miserável e má, e os homens gastavam até a ruína seus corpos e suas almas. Aqui eram pobres e desgraçados; ali sentir-se-iam felizes, ricos

e verdadeiros amigos de Deus. Não poderia haver demora. Que estejam prontos para partir quando chegar o verão e que Deus seja seu guia».[26]

A notícia do discurso de Clermont difundiu-se rapidamente e teve uma espantosa e inesperada repercussão.

O grito de Deus o quer *(Deus lo volt)* com que a multidão entusiasmada interrompeu as palavras do papa simboliza bem o entusiasmo e a decisão que se apoderam da massa.

Urbano II revela-se um metódico organizador da cruzada. E' o que nos mostram as seguintes resoluções:

1) Decreto geral indultando as penas temporais dos pecados, a todos os que tomassem parte com intenção piedosa na cruzada.

2) Os bens dos participantes da expedição permaneceriam sob a proteção da Igreja enquanto eles estivessem ausentes em virtude da guerra.

3) Os bispos locais seriam responsáveis pela conservação desses bens e pela devolução dos mesmos quando os guerreiros regressassem.

4) Cada membro da expedição levaria o sinal da Cruz como símbolo de sua dedicação à causa da cruzada; uma cruz de fazenda vermelha era cosida sobre as vestes, no ombro *(cruce signatus)*.

5) A incorporação ao exército expedicionário se fazia livre e espontaneamente mediante um voto irrevogável cuja violação implicaria na excomunhão.

6) As pessoas idosas e enfermas deveriam ser dissuadidas de tomar a cruz. Os jovens casados só poderiam partir com a anuência da esposa. Antes de comprometer-se, os leigos deviam ouvir seu diretor espiritual.

7) Os clérigos e religiosos só poderiam alistar-se com autorização dos respectivos superiores.

8) Ademar de Monteil foi designado como legado pontifício já no dia 28 de novembro de 1095. O exército deveria partir no dia da Assunção (15 de agosto) do ano seguinte.

9) Ainda em Clermont o papa recebeu os emissários de Raimundo de Saint-Gilles, Conde de Tolosa, que vinham anunciar a participação de seu senhor na cruzada. Note-se que essa mensagem deve ter sido enviada antes do discurso do papa uma vez que Raimundo se encontrava em Tolosa e não havia tempo suficiente para que tivesse tomado conhecimento das palavras pronunciadas pelo pontífice. A mensagem prova que Raimundo havia sido avisado previamente das intenções de Urbano II.

10) O papa, depois de sair de Clermont (2 de dezembro de 1095) percorreu várias localidades pregando a cruzada em Limoges (natal de 1095) e em Tours (março de 1096) e demorando-se em Tolosa (maio de 1096) onde deve ter tomado com o conde Raimundo as últimas disposições concernentes à cruzada. Foi provavelmente por sugestão de seu anfitrião que Urbano II enviou a Gênova dois legados com o fim de obter o concurso da frota. «Essa embaixada soube emocionar os genoveses e excitar sua ambição: muitos tomaram a cruz, e uma frota composta de doze galeras e de um navio de transporte foi constituída».[27]

Quando Urbano II regressou à Itália (agosto de 1096) podia ter certeza do êxito de sua pregação em favor da libertação da Terra Santa. «De lugares tão distantes como a Escócia, a Dinamarca e a Espanha, os homens se apressavam a fazer seus votos. Alguns facilitavam dinheiro para a viagem penhorando seus bens e suas terras. Outros, crendo que não mais voltariam, davam tudo à Igreja. Havia aderido à cruzada um número suficiente de grandes nobres para dar-lhe um formidável apoio militar. Além de Raimundo de Tolosa e Hugo de Vermandois, Roberto II de Flandres, Roberto, duque da Normandia, e o cunhado deste, Estêvão, conde de Blois, estavam fazendo preparativos com vistas à partida. Mais notável foi a adesão de homens fiéis ao imperador Henrique IV. O principal entre estes era Godofredo de Bulhões, duque da Baixa Lorena, que abraçou a cruz com seus irmãos Eustáquio, conde de Bolonha, e Balduíno».[28]

Na Itália o entusiasmo pela cruzada não era menor que em outros países da Europa. No sul da península o chamado pontifício despertou entusiasmo entre muitos normandos sempre dispostos a lançar-se a novas aventuras. «Inicialmente, os príncipes se mantiveram à margem, porém Boemundo, filho de Guiscardo, agora príncipe de Tarento, embora coarctado em suas ambições na Itália por seu irmão Rogério Borsa e seu tio Rogério da Sicília, não tardou em compreender as possibilidades que poderia oferecer-lhe a cruzada. Com muitos membros de sua família e amigos seus abraçou a Cruz. Sua participação deu ao movimento muitos dos soldados mais experientes e empreendedores da Europa. Quando Urbano retornou a Roma pelo tempo da Natividade, em 1096, podia estar certo de que a cruzada estava verdadeiramente em marcha».[29]

5. A cruzada popular

Urbano II não só pregara pessoalmente a cruzada, mas dera também aos bispos a missão de anunciar em suas dioceses a peregrinação armada à Terra Santa. Prudentemente o papa estabelecera um dilatado prazo para a organização da expedição e tomara medidas acauteladoras a fim de evitar tumultos e exageros. Os pregadores populares porém não se ativeram às recomendações pontifícias. Lançaram-se à convocação das massas populares que acorreram desordenadas ao cha-

mado desses oradores inflamados entre os quais a História guardou o nome famoso de Pedro, o Eremita.

Guiberto de Nogent, testemunha ocular dos acontecimentos, assim descreve a atuação do monge:

«Enquanto os príncipes, à força de grandes despesas, cercados de uma multidão de servidores, faziam com minúcia e com tudo bem contado seus preparativos para a partida, o povo miúdo, desprovido de recursos mas considerável em número, ligou-se a um certo eremita Pedro e, enquanto as coisas se passaram entre nós, obedeceram-lhe como a um chefe. Esse homem, nascido na cidade de Amiens, se não me engano, havia levado, segundo diziam, em algum lugar da França do Norte, sob o hábito de monge, uma vida solitária. Partira, ignoro com que intenções, e vimo-lo percorrer cidades e aldeias e pregar rodeado de tão grandes multidões de gente, cumulado de tão grandes presentes, cercado de um tal renome de santidade que jamais homem algum, quanto me lembro, foi assim honrado». [40]

Pequena estatura, tez morena, magro, vestido com uma grosseira túnica de lã, pés descalços, Pedro arrebatava seus ouvintes a ponto de Guiberto de Nogent afirmar: «qualquer coisa que dizia ou fazia parecia algo divino».

O êxito extraordinário da pregação de Pedro, o Eremita, e de seus êmulos explica-se por diferentes causas que se distribuem em duas classes: uma de ordem econômico-social e outra de ordem religiosa. Entre as razões de ordem econômico-social figura a esperança que camponeses, duramente provados por epidemias, privações, depredações praticadas por bandidos, depositavam nas promessas de levá-los a uma Nova Jerusalém, à terra em que corriam o leite e o mel. Compreende-se, assim, que ferrassem bois e cavalos, atrelassem-nos aos carros, reunissem seus poucos haveres e convocassem seus familiares partindo, a seguir, à conquista do paraíso, «indagando a todas as cidades que encontravam em seu caminho se não era aí essa Jerusalém em que esperavam enfim gozar o repouso e as alegrias puras que coroariam um sacrifício alegremente consentido». [41] Mas às esperanças de bens materiais se misturavam idéias apocalípticas difundidas por «profetas» que apareciam por toda a parte e pregavam a luta contra os inimigos de Cristo. Runciman observa: «A pregação apocalíptica somou-se ao estímulo econômico. Era uma idade de visões e Pedro era considerado um visionário. O homem medieval estava convencido de que o Segundo Advento estava próximo. Tinha que se arrepender enquanto fosse tempo e devia partir para fazer o bem». [42] Como o leitor percebe, são confusos e complexos os motivos que impulsionam as massas que vão realizar a trágica aventura da cruzada popular. Convém aqui sublinhar o fato de que não se deve por demais generalizar: nem todos haviam perdido a cabeça, nem todos nutriam esperanças apocalípticas. Paralelamente

à pregação desorganizada que evidentemente não integrava os planos de Urbano II, delineava-se com método a cruzada oficial.

No sábado santo, 12 de abril de 1096, Pedro, o Eremita, chega a Colônia com seus companheiros e milhares de cruzados populares e decide permanecer por algum tempo na região a fim de recrutar peregrinos entre a nobreza alemã. Sua pregação teve êxito: vários nobres alemães, entre os quais figuravam Hugo de Tubinga, Henrique de Schwarzenberg, Gualtério de Teck, aderiram ao movimento.

O cavaleiro *Gualtério Sem-Haveres* (Sans-avoir, Senzavehor, Sine Pecunia), um dos companheiros e discípulos de Pedro, o Eremita, impaciente com a demora, resolveu abandonar Colônia e partir. Seguiu o curso ascendente do Reno e do Neckar até atingir o vale do Danúbio. No início de maio chegou à fronteira húngara. Sem incidentes e contando com a benevolência do rei Colomano (Kalman), atravessou a Hungria e, no fim de maio, estava em Semlin, na outra fronteira, cruzando o rio Save, por Belgrado.

Vamos aqui abrir um breve parênteses para esclarecer ao leitor que o basileu Aleixo Comneno, notificado dos planos de Urbano VI e muito a contragosto (desejava mercenários e não exércitos de cruzados), iniciara os preparativos para receber os expedicionários que deveriam, de acordo com a decisão pontifícia, partir a 15 de agosto. Compreende-se pois a enorme surpresa do basileu quando recebeu a notícia inesperada de que o primeiro exército franco havia atravessado a Hungria e penetrado em território bizantino através de Belgrado.

O comandante militar de Belgrado mandou um emissário consultar o governador da província búlgara que residia em Nish. Nicetas (assim se chamava o governador), também surpreso, envia um mensageiro a Constantinopla. Entretanto os seguidores de Gualtério impacientes e famintos começam a saquear o campo. Seguem-se incidentes com os húngaros e com os bizantinos. Finalmente, depois de várias perdas, Gualtério pode prosseguir até Nish onde recebe víveres e é conduzido com seus companheiros, sob escolta bizantina, até Constantinopla (meados de julho). Através de Gualtério as autoridades do Império tomaram conhecimento da próxima chegada do grupo chefiado por Pedro, o Eremita, e o próprio Nicetas dirigiu-se para Belgrado.

Pedro saiu a 20 de abril de Colônia com milhares de seguidores (talvez vinte mil homens e mulheres). Depois de seguir pelo Reno e pelo Neckar até o Danúbio, a multidão dividiu-se: uma parte continuou a expedição pelo rio, outra parte, a mais numerosa, prosseguiu por terra sob a direção de Pedro, penetrando na Hungria por Oedenburg. «Pedro ia montado em seu asno, os cavaleiros alemães em suas cavalgaduras e os pesados carromatos levavam todas as provisões que possuíam e a caixa do dinheiro que Pedro havia arrecadado para a viagem. Não obstante a grande maioria ia a pé». [43]

O rei húngaro recebeu bem os expedicionários e estes, depois de se reunirem novamente perto de Karlovci com os que haviam preferido

a via fluvial, chegaram a Semlin em 20 de junho sem incidentes. Mas nos confins da Hungria houve um grave conflito com os húngaros. Os homens de Pedro assaltaram um grande armazém de provisões e atravessaram apressadamente o rio Save com receio da represália do soberano húngaro. Nicetas se retirou para Nish e a população de Belgrado abandonou a cidade que foi saqueada e incendiada. Em 3 de julho Pedro se encontra diante de Nish e pede víveres. Com a entrega de reféns, os cruzados conseguiram víveres e se puseram a caminho de Sófia mas um incidente com os bizantinos degenerou em conflito geral em que milhares de cruzados foram mortos ou aprisionados. Os que conseguiram continuar a viagem chegaram a Sófia em 12 de julho donde puderam atingir Constantinopla sob escolta a 1º de agosto, unindo-se aí aos homens de Gualtério. Apesar da boa acolhida dispensada por Aleixo Comneno, os ocidentais praticaram atos de indisciplina, assaltaram palácios dos subúrbios da capital e cometeram inúmeros roubos. Compreende-se, assim, que os bizantinos se apressassem em atravessar os cruzados para o outro lado do Bósforo (6 de agosto) donde marcharam para Nicomedia, assaltando casas e igrejas.

Os expedicionários se estabeleceram no acampamento fortificado chamado Ciboto pelos gregos e Civitot pelos cruzados. Pedro, a conselho de Aleixo, pretendia esperar a chegada dos exércitos regulares de cruzados, mas a autoridade do Eremita não mais se fazia sentir de modo decisivo sobre os expedicionários já divididos por fundas rivalidades e cuja atuação era de verdadeiros salteadores. Uma incursão bem sucedida realizada pelos franceses aos arredores de Nicéia, capital do sultão Kilij Arslan, levou os cruzados alemães a imitá-los. Os guerreiros conseguiram ocupar o castelo de Xerigordon, mas acabaram sitiados pelos turcos e tiveram que render-se após terríveis sofrimentos causados pela sede.

Os cruzados que haviam permanecido em Civitot foram vítimas de uma emboscada preparada pelos turcos enquanto Pedro se encontrava em Constantinopla em busca de auxílio. O próprio Gualtério Sem-Haveres pereceu em companhia de milhares de expedicionários. Muitos outros conseguiram, contudo, refugiar-se e resistir num velho castelo nas proximidades do mar até que chegassem socorros enviados pelo basileu. Os navios de guerra afugentaram os turcos e recolheram os sobreviventes. Terminara a aventurosa expedição de Pedro, o Eremita.

No Ocidente, entretanto, três novos exércitos se preparavam para marchar em direção ao Oriente, à margem dos preparativos da cruzada oficial.

Um deles, composto de cerca de dez mil homens e chefiado por um certo Volkmar partiu em abril de 1096 para o Oriente pelo caminho da Hungria que cruzava a Boêmia. Outro, sob o comando de Gottschalk, antigo discípulo de Pedro, partiu também para o Oriente seguindo o vale do Reno. Um terceiro exército recrutado pelo conde Emich de Leisingen, que levava uma vida de bandoleiro, iniciou o que

chamavam «cruzada» com um ataque à comunidade judaica de Espira (maio). Emich prossegue nos atentados contra os judeus em Worms, Mogúncia e Colônia. Uma parte do exército de Emich separou-se do chefe ainda em Mogúncia e prosseguiu no ataque aos judeus em Tréveris e Metz. De volta a Colônia e não mais encontrando Emich, os salteadores continuaram o massacre de judeus em Neuss, Wevelinghofen, Eller e Xanten.

Volkmar chegou com seu exército à cidade de Praga em fins de maio e influenciado pelas notícias dos massacres cometidos pelos bandos de Emich, iniciou a matança dos judeus. Passando para a Hungria, Volkmar pretendeu continuar com os mesmos atos de selvageria na cidade de Nitra, mas seu bando foi derrotado e dispersado pelos húngaros.

Gottschalk se detivera em Ratisbona para proceder aí a uma carnificina de judeus. Na Hungria o antigo discípulo de Pedro, o Eremita, contou primeiramente com a benevolência de Colomano. Quando porém os cruzados se entregaram aos costumeiros excessos, houve reação da parte dos húngaros cujo exército liquidou com os homens de Gottschalk.

Depois de tão tristes experiências era natural que o soberano húngaro recusasse a passagem aos bandos de Emich. Este porém forçou o passo e sitiou Wiesselburg, mas acabou completamente derrotado e só conseguiu regressar à pátria em companhia de poucos cavaleiros.

«O colapso da cruzada de Emich, que seguiu em tão curto prazo ao colapso das cruzadas de Volkmar e de Gottschalk, impressionou profundamente a cristandade Ocidental. À maioria dos bons cristãos pareceu que se tratava de um castigo dos céus por causa dos crimes contra os judeus».[44]

O massacre dos judeus, efetuado apesar dos protestos e da intervenção dos bispos, revela o caráter grosseiro de muitos adeptos das cruzadas para os quais essas expedições não eram «somente a reconquista de Jerusalém e a libertação do Santo Sepulcro: eram, em primeiro lugar, a vingança, por longo tempo protelada, dos cristãos sobre os judeus».[45]

Mas deve-se notar que esses massacres não foram motivados somente por uma aberração do sentimento religioso. A cobiça desenfreada de cavaleiros bandoleiros que se aproveitavam da emoção causada pela pregação da cruzada, figura, sem dúvida, entre as principais causas da matança dos judeus.

6. A Primeira Cruzada (1096-1099)

Enquanto os que haviam conseguido escapar ao massacre de Civitot aguardavam em Constantinopla a chegada da cruzada oficial, na Europa Ocidental ultimavam-se os preparativos para a expedição.

«Os príncipes ocidentais que haviam abraçado a Cruz eram menos impacientes que Pedro e seus amigos. Estavam dispostos a esperar as

datas fixadas pelo papa. Tinham que recrutar suas tropas e equipá-las. Era necessário conseguir dinheiro para esse fim. Impunha-se a adoção de medidas para o governo de suas terras durante uma ausência que poderia levar anos. Nenhum deles se encontrava em condições de partir antes do mês de agosto».[46]

O papa havia previsto que um único exército de cruzados se concentraria em Puy a 15 de agosto de 1096 sob o comando de Ademar de Monteil e de Raimundo de Saint-Gilles. Na realidade partiram para o Oriente várias expedições comandadas respectivamente por: Hugo, conde de Vermandois e irmão do rei Filipe I da França; Godofredo de Bulhões, duque da Baixa Lorena e seu irmão Balduíno; Boemundo de Tarento e seu sobrinho Tancredo; Raimundo de Saint-Gilles; Roberto, duque da Normandia; Estêvão, conde de Blois e Roberto, conde Flandres. Vejamos brevemente a história de cada um desses grupos de cruzados até sua chegada a Constantinopla.

Hugo de Vermandois partiu em fins de agosto para a Itália com um pequeno exército, tendo enviado antecipadamente emissários ao basileu com o fim de obter do mesmo uma recepção digna de um príncipe de sangue real.

Depois de passar por Roma, Hugo e seus companheiros chegaram a Bári (início de outubro), tendo encontrado no sul da Itália os príncipes normandos em preparativos para a cruzada. De Bári Hugo enviou mensageiros ao governador de Dirráquio para informá-lo da próxima chegada e pedir uma recepção condigna.

O orgulho de Vermandois porém sofreu um sério golpe: a flotilha que o havia transportado em companhia de seus cavaleiros sossobrou em virtude de uma tempestade. O irmão de Filipe I salvou-se, mas teve que se apresentar ao governador de Dirráquio João Comneno em mísero estado. A autoridade bizantina porém tratou-o com deferência e forneceu-lhe o equipamento necessário, tudo sob severa vigilância. Um alto personagem de Constantinopla, o almirante Manuel Butumites, veio a Dirráquio para escoltar o nobre francês até a capital do Império (novembro de 1096). Aí o basileu cumulou-o de honrarias. Confundido pela generosidade de Aleixo, o vaidoso Vermandois prestou-se facilmente aos planos que o soberano nutria em relação aos cruzados: para coibir futuros abusos, decidira exigir um juramento de fidelidade de todos os chefes ocidentais que iriam empreender conquistas nos territórios pertencentes outrora ao Império. «Esse juramento era uma manobra hábil do *basileu* e, para os cruzados, um precedente perigoso que devia envenenar as relações entre gregos e latinos».[47]

Godofredo de Bulhões recebera de Henrique IV, a quem havia servido lealmente, o ducado da Baixa Lorena não porém como feudo hereditário. Dúvidas quanto a seu futuro (o imperador podia afastá-lo do ducado), escrúpulos de consciência (servira ao inimigo implacável do papa) e um entusiasmo autêntico pelos ideais da cruzada teriam, segundo Runciman, levado o duque a tomar a Cruz.[48] A lenda marcou Godofredo «com um halo de glória e de pureza que, segundo Rousset, esconde, talvez, seus traços verdadeiros».[49] Grousset, entretanto, observa que Godofredo, durante a cruzada, revelou-se um peregrino piedoso, cheio de doçura, de caridade e de humildade cristã.[50]

O exército comandado pelo duque compunha-se de cavaleiros lorenos, franceses e alemães pertencentes ao Império mas, em sua maioria, de língua romana. Entre outros, acompanhavam Godofredo seus irmãos Balduíno e Eustáquio, conde de Bolonha.

Provavelmente por temer reações na Península Itálica em virtude de suas relações com Henrique IV é que Godofredo escolheu o itinerário através da Hungria.[51] Note-se, contudo, que a rota dos Balcãs era o caminho normal para os guerreiros procedentes do norte.

Saindo da Lorena em fins de agosto e depois de marchar através do vale do Reno e do Danúbio, Godofredo chegou em princípios de outubro à fronteira húngara, no rio Leita, donde enviou uma embaixada ao rei Colomano pedindo permissão para atravessar seu território. Um encontro realizado em Oedenburg entre Godofredo e Colomano resultou no convite para que o chefe passasse alguns dias na corte húngara. O soberano húngaro, lembrado dos sérios transtornos causados pelos integrantes da Cruzada popular, permitiu a travessia do reino pela gente de Godofredo, sob a condição de que Balduíno e seus familiares permanecessem como reféns. Graças à enérgica atuação de Godofredo e à vigilância dos húngaros, os cruzados percorreram em ordem a Hungria até Semlin (fins de novembro). O Save foi atravessado e os cruzados atingiram Belgrado. Note-se que os reféns foram devidamente libertados. As autoridades bizantinas facilitaram o aprovisionamento do exército dos cruzados e estes puderam marchar sem dificuldades através da península balcânica. Em Filipópolis Godofredo recebeu notícias da chegada de Hugo de Varmandois a Constantinopla e da maneira como ele fora tratado na corte. Correram também boatos segundo os quais Vermandois estaria prisioneiro. Esses boatos talvez expliquem a quebra de disciplina dos cavaleiros de Godofredo quando (dezembro) chegaram a Selímbria, nas margens do Mar de Mármara. Durante oito dias os cruzados praticaram devastações que Godofredo procurou desculpar qualificando-as de represálias pela prisão do irmão do rei da França. Finalmente o exército voltou à disciplina e prosseguiu a marcha, atingindo Constantinopla a 23 de dezembro e acampando, a pedido do basileu, fora dos muros.

Coube a Vermandois levar o convite de Aleixo ao duque no sentido de que fosse visitar o imperador. Mas Godofredo resistia e seu exército começou então a sofrer a pressão do basileu que dificultou o aprovisionamento. Os cruzados revoltados passaram a cometer assaltos na zona suburbana até que Aleixo mudou sua atitude. Em fins de março, quando era iminente a chegada de novos contingentes de ocidentais, o basileu tentou nova pressão, reduzindo progressivamente os suprimentos para

os homens de Godofredo. Seguiram-se conflitos diários entre os cruzados e os bizantinos até que a situação se agravou de maneira alarmante a 2 de abril (quinta-feira santa) quando Godofredo pôs seu exército em ordem de batalha diante das muralhas de Constantinopla. Seguiu-se um rápido combate com os bizantinos e, no dia seguinte, uma nova tentativa de Aleixo por intermédio de Vermandois no sentido de levar Godofredo a entender-se com o basileu. Vendo vãos seus esforços, Aleixo resolveu atacar com suas melhores tropas e infligiu uma derrota em Godofredo que, por fim, concordou em prestar o juramento exigido. «Godofredo, Balduíno e seus principais senhores juraram reconhecer ao Imperador como senhor supremo de qualquer conquista que pudessem realizar e entregar aos funcionários do mesmo qualquer terra reconquistada que lhe houvesse pertencido anteriormente. Receberam, depois, grandes somas de dinheiro e foram obsequiados pelo imperador com um banquete. Tão logo foram concluídas as cerimônias, Godofredo e suas tropas foram embarcadas rumo a Calcedônia e marcharam para um acampamento em Pelecano, no caminho de Nicomedia».[52] Pouco depois chegava aos arredores da capital um novo corpo expedicionário composto provavelmente de vários vassalos de Godofredo sob o comando de Reinaldo, conde de Toul, os quais haviam preferido o caminho pela Itália e já estavam à espera de Godofredo no litoral do Mar de Mármara, nas cercanias de Sostenium.[53] Aleixo conseguiu, a custo de muita habilidade, que os chefes dos recém-chegados prestassem o juramento de homenagem, o que foi feito com a presença testemunhal de Godofredo e Balduíno. Depois da cerimônia os cruzados foram transportados para a outra margem do estreito a fim de se unirem aos homens de Godofredo.

A 9 de abril chegava a Constantinopla o chefe cruzado mais temido por Aleixo: Boemundo de Tarento.

O basileu tinha razões bem fundadas para nutrir suspeitas e receios em relação ao normando. Boemundo, com efeito, em companhia de seu pai, o famoso Roberto de Guiscard, havia já invadido o Império bizantino, conquistado uma parte da Macedônia e constituíra uma ameaça à própria capital. «Grande foi a emoção nesta cidade quando se soube que, sob o pretexto de cruzada, esses inimigos hereditários reapareciam».[54]

Boemundo se encontrava sitiando Amalfi quando resolveu participar da cruzada ao contagiar-se com o entusisamo dos cavaleiros franceses que passavam pela Itália Meridional. O astuto e ambicioso normando planejava conquistar um principado no Oriente realizando assim o sonho oriental de seus avós.

Os vassalos de Boemundo não hesitaram em acompanhá-lo e com eles muitos dos vassalos de seu meio-irmão, Rogério Borsa, e de seu tio, Rogério da Sicília. Este chegou mesmo a lamentar-se de que a cruzada quase o havia deixado sem soldados.[55]

A expedição de Boemundo, que contava, entre outros importantes personagens normandos, com Tancredo, sobrinho do chefe, zarpou de Bári em outubro de 1096 e desembarcou em vários pontos do litoral do Epiro, entre Dirráquio e Avlona. Reunidos todos na aldeia de Dropoli, a expedição prosseguiu subindo o vale do rio Viúsa. Note-se que as campanhas anteriores realizadas contra o Império haviam dado a Boemundo um conhecimento razoável do terreno que pisava.

Passando pelos desfiladeiros do Pindo, o exército atingiu Castória, na Macedônia Ocidental, pouco antes do Natal. De Castória, depois de haver lutado contra a má vontade da populção que encarava os normandos como cruéis adversários, o exército prosseguiu para o rio Vardar, tendo-o alcançado em fevereiro (1097). Enquanto atravessava esse rio, os normandos tiveram um ligeiro conflito com os soldados petchenegues que tinham por missão escoltar os cruzados. Boemundo, porém, tratou logo de apaziguar os ânimos, pois tinha o maior interesse em manter boas relações com Aleixo e, por isso, já enviara emissários ao basileu.

A 1º de abril os cruzados normandos chegaram a Roussa (atual Keshan), na Trácia, e Boemundo decidiu adiantar-se deixando seus homens acampados em um fértil vale sob o comando de Tancredo. Como já vimos, Boemundo chegou à capital no dia 9 de abril e foi alojado no mosteiro de S. Cosme e Damião, fora dos muros. No dia seguinte era recebido por Aleixo. O basileu pretendera tratar com o normando sozinho mas ao notar a boa vontade do mesmo, convocou Godofredo e Balduíno que se encontravam no palácio. «A correção de Boemundo era uma conduta deliberada. Sabia, muito melhor que os outros cruzados, que Bizâncio era ainda muito poderosa e que, sem sua ajuda, nada poderia ser feito. Disputar com Bizâncio só conduziria ao desastre...» (Runciman, *História*, *I*, pp.153-154).

Boemundo, para surpresa geral, não hesitou em prestar juramento de fidelidade ao basileu. Ainda mais: para espanto do próprio Aleixo, o chefe normando propôs ser nomeado grande Doméstico do Oriente, o que lhe daria o comando de todas as forças imperiais na Ásia. Aleixo evitou habilmente uma negativa e cumulou Boemundo de honrarias e presentes, fazendo-lhe uma vaga promessa. O exército normando chegou a Constantinopla e a 26 de abril foi transportado através do Bósforo para reunir-se com os demais cruzados em Pelacano. Note-se que Tancredo, que não concordava com a atitude do tio, passou o estreito à noite evitando o encontro com Aleixo e o juramento.

Raimundo de Tolosa (conhecido também como Raimundo de Saint-Gilles), o único nobre feudal de alta categoria com quem o papa Urbano II discutira pessoalmente os planos da cruzada, partiu em outubro de 1096 em companhia de Ademar de Monteil e de vários nobres da França Meridional. A expedição cruzou os Alpes provavelmente pelo caminho do Mont-Genèvre, atravessou a Itália do Norte seguindo através da Ístria e da Dalmácia, deixando de lado, assim, a via marí-

tima pelo Adriático, talvez por economia. Na Dalmácia os cruzados enfrentram tribos eslavas hostis. Só a partir de Escodra houve dificuldades em obter alimento e a marcha até a fronteira imperial ao norte de Dirráquio se fez com o espectro da fome rondando a expedição.

Em Dirráquio os cruzados receberam (fevereiro) as boas vindas de João Comneno e uma escolta de petchenegues passou a acompanhar a expedição através da Via Egnatia, que conduzia de Dirráquio a Bizâncio. Raimundo enviou, então, uma embaixada a Constantinopla para anunciar sua chegada. A marcha dos cruzados não se fez sem incidentes. E' que os homens de Raimundo careciam de disciplina e não se conformavam com a vigilância constante dos petchenegues. O próprio Ademar de Monteil foi ferido e teve que permanecer por algum tempo em Tessalonica. Essa ausência contribuiu para acentuar a falta de disciplina dos cruzados que aos gritos de «Tolosa, Tolosa», atacaram e saquearam a cidade de Roussa na Trácia. Mais adiante, em Rodosto, chegou um mensageiro do basileu que insistiu com Raimundo para que se adiantasse ao exército a fim de encontrar-se em Constantinopla com os demais chefes cruzados. O conde de Tolosa concordou e dirigiu-se rapidamente para a capital, onde chegou a 21 de abril. A ausência de Raimundo somada à de Ademar incentivou a indisciplina entre as fileiras dos cruzados que cometeram desatinos e foram duramente reprimidos pelos regimentos bizantinos acantonados nas proximidades. Raimundo tomou ciência desses desagradáveis acontecimentos quando se dirigia para a audiência com o basileu. No encontro com Aleixo recusou formalmente prestar juramento de fidelidade. «Sua fé romana insurgiu-se da mesma forma que se revoltava seu orgulho de barão francês: a Terra Santa, uma vez libertada graças à iniciativa de Urbano II, deveria pertencer ao papado, não ao soberano cismático».[66] Deve-se acrescentar que Raimundo não desejava correr o risco de ficar sob a autoridade de Boemundo caso este fosse designado, conforme corriam rumores, para um alto cargo. De nada valeram as insistências dos demais chefes: o conde de Tolosa permaneceu inabalável em sua recusa, concordando apenas em jurar (26 de abril) que respeitaria a vida e os bens do imperador. Com a partida de Boemundo e a chegada de Ademar, as relações entre Raimundo e Aleixo tornaram-se cordiais. «Raimundo levou seu exército para o outro lado do Bósforo dois dias depois de haver prestado juramento, porém regressou para passar quinze dias na corte. Quando saiu daí encontrava-se em relações cordiais com Aleixo, em quem tinha agora, segundo lhe constava, um poderoso aliado contra Boemundo. Sua atitude para com o Império havia mudado».[67]

Em princípios de maio de 1097 chegava a Constantinopla o último grande contingente da cruzada oficial. Provinha do norte da França donde partira em outubro de 1096, sob o comando de Roberto, duque da Normandia, Estêvão, conde de Blois, e Roberto, conde de Flandres. Note-se que o primeiro era filho de Guilherme, o Conquistador, e penhorara seu ducado a Guilherme Rufus (seu irmão) para conseguir dinheiro, conforme já vimos no capítulo sobre a Inglaterra. Estêvão de Blois, casado com Adélia, filha de Guilherme, o Conquistador, era um dos homens mais ricos da França. De sua comitiva participava o cronista Foucher de Chartres. Convém lembrar que foram conservadas preciosas cartas escritas por Estêvão à sua esposa no decurso da cruzada.

Roberto II de Flandres era filho de Roberto I que fizera uma peregrinação a Jerusalém e servira em 1090 ao basileu Aleixo Comneno com quem mantivera contacto até 1093.[68]

A partir de Pontarlier o exército unido marchou para a Itália através dos Alpes. Em Luca encontrou o papa Urbano II (novembro de 1096) que recebeu e abençoou os chefes. Em Roma os cruzados visitaram o túmulo de S. Pedro, mas recusaram intervir contra os partidários do antipapa que perturbavam a ordem. De Roma, por Monte Cassino, os expedicionários dirigiram-se para o ducado normando do sul onde foram bem recebidos pelo duque da Apúlia, Rogério Borsa.

Enquanto Roberto da Normandia e Estêvão de Blois resolviam passar o inverno na Calábria, Roberto de Flandres seguiu até Bári onde embarcou para o Epiro (princípios de dezembro), tendo chegado a Constantinopla sem maiores incidentes na mesma época em que aí chegava Boemundo. Roberto II de Flandres não opôs dificuldade alguma ao juramento exigido pelo basileu e figurou entre aqueles que instaram com Raimundo para que procedesse da mesma forma.

Roberto da Normandia e Estêvão de Blois não revelavam grande entusiasmo pela cruzada, pois prolongaram sua estadia no sul da Itália até a primavera. «Sua falta de entusiasmo contagiou seus seguidores, muitos dos quais inciaram o retorno para suas casas».[69]

Em abril o exército reiniciou a viagem partindo de Brindes e, depois de desembarcar em Dirráquio, seguiu pela Via Egnatia até Constantinopla sempre escoltado pelos soldados do Império. Os demais cruzados já haviam atravessado o Bósforo e os chefes recém-chegados não tiveram dificuldades em prestar o juramento a Aleixo. Estêvão de Blois escreveu à esposa manifestando seu entusiasmo pela acolhida que o basileu havia feito aos cruzados. Decorridos quinze dias o exército foi transportado para a outra margem e, depois de passar por Nicomedia, foi encontrar-se com os demais cruzados que já estavam iniciando o sítio de Nicéia.

O primeiro objetivo dos cruzados, de acordo provavelmente com a própria recomendação de Aleixo, era a cidade de Nicéia ocupada pelos turcos desde 1081 e situada a cerca de cem quilômetros de Constantinopla no extremo oriental do lago Ascânio nas proximidades do Mar de Mármara. A capital do sultanato seldjúcida da Anatólia estava soberbamente defendida por muralhas construídas no século IV e guarnecidas por duzentas e quarenta torres. O momento escolhido para o

ataque era bastante oportuno, pois o sultão seldjúcida Kilij Arslan I encontrava-se em expedição guerreira na fronteira oriental.

A 3 de junho, com a chegada das forças de Roberto da Normandia e de Estêvão de Blois, o exército cruzado estava completo e apertava cada vez mais o cerco. Aleixo, que enviara um pequeno destacamento bizantino com máquinas de assédio, permanecera em Pelecano.

O sultão, alertado sobre o ataque dos cruzados, voltou às pressas tentando romper o cerco de sua capital, mas foi obrigado a bater em retirada e abandonar Nicéia à própria sorte (21 de maio). Como o cerco não pudesse ser plenamente eficaz em virtude do acesso à cidade através do lago, os cruzados pediram o concurso das embarcações bizantinas. Segundo Rousset «barcos foram conduzidos ao porto de Civetot e daí tirados por bois através da montanha e das florestas até a proximidade do lago. Os barcos foram depositados na água durante a noite e no dia seguinte os defensores de Nicéia perceberam com pavor a flotilha grega».[60]

Os turcos então decidiram render-se ao imperador com quem haviam entabulado negociações antes da já mencionada tentativa do sultão de libertar a cidade.

Os cruzados haviam preparado o assalto para o dia 19 de junho. Na manhã desse dia porém perceberam os estandartes bizantinos tremulando sobre as muralhas. E' que durante a noite a guarnição turca se rendera e as tropas imperiais haviam penetrado na cidade através das portas que davam para o lago.[61]

Os cruzados ficaram descontentes com a atitude dos bizantinos. Ana Comneno, que oferece uma versão completa sobre a rendição de Nicéia, confessa abertamente que os bizantinos enganaram os cruzados. As fontes ocidentais dizem simplesmente que a cidade de Nicéia se rendeu ao imperador.

Deve-se notar que a atuação de Aleixo poupara aos cruzados uma batalha sangrenta e aos habitantes da cidade, em sua maioria cristãos, os horrores do saque. O basileu tratou bem os prisioneiros turcos, entre os quais se encontrava a família do sultão, e presenteou os chefes cruzados com ouro e pedras preciosas do tesouro de Kilij Arslan I. A notícia da libertação de Nicéia foi recebida com entusiasmo no Ocidente. «A cruzada foi considerada um êxito. Surgiram mais recrutas e as cidades italianas, até então bastante cautelosas e demoradas em prestar o auxílio prometido, começaram a tomar o movimento muito mais a sério. No acampamento cruzado os cavaleiros estavam ansiosos por prosseguir viagem. Estêvão Blois extravasava otimismo: Em cinco semanas, escrevia à sua esposa, estaremos em Jerusalém, a menos que — acrescentava, acertando em sua profecia mais do que podia prever então — nos detenham em Antioquia».[62]

Após a queda de Nicéia os cruzados empreenderam a marcha através da Ásia Menor em direção à Síria. Para facilitar a travessia da região inóspita o exército foi dividido em dois setores:

O primeiro, sob o comando de Boemundo, marchava na vanguarda e estava constituído pelos normandos da Itália Meridional e do norte da França incluindo as tropas dos condes de Flandres e de Blois. Seguia também com esse contingente um pequeno destacamento bizantino que servia de guia aos expedicionários. O segundo contingente, comandado por Raimundo de Tolosa, era formado por franceses do sul e por lorenos incluindo as tropas de Vermandois.

A 30 de junho a vanguarda dos cruzados acampou em uma planície a pouca distância de Dorileu (Dorylaeum) e na manhã seguinte foi atacada pelo exército de Kilij Arslan. Seguiu-se uma feroz batalha que foi decidida com a chegada inesperada (para os turcos) do segundo exército. «Formando uma ampla frente com Boemundo, Roberto de Normandia e Estêvão de Blois à esquerda, Raimundo e Roberto de Flandres no centro, Godofredo e Hugo à direita, os cruzados começaram a tomar a ofensiva, recordando-se mutuamente os tesouros que capturariam se saíssem vitoriosos. Os turcos estavam desprevenidos para fazer frente a um ataque e provavelmente se encontravam sem munições. Sua vacilação se converteu em pânico com o súbito aparecimento do bispo de Puy e um contingente de franceses meridionais nas colinas próximas. Ademar havia planejado sozinho essa diversão e encontrou guias que o levaram pelos caminhos da montanha. Sua intervenção assegurou o triunfo dos cruzados».[63] Os turcos fugiram precipitadamente abandonando o acampamento com todos os tesouros do sultão e dos emires.

A vitória de Dorileu contrabalançou a derrota bizantina de Mantzikerte e, segundo Grousset, assegurou a hegemonia européia no Levante por dois séculos: «dois séculos durante os quais o avanço turco recuará não somente diante da conquista franca na Síria e na Palestina, mas ainda diante da reconquista bizantina na Ásia Menor».[64]

Depois da batalha de Dorileu seguiu-se uma penosa marcha através de uma terra desolada, entre montanhas e desertos e totalmente devastada pelos turcos. À canícula do mês de julho somava-se a falta de água, pois as antigas cisternas bizantinas haviam sido destruídas pelo inimigo. Após essa marcha repleta de sofrimentos, os cruzados chegaram a Icônia em meados de agosto. A cidade, que fora escolhida como nova capital por Kilij Arslan, havia sido abandonada pelos habitantes. Os cruzados porém aproveitaram o vale do Meram para um prolongado descanso de vários dias. Providos de água, os guerreiros prosseguiram até o fértil vale de Heracléia onde obtiveram uma nova vitória sobre os turcos.

Nesse ponto do itinerário os cruzados dividiram-se novamente. Tancredo em companhia de um contingente de normandos da Itália Meridional e Balduíno, irmão de Godofredo de Bulhões, seguido de um grupo de flamengos e lorenos separaram-se do corpo principal do exército e prosseguiram pela Cilícia. O grosso da expedição tomou o caminho que passava por Cesaréia, Mazacha, não se demorando nessa

localidade que havia sido depredada pelos inimigos. Comana (Placentia), cidade habitada por armênios, estava sendo sitiada pelos turcos e os cruzados apressaram-se em libertá-la, merecendo a gratidão da população local. Em Coxon (atual Güksün) os expedicionários tiveram também cordial recepção por parte dos armênios. De Coxon a Marash (onde também se encontrava uma população armênia) a marcha do exército tornou-se extremamente penosa. Em vários lugares faltava qualquer espécie de caminho e os cruzados sofreram numerosas perdas através das encostas escarpadas e perigosos precipícios.

Depois de amistosa acolhida em Marasch, o exército prosseguiu (15 de outubro) para a planície de Antioquia, chegando à Ponte de Ferro, a três horas da cidade, aos 20 do mesmo mês.

Antes de estudar o prosseguimento da marcha dos cruzados para a conquista de Antioquia, vamos fazer um breve parêntese e lembrar a atuação de Tancredo e de Balduíno depois que, como já vimos, se separaram do grosso do exército cruzado.

Tancredo dirigiu-se para a planície ciliciana e chegou a Tarso, principal cidade da região, ocupada por uma guarnição turca. A população armênia e grega entrou em contacto com o chefe cruzado e pediu-lhe que ocupasse a cidade. Os turcos porém resistiram e Tancredo só pôde realizar seu intento quando os defensores tiveram conhecimento da aproximação do contingente chefiado por Balduíno. Durante a noite a guarnição turca abandonou Tarso e a população, na manhã seguinte, abriu as portas para Tancredo. A chegada de Balduíno provocou um forte desentendimento entre os dois chefes e Tancredo foi obrigado a abandonar a cidade conquistada, dirigindo-se, então, para Adana donde, à vista dos cruzados, os turcos bateram em retirada. De Adana Tancredo partiu para Mamistra (antiga Mopsuéstia) onde uma numerosa população armênia foi, então, libertada do jugo turco. Eis que Balduíno chega também a Mamistra, reacendendo-se a rivalidade entre os dois chefes. Depois de um choque armado em que Balduíno levou vantagem, ambos os rivais resolveram reconciliar-se. Mas era tarde demais para desfazer a péssima impressão causada entre os cristãos da região que «rapidamente se deram conta de que seus libertadores francos só estavam muito superficialmente animados de sentimentos altruísticos e compreenderam que sua maior vantagem consistia no fácil jogo de intrigar um franco com o outro».[65]

Depois da reconciliação de Mamistra, em face da notícia de grave enfermidade de sua esposa, Balduíno dirigiu-se ao encontro do grosso do exército com quem permanecera sua família. Após a morte da esposa, Balduíno afastou-se novamente da expedição principal e foi tentar a sorte na região do Eufrates.

Tancredo deixou uma pequena guarnição em Mamistra e com o auxílio da frota do pirata profissional Guynemer, que partira dos Países Baixos para o Levante, ciente da necessidade que os cruzados teriam de apoio marítimo, tomou a cidade de Alexandreta. Daí, através dos Montes Amânicos, foi unir-se aos cruzados que se encontravam em face de Antioquia.

Voltemos a Balduíno. Sob o pretexto de prevenir ataques turcos contra o grosso do exército, o irmão de Godofredo partiu para o leste contando com o apoio de príncipes armênios. Em princípios do inverno de 1097, Balduíno completa a conquista da região do Eufrates ocupando as fortalezas de Ravendel (em árabe Ruwandam) e de Turbessel (em árabe Tel-Basheir) que foram entregues ao comando de chefes armênios. Em fevereiro de 1098 Balduíno é acolhido triunfalmente em Edessa e adotado pelo velho príncipe armênio Thoros, passando a herdeiro e co-regente do principado. Em março uma revolta popular depôs e trucidou o príncipe, tendo Balduíno (que assumiu o título de conde de Edessa) realizado, então, seu sonho de constituir um principado no Oriente. O emir turco de Samósata, alarmado com o êxito do guerreiro franco, resolveu vender-lhe o emirato. Balduíno aceitou a oferta, entrou triunfalmente em Samósata onde encontrou reféns de Edessa que foram logo devolvidos a suas famílias, fato esse que aumentou consideravelmente a popularidade do conde.

A repercussão do êxito de Balduíno foi grande. Muitos cavaleiros ocidentais, que haviam partido para auxiliar o cerco de Antioquia, acharam mais conveniente unir-se ao feliz conde. Outros abandonaram o penoso cerco e foram partilhar da sorte de Balduíno. Este acolheu a todos com magnanimidade e aconselhou-os a que contraíssem matrimônio com armênias. Ele mesmo, que ficara viúvo, deu o exemplo casando com a filha de um rico príncipe. Balduíno consolidou seu condado com a tomada de Saruj e de Birejik. O prestígio do conde aumentou ainda mais quando Kerbogha, *atabek* de Mossul (atabek ou atabeg era a designação dada ao governador seldjúcida que se tornava independente), ao marchar em socorro de Antioquia, pretendeu, de passagem, conquistar Edessa lutando em vão durante três semanas e proporcionando, assim, aos cruzados um precioso tempo que foi aproveitado para a conquista da cidade.

Como já vimos, o exército principal dos cruzados chegou a 20 de outubro ao Orontes, na Ponte de Ferro onde se uniam as estradas de Marash e Alepo para cruzar o rio. A conquista da ponte abria o caminho para Antioquia à sombra de cujas muralhas todo o exército já se encontrava no dia 21 de outubro. Os cruzados contemplaram com emoção a famosa cidade do Oriente defendida por imensas fortificações construídas no reinado de Justiniano e reparadas, um século atrás, pelos bizantinos. Quatrocentos torreões que sobressaíam das muralhas e uma soberba fortaleza edificada em um local de difícil acesso que dominava a cidade, tornavam Antioquia praticamente inexpugnável. Apesar dessa situação favorável, o emir turco Yaghi-Siyan, que governava a cidade havia dez anos e que dependia nominalmente do emir Ridwan de Alepo, não se sentia muito seguro pois não dispunha de tropas suficientes para guarnecer todas as muralhas e muito

menos para atacar e derrotar os sitiantes. Estes por sua vez não contavam com meios para estabelecer um cerco total a Antioquia, não podendo impedir que a cidade recebesse abastecimento.

O prolongado cerco torna a situação dos cruzados cada vez mais aflitiva: o frio e a fome fazem estragos nas fileiras e provocam deserções. A tudo isso somam-se as dissensões entre os chefes e as ameaças de socorro por parte dos turcos de outras regiões.

No natal de 1097 as reservas alimentícias estavam no fim e um conselho dos chefes decidiu que se fizesse uma excursão sob o comando de Boemundo e de Roberto de Flandres com o fim de obter maiores provisões. As tropas sitiantes ficariam sob o comando de Raimundo de Tolosa e do Bispo de Puy.

Yaghi-Siyan aproveitou a oportunidade para atacar os sitiantes, agora em menor número, porém foi repelido energicamente por Raimundo que, na perseguição aos turcos, quase logrou penetrar na cidade.

Roberto e Boemundo, por sua vez, encontraram e derrotaram os reforços enviados de Damasco em socorro do emir de Antioquia, mas não conseguiram resolver a situação do aprovisionamento dos cruzados. O agravamento da situação aumentou o número de desertores entre os quais chegou a figurar o próprio Pedro, o Eremita, que, entretanto, foi obrigado a retornar com grave perda de seu antigo prestígio.

Em princípios de fevereiro, Tatikios representante do basileu, que havia acompanhado os cruzados desde Nicéia seguido de um grupo de guias e engenheiros, partiu para Constantinopla declarando que iria preparar um sistema de abastecimento mais eficaz. Entre os cruzados corriam, então, rumores de que Aleixo os havia traído.[66] Boemundo aproveitou a oportunidade para reivindicar a senhoria de Antioquia, deixando entrever que se não a obtivesse, abandonaria a cruzada e regressaria para a Itália.

Ridwan de Alepo resolvera vir em socorro de seu vassalo nominal e contou, para isso, com o auxílio de outros potentados turcos. Os aliados reuniram-se em Harenc onde prepararam o ataque ao acampamento dos cruzados. Estes, porém, a conselho de Boemundo, se anteciparam e sua cavalaria pôs em fuga desordenada o exército de Ridwan. A infantaria cruzada, que permanecera no acampamento, foi fortemente atacada por Yaghi-Siyan. Este porém recuou ante a chegada inesperada dos cavaleiros francos vitoriosos. A derrota do segundo exército de socorro turco levantara o moral dos expedicionários cristãos mas não resolvera o problema da carência de víveres que escasseavam cada vez mais.

Quatro acontecimentos viriam, entretanto, apressar a tomada de Antioquia:

1) A chegada de uma frota do Ocidente, que havia passado por Constantinopla e daí trouxera material para o cerco com os respectivos mecânicos, possibilitou completar o sítio de Antioquia.

2) A vinda ao acampamento dos cruzados de uma embaixada da parte dos fatimitas do Egito propondo uma aliança contra os seldjúcidas mostrou aos sitiantes o quanto lhes seria vantajoso aproveitar as dissensões reinantes no mundo muçulmano.

3) Em inícios de maio chegou a notícia da já mencionada expedição de Kerbogha que, como já vimos, ficou durante três semanas retida inutilmente diante de Edessa. A perspectiva da chegada de um poderoso exército de socorro aumentou a tensão entre os cruzados que se viram na iminência de ficar encurralados entre os sitiados e os guerreiros de Kerbogha. Impunha-se a tomada da cidade.

4) Boemundo consegue entrar em entendimentos secretos com o armênio Firuz que se convertera ao islamismo e que se dispunha, agora, a trair Yaghi-Siyan em cujo governo ocupava um alto cargo. Firuz tinha sob sua guarda três torres.

Quando em fins de maio Kerbogha resolve abandonar o estéril cerco de Edessa e prosseguir o avanço para Antioquia, estabelece-se o pânico no acampamento dos cruzados. O próprio Estêvão de Blois em companhia de um bom número de franceses do norte resolve retirar-se (2 de junho). Neste mesmo dia Firuz enviava o seu próprio filho a Boemundo para ultimar os entendimentos. O chefe cruzado reúne os demais companheiros e participa-lhe o plano de assalto obtendo seu assentimento. Ao pôr do sol os cruzados simularam uma retirada, mas à meia-noite regressaram iniciando-se o assalto. Os que conseguiram penetrar na cidade abriram as portas através das quais os demais se lançaram. Os turcos foram apanhados de surpresa. Seguiu-se uma grande matança de inimigos. Yaghi-Siyan conseguiu fugir com sua guarda pessoal, mas acabou morto por armênios que levaram sua cabeça a Boemundo. Shams ad-Dawla, filho de Yaghi, conseguiu refugiar-se na inexpugnável cidadela de Antioquia. Ao anoitecer do dia 3 de junho não havia nenhum turco vivo em Antioquia; a população turca das vizinhanças buscara refúgio entre as tropas de Kerbogha que se aproximavam. A cidade de Antioquia foi entregue ao saque e suas ruas ficaram repletas de cadáveres que se decompunham rapidamente em virtude do calor do verão.[67]

A posse da cidade iria acarretar, desde logo, sérios problemas para os cruzados:

1) A grande extensão das muralhas tornava difícil sua defesa.

2) A cidadela continuava nas mãos do inimigo.

3) Persistia a escassez de mantimentos.

4) Pairava no ar o problema jurídico sobre quem seria o senhor de Antioquia. Deveria a cidade ser entregue ao basileu?

5) O mais grave de todos os problemas surgiu com a chegada do exército de Kerbogha à Ponte de Ferro sobre o Orontes (5 de junho): da situação anterior de sitiantes os cruzados passavam agora a sitiados.

Dia a dia apertava-se o cerco e aumentavam os sofrimentos dos soldados da Cruz. A fome era tal que cães e gatos serviam de alimento. Alguns cruzados conseguiram abandonar a cidade e chegar até S. Simeão, no litoral, onde se encontravam ancorados vários navios do Ocidente. As notícias trazidas pelos fugitivos eram péssimas: o exército cruzado estava perdido. Os navios zarparam em busca de um local mais seguro levando os desertores. Em Tarso encontraram Estêvão de Blois que havia projetado regressar a Antioquia quando tomara conhecimento de que a cidade caíra em poder dos cruzados mas que voltara atrás ao verificar a chegada de Kerbogha.

Em Antioquia a grande esperança residia no socorro que o basileu deveria trazer. Aleixo saíra de Constantinopla e dispunha-se a ir em auxílio dos cruzados quando, em Filomélio, apareceram em seu acampamento Estêvão de Blois e Guilherme de Grant-Mesnil, que fugira de Antioquia, com a notícia de que àquela altura dos acontecimentos o exército cruzado já deveria estar aniquilado. Em face dessa notícia alarmante Aleixo desistiu de prosseguir. Essa desistência calaria fundo nas almas dos cruzados, justificando todas as suspeitas e desconfianças que os ocidentais alimentavam em relação aos bizantinos. «Nunca se perdoou a Bizâncio, e Boemundo aproveitou tudo em benefício de sua ambição». [68]

Em Antioquia a situação que se tornara trágica iria sofrer uma mudança radical graças a um curioso acontecimento que os documentos contemporâneos permitem reconstituir com minúcias. A 10 de junho de 1098, Pedro Barthélemy, camponês que acompanhara os cruzados na qualidade de criado de um peregrino provençal, procurou o bispo de Puy e o conde de Tolosa para narrar-lhes uma série de visões em que lhe aparecera S. André e mostrara o local, na Catedral de S. Pedro, em que se encontrava enterrada a santa lança.

Ademar não deu crédito às palavras de Barthélemy, mas Raimundo interessou-se pelas visões dispondo-se a procurar a lança no lugar indicado. Um clérigo de Valence, Estêvão, revelou ter-lhe aparecido o próprio Cristo que prometera ajuda aos cruzados. As notícias das aparições ecoaram fundo nos corações dos guerreiros. No dia 15 de junho Pedro Barthélemy foi levado à igreja indicada e aí encontrou-se enterrada uma peça de ferro que foi aceita pela maioria dos cruzados como a autêntica lança da Paixão de Cristo.

Boemundo, aproveitando-se do ótimo estado de espírito dos guerreiros e das dificuldades reinantes no acampamento de Kerbogha onde grassavam discórdias e se processavam deserções, planejou um assalto decisivo contra os sitiantes. A 27 de junho uma embaixada de que participou o famoso Pedro, o Eremita, enviada ao chefe turco pelos cruzados com o fim de estabelecer um acordo, não deu o resultado desejado. Só restava como solução definitiva o recurso à luta.

A 28 de junho, pela manhã, os cruzados saíram da cidade. O cronista descreve a ordem de batalha: o primeiro corpo de exército compreendia franceses e flamengos comandados por Hugo de Vermandois e Roberto de Flandres. O segundo corpo compreendia os lorenos sob as ordens de Godofredo; o terceiro era formado pelos normandos e obedecia ao duque Roberto; o quarto corpo compunha-se de franceses do sul sob o comando de Ademar de Monteil. O quinto e o sexto eram integrados por normandos da Itália sob as ordens de Boemundo e Tancredo. Note-se que Raimundo de Tolosa permanecera na cidade gravemente enfermo tendo, apesar disso, cerca de duzentos homens sob seu comando com o fim de vigiar a cidadela ocupada pelos turcos. Quanto à suposta santa lança, deve-se lembrar que foi levada do campo de batalha pelo historiador Raimundo de Aguilers (ou d'Agiles).

A recusa de Kerbogha em atacar desde logo os cruzados à medida que iam abandonando o recinto da cidade (o chefe turco pretendia destruir todo o exército cristão e temia que um ataque prematuro só liquidasse a vanguarda) facilitou sobremaneira a tarefa de Boemundo. O entusiasmo religioso dos cruzados (incentivado por uma visão em que alguns julgaram distinguir S. Jorge, pela posse da lança e pelas preces dos sacerdotes que revestidos de ornamentos sacros acompanhavam os guerreiros), a capacidade militar de Boemundo e a discórdia reinante entre os inimigos (vários emires abandonaram Kerbogha temendo que uma vitória o tornasse demasiado poderoso), foram as causas da rápida vitória. Os cruzados perseguiram os turcos em debanda matando grande número deles. Kerbogha fugitivo conseguiu alcançar Mossul, mas perdeu todo o prestígio definitivamente.

Os turcos da cidadela, ante o espetáculo que tinham diante de si, resolveram render-se. A vitória dos cruzados foi, pois, total. No acampamento de Kerbogha encontrou-se uma rica presa de guerra que incluía ouro, prata, ovelhas, bois, cavalos, camelos, trigo, vinho, etc.

À vitória espetacular sobre Kerbogha seguiu-se uma longa permanência dos cruzados em Antioquia durante a qual o fato dominante foi a rivalidade entre Boemundo e Raimundo de Tolosa, pretendendo ambos a posse e o domínio da cidade. «Raimundo, que havia recusado prestar juramento de fidelidade entre as mãos de Aleixo, guardava uma liberdade de movimento que Boemundo não tinha, pois havia aceito as condições postas pelo basileu. Na realidade, Boemundo não pensava senão em satisfazer as suas ambições pessoais e não temia a cólera de Aleixo Comneno; por outro lado, esse último, que havia abandonado os cruzados à sua sorte, encontrava-se em má posição para reclamar uma cidade conquistada sem seu concurso». [69]

As discussões entre os grandes chefes levavam também os demais barões a procurarem seus próprios interesses. No decurso do verão de

1098 dão livre curso às ambições desencadeadas: não sonharão senão em «pôr a mão sobre uma cidade ou um castelo e dar os primeiros passos para um domínio efetivo; o espírito de cruzada será abafado pelo espírito de conquista e de lucro, a mística pela política».[70]

A primeiro de agosto de 1098, vitimado por uma epidemia (provavelmente de tifo) que grassava em Antioquia, faleceu Ademar de Monteil. Runciman assim comenta esse desenlace: «A morte de Ademar foi uma das maiores tragédias da cruzada. Nas págnias dos cronistas é quase uma figura indefinida, mas demonstram que exerceu mais influência pessoal que qualquer outro cruzado. Impunha o respeito como representante do papa e seu caráter valeu-lhe o afeto de todo o exército. Era caritativo e cuidava dos pobres e dos enfermos. Era modesto e jamais agressivo; mas estava sempre disposto a dar um conselho prudente, inclusive em questões militares; como general era tão valente quão sagaz. A vitória de Dorileu fora devida, quase exclusivamente, à sua estratégia e presidiu muitos dos conselhos militares durante o sítio de Antioquia. Em política, trabalhava por um bom entendimento com os cristãos do Oriente, tanto com Bizâncio como com as Igrejas ortodoxas da Síria. Havia merecido a confiança do papa Urbano e conhecia suas opiniões».[71]

Em novembro de 1098 reuniu-se o conselho dos chefes cruzados na igreja de S. Pedro em Antioquia para deliberar sobre o prosseguimento da marcha do exército. As dissensões entre Raimundo e Boemundo porém não haviam cessado e a partida foi novamente adiada.

Com essa atitude não se conformavam porém milhares de pessoas, na sua maioria de condição inferior, que se haviam engajado na luta e tudo tinham suportado com o único ideal de libertar a Cidade Santa Jerusalém. «Cavaleiros, clérigos, peregrinos estavam indignados em face da atitude dos grandes personagens que esqueciam o sentido de sua presença na Síria. Raimundo de Saint-Gilles, por sinceridade ou por cálculo, ou pelos dois motivos ao mesmo tempo, tomou a peito os desejos da gente humilde e procurou os meios de apressar a partida.

Esse acontecimento é significativo; nessa data, janeiro de 1099, os verdadeiros cruzados são ainda bastante numerosos para forçar a decisão e para fazer triunfar o espírito de cruzada sobre o espírito de conquista».[72]

A 13 de janeiro de 1099 Raimundo e suas tropas partiram de Maarat-an-Numan, reiniciando assim a cruzada propriamente dita. A marcha do exército até Jerusalém foi relativamente fácil. De Maarat-an-Numan Raimundo dirigiu-se, rumo ao sul, para Kafartab onde permaneceu até 16 de janeiro reunindo provisões e onde vieram unir-se a ele Tancredo e Roberto da Normandia.

O emir de Shaizar ofereceu facilidades aos cruzados e seus guias conduziram os expedicionários através do Orontes, entre Shaizar e Hama, pelo vale do Sarout onde encontraram reunidos todos os rebanhos da zona.

A 22 de janeiro os cruzados já se encontram em Masyaf. A 28 do mesmo mês atacaram a fortaleza de Hosn al-Akrad que foi abandonada pelos defensores. A esse local chegaram emissários do emir de Trípolis que desejava fazer um acordo com Raimundo. Este enviou representantes a Trípolis os quais, ao regressar, puseram seu chefe a par das riquezas da cidade e aconselharam-no a fazer uma demonstração de força a fim de obter do emir uma boa soma em troca da paz. Raimundo seguiu a sugestão de seus embaixadores e dirigiu-se para a cidade de Arka ao mesmo tempo que enviava cavaleiros para atacar a fortaleza de Tortosa, porto situado entre Laodicéia e Trípolis. A conquista dessa localidade facilitou sobremaneira o aprovisionamento dos cruzados por meio de navios italianos.

Raimundo se encontrava ainda sitiando Arka quando os demais chefes cruzados, que haviam permanecido em Antioquia, resolveram também marchar para o sul. Godofredo, Boemundo e Roberto de Flandres deslocaram-se de Antioquia para Laodicéia. Boemundo porém resolveu retornar com receio de perder suas conquistas.

Godofredo e Roberto acorreram solícitos ao chamado de Raimundo que necessitava de auxílio para a tomada de Arka.

A 13 de maio os cruzados abandonaram o cerco já prolongado e dirigiram-se diretamente para Trípolis cujo emir proporcionou-lhes todas as facilidades, conseguindo assim poupar sua sede e as demais localidades sob sua jurisdição. Bem providos de dinheiro, de animais de carga e de mantimentos e conduzidos por guias competentes, os cruzados atingiram a fronteira fatimita a 19 de maio. Em Beirut a população ofereceu-lhes donativos para evitar destruições. Em 20 de maio o exército se encontra nos arredores de Sidon e é atacado pela guarnição da cidade que, entretanto, é rechaçada. Tiro, Acre, Haifa e Cesaréia são as etapas seguintes da marcha dos cruzados. Em Tiro a guarnição permanece dentro das muralhas; em Acre o governador oferece donativos e provisões para evitar depredações nos arredores da cidade. Em Cesaréia os cruzados festejam Pentecostes (29 de maio de 1099). A partir de Arsuf, no litoral, o exército penetra no interior. Ramleh é abandonada pelos habitantes (3 de junho). Dessa localidade os cruzados se dirigem pela estrada que leva às colinas da Judéia. Em Belém são recebidos festivamente como libertadores. Ao entardecer do dia 7 de junho de 1099 o exército cristão acampa diante do alvo da longa jornada: Jerusalém.

A Cidade Santa, um dos grandes baluartes dos muçulmanos, estava em poder dos árabes do Egito que a tinham conquistado dos turcos no ano anterior. A defesa da cidade fora confiada ao governador fatimita Iftikhar ad-Dawla que, ao saber da aproximação dos francos, tomou diversas providências acauteladoras entre as quais figurava a expulsão dos cristãos da cidade e o envenenamento da água dos poços dos arredores. Permitiu que a população de origem judaica permanecesse no interior das muralhas.

As imponentes defesas de Jerusalém, a carência de mantimentos e de água agravada pelo calor tórrido do verão constituíam sérios obstáculos e fontes de sofrimento para que os cruzados atingissem finalmente o tão cobiçado objeto de sua dramática e prolongada peregrinação.

A 13 de junho tentou-se um assalto contra a cidade, mas os cruzados foram repelidos com graves perdas. A 17 do mesmo mês aportava a Jafa (que fora abandonada pelos muçulmanos) uma frota integrada por duas galeras genovesas e outras embarcações ocidentais trazendo mercadorias, armamentos e material (cordas, ferramentas) para a construção de máquinas de assédio.

Com grande dificuldade em virtude do calor e, sobretudo, da falta de madeira, foram construídas torres móveis. Nesse trabalho tornou-se decisiva a cooperação dos genoveses que haviam abandonado as embarcações no porto de Jafa aonde chegara uma frota egípcia.

A 15 de julho de 1099 (sexta-feira) deu-se o assalto geral à cidade. Raimundo d'Agiles *(Historia Francorum qui ceperunt Hierusalem)* dá-nos um vivo relato da luta que se transformou em terrível carnificina: «Entre os sarracenos, uns tinham a cabeça cortada, o que era para eles a sorte mais doce; outros atravessados por flechas se viam obrigados a saltar do alto das torres; outros ainda, após longo sofrimento, eram entregues às chamas e por elas consumidos. Viam-se nas ruas e nas praças da cidade pedaços de cabeças, de mãos, de pés. Infantes e cavaleiros abriam caminho através de cadáveres. Mas tudo isso era ainda pouco. Vamos até ao templo de Salomão onde os sarracenos tinham o costume de celebrar as solenidades de seu culto. Que aconteceu nesses lugares! Se dissermos a verdade, ultrapassaremos os limites do acreditável. Basta dizer que no templo e no pórtico de Salomão cavalga-se com sangue até ao joelho do cavaleiro e até as rédeas do cavalo».[73]

O massacre efetuado em Jerusalém era de todo injustificável e acabou causando espanto aos próprios vencedores. Guilherme de Tiro escreve a propósito: «A cidade apresentava espetáculo de uma tal carnificina, de uma tal efusão de sangue que os próprios vencedores foram tomados de horror e de desgosto».[74]

A infeliz atitude dos cruzados constituía um erro político fatal para o domínio franco no Oriente. As cidades marítimas, de Beirut a Arsuf, estavam em vias de negociar a rendição, mas, espantadas em face da sorte dos muçulmanos de Jerusalém, decidiram resistir desesperadamente.

Depois de satisfeitos os instintos de selvageria os terríveis vencedores parecem ter caído em si: «Nesses homens rudes, após tantas provações e perigos, nada mais subsistia que uma imensa emoção religiosa. Comprimiam-se derramando lágrimas, ao longo da via dolorosa e beijavam docemente o lugar por onde o Salvador do mundo havia passado. Os cristãos indígenas, que haviam ido a seu encontro em procissão, introduziram-nos no Santo Sepulcro por entre hinos de ação de graças. Lá todos se lançaram com a face contra a terra e os braços em cruz. Cada um acreditava ver ainda diante de si o corpo crucificado de Jesus Cristo. E parecia-lhes também que estavam na porta do céu».[75]

A 17 de julho de 1099 os chefes cruzados reuniram-se para resolver questões urgentes de administração e escolher o governador da cidade conquistada. Raimundo d'Agiles narra que o conselho designou inicialmente o conde de Tolosa e que este recusou. A 22 de julho de 1099 Godofredo de Bulhões foi eleito «Príncipe da cidade a fim de combater os pagãos e defender os cristãos».[76] Guiberto de Nogent afirma que Godofredo não quis usar a coroa real na cidade em que Cristo havia usado a coroa de espinho. Pediu, portanto, que o dispensassem do título de rei: queria ser chamado «advocatus Sancti Sepulchri», defensor do Santo Sepulcro.

A primeira cruzada terminara com êxito: o objetivo assinalado, a tomada de Jerusalém e a libertação do Santo Sepulcro, fora atingido. A notícia desse evento teve grande repercussão no Ocidente. O papa Urbano II porém não chegou a tomar conhecimento da vitória final, pois falecera em 29 de julho de 1099. Seu sucessor exultou com a notícia. Todos os perigos e sofrimentos acarretados pela expedição da Cruz pareciam compensados. «Toda a cristandade, observa Calmette, estava persuadida de que a Cruz fora definitivamente vitoriosa do Crescente».[77]

7. A Segunda Cruzada (1147-1149)

Entre 1130 e 1140 Zengi, o atabeg de Mossul constrói um vasto estado que, entre outras localidades, abrange Alepo e Hama e constitui uma direta ameaça ao condado de Edessa e ao Principado de Antioquia. O primeiro, afastado das vias de comunicação dos ocidentais, corria maior risco, pois só podia contar com os próprios recursos. Acrescente-se a isso a mediocridade do conde Jocelino II que escolhera como residência Turbessel, castelo situado no outro lado do Eufrates, onde o governante desperdiçava o tempo em divertimentos.

Aproveitando-se da situação, Zengi atacou Edessa com um grande exército provido de máquinas de assédio (28 de novembro de 1144). Raimundo de Poitiers, príncipe de Antioquia, recusou-se a prestar socorro à cidade ameaçada esquecendo que, com a queda de Edessa, Antioquia passaria a ser o objetivo visado.

Apesar da heróica resistência da população armênia, Zengi penetrou na cidade em 24 de dezembro e procurou poupar do massacre a população indígena (principalmente armênios), deixando apenas que fossem massacrados os latinos.

Com o assassinato de Zengi, algum tempo depois (setembro de 1146), seu reino foi dividido entre dois filhos: Ghâzi e Nur-ed-Din. Ao primeiro coube Mossul, ao segundo Alepo.

Jocelino II julgou a ocasião propícia para retomar Edessa onde contava com a cumplicidade da população armênia. O conde conseguiu penetrar na cidade, mas os turcos retiveram a cidadela. Nur-ed-Din acorreu de Alepo com todas as suas forças e sitiou Edessa. Jocelino e a população armênia resolveram abandonar a cidade forçando a passagem. O conde, graças à velocidade de seu cavalo, conseguiu alcançar Turbessel, mas os armênios foram massacrados impiedosamente ou reduzidos à escravidão. Desaparecia assim o condado de Edessa, o primeiro dos estados latinos criado no Oriente pelos cruzados.

Raimundo de Poitiers sentiu, em breve, as conseqüências de sua recusa em prestar socorro a Jocelino: Nur-ed-Din conquistou (1147) a importante praça de Artah (Artésia) situada a nordeste do Orontes.

A notícia da queda de Edessa em poder dos turcos, segundo Runciman, «horrorizou o Ocidente» e provocou, anota Grousset, «a pregação de uma segunda cruzada». [78]

A quem coube a iniciativa dessa expedição? Segundo Bréhier e Grousset, o rei da França, Luís VII, teria dado o impulso inicial. Para Runciman a iniciativa teria sido do Papa Eugênio III. Dois fatos podem ser assinalados com segurança:

1) Em 1145 o papa Eugênio III, que se encontrava em Viterbo, recebeu o bispo Hugo de Gabala (Djebeleh) que fora enviado ao Ocidente pelo reino de Jerusalém e pelo principado de Antioquia para dar notícias da queda de Edessa e pedir uma nova cruzada.

2) No decurso do ano de 1145 o rei Luís VII teve ciência das novas ameaças turcas no Oriente. Havia muito que o soberano francês pensava empreender uma cruzada. «Idéia já antiga no espírito do rei, ela devia cumprir um voto herdado de seu irmão Filipe, morto sem tê-lo posto em execução, ou ainda expiar o incêndio da igreja de Vitry queimada pelo rei em 1143 com um milhar de pessoas no interior». [79]

Segundo Rousset, o rei da França desejoso de empreender a cruzada recorreu a S. Bernardo, único pregador capaz de reacender o antigo entusiasmo. O monge dependia do papa para iniciar o movimento. Eugênio III «deu a autorização de pregar a cruzada e tomou a responsabilidade última da expedição». [80] «Doravante, a prática é estabelecida: um rei que se propõe partir como cruzado deve inicialmente solicitar a autorização do papa, o *praeceptum apostoli*». [81]

Em 25 de dezembro de 1145 Luís VII convoca a Bourges os bispos e barões do reino e anuncia-lhes a intenção de partir para o Oriente. Os grandes do reino porém não emprestam seu apoio aos planos reais. Foi só na primavera de 1146, numa assembléia reunida em Vézelay que, graças à palavra eloqüente de S. Bernardo de Claraval, se desencadeou um movimento semelhante ao de 1095.

No capítulo sobre a Igreja, no segundo volume da *História do Mundo Feudal*, focalizaremos com detalhes a personalidade marcante de Bernardo. Por ora basta repetir as palavras de Rousset: «O abade de Claraval era olhado por seus contemporâneos como um homem de Deus, cujos conselhos resolvem as situações mais difíceis. Os príncipes, os reis, os bispos, até mesmo os papas solicitaram sua opinião, forçando o santo a abandonar temporariamente seu mosteiro. Sentia-se então que o contemplativo, melhor do que muitos outros mergulhados na agitação, é capaz de agir sobre os acontecimentos e de mudar o curso da história». [82]

A pregação de Bernardo se estendeu pela Borgonha, Lorena, por Flandres e pelo vale do Reno. Nesta última região o abade de Claraval opôs-se às perseguições movidas contra os judeus.

No outono de 1146 o monge entrevistou-se com o imperador Conrado III que, entretanto, não se decidiu. Mais tarde porém, «vencido pelo abade de Claraval que havia percorrido a Alemanha do sul em viagem triunfal, concordou em realizar a cruzada». [83]

Enquanto os soberanos da França e da Alemanha faziam os preparativos para a cruzada, uma expedição composta de ingleses, flamengos e frisões, animados pela pregação dos seguidores de Bernardo, seguiu por mar em demanda do Oriente. Ao passarem pela Península Ibérica os cruzados colaboraram com os portugueses na tomada de Lisboa (1147). [84] Muitos desses cruzados resolveram permanecer em Portugal. Outros, depois da luta, prosseguiram a viagem para o Oriente.

Os monarcas da França e da Alemanha decidiram seguir via terrestre para Constantinopla. E' bem verdade que o rei Rogério da Sicília havia oferecido seus navios para o transporte dos exércitos. «Para Conrado, que durante muito tempo fora inimigo de Rogério, o oferecimento era evidentemente inaceitável, e Luís também declinou do convite. O papa não desejava a colaboração de Rogério, e é duvidoso que a marinha siciliana fosse suficientemente numerosa para transportar todos os soldados recrutados para a cruzada». [85] Viajar por terra era, sem dúvida, mais seguro e mais barato, mas deve-se observar que o caminho escolhido através dos Balcãs e, depois, através da Ásia Menor implicava, sem dúvida, um erro político e estratégico. A rota pela Península Balcânica acarretaria fatalmente choques com os bizantinos e criaria um ambiente de descofiança e de hostilidade entre os soberanos ocidentais e o basileu. A marcha pela Ásia Menor expunha os expedicionários aos mesmos problemas já enfrentados pelos integrantes da primeira cruzada, especialmente aos ataques dos turcos que agora estavam fortalecidos. Talvez tivesse sido o melhor recorrer à frota veneziana para a viagem ao Oriente. E' provável que motivos de ordem financeira tenham pesado definitivamente na escolha da longa e fatigante viagem terrestre.

Em dezembro de 1147 Conrado recebeu uma embaixada bizantina em Espira e comunicou-lhe sua próxima viagem ao Oriente. Em maio de 1148 o imperador alemão partiu de Ratisbona atingindo a Hungria. Seu exército era bastante numeroso, mas não dispomos de meios para

fixar o número exato de seus integrantes. Os cronistas exageram a respeito do montante dos expedicionários. Os reis vassalos, Vladislav da Boêmia e Boleslau IV da Polônia, acompanhavam Conrado. A nobreza germânica era encabeçada por Frederico, duque da Suábia, sobrinho e herdeiro do imperador.[86]

Durante o mês de junho os alemães percorreram a Hungria sem incidentes desagradáveis. Uma embaixada bizantina veio ao encontro de Conrado pedindo-lhe que prestasse o juramento de não-agressão. O soberano alemão aquiesceu e recebeu em troca a promessa de ajuda enquanto se encontrasse em território imperial.

A 20 de julho Conrado penetrou no Império Bizantino através de Branitchevo, tendo o Danúbio sido cruzado com o auxílio de barcos bizantinos. A marcha prosseguiu sem problema até Sófia. Daí em diante os cruzados se envolveram em incidentes com a população, o que levou Manuel a enviar tropas para escoltá-los. Em Andrinopla a situação tornou-se crítica e uma embaixada bizantina veio propor a Conrado que prosseguisse pelo caminho de Sestos, no Helesponto, passando daí para a Ásia e evitando, assim, Constantinopla. A recusa do imperador alemão em aceitar a proposta do basileu parece ter levado este à decisão de opor-se pelas armas aos cruzados. Recuou, entretanto, desse propósito e os alemães, depois de haverem sofrido pesadas baixas em virtude de uma repentina inundação na planície trácia, atingiram Constantinopla em começos de setembro.

Sobre a atitude de Manuel em relação aos cruzados, Grousset observa: «As rixas se multiplicaram e Conrado III irritado sonhou, por um instante, em assaltar Constantinopla. E' verdade que o imperador bizantino Manuel Comneno traía a cristandade. Em guerra, alguns meses antes, com os turcos da Ásia Menor, ele se havia apressado em concluir a paz com os adversários por ocasião da aproximação da cruzada e posteriormente não cessaria de excitá-los secretamente contra os cruzados».[87]

Depois de vários incidentes entre bizantinos e alemães, Conrado e seu exército entraram num pelo menos aparente acordo com Manuel. Cumulados de presentes, os cruzados passaram para a Ásia Menor atingindo Nicéia. Aí a expedição alemã se dividiu em dois grupos. Um, sob o comando de Otão de Freisingen, seguiria a rota que por Laodicéia de Lycus levava a Atália. Outro, o mais importante, tomaria, sob o comando de Conrado, o mesmo rumo da primeira cruzada. A 15 de outubro o imperador alemão deixou Nicéia marchando para o interior. A 25 do mesmo mês o exército atingiu a região de Dorileu onde os primeiros cruzados haviam obtido uma retumbante vitória. Um grande exército seldjúcida atacou então os alemães infligindo-lhes uma fragorosa derrota. «A infantaria alemã estava esgotada e sedenta. Muitos dos cavaleiros acabavam de desmontar de seus cavalos que, esgotados, necessitavam de descanso. Os súbitos, rápidos e reiterados ataques da cavalaria ligeira turca colheram-nos desprevenidos. Foi antes uma carnificina que uma batalha. Em vão tentou Conrado reorganizar seus homens e, ao entardecer, se encontrava em plena fuga com os escassos sobreviventes pelo caminho de Nicéia. Havia perdido noventa por cento de seus soldados e todos os apetrechos de seu acampamento. Os produtos do saque foram vendidos pelos vencedores nos bazares de todo o Oriente muçulmano, inclusive a Pérsia».[88]

Luís VII partiu de Metz em junho de 1147 acompanhado de sua esposa, Leonor de Aquitânia já mencionada no capítulo sobre a França, e de muitos outros nobres. Em Ratisbona (29 de junho) os franceses encontraram embaixadores de Manuel que pediram garantias a Luís VII no sentido de que se conduzisse como amigo enquanto estivesse em território imperial.

De Ratisbona os franceses passaram à Hungria que cruzaram tranqüilamente em quinze dias. Em fins de agosto chegaram às fronteiras do Império Bizantino e, depois de passar o Danúbio em Branitchevo, seguiram através dos Balcãs. Afora alguma dificuldade em conseguir mantimentos, os franceses não encontraram maiores empecilhos e chegaram sem incidentes sérios a Constantinopla. Note-se que em Andrinopla as autoridades bizantinas repetiram a tentativa já feita com o imperador alemão no sentido de desviar os cruzados da Capital do Império, fazendo-os passar diretamente para a Ásia através do Helesponto. Os franceses, como haviam feito os alemães, recusaram desviar-se da rota de Constantinopla.

A 4 de outubro Luís VII chegou a capital bizantina tendo sido bem acolhido por Manuel que o levou a visitar os lugares mais interessantes da grande cidade.

Quando porém os franceses se encontravam na Calcedônia, o basileu exigiu do soberano francês o juramento de que seriam devolvidos ao Império os territórios perdidos que por ventura os cruzados reconquistassem. Ante a ameaça de suspensão do aprovisionamento, Luís VII acedeu à exigência.

Em princípios de novembro os franceses atingiram Nicéia e aí tomaram conhecimento pormenorizado da derrota sofrida pelo exército alemão. Luís e Conrado encontraram-se e resolveram seguir juntos para o sul. A 11 de novembro os cruzados acampam em Esseron (atual Balikesri). Passaram, depois, por Adramítio, Pérgamo e Esmirna. Ao chegarem a Éfeso, Conrado, que se encontrava com a saúde abalada, resolveu voltar a Constantinopla a convite de Manuel que cumulou seu hóspede de atenções. Em começos de março de 1148 uma esquadra bizantina levou o imperador alemão à Terra Santa.

O exército francês seguiu pelo vale do Meandro, passou o natal em Decérvio e lutou contra os turcos na ponte de Antioquia pisidiana (1º de janeiro de 1148). E' curioso notar que os turcos acabaram buscando abrigo por trás das muralhas dessa fortaleza bizantina, fato esse que levantou, entre os franceses, a suspeita de traição por parte dos bizantinos.

Três dias mais tarde os cruzados chegaram a Laodicéia que os habitantes, com receio dos expedicionários, haviam abandonado. Em princípios de fevereiro e depois de uma penosa marcha em que tiveram de enfrentar um terreno difícil, o mau tempo, a carência de víveres e os ataques dos turcos, os franceses atingiram Atália. Aí continuaram as privações dos expedicionários, pois o abastecimento se tornara precário. Luís VII resolveu então prosseguir via marítima. Mas como os navios não comportavam todos os cruzados, o rei resolveu deixar grande parte dos seus em Atália à espera de condução. Um ataque dos turcos ao acampamento francês forçou o exército a buscar o abrigo das muralhas da cidade.

Os condes de Flandres e de Bourbon, que haviam recebido a incumbência de conduzir via marítima o restante da expedição, conseguiram alguns barcos que, entretanto, não comportavam a totalidade dos cruzados. Os dois nobres imitaram seu soberano: embarcaram com seus amigos e com os cavaleiros, abandonando os demais em Atália. Esses infelizes, aos quais se juntava o que havia sobrado da infantaria de Conrado, tiveram que percorrer um longo e penoso caminho terrestre. Em fins da primavera chegaram a Antioquia com seus efetivos reduzidos a menos da metade.

A 19 de março Luís VII chegou a S. Simeão donde seguiu para Antioquia. Nessa cidade o rei francês teve cativante acolhida por parte do príncipe Raimundo, tio da rainha da França. O príncipe contava com o auxílio dos cruzados para um ataque contra Nur-ed-Din que dominava a fronteira cristã de Edessa a Hama e que passara o outono de 1147 «tomando uma por uma as fortalezas francas a leste do Orontes». [89]

Raimundo sonhava já com a conquista de Alepo quando, para sua decepção, Luís VII recusou o auxílio esperado alegando um motivo de consciência: havia tomado a cruz para defender o Santo Sepulcro e faltaria a seu voto se fizesse a guerra contra os turcos na região de Alepo. «Como se nesse ano de 1148 a defesa de Jerusalém estivesse no Jordão e não no Orontes! Os cronistas acrescentam, e não temos razão para negar-lhes crédito, que Raimundo ficou exasperado com uma tal estreiteza de vistas...» [90] Na realidade o rei estava desgostoso com a intimidade entre Leonor e seu tio. Quando Luís VII anunciou sua decisão de partir para Jerusalém, a rainha pretendeu permanecer em Antioquia e manifestou sua intenção de pedir divórcio. O rei partiu então com seu exército para a Cidade Santa levando à força sua irrequieta esposa.

Conrado III desembarcara em Acre em meados de abril e fora recebido com honrarias em Jerusalém pela rainha Melisenda que exercia a regência do reino. Luís VII, que chegou à Terra Santa pouco depois, foi também alvo de grandes homenagens. «Nunca Jerusalém havia visto um conjunto tão brilhante de cavaleiros e damas». [91]

A 24 de junho de 1148 realizou-se por iniciativa de Melisenda uma importante assembléia em Acre, da qual participavam, entre vários outros personagens de elevada categoria, o rei Balduíno, Luís VII, Conrado e Frederico da Suábia. A assembléia tomou a infeliz decisão de atacar a cidade de Damasco que mantinha boas relações com os francos. A medida mais acertada teria sido prestar socorro a Raimundo de Antioquia, levando a guerra até Alepo. Mas «para os cruzados estrangeiros Alepo nada significava enquanto que Damasco era uma cidade santificada pelas Sagradas Escrituras cujo resgate das mãos do infiel redundaria na maior glória de Deus. E' vão culpar alguém pela decisão, porém uma responsabilidade maior coube aos barões locais que conheciam a situação melhor que os recém-chegados, para quem todos os muçulmanos eram iguais». [92]

A cruzada franco-alemã reforçada pelo exército de Jerusalém iniciou o sítio de Damasco a 24 de julho de 1148. As operações iniciais tiveram êxito e o conde de Flandres, Thierry, um dos principais chefes cruzados, conseguiu de Conrado e de Luís VII a promessa de que lhe seria concedida a futura baronia de Damasco. Mas a 27 de julho, por uma decisão difícil de ser explicada, os cruzados abandonaram as excelentes posições já conquistadas e acamparam a sudeste da cidade. Os barões palestinenses, que haviam dado aos cruzados o conselho de retirada, passaram aos olhos dos ocidentais como subornados pelos muçulmanos de Damasco. E' bem provável que tenham querido interromper a expedição quer por terem chegado à conclusão de que era um grave erro político romper a aliança franco-damascena, quer por terem querido evitar a entrega da futura baronia ao conde de Flandres. [93]

Fato é que a 28 de julho os cruzados levantaram acampamento e regressaram para a Palestina. «Tudo o que se conseguiu foi perder muitos homens e muito material e sofrer uma terrível humilhação. Que um exército tão esplêndido tivesse abandonado seu objetivo depois de combater só quatro dias foi duro golpe para o prestígio cristão. A lenda dos invencíveis cavaleiros do Ocidente, nascida com a grande aventura da primeira cruzada, ficou totalmente desfeita. Começava a ressurgir o espírito do mundo muçulmano». [94]

Conrado, depois da fracassada expedição, não se demorou na Terra Santa. Embarcou com seu séquito em Acre, seguiu para Tessalonica donde, a convite do basileu, dirigiu-se para Constantinopla. Quando em fevereiro de 1149 o imperador alemão deixava a capital bizantina, existia entre Manuel e Conrado uma forte aliança contra Rogério da Sicília cujos territórios na Península Itálica deveriam ser divididos entre os dois aliados.

Apesar da insistência de Suger no sentido de que regressasse ao reino, Luís VII demorou-se na Palestina até o verão de 1149. Viajou então para o Ocidente em um barco siciliano. Em fins de julho desembarcou na Calábria. Rogério da Sicília propôs-lhe, em uma entrevista,

organizar uma nova cruzada cujo primeiro objetivo seria tomar vingança de Bizâncio.[93]

O fracasso da segunda cruzada repercutiu profundamente na Europa causando enorme decepção. Muitos voltaram-se para S. Bernardo, pregador da cruzada e, de certa forma, responsável pela realização da expedição. O monge defendeu-se dizendo que pregara a cruzada obedecendo a ordens superiores e que se a expedição fracassara, isso se devia principalmente às iniqüidades e faltas dos cruzados.[94] Tinha razão o monge de Claraval: mais que nas armas dos turcos, a causa do fracasso da segunda cruzada residia na discórdia, desunião e nas ambições dos próprios chefes cristãos entre os quais figuravam os soberanos ocidentais, o basileu bizantino e os príncipes francos do Oriente.

8. A Terceira Cruzada (1189-1192)

Após o fracasso da segunda cruzada a situação política e militar dos estados latinos do Oriente foi-se tornando cada vez mais crítica. O principal inimigo da cristandade era então Nur-ed-Din, que em junho de 1149 infligiu uma grave derrota aos cristãos em Fonte de Murad (Maarratha) na planície entre Inab e os pântanos de Ghab. O próprio Raimundo de Poitiers pereceu na batalha. Em 1154 Nur-ed-Din apoderou-se de Damasco, ameaçando diretamente o reino de Jerusalém embora o rei Balduíno III tivesse conquistado no ano anterior a importante praça de Ascalão que havia resistido por cerca de meio século aos ataques dos cristãos. Em maio de 1157 começa a guerra entre Nur-ed-Din e Balduíno III (o primeiro rei franco nascido na Terra Santa). O jovem soberano fez frente ao poderoso guerreiro muçulmano e alcançou sobre o mesmo uma notável vitória a nordeste do lago de Tiberíades (1158).

A viúva de Raimundo de Poitiers, Constança, havia desposado o cavaleiro francês Reinaldo de Châtillon (1153), «um brilhante e perigoso aventureiro».[97] Este cometeu a imprudência de atacar e saquear a ilha de Chipre (1156) que estava em franca prosperidade sob o governo bizantino, o que provocou a reação de Manuel Comneno. O basileu dirigiu-se à Cilícia com um grande exército, ocupou várias cidades e acampou em Mamistra. Reinaldo, aterrorizado com a aproximação dos bizantinos, procurou o basileu e submeteu-se humildemente. Em abril de 1159 Manuel entrava solenemente em Antioquia. Nesta cidade encontrava-se também Balduíno III que tivera uma entrevista com Manuel no acampamento. As relações entre o rei de Jerusalém e o imperador bizantino eram extremamente cordiais, pois o primeiro havia desposado no ano anterior (1158) a princesa Teodora, sobrinha de Manuel. O momento parecia decisivo para os cristãos do Oriente: a aliança entre Manuel, Reinaldo e Balduíno III parecia significar a derrota de Nur-ed-Din. Mas o basileu decepcionou os francos. «Em lugar de ir sitiar

Alepo, Manuel Comneno contentou-se em exigir de Nur-ed-Din a liberação de todos os cativos cristãos detidos nas prisões muçulmanas e depois, despedindo-se dos príncipes francos, deixou a Síria e retornou a Constantinopla (maio-junho 1159). Na realidade, apesar da afeição do basileu pelo rei de Jerusalém, a diplomacia bizantina não tinha querido dar o golpe de misericórdia nos turcos, com receio de aumentar o poder dos francos. Ela entendia fundar sua hegemonia sobre a manutenção do equilíbrio entre os primeiros e os segundos».[98] Manuel perdera o momento psicológico em que teria sido aceito facilmente como chefe pelos francos.

Em novembro de 1160 Reinaldo de Châtillon foi aprisionado pelos turcos quando fazia uma excursão pelo vale do Eufrates. Levado para Alepo, permaneceu no cativeiro durante cerca de quinze anos sem que o basileu, o rei de Jerusalém ou os próprios antioquenos tivessem pressa em promover o resgate. Anos mais tarde o príncipe aventureiro seria libertado e, graças a um novo casamento, seria investido na senhoria da Transjordânia e do Wadi Musa.

Após a morte do jovem Balduíno III sucedeu-lhe no trono seu irmão Amauri (1162-1174). O reino de Jerusalém encontrava-se, então, cercado, a nordeste e a leste pelos domínios do poderoso e sempre ameaçador Nur-ed-Din que barrava aos francos toda a possibilidade de expansão.[99] Compreende-se, assim, que as atenções do rei de Jerusalém se tenham voltado para o Egito onde se acentuava a decadência da dinastia fatimida.

Quando o vizir egípcio Shâwar (Châwer) foi deposto por um competidor, procurou Nur-ed-Din, pedindo-lhe auxílio em troca de compensadoras retribuições como v.g. um tributo anual, cessão de zonas da fronteira, etc. Em abril de 1164, depois de algumas hesitações, Nur-ed-Din enviou seu melhor general, o emir curdo Shirkuh (Chîrkuh), tio do grande Saladino, ao Egito. Shâwar foi restaurado no poder, mas os dois aliados se desentenderam e o vizir, para desembaraçar-se do curdo que se tornara por demais exigente, recorreu a Amauri. Este aproveitou a oportunidade e sitiou Shirkuh em Bilbaïs. Em face de um ataque de Nur-ed-Din ameaçando o próprio reino de Jerusalém, Amauri entrou em acordo com o curdo e ambos os exércitos retiraram-se do Egito deixando Shâwar senhor do país (novembro de 1164).

Em janeiro de 1167 Nur-ed-Din enviou novamente seu general ao Egito com a missão expressa de conquistar o vale do Nilo. Os fatimitas recorreram mais uma vez ao rei de Jerusalém que foi recebido como salvador na velha terra dos faraós. Depois de uma batalha indecisa em Babaïn, no Alto Egito (março de 1167), Shirkuh apoderou-se de Alexandria onde foi cercado pelas forças franco-egípcias. Por fim estabeleceu-se um acordo entre Amauri e Shirkuh: ambos se retirariam do Egito. Deve-se notar que nessa ocasião estabeleceram-se cordialíssimas relações entre Amauri e o sobrinho de Shirkuh, Saladino.

A campanha de Amauri tivera um notável êxito, pois mantendo a independência egípcia evitara a reunificação do mundo muçulmano e conseguira ainda estabelecer sobre o governo do Cairo um consentido protetorado franco. Mas instigado por seus barões Amauri cometeu o erro fatal de pretender conquistar o Egito sem aguardar o auxílio bizantino prometido pelo basileu. Diante do ataque dos francos, os egípcios não tiveram outra alternativa senão «lançar um pedido de socorro a Nur-ed-Din. Shirkuh acorreu mais uma vez ao vale do Nilo e em janeiro de 1169 entrava no Cairo. Shâwar tentou repetir a velha jogada para equilibrar-se entre a ameaça de seus dois adversários, mas foi aprisionado e morto. Shirkuh assumiu, então, as funções de vizir, porém morreu pouco depois e foi substituído por Saladino. O jovem herói curdo, salvando as aparências de respeito e acatamento ao califa fatimida que teoricamente detinha a autoridade, tornara-se o verdadeiro senhor do Egito, embora se considerasse como lugar-tenente de Nur-ed-Din.[100]

A expedição franca de 1168 tivera, portanto, uma nefasta conseqüência: «Em lugar de um Egito vassalo e, em todo o caso, inofensivo, eis que vinha instalar-se à frente desse país um jovem chefe cujo gênio toda a história ulterior iria revelar, homem de guerra e homem de estado de primeira ordem, a mais forte personalidade que a sociedade muçulmana produziu durante toda a época das cruzadas».[101]

Amauri voltou-se para Manuel Comneno que enviou uma poderosa frota com um corpo expedicionário (julho de 1169). Damieta foi cercada pelos aliados (outubro de 1169), mas Saladino conseguiu abastecer a cidade. Discórdias surgidas entre francos e bizantinos fizeram com que o exército cristão abandonasse o Egito. Diante da ameaça de Saladino ao reino de Jerusalém, Amauri dirigiu-se (março de 1171) pessoalmente a Constantinopla onde teve uma recepção magnífica: Segundo Grousset era o encontro «do último grande basileu bizantino com o último rei de Jerusalém digno desse nome».[102]

Entretanto Saladino havia suprimido o califado fatimida do Cairo (setembro de 1171) pondo fim ao cisma religioso que, havia dois séculos, separava os muçulmanos do Egito dos da Síria, desacordo esse «que tanto havia contribuído para o sucesso das cruzadas».[103] A supressão do califado tivera como conseqüência o fortalecimento do poder de Saladino que, de fato, se tornara o único senhor do Egito. Compreende-se que essa situação causasse preocupação no velho atabeg. Com efeito Nur-ed-Din chegou a planejar uma expedição contra Saladino, mas a morte do primeiro (maio de 1174), seguida, pouco depois, da morte de Amauri (julho de 1174), contribuiria para a ascensão do prestígio de Saladino. Em 1174 o senhor do Egito ocupa Damasco e em 1183 toma Alepo. A união da Síria com o Egito fechava o cerco aos estados latinos e colocava-os em situação de permanente inferioridade militar.

Balduíno IV, o adolescente que sucedera ao pai Amauri, orientado por seu hábil conselheiro, o conde Raimundo III de Trípolis, tentara embargar os passos de Saladino na realização da unidade muçulmana no Oriente. Apesar de atingido pela lepra, o jovem soberano de dezessete anos tomou parte ativa na luta e obteve uma notável vitória sobre seu adversário, em novembro de 1177 nas proximidades do castelo de Montgisard (Tell-Djézer).

Em junho de 1179, porém, Balduíno IV e o conde de Trípolis foram derrotados por Saladino, que preparava a invasão da Galiléia, em Marj Ayun, o Vale das Fontes, entre o rio Litani e o Jordão superior. No ano seguinte Balduíno IV e Saladino estabeleceram uma trégua, vantajosa sobretudo para os francos cuja situação era precária. Infelizmente o insensato Reinaldo de Châtillon, que Grousset qualifica de típico representante da feudalidade sanguinária do Ocidente, rompeu a trégua atacando a caravana que pacificamente se dirigia de Damasco a Meca. Balduíno IV reclamou energicamente contra esse ato leviano e tentou em vão levar Reinaldo à restituição dos prisioneiros e da presa arrebatada. Saladino, recomeçou, então, a luta obrigando o jovem rei leproso a uma constante atividade guerreira.

Reinaldo de Châtillon exasperou o sentimento muçulmano quando, depois de construir uma pequena frota, levou-a desmontada, por terra, desde a Transjordânia até o Golfo de Akaba, no Mar Vermelho, com o fim de fazer uma verdadeira guerra de corso nos litorais do Egito e do Hedjaz e ameaçar assim a rota das peregrinações para Meca e Medina (1182-1183). Compreende-se que essa atitude imprudente tenha indignado o mundo islâmico e levado Saladino a agir com decisão. Uma esquadra egípcia destruiu a flotilha franca e em novembro de 1183 o poderoso chefe muçulmano veio a Transjordânia sitiar a fortaleza de Reinaldo, o Crac de Moab (Kerak), que só foi salva graças à intervenção de Balduíno IV (dezembro de 1183).

Em março de 1185 falecia o rei de Jerusalém vitimado pela lepra. Seu sobrinho e sucessor, Balduíno V, uma criança de cinco anos, morreu poucos meses depois. A coroa coube então à irmã de Balduíno IV, Sibila, que associou ao trono seu esposo o incapaz Guido de Lusignan.[104] Este não se revelou à altura da situação quando o aventureiro Reinaldo de Châtillon rompeu uma trégua que havia estabelecido com Saladino e que lhe favorecia sobremaneira, atacando de emboscada uma caravana que do Cairo se dirigia para Damasco. Intimado por Saladino a devolver a presa, o aventureiro recusou. O muçulmano apelou para Guido, que nada conseguiu do recalcitrante Châtillon. Estourou então a inevitável guerra. Saladino saqueou a Transjordânia e sitiou Reinaldo em Kerak. A 4 de julho de 1187 travou-se uma batalha decisiva entre Saladino e Guido de Lusignan em Hattin nas proximidades de Tiberíades. A maioria do exército cristão foi massacrada ou capturada. Entre os raros que conseguiram fugir figurava Raimundo de Trípolis. Guido de Lusignan e Reinaldo de Châtillon caíram prisioneiros. O segundo, por sua deslealdade costumeira, foi morto pelo próprio Saladino. Este não esperou para explorar até o fim a grande vitória. Acre, Nazaré, Cesa-

réia, Sidon e Ascalão tombaram sucessivamente em seu poder. Em setembro de 1187 o grande sultão curdo sitiou Jerusalém cuja defesa foi organizada pelo cavaleiro Balian d'Ibelin que desposara, em segundas núpcias, a antiga rainha de Jerusalém, Maria Comnena, esposa de Amauri I. Balian caíra prisioneiro em Hattin mas obtivera permissão de Saladino para voltar a Jerusalém. A tentativa de resistência foi inútil e a cidade teve que se render. Saladino revelou-se generoso com os vencidos e sua atitude contrasta singularmente com o procedimento dos cruzados quando conquistaram Jerusalém no ano de 1099.

Em 1188 a Síria franca estava reduzida praticamente a Trípolis, Tiro, Tortosa, Antioquia e a algumas fortalezas situadas em montanhas, como por exemplo o inexpugnável Crac dos Cavaleiros.

Logo após a batalha de Hattin, seguiram mensageiros para o Ocidente com a notícia alarmante da derrota. Pouco depois outros enviados estarreciam a cristandade ocidental com a nova de que Jerusalém havia tombado em poder dos infiéis.

Grande quantidade de refugiados cristãos havia buscado abrigo atrás das muralhas de Tiro que resistia graças à energia do marquês piemontês Conrado de Monteferrato aclamado como verdadeiro salvador da cidade. Os defensores de Tiro apressaram-se em enviar seu arcebispo Josias para informar pessoalmente o papa e os reis do Ocidente sobre a crítica situação dos cristãos no Oriente. O arcebispo de Tiro passou pela corte de Guilherme II da Sicília aonde já haviam chegado os rumores do desastre. Guilherme II enviou então uma esquadra com reforços que permitiram a defesa de Tiro, Trípolis e Margat e asseguraram o aprovisionamento das últimas praças francas que resistiam. Prosseguindo em sua missão, Josias chegou a Roma. Os genoveses já haviam alertado a corte papal sobre a grave situação reinante no Oriente. O papa Gregório VIII enviou uma carta-circular a todos os fiéis do Ocidente cientificando-os da perda da Terra Santa e da sagrada relíquia da Santa Cruz e concitando-os a abraçar a Cruz com espírito de penitência e sacrifício.

Clemente III, que sucedeu (dezembro de 1187) ao breve pontificado de Gregório VIII, procurou estabelecer contacto com o imperador Barba-Roxa tendo em vista a cruzada. Entretanto o arcebispo de Tiro cruzava os Alpes para visitar os reis da França e da Inglaterra.[105]

«Entre os pregadores dessa nova cruzada — a terceira, se admitirmos a terminologia tradicional — o cardeal d'Albano obteve um sucesso considerável. Acompanhado pelo arcebispo de Tiro que viera da Síria com uma vela negra no mastro de seu navio, o cardeal, um cisterciense, percorreu a França. Reconciliou o rei de França Filipe Augusto com o rei da Inglaterra Henrique II, e despertou o entusiasmo das multidões nos países que atravessou.

Na Alemanha e na Itália as querelas cessaram; a pregação da cruzada como em 1095, trazia a paz ao Ocidente. Em toda a parte, na Europa, os apelos dos papas encontravam eco; na própria Escandinávia, como o demonstrou o conde Riant, cristãos comovidos com as cartas dos pontífices tomaram a cruz. Na Dinamarca decidiu-se que o apelo à cruzada seria publicado ao som de trompas em todas as praças públicas e pregado em todas as igrejas do reino. Os anais escandinavos narram a forte impressão causada pela notícia da queda de Jerusalém e de uma nova cruzada. Dinamarqueses e noruegueses se puseram a caminho e participaram da terceira cruzada; no sítido de S. João d'Acre os dinamarqueses desempenharam um papel importante».[106]

Ao lado dos pregadores da cruzada devemos lembrar o papel desempenhado pelos poetas: «Os poetas contribuíram também para a propaganda; a poesia provençal achava-se, então, em seu apogeu, e, entre os cruzados, se encontravam protetores dos trovadores. Estes, à sua maneira ao mesmo tempo simples e entusiasta, se fizeram os pregadores da cruzada».[107]

Os três principais soberanos do Ocidente, Frederico Barba-Roxa, Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, tomaram a cruz. «Com a participação dos guerreiros escandinavos e a colaboração das frotas italianas, era a Europa quase inteira que se lançava contra o Oriente Muçulmano. O historiador Luís Bréhier anota que, à véspera da terceira cruzada, cristãos e muçulmanos possuem, melhor que outrora, o sentimento de sua força e da importância da luta».[108]

Em princípios de maio de 1189 Frederico Barba-Roxa partiu de Ratisbona em companhia de seu segundo filho, Frederico da Suábia, e de muitos de seus mais importantes vassalos. O exército germânico era numeroso, disciplinado e muito bem equipado. Com uma cordial recepção do rei Bela, os cruzados atravessaram a Hungria e transpuseram o Danúbio em 23 de junho, chegando a Belgrado. Em território bizantino os alemães tiveram que enfrentar ataques de bandoleiros sérvios e búlgaros. Note-se também que sérvios e búlgaros estavam em luta contra o Império Bizantino. Barba-Roxa prudentemente procurou manter boas relações com os chefes rebeldes. Assim é que Estêvão Nemânia, da Sérvia, foi até Nich (Nish) para saudar o imperador germânico quando passou pela cidade em julho e os irmãos Pedro e João Assen, chefes da rebelião búlgara, enviaram mensagens a Barba-Roxa prometendo-lhe auxílio. Compreende-se que tais relações provocassem desconfiança e mal-entendidos em Constantinopla. Frederico também não confiava muito no governo bizantino e esse estado de espírito remontava à época em que participara da segunda cruzada com seu tio Conrado. Devemos lembrar que o basileu Isaac Ângelo fizera uma aliança com Saaldino a quem informava sobre a marcha da Cruzada.[109] Quando Barba-Roxa ocupou Filipópolis e daí enviou emissários a Constantinopla com o fim de tratar do transporte das tropas para a Ásia, Isaac mandou retê-los como reféns para garantir um comportamento pacífico por parte do imperador germânico.[110] Este reagiu ordenando a seu filho Frederico da Suábia que tomasse a cidade de Didimótico, na Trácia, e solicitando a outro filho, o futuro

Henrique VI que permanecera na regência do Império, o envio de uma frota para atacar Bizâncio. Isaac resolveu, então, pôr em liberdade os emissários alemães e entrou em acordo com Frederico Barba-Roxa.

Os alemães invernaram prudentemente em Andrinopla enquanto os cidadãos de Constantinopla tremiam de medo, temendo que Frederico marchasse sobre a capital.[111]

Em março de 1190 o exército alemão dirigiu-se para Galípoli, nos Dardanelos, e com a ajuda dos transportes bizantinos desembarcou na Ásia «para descanso de Isaac e de seus súditos».[112]

Partindo do litoral asiático dos Dardanelos, Barba-Roxa cruzou o Granico e seguiu pela estrada bizantina passando por Filadélfia onde houve um pequeno incidente com a população. Em 27 de abril os alemães já se encontravam em Laodicéia. Daí dirigiram-se para o interior passando pelo local da batalha de Miriocéfalo em que Manuel Comneno fora derrotado em 1176. O sultão seldjúcida não ousou enfrentar o exército, o que não impediu a desagregação da cruzada. Uma parte retardatários e impedindo o abastecimento. Apesar da fome, da sede e das flechas turcas, Barba-Roxa chegou a Kônia capital dos seldjúcidas, derrotando o filho do sultão que tentara conter o avanço dos cruzados.

Depois de alguns dias de repouso Barba-Roxa prosseguiu a marcha. «A difícil travessia do platô da Ásia Menor, fatal a tantas cruzadas precedentes, efetuara-se sem acidentes graças à disciplina e ao excelente serviço de intendência do exército alemão. Após haver atravessado o Taurus, Frederico desceu à planície ciliciana onde foi acolhido como aliado pelos armênios».[113] O avanço seguro do grande exército germânico estabelecera o pânico entre os muçulmanos. Os lugar-tenentes de Saladino evacuaram diversas praças situadas na fronteira siro-ciliciana e o próprio sultão curdo julgava impossível defender Sidon, Cesaréia e Jafa.[114]

A 10 de junho um acidente fatal iria quebrar o elã da cruzada alemã: a morte inesperada de Barba-Roxa nas águas do rio Selef. O imperador chegara às margens do rio acompanhado de seu corpo de guarda. O que se passou então, não se sabe com certeza, pois há mais de uma versão sobre a causa do afogamento de Barba-Roxa. Esse funesto acontecimento causou imensa dor e profundo desânimo entre os cruzados alemães. O duque da Suábia assumiu o comando do exército germânico, mas procurou dificultar-lhe a marcha atacando os dos príncipes regressou com seus homens para a Europa. Outros dirigiram-se por mar para Tiro ou ainda para S. João d'Acre. O que restou da expedição prosseguiu por terra e depois de sofrer graves perdas chegou em 21 de junho a Antioquia. Nesta cidade foram enterrados alguns restos do cadáver do imperador. Os ossos foram levados pelo duque da Suábia que os enterrou em Tiro. Com um exército reduzido o filho de Barba-Roxa atingiu S. João d'Acre onde faleceu em janeiro de 1191.

Podemos avaliar o que significou a morte de Frederico Barba-Roxa para os muçulmanos, através do que escreveu o historiador árabe Ibn al-Athîr: «Se Alá não se houvesse dignado mostrar sua bondade aos muçulmanos, fazendo perecer o rei dos alemães exatamente no instante em que ia penetrar na Síria, escrever-se-ia hoje: a Síria e o Egito pertenceram outrora ao Islã».[115]

Enquanto a cruzada alemã, privada de seu chefe, se desintegrava, os francos do Oriente iniciavam uma luta de reconquista sob a orientação de Guido de Lusignan. Note-se que o irrequieto rei de Jerusalém havia sido libertado em julho de 1188 a pedido insistente da rainha Sibila e graças ao espírito liberal e generoso de Saladino.[116] Guido jurara solenemente não mais tomar armas contra os muçulmanos, mas esquecera mui depressa o compromisso sob o pretexto de que fora assumido sob coação e com um infiel.

Guido chegara às cercanias de Acre em agosto de 1189 e estabelecera seu acampamento na colina de Turon (Tel el-Fukhkhar). Começava assim o sítio de S. João d'Acre, sítio esse que deveria durar dois anos e que impressionaria profundamente a imaginação dos contemporâneos graças às mil e uma peripécias que o caracterizaram.

A cidade de Acre possuía condições para resistir a um prolongado assédio, pois estava construída sobre uma colina cercada de pântanos e contava ainda com obras de defesa construídas por Saladino. Apesar dessa situação os sitiantes não desanimaram graças sobretudo ao socorro que passaram a receber. Com efeito, «escandinavos, italianos, alemães e franceses apareceram sucessivamente no outono de 1189 e no verão de 1190. Enfim, na primavera de 1191, chegaram dois príncipes cujo socorro devia ser decisivo: Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão».[117]

Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão partiram de Vézelay a 4 de julho de 1190 para a Terra Santa. Ricardo ordenara que a frota inglesa contornasse o litoral espanhol e o aguardasse em Marselha. Os exércitos inglês e francês haviam marchado de Vézelay para Lião. Depois de passarem por essa cidade, os reis separaram-se: Filipe Augusto dirigiu-se a Gênova e Ricardo a Marselha.

A esquadra que transportava os franceses zarpou de Gênova em fins de agosto e chegou a Messina em meados de setembro. Filipe Augusto foi recebido com honras reais.

Ricardo resolvera fazer o percurso por terra com uma pequena escolta, passando por Gênova, Pisa, Óstia e Salerno. Em setembro chegou a Messina onde teve magnífica recepção. Os dois soberanos demoraram-se por seis meses na Sicília, «em uma inação bastante inexplicável enquanto o exército cristão que assediava Acre esperava-os febrilmente. Na realidade, o Capetíngio e o Plantageneta, embora aliados para a guerra santa, nutriam suspeitas recíprocas, vigiavam-se e entravavam-se

mutuamente. Após incidentes que quase provocaram uma guerra aberta entre os dois príncipes cruzados, Filipe Augusto partiu, em primeiro lugar, de Messina aos 30 de março de 1191, para desembarcar em 20 de abril diante de S. João d'Acre. Quanto a Ricardo, tendo partido de Messina a 10 de abril, só devia desembarcar na Síria a 7 de junho. No intervalo ele conquistara a ilha de Chipre...» [118] Sobre essa conquista convém repetir López: «A ilha bizantina de Chipre, conquistada de passagem por Ricardo Coração de Leão, por ele vendida aos Templários, e por estes ao ex-rei de Jerusalém (o vencido de Hattin), tornou-se um reino «latino» independente, de língua francesa. Soldados e mercadores, embora permanecendo agarrados às testas de ponte fortificadas da Palestina, deslocaram gradualmente o seu centro de gravidade para essa fortaleza natural, à qual o Mediterrâneo dominado pelos seus correligionários servia de fosso. Nesta segurança relativa, retomaram com êxito os planos de colonização que a pressão do inimigo e seus próprios erros tinham feito malograr no continente. Chipre com seus afamados vinhedos e campos de anil, os seus mercados e portos, as suas igrejas góticas e as suas casas orientais, a requintada cultura e o treino guerreiro, constituiu o mais belo triunfo das Cruzadas. O mais duradouro também: iria sobreviver vários séculos ao desmoronar do reino de Jerusalém». [119] Note-se de passagem que Guido de Lusignan deixara Acre a fim de solicitar o apoio de Ricardo contra seu concorrente ao trono de Jerusalém, Conrado de Monferrato, e não hesitara em pôr sua espada a serviço do rei inglês auxiliando-o a conquistar a ilha.

A frota francesa fizera uma boa travessia até Tiro onde Filipe Augusto recebeu as boas-vindas de seu primo Conrado de Monferrato. De Tiro partiram ambos para Acre aonde chegaram, a 20 de abril. «Para o temperamento paciente e engenhoso de Filipe a guerra de assédio era atraente. Reorganizou as máquinas dos sitiantes e construiu torres para os mesmos». [120] Aguardava-se a chegada de Ricardo para tentar-se o assalto à cidade.

Quando o rei inglês chegou a Acre com vinte e cinco galeras, reanimou-se a coragem dos sitiantes que festejaram ruidosamente a chegada de Ricardo.

Cada um dos dois reis dirigiu o ataque em um determinado setor. Graças à chegada das frotas inglesa e francesa, os cristãos puderam apertar o cerco pelo lado do mar, dificultando a entrada de víveres na cidade sitiada onde já se falava em rendição. Ante essa situação Saladino tentou, a 3 de julho, um ataque contra os francos, mas foi repelido. A 11 de julho de 1191 os ingleses lançaram um furioso assalto contra a cidade e no dia seguinte a guarnição capitulou. Abria-se então uma nova fase na história das cruzadas: Acre passaria a ser no século XIII a verdadeira capital do reino de Jerusalém e o último baluarte da Síria latina.

A conquista de S. João d'Acre reacendeu a antiga rivalidade entre os dois soberanos cruzados. O pomo da discórdia agora era a competição entre Monferrato e Lusignan. Observe-se que com a morte da rainha Sibila em outubro de 1190 a situação de Guido como rei de Jerusalém era discutível. Grousset observa que de acordo com o Direito franco da Síria só Sibila era rainha *de jure*. Guido apenas estava associado ao trono a título de príncipe consorte. A sucessão caberia então à princesa Isabel, irmã mais moça da rainha defunta, que contraíra um duvidoso matrimônio com Monferrato. [121]

Para pôr fim à controvérsia entre Guido e Conrado os barões sírios resolveram a 28 de julho que o primeiro conservaria a coroa durante o resto de sua vida. Depois o trono passaria a Conrado e Isabel e sua descendência.

Regulada a questão de sucessão ao trono de Jerusalém, Filipe Augusto decidiu retornar a seu reino deixando contudo na Palestina um grande contingente francês sob as ordens do duque de Borgonha.

Cabia agora a Ricardo a direção da cruzada. O rei inglês era um exemplar soldado a quem, contudo, faltavam o tacto político e o indispensável controle de seu temperamento exaltado. Desde logo essa falta de equilíbrio se revelou nociva: Ricardo mandou, sem razão que o justificasse plenamente, matar friamente três mil prisioneiros. Esse ato cruel provocou naturalmente represálias da parte de Saladino.

Ricardo conduziu seu exército integrado de ingleses, franceses, latinos da Síria, templários e hospitalários através do litoral, no sentido norte-sul. A frota cristã, que dominava o mar, acompanhava a marcha do exército e providenciava seu abastecimento. Paralelamente, do lado das colinas, seguiam os soldados de Saladino sempre prontos a aproveitar qualquer falta cometida pelo adversário para surpreendê-lo. Deve-se notar que o exército franco era superior aos turcos pela disciplina e pela invulnerabilidade proprocionada pelas armaduras. Seus adversários porém possuíam a vantagem não desprezível de uma extrema mobilidade.

A 7 de setembro de 1191 os francos foram cercados e atacados na planície situada ao norte de Arsuf pelo exército de Saladino. A situação tornara-se gravíssima e tudo indicava que o desastre de Hattin ia reptir-se. Mas, anota Grousset, «Ricardo Coração de Leão não era nem um Reinaldo de Châtillon, nem um Guido de Lusignan. Medíocre político no conselho, ele tornava-se no campo de batalha a própria encarnação do gênio da guerra». [122]

A carga da cavalaria cristã rompeu as fileiras muçulmanas e pôs em fuga o inimigo. A vitória de Arsuf, embora não tivesse sido decisiva, teve uma enorme repercussão e contribuiu poderosamente para levantar o moral dos cruzados. De Arsuf Ricardo passou a Jafa onde os cruzados se instalaram e se entregaram a divertimentos deixando a Saladino tempo para preparar a defesa de Jerusalém.

Por três vezes Ricardo se aproximou da cidade Santa e parecia que se repetiria o feito da primeira cruzada. No natal de 1191 os soldados cristãos haviam chegado a cerca de vinte quilômetros do alvo desejado. Mas as circunstâncias eram bem diferentes dos tempos de Godofredo de Bulhões. Agora os cruzados sofriam a ameaça constante do numeroso exército de Saladino. Ricardo teve a prudência de não se lançar a uma aventura distante de suas bases de operações e num meio hostil.

Em julho de 1192, enquanto Ricardo se dirigia a Beirut, Saladino resolveu atacar Jafa onde permanecera apenas uma reduzida guarnição. Após encarniçada defesa os cristãos estavam em vias de capitular quando o rei inglês apareceu repentinamente no porto acompanhado de tropas transportadas em galeras genovesas. A coragem e a audácia de Ricardo suprem a deficiência numérica de seus homens e põem em fuga os muçulmanos. Um ataque do inimigo ao acampamento franco armado fora dos muros da cidade foi também repelido por Ricardo (5 de agosto de 1192) com uma vitória completa dos cruzados.

Em setembro de 1192 Ricardo Coração de Leão, cansado da luta e desejoso de regressar a seu reino onde assuntos urgentes exigiam sua presença, entrou em acordo com Saladino estabelecendo a paz entre cristãos e muçulmanos. Os francos conservariam os territórios reconquistados pelas armas: a zona litorânea de Tiro a Jafa. O interior com Jerusalém permaneceria sob o poder de Saladino. Este assegurava aos cristãos todas as garantias para a peregrinação à Cidade Santa. O sultão cumpriu desde logo sua palavra, recebendo cordialmente os bispos, barões e cavaleiros, seus adversários da véspera, que, antes de regressar à pátria, foram visitar os Lugares Santos.[123] A 9 de outubro de 1192 o intrépido Ricardo embarcava para a Europa um tanto decepcionado por não ter conseguido a libertação do Santo Sepulcro. Puniu-se a si mesmo abstendo-se de acompanhar seus cavaleiros na visita aos Lugares Santos...»[124]

Na noite de 3 para 4 de março de 1193 morria em Damasco o grande Saladino, «esta flor de liberalismo e de cortesia» (Grousset, *Epopée*, p.194) que tanta admiração provocara entre seus adversários.

Embora a terceira cruzada não houvesse atingido seu objetivo supremo, a libertação de Jerusalém, contribuiu decisivamente para salvar os latinos da Síria do extermínio completo. Os portos ficaram desembaraçados e aptos para o desempenho de importante função econômica e militar. Ainda mais: «graças às vitórias de Ricardo, que tinham impressionado fortemente seus adversários, a convivência tornara-se possível entre cristãos e muçulmanos da Síria».[125]

9. A Quarta Cruzada

O semifracasso da terceira cruzada não quebrantara o ânimo dos ocidentais. A idéia de fazer expedições ao Oriente e lutar contra os infiéis criara já raízes fundas no Mundo Feudal europeu. A cruzada penetrara nos costumes da cavalaria ocidental e tornara-se uma verdadeira instituição. Criara-se no Ocidente um verdadeiro espírito de cruzada que explica a existência de numerosas expedições intermediárias entre as cruzadas propriamente ditas planejadas e pregadas pelos papas.

Entre essas expedições podemos citar a título de exemplo a projetada pelo imperador Henrique VI. Já focalizamos sua personalidade no capítulo referente à Alemanha. Sua «cruzada» dirigir-se-ia ao mesmo tempo contra Bizâncio e contra a Síria Muçulmana e seria, de certa forma, a retomada da expedição de Barba-Roxa.

Preparada desde 1195, a expedição imperial zarpa dos portos da Itália Meridional em 1197. Esses primeiros contingentes, que precedem a viagem do imperador, retomam Sidon e Beirut contribuindo, assim, para o restabelecimento das comunicações terrestres entre Acre e Trípolis (1197).[126] «A cruzada de Henrique, falsa cruzada já no espírito de seu iniciador, havia desenvolvido na Síria durante esse inverno de 1197-1198, germes de divisão: disputas entre cruzados alemães e francos da Síria, intervenção de príncipes alemães nos negócios internos do reino. O novo rei da Jerusalém, Amauri de Lusignan, teve que prestar um juramento de fidelidade ao imperador «romano-germânico» fazendo passar assim, ao menos *de direito*, a Síria sob a suserania alemã quando ela dependia, por suas origens, da Igreja Romana (pois as cruzadas haviam sido empreendidas pelo papa) e subsidiariamente de Bizâncio, pois alguns príncipes latinos haviam prestado homenagem ao *basileu*» (Rousset, *obra citada*, pp.198-199).

A morte de Henrique VI em Messina (setembro de 1197) não só fez com que os alemães desistissem de prosseguir na luta, mas facilitou sobremaneira a realização dos planos de Inocêncio III. Estudaremos no capítulo sobre a Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal*) a notável personalidade de Inocêncio III, o maior papa da Idade Média. Lembremos, por ora, que a cruzada foi sua preocupação constante «e ele multiplicou os apelos para a guerra santa; em seu pensamento a expedição de Jerusalém estava ligada à realização da unidade cristã, isto é, à paz interna no Ocidente e à supressão do cisma de Bizâncio».[127]

Antes de falar da pregação e conseqüente realização da quarta cruzada, convém dizer algumas palavras sobre a nova mentalidade que predomina nesta época em relação às expedições ao Oriente.

Com a atuação de Ricardo Coração de Leão desenvolve-se a idéia de conseguir a posse do Santo Sepulcro mediante negociações. Pouco a pouco, ao lado do sentimento religioso que permanece e inspira sempre boa parte dos expedicionários, tomam vulto os interesses políticos e econômicos. A solução da questão bizantina (existia a idéia de que Constantinopla constituía um obstáculo permanente ao êxito das cruzadas) e um ataque ao Egito constituem idéias que vão influir doravante nos futuros projetos de cruzada. Quanto aos interesses econô-

micos das cidades italianas, deve-se sublinhar que passaram a constituir um elemento decisivo na política oriental.

Um rápido olhar para essa situação política revela-nos o seguinte panorama: [128]

1) No final do século XII a Síria franca tornara-se um país essencialmente litorâneo dependendo da manutenção de alguns portos. A morte de Saladino e a conseqüente divisão do mundo muçulmano favorecera os cristãos, mas não dispensara a atuação do Ocidente no sentido do envio regular de reforços.

2) A situação do Império Bizantino caracteriza-se por crises externas e internas.

Externamente o velho Império encontrava-se ameaçado não só pelos turcos da Ásia mas também pelas populações balcânicas.

Internamente Bizâncio estava ameaçado por desordens, conspirações e pela interferência estrangeira em sua vida econômica. [129]

Quando Inocêncio III tomou conhecimento da retirada dos expedicionários que integravam a cruzada de Henrique VI e o conseqüente perigo a que estavam sujeitos os Estados francos da Síria, resolveu lançar um apelo a toda a cristandade. Assim é que, em agosto de 1198, endereçou uma carta aos fiéis da França, da Inglaterra, da Hungria e da Sicília convidando-os a socorrer a Terra Santa.

Dois cardeais, Soffredo e Capuano, receberam a incumbência de organizar a cruzada. O papa entrou também em contacto com Veneza, Pisa e Gênova e com o próprio basileu Aleixo III.

Veneza acolheu bem o legado pontifício, mas Gênova e Pisa, em guerra uma com a outra, não atenderam ao apelo de Inocêncio III. Da parte dos reis e príncipes do Ocidente houve também recusa em ouvir a chamada do papa: «O rei da França, Filipe Augusto, excomungado por adultério, recusou atender ao apelo para a cruzada. O rei da Inglaterra, João Sem-Terra, não somente recusou engajar-se, mas ainda se opôs à partida dos cavaleiros ingleses. Inocêncio III teve decepções da mesma ordem na Hungria e na Itália; nesse último país as reivindicações e desejos do papa chocavam-se com uma viva oposição». [130]

Em face da atitude negativa dos chefes de Estado, Inocêncio III dirigiu-se aos senhores feudais e à massa de fiéis, através da pregação popular.

«A quarta cruzada foi, como a primeira, uma cruzada sem reis; Inocêncio III, como Urbano II um século mais cedo, conseguiu pôr em movimento a sociedade feudal na ausência e, aqui e lá, malgrado a oposição dos soberanos. Em sua origem a quarta cruzada foi mesmo um empreendimento da Igreja, o negócio pessoal do papa; por outro lado, seu recrutamento dava-lhe, como em 1096, um caráter sobretudo francês». [131]

Um novo Pedro, o Eremita, aparece na França: trata-se de Foulques, cura de Neuilly-sur-Marne. Inocêncio III, informado sobre o êxito que o santo homem havia obtido em seu apostolado, deu-lhe a missão de, sob a orientação do legado Pedro Capuano, pregar a cruzada. Foulques percorreu a França arrastando as multidões, distribuindo cruzes e recolhendo dinheiro para a Terra Santa. [132]

Por ocasião de um torneio realizado em Ecry (Ecry-sur-Aisne) o conde Teobaldo de Champanha e seus companheiros ficaram profundamente impressionados com a pregação de Foulques e resolveram tomar a cruz.

Os cruzados franceses escolheram Teobaldo como chefe e enviaram uma delegação a Veneza a fim de tratar do importante problema de transporte da expedição. Entre os delegados figuravam dois ilustres cavaleiros que se tornariam famosos na literatura: *Conon de Bethume* (que nos deixou dois poemas relativos à cruzada) e *Godofredo de Villehardouin*, (autor da *Conquista de Constantinopla*, obra básica para a história da quarta cruzada). [133] Os venezianos se comprometeram (abril de 1201) a fornecer, pelo preço de 85.000 marcos de prata de Colônia, transportes e alimentos durante um ano para 4.500 cavaleiros e seus cavalos, 9.000 escudeiros e 20.000 infantes.

Além disso a República poria à disposição, para escoltar os cruzados, cinqüenta galeras, sob a condição de que Veneza receberia a metade das conquistas. «Concluído o acordo, os cruzados foram convocados para reunir-se em Veneza, dispostos a zarpar rumo ao Egito». [134]

Ao retornar de Veneza, Godofredo de Villehardouin encontrou o conde de Champanha gravemente enfermo. Pouco depois (maio de 1201), o jovem chefe falecia criando um grave problema para o prosseguimento dos preparativos.

Reunidos em Soissons os barões franceses, a conselho de Villehardouin, resolveram escolher o marquês Bonifácio de Monferrato para chefe da expedição (junho de 1201). [135] O marquês italiano, que era irmão de Conrado, o defensor de Tiro, não fez dificuldades em aceitar a oferta. Dirigiu-se a Soissons onde recebeu o comando e onde o bispo Nivelon e Foulques de Neuilly lhe pregaram a cruz no ombro. A adesão de Monferrato trouxe para o movimento um grande número de cavaleiros da Provença e da Lombardia em virtude da propaganda aí feita pelos trovadores que freqüentavam a corte do marquês.

Antes de prosseguir, vamos fazer duas observações que servirão para explicar os rumos que a quarta cruzada iria tomar.

A primeira diz respeito a Monferrato. O marquês era amigo de Filipe da Suábia, o candidato ao trono imperial em oposição a Otão de Brunswick, e encontrava-se na corte deste quando aí chegou o jovem Aleixo, filho do basileu deposto, Isaac II; o príncipe fugira da prisão (fins de 1201) e dirigira-se para a corte alemã onde residia sua irmã Irene, casada com Filipe. Este recebeu bem o cunhado e apresentou-o

a Bonifácio. «Os três celebraram conselho. Aleixo desejava obter o trono de seu pai. Filipe estava disposto a ajudá-lo, para converter o Império Oriental em cliente do Ocidental. Bonifácio tinha um exército cruzado à sua disposição. Não seria uma vantagem para a cruzada se se detivesse em seu caminho para exaltar ao trono um governante amigo em Constantinopla?»[136]

A segunda observação refere-se ao problema do Egito como objetivo dos cruzados. Esse objetivo desgostara a muitos dos cruzados mais humildes cuja fé e entusiasmo os haviam levado a tomar a cruz para libertar a Terra Santa. Deve-se notar que os venezianos estimulavam esse descontentamento e o faziam por interesses de ordem econômica. «No mesmo momento em que o governo veneziano estava negociando com os cruzados sobre o transporte de suas forças, os seus embaixadores se encontravam no Cairo projetando um tratado comercial com o vice-rei do sultão que com eles firmou um convênio na primavera de 1202, depois que os enviados especiais mandados por Al-Adil a Veneza haviam recebido garantias do doge no sentido de que não patrocinariam nenhuma expedição contra o Egito».[137] Note-se que o sultão Al-Adil era irmão e principal sucessor de Saladino.

Depois da Páscoa de 1202 os cruzados se puseram em movimento em direção a Veneza. Cruzando os Alpes através do Grande S. Bernardo ou do Monte Cenis e atravessando a planície lombarda, eles começaram a chegar à república do Adriático no decorrer do mês de junho. Um acontecimento que acarretaria graves conseqüências foi a escolha de outras vias de acesso ao Oriente por parte de muitos cruzados que se haviam comprometido a concentrar-se em Veneza. Assim, por exemplo, alguns embarcaram em Marselha, outros na Itália Meridional. O resultado dessas defecções foi que o número de cruzados reunidos em Veneza não era suficiente para arcar com as despesas constantes no contrato. Apesar de toda a diligência, os barões só conseguiram reunir 34.000 marcos em lugar dos 85.000 necessários. Compreende-se facilmente a situação de constrangimento em que se encontravam os guerreiros acampados na ilha de S. Nicolau do Lido e à mercê de seus credores, os venezianos. Estes haviam cumprido as cláusulas contratuais que lhes diziam respeito: fora aparelhada uma imponente frota que causava a admiração dos expedicionários.

Para resolver o aflitivo problema do pagamento de suas dívidas os cruzados tiveram que aceitar a proposta do doge de Veneza: prestar auxílio na reconquista da cidade de Zara que, há vinte anos, fugira ao domínio veneziano e que se encontrava agora sujeita ao rei húngaro.

«O papa, inteirado do oferecimento, manifestou, em seguida, a proibição de aceitá-lo. Porém, independentemente do que sentiram sobre o aspecto moral do assunto, os cruzados não tiveram outro remédio senão conformar-se. O arranjo havia sido feito, nos bastidores, por Bonifácio de Monferrato, que tinha poucos escrúpulos cristãos, e pelo

doge de Veneza, Henrique Dândolo. Dândolo era muito velho mas a idade não havia quebrantado nem sua energia, nem sua ambição. Cerca de trinta anos antes participara de uma embaixada a Constantinopla onde se vira envolvido em um incidente e perdera parcialmente a visão. Sua amargura subseqüente contra os bizantinos aumentou quando, pouco depois de sua elevação ao dogado em 1193, teve alguma dificuldade em conseguir uma renovação, por parte do imperador Aleixo III, das favoráveis condições comerciais outorgadas a Veneza, pelo imperador Isaac. Estava, portanto, disposto a discutir com Bonifácio os planos para uma expedição contra Constantinopla. Mas de momento era necessário conservar a aparência da Cruzada. Quando o ataque a Zara foi aprovado, celebrou-se um solene cerimonial em S. Marcos, onde o doge e seus principais conselheiros abraçaram ostensivamente a cruz».[138]

A frota reunida por Veneza constava de cerca de duzentas embarcações de diferentes tipos, de acordo com o emprego a que se destinavam. Algumas estavam aparelhadas para transportar cavalos, outras para levar homens e bagagens. Os principais chefes receberam naves especiais. Aproximadamente sessenta vasos de guerra eram ocupados pelos venezianos.

Com grandes solenidades a frota zarpou de Veneza em 8 de novembro de 1202 e, depois de passar por Trieste e haver forçado a Ístria e a Dalmácia a pagarem tributos, os venezianos e os cruzados chegaram a Zara a 10 de novembro.[139]

Apesar de suas fortificações, a cidade capitulou após cinco dias de fraca resistência. Os expedicionários decidiram invernar em Zara e essa permanência na cidade se caracterizou por desentendimentos entre venezianos e francos. Essas dissensões se acentuaram quando chegaram da Alemanha, em janeiro de 1203, as propostas concretas de Aleixo. Antes de examiná-las, voltemos nossa atenção rapidamente para a atitude do papa Inocêncio III. «Quando chegou a Roma a notícia do saque de Zara, o papa Inocêncio ficou horrorizado. Era intolerável que, desafiando suas ordens, uma cruzada fosse utilizada para atacar o território de um filho tão fiel da Igreja. Excomungou toda a expedição. Depois, dando-se conta de que os próprios cruzados haviam sido vítimas do engano, perdoou-lhes, embora mantendo a excomunhão contra os venezianos».[140]

As propostas de Aleixo que, no início de 1203, chegaram aos cruzados contrariavam formalmente a vontade de Inocêncio III e constituíam um desvirtuamento da própria noção de cruzada.[141] Examinemos agora, brevemente, essas propostas e suas repercussões entre os cruzados.

Aleixo prometia-lhes, caso fosse restabelecido por eles em seus direitos ao trono de Bizâncio:[142]

1) Pôr fim ao cisma religioso; 2) Pagar duzentos mil marcos de prata; 3) Fornecer víveres ao exército; 4) Pôr à disposição, durante

um ano, dez mil homens para a campanha do Egito; 5) Manter, enquanto vivesse, quinhentos cavaleiros na Terra Santa.

Embora essas promessas constituíssem uma verdadeira tentação para que venezianos e cruzados desviassem a expedição de seu objetivo principal, elas não deixaram de provocar vivas reações. O abade de Vaux, monge cisterciense, falou contra o projeto de atacar Constantinopla. Muitos cruzados recusaram-se a combater os gregos cristãos e propuseram dirigir-se diretamente à Síria. Outros porém julgavam que não se devia perder uma oportunidade como a que se apresentava. A aceitação das propostas de Aleixo iria provocar numerosas defecções.

Depois de concluído o acordo com os mensageiros procedentes da Alemanha os cruzados ainda permaneceram em Zara durante três meses. Com a chegada da estação favorável os navios começaram a navegar para Corfu. O jovem Aleixo chegou a Zara em 25 de abril e foi recebido com todas as honras pelo marquês e pelo doge que haviam permanecido por mais tempo na cidade.

Em Corfu o herdeiro do trono bizantino foi também alvo das homenagens dos cruzados e aí firmou-se solenemente um tratado entre Aleixo e seus aliados.

A 24 de maio de 1203 toda a frota deu à vela. Villehardouin relembra o belo espetáculo da partida, salientando que o dia era belo e claro e o vento doce e suave *(Et li jorz fu bels et clers et li venz dolz et soefs)*.[143]

Passando pelo sul do Peloponeso, os navios dirigiram-se para o norte, atingiram a ilha de Andros (onde se abasteceram de água) e seguiram para os Dardanelos sem encontrar resistência. Em Abidos os expedicionários aprovisionaram-se e a 24 de junho estavam diante de Constantinopla. A visão da capital bizantina (que devia contar então com cerca de um milhão de habitantes) causou espanto e admiração aos cruzados. Sentimos bem essas emoções através da descrição de Villehardouin cujo original com uma tradução livre, abaixo transcrevemos a título de curiosidade:

«Or poez savoir que mult esgardèrent Constantinople cil que onques mais ne l'avoient veue; que il ne povoient mie cuidier que si riche ville peust estre en tot le monde, com il virent ces hauz murs et ces riches tours dont ele ere close tot entor à la reonde, et ces riches palais et ces hautes églises, dont il i avoit tant que nuls nel poïst croire, se il ne le veist à l'oeil, et le lonc et le lé de la ville qui de totes les autres ere soveraine. Et sachiez que il n'i ot si hardi cui la chairs ne frémist; et ce ne fu mie merveille, que onques si granz affaires ne fu empris de nulle gent, puis que li monz fu estorez».[144]

«Ora podeis imaginar como contemplaram Constantinopla aqueles que nunca a haviam visto; pois não podiam pensar que pudesse existir

uma cidade tão rica em todo o mundo, quando viram esses altos muros e essas ricas torres que a cercavam em toda extensão e esses ricos palácios e essas altas igrejas cujo número era tão grande que ninguém pode acreditar se não tiver visto com seus próprios olhos, e o comprimento e a largura da cidade que entre todas era soberana. E sabei que não houve homem, por mais valente que fosse, cujo corpo não tremesse e isso não é de admirar pois jamais foi tentada um tão grande empreendimento por gente alguma desde que o mundo existe».

O imperador Aleixo III não fez maiores preparativos para resistir. Sabia-se um usurpador e não confiava nem em seus soldados nem em seus súditos. «Depois de atacar, sem êxito, Calcedônia e Crisópolis, na costa asiática do Bósforo, os cruzados desembarcaram em Gálata, no outro lado do Chifre de Ouro. Ocuparam a cidade e conseguiram romper a cadeia na entrada do Chifre de Ouro, e levar suas embarcações até ao porto».[145]

Os expedicionários admiraram-se com o fato de que a presença do jovem Aleixo não suscitasse uma revolta da população. Esta, com efeito, não se comoveu nem mesmo quando os cruzados, querendo evitar maiores e desnecessárias lutas, colocaram aquele que consideravam o herdeiro legítigo do Império, na luxuosa embarcação do doge de Veneza e fizeram uma demonstração ao longo das muralhas. Note-se que essa cerimônia ocorreu antes da ocupação de Gálata.

O velho rancor contra os ocidentais teve o dom de unir os habitantes de Constantinopla em torno de Aleixo III, por mais medíocre que ele fosse. O basileu surpreendeu-se com o fato, pois não esperava essa solidariedade, e já se preparava para a fuga. Com efeito, levando consigo sua filha predileta e uma bolsa com pedras preciosas o usurpador fugiu secretamente abandonando sua esposa e demais familiares. Deve-se notar que os bizantinos haviam começado uma resistência bastante eficaz que durou vários dias e na qual se notabilizou Teodoro Lascáris, genro do basileu, que, observa o historiador bizantino Nicetas, teria salvo Constantinopla se Aleixo lhe tivesse entregue o comando das tropas gregas.[146]

Constatada a fuga do basileu, os bizantinos libertaram Isaac Ângelo, revestiram-no com os ornamentos imperiais e restauraram-no no trono. Foram enviados então mensageiros ao acampamento dos cruzados para comunicar ao jovem Aleixo e ao chefe do exército a fuga de Aleixo III e a restauração de Isaac. Os cruzados suspenderam o ataque e Aleixo foi associado ao trono. Numa cerimônia solene realizada a 1º de agosto na igreja de Santa Sofia o jovem príncipe recebeu a coroa de imperador na presença dos principais barões da cruzada.

Aleixo IV deu-se conta, desde logo, de que não se achava em condições de cumprir as promessas feitas aos venezianos e aos francos. O clero ortodoxo resistiu à reconciliação com Roma. Quanto ao dinheiro prometido, o novo basileu não sabia onde consegui-lo, pois o tesouro imperial não podia arcar com a enorme despesa. Novos impostos e o

confisco de objetos preciosos da Igreja despertaram reação e descontentamento. «Durante o outono e o inverno de 1203 o ambiente da cidade foi-se tornando mais pesado. O espetáculo dos altivos cavaleiros francos passeando a largos passos por suas ruas exasperou os cidadãos. O comércio estava paralisado. Grupos de soldados ocidentais embriagados saqueavam constantemente as aldeias dos arredores de modo que a vida se tornara insegura fora das muralhas». [147]

Os cruzados, que esperavam o cumprimento das promessas de Aleixo IV, compreenderam que as mesmas não seriam jamais executadas. A situação piorou depois que o jovem basileu regressou de uma excursão que fizera em companhia de Bonifácio de Monferrato e outros cruzados para vencer alguns focos de resistência. Aleixo revelou-se incapaz de governar e acabou deposto por Aleixo Murtzuflo que subiu ao trono com o nome de Aleixo V. [148] Aleixo IV foi morto na prisão e seu pai Isaac faleceu poucos dias depois.

Esses acontecimentos fizeram com que os cruzados se julgassem livres de qualquer compromisso com o Império Bizantino. Resolveu-se então conquistar à força a grande cidade. Em março de 1204 venezianos e cruzados debatem sobre o que se deveria fazer em caso de vitória. O resultado dos debates foi fixado em um tratado efetuado entre o doge de Veneza, de uma parte, e Bonifácio de Monferrato, os condes de Flandres, de Blois e de Saint-Pol, de outra parte. «Essa convenção, que devia ser a carta fundamental do Império Latino previa a partilha da presa, a eleição de um imperador, a partilha do império, a atribuição das igrejas e de seus bens, a repartição dos feudos e seu estatuto. Ficava decidido, além disso, que todos deveriam permanecer até março de 1205 a serviço do Império. Enfim o tratado deveria ser submetido ao papa para obter dele a excomunhão contra os que não o observassem». [149] O ideal da cruzada de reconquistar os Lugares Santos havia sido posto de lado.

Ao acordo entre venezianos e cruzados seguiu-se o assalto à capital bizantina. A cidade defendeu-se desesperadamente durante vários dias. Murtzuflo, com receio de ser aprisionado, fugiu com sua esposa. A 13 de abril de 1204 os assaltantes estavam de posse de Constantinopla. O doge e os principais barões instalados no Grande Palácio permitiram aos soldados o saque da cidade conquistada. Esse saque é uma página negra da História da Idade Média. «Tomada que foi a cidade, os latinos a submeteram durante três dias a depredações de crueldade inaudita, saqueando os tesouros acumulados em Constantinopla durante séculos. Nem os templos, nem os objetos sagrados, nem os monumentos, nem as propriedades privadas escaparam à pilhagem». [150]

A 16 de maio de 1204 Balduíno IX, conde de Flandres e Hainaut, nobre de alta linhagem e grande riqueza, foi solenemente coroado imperador em Santa Sofia. Sua escolha se processara graças à influência dos venezianos.

Grousset assim comenta o triste desfecho da quarta cruzada: «Podia-se esperar com efeito que possuindo agora a cabeça de ponte de Constantinopla, os francos estariam em melhor situação de enviar reforços para a Síria. Na realidade, foi o contrário que sucedeu. Após haver quebrado a potência bizantina, os vencedores de 1204 não a substituíram por nada, pois não devia ser uma força mas, ao contrário, uma causa de constante fraqueza para a latinidade esse império artificial, aéreo, improvisado no seio dum mundo grego e eslavo completamente hostil. Acima de tudo, a fundação de um império latino nos Balcãs acabou por privar a Síria franca da imigração com que podia razoavelmente contar. Os novos estados francos da Romênia e da Grécia, desviando os cavaleiros que teriam normalmente procurado a Fortuna no levante, interceptaram a vida do reino de Acre. Esta colônia já anêmica tornou-se ainda mais anêmica. A imigração franca, ao se dispersar de Constantinopla a Jafa, de Atenas a Antioquia, acabou por ser em toda parte insuficiente: o resultado é que antes do fim do século a revanche bizantina terá expulso os francos de Constantinopla e a revanche muçulmana, de S. João d'Acre». [151]

10. **Quinta Cruzada** (1217)

O desvio da quarta cruzada de seu fim primordial, a libertação dos Lugares Sagrados, não desencorajara o papa Inocêncio III do plano de enviar uma expedição guerreira ao Oriente. «Em 1213 Inocêncio publicou uma encíclica em que mostrava a necessidade de uma expedição de socorro à Terra Santa, expedição que devia libertar Jerusalém e, ao mesmo tempo, proporcionar aos fiéis uma ocasião de salvar-se. Pregadores vieram apoiar esse apelo em vários países da Europa». [152]

No quarto Concílio de Latrão proclama-se a cruzada e precisa-se oficialmente o que se poderia chamar «o direito de cruzada». A partida da expedição é fixada para junho de 1217. Os bispos recebem a missão de pregar a cruzada; a indulgência é concedida não só aos guerreiros mas também aos que oferecessem dinheiro ou navios para a expedição. «Enfim, uma paz geral de quatro anos era proclamada, os torneios eram proibidos: no pensamento de Inocêncio III como no pensamento de Urbano II a cruzada estava ligada à paz interior da cristandade». [153]

Inocêncio III morreria antes de ver seus planos postos em execução e caberia a seu sucessor Honório III dar o impulso decisivo para a realização da quinta cruzada.

Cabe aqui um parêntese para lembrar brevemente as circunstâncias históricas que prevaleciam no Ocidente e no Oriente nessa época.

No Ocidente, o leitor deverá ter presentes:

1) As discórdias e lutas entre os principais soberanos.

2) O aparecimento das Ordens Mendicantes.

3) A evolução de idéia de cruzada.

Quanto ao primeiro item remetemos o leitor para o que já escrevemos sobre a história política da França, Inglaterra e Alemanha.

Quanto à fundação das Ordens Mendicantes, deve-se notar que estamos em face de um dos acontecimentos decisivos da História da Igreja. Os frades vão reavivar o espírito missionário. O ideal de missão e o ideal de cruzada permanecerão por muito tempo, ora paralelos, ora conjugados e harmonizados, mas o primeiro acabará por prevalecer sobre o segundo. A obra e as figuras de S. Francisco de Assis e de S. Domingos de Gusmão apresentam tal magnitude que serão focalizadas em item especial no capítulo referente à Igreja (outro volume da *História do Mundo Feudal*). Lembremos, por ora, a inaudita façanha de S. Francisco de Assis que, em 1219, se dirigiu a Damieta no Egito, então sitiada pelos cruzados, e conseguiu ser conduzido perante o sultão que demonstrou respeito pela pregação do Poverello. Rousset comenta a propósito: «Embora S. Francisco não tivesse conseguido persuadir os cruzados a renunciar a seus desígnios, obteve êxito ao impor entre muçulmanos e cristãos a idéia de um diálogo entre as duas religiões».[154]

Quanto ao terceiro item, a evolução da idéia de cruzada, convém que nos estendamos por algumas linhas. No século XIII acentua-se a extensão dos privilégios das cruzadas a expedições dirigidas contra os que são considerados «inimigos da fé». Exemplo típico dessa evolução do conceito primitivo de cruzada é a famosa expedição contra os albigenses que será focalizada no item sobre as heresias medievais (cf. capítulo sobre a Igreja). Rousset assim sintetiza a evolução da idéia de cruzada: «Prevista originariamente para a libertação dos Lugares Santos, a cruzada sob a pressão das circunstâncias ou da ambição dos homens, havia-se transformado pouco a pouco em uma instituição destinada a defender os Estados latinos da Síria, a combater os muçulmanos e, de uma maneira geral, todos aqueles que se opunham à Síria cristã (assim, a quarta cruzada). No século XII já as expedições da Espanha beneficiavam-se com os privilégios da cruzada (indulgência, paz, proteção apostólica). No nordeste da Europa também, desde o meio do século XII, a guerra contra os pagãos foi assimilada à cruzada...»[155]

Percebe-se, assim, um certo desvirtuamento do ideal primitivo da cruzada que havia empolgado as multidões contemporâneas de Urbano II. Deve-se, contudo, notar que, esse ideal primitivo conservava-se vigoroso em algumas regiões e em determinadas camadas da população. E' o que se depreende claramente de dois movimentos espontâneos e populares que respectivamente na França e na Alemanha, no ano de 1212, emocionaram a população: as chamadas cruzadas das crianças. Na França essa «cruzada» foi liderada por Estêvão, jovem pastor de Cloyes, perto de Vendôme. Ao que parece, é desprovida de fundamento a narrativa atribuída ao monge cisterciense Albérico de Trois-Fontaines

segundo a qual os pequenos cruzados ter-se-iam dirigido a Marselha donde teriam sido maldosamente conduzidos à escravidão por negociantes que haviam proposto transportá-los via marítima. «Na realidade, «a cruzada» das crianças da França teve um fim menos trágico e menos romanesco; pressionados pela fome, as crianças retornaram, em breve, a suas casas após haverem peregrinado pela região que vai de Vendôme a Ruão e Calais».[156]

Na Alemanha a «cruzada» infantil teve início pela primavera de 1212 e foi liderada por um jovem de Colônia chamado Nicolau.

Depois de passarem pelo vale do Reno, os pequenos cruzados atravessaram os Alpes. Uns dirigiram-se a Gênova, outros a Brindes. Vários embarcaram em navios esperando chegar à Terra Santa e libertar Jerusalém e acabaram aprisionados por piratas e vendidos como escravos.

No Oriente a morte de Saladino havia livrado a Síria Cristã de uma sorte funesta.[157] Os domínios do notável chefe curdo haviam sido repartidos entre seus filhos e seu irmão Al-Adil. Este se fizera proclamar sultão no Cairo e exerceria, até sua morte (1218), uma autoridade moral sobre os demais príncipes de sua família que gozavam de uma independência de fato. Al-Kamil (1218-1238), filho e sucessor de Al-Adil, reforça a autoridade do sultanato do Cairo.

De um modo geral o sultão procura viver em paz com os estados latinos que, reduzidos a uma faixa litorânea e desprovidos de recursos materiais e humanos (tenha presente o leitor o que já observamos com relação ao desvio de cavaleiros do Ocidente para o recém-fundado Império Latino de Constantinopla), estavam impossibilitados de levar avante qualquer guerra ofensiva. Devem ser lembradas também as estreitas relações comerciais mantidas entre o sultão e os negociantes das cidades da Península Itálica. Basta lembrar, a propósito, que em 1207 foi renovado um tratado com Pisa e em 1218 renovou-se outro tratado com Veneza. Em 1212 contavam-se em Alexandria cerca de três mil negociantes francos.[158]

A construção, por Al-Adil, de uma fortaleza sobre o Monte Tabor (1210) dominando a planície de Acre repercutiu no Ocidente como um ato hostil, pois «o acontecimento é invocado por Inocêncio III para pregar, desde 1213, uma nova cruzada».[159]

A cruzada pregada por Inocêncio III e, logo depois, por Honório III levou ao Oriente, a partir do outono de 1217, cavaleiros da Europa central, principalmente da Hungria. O rei André II acompanhado de Leopoldo VI, duque da Áustria, partiu de Espalato, porto húngaro do Adriático, e desembarcou em Acre (setembro de 1217). O exército dos cruzados (agora integrados por húngaros, alemães, cipriotas e cavaleiros cristãos já estabelecidos na Síria) avançou até o Jordão, mas não conseguiu tomar a fortaleza do Monte Tabor (novembro a dezembro de 1217). O rei da Hungria desanimado resolveu regressar a sua terra. João de Brienne, barão originário da Champanha, que se tornara rei de Jerusalém (1210) em virtude de seu casamento

com a jovem rainha Maria, filha de Conrado de Monferrato, conservou consigo parte dos cruzados húngaros e alemães aos quais vieram juntar-se, em 1218, cavaleiros franceses, frisões, italianos e noruegueses. Com esses elementos o ativo soberano (que já era sexagenário) concebeu o plano de atacar o sultão no Egito a fim de forçá-lo, assim, a abandonar a Síria. Era a retomada da política de diversão já tentada outrora por Amauri I.

Em maio de 1218 uma frota desembarca os cruzados diante de Damieta, a metrópole do delta oriental, iniciando-se o sítio da cidade que se encontrava fortemente defendida. Embora alguns cruzados desanimados em face do prolongado sítio abandonassem a luta, o empreendimento prosseguiu graças à chegada de novos cruzados italianos, ingleses, espanhóis e franceses (outono de 1218). O sultão Al-Kamil propôs então entregar aos latinos o antigo território do reino de Jerusalém, salvo a Transjordânia, sob a condição do levantamento do sítio de Damieta. A oposição do legado pontifício, o cardeal Pelágio, que se considerava chefe temporal e espiritual da cruzada e que entrava em conflito aberto com João de Brienne, impediu a realização do acordo.[160]

Em novembro de 1219 os cruzados conseguiram tomar a cidade sitiada e apoderaram-se de uma rica presa. Uma crônica árabe *(O Livro dos Dois Jardins)* acusa os guerreiros cristãos de haverem faltado à palavra dada e terem massacrado os habitantes ou reduzido os mesmos à escravidão.[161]

A tomada da cidade provocou disputas e divisões entre os cruzados paralisando fatalmente a luta por cerca de um ano e meio. Só em julho de 1221 é que se reiniciaram as operações com a marcha sobre o Cairo sob as ordens de Pelágio, pois João de Brienne tivera que voltar à Síria onde os muçulmanos praticavam devastações.

Bloqueados e ameaçados pela ruptura dos diques ordenada pelo sultão, o exército cruzado só se salvou graças à intervenção de Brienne que regressara ao Egito e que negociou com o sultão a retirada dos cristãos em troca da restituição de Damieta (agosto de 1221). O cardeal-legado viu-se, então, forçado a aceitar com os muçulmanos uma trégua de oito anos «em nome da cristandade européia».[162]

11. **Sexta Cruzada** (1227-1229)

João de Brienne aproveitou a trégua para restaurar a vida econômica em seus domínios e viajou para o Ocidente. Uma das conseqüências dessa viagem foi o casamento (1225) de Frederico II (ver capítulo sobre a Alemanha) com Isabel, filha de Brienne e herdeira do reino de Jerusalém. O imperador germânico aproveitou-se do matrimônio para declarar ao sogro que doravante o rei de Jerusalém seria ele, Frederico. Essa atitude cínica baseava-se no princípio de que o trono hierosolimitano passara diretamente da rainha Maria para sua filha Isabel.

Brienne só era rei enquanto esposo de Maria. Morrisson observa que Frederico se tornou rei de Jerusalém em lugar de Brienne «em virtude do direito feudal aplicado estritamente, mas contrariamente, a suas promessas anteriores».[163]

Quanto a Brienne, teve que se conformar com a situação. O velho lutador, por ocasião de uma peregrinação, casou com Berenguela, filha de Fernando III de Castela e conseguiu posteriormente ser designado como regente do Império Latino de Constantinopla, pois o imperador Balduíno II era uma criança. Nesse novo cargo o ancião com o título de imperador, portou-se corajosamente defendendo a velha cidade até sua morte em 1237.

A jovem Isabel, «esposa inocente de um príncipe cínico, morreu menos de três anos após seu casamento depois de haver dado à luz um menino que seria o imperador Conrado IV».[164]

Frederico II havia-se comprometido com a realização da cruzada desde 1215, mas protelara por muito tempo a expedição ao Oriente e acabara excomungado por Gregório IX em 1227.[165] Por essa época Frederico II já havia entabulado negociações pessoais com al-Kamil, sultão do Egito, que se encontrava em luta contra o sultão de Damasco e pensava contar com o apoio do imperador germânico.

Em junho de 1228 o soberano excomungado dirige-se para o Oriente. De julho a setembro escala em Chipre onde assume a tutela do jovem rei Henrique I de Lusignan, destituindo da regência João d'Ibelin, senhor de Beirut, e um dos personagens mais ricos e influentes na Síria cristã. Em setembro Frederico chega a Acre, mas não encontra na Síria a acolhida e o auxílio que outros cruzados haviam recebido. Templários e hospitalários recusavam-lhe a colaboração. Frades mendicantes procuravam desacreditá-lo em seus sermões. A nobreza franca não escondia sua desconfiança no soberano fulminado pela excomunhão pontifícia.

Frederico prosseguiu as negociações com al-Kamil e, depois de cinco meses, concluiu com o sultão o tratado de Jafa (fevereiro de 1229). O chefe muçulmano entregava aos francos as três cidades santas, Jerusalém, Belém e Nazaré, e outros territórios. Jerusalém era reconhecida como cidade santa para os dois cultos, cristão e maometano. Ficaria subordinada a um condomínio confessional: os cristãos recuperariam o Santo Sepulcro, mas os muçulmanos conservariam as mesquitas de Omar e de al-Akçâ.

A 17 de março de 1229 Frederico II entrou em Jerusalém. Escoltado por seus cavaleiros dirigiu-se à igreja do Santo Sepulcro onde tomou do altar uma coroa de ouro com a qual coroou-se a si próprio. Nenhuma cerimônia litúrgica solenizou o ato arbitrário do imperador excomungado. Num ambiente de constrangimento e hostilidade, Frederico permaneceu na Cidade Santa somente até 19 de março regressando então a Acre «para encontrar a violenta oposição de todos os nobres locais que o acusavam de haver concertado um tratado sem ter

poder para isso e de haver-se coroado rei de Jerusalém quando era apenas regente». [166]

A atuação de Frederico II teve péssima repercussão entre aqueles que cultivavam ainda o antigo ideal de cruzada. O duplo jogo do cético imperador — dirigir uma cruzada e ao mesmo tempo entabular negociações com o sultão — aparecia a muitos como empresa ímpia e perigosa.

Após a partida de Frederico II os barões da Terra Santa chefiados por João d'Ibelin iniciaram a luta contra os representantes do imperador. Os imperiais foram expulsos da ilha de Chipre por d'Ibelin (1229-1230). Em fevereiro de 1231 Frederico II enviou ao Oriente uma expedição comandada por Ricardo Filangieri que tomou Beirut e ocupou Tiro. A cidade de Acre reagiu e constituiu-se em comuna autônoma sob a direção de João d'Ibelin que venceu Filangieri em Agridi (junho de 1232). Expulsos de Chipre e de Beirut, os imperiais conservaram a praça de Tiro até que a mesma fosse conquistada em junho de 1243 por Balian III d'Ibelin, filho de João d'Ibelin. [167]

«A expulsão dos imperiais transformou de fato o reino da Terra Santa em uma república federal de baronias e de comunas comerciantes dirigidas durante algum tempo pela poderosa família senhoril dos Ibelin. Teoricamente os barões reconheciam sempre a realeza de Frederico II e de seu filho Conrado IV. Na prática, estavam em revolta aberta contra ele». [168]

12. Sétima Cruzada (1248-1254)

Em 1239, vários nobres franceses entre os quais figuravam Teobaldo IV, conde de Champanha e rei de Navarra, Hugo, duque de Borgonha, Guigue, conde de Nevers, Henrique, conde de Bar, acolheram favoravelmente o apelo de Gregório IX para a realização de uma nova cruzada. A expedição comandada por Teobaldo contava com cerca de mil cavaleiros e chegou, via marítima, a Acre em setembro de 1239. «Razias e uma marcha para o sul em direção de Ascalão ocuparam inicialmente os cruzados; infelizmente a temeridade e a imperícia do conde de Bar provocaram um desastre militar. Surpreendidos pelo exército egípcio, os cruzados e os barões sírios deixaram no terreno muitos mortos e prisioneiros». [169] Em 1240 Teobaldo e vários de seus companheiros retornavam à Europa. Pouco depois chegava a Acre Ricardo de Cornualha, cunhado de Frederico II e hábil diplomata. [170] Graças a essa qualidade, foi possível estabelecer a paz «com as diversas facções muçulmanas, especialmente com o sultão egípcio, e recuperar para o reino quase todas as terras situadas a oeste do Jordão». [171]

Por essa época o Ocidente corria o imenso perigo da invasão mongólica. Na Terra Santa uma das conseqüências da ameaça mongólica foi a utilização de bandos de turcos khwarezmitas que haviam abandonado a Mesopotâmia, pelo sultão do Egito. Em setembro de 1244 esses turcos conquistaram Jerusalém e com o auxílio de tropas egípcias derrotaram em Gaza um exército franco-damasquino (outubro de 1244). Deve-se notar que os barões da Síria cristã, depois da partida de Ricardo de Cornualha, haviam tomado partido em favor do sultão de Damasco contra o sultão do Egito. Este prosseguiu sua marcha vitoriosa retomando Ascalão e a Galiléia Oriental (1247).

Todos esses acontecimentos repercutiram no Ocidente e contribuíram para a realização da primeira cruzada de S. Luís, a sétima cruzada na enumeração tradicional. Em 1245 o papa Inocêncio IV, no Concílio de Lião, evocou os desastres sofridos pelos cristãos no Oriente e convocou uma nova cruzada. Esse apelo à guerra santa não teria tido maior repercussão em virtude das sérias crises que abalavam a Europa Ocidental (a luta entre o Império e o papado abalava a Alemanha e a Itália, o confronto entre Henrique III e os barões absorvia as forças inglesas) se não fosse o interesse de S. Luís pelo destino dos cristãos no Oriente. Desde 1244 Luís IX fizera o voto de tomar a cruz. Em 1245 o rei renovou solenemente seus votos em Paris. A paz e a prosperidade do reino possibilitaram preparativos minuciosos de expedição de que participariam numerosos cavaleiros entre os quais figurava o famoso Joinville.

Somente em agosto de 1248 é que a frota conduzindo os cruzados partiu de Aigues-Mortes e de Marselha em direção a Chipre, escala normal na rota da Síria. Os expedicionários invernaram (1248-1249) na ilha. Durante essa permanência em Chipre o rei francês recebeu a visita de mensageiros do «grande rei dos tártaros» (provavelmente um general mongol) que lhe vieram anunciar a disposição dos mongóis de ajudar os cruzados a conquistar a Terra Santa e livrar Jerusalém dos sarracenos. [172] Luís IX acolheu os embaixadores asiáticos e enviou, por sua vez, dois dominicanos ao encontro dos mongóis. As longas distâncias e as dificuldades de comunicação tornavam praticamente impossível a ação comum de cruzados e mongóis contra os muçulmanos. «Pode-se, de resto, perguntar se o rei da França estava consciente da importância da força mongólica e do perigo que acarretava sua presença na Síria». [173]

Reforçada por tropas auxiliares procedentes da Moréia, da Síria e da própria ilha de Chipre, a expedição partiu em maio de 1249 para Damieta que foi tomada facilmente (5-6 de junho), tendo sido encontrada na cidade considerável quantidade de víveres e armas. A vitória fulminante dos cruzados causou pânico nas hostes muçulmanas. Mas os franceses não prosseguiram imediatamente na ofensiva, pois S. Luís aguardava reforços que lhe devia trazer seu irmão Afonso de Poitiers. A proximidade da cheia do Nilo (julho-setembro) forçou também a prejudicial inação do exército cruzado aproveitada pelo sultão para reunir e reanimar suas tropas. Quando os cruzados retomaram a ofensiva em novembro de 1249, os efeitos da vitória de Damieta já não mais se faziam sentir. Luís IX, repetindo o erro trágico de Pelágio, repeliu a

proposta do sultão de devolver Jerusalém, Ascalão e a Galiléia oriental em troca da retirada dos cruzados e empreendeu a marcha sobre o Cairo.

Um mês depois da partida e após um prudente avanço através de um terreno cortado por canais e pequenos cursos d'água os cruzados chegaram diante da fortaleza de Mansura. Roberto d'Artois, irmão do rei, que se lançou temerariamente sobre a praça, conseguiu penetrar nela, mas acabou bloqueado e massacrado com numerosos templários e cavaleiros. Os expedicionários tiveram que passar à defensiva. Os constantes ataques dos muçulmanos, a deficiência de abastecimento (os inimigos detinham o controle da navegação pelo Nilo) e um surto epidêmico de tifo forçou a retirada para Damieta. Antes porém de atingir a cidade, o exército capitulou e o rei, também atingido pela doença, tombou prisioneiro (6 de abril de 1250). Em maio de 1250 os famosos mamelucos massacram o novo sultão egípcio e tomam o poder. Os ferozes guerreiros quase trucidaram o rei francês na prisão, mas acabaram por aceitar um substancioso resgate pela liberdade de Luís IX e de sua gente: a entrega de Damieta e o pagamento da fabulosa soma de 500.000 libras.[174]

«S. Luís, nesses dias dramáticos, deu a todos o exemplo de paciência heróica nos sofrimentos, de fidelidade para com seus companheiros e de lealdade para com seus adversários. E aos 8 de maio de 1250 o rei embarcava em um navio genovês com destino a Acre onde chegou a 13 de maio».

Depois de uma deliberação com seus barões e tendo liberado de seus compromissos os que desejassem retornar à pátria, o soberano francês decidiu prolongar a permanência na Síria. Durante essa longa estadia (de maio de 1250 a abril de 1254), S. Luís desempenhou notável atividade. Procurou, com o auxílio de seus engenheiros, fortificar as cidades francas do litoral: Acre, Cesaréia e Jafa. Restabeleceu a disciplina entre os francos e impôs-se aos templários. Exerceu verdadeira autoridade no reino de Jerusalém graças principalmente a seu enorme prestígio pessoal, pois o reino dependia juridicamente do imperador Frederico II e, após a morte deste, de seu filho Conrado IV. Pode-se dizer que a estadia de Luís IX no Oriente proporcionou pela última vez aos estabelecimentos francos uma certa unidade.

O soberano francês interessou-se ainda por entrar em contacto com os mongóis enviando à sua distante corte uma embaixada de franciscanos.

A morte da rainha-mãe Branca de Castela e os negócios do reino levaram finalmente S. Luís a retornar à Europa na primavera de 1254.

«A cruzada empreendida pelo rei da França, seis anos antes, terminava, assim, sem glória mas com honra. O voto fora cumprido, mas o Egito tinha vencido os cruzados e o reino de Jerusalém permanecia privado de sua capital e sob a dupla ameaça dos mamelucos e dos damasquinos. Esse desastre se não desencorajava S. Luís, vinha, contudo, acrescentar um motivo suplementar às razões avançadas pelos príncipes e cavaleiros para não dar ouvidos ao apelo à cruzada. A idéia de cruzada, deformada ou combatida havia meio século, perdia cada vez mais sua força e sua pureza».[175]

13. Oitava Cruzada (1270)

Após a partida de S. Luís a Síria cristã tombou novamente na anarquia provocada pelos antagonismos e ambições. A cidade de Acre, capital do reino, sofre durante dois anos (1256-1258) os efeitos de uma terrível guerra civil motivada pela rivalidade existente entre a colônia genovesa e a colônia veneziana. Os venezianos, que contavam com o apoio dos Ibelin, dos templários, dos cavaleiros teutônicos e das colônias de pisanos e de provençais, expulsaram os genoveses de Acre.

O avanço dos mongóis iria provocar novas dissensões entre os cristãos do Oriente. Em 1260 o Khan mongol Hulagu conquista a Síria muçulmana, tendo caído sob seu poder as cidades de Alepo, Hama, Homs e Damasco. Deve-se notar que entre os mongóis, alguns professavam o cristianismo nestoriano. O rei armênico da Cilícia, Hethun, havia aderido ao conquistador mongol e sua atitude fora imitada por seu genro, o príncipe de Antioquia e conde de Trípolis Boemundo VI. Já os barões do litoral palestiniano, atemorizados ante a barbárie mongólica, mostraram-se favoráveis aos mamelucos do Egito. O conselho de Acre decidiu mesmo dar apoio aos egípcios, fato esse que encontra sua explicação na influência exercida em Acre pelos venezianos sumamente interessados no comércio egípcio e na recuperação da antiga rota marítima através do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho. Essa rota contrabalançaria com vantagens a rota continental que desembocava no Mar Negro.

Graças à atitude dos cristãos, os mamelucos conseguiram infligir grave derrota aos mongóis em Ain Jalud (Aïn-Jalut) nas proximidades de Nazaré, e expulsá-los da Síria muçulmana.

Os estabelecimentos cristãos da Síria ficaram então envolvidos pelos domínios do sultanato mameluco. Coube ao sultão mameluco Báibars dar o golpe mortal nos cristãos europeus de Ultramar. Em 1265 o fanático inimigo dos cristãos se apodera de Cesaréia e de Arsuf. Jafa e Antioquia tombam em 1268.

Ante os rumores de uma nova cruzada dirigida por S. Luís e uma possível ameaça dos mongóis da Pérsia, Báibars decidiu dar um descanso a suas aguerridas tropas. Quando porém o sultão percebeu que não havia perigo da parte dos mongóis e soube da morte de S. Luís, resolveu prosseguir a luta conquistando em 1271 a poderosa fortaleza Krak dos Cavaleiros.

As notícias das vitórias de Báibars provocaram grande alarme no Ocidente. Clemente IV «exorta à Cruzada o rei Teobaldo de Navarra

(9 de maio de 1267), a Afonso de Poitiers (12 de junho), ao arcebispo de Toledo (11 de julho), urgentemente a Jaime I de Aragão (26 de Janeiro de 1268)».[176]

Em setembro de 1269 realizou-se a tentativa de Cruzada de Jaime I, conforme já anotamos no capítulo referente à Península Ibérica. Já vimos também que parte da frota chegou até S. João d'Acre. Os expedicionários foram aí recebidos com grande júbilo pois a guarnição da praça necessitava de víveres e as naves aragonesas estavam abundantemente providas. «Alguns permaneceram na Palestina, compartilhando da sorte daqueles heróicos cruzados; outros «acharam a terra muito estragada e perdida» e preferiram regressar à Espanha em 1270».[177]

Luís IX tomara a cruz desde março de 1267 e exortava os grandes do reino no sentido de que o seguissem. Deve-se notar entretanto que o apelo à cruzada não suscitou maior entusiasmo na França. O próprio Joinville recusou acompanhar seu soberano.

Na Inglaterra Eduardo, o príncipe herdeiro, resolveu também tomar a cruz.

No início de julho de 1270 o rei da França acompanhado de Teobaldo V de Champanha, rei de Navarra, embarcou no porto de Aigues-Mortes em direção à Tunísia. E' a oitava cruzada, segundo a enumeração tradicional dos autores franceses. Cabe aqui uma pergunta sobre as razões que teriam levado S. Luís a orientar sua expedição para o Norte da África e não para o Oriente onde se fazia imprescindível sua ajuda.

E' difícil responder com certeza. Segundo alguns, teria havido aqui a interferência do ambicioso Carlos d'Anjou, irmão de S. Luís e rei da Sicília, que desejava obter no Norte da África uma base de operação que lhe assegurasse o domínio de importante parte do Mediterrâneo.

Parece mais provável que o piedoso rei tivesse dado ouvidos aos rumores de que o sultão de Túnis estaria disposto a converter-se ao catolicismo. Tais rumores teriam sido difundidos por Báibars que pretendia assim reter os cruzados longe da Síria.

A 18 de julho Luís IX desembarcou em Cartago. A velha cidade foi ocupada facilmente. Seguiram-se, depois, violentos ataques dos sarracenos. A situação agravou-se com o calor, a deterioração dos alimentos e a peste que irrompeu entre os expedicionários vitimando a 25 de agosto o próprio soberano.

Pouco depois chegavam os navios de Carlos d'Anjou que assumiu a direção da Cruzada. O irmão de S. Luís limitou-se a assinar com o sultão de Túnis um tratado de seu interesse, abandonando, em seguida, a África.

O futuro Eduardo I partiu na primavera para o Oriente e desembarcou em Acre a 9 de maio de 1271.

«Eduardo enviou imediatamente uma embaixada aos mongóis que acudiram em seu auxílio enviando alguns milhares de ginetes. Báibars porém não os temia porque contava naquele momento com um enorme

exército. Evitou a batalha aberta e pôde ver com satisfação como em inícios de 1272 os ginetes asiáticos se retiravam para além do Eufrates. Seu passo seguinte foi negociar com o príncipe inglês uma trégua; sabia bem que os últimos estabelecimentos de Ultramar estavam à sua mercê, porém naquele momento não lhe interessava ocupá-los mas, sim, deter os mongóis e não alarmar a Europa a fim de evitar a chegada de reforços, especialmente da parte de Carlos d'Anjou que se convertera então na principal potência mediterrânea graças à posse de Sicília».[178] Em maio de 1272 firmou-se a trégua entre o príncipe inglês e o sultão mameluco. Aos cristãos ficava reservada uma faixa litorânea que se estendia entre Sidon e Acre. Assegurava-se também a liberdade de trânsito pelo caminho de peregrinação através de Nazaré.

Por instigação de Báibars tramou-se um atentado contra Eduardo na própria cidade de Acre. O príncipe, não mais se sentindo seguro na Síria, regressou para a Europa deixando na capital do reino de Jerusalém um corpo de voluntários mantidos a suas custas.

Ainda por muito tempo Eduardo mostrou interesse pela Terra Santa. Contribuiu com somas enormes para a defesa de Acre e é bem provável que se as circunstâncias históricas fossem outras, o soberano inglês teria libertado a Terra Santa.

O destino dos estabelecimentos ocidentais na Síria estava entretanto decidido. A Báibars (morto em 1277) sucedeu Malik-el-Mansur (Kelawum, Qalawun, Qalaun) que, aproveitando-se das dissensões internas reinantes em Trípolis, apoderou-se da cidade em abril de 1289 massacrando toda a população cristã.

Em janeiro de 1290 em vão o papa Nioclau IV pregou uma cruzada. Uma frota cristã enviada ao Oriente nada pôde fazer e retirou-se. «O perigo era cada dia mais iminente e a discórdia entre os cristãos palestinenses não cessava. Novamente o papa, com acento comovido, exortou os príncipes do Ocidente a tomar armas (29 de março de 1291). Só o rei da Inglaterra prometeu acudir, porém já era demasiado tarde».[179]

A 5 de abril de 1291 o sultão al-Ashraf, filho e sucessor de Kalawun, iniciava o cerco de S. João d'Acre.

Após uma heróica resistência a cidade foi tomada de assalto (18-28 de maio de 1291) e atrozmente saqueada. Roubos, incêndios e massacres assinalaram a queda da capital do reino de Jerusalém. Tiro, Sidon, Beirut e Tortosa foram sucessivamente ocupadas.

Havia soado a hora derradeira da Síria Franca. Grousset resume em uma expressiva frase as causas desse trágico fim: «Pode-se dizer que por suas discórdias levadas até a última hora, ela se havia suicidado».

14. Conseqüências das Cruzadas

Da tentativa de síntese da história das cruzadas (que, como o leitor terá notado, foram em número superior às oito enumeradas tradicionalmente) não é difícil concluir que nos encontramos diante de acontecimentos complexos e multiformes. Seria pois temerário pretender julgar a cruzada em poucas linhas emitindo um juízo definitivo favorável ou desfavorável. Mais temerário seria ainda encará-la de um ponto de vista moderno sem levar em consideração as circunstâncias históricas em que se realizou. Vale aqui o princípio áureo de que não se pode pura e simplesmente aplicar na apreciação do passado os critérios do presente.

Um estudo de conjunto das conseqüências das cruzadas seria mais aprofundado e preciso se preliminarmente levasse em consideração as conseqüências imediatas de cada uma das famosas expedições. Assim por exemplo, a primeira cruzada é rica em conseqüências políticas no Oriente e constitui praticamente a única expedição que atingiu o alvo militar visado: a libertação dos Lugares Santos. Esse estudo aprofundado e em separado das conseqüências das diversas cruzadas não pode evidentemente ser levado a cabo no restrito espaço de que dispomos para encerrar o presente capítulo já de per si bastante extenso. Limitar-nos-emos pois a uma enumeração de ordem bem geral de alguns exemplos das conseqüências das cruzadas seguida sempre de breves comentários. Convém chamar a atenção do leitor para a divergência reinante entre os diversos autores quando se trata de apontar determinados fatos como causados diretamente pelas expedições guerreiras de libertação da Terra Santa. Na realidade, como é o caso das relações comerciais entre Oriente e Ocidente, a cruzada, às vezes, contribuiu ou para incentivar ou para, momentaneamente, conforme o caso, diminuir determinadas atividades sem que possa ser considerada como a origem propriamente dita dessas mesmas atividades.

Depois dessas observações preliminares julgamos poder passar à enumeração das conseqüências das cruzadas, sem pretender exaurir o assunto. Para facilitar a exposição vamos classificar essas conseqüências em políticas, sociais, econômicas, financeiras, religiosas e culturais. Evidentemente todos esses fatos estão interligados e não existiram separadamente.

Conseqüências políticas

Como exemplos de conseqüências políticas das cruzadas podemos citar:

1) A fundação de principados latinos no Ocidente.

2) O agravamento das relações do Ocidente com Bizâncio.

3) O retardamento da expansão turca.

4) O enfraquecimento do regime feudal.

Quanto à fundação dos principados latinos, que Grousset considera «a primeira expansão colonial do Ocidente, teve por causa permanente o desejo de conquistas territoriais dos barões franceses e o interesse comercial das repúblicas marítimas italianas. «Do século XII ao século XIV os povos ocidentais, em particular os franceses e os italianos, tinham colonizado o Levante, isto é, na ordem cronológica: a Síria Marítima e a Palestina (1098-1291), Chipre (1191-1571), Constantinopla (1204-1261), Atenas (1205-1458), o Peloponeso (1206-1430) e as ilhas gregas (séculos XIII-XVI). Sua influência tinha até mesmo, em uma certa medida, latinizado o reino armênio da Cilícia (1098-1375)».[180]

Do que já se escreveu no decurso do presente capítulo é fácil concluir que, de um modo geral, as cruzadas contrariavam os interesses bizantinos e contribuíram para acentuar a atmosfera de desconfiança reinante entre Ocidente e Oriente cristão. Para o agravamento dessa situação concorreram poderosamente:

a) Os ataques normandos contra o Império Bizantino.

b) As medidas de proteção tomadas pelos basileus: controle armado dos exércitos cruzados, problemas de abastecimento e, sobretudo, as alianças de Manuel Comneno com os seldjúcidas e de Isaac Ângelo com Saladino. Desenvolveu-se então entre os cruzados o tema da «perfídia grega» que a propaganda normanda habilmente explorou e que serviu, ao lado das iniqüidades dos guerreiros, para explicar os fracassos de algumas expedições. A hostilidade aberta ou velada entre Bizâncio e os cruzados culmina com a tomada de Constantinopla, fato que pode ser citado talvez como a mais deplorável conseqüência política das cruzadas.

No que tange à expansão turca parece inegável que as cruzadas tiveram o efeito de sustá-la várias vezes. Deve-se somar à atuação dos cruzados também as inúmeras rivalidades existentes entre os muçulmanos. Alguns autores observam que as cruzadas contribuíram dessa forma para adiar por alguns séculos a queda de Constantinopla em poder dos turcos. Note-se, contudo, que a tomada da capital bizantina pelos cruzados em 1204 quebrantou definitivamente o poderio do velho Império e preparou, de certa forma, sua futura desagregação e sua catástrofe final em face do avanço otomano. Ainda no que diz respeito aos turcos convém sublinhar dois fatos que se relacionam com as cruzadas: o enfraquecimento do domínio muçulmano no Mediterrâneo e a criação de um estado muçulmano militar no Egito no século XIII. Este estado revelou uma notável intransigência em relação aos cristãos, o que se explica pelo temor da ameaça mongólica e da aliança entre os invasores asiáticos e certos agrupamentos cristãos (como, por exemplo, os armênios da Cilícia que foram dizimados no século XIV).[181]

Estudaremos em outro volume da *História do Mundo Feudal*, as origens, o desenvolvimento e a decadência do Feudalismo. Entre as causas dessa decadência situam-se sem dúvida alguns fatos diretamente vinculados às cruzadas: a ausência prolongada, a própria morte em terras distantes ou ainda o empobrecimento de muitos senhores feudais provocaram o enfraquecimento de seus feudos, o fortalecimento das comunas e da burguesia e o aumento do poder e prestígio dos reis.

Conseqüências Sociais

O estudo das causas das cruzadas já faz entrever as conseqüências que essas expedições teriam nas diferentes camadas da população do Ocidente.

Antes de mais nada deve-se lembrar, como conseqüência social importante, a paz interna que a cruzada deu ao Ocidente cristão. «Ela trouxe a paz à cristandade ocidental: os cavaleiros cessam, por algum tempo, de guerrear-se uns com os outros e preferem, então, a guerra contra os muçulmanos, guerra que lhes assegurava favores espirituais e satisfações temporais, à guerra fratricida». [182]

Deve-se chamar a atenção para a profunda influência que a cruzada exerceu na cavalaria feudal. A classe dos cavaleiros recebe da cruzada um ideal cristão que vai sublimar seus instintos guerreiros. Lembremos: a cruzada é, em grande parte, um empreendimento da cavalaria feudal.

Uma conseqüência social das cruzadas diz respeito aos bens de muitos senhores que partiram para o Oriente. Essa partida repercutiu no destino de muitas propriedades imóveis. Certos bens foram doados a comunidades religiosas. Outros, graças à morte de herdeiros no Oriente, reforçaram o patrimônio dos sobreviventes. Houve casos também em que o cruzado regressava com maiores bens do que os possuídos na hora da partida.

Muitos nobres que nada tinham de importante a herdar no Ocidente, e muitos cavaleiros de condição social inferior encontraram nas cruzadas excelente ocasião de ascensão econômico-social. Explica-se assim o aparecimento de algumas linhagens no Ultramar cuja origem é obscura mas que desempenharam papel decisivo nos acontecimentos.

A classe social que mais se beneficiou com a cruzada foi a burguesia. «O ideal cavalheiresco foi valorizado pelas expedições do Oriente, mas a classe burguesa foi sua principal beneficiária; os negociantes, os armadores enriqueceram-se à custa dos cavaleiros e a burguesia nas cidades que se desenvolviam tomou consciência de sua força e de sua importância». [183]

Conseqüências econômicas

As relações econômicas entre o Oriente e o Ocidente são anteriores às cruzadas. Compreende-se, assim, que se torna difícil afirmar com segurança que este ou aquele produto tenha penetrado na Europa graças às cruzadas. Mas um fato inegável é a intensificação do comércio através do Mediterrâneo em virtude das peregrinações e das expedições guerreiras. «As cruzadas e paralelamente as peregrinações asseguraram uma circulação permanente entre o litoral do Mediterrâneo Oriental e os portos italianos, franceses e espanhóis. O comércio marítimo, principalmente o das cidades italianas, foi o primeiro beneficiário dessas viagens belicosas ou pacíficas». [184]

Os estados latinos desempenharam muitas vezes o papel de intermediários entre os produtos do Oriente (até mesmo do Oriente Distante) e o Ocidente. Deve-se, contudo, observar que as especiarias do Oriente Distante eram transportadas preferencialmente através de Alexandria, pois o tráfico pelo Mar Vermelho era menos custoso que o percurso efetuado pelas caravanas até Damasco, Alepo e portos latinos.

A Europa Continental beneficiava-se com a prosperidade dos portos mediterrâneos tanto sob o ponto de vista econômico como cultural.

As cidades italianas que comerciavam com Bizâncio e Alexandria tiveram seus horizontes econômicos ampliados com os estabelecimentos latinos do Oriente. Por intermédio dos negociantes peninsulares os portos controlados pelos francos importam víveres de Chipre e da Sicília, armas da Europa, madeiras do Líbano e da Cilícia, fazendas da Champanha ou de Flandres. [185]

Em compensação os estados latinos exportam açúcar, óleo, uma série de produtos de luxo da Síria e especiarias do Extremo Oriente.

Deve-se observar que na Síria os francos conservaram os métodos de cultivo tradicionais, tendo, contudo, incentivado de modo especial a cultura da vinha e, nas zonas litorâneas, da oliveira, da cana-de-açúcar e de outros produtos comerciais destinados à exportação.

Além do desenvolvimento do comércio propriamente dito, as cruzadas proporcionaram ainda às cidades marítimas como Pisa, Gênova, Marselha, Veneza um frutuoso campo de atividade: o transporte de peregrinos e guerreiros. As somas consideráveis pagas pelos usuários eram empregadas em parte na aquisição de produtos do Oriente. O que já escrevemos sobre o contrato de transporte entre expedicionários e a república de Veneza por ocasião da quarta cruzada ilustra bem o fabuloso lucro auferido pelos proprietários das grandes frotas. O desenvolvimento comercial de Veneza após a quarta cruzada serve também de exemplo marcante de conseqüência econômica das cruzadas. Durante toda a existência do Império Latino de Constantinopla (1204-1261) «e independentemente das possessões territoriais então adquiridas, os venezianos exerceram na capital e nos estreitos «uma hegemonia naval e comercial inconteste». [186] Quando Constantinopla foi retomada pelos soldados de Miguel Paleólogo a situação econômica sofreu uma reviravolta em favor dos genoveses que substituíram seus rivais peninsulares de 1261 a 1453.

Concluamos essas breves linhas sobre as conseqüências econômicas lembrando que as cruzadas favoreceram o desenvolvimento das práticas

bancárias e, pela primeira vez, suscitaram em grande escala o uso da compensação no processo de pagamentos internacionais.[187]

Conseqüências financeiras

A realização das cruzadas exigia elevadas somas. Tanto a Igreja como os soberanos passaram a recolher taxas especiais (dízimo saladino, décima) que não raro provocaram reações e hostilidades por parte dos contribuintes (clérigos e leigos) e que contribuíram também para arrefecer o entusiasmo pelas expedições.

Em 1185 Henrique II Plantageneta recolhe um dízimo cujo produto é enviado à Terra Santa. Em 1188 Henrique II e Filipe Augusto cobram o *dízimo saladino*, uma taxa de um décimo sobre as rendas de clérigos e de leigos. Da simples subvenção pedida por Luís VII a seus vassalos em 1147 passou-se ao imposto que Filipe Augusto pretenderá manter ao retornar da Terra Santa.[188]

Conseqüências culturais

Não é fácil estabelecer com segurança até que ponto as cruzadas influenciaram no mútuo relacionamento cultural entre Oriente e Ocidente. Morrisson anota que nem as cruzadas, nem o estabelecimento de cruzados no Oriente favoreceram o conhecimento recíproco entre a civilização ocidental e o Islã.[189] Parece-nos que devem ser evitados aqui os exageros. Se a influência muçulmana sobre os ocidentais estabelecidos na Síria não teve a mesma amplitude e profundidade das contribuições sarracenas ao Ocidente na Espanha e na Sicília, isso não significa que ela não existiu. O próprio autor supracitado escreve: «Os francos da Palestina interessavam-se sem dúvida, às vezes, pelo mundo árabe cuja língua eles conheciam: Reinaldo de Sidon fazia com que lhe comentassem as obras árabes e Guilherme de Tiro queria escrever uma história dos príncipes do Oriente, mas esse conhecimento ficou sendo o apanágio de alguns, sem repercussão no Ocidente».[190]

Convém aqui repetir Rousset:

«No plano dos costumes e dos hábitos as cruzadas, através das relações dos cavaleiros e dos negociantes ocidentais com o Oriente, exerceram uma influência que se desejaria poder avaliar com precisão. E' certo que os costumes e os hábitos de uns e outros foram modificados e afinados ao contacto de uma civilização superior, sob certos aspectos, à civilização ocidental. Falou-se de um afinamento dos costumes cavalheirescos, reconheceram-se na maneira de vestir das nobres damas, em particular, transformações que a influência de Bizâncio e do Oriente muçulmano explica. Horizontes dilatados, necessidades novas, o espanto provocado pelo espetáculo de um mundo ainda quase desconhecido deviam inevitavelmente modificar não somente os costumes do Ocidente mas também sua maneira de pensar.

Os estados latinos conheceram longos períodos de tréguas e, aqui e ali, estabeleceram-se relações intelectuais entre francos e indígenas; por outro lado, necessidades políticas ou administrativas, ou mais simplesmente, o gosto pelas letras estiveram na origem de obras literárias importantes. Cronistas narraram a história do reino e suas lutas; Guilherme de Tiro, ao mesmo tempo clérigo, homem de estado e escritor, é o mais ilustre desses cronistas. Juristas publicaram tratados e coleções de costumes (Assises). A vida da corte na Síria, em Chipre e na Moréia favorecia o desenvolvimento da cultura e das artes; o contacto dos escritores e dos artistas franceses com a cultura árabe, bizantina e síria enriquecia uns e outros; os conhecimentos geográficos e científicos dos ocidentais, conhecimentos ainda falhos, modificaram-se e precisaram-se graças à estadia na Síria e à leitura dos textos orientais».[191]

Villoslada acentua as conseqüências culturais das cruzadas: «Culturalmente ampliaram tanto os horizontes espirituais como os materiais; avivou-se a curiosidade e começaram a despertar as ciências; atingiram notável desenvolvimento a geografia, a náutica, a medicina, as matemáticas, a astronomia, a literatura e a filosofia ao contacto com a cultura grega de Bizâncio e com os sábios muçulmanos e judeus; também as artes se enriqueceram de formas e idéias».[192]

Conseqüências religiosas

Entre as conseqüências religiosas das cruzadas, podemos lembrar:

1) Unidade Moral do Ocidente; 2) Aumento das práticas religiosas; 3) Criação das Ordens militares; 4) Preocupações missionárias; 5) Relações entre Roma e a Igreja Ortodoxa.

Comentemos e expliquemos brevemente cada um desses itens.

A convocação dos papas para a cruzada repercutiu em toda a Europa Ocidental pondo em relevo não só a unidade de fé e a fraternidade cristã que uniam povos os mais diversos, mas, sobretudo, a proeminência do poder espiritual do pontífice romano sobre os demais poderes temporais.

O papa surgia como o verdadeiro chefe e guia da cristandade à cuja voz se punham em movimento imperadores, reis, membros da alta nobreza e multidões de cavaleiros em defesa dos Lugares Sagrados.

Villoslada chama a atenção para a intensificação da vida religiosa em virtude da pregação dos cruzados: «Espiritualmente fizeram-se infinitos atos heróicos de penitência, de abnegação, de piedade e de fé até

morrer alegremente por Cristo; fomentou-se a vida piedosa popular com as indulgências, as relíquias dos santos a devoção à cruz e ao Calvário que levará mais adiante à prática da *via crucis*, etc..., fizeram-se grandes esmolas e criaram-se admiráveis obras de beneficência, como albergues, hospitais e outras instituições de caridade...»[193] Note-se que ao lado do verdadeiro fervor religioso a época das cruzadas caracterizou-se também por inúmeras superstições e crassa ignorância religiosa «que muitas vezes moviam os peregrinos a tomar a cruz e dirigir-se à Terra Santa».[194]

A necessidade de proteger os peregrinos na terra Santa deu origem à fundação das Ordens Militares (Templários, Hospitalários, etc...) que serão objeto de breve estudo no capítulo sobre a Igreja.

As cruzadas revelaram à Cristandade Ocidental a existência de uma enorme massa de seres humanos ainda não atingidos pela pregação evangélica, fato esse que incentivou o ideal missionário, levando às tentativas de conversão dos muçulmanos e dos mongóis.

Quando Urbano II pregou a primeira cruzada, tinha em mente auxiliar o Império Bizantino contra a ameaça turca e reunificar a cristandade, pondo fim às divergências cismáticas de 1054. Mas as cruzadas, de um modo geral e muito especialmente a quarta, serviram, muitas vezes, para acirrar o ânimo dos gregos contra os latinos, frustrando assim as esperanças e tentativas de vários pontífices no sentido de pôr fim à tão lamentada separação religiosa.

[1] Calmette, *Le Monde*, p. 370.

[2] Morrisson, *Les Croisades*, p. 75.

[3] Rousset, *Histoire des Croisades*, p. 7.

O leitor encontrará excelentes considerações em torno do que se deva entender por cruzada em Llorca, *História de la Iglesia Católica*, t. II, p. 438ss.

[4] Segundo Morrisson (*Les Croisades*, p. 5) a palavra cruzada não aparece no latim medieval antes da metade do século XIII. A expressão corresponde em árabe (*hurub assalibiyya* — guerra pela cruz), data apenas do período otomano. Segundo Villoslada (Llorca, História, t. II, p. 442) a palavra "cruciata" só aparece no século XIV (por volta de 1380) na crônica de Guilherme Thorne.

[5] Sobre as *fontes* para o estudo das cruzadas o leitor encontrará uma boa orientação em Llorca, *História*, t. II, p. 431ss, e Calmette, *Le Monde*, p. 410ss.

[6] Runciman, *História de las Cruzadas*, I, p. 35.

[7] Idem, ibidem, p. 37.

[8] Idem, ibidem, p. 64.

[9] Idem, ibidem.

[10] Idem, ibidem, p. 76.

[11] Grousset, *Les Croisades*, p. 14.

[12] Idem, ibidem, p. 19. Notar contudo que: 1) o ideal do djihad havia perdido sua força de atração no fim do século XI. 2) A cruzada era por sua natureza uma guerra defensiva de libertação; o djihad era essencialmente ofensivo e destinado à submissão e conversão dos infiéis.

Ver Morrisson, *Les Croisades*, p. 121.

[13] Alphandéry, *La Chrétienté et l'ideé de Croisade*, p. 9. Sobre a importância dessa obra, convém consultar a relação bibliográfica no final do presente volume.

[14] Runciman, *História*, I, p. 42.

[15] Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 11.

[16] Runciman, *História*, I, p. 48.

[17] Idem, ibidem, p. 81s.

A propósito dessas considerações, recomendamos ao leitor o que escrevemos sobre a *Diplomacia* em nossa *História do Império Bizantino*.

[18] Brucculeri, *Moralidade da Guerra*, p. 11.

[19] Na liturgia do século VIII encontramos a *Benedictio in tempore belli* que pede a Deus sejam derrotados os inimigos de Roma e dos francos.

Posteriormente aparecem a *Oratio super militantes*, a *Benedictio armorum*, a *Benedictio ensis succinti*, a *Benedictio vexilli bellici* e a *Oratio pro exercitu*.

[20] Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 16.

[21] Rousset, *Histoire*, p. 30.

[22] Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 70.

[23] Runciman, *História*, I, p. 90.

[24] Durant, *História*, IV parte, t. 3, p. 47s.

[25] Grimberg, *História*, 7, p. 11.

[26] Dawson, *La Religion*, p. 155.

[27] Rops, *L'Eglise de la Cathédrale et de la Croisade*, p. 544.

[28] Rousset, *Histoire*, p. 18.

Note-se que segundo Lanson e Tuffrau a "chanson de Roland" teria sido escrita: "au début du XIIe siècle, pour satisfaire l'imagination naïve de gens du XIIe siècle" (*Histoire de la Littérature Française*, p. 11).

[29] Calmette, *Le Monde*, p. 369.

[30] Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 50.

[31] Idem, ibidem.

[32] Morrisson, *Les Croisades*, p. 18.

Como o leitor percebe, o autor citado hesita quanto às "perseguições", mas confirma um fato inegável: a notícia dessas perseguições contribuíram poderosamente para despertar o entusiasmo pela cruzada.

Existe um documento famoso em que são descritas cruamente as atrocidades que os turcos cometiam contra os cristãos: trata-se da carta dirigida por Aleixo Comneno a seu velho amigo o conde Roberto de Flandres que, ao voltar da terra Santa, havia passado por Constantinopla (por volta de 1090) e prometera auxiliar o basileu na luta contra os turcos com o auxílio de quinhentos cavaleiros. Muito se tem discutido sobre a autenticidade desse documento. O leitor encontrará um breve histórico da questão em Vasiliev, *História*, I, p. 21ss. A versão latina da carta (a única que se conhece) parece, em todo caso, ser apócrifa. "De toutes les hypothèses imaginées pour expliquer ce faux plein d'astuce, pourquoi ne pas admettre simplement que Robert a fait fabriquer de toutes pièces cette lettre pour recruter les chevaliers par l'appât des merveilles énumérées dans le texte?" (Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 54).

[33] Morrisson, *Les Croisades*, p. 13.

[34] Runciman, *História*, I, p. 102.

Não há razões para se duvidar da veracidade do relato de Bernoldo de Constança sobre esse acontecimento. Ver, a propósito, Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 269; Vasiliev, *História*, I, p. 39; Bréhier, *Vie et Mort*, p. 309; Runciman, *História*, I, p. 102; Rousset, *Histoire*, p. 39, etc.

[35] Vasiliev, *História*, I, p. 40.

Ver o que já escrevemos na História do Império Bizantino, p. 82.

[36] Runciman, *História*, I, p. 105s.

Note-se que segundo Runciman (História, I, p. 106) o discurso pronunciado por Urbano II é relatado de modo diverso por cinco cronistas: Fulquério de Chartres, Roberto, o Monge, Baudri de Dol, Guiberto de Nogent e Guilherme de Malmesbury. Este último escreveu cerca de trinta anos mais tarde. Todas as versões diferem bastante entre si, o que explica as diferentes reconstituições feitas pelos historiadores. Sobre as fontes do discurso de Urbano II, consultar Runciman, *História*, I, p. 106, Llorca, *História*, t. II, p. 444, Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 284. Ver, sobretudo, Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 58ss.

[37] Rousset, *Histoire*, p. 46.

[38] Runciman, *História*, I, p. 110.

[39] Idem, ibidem, p. 110s.

[40] Apud Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 70.

[41] Fliche-Martin, *Histoire*, 8, p. 295.

[42] Runciman, *História*, I, p. 113.

[43] Idem, ibidem, p. 121s.

[44] Idem, ibidem, p. 138.

[45] Rousset, *Histoire*, p. 52.

[46] Runciman, *História*, I, p. 139.

[47] Rousset, *Histoire*, p. 71.

[48] Runciman, *História*, I, p. 142.

[49] Rousset, *Histoire*, p. 68.

[50] Grousset, *L'Epopée*, p. 12.

[51] Cabe aqui uma observação sobre o real efetivo dos exércitos cruzados. Os números propostos pelos cronistas não correspondem à realidade. Falando do efetivo do exército de Godofredo, observa Rousset (obra citada, p. 68): "Não é possível conhecer os efetivos desse exército nem dos outros exércitos da cruzada". O problema dos efetivos militares na Idade Média é abordado com segurança na obra de Ferdinand Lot: *L'art militaire et les armées au moyen âge en Europe et dans le Proche-Orient*.

Runciman (*História*, I, p. 164) anota: O verdadeiro efetivo dos exércitos cruzados só pode ser calculado por meio de conjecturas.

Ver também Rops, *L'Eglise de la Cathédrale et de la Croisade*, p. 549, nota 7.

[52] Runciman, *História*, I, p. 147s.

[53] Idem, ibidem, p. 148.

[54] Grousset, *L'Epopée*, p. 14.

[55] Runciman, *História*, I, p. 150.

[56] Grousset, *L'Epopée*, p. 17.

[57] Runciman, *História*, I, p. 159.

[58] Ver, nota 32.
[59] Runciman, *História*, I, p. 162s.
[60] Rousset, *Histoire*, p. 82.
[61] Runciman, *História*, I, p. 173s. Grousset assinala o dia 26 de junho como a data da rendição.
[62] Runciman, *História*, I, p. 176.
[63] Idem, ibidem, p. 178s.
[64] Grousset, *L'Epopée*, p. 19.
[65] Runciman, *História*, I, p. 193.
[66] Boemundo prevenira o chefe bizantino contra uma conspiração entre os cruzados que suspeitavam da traição do basileu. Essa advertência teria levado Tatício à súbita retirada, o que fazia parte dos planos de Boemundo (Ver Runciman, *História*, I, p. 215 e Grousset, *L'Epopée*, p. 22).
[67] Idem, ibidem, p. 226.
[68] Idem, ibidem, p. 232.
[69] Rousset, *Histoire*, p. 98.
[70] Idem, ibidem, p. 99.
[71] Runciman, *História*, I, p. 243.
[72] Rousset, *Histoire*, p. 100.
[73] Tradução livre do texto francês de Calmette (*Textes*, p. 183) — Robert López (*O Nascimento*, p. 255) faz a seguinte observação a propósito da tomada de Jerusalém: "Chegados enfim ao seu objetivo, deslustraram a vitória com massacres de que cronistas sádicos exageraram aliás a importância".
[74] Grousset, *L'Epopée*, p. 31.
[75] Idem, ibidem.
[76] Idem, ibidem.
[77] Calmette, *Le Monde Féodal*, p. 376.
[78] Runciman, *História*, II, p. 234, Grousset, *L'Epopée*, p. 115. Ver, contudo, as observações de Alphandéry.
[79] Alphandéry, *La Chrétienté*, p. 168. Ver o que escrevemos no capítulo sobre a França.
[80] Rousset, *Histoire*, p. 172s.
[81] Idem, ibidem, p. 173.
[82] Idem, ibidem, p. 174.
[83] Idem, ibidem, p. 175.
[84] Ver capítulo sobre Península Ibérica.
[85] Runciman, *História*, II. p. 244s.
[86] Idem, ibidem.
[87] Grousset, *L'Epopée*, p. 115. Notar contudo a interpretação divergente de Runciman (*História*, II, p. 252) sobre a atitude de Manuel.
[88] Runciman, *História*, II, p. 254.
[89] Idem, ibidem, p. 263.
[90] Grousset, *L'Epopée*, p. 117.
[91] Runciman, *História*, II, p. 265.
[92] Idem, ibidem, p. 267.
[93] Grousset, *L'Epopée*, p. 118.
[94] Runciman, *História*, II, p. 269s.
[95] Idem, ibidem, p. 271.
[96] Ver a obra de S. Bernardo, *De Consideratione*, II, I-IV.
[97] Grousset, *Les Croisades*, p. 48.
[98] Idem, *L'Epopée*, p. 131.
[99] Idem, ibidem, p. 134.
[100] Idem, ibidem, p. 141.
[101] Idem, ibidem.
[102] Idem, ibidem, p. 142.
[103] Idem, *Les Croisades*, p. 50.
[104] Idem, ibidem, p. 53.
[105] Runciman, *História*, III, p. 3.
[106] Rousset, *Histoire*, p. 186.
[107] Idem, ibidem, p. 186s.
[108] Idem, ibidem, p. 187.
[109] Grousset, *L'Epopée*, p. 177. Ver também o que escrevemos na *História do Império Bizantino*, p. 87.
[110] Runciman, *História*, III, p. 11.
[111] Idem, ibidem, p. 12.
[112] Idem, ibidem. Ver também nossa *História do Império Bizantino*, p. 85.
[113] Grousset, *L'Epopée*, p. 177.
[114] Idem, ibidem. Note-se contudo que há dúvidas sobre se o efetivo do exército alemão era realmente muito numeroso. Cf. Rousset, *Histoire*, p. 188.
[115] Apud Grousset, *L'Epopée*, p. 177
[116] Runciman, *História*, III, p. 18.
[117] Rousset, *Histoire*, p. 189.
[118] Grousset, *L'Epopée*, p. 183.
[119] López, *O Nascimento*, p. 257.
[120] Runciman, *História*, III, p. 41.
[121] Grousset, *L'Epopée*, p. 181.
[122] Idem, ibidem, p. 188.
[123] Idem, ibidem, p. 193.
[124] Idem, ibidem, p. 194.
[125] Rousset, *Histoire*, p. 195.
[126] Morrisson, *Les Croisades*, p. 54.
[127] Rousset, *Histoire*, p. 197.
[128] Idem, ibidem, p. 200s.
[129] Remetemos o leitor para o que já escrevemos na *História do Império Bizantino* e no capítulo sobre as cidades italianas, no presente volume.
[130] Rousset, *Histoire*, p. 203.
[131] Idem, ibidem, p. 204.
[132] Longnon, *L'Empire*, p. 20.
[133] O leitor encontrará a narração da missão em Veneza, no original, em *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age, Bibliothèque de la Pléiade*, p. 91ss.
[134] Runciman, *História*, III, p. 111.
[135] Ver o original da narrativa do próprio Villehardouin na obra citada na nota 133, p. 95.
[136] Runciman, *História*, III, p. 110. Ver também Longnon, *L'Empire Latin*, p. 31: O jovem Aleixo, em viagem para a corte alemã, viu os cruzados que passavam por Verona e por sugestão de seus conselheiros, resolveu pedir o auxílio dos guerreiros. "Proposition merveilleuse aux yeux des pèlerins: le sort de ce jeune prince dépossédé de son empire émut ces chevaliers dont l'idéal était la défense

du faible et de l'opprimé; l'évocation de Constantinople aux richesses fabuleuses enflamma leur imagination..."
[137] Runciman, *História*, III, p. 112.
[138] Runciman, *História*, III, p. 112s.
[139] Rousset, *Histoire*, p. 211.
[140] Runciman, *História*, III, p. 113.
[141] Note-se que o jovem Aleixo, antes de chegar à corte alemã, procurara o pontífice e pedira o auxílio de Inocêncio III. Este contudo mantinha relações com Aleixo III, que ocupava então o trono, no sentido de pôr termo ao cisma. Vasiliev (*História*, II, p. 91) observa que como as conversações se arrastavam com lentidão "o papa, irritado, ameaçou Aleixo, em uma carta, de apoiar os direitos imperiais da família de Isaac..." (*História do Império Bizantino*, p. 87s). Na obra de Vasiliev supracitada o leitor encontrará minucioso estudo sobre as origens e as causas do desvio da IV cruzada.
[142] Rousset, *Histoire*, p. 211s e Longnon, *L'Empire*, p. 33.
[143] Villehardouin, *La Conquête*, p. 110.
[144] Idem, ibidem, p. 111s.
[145] Runciman, *História*, III, p. 116.
[146] Longnon, *L'Empire*, p. 38.
[147] Runciman, *História*, III, p. 117.
[148] Segundo Runciman, *História*, III, Murtzuflo era genro de Aleixo III.
[149] Longnon, *L'Empire*, p. 44.
[150] Vasiliev, *História*, II, p. 102.
[151] Grousset, *L'Epopée*, p. 200.
[152] Rousset, *Histoire*, p. 232.
[153] Idem, ibidem.
[154] Idem, ibidem, p. 238.
[155] Idem, ibidem, p. 233.
[156] Idem, ibidem, p. 235.
[157] Idem, ibidem, p. 231.
[158] Morrisson, *Les Croisades*, p. 64.
[159] Idem, ibidem.
[160] A atitude do cardeal-legado tem sido objeto de estudos. Ao que parece a atitude de intransigência de Pelágio deve ser explicada senão justificada pela mentalidade de cruzado de que estava imbuído. A essa *mentalidade* guerreira se opunha a experiência de João de Brienne que conhecia o meio muçulmano e acreditava no êxito da diplomacia.
[161] Rousset, *Histoire*, p. 241.
[162] Ladero, *Las Cruzadas*, p. 138.
[163] Morrisson, *Les Croisades*, p. 65s.
[164] Rousset, *Histoire*, p. 244.
[165] Ver capítulo sobre a Alemanha.
[166] Ladero, *Las Cruzadas*, p. 140.
[167] Grousset, *Les Croisades*, p. 61.
[168] Idem, ibidem, p. 62.
[169] Rousset, *Histoire*, p. 247.
[170] Idem, ibidem.
[171] Ladero, *Las Cruzadas*, p. 142.
[172] Rousset, *Histoire*, p. 253.
[173] Idem, ibidem.
[174] Rousset, *Histoire*, p. 256 e tb. Ladero, *Las Cruzadas*, p. 147.
[175] Idem, ibidem, p. 259.
[176] Llorca, *História*, II, p. 636, nota 9.
[177] Idem, ibidem, p. 637.
[178] Ladero, *Las Cruzadas*, p. 153s.
[179] Llorca, *História*, II, p. 660.
[180] Grousset, *Les Croisades*, p. 122.
[181] Morrisson, *Les Croisades*, p. 123.
[182] Rousset, *L'Histoire*, p. 290.
[183] Idem, ibidem, p. 296.
[184] Idem, ibidem, p. 294.
[185] Morrisson, *Les Croisades*, p. 102.
[186] Grousset, *Les Croisades*, p. 104.
[187] Morrisson, *Les Croisades*, p. 88.
[188] Idem, ibidem, p. 83.
[189] Idem, ibidem, p. 123.
[190] Idem, ibidem.
[191] Rousset, *Histoire*, p. 296s.
[192] Llorca, *História*, II, p. 478.
[193] Idem, ibidem.
[194] Idem, ibidem.

CAPÍTULO II

A Guerra dos Cem Anos

Introdução

A HISTÓRIA DO OCIDENTE EUROPEU está profundamente marcada, nos séculos XIV e XV, por um grave conflito que, por sua longa duração, recebeu o nome de *Guerra dos Cem Anos*. Note-se de passagem que essa designação parece ter sido usada, pela primeira vez, para indicar expressamente o conjunto de acontecimentos que configuram esse conflito, em inícios do século passado quando foi introduzida na França com fins didáticos.[1]

Observe-se, contudo, que os contemporâneos do conflito tiveram plena consciência da unidade e inaudita duração da guerra. Assim, por exemplo, quando as hostilidades se reiniciam em 1415, «as atas da chancelaria de Carlos VI qualificaram os ingleses de «antigos inimigos e adversários».[2]

De geração em geração, não só através da transmissão por escrito, mas também por meio da tradição oral, formou-se na consciência popular a idéia de um guerra que se havia prolongado por mais de cem anos. «Nessa medida a Guerra dos Cem Anos, não obstante as aparências, não é somente a criação *a posteriori* de historiadores modernos recortando o passado em resposta às exigências da Periodisierung».[3]

Os limites cronológicos geralmente assinalados para marcar respectivamente o início e o término do conflito são os anos de 1337 e 1453. Alguns historiadores, contudo, estabelecem as datas de 1294 e de 1475 como limites extremos da longa guerra. Em 1294 realizou-se o primeiro confisco da Guiena por Filipe, o Belo, e em 1475 Eduardo IV e Luís XI celebram o tratado de Picquigny.

No presente capítulo estudaremos apenas os acontecimentos situados entre as duas datas tradicionais: 1337 e 1453. Antes, porém, de passar à exposição desses eventos, procuraremos dizer algumas palavras a respeito dos traços característicos da Guerra dos Cem Anos e das causas que a motivaram.[4]

Traços característicos da Guerra dos Cem Anos

Sem pretender esgotar o assunto e somente a título de exemplo, eis aqui alguns traços característicos do grande conflito entre franceses e ingleses:

1) O primeiro grande traço característico que chama a atenção do estudioso já foi sublinhado acima: a *excepcional duração do conflito*. As causas desse mais que secular prolongamento são múltiplas e complexas. Uma delas, entretanto, merece ser lembrada: a contínua tentação que a França, por sua fraqueza militar, representava para a aguerrida Inglaterra. Mas a fraqueza militar francesa era contrabalançada por uma nítida superioridade em homens, em recursos e em espaço, o que impedia sempre o êxito completo dos ataques adversários. Esses ataques se renovavam e prolongavam indefinidamente o conflito.

Cabem aqui algumas considerações em torno do preparo militar dos ingleses: «O rei da Inglaterra se havia preparado cuidadosamente para entrar em campanha. A monarquia inglesa havia, em suma, permanecido uma monarquia de caráter militar, tal como a fundara Guilherme, o Conquistador; a monarquia capetíngia, embora tivesse contado com grandes guerreiros como Henrique I, Luís, o Gordo, e Filipe Augusto, não deixara de permanecer uma monarquia patriarcal».[5]

Os ingleses haviam tomado várias medidas preparatórias para a luta: proibição de exportação de cavalos, exigências quanto ao serviço militar, com o estabelecimento de uma rigorosa disciplina, incentivo à arte de manejar o arco e à fabricação de armas, etc... Os príncipes ingleses valorizaram sobremaneira a infantaria na qual desempenhavam importante papel os arqueiros. Note-se que enquanto na Inglaterra se incentivava a fabricação de arcos, que havia atingido grande perfeição, na França «tinham tido a idéia engenhosa de criar um imposto sobre as cordas de arco».[6]

2) A explicação da prolongada duração do conflito pela superioridade militar inglesa, de um lado, e pela inestimável capacidade de resistência francesa em virtude dos grandes recursos disponíveis, leva-nos a um outro traço característico da Guerra dos Cem Anos: as *novas maneiras de combater*. Os ingleses desembarcam na França com duas armas consideradas terríveis: o grande *arco de madeira* e a *bombarda*. O primeiro era uma arma poderosa usada pelos galeses e muito superior, pelo material de fabricação, pela dimensão (dois metros de altura), pela precisão e pelo poder de penetração, ao congênere conhecido no continente.

A bombarda assustava sobretudo pelo barulho e pela fumaça que lançavam o terror entre as hostes adversas, causando pânico especialmente entre os cavalos e cavaleiros.

Quanto ao emprego da infantaria pelos ingleses, deve-se notar que constituíra uma lição das lutas contra os galeses em terrenos pantanosos

ou escarpados onde a cavalaria e os armamentos pesados se haviam revelado pouco eficazes e até prejudiciais.

3) Um traço característico da Guerra dos Cem Anos é *o grande número de negociações, de entrevistas, de tréguas*. Os encontros diplomáticos que levavam à paralisação das hostilidades realizavam-se ora em regiões fronteiriças, ora em locais neutros (como, v.g., Avinhão) ora nos próprios centros adversários (como, v.g., Paris ou Londres). Muitas vezes essas negociações revestiam um caráter solene. As delegações, presididas por altas personalidades, incluíam um numeroso pessoal em que figuravam clérigos, notários, conselheiros, domésticos, arautos, etc...

Solenes discursos em latim ou trocas informais de idéias em francês ou inglês (note-se que no século XV os ingleses preferem usar seu próprio idioma ou o latim; já no século XIV, conforme testemunha Froissart, os embaixadores ingleses se julgam prejudicados pelo uso do idioma francês).[7]

Não nos iludamos, entretanto, com o número de conferências e de tréguas. Se, a curto prazo, elas representavam o triunfo das correntes que desejavam a paz, a longo prazo constituíam, não raro, uma oportunidade para que os adversários tomassem fôlego e se preparassem para novas refregas. E a guerra recomeçava, então, com todo o ciclo de males e dentro de um ritmo a que as populações, a contragosto, tinham que se adaptar. As tréguas serviam, portanto, muitas vezes, para possibilitar o prosseguimento das hostilidades e prolongá-las indefinidamente.

Essas interrupções da guerra, ainda que breves, provocavam, independentemente de seu contexto político, grande satisfação entre a maioria da população integrada evidentemente por pessoas que ansiavam pela paz, condição única para o prosseguimento de uma vida normal.

Mas, note-se, havia também os que amavam a luta e nela viam não só a maneira de dar vazão a seus instintos guerreiros mas também um meio de promoção político-social.

4) A prolongada duração da guerra acarretou, naturalmente, entre os antagonistas, um *verdadeiro sentimento de xenofobia e um nacionalismo* que, por sua vez, alimentaram e prolongaram a luta.

5) A *preocupação de fazer uma guerra justa* dentro das concepções da moral cristã domina, ao menos aparentemente, o pensamento tanto dos soberanos ingleses como franceses que pretendiam estar em paz com a própria consciência. Compreende-se que, dentro dessa mentalidade, o papa tenha interferido no sentido de estabelecer a paz entre os contendores. Mas deve-se notar, de passagem, que a tremenda crise que abala a Igreja (o «cativeiro» dos papas em Avinhão e o cisma do Ocidente) impede que a autoridade pontifícia tenha forças suficientes para uma mediação da qual resulte a paz definitiva.

6) Sob o ponto de vista estritamente político poderia a Guerra dos Cem Anos ser caracterizada como uma simples *querela dinástica?* Para Calmette o conflito seria uma querela dinástica apenas na aparência. Na realidade seria uma tentativa de domínio inglês sobre a França. «Melhor ainda: tentativa de unificação de duas grandes monarquias em um só Estado que, por sua extensão e seu poderio, teria, desde então, dominado infalivelmente a Europa e o Mundo».[8]

Cabe aqui, contudo, uma observação: a Guerra dos Cem Anos, como boa parte das guerras medievais, não foge à característica de uma guerra de família. Percebe-se isso claramente quando se estudam os esforços de pacificação feitos por príncipes neutros ligados, contudo, por laços de parentesco aos soberanos contendores. Esses laços são lembrados e até mesmo reforçados por uniões matrimoniais.[9]

Depois dessa tentativa de apontar alguns traços característicos da Guerra dos Cem Anos, passemos a um breve estudo de suas principais causas.

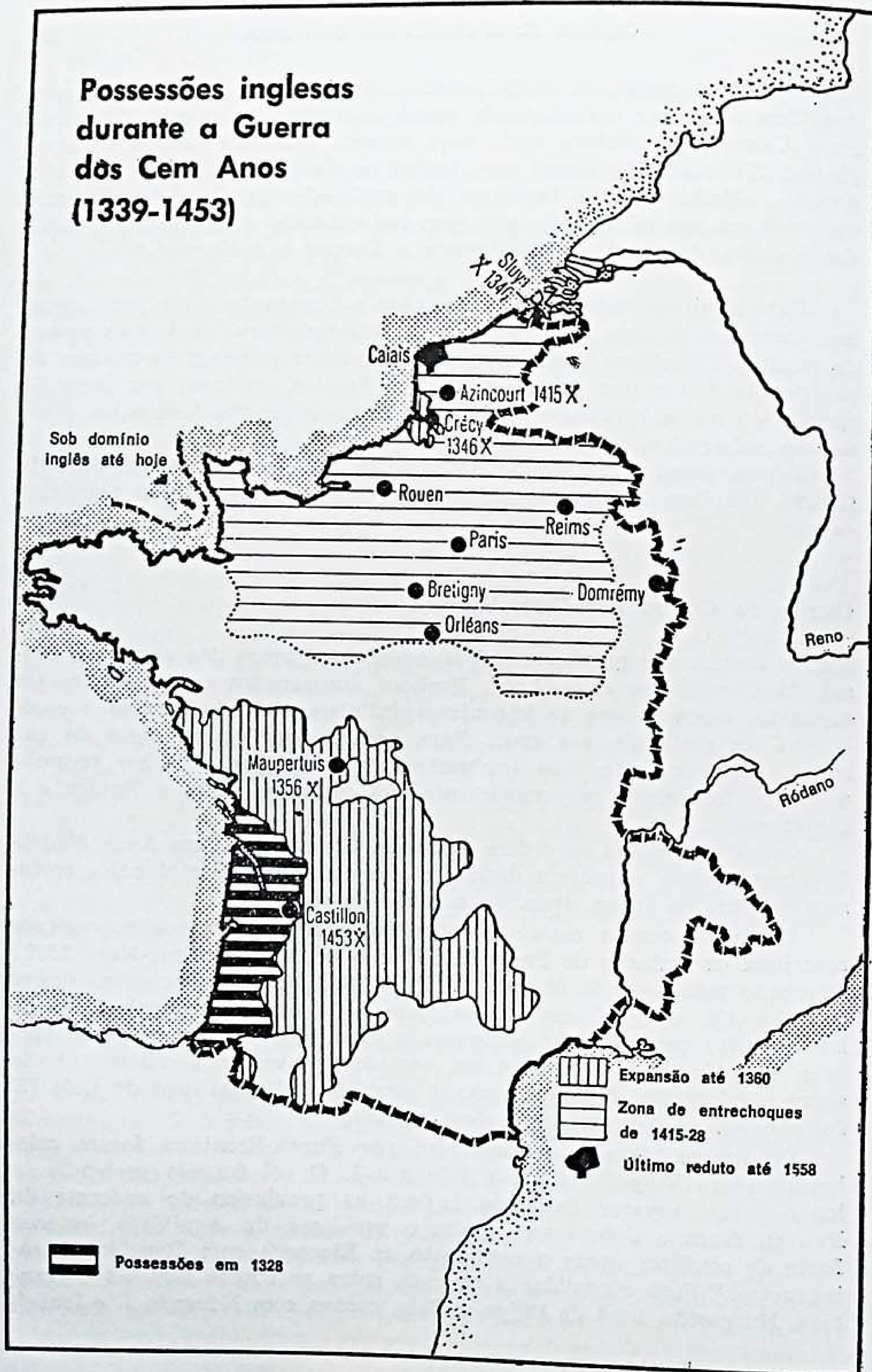
Causas da Guerra dos Cem Anos

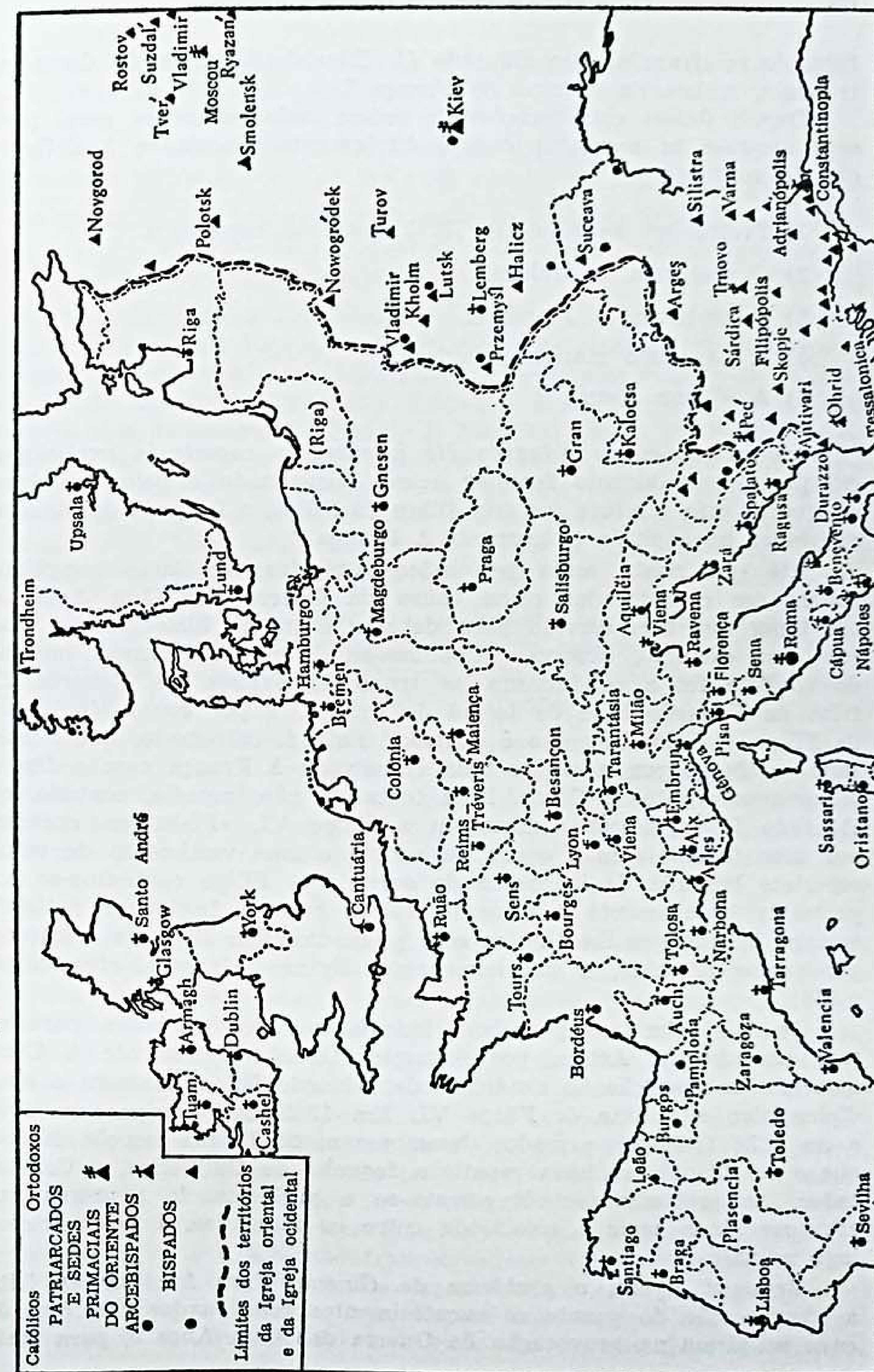
Vamos tentar, nas próximas linhas, apontar algumas das principais causas da Guerra dos Cem Anos. Embora enumeradas e comentadas em separado, essas causas se encontram intimamente relacionadas e constituem, na realidade, um todo. Para uma melhor compreensão do que se vai escrever neste item lembremos ao leitor que deve ter presente o que já foi escrito respectivamente nos capítulos sobre a França e a Inglaterra.

Como uma causa de ordem geral, da Guerra dos Cem Anos, Funck-Brentano aponta a própria desintegração do mundo feudal cujos costumes haviam, na época, «perdido a razão de ser».[10]

Entre as causas mais distantes do conflito o autor supracitado menciona os tratados de Paris (1259) e o de Montreuil-sur-Mer (1299) reforçado pelo segundo tratado de Paris (1303).[11] Pelo primeiro desses tratados (já o estudamos no capítulo referente à França) Luís IX havia aceito uma situação perigosa: a instalação de um poderoso vassalo no próprio solo francês em vez de aproveitar a vitória obtida sobre o rei inglês. A longo prazo a generosa e leal atitude de Luís IX fortaleceria as futuras pretensões inglesas.

Os outros tratados mencionados por Funck-Brentano foram celebrados entre Filipe, o Belo, e Eduardo I. O rei francês pretendia, a longo prazo, separar da coroa inglesa as províncias do sudoeste da França, fazendo desaparecer assim o problema da Aquitânia, «eterna fonte de conflitos desde o casamento de Eleonora com Henrique Plantageneta».[12] Para consolidar a amizade entre as coroas inglesas e francesa, Margarida, irmã de Filipe, o Belo, casava com Eduardo I, e Isabel,





Divisão eclesiástica da Europa no fim da Idade Média

filha do rei francês, com Eduardo II. Eduardo III, nascido deste matrimônio, reclamaria o trono da França.[13]

Depois dessas considerações de ordem mais ou menos geral podemos apontar as seguintes causas diretamente vinculadas à deflagração do conflito:

1) Pretensões de Eduardo III à sucessão capetíngia.

2) O problema da Guiena.

3) O problema de Flandres.

4) A expansão marítima inglesa.

5) A aliança alemã.

As *pretensões de Eduardo III à sucessão capetíngia* explicam-se, em parte, pelo vínculo familiar acima mencionado e pelos problemas suscitados com a morte dos três filhos de Filipe, o Belo, já devidamente estudados no capítulo concernente à França.[14]

Até que ponto essas pretensões fundadas nos laços sangüíneos podem ser consideradas como causa da Guerra dos Cem Anos, eis um tema que tem servido para debates entre os historiadores. Maurois, por exemplo, observa: «Costuma-se dizer que a causa imediata do conflito foi a candidatura ao trono da França de Eduardo III, filho de Eduardo II e de Isabel de França, e por conseqüência neto de Filipe, o Belo. Isso não é exato».[15] Fato é, entretanto, que o soberano inglês chegou a enviar uma embaixada à França com o fim de expor seus direitos à Coroa. Essa tentativa não impediu, contudo, que Eduardo III prestasse homenagem a Filipe VI. «Fê-lo, em contrário aos usos feudais com a coroa na cabeça e uma vestimenta de veludo escarlate bordada de leopardos de ouro; mas Filipe contentou-se com protestar brandamente e Eduardo voltou para a Inglaterra satisfeito com as honras que lhe tinham sido prestadas. Em 1331 ele confirmou, por cartas patentes, a sua homenagem lígia» (Maurois, *obra citada*, p.138).

Os dois soberanos possuíam, todavia, motivos de sobra para entrar em choque. Assim, por exemplo, David, pretendente à Coroa escocesa em oposição ao candidato de Eduardo III, encontrara o apoio diplomático e militar de Filipe VI. Em 1335 este equipa uma frota e em 1336 franceses armados desembarcam no litoral escocês. Note-se que o rei francês sonhava repetir a façanha de Guilherme, o Conquistador. Ao problema escocês somava-se o problema de Flandres para acentuar ainda mais a rivalidade entre os monarcas. Focalizá-lo-emos logo adiante.

Vejamos, agora, *o problema da Guiena*. Para facilitar ao leitor a compreensão do quanto os acontecimentos relacionados com esse ducado influíram na provocação da Guerra dos Cem Anos e, para maior

clareza de exposição, vamos lembrar alguns antecedentes que já foram mencionados em páginas anteriores.

1) Com o casamento de Eleonora da Aquitânia com Henrique II, os monarcas ingleses haviam-se tornado duques da Aquitânia (Guiena).

2) Segundo o já mencionado Tratado de Paris de 1259 acentuava-se a condição de feudo da Guiena. Seu detentor devia prestar homenagem ao rei da França na qualidade de vassalo.

3) Os reis ingleses procuravam, entretanto, tornar o feudo continental cada vez mais independente da suserania francesa. Os soberanos franceses, por sua vez, multiplicavam as intervenções valendo-se de sua condição de suseranos. Em 1294 Filipe, o Belo, confiscou e ocupou a Guiena, mas devolveu-a a Eduardo I. Em 1323 Carlos IV, respondendo a um ato violento do senescal inglês na Guiena, procedeu a um segundo confisco dessa região e anexou o Ponthieu, pequeno feudo situado ao norte da França e possuído pelos reis da Inglaterra desde o início do século XIV.[16] Em 1327 um acordo entre os dois soberanos estabelecia a devolução dos territórios anexados.

4) Apesar dos entendimentos, «a monarquia francesa conservou Agenais e o Bazadais: doravante a Guiena se reduzia a uma medíocre faixa de terras ao longo do Atlântico, compreendendo Saintonge, Bordéus, o Bordelais, a diocese de Dax e Bayonne».[17]

5) A posse da Guiena revestia grande importância para a economia inglesa. Bordéus constituía, com efeito, não só uma importante etapa na rota para Castela, mas um porto do qual dependia a atividade agrícola do vale do Garona e através do qual chegavam à Inglaterra anualmente produtos essenciais entre os quais enorme quantidade de vinho.

6) Cabem aqui algumas considerações que talvez nos auxiliem a compreender a preocupação constante dos reis franceses pela Guiena. Na época em que nos encontramos, a noção de Estado sofrera profunda evolução acarretando uma inevitável transformação nas relações entre o rei da França e seus vassalos. Sobre estes se fazia sentir cada vez mais forte a pressão da autoridade real. Lembre-se o leitor que nos encontramos em plena decadência do feudalismo e a caminho da centralização monárquica. Compreende-se que um vassalo (o rei inglês), que era também monarca de um país independente, não se sujeitasse às intervenções de um suserano (o rei francês) cada vez mais exigente.

Ainda um outro aspecto das relações de vassalagem-suserania entre o soberano inglês e o soberano francês: aquele via constantemente sua liberdade de ação cerceada pelos laços feudais que o prendiam ao segundo. Assim, por exemplo, caso fizesse uma aliança com príncipes adversários do rei francês, corria o risco de, na qualidade de duque

da Guiena e, portanto, vassalo do monarca francês, ser acusado de felonia.

Compreende-se, assim, que Eduardo III desejasse sacudir o jugo insuportável.

O pretendido direito à coroa francesa servia como um bom pretexto e uma boa cobertura para a luta.

Depois do problema da Guiena, passemos ao problema de Flandres. Essa região era um condado que se encontrava sob a suserania do rei da França. Note-se que havia também a chamada Flandres Imperial pertencente ao Império Germânico.

No século XIV Flandres era uma região muito industrializada. Bruges constituía um ponto-chave em que se uniam as grandes vias de comércio que levavam a Veneza, ao Báltico e à Castela. Bruges dominava o tráfico entre a Inglaterra e o Continente. «As grandes cidades do condado ocupavam então um lugar privilegiado. Gante, Bruges e Ypres, principalmente, haviam conseguido liberdades de considerável alcance e os burgueses dessas cidades defendiam ciosamente os seus direitos. O conflito que opounha a França à Inglaterra colocou-as numa situação difícil. A Flandres manipulava em larga escala as lãs importadas da Inglaterra. A Inglaterra, principal produtora de lã na Europa da época, não possuía uma indústria de lanifício digna de menção. Para vender as suas lãs, os ingleses não podiam portanto dispensar a tecelagem flamenga».[18]

Compreende-se que os mercadores ingleses, interessados em vender lã a Flandres e adquirir o vinho de Bordéus com o dinheiro apurado em Bruges ou em Gand, dessem todo o apoio ao soberano inglês na empresa contra a monarquia francesa. «A Inglaterra agrícola e a Flandres industrial viviam em simbiose», anota Maurois.[19]

Roberto d'Artois que, como já vimos no capítulo sobre a França, buscara refúgio na Inglaterra, não cessava de instigar Eduardo III contra Filipe VI. Este, cônscio dos preparativos de guerra do soberano inglês, solicitou ao conde de Flandres que aprisionasse os súditos ingleses. Eduardo III tomou então represálias não só detendo os negociantes flamengos que se encontravam na Inglaterra mas proibindo a exportação de lã inglesa para Flandres (1336). A paralisação da indústria de lã por falta de matéria-prima causou um grande descontetamento nas principais cidades. Lembremos que desde o massacre de Cassel desenvolvera-se entre a burguesia flamenga um sentimento anti-francês. Surge então a figura do burguês Tiago (Jacques) van Artevelde, famoso por sua riqueza e sua capacidade de liderança. Apoiado por seus concidadãos de Gand e, logo depois, por outras cidades de Flandres, Artevelde exerceu durante algum tempo uma verdadeira ditadura. O conde de Flandres teve que se refugiar junto a seu soberano. Compreende-se que Eduardo III aproveitasse a oportunidade que lhe oferecia o chefe burguês. Este aconselhou «o rei da Inglaterra a reunir às suas armas as armas da França. Seria assim o aliado dos flamengos e não mais o seu inimigo, quem se tornaria o verdadeiro rei da França, e objeto do juramento deles».[20] Lembremos que o rei da França era suserano de Gand. Aceita por Eduardo III a sugestão de Artevelde, cessariam os escrúpulos dos flamengos, pois sua rebelião não seria mais contra o suserano mas contra um soberano considerado usurpador.

Entre as causas da Guerra dos Cem Anos convém sublinhar a tendência de expansão marítima da Inglaterra, tendência essa imposta pela própria situação geográfica. «A Inglaterra tem necessidade do domínio do mar, por cuja falta não pode continuar o seu comércio, nem enviar tropas para o Continente, nem permanecer em ligação com as já enviadas».[21] Essa necessidade de domínio dos mares está relacionada evidentemente com o que já expusemos acima.

Finalmente podemos alinhar entre as causas da Guerra dos Cem Anos *as alianças que o rei inglês conseguiu no continente e, de modo especial, a aliança com o imperador Luís da Baviera.* Para obter o apoio desse último, Eduardo III não poupou dinheiro. O imperador estava também interessado em conseguir aliados contra o Papa considerado como favorável a Filipe VI.

Em 1337 o imperador e o rei inglês fazem um acordo mediante o qual o primeiro poria à disposição do segundo dois mil homens em troca do pagamento de trezentos mil florins. Em 1338 Eduardo III encontra-se com o imperador em Coblença. «O ponto culminante foi o solene encontro dos dois soberanos na praça do mercado. Envergando um traje suntuoso e tendo na cabeça a dupla coroa, o imperador tomou lugar num trono com a altura de 12 pés. Um degrau abaixo encontrava-se o rei da Inglaterra, seguindo-se os príncipes eleitores a seus pés. Rodeavam-nos duques e condes, arcebispos e bispos, barões e cavaleiros. O imperador tomou a palavra, declarou Eduardo III legítimo herdeiro do trono da França e nomeou-o vice-rei de todas as províncias imperiais a ocidente do Reno. Em seguida, os nobres feudatários dessas províncias fizeram entre as mãos do rei inglês o juramento de obediência, com a promessa de o ajudarem contra Filipe de Valois».[22]

Além da aliança alemã, o rei inglês contava com o apoio de parte da população da França. E' o que observa Funck-Brentano: «Na Guiena o partido do rei da Inglaterra será muito importante; mas estará longe de contar com a unanimidade da região. A alta nobreza e, nas cidades, o patriciado estarão ao lado do rei da França. Em toda a primeira metade da Guerra dos Cem Anos, até o início do século XV, pode-se ter certeza de que quando uma cidade se pronuncia em favor do rei da França, é porque o partido aristocrático, o patriciado apoiado sobre sua clientela, dominou; quando, ao contrário, uma localidade se «torna inglesa», é que o «comum», o partido popular tomou em suas mãos a direção da cidade. Fato essencial do conflito secular».[23]

Expostas de um modo geral as principais causas que motivaram a Guerra dos Cem Anos, vamos passar à exposição sucinta dos mais im-

portantes episódios desse longo conflito. Para tornar mais clara essa exposição distinguiremos na Guerra dos Cem Anos as seguintes fases: [24]

1. Derrota da França (1337/1356).
2. A crise francesa (1356/1364).
3. Soerguimento da França sob Carlos V (1364/1380).
4. Nova Crise francesa (1380/1429).
5. Joana d'Arc (1429).
6. A vitória de Carlos VII (1429/1453).

A derrota da França (1337/1356)

Em maio de 1357, em face da atitude de rebeldia do monarca inglês, seu vassalo, Filipe VI resolve o confisco da Guiena. Eduardo III responde designando seu adversário, nos atos oficiais da Chancelaria, como «Filipe, que se diz rei de França».

Em outubro do mesmo ano Eduardo III reivindica publicamente em Westminster o reino da França. O bispo de Lincoln leva a Paris o desafio do rei inglês, intimando o soberano francês a renunciar ao reino adquirido indevidamente. Começara oficialmente a Guerra dos Cem Anos sob a capa de uma reivindicação dinástica.

Eduardo III se instalara no Brabante com sua família, sua corte e seu exército sem, contudo, tentar qualquer operação militar no decurso do ano de 1338. Em setembro do ano seguinte o soberano inglês excursiona por Cambrésis, Vermandois, Soissonais e Thiérache promovendo devastações. Filipe VI reúne suas forças mas não ousa enfrentar o adversário atendendo à opinião de seus conselheiros segundo a qual a própria situação financeira de Eduardo III motivaria o arrefecimento do ataque inglês. De volta ao Brabante, Eduardo III obtém uma grande vitória diplomática através do Tratado de 3 de dezembro de 1339: as cidades flamengas decidem ajudá-lo militarmente e reconhecê-lo como verdadeiro rei da França. Em janeiro de 1340, em Gand, Eduardo III assume solenemente o título de rei da França e introduz a flor-de-lis em seu grande selo e em suas armas.

As necessidades financeiras levam Eduardo III à Inglaterra onde consegue subsídios do Parlamento e reúne novas forças. A frota francesa, porém, que dispunha de um poderoso arsenal nas proximidades de Ruão e que contava com numerosas naves estrangeiras (sobretudo genovesas), cruzava vigilante a Mancha dificultando qualquer desembarque inglês. Em junho de 1340 a esquadra francesa encontrava-se ao largo do litoral de Flandres quando foi atacada pelos navios ingleses. Feriu-se então (24 de junho) a batalha naval de Eclusa (em flamengo Sluvs) ao norte de Bruges. «Segundo a descrição de Froissart, desenhava-se então no horizonte uma floresta de mastros. Os franceses apresentavam-se com um maior número de navios do que os adversários. Além disso, estavam certos da vitória. Quando o almirante inglês ordenou que os seus navios virassem de bordo, a fim de se colocarem de maneira mais favorável em relação ao sol e ao vento, os franceses gritaram: «Vejam os covardes! Eis os homens contra quem não nos podemos bater!» Mas, com grande surpresa sua, os ingleses aproaram a eles. Os arqueiros ingleses fizeram cair sobre os navios franceses um dilúvio de flechas, a que se seguiu um pavoroso corpo-a-corpo. Enquanto os marinheiros manobravam os navios, os cavaleiros manejavam a espada. A batalha durou nada menos que nove horas. Neste memorável encontro os franceses perderam 25.000 homens, mortos em combate ou afogados, enquanto as perdas inglesas se limitaram a 4.000». [25] Filipe VI perdia o controle do mar. Eduardo III era saudado pelo Parlamento com o título de «rei do mar». Doravante os insulares podiam tranqüilamente empreender a ofensiva contra o continente forçado à defensiva. [26]

Embora contingentes relativamente consideráveis tivessem sido reunidos por ambos os monarcas contendores, não se feriu nenhum encontro decisivo no decurso de 1340. Ao contrário, premidos pelas deficiências financeiras, os partidos em luta estabeleceram em Esplechin (perto de Tournai) uma trégua (setembro de 1340).

Filipe VI procura restaurar as finanças abaladas ao mesmo tempo que sua diplomacia consegue afastar o imperador Luís da Baviera da aliança inglesa. Eduardo III perdeu seu vicariato imperial (Luís da Baviera, lembremos, havia designado o soberano inglês vigário imperial para as províncias ocidentais do Reno). O Hainaut e o Brabante abandonaram o inglês. Em Flandres Artevelde perdera prestígio e seus compatriotas haviam sido excomungados pelo papa Clemente VI por se haverem rebelado contra o conde. Davi da Escócia, aliado de Filipe VI, voltara a seu reino e reiniciara uma guerra fronteiriça contra o soberano inglês. A situação financeira deste era péssima. Devia soma enorme a banqueiros florentinos (Bardi e Peruzzi) que acabaram falindo em face da insolvência de Eduardo III. [27] Evidentemente a infidelidade dos aliados do rei inglês está intimamente relacionada com essa situação.

A morte (1341) do duque da Bretanha sem deixar herdeiro direto gerou uma grave disputa em torno do ducado por parte de dois candidatos: João, conde de Montfort, e Joana de Penthièvre casada com Carlos de Blois, sobrinho de Filipe VI. Ambos os pretendentes apelaram para a decisão do Valois mas João, instigado por sua esposa Joana de Flandres, apoderou-se de Nantes, capital do ducado, e pediu o apoio do Plantageneta. Este colocou-se a seu lado e investiu-o no condado de Richmond. Montfort proclamou-se então duque da Bretanha e reconheceu Eduardo III como rei da França. Filipe VI porém decidiu a contenda em favor de Carlos de Blois, o que provocou, à

margem do conflito principal, uma longa e confusa luta em torno da sucessão do ducado da Bretanha.

Depois de esgotado o prazo da trégua de Esplechin, Eduardo III desembarcou na Bretanha para atacar Carlos de Blois. Filipe VI preparava-se para socorrer o sobrinho quando os legados do papa Clemente VI conseguiram que os adversários aceitassem a trégua de Malestroit (janeiro de 1343) que deveria durar até 1346 e durante as quais procurou-se, em Avinhão (1344), estabelecer uma paz duradoura.

Ao mesmo tempo que procurava firmar-se na Bretanha, Eduardo III enviava à Guiena o conde de Derby e Sir Walter Manny que tomaram Bergerac, La Réole e Angoulême (1345). Neste ano graves acontecimentos abalaram Flandres. O prestígio de Artevelde não fora suficiente par impor sua autoridade permanentemente a toda a região. «Em 1345 os seus inimigos acusaram-no de ter dilapidado os fundos públicos. Uma populaça furiosa juntou-se em frente de sua casa, em Gante. A princípio Artevelde tentou parlamentar, mas, verificando que isso seria inútil, pôs-se em fuga por uma saída secreta. Descoberto, foi imediatamente morto. Deste modo, os ingleses perderam toda a esperança de apoio por parte das cidades flamengas».[28]

Em julho de 1346, partindo da ilha de Wight, Eduardo III desembarcou com um grande número de soldados em Saint-Vaast-la-Hougue, na Normandia. Prosseguindo em sua penetração no solo francês, o exército inglês passou por Valognes, Carentan e Saint-Lô, só encontrando alguma resistência em Caen. Depois da rendição dessa praça, Eduardo III continuou sua marcha vitoriosa através de Lisieux e Louviers até atingir o Sena onde encontrou as pontes destruídas. A 16 de agosto atravessou o rio e dirigiu-se para o norte, depois de haver percorrido mais de trezentos e cinqüenta quilômetros.[29]

Filipe VI, que se mantivera inativo durante longo tempo talvez à espera de que seu adversário retornasse à Inglaterra, ou por outra razão ignorada, resolveu agir sob a pressão de uma forte corrente de opinião emanada de seus cavaleiros. Eduardo III procurou evitar o combate em face da superioridade numérica dos franceses. Mas como não era possível manter à distância os perseguidores, resolveu esperá-los em uma posição defensiva perto de Crécy-sur-Ponthieu.

Pela tarde do dia 26 de agosto de 1346 feriu-se a famosa batalha de Crécy tão fatal para a nobreza francesa. «Froissart relata com tristeza que o encontro foi mais sangrento que cavalheiresco. A tática dos ingleses consistiu em assegurar uma estreita colaboração entre a cavalaria e o corpo dos arqueiros. A fim de encorajar os arqueiros e de galvanizar a resistência que era preciso opor ao assalto dos cavaleiros franceses, os cavaleiros ingleses apearam-se e lutaram, dentro de suas pesadas armaduras, nas fileiras da peonagem. Este gesto teve uma influência decisiva no resultado do combate.

No meio da chacina verificaram-se, em ambos os campos, algumas proezas cavalheirescas. O príncipe de Gales, então com 16 anos, teve em Crécy o seu batismo de fogo; devido à cor de sua armadura é conhecido na história pela designação de «Príncipe Negro». Comandava a ala direita do exército inglês. Tendo-se lançado para o mais aceso da luta, foi arrancado de sua montada e aprisionado, mas nesse mesmo instante libertado pelo seu tenente. Os ingleses alcançaram em Crécy uma vitória formidável. Eduardo armou seu filho cavaleiro no próprio campo de batalha. O rei de França refugiou-se num castelo vizinho, onde entrou depois de ter gritado: «Abri, abri, é o infeliz rei de França».[30]

«Trinta mil homens, segundo o cálculo aproximado de Froissart, morreram nesse único conflito. O feudalismo também quase morreu ali: a cavalaria montada da França, atacando galantemente com lanças curtas, deteve-se impotente diante de uma parede de compridos espetos ingleses apontados para os peitos de seus cavalos, enquanto os arqueiros ingleses das alas espalhavam a morte entre os cavaleiros».[31]

Contribuiu para a derrota francesa o ataque desordenado e cego da cavalaria. Os que não eram cavaleiros haviam debandado desde o início assustados pelas bombardas inglesas que, na realidade, causavam mais barulho que dano. Froissart explica a derrota dizendo que os franceses estavam muito cansados e esfalfados desde sua chegada (et si estoient li François fort laissé et i travillié, ensi qu'il venoient). O cronista louva a valentia dos cavaleiros que preferiam avançar a fugir vergonhosamente e acrescenta: «Estavam lá o conde d'Alençon, o conde de Blois, o conde de Flandres, o duque de Lorena, o conde d'Harcourt, o conde de Saint-Pol, o conde de Namur, o conde d'Auxerre, o conde d'Aumale, o conde de Sancerre, o conde de Sarrebruck e um número infinito de condes, barões e cavaleiros».[32]

Na batalha de Crécy morreu heroicamente João, o velho conde de Luxemburgo e rei da Boêmia. Apesar de cego, o bravo cavaleiro exigiu que o conduzissem à primeira linha. Froissart imortalizou o episódio em página famosa.[33]

Eduardo III prosseguiu a sua marcha e chegou sob os muros de Calais a 4 de setembro de 1346. Iniciou-se então um cerco que duraria até agosto de 1347. Os ingleses chegaram a edificar uma verdadeira cidade de madeira em torno da praça sitiada. A resistência prolongada explica-se pelo recebimento, por parte dos sitiados, de víveres via marítima. Acrescente-se a isso a deficiência de meios para efetuar o assalto, por parte dos sitiantes, pois a pólvora mal fazia seus ensaios na atividade bélica do continente.

O socorro que Filipe VI preparara para salvar a cidade não chegou a ser usado de vez que o rei francês não ousou atacar os ingleses coligados com os flamengos. Calais teve por conseguinte que se render aos 3 de agosto de 1347. Situa-se aqui o famoso episódio dos seis burgueses de Calais que se apresentaram humildemente em camisa e com a corda no pescoço, ao soberano inglês que pretendia passar a cidade a ferro e sangue. O dramático episódio foi narrado por João,

o Belo, e popularizado por Froissart. O leitor sente ao vivo o terror da população de Calais, o heroísmo dos seis burgueses que se ofereceram ao sacrifício por seus concidadãos, a desolação geral, a cólera de Eduardo III e, finalmente, o espírito humanitário da rainha.

Uma grande parte da população teve que abandonar Calais. Os ingleses ocuparam-na e fortificaram-na cuidadosamente tornando-a importante base de controle do estreito. Mais tarde tornou-se também centro comercial de primeira ordem para os negociantes ingleses. Durante dois séculos Calais faria parte integrante da Inglaterra e constituiria para os ingleses o principal meio de acesso à França.

Em setembro de 1347, a mediação dos legados pontifícios levou os beligerantes à trégua de Calais que seria várias vezes prolongada e nunca inteiramente respeitada. Para a interrupção das hostilidades contribuiu poderosamente o terrível flagelo conhecido na História como peste negra. Procedente do Oriente, a epidemia devastou a Europa causando uma espantosa mortandade. Em outro volume da *História do Mundo Feudal* voltaremos a esse trágico acontecimento da História Medieval com todas suas profundas conseqüências.

O conde de Flandres, Luís de Maële, que fora feito prisioneiro em Crécy, conseguiu fugir e, em 1349, obteve a submissão das cidades flamengas, o que representava um duro golpe para Eduardo III. Em agosto de 1350 falecia o rei da França.

Sob o reinado de João, o Bom (que já focalizamos no capítulo sobre a França), são tomadas algumas medidas no sentido de melhorar as forças armadas. Recruta-se uma nova categoria de combatentes providos de armas mais leves e entre os quais se encontram italianos e provençais. Procura-se igualmente desenvolver o emprego de certas armas entre a população. O soldo das tropas é aumentado e o rei cria a ordem da Estrela cujos quinhentos integrantes deviam jurar que jamais fugiriam quando em combate. Estamos aqui diante de uma tentativa de reavivamento do ideal da cavalaria feudal.

Durante essa época entre em cena Carlos, rei de Navarra (Carlos, o Mau), que aproveita as dissensões entre o rei da Inglaterra e o rei da França para melhor consolidar a própria posição reunindo em torno de si os descontentes com os abusos da administração monárquica dos Valois.

Negociações de Paz desenvolvidas em Guines levam a um projeto de Tratado segundo o qual a Aquitânia e as províncias do Loire (Poitou, Touraine, Anjou e Maine) cairiam sob a soberania de Eduardo III que, em troca, renunciaria ao trono da França.[34] O tratado deveria ser ratificado em Avinhão, mas os delegados franceses recuaram, abrindo-se novamente a perspectiva da guerra.

Enquanto Eduardo III fazia uma expedição partindo de Calais em direção ao Artois, sem obter maiores êxitos, os ingleses sob o comando do Príncipe de Gales (o Príncipe Negro — assim chamado na *Crônica da Inglaterra* de Grafton, 1569) faziam uma proveitosa excursão através do Languedoc, até Narbona e Carcassona (setembro-dezembro de 1355).

No verão de 1356 o príncipe de Gales parte novamente de Bordéus e dirige-se para o norte avançando até Romorantin; daí segue em direção a Tours, atravessa o Loire, mas bate em retirada para evitar o encontro com o exército francês muito superior em número. Mas João, o Bom, estava decidido ao combate. Este feriu-se em Maupertuis, poucos quilômetros ao sul de Poitiers (19 de setembro de 1356). Deve-se notar que o Príncipe de Gales chegou a fazer vantajosas ofertas ao rei francês: em troca da permissão para retornar livremente a Bordéus, ele prometia libertar os prisioneiros, restituir a presa conquistada durante a excursão, as últimas conquistas efetuadas e guardar uma trégua de sete anos. Em vão o legado papal procurou evitar o derramamento de sangue. João, o Bom, obstinara-se em combater.

Feriu-se então uma das mais célebres batalhas da Idade Média. «O exército francês dividiu-se em três corpos; o rei tomou pessoalmente o comando do mais importante. Aí se encontrava a auriflama, ou bandeira real, rodeada pela flor da cavalaria francesa. Vinte cavaleiros usavam armadura igual à do rei, pra o dissimular aos olhos dos ingleses.

Froissart descreve-nos este brilhante espetáculo. As bandeiras e panículos drapejavam ao vento, escudos e couraças brilhavam à luz do sol. No seu cavalo branco, o rei da França ia de grupo em grupo. Disse aos seus soldados: Conservai a lembrança do mal que os ingleses nos fizeram. Vingança para as ofensas e a miséria que trouxeram ao reino da França! Nada de indulgência! Que seja o príncipe o único que me tragam prisioneiro».[35] Forçado a lutar, o Príncipe Negro aplicou a mesma tática já usada na batalha de Crécy e obteve uma vitória completa. Para os franceses Poitiers foi mais que uma derrota, foi um verdadeiro desastre, pois o próprio rei caiu prisioneiro de seu adversário, apesar de haver lutado com denodo.

«Na noite da vitória o Príncipe Negro deu um banquete para o qual foram convidados os prisioneiros franceses de categoria. Acolheu o rei João, o Bom, com as maiores manifestações de respeito. Ele próprio o serviu, dizendo que não era digno de se sentar à mesma mesa de um tão valoroso príncipe».[36]

A crise francesa (1356/1364)

No capítulo sobre a França já mencionamos os principais aspectos da grave crise por que o país atravessou depois da infeliz batalha de Poitiers. No presente item vamos limitar-nos apenas a algumas observações complementares e a um breve estudo do Tratado de Brétigny.

Um rápido olhar sobre a História da França no período ora focalizado revela-nos uma crise econômico-financeira e uma crise político-

social. A crise econômica já vinha de longe: caravanas de negociantes haviam abandonado o território francês e as feiras de Champanha haviam entrado em decadência. A penúria tinha sido agravada em certas ocasiões por más colheitas. Quando sobreveio a Peste Negra com seu cortejo de conseqüências sobre a agricultura (falta de mão-de-obra, alta de salários), sobre o estado moral da população (desânimo, obsessão com a proximidade da morte), sobre a estrutura social (grande massa de bens abandonados sem herdeiros), toda a situação se agravou de modo alarmante. E note-se que mesmo após a fase aguda da epidemia, a peste continuou de forma larvada dizimando e aterrorizando aqui e ali a população.

Esse descalabro todo refletia-se evidentemente na situação financeira, acarretando a desvalorização monetária. Com o tesouro real vazio e com o pesado encargo de pagar o resgate do rei prisioneiro, o delfim de dezoito anos tenta obter dinheiro mediante a reunião dos Estados Gerais das províncias do Languedoïl em Paris (outubro de 1356). Nessa reunião sentimos o ponto cruciante a que atingira o descrédito da monarquia francesa. Dois nomes emergem dos «Estados» de 1356 e sintetizam a oposição ao Valois: Roberto Le Coq e Estêvão Marcel.

O primeiro, bispo de Laon, hábil orador e partidário de Carlos, o Mau, pleiteava a libertação deste (que se encontrava aprisionado no castelo de Arleux-lès-Amiens) pretendendo fazê-lo árbitro da situação. Essa atitude de Le Coq (que tinha o apoio de Estêvão Marcel) representava de certa maneira a manifestação de um sentimento nacional ferido pela catástrofe de Poitiers e que buscava a solução da crise na pessoa de Carlos, o Mau, por ser este, na qualdiade de Conde d'Evreux, um príncipe francês e também um descendente dos capetíngios. Carlos, o Mau, seria libertado graças a seus influentes partidários em novembro de 1357.

Estêvão Marcel, rico e influente negociante, representa as aspirações da burguesia parisiense. Estamos aqui em face de um verdadeiro Artevelde francês. Altivez, energia, consciência de seu prestígio e amplas concepções do governo caracterizam a figura do preboste dos negociantes de Paris. «Queria dar a Paris e a outras cidades uma maior autonomia e que se concedesse à burguesia uma maior influência sobre a vida política e social da França».[37] Note-se aqui um fenômeno curioso que explica esse avanço político da burguesia na França: a nobreza francesa, puramente feudal e militar, não constituía uma aristocracia política.[38]

O delfim resiste às reivindicações e consegue encerrar a reunião dos Estados de 1356. Deve-se observar que os Estados de Languedoc, reunidos na mesma época, apresentavam-se menos exigentes.

Tentando obter auxílio do imperador, Carlos dirige-se a Metz onde presta homenagem pelo Delfinado, mas não consegue o socorro pretendido. Em fevereiro de 1357 novos Estados se reúnem e o delfim ratifica as decisões tomadas, através da grande Ordenança (março de 1357). «Essa *ordonnance* decretava, entre outras coisas, que o rei reconheceria a autonomia das cidades francesas, que, a exemplo das cidades flamengas, se constituiriam em federação. As guerras particulares dos nobres seriam proibidas e a justiça submetida a um certo número de reformas. Fora das sessões dos Estados Gerais, o rei teria a seu lado um conselho composto de 17 burgueses, 11 eclesiásticos e 6 nobres. Deste modo, Marcel e seus amigos introduziram um embrião de regime parlamentar».[39]

João, o Bom, que se encontrava ainda na Guiena, prisioneiro, aguardando sua transferência para Londres, ao tomar ciência da ordenança, desautorizou a atuação do delfim. Este, porém, diante da indignação dos parisienses, viu-se por sua vez obrigado a anular as ordens emanadas do rei e convocou novamente os Estados (abril de 1357). Acalmada por algum tempo, a situação política voltou a agravar-se com a já mencionada libertação do rei de Navarra. Em fevereiro de 1358 os Estados Gerais se reúnem e pretendem acabar com as assembléias locais, deixando subsistir uma única assembléia para toda a região do Languedoïl. Essa supressão equivalia a privar a monarquia de um apoio. Uma revolta instigada por Marcel (22 de fevereiro de 1358) leva ao assassinato, sob as vistas do príncipe, dos marechais da Champanha e da Normandia. O delfim (que trocara o título de lugar-tenente do rei pelo de regente do reino) abandona Paris e obtém o apoio de novos Estados do Languedoïl reunidos em Compiègne sem a presença dos delegados parisienses (maio de 1358).[40] A Estêvão Marcel restava agora somente a capital.

Estoura então a revolta camponesa conhecida na história como *Jacquerie*.[41] De maio a junho de 1358 há uma terrível seqüência de massacres, incêndios, destruições e atentados. Essa explosão de ódio, cujo quadro sinistro nos foi pintado por Froissart, explica-se pelos sofrimentos e misérias da população rural que haviam ultrapassado toda a medida.

Estêvão Marcel apoiou inicialmente os Jacques mas ficou espantado com os excessos cometidos. Coube a Carlos, o Mau, tomar a frente da repressão. O suplício do chefe dos revoltosos, Guilherme Cale ou Carle, pôs fim à rebelião. Deve-se notar que, por sua vez, os nobres desencadearam uma terrível reação contra os habitantes rurais.

O rei de Navarra (Carlos, o Mau) entra em Paris onde Marcel fá-lo aclamar capitão. Entretanto o regente se apresta para a luta graças aos recursos obtidos dos Estados reunidos em Compiègne. A cumplicidade de Carlos, o Mau, com os ingleses é habilmente explorada pelo Valois que se dirige a Paris. Marcel acaba assassinado (31 de julho de 1358). O regente triunfa não só da revolução burguesa parisiense mas também dos partidários de Carlos, o Mau.

São várias as causas que explicam o fracasso de Marcel: a falta de unidade entre a própria burguesia; o particularismo das províncias

que não se sujeitavam à liderança parisiense; o conflito rural que Marcel apoiou imprudentemente no início e que, por ter caráter de conflito social, alertou especialmente os nobres que se uniram em torno do rei; finalmente a aliança de Marcel com o rei de Navarra feriu o sentimento nacional em virtude das ligações do último com os ingleses.

Depois da batalha de Poitiers, João, o Bom, havia sido levado pelo Príncipe de Gales para Bordéus onde se fez uma trégua (março de 1357) que deveria prevalecer até abril de 1359.

O rei francês foi, então, transferido para Londres, seguindo-se uma série de negociações. Um primeiro projeto de tratado atribuía a Eduardo III, com plena soberania, o sudoeste do reino (inclusive o Poitou) e a homenagem da Bretanha. O resgate do rei prisioneiro ficava estabelecido em quatro milhões de escudos e nada se previa sobre a renúncia de Eduardo III à coroa francesa. O delfim aceitou esse projeto (primeiro tratado de Londres, janeiro de 1358), mas Eduardo III resolveu aumentar suas exigências em troca da renúncia ao título de rei da França. João, o Bom, estava disposto a aceitar o segundo tratado de Londres (março de 1359), mas o mesmo não aconteceu com o delfim que contava com o apoio dos Estados.

Eduardo III pretendeu, então, decidir pela força o problema da sucessão: em dezembro de 1359 encontramo-lo sob os muros de Reims onde pretende se fazer coroar e sagrar. Mas a cidade resiste e o inglês se vê obrigado a levantar o cerco. Por onde passa, o agressor desperta a reação da população local que se defende e se revela mais capaz de salvar o país que o entusiasmo dos cavaleiros. «Anunciam-se assim os inícios de uma guerra nacional». [42]

Finalmente Eduardo III resolveu tratar. A 1º de maio de 1360 começam as negociações em Brétigny. Um tratado foi aí assinado a 8 de maio e ratificado a 24 de outubro em Calais.

«Eduardo III recebia, com toda a soberania, uma grande Aquitânia que ia de Loire ao Maciço Central e aos Pireneus, Calais e suas marcas, o Ponthieu e o condado de Guines: cerca de um terço do reino. O resgate de seu adversário descia para três milhões de escudos, o que representava, ainda, ao menos dois anos de receitas totais da monarquia: 600.000 escudos deviam ser entregues em quatro meses, o restante seria pago em seis anuidades iguais. João, o Bom, seria libertado após o pagamento da primeira parcela. Quanto a Eduardo III, ele renunciava à coroa da França e comprometia-se a abandonar as fortalezas ocupadas por suas tropas na parte do reino que restava aos Valois. De acordo com o previsto, as cláusulas foram confirmadas alguns meses mais tarde em Calais, mas com uma diferença: os artigos concernentes à renúncia de João, o Bom, a seus direitos de soberania e jurisdição nos territórios cedidos bem como aqueles concernentes à renúncia de Eduardo III ao título de rei da França, foram separados do resto do tratado e ficou estabelecido que essas renúncias se permutariam uma

vez efetuada a transferência dos territórios e antes de 1º de novembro de 1361». [43]

Quando em outubro de 1361 os enviados de João, o Bom, foram à Inglaterra receber as renúncias da parte de Eduardo III, este recusou-se sob o pretexto de que algumas zonas ainda não haviam passado para o domínio inglês. Na realidade o Plantageneta não se julgava satisfeito com o tratado e nutria, ainda, as velhas pretensões dinásticas. João, o Bom, por sua vez, também recusou-se a ratificar suas renúncias. O pagamento do resgate por parte do rei francês tornou-se difícil em virtude da enormidade do preço fixado. Eduardo III conservava, entretanto, príncipes de alta linhagem como reféns. Já vimos que a fuga de um deles provocou a volta de João, o Bom, ao cativeiro onde morreu pouco depois (abril de 1364).

O Soerguimento da França sob Carlos V (1364-1380)

Já focalizamos a figura de Carlos V e sua atuação administrativa. Antes de focalizar o papel do rei em relação ao conflito com os ingleses vamos dizer algumas palavras sobre as famosas «Companhias».

O tratado de Brétigny deixara como triste herança para a França o grave problema das chamadas «Grandes Companhias». Lembremos que a Guerra dos Cem Anos desenvolvera ao lado do serviço militar feudal (insuficiente para atender as necessidades do conflito) um serviço militar mercenário que reunia, segundo o testemunho de Froissart, «capitães de todas as nações, ingleses, gascões, espanhóis, navarrinos, alemães, escotos,. . .»

Com a paz assinada, esses aventureiros haviam ficado disponíveis, sem «trabalho», incapacitados para uma reintegração na sociedade e sem vontade de retornar ao lugar de origem. Agrupados em «Companhias», esses mercenários passaram a fazer guerra por conta própria constituindo um verdadeiro flagelo social. Curioso é que cada companhia possui em seu quadro pessoas com certa instrução capacitadas para redigir os salvo-condutos vendidos aos negociantes e as intimações dirigidas aos castelos, às aldeias e até às cidades no sentido de que escolhessem entre o pagamento de uma quantia ou a pilhagem e o incêndio.

O fracionamento político do reino dificultava o combate a esses grupos de aventureiros, pois cada região estava preocupada exclusivamente com a própria segurança e depois de se ver livre dos bandidos, não mais dava importância à devastação que os mesmos levavam a províncias vizinhas. Não raro a companhia se instalava em uma praça forte donde ditava a lei para as regiões adjacentes e exigia da população uma contribuição como penhor de tranqüilidade.

Embora as fontes mencionem essas companhias como formações «sem cabeça» *(sine capite, acephalica)* — isto é, sem chefes — na

realidade elas possuíam seus cabeças escolhidos pelos companheiros entre aqueles dotados de personalidade marcante. A expressão *sine capite* explica-se porque essa chefia não era evidentemente reconhecida como autoridade legítima. Muitos desses capitães de aventureiros eram nobres ou bastardos de nobres e sonhavam aproveitar a desordem reinante para criar-se verdadeiras senhorias.

Situa-se entre 1356 e 1370 a época em que as Companhias «surgem em plena luz nas narrativas dos cronistas».[44] Como já acentuamos, o tratado de Brétigny (1360) contribuiu para o desenvolvimento dos bandos. Às vezes as Companhias se reuniam para formar verdadeiros exércitos (as grandes Companhias). Em 1361 chegaram a ameaçar o próprio papa Inocêncio VI em Avinhão. Como nem a ação do poder temporal e nem as penas espirituais impostas pela Igreja surtissem efeito no sentido de pôr fim às devastações provocadas pelas Companhias, pensou-se em usar a energia guerreira dos aventureiros em lutas que tivessem um sentido positivo para a cristandade. Assim é que em 1364 foi planejado o envio das Companhias para a Hungria a fim de contribuírem para deter a ameaçadora progressão turca. Mas as hordas devastadoras acabaram sendo desviadas para a Península Ibérica onde já registramos sua presença na luta entre Pedro, o Cruel, soberano de Castela, e seu irmão o bastardo Henrique de Trastâmara.

Este último obteve o apoio de Carlos V. Du Guesclin recebeu então a incumbência de conduzir sob seu comando as Companhias através do sul da França até a Península Ibérica (1365-1366).

Du Guesclin desempenhou relevante papel e foi feito duque de Molina. Carlos V obteve o apoio de Castela, com a ascensão de Henrique de Trastâmara ao trono.

A expedição à Espanha não pôs fim às Companhias. Quando a Guerra dos Cem Anos recomeçou, encontramos esses bandos lutando ora de um lado, ora de outro, até que seu campo de ação foi-se restringindo cada vez mais. Nos últimos anos do século as companhias sobreviventes constituem apenas um flagelo regional. Note-se, contudo, que na época de Joana d'Arc ainda vamos encontrar capitães de aventureiros.

Eduardo III havia reagrupado todas as possessões situadas a sudoeste em um vasto principado, o principado da Aquitânia à frente do qual foi colocado o príncipe de Gales (julho de 1362). Este desembarcou no ano seguinte em La Rochelle e passou a governar o território sob sua jurisdição recebendo centenas de homenagens de seus vassalos e revelando-se um administrador eficaz e rigoroso. A expedição à Espanha porém contribuiu para a desorganização das finanças e levou o príncipe inglês a recuperar-se à custa de novas taxas sobre os domínios de seus súditos. Entre estes fizeram-se sentir violentos protestos, especialmente por parte do conde d'Armanhaque que apelou para Eduardo III contra o Príncipe Negro. Antes, porém, de obter o resul-

tado do inquérito ordenado pelo sobreano inglês, o impaciente vassalo pediu a arbitragem de Carlos V. Deve-se notar aqui que, de acordo com o que fora combinado em Calais, o rei da França conservaria sua soberania e jurisdição nos territórios cedidos, sem contudo usá-las, e que o rei da Inglaterra não poderia praticar atos de soberania até que as respectivas renúncias se efetivassem. Ora, como já vimos, essas renúncias não haviam sido ratificadas por nenhuma das partes. João, o Bom, e, agora, seu filho Carlos V conservava, de direito, a soberania e jurisdição sobre os territórios cedidos. Se o rei francês não tomasse conhecimento do apelo de Armanhaque, pareceria que estava reconhecendo como situação de direito a situação de fato.

«Para o rei da França, o ponto de direito era o seguinte: não estaria ele liberado do compromisso que havia tomado de não fazer ato de jurisdição e soberania, uma vez que Eduardo III não havia respeitado o seu?»[45] Carlos V, para afastar seus escrúpulos, consultou seu Conselho e juristas de Bolonha, Tolosa e Montpellier. As respostas foram favoráveis ao ponto de vista francês. Assim é que, em 30 de junho de 1368, Carlos V aceitou solenemente o apelo do conde d'Armagnhaque com quem fez uma aliança secreta.

Em dezembro de 1368 uma Assembléia não só aprovava o comportamento de Carlos V mas declarava ser um dever do rei receber os apelos em seu Parlamento, sob pena de cometer injustiça.[46] Em janeiro de 1369 o Príncipe Negro foi intimado a comparecer perante Carlos V e respondeu que compareceria com sessenta mil homens. Em maio o Parlamento declarou o príncipe de Gales contumaz. Em junho de 1369 Eduardo III retomava o título de rei da França e em 30 de novembro do mesmo ano Carlos V declarava o confisco da Aquitânia.

Antes de expor os principais episódios dessa nova fase da luta, convém ter presente que Carlos V possuiria no decurso da mesma alguns importantes trunfos. Seria, com efeito, favorecido:

a) pela aliança com Castela, cuja frota estava à disposição dos franceses a partir de 1369.

b) por um acordo com o conde de Flandres, Luís de Maële;

c) pela simpatia do imperador Carlos IV, filho de João da Boêmia;

d) pelo grande número de praças fortes e de fortalezas que a revolta das regiões ocupadas lhe proporcionou desde o início;

e) pela atuação de Du Guesclin, feito condestável da França em outubro de 1370;

f) pela própria velhice de Eduardo III e pela enfermidade do filho mais velho do soberano inglês;

g) pelo pouco ou nulo entusiasmo da opinião pública inglesa com relação às expedições continentais;

h) pela disposição, ao menos aparente, da população da Aquitânia no sentido de passar para o lado francês;

i) pela situação financeira favorável, fato esse que se refletia na estabilização monetária;

j) por eficazes comandantes que, ao lado de Du Guesclin, comandavam tropas constituídas principalmente de voluntários franceses e italianos;

k) por uma campanha desenvolvida com extrema cautela evitando sistematicamente toda a grande batalha; Froissart anota que o rei advertiu seus capitães no sentido de evitar o combate se não dispusessem de uma superioridade numérica de cinco para dois.

Anotemos, a seguir, em sua seqüência cronclógica, os principais episódios do soerguimento da França.

1369 — Já no início desse ano começam as operações de guerra. No fim do ano o duque d'Anjou (irmão do rei) havia feito progressos nas regiões de Rouergue, de Quercy, de Agenais e Périgord. O Ponthieu fora reconquistado rapidamente. Da parte dos ingleses deve ser lembrada a cavalgada do duque de Lancastre ao longo da costa, de Calais até a região de Caux.

1370 — O capitão inglês Robert Knowles faz uma incursão de Calais a Troyes com retorno pela Normandia e Bretanha. Curioso é que Knowles passou tão perto dos muros de Paris que o rei Carlos V podia ver, de seus alojamentos, os fogos acesos pelo inimigo.

A 4 de dezembro Du Guesclin obtém uma bela vitória sobre os ingleses em Pontvallain separando a tropa de Knowles da do Marechal da Inglaterra, Thomas de Granson. Outro capitão francês, Olivier de Clisson, persegue Knowles na Bretanha. Pouco tempo depois os ingleses sofrem sério revés com a retirada do Príncipe de Gales para a Inglaterra mortalmente enfermo.

1371 — Aparece em cena Carlos, o Mau, rei de Navarra, desempenhando seu papel de eterno agitador mas, por fim, firmando a paz (março de 1371) com Carlos V a quem se comprometia ceder algumas praças normandas.

1372 — As galeras do rei de Castela infligem uma grave derrota a uma frota inglesa diante de La Rochelle. Os navios ingleses transportavam reforços para o continente. Os franceses aproveitam para promover a reconquista das províncias de Poitou, Saintonge e Angoumois.

Na Bretanha o duque João de Montfort faz uma aliança militar com Eduardo III que envia tropas.

1373 — Essas tropas desembarcam em Pointe-Saint-Mathieu e em Saint-Malo. Carlos V responde com a quase total ocupação do ducado. Em junho de 1373 realiza-se uma nova incursão inglesa sob o comando de João de Lancaster. Segue-se uma trégua parcial feita com Du Guesclin e que devia durar até 21 de maio de 1374.

1375 — Eduardo III tenta em vão retomar a Bretanha. A queda de Cognac completa a reconquista do Centro-Oeste. A praça de Saint-Sauveur-le-Vicomte, principal base de operações inglesas, é sitiada e bombardeada pela artilharia fabricada em Saint-Lô e em Caen, rendendo-se em 3 de julho de 1375.

Entretanto estabelecera-se uma trégua geral entre a França e a Inglaterra que deveria durar de julho de 1375 a junho de 1377. Essa interrupção das hostilidades permitiu a realização de longas negociações em Bruges na presença dos enviados do papa Gregório XI. Pontos de vista opostos foram, entretanto, tenazmente defendidos por ambas as partes, dificultando sobremaneira qualquer acordo permanente.

1376-1377 — As mortes do Príncipe Negro (1376) e de Eduardo III (1377) fortalecem momentaneamente a posição de Carlos V.

1378 — Carlos V descobre uma conspiração dirigida pelo rei de Navarra e ordena o confisco de suas terras na França. Um exército sob o comando do duque de Borgonha (irmão do rei) apodera-se das fortalezas de Carlos, o Mau, com exceção da praça de Cherburgo onde se instalam os ingleses que repelem o cerco empreendido por Du Guesclin. Embora a ameaça navarrina estivesse eliminada, os principais adversários haviam adquirido um ponto de apoio de inestimável importância.

1379 — Carlos V tenta confiscar o feudo de João da Bretanha e anexá-lo ao domínio real (dezembro de 1378). Esse ato porém fere o sentimento patriótico dos bretões (o próprio Du Guesclin, fidalgo bretão, discordou do rei) que fazem uma entusiástica acolhida ao duque quando este regressou da Inglaterra. A falta de habilidade do rei unira os bretões (muitos dos quais haviam lutado em favor da França), que zelavam por sua autonomia e por suas tradições culturais, contra a própria causa francesa.

1380 — Para expulsar do ducado da Bretanha o que restava das forças francesas, organizou-se a incursão do conde de Buckingham. Partindo de Calais em julho de 1380, a cavalgada passou por perto de Paris e ganhou o vale do Loire para dirigir-se em direção a Bretanha e o Atlântico. Carlos V faleceu em setembro desse ano, tendo sido precedido na morte pelo grande Du Guesclin, «o maior homem de guerra da Idade Média Francesa», segundo Calmette. O fidalgo bre-

tão falecera diante dos muros de um pequeno castelo em Gévaudan, onde combatia os remanescentes das famosas companhias.

Por ocasião da morte de Carlos V «as conseqüências da paz de Calais estavam quase inteiramente apagadas: sucesso maior que, entretanto, deixava subsistir um bom número de elementos de fraqueza. Os ingleses não conservavam somente Calais, Cherburgo, Brest, Bordéus e Bayonne; controlavam ainda um grande número de fortalezas, particularmente em Quercy, Rouergue, Velay e Gévaudan. O estilo de guerra adotado por Carlos V havia mostrado sua eficácia, mas os franceses continuavam evitando o choque direto, em plena campanha, com o adversário que podia então atravessar impunemente o reino de parte a parte».[47]

O cisma pontifical havia criado uma situação difícil para a França privando-a de uma arbitragem que, observa Contamine, «em seu conjunto lhe havia sido favorável».[48]

As exigências fiscais para a manutenção da guerra haviam despertado, especialmente no Languedoc, vivos descontentamentos. Antes de morrer, Carlos V decidira abolir impostos. Esse ato privaria o sucessor de uma boa parte dos recursos indispensáveis para a luta.

No fim de sua vida o rei francês tenta, no terreno diplomático, estabelecer uma paz definitiva propondo ceder toda a Aquitânia ao sul do Dordogne e dar sua filha Catarina em casamento a Ricardo II, levando como dote o condado de Angoulême. O Conselho da Inglaterra recusou (1380).[49]

Nova crise francesa (1380-1429)

Já estudamos, respectivamente nos capítulos sobre a França e sobre a Inglaterra, os principais acontecimentos da política interna durante o período da Guerra dos Cem Anos, que ora vamos focalizar. Esses acontecimentos apresentam, não raro, um marcante paralelismo, conforme o leitor poderá constatar a uma simples leitura do que já foi escrito nos capítulos supramencionados.

Compreende-se que as dificuldades internas acarretassem uma paralisação ou, pelo menos, um arrefecimento da luta entre as duas dinastias. Em Leulinghen, realizaram-se conferências entre diplomatas ingleses e franceses as quais se estenderam de maio a agosto de 1381 e de dezembro de 1381 a março de 1382.

Em novembro de 1382 a França enfrenta uma revolta flamenga. Na cidade de Gand, sob a influência de Filipe van Artevelde, filho do antigo líder, os agitadores exigiram uma aliança econômica e militar com a Inglaterra. Já vimos que os rebeldes foram derrotados na batalha de Roosebeck (novembro de 1382). Em Gand, contudo, a chama da revolta continuava acesa à espera do apoio da Inglaterra onde antigos conselheiros do Príncipe Negro formavam uma forte corrente favorável à guerra. Sob o pretexto de combater Clemente VII, antipapa de Avinhão, alguns milhares de combatentes desembarcam em Calais (maio de 1383), apoderam-se de todo o litoral flamengo até L'Ecluse, conquistam várias localidades do interior e iniciam o cerco de Ypres. Um exército francês composto de nobres e de habitantes das cidades põe em fuga os invasores. Seguem-se novas conferências em Leulinghen das quais resulta uma trégua de quinze meses (26 de janeiro de 1384 — 1º de maio de 1385).

A vitória de Roosebeck e a retirada inglesa de 1383 reanimaram entre os franceses a velha idéia de um desembarque na própria Inglaterra. Assim é que em 1385 planejam-se dois ataques contra os ingleses. Partindo de L'Ecluse um exército comandado por Clisson desembarcaria na altura do rio Tâmisa e marcharia sobre Londres.[50] Outro exército, sob o comando do almirante João de Vienne, iria unir-se aos escoceses. Clisson viu-se impedido de realizar o plano em virtude da situação de Flandres onde a submissão não fora completa. A expedição de João de Vienne não obteve o resultado esperado.

Dois outros acontecimentos fortalecem a posição francesa: os êxitos obtidos por Luís de Bourbon em Saintonge (tomada de Taillebourg e de Bourg-Charente) e o restabelecimento da autoridade do duque de Borgonha (Filipe, o Audaz) em Flandres onde sucedera a seu sogro Luís de Maële.[51]

As pretensões de João de Lancaster ao trono de Castela e a expedição que o príncipe fez à Península Ibérica (maio de 1386) contribuíram para enfraquecer a posição inglesa, fato esse que levou os franceses a uma nova tentativa de desembarque na ilha. Em l'Ecluse foi reunida uma enorme frota (fim do verão de 1386) para transportar um numeroso exército e uma grande quantidade de peças de madeira que poderiam ser montadas de modo a constituir verdadeiras fortificações para ponto de apoio. Mas a estação favorável passou sem que o projeto fosse executado. O duque da Borgonha aproveitou-se porém da situação e consolidou seu poder em Flandres. Em 1387 um novo plano de desembarque, tendo Harfleur como ponto de partida, também não pôde ser executado.

Em 1388 inicia-se um longo período de tréguas entre os beligerantes. Prevista para durar apenas um ano, a trégua foi prorrogada várias vezes até 1395. Em março de 1396 foram estabelecidas tréguas gerais em Paris que deviam durar desde S. Miguel do ano 1398 (quando expiraria a última trégua combinada) até a festa de S. Miguel do ano 1426.[52]

Embora houvesse de quando em vez e de parte a parte alguma violação do armistício, pode-se dizer que até 1404 nenhum dos adversários pôs em jogo forças consideráveis com o fim de obter uma vitória decisiva.

Se tentarmos explicar essas longas tréguas do ponto de vista inglês, parece que não deve ser omitida a figura de Ricardo II que,

resistindo ao partido francófobo, tornara-se o campeão da reconciliação. O soberano inglês admirava a monarquia dos Valois «livre de todo o controle popular ou senhoril, e sonhava introduzir um regime análogo em seu próprio reino».[53] Em Ardres Ricardo II teve uma entrevista com Carlos VI e, depois, desposou a princesa Isabel, conforme já anotamos no capítulo sobre a Inglaterra. A esse mesmo capítulo remetemos o leitor para que recorde os acontecimentos da política interna do reinado de Ricardo II e seus reflexos nas tréguas com a França.

Se encararmos a época em foco, do ponto de vista francês, verificaremos que as opiniões aqui estavam divididas: se existia o sentimento de anglofobia, havia também o forte desejo de paz. Aqui convém também remeter o leitor para o capítulo sobre a França onde fizemos um breve estudo da situação interna sob o reinado de Carlos VI e da própria personalidade do soberano.

Em 1393 houve uma tentativa de estabelecer a paz definitiva. A França, entre outras concessões, abria mão em favor do soberano inglês do ducado da Aquitânia, cujos limites se estenderiam até Saintes, Angoulême, Périgueux e Rodez. Esse ducado, entretanto, deveria ser transferido pelo rei da Inglaterra a João de Lancaster que, previa-se, fundaria uma nova dinastia independente dos Plantagenetas e fatalmente tombaria sob a suserania do rei francês como outro vassalo qualquer. Ao soberano inglês cabia renunciar ao título de rei da França e prestar homenagem lígia por seus feudos continentais. Os ingleses recusaram aceitar esse projeto de paz, o que, entretanto, não teria modificado a situação se Ricardo II, como já vimos, não tivesse sido deposto por Henrique de Lancaster. Este nutria intenções belicosas embora, por prudência, tivesse confirmado o estado de tréguas em maio de 1400. Entre a Inglaterra e a França continuava, entretanto, um clima de desconfiança apesar de as tréguas haverem sido confirmadas em junho de 1403. Na França preparava-se o reinício da luta tanto no mar como na terra. Em 1404, aproveitando-se das dificuldades que Henrique IV enfrentava no País de Gales, os franceses tentaram uma tríplice ação contra a Inglaterra: uma aliança com Owain Glyn, um ataque a Guiena e outro a Calais. Todas essas tentativas estavam fadadas ao fracasso. O mau tempo impediu a partida dos reforços prometidos aos galeses; a rivalidade que dividia o reino e que levaria à já mencionada luta entre Borguinhões e Armanhaques pode ser apontada entre as principais causas do fracasso dos dois ataques citados. Na Guiena os franceses tiveram que levantar o cerco feito a Bourg e a Blaye. O duque da Borgonha havia recuado ante as muralhas de Calais.

Já chamamos a atenção para o fato de que em sua luta fratricida tanto os Borguinhões como os Armanhaques haviam apelado para o socorro dos ingleses. Em julho de 1411 o duque da Borgonha pediu a ajuda militar de Henrique IV em troca da cessão de algumas cidades flamengas e do auxílio para a conquista da Normandia. O rei inglês agiu prudentemente, pondo à disposição de seu novo aliado apenas algumas tropas que lutaram na região parisiense. Mas os adversários do duque da Borgonha contavam com partidários na corte inglesa e assim é que obtiveram um acordo em Bourges (maio de 1412) segundo o qual obteriam um auxílio militar que incluía três mil arqueiros. João Sem-Medo, ao tomar conhecimento desse acordo, precipitou os acontecimentos apoderando-se de Carlos VI.

As tropas inglesas, entretanto, desembarcam em Cherburgo e iniciam uma longa incursão sem encontrar nem apoio, nem oposição. «Pela primeira vez, havia trinta e dois anos, uma cavalgada inglesa atravessara o reino impunemente».[54] Segue-se em Paris a revolta *Cabochienne* que vai provocar a volta dos Armanhaques ao domínio da capital.

A ascensão de Henrique V ao trono inglês (1413) reacende as hostilidades. O novo rei exige uma paz justa que deve implicar nada menos que a restituição das províncias adquiridas pelo tratado ratificado em Calais e todas as regiões conquistadas por Filipe Augusto a João Sem-Terra. Henrique V se proclama herdeiro de Eduardo II, Henrique II e... de Guilherme, o Conquistador. O próprio João Sem-Medo espantou-se diante desses planos ambiciosos. Maurois comenta, a propósito das pretensões de Henrique V: «achando a França despedaçada pelas facções de Orleans e da Borgonha, e governada em nome de um rei louco por um delfim sem amigos, reviveu cinicamente as pretensões de Eduardo III ao trono da França. Ora, quaisquer que tenham sido os direitos já muito contestáveis de Eduardo III, os de Henrique V, que nem sequer era o herdeiro mais direto de seu bisavô, eram quase nulos. Tão bem o sabia ele que, depois de uma primeira tentativa diplomática pediu somente que lhe dessem, com a mão de Catarina, filha de Carlos VI, a Normandia, a Touraine, o Anjou, o Maine e o Ponthieu. Esses pedidos eram de tal forma absurdos que não podiam ser atendidos, ainda por um país tão desgraçado como estava a França. A guerra tornou-se inevitável».[55]

A facção dos Armanhaques que se encontrava no poder tentou, em vão, fazer concessões entre as quais figurava uma quantia enorme como pagamento do que ainda restava do antigo resgate do rei João. Mas quando Henrique V sentiu que não conseguiria a Normandia, decidiu atacar. A 14 de agosto de 1415 o rei inglês desembarca em Chef-de-Caux, tendo confiado o governo da Inglaterra a seu irmão duque de Bedford. Depois de apoderar-se de Harfleur, dirige-se para o Norte em direção a Calais. Henrique V tem o cuidado de não provocar reações por parte da população das zonas por onde cruza: «O essencial era não sublevar as populações no caminho. Por isso o rei fez executar à letra as belas ordenanças de Ricardo II relativas à disciplina: proibição de violar, de saquear as igrejas, sob pena de forca; proibição de gritar: *Havoc!* (ao saque!), sob pena de ter a cabeça cortada; a mesma pena contra aquele que rouba a um mercador ou vivandeiro; obedecer

ao capitão; morar no alojamento marcado, sob pena de ser encarcerado e de perder o cavalo, etc...»[56]

Em Azincourt o soberano inglês encontrou o exército da nobreza francesa. Renova-se aí o desastre de Crécy e de Poitiers. A cavalaria francesa nada aprendera desde então e desprezara as lições do grande Du Guesclin. Os autores discordam quanto ao efetivo dos exércitos adversários. Os franceses contavam com a maioria esmagadora, mas foram vencidos pela valentia e disciplina dos ingleses. Grimberg comenta:

«Uma vez mais, os franceses tinham sido suficientemente insensatos para combaterem à maneira dos antigos cavaleiros, do que resultou uma pavorosa chacina. 7.000 franceses ficaram no campo de batalha, enquanto os ingleses só perderam 500 homens».[57]

Outro comentário: «Os franceses nada tendo aprendido em Crécy e em Poitiers, ainda descansavam na cavalaria. Muitos dos seus cavalos foram imobilizados pela lama; os que avançaram encontraram as estacas agudas que os ingleses tinham plantado no chão em volta de seus arqueiros. Os cavalos desencorajados voltaram-se e atacaram seu próprio exército; os ingleses caíram sobre essa multidão caótica com maças, machadinhas e espadas; o rei conduzia-os valentemente, excitado demais para ter medo; e sua vitória foi arrasadora. Os historiadores franceses calculam a perda inglesa em 1.600 homens e a francesa em 10.000».[58] Henrique V, vitorioso, dirigiu-se a Calais e daí embarcou para a Inglaterra onde foi saudado pelo povo como «rei da Inglaterra e da França».

Enquanto o condestável Bernardo d'Armanhaque tentava, em vão, retomar Harfleur, a corte francesa apelava para a mediação de Sigismundo. Este, observa Contamine, «decidindo-se pelo mais forte, aliou-se com Henrique V pelo tratado de Cantuária de 15 de agosto de 1416».[59]

Outro acontecimento punha a França dos Valois em perigo mortal: João Sem-Medo encontra o Lancaster em Calais e reconhece-o como aquele que, de direito, deve tornar-se rei da França.

Em agosto de 1417 o rei inglês desembarca novamente em solo francês e empreende a conquista da Normandia. Caen, Alençon, Cherborgo, Evreux tombam em poder do invasor.

Paralelamente a esses acontecimentos os Borguinhões entravam em Paris (maio de 1418) a chamado de uma população insatisfeita com o governo severo dos Armanhaques. No meio de abomináveis massacres João Sem-Medo assume o governo (julho de 1418) enquanto o delfim, auxiliado pelo preboste de Paris, Tanguy du Châtel, foge e organiza um governo em Poitiers e em Bourges. Em setembro de 1419 dá-se o fatal assassinato de João Sem-Medo cuja conseqüência foi o domínio inglês no próprio coração do reino da França.

A progressão inglesa vinha se tornando assustadora e implacável. Em janeiro de 1419, após uma dramática e heróica resistência (o sítio tivera início já em julho do ano anterior) Ruão capitula, abandonada à sua sorte por João Sem-Medo. A queda de Ruão facilita a ocupação das demais praças da Normandia onde só resiste Mont-Saint-Michel. Henrique V ameaça agora diretamente Paris. O assassinato de João Sem-Medo facilita-lhe a tarefa, pois Filipe, o Bom, filho e sucessor do duque morto, «vê no atentado uma justificativa suficiente para fazer aliança aberta com Henrique V».[60] O delfim, que nesta hora trágica representa realmente a consciência nacional francesa, passa a ser apontado como inimigo da paz e perturbador da ordem. No fim do ano de 1419 aparece a figura do bispo de Paris, Gerardo de Montagu, que tenta, em vão, restabelecer a união nacional em torno do delfim.

Seguem-se negociações entre Henrique V, a rainha Isabel (que se encontrava junto a Filipe, o Bom) e o filho de João Sem-Medo.[61] Essas negociações vão resultar no Tratado de Troyes (maio de 1420). Esse tratado eliminava o delfim como herdeiro do trono francês.[62] O príncipe era qualificado pelos próprios pais como «o que se diz delfim de Viennois» e a ele eram atribuídos «horríveis e enormes crimes»: *Item, considéré les orribles et énormes crimes et deliz perpetrez oudit royaume de France par Charles, soy disant Daulphin de Viennois, il est accordé que nous, ne nostredit filz, le Roy Henry, ne aussi nostre chier filz, Phelippe, duc de Bourgoigne, ne traicterons aucunement de paix ou de concorde avecques ledit Charles...»* (item 29).

Como o leitor pode facilmente depreender desse item do Tratado em tela, os reis da França consideravam o Lancaster e seu aliado Filipe da Borgonha como filhos e acordavam em que ninguém deveria tratar com o delfim Carlos.

Henrique desposaria a princesa Catarina: *(Premierement, que, pour ce que, par l'aliance du mariage fait, pour le bien de ladicte paix, entre nostredit filz, le Roy Henry, et nostre très chière et très amée fille, Katherine, il est devenu nostre filsz»* item 1), e se tornava herdeiro do reino da França, devendo reinar após a morte de Carlos VI. Enquanto este vivesse, aquele não o inquietaria: *Item que nostre dit filz le Roy Henry, ne nous turbera, inquietera, ou empeschera que nous ne tenions et possedions, tant que nous vivrons, ainsi que nous tenons et possedons de présent, la couronne et dignité royal de France...* (item 2).

Morto Carlos VI, a coroa e o reino da França passariam perpetuamente para Henrique V e seus herdeiros: «*Item, est accordé que, tantost après nostre trespas et dèslors en avant, la couronne et le royaume de France, avecques tous leurs droiz et appartenances, demourront et seront perpetuelement de nostre filz le Roy Henry et de ses hoirs*» (Item 6).

No item 22 fica estabelecido que Henrique será chamado por Carlos VI: «Nosso caríssimo filho, rei da Inglaterra, herdeiro de França» *(Nostre très chier filz, Henry, Roy d'Angleterre, héritier de France).*

O texto repete os mesmos títulos em língua latina: ...«et, en langue latine, par cette manière: *Noster precarissimus filius, Henricus, Rex Anglie, heres Francie*».

A dois de julho celebrava-se na catedral de Troyes o casamento de Catarina com Henrique. A noiva levava como dote o reino da França. Cansada de tanta luta e miséria, parte da população aceita o fato consumado da união a título pessoal dos reinos em guerra. A Universidade de Paris aprovou o tratado que também foi ratificado pelos Estados de Languedoïl.

Com essa situação, entretanto, não concordava o delfim que contava com o apoio da França Central e Meridional com exceção da Guiena inglesa.

Henrique V, depois de dominar algumas guarnições que ainda resistiam ao norte da França, regressou para a Inglaterra, deixando o prosseguimento da luta a seus lugar-tenentes. Um desses, o duque de Clarence, irmão do rei, foi derrotado e morto em Baugé (22 de março de 1421). O delfim avançou, então, até as proximidades de Paris. Henrique V voltou da Inglaterra e procurou reconquistar os territórios perdidos, mas adoeceu e morreu a 31 de agosto de 1422. Pouco depois faleceu também Carlos VI. Henrique VI, filho de Henrique V e de Catarina, já rei da Inglaterra pela morte do pai, tornava-se rei da França pela morte do avô materno. Como o novo soberano contasse apenas alguns meses de idade, a regência passou a ser exercida pelo duque de Bedford, irmão de Henrique V. O regente inglês da França procurou consolidar a aliança com os borguinhões.

O delfim, que se fixara em Bourges, pensava em dirigir-se a Reims a fim de fazer-se coroar rei da França, mas foi batido em Cravant (julho de 1423) pelos anglo-borguinhões. No ano seguinte o exército de Carlos VII sofre uma nova e desastrosa derrota em Verneuil-sur-Avre (agosto de 1424). Mas a aliança entre ingleses e borguinhões sofreu um golpe em virtude dos desentendimentos surgidos entre Filipe, o Bom, e o duque de Gloucester, tio de Bedford. Carlos VII conseguiu fazer uma trégua com a Borgonha e atraiu para seu lado João V. duque da Bretanha o qual, entretanto, em 1427 se reaproxima dos ingleses.

Os ingleses prosseguem a luta. Bedford conquista o Maine (Le Mans é tomada em agosto de 1425) e ameaça as províncias do Loire. Em outubro de 1428 os ingleses, sob o comando do conde de Salisbury, põem cerco à cidade de Orleães.

Joana d'Arc (1429)

Antes de prosseguir, convém recordar brevemente e em suas linhas gerais a situação dos dois campos adversários nessa altura do já demasiado longo conflito.

Os ingleses ocupavam uma grande parte do reino da França: a Guiena, Calais, o ducado da Normandia, as regiões conquistadas entre a fronteira normanda e Paris, o Maine, a Ile-de-France, a Champanha e a Picardia. João V da Bretanha, como já vimos, havia-se reaproximado dos ingleses. Estes contavam também com a aliança de Filipe, o Bom, que, entretanto, não revelava grande disposição de prosseguir na guerra contra Carlos VII, pois os territórios que fossem tomados ao delfim deveriam passar com exclusividade para Henrique VI. De resto, Filipe, o Bom, que dispunha do ducado da Borgonha, dos condados de Flandres, Bolonha, Artois, Rethel, Nevers, Charolais e Mâcon (todos no reino francês) e ainda do Franco-Condado, do condado de Namur, do Hainaut, da Holanda e da Zelândia (todos no Império), estava interessado acima de tudo em firmar sua autoridade nos Países Baixos e sonhava em adquirir o Brabante.[63]

Além do pouco interesse de seu aliado Filipe, o Bom, os ingleses enfrentavam dois obstáculos na França:

1) Uma oposição de parte da população dos territórios dominados que não aceitava a dupla monarquia;

2) Os auxílios provenientes da Inglaterra haviam diminuído consideravelmente não só porque os ingleses deviam estar prontos para repelir uma eventual ofensiva escocesa mas também porque prevalecia a idéia de que o reino da França devia prover com seus recursos à própria defesa. Compreende-se, assim, que o exército que sitiava Orleães não fosse muito numeroso.

Orleães revestia uma importância especial para os ingleses pois essa cidade constituía o ponto-chave para a conquista do Sul da França. Mas o cerco de Orleães e a firme resistência de sua população iriam chamar de modo especial a atenção dos franceses. E' que a ação inglesa contrariava, segundo anota Calmette, um costume tradicional da cavalaria que vedava pôr a mão sobre um domínio cujo senhor se encontrasse prisioneiro e conseqüentemente não pudesse defender-se em guerra leal. Carlos de Orleães, senhor da cidade, encontrava-se prisioneiro na Inglaterra, fato esse que emprestava ao sítio um caráter de atentado ímpio.[64]

Carlos VII, o «rei de Bourges», conservava, em face dos ingleses, seus aliados tradicionais, os escoceses e Castela. Mas esses aliados encontravam-se demasiadamente distantes e não podiam contribuir com a indispensável ajuda financeira. Na própria França o Valois podia encontrar «nas grandes casas principescas — Anjou, Orleães, Bourbon, Foix, Comminges... — um apoio que, no total, se revelava menos vacilante e mais eficaz que o dado a Bedford pelos príncipes franceses que reconheciam oficialmente Henrique VI».[65] Mas uma boa parte da nobreza havia perdido na época, especialmente após a derrota de Verneuil, o gosto pela guerra.

O prosseguimento da luta dependia da colaboração de dezenas de «capitães» que comandavam companhias de aventureiros e que compensavam a ausência da regularidade do soldo com o saque das regiões por onde passavam. A situação financeira precária, relacionada evidentemente com a desordem administrativa, impedia o levantamento e a manutenção de grandes contingentes. A luta revestia, então, o caráter de verdadeira guerrilha. Bandos de guerrilheiros operavam em diferentes regiões como, por exemplo, na Normandia, no Perche e ao norte da Ile-de-France e acarretavam sérios dissabores e prejuízos para os ingleses cujas linhas de comunicação eram muitas vezes cortadas. As medidas repressivas nem sempre se revelavam eficientes em face do apoio que a população rural prestava a esses lutadores cuja inspiração e ideal variavam desde o patriotismo sincero até ao simples gosto pela aventura, à cobiça pela presa ou ao hábito de viver como verdadeiros salteadores. Todos lutavam por uma liberdade que cada um concebia a seu modo. Para coibi-los os ingleses chegaram a criar uma espécie de milícia rural recrutada entre os próprios camponeses. Compreende-se que essas milícias acabassem, não raro, por fazer causa comum com os guerrilheiros.[66]

O sítio de Orleães não começou bem para os ingleses, pois um de seus principais chefes, o conde de Salisbury, foi logo morto. A população sitiada resiste bravamente e recebe auxílio de fora. Os assaltos dos sitiantes nada podem contra a vontade de resistir. O conde de Clermont com tropas do Auvergne tenta socorrer a cidade. Em fevereiro de 1429 intercepta um comboio inimigo de abastecimento procedente de Paris, mas acaba derrotado em Rouvray pelos soldados que escoltavam os suprimentos. A fome se faz presente em Orleães e a resistência vai chegando ao fim. A cidade oferece entregar-se ao duque da Borgonha, mas Bedford não aceita. Filipe, o Bom, desgostoso, retira seu contingente auxiliar, o que não impede o prosseguimento do cerco. A situação torna-se insuportável para Orleães e abre-se a perspectiva de uma capitulação quando se dá um dos acontecimentos mais surpreendentes da História da França: a entrada em cena da camponesa de Domrémy, Joana d'Arc.

Situada nos limites da Champanha e da Lorena, Domrémy encontrava-se à beira da grande via que ligava a Itália, o vale do Ródano e a Borgonha com Flandres. Peregrinos, negociantes e mercenários por aí transitavam dando conta aos aldeões do que se passava no resto do mundo e muito especialmente na França ameaçada impiedosamente pelo domínio inglês. «Desde tempos imemoráveis que Domrémy se encontrava sob a autoridade direta da coroa e a sua população permanecera resolutamente fiel ao delfim, o único herdeiro legítimo do reino da França».[67] Nesse ambiente nasceu e passou a infância a futura heroína nacional, Joana d'Arc. Filha de abastado e conceituado camponês, Jacques d'Arc e de sua mulher, Isabel Romée, Joana (chamavam-na familiarmente Jeannette) foi iniciada desde cedo nos ensinamentos da fé cristã não só por sua piedosa mãe mas também pelo cura da paróquia de Greux, da qual Domrémy fazia parte. Sem saber ler nem escrever (o que não era de admirar em uma jovem camponesa da época), Joana contudo desempenhava-se bem de seus afazeres domésticos aos quais acrescentava, de quando em vez, o de conduzir os animais para o pasto. De resto, pouco sabemos sobre a infância de Joana. Com relação à sua atuação no cenário da Guerra dos Cem Anos, as mais abundantes fontes são constituídas pelos *dossiers* dos processos de condenação e do processo ulterior de reabilitação. Segundo as fontes, a pastorinha de Domrémy, quando contava aproximadamente treze anos, ouviu pela primeira vez, no jardim de seu pai, uma voz estranha acompanhada de uma luz que a exortava a continuar a conduzir-se corretamente. «Pouco a pouco as visões tornaram-se mais freqüentes; fizeram-se mais precisas, mais prementes. S. Miguel apareceu a Joana como um cavaleiro e cercado de anjos; havia também duas santas, Santa Margarida e Santa Catarina».[68] Durante cinco anos as vozes se manifestaram no sentido de que ela iria libertar a França.

Em companhia de um primo de sua mãe, o «tio» Durand Laxart, Joana procurou o capitão real de Vaucouleurs, Roberto de Baudricourt e expôs-lhe a missão que recebera. O cavaleiro, entretanto, não levou a sério a exposição da camponesa, pois mandou-a de volta para casa. Quando novas e desanimadoras notícias sobre a situação dos franceses chegaram a Domrémy, Joana retornou a Vaucouleurs e o rude guerreiro resolveu enviá-la ao duque Carlos de Lorena. Outra vez na presença de Baudricourt, Joana, favorecida pela gravidade da situação, obtém uma carta do capitão para o rei que se encontrava em Chinon. Baudricourt dá-lhe uma espada e os habitantes de Vaucouleurs adquirem-lhe hábitos masculinos e um cavalo. Sem despedir-se dos pais, Joana parte decidida a cumprir sua missão. Depois de onze dias de viagem e acompanhada por uma pequena escolta, a camponesa de Domrémy chega a seu destino (23 de fevereiro de 1429, ao meio-dia). A vinda de Joana já havia sido anunciada com antecedência mas o rei hesitava em receber a donzela, pois temia cair em uma cilada de Satã. Finalmente Joana foi introduzida em uma vasta sala onde se encontrava Carlos VII que procurou dissimular-se entre seus cortesãos. A donzela porém identificou-o sem hesitação, foi-lhe ao encontro e saudou-o com o título de *gentil delfim* e expôs a missão que recebera: socorrer o reino e levar o delfim para ser sagrado e coroado em Reims. Seguiu-se uma audiência secreta com Carlos VII na qual Joana tê-lo-ia convencido de que era realmente o filho de Carlos VI. Note o leitor que haviam sido suscitadas dúvidas quanto ao fato de ser o delfim filho do rei louco e, portanto, seu legítimo herdeiro. O próprio «rei de Bourges» alimentava dúvidas sobre sua filiação.

Carlos VII hesitava em prestar a Joana o auxílio indispensável para que pusesse em execução o plano de salvar a França. Entregar um comando militar a uma jovem camponesa era algo inaudito e

fantástico. Resolveu submeter Joana a um severo inquérito eclesiástico. Primeiramente em Chinon e depois em Poitiers a *Pucelle* enfrentou com brilhantismo as capciosas questões propostas por exímios teólogos. Entre as perguntas feitas em Poitiers figurava uma sobre o estado de graça de Joana. O dominicano Seguin de Seguin desejava saber se Joana se encontrava na graça de Deus. A resposta tornou-se famosa: «Se não estiver, que Deus me coloque em sua graça; se estiver, que Deus me mantenha nela».

Para espanto de seus inquiridores Joana afirmava com toda a segurança:

1) A libertação de Orleães; 2) A sagração do delfim em Reims; 3) A submissão de Paris ao rei; 4) A volta do duque de Orleães, que se encontrava prisioneiro na Inglaterra desde a batalha de Azincourt.

Ao ser interrogada por que chamava de *delfim* aquele que era na realidade o rei, a donzela respondeu: «Só lhe darei o título de rei depois que for sagrado e coroado em Reims para onde tenho a missão de conduzi-lo». Enquanto Joana era submetida às severas comissões de inquérito, religiosos franciscanos haviam sido enviados à terra natal da donzela a fim de colherem informações sobre sua vida pregressa.

Antes de empreender a missão de libertar Orleães, Joana envia uma mensagem (que é também um ultimatum) ao rei da Inglaterra e aos chefes ingleses no sentido de que entreguem as chaves de todas as cidades tomadas na França.[69]

A 28 de abril de 1429, ao canto do *Veni Creator*, a *Pucelle* parte de Blois com um corpo expedicionário que contava entre dois a três mil homens. No dia seguinte entrava solenemente em Orleães que os ingleses não haviam conseguido isolar completamente. Depois de alguns dias de combate em que os sitiantes foram perdendo sucessivamente as fortificações («bastilhas») construídas em torno da cidade, o exército inimigo levantou o cerco e bateu em retirada (8 de maio de 1429). Compreende-se que a libertação de Orleães tenha tido imensa repercussão e levantado o moral dos partidários de Carlos VII. Joana é exaltada pelo povo e a lenda se apodera de sua pessoa.

Ao sucesso obtido em Orleães segue-se uma série de operações vitoriosas na região do Loire. Entre os principais guerreiros que participam dessa campanha figuram o duque de Alençon, Dunois, La Hire, etc... Os ingleses perdem Jargeau e Beaugency. Segue-se a batalha de Patay (18 de junho) em que os invasores sofrem pesadas perdas e o próprio Talbot (que substituíra Salisbury no cerco de Orleães) cai prisioneiro em companhia de outros ilustres companheiros. Essa vitória francesa representa um desastre irreparável para a dupla monarquia e causa verdadeiro pânico na Inglaterra. Da parte dos franceses pode-se dizer que o entusiasmo geral ia aumentando. Por um instante parecia que a secular lutar estava próxima de um final favorável a Carlos VII. Joana conseguiu, então, convencer o «gentil delfim» de que devia encetar, o quanto antes, a marcha para Reims.

As tropas se concentraram em Gien e partiram em verdadeira marcha triunfal. Troyes rendeu-se em 10 de julho, Chalons-sur-Marne em 14 e dois dias depois o delfim cruzava o recinto da cidade de Saint-Rémy. No dia 17, domingo, celebrou-se a sagração mais comovedora da História da França. Ao cerimonial tradicional fora acrescentado um personagem fora do comum: a *Pucelle* estava presente, de pé, com o estandarte, ao lado do «gentil delfim».

«Por um momento Joana considerou sua missão cumprida, e pensou: «Prouvera a Deus deixar-me ir guardar as ovelhas com minha irmã e meu irmão».[70] Mas ela permanece a serviço do rei, provavelmente por insistência de seus companheiros de armas. O entusiasmo dos adeptos dos Valois estava no auge. Impunha-se uma ação rápida contra o inimigo. O contrário porém é que aconteceu. Carlos VII e seu Conselho hesitam e perde-se um tempo precioso. «Na roda de Carlos, um grande número de pessoas tinha visto os seus planos contrariados pela intervenção de Joana. Começavam a sofrer com impaciência a sua intromissão em todos os assuntos. A simpatia que o rei sentia por ela também esfriava».[71] Joana despertara a inveja do favorito do rei, Jorge de La Trémoille, que procurava impedir o êxito da heroína. Só tardiamente é que se decide reconquistar Paris. Sem o apoio total do rei, o ataque fracassa e Joana é ferida. Carlos VII influenciado por La Trémoille recusa continuar e retira-se para Gien. Daí o rei resolve seguir para Bourges onde se entrega à fatal inação. «Para recompensar a heroína ferida a seu serviço Carlos fá-la nobre. Estende o ato à sua família e à posteridade de seus irmãos e de sua irmã. Por esse gesto de gratidão, o soberano tranqüiliza sem dúvida sua consciência».[72]

Contrariada com a inação a que se via condenada, Joana deixou-se arrastar a uma «aventura inoportuna e estéril: o cerco de La Charité-sur-Loire».[73] Essa localidade estava em poder de um capitão de companhia a serviço do duque da Borgonha. Os assaltos levados a efeito pela *Pucelle* não obtêm o resultado esperado por causa do reduzido número de homens disponíveis. Os pedidos de reforços não são atendidos pelo rei e o cerco de La Charité é levantado. Os adversários de Joana não cessam de intrigar e tramar contra ela. Chegam ao cúmulo de suscitar uma rival na pessoa de Catarina de la Rochelle que pretende ter visões mas que acaba desmascarada. Note-se, entretanto, que as intrigas da corte não conseguem diminuir a popularidade da camponesa de Domrémy. Esta estabelece-se em Lagny e sonha com um novo golpe contra Paris. Mas Compiègne, ameaçada pelos borguinhões, pede seu auxílio. A 24 de maio de 1430, no decurso de uma surtida, Joana é aprisionada acidentalmente por seus adversários. Carece de fundamento a antiga acusação de que o governador de Compiègne ou os guardas da porta da cidade teriam sido desleais com a jovem guer-

reira. Arrancada de seu cavalo, Joana entregou sua espada ao bastardo de Wandonne, vassalo de João de Luxemburgo, que comandava os sitiantes em nome do duque da Borgonha. A entrega da espada, de acordo com as leis da cavalaria, tornava a *Pucelle* prisioneiro de guerra e como tal foi corretamente tratada por seu vencedor. A notícia do aprisionamento da heroína nacional provocou alegria por parte dos adversários e grande consternação entre seus partidários. Preces públicas foram realizadas em prol de sua libertação.

O bastardo de Wandonne cede seus direitos sobre a prisioneira a seu senhor João de Luxemburgo, conde de Ligny. Este era partidário decidido de Henrique, «rei da França e da Inglaterra». Membro de ilustre família que dera soberanos ao Sacro Império, o Luxemburgo era «mais nobre por seus antepassados que por seus sentimentos».[74] Prisioneira no castelo de Beaulieu, Joana tenta evadir-se e quase o consegue. Descoberta a tempo é levada para local mais seguro, o castelo de Beaurevoir, entre Saint-Quentin e Cambraia.

João de Luxemburgo cede seus direitos a seu suserano o duque da Borgonha que, por sua vez, entrega a prisioneira aos ingleses mediante o pagamento de dez mil peças de ouro. Uma taxa especial criada na zona ocupada de Ruão deveria fornecer o dinheiro para a transação. A 21 de novembro de 1430 era um fato consumado o contrato entre ingleses e borguinhões. «Bedford ia dispor soberanamente daquela que tanto o havia perturbado desde o dia em que lançara o manifesto de seu desafio patriótico à dupla Monarquia».[75]

Pesa sobre a Universidade de Paris a responsabilidade de haver tomado a inciativa de levar Joana d'Arc perante as barras do tribunal inquisitorial. Estamos aqui evidentemente em face de uma aberração em matéria processual. A *Pucelle* havia entregue sua espada em combate leal a um cavaleiro. Era uma prisioneira de guerra sobre quem não pesavam sanções canônicas. Repentinamente, sem distinção alguma, assimilavam sua atuação à prática de feitiçaria e transferiam-na para o âmbito da jurisdição eclesiástica. Note-se, entretanto, que essas considerações não parecem sequer ter aflorado à mente dos interessados. «Semelhante distinção, que um moderno estimaria evidente e imperativa não impressionava os homens do século XV».[76] A declaração de herética em relação a Joana revestia um interesse político enorme para os ingleses, pois desacreditaria completamente o direito de Carlos VII ao trono francês.

A figura sinistra do processo de Joana d'Arc foi o bispo de Beauvais, o anglófilo Pierre Cauchon. Não cabe aqui o relato do duplo processo *(lapsa* e *relapsa)* a que foi submetida a jovem pastora de Domrémy. A atitude da heroína foi aí coerente com todo seu passado. As respostas dadas aos capciosos interrogatórios dos iníquos juízes foram, no dizer de um contemporâneo, admiráveis *(in suis responsionibus faciebat mirabilia)*. «De fato, as respostas de Joana, que tocam a cada instante o sublime, constituem o testemunho mais evidente de sua nobreza d'alma, de seu claro bom-senso, da pureza de sua fé, do ardor de seu patriotismo».[77] A 30 de maio de 1431 o processo teve seu desfecho fatal com a morte da *Pucelle* na fogueira. «Com o olhar fixo no crucifixo que um padre lhe estendia, subiu a 30 de maio de 1431, os degraus da pira de madeira erguida na Praça Grande de Ruão. «Perdôo-vos a todos», disse ela. Já envolvida pelas chamas, gritou que o próprio Deus lhe havia falado através das vozes e que elas a não tinham enganado. As suas cinzas foram espalhadas pelo Sena».[78]

A voz da História fez a Joana d'Arc a justiça que lhe havia negado o tribunal inquisitorial que funcionou em Ruão. Quando esta cidade caiu em poder dos franceses iniciaram-se as providências para a reabilitação da *Pucelle*. Tomando conhecimento dos resultados do inquérito inicial o cardeal Guilherme d'Estouteville, legado do papa Nicolau V na França, interessou-se vivamente pela causa. «As primeiras pesquisas e as testemunhas ouvidas convenceram o cardeal e seus auxiliares de que o processo de 1431 estava repleto de irregularidades, de vícios de forma, de inverdades. Cauchon era um inimigo da acusada; devotado aos ingleses, ele perseguia fins políticos; as regras do processo foram violadas por ele; os quesitos para os interrogatórios foram mal formulados e as respostas de Joana evitadas artificiosamente ou falsamente interpretadas; a condenação fora iníqua, revoltara as consciências e a voz pública reclamava sua anulação».[79]

A 11 de junho de 1454 uma bula do papa Calisto III ordenava a abertura de um novo processo. Em novembro de 1455 Isabel Romée em companhia de seus filhos e de grande número de amigos e de cidadãos de Orleães foi à igreja de Notre-Dame de Paris para tornar-se ciente de que seu pedido no sentido da reabertura de um novo processo seria atendido. O processo de reabilitação terminou em 7 de julho de 1456 no palácio arquiepiscopal de Ruão quando foi prolatada a sentença anulatória do processo anterior.[80] A mãe e os irmãos da pastora de Domrémy tiveram oportunidade de assistir a grandes solenidades celebradas em Orleães para comemorar a reabilitação. Séculos mais tarde a heroína nacional da França receberia as honras dos altares: Pio X beatificou-a em abril de 1909 e Bento XV canonizou-a em maio de 1920.

Vamos encerrar essas páginas sobre a figura realmente excepcional de Joana d'Arc chamando a atenção do leitor para a personalidade da donzela de Orleães. Quanto à sua aparência física devemos confessar nossa ignorância, pois as fontes são deficientes. A documentação entretanto não nos deixa margem de dúvida no que tange ao perfeito equilíbrio mental que caracteriza a personalidade de Joana. Nada existe em seu procedimento que possibilite tomá-la como uma alucinada. Sabe perfeitamente o que pretende e não se afasta do seu ideal. Apesar de suas atitudes de guerreira intrépida, revela-se bem feminina em seus sentimentos. E' emotiva. Comove-se com a dor alheia. Coragem e ternura coexistem harmoniosamente nela. Bernard Shaw considera-a «a

santa mais notável de toda a Igreja Cristã e a figura mais impressionante dentre todas as personagens originais da Idade Média».[81]

A vitória de Carlos VII (1429-1453)

A condenação de Joana d'Arc tivera o efeito contrário do que havia sido esperado por seus algozes. O martírio da donzela havia aprofundado o respeito que por ela nutria a população e preparado o ambiente para o prosseguimento da luta contra os ingleses. «Mas, observa Calmette, a liberação do solo nacional que, com a *Pucelle* à sua frente, os franceses teriam executado em alguns meses, vai custar anos de esforços a um rei medíocre e a seus capitães».[82]

Bedford procurara despertar o interesse de Filipe, o Bom, pela guerra, cedendo-lhe territórios que deveriam ainda ser conquistados pelo duque. Entretanto em dezembro de 1431 o legado do papa Eugênio IV conseguiu estabelecer uma trégua geral de seis anos entre Carlos VII e Filipe.

A posição inglesa ia tornando-se cada vez mais precária. A sagração de Henrique VI em Paris (16 de dezembro de 1431) não tivera maior repercussão. Em 1432 estabelecem-se negociações entre o rei francês e o duque da Borgonha. A morte de Ana da Borgonha, esposa de Bedford e irmã de Filipe, o Bom, dificultava as relações entre ingleses e borguinhões e facilitava o entendimento desses com Carlos VII. Mais tarde, a morte (setembro de 1415) do próprio Bedford aplainaria o caminho da paz entre Filipe, o Bom, e Carlos VII. Em agosto de 1435 reuniu-se em Arras um verdadeiro congresso de paz. Nada foi conseguido com relação aos ingleses, mas entre o Valois e os borguinhões celebrou-se o tratado de Arras (setembro de 1435) já mencionado no capítulo sobre a França. Esse tratado implicava o reconhecimento de Carlos VII como rei legítimo pelo mais poderoso príncipe francês, o duque de Borgonha, o que não deixava de constituir um golpe mortal para a dupla monarquia.

Nos primeiros meses que seguem o tratado de Arras a reconquista francesa faz notáveis progressos. A Ile-de-France é quase toda recuperada. Em abril de 1436 o condestável Richemont entra em Paris onde a população se revoltara contra o domínio inglês.

Da parte dos ingleses havia grande indignação em virtude da defecção do duque da Borgonha. Este se vê obrigado a lutar contra seus antigos aliados e tenta tomar Calais com o auxílio das milícias flamengas. Os ingleses atacam e devastam Flandres, o que força o abandono do sítio de Calais por parte das forças de Filipe. Essa luta acarreta prejuízos à economia de Flandres e da Inglaterra: borguinhões e ingleses fazem uma trégua (1438) deixando Carlos VII novamente só. Em julho de 1439 são feitas conferências em Gravelines visando à paz. Mas as mesmas divergências que em Arras haviam feito fracassar as negociações com os ingleses voltam a atuar. No ano seguinte (1440) Carlos VII enfrenta uma coligação de nobres entre os quais se encontra o próprio delfim Luís. Em 1441 o duque da Borgonha adere aos conspiradores. A energia dos Conselheiros do rei e a fidelidade das cidades contribuíram para que Carlos VII conseguisse debelar a crise.

Em 1444 são entabuladas negociações em *Tours* que resultam em uma trégua geral que deveria durar só até abril de 1446, mas de prolongação em prolongação se estenderam até 1449. Essas tréguas facilitam a Carlos VII a reorganização das finanças e do exército.

Em 1449 o Valois resolve romper abertamente as tréguas e retomar a Normandia. A campanha durou de agosto de 1449 a agosto de 1450. «Três corpos avançaram simultaneamente: a leste, os condes d'Eu e de Saint-Pol; ao centro, Dunois; a oeste, o duque da Bretanha e Richemont. Depois, Carlos VII reagrupou suas forças em Ruão que os ingleses entregaram em 4 de novembro. Não obstante a má estação, as operações prosseguem (tomada de Harfleur e de Honfleur). Henrique VI tentou um último esforço: um exército de socorro, comandado por Thomas Kyriel, desembarcou em Cherburgo aos 15 de março de 1450. Marchando para sudeste, esse exército encontrou em Formigny, a 15 de abril, as forças reunidas do conde de Clermont, do condestável de Richemont e do almirante de Coëtivy. Foi esmagado. A reconquista se completou com a tomada de Caen (1º de julho) e de Cherburgo (12 de agosto)».[83]

A perda da Normandia era um rude golpe para os ingleses e acarretou na Inglaterra a queda e o assassinato do conde de Suffolk. Restava aos franceses reconquistar o sudoeste. Deve-se porém observar que nessa região nem todos os habitantes se mostravam favoráveis à expulsão dos ingleses. Compreende-se essa atitude se se levarem em consideração os altos interesses econômicos que, havia muito, ligavam a Guiena com a Inglaterra. Lembremos, apenas, a exportação de vinhos de Bordéus para a ilha.

Desde 1449, Foix e Dunois atuavam na Guiena em favor do Valois. Em 1451 Bordéus e Bayonne capitulam. Mas a falta de apoio da população à causa francesa possibilitou a retomada de Bordéus pelo velho Talbot em outbro de 1452. Mas esse chefe inglês, que contava, então, mais de oitenta anos, acabou vencido e morto na batalha de Castillon (17 de julho de 1453) onde os trezentos canhões da artilharia francesa desempenharam papel decisivo. Carlos VII dirigiu pessoalmente o ataque a Bordéus que, sem a esperança de novos socorros ingleses, capitulou pela segunda vez a 19 de outubro.

De acordo com a história tradicional, a Guerra dos Cem Anos está terminada. Mas, na realidade, a atmosfera belicosa entre França e Inglaterra durou muito mais tempo. Os soberanos ingleses continuaram conservando o título de rei da França, e Calais ficou em poder dos britânicos até 1553.

Um retorno ofensivo dos ingleses era sempre esperado e para enfrentá-lo estabeleceram-se guarnições militares permanentes no sudoeste e na Normandia. Em Bordéus e Bayonne foram construídas fortificações que serviam não só como garantia contra eventuais ataques externos mas também como advertência às camadas da população inconformadas com os prejuízos econômicos.

Em 1453 nenhum tratado consolidou a cessação de fato das hostilidades. Mas o estudo da continuação das relações entre a Inglaterra e a França pertencem a outra época da História que se abre, na França, com o reinado de Luís XI, durante o qual o já mencionado tratado de Picquigny (agosto de 1475) pôs término oficial ao conflito.

Conseqüências da Guerra dos Cem Anos

As conseqüências da Guerra dos Cem Anos, a curto ou a longo prazo, foram múltiplas. Note-se, contudo, que nem sempre é possível considerar um determinado fato que apresente relação com o conflito, como causado unicamente por este. Outros fatores entram em jogo e devem ser levados em consideração numa visão de conjunto da História do Mundo Feudal.

Impõe-se ainda uma observação. Em outro volume da presente obra, onde vamos focalizar diversos aspectos da civilização em foco (por exemplo, estrutura social, vida econômica, vida cotidiana, etc.), voltaremos, em mais de uma ocasião, a mencionar e a sublinhar as conseqüências da Guerra dos Cem Anos. Contentar-nos-emos, por ora, com a enumeração, acompanhada de algumas breves considerações, das principais conseqüências do longo conflito. Essas conseqüências são enumeradas separadamente para clareza da exposição. Na realidade, como o leitor verá facilmente, encontram-se intimamente relacionadas entre si.

1) *Conseqüências demográficas.* — Entre as principais conseqüências da Guerra figura o decréscimo demográfico. Esse decréscimo foi provocado quer diretamente pelas lutas (grande mortandade em certas batalhas, massacres de populações civis), quer indiretamente pelas epidemias e pela fome para cuja propagação a luta contribuía largamente. Lembremos que na França as perdas da guerra se fizeram sentir principalmente entre a nobreza feudal.

2) *Conseqüências sociais.* — Sem pretender aprofundar o assunto, podemos sublinhar as seguintes conseqüências de ordem social; *renovação rápida* da nobreza com a concentração de bens em proveito dos sobreviventes; notável *mobilidade social* quer ascendente, quer descendente provocada evidentemente pela brusca alteração do patrimônio; *simples relaxamento* ou *até ruptura* dos vínculos sociais; *migração de populações* motivada pela transformação das condições econômicas e demográficas. Com essa migração se relaciona evidentemente o desaparecimento ou, pelo menos, a sensível redução da condição de servo.

3) *Conseqüências econômico-financeiras.* — Os textos contemporâneos sublinham a miséria e a desolação reinantes na França. As devastações, os saques, as mortandades, os deslocamentos de populações, as epidemias teriam necessariamente que produzir um retrocesso da atividade econômica. O custo da vida sobe assustadoramente, a moeda se avilta ou é falsificada. Na Inglaterra o recrutamento de soldados agrava o deficit da mão-de-obra. O comércio exterior sofre as conseqüências da requisição de navios e de marinheiros. Contudo a situação econômica, na ilha, nem sempre apresenta uma face negativa: a Inglaterra chegou «a desenvolver certas indústrias, a melhorar sua produtividade agrícola, a ampliar o papel de seus marinheiros e de seus negociantes, enfim a assegurar uma distribuição menos desigual das rendas, em detrimento dos senhores mais importantes e em proveito das classes médias e dos assalariados».[54]

4) *Conseqüências político-administrativas.* — Tanto na Inglaterra como na França, a Guerra dos Cem Anos contribuiu para um fortalecimento da união nacional.

Na França observa-se, de modo especial, um recuo do particularismo provincial em face de um aumento crescente do poder monárquico que também se moderniza através dos órgãos judiciários, militares, financeiros e administrativos. A França, ao sair da Guerra dos Cem Anos, se encontra diretamente no caminho da centralização monárquica e do absolutismo.

Um sentimento de patriotismo (que já aparece bem nítido na época de Joana d'Arc) e de fidelidade aos reis vai fortalecendo a unidade nacional.

«Politicamente a guerra determinou a formação definitiva de dois nacionalismos conscientes, um na Inglaterra e outro na França. Impulsionou a França no sentido da unidade e do autoritarismo monárquico, a Inglaterra para o parlamentarismo constitucional».[55]

A Guerra dos Cem Anos contribui decisivamente para acelerar a decadência do feudalismo. Voltaremos ao assunto, como já observamos, em outro volume da *História do Mundo Feudal*.

5) *Conseqüências na ordem internacional.* — Vamos encerrar essa série de exemplos de conseqüências da Guerra dos Cem Anos lembrando que a mesma teve uma inegável e profunda influência na ordem internacional européia. E' que a prolongada luta e encarniçada rivalidade entre duas poderosas dinastias ocidentais tornaram vãos todos os esforços dos pontífices no sentido de pôr termo ao avanço turco e salvar

a cidade de Constantinopla. Entre as causas da queda de Bizâncio pode ser enumerada o grande conflito cuja história tentamos resumir neste capítulo.

[1] Contamine, *La Guerre*, p. 5 anota: Nous relevons pour la première fois le terme 'guerre de Cent ans' dans le *Tableau chronologique de L'Histoire du Moyen Age*, de C. Desmichels, Paris 1823, p. 130. La même expression est reprise en particulier par M. Boreau dans son *Histoire de France, à l'usage des classes*, Paris 1839, t. II, p. 9. Le premier livre portant le titre *La Guerre de Cent Ans* est celui de Th. Bachelet, Rouen 1852.
[2] Idem, ibidem, p. 6.
[3] Idem, ibidem.
[4] A respeito das fontes para o estudo da Guerra dos Cem Anos, lembremos os exemplos citados no início do capítulo sobre França. O leitor encontrará uma minuciosa relação das fontes sobre as diferentes fases da Guerra em Calmette, *L'Elaboration du Monde Moderne*, nas notas que se encontram no final de cada capítulo referente ao grande conflito medieval.
[5] Funck-Brentano, *Le Moyen Age*, p. 412.
[6] Idem, ibidem, p. 413.
[7] Contamine, *La Guerre*, p. 114.
[8] Calmette, *L'Elaboration*, p. 1.
[9] Ver, a propósito, Contamine, *La Guerre*, p. 113.
[10] Funck-Brentano, *Le Moyen*, p. 406.
[11] Idem, ibidem.
[12] Idem, ibidem, p. 407.
[13] Idem, ibidem.
Note-se que o casamento entre Eduardo II e Isabel só se realizou em 1308, conforme já escrevemos no item sobre Filipe, o Belo, capítulo referente à França.
Para evitar confusões, convém consultar uma boa árvore genealógica.
[14] A propósito do que escrevemos sobre a Lex Salica no citado capítulo, convém repetir Leicht: "Prima di lasciare l'argomento della legislazione dei Franchi occorre chiarire una questione. Moltissimo si parla fino oggi di legge salica della successione al trono, o di successione al trono regolata dalla legge salica. Si tratta, come è noto, della regola che trasmette il trono al primogenito. Come sia stato attribuito tale nome a questa norma è dubbio, ma è certo che della successione al trono non si parla nella vera Legge Salica, cio è in quella dei Franchi Salici. dei quali abbiamo finora parlato. Essa ha soltanto, nel titolo, "de alode" (LIX), l'ultimo capitolo che stabilisce: "de terra vero nulla in muliere hereditas non pertinebit sed ad virilem sexum, qui fratres fuerint, tota terra perteneat". La disposizione della Lagge Salica deve essere confrontata col capitolo della Legge Ripuaria che esclude le donne dall'eredità della terra aviatica, cio è da quei beni immobili che sin dal tempo dell'avo erano in possesso della famiglia. Si tratta di norme che troviamo in tutti i diritti primitivi. Non è da escludere che queste disposizioni abbiano influito sulla formazione del diritto ereditario feudale franco, nel senso dell'esclusione delle femmine: di qui trasse probabilmente origine l'erronea designazione di "legge salica" come d'una norma che escluda le femmine dal trono e satabilisca la successione di primogenito in primogenito".
(Leicht, *Storia del Diritto Italiano, Le Fonti*, p. 42s).
[15] Maurois, *História da Inglaterra*, p. 138.
[16] Contamine, *La Guerre*, p. 8.
[17] Idem, ibidem.
[18] Grimberg, *História*, 8, p. 14.
[19] Maurois, *História*, p. 138.
[20] Idem, ibidem, p. 139.
[21] Idem, ibidem, p. 139s.
[22] Grimberg, *História*, 8, p. 17.
[23] Funck-Brentano, *Le Moyen Age*, p. 411.
[24] Os autores não estão de acordo quando procuram estabelecer a periodização da Guerra dos Cem Anos. A que adotamos não há de ser necessariamente a melhor.
[25] Grimberg, *História*, 8, p. 21.
[26] Calmette, *L'Elaboration*, p. 15.
[27] Barbagallo, *Medioevo*, II, p. 988s.
O leitor encontrará aí uma síntese sobre a situação financeira de Eduardo III e o breve relato da repercussão desastrosa da falência dos banqueiros florentinos.
[28] Grimberg, *História*, 8, p. 25.
[29] Contamine, *La Guerra*, p. 28.
[30] Grimberg, *História*, 8, p. 26.
[31] Durant, *História*, VI parte, t. I, p. 81.
[32] Eis, a título de curiosidade, o texto de Froissart no original: "Toutes fois, li vaillant homme et li bon chevalier, pour leur honneur, chevauçoient toutdis avant, et avoient plus chier a morir, que fuite villainne leur fust reprocie. La estoient li contes d'Alençon, li contes de Blois, li contes de Flandres, li dus de Lorraigne, li contes de Harcourt, li contes de Saint Pol, li contes de Namur, li contes d'Auçoirre, li contes d'Aubmale, li contes de Sanssoire, li contes de Salebruce, et tant de contes, de barons et de chevaliers que sans nombre".
[33] "Li vaillans et gentilz rois de Behagne, qui s'appeloit messires Jehans de Lussembourch, car il fu filz a l'empereour Henri de Lussembourch, car il fu filz a l'empereour Henri de Lussembourch, entendi par ses gens que li bataille estoit commencie; car quoique il fust la armés et en grant arroy, il ne veoit goutes et estoit aveules..."
Adonc dist li vaillans rois a ses gens une grant vaillandise: "Signeur, vous estes mi homme et mi ami et mi compagnon. A le journee d'ui, je vous pri et requier tres especialment que vous me menés si avant que je puisse ferir um cop d'espee". Et cil qui dalés lui estoient, et qui se honneur et leur avancement amoient, ils acorderent. La estoit li Monnes de Basele a son frain, qui envis l'euist laissiet, et ossi eussent pluiseur bon chevalier de le conté de Lussembourch, qui estoient tout dalés lui: si ques, pour yaus acquitter, et que il ne le perdesissent en le presse, il s'alloierent par les frains de leurs chevaus tous ensamble; et misent le roy leur signeur tout devant, pour mieulz acomplir son desirier. Et ensi s'en alerent il sus leurs ennemis".
O valente e nobre rei da Boêmia, que se chamava *messire* João de Luxemburgo, pois ele era filho do imperador Henrique de Luxemburgo, soube por sua gente que a batalha estava travada; pois embora estivesse em armas e com grande aparelhamento bélico, nada via e estava cego...
Então o valente rei dirigiu a seu pessoal palavras muito valorosas: "Senhores, vós sois meus homens, meus amigos, meus companheiros. Nesta jornada eu vos peço e exijo muito especialmente que me leveis bem adiante para que eu possa dar um golpe de espada". E os que estavam junto dele, pensando em sua honra e sua posição, obedeceram-lhe. Estava lá, segurando seu cavalo pelo freio, Le Moine de Basèle, que jamais o teria abandonado de bom grado. O mesmo acontecia com numerosos bons cavaleiros do condado de Luxemburgo, todos presentes a seu lado. Assim é que, para desempenharem sua missão e não o perderem na confusão, ligaram-se todos juntos pelos freios de seus cavalos e colocaram o rei seu senhor na dianteira para melhor satisfazer a seu desejo. E assim dirigiram-se contra o inimigo".

[34] Contamine, *La Guerre*, p. 36s.
[35] Grimberg, *História*, 8, p. 38.
[36] Idem, ibidem.
[37] Idem, ibidem, p. 44.
[38] Calmette, *L'Elaboration*, p. 21.
[39] Grimberg, *História*, 8, p. 45.
[40] Contamine, *La Guerre*, p. 42.
[41] Sobre a Jacquerie consultar o re lato original de Froissart, *Les Chroniques*, Chapitre LXV, em *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age*, Bibliothèque de la Pléiade, p. 388ss.
[42] Calmette, *L'Elaboration*, p. 24.
[43] Contamine, *La Guerre*, p. 46.
O leitor encontrará diversas cláusulas do tratado de Brétigny no original em Calmette, *Textes*, p. 205-207. Eis, a título de curiosidade, o fecho do tratado: "Et jurons, sur le corps de Jesus-Christ et en parole de Roi, pour nous et pour noz hoirs, ycelui tenir et garder et acomplir, sanz jamais venir encontre, par nous ou par autre...
En tesmoingnance de quelle chose nous avons fait mectre nostre seel à ces lettres. Données à Calais le XXIV jour d'octobre, l'an de grace mil trois cens soixante".
[44] Contamine, *La Guerre*, p. 51.
[45] Idem, ibidem, p. 58.
[46] Idem, ibidem.
[47] Idem, ibidem, p. 66.
[48] Idem, ibidem.
[49] Idem, ibidem, p. 67.
[50] Idem, ibidem, p. 72.
[51] Note-se que em 1369, Filipe, "o Audaz", duque de Borgonha, havia desposado Margarida, filha de Luís de Maële. A união de Flandres com a Borgonha revelar-se-ia, mais tarde, perigosa para a França. No momento, entretanto, ninguém podia prever os acontecimentos e o casamento proporcionava aos Valois um ponto de apoio na luta contra os ingleses.
[52] Contamine, *La Guerre*, p. 74.
[53] Idem, ibidem, p. 75.
[54] Idem, ibidem. p. 82.
[55] Maurois, *História da Inglaterra*, p. 162s.
[56] Idem, ibidem, p. 163.
[57] Grimberg, *História*, 8, p. 70.
[58] Durant, *História*, VI parte, t. I, p. 90.
[59] Contamine, *La Guerre*, p. 85.
[60] Calmette, *Le Moyen*, p. 385.
[61] Note-se que a rainha Isabel havia sido exilada pelo governo Armagnac,

fato esse que a levou a aproximar-se de João Sem-Medo e criar com ele um governo rival em Troyes.

62 O leitor encontrará diversos itens do tratado de Troyes redigidos em francês medieval em Calmette (*Textes et Documents: Moyen Age*, p. 216ss). Em francês moderno há um menor número de itens em Gothier (*Recueil de textes*, p. 269s).

63 Contamine, *La Guerre*, p. 91.

64 Calmette, *Le Moyen*, p. 392.

65 Contamine, *La Guerre*, p. 93.

66 De Fourneaux, *La Vie*, p. 288ss.

67 Grimberg, *História*, p. 79.

68 Calmette, *Jeanne d'Arc*, p. 43.

69 ..."rendés à la Pucelle, cy envoieé de par Dieu, le Roy du Ciel, les clefs de toutes, les bonnes villes que vous avés prises et violées en France"...

70 Durant, *História*, VI parte, t. I, p. 109.

71 Grimberg, *História*, 7, p. 83.

72 Calmette, *Jeanne d'Arc*, p. 85.

73 Calmette, *Le Moyen*, p. 399.

74 Idem, *Jeanne d'Arc*, p. 94.

75 Idem, ibidem, p. 97.

76 Idem, ibidem, p. 99.

77 Idem, ibidem, p. 107.

78 Grimberg, *História*, 7, p. 86.

79 Calmette, *Jeanne d'Arc*, p. 127.

80 Idem, ibidem, p. 130: o leitor encontrará aí os trechos mais importantes dessa sentença.

81 Apud Grimberg, *História*, 7, p. 81.

82 Calmette, *Le Moyen*, p. 402.

83 Contamine, *La Guerre*, p. 107.

84 Idem, ibidem, p. 124.

85 Calmette, *L'Elaboration*, p. 92.

BIBLIOGRAFIA

ALFHANDÉRY, PAUL

La Chrétienté et l'idée de Croisade. Les premières croisades. Paris, Editions Albin Michel, 1954.

Paul Alphandéry faleceu vinte e um anos antes da publicação da presente obra cujo texto foi organizado por Alphonse Dupront de acordo com o material colhido e preparado por Alphandéry. A tônica dessa obra é mostrar a íntima relação entre a cruzada e a mentalidade religiosa medieval.

AMANN, ÉMILE

L'Epoque Carolingienne, ver Fliche-Martin, v. 6.

AMEAL, JOÃO

História de Portugal. 2ª edição revista e aumentada. Porto, Livraria Tavares Martins, 1942.

A História de Portugal é narrada em oito livros com abundância de citações das fontes e em uma atraente e escolhida linguagem. No final da obra o leitor encontrará uma excelente bibliografia sobre os assuntos de cada livro e, ainda, um utilíssimo índice dos nomes citados.

ANDRADE, ROBERTO PEREIRA

Vikings, os Senhores do Mar. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.

Uma agradável e instrutiva história dos Vikings: suas origens, suas instituições e sua expansão pelo mundo.

ANWANDER, ANTOINE

Les Religions de l'Humanité (traduit après la 2ª édition par Pierre Jundt), Paris, Payot, 1955.

O autor, professor honorário da Universidade de Munique, apresenta-nos uma clara, objetiva e bem documentada História das Religiões. A segunda parte da obra contém uma rica antologia de textos concernentes aos assuntos versados na I Parte.

ARBMAN, HOLGER

Os Vikings (Título do original inglês: The Vikings). Editorial Verbo.

Depois de estudar os antecedentes históricos na Escandinávia, o autor passa a focalizar a atuação dos vikings nas ilhas britânicas, nas ilhas do Atlântico no continente e, de modo especial, no leste europeu. A expansão viking na Islândia, Groenlândia e América são objeto de capítulo especial. O último capítulo é dedicado à arte da Idade dos Vikings. O livro é fartamente ilustrado.

BALLESTEROS, D. ANTONIO BERETTA

Síntesis de Historia de España. Madrid (segunda edición corregida y aumentada), 1924.
Entre os numerosos títulos do autor, lembremos o de "Academico de numero de la Real Academia de la Historia". Ballesteros apresenta-nos aqui em quase quinhentas páginas uma muito bem esquematizada História da Espanha, a partir dos tempos pré-históricos. No final de cada capítulo está indicada a bibliografia correspondente.

BARBAGALLO, CORRADO

Il Medioevo (Parte Seconda). Torino, Unione Tipografico — Editrice Torinese, 1935.
Este segundo volume sobre a Idade Média expõe os acontecimentos que se situam entre o século XI e 1454.
Esta obra merece ser recomendada para um estudo especial da História Italiana Medieval. Recomendamos o cap. V do Libro Quinto: "I communi italiani contro l'Impero" (1152-1250). Ver p. 757ss.

BARBAGALLO, CORRADO

Il Medioevo (Parte Prima). Torino, Unione tipografico — Editrice Torinese, 1935.
Neste volume sobre a Idade Média o conhecido historiador italiano expõe os acontecimentos a partir de 476 até o séc. XI. Obra ricamente ilustrada e documentada. Recomendamos especialmente o conteúdo do Libro Quarto (p. 301) em que são estudadas as novas invasões (cap. I: La nuova ondata barbarica; cap. II: La seconda ondata barbarica).

BARROUX, ROBERT

Paris des origines à nos jours et son rôle dans l'histoire de la civilisation. Paris, Payot, 1951.
Barroux, "archiviste de la Ville de Paris", apresenta-nos uma minuciosa e bem documentada História da cidade de Paris. Para a História do Mundo Feudal interessam de modo especial os capítulos II (Paris capitale) III (L'Université) e IV (La civilté: charité et courtoisie).

BEIRÃO, CAETANO

História Breve de Portugal. Edições Logos.
O autor caracteriza sua obra nas seguintes linhas: "Trata-se portanto apenas duma história-esquema, espécie de iniciação, escrita em linguagem quase telegráfica, mas em que procurei não deixar de mencionar todos os efeitos marcantes que, encadeados, constituem o sentido de nosso passado e apontam o caminho de nosso Futuro". No final das 153 páginas o leitor encontrará um prático quadro cronológico.

BENNIGSEN, CONDE EMMANUEL DE...

Algumas considerações sobre a origem dos eslavos.
O autor examina aqui as diversas teorias sobre as origens dos eslavos. Às p. 36ss são mencionadas as fontes da antiguidade clássica. *Revista de História,* n. 11, julho-setembro de 1952.

BENNIGSEN, CONDE EMMANUEL DE...

Alguns dados sobre as fontes da história russa e a historiografia desse país.
Substancioso artigo publicado na excelente *Revista de História,* n. 14, abril-junho de 1953, p. 407ss.

BLOCH, MARC

La Société Féodale (Coleção Evolution de l'Humanité) Editions Albin Michel.
Obra básica para um estudo aprofundado do feudalismo. O autor inicia sua obra com as últimas invasões, as condições de vida e a atmosfera mental. Passa então a estudar todos os aspectos dos elos que na sociedade feudal caracterizam a vassalagem. No tomo II seis capítulos são dedicados às classes sociais no Mundo Feudal. O segundo livro do Tomo II aborda o governo dos homens: o regime judiciário, os poderes do rei, os principados territoriais, etc.

BRÉHIER, LOUIS

Vie et Mort de Byzance. A História política de Bizâncio distribuída em três livros: I O Império Romano Universal (395-717); II O Império Romano Helênico; III Agonia e morte de Bizâncio.
Louis Bréhier foi um notável bizantinista. Esta sua obra está enriquecida por abundante documentação, por um sucinto porém excelente glossário e por numerosos mapas e ilustrações.

BREZZI, PAOLO

Roma e l'Impero Medioevale (774-1252) Bolonha, Licinio Cappelli Editore.
Temos aqui um estudo completo (mais de 630 páginas) sobre a posição histórica de Roma em face do Império Medieval. A primeira parte da obra focaliza "Roma e os Carolíngios". Na segunda parte são estudadas "Roma e as forças locais". A terceira (de capital importância) aborda o tema "Roma e os imperadores germânicos" (965-1049). Na quarta parte estuda-se Roma e a reforma gregoriana (1049-1122). A quinta parte trata do delicado problema comunal em Roma (1123-1198). A sexta parte intitula-se: Roma entre a teocracia papal e o absolutismo imperial (1198-1252).
Chamamos a atenção do leitor para as notas críticas e a bibliografia contidas no apêndice (p. 521ss).

BREZZI, PAOLO

Il Papato. Roma, Editrice Studium.
O autor expõe na Introduzione a finalidade das quase duzentas páginas dessa obra: seguir o desenvolvimento histórico do papado nas suas fases e nos seus homens mais representativos "para descobrir aí uma continuidade, uma coerência, um finalismo..."

BRYCE, GIACOMO

Il Sacro Romano Impero (tradotto da Ugo Balzani, seconda edizione italiana riveduta). Ulrico Hoepli Milano, 1907.
Calmette (*Le Reich,* p. 80) comenta a propósito da obra de Bryce: "Quoique de beaucoup dépassé sur de nonbreux points il contient, à certains égards, des remarques encore valables..."
Bryce deve ser consultado num estudo sobre as instituições do Império Romano Germânico.

CALMETTE, JOSEPH

Le Réveil Capétien. Hachette.
O autor expõe em 270 páginas o despertar da França com a dinastia capetíngia que é estudada desde seus inícios até Luís VII (cap. XVI).

CALMETTE, JOSEPH

Les Dernières Etapes du Moyen Age Français. Hachette.
Neste volume de 256 páginas o autor estuda a História da França nas últimas

etapas da Idade Média, das origens da Guerra dos Cem Anos a Luís XI. No capítulo X são focalizadas as instituições da França sob os Valois.

CALMETTE, JOSEPH

Le Reich Allemand au Moyen Age. Paris, Payot, 1951.
Temos aqui uma História da Alemanha medieval distribuída em quatro livros:

I. A Alemanha da Alta Idade Média
II. Império e Papado
III. Imperadores e Eleitores
IV. Germanismo e Civilização

CALMETTE, JOSEPH

Chute et Relèvement de La France sous Charles VI et Charles VII. Hachette.
Em 251 páginas o autor recorda as graves crises e também os êxitos por que passou a França durante a guerra dos cem anos sob os reinados de Carlos VI e Carlos VII. O título do cap. I é bem sugestivo "Avant et après Du Guesclin".

CALMETTE, JOSEPH

Le Moyen Age. Librairie Arthème Fayard.
O conhecido historiador francês apresenta-nos aqui em mais de seiscentas páginas a História da França Medieval com uma substanciosa Introdução sobre a romanização da Gália e sobre a Germânia bárbara.
À História do Mundo Feudal interessam especialmente o Livre II (L'oeuvre capétienne, p. 171ss), o Livre III (La Guerre de Cent Ans, p. 289ss) e o Livre IV (La France et l'Orient, p. 421ss).

CALMETTE, JOSEPH

Textes et documents d'Histoire. Moyen Age (Nouvelle édition refondue et augmentée avec le concours de Charles Higounet). Paris, Presses Universitaires de France, 1953.
Essa coleção de textos e documentos constitui o instrumento ideal para a elaboração de trabalhos sobre a Idade Média mediante a consulta direta às fontes. Os textos latinos (que se prestam admiravelmente para ilustrar um estudo sobre o latim medieval) estão acompanhados da respectiva tradução francesa.

CALMETTE, JOSEPH

L'Elaboration du Monde Moderne. Clio, V. Troisième édition revue et corrigée. Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
Como o título indica, o autor procura, na presente obra, estudar os acontecimentos que configuram a gênese de uma humanidade nova: a "Elaboração do Mundo Moderno".
Na Introdução, referindo-se à sociedade feudal, o autor sublinha: "Déjà, de bonne heure, au sein de cette société féodale à peine constituée, de nouvelles forces historiques sont entrées en jeu: le droit romain, pour un temps obnubilé, a reparu; L'Etat renaît; les nations se forment; l'horizon s'élargit; de nouvelles conditions politiques et sociales se font jour. C'est proprement la genèse d'une humanité nouvelle: bref, c'est l'Elaboration du monde moderne".
As notas que completam capítulos constituem preciosa contribuição e segura orientação para um aprofundamento dos temas abordados.

CALMETTE, JOSEPH

Le Monde Féodal. Paris, Presses Universitaires de France, 1951 (Nouvelle édition mise à jour avec le concours de Charles Higounet).

Um estudo da Idade Média que se inicia com as Invasões e termina com "a ofensiva cristã contra o Islã".
Le Monde Féodal é uma síntese que, em virtude das abundantes e preciosas notas encontradas no final de cada capítulo, possibilita ao leitor um aprofundamento dos temas propostos. Recomendamos a leitura da Introduction.

CARVALHO, DELGADO

História Geral, volume 2 (Idade Média, tomo 1). Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP-MEC.
Esta obra, no dizer do próprio autor, foi organizada "exclusivamente para mestres do ensino secundário, no intuito de facilitar-lhes a preparação de suas aulas". No Preâmbulo o autor desenvolve substanciosas considerações sobre o ensino da História, ditadas naturalmente por sua longa experiência de professor e historiador. Os assuntos tratados no presente tomo estão distribuídos em três unidades: O Império do Ocidente, Imperadores e Papas e as Nacionalidades do Ocidente.
As Notas, Leituras, Biografias, etc. foram organizadas por Therezinha de Castro.

CARY, M. e E. WARMINGTON

Les Explorateurs de l'Antiquité (traduction française de A. et H. Collin Delavand). Paris, Payot, 1932.
Os autores, ambos da Universidade de Londres, oferecem ao leitor uma muito bem documentada exposição das mais importantes viagens de exploração realizadas durante a Antiguidade. A obra está enriquecida com quinze mapas.

CHAPOT, VICTOR

Le Monde Romain. Éditions Albin Michel.
Temos aqui um estudo da expansão romana (I parte), da engrenagem governamental (II parte) e da vida regional de cada província. Este livro foi citado a propósito das origens da Romênia (ver a Dácia, p. 429).

CONTAMINE, PHILIPPE

La Guerre de Cent Ans. Coleção Que Sais-je? n. 1309. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
Chargé d'enseignement à la Faculté des Lettres et Sciences humaines de Nancy, Contamine faz-nos em 128 páginas um relato interessante e até minucioso do prolongado conflito franco-britânico. Chamamos a atenção do leitor para o cap. I (Les Origines) e para a conclusão: características e conseqüências da Guerra dos Cem Anos.

CORBETT, WILLIAM JOHN

The Foundation of the Kingdom of England (Capítulo XIV da "The Cambridge Medieval History", volume III, Germany and the Western Empire). Cambridge at the University Press, 1964.
Consultar tb. o cap. XV do mesmo autor: England from A.D. 954 to the death of Edward the confessor (p. 371ss).

CROSS, S. H.

Les Civilisations Slaves à Travers les siècles (Traduction de Pierre Poivre). Paris, Payot, 1955.
Cross, antigo professor de línguas e literaturas eslavas na Universidade de Harvard, foi um eminente eslavista americano. Clareza, precisão e rigor científico são as características da presente obra cuja edição francesa está prefaciada

por Alfred Fichelle, autor de *Le Monde Slave* (*Histoire Universelle*, Encyclopédie de la Pléiade).

DAUZAT, ALBERT

La Vie rurale en France (des origines à nos jours). Coleção Que Sais-je? n. 242. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.
Dauzat, Professeur à l'Ecole pratique des Hautes Etudes, apresenta-nos uma síntese da vida rural na França desde a Pré-história até nossos dias. O capítulo IV versa sobre a época franca.
Este livro de Dauzat foi substituído por outro sobre o mesmo assunto e com o mesmo número na coleção *Que Sais-je?* de autoria de Lucien Gachon. Nesta obra a vida rural do século V ao X é abordada no cap. VI.

DAWSON, CRISTOPHER

La Religion et la Formation de la Civilisation Occidentale. Traduction de S. M. Guillemin. Paris, Payot, 1953.
Obra fundamental para a compreensão da influência da religião na elaboração da Civilização Medieval. Gilson escreveu que desejaria ter tido essa obra antes de escrever sua *Philosophie au Moyen Age*.

DEFOURNEAUX, MARCELIN

La vie quotidienne au temps de Jeanne D'arc. Hachette.
Temos aqui um minucioso relato do que foi a vida quotidiana na França em plena época da Guerra dos Cem Anos. Na segunda parte há um capítulo especial sobre "a guerra e a aventura" e outro sobre a "ocupação estrangeira e a resistência nacional".

DEFOURNEAUX, MARCELIN

La Péninsule Ibérique (*Histoire Universelle*, 2, sous la direction de R. Grousset et G. Léonard, De l'Islam à la Réforme). Encyclopédie de la Pléiade.
Nesse capítulo da "Histoire Universelle", o autor estuda a História da Península Ibérica nas seguintes etapas: estabelecimento dos visigodos, Espanha muçulmana e início da Reconquista, Os Grandes séculos da Reconquista (XI-XIII), as Crises internas (fim do séc. XIII e XIV), acabamento da Reconquista.
No final o leitor encontrará bibliografia minuciosa sobre a História da P. Ibérica.

DELORME, JEAN

Chronologie des Civilisations. Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
Obra indispensável para o estudo simultâneo dos acontecimentos históricos em diversos países. A obra de Delorme permite um sincronismo rápido das diferentes etapas históricas por que passaram os diversos estados.

DEVAILLY, GUY

L'Occident du Xe au milieu du XIIIe siècle. Paris, Librairie Armand Colin.
Esta obra escrita por Devailly, "chargé d'enseignement à la Faculté des Lettres et Sciences humaines de Rennes", faz parte de uma série de manuais de nível superior sobre a Idade Média. O presente volume está enriquecido por grande quantidade de documentos, por inúmeras e indispensáveis tábuas genealógicas, por excelentes quadros cronológicos e por uma atualizada e crítica orientação bibliográfica (p. 350ss). Um índice onomástico facilita sobremaneira a consulta do livro.

D'HAUCOURT, GENEVIÈVE

La Vie au Moyen Age. Que Sais-je? n. 132. Paris, Presses Universitaires de France, 1952.
D'Haucourt dá-nos uma interessante visão dos principais aspectos da vida medieval. E' de importância capital a leitura da introdução. "Ces dix siècles qui furent la fin du monde antique virent la naissance de l'Europe, et lors qu'ils s'achevèrent, la plupart des nations modernes avaient pris forme, nom et langue..."

DUFOURCQ, CHARLES-EMMANUEL

L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIIIe et XIVe siècles. Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
Obra fundamental para um estudo atualizado das relações existentes entre a Península Ibérica e o Magrebe durante a Idade Média. Na primeira parte o autor focaliza de modo geral as correntes comerciais políticas e espirituais, pondo em relevo a talassocracia catalã e o papel histórico da burguesia barcelonense. Na segunda parte são abordadas as pressões exercidas pelos espanhóis e as respectivas reações provocadas no Magrebe. O autor reserva um capítulo especial sobre Aragão e a luta pelo estreito de Gibraltar. Na terceira parte são estudadas com minúcias as relações comerciais entre a Espanha e o Magrebe.

DURAND, FRÉDÉRIC

Les Vikings. Coleção Que Sais-je? n. 1188. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
Esta obra de 128 páginas está dividida em duas partes. Na primeira é estudada a História dos Vikings: a aurora dos tempos vikings, a rota do oeste e a rota do leste. Na segunda temos um resumo dos principais aspectos da civilização dos vikings.
O autor é professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas e diretor do Instituto de Estudos Escandinavos de Caen.

DURANT, WILL

História da Civilização (4ª parte: A Idade da Fé, tomo 1º). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, Brenno Silveira e José Yamashiro. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
A História da Civilização de Will Durant atesta da parte do autor uma vasta erudição e uma tenaz paciência revelada principalmente na consulta a centenas de autores escrupulosamente citados nas notas referentes a cada capítulo. Embora muitos pontos de vista do autor mereçam reparos ou sejam mesmo inaceitáveis, nem por isso deixamos de manifestar nossa admiração pelo trabalho imenso despendido e sobretudo pela maneira agradável e leve com que sabe desenvolver seu relato. A obra de Will Durant encontra-se traduzida na famosa coleção francesa Payot.
O tomo 1º da 4ª parte desenvolve os seguintes temas: O Zênite de Bizâncio (Livro I) e a Civilização Islamítica (Livro II).

DURANT, WILL

História da Civilização (4ª parte: A Idade da Fé, tomo 2). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, Brenno Silveira e José Yamashiro. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
Este tomo 2 focaliza os seguintes temas: Livro II: Civilização Islamítica (continuação); Livro III: Civilização Judaica; Livro IV: A Idade das Trevas: 566-1095.

DURANT, WILL

História da Civilização (4ª parte: A Idade da Fé, tomo 3). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, Brenno Silveira e José Yamashiro. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
Eis o conteúdo deste tomo 3: Livro IV (continuação): A Idade das Trevas (566-1095); Livro V: O Clímax do Cristianismo (1095-1300).

DURANT, WILL

História da Civilização (4ª parte: A Idade da Fé, tomo 4). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, Brenno Silveira e José Yamashiro. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
Os temas abordados neste tomo são: Livro V (continuação): O Clímax do Cristianismo (1095-1300). No Capítulo XXXVI, o autor apresenta um estudo e uma apreciação bastante discutível sobre o pensamento de Tomás de Aquino.

DURANT, WILL

História da Civilização (5ª parte: Renascença, tomo 1º). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
O autor expõe o tema dos tomos I e II da 5ª parte: "O presente trabalho tem por objetivo fornecer um quadro completo de todas as fases da vida humana na Itália da Renascença — desde o nascimento de Petrarca, em 1304 até a morte de Ticiano, em 1576". Livro I: Introdução; Livro II: A Renascença Florentina; Livro III: O Esplendor da Itália.

DURANT, WILL

História da Civilização (5ª parte: Renascença, tomo 2). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. S. Paulo, Cia. Editora Nacional.
Este tomo 2 desenvolve: Livro III: Esplendor da Itália (continuação); Livro IV: A Renascença de Roma.

DURANT, WILL

História da Civilização (6ª parte: A Reforma, tomo 1º). Tradução de Olga Biar Laino. S. Paulo, Companhia Editora Nacional.
O autor adverte (p. 7) sobre o título da 6ª parte: "A Reforma não é um título inteiramente honesto para este livro. O título exato seria: História da Civilização Européia Fora da Itália de 1300 a 1564, mais ou menos, inclusive a História da Religião na Itália e um panorama casual da Civilização Islâmica e Judaica na Europa, África e Ásia Ocidental".

ELLUL, JACQUES

Histoire des Institutions de l'Epoque Franque à la Révolution, cinquième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
O autor, professor da Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas de Bordéus, apresenta-nos uma síntese das instituições através da História da França até a Revolução, abrangendo o campo político, econômico, financeiro, social, jurídico e religioso. O autor não se limita à exposição de fatos: estuda também a parte teórica, as concepções vigentes e suas implicações na evolução histórica das instituições.

FAWTIER, ROBERT

Les Iles Britanniques.
Neste capítulo da *Histoire Universelle* (volume II) da Encyclopédie de la Pléiade, o autor estuda: a organização anglo-saxônica, a invasão normanda e suas conseqüências, as instituições da monarquia inglesa, a estrutura social inglesa (p. 1235 até 1255), a cultura (a língua e a literatura).

FAWTIER, ROBERT

Les Capétiens directs.
As fontes, a geografia, a demografia, as classes sociais, as populações urbanas, a gente da zona rural, o clero, a organização da realeza, interpretação da história dos capetíngios, eis alguns dos temas abordados nesta parte do capítulo "La France" da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade.

FÉVRIER, JAMES G.

Histoire de l'Ecriture. Nouvelle édition entièrement refondue. Paris, Payot, 1959.
Esta magnífica obra de Février (Diretor de estudos da Escola prática de estudos superiores) possui um bem documentado capítulo (Chapitre XIII, p. 504ss) sobre a escrita rúnica.

FICHELLE, ALFRED

Le Monde Slave.
O autor escreveu aqui um longo capítulo sobre os povos eslavos para o II volume da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade. Os acontecimentos são expostos desde as origens até o século XV. Ele aborda problemas interessantes relacionados com a lingüística, a etnia, a pátria primitiva, a cultura e a divisão dos povos eslavos. De acordo com a observação feita na parte reservada à bibliografia, o autor usou principalmente fontes redigidas em línguas eslavas.

FICHTENAU

L'Empire Carolingien (Traduction de A. Barbey et F. Vardou). Paris, Payot, 1958.
O autor, professor de História da Universidade de Viena, estuda alguns dos mais importantes aspectos do Império de Carlos Magno, sublinhando a atuação da forte personalidade do Imperador e a influência das idéias religiosas.

FLICHE-MARTIN

Histoire de l'Eglise (9) (Du premier Concile du Latran à l'avènement d'Innocent III, Bloud et Gay), 1948.
Este volume da excelente História da Igreja de Fliche-Martin possui três autores: Augustin Fliche, Raymonde Foreville e Jean Rousset. Chamamos a atenção do leitor para o capítulo primeiro que focaliza em cerca de quarenta páginas a figura e a obra de S. Bernardo.

FLICHE-MARTIN

Histoire de l'Eglise (8) (La Réforme Gregorienne et la Reconquête Chrétienne (1057-1123) par Augustin Fliche, Bloud et Gay), 1950.
Chamamos a atenção de modo especial para o estudo da luta entre o Sacerdócio e o Império (cap. IV), em que são focalizados Gregório VII e Henrique IV, e para o pontificado de Urbano II e início das Cruzadas (Capítulos VII, IX, X e XI).

FLICHE-MARTIN

Histoire de l'Eglise (7) (L'Eglise au pouvoir des laïques (888-1057) par Emile Amann et Auguste Dumas).
Este volume trata de uma época difícil da História da Igreja. Para o tema que abordamos interessam de modo especial os itens referentes à atuação dos

imperadores alemães. Assim, por exemplo, o longo capítulo intitulado: Papes Impériaux et papes romains (cap. II, p. 51-111). O cap. III interessa também de modo especial à História do Mundo Feudal: "La Féodalité Episcopale" (p. 220ss).

FLICHE-MARTIN

Histoire de l'Eglise (6) (L'Epoque carolingienne par Emile Amann, Bloud et Gay), 1947.

Amann, professor da Faculdade de Teologia Católica de Estrasburgo, apresenta-nos um minucioso relato de todos os aspectos da atuação da Igreja na época de Carlos Magno. Chamamos a atenção do leitor para os seguintes capítulos que interessam à História do Mundo Feudal: Cap. IX "La Décomposition de l'Empire d'Occident, Cap. XIV "La Fin de l'Empire Carolingien".

FOLZ, ROBERT

Le Monde Germanique.

O autor estuda a História da Alemanha Medieval a partir do início do século X até o início do século XVI. O autor não se atém somente aos fatos políticos. Em vários itens aborda os diferentes aspectos da civilização germânica: estrutura político-social, vida rural, servidão, etc. (*Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade, II v.).

FONSECA, FERNANDO VENÂNCIO PEIXOTO DA

A Língua Romena. Separata da Revista de Cultura CMA, Órgão dos colégios de Nun'Álvares Tomar.

Exposição clara sobre as origens históricas da língua romena. O autor enfatiza o caráter nitidamente latino do romeno sem deixar, contudo, de sublinhar as contribuições de outros povos com que os romenos, em virtude das circunstâncias históricas, conviveram durante muitos séculos. Assim é que, por exemplo, o autor lembra a influência do sistema fonético eslavo (p. 10) e do próprio vocabulário eslavo. Mas a base da língua romena, o seu fundo principal de palavras e a estrutura gramatical, é latina. Na circulação das palavras, anota o autor, a freqüência das palavras latinas é muito maior que a das de outras origens (p. 12).

FOUCHER, JEAN PIERRE

La Littérature Latine du Moyen Age. Que Sais-je? n. 1043. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

Foucher, professor de Filosofia, põe em evidência a importância da Literatura latina medieval que, "longe de ser uma arte decadente, se afirma por uma ininterrupta floração de obras em prosa e poemas como uma arte renovada senão uma arte renovadora..." (p. 7).

FOURQUIN, GUY

Histoire Economique de l'Occident Médiéval (Collection U). Armand Colin, 1969.

Uma visão geral de todos os aspectos da Economia Medieval através de três etapas: L'Economie des temps obscurs (du V[e] au X[e] siècles), L'Age de l'expansion (du XI[e] au XII[e] siècles) e L'Age des Mutations (XIV[e] e XV[e] siècles). Conclusion: Du Moyen Age à la Renaissance: continuité ou révolution économique?

O livro é enriquecido com numerosos documentos.

FUNCK-BRENTANO

Le Moyen Age (Ouvrage couronné par L'Académie française). Hachette.

O conhecido historiador Funck-Brentano narra-nos aqui em sua linguagem fácil e atraente a História da França Feudal. O último capítulo versa sobre

Luís XI, "un roi moderne". *Le Moyen Age* continua *Les Origines* já citada na *História dos Reinos Bárbaros.*

GACHOT, ÉDOUARD

La dispute du Rhin de l'antiquité à nos jours. Nouvelle édition complétée par le L. T. Colonel Joubert. Paris, Payot, 1952.

Uma interessante história da luta pelo domínio do Reno desde a época de César (a primeira parte do livro intitula-se "De César à Charlemagne" [p. 13ss]) até nossos dias (1945).

GANSHOF, F. L.

Que é Feudalismo? (tradução de Jorge Borges Machado). Coleção Saber. Publicação Europa-América, Lisboa.

"Nas páginas que se seguem só se tratará de feudalismo no sentido estrito, técnico, jurídico do termo. A estrutura da sociedade ou do estado só intervirá na nossa exposição na medida em que exerceu uma ação direta sobre a instituição feudo-vassálica ou sofreu ela própria a ação desta" (p. 14).

GÉNICOT, LÉOPOLD

Linhas de Rumo da Idade Média (tradução de Luís Álvares Ribeiro, 3ª edição). Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963.

Como o título indica, esta obra apresenta uma história interpretativa da Idade Média. Trata-se de estudo atualizado e muito bem documentado. Indispensável para os estudiosos da Civilização Medieval.

GILLIARD, CHARLES

Histoire de la Suisse (cinquième édition mise à jour par Jean-Jacques Bouquet). Que Sais-je? n. 140. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

O autor, professor honorário da Universidade de Lausanne, resume em 126 páginas a História da Suíça desde suas origens até o século XX.

GORKA, OLGIERD

O País de Glória e Sangue (Passado e presente da Polônia). Tradução de Carmen de Faro Lacerda. Rio de Janeiro, Editora Pan-Americana S. A.

O autor, professor da Universidade de Lwow, apresenta-nos um esboço da História Polonesa a partir do período dos Piast.

O livro possui uma breve introdução de Afrânio Peixoto com palavras de entusiasmo pelo papel heróico da Polônia através dos tempos.

GOTHIER, LOUIS E ALBERT TROUX

Le Moyen Age. Par Michel Mollat et René Van Santbergen. H. Dessain, 1961.

Temos aqui uma excelente coletânea de textos e documentos que se distribuem desde a época das invasões bárbaras até (inclusive) o século XV.

GRIMBERG, CARL

História Universal (6). Tradução de Jorge de Macedo. Publicações Europa-América.

A *História Universal* de Grimberg apresenta-nos de modo bastante agradável uma narração dos principais episódios da Humanidade. Os volumes que consultamos, entretanto, são deficientíssimos com relação à indicação das fontes utilizadas pelo autor. O volume 6 expõe os acontecimentos a partir das grandes invasões bárbaras até as Cruzadas.

GRIMBERG, CARL

História Universal (7). Tradução de Jorge de Macedo. Publicações Europa-América.
Este volume expõe os acontecimentos a partir da primeira cruzada até as guerras hussistas.

GRIMBERG, CARL

História Universal (8). Tradução de Jorge de Macedo. Publicações Europa-América.
A exposição contida neste volume 8 inicia-se com a Guerra dos Cem Anos e vai até o alvorecer dos tempos novos.

GROUSSET, RENÉ

Les Croisades. Paris, Presses Universitaires de France, 1948.
O grande historiador francês das Cruzadas escreveu este resumo para a coleção "Que Sais-je?" (n. 157).
Grousset dá ênfase na presente obra ao estudo dos estados criados pelos ocidentais no Oriente. Assim é que os principados da Síria e da Palestina, o Império Latino de Constantinopla, são focalizados de modo especial. Chamamos a atenção para o capítulo III: *Civilisation de la Syrie franque.*

GROUSSET, RENÉ

L'Epopée des Croisades. Collection Historia XIII, Le club du meilleur livre.
O conhecido historiador francês das Cruzadas oferece-nos numa síntese (265 páginas) das principais expedições guerreiras medievais ao Oriente e também dos acontecimentos mais característicos da atuação dos francos em seus principados orientais. A narrativa de Grousset desperta a atenção do leitor e não raro apresenta o sabor épico. Mas, convenhamos, o autor tem razão em dar ao resumo de sua obra maior o título de Epopéia, pois as Cruzadas contêm episódios dignos de serem cantados por um poeta de gênio.

GROUSSET, RENÉ

L'Empire des Steppes. Attila, Gengis-Khan, Tamerlan. Paris, Payot, 1952.
Esta obra de 650 páginas, profusamente documentada, proporciona-nos em linguagem agradável uma visão completa da História dos povos das estepes. Tem razão Jeannine Auboyer ao afirmar que o maior serviço prestado à nossa geração por Grousset consistiu em haver integrado a história asiática na história mundial. (Ver o necrológio de Grousset em *Revue Historique*, avril-juin 1953, p. 411s). Historiador de elevado gabarito, Grousset "le fut surtout en humaniste au sens moderne du mot, c'est-à-dire à l'échelle mondiale" (Auboyer).

GUICHONNET, PAUL

Histoire de l'Italie. Que Sais-je? n. 286. Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
Guichonnet, professor da Universidade de Genebra, dá-nos um resumo de 126 páginas sobre a história da Itália a partir do século VI de nossa era até nossos dias. O primeiro e segundo capítulos focalizam a Itália medieval: I. L'Italie du Haut Moyen Age (VI^e^ e IX^e^ siècles); II. L'Italie féodale des communes et des seigneuries (X^e^ e XIV^e^ siècles).

GUITRANCOURT, PIERRE ANDRIEU

Histoire de L'Empire Normand et de sa civilisation. Paris, Payot, 1952.
O autor estuda primeiramente a pátria dos Vikings, os primeiros escandinavos e as invasões normandas; passa, a seguir, ao estudo da contribuição normanda à Civilização Ocidental: os estados criados pelos normandos, a conversão ao cristianismo, a estrutura do estado normando, etc.

HALLER, JOHANNES

Historia de Alemania, t. II. De los Carolingios a los Staufer (Unión tipográfica editorial Hispano Americana, México).
Essa quarta edição da obra de Haller foi revista por Heinrich Dannenbauer e traduzida para o espanhol por Carlos Gerhard. A exposição histórica abrange a época mais antiga dos imperadores germânicos a partir dos carolíngios até inclusive o reinado de Frederico II.

HALLER, JOHANNES

Historia de Alemania, t. III. De los Staufer a los Habsburgo (Unión tipográfica editorial Hispano Americana, México).
Esta segunda edição da obra de Haller foi revista por Johannes Dannenbauer e traduzida para o espanhol por Carlos Gerhard.
O presente volume abrange toda a História da Alemanha desde o interregno até e inclusive o reinado de Maximiliano I.

HALPHEN, LOUIS

Atravers L'Histoire du Moyen Age. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.
Estão reunidos aqui diferentes estudos de Halphen sobre temas medievais. Chamamos a atenção para: 1) La cour d'Otton III à Rome (998-1001) às p.107ss; 2) La France des temps féodaux às p. 175ss.

HALPHEN, LOUIS

Initiation aux études d'Histoire du Moyen Age (troisième édition revue, augmentée et mise à jour par Y. Renouard). Presses Universitaires de France, 1952.
Obra que presta inestimável auxílio para quem deseja orientar-se em estudos sobre a Idade Média. Excelente guia para estudantes de nível superior.

HALPHEN, LOUIS

Les Barbares (Des grandes invasions aux conquêtes turques du XI siècle), cinquième édition revue et augmentée. Presses Universitaires de France, 1948. *Les Barbares* pertence à coleção Peuples et Civilisations.
Halphen, membro do Instituto, professor da Faculdade de Letras de Paris, historiador de nomeada, resume no presente volume acontecimentos que se desenrolam por cerca de sete séculos chegando até a conquista da Ásia anterior pelos turcos seldjúcidas. E' muita matéria para quatrocentas e poucas páginas. Trata-se, contudo, de obra que merece figurar em qualquer bibliografia sobre os primeiros séculos da Idade Média. Chamamos a atenção do leitor para a indispensável consulta às "additions et corrections" da p. 445.

HARTMANN, DR. L. M.

Italy under the Lombards.
No capítulo VII da *The Cambridge Medieval History* (II The Foundation of the Western Empire) o autor (Extraordinary Professor at the University of Vienna) estuda a História dos Lombardos desde as origens até a queda do seu reino na Itália.

HAYWARD, FERNAND

Histoire des Papes. Troisième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1953.
O autor traça uma breve biografia de todos os papas a partir de S. Pedro até Pio XII inclusive. O capítulo I versa sobre as origens do papado e S. Pedro.

HERCULANO, ALEXANDRE

História de Portugal (desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III). Oitava edição definitiva conforme com as edições da vida do autor, dirigida por David Lopes. Livrarias Ailland e Bertrand: Paris, Lisboa. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, S. Paulo, B. Horizonte.
A obra monumental de Herculano é fundamental para qualquer estudo da História de Portugal Medieval. "Retocada aqui e além, sobretudo em dados de pormenor, a *História de Portugal* de Herculano mantém os seus créditos de obra de robusta envergadura, capaz de desafiar muitos séculos" (Serrão, *Historiografia portuguesa*, p. 254s).
Ver um breve estudo sobre a obra de Herculano em Serrão às p. 247ss.

HOMO, LÉON

Rome Médiévale (476-1420). Histoire, Civilisation, Vestiges. Paris, Payot, 1934.
O conhecido historiador francês aborda aqui um assunto pouco estudado mas muito importante para compor o quadro histórico da Idade Média: a história da cidade de Roma em todos os seus aspectos (instituições políticas, artes, literatura, etc.) desde a queda do Império do Ocidente até o início do séc. XV.

HURÉ, JEAN

Histoire de la Sicile. Que Sais-je? n. 728. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
Excelente resumo da História da Sicília desde épocas remotas até a Idade Contemporânea. Na segunda parte é estudado o Reino Normando (capítulo III) e na terceira dois capítulos focalizam respectivamente a dinastia dos Hohenstaufen (cap. I) e os reis angevinos e aragoneses (cap. III).

IMBERT, JEAN; Gérard Sautel et Marguerite Boulet-Sautel (professores da Faculdade de Direito de Nancy)

Histoire des Institutions et des faits sociaux (I. Des origines au X[e] siècle). Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
Estamos aqui diante de uma História das Instituições através dos textos a qual proporciona ao leitor o contacto direto com os autores contemporâneos da época estudada. Há numerosos textos latinos medievais com a respectiva tradução francesa.

IMBERT, JEAN; Gérard Sautel et Marguerite Boulet-Sautel.

Histoire des Institutions et des faits sociaux (X[e]-XIX[e] siècle). Paris, Presses Universitaires de France, 1956.
Temos aqui material de primeira ordem para uma pesquisa sobre a evolução das instituições e dos fatos sociais. A obra dos professores da Faculdade de Direito da Universidade de Nancy reproduz centenas de textos originais referentes aos séculos em foco. Os documentos em latim estão acompanhados da tradução francesa.

KIRCH, CONRADUS

Enchiridion Fontium Historiae Ecclesiasticae Antiquae (Editio sexta). Barcelona, Editorial Herder, 1947.
Coletânea de textos latinos e gregos (estes últimos com a tradução latina) que constituem fontes para a História da Igreja na Antiguidade e nos primeiros séculos da Idade Média.

KOHNEN, O.F.M., MANSUETO

História da Literatura Germânica (I Volume). Salvador, Editora Mensageiro da Fé, 1960.

Esta obra monumental abrange vários volumes e atesta a vasta erudição do autor que foi catedrático de Língua e Literatura Alemã da Antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Catedrático de Literatura Germânica da PUC do Rio de Janeiro. O presente volume contém, entre outros, três capítulos respectivamente sobre a antiguidade germânica, a mitologia germânica, e a Evolução da língua germânica.

•

KOSCHAKER, PAUL

L'Europa e il Diritto Romano (Traduzione di Arnaldo Biscardi). Sansoni, Firenze.
O historiador não pode deixar de lado o aspecto jurídico de uma civilização sob pena de apresentar, da mesma, uma visão incompleta e deformada. A obra do romanista Koschaker fornece-nos preciosos subsídios para um estudo aprofundado da influência do Direito Romano na formação da Europa e, portanto, da Civilização Ocidental.

LADERO, MIGUEL A. QUESADA

Las Cruzadas. Bilbao, España, Ediciones Moretón, S.A.
Las Cruzadas faz parte de uma série intitulada "Panoramas de la Historia Universal".
O autor, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri, apresenta-nos aqui um estudo sobre as cruzadas em quatro capítulos: El mundo de las Cruzadas, La Cruzada, El Reino de Jerusalem y la organización de nuevas tierras, Reconstrucción y Ruína en Ultramar (1187-1291).

LAGARDE, ANDRÉ E LAURENT MICHARD

Moyen Age (Les Grands Auteurs français du programme). Les Editions Bordas, Paris.
Como o título indica, esta obra trata dos autores da Literatura Medieval Francesa. Trata-se de livro didático de nível superior e de fácil consulta. Recomendamos, na Introduction, o item "Histoire et Civilisation".

LAMB, HAROLD

Genghis-Khan. The New Home Library, The Blakiston Company, Philadelphia.
Uma interessante biografia de Genghis-Khan, "The emperor of all men". A partir da página 247 o autor enumera as fontes consultadas entre as quais figuram relatos de viajantes como Carpini, Rubruquis e Marco Polo.

LEGENDRE, MAURICE

Nouvelle Histoire D'Espagne. Hachette.
Uma História da Espanha exposta em linguagem acessível e agradável. A primeira parte versa sobre a colonização e a cristianização. A segunda abrange as invasões bárbaras e o século de ouro da História Espanhola. A terceira possui três capítulos que tratam respectivamente da revolução religiosa, política e social.

LÉONARD, ÉMILE G.

Histoire classique du Moyen Age Français depuis l'avènement des capétiens.
Temos aqui uma introdução ao estudo da História da França Medieval em que o autor aborda, entre outros temas, "História da Idade Média" nas escolas, a geografia histórica, etc. O autor tece também considerações de ordem geral sobre os capetíngios e Valois.
Este estudo de Léonard faz parte do capítulo "La France" da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade, II Volume.

LÉONARD, ÉMILE G.

L'Empire Franc d'Occident.
Trata-se de um capítulo do II volume da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade. O autor estuda o Império Franco a partir dos antepassados de Carlos Magno até os últimos carolíngios.

LÉONARD, ÉMILE G.

L'Italie Médiévale.
O autor escreveu o capítulo sobre a Itália Medieval (começa com o período pós-carolíngio) para o II volume da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade (De L'Islam à la Réforme). Além dos acontecimentos políticos propriamente ditos, o autor focaliza as instituições e os aspectos culturais. A exposição peca às vezes pela falta de clareza e é falha no que diz respeito ao papel da Igreja na Idade Média Italiana.

LÉONARD, ÉMILE G.

Les Premiers Valois.
Neste capítulo da *Histoire Universelle* da Encyclopédie de la Pléiade, o autor além de expor os acontecimentos dos reinados dos primeiros Valois (em que encontramos judiciosas análises sobre a personalidade dos soberanos), focaliza a Historiografia contemporânea dos primeiros Valois, a expansão geográfica e cultural, a evolução social, a influência da mulher (Une époque féministe et féminine), a teoria da monarquia, etc.

LÉONARD, ÉMILE G.

Les Croisades et le Royaume Franc de Jérusalem.
Neste capítulo da *Histoire Universelle* (II volume) da Encyclopédie de la Pléiade, o autor aborda, entre outros, os seguintes temas relacionados com as Cruzadas: Fé popular e escatologia (aqui Léonard menciona o estudo de Alphandéry cuja obra já analisamos nesta resenha bibliográfica), a pregação da cruzada, o reino de Jerusalém e suas instituições, etc. O último item refere-se à "liquidação da idéia de cruzada".

LLORCA, S.J., BERNARDINO

Historia de la Iglesia Católica, III. Edad Nueva. Madrid, Biblioteca de autores cristianos, MCMLX.
Bernardino LLorca, S.J., professor de História Eclesiástica na Pontifícia Universidade de Salamanca, e Ricardo Garcia Villoslada, S.J., professor de História Eclesiástica na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, redigiram este terceiro volume da História da Igreja. Depois de duas breves introduções respectivamente sobre a bibliografia e a "Idade Nova", a matéria é exposta em duas partes: I. Da morte de Bonifácio VIII até a rebelião de Lutero (1303-1517); II. De Lutero até a paz de Westfália (1517-1648).
Chamamos a atenção para o importantíssimo apêndice de cerca de cinqüenta páginas dedicado à figura do papa Bonifácio VIII.

LIMA COUTINHO, ISMAEL DE

Gramática Histórica. 5ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
Na *Gramática Histórica* do eminente saudoso filólogo patrício Prof. Ismael de Lima Coutinho o leitor encontrará uma excelente síntese sobre as noções de Latim Vulgar e Latim Clássico bem como sobre a formação das Línguas Românicas.

LINS, IVAN

A Idade Média, A Cavalaria e as Cruzadas. 3ª edição, Livraria S. José, 1958.
O autor, membro da Academia Brasileira de Letras, aborda em linguagem primorosa e de modo cativante vários aspectos da Civilização Medieval. Em matéria de interpretação histórica filia-se à orientação de Comte.
Muitas afirmações do autor são passíveis de discussão.

LOMBARD, MAURICE

Evolução urbana durante a Alta Idade Média. *Revista de História,* n. 23, julho-setembro de 1955, p. 47ss.
"A causa profunda da decadência urbana do Ocidente romano de um lado e o impulso urbano do Oriente romano do outro, deve ser procurada alhures, na desigual repartição dos estoques de ouro entre o Oriente e o Ocidente" (cf. p. 53).

LONGNON, JEAN

L'Empire Latin de Constantinople et la principauté de Morée. Paris, Payot, 1949.
Obra fundamental para um estudo da atuação dos Ocidentais no Oriente após a tomada de Constantinopla pelos Cruzados em 1204.
Na primeira parte o autor estuda a conquista de Constantinopla. A segunda parte é dedicada aos primeiros tempos do Império Latino de Constantinopla. Na terceira estuda-se o declínio do Império e o apogeu do principado da Moréia. Na quarta parte é focalizado o principado sob o protetorado angevino. A quinta e última parte trata dos últimos tempos do principado. A obra toda apresenta-se muito bem documentada com referências ao pé da página.

LOPEZ, ROBERT

Nascimento da Europa. Tradução de A. H. de Oliveira Marques. Edições Cosmos, 1965, Lisboa, Rio de Janeiro.
Temos aqui o 6º volume da coleção *Rumos do Mundo* publicada sob a direção de Lucien Lebvre e Fernand Braudel. A tradução portuguesa está sob a direção de Vitorino Magalhães Godinho.
Roberto Lopez, genovês que vive e leciona nos Estados Unidos (Professor da Universidade de Yale), explica no prefácio a orientação que seguiu na redação desse volume: "Por último, tenho de reconhecer que sacrifiquei o estudo das personagens e das batalhas, converti evoluções complexas em relações simples de causa e efeito ou em esquemas, e passei em silêncio as teorias por vezes tão divergentes, dos que me precederam, sempre com o objetivo de descortinar o que se me afigura o fio condutor desta vasta história coletiva" (p. 13).
O livro 3 versa sobre "O apogeu da Europa Medieval no século XIII". Além de farta ilustração, a obra apresenta quadros cronológicos, bibliografia especializada e atualizada, índices e um ótimo glossário.

LOT, FERDINAND

Les Invasions Barbares (I v.). Paris, Payot, 1942.
Neste primeiro volume Ferdinand Lot (autor de *Les Invasions Germaniques* já citado em nossa *História dos Reinos Bárbaros*) expõe as novas invasões do continente europeu focalizando os árabes, os escandinavos e os eslavos do sul e do centro.

LOT, FERDINAND

Les Invasions Barbares (II v.). Paris, Payot, 1937.
Neste segundo volume Lot focaliza os eslavos do Leste, os fino-ugrianos, os turcos e os mongóis. A sexta parte do livro estuda a decomposição dos impérios austro-húngaro, russo e otomano.

MATOSO, ANTÔNIO G.

História de Portugal (2 volumes). Lisboa, Livraria Sá da Costa, Editora.
Uma exposição clara, precisa e com abundantes referências às fontes utilizadas. A obra está enriquecida com inúmeras ilustrações.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA

Guia do estudante de História Medieval Portuguesa. Lisboa, Edições Cosmos.
Como o autor anota no Prefácio, este guia inspirou-se na conhecida *Initiation aux Etudes d'Histoire du Moyen Age* de Halphen. Em Portugal, o trabalho de Oliveira Marques preencheu uma lacuna. "Carecia o nosso estudante — e a palavra vai aqui empregada na sua mais lata acepção — de um manual pequeno e acessível, que lhe desse notícia das principais fontes e estudos publicados..."

MAUROIS, ANDRÉ

História da Inglaterra. Tradução de Carlos Domingues (quarta edição brasileira). Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, editores.
Essa conhecida obra de Maurois, cuja leitura deleita e instrui, encontra-se dividida em sete livros. No primeiro (As origens) o autor estuda a primitiva História da Inglaterra até a conquista Normanda. O segundo livro é dedicado aos "reis franceses". No terceiro estuda-se a "grandeza e decadência do Feudalismo (1272-1485).

MAUROIS, ANDRÉ

La conquête de l'Angleterre par les Normands. Editions Albin Michel.
Esta obra pertence à coleção "Le mémorial des siècles" de Gérard Walter que escreve uma introdução sobre a Inglaterra pré-normanda (p. 11-39). Uma visão de conjunto da conquista normanda é descrita por Maurois.
O grande valor do livro reside na reprodução de fontes francesas e inglesas e num estudo ilustrado da famosa "Tapeçaria de Bayeux".

MEILLET, A. ET MARCEL COHEN

Les Langues du Monde. Nouvelles Editions. Centre National de Recherche Scientifique, 1952.
Obra que presta inestimáveis serviços ao historiador que não se contenta apenas com o relato de acontecimentos políticos. *Les langues du Monde* conta com numerosos colaboradores. A parte referente às línguas indo-européias ficou a cargo de J. Vendryes e de E. Benveniste.

MINGUIJÓN, SALVADOR

Historia del Derecho Español. Barcelona, B. Aires, Editorial Labor.
O autor, catedrático da Universidade de Saragosa, expõe nesse primeiro volume, de modo claro e sucinto, a evolução do Direito na Península Ibérica desde as origens (Edad Antiga) até e inclusive a época do domínio muçulmano (El Islamismo y la dominación muçulmana). O último capítulo é dedicado ao status jurídico dos judeus na Espanha medieval.

MORRISSON, CÉCILE

Les Croisades. Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
Na introdução a autora (encarregada de pesquisa no C.N.R.S.) menciona entre outras a obra de Grousset qualificando-a de "fort influencée par les références à la présence française en Syrie". Quanto à história das cruzadas de Runciman, é considerada "plus objective et moins européenne". Chamamos a atenção do leitor para os capítulos I (Les origines de la croisade), IV (Les structures de la croisade) e V (La croisade dans le monde médiéval). O presente livro substitui na coleção *Que Sais-je?* a obra de Grousset, pois traz o mesmo número desta (157).

MUSSET, LUCIEN

Les Peuples Scandinaves au Moyen Age. Paris, Presses Universitaires de France, 1951.
Como o título indica, Musset apresenta-nos nesta obra uma síntese (342 páginas) da História dos povos escandinavos durante a Idade Média.
Após algumas palavras iniciais em que o autor lembra a importância que Halphen atribuía à elaboração de uma História Medieval da Escandinávia, e depois de algumas observações sobre as línguas escandinavas (grafia e pronúncia), inicia-se a obra com um estudo da Escandinávia primitiva (aspectos geográficos, lingüísticos, antológicos, etc.). A época dos Vikings merece um capítulo especial. Além dos acontecimentos políticos dos estados escandinavos, o autor expõe com minúcias os diferentes aspectos de sua civilização: organização política, estrutura social, evolução religiosa e intelectual, etc.

MUSSET, LUCIEN

Le Monde Scandinave.
No capítulo intitulado "La Vague Nordique" da *Histoire Universelle* (volume II) da Encyclopédie de la Pléiade, Musset resume a história dos povos escandinavos desde suas origens até os estados escandinavos do século XVI. A parte interessante é a que focaliza a expansão escandinava e a evolução da civilização dos povos escandinavos desde o século II ao século XI.

MUSSET, LUCIEN

Les Invasions: Les vagues germaniques, Nouvelle Clio. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
O autor é encarregado do ensino na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Caen. Temos aqui um atualizante estudo sobre as invasões germânicas. O leitor encontrará nessa obra observações referentes ao cuidado com que devem ser encarados os problemas concernentes às invasões: "On a discuté durant des dizaines d'années de la progression des Francs Ripuaires avant de découvrir... qu'il n'y avait pas de Ripuaires à l'époque des invasions". Além da bibliografia minuciosa e atualizada, a obra de Musset apresenta um estudo indispensável para um conhecimento aprofundado das Invasões germânicas: Livre III, *Problèmes en suspens et directions de recherche.*

MUSSET, LUCIEN

Les Invasions: Le second assaut contre l'Europe Chrétienne (VIIe-XIe siècles). Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
Obra fundamental para um estudo aprofundado sobre as novas invasões. No primeiro livro o autor estuda "Instruments de Recherche et Documentation" (p. 6ss). O livro II é dedicado ao que conhecemos sobre húngaros, eslavos e escandinavos, etc. O livro III aborda os problemas em suspenso e a orientação da pesquisa.

PACAUT, M.

Les Structures Politiques de l'Occident Médiéval. Librairie Armand Colin.
Esta obra de Pacaut, professor na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Lião, complementa o estudo de Devailly da mesma coleção. O autor faz-nos uma exposição clara e minuciosa da estrutura política dos Estados Medievais, focalizando os aspectos doutrinários e a interpenetração de fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos.
A obra está enriquecida com a reprodução de cinqüenta documentos.

PALOMEQUE TORRES, ANTÔNIO

Historia General de la Cultura. Barcelona, Bosch, Casa Editorial.
O autor, catedrático de História da Cultura na Universidade de Barcelona, faz aqui um longo estudo da cultura (manifestación de la actividad del hombre por mejorar) através dos milênios, desde os tempos pré-históricos.
A obra contém cerca de 1150 páginas. O excelente índice onomástico facilita a consulta.

PASCAL, PIERRE

Histoire de la Russie des origines à 1917. Sixième édition. Coleção Que Sais-je? (n. 248). Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
O autor, professor honorário da Sorbonne, expõe-nos em 136 páginas um resumo da História Russa desde a Rússia Kieviana (cap. I) até a Revolução. Para a História do Mundo Feudal apresentam interesse os dois primeiros capítulos (Rússia Kieviana e "Período de Dispersão").

PAUPHILET, ALBERT E EDMOND POGNON

Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age. Bibliothèque de la Pléiade.
Eis o conteúdo dessa notável obra que oferece ao estudioso da Idade Média longos textos originais: Prefácio de Pauphilet; nota sobre a nova edição, de Pognon; nota sobre o francês do século XIII.
Robert de Clari: *La Conquête de Constantinople.*
Villehardouin: *La Conquête de Constantinople.*
Joinville: *Histoire de Saint Louis.*
Froissart: *Les Chroniques.*
Commynes: *Mémoires.*
Notícia bibliográfica. Índice alfabético e glossário.

PERNOUD, RÉGINE

Les Origines de la Bourgeoisie (Coleção Que Sais-je? n. 269). Paris, Presses Universitaires de France, 1964.
Estamos aqui diante de uma obra que, apesar de resumida (128 páginas), contém matéria fundamental para o estudo da estrutura da sociedade medieval: a formação da burguesia. Esta formação passa a ser estudada após um breve mas substancioso capítulo sobre a sociedade feudal (p. 5-12).

PERNOUD, RÉGINE

La Formation de la France. Troisième édition revue et mise à jour (Coleção Que Sais-je? n. 153). Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
A autora parte do tratado de Verdun (843) e estuda a evolução formativa da França através dos séculos. A atuação da dinastia capetíngia merece um capítulo especial (p. 22). Numerosos mapas contribuem para uma melhor compreensão da formação territorial da França.

PERICOT, LUÍS GARCIA

Historia de España, Tomo II. La alta Edad Media (Siglos V al XIII), Segunda Edición. Barcelona, Instituto Gallach de Librería y Ediciones.
O Diretor científico da presente obra é o Dr. Luís Pericot Garcia. Os autores deste tomo II são: Julián Ma. Rubio, D. Pablo Álvarez Rubiano, D. José Ma. Barcells, D. Ángel Gonzáliz Palencia, D. Cláudio Galindo e D. Jaime Vicens Vives.
Estamos em face de uma soberba História da Espanha enriquecida com abundantes e magníficas ilustrações, mapas, tábuas genealógicas, índices, etc. Ao lado dos fatos políticos, os autores fizeram um minucioso estudo de todos os aspectos da civilização no período focalizado. Merecem especial menção as

informações sobre a Cultura muçulmana na Península Ibérica. Chamamos a atenção para a referência das fontes historiográficas e bibliográficas.

PERICOT, LUÍS GARCIA

Historia de España, Tomo III. La Baja Edad Media y la Unidad Nacional.
Os autores deste tomo III são: D. Julián Ma. Rubio, D. Luís Veloa Cisneros, D. Emílio Campos Cazorla e D. Jaime Vicens Vives.
Note-se que da página 1 a página 10 estão focalizadas as fontes historiográficas e bibliográficas.
Ver observações sobre o tomo II.

PERROY, EDOUARD

História Geral das Civilizações. A Idade Média (1). Preeminência das Civilizações Orientais, 3ª edição revista e corrigida. Tradução de Pedro Moacyr Campos. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
O conteúdo do Capítulo V (o esmaecer da Europa) apresenta íntima relação com temas abordados em nossa *História do Mundo Feudal:* desmembramento do Império Carolíngio, Sarracenos, Normandos e Húngaros, conseqüências das novas invasões, etc.

PÉREZ, C. BUSTAMANTE

Compendio de História de España. Madrid, Sexta Edición corregida y aumentada, 1957.
Em mais de quinhentas páginas o autor, pertencente à "Real Academia de la Historia", apresenta-nos uma síntese da História da Espanha desde a Pré-história até a atualidade. Com relação ao período focalizado em nosso volume chamamos a atenção para os capítulos respectivamente sobre as instituições e a cultura da Espanha Medieval. O livro está enriquecido com preciosas tábuas cronológicas e genealógicas e com uma minuciosa bibliografia para cada tema abordado.

PETERS, ARNO UND ANNELIESE

Synchronoptische Weltgeschichte. Universum Verlag, Frankfurt am Main.
Esta obra apresenta minuciosos quadros sinóticos da evolução da Humanidade desde a Pré-História até a época contemporânea. O emprego de cores facilita uma consulta rápida para estabelecer-se o sincronismo entre os acontecimentos políticos e os demais aspectos da atuação do homem através da História.

PETIT-DUTAILLIS, CH.

La Monarchie Féodale en France et en Angleterre (Xe-XIIIe siècle). Paris, Editions Albin Michel, 1950.
Esta obra de Petit-Dutaillis, membro do Instituto, faz parte da excelente coleção "L'Evolution de l'Humanité" e constitui uma contribuição fundamental para quem quiser estudar o desenvolvimento da monarquia feudal na França e na Inglaterra do século X ao XIII. O autor não estuda só os acontecimentos políticos propriamente ditos: aprofunda os aspectos institucionais tanto ingleses como franceses.

PIKE, E. ROYSTON

Dictionnaire des Religions. Adaptation française de Serge Hutin. Paris, Presses Universitaires de France, 1954.
Esta obra (330 páginas) facilita uma rápida consulta sobre divindades e crenças religiosas de todas as épocas.

PIMENTA, ALFREDO

Elementos de História de Portugal. 2ª edição cuidadosamente corrigida. Lisboa, Empresa Nacional de publicidade, 1935.
Eis um livro didático elaborado de acordo com um determinado programa que, além da clareza e método exigidos por uma obra de tal natureza, possui uma notável abundância de documentação. Estamos aqui diante de um trabalho criterioso que merece ser recomendado aos que se iniciam na fascinante História lusitana.

PIRENNE, JACQUES

Les Grands Courants de l'Histoire Universelle II. A la Baconnière, Neuchâtel. Bruxelles, Office de Publicité, 1947.
Este volume da monumental obra de Jacques Pirenne estuda em cerca de 650 páginas os acontecimentos históricos desde a expansão muçulmana até aos tratados de Westfália. À História do Mundo Feudal interessam especialmente os seguintes capítulos: Cap. II, L'Empire Carolingien (especialmente item 2: morcellement de l'empire); Cap. III, Le Saint-Empire romain seigneurial et Théocratique; Cap. VII, La Décadence du Saint-Empire et le renoveau de l'occident; Cap. VIII, Le Centre de gravité de l'Europe se déplace vers la mer; Cap. IX, L'Hégémonie passe aux royaumes occidentaux; Cap. X, Le Saint-Empire germanique se déchire sous la double attraction du continent et de la mer; Cap. XVI, Le triomphe de la politique monarchique en Occident; Cap. XVIII, La période des grandes crises et la guerre de cent ans.

PITTARD, EUGÈNE

Les Races et l'Histoire. Editions Albin Michel, 1953.
Esta obra (que integra a famosa coleção L'Evolution de l'Humanité dirigida por Henri Berr) presta bons serviços aos estudiosos da História. Merecia uma atualização.

PREVITÉ-ORTON, C. W.

Historia del Mundo en la Edad Media. Barcelona, Editorial Ramón Sopena, S.A. Tradução do inglês (The Shorter Cambridge medieval History) por Manuel Riu e Rafael Ballester Escala.
Temos aqui em três volumes uma versão resumida da *Cambridge Medieval History*. O Prof. Previté-Orton, que foi incumbido do resumo, faleceu deixando os manuscritos prontos. O trabalho de síntese foi feito com a preocupação de uma atualização, levando-se em consideração os progressos da investigação histórica desde a época em que foram impressos os primeiros volumes da *Cambridge Medieval History*. Compreendem-se assim as modificações e correções feitas. Os manuscritos de Previté-Orton foram por sua vez revisados por Filipe Grierson.
Mapas, ilustrações, índices e tábuas genealógicas enriquecem os três volumes cujo conteúdo está assim distribuído:
Tomo I: Do Baixo Império Romano até a dissolução do Império Carolíngio.
Tomo II: Da dissolução do Império Carolíngio até os finais do século XIII.
Tomo III: Desde o final do século XIII até a transição para a Idade Moderna.

POOLE, AUGUSTIN LANE

Germany: Henry and Otto the Great. Capítulo VIII da *The Cambridge Medieval History*, volume III, p. 179ss. Ver às p. 604ss uma minuciosa exposição das fontes utilizadas.

PORTAL, ROGER

Os Eslavos, Povos e Nações (tradução de Natália Nunes). Edições Cosmos. Lisboa, Rio de Janeiro, 1968.

O autor, professor da Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) e Diretor de Estudos na Escola Prática de Estudos Superiores (Paris) apresenta-nos uma síntese da história dos povos eslavos desde suas origens até a época contemporânea. A obra está enriquecida com uma boa informação bibliográfica (referente principalmente a trabalhos em língua francesa), com um pequeno mas bastante prático léxico (p. 477) e com excelentes índices e quadros cronológicos.
A obra de Portal pertence à coleção "Rumos do Mundo" fundada por Lucien Lebvre (1878-1956) e, depois de sua morte, planejada e dirigida por Fernand Brandel.

POUNDS, N. J. G.

Géographie historique de l'Europe de l'Antiquité à nos jours avec cent soixante-trois cartes et croquis (Traduction de George Deniker). Paris, Payot, 1950.
Pounds, do departamento de geografia da Universidade de Cambridge, escreveu esta obra com a finalidade de acentuar a influência dos fatores especificamente geográficos sobre o desenvolvimento dos acontecimentos históricos. Obra básica para uma perfeita compreensão das correntes históricas. Só a geografia é capaz de fornecer o cenário para o drama da História.

QUESADA, MIGUEL A. LADERO
Las Cruzadas (ver Ladero).

ROMAG, O.F.M., FREI DAGOBERTO

Compêndio da História da Igreja (II volume), A Idade Média. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1940.
O autor divide a Idade Média da História Eclesiástica em três épocas distintas: *Primitiva* (da migração dos povos até Gregório VII); *Alta Idade Média* (de Gregório VII até Bonifácio VIII); e *Baixa Idade Média* (Bonifácio VIII até 1517). Exposição clara, minuciosa e segura da História da Igreja Medieval.

RENOUARD, IVES

Histoire de Florence (Que Sais-je? n. 1116). Deuxième édition mise à jour. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
Renouard (professor da Sorbonne, † em 1965) traça-nos aqui a história de Florença desde suas origens romanas até (Capítulo X) que se tornou "Capital intelectual e artística da Itália unificada".

RENOUARD, IVES

Les Villes d'Italie de la fin du Xᵉ siècle au debut du XIVᵉ siècle (Nouvelle édition par Ph. Braunstein). Paris, Société d'édition d'enseignement supérieur, 1969.
Pouco antes de falecer (1965) Renouard deu um curso na Sorbonne sobre as cidades italianas na Idade Média. Braunstein, antigo discípulo de Renouard, preparou o trabalho do mestre para a publicação. Entre as cidades, objeto de estudo em dois volumes num total de 566 páginas, destacam-se: Nápoles, Amalfi, Veneza, Pisa, Gênova, Florença e Milão.

ROPS, DANIEL

L'Eglise de la Cathédrale et de la Croisade. Librairie Arthème Fayard.
Neste terceiro volume da *História da Igreja* de Daniel Rops o leitor encontrará expostos numa linguagem atraente os grandes acontecimentos do Mundo Feudal em que a Igreja teve um papel decisivo. Estamos aqui em face de uma História da época das catedrais e das cruzadas narrada e interpretada sob o ponto de vista da Igreja.

ROUSSET, PAUL

Histoire des Croisades. Paris, Payot, 1957.
Rousset, livre docente da Universidade de Genebra, apresenta-nos aqui uma interessante história das Cruzadas enriquecida de inúmeras e substanciosas observações pessoais. No Avant-propos (p. 7) lemos: "Nous n'avons pas eu la prétention de refaire ce qui a été déjà fait par plusieurs générations d'historiens allemands et français principalement. Nous nous sommes proposé d'écrire à notre tour une histoire des croisades en tenant compte le mieux possible les travaux antérieurs et de l'actuelle orientation des recherches historiques".
Recomendamos de modo especial o primeiro capítulo "Origines des Croisades".

RUNCIMAN, STEVE

Historia de las Cruzadas (traducción del inglés por Germán Bleiberg). Madrid, Revista de Occidente.
O historiador inglês Runciman oferece-nos em três volumes uma minuciosa história das Cruzadas em que soube unir harmonicamente o espírito crítico e a exposição agradável do tema. O primeiro volume estuda a Primeira Cruzada e a Fundação do Reino de Jerusalém. O segundo volume trata do Reino de Jerusalém e do Oriente Franco entre os anos 1100-1187. O terceiro volume versa sobre o Reino de Acre e as últimas cruzadas.
Vale sublinhar como um dos traços característicos da presente obra a preocupação que o autor demonstra em focalizar, muitas vezes, as famosas expedições medievais ao Oriente sob o ponto de vista da política bizantina. A posição dos basileus em face das cruzadas é posta em relevo procurando o autor, não raro, justificar certas atitudes dos imperadores bizantinos.
O prefácio escrito pelo próprio autor merece uma cuidadosa leitura pelas oportunas observações a propósito de sua obra e da maneira, em geral, de escrever história. Eis um substancioso exemplo: "Yo creo que el deber supremo del historiador es el de escribir historia, es decir, intentar registrar en una extensa sucesión los hechos y movimientos más importantes que han dominado, con su vaivén, los destinos del hombre. El escritor que sea lo suficientemente temerario para acometer tal intento no debería ser tachado de ambicioso, aunque merezcan censura la insuficiencia de sus materiales y la inanidad de sus resultados".
Mapas, ilustrações, árvores genealógicas, índices alfabéticos, enriquecem a *História das Cruzadas* de Runciman e tornam seu manuseio mais útil e agradável.

SCHNÜRER, GUSTAVE

L'Eglise et la Civilisation au Moyen Age (Traduction de G. Castella et de Mme. M. Th. Burgard). Paris, Payot, 1933.
L'Eglise et la Civilisation abrange três volumes. Riqueza de fatos, segurança de documentação, imparcialidade serena no julgamento, eis alguns dos traços característicos dessa obra de consulta obrigatória para qualquer estudo interpretativo da Civilização medieval.

SCZANIECKI, MICHEL

La monarchie franque et les bassins de la Vistule et de l'Oder.
Este trabalho é indispensável para uma melhor compreensão das relações entre germanos e eslavos durante a Idade Média. O autor é professor adjunto da Universidade de Poznan.
Publicado em uma coletânea de estudos sob o título geral de *Les Fleuves et l'évolution des peuples*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO

Historiografia portuguesa. Editorial Verbo.
Temos aqui uma breve história da historiografia portuguesa desde os primórdios dessa historiografia até os alvores do século XX.

SEIGNOBOS, CHARLES

História comparada dos Povos da Europa. Tradução de Vivaldo Coaracy, 2ª edição. Livraria José Olímpio Editora, 1945.
Seignobos, famoso historiador francês, professor de História da Sorbonne, apresenta-nos aqui uma síntese da formação da Civilização européia em suas diferentes fases desde épocas remotas até a Grande Guerra e suas conseqüências (cap. XX).

SEIGNOBOS, CHARLES

Histoire Sincère de la Nation Française (2 volumes). Americ. Edit.
Na introdução dessa obra em dois volumes, Seignobos indica com precisão o conteúdo dessa História sincera cujo título, diz o autor, "marque le sentiment qui m'a inspiré: J'ai voulu seulement expliquer par quelle série de transformations s'est consituée la nation française. J'ai donc essayé de montrer en quel temps, en quel lieu, et par quel motif se sont créés les usages, les institutions, les conditions de vie, qui m'ont paru former le fondement de la vie française".

SORANZO, GIOVANNI

Avviamento agli Studi Storici. Milano, Marzorati.
Nessa excelente introdução aos estudos históricos chamamos a atenção do leitor da História do Mundo Feudal especialmente para a orientação historiográfica contida na Parte Seconda (p. 205ss). Sobre as fontes para o estudo da história italiana consultar os "appendici" a partir da p. 259.

SPLAWINSKI, TADEUSZ LEHR

Les bassins de l'Oder et de la Vistule, le noyau de l'habitat primif des Slaves.
O autor é Professor e antigo Reitor da Universidade de Cracóvia. Esse estudo sobre o habitat primitivo dos eslavos faz parte de uma coletânea de trabalhos publicados pelas Presses Universitaires de France, Paris, 1950, sob o título geral *Les Fleuves et l'évolution des peuples* (Centre International de Synthèse — Institut International d'archéocivilisation).

SPULER, B.

Les Mongols dans l'Histoire. Paris, Payot, 1961.
O autor, professor da Universidade de Hamburgo, começa sua exposição a partir do momento em que os mongóis entram no grande cenário da História. O primeiro capítulo é, pois, L'Empire des grands Khans. Chamamos a atenção do leitor especialmente para dois capítulos: VI, La Horde d'Or (p. 81); VII, L'Egypte (p. 95).

SUÁREZ, LUÍS... FERNÁNDEZ

Historia Social y Económica de la Edad Media Europea. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1969.
Estamos aqui diante de um minucioso estudo da Economia Medieval o qual se inicia com a "herencia romana" e atinge o século XV. Os dois últimos capítulos focalizam a economia em Aragão e Castela.

TENBROCK, ROBERT HERMANN

Historia de Alemania. Traducido del Alemán por Francisco Eguiagaray Bohigas, Primera Edición, 1968. Max Hueber, München; Ferdinand Schöningh, Paderborn.
História da Alemanha desde os *Fundamentos* (Cap. I, Germania bajo la sombra del Imperio Romano) até a Alemanha do após-guerra. O livro é fartamente ilustrado com belíssimas fotografias.

TERSEN

Histoire de l'Hongrie. Paris, Presses Universitaires de France.
Esta obra de número 678 da coleção "Que Sais-je?" contém um resumo da História da Hungria.

THIRIET, FREDDY

Histoire de Venise. Paris, Presses Universitaires de France, 1952.
Thiriet (membro da Escola francesa de Roma) apresenta-nos um resumo da História de Veneza desde suas origens até o século XVIII (La fin de l'indépendance vénitienne). O autor não se limita a mera exposição de acontecimentos. Estuda as instituições e demais aspectos da civilização da rainha do Adriático (assim, v.g. no capítulo IV: La civilisation vénitienne au XVe siècle). O livro faz parte da coleção Que Sais-je? (n. 522).

TOMPKINS, STUART RAMSAY

A Rússia através dos tempos desde os citas até os soviets. Rio, Cia. Editora Leitura, 1945. Tradução do inglês (Roussia through the Ages, por Nair Duarte Nunes).
O autor, professor da Universidade de Oklahoma, escreve no prefácio: "O autor não sustenta nenhuma teoria histórica especial e procura caminhar cautelosamente por entre fogos partidários que continuam impetuosos. Onde discordam testemunhas e onde a verdade se corrompeu, é difícil subtrair-se a tendências".
À História do Mundo Feudal interessam os sete primeiros capítulos que vão desde "Preliminares da História Russa" até a Ascensão de Moscou (p. 15-73).

TOSTO, ROSÁRIO

História da Literatura Italiana, volume I. Desde as origens até o fim do século XV. Tradução e prefácio de Luís Castagnola. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1962.
O tradutor escreve a propósito do manual de Rosário Tosto: "Recomenda-se por excelentes qualidades didáticas, literárias e científicas, unindo, a meu ver, as vantagens do método histórico às exigências mais modernas do método estético". Chamamos a atenção do leitor para o cap. I, "A Idade Média" e para o parágrafo 8 do cap. VII, "Os cronistas".

VASILIEV, A. A.

Historia del Imperio Bizantino (traducción de la edición francesa por expresa indicación del autor por Juan G. de Luaces. Revisada e anotada por Juan Ramón Masoliver).
Essa notável e conhecida História de Vasiliev divide-se em dois volumes: o primeiro estuda o Império Bizantino a partir de Constantino até as Cruzadas. O segundo vai até a queda de Constantinopla. O autor divide a História em épocas que coincidem com o reinado de uma ou mais dinastias.

VILAR, PIERRE

Histoire de l'Espagne. Huitième édition mise à jour (Coleção Que Sais-je? n. 275). Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
Vilar, Professor da Sorbonne, apresenta-nos em 128 páginas uma síntese da História da Espanha. O primeiro capítulo estuda o "quadro natural e a origem dos homens". O segundo capítulo interessa à História do Mundo Feudal: focaliza a Espanha Medieval.

VILLEHARDOUIN

La conquête... (ver Pauphilet).

VILLOSLADA, S.J., RICARDO GARCIA

Historia de la Iglesia Católica. Tomo II, Edad Media (800-1303). Madri, Biblioteca de autores Cristianos, 1953.
A presente obra faz parte de uma História da Igreja redigida por vários autores entre os quais Bernardino Llorca, S.J.
Depois de uma introdução sobre bibliografia e de outra sobre a Idade Média, segue-se a exposição dos acontecimentos dividida em duas partes: I. De Carlos Magno a Gregório VII; II. De Gregório VII a Bonifácio VIII.
O autor estuda, às vezes com minúcias, as instituições eclesiásticas, a vida cristã, a liturgia, a arte, etc. Villoslada era professor de História Eclesiástica na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

WARTBURG, WALTHER VON

Les origines des Peuples Romans (traduit de l'allemand par Claude Cuénot de Maupassant). Paris, Presses Universitaires de France, 1941.
Uma visão de conjunto das invasões germânicas e a conseqüente origem dos povos românicos. O autor acentua o aspecto lingüístico das conseqüências das invasões.
A obra está enriquecida por vários mapas de interesse lingüístico.

WEISS, JUAN BTA.

História Universal, volumen IV. Versión de la quinta edición alemana, bajo la dirección del R. P. Ramón Ruiz Amado, S.J. Barcelona, Tipografia la Educación.
A monumental *História Universal* de Weiss, escrita embora no século passado, desperta, ainda hoje, nossa atenção e admiração pela riqueza de informações que contém. E' uma fonte preciosa para consultas, mas deve ser usada com cuidado exatamente por tratar-se de obra em alguns pontos desatualizada.
O volume IV aborda os seguintes temas: germanos, absolutismo imperial, Reinos Bárbaros, Islã, Império do Ocidente, Eslavos, Normandos.

WEISS, JUAN BTA.

História Universal, volumen V. Versión de la quinta edición alemana, bajo la dirección del R. P. Ramón Ruiz Amado, S.J. Barcelona, Tipografia la Educación.
Este volume V da *História Universal* de Weiss versa sobre os seguintes temas: O Sacro Império Germânico; Os Reinos Normandos; Os Bizantinos. A época de S. Gregório VII: As Cruzadas; S. Bernardo e a Segunda Cruzada; O Imperialismo da Casa de Suábia; A terceira Cruzada; A Cruzada Espanhola; Gales.

WEISS, JUAN BTA.

História Universal, volumen VII. Vérsion de la quinta edición alemana, bajo la dirección del R. P. Ramón Ruiz Amado, S.J. Barcelona, Tipografia La Educación.
Este volume VI focaliza os seguintes assuntos: Inocêncio III e sua época; Frederico II e a casa de Suábia; S. Luís e as últimas cruzadas; Os Mongóis; Os reinos da Espanha; Rodolfo de Habsburgo; Bonifácio VIII e Filipe, o Belo; Processo dos Templários; Alemanha; Inglaterra.

WEISS, JUAN BTA.

História Universal, volumen VII. Vérsion de la quinta edición alemana, bajo la dirección del R. P. Ramón Ruiz Amado, S.J. Barcelona, Tipografia La Educación.

Entre os temas estudados neste volume figuram: Literatura e Ciências dos séculos XIII e XIV; Luís da Baviera e seu tempo; Carlos IV e o Cisma do Ocidente; Sigismundo e o Concílio de Constança; A guerra dos Cem Anos.

WOJCIECHOWSKI, ZYGMUNT

L'Oder et la Vistule, la liaison entre l'Histoire et la Géographie.
O autor, professor da Universidade de Poznan, mostra-nos em trabalho muito bem documentado inclusive com mapas o papel desempenhado pelas bacias do Oder e do Vístula na formação histórica do Estado polonês. A esse estudo segue-se um anexo do mesmo autor: Le rôle politique de l'Oder dans l'histoire (*Les Fleuves et l'évolution des peuples*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950).

WOJCIECHOWSKA, MARIA

Quelques traits particuliers du développement de la civilisation polonaise.
Este estudo de 11 páginas está publicado em *Les Fleuves et l'évolution des peuples*. Presses Universitaires de France, 1950.



EDITORA
VOZES